MEGALITISMO E METALURGIA NO ALTO ALGARVE ORIENTAL

uma aproximação integrada 1

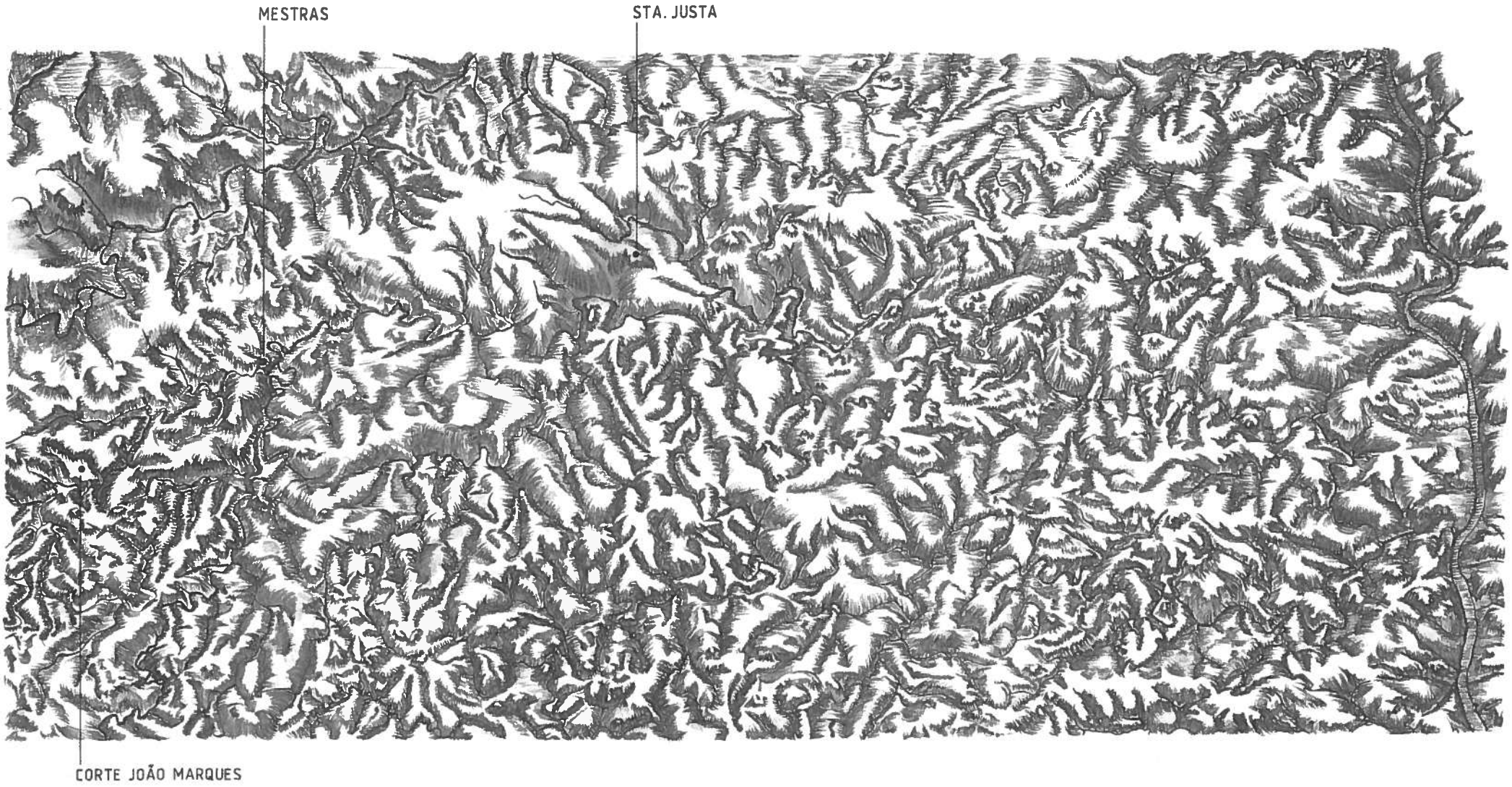
Victor S. Gonçalves



estudos e memórias 2

C.A.H

instituto nacional de investigação científica



Bloco diagrama da região estudada, uma ampla área no Mar do Alto Algarve Oriental.



C·A·H

Por motivos académicos, o volume 2 desta obra (desenhos e fotografias de estruturas e materiais) foi impresso antes do vol. 1, uma vez que se destinava a acompanhar os exemplares policopiados que constituíam a versão original do primeiro.

No entretanto, e quando este se encontrava já parcialmente composto, a designação do *Centro de História da Universidade de Lisboa* foi alterada para *Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa* (C.A.H.). A antiga *Unidade de Arqueologia* do Centro de História (UNIARCH), que manteve o seu nome básico, transformou porém o seu acrónimo, que passou a UNIARQ.

Ainda que se tenham corrigido pontualmente estas referências, foi, no entanto, impossível impedir a dupla grafia em algumas partes do texto.

estudos e memórias

Série de publicações da UNIARQ, *Unidade de Arqueologia do Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa* (Instituto Nacional de Investigação Científica).
Direcção: Victor S. Gonçalves

2.1. *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma aproximação integrada* (vol.1)

Orientação gráfica e capa: Victor S. Gonçalves (na capa, em fundo, *Biombo* de Júlio Pomar, pormenor, Ektachrome de V.S.G.). Contra-capa: o Cerro do Castelo de Santa Justa, no «mar» do Alto Algarve Oriental

Fotolitos: «Revelação» e Minerva do Comércio

Impresso por Minerva do Comércio, Lisboa, 1989

Distribuído por *Imprensa Nacional*, 16A, Rua Marquês de Sá da Bandeira, 1000, Lisboa, Portugal

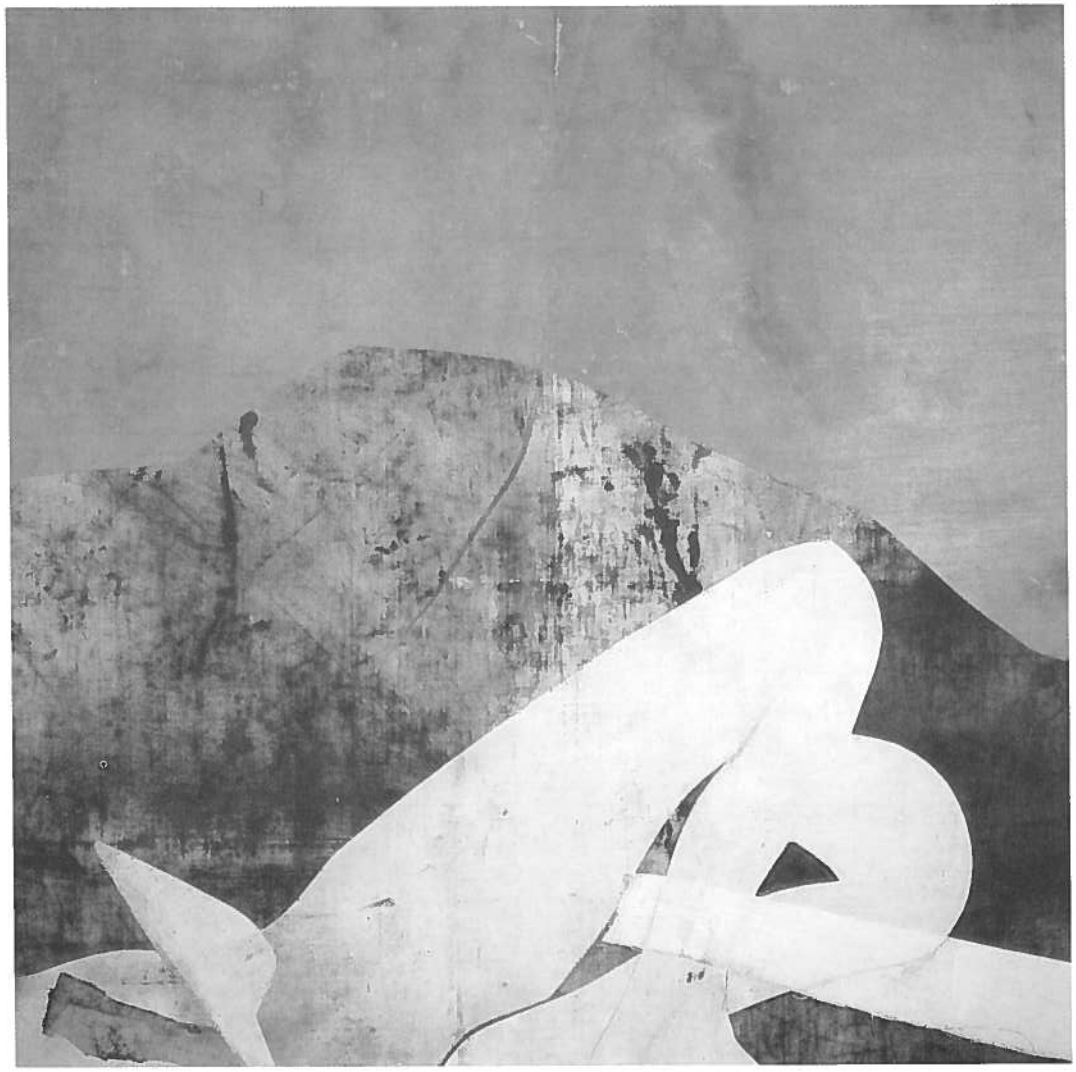
Aceita-se permuta • Exchange accepted • On prie l'échange • Tauschverkehr erwunscht •

Toda a correspondência: *Unidade de Arqueologia. Centro de Arqueologia e História.* Faculdade de Letras. 1699 Lisboa Codex. Portugal.

MEGALITISMO E METALURGIA NO ALTO ALGARVE ORIENTAL

uma aproximação integrada 1

Victor S. Gonçalves



estudos e memórias 2

C.A.H

instituto nacional de investigação científica



Victor S. Gonçalves, no Alto Algarve Oriental (1979)
foto Ana Margarida Arruda

Victor [Manuel dos] S[antos] Gonçalves nasceu em Setúbal (46.05.14), onde cursou o Liceu local. Finalizou a sua preparação em História com a classificação final de 20 valores naquela disciplina e 18 em Filosofia. Aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, licencia-se em História em 1970, defendendo a tese *O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme*, com a classificação final de 16 valores, a mais alta atribuída ao seu Curso.

Doutora-se em 1989, na Universidade de Lisboa, tendo a sua tese (a primeira versão deste livro) sido classificada, por unanimidade, com *Distinção e Louvor*.

É actualmente Professor Auxiliar, Coordenador da Área e Variante de Arqueologia e Presidente do *Instituto de Arqueologia* da Faculdade de Letras de Lisboa. É também Secretário do *Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa* (INIC), cuja Unidade de Arqueologia (UNIARQ) fundou e dirige.

Contratado em 1970 como assistente da Universidade de Luanda, aí ensinou durante dois anos *Pré-História*, *Antiguidade Oriental* e *História da Arte* (*Contemporânea*), tendo orientado trabalhos sobre Gaudí, Miró e Banda desenhada. Interessa-se mais pelo Deserto de Moçâmedes que pela sua Arqueologia, mas dedica-lhe um dos primeiros estudos publicados na Península sobre seixos afeiçoados. Esta investigação é interrompida pelo seu regresso a Lisboa, em Março de 1973, contratado como assistente da Faculdade de Letras de Lisboa. Retoma, aqui, os seus estudos sobre Calcolítico. Em 1976, participa na criação do *Centro de História da Universidade de Lisboa* (INIC), cuja direcção desde essa altura integra. Inicia, naquele ano, investigações no Alto Algarve Oriental com um dos primeiros programas de investigação global aplicado em Portugal a uma área extensa (o CAALG — *Carta Arqueológica do Algarve*), onde um rio (o Guadiana) é tratado como polarizador de estudo. A partir do CAALG, onde este trabalho ganha origens, os seus colaboradores Ana Margarida Arruda e Helena Catarino desenvolverão projectos de doutoramento e publicarão estudos diversos.

Presentemente, prolongando os problemas definidos neste livro, investiga o «médio» Guadiana (Vidigueira, Portel, Reguengos), conduzindo escavações na Mangancha, na Sala n.º 1, em S. Lourenço e no Monte Novo dos Albardeiros.

O Neolítico «médio» e «final» e o Calcolítico são os seus períodos preferenciais de estudo.

Perifericamente, pode ser considerado um melómano de largo espectro, de Josquin e Machault a Xenakis, Boulez, Berio, Reich e Scelsi (ainda que com uma indisfarçada preferência por J. S. Bach, Mozart, Schubert, Bartók e pela 2.ª Escola de Viena). Noutro ângulo, Duke Ellington, Miles Davis, Keith Jarrett e Winton Marsalis contam-se, também, entre os seus preferidos. Leitor assíduo de História em geral, textos clássicos, ficção moderna e contemporânea, inclui igualmente nas suas listas de leitura Segar, Eisner, Hugo Pratt e F'Murr. Considera-se, apesar de tudo isto, um *homem de campo*, centrando actualmente a sua atenção sobretudo no Alentejo, onde tem raízes.

Victor S. Gonçalves é autor de várias obras e de mais de 60 comunicações, divulgadas em Revistas da especialidade ou publicações colectivas em Portugal, Espanha, França e Bélgica.

S.H.I.U.

Para a Ana Margarida, que comigo subiu a Serra
Para o António, que nela começou a crescer

«Toute une part, la plus passionnante de notre travail d'historien, ne consiste-t-elle pas dans un effort constant pour faire parler les choses muettes, leur faire dire ce qu'elles ne disent pas d'elles mêmes...?»

Lucien Febvre, 1949

«In the midst of the word he was trying to say,
In the midst of his laughter and glee,
He had softly and suddendly vanished away
For the Snark was a Boojum, you see.»

Lewis Carroll, 1968

AGRADECIMENTOS

O trabalho de campo e gabinete que originou o presente estudo foi possível graças ao apoio e auxílio de algumas pessoas e instituições.

Jean Guilaine foi exemplo de compreensão e paciência, ao aceitar responsabilizar-se pelo provável sucesso de uma pesquisa distante. O seu acolhimento no *Centre d'Anthropologie des Societés Rurales* (do CNRS, Toulouse) foi sempre generoso e amigo. José Nunes Carreira, catedrático de Civilizações Pré-Clássicas no Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, leu este texto atentamente, tendo aceitado ser seu co-orientador. Devo-lhe, e aqui o agradeço, observações pertinentes e importantes sugestões a nível da estrutura e forma finais.

Durante os «anos de serra», Ana Margarida Arruda nunca esperou agradecimentos por a ter feito viver, com o nosso filho pequeno, em condições pouco comuns, em terras onde tudo faltava. Seria, no entanto, impensável não registar a sua contribuição, directa e indirecta, para que este trabalho fosse concluído. Discutindo a interpretação das estruturas que ajudou a desenhar, mesmo quando iniciou os seus próprios trabalhos no Castelo de Castro Marim, não deixou de acompanhar os progressos da escavação e de contribuir com importantes sugestões. Durante a sua primeira redacção, foi presença constante, e não poucas foram as vezes em que as luzes se tornaram desnecessárias, por entretanto o sol ter nascido.

A amizade de Helena Catarino sobreviveu à monotonia dos registos fotográficos e de escavação, que parcialmente coordenou, e à impaciência do professor, hoje colega.

Também se não esquecem as dezenas de alunos da Faculdade de Letras de Lisboa que participaram nas escavações, nem o grupo galego de Santiago de Compostela que nelas uma vez colaborou. Formados na única escola possível, a do terreno, em contacto com novas realidades, constituiram equipas sucessivas, a quem muito devo. Alguns são hoje arqueólogos, dirigindo trabalhos em monumentos e sítios importantes, outros ensinam em Universidades portuguesas e espanholas. A Serra algarvia constituiu para eles uma experiência que asseguram significativa. Para mim, a sua companhia permanece viva.

Um parágrafo para os «montanheiros», como no litoral são chamados. No Monte da Mealha, em Santa Justa, mesmo em Martim Longo, encontrámos sempre o apoio possível e, algumas vezes, o calor da comprensão fraterna. Este livro também é deles.

Os fundos e equipamento necessários provieram do Instituto Nacional de Investigação Científica, do Gabinete de Planeamento do Algarve (já extinto, então dirigido por Joaquim Relvas), do Governo Civil de Faro, do Fundo de Fomento Cultural (recordo, com saudade, Nunes de Oliveira, entretanto falecido) e do Instituto Português do Património Cultural, da Câmara Municipal de Tavira (no primeiro ano de campo), da Câmara Municipal de Alcoutim e, para a quarta Campanha em Santa Justa, da Fundação Calouste Gulbenkian.

Fernando Bragança Gil, então Secretário do Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa, foi presença amiga e indispensável, com a sua equipa; inicialmente Gaspar

Ferreira, depois Ana Isabel Seruya, trabalharam nas análises não destrutivas de artefactos metálicos.

Paula Amendoeira acompanhou os trabalhos no Monte Novo dos Albardeiros e aceitou uma aposta difícil. Trabalhara em Santa Justa e Vila Nova de S. Pedro. No projecto incompleto do Xarêz. Na quente terra alentejana.

Jorge Cruz desenhou com competência e maestria as reconstituições do dispositivo defensivo de Santa Justa. Pôr no papel, a traço, o que tão discutido foi exigiu paciência e amizade.

Pedro Saraiva executou alguns admiráveis desenhos de cerâmicas, pedra, metal e osso, praticamente todos os que implicaram ponteado. A Joaquim Franco foi encomendada a tintagem do levantamento topográfico do Cerro do Castelo de Santa Justa e a execução do desenho dos materiais de sílex com a mesma proveniência. José Peres foi sempre bastante mais que um excelente «cartógrafo». Manuel Calado também colaborou, num derradeiro momento. A equipa da extinta Assembleia Distrital de Faro participou, de início, activamente na topografia, refiro particularmente Pedro Ruivo. O GAT de Tavira efectuou o levantamento topográfico do Cerro do Castelo de Santa Justa, que posteriormente acrescentámos.

Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares franquearam-me materiais inéditos das suas próprias escavações, a título comparativo, e se nem sempre as nossas ideias coincidem totalmente, a amizade e a colaboração demonstradas são hoje, particularmente em Portugal, inquestionáveis e sem preço.

Um vivo agradecimento é ainda devido a Maria José Sequeira, uma das minhas alunas, colaboradora da UNIARQ: durante a última fase de este trabalho prestou excelente ajuda na preparação das amostras para tratamento informático. Luís Gonçalves, desde longa data colaborador e amigo, recém licenciado em História, foi, na ponta final, um verdadeiro émulo de Mercúrio...

Margarida Ataíde, e outros alunos da variante de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, colaboraram, também, nas contagens e na transcrição de registos. Mariana Diniz prestou boa ajuda na última revisão tipográfica desta versão.

Muitas das críticas «geográficas» de Suzanne Daveau foram aceites (e as suas sugestões grandemente beneficiaram este texto).

Já quando este volume se aprontava para a tipografia, Monge Soares, corresponsável pelo Laboratório de radiocarbono do ICEN/LNETI, aceitou amavelmente contribuir com críticas pontuais e efectuar as recalibrações das datas, de acordo com a nova curva de Pearson e Stuiver. Agradeço-lhe a paciência amiga com que sempre me recebeu.

Uma palavra de reconhecimento e amizade para Luísa Braga, do Serviço de Publicações do INIC, que acompanhou pacientemente o desenvolvimento do projecto de publicação de este livro. Não esqueço as suas palavras de estímulo.

Em momentos de cansaço, que não de desânimo, João Medina arrastou-me sempre em frente, com a sua energia contagiante.

Finalmente, e sem que seja necessário recordar o provérbio inglês, os restantes colegas da então Comissão Directiva do Centro de História da Universidade de Lisboa, onde emergindo do projecto CAALG (*Carta Arqueológica do Algarve*) se viria a formar a UNIARQ (*Unidade de Arqueologia*). Compreenderão Salles Loureiro, Borges Coelho, Piteira Santos, que cite aqui, para além dos seus nomes, o do primeiro Secretário daquele Centro, Joaquim Barradas de Carvalho, um querido amigo demasiado cedo afastado de nós. No seu Secretariado começou este projecto. A ele devo a incondicional defesa de uma «Arqueologia junto à História», o apoio fraterno no arranque de CLIO, a publicação em que se divulgaram os primeiros resultados de campo. De onde se partiria para o que é hoje a Revista da UNIARQ, CLIO/ARQUEOLOGIA.

A todos devo desculpas por não ter feito melhor.

Lisboa, Inverno de 1987
(revisto no Inverno de 1989)

SUMÁRIO

Agradecimentos

UM Abertura
DOIS O Neolítico evoluído e o Calcolítico no Algarve
TRÊS O espaço
QUATRO Cerro do Castelo de Corte João Marques, um povoado aberto
CINCO Cerro do Castelo de Santa Justa, um povoado fortificado
SEIS Necrópoles: Pedras Altas, Castelhana, Eira dos Palheiros
SETE Estratégias do povoamento calcolítico: redes prováveis e modelos explicativos
OITO Os espaços calcolíticos e os vectores de ligação/diversidade/origem: uma perspectiva teórica?
NOVE Apêndices
DEZ Referências Bibliográficas
ONZE Índices

AGRADECIMENTOS 11
NOTA BREVE SOBRE PROCEDIMENTOS E METODOLOGIAS 19

UM
ABERTURA 21
1.1. COLOCAR AS QUESTÕES, PROCURAR AS RESPOSTAS 23
1.2. OBJECTIVOS, MEIOS 24
1.3. DISCUSSÃO PRÉVIA DO PROJECTO 31

DOIS
O NEOLÍTICO EVOLUÍDO E O CALCOLÍTICO NO ALGARVE: O ESTADO PRÉVIO DA QUESTÃO . 35
2.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES 37
2.2. MONUMENTOS E SÍTIOS 38
2.2.1. O complexo habitacional e funerário de Alcalar, Vidigal e Monte Velho 38
2.2.1.1. Observações preliminares 38
2.2.1.2. O povoado 42
2.2.1.3. As necrópoles 43
2.2.1.3.1. O núcleo Estácio da Veiga/Nunes da Glória 43
2.2.1.3.2. O núcleo Santos Rocha 49
2.2.1.3.2.1. Considerações gerais 49
2.2.1.3.2.2. Os monumentos 49
2.2.1.3.3. O núcleo José Formosinho 54
2.2.1.3.3.1. Observações prévias 54
2.2.1.3.3.2. Os monumentos 54
2.2.1.4. Discussão 56
2.2.2. As necrópoles de Monchique 62
2.2.2.1. Comentário prévio 62
2.2.2.2. Buço Preto ou Esgaravatadouro 65
2.2.2.2.1. Os monumentos 1 e 2 65
2.2.2.2.2. Os monumentos 3, 4 e 5 65
2.2.2.2.3. Os monumentos 6 e 7 65
2.2.2.2.4. Observações finais 68
2.2.2.3. Palmeira 68
2.2.3. Monumentos isolados do Algarve Oriental 69

2.2.3.1. Observações prévias ... 69
2.2.3.2. Nora ... 69
2.2.3.3. Marcela ... 69
2.2.3.4. Discussão ... 72
2.3. DUAS QUESTÕES ... 73
2.3.1. Uma primeira questão: as necrópoles de Monchique e a especificidade do «megalitismo» algarvio 73
2.3.2. Uma segunda questão: a fase terminal do Calcolítico no Algarve e o papel dos grupos campaniformes ... 77
2.4. RESUMINDO ... 81

TRÊS
O ESPAÇO ... 85
3.1. UMA SERRA, VÁRIOS TERRITÓRIOS, ALGUMAS HISTÓRIAS ... 87
3.2. GEOLOGIA E CAPACIDADES DOS SOLOS: OS RECURSOS ... 90
3.3. O «INTERIOR» E O RIO ... 96

QUATRO
CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES, UM POVOADO ABERTO ... 103
4.1. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO ESPACIAL ... 105
4.2. HISTÓRIA DOS TRABALHOS E ESTRATÉGIA DA ESCAVAÇÃO ... 108
4.3. APOIOS TÉCNICOS ... 108
4.4. O SÍTIO: ESTRUTURAS E ARTEFACTOS ... 110
4.4.1. Estruturas ... 110
4.4.1.1. Cabana e abrigos ... 113
4.4.1.2. Estrutura de significado desconhecido ... 113
4.4.1.3. O solo de abandono em M.7 ... 114
4.4.2. Artefactos ... 115
4.4.2.1. Pedra lascada ... 115
4.4.2.1.1. Lâminas e lamelas ... 115
4.4.2.1.1.1. Observações sobre a ficha descritiva ... 115
4.4.2.1.1.2. Comentários às lâminas e lamelas ... 116
4.4.2.1.2. Pontas de seta ... 119
4.4.2.1.2.1. Observações sobre a ficha descritiva ... 119
4.4.2.1.2.2. Comentários às pontas de seta ... 120
4.4.2.2. Pedra polida ... 122
4.4.2.2.1. Observações sobre a ficha descritiva ... 122
4.4.2.2.2. Comentários aos artefactos de pedra polida ... 123
4.4.2.3. Pedra afeiçoada ... 126
4.4.2.3.1. Percutores ... 126
4.4.2.3.1.1. Nota prévia e comentários à ficha descritiva ... 126
4.4.2.3.1.2. Comentário aos percutores ... 129
4.4.2.3.2. Dormentes e moventes ... 129
4.4.2.3.2.1. Observações prévias ... 129
4.4.2.3.2.2. Moventes ... 132
4.4.2.3.2.2.1. Critérios usados na descrição ... 132
4.4.2.3.2.2.2. Comentários ... 136
4.4.2.3.2.3. Dormentes ... 140
4.4.2.3.2.3.1. Critérios usados na descrição ... 140
4.4.2.3.2.3.2. Comentários aos dormentes ... 140
4.4.2.3.3. «Pesos de pesca» ... 145
4.4.2.3.4. «Tampas» ... 145
4.4.2.4. Pedra não afeiçoada mas com traços de utilização ... 145
4.4.2.5. Artefactos para adorno pessoal ... 146
4.4.2.6. Artefactos cerâmicos diversos ... 146
4.4.2.6.1. Pesos de tear ... 146
4.4.2.6.2. Queijeiras ... 146
4.4.2.7. Recipientes cerâmicos ... 147
4.4.2.7.1. Considerações sobre os critérios usados na descrição ... 147
4.4.2.7.2. Advertência sobre a amostra usada na análise das cerâmicas ... 152
4.4.2.7.3. Análise estatística da leitura do quadro que resume as fichas descritivas ... 152
4.4.2.8. Metalurgia ... 156
4.4.2.8.1. Nota prévia ... 156
4.4.2.8.2. A natureza dos testemunhos de actividades metalúrgicas ... 156
4.4.2.9. Artefactos relacionados com o sagrado ... 159
4.5. SÍNTESE E DISCUSSÃO ... 162
4.5.1. As estruturas do quotidiano: uma interpretação de conjunto ... 162
4.5.2. O trabalho da pedra ... 163
4.5.3. A cerâmica ... 165
4.5.4. A metalurgia ... 166
4.5.4.1. A natureza das evidências ... 166
4.5.4.1.1. Observações gerais ... 166

4.5.4.1.2. Distribuição espacial dos intervenientes ... 168
4.5.4.1.3. Distribuição espacial dos artefactos ... 168
4.5.4.1.4. Diversidade funcional ... 169
4.5.5. O sagrado ... 169
4.5.6. Discussão geral ... 172
4.5.7. A cronologia ... 173

CINCO
CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA, UM POVOADO FORTIFICADO ... 175
5.1. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO ESPACIAL ... 177
5.2. HISTÓRIA DOS TRABALHOS E ESTRATÉGIA DE ESCAVAÇÃO ... 178
5.3. APOIOS TÉCNICOS ... 181
5.4. O SÍTIO: ESTRUTURAS E ARTEFACTOS ... 182
5.4.1. Estruturas ... 182
5.4.1.1. As estruturas do quotidiano ... 182
5.4.1.1.1. As cabanas ... 182
5.4.1.1.2. Os buracos de poste ... 191
5.4.1.1.3. Estruturas e restos de combustão ... 191
5.4.1.2. O dispositivo defensivo e as estruturas de acesso ... 197
5.4.2. Artefactos ... 210
5.4.2.1. Pedra lascada ... 210
5.4.2.1.1. Lâminas e lamelas ... 210
5.4.2.1.2. Furadores ... 210
5.4.2.1.3. Pontas de seta ... 216
5.4.2.2. Pedra polida ... 216
5.4.2.3. Pedra afeiçoada ... 221
5.4.2.3.1. Percutores ... 221
5.4.2.3.2. Dormentes e moventes ... 226
5.4.2.3.2.1. Observações prévias ... 226
5.4.2.3.2.2. Moventes ... 231
5.4.2.3.2.3. Dormentes ... 239
5.4.2.3.3. Tampas ... 244
5.4.2.4. Pedra não afeiçoada mas com traços de utilização ... 245
5.4.2.5. Artefactos para adorno pessoal ... 247
5.4.2.6. Recipiente de pedra ... 248
5.4.2.7. Osso trabalhado ... 248
5.4.2.8. Artefactos cerâmicos diversos ... 250
5.4.2.8.1. Pesos de tear ... 250
5.4.2.8.2. «Queijeiras» ... 250
5.4.2.8.3. Suportes de vaso ... 250
5.4.2.8.3.1. Ficha descritiva ... 250
5.4.2.8.3.2. Comentários ao quadro descritivo ... 252
5.4.2.9. Recipientes cerâmicos ... 253
5.4.2.9.1. Observações prévias: as amostras e a sequência estratigráfica específica ... 253
5.4.2.9.2. A amostra 1 ... 253
5.4.2.9.3. A amostra 2 ... 255
5.4.2.9.4. Cerâmica decorada ... 278
5.4.2.10. Metalurgia ... 278
5.4.2.10.1. Nota prévia ... 278
5.4.2.10.2. Considerações gerais ... 278
5.4.2.10.3. Furadores ... 279
5.4.2.11. Artefactos relacionados com o sagrado ... 283
5.4.2.11.1. Falanges seleccionadas ... 283
5.4.2.11.2. Falanges afeiçoadas ... 283
5.4.2.11.3. Falanges esculpidas ou gravadas com motivos simbólicos ... 283
5.4.2.11.4. «Ídolo garrafa» ou «de gola» ... 284
5.4.2.11.5. «Ídolos chatos» ... 284
5.4.2.11.6. «Ídolo cilindro» ... 284
5.4.2.11.7. «Ídolos de cornos» ... 284
5.4.2.11.8. Figurinha de cerâmica ... 285
5.4.2.11.9. Grafito sobre cerâmica de revestimento ... 285
5.5. DATAÇÕES ^{14}C ... 285
5.6. DISCUSSÃO E SÍNTESE ... 289
5.6.1. As estruturas do quotidiano ... 289
5.6.1.1. As cabanas ... 289
5.6.1.2. Os buracos de poste ... 290
5.6.1.3. As estruturas e as áreas de combustão ... 292
5.6.1.4. Os teares ... 293
5.6.2. O dispositivo defensivo: evolução e significado ... 294
5.6.2.1. A sequência construtiva ... 294

5.6.2.2. As correlações do dispositivo defensivo/estruturas domésticas ... 295
5.6.2.3. O significado dos componentes do dispositivo defensivo ... 302
5.6.2.4. A estratégia do dispositivo defensivo ... 303
5.6.3. O trabalho da pedra ... 303
5.6.4. A cerâmica ... 305
5.6.5. Os «suportes de vaso» ... 305
5.6.6. A metalurgia ... 309
5.6.6.1. A natureza das evidências ... 309
5.6.6.1.1. Observações gerais ... 309
5.6.6.1.2. Distribuição espacial dos intervenientes no processo metalúrgico e dos artefactos de cobre 309
5.6.6.1.3. Distribuição de acordo com a coordenada z ... 311
5.6.6.1.4. Quanto à diversidade funcional dos artefactos de cobre e à relação custo/peso ... 312
5.6.6.2. Traceologia e função ... 312
5.6.6.3. Comentário final ... 313
5.6.7. O sagrado ... 313
5.6.8. As datações ^{14}C ... 319
5.6.8.1. Comentários ... 319
5.6.8.2. Enquadramento em termos de datações «absolutas» ... 321
5.6.9. Cronologia e enquadramento cultural ... 326

SEIS
NECRÓPOLES: PEDRAS ALTAS, CASTELHANA, EIRA DOS PALHEIROS ... 331
6.1. O MEGALITISMO NO ALTO ALGARVE ORIENTAL ... 333
6.1.1. Observações preliminares ... 333
6.1.2. Monumentos violados ou destruídos ... 334
6.1.3. Anta das Pedras Altas (Mealha) ... 337
6.1.3.1. Localização e comentário prévio ... 337
6.1.3.2. Estrutura ... 337
6.1.3.3. Artefactos ... 337
6.1.3.4. Discussão ... 339
6.1.4. Anta do Curral da Castelhana ... 340
6.1.4.1. Localização e comentário prévio ... 340
6.1.4.2. Estrutura ... 340
6.1.4.3. Artefactos ... 340
6.1.4.4. Discussão ... 342
6.1.5. *Tholos* da Eira dos Palheiros ... 342
6.1.5.1. Localização ... 342
6.1.5.2. Estrutura ... 342
6.1.5.3. Comentários breves ao espólio ... 346
6.2. DISCUSSÃO E SÍNTESE ... 346
6.2.1. O possível significado dos monumentos megalíticos do Alto Algarve Oriental ... 346
6.2.2. O Alto Algarve Oriental, um teatro de guerra ... 348

SETE
ESTRATÉGIAS DO POVOAMENTO CALCOLÍTICO: REDES PROVÁVEIS E MODELOS EXPLICATIVOS 351
7.1. POVOAMENTO, TERRITÓRIO, RECURSOS ... 353
7.2. A REDE DE POVOAMENTO CALCOLÍTICA DO ALTO ALGARVE ORIENTAL ... 355
7.2.1. Observações preliminares ... 355
7.2.2. Cerro do Castelo de Corte João Marques ... 355
7.2.3. Cerro do Castelo das Mestras ... 358
7.2.4. Cerro do Castelo de Santa Justa ... 361
7.2.5. No Alto Algarve Oriental, uma estratégia calcolítica de povoamento? ... 362
7.3. POVOAMENTO E RECURSOS NO CALCOLÍTICO DO SUL DE PORTUGAL: OS CASOS DE ALCALAR, VIDIGUEIRA E MONTE DOS ALBARDEIROS. DUAS LEITURAS PARA O ESCOURAL 362 ... 367
7.3.1. Nota prévia ... 367
7.3.2. Alcalar: a charneira do Barrocal ... 368
7.3.3. Portel/Vidigueira, a multiplicidade das soluções: a Serra, a Planície e o Rio ... 372
7.3.4. Monte dos Albardeiros: o povoamento das boas terras ... 383
7.3.5. Duas leituras para o Escoural ... 386
7.4. PARA ORIENTE, NA PENÍNSULA, OS CASOS DE LOS MILLARES, EL BARRANQUETE E LOS CASTILLEJOS DE MONTEFRÍO ... 390
7.4.1. Nota prévia ... 390
7.4.2. Los Millares ... 391
7.4.3. El Barranquete ... 393
7.4.4. Los Castillejos de Montefrío ... 395
7.4.5. O modelo do *regadío* («the irrigation hypothesis») ... 397
7.5. QUE ESTRATÉGIAS DE POVOAMENTO? ... 397
7.5.1. O alcance e as limitações da análise territorial ... 397
7.5.2. Tecnologias, solos e territórios: a variabilidade funcional dos recursos ... 401

7.5.3. Estratégias de povoamento e controlo de recursos: pastorícia, agricultura, metalurgia e a Revolução dos Produtos Secundários ... 403
7.6. RESUMINDO ... 413
7.6.1. Advertência ... 413
7.6.2. Modos de ler ... 413
7.6.3. O Sul Peninsular ... 414
7.6.4. O povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental ... 415

OITO
OS ESPAÇOS CALCOLÍTICOS E OS VECTORES DE LIGAÇÃO/DIVERSIDADE/ORIGEM: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA? ... 417
8.1. LIMIAR: «ORIGENS» E «MECANISMOS DE PASSAGEM» ... 419
8.2. O DIFUSIONISMO ORIENTALISTA: «colónias»,«colonos» e minerais ... 421
8.2.1. O começo ... 421
8.2.2. Los Millares e Barranquete: primeiras leituras paradigmáticas ... 424
8.2.3. Vila Nova de S. Pedro e Zambujal: «colónias», «colonos» e minerais ... 427
8.3. O DIFUSIONISMO «DA VELHA EUROPA»: deuses, cavalos e metalurgistas ... 431
8.4. O «INDIGENISMO» ... 434
8.5. *EX ORIENTE LUX*?: «Calcolítico» ou «Calcolíticos» ... 444
8.5.1. Os modelos possíveis ... 444
8.5.2. Os componentes e o seu valor relativo ... 447
8.5.3. Uma crítica dos inventários ... 457
8.5.4. A incompatibilidade fictícia dos modelos: «enxameamento» e «colonização» ... 460
8.5.5. Novas economias, novas sociedades, novas superestruturas ... 467
8.5.6. A Sul, o esgotamento das «experiências»? crescimento assimétrico, exaustão dos recursos ou inadequação das alternativas. Campaniforme: o «fim» do Calcolítico ou uma presença *no* Calcolítico? 470
8.6. TERMINANDO ... 474
8.6.1. Em geral ... 474
8.6.2. O Alto Algarve Oriental na dinâmica evolutiva do Calcolítico ... 475

NOVE
APÊNDICES

Nota prévia ... 478
9.1. A METALURGIA DO COBRE NOS CERROS DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES E SANTA JUSTA ... 479
9.1.1. Análises não destrutivas de artefactos ... 479
9.1.2. Discussão dos resultados ... 480
Figs. 9.1 e 9.2 (Quadros resumindo as análises) ... 481
9.2. QUADROS DESCRITIVOS DAS CERÂMICAS
9.2.1. Corte João Marques ... 482
9.2.2. Santa Justa, amostra 1 ... 484
9.2.3. Santa Justa, amostra 2 ... 487
9.3. NOTAÇÕES DE TERRENO E EXTRACTOS DO CADERNO DE CAMPO ... 491
9.3.1. ... CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES ... 491
9.3.1.1. Campanhas de 1978 ... 491
9.3.1.2. Notações referentes a 1979 ... 492
9.3.2. CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA ... 493
9.3.2.1. Campanha 1(79) ... 493
9.3.2.2. Campanha 2(80) ... 498
9.3.2.3. Campanha 3(81) ... 501
9.3.2.4. Campanha 4(82) ... 503
9.3.2.5. Campanha 5(83) ... 510
9.3.2.6. Campanha 6(84) ... 513
9.3.2.6. Campanha 7(85) ... 516

DEZ
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
Abreviaturas ... 522
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ... 523

ONZE
ÍNDICES
De lugares, monumentos e sítios ... 561
De Autores citados ... 565

NOTA BREVE SOBRE PROCEDIMENTOS E METODOLOGIAS

1. A ilustração foi paginada e referida da seguinte maneira:
— Informação gráfica sistemática sobre um tema foi geralmente remetida para o segundo volume, que reune também os levantamentos fotográficos de terreno e as fotografias do material estudado. As Estampas foram identificadas pela abreviatura *Est.*, seguida por numeração árabe.
— A ilustração *in texto* reuniu toda a cartografia, levantamentos topográficos, cortes e plantas, desenhos de alguns artefactos e estruturas específicos dos monumentos e sítios estudados, bem como de outros (a título de referência ou comparação), gráficos estatísticos e ainda ilustração diversa directamente referente ao texto. As Figuras foram referenciadas por dois componentes, que se seguem à abreviatura *Fig.*, indicando o primeiro o capítulo a que se refere a figura e o segundo a sua numeração dentro dele.

2. A estrutura deste trabalho registou como duas realidades diversas, mas na generalidade síncronas (tanto cronologica como culturalmente), as detectadas nos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa. Destarte, não pareceu lógico duplicar informação nem se julgou adequada à economia do texto a duplicação da área específica destinada a explicitar critérios idênticos para os dois sítios.
Assim, sempre que se abordou em Corte João Marques um tipo de artefacto a exigir descrição pormenorizada, tal definição de perspectiva ou explicação de ficha descritiva considerou-se subentendido para Santa Justa.
Na discussão referente a Santa Justa, concentraram-se os principais paralelismos extra-regionais, para artefactos e situações comuns a um e outro sítio.

3. Em DEZ, REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, não se assinalaram de forma diferenciada os livros e artigos expressamente referidos no texto ou os que forneceram passagens para as epígrafes. A bibliografia consultada durante a preparação de este trabalho foi, assim, sempre listada sem qualquer outra indicação.

4. As citações *in texto* fizeram-se, salvo raras excepções, na língua original.

5. A documentação de campo (que se considerou indispensável incluir em Apêndice) foi corrigida das gralhas que afectaram textos já divulgados nos Relatórios de Campo, tendo-se suprimido curtas passagens que não tinham estritamente a ver com o âmbito arqueológico de este estudo, e acrescentado outras, que faltavam.

6. Sempre que foi usada documentação gráfica de outra origem que a dos meus próprios arquivos, tal foi explicitamente indicado na legenda.

7. A extensa massa documental constituída pela descrição das cerâmicas dos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa (particularmente das duas amostras escolhidas para esta última) desaconselhavam a sua inclusão no texto em corrido, pelo que foram integradas em Apêndice.

8. Uma monografia do Cerro do Castelo de Santa Justa, incluindo os estudos faunísticos e a análise integral das evidências, só poderia ser um trabalho colectivo e como tal assumido. O estudo exaustivo da metalurgia surge aqui em Apêndice, assinado pelo autor, por Fernando Bragança Gil e Ana Isabel Seruya.

9. Ao usar a expressão «Alto Algarve Oriental», antes de alguns políticos começarem, a meu ver menos adequadamente, a falar de «Nordeste algarvio» a propósito da mesma região, tive presente a monografia de Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental* (Faro, 1976). Não só me pareceu excelente a expressão avançada por aquela autora, como correcta a explicitação que criei.

10. Um «olhar geográfico» está presente em todo o trabalho desenvolvido, ainda que numa perspectiva «histórica». A cartografia, que considero parte fundamental deste estudo, traduz o que penso indispensável: *ver* sob todos os ângulos possíveis o espaço em que o homem se entrosou. O que se não resume a pôr pontos num mapa ou setas no Mediterrâneo. E muito menos a reproduzir fotograficamente as Cartas Militares de Portugal.

11. Este texto, como se escreveu atrás, constitui a versão revista (no Inverno de 1989) da tese de doutoramento defendida em 07 de Janeiro do mesmo ano na Universidade de Lisboa. Houve alterações formais, em passagens cuja redacção pareceu susceptível de ser melhorada, bem como correcções de pormenor e pequenas actualizações, estando assim desautorizado o texto anterior.

UM ABERTURA



«It is often claimed that material objects are mute, that they do not speak, so how can one understand them?

Certainly an object from the past does not say anything for itself. Handed an object from an unknown culture archaeologists will often have dificulties in providing an interpretation. But to look at objects by themselves is really not archaeology at all. (...) As soon as the context of an object is known it is no longer totally mute»

Hodder, 1986: 4

Fig. 1.0. (*na página anterior*)

«Que sabia exactamente Júlio Verne
da verdadeira história que se esconde por detrás
da *Volta ao Mundo em oitenta dias*?»

Philip José Farmer, «The other log of Phileas Fogg»

UM ABERTURA

1.1. COLOCAR AS QUESTÕES, PROCURAR AS RESPOSTAS

«How a topic is approached depends in part on the history of the subject.»

Schiffer, 1978: 4

A importância da Idade do Cobre, o Calcolítico, em Portugal foi pressentida já no século XIX por Estácio da Veiga, ainda que apoiada em factos a exigir ulterior confirmação. Mas logo foi esquecida e poucos períodos vitais na diacronia peninsular foram tão mal tratados desde o início. Em Espanha, e por vezes ainda hoje, o Calcolítico foi rotulado de «Bronze I». Entre nós, chamámos-lhe «Cuprolítico», «Eneolítico», «Neo-eneolítico», quando não também, à maneira dos espanhóis, «Bronze Antigo».

Curiosamente, hoje, quando a expressão *Calcolítico* acabou por se generalizar no nosso território e, aparentemente a partir dele, em Espanha, outras questões conexas persistem. E ainda quando usada com aparente propriedade, e à semelhança do que aconteceu com o Mesolítico (recorde-se, a respeito, Zvelebil, 1986b: 11), ao rótulo nem sempre correspondem conteúdos homogéneos e compreensíveis.

Penso que, e afastada a questão da meta-linguagem, o ponto nodal se encontra agora no «verdadeiro» significado do Calcolítico. A primeira preocupação nos estudos globais sobre a génese e evolução deste período parece, portanto, dever centrar-se no ensaio de modelos explicativos que forneçam as linhas gerais da estrutura desta(s) sociedade(s) e que permitam um seu entendimento mínimo.

Admitamos que a introdução e a generalização relativa da agricultura não foi um êxito neste vasto espaço. Ao que nos é dado perceber, a partir dos espólios do Neolítico antigo (e «médio»?) recolhidos em monumentos e sítios do Centro/Sul de Portugal, o vector *recolecção* parece ser sempre superior ao vector *produção*, pelo menos considerando este último na sua vertente vegetal.

Se bem que estas asserções se baseiem, presentemente, em dados exclusivamente tecnómicos (ausência dos conjuntos de percentagens significantes de artefactos de uso agrícola), à míngua de informações palinológicas utilizáveis, e ainda considerando a escassez de dados disponíveis, não parece possível contestá-las. A longo termo, esta situação provoca quase inevitavelmente uma ruptura, por exaustão dos recursos ou por esgotamento da adequabilidade ao nicho ecológico. A evolução das comunidades no espaço-tempo torna-se descontínua e aos sincronismos cronológicos não correspondem já os tecnológicos, situação que aliás detectei, pela primeira vez no próprio Calcolítico, no Cabeço do Pé da Erra (Coruche), um povoado tecnicamente dessincronizado (Daveau e Gonçalves, 1985).

As soluções encontram-se agora na identificação de uma situação alternativa, em que a pastorícia pode representar, sobretudo, uma saída viável do impasse. Após o relativo nomadismo do Neolítico antigo, a fase «média» deste período poderia talvez corresponder a uma estabilização, também relativa, possível através da associação pastorícia/pequena agricultura. As práticas megalíticas, no seu sentido clássico, encontrariam então um dos seus momentos de apogeu em terras alentejanas.

O que representaria, então, o Calcolítico ?

Como disse recentemente (Gonçalves,1983-84d), sem dúvida a experiência de um novo modelo económico e de uma outra adequação a um outro espaço ou, talvez melhor, a um espaço lido de uma outra forma.

O primeiro facto que profundamente me impressionou em Santa Justa, ainda antes de concluídas as contagens, foi o elevado número de componentes de mó recolhidos, até mesmo em superfície. Número que se elevou consideravelmente, no que respeita a dormentes, mas sobretudo a moventes, com os progressos da escavação. Independentemente do elevado cômputo de artefactos metálicos, tanto em Corte João Marques como em Santa Justa, não é este mas aquele facto que domina as primeiras leituras dos artefactos. Povo que conhecia a metalurgia, sem dúvida, e bem, mas sobretudo povo de agricultores, de um tipo de agricultura intensiva até então desconhecida nos registos arqueológicos.

Estes dados permitiram mobilizar o modelo de Sherratt, aqui deslocado um pouco mais para a frente na diacronia, para explicar, ou elucidar como possibilidades funcionalmente explicativas, alterações de significado arqueográfico. Dedicamos a este assunto parte de SETE e OITO.

Mas o fundamental, tendo em conta algumas tendências detectadas na bibliografia específica, não pode deixar de centrar-se em torno a uma melhor compreensão do cobre e do seu papel.

Hoje, suponho que o contributo da metalurgia do cobre deve ser tomado em conta mais como percursor de novas tecnologias, ou como «tecnologia de arranque», que como facto de impacto definitivo, um pouco à maneira do cilindro de cera que, a longo prazo, permitiu os discos compactos e o DAT, num esquema de progresso em que a uma linha central, intelígivel, se somam colaterais tão importantes como ela. A duvidosa eficácia dos artefactos de cobre, particularmente dos cortantes, apenas tem como contrapartida a recuperabilidade, por refusão, desses mesmos artefactos. O que em terras sem sílex pode ter considerável significado. «Precioso metal» por vezes se lhe chamou. Sem dúvida. Ainda que não tanto como se supunha inicialmente.

Em OITO ver-se-á parte destas questões e uma delas, entre outras, será posta com particular ênfase: quem possui o cobre, quem o procura. De onde as ameaças que levam populações inteiras para cômoros desconfortáveis, em que se fortificam por vezes com aparato cada vez mais complexo, seguindo um plano aparentemente pré-estabelecido e corrigindo-o sempre que necessário? Será o cobre ou os excedentes agrícolas, detectados através da multiplicação dos instrumentos para farinação, que fazem disparar este processo de agitação e insegurança que perdurará ao longo de todo o terceiro milénio?

Para lá dos artefactos, procurou-se não apenas *quem* os usou, mas *porque* foram feitos. E as estruturas não nos fizeram esquecer quem as ergueu, há cinco mil anos, no Alto Algarve Oriental.

1.2. OBJECTIVOS, MEIOS

Entre as questões que o presente trabalho coloca, contam-se duas que abrem a muitas outras. Essas questões são (1) o estabelecimento de práticas arqueometalúrgicas numa dada região, o Alto Algarve Oriental; (2) o valor relativo da inovação que tal facto representa na comunidade que a produz, veícula, adopta ou difunde.

Em 1976, quando iniciei pesquisas de cartografia sistemática no Algarve Oriental, estas questões estavam esboçadas sumariamente para outra área do País, o «Centro», mas os seus suportes teóricos por encontrar. Ao mesmo tempo, deveria reconhecer-se que os estu-

dos sobre o Calcolítico em Portugal se limitavam a sítios específicos, alguns justamente célebres, Vila Nova de S. Pedro e Zambujal, o primeiro cerca do Cartaxo, o segundo de Torres Vedras.

Esta situação não permitia obviamente escolhas claras, parecendo então impossível (ou de limitado alcance) recuperar mesmo os mais interessantes desses sítios por novas escavações. Ou reestudar duvidosos conjuntos de artefactos cujos contextos tinham sido desintegrados pela inexistência de registos minimamente adequados.

Hoje, a situação encontra-se substancialmente alterada. Em 1981 foram editados os dois primeiros volumes da monografia sobre o Zambujal e um terceiro acaba de sair (Kunst, 1987). Em 1985 e 1986, dirigi novos trabalhos em Vila Nova de S. Pedro. Achados isolados de necrópoles e povoados foram assinalados um pouco por toda a parte: no Algarve Ocidental, Alcalar; no Alentejo, Cortadouro, Porto Torrão, Vale Pincel II, Monte Novo, Vale Vistoso, Cerro dos Castelos, Escoural, Monte da Tumba, Monte Novo dos Albardeiros, Marco dos Albardeiros, Sala n.º 1, S. Lourenço, representaram novos factores de mudança. Mas, indiscutivelmente dominante pelo número de sítios e monumentos identificados numa única região coerente, ganha especial significado o conjunto que se refere ao sul do Concelho de Portel, à Vidigueira e ao norte do Concelho de Cuba (Gonçalves e Calado, 1985-88a). Raros grupos europeus evidenciaram com tal clareza a coerência das relações inter-sítios e o alcance futuro destas recentes descobertas permanece ainda por avaliar.

Iniciou-se assim, enquanto um anterior ainda decorria, um ciclo que permitiu reverificar hipóteses, experimentar modelos e, obviamente, reposicionar as questões iniciais, no interminável processo de interrogações a que teremos necessariamente de submeter os restos de sociedades tão distantes, esparsos pela antropização subsequente e tão fragmentariamente chegados até nós.

Para regressarmos ao início, o objectivo consistia à partida na delimitação de uma área coerente, de preferência isenta de intervenções anteriores, e que pudesse, pela sua localização e significado, ser utilizada na dupla via de produzir e testar modelos. Particularmente as teses clássicas e as que se lhes sucederam na interpretação da difusão das técnicas metalúrgicas.

Porém, ao demarcar-se uma área de acordo com critérios histórico-geográficos, iniciava-se também o discurso reversível entre duas realidades, a que se juntaria uma terceira.

O espaço-tempo adequado não serve exclusivamente para testar modelos ou para especificamente lhes dar origem. A actividade do arqueólogo é uma inevitável geradora de artefactos recuperados. Artefactos que traduzem, por um lado, a antropização do espaço e, por outro, a própria dinâmica arítmica do crescimento das sociedades humanas. Mas artefactos sem contexto o que são?

A metalurgia produz, de algum modo, indiscutivelmente, algo de novo, artefactualmente: antes, não encontramos cadinhos, algaravizes, moldes e, claro, artefactos metálicos.

Mas até que ponto tudo isto mudou populações pré-existentes?

Ou, se de outras populações se fala, quais as relações, as similitudes/diferenças que os inventários arqueológicos falham em registar?

Não se trata, portanto e apenas, de artefactos, se bem que retirar à pesquisa o seu suporte artefactual me pareça caminho errado. Há que ver os contextos, em toda a sua gama de grandeza, desde as simples associações locais às estruturas e ao seu crescimento, ao ritmo das reconstruções, ao quase imperceptível pulsar das mudanças superestruturais, e, por fim, ao próprio espaço, antropizado e «selvagem», onde se movem os homens e se geram as culturas.

Aqui, pela sua localização, indo e vindo, de e para o Guadiana, a área definida pelas Ribeiras da Foupana e do Odeleite pareceu constituir uma aceitável unidade.

As prospecções revelaram três povoados com claras semelhanças a nível de implantação, com artefactos que as recolhas de superfície demonstraram ser, com elevado grau de probabilidade, sincrónicos: Corte João Marques, Mestras e Santa Justa, todos eles localmente chamados Cerros do Castelo, na recriada memória de antigos e sólidos lugares de povoamento.

Diversos monumentos megalíticos foram identificados, mas o seu estado de violação impediu o estudo da quase totalidade: Cumeada, Cerca da Francisquinha, Masmorra, Velhas, apresentavam-se de tal maneira destruídos e/ou esvaziados que seria aparentemente inútil investigá-los. Fizemo-lo ainda assim, mas só dois outros monumentos, Pedras

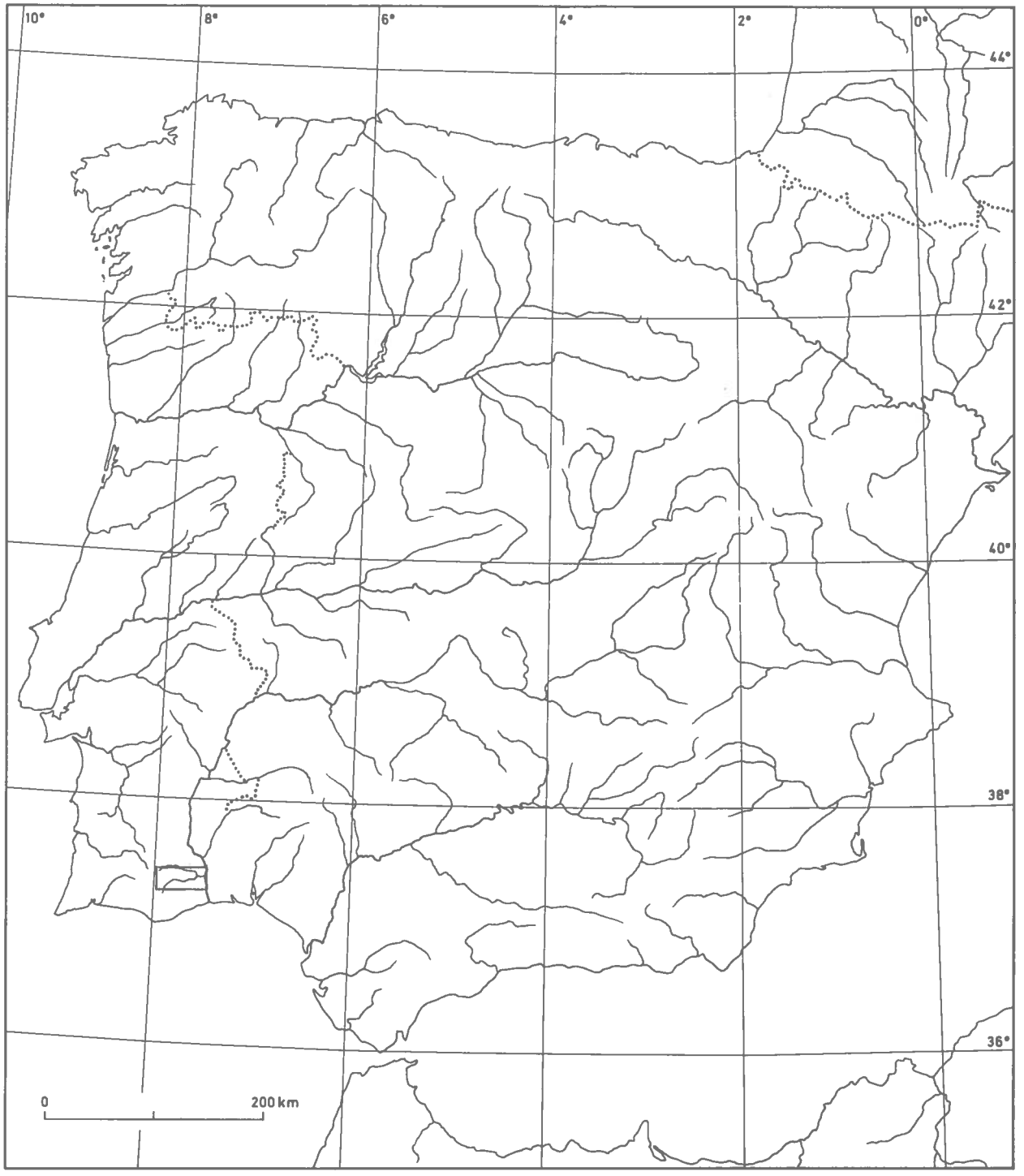
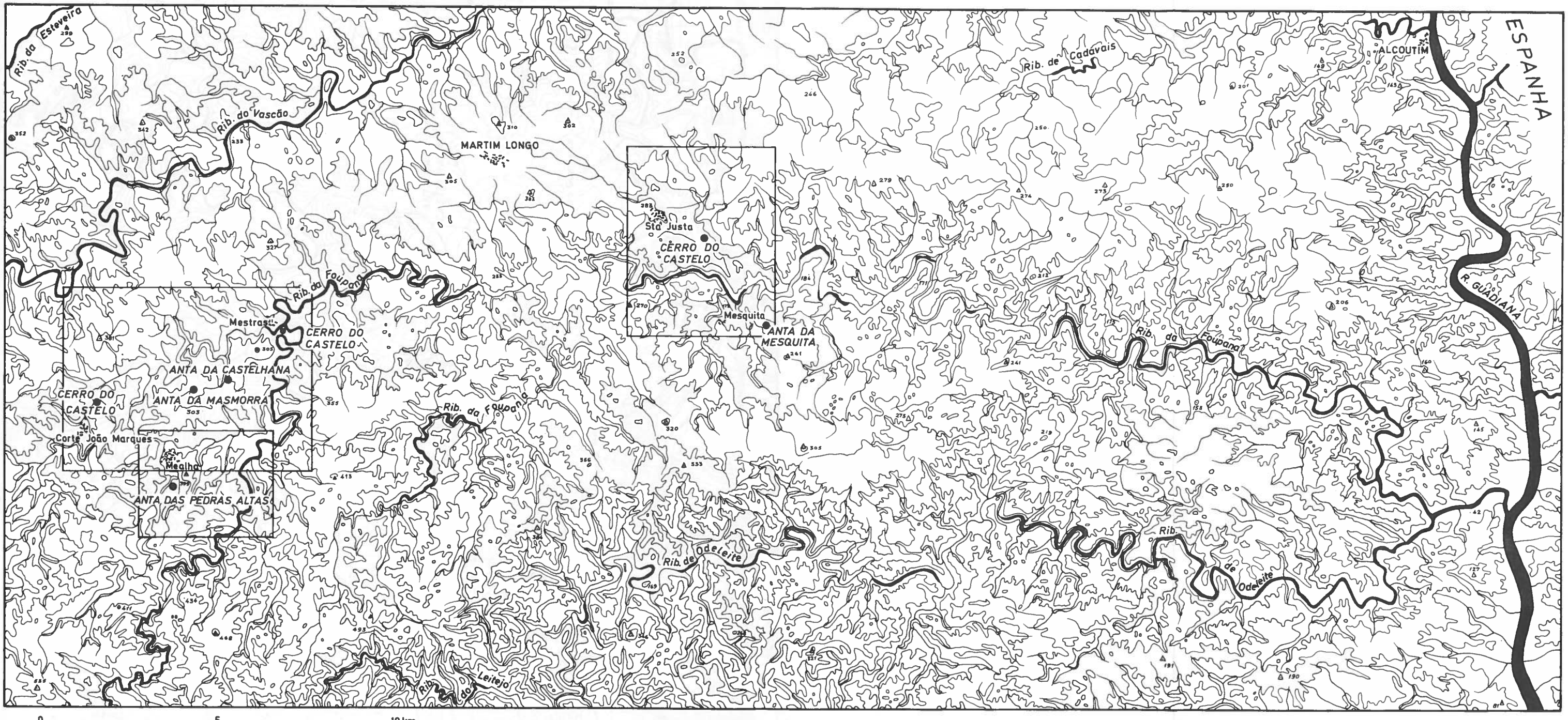


Fig. 1.1. (*em cima*) Localização da área estudada, na Península Ibérica.

Fig. 1.2. (*a seguir, em desdobrável*) A área em que se localizam os monumentos e sítios.

Fig. 1.3. (*na página seguinte*) Ampliação de uma primeira área assinalada na Fig. 1.2. 1: 25 000.


Rib. da Esteveira
Rib. do Vascão
MARTIM LONGO
Rib. da Foupana
Mestras
CERRO DO CASTELO
ANTA DA CASTELHANA
CERRO DO CASTELO
ANTA DA MASMORRA
Corte João Marques
Mealhas
ANTA DAS PEDRAS ALTAS
Sta Justa
CERRO DO CASTELO
Mesquita
ANTA DA MESQUITA
Rib. de Cadavais
ALCOUTIM
ESPANHA
R. GUADIANA
Rib. da Foupana
Rib. da Foupana
Rib. de Odeleite
Rib. de Odeleite
Rib. do Leitejo
0
5
10 km
equidistância das curvas de nível 50m

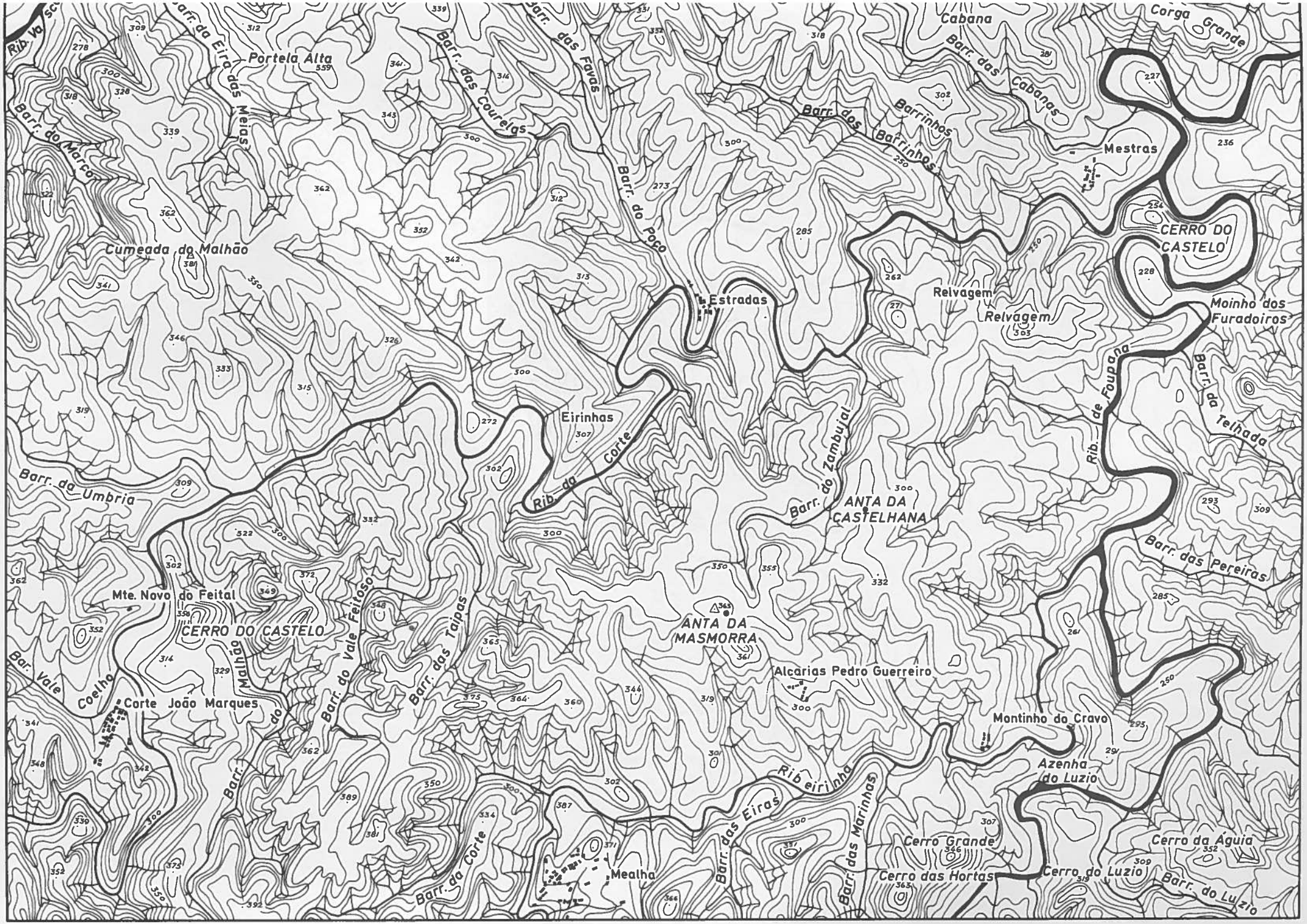

Portela Alta
Barr. da Eira das Meias
Barr. das Courelas
Barr. das Favas
Barr. do Marco
Cumeada do Malhão
Barr. do Poço
Estradas
Cabana
Barr. das Cabanas
Barr. dos Barrinhos
Mestras
Corga Grande
CERRO DO CASTELO
Relvagem
Moinho dos Furadoiros
Rib. de Foupana
Barr. da Telhada
Eirinhas
Rib. da Corte
Barr. do Zambujal
ANTA DA CASTELHANA
Barr. da Umbria
Barr. das Pereiras
Mte. Novo do Feital
CERRO DO CASTELO
Barr. do Vale Feitoso
Barr. das Taipas
ANTA DA MASMORRA
Alcarias Pedro Guerreiro
Barr. Vale Coelho
Corte João Marques
Barr. do Malhão
Montinho do Cravo
Azenha do Luzio
Ribeirinha
Barr. das Eiras
Barr. das Marinhas
Barr. da Corte
Mealha
Cerro Grande
Cerro da Aguia
Cerro das Hortas
Cerro do Luzio
Barr. do Luzio



Fig. 1.4. Ampliação de uma segunda área assinalada na Fig. 1.2. 1: 25 000.



Fig. 1.5. Ampliação de uma terceira área assinalada na Fig. 1.2. O ponto a negro indica o *tholos* da Eira dos Palheiros; a pequena estrela no canto inferior direito, a sepultura (não escavada) da Mesquita. 1:25 000.

Altas e Castelhana, justificaram a sua inclusão, ao lado de outro monumento tardiamente descoberto, o *tholos* da Eira dos Palheiros.

As conexões espaciais entre monumentos funerários e povoados não são simples. Aceita-se aqui como possível que, a haver um segundo momento de ocupação na Anta da Castelhana, ele coincida com o Calcolítico, como menos provável que um enterramento do Neolítico final ou do Calcolítico possa ter sido efectuado na Anta das Pedras Altas e que o *tholos* da Eira dos Palheiros tenha sido construído quase certamente pelos calcolíticos de Santa Justa.

A primeira fase da Castelhana, um discutível primeiro enterramento das Pedras Altas e, possivelmente, a Anta da Mesquita pertencem a um povo de que se não encontraram traços de habitação. Nem sequer sabemos se por terem vivido em vales sistematicamente agricultados desde a Pré-História, por raras serem as terras férteis do Alto Algarve, ou por percorrerem caminhos de transumância, com poiso precário de que não sobrou vestígio.

Falar de megalitismo e metalurgia não deve, aqui, ser entendido exactamente como o cerne da questão, ainda que a mancha espacio-cultural dos construtores de megálitos estivesse presente em toda a pesquisa. Os metalurgistas do cobre do Alto Algarve Oriental conheciam, tal como os que edificaram no Monte Novo dos Albardeiros a *Estrutura 2*, as práticas funerárias que chamamos, *stricto sensu*, de megalíticas. Mas se frequentemente usaram monumentos já construídos para neles depositarem os seus mortos, quando tiveram de os construir fizeram-no muitas vezes de forma diversa. Os prováveis significados desta situação serão também discutidos.

Todo o suporte do presente estudo assenta em trabalho de campo que decorreu ao longo de dez anos, em condições que estou longe de considerar ideais. Teria sido impossível sem o apoio de indivíduos e instituições a que se fez referência supra.

Para além das prospecções de terreno, três campanhas de escavação decorreram em Corte João Marques e sete em Santa Justa. Resumos e breves notícias das escavações de Corte João Marques foram entretanto divulgados (Gonçalves, 1979a, 1980b, 1980i), enquanto os Relatórios de Campo de Santa Justa eram objecto de publicação regular (Gonçalves, 1980g, 1981a, 1981b, 1982b, 1983-84i, 1983-84j). Textos específicos foram também produzidos, quer sobre aspectos particulares do sítio (Gonçalves, 1983-84c) quer definindo em termos gerais os problemas da sequência do povoamento (Gonçalves, 1982c). Referências internacionais foram, também, feitas aos trabalhos, duas em estudos de primeira grandeza (Guilaine, 1981: 288; Arribas e Molina, 1984: 80).

Mas se os objectivos amplos eram os enunciados, não fizeram esquecer o modo como, ainda hoje, penso que devemos começar: este estudo é *também*, e talvez *antes do mais*, o estudo de estruturas e artefactos de lugares específicos, Corte João Marques, Santa Justa, Pedras Altas, Castelhana, Eira dos Palheiros e do que, com eles, se aprendeu.

Essas estruturas e artefactos são aqui encarados por eles próprios e pelo que representam. Não se escolheu a perspectiva falsamente erudita e culturalmente artificial de procurar, sistematicamente, listar todas as comparações possíveis, todo o monumento, sítio ou museu onde se encontram paralelos para um caco decorado ou uma ponta de seta. Mas, quando tal foi considerado útil e informativo, recorreu-se ao mapa de distribuição e à referência a outros contextos. Não se tentou, igualmente, descrever os artefactos de uma forma a tal ponto exaustiva que a listagem dos atributos se tornasse no primeiro objectivo. Mas houve preocupação de, com recurso a *hardware* e *software* adequados, proceder a descrições e ordenação dos atributos considerados essenciais e, sobretudo, significantes. *Hardware* que consistiu, normalmente, em meios limitados: um computador pessoal Amstrad PC1640 HD20, de 640 K de RAM, que substituiu modelos de 128 e 512 K usados anteriormente. A nível de *software*, houve recurso à versão mais recente do *DataBase III+* (da Ashton-Tate), do *Chart* (da Microsoft) e do *Gemgraph* (da Amstrad), da nova versão do *Reflex* (da Borland) e da versão adaptada do *Wordstar* (da MicroPro International). Sistemas mais sofisticados não chegaram, infelizmente, a tempo de serem usados nesta fase.

Os trabalhos não podem considerar-se encerrados, sobretudo a nível da prospecção muito resta ainda por fazer (e esperamos que venha a ser feito, se para tal as condições vierem a ser criadas). Mas é o momento de se fazer balanço geral, ainda que por amostragem. Esta compreendeu sempre, artefactualmente falando, a totalidade da população no que se refere ao trabalho da pedra, do osso e do metal e, naturalmente, dos artefactos ideotécnicos. No caso das cerâmicas, analisou-se a totalidade das recolhas de Corte João

Marques, mas o elevado número de registos (3 300 com referências tridimensionais para as cinco primeiras campanhas e número quase dez vezes superior para os fragmentos não reconstituíveis) tornavam tal opção de discutível viabilidade para Santa Justa. Assim, escolheram-se duas áreas consideradas de primeira importância, uma compreendida na quadriculagem do terreno entre J-K-L/11-12. e outra entre H-I/24-25, com superfícies de 24 e 16 m^2, respectivamente. Outra amostra compreendeu, para as primeiras cinco Campanhas, os fragmentos cerâmicos cotados, provenientes de toda a área escavada intra-muros, que ofereciam melhor possibilidade de reconstituição gráfica, mas não foi possível incluí-la aqui.

Em qualquer dos casos, entendi publicar, fora destes critérios, os registos que apresentavam particularidades a reter. Por exemplo, o fundo de prato K.12.-93, com raios de sol brunidos no interior, a cerâmica decorada, escassíssima, o pequeno fragmento de vaso de calcário H.18.-22 , o provável fundo de «copo» decorado L.13.-20 ou o fragmento de cincho esferoidal H.18.-64. Por razões óbvias, considerado o seu número elevado em Santa Justa e o interesse em completar a recente síntese disponível (Gasull, 1984), assim também se procedeu no que aos suportes de vaso diz respeito, não sendo despiciendo recordar que os exemplares que em Portugal foram pela primeira vez registados e publicados eram exactamente provenientes de Santa Justa (Gonçalves, 1982b: fig. 1 e 2).

1.3. DISCUSSÃO PRÉVIA DO PROJECTO

Entre o plano deste trabalho e a sua estrutura não existem discrepâncias, uma vez que um gerou a outra, mas a leitura do primeiro pode produzir uma falsa e decepcionante ideia: o desequilíbrio dos seus componentes. Nada mais errado, como se veria logo. Os componentes correspondem à extensão da informação recolhida, o que se reflecte, naturalmente, em termos quantitativos, no produto final.

A apreensão de dados factuais em Arqueologia depende não apenas da intensidade de trabalho num sítio ou monumento, mas dos próprios contextos na origem, e do que lhes sucedeu posteriormente, o «segmento arqueológico do mundo real».

O Cerro do Castelo de Corte João Marques foi profunda e sistematicamente arroteado, e de tal maneira que no seu topo restam escassos quinze centímetros de sedimentos. Aí, nesse específico lugar do povoado, apenas podemos falar de ocupação por se terem recolhido dezenas de pequenos fragmentos de cerâmica de revestimento, indício de que realmente existiram algures, mas não necessariamente aí, as cabanas em que ela foi utilizada como impermeabilizador de paredes. Outro tanto quase aconteceu na encosta Este, onde ainda assim foi possível detectar estruturas de *habitat*.

Em Santa Justa, apesar das destruições que também tiveram lugar, particularmente no primeiro quartel do nosso século, as estruturas do dispositivo defensivo evitaram a erosão registada em Corte João Marques e protegeram associações de artefactos bem como as próprias e mais frágeis estruturas internas. Ainda que com as suas torres decapitadas pela agricultura e pelo deliberado desmonte efectuado por proprietários, Santa Justa sobreviveu, indiscutível sinal da robustez da sua construção.

Apesar de referido a nível da estratégia de povoamento, particularmente em SETE, o Cerro do Castelo das Mestras não foi alvo de qualquer sondagem. A densa arborização e as difíceis condições logísticas justificaram esta decisão. No entanto, a soberba implantação do sítio confirma as razões que já se detectavam em Corte João Marques e a preocupação quase obsessiva com a defesa que a escolha do local patenteia.

Quanto aos monumentos funerários escolhidos para estudo, como complemento das actividades «vivas» das comunidades que se analisavam, é sabida toda a complexidade da sua associação aos povoados. Exceptuando dois recentes casos, cujo estudo agora começa, Monte Novo dos Albardeiros e Sala n.º 1/S. Lourenço/ Outeiro das Sepulturas, não se conheciam ligações indiscutíveis entre povoados e necrópoles desta época, salvaguardados os casos espanhóis de Los Millares e Barranquete e o português de Alcalar. Vila Nova de S. Pedro e Zambujal não revelaram qualquer necrópole em associação e só créditos avultados e um programa integrado de pesquisa o poderá vir a permitir.

Não escondo que hesitei em aqui os incluir, como antes em os aproximar. Escavados com grandes restrições, sem autorização dos proprietários para sondar eventuais estruturas envolventes, rodeados de searas por ceifar, no caso de algumas das antas, os trabalhos estão longe de me terem satisfeito. Mas, ameaçados de novas destruições, arriscava-se a perda da pouca informação sobre o até então desconhecido megalitismo da serra.

No que se refere à sua conexão com os povoados, num mesmo espaço eles estavam. Espólio parcialmente comparável acabaram por evidenciar. A sincronia da sua utilização é defensável. Apesar da escassez e do estado da informação, decidi propor a sua correlação.

A nível da integração geral do espaço estudado, haveria também que fazer opções. À medida que a investigação decorria, menos nítida me parecia a noção de «Sudoeste Peninsular» aplicada a esta mancha civilizacional. E a emergência de uma ainda mais ampla região (poderíamos chamar-lhe *Sul Peninsular*, com as vantagens de uma outra amplitude de focagem) ganhava contornos, envolvendo múltiplas particularidades regionais. Particularidades demasiado dispersas para que as pudéssemos dissolver num mais curto e insuficiente Sudoeste. Mas também contrastando com «factores de unidade» que haveria que ter presentes, situando os grupos locais em parâmetros obrigatoriamente mais amplos, desde a calcolitização do Sul Peninsular às manifestações arqueometalúrgicas do Centro/Sul de Portugal.

Por ordem de proximidade regressiva, procuraram-se paralelos no Algarve «litoral» e no Baixo Alentejo, em Huelva e no Sudeste, mas seria absurdo não referir, pelo menos no que às fortificações diz respeito, outras áreas do Centro/Sul de Portugal, Monte da Tumba, Escoural, Vila Nova de S. Pedro, Pedra d'Ouro e Zambujal.

Este trabalho é (e não pretende ser outra coisa) uma simples aproximação integrada, de onde o subtítulo. Uma aproximação feita a uma realidade irrecuperável, de que nos restam escassos fragmentos, ainda assim seriamente danificados. E também uma reflexão feita ao longo de dez anos de trabalho de campo, com escassos apoios locais e em difíceis condições, como se tem repetido. Se os resultados nem sempre nos agradam, resta-nos a convicção que se fez o melhor possível. E, particularmente a partir da segunda campanha de Corte João Marques e desde a primeira de Santa Justa, pela primeira vez se usou exaustivamente em Portugal o método do registo tridimensional dos artefactos. Mais de cinco mil registos traduzem esta preocupação, ganha na certeza da razão que levou Leroi-Gourhan a escrever conhecidas páginas. Porque, como ele recordou oportunamente, os Homens não vivem como moscas, na vertical das estratigrafias. E no registo minucioso dos seus artefactos se encontra a única forma de, eventualmente, se reconstituirem associações e contextos.

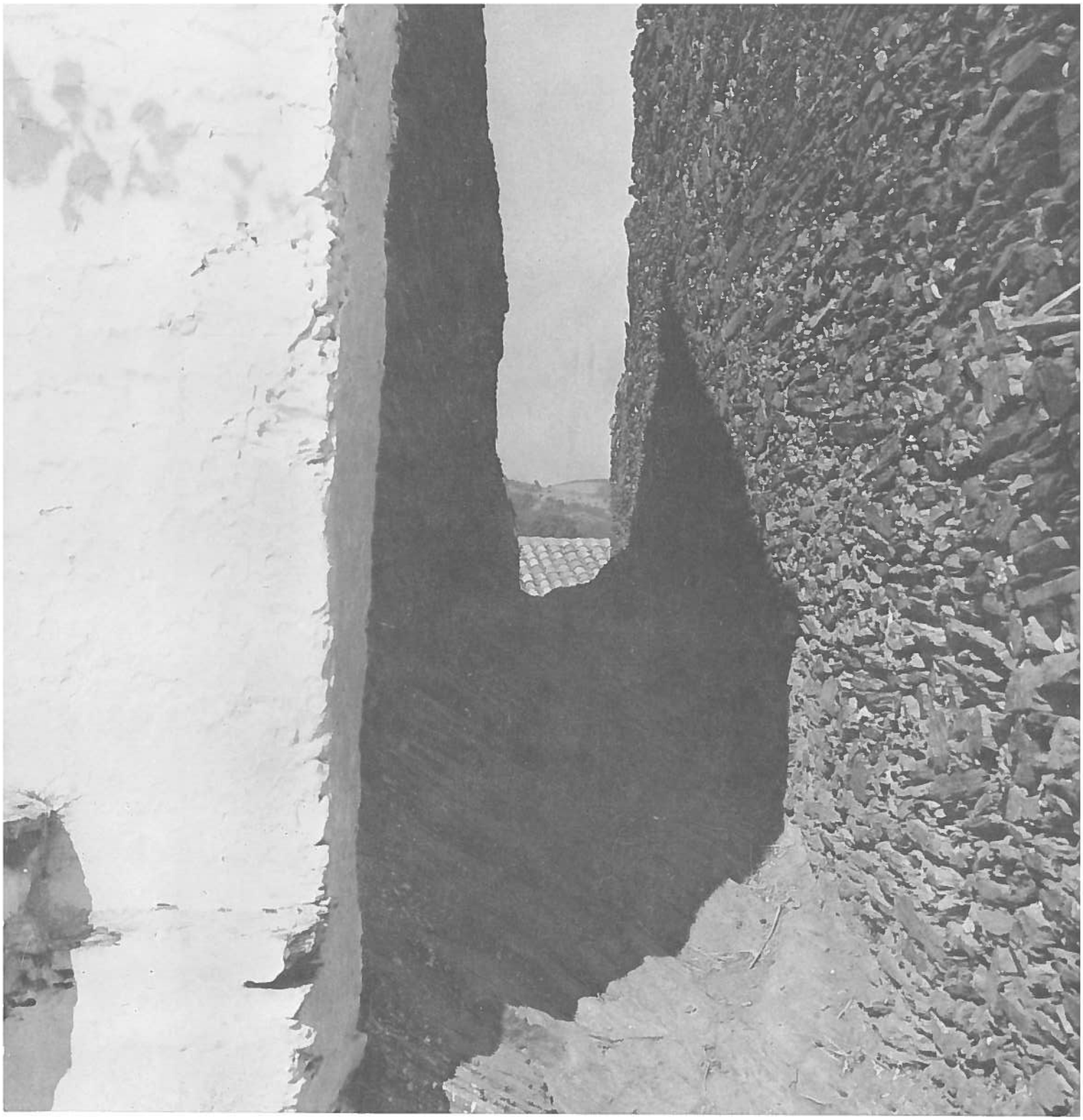
Esta, uma condição de base presente ao longo das páginas seguintes.

Termino por onde talvez devesse ter começado: megalitismo *e* metalurgia?

Metalurgia entende-se sem explicação adicional: em Corte João Marques e Santa Justa, os conteúdos dos inventários não deixam a menor margem de dúvida sobre a intensa actividade metalúrgica que se assinala logo a partir dos primeiros momentos de ocupação. Actividade que, consideradas as dimensões dos sítios, parece ser largamente superior à dos povoados estremenhos.

Mas *Megalitismo*, porquê? Permitem as escassas antas escavadas generalizações sem risco? Poderá agora dizer-se que o título escolhido para este trabalho manteve a designação que capeava originalmente um projecto do programa de investigação da diacronia do Algarve Oriental, não resumindo necessariamente as suas últimas conclusões. Procurava-se um modelo de povoamento (e as estruturas da morte que a ele correspondiam). A escavação e a análise dos monumentos megalíticos confirmou o que se sabia de outros lugares: se a construção de megálitos pode eventualmente ser muito antiga, o seu reaproveitamento posterior define um espectro de uso que abrange claramente o Calcolítico, onde estas estruturas continuam a ser usadas, quando não construídas, independentemente da adopção de outras.

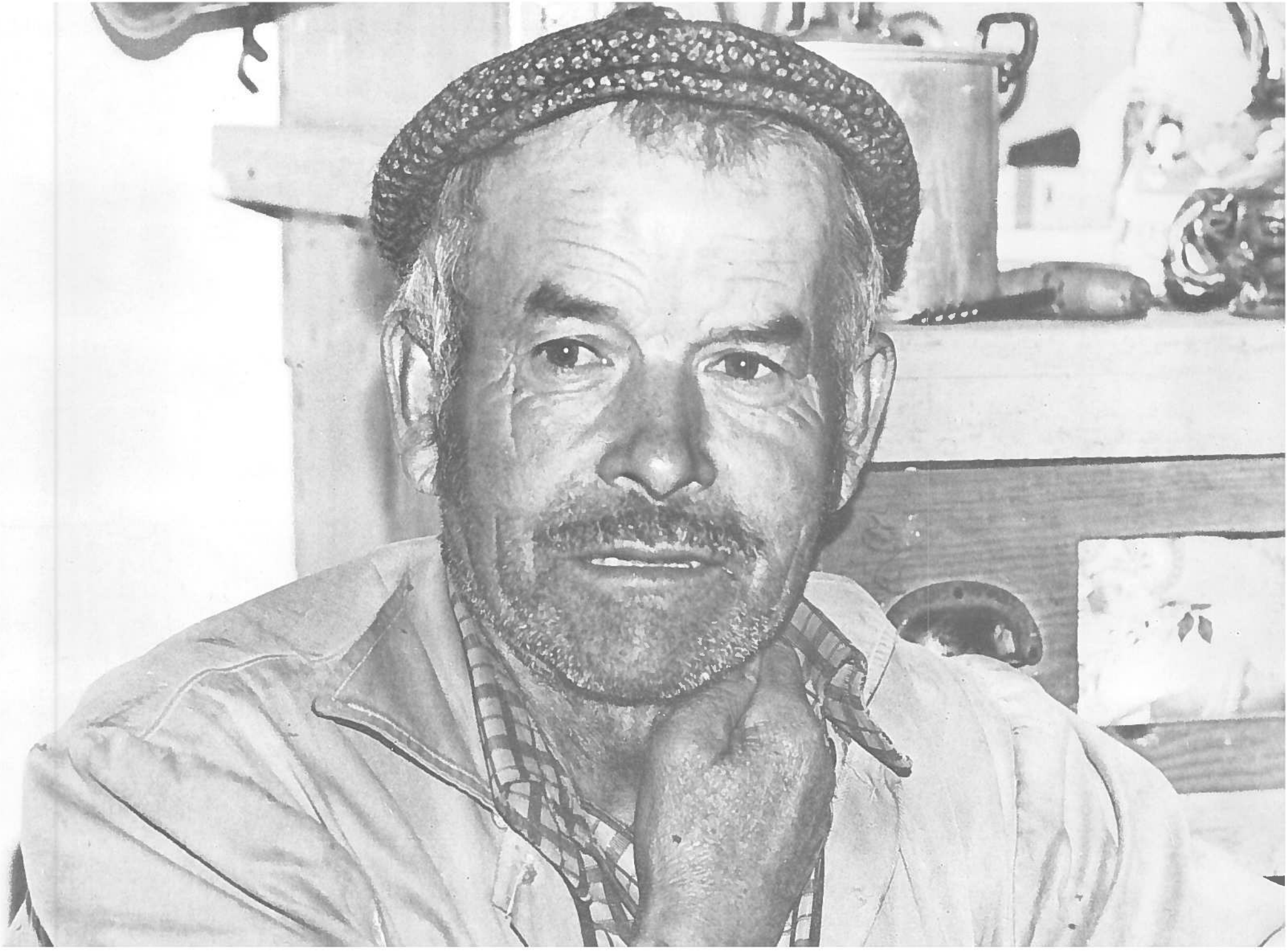
Na Anta do Curral da Castelhana, o momento correspondente aos construtores poderia, eventualmente, agrupar um núcleo muito preciso de materiais, incluindo placas de xisto com decoração geométrica. A utilização calcolítica, imediatamente posterior, evidencia o que dissémos atrás.

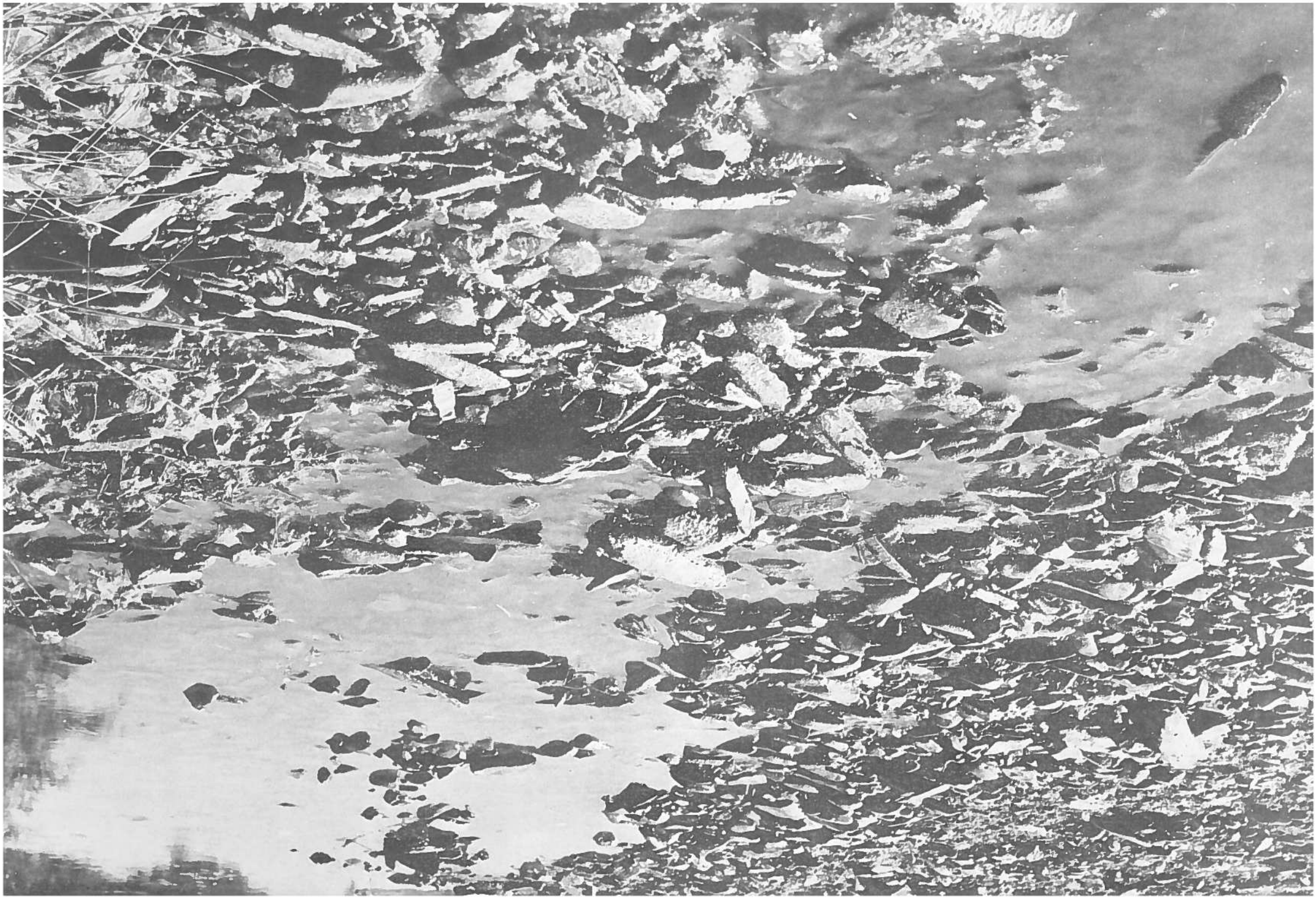


Imagens nos inícios das Campanhas da Serra

(*em cima*)
Corte João Marques, 1978: rocha, pedra seca, cal e telha
(*a seguir*)
— Monte da Mealha, 1977: o Senhor António dos Reis.
— Ribeira da Corte, Outubro de 1978: escassos pegos são excepção a pedras secas, areias, lodo e alguma (pouca) água.
— Monte da Mealha, cercanias, 1978: tempo de colheitas

(fotos do Autor)





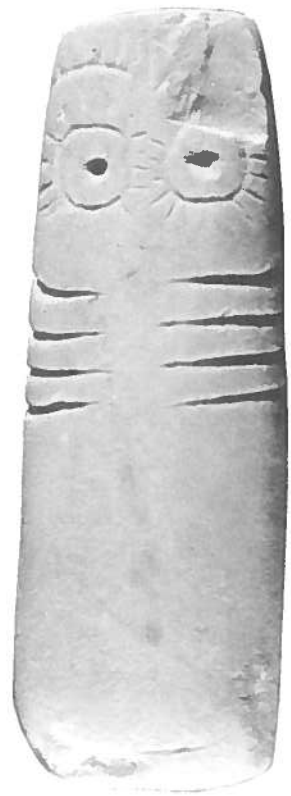


Nas Pedras Altas, a presença de geométricos (e de um micro-buril) está longe de poder significar obrigatoriamente antiguidade dentro do megalitismo. Como veremos, micrólitos há-os em muitos sítios, no Algarve Ocidental (em Monchique), muito provavelmente calcolíticos.

O *tholos* da Eira dos Palheiros, se continha artefactos algo bizarros nem por isso deixa de possuir uma estrutura claramente calcolítica, usando a expressão no seu âmbito mais lato.

E se o *habitat* dos primeiros construtores de megálitos nos escapa frequentemente, os que se lhes seguiram, esses, pela própria natureza da sua adaptação ao espaço, deixaram traços bem mais nítidos.

DOIS
O NEOLÍTICO EVOLUÍDO E O CALCOLÍTICO NO ALGARVE: O ESTADO PRÉVIO DA QUESTÃO



«This is a period of major change in the European prehistoric sequence. Beginning in the later fourth millennium many parts of Europe underwent a process of agricultural intensification. In temperate Europe this involved the integration of plough agriculture and wheeled transport involving animal traction with the keeping of animals for milk and wool production, to form an expansive mixed farming system.»

Champion *et al.*, 1984: 153 (seguindo, aparentemente, Sherratt, *op. var.*)

Fig. 2.0. (*na página anterior*) ídolo cilindro tipo Moncarapacho proveniente da Lezíria de Castro Marim (Gonçalves, 1980e). 1:1.

DOIS
O NEOLÍTICO EVOLUÍDO E O CALCOLÍTICO NO ALGARVE, O ESTADO PRÉVIO DA QUESTÃO

2.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Diversos monumentos e sítios e, no mínimo, duas questões forneceram informação e indicaram ângulos de leitura para uma compreensão adequada do Neolítico evoluído e do Calcolítico no Algarve. E isto tão precocemente que alguns de esses lugares desapareceram já (parte dos complexos funerários de Alcalar), outros se encontram mutilados (Ferradeira) e alguns ainda por relocalizar (Nora, Marcela), se é que não foram também completamente destruídos...

Independentemente de notícias avulsas, sem significado, coube a Estácio da Veiga (1828--1891) promover a «Carta Archeologica do Algarve», da qual é encarregue oficialmente em 1877. Sabemos que os resultados do seu trabalho, largamente apoiado por colaboradores anónimos e por outros cujos nomes conhecemos (Nunes da Glória, por exemplo) foram consubstanciados nos quatro volumes intitulados «Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos.» (Lisboa, 1886, 1887, 1889 e 1891).

Este projecto, com antecedentes fora do Reino, mas absolutamente inédito entre nós, na extensão, objectivos e relativa qualidade, só seria retomado quase cem anos depois pelo Centro de História da Universidade de Lisboa. O projecto CAALG (Carta Arqueológica do Algarve), experimentou, aliás, ainda mais dificuldades que as sentidas pelo pioneiro algarvio no século passado (Gonçalves, 1979b: 106-115).

Basicamente, na quase totalidade dos casos e até ao arranque do projecto CAALG, os progressos verificados resultam de pistas deixadas nos textos de Estácio da Veiga.

Santos Rocha, no Monte Velho; Abel Viana, Formosinho e Lyster Franco, com Veiga Ferreira, em Alcalar; neste mesmo sítio, Tavares da Silva e Joaquina Soares, Arnaud e Gamito, são claras evidências da manutenção de um grande interesse e expectativa em torno dos monumentos e sítios publicitados nas Antiguidades.

Entre as escassas excepções, incluindo-se na série dos não localizados por Estácio da Veiga, temos um sítio e um complexo de sítios de peculiar interesse, uma vez que, para alguns, despoletam aspectos relacionados com duas das mais fascinantes questões da Pré--História europeia: as origens e os últimos momentos do megalitismo. E, indirectamente, a problemática dos caminhos de expansão dos portadores de vasos campaniformes.

Antes, porém, de abordarmos estas questões, haveria que reconhecer, para além da sua magna importância, o seu impacto mínimo. A tal não será estranha uma clara ausência de registos de campo convincentes, a deficiente documentação gráfica produzida e a abordagem puramente artefactual de uma realidade que se não resume forçosamente

a geométricos, machados de secção circular, sepulturas cistóides, cerâmicas «arcaicas» ou «evoluídas» e artefactos de cobre.

Veremos, agora, não a listagem exaustiva de monumentos e sítios do Neolítico e do Calcolítico no Algarve mas o «estado da arte» no momento em que novas interrogações se avolumaram e permitiram o reposicionar dos problemas em discussão. E esse «estado da arte» passa, obrigatoriamente, pela análise de monumentos e sítios considerados nucleares para possíveis avanços nas sínteses possíveis. Monumentos e sítios que são o complexo habitacional e funerário de Alcalar, as necrópoles de Monchique, os monumentos de Nora e Marcela. Duas questões serão, depois, abordadas: a da especificidade do megalitismo algarvio, e do lugar do «megalitismo em cistas» na diacronia megalítica, e a de Ferradeira (ou como termina o Calcolítico num Algarve de onde, até hoje, o Campaniforme está ausente).

Conviria explicar, também, as razões porque, a não ser excepcionalmente, se evitou falar aqui de Neolítico «médio» e neolítico «final», usando-se à cabeça uma expressão que poderá ser acusada de ambiguidade. Mas, em verdade, se dificilmente conseguimos definir o Neolítico «médio» no Centro do território, e se somos, demasiado frequentemente, tentados a associá-lo, no Sul, e talvez erradamente, a um importantíssimo fenómeno (o megalitismo «clássico») o certo é que este não pode ser sobrevalorizado a ponto de englobar a totalidade dos sub-sistemas de uma cultura. Particularmente no Algarve, de onde esse mesmo megalitismo está praticamente ausente da maior parte do espaço.

A concepção tripartida de períodos e épocas é um fenómeno artificial que conduz, frequentemente, a visões demasiado lineares e insuficientemente expressivas. Para o extremo sul de Portugal, não é difícil falar-se de Neolítico antigo, se tomarmos em linha de conta o espólio da Cabranosa (Zbyszewski *et al.*, 1981), e mesmo numa sua fase claramente evoluída, a acreditarmos na Caramujeira (Varela Gomes *et al.*, 1978: 35-72). Mas o espaço cronológico-cultural entre estes sítios e Alcalar/Nora/Marcela permaneceria em absoluto por preencher, se desconhecessemos Monchique. Só que este último conjunto de necrópoles não está ainda conectado a qualquer povoado e a época em que as escavações foram feitas não permitiu um leque de leituras maior daquele hoje disponível.

De onde a opção.

2.2. MONUMENTOS E SÍTIOS

2.2.1. *O complexo habitacional e funerário de Alcalar, Vidigal e Monte Velho*

2.2.1.1. *Observações preliminares*

A principal área de povoamento correspondente aos monumentos funerários de Alcalar não se encontra afastada, sendo apenas de 150 m. a distância que a separa de um deles. Como acontece frequentemente no Calcolítico, a necrópole não está grupada de forma sistemática nem há traços de uma deliberada gestão do espaço. Os monumentos envolveriam o povoado, se outras áreas de povoamento anexas não estivessem muito provavelmente conectadas à extensa necrópole.

Àcerca do povoamento da região, e ainda antes da recente identificação da área de povoamento a que me refiro, já se escrevia no séc. XIX:

> «A oes-sudoeste do muro do caminho para o poço e a uns 200 metros, em monte elevado, ha habitações subterraneas não exploradas (...) [e] no sitio do Casarão das Freiras, ha outros similhantes covões, estando um d'elles mui visivel junto de um forno de cal»
>
> (Estácio da Veiga, 1889: 33)

É esta uma região de baixas altimetrias, cerca das ribeiras do Farelo e do Verde. O monumento de cota mais alta identificado por Estácio da Veiga não ultrapassa os 74 metros, menos um que o povoado principal.

A região evoluiu muito desde a descoberta dos monumentos e não faz hoje sentido a primeira descrição do sítio:

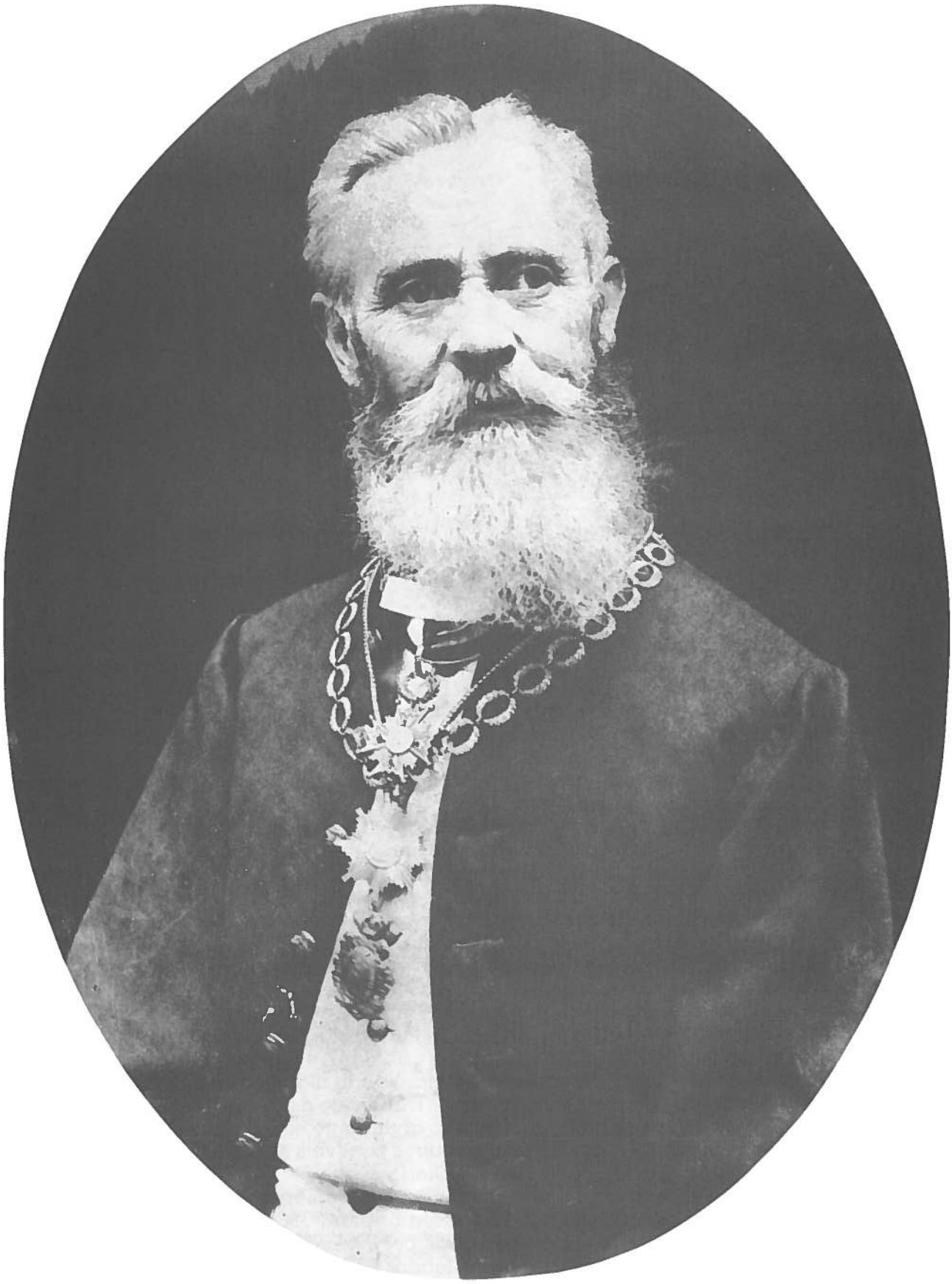


Fig. 2.1. Estácio da Veiga (1828-1891). O fundador da cartografia arqueológica do Algarve e um dos pioneiros da arqueologia portuguesa.

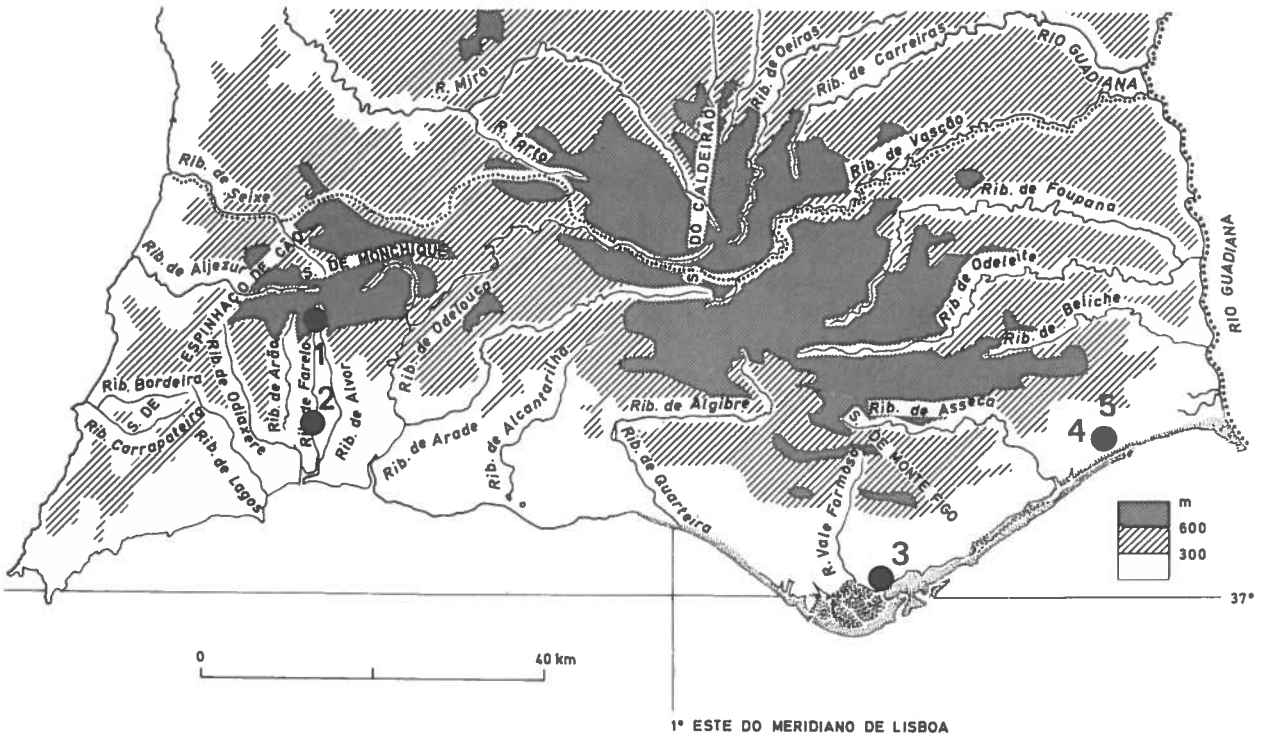


Fig. 2.2. Localização das necrópoles de Monchique (1), do povoado e necrópoles de Alcalar (2), dos monumentos de Ferradeira (3), Nora (4) e Marcela (5).

> «Ninguem cuidaria certamente que aquelle escampado occultava no amago das suas pouco levantadas collinas os restos de uma população que, tendo vivido na ultima idade da pedra, viu raiar as primeiras auroras da industria metallurgica no Occidente; mas lá estavam nitidamente congregados nas cryptas, nichos e galerias de famosos monumentos, mui cuidadosamente cobertos de espessos monticulos de pedra e terra, com que os constructores pretenderam defendel-os dos ultrajes do tempo e da profanação dos viandantes»
>
> (Estácio da Veiga, 1889: 132)

Hoje, e apesar da classificação da necrópole como monumento nacional, a paisagem alterou-se irremediavelmente, sendo (excessivamente) visíveis casas de construção recente, quintais e pequenas áreas de exploração agrícola. Os monumentos que restam estão, quase todos, em deficiente estado de conservação. Um deles era recentemente utilizado como galinheiro, noutro passeavam patos marrecos ainda em 1987.

A necrópole de Alcalar, entendida aqui no seu sentido mais amplo, foi objecto de quatro grupos de escavações. Considerando as condições específicas de cada um deles, achou-se por bem separar a análise dos monumentos, antes de uma discussão geral.

O primeiro núcleo foi identificado em 1880 pelo Padre António José Nunes da Glória. O pároco tinha encontrado Estácio da Veiga em trabalho de campo, no sítio da Mesquita (1887), ajudara-o e interessara-se por Arqueologia. Vendo algumas colinas suspeitamente artificiais em Alcalar, decidiu-se a escavar uma. Tratava-se do monumento 1, o único dolmen do conjunto, e a sua exploração revelou tão abundante espólio que Estácio da Veiga se decidiu não só a estudá-lo como a procurar outros possíveis túmulos. O que viria a fazer em 1882, sempre com o auxílio de Nunes da Glória.

Nesta segunda fase, escavaram-se os outros seis monumentos e os resultados, posteriormente divulgados, correram mundo (Estácio da Veiga, 1886, 1889).

Um segundo grupo de monumentos é escavado por Pereira Jardim, muito provavelmente em Dezembro de 1900, sendo os resultados divulgados posteriormente (Santos Rocha, 1904).

Em 1906, o notável investigador que foi Santos Rocha prospecta uma área no Monte Velho, não longe de Alcalar, entusiasmado pelo facto de ser a costa algarvia «... a mais rica do paiz em monumentos prehistoricos.» (1911:27) e por lhe faltar informação sobre um

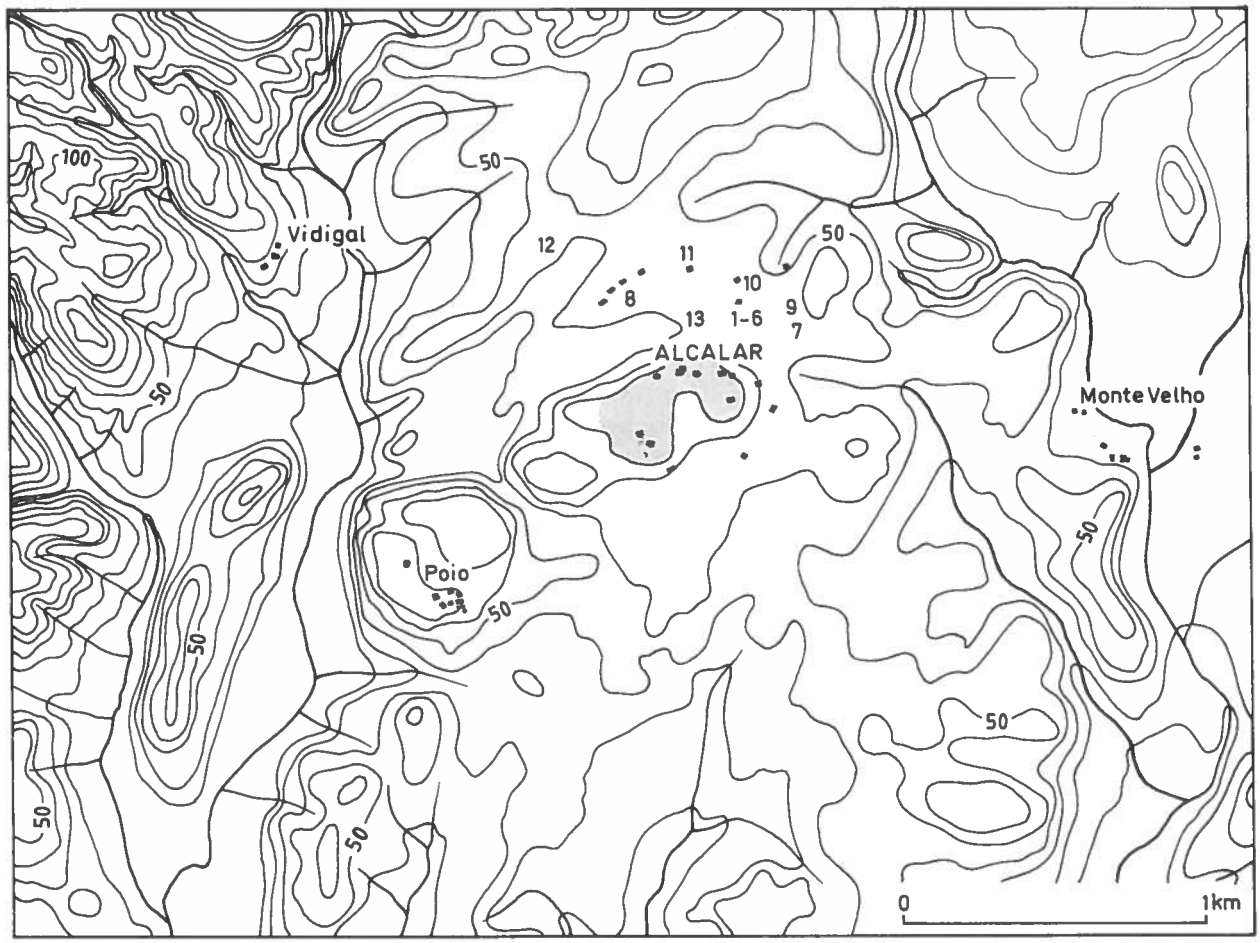


Fig. 2.3. O povoado e as necrópoles de Alcalar. A numeração dos monumentos é a que lhes foi atribuída por Georg e Vera Leisner (Die megalithgräber...).

período que muito lhe interessava. «Mas é certo que a fortuna nunca nos havia favorecido com achados d'esta natureza: relativamente ao começo do metal tinhamos de regular-nos pelo testemunho de outros investigadores.» (*ibidem*: 29).

Três monumentos são, então, escavados.

Em 1933, José Formosinho recebe como incumbência, por parte da Direcção Geral dos Monumentos e Edificios Nacionais, a limpeza do sítio de Alcalar, cujo aspecto confrangedor, ontem como hoje, sempre indignara mais estrangeiros que nacionais e em relação ao qual, numa atitude que lhes é historicamente propria, os algarvios do litoral exibiam absoluta indiferença.

Em texto publicado posteriormente, divulgaram-se alguns materiais, referindo-se a descoberta «... perto dos monumentos já conhecidos [de] cinco não explorados, assim como um pequeno silo rebocado interiormente com uma camada de barro mal cozido, de dois centímetros de espessura, sendo a cozedura produzida por meio de fogo ateado dentro do próprio silo.» (Viana *et al.*, 1953: 99-100).

Resta registar que as áreas de povoamento de Monte Canelas, Poio e Alcalar não se encontram ainda integralmente prospectadas. Os dois textos publicados recentemente sobre Alcalar também não esgotaram as possíveis recolhas de superfície: foi-nos dado observar numerosas cerâmicas, percutores e componentes de mó (diversos moventes e um dormente) em plena área de povoamento.

2.2.1.2. *O povoado*

Situado numa pequena elevação alongada, tem as coordenadas Gauss X: 159.3 e Y: 25.7 (CMP 594, 1952).

O sítio está englobado na freguesia da Mexilhoeira Grande, concelho de Portimão, distrito de Faro.

Os dois estudos disponíveis (Silva e Soares, 1976-77 e Arnaud e Gamito, 1978) são, na realidade, duas notas preliminares, aguardando-se com moderada expectativa os resultados das escavações aí conduzidas posteriormente e as datações ^{14}C que parece terem sido obtidas entre 1979 e 1980.

Os dados, apresentados desigualmente pelos dois conjuntos de autores, referem-se, naturalmente, a uma mesma realidade e aí reside uma das suas escassas semelhanças.

As recolhas de Tavares da Silva e Soares traduziram-se em raros artefactos líticos (restos de talhe, pedra polida e dois moventes) e a 65 fragmentos cerâmicos reconstituíveis, assim distribuídos:

taças em calote:	18
esféricos:	8
globular:	1
pote:	1

Analisando e tratando os dados fornecidos por aqueles autores, não será difícil apercebermo-nos de que os pratos constituem 34% do conjunto, as taças 51% e os esféricos apenas 12%. Nesta série, as formas abertas são largamente maioritárias. Das três formas mais comuns, os pratos de bordo «almendrado» surgem «minoritários», o que não deixa de ser curioso, com 29% da totalidade de esses exemplares. Mas a própria natureza da amostra (totalmente recolhida à superfície), e a sua extensão reduzida, não permitem que consideremos tal índice como indicador de grande peso.

Observando as formas, e a sua representatividade, fica-se por vezes com uma «desconfortável» sensação de ligeiro afastamento dos números apontados por Tavares da Silva e Joaquina Soares para outros povoados calcolíticos do Sul.

Com efeito, em Monte Novo os pratos de bordo «almendrado» representam 43% da amostra e no Cortadouro 22%, contra 20% em Alcalar. As taças em calote representam 28% no Monte Novo e 35% no Cortadouro, contra 28% em Alcalar. Mas o total de pratos é de 50% no Monte Novo e de 30% no Cortadouro, contra 34% em Alcalar, e o total de taças 40% no Monte Novo e 48% no Cortadouro, contra 51% em Alcalar.

Grosseiramente, seríamos tentados a aproximar Alcalar, preferencialmente, do Cortadouro, cujas características «evoluídas» parecem, mesmo no estado parcial dos nossos conhecimentos sobre o sítio, defensáveis.

Outros elementos não colhem específico significado, como é o caso dos «crescentes» cerâmicos, os pesos de tear em forma de linguiça típicos dos conjuntos calcolíticos do Sul Peninsular.

As recolhas de Arnaud e Gamito, e postas de parte observações interessantes mas discutíveis, senão despropositadas, sobre um fragmento cerâmico supostamente aproximável do campaniforme (Arnaud e Gamito, 1978: 281-282), não trouxeram muita coisa de novo, exceptuando a cerâmica de revestimento (que está longe de ser incomum nestes contextos) e os prováveis pesos de pesca.

As nossas próprias observações registaram dados similares, mas não se vislumbrou qualquer fragmento de cerâmica de revestimento em plena área do povoado. Vimo-los, sim, muito mal conservados e quase irreconhecíveis, a Sudoeste, numa área provavelmente limítrofe.

Todos estes materiais são indiscutivelmente calcolíticos, se bem que razões de método me impeçam de, sem reservas, apontar ou propor um enquadramento cronológico mais preciso. Os monumentos não pertencem, como veremos, a um único momento e é provável uma cronologia mais recente que o previsto para o povoado. Há, porém, que esperar a publicação das datações ^{14}C e novas escavações para que a questão possa ser resolvida.

2.2.1.3. *As necrópoles*
2.2.1.3.1. *O núcleo Estácio da Veiga/ Nunes da Glória*

Os primeiros monumentos a serem escavados em Alcalar, em número de sete, foram, como se disse, investigados por Nunes da Glória e Estácio da Veiga, que os viria a divulgar nas *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, particularmente no vol. III, onde são detalhadamente analisados.

Hoje, penso possível distribui-los por dois tipos, o segundo deles subdivisível em três variantes:

1. dolmen (monumento 1)
2. *tholoi*
   2.1. com câmara e corredor ortostáticos (na câmara, a falsa cúpula arranca dos ortóstatos): mon. 2 e 3.
   2.2. com câmara totalmente em falsa cúpula e corredor ortostático: mon. 4, 5 e 6.
   2.3. com câmara em falsa cúpula e corredor «tipo muro»: mon. 7.

Também, no que ao comprimento dos corredores diz respeito, me parece possível normalizarmos a linguagem. As expressões «curto», «médio», «longo» e «muito longo» devem, naturalmente, ser definidas, para que se tornem unívocas. Neste texto serão usadas com os seguintes parâmetros:

1. curto»: comprimento inferior ao diâmetro da câmara;
2. «médio»: comp. sensivelmente idêntico ao diâmetro da câmara;
3. «longo»: comp. superior ao diâmetro da câmara, até ao dobro deste;
4. «muito longo»: comp. superior ao dobro do diâmetro da câmara.

Em todos os casos, o diâmetro considerado para a câmara é o longitudinal, no eixo próprio ao desenvolver do conjunto.

Parece agora útil um resumo das características estruturais de cada um dos monumentos e do seu espólio, antes da discussão geral que se lhes dedica.

Tipo 1 (dolmen)

Monumento 1
(Estácio da Veiga, 1886: 213-219, 1889: 134-137)

Trata-se de um pequeno dolmen, com oito ortóstatos na câmara e um curto corredor fórmula 3+3. Uma estranha particularidade deste monumento algo incomum (as antas destas dimensões surgem geralmente com 7 esteios e não com 8) reside no reforço que Estácio da Veiga observou na câmara, em que cada ortóstato se duplicava, apoiado por outro no que seria a sua superfície de contacto com o *tumulus*. A câmara tem como diâmetros transversal e longitudinal 2.6 e 2.7 m. e o corredor mede 1.6 m.

Com uma atenção que infelizmente não será mantida nos outros monumentos, se descreve a estrutura tumular: «Uma camada de pedra serviu de assentamento ao outeiro artificial, seguindo-se-lhe outra de pedra miuda e finalmente a ultima de pedra menos miuda coberta de terra.» (Estácio da Veiga, 1889: 136).

Um excelente corte da estrutura acompanhava a planta do monumento.

O espólio recolhido em Alcalar 1 consta de fragmentos cerâmicos com decoração muito provavelmente simbólica (*millarense*?), placa com decoração geométrica, uma excelente série de pontas de seta alcalarenses (longas aletas, de dimensões sempre superiores ao comprimento da extremidade estritamente funcional), dois almofarizes de calcário, protótipos destas belas peças do Calcolítico do Sul, fragmento de alabarda, contas de colar cupiformes, machados, fauna marinha e terrestre.

PALEOETHNOLOGIA

ANTIGUIDADES MONUMENTAES DO ALGARVE

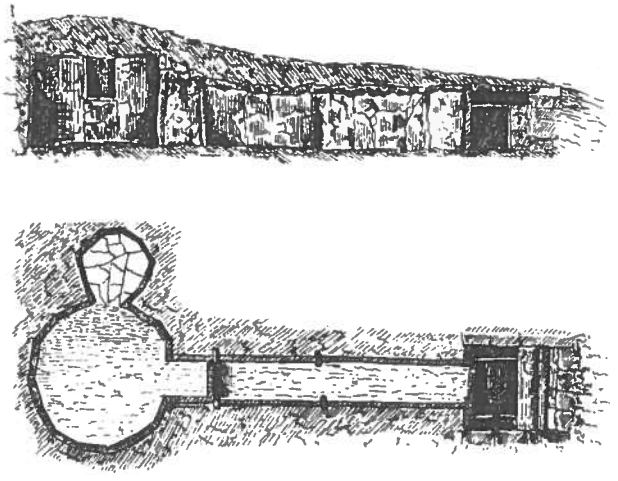
TEMPOS PREHISTORICOS

POR

SEBASTIÃO PHILIPPES MARTINS ESTACIO DA VEIGA

Socio correspondente da academia real das sciencias
de Lisboa, do instituto e da sociedade broteriana de Coimbra, do imperial instituto archeologico
germanico de Roma, da sociedade franceza de archeologia, da real academia
de historia de Madrid, da sociedade economica de Malaga, da academia de archeologia
da Belgica, do instituto archeologico e geographico pernambucano,
collector e fundador do museu archeologico do Algarve

VOLUME III



LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1889

Fig. 2.4. O frontispício do volume III das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Lisboa, 1889. Trata-se da primeira publicação sistemática, em Portugal, de uma necrópole megalítica.

Tipo 2
Variante 2.1.

Monumento 2
(Estácio da Veiga, 1889: 137-157)

Tholos com corredor e câmara ortostáticos. Do topo desta, arrancaria a falsa cúpula.

Este monumento, tal como os outros cinco seguintes escavados em 1882, encontrava-se danificado. Estácio da Veiga escreve a propósito: «A invasão das águas e das terras tinha deslocado e envolvido tudo. A desordem foi enorme. Nenhum osso ficou inteiro e á louça, que era abundante, succedeu igual desastre.» (1889: 139-140).

Apesar deste panorama negativo, registaram-se números e medidas. Na câmara, 15 ortóstatos não ultrapassavam 1.5 m. de altura. Os diâmetros da câmara eram de 2.9×2.8 m. O corredor, muito longo, com cerca de 8 m. de comprimento, estava dividido em quatro tramos, com arranques para portas ou divisórias, mas sem estas.

Para além de restos humanos, considerados tal como os de outros monumentos como segundas deposições, recolheram-se abundantes vestígios de animais terrestres e marinhos: bovídeos, caprídeos, cervídeos, javali, lebre, aves, *Mytilus*, *Ostrea*, *Patella*, *Turbo*, *Cassis*, *Cardium*, *Turritella*, e *Pectunculus*, todos comestíveis.

Os artefactos registados incluem cerâmica, pontas de seta de base recta, côncava e de tipo alcalarense, contas de colar tubulares, cupiformes e discóides, alfinetes de cabeça espatulada, de osso, percutores, um possível ídolo cilindro, 3 almofarizes de calcário e 4 fragmentos de outros, um furador de cobre e uma agulha de coser, do mesmo metal, com perfuração na extremidade proximal.

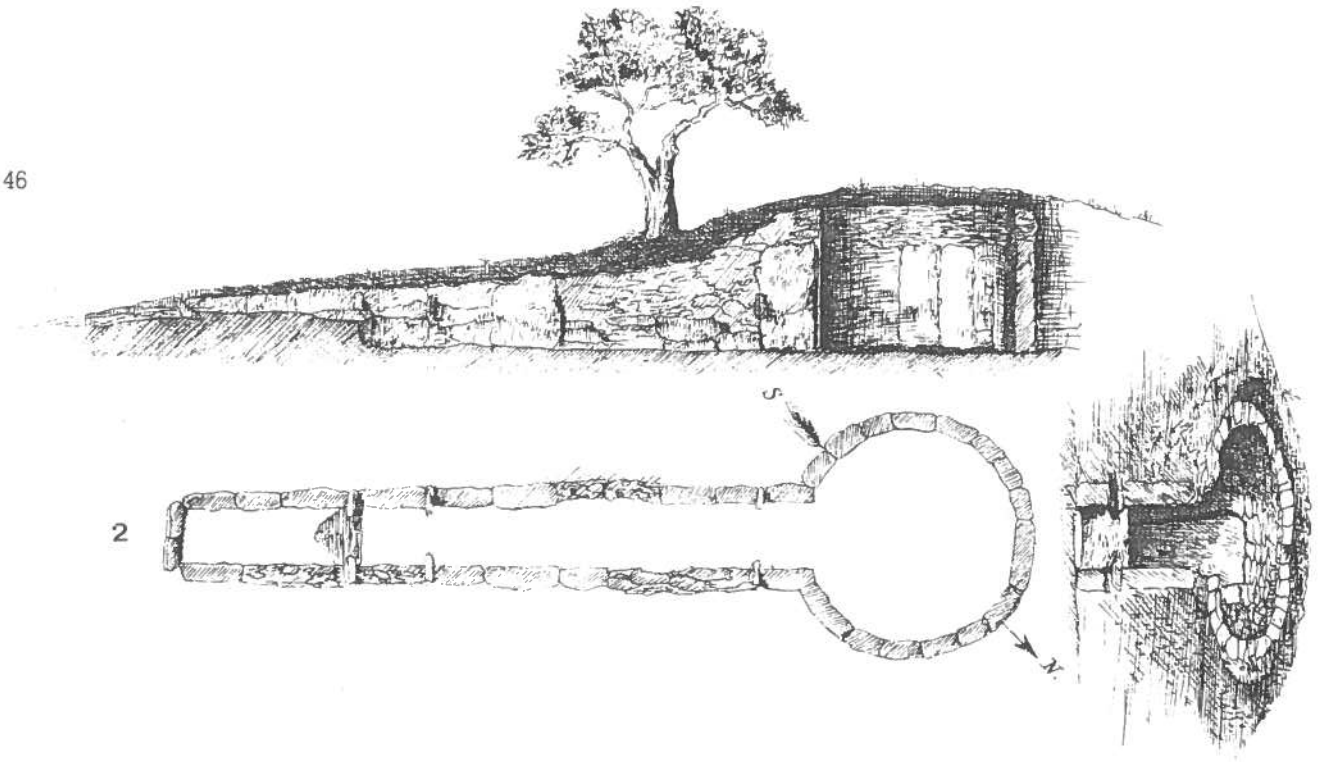
Monumento 3
(Estácio da Veiga, 1889: 157-183)

Tholos inteiramente ortostático, com câmara coberta por falsa cúpula e provida de 13 esteios. Diâmetros : 2.8×2.7 m. Este belíssimo monumento possui um nicho na câmara e o corredor é muito longo, com 6.1 m., abrindo para um átrio quadrangular com 1 m. de lado. Possui 3 tramos, com arranques para portas, ao último dos quais estaria ainda fixo o respectivo fecho (infelizmente não conhecemos pormenores que permitam esclarecer se se trata ou não de fechos similares aos que foram registados no Sudeste).

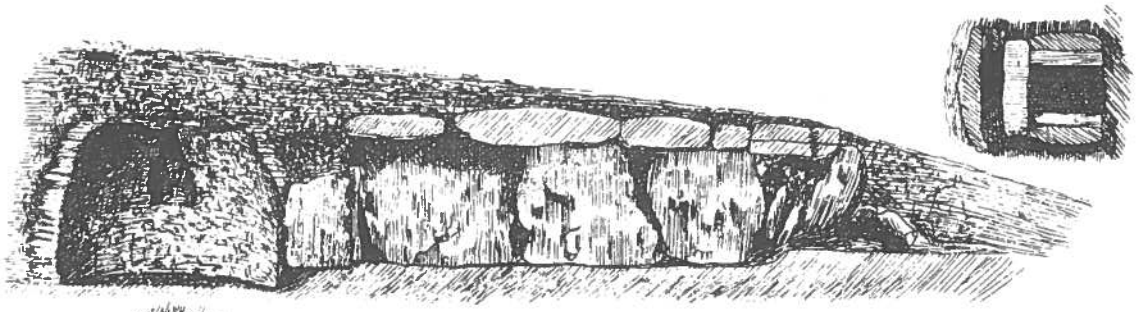
A nível de artefactos e objectos votivos, o monumento 3 revelou machados, brunidores, lâminas e lascas de sílex, movente e dormente, 2 almofarizes de calcário, fragmentos de outros, 40 pontas de seta, percutores, uma lâmina ou placa de marfim, contas de âmbar, cupiformes, discóides (de pequeno e grande diâmetro), tubular e com perfuração bicónica, fragmentos de cerâmica, incluindo queijeiras (o que é raríssimo em monumentos funerários), para além de fauna marinha e terrestre. Notável, e a vários títulos significante, como se verá noutro sítio, o espólio encontrado no nicho aberto na câmara: 7 lâminas de sílex de razoáveis dimensões e um impressionante conjunto de artefactos de cobre. Incluia uma lâmina com entalhes não simétricos, para fixação, e conservando uma serrilha num troço do gume, placas, lâmina, furadores, um pequeno escopro largo, um grupo de machados de diversas tipologias (lados convergentes e divergentes) e uma tira, estreitando em cada extremidade para permitir fixação. Os «punhais» de cobre parecem de tipologia mais evoluída que o conjunto, mas não é impossível que o nicho possa ter sido lugar de oferendas sucessivas e não usado em apenas uma acção ritual.

Esta concentração de bens funcionais e de prestígio, em contraste com tudo o que se conhece para os outros monumentos, terá possivelmente a ver com o significado social do indivíduo ou indivíduos cujos ossos aí foram depositados e se bem que não pareça indispensável invocarmos imediatamente o conceito de chefaturas, o modelo ocorre-nos sem dificuldade. A ele voltaremos, porém, em lugar adequado.

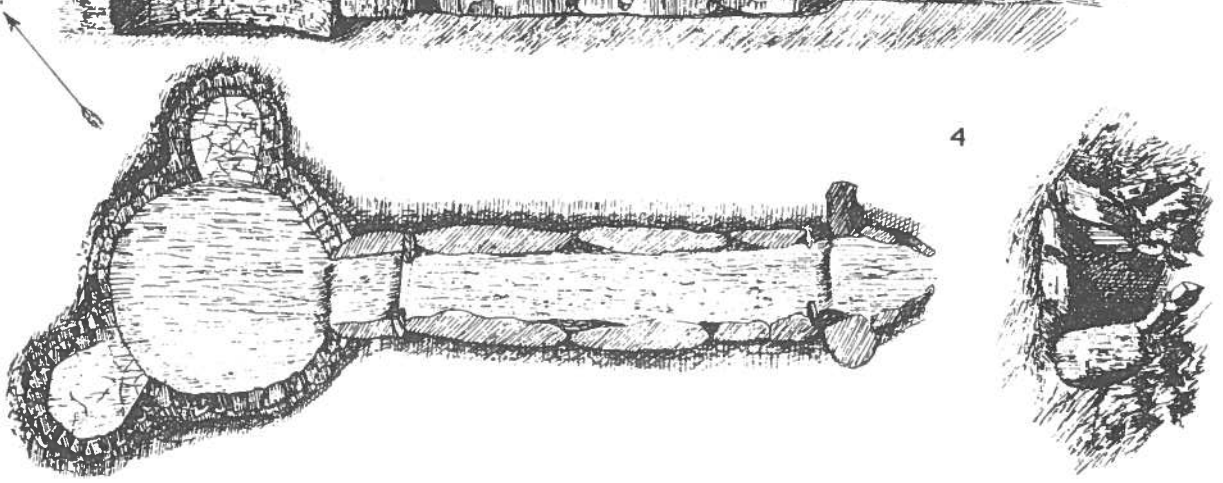
Fig. 2.5. (*nas pp. 46 e 47*) Plantas e alçados dos monumentos de Alcalar escavados por Nunes da Glória/Estácio da Veiga (montagem a partir de Estácio da Veiga, 1886 e 1889, os números indicados são os dos monumentos). 1:100.

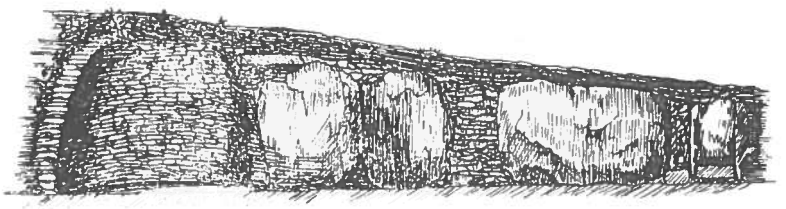


2

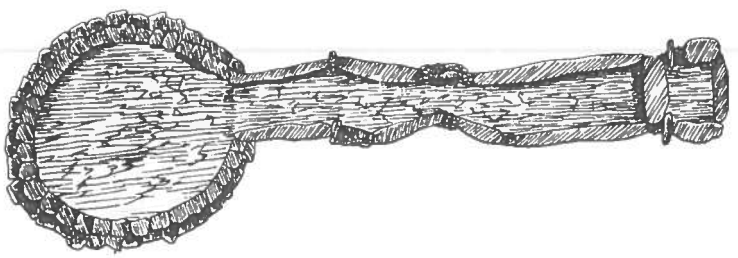


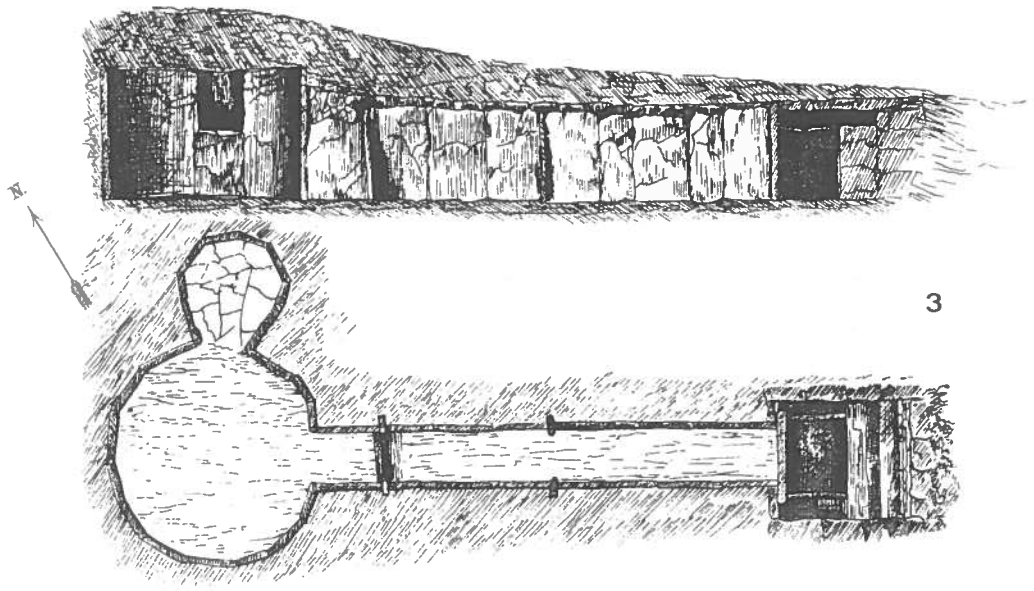
4



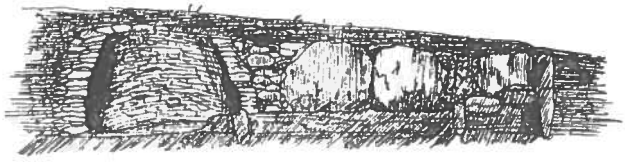


6

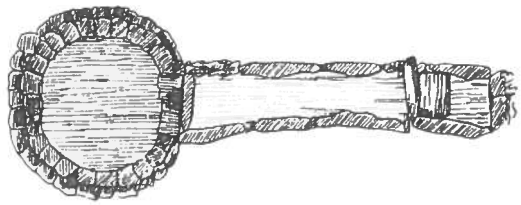


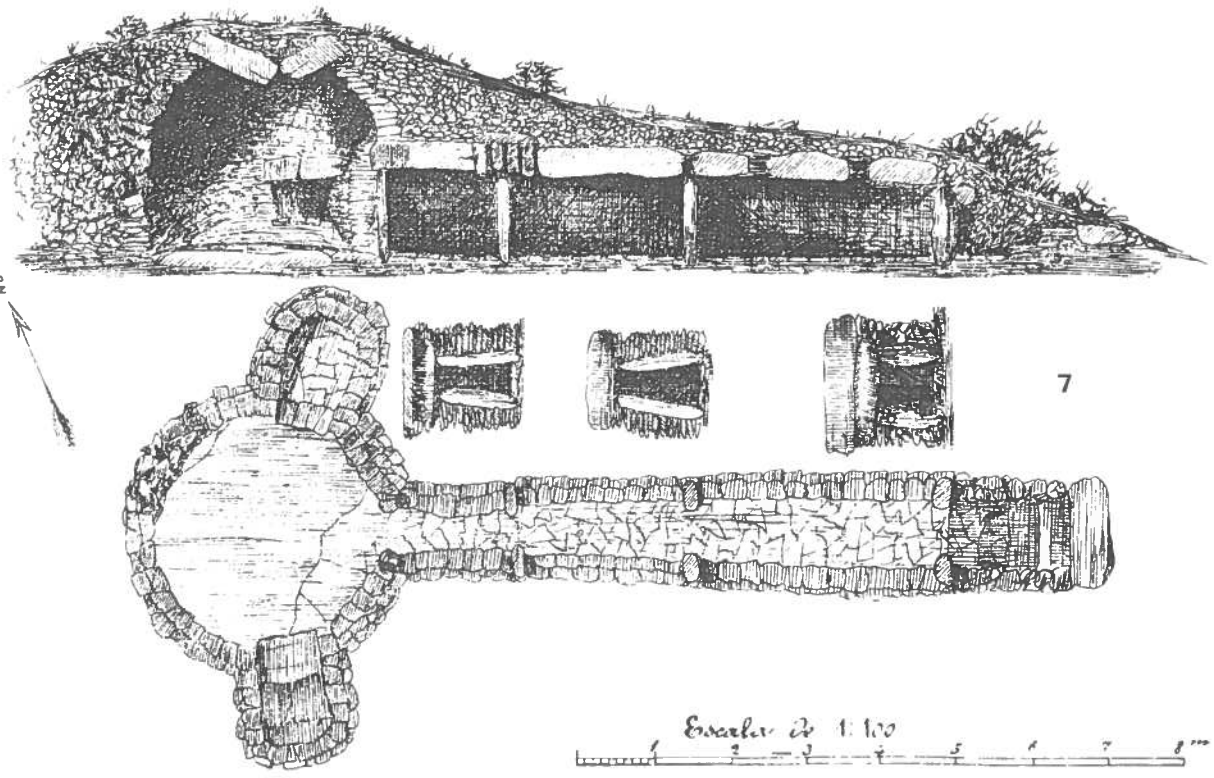


3



5





7

Tipo 2
Variante 2.2.

Monumento 4
(Estácio da Veiga, 1889: 183-226)

É um *tholos* com câmara inteiramente em falsa cúpula e corredor ortostático. Câmara com dois nichos e corredor dividido em três tramos que constituem espaços diferenciados, o primeiro de acesso geral ao monumento, o segundo sendo o próprio corredor, em sentido estrito, e o terceiro desenhando uma espécie de antecâmara que finaliza o acesso ao interior da parte principal do monumento. Os diâmetros da câmara são 2.9×2.8 m. e o corredor teria, segundo Estácio da Veiga, o comprimento de 8.9 m., o que não condiz com a planta, publicada como todas as outras na escala 1:100. De qualquer forma, seria um corredor de tipo «muito longo». Na câmara, uma laje de cantos intencionalmente arredondados.

O monumento continha restos humanos em grande quantidade, associados a ossos de animais e conchas: cervídeos, javali, roedores, *Pecten*, *Pectunculus*, *Cardium*, *Mytilus*...

De entre o espólio, salientavam-se pontas de seta de base recta e côncava, de sílex e xisto, pesos de tear de secção circular, espessos (outro artefacto que, sendo comum em povoados, raramente ocorre em necrópoles), contas tubulares, longa e curta, e discóides, de pedra verde, âmbar e aragonite, percutores, um losango espesso de xisto com gravuras geométricas (aparentemente, um reaproveitamento de uma das placas de xisto comuns nas antas alentejanas), lâminas de marfim, fragmentos pertencentes a mais de 100 vasos não decorados, uma ponta de dardo ou lança, de cobre, e, por fim, uma lâmina rectangular de ouro batido, lisa, e outra com decoração.

O estado de excelente conservação deste monumento faz-me crer que a ter sido violado o foi em época remota.

Monumento 5
(Estácio da Veiga, 1889: 226-234)

Contrastando com a riqueza e informação do monumento anterior, o nº 5 justifica, pelo menos parcialmente, o desabafo de Estácio da Veiga: «Nunca se viu tal miseria» (1889: 228).

É um pequeno *tholos*, o de menores dimensões do primeiro grupo de monumentos. Câmara em falsa cúpula, diâmetros 2×1.8 m. Corredor ortostático, longo, com 4 m. de comprimento.

Na câmara, recolheu-se uma laje de bordos arredondados, semelhante à do monumento 4.

O espólio inclui 2 almofarizes de calcário e fragmentos de outros e um curioso conjunto de sete recipientes cerâmicos, três dos quais contendo restos de crâneo e falanges humanas (inumações de época posterior à construção do monumento?). Duas dezenas de vasos eram, aparentemente, reconstituíveis.

Monumento 6
(Estácio da Veiga, 1889: 234-237)

Outro monumento, muito provavelmente violado, e cujo espólio se resumia a dois almofarizes de calcário e alguma cerâmica.

Trata-se de um *tholos*, de câmara inteiramente em falsa cúpula e corredor ortostático. Os diâmetros da câmara são 2.55×2.15 m. e o corredor, muito longo, tem um comprimento de 5.4 m., a que haverá que somar 1.2 m. do átrio.

Tipo 2
Variante 2.3.

Monumento 7
(Estácio da Veiga, 1889: 237-244)

É este um magnífico monumento, com câmara totalmente em falsa cúpula e corredor

com paredes tipo muro, o único deste tipo no núcleo Estácio da Veiga/Nunes da Glória, muito próximo de monumentos de Los Millares e El Barranquete.

Uma câmara provida de dois nichos e com o diâmetro de 3 m., em planta regular, abre para um corredor muito longo, por três vezes compartimentado, equipado com um átrio, num comprimento total de 9.5 m.

O corredor era lajeado a xisto, prática que encontraremos noutros monumentos algarvios. O *tumulus* mereceu particular atenção a Estácio da Veiga, que refere ter sido ele construído num empedramento maciço de pedras pequenas. Também se encontrou nesta câmara uma laje de cantos arredondados.

Infelizmente, a esta soberba estrutura, a mais próxima dos tipos do Sudeste, corresponde um espólio escasso e pouco informativo, com dormentes, percutores, machado e ídolo-cilindro.

Uma das questões que este monumento levanta, e não a menor (por ausência esclarecedora de restos antropológicos), reside na escolha de uma de quatro hipóteses explicativas para a escassez de espólio: (1) violação; (2) inumação de muitos individuos pouco «importantes»; (3) inumação de escassos indivíduos, mas «importantes»; (4) emergência de novos rituais fúnebres, a caminho das formas mais despojadas da Idade do Bronze.

É, de algum modo, o mesmo problema que se me deparou ao estudar o monumento designado por Anta Grande do Tapadão (Crato). Impressionante monumento, de excelente construção, mas escassamente ocupado. O que é ainda mais significativo por ele se encontrar a escassos quilómetros da Anta dos Penedos de S. Miguel, onde se verifica situação completamente diversa.

2.2.1.3.2. *O núcleo Santos Rocha*

2.2.1.3.2.1. *Considerações gerais*

O interesse que o Algarve suscitou nesse notável investigador que foi António dos Santos Rocha está patente em diversos trabalhos seus, quer decorrentes de pesquisas próprias quer de escavações levadas a efeito por outros. É este último o caso das investigações de Pereira Jardim nos dois monumentos que identificara (Santos Rocha, 1904). Já após a sua morte, é divulgado outro estudo sobre a região (1911).

Os monumentos estudados por Santos Rocha encontravam-se situados em Alcalar e no Monte Velho, sendo a sua conexão com o núcleo de povoamento de Alcalar aparentemente indiscutível, mesmo mais explícita que outras associações propostas para o Calcolítico.

As descrições cuidadas e a análise penetrante a que nos habituara o arqueólogo da Figueira estão, em parte, ausentes do segundo destes trabalhos, o que é explicável pelas condições de saúde daquele investigador quando o redigiu e, também, pela sua publicação póstuma.

De qualquer forma, ainda que truncados, são dados importantes.

Pertencem os três *tholoi* do Monte Velho ao nosso tipo 2.1., Alcalar 8 ao tipo 2.1, (ficando por interpretar, por deficiência de registo, a intrusão neste monumento de curtas extensões de pedra seca) e Alcalar 9 ao tipo 2.3.

2.2.1.3.2.2. *Os monumentos*

Alcalar 8
(Santos Rocha, 1904: 40-45)

Tholos com câmara «poligonal» constituída por 11 lajes dispostas verticalmente, diâmetro 2.50 no eixo longitudinal e máximo de 2.80 m. Corredor *muito longo* com o comprimento de 6.20 m. e a largura de 0.85 m., formado por 7 + 7 lajes e muros de pedra seca, com tripla compartimentação.

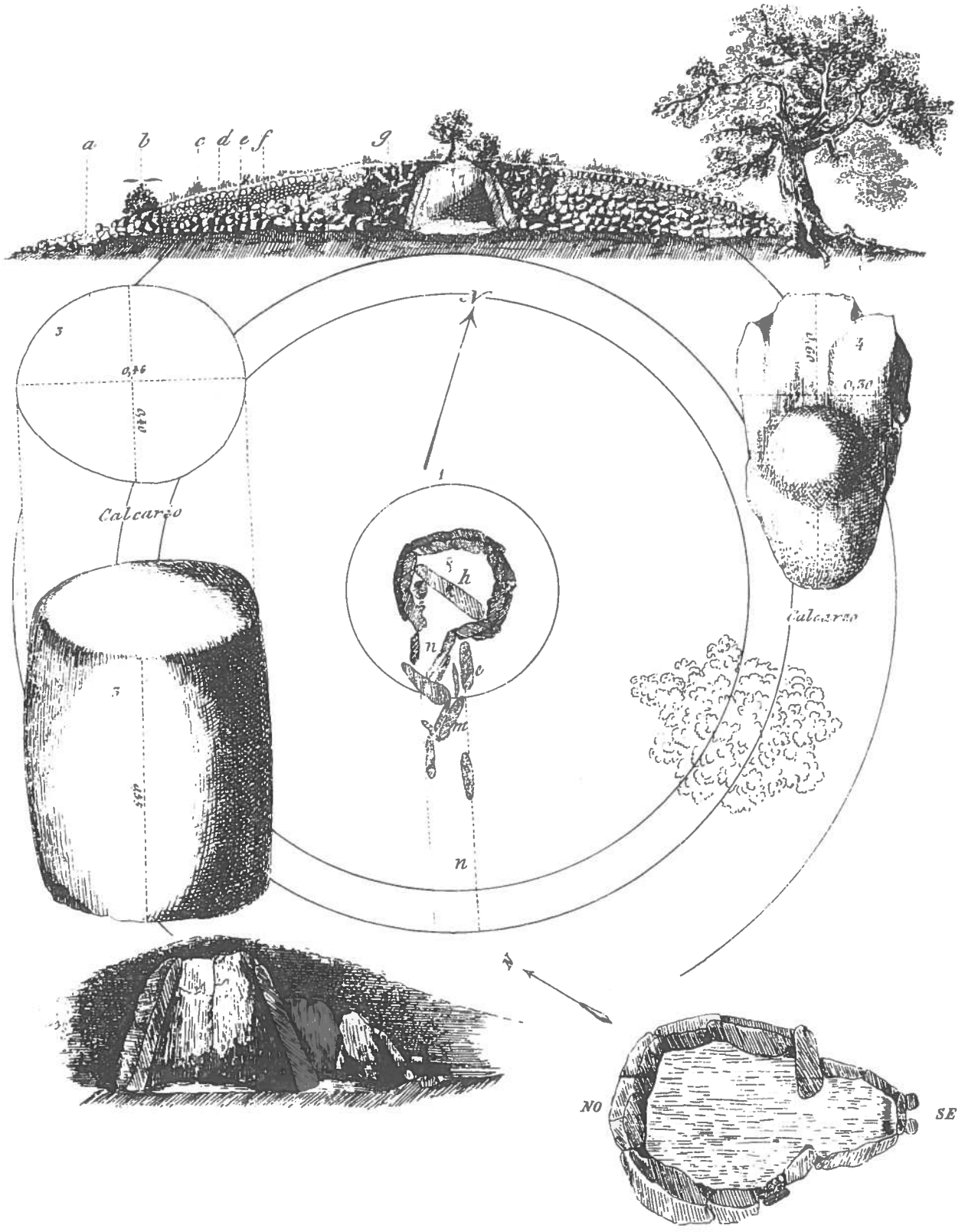
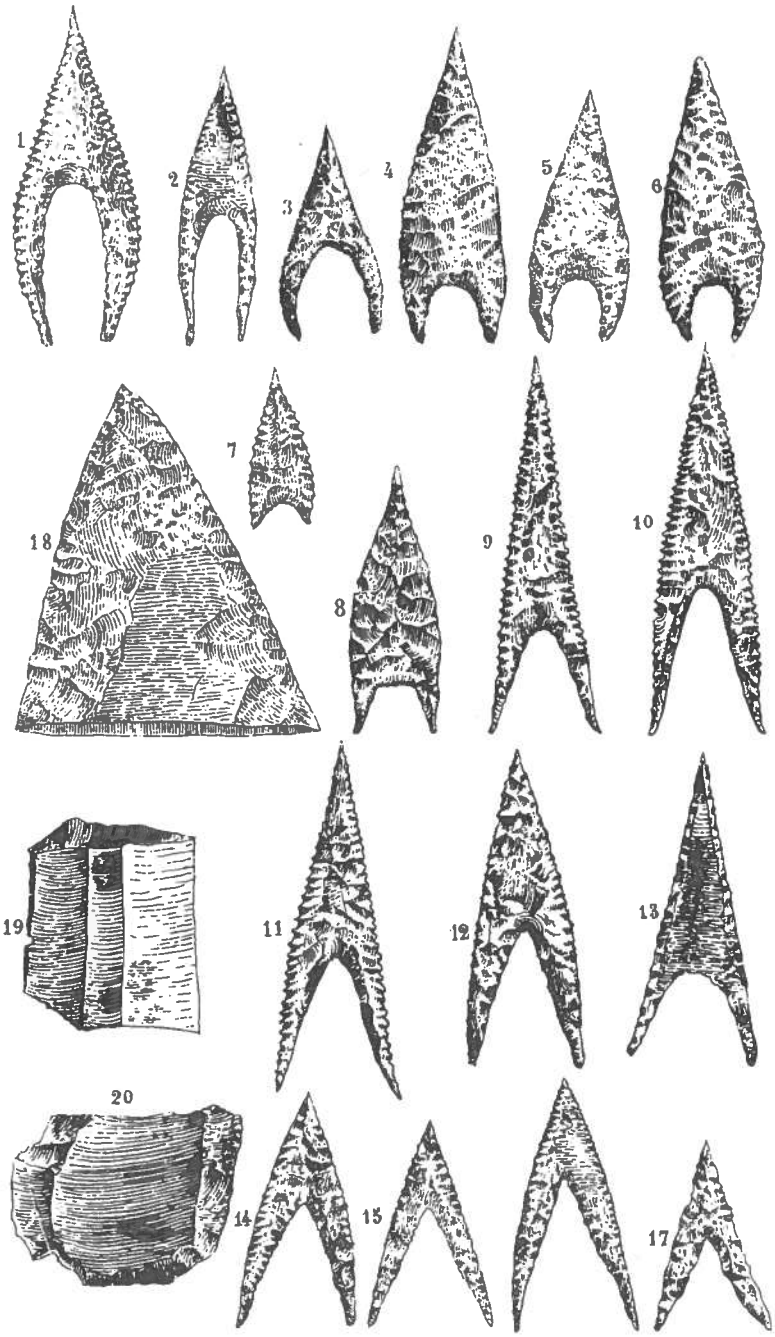
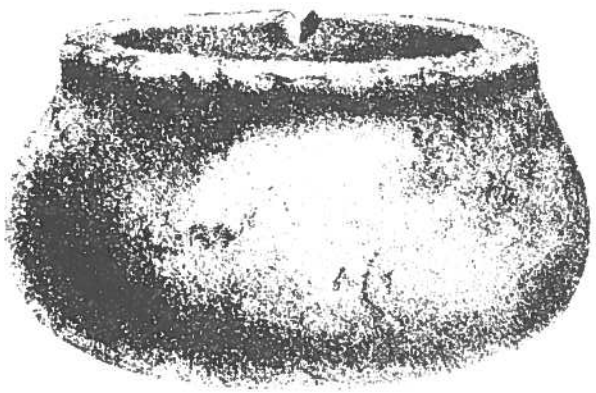
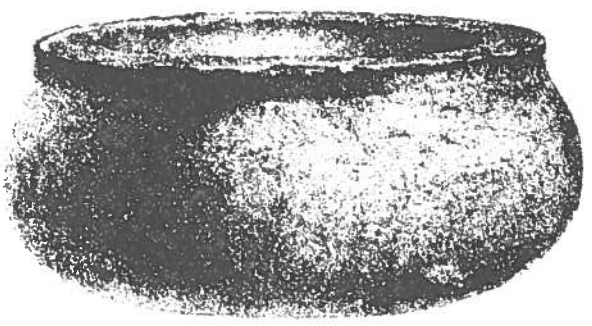


Fig. 2.6. Alcalar 1: planta e corte (montagem de figuras a partir de Estácio da Veiga, 1886).

Fig. 2.7. Parte do espólio de Alcalar 1 (montagem de figuras a partir de Estácio da Veiga, 1886).


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
17
18
19
20





O monumento estava orientado a Este/Sudeste.

Santos Rocha considera-o completamente violado.

De entre os diversos artefactos recolhidos, referem-se particularmente dois fragmentos de placas de xisto, 5 pontas de seta de base côncava , 4 graaes e fragmento de outro (calcário) e fragmentos de 24 recipientes cerâmicos. Regista-se também fauna (*Venerupis decussata*), uma concha de *Triton nodiferus* (que Santos Rocha supôs ter sido adaptada a tuba) e uma falange de equídeo decorada.

Alcalar 9

(Santos Rocha, 1904: 45-50)

Tholos com câmara integralmente construída em falsa cúpula e corredor longo tipo muro. Santos Rocha compara-o a Alcalar 7, mas sublinha a inexistência de nichos e a presença de uma estranha estrutura que, segundo ele, entulharia definitivamente o corredor. Esta estrutura, feita com lajes de xisto compactadas com argila, seria semelhante à que teria fechado o corredor de Alcalar 7 (apesar do facto não ser mencionado nas *Antiguidades*, a informação teria sido prestada pelo próprio capataz de Estácio da Veiga).

A câmara circular apresentava um diâmetro de 3 m. e o corredor, triplamente compartimentado, um comprimento de 4.30 m. por uma largura de 0.65 m.

Foram apenas recolhidos escassos ossos humanos e nenhum espólio.

Monte Velho 1

(Santos Rocha, 1911: 35-41)

Tholos com câmara constituída por 13 ortóstatos, diâmetro 2.2 m. e corredor ortostático, fórmula 3+3, comprimento médio (2.2 m.), idêntico, portanto, ao da câmara.

O monumento estava quase completamente remexido mas, numa pequena área, 7 pontas de seta pareciam ocupar a sua posição de origem (carcaz de arqueiro?).

No que se refere a estruturas complementares, foram registados dois aspectos importantes. O primeiro reside na identificação de uma laje de grés vermelho que Santos Rocha supõe ser «o signal da estação mortuaria» (1911: 37). O segundo consistia num cone de calcário com 60 cm de altura, encontrado no centro da câmara. O espólio inclui lâminas de sílex retocadas e não retocadas, 16 pontas de seta de base côncava, algumas com inflexões que as aproximam dos tipos alcalarenses, e dois recipientes, um esférico, piriforme o outro, ambos com os colos ligeiramente estrangulados.

Monte Velho 2

(Santos Rocha, 1911: 41-50)

Tholos com câmara e corredor ortostáticos. O diâmetro da câmara não ultrapassa 1.9 m. e o corredor longo, de que se conservavam 2+3 esteios, tinha de comprimento 2.3 m. O monumento foi implantado sobre a rocha mãe, que faz de solo em parte dele, sendo o restante preenchido por lajes de calcário.

Santos Rocha recolheu aqui ossos humanos (estando um crâneo particularmente bem conservado), e um espólio que incluia uma pequena lâmina de cobre, lâminas de sílex, três almofarizes de calcário, o que parece ser um pequeno betilo, um pingente de colar em calcário. Um artefacto classificado como bracelete de osso parece muito similar aos vasinhos de osso decorados do Calcolítico estremenho. Como eles está, aliás, decorado com incisões oblíquas intersecantes. A cerâmica, abundante, é geralmente constituída por esféricos, recipientes mamilados. Pela primeira vez em publicações portuguesas de arqueologia pré-histórica, encontramos o desenho de fragmentos de pratos. Santos Rocha reconhece a estranheza da forma, mas não dispunha de elementos que permitissem orientar convenientemente os fragmentos (1911: Est. VII, 52 e 53).

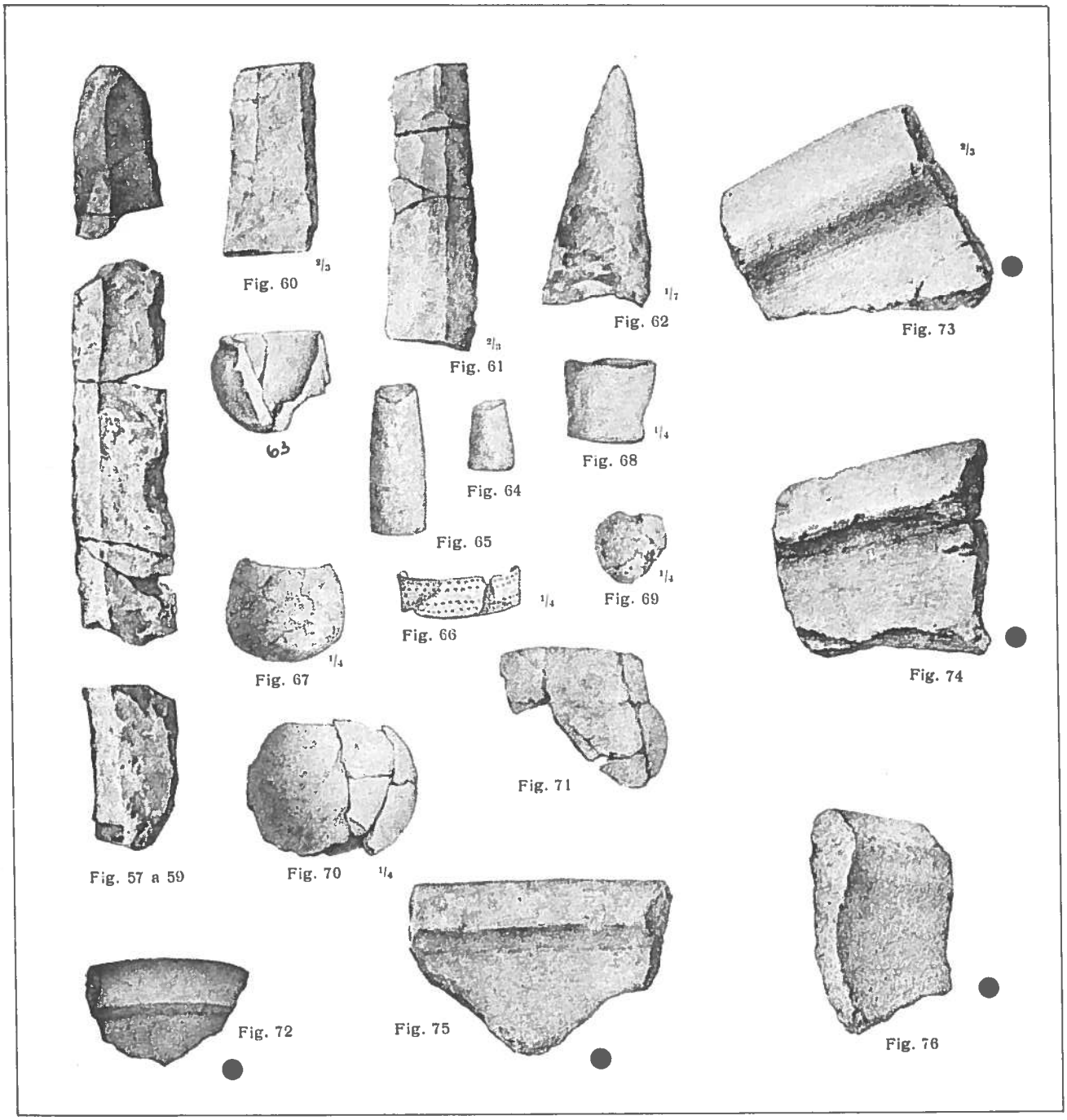


Fig. 2.8. Monte Velho: entre outros materiais, pratos calcolíticos (assinalados com um ponto a negro). Santos Rocha, 1911.

Monte Velho 3
(Santos Rocha, 1911: 50-59)

É também um *tholos*, de câmara e corredor ortostáticos. A câmara é composta por 12 lajes de calcário e os diâmetros são de 2.8 × 2.6 m. O corredor, longo, era constituído por 5 + 4 esteios, de calcário e grés, e registou-se o comprimento de 2.9 m. Tanto a câmara como o corredor eram lajeados a calcário.

O espólio constava de um machado de cobre de lados rectos, ligeiramente divergentes em relação ao plano do gume, lâminas de sílex, uma ponta de seta de base côncava. Foram também recolhidos dois betilos ou fragmentos de ídolos-cilíndro. A cerâmica distribui-se por formas comuns nesta época, esféricos, sobretudo. Merece particular atenção um vasinho cilíndrico, finamente decorado a ponteado. Cinco fragmentos de pratos são referidos como provenientes deste monumento (ver igualmente Santos Rocha, 1911: Est. VIII e IX, 72 a 76).

2.2.1.3.3. *O núcleo José Formosinho*

2.2.1.3.3.1. *Observações prévias*

Limpezas em Alcalar a que já se fez referência (em 2.2.1.1.) conduziram à identificação de 5 «novos» monumentos em Alcalar. E se ponho algumas reservas a que eles sejam realmente inéditos tal se deve a natural suspeita de alguns, mais precisamente o 8, o 11 e o 12, serem precisamente aqueles de que fala Pereira Jardim (1901: 36-50).

De qualquer forma, e apesar de serem escassíssimas as informações disponíveis sobre este novo grupo de monumentos (Viana *et al.*, 1953), considerei indispensável referi-los aqui, mantendo a numeração proposta pelos autores mas colocando-a entre aspas, para a diferenciar da de Santos Rocha (1904), que os autores, mais que provavelmente, não consultaram.

Quanto à listagem dos Leisner, ficou-me a convicção que a seriação proposta poderia eventualmente ser revista, aquando de um plano de acção integrada para Alcalar (Leisner e Leisner, 1957: Tafel 47, 1 a 3).

2.2.1.3.3.2. *Os monumentos*

Monumento «8» (Leisner 11)
(Viana *et al.*, 1953: 99, fig.1, 1 e 100-101)

Parece tratar-se de um *tholos* do nosso tipo 2.1., mas o número de esteios da câmara e do corredor não inviabiliza estarmos, em alternativa, perante um monumento do tipo 1. No entanto, os autores citados comparam-no com Alcalar 2, o que confirmaria a primeira hipótese.

Não se publicaram medidas para a câmara e corredor, mas se nos ativermos à sumaríssima planta divulgada, e a ser correcta a sua escala, teríamos uma câmara com o diâmetro de cerca de 1.8 m. e um corredor longo de 3 m.

O espólio proveniente deste monumento resulta de uma primeira escavação de José Formosinho, em 1933, continuada por ele próprio, Abel Viana e Veiga Ferreira, seis anos depois. Consta de dois almofarizes de calcário, cerâmica, pontas de seta de base côncava, lâminas fragmentadas e uma placazinha de ouro, decorada com faixas paralelas preenchidas a traços verticais, também paralelos.

Monumento «9» (Leisner 12)
(Viana *et al.*, 1953: 99, fig. 1 e 2, e 100)

É um *tholos* do tipo 2.2., de câmara inteiramente em falsa cúpula e corredor ortostático.

Com as reservas enunciadas a propósito do monumento anterior, o diâmetro da câmara seria de 2.3 m. e o corredor teria o comprimento de 4.2 m.

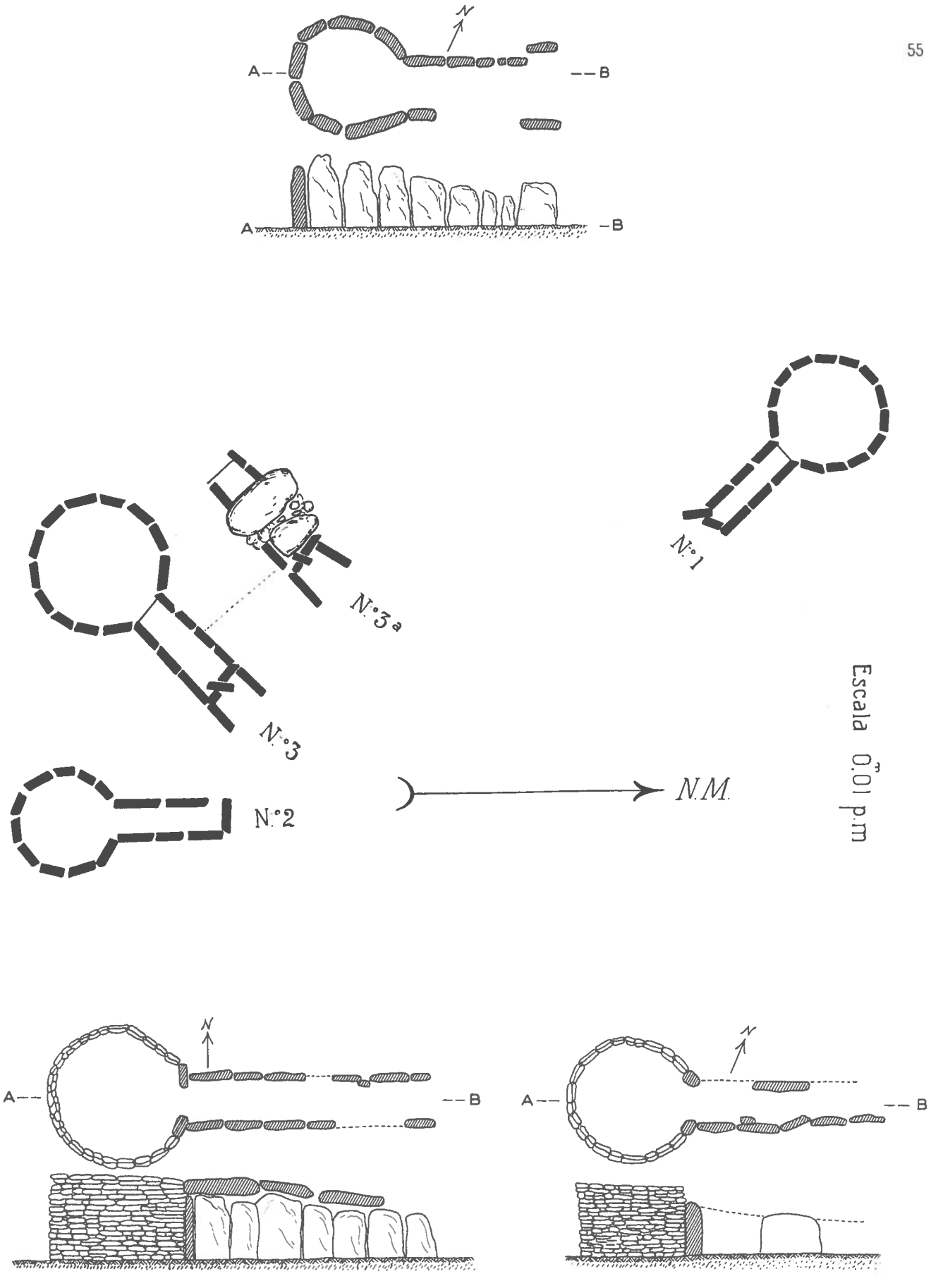


Fig. 2.9. Plantas e alçados dos monumentos dos núcleos Santos Rocha e Formosinho.

Sabemos sobre ele, apenas, que estava «muito desmantelado e completamente revolvido» (*ibidem*: 100).

Monumento «10» (Leisner 13)
(Viana *et al.*, 1953: 99, fig.1.3.)

Do mesmo tipo do anterior, apresenta uma câmara com o diâmetro provável de 2 m. e o corredor com 3.6 m. de comprimento.

Sem espólio conhecido.

Monumentos «11» e «12»
(Viana *et al.*, 1953: 100)

Nenhuma informação disponível, salvo que se encontravam «completamente destroçados» (*ibidem*).

2.2.1.4. *Discussão*

Uma das áreas mais polémicas, no que se refere ao povoamento calcolítico, reside na correlação entre os seus espaços habitacional e funerário. Esta correlação está ainda hoje inverificada em Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal, Monte da Tumba ou Porto Torrão, Valencina ou Los Castillejos de Montefrío. As excepções são El Barranquete e Los Millares e, como vimos, Alcalar.

Em primeiro lugar, salientaria aqui as áreas de povoamento, que parecem ser múltiplas e organizar-se provavelmente em coordenação com o povoado central, que parece ser o mais recentemente descoberto. Ainda assim, diversos sítios deverão ter fornecido mortos para inumar, quer no Vidigal ou Monte Velho quer nas próprias imediações de Alcalar.

Em todo o território hoje português, e se esquecermos o caso da Rotura, em que há uma pequena gruta com aproveitamento funerário praticamente no povoado (A. I. Marques da Costa, 1903: 257-261; Gonçalves, 1971a), apenas recentes descobertas inéditas no Monte Novo dos Albardeiros (escavações do autor, 1986) apresentam tão clara associação entre um povoado e uma necrópole desta época. E em relação ao Monte Novo dos Albardeiros resta ainda saber, com maior certeza, se o povoado é exactamente da mesma época que a necrópole.

Alcalar representaria pois, em termos absolutos, uma rara solução. Infelizmente, nada sabemos sobre as escavações aí realizadas em fins da década de 70 e inícios da de 80. Tais escavações poderiam, tal como as datas ^{14}C então obtidas, esclarecer dois pontos, entre outros: (1) quais os parâmetros cronológicos do sítio; (2) existência ou não de uma sequência cultural que, partindo do Calcolítico pleno, atingisse o fim da Idade do Cobre.

Pareceria pacífico que a análise dos monumentos funerários de Alcalar deixasse suspeitas sobre uma provável progressão local, a partir dos monumentos «primitivos», a anta, até às formas de falsa cúpula, também monumentos de inumação colectiva. E os pequenos *tholoi*, se os considerássemos os mais recentes do conjunto, prenunciariam, talvez, o fim da sepultura colectiva e o advento da individual, própria da Idade do Bronze ou, mais especificamente, do Bronze do Sudoeste.

Na verdade, não existem quaisquer dados seguros que permitam alicerçar convicções a este respeito e, tal como sucede com o megalitismo «tradicional», a morfologia dos monumentos está longe de fornecer certezas indiscutíveis sobre o momento da diacronia em que se insere a sua construção. O próprio espólio da anta não é, necessariamente, mais antigo que o dos *tholoi*.

Se analisarmos agora as dimensões dos monumentos de Alcalar, bem como a sua orientação, poderemos começar por um comentário ao quadro da Fig. 2.10.

A simples comparação dos dados assim tratados nos deixa concluir que, dos tipos que isolámos, os melhores representados são justamente o 2.1. (câmara e corredor ortostáticos), com 40% do total de monumentos descritos, e o 2.2. (câmara em falsa cúpula e cor-

redor ortostático), também com 40%. O tipo 1, (anta) tem apenas 7% e o 2.3. (*tholos* com corredor tipo muro) colhe 13% do total.

Outras observações são possíveis: (1) o diâmetro máximo da câmara (C: dmx) oscila entre os 1.8 e os 3 m., o que são dimensões relativamente pequenas (a câmara do *tholos* da Praia das Maçãs mede 5.5 m. de diâmetro máximo e o monumento do Escoural 6.25, por exemplo); (2) o diâmetro mínimo (C: dmn) oscila entre os 1.8 e os 3 metros (contra 4.5 m. na Praia das Maçãs e 5.75 m. no Escoural), acompanhando sempre o máximo a uma distância que é frequentemente de 10 cm, e raramente ultrapassa os 20 cm (caso do monumento 6, em que atinge os 40 cm., situação única); (3) o ponto anterior evidencia que a existência de duas medidas na câmara da maior parte destes monumentos se deve mais provavelmente a erros de construção, ou a deslocações posteriores dos esteios, que a uma acção deliberada do construtor; (4) o corredor destes monumentos oscila entre os 1.6 e os 9.5 metros.

necrópole	monumento	tipo	C:dmx	C:dmn	Crr	ori	obs
Alcalar	11	0	0	0	0	0	destruído
Alcalar	12	0	0	0	0	0	destruído
Alcalar	1	1	2.7	2.6	1.6	SE	destruído
Alcalar	"8"	2.1	1.8	0	3	NE	
Monte Velho	1	2.1	2.2	2.2	2.2	SE	destruído
Monte Velho	2	2.1	1.9	1.9	2.3	N	destruído
Alcalar	2	2.1	2.9	2.8	8	SE	
Monte Velho	3	2.1	2.8	2.6	2.9	NE	destruído
Alcalar	9	2.1	3	3	4.3	SE	destruído
Alcalar	"9"	2.2	2.3	0	4.2	S	destruído
Alcalar	10	2.2	2	0	3.6	NE	
Alcalar	3	2.2	2.8	2.7	6.1	ESE	
Alcalar	4	2.2	2.9	2.8	8.9	SE	
Alcalar	5	2.2	2	1.8	4	S	
Alcalar	6	2.2	2.55	2.15	6.6	S	
Alcalar	7	2.3	3	3	9.5	ESE	
Alcalar	8	2.3	2.8	2.5	6.5	ESE	destruído

Fig. 2.10. Dimensões e orientações dos monumentos de Alcalar. C:dmx: diâmetro máximo da Câmara; C:dmn: diâmetro mínimo da Câmara; Crr:c: comprimento do Corredor; ori: orientação do eixo Câmara/Corredor; obs: observações.

Se considerássemos agora os monumentos de Alcalar quanto ao comprimento dos corredores, vê-los-íamos dividir-se assim

Corredores curtos:	1 (Alcalar 1)
Corredores médios:	1 (MV 1)
Corredores longos:	7 (Alcalar «8», «9», «10», 5, MV 1, MV 2)
Corredores muito longos:	4 (Alcalar 2, 3, 4, 6 e 7)

Uma vez que o mon. 1 é, como se viu, uma anta, teríamos a esmagadora maioria (93%) distribuída pelas categorias «longo» e «muito longo».

Se colocarmos de parte a anta, e observarmos as dimensões dos três principais tipos de monumentos, teríamos as seguintes indicações estatísticas para cada um deles:

	Tipo 2.1.	*Tipo 2.2.*	*Tipo 2.3.*
Câmara (diâmetro máximo):			
valor máximo:	3	2.9	3
mínimo:	1.8	2	2.8
média:	2.43	2.43	2.9
desvio padrão:	0.49	0.36	0.1
Corredor (comprimento):			
valor máximo:	8	8.9	9.5
mínimo:	2.2	3.6	6.5
média:	3.78	5.57	8
desvio padrão:	2.01	1.86	1.5

A simples observação deste quadro torna patentes diversidades nas proporções dos monumentos, destacando-se claramente o tipo 2.3. dos restantes.

Ao invés de outros autores, não me sinto tentado a fazer corresponder a esta diversidade um significado cronológico extenso. As sumárias análises ao espólio que se fizeram evidenciam alguns factos indiscutíveis, mas é impossível determinar o seu grau de fiabilidade, consideradas as condições em que decorreram as escavações e a época em que foram levadas a efeito. Seria, talvez, possível associar a presença de artefactos de cobre a determinado tipo de monumento, mas o quadro da Fig. 2.16. é significativo: surgem artefactos de cobre apenas em monumentos dos tipos 2.1. e 2.2., e o estado de violação dos monumentos do tipo 2.3. não permite admitir que deles estivesse excluído. Uma ordenação crescente do comprimento dos corredores mostra-nos que acima dos 6 metros se encontram apenas 6 dos 15 monumentos, incluindo 100% dos de tipo 2.3., 50% dos de tipo 2.2. e 17% dos de tipo 2.1.

Menos significativas me parecem as dimensões das câmaras, mas, no grupo de 9 monumentos cuja dimensão máxima de câmara é superior a 2.5 metros, encontram-se de novo 100% dos de tipo 2.3., 50% dos de tipo 2.2. e 50% dos de tipo 2.1.

A orientação dos monumentos está patente no gráfico da Fig. 2.14., concentrando-se entre Norte e Sul (exclusive) 73% do total, com predominância a Sudeste (33%). Apesar deste último valor, estamos longe da homogeneidade das orientações das antas alentejanas, predominantemente apontadas a Este.

Ainda nesta perspectiva, não deixa de ser relevante o facto de 100% dos monumentos de tipo 2.3. se encontrarem orientados a Este/Sudeste. O tipo 2.1. divide-se em 3 grupos, um com 50% orientado a Sudeste, outro com 33% a Nordeste e um monumento (17%) a Norte. Quanto ao tipo 2.2., é o que regista orientações mais dispersas: 16.7% a Este/Sudeste, 16.7% a Nordeste, 50% a Sul e 16.7% a Sudeste.

No que se refere à associação entre dimensões e tipos de estrutura dos monumentos, regista-se que: (1) a única lição a extrair, a nível da associação diâmetro máximo da câmara e tipos de monumentos, diz respeito ao mon. 7, que regista as maiores dimensões câmara/corredor do conjunto. Coincidem por duas vezes dimensões de câmara e tipo de monumento, no caso dos n.^{os} 5 e 10. Mas, na generalidade, o mesmo tipo de monumento surge com dimensões de câmara variáveis; (2) a associação comprimento do corredor/tipo de monumento mostra-nos como o tipo 1 (a anta) se isola dos restantes, numa direcção extrema ao tipo 2.3., o que maior corredor apresenta. Quanto aos monumentos do tipo 2.1., aparecem-nos singularmente grupados: 4 deles emparelham-se, com dimensões muito próximas, podendo sugerir construção simultânea ou correspondendo a padrões pré-estabelecidos, são os monumentos MV1 e MV2 e os n.^{os} «8» e MV3, constituindo 80% da totalidade deste tipo. Também 3 monumentos do tipo 2.2., 50% do seu total, surgem muito próximos, são os monumentos n.^{os} 5, 9 e 10. Poderíamos falar do segundo agrupamento, monumentos n.^{os} 3 e 6, mas o monumento 4 aparece nitidamente isolado do conjunto.

Esta análise permitiria que observássemos o espólio recolhido por tipos de monumentos e por agrupamentos de dimensões do corredor. Alguns comentários seriam possíveis,

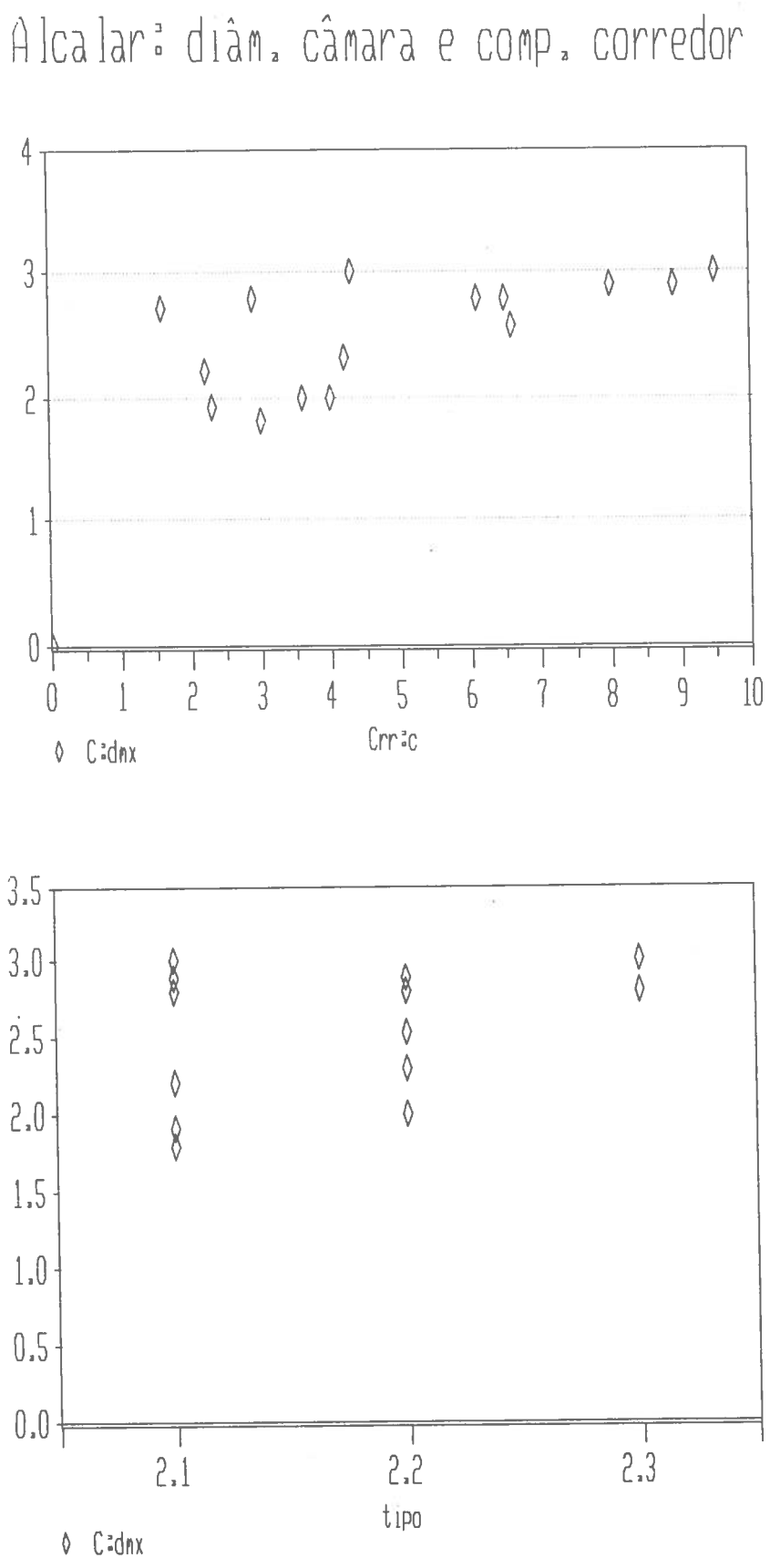
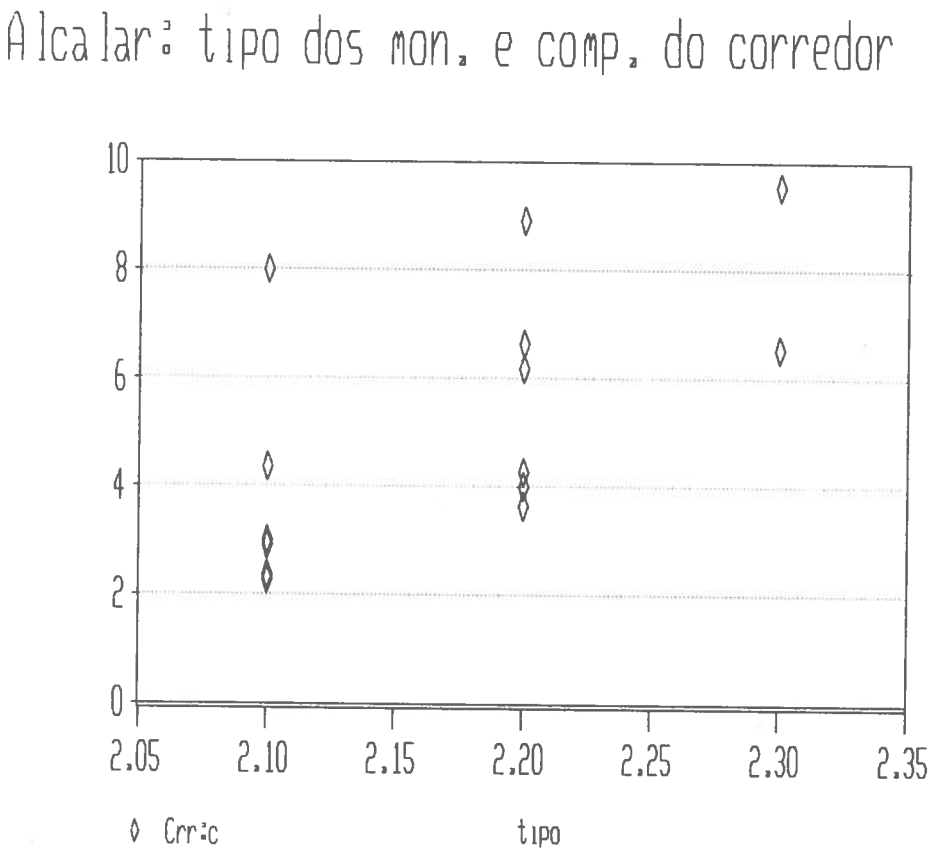


Fig. 2.11. (*em cima*) Alcalar: relação diâmetro máximo das câmaras/comprimento dos corredores.

Fig. 2.12. (*em baixo*) Alcalar: tipos de monumento e dimensões máximas das câmaras.



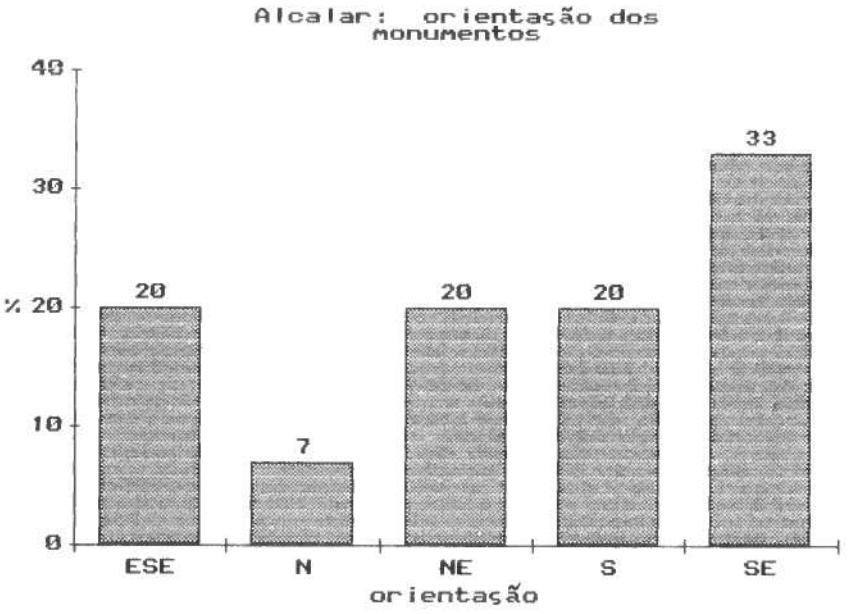


Fig. 2.13. (*em cima*) Alcalar: tipos de monumento e comprimento dos corredores.

Fig. 2.14. (*em baixo*) Alcalar: orientação dos monumentos no eixo câmara/corredor.

se acaso não estivéssemos limitados pela informação extremamente fragmentária de que dispomos.

Resta-nos, com todos os riscos que isso implica, escolher determinados artefactos ou matérias-primas, teoricamente mais significativos, e observar a sua distribuição pelos monumentos.

Os «almofarizes» são as curiosas peças de calcário que Estácio da Veiga e outros autores chamam *graaes* (expressão ainda hoje usada no Baixo Alentejo para designar os almofarizes domésticos). Os recipientes de calcário não são desconhecidos noutros contextos, como veremos a propósito de Santa Justa, e recolhi recentemente (1986) um exemplar na *Estrutura 1* do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos).

As pontas de seta alcalarenses são conhecidas quase exclusivamente em contextos do Extremo Sul e são, realmente, artefactos de grande qualidade de execução.

Uma advertência deve ser feita a propósito dos *pratos*: não é impossível que a sua presença, noutros monumentos de Alcalar, tenha sido ignorada pelos escavadores e, na referida estrutura do Monte Novo dos Albardeiros, um exemplar praticamente completo surgiu associado ao «almofariz» de calcário.

Os *artefactos de cobre* estão presentes em dois tipos de monumentos: 2.1. (4 ocorrências para 6 monumentos) e 2.2. (1 ocorrência para 5 monumentos).

Finalmente, os *artefactos de ouro*: não é de todo possível saber-se se existiam ou não em monumentos violados.

Neste contexto, um quadro-síntese poderá, eventualmente, ser útil.

Uma primeira observação possível diria respeito às presenças de «almofarizes» de calcário em 8 dos 12 monumentos que forneceram espólio. São monumentos do Tipo 1 (1 ocorrência para 1 monumento), do Tipo 2.1. (4 ocorrências para 6 monumentos) e do Tipo 2.2. (2 ocorrências para 5 monumentos).

	almofarizes	pratos	p.s.alc.	cobre	ouro
Mon. 1	+	-	+	-	-
2	+	-	+	+	-
3	+	-	?	+++	-
4	-	-	?	+	2
5	+	-	-	-	-
6	+	-	-	-	-
7	-	-	-	-	-
8	5	-	-	-	-
"8"	2	-	+	-	1
MV1	-	-	?	-	-
MV2	+	+	-	+	-
MV3	-	+	-	+	-

9, "9", 10, 11 : sem espólio conhecido

\+ = presença ? = presença duvidosa +++ = presença particularmente numerosa - = ausência

Fig. 2.15. Alcalar: Quadro síntese de monumentos e respectivo espólio.

Se 67% dos monumentos com espólio revelaram «almofarizes», eles estavam presentes em 67% dos monumentos do tipo 2.1. e em 40% dos monumentos de tipo 2.2. e em 50% dos monumentos de tipo 2.3. Sendo o tipo 1. representado por apenas 1 monumento, não me parece importante meditar sobre a presença estatística de exemplares no mon. 1.

O quadro da Fig. 2.15. fornece uma imagem sintética.

Os pratos surgem em 2 monumentos do tipo 2.1., mas, como se disse, não sendo reconhecíveis, como forma própria, à época de escavação de Alcalar, não encerra este facto particular significado.

As pontas de seta alcalarenses foram retiradas de dois monumentos bem distintos, o 1 e o 2, pertencentes aos tipos 1. e 2.1. Traduzem, possivelmente, um momento de apogeu (um último momento?) no talhe do sílex e as suas características regionais parecem indiscutíveis.

Quanto ao ouro, vê-mo-lo num monumento do tipo 2.1. e noutro do tipo 2.2., mas nada nos permite assegurar que estaria ausente dos monumentos violados.

Que concluir ?

É pouco provável que estes monumentos, parte de uma importante necrópole, certamente muito mais extensa, tenham sido construídos ao mesmo tempo. Se a anta (mon. 1), poderia ser a mais antiga do conjunto, e isolar-se pelas suas características estruturais, o certo é que a sua singularidade evoca a do tipo 2.3., também representado por um único monumento, o 7.

A presença de artefactos de cobre, e desconhecendo-se qualquer registo sistemático do espólio, poderia ser atribuível a deposições não necessariamente coincidentes com a construção do monumento. Um breve comentário, porém, a propósito do nicho do monumento n.º 3 parece amplamente justificado. Uma tão grande concentração de artefactos de cobre terá, possivelmente, a ver não com o valor utilitário do metal, mas com um seu eventual uso como bem de prestígio. Não se conhece, com efeito, outra concentração similar. Sabe-se da existência de artefactos cuja função tecnómica é ultrapassada pelo seu «revestimento» ideotécnico ou, mesmo, sociotécnico. Neste contexto, temos, a meu ver, uma singular associação das três possibilidades. A acumulação de uma tal «riqueza» num reduzido espaço funerário evoca a emergência das chefaturas e, muito provavelmente, épocas bem avançadas do Calcolítico. Ou estaremos antes perante uma situação especificamente regional?

Seja como for, a existência do ouro, metal valioso em qualquer contexto histórico conhecido, vem reforçar as observações sobre o mon. 3 (de onde ele está, aliás, ausente).

Em Alcalar viveu uma comunidade que acumulou riqueza, que manteve constantes votivas (os «graaes» ou «almofarizes»), que dominou a metalurgia do cobre, e em que determinados indivíduos devem ter ultrapassado (em que momento de evolução daquela sociedade desconhecemos) a qualidade de vida média própria aos calcolíticos do Sul de Portugal. O aparecimento de marfim nalguns monumentos, no 3, justamente, mas também no 4, onde se recolheram duas lâminas de ouro, pode corroborar esta hipótese.

2.2.2. AS NECRÓPOLES DE MONCHIQUE

2.2.2.1. *Comentário prévio*

De particular interesse para este trabalho se poderiam revestir as necrópoles e povoados (se os houvesse identificados) da região de Monchique.

Seria um ambiente não coincidente, mas semelhante ao que me propus estudar e, se nenhum rio como o Guadiana o atravessa, não nos é lícito esquecer que o Oceano está perto.

Se esquecermos o caminho que da actual Lagos parte para o Alentejo, escassas são as antigas vias de penetração para o interior. Este é lugar onde culturas regionais se poderiam desenvolver e mesmo evoluir com alguma tranquilidade. É o que parece confirmar a Arqueologia e a presença de comunidades da Idade do Bronze está abundantemente representada, recordando que está longe de ser integralmente conhecido o modelo (ou modelos) de povoamento correspondente(s) a esta época no Sul de Portugal.

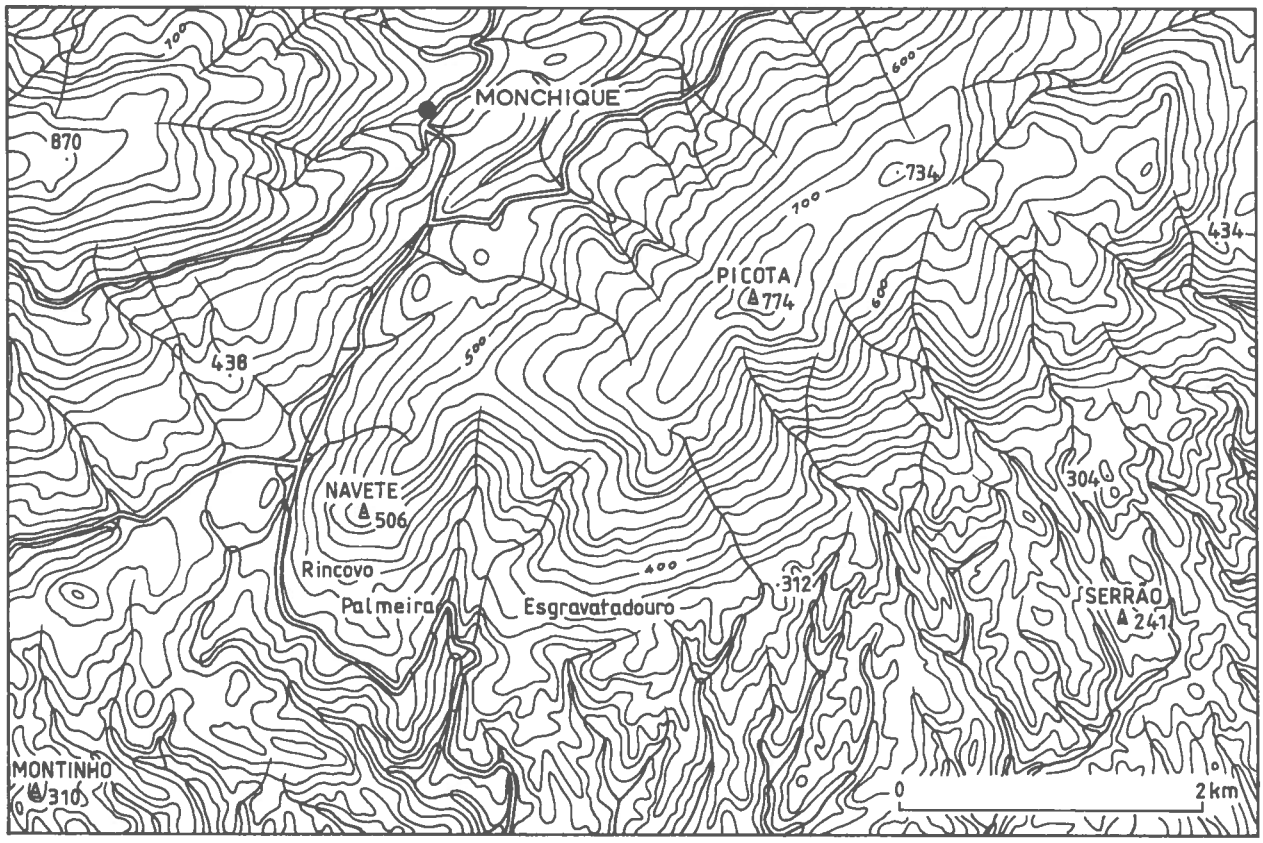


Fig. 2.16. Topografia da área onde se incluem as necrópoles de Monchique. A densidade das curvas de nível torna a implantação dos sítios praticamente única no Sul de Portugal.

Considerando que poucos são os monumentos deste País que, à partida, foram alvo de tanto interesse, de publicação tão dispersa e dificilmente acessível, parece útil listá-los e, posteriormente, comentar os que têm a ver com os períodos de que aqui nos ocupamos:

ALCARIA

(Formosinho *et al.*, 1953: 187-194)

Agrupamentos de sepulturas da Idade do Bronze, totalizando 22

BELLE FRANCE

Viana *et al.*, 1948: 2-6; Viana *et al.*, 1949; Formosinho *et al.* 1953: 117-126)

3 monumentos sob *tumulus*

BUÇO PRETO ou ESGARAVATADOURO

(Viana e Formosinho, 1942: 376-379 e 382-389; Ferreira, 1946; Viana *et al.*, 1949; Viana *et al.*, 1950: 80-84; Formosinho *et al.*, 1953: 130-135; Viana *et al.*, 1954: 28-38)

7 sepulturas «neolíticas»

CASINHA DA MOURA (ou OLIVAL DE J. J. SAMORA GIL)
(Viana e Formosinho, 1942: 380; Viana *et al.*, 1949)
1 monumento sob *tumulus*.

EIRA CAVADA
(Viana *et al.*, 1949; Viana *et al.*, 1950: 84-85; Viana *et al.*, 1954: 38-41)
3 sepulturas

MIRANTE DA MATA
(Viana e Formosinho, 1942: 374-376; Formosinho *et al.*, 1953: 138; Viana *et al.*, 1954: 41-42)
3 sepulturas da Idade do Bronze

NAVETE
(Viana *et al.*, 1949; Formosinho *et al.*, 1953: 126-129 e 129-130)
1 sepultura

PALMEIRA
(Viana *et al.*, 1949; Formosinho *et al.*, 1953: 77-115 e 115-117)
16 sepulturas

POCILGAIS
(Formosinho *et al.*, 1953: 138)
1 sepultura da Idade do Bronze

RENCOVO
(Viana e Formosinho, 1942: 372-374; Viana *et al.*, 1949); Formosinho *et al.*, 1953: 135-138)
1 sepultura calcolítica

VAGAROSA E FOZ DO FARELO
(Viana e Formosinho, 1942: 379; Viana *et al.*, 1950: 86-89; Viana *et al.*, 1954: 43-44)
2 sepulturas da Idade do Bronze

Destes onze grupos, todos eles de uma ou outra forma importantes para o conhecimento da diacronia pré-histórica da região, sobressaem Belle France, Buço Preto, Eira Cavada, Palmeira e Rencovo. No entanto, as características da informação (e a escassa fiabilidade que oferece) aconselha uma análise concentrada em torno aos núcleos de maior dimensão e, como tal, melhor conhecidos, Buço Preto ou Esgaravatadouro e Palmeira

2.2.2.2. *Buço Preto ou Esgaravatadouro*

A primeira descrição localiza este sítio a Nascente das Caldas de Monchique, a 2 Km do Mirante da Mata, desde Belle France até 5 km para Este (Viana e Formosinho, 1942: 376).

2.2.2.2.1. *Os monumentos 1 e 2*

Os monumentos 1, 2 e 3 foram reconhecidos após a violação do primeiro pelo seu proprietário. O seu aspecto impressionou imediatamente Formosinho e Viana, que recuperaram materiais do primeiro e escavaram o segundo (o terceiro estava completamente esvaziado). Foram então considerados «... de grande interesse para o estudo da Época Neolítica por serem inteiramente diferentes do sistema de enterramento até agora verificado...» (Viana e Formosinho, 1942: 382).

Buço Preto 2, particularmente bem descrito, tinha sido construído com 12 lajes dispostas em rectângulo, com as dimensões internas de 1.70 por 1.20 m. Aceita-se como altamente provável a existência de um *tumulus* de pedra miúda.

Viana e Formosinho comentam justamente que apenas se conhecia tal estrutura em períodos proto-históricos, da Idade do Ferro pré-romana (o que hoje chamamos I Idade do Ferro), mas que do espólio estava ausente qualquer artefacto metálico. Por outro lado, a cerâmica era inexistente; estavam presentes as lâminas de sílex, machados, enxós e goiva, bem como artefactos para adorno pessoal (contas discóides achatadas e pouco espessas). Do túmulo 1 é proveniente um geométrico, o primeiro das séries de Monchique a ser registado. É , no entanto, classificado como raspador (Viana e Formosinho, 1942: 376 e 387, fig. 20, n.º 5).

Buço Preto 1 revelou, por crivagens sucessivas das terras da violação, grande quantidade de cristais de quartzo hialino, traço de um ritual que iremos também encontrar no outro extremo da Serra, no monumento das Pedras Altas.

2.2.2.2.2. *Os monumentos 3, 4, e 5*

Ocasionalmente referido atrás, o mon. 3 de Buço Preto aparece posteriormente como estando incluído, com os n.ºs 4 e 5, numa única estrutura tumular, circular, definida por uma dupla coroa de pedras. Será escavado em 1945 (Ferreira, 1946) e os dois seguintes pelo mesmo geólogo e Formosinho, também em 1945.

2.2.2.2.3. *Os monumentos 6 e 7*

Buço Preto 6 aparecia com planta rectangular, 3.10 por 0.90 metros.

O grande interesse deste monumento tem passado quase despercebido e reside não no escasso espólio do interior (geométricos trapezóidais, lâminas e alisador), mas num depósito ritual no exterior, anexo ao segundo esteio de cabeceira. Aí estavam agrupados 7 machados e 4 enxós «... postos cruzadamente uns sobre os outros.» (Viana *et al.*, 1950: 82-83). Trata-se de um rito funerário muito raro no Sul , documentado em monumentos mais evoluídos da região de Arganil (Castro Nunes, 1974).

Particular destaque para o n.º 7, onde surgem associados geométricos trapezóidais e triangulares com pontas de seta de base côncava (Viana *et al.*, 1949: 306, fig.14).

A estrutura do monumento, que recordou Nora, comparação sustentada pelas similitudes do espólio, mas que me parece um pouco forçada, incrustava-se numa «grande mamoa» e apresentava planta trapezóidal.

O espólio incluia, para além do que já se referiu, fragmento de uma placa votiva de xisto, enxós e machados, contas discóides de xisto, concha marinha e pedra verde (Viana *et al.*, 1950: 81-82).

nec	mon	c	l	ori	mc	ex	gv	gtz	gtg	mos	cd	cot	cer
B. France	1	2.5	1	S	1	0	0	1	0	0	0	0	0++
B. France	2	2.5	0.9	SE	1	0	0	1	0	0	0	0	0 +
B. France	3	2	1.1	SE	0	0	0	0	0	0	0	0	1
B. Preto	1	0	0	0	0	1	0	5	1	0	28	1	0
B. Preto	2	1.72	1	SE	4	5	1	0	0	0	0	0	0
B. Preto	3	2.05	0	SW	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B. Preto	4	1.95	0	SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B. Preto	5	1.9	0	SE	2	1	1	0	0	0	0	0	0 +
B. Preto	6	3	0.85	E	7	4	0	3	0	0	0	0	0
B. Preto	7	3.8	1.2	SE	2	3	0	4	4	0	20	2	0
E. Cavada	1	2.5	0.8	E	2	2	1	6	0	0	0	1	0
E. Cavada	2	1.96	0	E	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E. Cavada	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeira	1	1.53	0.8	SE	0	1	0	2	0	0	200	0	fat
Palmeira	2	2.96	1.18	E	1	1	0	29	1	1	1223	2	1 +
Palmeira	3	1.86	0.67	E	0	0	0	5	0	0	5	2	0 +
Palmeira	4	5.3	1.08	E	2	3	0	1	0	0	0	1	0
Palmeira	5	2.03	1.09	SE	2	5	0	0	0	0	0	2	0 +
Palmeira	6	2.48	1.09	SE	9	6	2	3	0	0	0	0	0
Palmeira	7	3.85	1.73	E	4	3	1	8	1	0	3	0	27
Palmeira	8	2.25	1.1	SE	0	0	0	0	0	md	0	0	0
Palmeira	9	1.35	0.7	SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeira	10	1.5	0.85	SE	0	0	0	0	0	md	0	0	0
Palmeira	11	1.85	0.7	E	1	1	0	1	0	0	0	0	0
Palmeira	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeira	13	2.25	0.75	0	1	3	0	3	0	0	0	0	0
Palmeira	14	1.6	0.6	0	1	3	0	2	0	0	0	0	0 +
Palmeira	15	2.64	0.65	E	1	0	0	1	0	0	52	3	0 +
Palmeira	16	1.56	0.9	SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rencovo	1	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0

esc	ba	lam	ps	px	ot	obs
0	0	6	0	0	núcleo	machado de cobre envolvido em tecido
0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	2	0	0		vários cristais quartzo hialino
0	0	4	0	0		
0	0	0	0	0		cd em número não especificado
0	0	1	0	0		
0	0	2	0	0		
0	0	4	0	0		
0	0	5	12	1	hematite	placa de xisto gravada nas 2 faces
0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	10	1	0		1 serra de sílex
0	0	1	0	0		
0	0	3	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	3	0	0		
1	1	19	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0		
0	0	1	0	0		
0	0	1	0	0		1 cinzel
0	0	2	0	0		1 lasca
0	0	0	0	0		1 da 2a camara: 1.06
0	0	0	0	2		placa de xisto gravada nas 2 faces

Fig. 2.17. Monchique: Quadro de monumentos e conteúdos votivos. Nec: necrópole; Mon: monumento; C: comprimento; L: largura; Ori: orientação; Mc: machados; Ex: enxós; Gv: goivas; Gtz: geométricos (trapézios); Gtg: geométricos (triângulos); Mos: moventes/dormentes; Cd: contas discóides planas; Cot: contas de outros tipos; Cer: Cerâmica; Esc: escopro; Ba: braçal de arqueiro; Lam: lâminas; PS: pontas de seta; PX: placas de xisto com decoração geométrica; OT: outros; OBS: observações.

2.2.2.2.4. *Observações finais*

Os sete monumentos do Buço Preto ou Esgaravatadouro, com as suas plantas rectangulares e trapezóidal representam muito provavelmente fases de utilização distintas de uma mesma necrópole.

É óbvio que, na falta de outra informação, é de aceitar a simultaneidade dos monumentos 3, 4 e 5, incluídos num mesmo *tumulus*. Porém, como veremos adiante, tal não é defensável para o monumento 7, pelo menos a aceitarmos, como parece lógico, o sincronismo do seu espólio.

Comentários mais específicos a este faseamento serão feitos globalmente em 2.3.1.

2.2.2.3. *Palmeira*

A grande necrópole da Palmeira, composta por 16 monumentos, «... fica situada a partir de 500 metros para NNW das Caldas e abrange uma área circular cujo diâmetro oscila entre os 500 e os 600 metros.» (Viana *et al.*, 1948: 1). Assim foi localizada, ainda antes do primeiro estudo que lhe faz referência pormenorizada (Viana *et al.*, 1949). Posteriormente, os detalhes precisam-se: a necrópole desenvolve-se «... desde uns 700 m. a Norte das Caldas de Monchique até 1.100 metros. O extremo S.E. até agora conhecido situa-se em um elevado cômoro sobranceiro à estrada para Monchique mais ou menos a 100 metros a Sul do Roncovo, alongando-se a 300 metros para Nordeste e muito mais para Sueste (cerca de 500 metros).» (Formosinho *et al.*, 1953: 77).

Os 16 monumentos da Palmeira não podem ser considerados como a repetição monótona de um padrão de construção, nem as semelhanças artefactuais existem a ponto de permitir a defesa de «um período, uma cultura». Os *tumuli* pétreos correspondem a uma tradição que não está ausente do megalitismo tradicional, mas que nele está longe de ser maioritária, sendo o modelo preferido a alternância terra/pedras, o recurso a anéis de fecho.

Se nos ocuparmos agora das sepulturas, veremos que as n.^{os} 9, 10, 11, 12, 16, nada continham no seu interior. Mas a lógica mais elementar permitirá associar, como fizeram os escavadores, o espólio encontrado no exterior imediato dos monumentos 10 e 11 como parte do antigo conteúdo. Os restantes 11 monumentos forneceram os artefactos listados no *Quadro Resumo*.

Uma referência particular deverá ser feita a uma das estruturas, e não tanto pela sua forma específica como pelo que se recolheu no seu interior. Trata-se concretamente de Palmeira 7.

Rigorosamente orientado a Este, é um monumento de grandes dimensões. Nele se encontrava depositado tal espólio que não se hesitou, provavelmente com razão, em considerá-lo «... túmulo de um indivíduo proeminente na tribo...» (Formosinho *et al.*, 1953: 98). Os 27 vasos recolhidos são caso único em necrópoles onde a cerâmica ou não existe ou escasseia e justificam, só por si, a asserção.

As formas distribuem-se por taças, vasos esferóidais de bordo exvertido, esféricos altos, recipientes de corpo cilindróide, constituindo conjunto que não seria estranho recolher num povoado calcolítico. Isto explica, naturalmente, a não estranheza ao observarmos, da mesma proveniência, um «braçal de arqueiro», essa polémica peça que é conhecida em diversos contextos funerários calcolíticos e, porque não dizê-lo, «campaniformes».

Seguindo um critério puramente formal, num agrupamento que não discutirei aqui, foi proposta a associação de Palmeira 7 com Palmeira 4, 5, 6, 9 e 10 (Formosinho *et al.* 1953: 177). A simples observação do *Quadro Resumo* elucida quanto às profundas reservas que tal solução merece.

Sobre a necrópole da Palmeira, como para as restantes de Monchique, e a sua publicação, ocorreu-me não poucas vezes, mas por contraste, as excelentes e minuciosas descrições de Estácio da Veiga, mais de cinquenta anos antes. As plantas e cortes do pioneiro da arqueologia algarvia mostram bem que é possível ultrapassar as limitações dos tempos e das conjunturas e contrapor às arqueologias «oficiais» o bom senso e a lucidez que, hoje como ontem, nelas contrastam com a abundância dos meios.

2.2.3. *Monumentos isolados do Algarve Oriental*

2.2.3.1. *Observações prévias*

Muito menos abundante em informação que o Algarve Ocidental, a vasta área de Faro a Vila Real de Santo António, na foz do Guadiana, e daí até ao Vascão, não deixou apesar de tudo de ser objecto das pesquisas de Estácio da Veiga e de outros autores. O *tholos* de Castro Marim (Zbyszewski e Ferreira, 1967) foi explorado provavelmente por António Mendes, colector dos Serviços Geológicos e que trabalhou em diversos lugares sob a direcção de Carlos Ribeiro.

Todos os outros sítios ou monumentos do Neolítico final e do Calcolítico foram identificados por Estácio da Veiga e, até à intervenção deste projecto, permaneceram os únicos conhecidos. Entre eles, não são raros os casos a revestirem-se de alguma singularidade, como as sepulturas da Quinta Drago. As deficientes condições de registo de quase todos conduziram a uma triagem que me pareceu indispensável, pelo que a análise será circunscrita aos dois monumentos de Nora e Marcela, aqueles a que Estácio da Veiga dedicou maior atenção, devendo ser dito que não encontrámos sequer traços, no terreno, de Nora e que se duvida que restos de estruturas observados possam corresponder a Marcela.

2.2.3.2. *Nora*

(Estácio da Veiga, 1886: 248-257)

A estrutura é localizada na quinta que o Visconde de Horta possuía em Nora.

Trata-se de um espaço trapezóidal alongado, com 8.2 m. de longo e 2.2 m. de largura à cabeceira. Desconhece-se como seria a cobertura, mas é natural que fosse constituída por lajes. Supôs o escavador que apenas seria pavimentado no acesso, onde tal se registou, sendo o restante chão de terra compactada.

Intensas violações (ainda em tempos pré-históricos?) destroçaram parte do monumento e do seu recheio. Este, porém, justifica análise atenta.

Se excluirmos o espólio lítico, nem sempre o mais útil nestes casos como indicador cronológico-cultural, e ainda assim haveria que referir pontas de seta próximas dos tipos alcalarenses, teríamos placas de xisto com decoração geométrica, uma cabeça de alfinete de osso, canelada, machados e enxós, e uma tampa discóidal de marfim, finamente trabalhada.

2.2.3.3. *Marcela*

(Estácio da Veiga, 1886: 257-277)

As notas de Estácio da Veiga localizam-no a 2 Km. a Oes-noroeste da Igreja de Cacela, 3 km. a Norte do monumento da Nora e 13 km. a Ocidente da margem portuguesa do Guadiana.

Quando os trabalhos se iniciam, graças a comunicação do proprietário rural António Madeira, a estrutura tumular tinha já desaparecido e o monumento estava rodeado por terra agricultada.

O conjunto é complexo e não é claro que tenha sido construído de uma única vez, sendo provável a existência de acrescentos posteriores à feitura da câmara e do curto corredor. Teria sido, assim, prolongado em momento subsequente por um corredor-câmara muito semelhante ao monumento de Nora.

De acordo com a planta e a descrição disponíveis, o monumento integrava uma câmara circular de 13 esteios, com um diâmetro aproximado de 3.4 m. no eixo S/N, prolongada por um curto corredor (ou átrio?) fórmula 1 + 1, separado por uma porta de uma câmara-corredor muito alongada.

Comparando as plantas dos monumentos de Nora e Marcela (Estácio da Veiga, 1886: Est. XII, 248/249), a primeira observação é a de que um monumento tipo Nora foi acoplado ao curto corredor de um monumento megalítico evoluído. E, como veremos, uma análise do espólio parece confirmar esta hipótese, a única que me parece plausível.

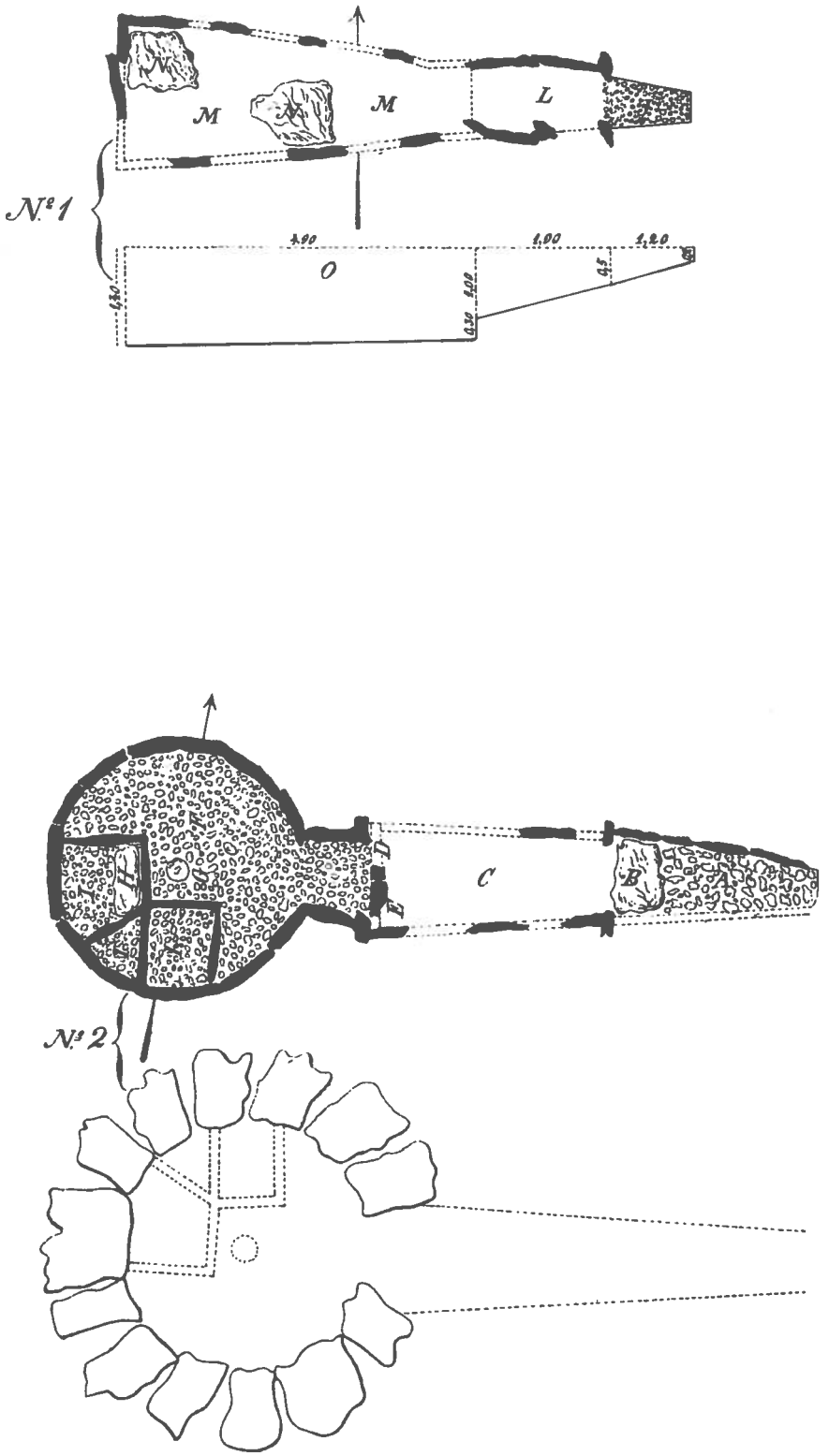


Fig. 2.18. Nora (*em cima*) e Marcela (*em baixo*): plantas (Estácio da Veiga, 1886).

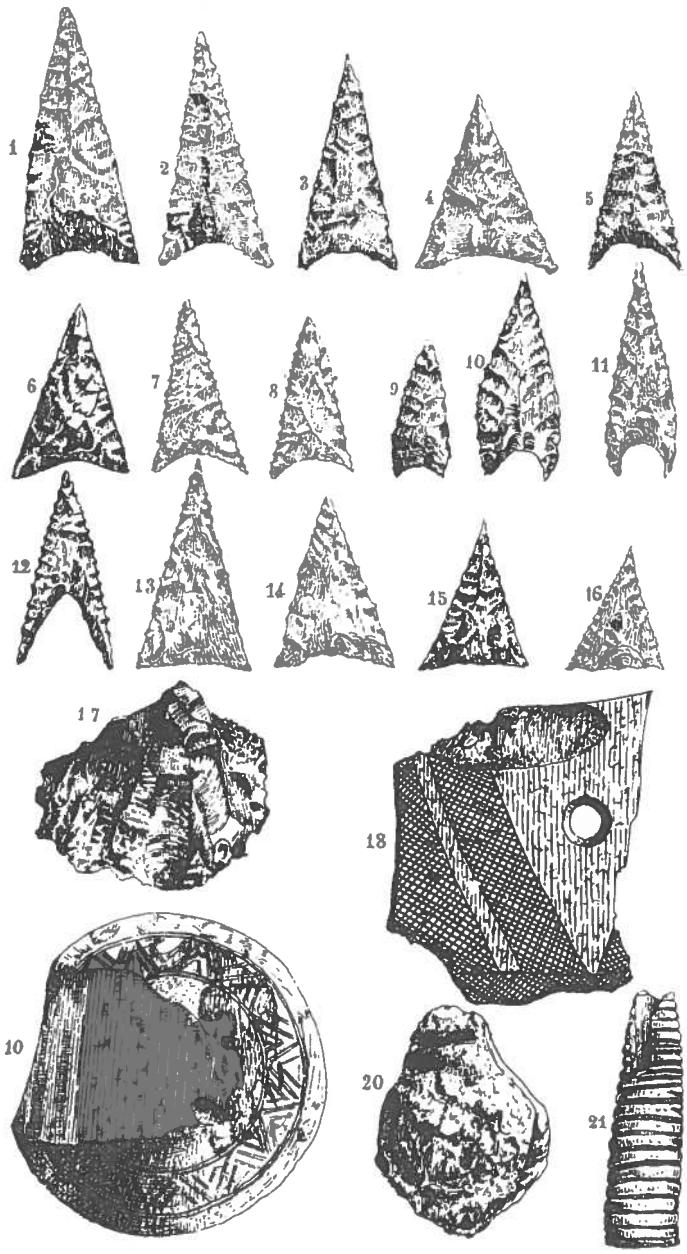


Fig. 2.19. Nora. Parte do espólio (Estácio da Veiga, 1886). De sublinhar a tampa discóide de marfim (no canto inferior esquerdo, legendada por erro, no original, 10, em vez de 19), o retoque e a morfologia das pontas de seta, o fragmento de placa de xisto com motivos geométricos e a cabeça de alfinete canelada (21).

Outro aspecto importante reside no facto de a câmara, que era pavimentada, ter sido objecto de uma compartimentação abrangendo pouco mais de um quarto da sua área. Obtiveram-se assim três compartimentos, o primeiro rectangular, triangular, e mais pequeno o segundo, grosseiramente pentagonal o terceiro, todos colados entre si e à parede interna da câmara.

A câmara apresentava ainda na sua parte central uma laje arredondada, sobre a qual tinha sido depositado um vaso (Estácio da Veiga, 1886: XVII, 2), globular, cheio de terra, lascas de sílex, fragmentos de lâminas também de sílex, e algumas pontas de seta, uma das quais (*ibidem*, XVII, 2) tipicamente alcalarense. O maior dos compartimentos continha também um conjunto homogéneo, incluindo ponta de seta alcalarense (*ibidem*, XVII, 3), núcleos de lamelas em quartzo hialino, cerâmica, uma placa de xisto com decoração geométrica, gravada de ambos os lados (o que, não sendo inédito, é, pelo menos, infrequente), blocos de corantes vermelhos e algumas poucas valvas de animais marinhos, para além de ossos humanos.

No que se refere aos outros compartimentos, as referências são menos precisas e, por isso mesmo, dificilmente utilizáveis sem reservas.

Nesta colecção, em que o metal não está representado, há que sublinhar a plaquinha de marfim, com pequenos quadrados sobressaíndo em campo liso, possivelmente um adorno, uma vez que a sua função como «pintadeira» parece excluída pela fragilidade que apresenta.

Outros artefactos recolhidos, para além das placas de xisto com decoração geométrica, seriam machados, percutores, uma ponta de seta transversal e duas pontas de dardo ou «alabardas», cujo fino retoque do gume fez pensar Estácio da Veiga que os seus artesãos se teriam inspirado nos dentes do *Charcarodon megalodon* Agass, fósseis de facto presentes em Aljezur e Nora.

2.2.3.4. *Discussão*

Os dois monumentos a que se acaba de fazer sumária referência são, de facto, distintos. A propósito do de Marcela tornou-se habitual classificá-lo como um *tholos* e não é de todo impossível que o monumento original o tivesse sido. Mas a interpretação da galeria que a ele se anexa levar-nos-ia a crer, sem dificuldade, num posterior acrescento. Estivessem ambos intactos, e fosse correcto o registo, seria particularmente interessante a comparação do espólio da segunda metade do monumento de Marcela com a galeria de Nora.

Quatro aspectos importantes parecem de concluir, após a análise dos artefactos votivos e das suas localizações grupadas: (1) em Marcela registam-se padrões muito pouco conhecidos no megalitismo, nomeadamente cuidadas compartimentações do espaço funerário e uma área central com traços de um ritual funerário específico; (2) as placas de xisto, comuns na chamada cultura megalítica alentejana, estão aqui representadas por excelentes exemplares e não pelos reaproveitamentos observados em Alcalar; (3) a presença do marfim, documentado por artefactos de soberbo acabamento, chama mais uma vez a nossa atenção para a função «de prestígio» de algumas oferendas votivas. Aqui, mais que em Alcalar, há que discutir a proveniência directamente africana deste marfim, a utilização eventual de matéria fóssil e ainda a outra origem possível para ele, a andaluza; (4) a defendermos que Marcela foi construída por duas vezes, estaríamos perante dois grupos cronológico-culturais. Não me repugna esta hipótese, mas não me parece que, assim sendo, uma grande distância exista entre eles. Se as placas de xisto são do Neolítico médio/final, não deixamos de as encontrar no Calcolítico, em determinados contextos bem precisos. Mas seria imprescindível tomar em conta a cabeça de alfinete canelada, que no maciço calcário estremenho surge exclusivamente em contextos do Neolítico «final» e cuja anterioridade pode ainda ser discutida em casos concretos. Nesta região, a sua raridade é, porém, inegável e levanta questões tão interessantes como as que serão discutidas a propósito do «ídolo-garrafa», sobre *radius* de raposa, do Cerro do Castelo de Santa Justa.

2.3. DUAS QUESTÕES

2.3.1. *uma primeira questão: as necrópoles de Monchique e a especificidade do «megalitismo» algarvio*

É evidente que a leitura atenta das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* torna claro o imenso vazio que o Algarve regista em termos de megalitismo. Mesmo que lhe acrescentemos contribuições posteriores, as manchas megalíticas resumem-se a Alcalar (onde há apenas um monumento tipo anta, sendo os restantes *tholoi*), a Monchique, onde os diversos núcleos encerram sempre sepulturas cistóides (que só com grandes reservas poderão ser aproximadas do megalitismo), e a monumentos isolados como o Cerro da Pedra (uma anta), Nora, Marcela e Castro Marim (que são monumentos específicos) e a áreas supostas, mas nunca confirmadas como detendo realmente sepulcros megalíticos (é esse o caso da *Quinta das Antas*, em Torre d'Ares, Tavira, a *Portela das Antas*, na Mealha, entre outros).

Em 1963, a Editorial Cosmos publicava a tradução portuguesa da desigual obra colectiva dirigida por Varagnac, «L'Homme avant l'écriture» (Paris, 1959). A necessidade de estabelecer referências com o espaço português, levou Vitorino Magalhães Godinho, o historiador responsável pela edição portuguesa dos «Destins du Monde», a inserir uma conhecida nota (Varagnac, 1963: 385-386), em que transcreve (através dos apontamentos tomados por outro historiador, Oliveira Marques, quando ainda aluno da Faculdade de Letras de Lisboa), o pensamento do estranho personagem que foi Manuel Heleno. Este último, professor da Faculdade de Letras de Lisboa e director do Museu Arqueológico dr. Leite de Vasconcellos, teve, como se sabe, uma contribuição nebulosa para a Arqueologia portuguesa. Com efeito, tendo publicado escassos e sumários artigos, é-nos apenas lícito suspeitar o que poderá ter sido o esqueleto do seu pensamento. E ainda assim as referências a essa possibilidade resumem-se quase sempre, obrigatoriamente, a apontamentos como os que serviram de base à nota de Magalhães Godinho. Nela se encontram definidas fases para o megalitismo que compreendem, por ordem decrescente de antiguidade, (1) os dolmens simples, desprovidos de corredor, com enterramento «predominantemente individual; como utensilagem, machados redondos picados, goivas, facas finas e recurvadas, pequenas pontas de ardósia; a loiça é de início lisa e do tipo europeu ocidental, depois surge almagrada» (*ibidem*: 385-386); (2) «Dos dolmenes simples ter-se-ia passado às galerias cobertas. Entra-se no período de inumação colectiva» (*ibidem*: 386) [o exemplo é, precisamente, Nora]; (3) «Complicando-se, os dolmenes tornam-se de câmara e corredor. É já o Eneolítico [Calcolítico]» (*ibidem*: 386); (4) «dolmenes» de falsa cúpula, como «... Alcalar, no Algarve, estudado por Estácio da Veiga. Pertencem já, neste Ocidente peninsular, ao Bronze I.» (*ibidem*: 386).

Note-se que as lições de Pré-História ministradas por Manuel Heleno na Faculdade de Letras de Lisboa em 1955-56, sobre as quais se baseou esta nota, omitem cuidadosamente todo o trabalho levado a cabo em Monchique e que é, na sua totalidade, anterior a elas (os estudos «de síntese» de 1953 e 1954 sobre as necrópoles de Monchique baseiam-se largamente em textos anteriores) e parecem ignorar a notável memória sobre as antas de Reguengos, publicada 4 anos antes (Leisner e Leisner, 1951).

Apesar de todas as óbvias limitações, estava assim definido o campo de luta que congregaria todas as explicações possíveis sobre o megalitismo português. E é, no mínimo, espantoso que de tão frágeis bases (Manuel Heleno não publicou um único das muitas dezenas de monumentos megalíticos que referiu ter escavado) se tenha partido para uma discussão, hoje como ontem, capital para o conhecimento de alguns milénios polémicos e fascinantes.

Polémicos, pela escassa margem de segurança que rodeia a maior parte das informações disponíveis, permitindo aproximações divergentes nas ópticas e nas imagens finais. Fascinantes, por verem a emergência de formas de sociedade que representam novos passos na hierarquização dos grupos e que poderiam prenunciar a emergência de uma ideia de estado, derivada da consolidação de eventuais chefaturas primitivas. Poderiam, digo, não estando provado que realmente tal se tenha verificado no Extremo Ocidente Peninsular, pelo menos até à Idade do Ferro.

De qualquer forma a (quase inexistente) discussão em torno às necrópoles de Monchique deriva de nos seus monumentos se terem recolhido conjuntos fechados de cariz «antigo» ou «arcaizante», nomeadamente os machados de secção circular, as goivas e os geométricos, não sendo de menor importância a quase inexistência de cerâmica.

Chamei recentemente a atenção para que estas palavras, «antigo» e «arcaico», deveriam ser usadas com circunspecção (Daveau e Gonçalves, 1985: 194 e 197), mas até o mais prudente dos seus utilizadores não deixará de reconhecer que, em relação a Monchique, em determinados casos específicos, os conjuntos são realmente «antigos». Alguns dados costumam ser invocados para apoiar esta afirmação: (1) a presença significativa de geométricos, sendo notável que muitos deles sejam verdadeiras pontas de seta transversais, ponto cujas consequências parecem ter passado despercebidas aos estudiosos; (2) os machados de secção predominantemente circular e oval, praticamente não os havendo de secção quadrangular e rectangular, como é próprio do Calcolítico; (3) as placas de xisto recolhidas são escassíssimas, um total de 3 em apenas 2 monumentos, estando portanto longe de poderem ser consideradas uma prática votiva corrente; (4) as pontas de seta aparecem exclusivamente em 2 monumentos dos 30 recenseados ou, mais adequadamente, dos 24 que continham espólio.

Porém, à classificação «antigo» não devemos atribuir mais importância do que ela realmente tem. O verdadeiramente importante parece derivar de uma releitura de determinados aspectos dos monumentos. E essa releitura, que empreendi, evidencia interessantes distinções nos conjuntos de estruturas, particularmente visíveis na grande necrópole da Palmeira.

No geral, e dos 30 monumentos das 5 necrópoles que foram escolhidas pela maior precisão dos dados disponíveis para reevaluação, alguns traços definidores podem ser isolados a partir da análise das estruturas. Vejamos:

(1) todos os monumentos identificados em Monchique são sepulturas «cistóides», isto é, construídas sob a forma de uma caixa mais ou menos alongada (entre 1.35 e 5.3 metros), construída com lajes de dimensões variáveis;

(2) por norma, a cabeceira é identificável, sendo construída com uma só laje, enquanto o polo oposto é constituído por duas ou mais, pequenas;

(3) em muitas das situações foi possível determinar que os monumentos eram inseridos num *tumulus* pétreo de dimensões razoáveis. No caso do Buço Preto, uma única mamoa albergava 3 monumentos;

(4) todas as indicações disponíveis apontam para que se trataria de sepulturas individuais.

Por outro lado, artefactualmente falando, os conjuntos apresentariam nítidas características «antigas»: geométricos, pontas de seta transversais, machados de secção circular ou oval, ausência de cerâmica em quase dois terços dos monumentos.

Estes foram aspectos que, de alguma maneira, não escaparam aos escavadores, ainda que, perturbados por uma situação que fugia claramente a tudo o que conheciam, eles hesitassem ao longo dos doze anos que separam a primeira da última notícia, acabando por propor uma cronologia «curta»: «Não andaremos, pois, longe da verdade, se dissermos que as necrópoles de Monchique são posteriores ao monumento de Nora e imediatamente precedentes aos de Alcalar. Datarão, portanto, de cerca do ano 2000 a.C.» (Viana *et al.*, 1954: 52).

E se a cronologia adoptada é assim a mais curta possível, outra conclusão, de consequências ainda mais redutoras, remata as extensas intervenções na Serra de Monchique: «... apesar de certa diferenciação na arquitectura dos túmulos entre si, e nos espólios, todos estes monumentos são mais ou menos da mesma época ou, mais precisamente, supomos que entre a idade do mais antigo e a do mais recente não deve ter decorrido grande lapso de tempo.» (Viana *et al.*, 1954: 50).

Monchique é, de certo modo, a mais interessante descoberta da arqueologia no Algarve, na primeira metade deste século. Equacionada a nível ibérico, permite reposicionar problemas e discutir questões tão diversas como a especificidade regional ou as prescrições funerárias antes e depois do advento da metalurgia.

Para que seja possível entender este fenómeno, é necessário listar artefactos e estruturas, compreender as suas particularidades e, realmente, entender se se trata de um breve

momento ou de uma tendência regional particular. Nesse sentido, voltemos ao *Quadro Resumo* que preparei.

O comprimento dos monumentos é o primeiro vector de análise. Vemos que se escalona entre 1.72 e 3.8 m., no Buço Preto, e entre 1.35 e 5.3 m., na Palmeira. No Rencovo, é mais pequeno (1 m.) e na Belle France oscila entre 2 e 2.5 m. Na Eira Cavada, entre 1 e 3 m.

Corresponderão estes diferentes parâmetros a uma só realidade, variando ao agrado dos construtores?

Gostaria de comparar dois grupos de dados, o que diz respeito aos comprimentos das câmaras e o que respeita à sua orientação. Infelizmente, os autores apenas indicam a orientação de 24 dos 30 monumentos e, mesmo entre esses, algumas orientações são aproximadas. Mas, à míngua de outras, será uma primeira base de trabalho.

Começando pelos 13 monumentos da Palmeira cuja orientação conhecemos, 4 dos 6 monumentos orientados a Este, 67%, encontram-se entre os mais longos.

No Buço Preto, o único monumento orientado a Este, 20% do total, encontra-se entre os mais longos.

Os gráficos das fig. 2.20 e 2.21 ilustram a situação, com maior nitidez: no Buço Preto, 3 dos 4 monumentos orientados a SE apresentam dimensões muito similares; na Palmeira, devido ao maior número de monumentos disponíveis para análise, a leitura é ainda mais clara. Com efeito, na necrópole da Palmeira, duas tendências congregam as dimensões dos monumentos, de acordo com a sua orientação a Este e a Sudeste.

Considerando a fraca nitidez dos dados publicados, não é possível prosseguir muito mais longe nesta via, mas duas questões são ainda exploráveis, de acordo com três tipos de artefactos particularmente significativos, os geométricos, as placas de xisto com decoração geométrica e o «braçal de arqueiro». Se voltarmos ao Quadro Resumo, não será difícil verificar que conhecemos apenas a orientação de um único monumento dos dois em que se identificaram placas votivas com decoração geométrica. Trata-se de Buço Preto 7, orientado a SE. Mas a placa em questão, tal como as 2 provenientes do Rencovo (cuja orientação desconhecemos), não parece poder agrupar-se com as mais comuns no megalitismo português. Com os riscos que tal implica, não se me afigura defensável discutir a sua cronologia dentro da controversa sequência destes artefactos ideotécnicos.

O «braçal de arqueiro», geralmente considerado um artefacto votivo próprio de fases evoluídas do Calcolítico, surge em Palmeira 7, um monumento, como se disse, orientado a Este.

Quanto aos geométricos, vê-mo-los no gráfico da Fig. 2.24, e no que se refere à necrópole da Palmeira, em 100% dos monumentos orientados a Este e em apenas 29% dos orientados a Sudeste.

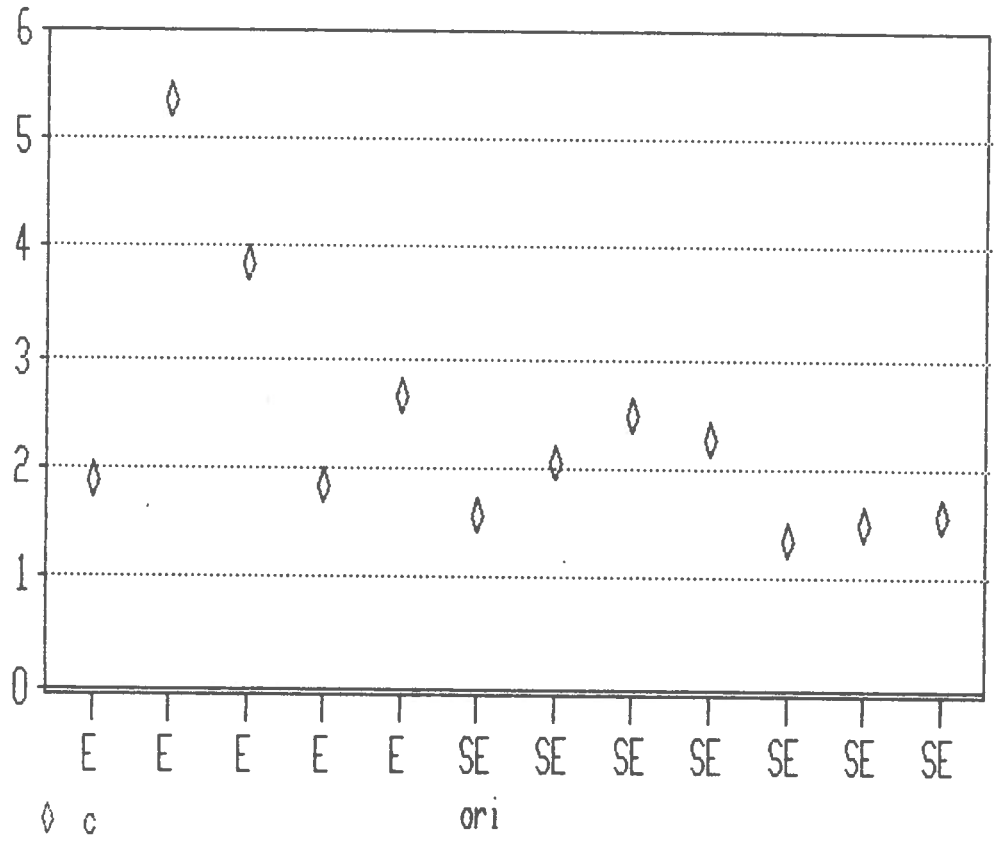
Mas se quiséssemos alargar a nossa análise à existência de cerâmica nos monumentos, veríamos que a sua única presença maciça se encontra em Palmeira 7, orientado a Este. Do total das ocorrências, aliás, em 9 monumentos orientados a Este, teríamos 2 presenças confirmadas e 2 traduzindo fragmentos ou restos atípicos, 44% do conjunto. Nos 13 monumentos orientados a Sudeste, há 1 presença efectiva e mais 4, reais mas reduzidas a fragmentos, um total de 39% . Nos 24 monumentos com espólio, existia cerâmica ou traços dela em apenas 11, o que é dizer 46%.

Por outro lado, dos 75 geométricos trapezóidais do nosso quadro resumo, 54 (72%) encontram-se em monumentos orientados a Este e apenas 10 (13%) nos que estão orientados a Sudeste, não sendo possível esquecer que dos 24 monumentos com espólio, 9 (38%) são os orientados a Este e 13 (54%) os que apontam Sudeste. Mas em Palmeira 7, onde se recolheu o «evoluído» artefacto habitualmente designado por «braçal de arqueiro», registou-se um notável espólio, incluindo 27 vasos, 19 lâminas, 4 machados, 3 enxós, 1 goiva e... 8 geométricos trapezóidais (e 1 triangular).

Como se viu, o quadro está longe de ser simples e unívoco, ainda que sobressaiam diferenças a nível artefactual nas duas orientações principais dos monumentos. Incluí-las numa única fase pareceria absurdo.

E se, esquecidas as diferenças estruturais, nos debruçássemos sobre as possíveis distribuições no espaço de agrupamentos de orientações, outra imagem seria possível.

Na Palmeira, pelo menos dois agrupamentos espaciais de monumentos orientados a Sudeste são visíveis: (1) 5+6+1 e (2) 8+9+10. Na mesma necrópole, outras duas claras associações, desta vez de monumentos orientados a Este: (1) 2+3 e (2) 11+7.



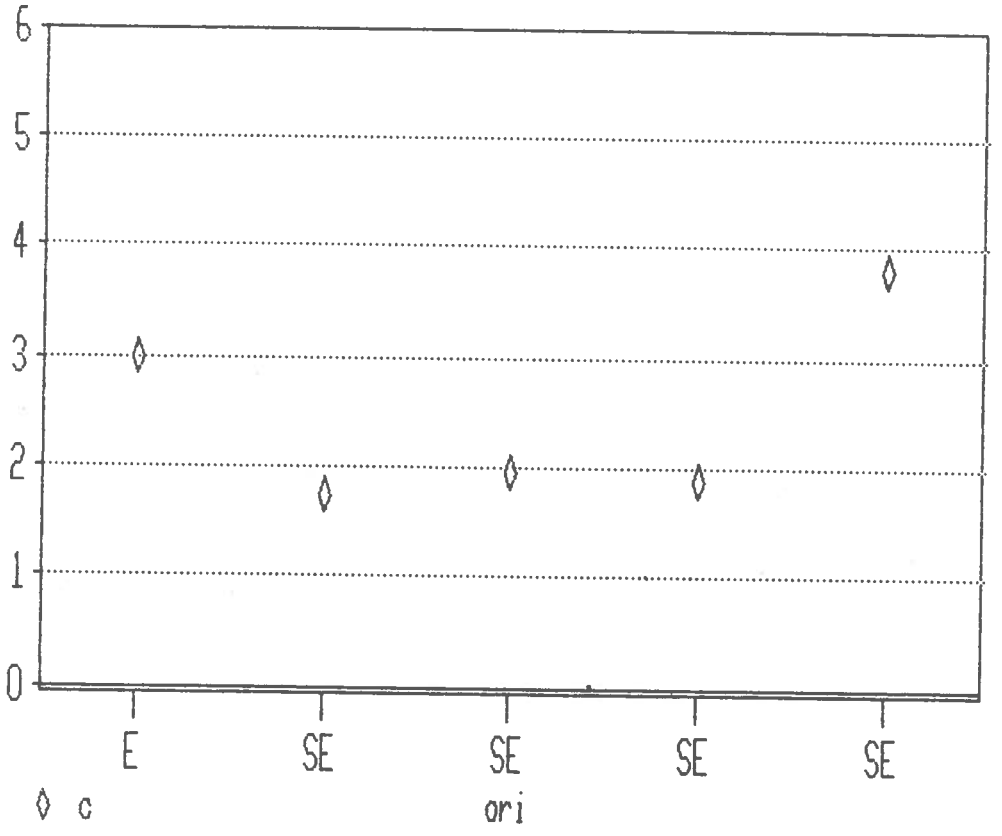


Fig. 2.20. (*em cima*) Palmeira: comprimento e orientação dos monumentos.

Fig. 2.21. (*em baixo*) Buço Preto: comprimento e orientação dos monumentos.

Dir-se-ia que os monumentos se agrupam de acordo com sequências construtivas, o que estaria longe de parecer estranho.

Sabemos que os monumentos megalíticos, particularmente as antas alentejanas, são quase sempre orientados a Este e que as fugas a esta norma se fazem, a maior parte das vezes, em estruturas evoluídas.

Em Monchique, a situação é diferente. E o grande traço de união, ligando praticamente todos os monumentos (e não me parece que a complexa estrutura de Palmeira 16 possa ser considerada excepção) reside precisamente no tipo de enterramento, individual e não colectivo.

Se nas necrópoles de Monchique existem conjuntos calcolíticos, Belle France 1 , Palmeira 7, muito provavelmente Buço Preto 7, seria estulto pensar que todos o são.

E aqui temos um dos pontos de maior interesse para discussão futura: no Algarve, em plena Serra de Monchique, no polo oposto ao Guadiana, movimentam-se populações cujos lugares de habitação por enquanto desconhecemos, mas que ao longo de uma extensa diacronia mantêm um mesmo costume funerário, contrariando o que, simultaneamente e em sequência, se verifica noutras regiões, algumas bem perto, como é o caso de Alcalar.

Estaremos perante o início do megalitismo, como já se pretendeu?

Se esquecermos que estes geométricos têm certamente mais a ver com uma tradição do que directamente com um tempo «antigo», teremos de procurar outros argumentos. É crível que pareça possível conotar os primeiros monumentos de Monchique com os tardios recolectores da costa sul-alentejana, prolongando-se, assim, num meio «fechado» e «conservador» como a Serra de Monchique, o costume dos enterramentos individuais e dos depósitos de geométricos nas sepulturas mesolíticas e neolíticas dos concheiros.

Esta leitura nem sequer é excessivamente polémica, uma vez que os próprios Leisner avançaram modelo similar a propósito dos mais antigos dolmens de Reguengos. Mas, para que uma explicação desse tipo possa ter um mínimo de fiabilidade, seria necessário começar pelo começo, procurar e escavar os povoados em falta neste troço do Alto Algarve. Só então Monchique poderia entrar nas diacronias megalíticas num específico e bem determinado lugar. Até lá, prefiro acreditar, por falta de provas que me permitam pensar outra coisa, que o «megalitismo em cistas» é uma expressão pouco feliz e Monchique não é provavelmente outra coisa senão um notável fenómeno regional que, se iniciado antes do megalitismo, prossegue ao longo do Neolítico evoluído e atinge o Calcolítico. Não é sem curiosidade que vemos, na mesma área, este costume prosseguir: as necrópoles da Idade do Bronze, Pocilgais e Alcaria, por exemplo, são disso prova indesmentível.

2.3.2. *Uma segunda questão: a fase terminal do Calcolítico no Algarve e o papel dos grupos campaniformes*

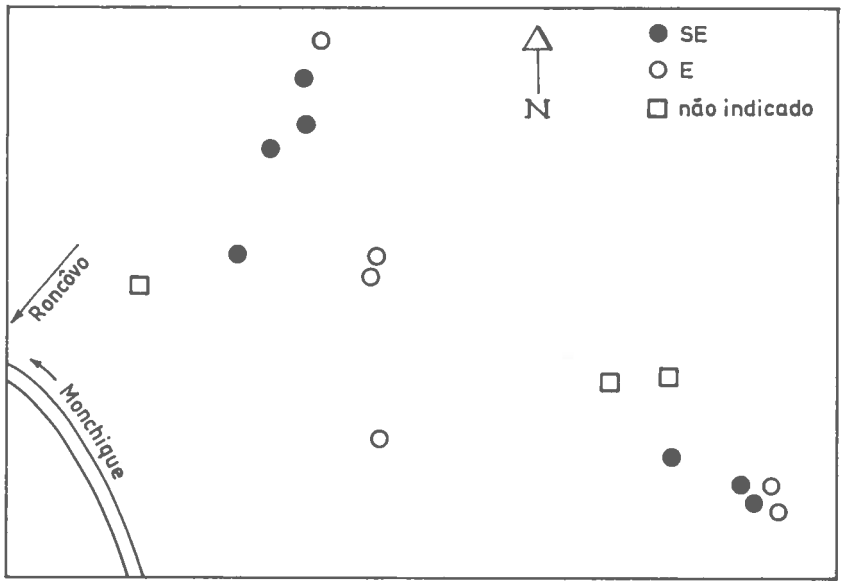
«O grande número de povoações de altura, da Idade do Cobre, na Estremadura, não encontra correspondência no Baixo Alentejo, nem no Algarve» (Schubart, 1971: 7).

Sem redundância, voltaria a citar o autor alemão: «A situação no Algarve é semelhante à do Baixo Alentejo: as povoações fortificadas da Idade do Cobre, que na Estremadura, como «feitorias», correspondem às das sepulturas de cúpula, tem faltado até agora, inteiramente. As afirmações imprecisas de Estácio da Veiga sobre os eventuais restos de povoação, contemporâneos das sepulturas de Alcalar, não se comprovaram até agora.» (Schubart, 1971: 8).

Se insisto neste ponto não é sequer para sublinhar as novidades que o presente trabalho traz, ao analisar povoados calcolíticos «de altura» na Serra Algarvia e comentar a fundamental área do Guadiana médio-alentejano. Antes se pretende evidenciar que a falta de informação pode gerar, em respeitáveis estudos e importantes investigadores, cadeias lógicas que a realidade posterior inviabiliza.

É o caso do «horizonte de Ferradeira» e do vácuo campaniforme no extremo sul português. O que é dizer a fase terminal do Calcolítico, *como hoje o conhecemos*.

Logo que Alberto del Castillo, em 1928, sistematizou pela primeira vez o que chamou «Cultura do Vaso Campaniforme», o interesse por esta cerâmica, cultura, civilização ou povo, não parou de crescer. Entre nós, e no que se refere ao Centro/Sul, a discussão estabilizou nos anos 80, por ausência de novos dados estratigrafados.



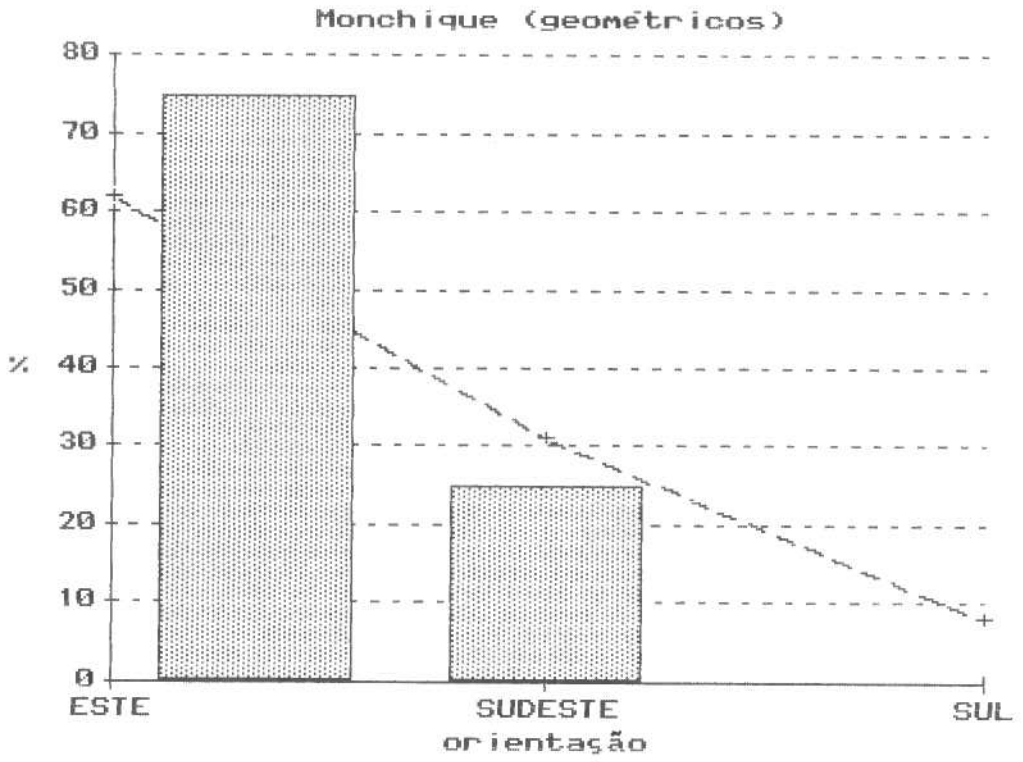


Fig. 2.22. Palmeira: orientação e agrupamento das sepulturas. São visíveis concentrações de monumentos orientados a Sudeste (2 núcleos) e ainda dois pequenos agrupamentos de monumentos (aos pares), orientados a Este. É admissível que estas situações possam ter significados cronológico-culturais ou indicar construção simultânea (mapa elaborado a partir da cartografia original de Formosinho *et al.*, 1953: 77, escala 1: 5000, a que se acrescentaram as indicações do texto quanto à orientação dos monumentos).

Fig. 2.23. Necrópoles de Monchique (em geral) e Palmeira (em particular): distribuição dos geométricos e orientação dos monumentos. É visível o desvio específico em relação ao padrão geral.

Claro que devemos sublinhar recentes contribuições para a «carta campaniforme» e entre elas a mais pequena não é a de Porto Torrão (Arnaud, 1982), mas o estado de insuficiente publicação dos materiais impede outros comentários. Chame-se, porém, a atenção para o facto de se tratar de sítios baixo-alentejanos. Para o Algarve mantém-se uma (significativa?) ausência: nem um fragmento foi recolhido nas escavações de Corte João Marques e Santa Justa, nos monumentos de Pedras Altas, Castelhana e Eira dos Palheiros, ainda que nos dois primeiros eles só pudessem entender-se, naturalmente, como intrusivos.

De qualquer forma, esta «actualização» é posterior ao grande esforço de síntese que H. Schubart empreendeu na década de 60 e que culminaria nos dois volumes «Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel» (1975). E mesmo que o não fosse não se vê como poderia influenciar o pensamento do investigador germânico há longos anos radicado na Península.

Se bem que o tema não estivesse virgem, deve reconhecer-se a mediocridade das aproximações anteriores. Por isso, Schubart vai ter de se basear num texto de fraca qualidade (Franco e Viana, 1948) e em materiais avulsos recolhidos em Museus portugueses (Nacional de Arqueologia e Etnologia, Regional de Lagos e Municipal de Faro). A evidência era clara: não existia campaniforme no Baixo Alentejo e Algarve, mas determinadas formas cerâmicas pareciam evoluídas, dentro do que se admitia ser a Idade do Cobre. Certo tipo de artefactos metálicos poderia igualmente ser considerado tardio. O aparecimento de sepulturas em que eles se associavam parecia indicar a emergência dos sepulcros individuais. E, consequentemente, o fim dos colectivos. A situação não podia ser, ao mesmo tempo, mais confusa e mais clara.

E, se sendo confusa era clara, tal devia-se, justamente, à aparente inexistência de alternativas.

Vila Nova de S. Pedro tinha trazido uma convicção que se generalizou à Peninsula e à Europa. O Campaniforme *não era* o Calcolítico mas, pelo menos em Portugal, apenas uma das suas fases, e tardia.

Como veremos em OITO, esta restrição é, ainda assim, insuficiente. Mas a questão «abria-se» definitivamente com a asserção possível através da nova leitura estratigráfica de Vila Nova de S. Pedro (Savory: 1983-84), ainda que, eventualmente, avançasse por caminho errado. Com efeito, existe ainda hoje uma singular perversão que se traduz em resumir o Calcolítico português a «pré-campaniforme» e «campaniforme», exactamente como se esta cerâmica constituísse por si só uma entidade suficientemente consistente para, numa lógica booleana, referenciar a Idade do Cobre.

Esquecendo de momento, por inoportunas aqui, outras possíveis considerações, resta-nos o carácter tardio do campaniforme e as suas prováveis correspondências num Extremo Sul dele por enquanto deserto.

Antecedendo toda a discussão da década de 80, Schubart propõe uma hábil explicação para a fase evoluída do Calcolítico do Sudoeste e recorre a hipótese até então inédita do seu companheiro de Zambujal, E. Sangmeister, para explicar o verdadeiro papel dos campaniformes.

Essencialmente, para Sangmeister (Schubart, 1971: 28-29), as «populações do campaniforme» seriam «especialistas ambulantes», deteriam o segredo de jazidas metalíferas e de «produções secretas», obtendo assim «uma posição privilegiada», traduzida num «espólio cultural unitário».

Compreende-se mal como seriam obtidas tais informações em pleno Calcolítico e, sobretudo, como poderiam elas ser desconhecidas dos próprios indígenas, os «grupos agrícolas» a que Schubart, citando Sangmeister, faz referência. Mais incompreensível ainda o pressuposto que essas populações desconheceriam as técnicas da metalurgia do cobre que bem dispensam, após aprendizagem, qualquer espécie de *know how* complementar, sendo obrigadas a recorrer a uma aristocracia itinerante para obter artefactos metálicos feitos a partir de matérias primas existentes e acessíveis nos seus próprios territórios. Isso exigiria uma tal diferença de culturas como a que separou inicialmente portugueses e africanos e, mesmo assim, em apenas algumas regiões e momentos históricos.

Quanto ao «espólio cultural unitário», o exemplo do Wessex podia ser mobilizado, mas essa seria, aqui, questão secundária. Essencial é compreender-se como a aceitação, por Schubart, deste modelo é crucial para a génese de um outro, que preencheria o espaço calcolítico não campaniforme do Sul: o «horizonte de Ferradeira».

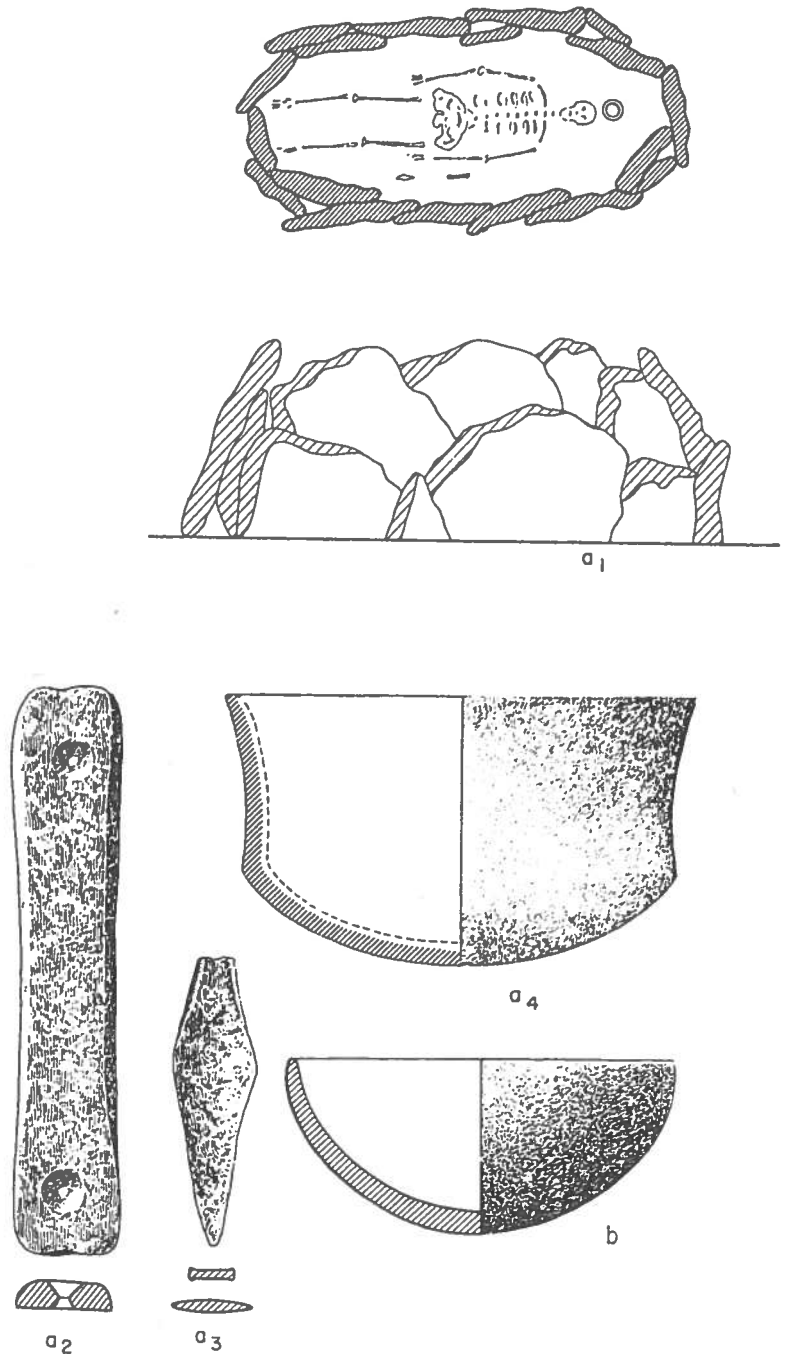


Fig. 2.24. Monumento e espólio de Ferradeira (redesenhado em Schubart, 1975: 117).

Ferradeira é uma necrópole de dimensões desconhecidas, muito destruída, incompletamente escavada, deficientemente estudada e ainda pior publicada (por Franco e Viana, 1948).

Os trabalhos foram conduzidos numa emergência, por Lyster Franco e Abel Viana, em 1945. Revelaram sepulturas cistóides de paredes duplas e planta elipsóide, com inumações individuais.

Uma das sepulturas continha um «braçal de arqueiro», um dos míticos componentes dos «espólios culturais homogéneos», uma ponta de dardo, de cobre, e um vaso a que, por vezes, se chamou acampanado, mas que resulta, na realidade, da junção de duas formas: um hiperbolóide largo, como corpo, acoplado a um esférico segmentado, como fundo, os planos quebrados em carena, na junção.

A outra sepultura apresentava um esférico médio, de bordo não espessado.

O conjunto deve considerar-se largamente insuficiente para definir um padrão e os artefactos particularmente pouco significativos, uma vez incluídos noutros contextos completamente distintos. Mas assim o não entendeu Schubart.

Ao todo, e por junto, temos duas formas cerâmicas, uma das quais, o esférico, presente em contextos que cobrem 3 000 anos, e um artefacto de cobre, aparentemente evoluído mas não suficientemente tipificado em áreas específicas.

O que parece novo, e talvez o fosse, se esquecessemos Monchique, diz respeito à morfologia das sepulturas e ao conceito de enterramento individual, também praticado pelos campaniformes, e geralmente intrusivo noutros contextos, por vezes de longe anteriores.

Sabemos, com efeito, que é hábito dos grupos que fabricaram ou usaram vasos campaniformes usar espaços funerários de culturas anteriores para neles depositarem os seus mortos. Os exemplos mais nítidos encontram-se na sepultura da Lapa do Bugio (Monteiro *et al.*, 1971), na Pedra Branca (Ferreira *et al.*, 1975) ou no Casal do Pardo (Leisner *et al.*, 1961), só para citar sítios a Sul do Tejo.

No Bugio, estamos perante uma típica sepultura individual, mas, tanto no Casal do Pardo como na Pedra Branca, a localização dos monumentos disponíveis e a possibilidade de usar excelentes e bem dimensionados espaços sagrados, já construídos, conduziu a aproveitamentos sistemáticos, sob a forma de depósitos colectivos. Tal é particularmente visível na verdadeiramente impressionante última camada da Pedra Branca, a não ser que este nível não significasse uma nova cultura, mas apenas traduzisse a utilização, pela mesma, de novos artefactos votivos. No entanto, se para outros casos a alternativa me parece sedutora, aqui tal não se afigura liminarmente defensável.

Haveria, então, em Ferradeira, um novo costume funerário que, ele só, seria mais significativo que o espólio contido nos monumentos. Esse costume prenunciaria padrões próprios do Bronze do Sudoeste, onde os enterramentos se fazem, quase sempre, em cistas grupadas, utilizadas maioritariamente de forma individual, ou pelo menos para tal concebidas.

Só que tal prática não é sequer nova no Algarve e os monumentos de Monchique têm, como vimos, uma fase claramente calcolítica. Prolongam, aliás, nela, práticas de enterramento individual bem anteriores, que representam certamente uma enraizada tradição local.

Corresponderá, então, como queria Schubart, Ferradeira a um «horizonte», equivalente ao Campaniforme do Centro de Portugal?

Arqueologia não é futurologia, se hoje os dados escasseiam é impossível prever desenvolvimentos futuros. Difícil parece, no entanto, aceitarmos o astucioso modelo de Schubart, muito particularmente se nos apercebermos que, curtos os suportes teóricos desta proposta, as suas bases artefactuais não vão mais longe.

2.4. RESUMINDO

Vimos monumentos, sítios e questões. E, não existindo em Arqueologia *dossiers* fechados, só excepcionalmente estas últimas não ficariam em aberto, sucedendo o mesmo com situações mais completa e recentemente investigadas.

Pelas razões que se têm vindo a enumerar, compreender-se-á que, nos casos presentes do Extremo Sul, tais condicionantes sejam consideravelmente mais restritivas, à míngua de informação utilizável.

Algumas interrogações só agora arrancam, é o caso das que dizem respeito aos menires e *cromlechs*, primeiramente registados por Estácio da Veiga e, depois, por Jorge Pinho Monteiro, e Varela Gomes. Ou determinadas particularidades do megalitismo da Serra, que ficam por resolver até momento oportuno permitir o reabrir dos processos. Mas alguns dados indispensáveis à construção de uma imagem, ainda que muito geral, do Neolítico evoluído e do Calcolítico, foram atrás referidos. Será realmente possível resumi-los numa perspectiva sistémica?

Usando uma proposta já clássica do «Clarke azul» (Clarke, 1968: 103-104, 124-125), poderemos traçar uma sequência para um modelo estático em diacronia tão longa ?

Em termos específicos, não creio. Mas, em termos gerais, poderemos sistematizar essa perspectiva de acordo com os subsistemas que integram a cultura, entendida como o seu conjunto dinâmico.

Um facto, porém, condiciona fortemente qualquer leitura: a inexistência de dados de escavação referentes a lugares de povoamento. Dir-se-á que informações sobre a cultura material sobejam nas sepulturas. Mas ainda que parte dos artefactos integrados em enterramentos não seja necessariamente votiva, como recentemente foi lembrado (Lichardus e Lichardus-Itten, 1985: 215), é indiscutível que não há necessariamente coincidências entre dimensões, formas e os próprios artefactos utilizados no mundo real e aqueles incluídos nos depósitos fúnebres.

Este facto é particularmente visível no que à cerâmica diz respeito (encontrando-se em sepulturas formas compactas com escassa correspondência nos tipos de uso quotidiano). Mas também pode ser evocado a propósito dos geométricos que, relativamente frequentes como itens votivos no Neolítico «médio» e «final», e mesmo no Calcolítico, estão praticamente ausentes dos contextos de *habitat* conhecidos. O inverso pode ser dito dos artefactos de cobre, relativamente comuns nos povoados calcolíticos, mas raros nos monumentos da mesma época.

A nível da cultura material, portanto, não se vê como se poderia estabelecer uma panorâmica aceitável com os dados disponíveis. Só o conteúdo artefactual e a leitura das estruturas funerárias permitem tirar algumas conclusões sobre o subsistema em que se integram, sobre a evolução dos padrões religiosos, económicos e, numa certa medida, sobre o próprio subsistema social.

Uma grande mancha, onde se registam idênticos padrões de comportamento para com os mortos, atravessa o Neolítico e persiste até tarde no Calcolítico do Algarve. A sua originalidade, de Monchique a Ferradeira, resume-se na prática de enterramentos individuais e na deposição de determinados artefactos junto ao inumado.

Duas linhas intrusivas contrastam com esta prática típica do Extremo Sul. Em Alcalar, o enterramento colectivo em *tholoi*. No Algarve Oriental, a influência do megalitismo baixo-alentejano faz-se sentir em monumentos e artefactos.

Em termos genéricos, tudo funciona tal como se a tradição mesolítica do enterramento individual, prosseguida durante o Neolítico antigo em algumas áreas da Península, seja progressivamente contrariada pelo aumento das dimensões dos monumentos megalíticos e a emergência da grande anta de corredor, sepulcro colectivo por natureza. Esta tendência não é invertida pelo aparecimento das grutas artificiais no Centro de Portugal, nem pela generalização ao Centro e ao Sul dos monumentos cobertos com falsa cúpula, e só na última fase destes parece regredir e pré-anunciar as sepulturas individuais do Bronze do Sudoeste.

Como se viu, nas necrópoles de Monchique os monumentos neolíticos e calcolíticos mantém-se pessoais, qualquer que seja a dimensão da estrutura funerária. Poderiam ser claros produtos de uma lenta evolução local. Provavelmente, de comunidades pouco numerosas, o que parece deduzível se tivermos em conta os reduzidos recursos a que podiam ter acesso.

Alcalar representa uma situação completamente diversa: recursos múltiplos e abundantes são aproveitados por comunidades prósperas, onde a diferenciação social pode ser inferida dos nichos dos monumentos e particularmente do espólio depositado num deles. Seria fácil pretender que eles são estranhos a este espaço, «colonos», mas não é essa a

verdadeira questão. O essencial é que se individualizam aqui práticas funerárias que implicam estruturas originais (a falsa cúpula) e novos artefactos votivos («almofarizes», pontas de seta alcalarenses, artefactos de ouro...). O mundo alentejano do megalitismo ortostático está quase ausente deste contexto. Detectamo-lo, contudo, indirectamente, através da presença de artefactos característicos (as placas de xisto com decoração geométrica) e em topónimos já sem correspondência na paisagem.

Claro que deve ser dito que as placas votivas de Monchique, não mais de três (duas em Rencovo 1 e uma em Buço Preto 7), se contém os mesmos elementos decorativos do Alentejo tratam-nos de uma maneira ligeiramente diversa. Para quem viu milhares de placas de xisto alentejanas (a quase totalidade dos Museus Nacional de Arqueologia, de Elvas e Beja, e bastantes outras dispersas), esse sentimento de estranheza poderia denunciar o aproveitamento por uma comunidade de uma ideia que lhe não pertence de origem, ou que caiu em desuso.

Nora e Marcela têm consigo outras implicações e só a desesperante falta de contextos impede que ilações precisas possam decorrer da observação das suas estruturas e espólio.

Que economias e sociedades?

Aqui, nada de linear.

Os espólios de Monchique parecem indicar uma aparente semelhança em termos quantitativos e qualitativos, pelo menos no que diz respeito à maior parte dos monumentos. Mas as dimensões de Buço Preto 7, Palmeira 4 e Palmeira 7, definem aparatos consideráveis, ainda que não correspondendo em todos os casos a grandeza da estrutura à riqueza e diversidade do espólio. De qualquer forma, bastaria Palmeira 7, analisado o conjunto monumento/conteúdo, para que se pudesse falar de diferenciação social e riqueza acumulada.

Ainda que nos pareça prematuro, neste contexto, o uso do conceito de «sociedade estratificada», incontrolável por ausência de informação, a ideia que alguém, dentro de um dado grupo, tem um tratamento preferencial perante a morte pode sugerir a particular deferência para com uma personalidade proeminente.

Não se trata do delicado ritual patente em Belle France 1, quando um machado de cobre envolvido em linho foi depositado junto ao morto. Nem da deposição votiva na estrutura funerária de Buço Preto 6. Ambos casos podem, eventualmente, ser interpretados como actos individuais de sensibilidade. Mas em Palmeira 7, repetimos, a questão é bem diferente, evocando uma clara concentração de riqueza, traduzindo a acumulação conseguida em vida do inumado ou o seu papel no grupo. Os dois casos são importantes, porque frequentemente sinónimos quando se verificam em sociedades primitivas.

As informações disponíveis permitem-nos falar de (1) sepulturas individuais correspondendo a sociedades pastoris com forte componente de recolha, o que estaria de acordo com o ambiente serrano e se compreenderia por outras razões (de arrasto cultural?) em Ferradeira; (2) sepulturas colectivas, na tradição dos pastores/agricultores megalíticos ou dos agricultores estabilizados do Calcolítico.

A escavação dos povoados correspondentes poderá esclarecer esta suspeita.

O universo do Sul é, porém, aberto e frouxas as resistências, quando existem, à novidade.

A questão nuclear, considero-a outra: há ou não mecanismos de passagem entre o povoamento móvel do espaço pelos últimos neolíticos e os territórios bem delimitados dos calcolíticos? Há simplesmente contraste, substituição ou mudança? Poderemos falar de *evolução de sociedades pré-existentes* ou de *intrusão de novos grupos?*

E onde o tempo da Grande Deusa Mãe de olhos em forma de Sol, traduzindo as linhas de força do Sul Peninsular, do mundo mediterrânico ocidental?

Diversos autores publicaram os ídolos betilóides que no Algarve testemunham o seu culto: Leite de Vasconcellos (1903), Afonso do Paço e Lyster Franco (1959), Victor Gonçalves (1980e). Onde os povoados que assinalariam a instalação das comunidades que veneram esta nova forma da antiga Deusa-Mãe?

Para estas e outras questões, não havia respostas disponíveis (e pareceu-me urgente encontrá-las).

Em Corte João Marques e Santa Justa recolhi, pela primeira vez em contexto fechado, representações da deusa oculada. Em contexto arqueometalúrgico, podemos afirmá-lo. O que, sendo parte da contribuição dos povoados da Serra para um melhor conhecimento do Calcolítico do Sul, está longe de poder citar-se isoladamente do restante.

TRÊS
O ESPAÇO



«Há dois Algarves: o povo só conhece por este nome a orla do maciço antigo; o resto é a *Serra*, um mar de cerros de xisto que sobe a mais de 500 m. O solevamento desta área começa a marcar-se no arredondado das colinas, nos valeiros que se ramificam e aprofundam: depois é uma imagem de regularidade e perfeição nos galbos dos montes, que para uns evocam montículos de toupeiras, para outros as tendas de um imenso acampamento de nómadas.»

Orlando Ribeiro, 1987: 161

Fig. 3.0. (*na página anterior*) Uma imagem frequente na Serra algarvia: xisto e esteva em solos esqueléticos.

TRÊS
O ESPAÇO

3.1. UMA SERRA, VÁRIOS TERRITÓRIOS, ALGUMAS HISTÓRIAS

Escrevia-se no último quartel do século XVI:

«Há neste reino do Algarve muitas coisas notáveis e maravilhosas e tão particulares dele só, que não se acham em outro algum, assi na própria natureza da terra como também nos costumes de que usam os moradores dela. Pelo que a muitos vi já espantarem-se e fazerem grandes admirações, ouvindo-as contar, e ainda pôr nelas algum escrúpulo; e certo eles, em parte, têm razão, porque muitas delas o merecem e são dignas disso.» (Fr. J. de S. José, 1577: 109).

E, sendo a asserção de ordem geral, vale também ao falarmos da Serra (um dos Algarves). Sobre ela, aliás, nos deixou o viajado frade sagaz observação, reconhecido lhe seja um certo chauvinismo:

«É cousa notável de ver as serras e grandes montes de que está cercado o reino do Algarve da banda de Portugal, que é do norte, e, sem dúvida que lhe não fazem vantagem os Alpes ou Pirinéus senão na muita passagem que diversas gentes fazem por eles e as muitas guerras e acontecimentos que os autores escrevem que neles houve, com que ficou tão celebrada a sua memória, porque, no mais, nenhuma ou pouca diferença lhe acho. Tem sete léguas em largo, que, com dificuldade, se andam num dia, e em comprido desde o rio Guadiana, que lhe cai da banda de levante, até Odemira, onde vão acabar no mar oceano, da banda do poente. São tão continuadas em se erguer e abaixar, fazer de si mil sobranças e diferenças de personagens, que quem os vê de alto e considera com espírito sua variedade, não pode deixar de se maravilhar da ordem e disposição que pôs a natureza em suas cousas, porque a semelhança de mar muito empolado, com grande tormenta, onde não se vê cousa chã ou igual senão umas ondas altas e outras maiores junto delas, ficando uns grandes baixos muito saídos entre umas e outras e logo tudo isto revolto e que se comem entre si mesmas, que se tornam a representar em outra forma sem ficar cousa que a vista abranja, que não seja lavrada desta arte tão vária, o que tudo junto considerado faz um espectáculo maravilhoso.» (Fr. J. de S. José, 1577: 125).

A «Crónica do Rei D. Afonso III» (*Crónicas dos sete primeiros reis*, ed. Tarouca, 1952: 254) descreve um episódio curioso. Após conquistar Aljustrel, D. Paio Peres Correia quer descer sobre o Algarve. «E estando neste lugar, ouue comselho com seus cavaleyros, em que maneyra podia jr ao Reyno do Algarue, e se era terra que se podia ganhar. Mas não errom todos de hum acordo, porque reçeauom a graueza da pasajem da sera.»

Parece assim que, mar infinito de ondas alterosas, a Serra do Algarve travava progressões das mesnadas cristãs pela natureza do seu relevo (e pela densidade da ocupação muçulmana). Também não estava desprovida de ligações, ainda que indirectas, com África. O percurso do Guadiana e as recentes escavações conduzidas por Ana Margarida Arruda,

desde 1983, em Castro Marim, evidenciaram a presença de povos da II Idade do Ferro com contactos activos com o Mediterrâneo Oriental, com as colónias fenícias do Marrocos Atlântico e com o próprio mundo grego. Mas, antes, a distribuição das necrópoles de cistas do Bronze do Sudoeste evidenciava já que as margens do grande Rio não estavam desertas, como mais tarde, com a ocupação romana, a distribuição dos «castelos» indicaria muito provavelmente a preocupação em controlar acessos para o interior e, talvez, os caminhos do metal. Parece evidente que o número e riqueza dos materiais romanos republicanos recolhidos em Castro Marim (Arruda, 1988) e na Serra (Estácio da Veiga, 1889: 71-72) de novo evidenciam a precocidade da penetração romana e a força do seu impacto.

Por certo «muy povorada» por mouros, aquando da Reconquista, menos por romanos, grupos da Idade do Ferro e do Bronze, a Serra do Algarve, graças ao Guadiana e afluentes, nunca esteve tão completamente isolada como a leitura do relevo poderia deixar entender.

Ondas alterosas a perder de vista, sim, viam-se do alto de Santa Justa correr para Sul, Este e Oeste. Mas, na realidade histórica, não morrem contra os enrugamentos do barrocal ou as planuras que antecedem a costa, antes prosseguem para o litoral, onde se juntam ao Mar, por onde navegam os povos e as ideias.

Um dia de marcha, da Serra à Costa. Di-lo Frei João de S. José, que de caminhadas sabia. Mas também, quatrocentos anos depois, ao fogo da lareira, no Monte da Mealha, o sr. António dos Reis, ou nas tardes crepusculares, no Cerro do Castelo de Santa Justa, em pleno «mar», o Ti Joaquim Miguel. Eles que, em novos, e por falta de transporte e numerário, saíam cedo, para no mesmo dia chegarem a Tavira ou Vila Real.

Há, portanto, que temperar o isolamento efectivo do Alto Algarve Oriental. Hoje, e pelo Verão, encontram-se nas aldeias e montes da Serra avisos de excursões «ao Algarve», aos mercados e feiras de Vila Real, Montegordo e Tavira, mas também com acesso garantido a um gostoso *voyeurismo* nas praias cosmopolitas, onde se pode ver, sem problemas, facadas ou tiroteio, o que na Serra nem sempre acaba em bem e, frequentemente, faz correr sangue de homem.

A pequenina concha votiva da Anta das Pedras Altas está a vinte minutos de marcha da que foi a casa do sr. António dos Reis. As vieiras e ameijoas das lareiras de Santa Justa, a dez da casa do Ti Joaquim Miguel. No Neolítico final e no Calcolítico, as distâncias eram as mesmas que encontrei no Alto Algarve Oriental, antes de as estradas e de os pontões terem rasgado percursos e feito esquecer caminhos milenários.

Mas se olharmos para o Guadiana, a primeira imagem retida pelo navegante que se aproxima da sua foz é a de uma vasta entrada, bem maior na Idade do Cobre que actualmente, uma costa «lisa» à sua direita e a outrora ilha de Castro Marim à esquerda. A importância deste local está demonstrada até mesmo para o Calcolítico, se aceitarmos como verdadeiros os escassos dados mencionados pelo pioneiro da arqueologia algarvia, que refere monumentos e materiais arqueológicos não longe da própria encosta do Castelo (Estácio da Veiga, 1886: 290-292, o provável *tholos* identificado por António Mendes), e os achados diversos na vila.

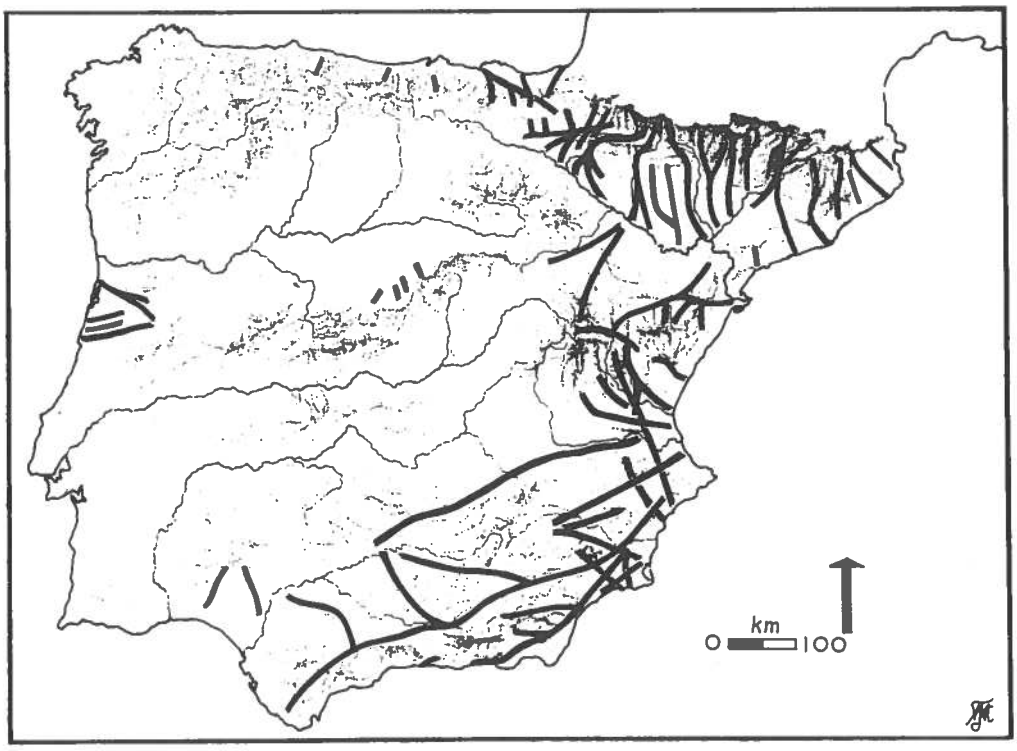
Subir o rio seria ainda mais fácil e a primeira grande abertura para o interior proporcionada pela confluência dos dois afluentes, Odeleite e Foupana, que juntos desaguam.

Mas se escolhessemos uma via terrestre, a partir da Andaluzia, mais simples que atravessar a foz do Guadiana até à margem esquerda seria passar com jangada à altura dos afluentes ou, mesmo mais acima, em Alcoutim.

Outra via de entrada/saída no Alto Algarve Oriental tem a ver com o Baixo Alentejo. A toponímia liga-a a caminhos de transumância, veja-se o nome actual de um dos povoados calcolíticos que identifiquei, o Monte das Mestras. Uma Mesta calcolítica? Não é de todo improvável, ainda que inverificável, e foi hipótese polémica já sugerida para o megalitismo (Walker, 1983).

As redes medievais de pastoreio, prolongadas a épocas posteriores, calcam-se provavelmente em rotas muito antigas e pergunto-me se alguns povoados de características peculiares, Cabeço do Cubo, por exemplo, cerca de Campo Maior, não poderiam eventualmente representar pontos de apoio nas deslocações sazonais de pastores de gado.

Ultrapassando as férteis planícies, os «barros» de Beja, não há obstáculos a estas deslocações e, nos meandros da Serra, carreiros feitos por passo de homem, mas sobretudo de ovi-caprídeos, atalharam acessos e garantiram caminhos.



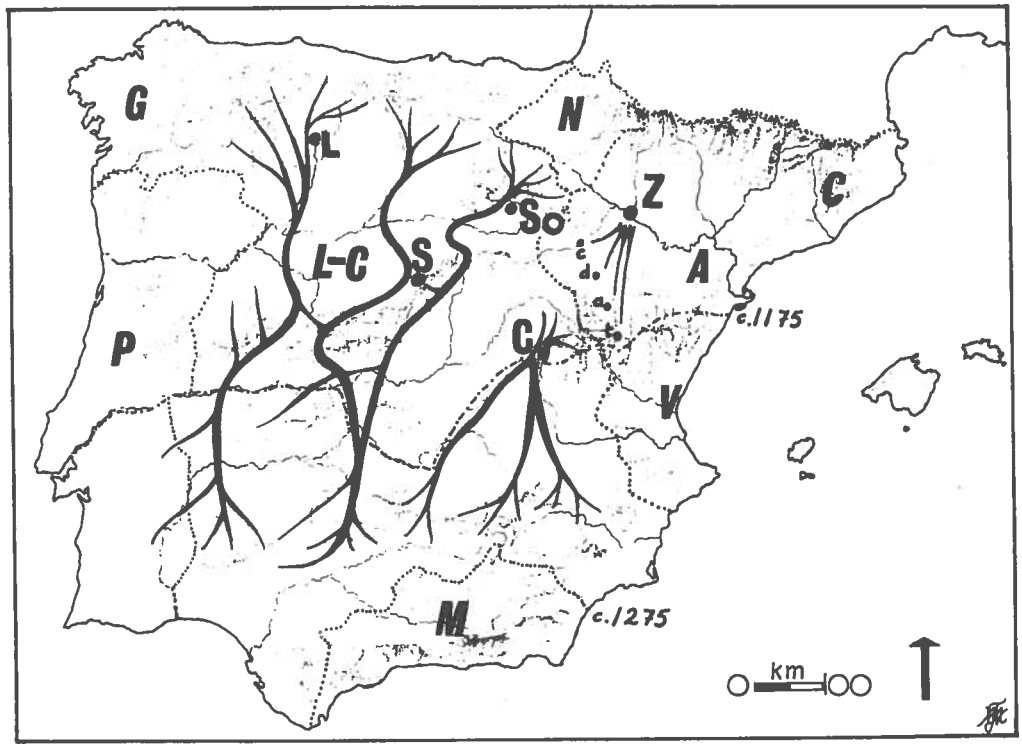


Fig. 3.1. (*em cima*) Caminhos de transumância exteriores à Meseta (Walker, 1983: 42).

Fig. 3.2. (*em baixo*) Caminhos de transumância: as *Cañadas reales* da Mesta (*ibid.*: 38). Mas, a acreditarmos na micro-toponímia, as descidas da Mesta chegariam até ao Alto Algarve Oriental. O percurso português poderia ter sido mais denso no Alentejo que o proposto por Walker.

Da Anta da Masmorra, em dias claros e límpidos, julgávamos avistar Beja. O que em direcção inversa seria, naturalmente, verdadeiro. Ainda assim, quando começámos a trabalhar na Serra, e muitas das actuais estradas não tinham ainda sido construídas ou não estavam operacionais, foi possível observar as tremendas dificuldades de comunicação «colectiva». Com efeito, uma coisa é passar um ou mais homens, andando depressa, e outra transportar produtos ou cargas. Na época das chuvas, povoações relativamente importantes, como a Mealha, ou de dimensões mínimas, como as Alcarias de Pedro Guerreiro, ficavam completamente isoladas. O mesmo chegou a acontecer com Corte João Marques, no entanto virada para outro polo, o do Ameixial.

Criavam-se situações dramáticas, quando era necessário conduzir os mortos para o cemitério do Cachopo, por exemplo. E não poucas vezes ouvi histórias de caixões arrastados pelas águas da ribeira da Corte ou da Foupana, na altura em que familiares e amigos tentavam passar a vau.

Terras duras, afastando homens de fraca resistência. Na Mealha, e mesmo em Santa Justa, nelas encontrei da melhor gente de campo que me foi dado conhecer. Mais próximos dos do Alentejo que do Algarve, é certo, mas sempre diferentes de uns e outros.

Se de novo regressarmos ao século XVI, ouviremos:

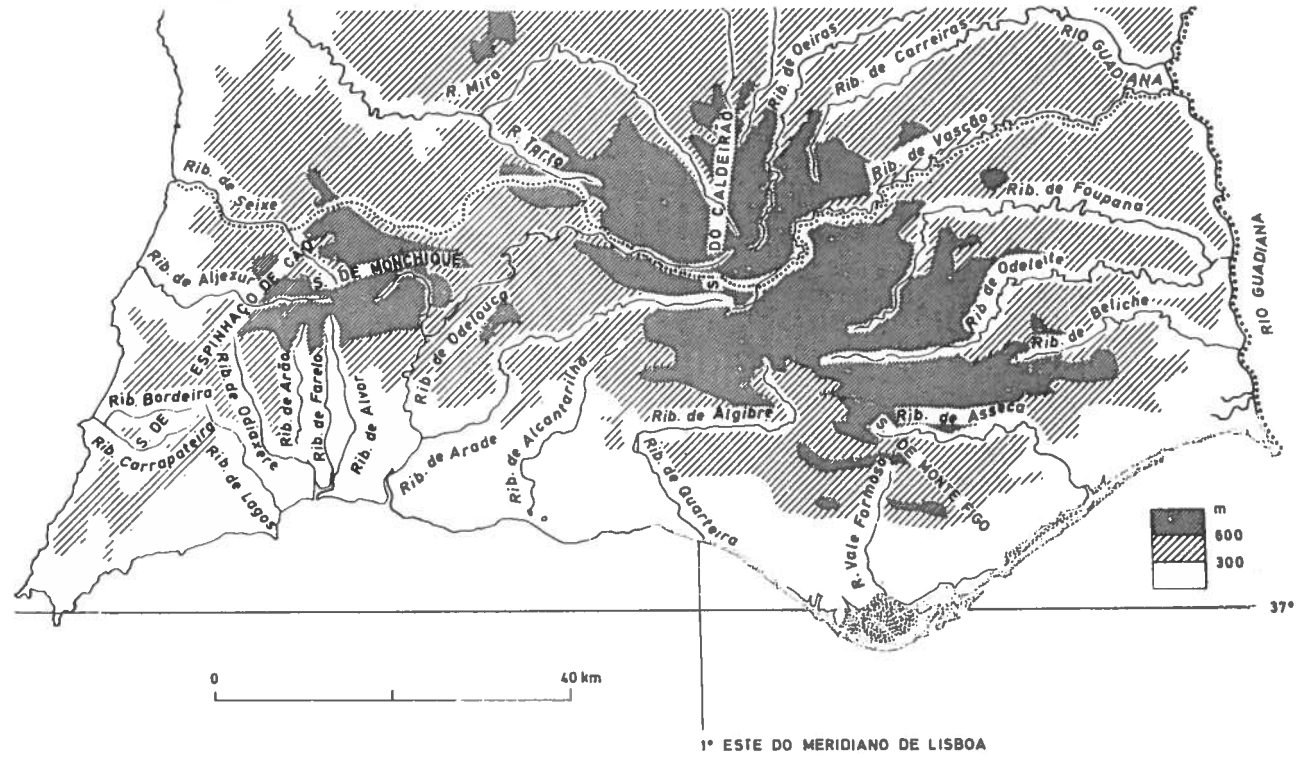
«Nesta paragem, que é o sertão deste reino, há muitas vilas e outros lugares, mas alguns não de muita importância por causa da terra ser montuosa e falta de águas no Estio e também de pão, que é o que dá alento e força aos lavradores e outros homens para se ajuntarem e fazerem grandes povoações. Há, porém, muitos fatos de gado de toda a sorte que pastam por toda ela e se criam em suas ribeiras, os quais dão não pouco refrigério aos caminhantes com sua vista, leite, queijo, se é tempo dele.» (Fr. J. de S. José, 1577: 57)

Esta imagem pode bem, no mínimo, ser projectada quinhentos anos para trás: a Arqueologia confirma para o período da ocupação muçulmana a ideia de uma Serra salpicada de pequenas quintas e povoações. A minha equipa inventariou estes sítios e Helena Catarino estuda actualmente a sua distribuição. Na rede da ocupação calcolítica do mesmo espaço, a situação parece ser diferente. Mas é possível que tal se deva à escassez dos dados disponíveis e não à específica realidade.

3.2. GEOLOGIA E CAPACIDADE DOS SOLOS: OS RECURSOS

A própria constituição geológica da Serra Algarvia explica não apenas o desenho da paisagem actual como a secura dominante. Os xistos e grauvaques do Carbónico de facies marinho, que a compõem, reagem de forma idêntica à erosão, originando uma imagem continuamente repetida e provocando o que alguém, bem humoradamente, chamou «...uma monotonia desesperante para os geomorfólogos.» (Feio, 1950: 94). Observaram-se igualmente xistos argilosos e arenitos do Devónico, metavulcanitos do Carbónico marinho ao Pré-câmbrico e xistos, quartzitos e anfibolitos do Devónico ao Silúrico. Ao mesmo tempo, os desníveis provocam altos indices de erosão, sendo superficial neste contexto o escorrer das águas. O relevo rasgou-se em múltiplos pequenos vales, correndo entre linhas de margem cortadas a direito.

Como recorda Mariano Feio, em terras assim, que associam a uma dominância do xisto vertentes com declives acentuados, a espessura dos solos é mínima, quando existe. Entre o Cerro do Castelo de Santa Justa e o *tholos* da Eira dos Palheiros, caminhando pela crista dos cerros, encontrei quase sempre rocha à vista e se o *Cistus ladaniferus*, a esteva, aí prospera, tal se deve exclusivamente à sua resistência em solos ácidos e secos e à autêntica capacidade das suas raízes transformarem rocha em terra. Daí que a uniformidade da paisagem vegetal complete a geomorfológica e que os homens de Santa Justa digam ironicamente que se o verniz de esteva fosse dinheiro, estariam ricos. Ou (troçando da pobreza a que tais terras os condenam) que, se há frango à mesa de pobre, um dos dois está doente.



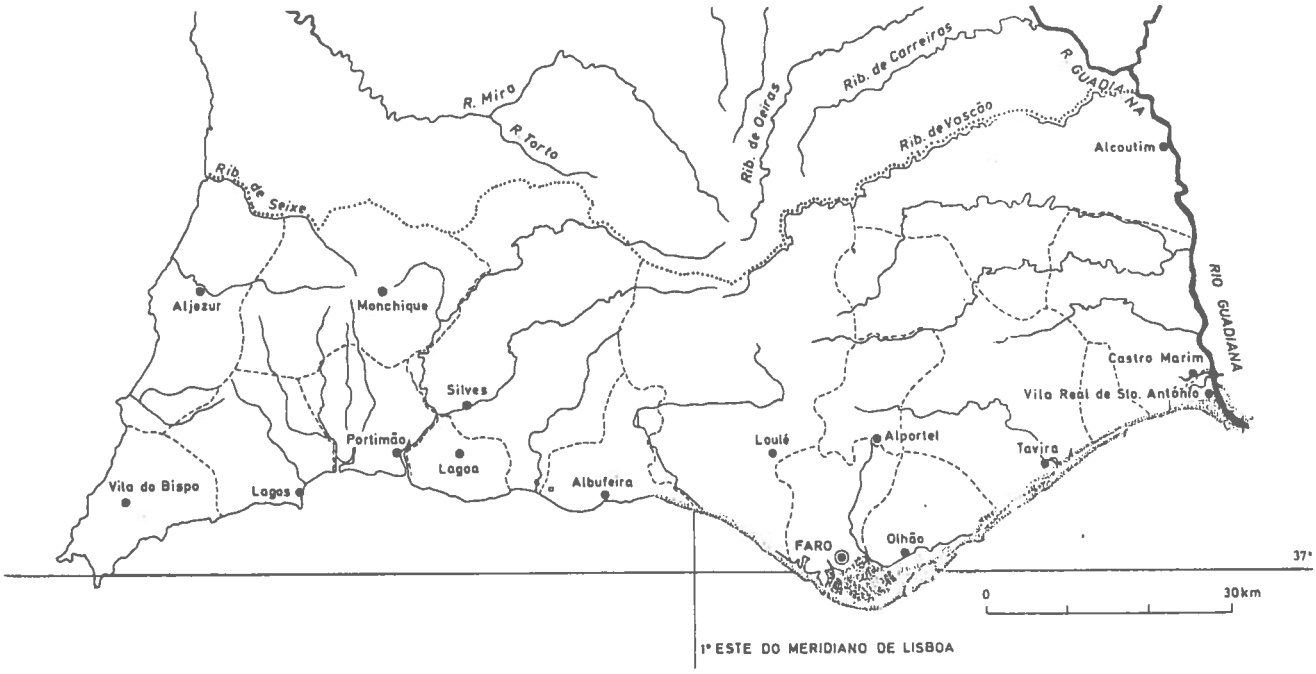


Fig. 3.3. (*em cima*) O Extremo Sul: relevo e principais cursos de água.

Fig. 3.4. (*em baixo*) O Algarve: divisão administrativa actual e sedes de concelho.

Pobreza de solos, pobreza das gentes. A imagem é esta, mas talvez não seja errado equilibrá-la, redimensionando-a com outros componentes. Na verdade, amendoeiras, sobreiros e medronheiros são relativamente frequentes em certos pontos da Serra. E, entre a Mealha e Santa Justa, não são raros os campos de trigo, ainda que fracas sejam as colheitas (5 a 7 sementes eram consideradas excelentes, mas índices mais baixos são a norma). A oriente de Santa Justa, porém, é actualmente o deserto.

À excepção de diminutas áreas de regadio, junto ao Guadiana, e de pequeníssimas parcelas anexas às linhas de água de maior caudal, as culturas são invariavelmente de sequeiro, em terra campa e com árvores dispersas, de tipo dominante, e eventualmente em «sobcoberto» de povoamentos arbóreos.

Este «deserto» inclui a omnipresente esteva mas também outras espécies. A urze (*Erica australis*, *Erica lusitanica* e *Erica scoparia*), a giesta (*Genista lobelii* e *Genista polyanthus*) e mesmo o loureiro (*Nerium oleander*), aparecem aqui e ali.

Mas se o balanço que o livro-guia da excursão do Congresso Internacional de Geografia de 1949 apresenta é correcto, não apenas para a época como para hoje, a sua visão pessimista seria ainda mais carregada se o autor pudesse prever a regressão acentuada da cultura das gramíneas registada a partir do início dos anos 70, a fuga da mão de obra disponível para França («a salto») e a sangria dos mais novos, fugindo em direcção a um litoral que o turismo torna ainda mais apetecível. E, nos nossos dias, a população da Serra é a menos densa registada no País, inferior em toda a área estudada a 20 habitantes por km^2.

Interessar-nos-ia aqui, porém, não tanto o que *é* hoje a Serra do Algarve Oriental, mas o que *foi* no Calcolítico. Infelizmente, pelo estado da investigação neste campo, não poderemos passar do que *poderá ter sido*, a partir *do que é*. E as imagens que se seguem, lidas hoje, têm forçosamente de ser refeitas, como facilmente se compreenderá, logo que tal seja possível.

Em primeiro lugar, os solos agrícolas. Vita Finzi e Higgs (1970), Higgs e Vita-Finzi (1972), Higgs (1975), Higgs e Jarman (1975) e, mais recentemente, entre outros, Gilman e Thornes, para o caso específico do Sudeste espanhol (1985), definiram e utilizaram prospectivamente o conceito de *site catchment* em função dos povoados pré-históricos. A esta perspectiva se fará referência em SETE. Aqui, cabe-nos apenas uma perspectiva global, hoje.

Se observarmos a folha adequada do «Atlas do Ambiente», o Alto Algarve Oriental aparece-nos assinalado por uma longa faixa que parte da foz do Vascão, e de um ponto logo a Norte de Castro Marim, e se prolonga, para Ocidente, até Odemira. Formam-na litossolos êutricos que se entrosam, muito a Oeste, nos campissolos de Monchique.

A capacidade de uso do solo é, de modo geral, extremamente limitada, quando não verdadeiramente crítica (Classe E: «limitações severas»). Os complexos apresentam, na melhor das hipóteses, uma associação C + D ou E, salvaguardando-se a alternativa detectada na foz do Odeleite, uma escassa área «A».

Ao longo da Foupana, a quase total uniformidade dos solos de tipo E coincide com solos esqueléticos de xistos e grauvaques, bem como com alguns solos mediterrâneos pardos, de xistos ou grauvaques. Registaram-se bolsas de solos de tipos C e D, sobre as quais se implantam hoje, significativamente, áreas de povoamento contemporâneo como Tacões, Pereiro, Alcaria Cova, Velhas, Giões, Santa Justa, Penteadeiros e Martim Longo, a Norte. O mesmo se pode dizer de Balurcos e, a Sul, de Vale de Pereiro, Furnazinhas, Galaxos e Monte das Preguiças.

Continuando para Ocidente, descortinam-se três áreas com solos de tipo A. A primeira está, porém, já muito perto do Vascão, a norte do Monte das Estradas. A segunda, tem orientação Sul/Norte e é paralela ao limite ocidental do Cachopo. A terceira, entre a Foupana e o Odeleite, a Ocidente do marco da Fonte da Rata, é constituída por duas manchas quase dendriformes.

Coincidindo com esta extrema pobreza, e contribuindo parcialmente para a sua explicação, temos o índice de insolação. É aqui que se registam dos mais altos valores do País, tendo oscilado em valores anuais, para o período de 1931 a 1960, entre superior a 3100 horas (o valor máximo da escala) até a 2600/2700, perto de Corte João Marques.

A temperatura não destoa: em valores médios anuais, oscila entre 15.0 e 17.5 graus centígrados, também dos mais altos valores para o Continente.

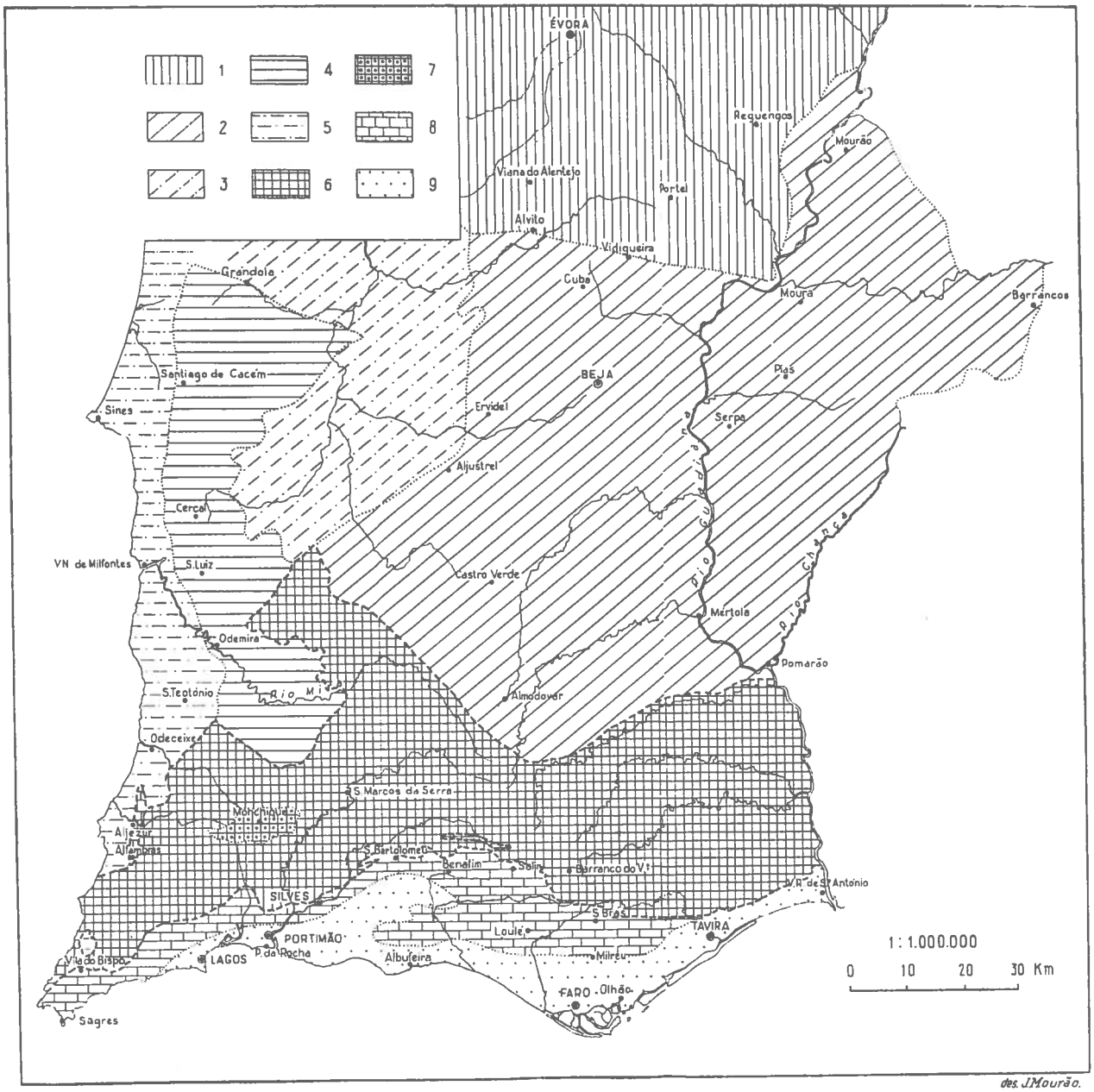


Fig. 3.5. Unidades regionais (segundo Mariano Feio, 1949). 1: Alto Alentejo.; 2: Baixo Alentejo interior; 3: Bacia do Sado; 4: relevos ocidentais; 5: Baixo Alentejo litoral; 6: rochas xistosas; 7: maciço eruptivo de Monchique; 8: Algarve calcário; 9: Algarve litoral.

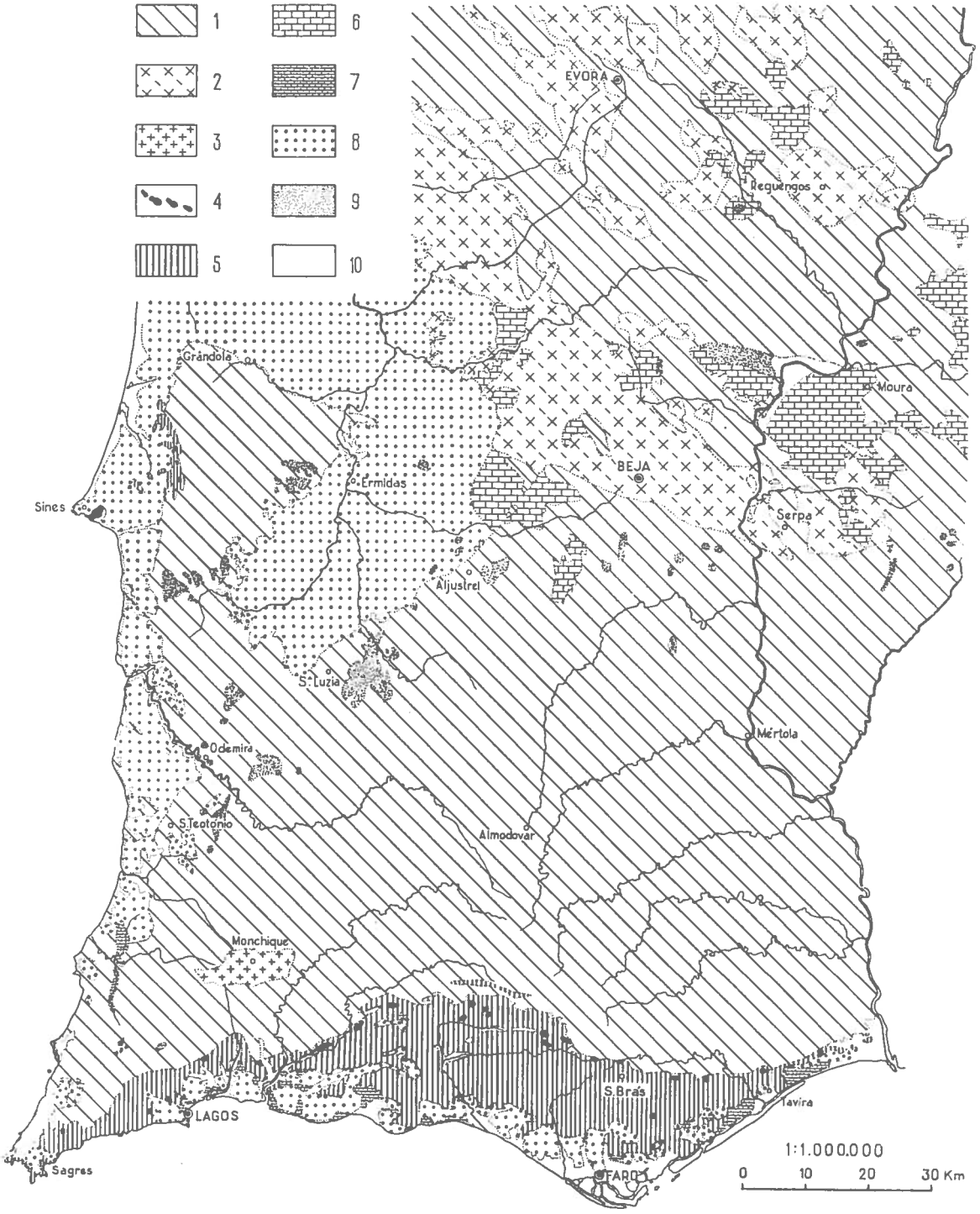


Fig. 3.6. Carta geológica esquemática (segundo Mariano Feio, 1949). 1: Maciço antigo (xistos); 2: Maciço antigo (rochas eruptivas); 3: Maciço eruptivo de Monchique; 4: rochas eruptivas da orla; 5: orla secundária; 6: calcários lacustres do oligoceno; 7: mioceno marinho; 8: bacia do Sado e planície litoral (sobretudo, plioceno); 9: *rañas* (plioceno superior continental); 10: depósitos quaternários.

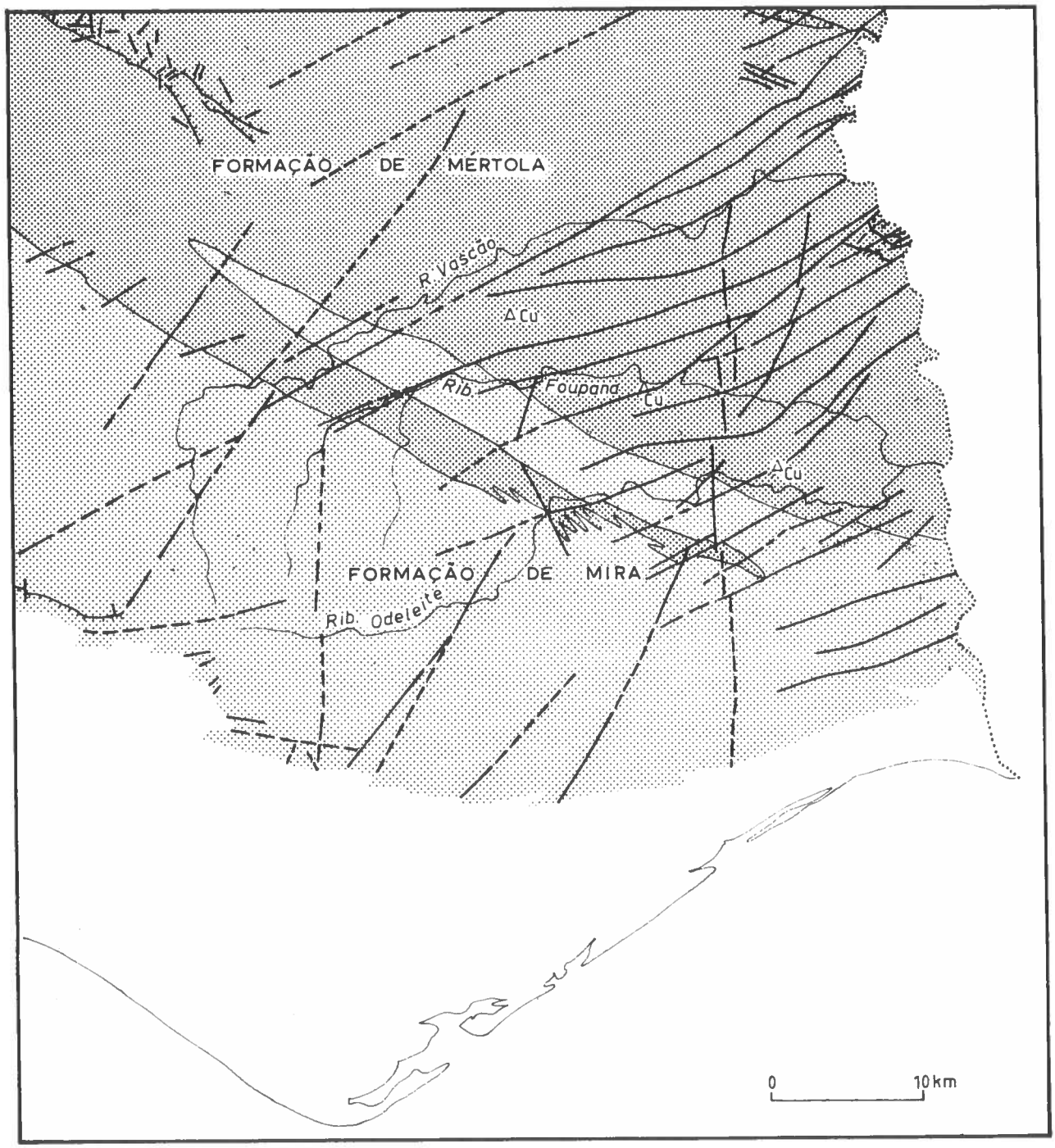


Fig. 3.7. Leitura actualizada da geologia do Alto Algarve, no contexto oriental do Extremo Sul, sendo visíveis as linhas de falha. Segundo dados inéditos dos Serviços Geológicos de Portugal, amavelmente cedidos pelo dr. Tomás de Oliveira.

A precipitação, em valores anuais, foi, para a região estudada e no período de 1931 a 1960, entre inferior a 400 mm. até máximos de 500 e 600 mm., de novo valores muito baixos, ocorrendo, no que se refere a quantidades iguais ou superiores a 1.0 mm., entre inferior a 50 dias e entre 50 e 75 dias/ano.

Os recursos aquíferos subterrâneos são, igualmente, muito débeis, inferiores a 50 m^3/dia/Km^2).

Quanto ao regime dos ventos, entre 1951 e 1960, os ventos dominantes sopravam de Noroeste e de Oeste, sendo apreciáveis os de Norte e negligenciáveis os de Sul.

Temos, portanto, uma imagem actual definida, em termos gerais, pela exiguidade dos recursos disponíveis e por um indesmentível (ainda que relativo) isolamento colectivo. Imagem que não seria incorrecto projectar em traços largos para outras épocas, mas que, naturalmente, teria de ser corrigida. Até porque um recurso ainda não mencionado, hoje sem valor económico, considerando as quantidades existentes e o custo da exploração, estava disponível para os calcolíticos: o cobre.

Ocorrendo no leito das ribeiras, associado às barites (existe, a poucas centenas de metros do Cerro do Castelo de Santa Justa, uma mina de barite desactivada), com áreas de exploração ainda em uso no séc. XIX. Estácio da Veiga assinalou minas com traços de exploração pré-histórica em Cortes Pereira e Daroeira (1889: 68), Cova dos Mouros, Vaqueiros (1889: 69-70) e noutros lugares serranos (Quadro em Estácio da Veiga, 1889: 78-79).

Se a mineração possível no terceiro milénio estava escassamente comprovada para o Sul de Portugal, e se as tecnologias disponíveis para a época não permitiriam descidas a profundidades que hoje parecem insignificantes, a abundância das ocorrências de superfície deveria compensar esta inacessibilidade dos maiores filões.

Seria então, madrastas as terras, o fulvo metal a atrair os calcolíticos?

3.3. O «INTERIOR» E O RIO

«...voltei, porque esta é a minha terra
e este o meu rio.»

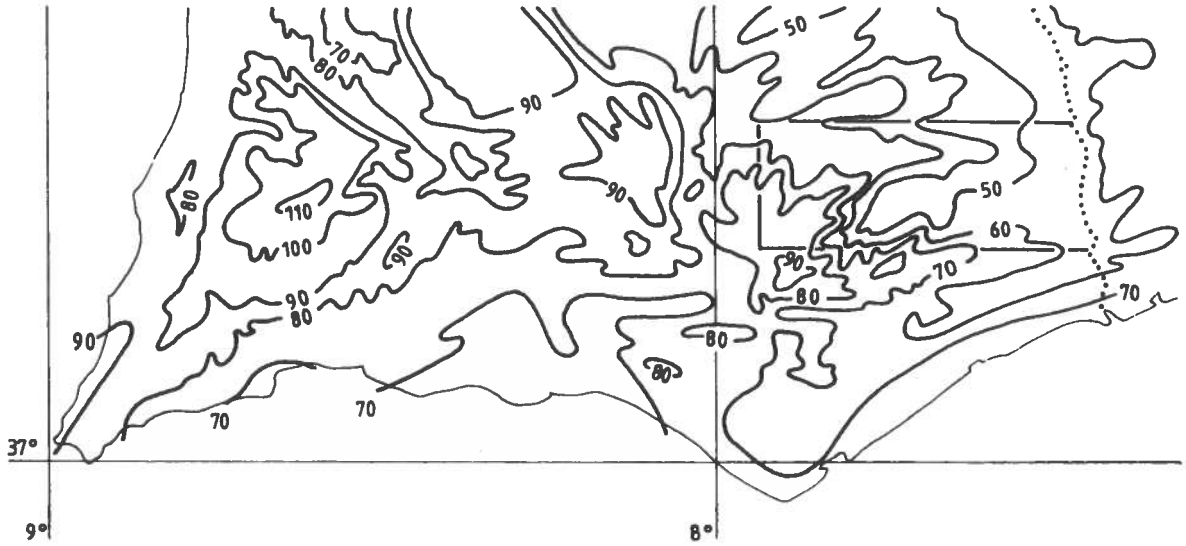
mulher de Mértola, (cit. Garcia, 1982: 2)

Algures entre as Pernadas e o Assador, a convergência das duas ribeiras, Foupana e Odeleite, origina um braço único que se estende até ao Guadiana, 650 metros após.

A leitura Este/Oeste deste sistema é surpreendente: ao arrepio das infinitas ondulações e escarpamentos, apesar da não navegabilidade da quase totalidade do percurso, é possível andar depressa até muito para o interior, até ao Ameixial, se seguirmos os interflúvios da Foupana e afluentes.

Santa Justa não fica longe deste percurso, que em dado ponto passa aos pés do *tholos* da Eira dos Palheiros. As Mestras dominam do topo da *raquette* em que foram construídas. Corte João Marques fica 70 metros acima da ribeira da Corte, que conflui na Foupana.

A partir de Pernadas, não longe da foz do Odeleite, é possível escolher dois caminhos. O primeiro sobe para Noroeste, passando ao largo de Tenência, que envolve num largo meandro, rodeando uma cota de 105 m., após deixar à sua direita o marco da Maleada (cota 133 m.). Dirige-se então sensivelmente para Oeste, correndo à vista dos marcos do Tojo (127 m.), do Álamo (175 m.), do Castelo do Pereiro, também chamado de Soudes (241 m.), desenvolvendo daí dois meandros à vista do Castelinho de Marim (280 m.) e, no sentido inverso, de Alcaria Queimada. Prossegue em direcção à Mesquita. Ramifica-se em direcção a Santa Justa, com um braço que ladeia o povoado calcolítico na sua face virada a 70 grados e segue, depois, para Alfarrobeira e Penteadeiros. O curso principal prossegue ainda, contornando o Morgado e passando à vista do marco da Guerreira (271 m), ramificando-se em direcção a Oeste e Sul/Sudoeste, para cerca de Pão Duro, à vista de Vaqueiros. Chama-se, aqui, ribeira da Foupanilha e o seu curso vai até perto do Monte do Telheiro, onde morre cerca do Cachopo. A Foupana, essa, continua para Oeste, até às Mestras, onde, após a *raquette* do Cerro do Castelo e já à vista do marco da Relva-



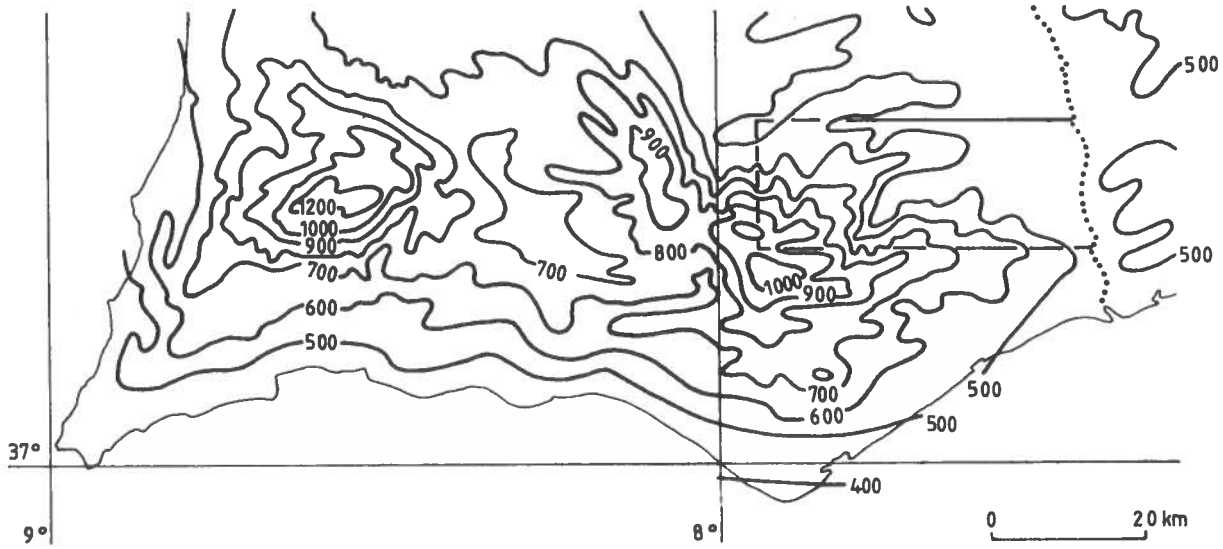
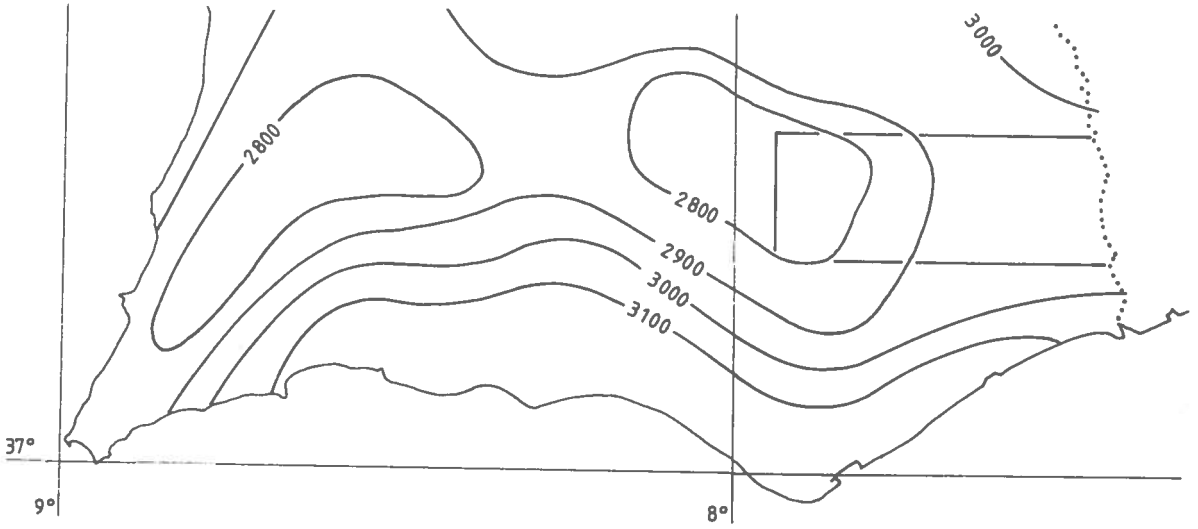


Fig. 3.8. (*em cima*) Precipitação: número de dias/ano.

Fig. 3.9. (*em baixo*) Precipitação: quantidade total.
(ambas a partir de Fernando Reis Cunha, *O Clima do Algarve*, tese dactilografada, Lisboa, 1957).



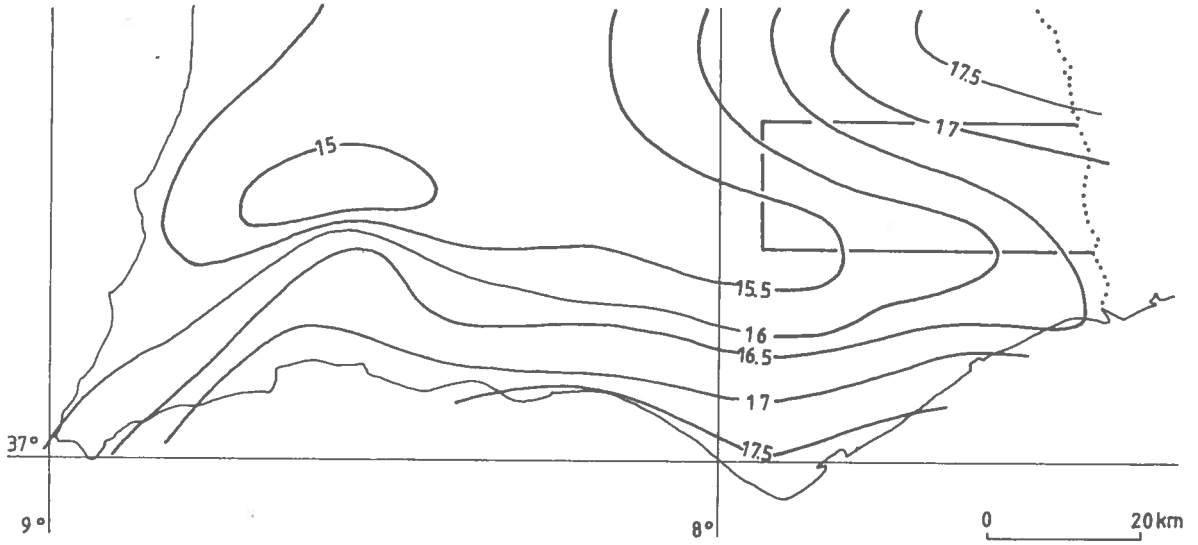
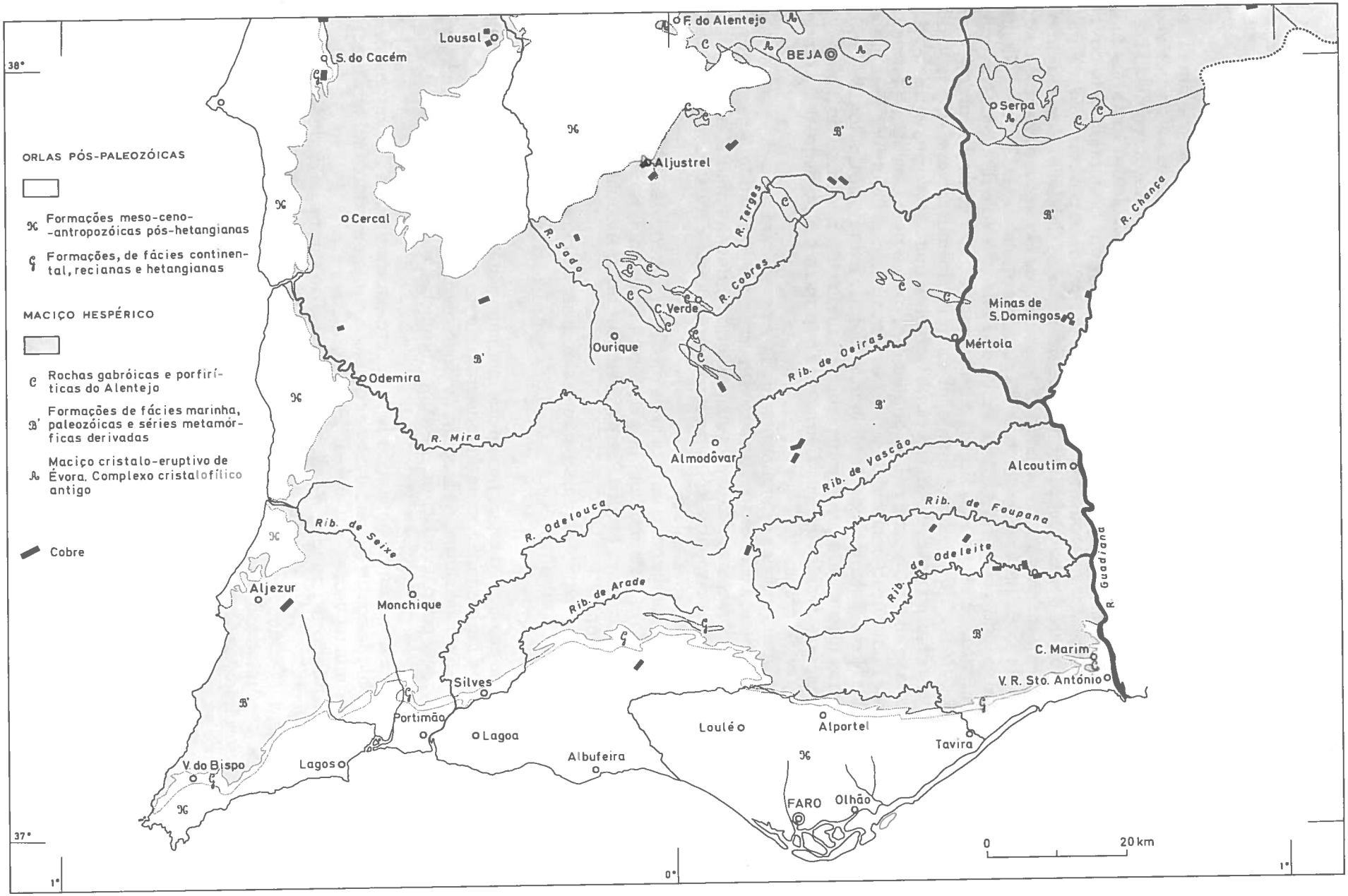


Fig. 3.10. (*em cima*) Insolação: valores médios anuais, segundo dados do *Atlas do Ambiente*.

Fig. 3.11. (*em baixo*) Temperatura: média diária do ar, segundo dados do *Atlas do Ambiente*.

Fig. 3.12. (*à direita*) Os recursos em cobre do Extremo Sul, segundo mapa do *Fomento Mineiro*.


ORLAS PÓS-PALEOZÓICAS
Formações meso-ceno--antropozóicas pós-hetangianas
Formações, de fácies continental, recianas e hetangianas
MACIÇO HESPÉRICO
Rochas gabróicas e porfiríticas do Alentejo
Formações de fácies marinha, paleozóicas e séries metamórficas derivadas
Maciço cristalo-eruptivo de Évora. Complexo cristalofílico antigo
Cobre
38°
37°
1°
0°
1°
0
20 km
Lousal
S. do Cacém
F. do Alentejo
BEJA
Serpa
Aljustrel
Cercal
R. Sado
R. Tergas
R. Cobres
R. Chança
C. Verde
Ourique
Minas de S. Domingos
Mértola
Odemira
Rib. de Oeiras
R. Mira
Almodôvar
Rib. de Vascão
Alcoutim
Rib. de Foupana
Rib. de Seixe
R. Odelouca
Rib. de Odeleite
R. Guadiana
Aljezur
Monchique
Rib. de Arade
C. Marim
V. R. Sto. António
Silves
Portimão
Lagoa
Loulé
Alportel
Tavira
V. do Bispo
Lagos
Albufeira
FARO
Olhão

gem (304 m), começa a descer para Sul/Sudoeste, morrendo (nascendo) a Sul da Valeira. Ainda assim, influencia por linhas de água adjacentes o Montinho do Cravo, as Alcarias de Pedro Guerreiro e a própria Mealha. Outro dos seus desdobramentos conduz-nos para Sudoeste, formando a ribeira da Corte, passando cerca da povoação de Corte João Marques e do Cerro do Castelo do mesmo nome.

A ribeira de Odeleite, que mantém o nome quando se junta à Foupana, é um curso de água tão tormentado ou mais que o anterior. Também o seu caminho, após descer sensivelmente em direcção a Sudoeste, corre em direcção a Oeste, durante cerca de 23 km., descendo então para Sul/Sudoeste. O seu percurso faz-se à vista de Vale de Gatas (134 m.), mas mantém-se correndo em leitos de altitude baixa, em margens profundamente cavadas. Hoje, este caminho está significativamente balizado por um débil povoamento a Norte, cujo ponto mais importante é sem dúvida a própria povoação de Odeleite. Nas suas imediações, existem apenas montes quase abandonados, como os Galaxos, os Bentos ou as Madeiras, encontrando-se a distância de cerca de 2 km. as Formosinhas, de 3.5 km. o Monte das Preguiças. A Sul, e logo a seguir a Alcaria, Fonte do Penedo e Vale de Gatas (134 m.), temos Choça Queimada, os Montes de Baixo, o Montinho, a Preguiça e os Jardos, Fernandilho e Galego. A Sul deste último monte, a altitude do marco das Taipas é de 347 metros. Odeleite contorna a Azinhosa, o próprio Grainho, entrosando-se na ribeira do Leitejo. A fase final do percurso passa pela Cortelha de Baixo e pelo Castelão e termina a Norte dos Parizes, numa área controlada a Sul pelos marcos das Quatrelas (521 m.) e de Loulé (515 m.) e, a Norte, pelos marcos do Malhanito (541 m.) e da Fonte da Rata (541 m.).

Algumas pequenas linhas de água prolongam-na, ainda, até Barranco do Velho.

Mas se este é o espaço definido pelas ribeiras da Foupana e de Odeleite, resta ainda falar do próprio rio, onde confluem.

O Guadiana — o Uádi Ana dos muçulmanos medievais — é um rio a diversos títulos impressionante. Os estudiosos concordam na sua elevada navegabilidade. Apesar disso, o seu caudal é fraco e escassos estudos lhe foram dedicados. Recentemente, a navegabilidade e navegação e o seu papel de fronteira foram objecto de curtos, mas bem documentados, ensaios (Garcia, 1982 e 1983).

Nascendo nos Ojos del Guadiana, a uma altitude de 608 m, percorre 260 dos seus 870 km em Portugal, atravessando os actuais concelhos de Elvas, Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Mourão, Portel, Vidigueira, Moura, Serpa, Beja, Mértola, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.

Esta extensão, e a natureza do percurso, impressionaram os clássicos. Plínio o Velho escreveu na sua *Historia Natural*:

> «Ulterior in duas per longitudinem prouincias diuiditur, siquidem Baeticae latere septentrionali praetenditur Lusitania amne Ana discreta. Ortus hic in Laminitano agro citerioris Hispaniae et modo in stagna se fundens modo in angustias resorbens aut in totum cuniculus condens et saepius nasci gaudens in Atlanticum effunditur.» (3, 6)

Plínio descreve-o, assim, numa construção feliz, «...ora espraiando-se em lagoas, ora apertando-se em desfiladeiros ou escondendo-se completamente em canais subterrâneos, contente por nascer muitas vezes...» (Guerra, 1987: 28).

Sendo muito irregular o seu caudal, é o Guadiana um rio de surpresas dramáticas: em 1876, Mértola e Alcoutim viram as águas chegar às suas praças e a população teve de refuiar-se nas serras. Situações menos trágicas, apenas com consequências directas nas dificuldades de comunicação, vivem-se nos lugares da Serra isolados pelas ribeiras. Em situações de crescimento súbito de caudal, os habitantes calcolíticos do Cerro do Castelo das Mestras, por exemplo, experimentariam sérias dificuldades, contornado como está o cabeço pela linha de água. Vimo-la, aliás, correr forte em alguns Verões da década de 70 e nos primeiros anos da de 80. E o mesmo se poderia sem erro dizer, pelo menos, de Corte João Marques.

A história do Guadiana baixo-alentejano e algarvio é, também, para os períodos históricos, a das sucessivas ocupações da região. Primeiro, o minério de S. Domingos, já explorado pelos romanos. Depois, a ocupação muçulmana abre os espaços do interior às trocas comerciais. Com a Reconquista, este comércio não se interrompe, mas ganha outras componentes. O foral de Mértola (1254) é excelente fonte de informação quanto aos pro-

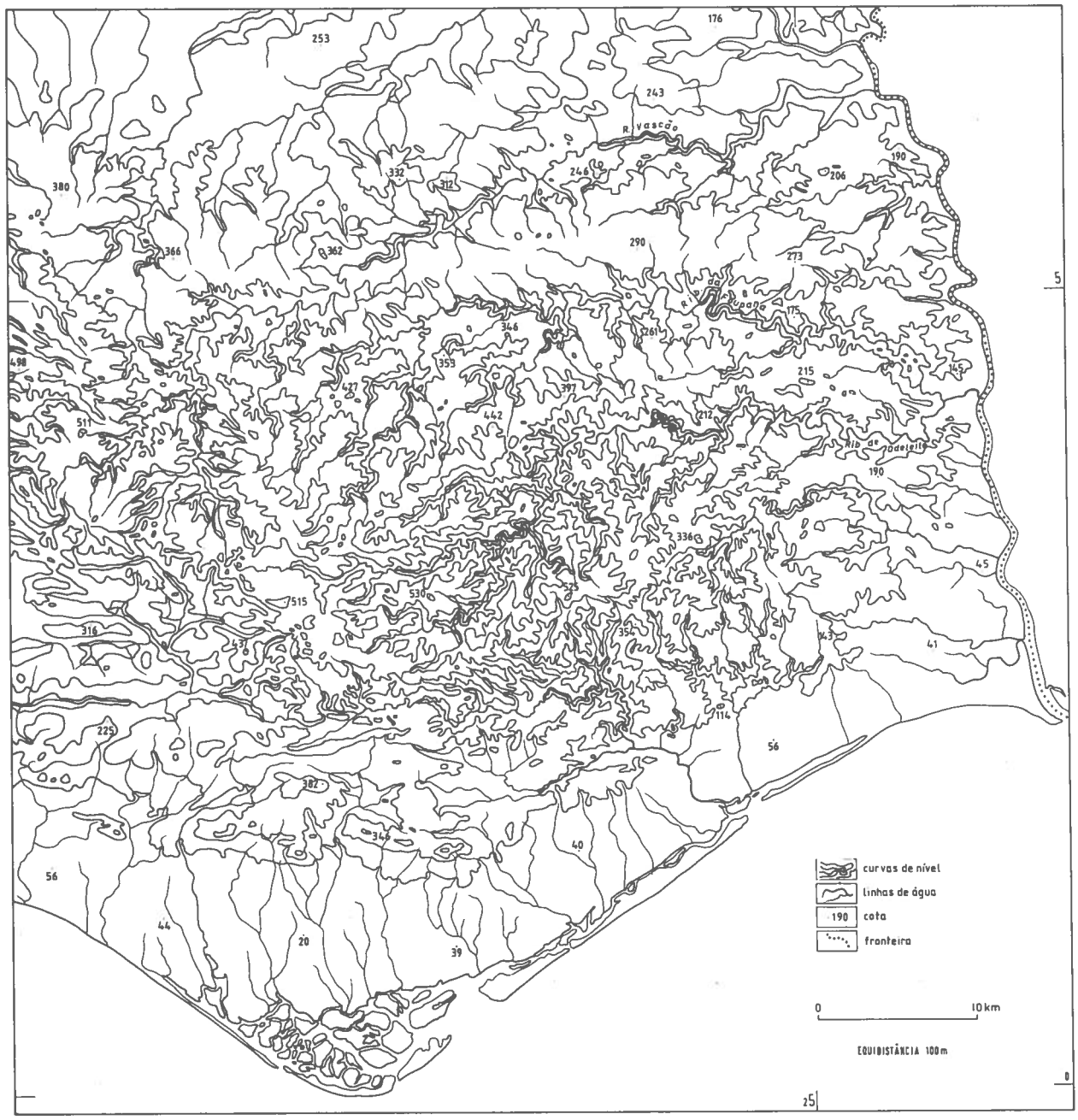
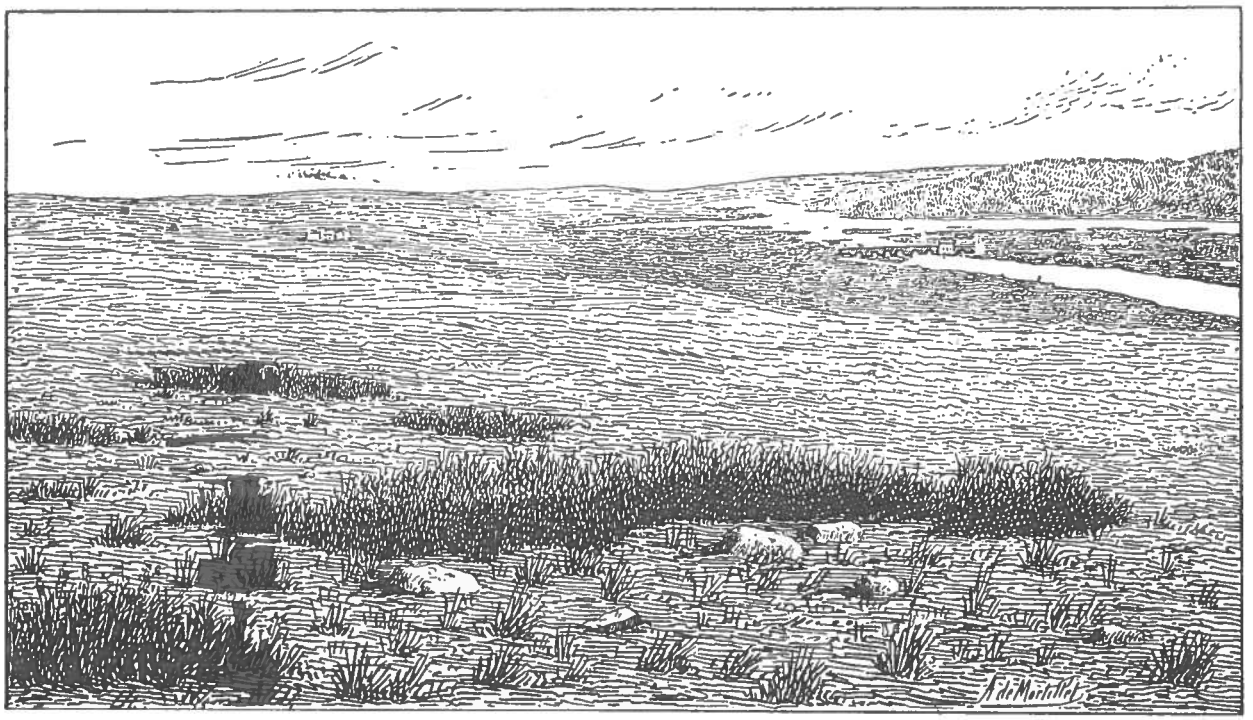


Fig. 3.13. O Algarve Oriental, sendo nítido o entrosamento das Ribeiras da Foupana e de Odeleite no Guadiana e o apertado das curvas de nível.

Fig. 3.14. (*na página seguinte*) Um troço do Guadiana visto no final do séc. XIX (Cartailhac, 1888). Desenho à pena muito provavelmente sobre fotografia. A legenda original diz expressamente: *Vue de la vallée du Guadiana semée d'antas*. Trata-se aqui, porém, do Guadiana alentejano.



dutos que circulavam pelo rio: sal de Castro Marim e frutas secas do Algarve, para além de madeira, cerâmicas e vegetais.

Mas o rio, como estrada interior/litoral, vê organizarem-se dois ciclos, o do trigo e o do minério. O primeiro, desde a Baixa Idade Média até ao séc. XVIII e o segundo a partir de meados do XIX.

E, nisso repetindo João Garcia (1982), gostaria de citar Jorge Gaspar: «Os rios navegáveis têm constituído eixos de desenvolvimento e caminhos transmissores de inovações, determinando a localização dos polos de organização do espaço em vastos territórios.».

Veremos detalhadamente em OITO os possíveis significados que o Guadiana e seus dois afluentes do Sul podem ter tido na circulação de homens e ideias. Mas a descoberta no século XIX de tesouros numismáticos no Monte de Soudes é bem significativa da precocidade de outras penetrações históricas. Recolheram-se aí denários de prata romano-republicanos das famílias Porcia, Thoria, Fonteia, Opeimia, Marcia, Baebia, Valeria, Sanfeia e Lutatia, sendo de sublinhar que este último foi cunhado no ano em que terminou a I Guerra Púnica, celebrando a vitória marítima de Quinto Lutatio Catulo contra os cartagineses (Estácio da Veiga, 1889: 71-72). Se outra é certamente a razão da presença dos denários de época posterior, não seria impossível que este último fizesse parte do pecúlio de um indígena que combatera ao lado dos romanos contra os seus tradicionais inimigos. Em Castro Marim, a ocupação romano-republicana parece ser posterior, tendo os materiais até agora recolhidos cronologias entre 60 e 30 a.C. (Arruda, 1988).

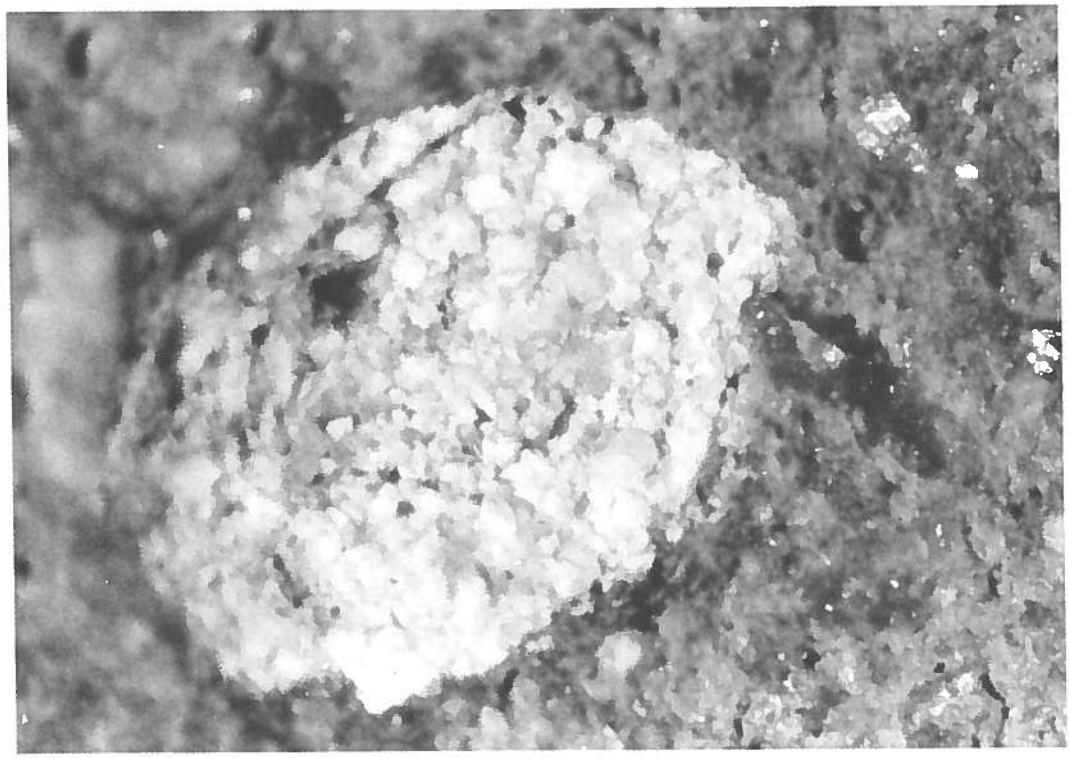
Os dados publicados são, porém, insuficientes para definir com rigor a diacronia da ocupação das áreas influenciadas pelo rio, particularmente a pré- e proto-histórica. As prospecções de terreno que a Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa (UNIARQ) tem conduzido, sob minha orientação, revelaram um outro mundo e a densidade dos monumentos e sítios, cartografados mas ainda inéditos, pode considerar-se significativa. Da Idade do Bronze ao período muçulmano, registou-se toda uma vasta série de povoados e necrópoles, denunciando uma intensa utilização das margens e uma relativa continuidade na sua ocupação.

Se as ribeiras da Foupana e de Odeleite rasgam caminho, assegurando percursos Guadiana/interior, a margem direita do próprio Rio, de Castro Marim ao Vascão, oferece espaços de fixação para gentes, culturas e ideias. Podemos constatá-lo logo a montante de Castro Marim e, mau grado o acidentado das margens, pelo menos até Santa Marta, Alcoutim.

Não constituindo nada que se assemelhe a um Nilo, semeando sal da costa e águas em fúria incontrolável em vez de sedimentos vivificantes, nem por isso o Guadiana deixa de ser um rio fundamental para uma vasta região serrana que, sem ele, ficaria muito provavelmente ainda mais isolada do fluxo de transformações a que chamamos progresso.

Esta é a minha terra, este o meu rio, dizia a mulher de Mértola.

QUATRO CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES, UM POVOADO ABERTO



«Without diversity of thought and method, archaeology will cease to grow intellectually (but this not at the same time in any way encourage partial, polemic, inconsistent, dogmatic or unreliable methods and/or theories). Archaeologists also need to stop confusing the various means to an end with the end itself. In other words, precision just for precision's sake, sampling just for sampling's sake are all ultimately harmful to archaeology.»

Kent, 1987: 31

Fig. 4.0. (*na página anterior*)
Cerro do Castelo de Corte João Marques: ponto preenchido com pasta branca no fragmento de cerâmica simbólica D.9.-cs3. escala 57:1.

QUATRO CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES, UM POVOADO ABERTO

4.1. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO ESPACIAL

O Cerro do Castelo de Corte João Marques tem a seguinte ficha de localização:

Distrito: Faro
Concelho: Loulé
Freguesia: Ameixial
Localidade mais próxima: Corte João Marques
Coordenadas hectométricas Gauss: X - 45.7
Y - 221
Carta Militar de Portugal: 581 (1951)
Identificação: 78.07.12, pelo autor e pela equipa do CAALG
Acessos: o mais simples e seguro, pelo Ameixial. Mas é possível alcançá-lo pelo caminho oriental, virando à esquerda no Cachopo (se subirmos a estrada da Serra na direcção Sul/Norte) e passando pela Mealha.

Como é possível verificar (Fig. 4.1.), trata-se de um «cerro», expressão que no Alto Algarve designa uma elevação destacada na paisagem. Essa expressão é habitualmente acompanhada por informação adicional, por vezes de interesse histórico ou arqueológico: «Cerro *da Guarita*» (no caso de nele ter sido implantado um marco geodésico) ou «Cerro *do Castelo*» (quando nele se detectam antigos vestígios de povoamento, quer pré-históricos quer romanos ou até mesmo muçulmanos).

Poderia erradamente parecer que os «Cerros do Castelo» têm invariavelmente a ver com o povoamento calcolítico (e não só no Algarve: Vila Nova de S. Pedro era o «Castelo» para os habitantes da região até ter sido, infelizmente, rebaptizado). Mas o «Castelo de Alcaria Cova» é um lugar fortificado romano (tal como o «Castelo» do Montinho das Laranjeiras) e o «Cerro do Castelo» do Cachopo, pelo menos a avaliar pelas recolhas de superfície, um lugar de ocupação muçulmana. A área de implantação do povoado calcolítico domina a paisagem a Norte, Oeste e Sul, sendo apenas escassa a visibilidade para Este. Mas em cerros vizinhos de maior altitude encontraram-se traços, ainda que ténues, da passagem ou presença de calcolíticos: mós manuais e escassa cerâmica.



Fig. 4.1. O Cerro do Castelo de Corte João Marques (desenho de José Peres sobre fotografia do Autor).

Os 365 m. de altitude do Cerro do Castelo, se são inferiores aos 367 e 372 m. das elevações vizinhas, que dominam o barranco de Vale Feitoso e o barranco das Taipas, asseguram-lhe suficiente visibilidade para Sul (avista-se o Marco do Lobo), na passagem para o barranco dos Legumes. Para Sudoeste, avistam-se as entradas para os barrancos de Vale Coelho e do Bufo, para o barranco dos Malhadis. Para Norte e Noroeste, é possível controlar os acessos do barranco da Umbria e do barranco da Lontra.

O povoado é envolvido por dois braços da ribeira da Corte, um dos afluentes da Foupana (que nela converge perto das Mestras). O envolvimento por linhas de água é ainda acrescido por pequenos cursos de água locais que, na época das chuvas, são bastante activos, desaparecendo quase completamente durante a estiagem.

Actualmente, a ribeira da Corte mantém água todo o ano, em curso irregular, definindo «pêgos» (lugares onde se verifica uma concentração de água sazonalmente lagunar, geralmente de elevada piscosidade em relação ao curso normal, por servirem de refúgio às espécies fluviais).

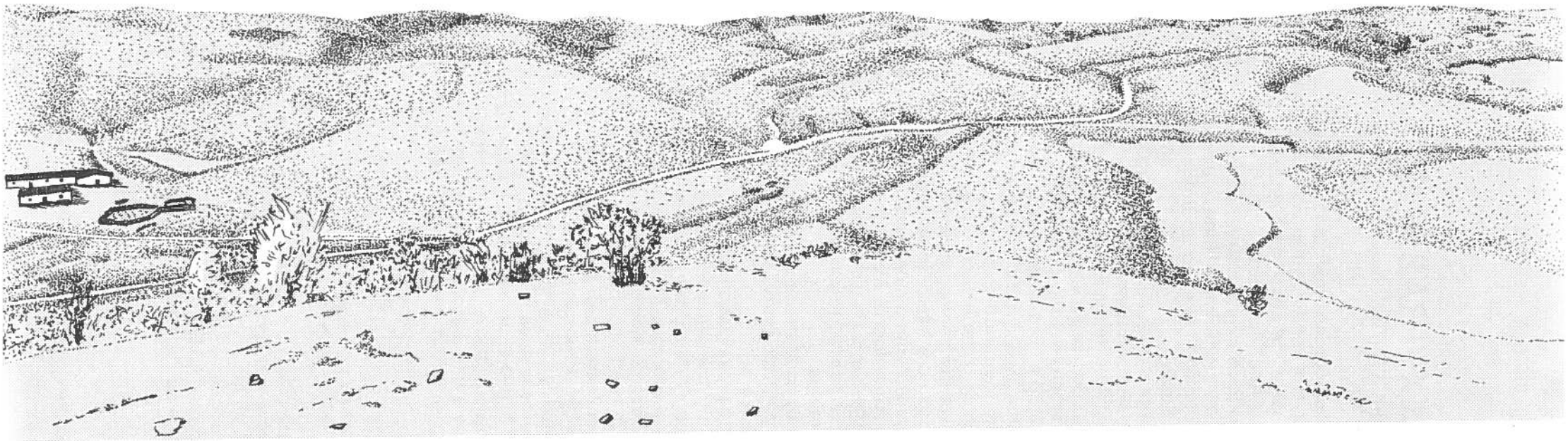


Fig. 4.2. Parte da área controlada a partir do topo do Cerro do Castelo de Corte João Marques (desenho de José Peres sobre mosaico fotográfico do Autor).

4.2. HISTÓRIA DOS TRABALHOS E ESTRATÉGIA DA ESCAVAÇÃO

Em 1978, as equipas ficaram alojadas na Mealha, povoação onde tinham encontrado excelente acolhimento aquando dos primeiros trabalhos de prospecção na Serra, e no ano seguinte em Corte João Marques e, de novo, na Mealha.

O grupo de terreno integrou Ana Margarida Arruda e os então estudantes da Faculdade de Letras, Departamento de História, Helena Catarino, Ana Carvalho Dias, Jorge Oliveira, Joaquim Janeirinho, Cristina Roque e Nuno Santos. Foram contratados como trabalhadores eventuais os srs. João Iria, António do Rosário, Manuel Brito, Virgílio Horta, Custódio Rodrigues e Ernesto Saúde.

Não era intenção, de início, proceder a uma escavação em extensão, em *open area*, pelo que se marcou uma simples sondagem, na encosta Este, pouco abaixo do topo.

Por economia de meios, delimitou-se um espaço de 10 metros por 5, orientado de Este para Oeste. Integrava 10 quadrados de 2×2 m., separados a meio por um testemunho de 10×1 m., destinado a eventual leitura estratigráfica (Sondagem 1). Uma outra área foi marcada no topo, de igual orientação e com as dimensões de 10×10 m., compreendendo 4 quadrados de 5×5 m. (Sondagem 2). A diversidade de dimensão da malha tinha por intenção definir o tipo de quadrícula adequado ao registo da escavação do sítio, numa época em que, entre nós, a orientação de terreno dominante continuava a ser, em muitos casos, a das «valas de sondagem», «sanjas de escavação» ou «talhões».

A complexidade da escavação e o interesse resultante dos primeiros resultados mostrou o errado desta decisão, que impediu a montagem de uma malha de quadrícula única e obrigou à reordenação das coordenadas. Ainda assim, e sem uma sombra de autojustificações descabidas, deverá ser sublinhado o interesse da experiência-piloto de Corte João Marques, particularmente para a escavação posterior de Santa Justa, onde os mesmos erros não foram, naturalmente, repetidos.

A Sondagem 1 viria a ser ampliada até uma área principal de 20×15 m., prolongada numa única fieira para Norte, e noutra para Este. A área realmente escavada não ultrapassaria, nesta sondagem, os 178 m^2.

A malha da Sondagem 2 seria prolongada para Norte, acrescentando-se uma nova área escavada, de 250 m^2, aos 100 m^2 inicialmente escavados no topo.

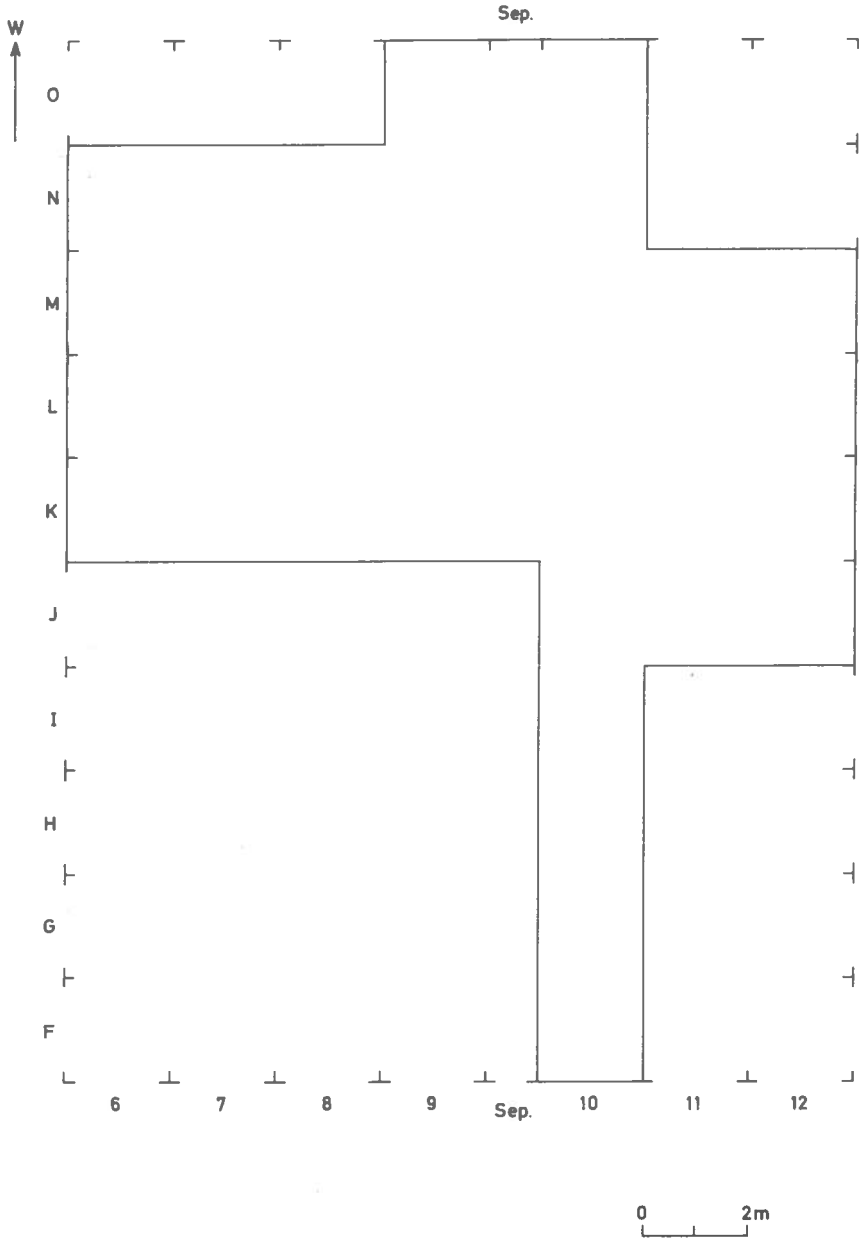
Toda a Sondagem 1 evidenciou profundas e extensas destruições, com derrubes e revolvimentos um pouco por toda a parte, mas abundantes materiais arqueológicos assinalavam intensa ocupação. A natureza do sítio e o espólio determinaram a decisão de registar tridimensionalmente todos os artefactos que o justificassem (todos os não cerâmicos e ainda as cerâmicas que possibilitassem reconstituição gráfica). Foi, assim, no Cerro do Castelo de Corte João Marques que se ensaiaram os tipos de ficha (particularmente a individual e a *ficha-mãe*) que a Unidade de Arqueologia e diversos investigadores viriam a adoptar em diversos monumentos e sítios (Gonçalves, 1979b: 114-117 e seqq.).

Os quadrados C.3., C.4., D.3. e D.4. revelariam escassos dados, confirmando a cerâmica de revestimento (muito fragmentada e muito rolada) a quase total destruição de eventuais estruturas existentes naquele sítio. Escassos fragmentos cerâmicos foram recolhidos, todos eles nas mesmas condições que a cerâmica de revestimento.

4.3. APOIOS TÉCNICOS

A escavação do povoado calcolítico de Corte João Marques decorreu com o apoio técnico do Gabinete de Planeamento do Algarve (GAPA), do Governo Civil de Faro e, financeiro, do Fundo de Fomento Cultural.

Usou-se, para além de equipamento próprio, equipamento do Centro de História da Universidade de Lisboa (programa CAALG - Carta Arqueológica do Algarve) e, como meio de transporte, viaturas pessoais e do Departamento Central de Planeamento (Land-Rover inicialmente ao serviço do GAPA).



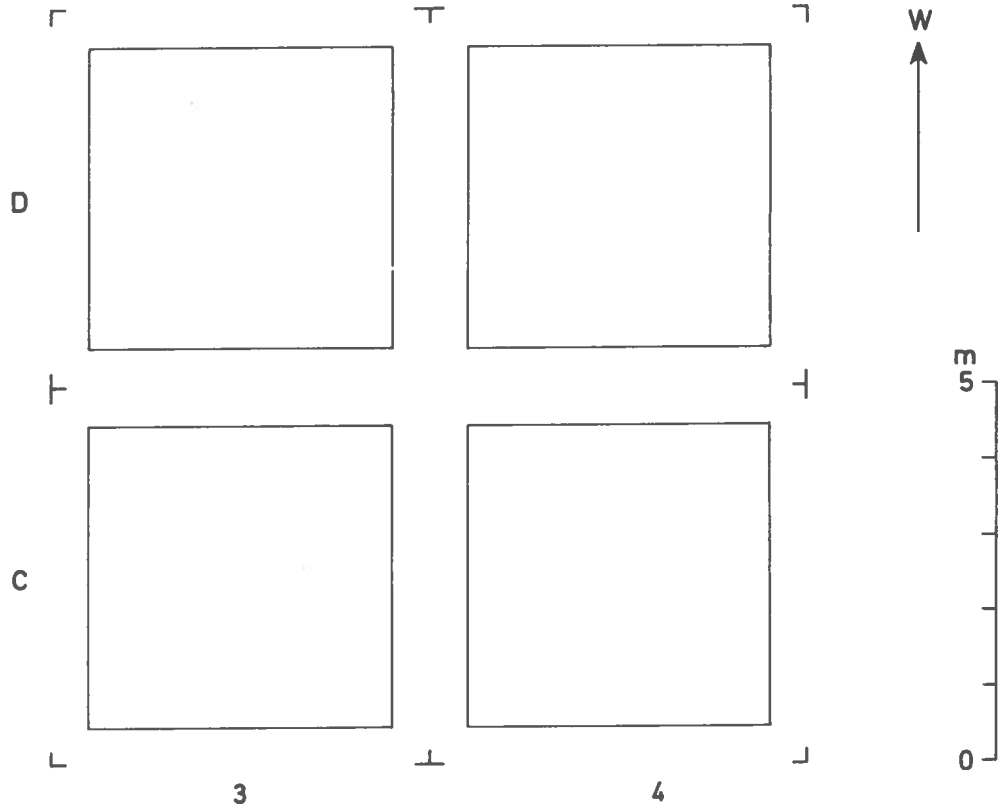


Fig. 4.3. (*à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: A Sondagem 1.

Fig. 4.4. (*à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: quadrícula prolongando para Norte a Sondagem 2.

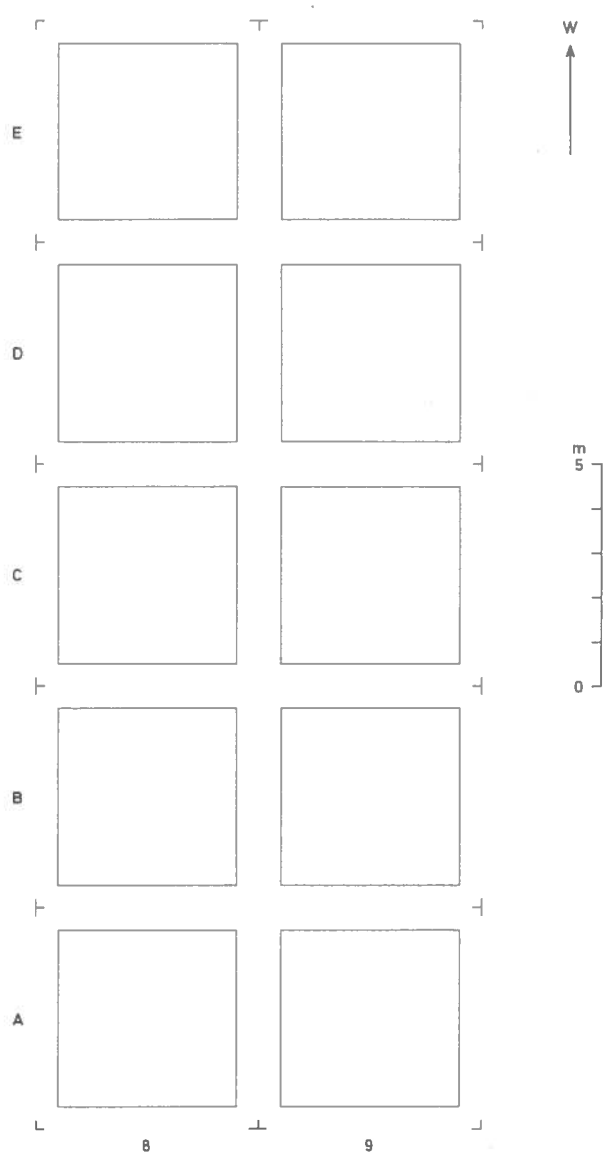


Fig. 4.5. Cerro do Castelo de Corte João Marques: quadrícula estabelecida para a área de topo (Sondagem 2).

Regista-se o apoio topográfico da equipa da Assembleia Distrital de Faro, dirigida na época por Pedro Ruivo.

4.4. O SÍTIO: ESTRUTURAS E ARTEFACTOS

4.4.1. Estruturas

(Sempre que tal foi possível, entendeu-se fazer acompanhar a descrição das estruturas pela sua própria imagem. Houve, assim, a preocupação de colocar face a face, neste volume, o desenho e o comentário. Apesar da escassez de estruturas evidenciada em Corte João Marques, e do seu estado particularmente danificado, pareceu esta a melhor forma de organizar a exposição, de outra forma compensadora no que ao Cerro do Castelo de Santa Justa diz respeito.)

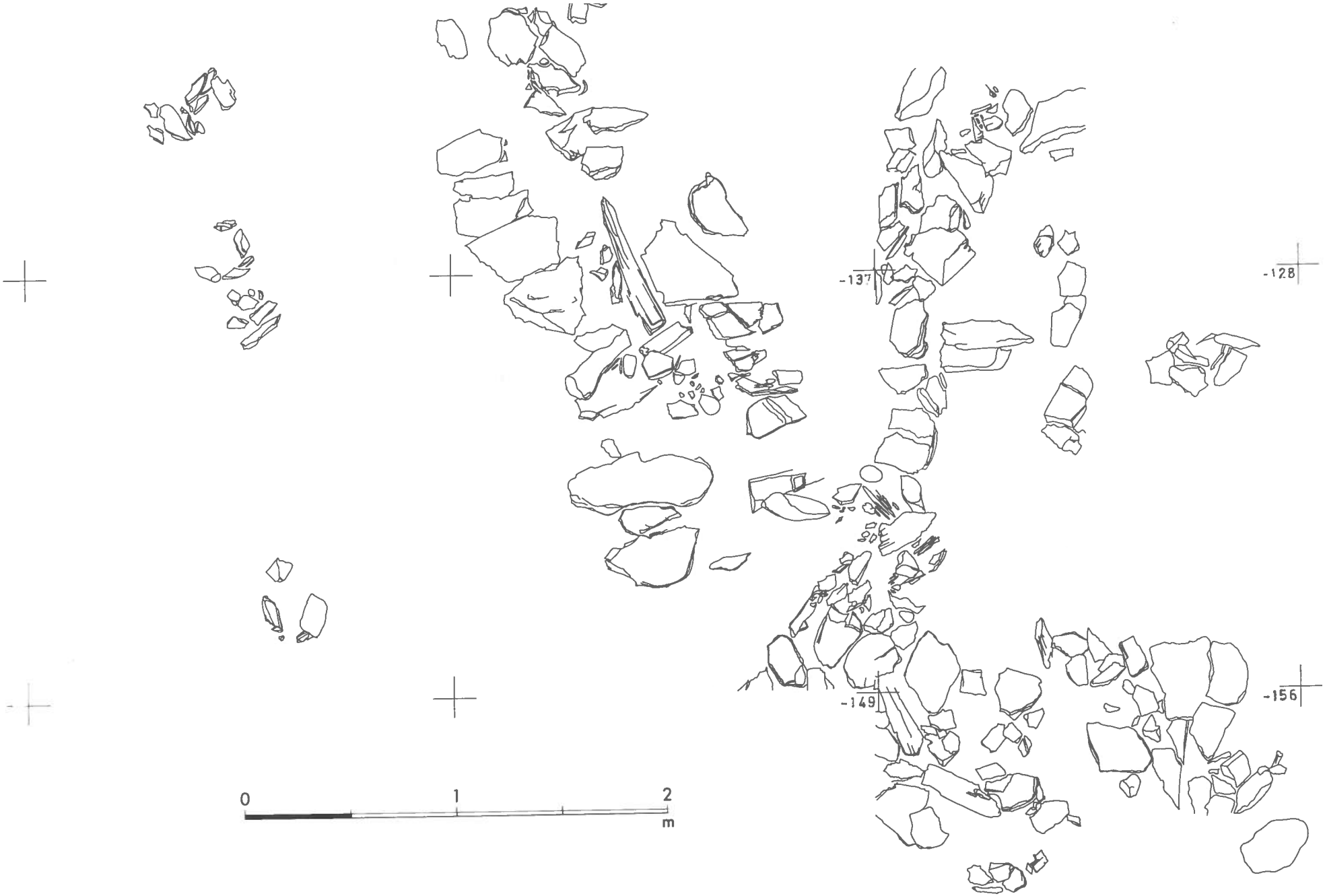


Fig. 4.6. Estrutura de habitação do Cerro do Castelo de Corte João Marques. Cotas: do canto SW do quadrado, -137; do canto NW, -128; do canto SE, - 149; do canto NE, -156.

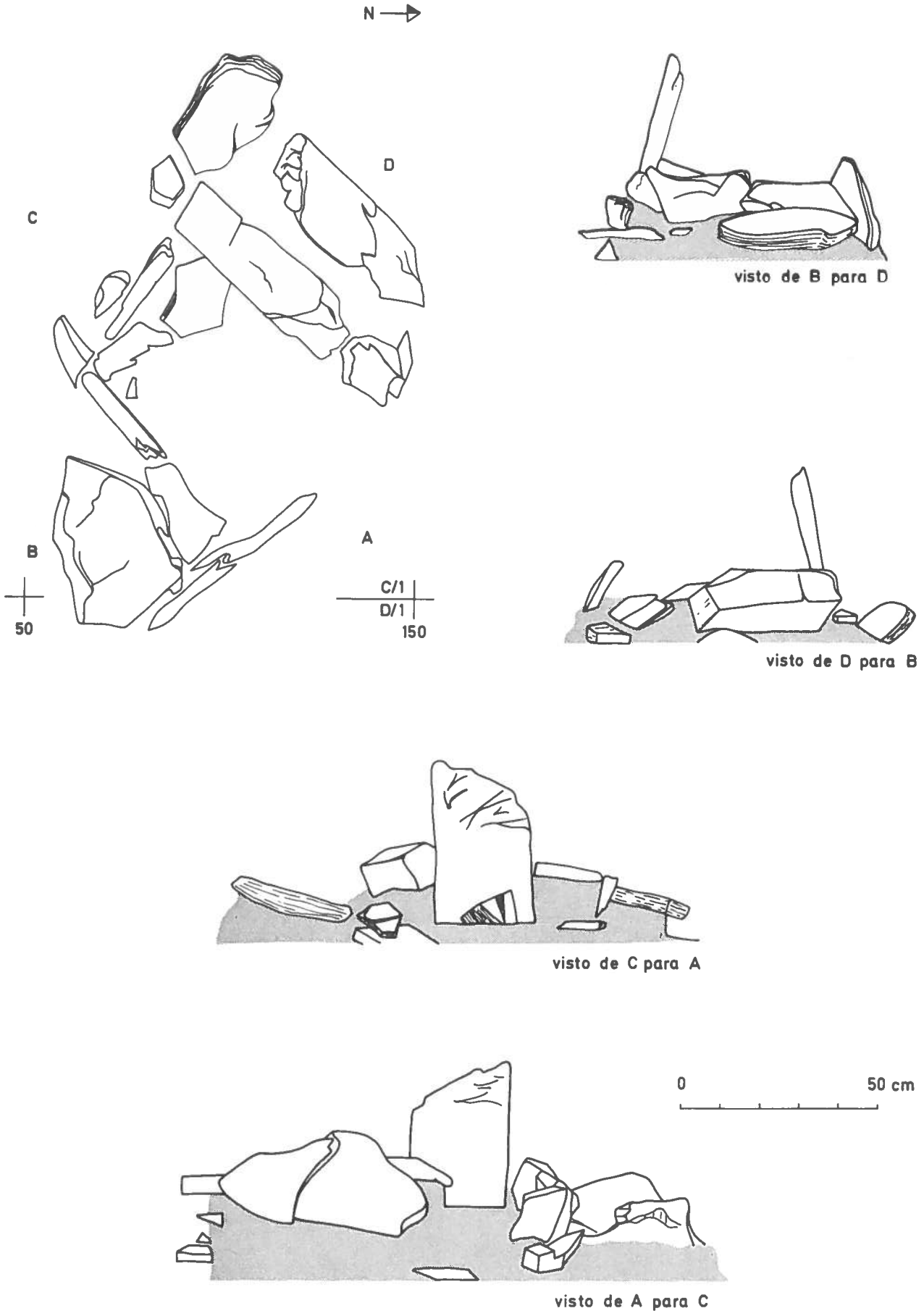


Fig. 4.7. Cerro do Castelo de Corte João Marques: estrutura de significado desconhecido. Nas suas imediações recolheram-se percutores de quartzo grupados e cerâmicas diversas.

As estruturas de Corte João Marques encontravam-se a um nível a tal ponto superficial que praticamente só restava dos seus socos a última fieira. Os derrubes e empilhamentos de pedra à superfície indicavam claramente os resultados de uma actividade agrícola incompreensivelmente intensa para aquele tipo de solo.

Os dois buracos de poste detectados inicialmente não se encontravam conectados a qualquer estrutura visível nem estavam associados a qualquer tipo de material arqueológico.

Sendo idênticos aos de Santa Justa (BP2 e 3), e encontrando-se as pedras que deles restaram cravadas na rocha desagregada, pareceu problemático considerá-los posteriores à ocupação calcolítica do cerro.

É minha opinião que poderiam representar apoios ou fixações para estruturas aéreas precárias, só assim me parecendo entendíveis.

O sistema de construção destas estruturas é simples, consistindo na implantação quase vertical de 3 ou 4 pedras de pequenas dimensões e escassa espessura. O espaço por elas definido corresponderia ao local de implantação do poste.

A única cabana identificada no Cerro do Castelo de Corte João Marques é uma estrutura pouco comum, de planta aproximadamente quadrangular. Tornando a sua interpretação ainda mais complexa, detectaram-se vários buracos de poste acompanhando o seu traçado exterior.

A dado momento da escavação, pareceu que se iria encontrar uma outra cabana, sobposta a esta, mas o estado de destruição das estruturas deveria ter sido grande (mesmo em períodos pré-históricos) e as lajes que se poderiam atribuir a tal suposta construção estavam de tal forma dispersas que se entendeu, após discussão demorada, não propor esta interpretação senão como aceitavelmente provável.

Esta estrutura será atribuível ao último momento do povoado. Os derrubes de cerâmica de revestimento registados na Sondagem 1 poderiam traduzir construções anteriores a esta (como se viria a verificar em Santa Justa) ou, eventualmente, pavimentos.

4.4.1.2. *Estrutura de significado desconhecido* (Fig. 4.7.)

A Sondagem 1 revelou também uma estrutura cujo significado se desconhece.

Tratava-se de lajes de dimensões diversas, cravadas de cutelo e definindo um espaço rectangular, de pequenas dimensões. No exterior da estrutura, foram identificados alguns percutores alinhados e cerâmica em razoável estado de conservação.

A crivagem das terras do interior da estrutura nada revelou, tanto na parte que foi crivada no terreno como na que foi crivada em bateria de crivos calibrada. Parte significativa ficou arquivada, para eventuais análises posteriores.

A discussão de campo em torno ao significado desta estrutura foi longa, mas sem resultados práticos. Parece-me, no entanto, dever enumerar as duas hipóteses que pareceram mais aceitáveis: (1) estrutura de combustão; (2) espaço ritual.

Para estrutura de combustão faltar-lhe-iam carvões e cinzas, mas a extrema acidez do solo de Corte João Marques fez desaparecer a totalidade dos prováveis vestígios orgânicos que deveriam existir no povoado (menos de cinco fragmentos de osso foram recolhidos, e todos em estado de desagregação quase total).

As cinzas e o carvão poderiam ter sido afectados por situação idêntica.

Quanto a tratar-se de um espaço ritual, não parece que o alinhamento de percutores seja de reter como acto ligado ao sagrado... Registo-o, assim, sem assumir posição interpretativa.

Uma estrutura relacionada, ao que se defende, com a metalurgia foi também identificada. Considerando as suas características específicas, reservou-se o seu estudo para o ponto referente à metalurgia.

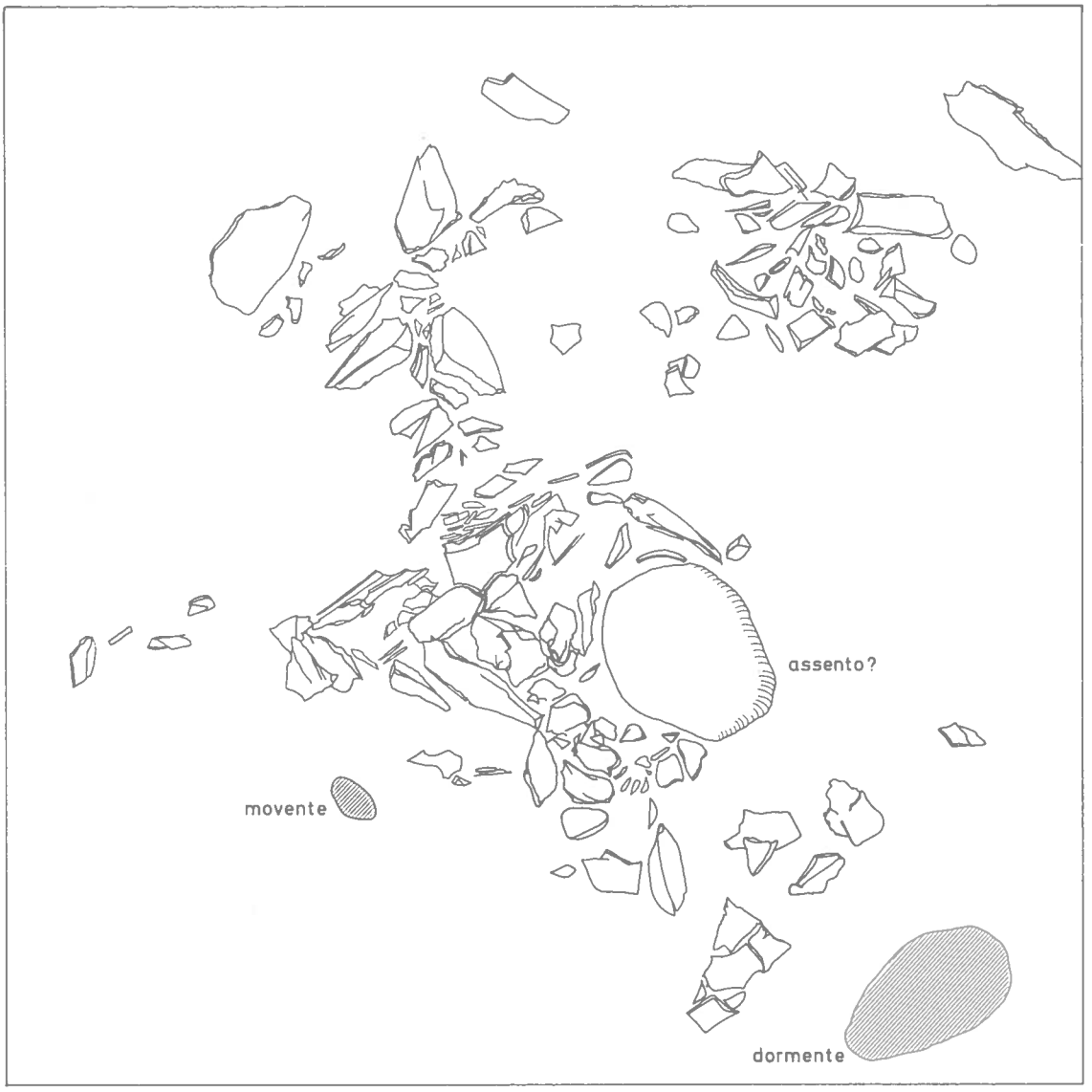


Fig. 4.8. Cerro do Castelo de Corte João Marques: solo de abandono em M.7. Quadrado 2 x 2 m.

4.4.1.3. *O solo de abandono em M.7.*

Durante todo o decorrer da escavação ficou patente que o povoado, apesar de muito destruído, apresentava vestígios de utilização plena até aos últimos momentos, não sendo visível nenhum decréscimo de ocupação.

Em M.7., porém, uma situação ainda mais óbvia ficou evidente. Neste sector do povoado, a escassos 015 cm. de coordenada z, identificou-se um característico solo de abandono. Continha, para além de cerâmicas muito destruídas, um movente e um dormente sem o mínimo traço de utilização.

Se o desgaste de uso do dormente é nulo, o movente nem sequer foi picotado na superfície activa, operação indispensável para criação do atrito necessário à farinação. Surgiu assim, nítida, a sensação que ambas peças tinham sido preparadas para uso, mas abandonadas antes mesmo de terem funcionado pela primeira vez.

O seu peso, elevado em artefactos deste tipo, conservou-os onde foram abandonados e a sua associação com um machado de gume praticamente intacto reforça o que atrás se disse sobre o significado de este sector.

4.4.2. Artefactos

4.4.2.1. *Pedra lascada*
4.4.2.1.1. *Lâminas e lamelas*
4.4.2.1.1.1. Observações sobre a ficha descritiva

Na construção da ficha descritiva das lâminas e lamelas provenientes tanto do Cerro do Castelo de Corte João Marques como do Cerro do Castelo de Santa Justa, seguiram-se princípios já conhecidos e critérios divulgados por Leroi-Gourhan (1968: 250 e seqq.) e Brézillon (1971), entre outros (nomeadamente os do C.R.E.P., 1980 e 1984). Não se pretendeu preencher o vazio normativo que entre nós se regista neste e noutros sectores, mas apenas seleccionar os descritores adequados a uma referenciação eficaz dos artefactos. Com raras excepções, trata-se de instrumentos muito fragmentados, pelo que a utilização dos índices de alongamento e espessamento me parece impossível, sendo a margem de erro excessiva para que se possa extrapolar.

Considerei 11 categorias de descritores, de sentidos diversos: (1) *designação*; (2) *proveniência*; (3) *estado*; (4) *secção*; (5) *bolbo de percussão*; (6) *retoque*; (7) *encurvamento*; (8) *dimensões*; (9) *peso*; (10) *matéria prima*; (11) *cor*, de acordo com o código Munsell (Munsell Soil Color Charts, 1975 edition, Munsell Color, Macbeth Division of Kollmorgen Corporation, 2441 North Calvert Street, Baltimore, Maryland 21218, USA).

Para a *primeira categoria*, segui, nos seus parâmetros mais gerais, a definição proposta por Leroi-Gourhan (*ibidem*), e comummente aceite.

A *segunda categoria* reuniu o quadrado (qd), o número de inventário dentro do quadrado (n.º), e as coordenadas (X, *Y* e *Z*).

A *terceira*, definiu o estado actual do artefacto:

1: todas as medidas possíveis, não se fazendo distinção entre uma peça intacta e a integralmente recuperada por colagem;
2: fragmento distal;
3: fragmento mesial;
4: fragmento proximal.

[associações de situações foram referidas por agrupamento de indicadores, ex: *23*, fragmento que inclui a área distal e mesial do artefacto; *34*, fragmento incluindo as áreas mesial e proximal]

A *quarta categoria*, referindo-se à secção, compreendeu três possibilidades:

1: triangular;
2: trapezóidal;
3: outra.

A *quinta*, o bolbo de percussão:

1: ausente do fragmento;
2: bem definido;
3: incompletamente formado.

A *sexta categoria* refere-se ao retoque, em diversas sub-categorias:

6.1.: *quanto à presença/ausência* (e considerando apenas a presença), os números indicam a sua localização em áreas específicas do artefacto:

1: na extremidade distal;
2: na extremidade proximal;
3: em ambos bordos;
4: bordo direito (com a peça orientada, em face);
5: bordo esquerdo.

6.2.: *quanto ao ângulo*:

1: rasante (cerca de 10°);
2: muito oblíquo (cerca de 30°);
3: oblíquo (cerca de 45°;
4: abrupto (cerca de 70°);
5: vertical (a 90°).

6.3.: *quanto à sequência:*

1: contínua;
2: interrompida.

6.4.: *quanto à distribuição:*
1: unifacial;
2: bifacial.

A *sétima categoria*, refere-se ao encurvamento do artefacto, medido a meio da altura e em mm..

A *oitava*, engloba as dimensões:
1: comprimento (comp.);
2: largura (l), medida a meio do comprimento;
3: espessura (esp.), idem.

A *nona categoria*, regista o peso, à centésima do grama.

A *décima*, a matéria prima usada:
1: sílex;
2: quartzo hialino;
3: *chert*;
4: xisto.

[agradece-se ao Prof. Doutor Galopim de Carvalho, a ajuda prestada na classificação das matérias-primas]

A *décima primeira* regista, por extenso, a cor, segundo o código Munsell.

4.4.2.1.1.2. *Comentários às lâminas e lamelas*

A primeira e mais geral observação diz respeito à escassez numérica, relativa e absoluta, destes artefactos.

Mas é certo que o mesmo se verifica nos espólios de outros sítios calcolíticos (e talvez denuncie uma nova situação, própria de sítios arqueometalúrgicos).

No Cabeço do Cubo, praticamente não se recolheram artefactos de pedra lascada em níveis estratigrafados, situação quase idêntica à dos povoados da área de Sines, dos do Baixo Alentejo e de Alcalar (Tavares da Silva e Soares, 1976-77 e 1981: 123). Só que, sendo o cobre raro ou inexistente naqueles sítios, se torna difícil compreender esta realidade, resultante ou de insuficiências de pesquisa ou de factores que escapam ao nosso entendimento, por mutilação específica do segmento arqueológico do mundo real.

O tipo de povoamento, se disperso, poderia explicar este fenómeno, sendo os artefactos de pedra lascada dificilmente detectáveis em recolhas de superfície e escavações excessivamente localizadas. Mas, em Corte João Marques, à densidade do povoamento e à abundância dos registos cerâmicos, de pedra afeiçoada e metálicos, não corresponde uma indústria da pedra lascada equivalente.

Para a extensão da área escavada no Cerro do Castelo de Corte João Marques é, sem dúvida, reduzido o cômputo final: 1 lamela e 8 lâminas, uma das quais evidenciando o típico brilho de cereal, pelo que a considerámos como *elemento de foice*.

Os gráficos das figuras 4.10. a 4.14. sumarizam algumas das possíveis observações.

O estado dos artefactos foi classificado como *intacto* (22%), e *fragmentado* (78%). 67% da totalidade da amostra eram constituídos por fragmentos incluíndo as áreas proximal e mesial. Apenas 11% englobavam a área mesial.

A secção observada era maioritariamente *triangular* (56%), registando-se 44% de exemplares com secção *trapezóidal*. O estado de fragmentação dos artefactos (e o seu número reduzido) justifica, porém, que estas e outras observações quantitativas não sejam sobrevalorizadas.

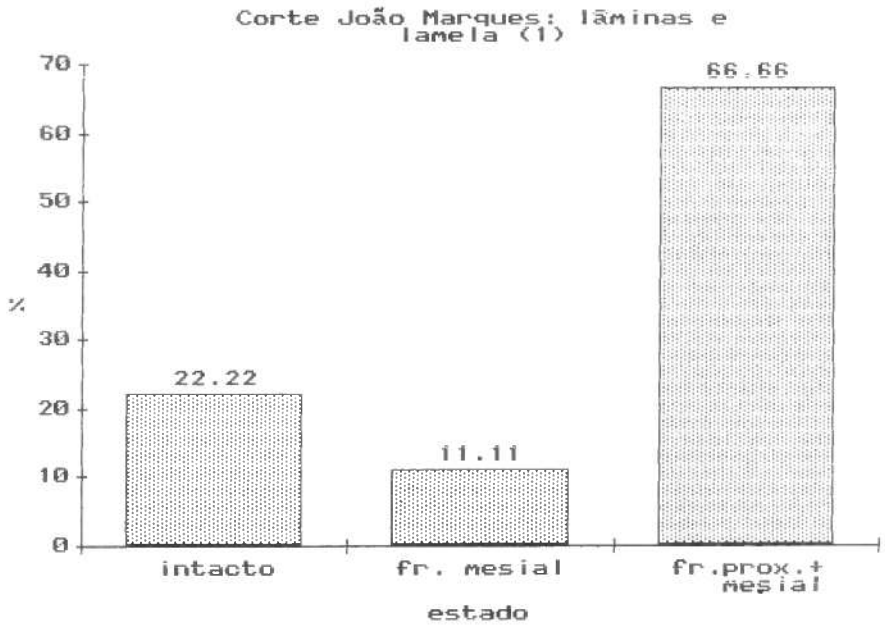
Quanto à existência de retoque, ele foi registado em 67% dos exemplares, sempre *bifacial*, localizando-se em 33% dos casos no bordo esquerdo e nos restantes em ambos bordos.

Observou-se um ângulo de retoque *abrupto* em 33% dos casos e *oblíquo* em 67%.

O bolbo de percussão era *bem definido* em 50% dos fragmentos que incluiam a extremidade proximal.

Finalmente, a matéria prima. Todas as lâminas foram obtidas a partir de núcleos de *chert*, sendo a lamela de sílex.

des	qd	#	x	y	z	dt	estd	sec	blb	rtp	rta	rts	rtl	enc	comp	lg	esp	peso	mp	cor
lamela	L11	1					43	1	2	0	0	0	0	0.09	33.07	8.04	4.01	1.58	1	10YR 6/2
lâmina	D9	1					43	1	3	0	0	0	0	0	51.08	34	10	24.63	3	10YR 7/3
lâmina	D9	2					1	1	2	0	0	0	0	4.01	73.08	12.02	6.06	11.51	3	2.5Y 4/0
lâmina	J10						1	2	2	0	0	0	0	0	104.0	24.02	7.02	17.08	3	10YR 8/3
lâmina	K7	1	175	45	12	78.10.25	43	2	3	0	0	0	0	2.05	40.08	13.03	3.09	2.99	3	10YR 5/2
lâmina	K9	280					43	2	2	0	0	0	0	1.09	44	20.09	7.01	7.35	3	10YR 8/2
lâmina	L9	1					43	2	3	5	3	1	2	1.08	67.07	27	7.08	20.16	3	10YR 8/3
lâmina	M7	25			40	79.07.10	3	1	1	3	4	1	2	0	38.08	13.04	6	5.22	3	5Y 6/1
lâmina-el. foice?	L12	58	100	60	50	79.07.19	43	1	3	3	3	1	2	1.08	58.02	18.06	5.04	9.89	3	10YR 7/2



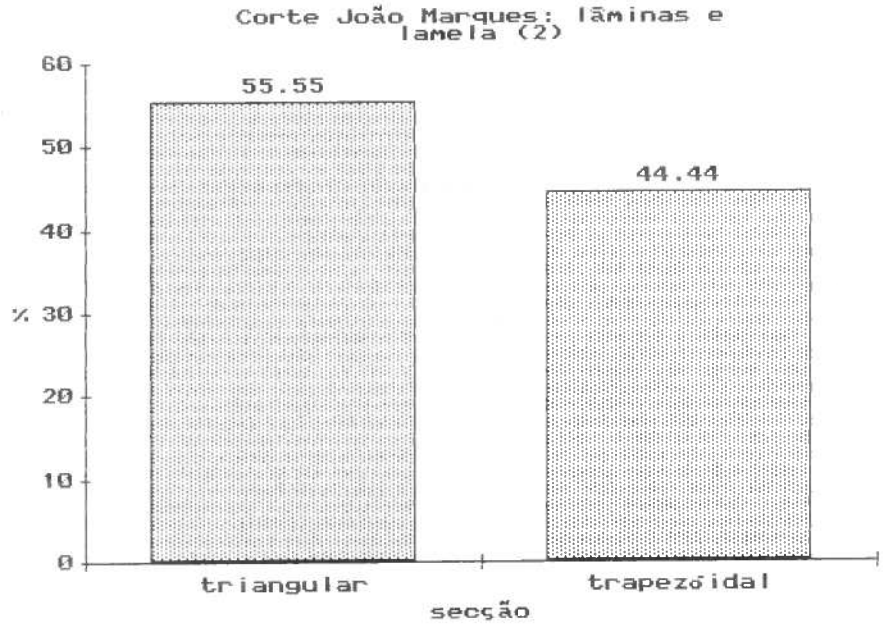
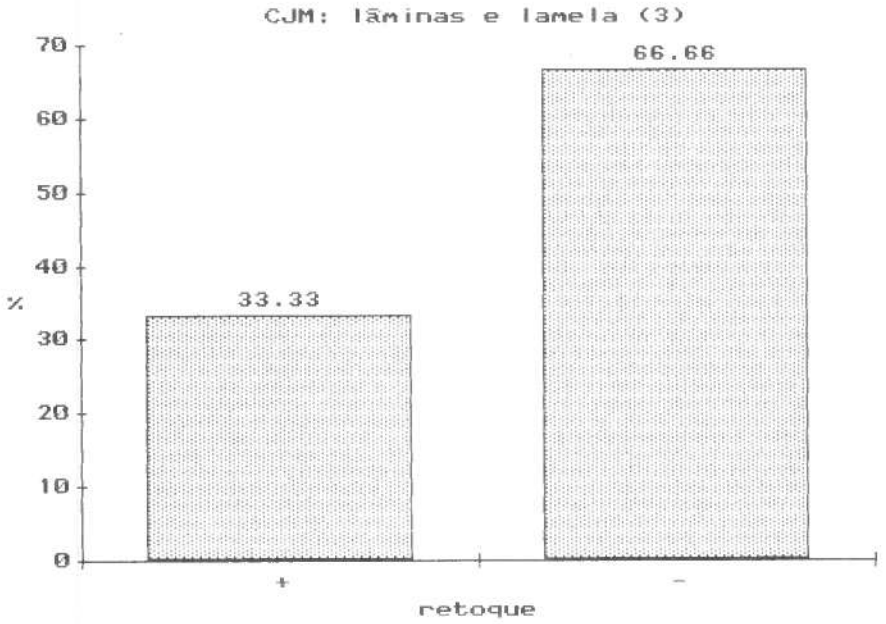
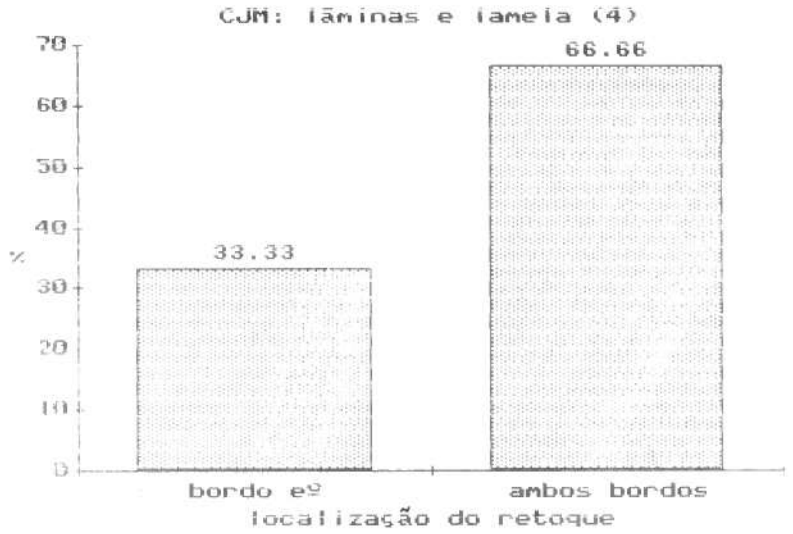


Fig. 4.9. (*em cima*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Quadro descritivo dos artefactos de pedra lascada.

Fig. 4.10. (*em baixo, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Gráfico registando o estado dos artefactos de pedra lascada.

Fig. 4.11. (*em baixo, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Gráfico registando a secção dos artefactos de pedra lascada.





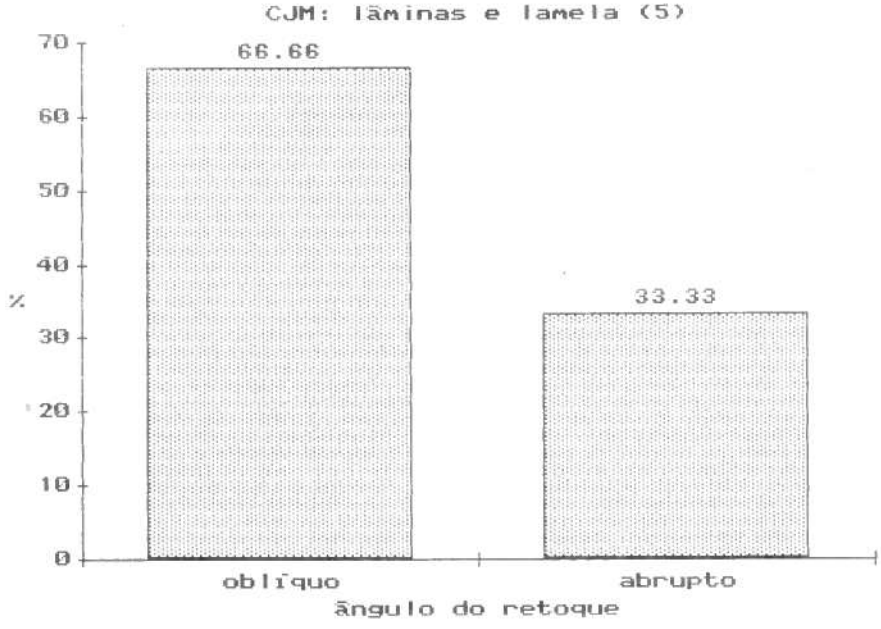


Fig. 4.12. (*em cima, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Presença/ausência de retoque em lâminas e lamela.

Fig. 4.13. (*em cima, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Localização do retoque em lâminas e lamela.

Fig. 4.14. (*em baixo, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Ângulo do retoque em lâminas e lamela.

4.4.2.1.2. *Pontas de seta*
4.4.2.1.2.1. Observações sobre a ficha descritiva

Na construção da ficha descritiva a usar para as pontas de seta dos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa, consideraram-se as seguintes 10 categorias: (1) *proveniência*; (2) *estado*; (3) *dimensões*; (4) *formato da base*; (5) *geometria dos bordos*; (6) *secção*; (7) *retoque*; (8) *matéria prima*; (9) *cor*, segundo o código Munsell; (10) *peso*.

Foram calculados dois índices: (1) *alongamento, ia* (comprimento/ largura da base); (2) *espessamento, ie* (comprimento/ espessura). O inicial aproveitamento dos indíces, explicitado no ponto seguinte, foi substituído, no sentido de uma eficaz normalização, pelos adoptados recentemente por Susana O. Jorge (1986, Ia: 57), com ligeiras alterações.

A *primeira categoria* reuniu o quadrado (qd), o número de inventário dentro do quadrado (n.º) e as coordenadas (*X*, *Y* e *Z*).

A *segunda* categoria definiu o estado actual do artefacto (estd):
1: todas as medidas possíveis;
2: extremidade distal;
3: extremidade distal e área mesial;
4: base;
5: base e área mesial;
6: fragmento da área mesial.

A *terceira categoria* refere-se às dimensões:
1: comprimento (comp.);
2: largura (l), medida a meio do comprimento;
3: espessura (esp.), idem.

O *índice de alongamento (ia)* foi interpretado de acordo com três possibilidades:
alongado: > 2;
médio: 1 – 2;
curto: < 1.

O *índice de espessamento* (ie) foi também interpretado de acordo com três possibilidades:
abatido: > 8;
médio: 4 – 8;
espesso: > 4.

A *quarta categoria* refere-se ao formato da base (fb) e compreende cinco possibilidades:
1: recta;
2: sub-rectilínea;
3: sub-convexa;
4: convexa;
5: côncava.

A *quinta categoria* diz respeito à geometria dos bordos (gb), compreendendo seis possibilidades:
1: rectilíneos;
2: sub-rectilíneos;
3: convexos;
4: sub-convexos;
5: côncavos;
6: sub-côncavos.

A *sexta categoria*, referindo-se à secção (sec), engloba seis possibilidades:
1: triangular;
2: biconvexa;
3: plano-convexa;
4: losangular;
5: trapezóidal;
6: indiferenciada.

A *sétima* refere-se ao retoque e inclui diversas sub-categorias:
7.1. na face anterior (rtf), e *7.2.* na face posterior (rtv)
7.1.1.: *quanto à sua localização* (rtfl):
1: superfície total;
2: extremidade distal;

3: bordo direito;
4: bordo esquerdo;
5: base.

7.1.2.: *quanto ao tipo* (rtft):
1: rasante;
2: muito oblíquo;
3: oblíquo;
4: abrupto;
5: vertical.

7.1.3.: *quanto à extensão* (rtfe):
1: marginal;
2: parcial;
3: cobridor.

A *oitava categoria* regista a matéria prima (mp) usada:
1: sílex;
2: quartzo;
3: chert;
4: xisto.

A *nona*, a cor, usando-se, como foi norma, o código Munsell.

A *décima*, o peso, à centésima do grama.

4.4.2.1.2.2. *Comentários às pontas de seta*

Tal como para as lâminas e lamela anteriormente descritas, há que salientar a escassez registada, apenas 6 exemplares, sendo o seu estado o mesmo. Com efeito, todos os exemplares estavam *intactos*.

O comprimento registado varia entre os 52 e os 28.6 mm., sendo a média 38 mm. e o desvio padrão 8.

A espessura oscila entre 4.8 e 0.9 mm., sendo a média 3 mm. e o desvio padrão 1.3.

A forma da base (gráfico da Fig. 4.16) pode resumir-se, se associarmos a base *recta* à *sub-rectilínea*, a uma representação idêntica para os dois tipos principais, *recto* e *côncavo*. Numa maior precisão, a base seria *côncava* em 50% dos casos, *recta* em 17% e *sub-rectilínea* em 33%.

A geometria dos bordos não se afasta sensivelmente do tipo *rectilíneo*, ainda que um exemplar apresente uma ligeira convexidade, suficiente para justificar referência, mas, na verdade, pouco significativa

A secção traduz a irregularidade própria ao talhe do xisto, originando, pelo desbaste ou de origem (pelo tipo da fractura natural), e ao contrário do sílex e do *chert*, formas nem sempre facilmente classificáveis. Assim, 4 delas são *indiferenciadas*, 1 (a de *chert*), *plano-convexa*, e, outra, *trapezóidal*.

O retoque só num caso é *cobridor*, distribuindo-se geralmente de forma *marginal*.

A matéria prima observada (gráfico da Fig. 4.17.) é, com uma única excepção, o xisto, muito frequente na região.

Os índices utilizados, forneceram valores correspondentes a designações específicas: 100% correspondem a pontas de seta *abatidas*, quanto ao espessamento. No que se refere ao índice de alongamento, 33% dos exemplares correspondem ao tipo *alongado* e 67% ao *médio*.

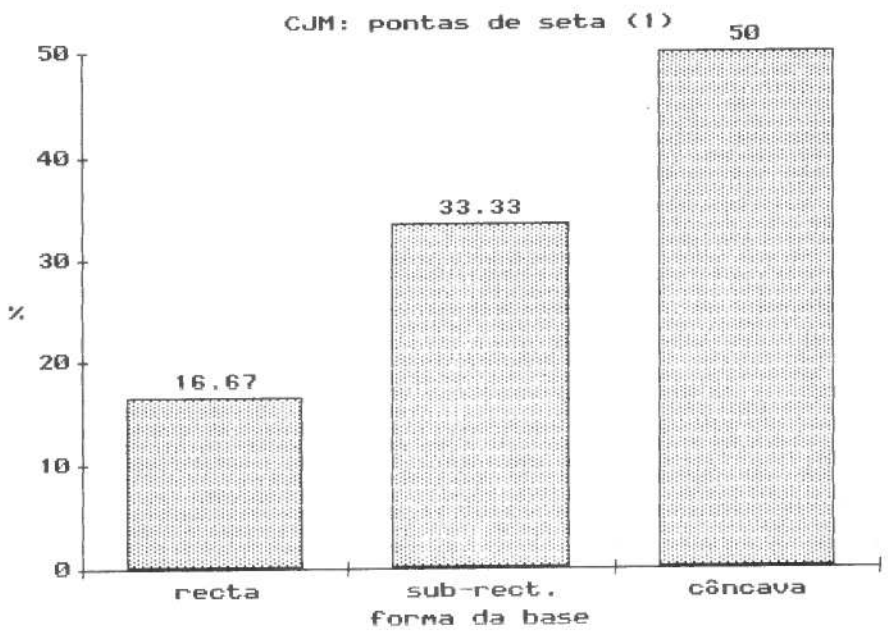
(*na página seguinte*)

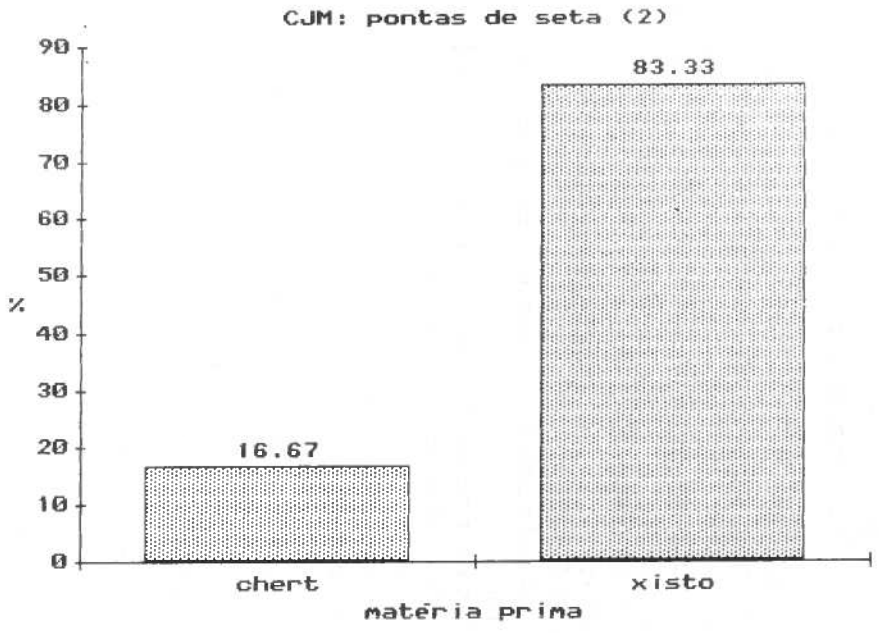
Fig. 4.15. (*em cima*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Quadro resumo das pontas de seta.

Fig. 4.16. (*em baixo, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Tipos de base.

Fig. 4.17. (*em baixo, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Tipos de matéria prima usados nas pontas de seta.

qd	#	x	y	z	estd	comp	l	lb	esp	ia	ie	fb	gb	sec	rtfl	rtft	rtfe	rtvl	rtvt	rtve	mp	cor	peso
M8	37			44	1	28.60	16.40	17.09	3.8	1.67	7.53	2	2	6	2345	3433	2	2345	2233	1	4	2.5YR 5/0	1.94
M7	26			40	1	38.90	17.50	20.02	3.0	1.94	12.97	1	2	6	34	22	1	34	33	1	4	2.5YR 3/0	3.20
L11	2	63	41	33	1	35.90	19.10	20.00	2.0	1.80	17.95	5	4	5	2345	3333	1	2345	3333	1	4	10R 5/4	1.73
K7	21	56	18	15	1	40.50	20.40	24.90	4.8	1.63	8.44	5	2	6	2345	3334	2	1	3	3	3	10R 6/3	3.08
D9					1	30.10	7.60	10.30	0.9	2.92	33.44	5	1	6	2345	4444	1	3	4	1	4	10YR 8/4	0.57
L7	19	60	**	25	1	52.00	15.10	20.02	3.6	2.60	14.44	2	1	3	2345	4333	2	2344	4333	2	4	10R 4/3	4.26





4.4.2.2. *Pedra polida*

4.4.2.2.1. Observações sobre a ficha descritiva

A ficha descritiva para os artefactos de pedra polida dos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa incluiu 14 categorias: (1) *designação*; (2) *proveniência*; (3) *estado*; (4) *dimensões*; (5) *geometria dos bordos*; (6) *geometria do* gume; (7) *estado do gume*; (8) *extremidade proximal ou talão*; (9) *faces*; (10) *extremidade distal*; (11) *secção*; (12) *acabamento*; (13) *cor*; (14) *peso*; (15) *matéria prima*. Os índices de alongamento e espessamento (*ia* e *ie*) correspondem aos adoptados para as pontas de seta.

Para a *primeira categoria* seguiram-se, nos seus parâmetros mais gerais, as propostas de Leroi-Gourhan.

A *segunda categoria* reuniu o quadrado (qd), o número de inventário (n.º) e as coordenadas.

A *terceira categoria* definiu o estado actual do artefacto:

1: todas as medidas possíveis;
2: talão;
3: talão e área mesial;
4: área mesial;
5: extremidade distal.

A *quarta categoria* engloba as dimensões:

1: comprimento (comp.);
2: largura (l), medida a meio do comprimento;
3: espessura (esp.), idem.

A *quinta categoria* refere-se à geometria dos bordos (gb), lida em função da peça orientada com a extremidade distal para cima, e compreende sete possibilidades:

1: paralelos;
2: divergentes;
3: rectilíneos;
4: convexos;
5: côncavos;
6: sinuosos;
7: convergentes.

A *sexta categoria* diz respeito à geometria do gume (gg), com quatro possibilidades:

1: rectilíneo;
2: convexo;
3: simétrico;
4: dissimétrico.

A *sétima categoria*, o estado do gume (eg), traduzindo a eventual utilização do artefacto e a consequente degradação do fio de corte:

1: intacto;
2: com ligeiros sinais de uso;
3: com intensos sinais de uso;
4: boleado.

A *oitava categoria*, referindo-se à extremidade proximal ou talão (ep), compreende cinco possibilidades:

1: truncado;
2: arredondado;
3: ponteagudo;
4: plano;
5: convexo.

A *nona* refere-se às faces (fc):

1: planas;
2: convexas;
3: côncavas.

A *décima* refere-se à extremidade distal (ed):

1: bisel duplo;
2: bisel simples;
3: convexo simétrico;

4: convexo dissimétrico;
5: simples.
A *décima primeira* refere-se à secção (sec):
1: rectangular;
2: sub-rectangular;
3: circular;
4: sub-circular;
5: oval.
A *décima segunda* refere-se ao acabamento (acb):
1: polimento na superfície total;
2: polimento na extremidade distal;
3: polimento nas faces;
4: polimento nos bordos;
5: polimento no talão;
6: picotado.
A *décima terceira* regista a cor, segundo o código Munsell.
A *décima quarta*, o peso.
A *décima quinta*, a matéria prima (mp) usada.

4.4.2.2.2. *Comentários aos artefactos de pedra polida*

Os artefactos de pedra polida do Cerro do Castelo de Corte João Marques são constituídos maioritariamente por machados (80%, numa população de 10 exemplares identificados). Os dois artefactos restantes são de classificação impossível, considerando o estado de destruição de um deles (M/7. s/n, recolhido em 78.09.26) e o facto de o outro (SUPEW, de 78.09.21) ter sido aparentemente reaproveitado de um instrumento não identificável com segurança (provavelmente um machado). Este exemplar é, aliás, semelhante a outro que recolhi no solo de habitação do povoado calcolítico do Monte da Mangancha (Mangancha 1) e a artefactos de Vila Nova de S. Pedro. Pode corresponder a um tipo ainda não caracterizado, se considerarmos a sua geometria geral e o tipo de gume, sempre assimétrico, mas seria necessário trabalhar-se uma amostra maior para se poder avançar com um mínimo de segurança numa proposta classificativa.

A primeira observação específica diz, porém, respeito a uma ausência, a das enxós, para o que se não encontra explicação.

O estado dos artefactos é também interessante (gráfico da Fig. 4.19.). O facto de 50% dos exemplares se encontrarem intactos é curiosamente comparável ao estado do gume (gráfico da Fig. 4.22.): só 33% dos gumes estudados apresentam sinais de muito uso e boleamento (17% para cada uma das situações), enquanto 67% se apresentam intactos ou com mínimos sinais de uso. Traduziria esta situação uma eventual presença maciça de artefactos de cobre? Não parece ser esta a resposta adequada, tanto mais que um machado de pedra polida é consideravelmente mais eficaz que um de cobre, no abate das árvores, sendo este mais um ponto que permanece por explicar.

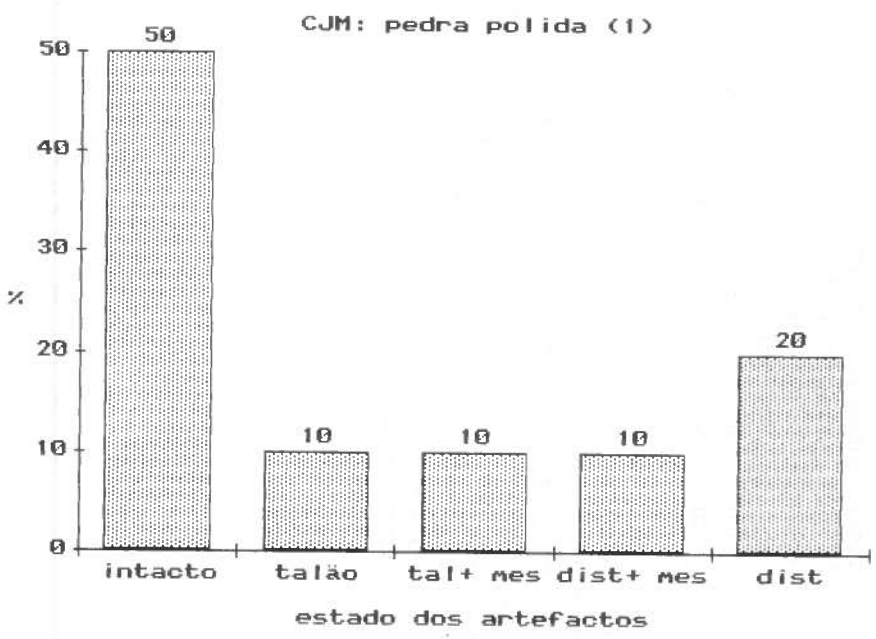
Também sem explicação é o facto de os machados fragmentados apresentarem os gumes apenas com ligeiros sinais de uso, o que quer evidentemente dizer que se fragmentaram logo às primeiras utilizações, mostrando deficiências na matéria prima ou na técnica de corte usada pelo utilizador do machado. A típica fractura no sentido longitudinal da peça denuncia uma fractura por impacto violento em uso, e não por acidente.

A leitura do índice evidencia para 50% da amostra, a que permite esta análise, 80% de artefactos *alongados* e apenas 20% de *alongamento médio*.

O índice de espessamento aponta a existência de 60% *espessos* e 40% de *espessamento médio*.

A secção dos artefactos (gráfico da Fig. 4.24) fornece dados importantes: apenas 33% pertence ao tipo *oval*, sendo os restantes 67% classificáveis como *rectangulares* e *sub-rectan-*

des	qd	#	dt	x	y	z	estd	comp	l	esp	ia	ie	gb	gg	eg	ep	fc	ed	sec	acb	cor	peso	mp
?	M7		78.09.26				2				****	****									10YR 4/1	139.56	1
?	SUPEW		78.09.21				3				****	****									10YR 4/1	173.7	1
Machado	K7	22	78.10.25	170	140	12	45				****	****		23	1		2	1	5	26	10YR 3/1	67.64	1
Machado	L11	153	78.09.16				1	11.99	5.16	3.08	2.32	3.89	24	23	4	4	2	1	5	1	10YR 5/2	348.19	1
Machado	L8	43	78.09.16				1	8.42	4.6	1.99	1.83	4.23	24	24	2	5	1	1	2	1	5Y 4/1	154.01	1
Machado	M7	12	79.07.10	6	180	22	1	12.54	4.63	2.5	2.71	5.02	23	23	3	5	1	1	1	0	7.5YR 5/	258.26	2
Machado	M7		78.10.26	105	144	10	1	8.61	3.72	2.25	2.31	3.83	23	24	2	3	1	1	1	1	10YR 4/1	172.99	1
Machado	N7	2	79.07.19	149	110	46	1	9.5	3.91	1.72	2.43	5.52	24	24	1	3	1	1	2	1	10YR 4/1	123.71	1
Machado	SUPEW		78.09.20				5				****	****									10YR 5/1	151.72	1
Machado	SUPEW		78.09.22				5				****	****						2			10YR 3/1	76.49	1



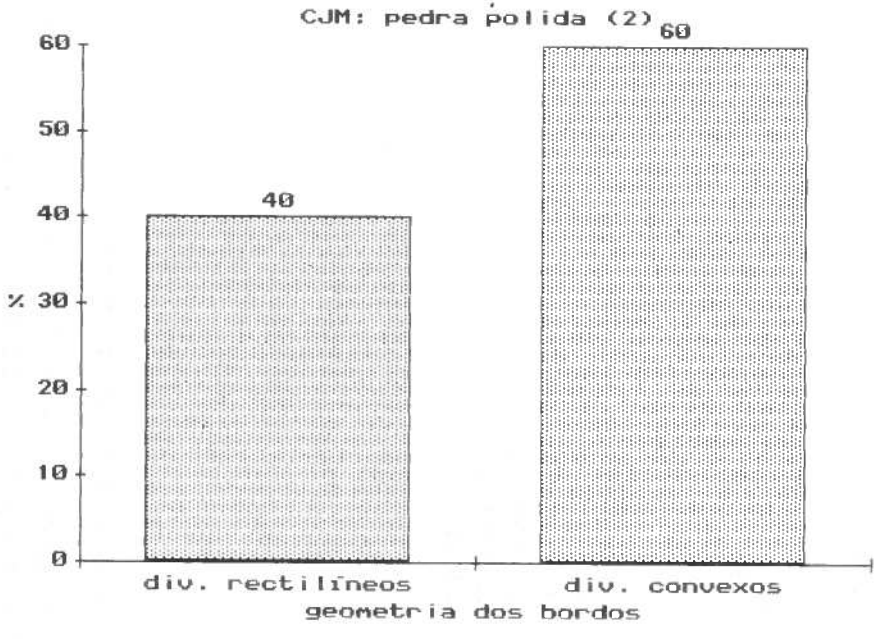
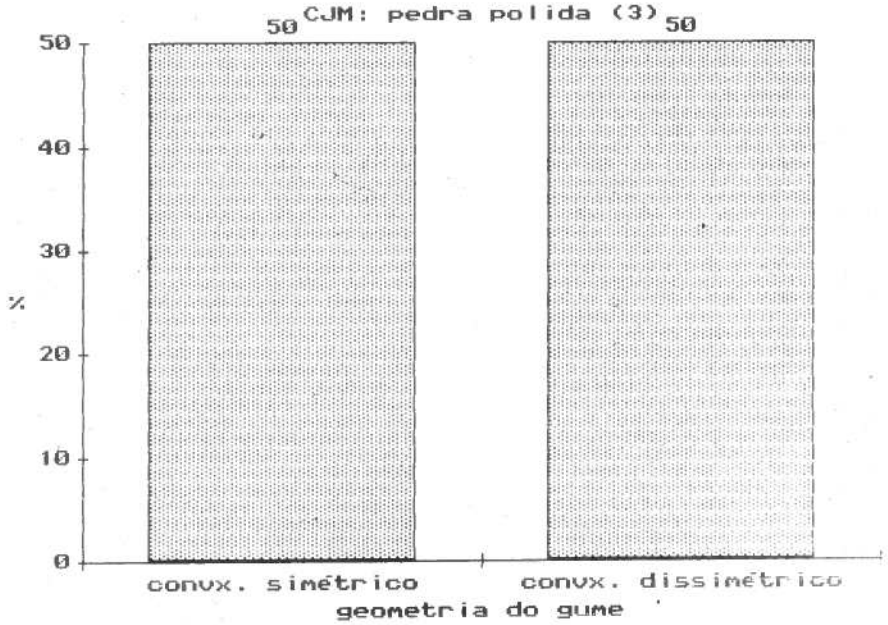
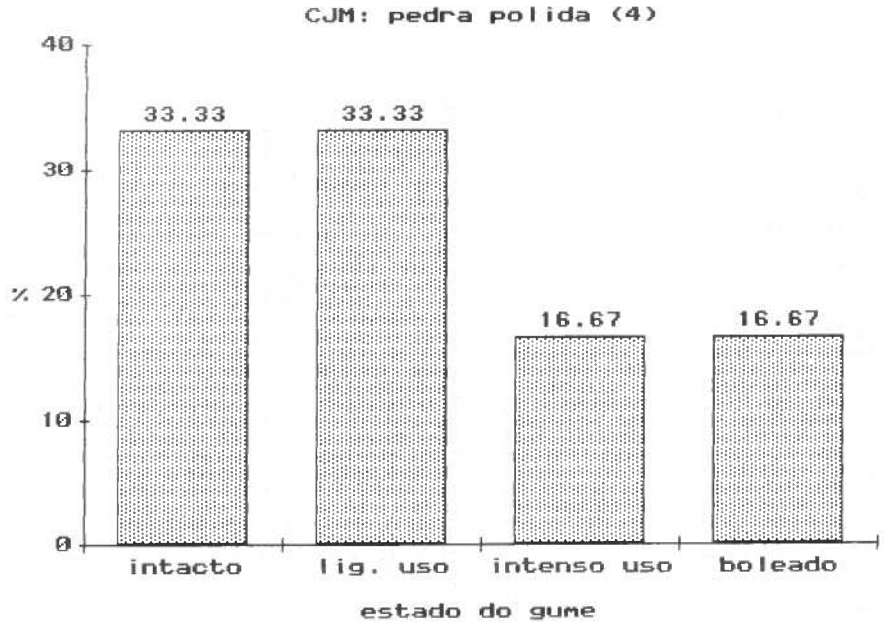


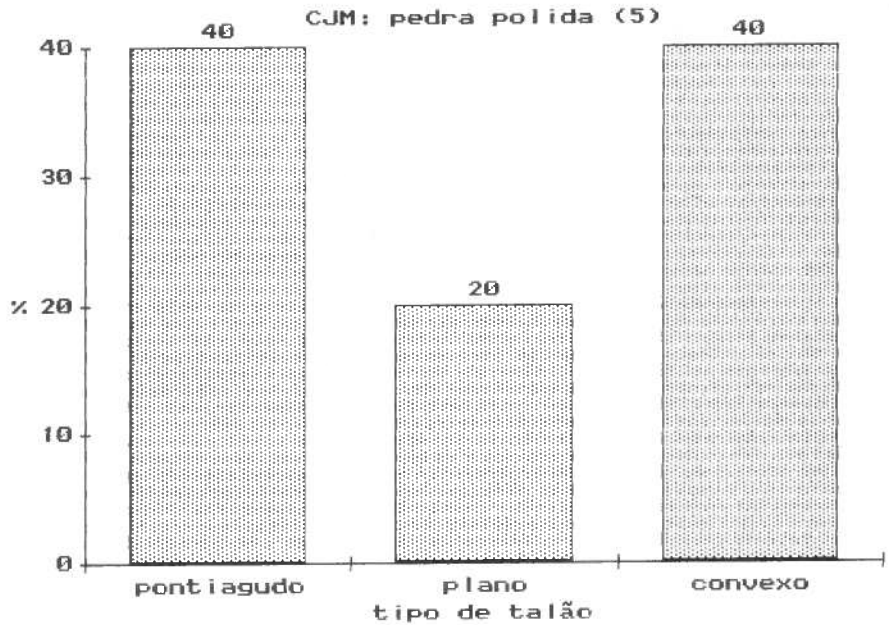
Fig. 4.18. (*em cima*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Quadro descritivo dos artefactos de pedra polida.

Fig. 4.19. (*em baixo, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Estado dos artefactos.

Fig. 4.20. (*em baixo, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Geometria dos bordos.







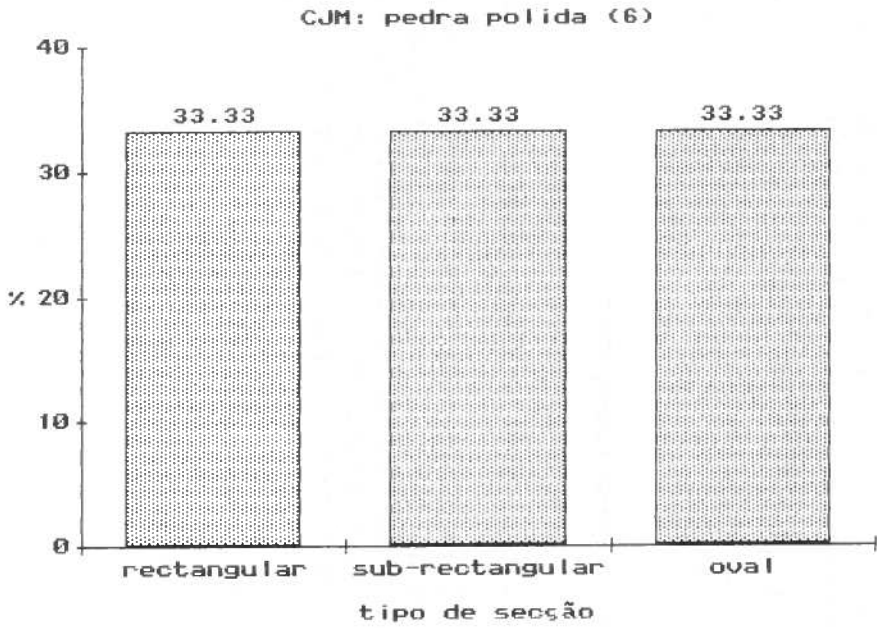


Fig. 4.21. (*em cima, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Geometria do gume.
Fig. 4.22. (*em cima, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Estado do gume.
Fig. 4.23. (*em baixo, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Tipo de talão.
Fig. 4.24. (*em baixo, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Tipo de secção.

gulares, o que condiz com o verificado noutros sítios calcolíticos, em que as secções *rectangulares* e *sub-rectangulares* são sempre maioritárias sobre as *circulares* (quase inexistentes) e as *ovais*.

A matéria prima é sempre o anfibolito, se exceptuarmos um exemplar, obtido a partir de um pequeno bloco de grauvaque, cuja forma natural foi aproveitada.

Outras observações estão evidenciadas nos gráficos que se publicam.

4.4.2.3. *Pedra afeiçoada*

4.4.2.3.1. *Percutores*

4.4.2.3.1.1. *Nota prévia e comentários à ficha descritiva proposta.*

Os percutores são raramente artefactos, mais normalmente objectos aproveitados como utensílios (pela sua forma adequada à manipulação). Calhaus, seixos, blocos de quartzo, são frequentemente escolhidos para serem usados como percutores.

A rocha é escolhida em função da dureza (e, naturalmente, da sua abundância no local), procurando-se, ao mesmo tempo, uma boa preensão e uma percussão eficaz.

Referidos sempre marginalmente nas publicações, e muito raramente objecto de contagens, são geralmente muito numerosos (suposição assente nas quantidades observadas à superfície em dezenas de sítios calcolíticos). A sua natureza é, por definição, não especializada, servindo aparentemente para todas as tarefas «pesadas» que impliquem a necessidade de esmagamento ou de impactos violentos.

Uma das suas funções mais prováveis poderia ser a de reavivadores das superfícies activas de dormentes e moventes, como veremos adiante. Mas poderiam também ser usados no esmagamento do mineral de cobre, ainda que os observados no Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa não tenham indicado traços de tal função.

A construção de uma ficha descritiva para estes utensílios oferece algumas dificuldades, considerando a sua irregularidade. Optei por um modelo simples, forçosamente subjectivo em alguns dos descritores.

Considerei seis categorias: (1) *proveniência*, incluindo os itens habituais (quadrado, qd; n.º de inventário dentro do quadrado, n.º; coordenadas, X, Y e Z), tendo-se acrescentado a data de recolha como segurança para melhor reconhecimento do artefacto; (2) *estado*; (3) *forma geral*; (4) *extensão dos indícios de utilização*; (5) *peso*; (6) *matéria prima*.

O *estado* (estd) foi assim classificado:

1: supostamente intacto;

2: fragmentado, mas conservando massa superior a metade da presumida como original;

3: muito fragmentado (menos de metade da massa presumida como original);

A *forma geral* (fg), a mais subjectiva das categorias, dada a irregularidade dos percutores, foi distribuída por três tipos:

1: esferóidal (secção circular ou sub-circular);

2: achatada (secção rectangular ou sub-rectangular);

3: queijiforme (forma semelhante aos pequenos queijos de ovelha).

Quanto aos *indícios de utilização* (iu), foram as peças classificadas em:

0: sem uso evidente;

1: usado (menos de metade das áreas de utilização possível com sinais de impacto);

2: muito usado (mais de metade das áreas de utilização possível com sinais de impacto).

A *matéria-prima* (mp) dos percutores foi assim referida:

1: quartzo;

2: quartzito;

3: grauvaque;

4: seixo (normalmente, um quartzito, mas achou-se conveniente estabelecer a diferença entre os não rolados e os provenientes dos leitos das ribeiras, os seixos).

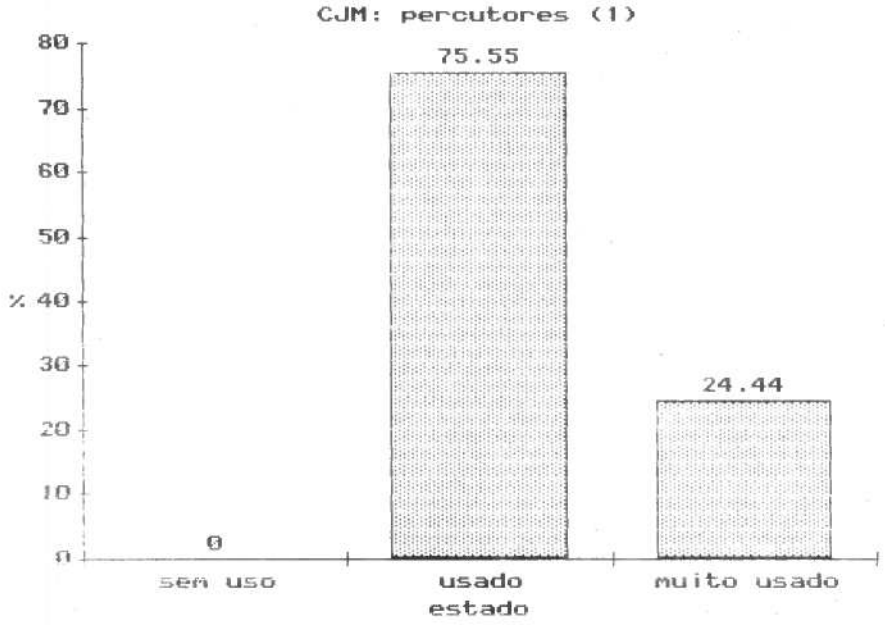
Ficou-me a convicção de que se poderia aperfeiçoar este grupo de descritores, mas tal sairia manifestamente do âmbito deste trabalho. A Arqueologia experimental seria, nesta ocorrência, de alguma ajuda para classificar o tipo e natureza dos impactos, excluídos provisoriamente desta ficha descritiva

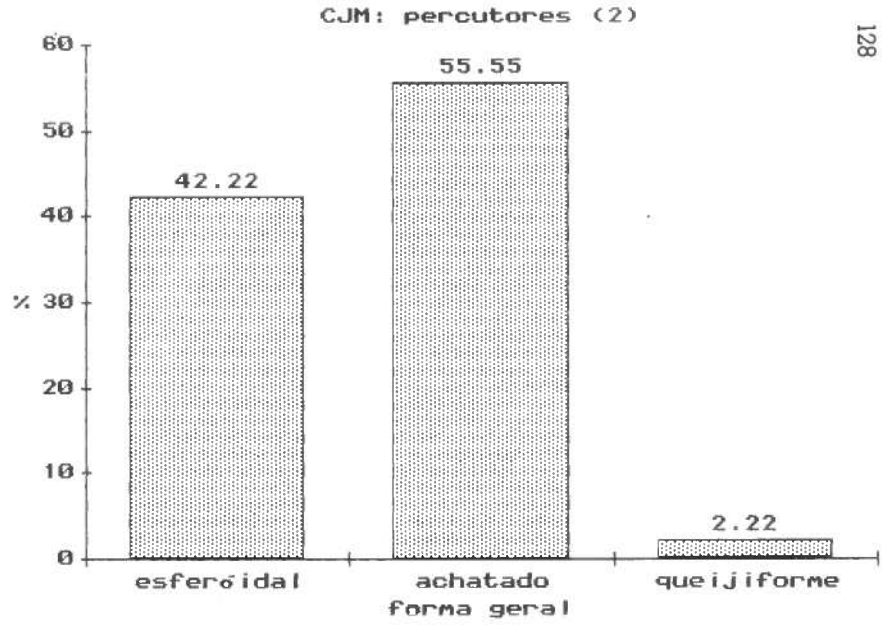
CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES
percutores

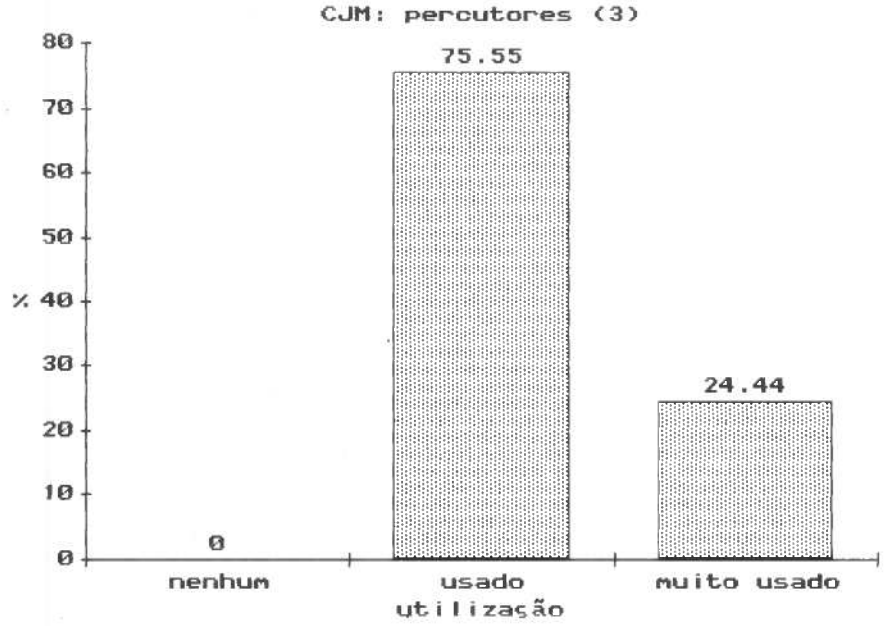
qd	#	x	y	z	dt	estd	fg	iu	peso	mp
I18	1	43	135	24	79.07.25	2	2	1	332.33	1
I18	4	110	117	44	79.07.25	2	2	1	296.08	1
J10					78.07.23	2	2	2	397.95	1
K12	4	80	80	10	79.07.19	1	2	1	201.00	3
K12	7	130	30	10	79.07.19	2	1	1	147.31	3
K12	8	110	35	10	79.07.19	2	1	1	242.06	1
K12	18	150	40	10	79.07.23	1	2	1	269.67	1
K12	39	95	185	20	79.07.23	2	2	1	164.97	1
K6	1	200	100	10	79.07.17	2	1	1	448.65	1
K7		50	53	12	78.10.25	1	1	2	356.23	1
K9	274				78.09.07	2	2	1	432.83	1
L10	1				78.09.16	3	1	2	352.59	1
L11	152				78.09.16	1	2	1	427.63	1
L12	8	110	60	15	79.07.18	1	2	1	651.05	3
L12	10	87	196	15	79.07.18	1	1	2	266.77	1
L12	30	100	195	12	79.07.19	2	1	1	202.23	1
L12	39	40	140	20	79.07.19	2	1	2	361.36	1
L12	55	10	35	40	79.07.20	2	2	1	281.81	2
L6	1			15	79.07.16	1	2	1	314.62	1
L6	8	200	163	22	79.07.17	1	2	1	281.08	1
L6	11	200	100	40	79.07.17	2	2	1	141.74	1
L7		178	35	29	78.09.25	2	1	1	272.29	1
L7		140	125	30	79.07.12	1	1	2	260.16	1
L7	30	136	138	42	79.07.13	2	2	1	466.37	1
L7	31	108	183	45	79.07.13	2	1	1	236.27	1
L7	32	75	183	45	79.07.13	2	1	1	252.22	1
L7	69				78.09.26	1	1	1	70.24	4
L7	70				78.09.25	1	1	1	380.11	4
L8	42					3	2	2	436.74	1
L8	44				78.09.16	1	2	2	262.46	4
L8	45				78.09.20	2	2	1	337.79	1
L8	46	185	45	23	78.09.20	1	2	1	695.29	1
L8	47	180	100	32	78.09.20	1	1	1	560.26	1
L9	14				79.09.25	2	1	2	334.13	4
L9	15				78.09.20	1	2	1	215.43	1
L9	24					1	1	1	105.21	4
M11	7	73	82	20	79.07.26	2	2	1	597.49	2
M11	16	180	190	26	79.07.26	2	1	1	139.64	1
M11	22	196	80	25	79.07.26	2	1	2	280.14	1
M11	23			25	79.07.26	2	2	1	194.19	1
M11	25	100	40	30	79.07.26	2	1	1	252.85	1
M12	1	60	77	4	79.07.24	3	1	1	223.12	3
M12	16	18	200	28	79.07.25	2	2	1	430.03	3
M12	19	100	135	28	79.07.25	1	1	2	504.02	1
M12	37	160	105	40	79.07.26	3	2	1	235.14	1
M12	39	150	75	45	79.07.26	2	1	1	234.06	1

qd	#	x	y	z	dt	estd	fg	iu	peso	mp
M6	1	160	185	15	79.07.16	2	1	1	437.34	1
M6	2	155	26	17	79.07.16	2	1	1	195.13	1
M6	3			15	79.07.16	2	2	2	252.75	1
M6	6			15	79.07.17	1	2	1	463.66	1
M6	10			15	79.07.16	3	1	1	147.65	1
M6	11			15	79.07.16	2	2	1	311.21	1
M6	12			15	79.07.16	2	1	1	345.44	1
M6	13	32	168	15	79.07.17	1	2	1	390.79	1
M6	14	20	120	15	79.07.17	1	2	1	359.46	1
M6	23	60	173	20	79.07.17	2	2	1	234.84	1
M6	30	170	105	46	79.07.17	1	1	2	1180.00	1
M6	37	78	190	42	79.07.17	1	2	1	302.20	1
M6	38	183	90	46	79.07.17	2	1	1	355.00	1
M6	41	170	40	50	79.07.17	1	2	1	231.03	3
M6	45	45	30	30	79.07.17	1	2	2	163.16	1
M7	5	104	142	20	79.07.10	2	2	1	417.92	2
M7	9	194	86	20	79.07.10	1	2	2	514.92	1
M7	18			28	79.07.10	1	2	1	778.88	2
M7	19			28	79.07.10	2	1	1	316.95	1
M7	22	120	30	44	79.07.10	1	2	1	472.57	1
M7	33	43	188	42	79.07.19	2	1	2	237.04	1
M8		195	92	10	78.10.24	2	1	1	395.07	1
M8	20	140	150	27	79.07.10	2	2	1	443.34	1
M8	23	60	140	24	79.07.10	1	2	1	750.55	1
M8	24	60	132	27	79.07.10	1	1	2	356.55	1
M8	26	122	120	28	79.07.10	1	2	1	470.37	1
M8	27	120	120	46	79.07.10	2	2	1	300.78	1
M8	31	154	173	49	79.07.11	2	2	1	304.62	1
M8	32	154	190	49	79.07.11	2	1	1	349.55	1
M8	34	40	140	44	79.07.11	1	2	1	354.65	1
M8	35	143	170	49	79.07.11	3	1	1	126.36	1
M8	36	154	169	48	79.07.11	1	2	1	236.14	1
M8	38	140	150	46	79.07.11	3	1	1	98.10	1
N6	22	122	0	27	79.07.24	1	2	1	334.74	1
N7	5	148	135	49	79.07.19	2	1	1	483.78	1
S1	277				78.09.09	1	3	2	99.20	2
SUP					78.09.07	1	2	2	255.28	2
SUP					79.07.12	2	2	1	314.99	1
SUPEN					78.09.25	2	2	2	426.23	1
SUPEN					78.07.19	1	3	2	369.91	1
SUPEN					79.07.14	2	2	1	235.36	1
SUPES					79.07.24	3	1	1	399.75	1
SUPES					79.07.13	2	2	2	549.95	1
SUPES					79.07.24	3	2	1	263.00	1

Fig. 4.25. Quadro descritivo dos percutores recolhidos no Cerro do Castelo de Corte João Marques.







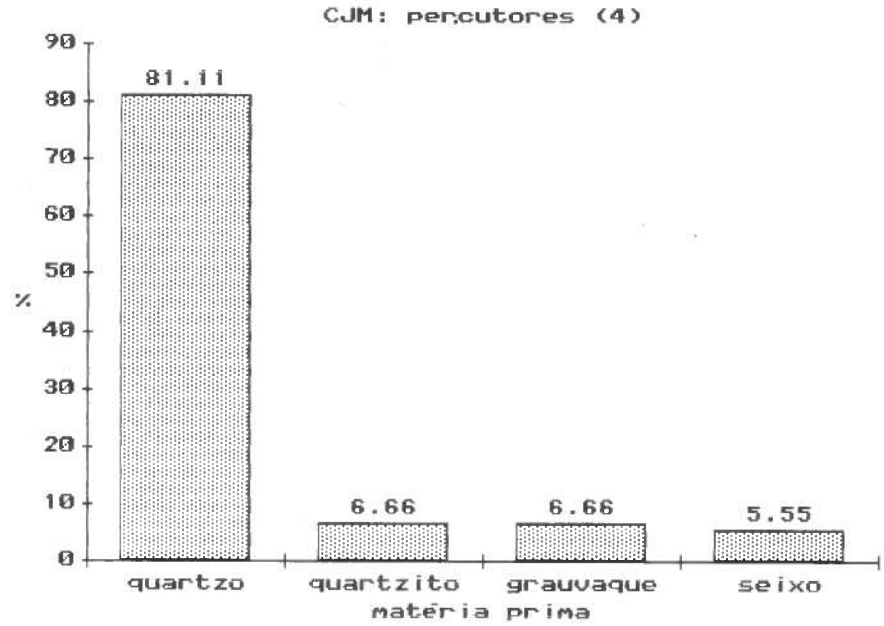


Fig. 4.26. (*em cima, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Estado dos percutores recolhidos.
Fig. 4.27. (*em cima, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Forma geral dos percutores.
Fig. 4.28. (*em baixo, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Indícios de uso (extensão).
Fig. 4.29. (*em baixo, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Matéria prima escolhida para percussão.

Não é de menor importância o número elevado de percutores (90) provenientes do Cerro do Castelo de Corte João Marques.

Em segunda análise, este número só é ultrapassado pelo conjunto moventes/dormentes, ao qual poderá estar, em determinados contextos, associado. A natureza eminentemente não especializada destes utensílios impede, porém, que esta presença seja sobrevalorizada perante artefactos que desempenham apenas uma função (ou, pelo menos, um grupo de funções afins).

O seu estado é significativo: só 40% se encontram num estado que pode ser classificado de *intacto*. 50% conservam mais de metade da presumível massa inicial e 10% estão reduzidos a fragmentos de menor dimensão. A estes números correspondem, no entanto, outros, a nível dos sinais de uso: nenhum percutor está isento deles, 76% estão «usados» e 24% estão «muito usados».

Não parece, portanto, discutível a função eminentemente activa destes utensílios nem a sua participação quotidiana na vida do povoado.

Quanto à forma geral, a *esferóidal* (42%), traduz, em parte, uma judiciosa utilização do utensílio, que deveria oferecer uma nova superfície em cada acção de percussão. Desgastar-se-ia, assim, de forma equilibrada. A forma *achatada* (56%) corresponde, provavelmente, à escolha de pequenos blocos de quartzo que ofereceriam uma extremidade predominantemente percutiva e outra, oposta, adequada à preensão. A matéria prima, toda ela disponível na região, está maciçamente representada pelo quartzo: 81% do total da amostra. A restante matéria suporte, toda praticamente com o mesmo índice percentual, inclui o quartzito, os seixos de ribeira e o grauvaque (ver Gráfico da Fig. 4.29.).

O peso dos 36 artefactos de estado 1 (intacto) varia entre 70.24 gramas e 1180, sendo este último o de um maciço percutor que representa cerca de 8.5% do peso desta amostra (13 kg, 905.30 gramas). O peso total dos percutores recolhidos no Cerro do Castelo de Corte João Marques é de 30 kg, 571.80 gramas.

4.4.2.3.2. *Dormentes e moventes*

4.4.2.3.2.1. *Observações prévias*

Ao contrário do que aconteceria no Cerro do Castelo de Santa Justa, as recolhas de espólio arqueológico no Cerro do Castelo de Corte João Marques não evidenciaram desde o primeiro momento número significativo de dormentes e moventes. Tal situação viria, porém, a alterar-se e ainda que se não tenham atingido os números registados em Santa Justa, se considerarmos comparativamente as dimensões das áreas estudadas num e noutro sítio, rapidamente nos aperceberemos que, em números corrigidos, os dois sítios se aproximam bastante. Os moinhos manuais pré-romanos são sempre constituídos por dois tipos de componentes: o *dormente* e o *movente*.

O *dormente* é um bloco de pedra trabalhada, com a face superior apresentando-se sob forma rectangular, sub-rectangular, elipsóide ou ovóide, de dimensões muito variáveis. É a parte imóvel do conjunto, destinada a receber o vegetal a triturar.

O *movente* consiste num bloco de dimensões também variáveis, previamente bojardado, que age directamente sobre os vegetais colocados no dormente, ou triturando-os num movimento de vai e vem ou por percussão oblíqua apoiada, ou por movimentos semi-giratórios do movente. Nestes dois últimos casos, o movente *comprime e esmaga* mais que *percute* o vegetal. Pinturas egípcias demonstram o funcionamento destes artefactos e a sua disposição em relação ao operador.

A etnoarqueologia produziu, recentemente, um importante estudo das actividades de moagem observadas em Tichitt, na Mauritânia, onde ainda se encontram em uso módulos praticamente idênticos aos do Calcolítico (Roux, 1985).

Segundo a documentação recolhida, o operador colocava-se de joelhos, encostando estes à parte mais estreita do dormente, no caso dos de superfície activa oval ou ovóide. Segurava o movente com as duas mãos.



Fig. 4.30. Cerro do Castelo de Corte João Marques: Reconstituição da técnica de moagem por esmagamento e arrasto.

Em Tichitt, foi possível fotografar moagem de trigo por percussão assente oblíqua difusa (Roux, 1985: fig. 12). O trigo moído era empurrado para um pano desdobrado e preso sob a extremidade do dormente mais afastada do operador.

A identificação da correspondência de diversos vegetais a determinados tipos de dormentes e moventes é um dado importante, e vem provar as variadas adequações destes artefactos.

É, naturalmente, muito pouco provável que os vegetais utilizados em Tichitt tenham total correspondência aos dos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa. Mas a situação no povoado da Mauritânia sugere a possibilidade de ter havido, também, no Alto Algarve Oriental diversos produtos farinados, para além das gramíneas. Foi referido pela própria população actual da Serra que uma espécie de pão à base de bolota era usada ainda em princípios deste século. Não é impossível, considerando a presença de *Quercus* em contextos pré-históricos, que tal situação se tivesse verificado no Calcolítico. Mas não podemos, no estado actual dos nossos conhecimentos, prová-lo.

No sentido de se estabilizar a linguagem (altamente indisciplinada entre nós também no que a estes artefactos se refere), fixaram-se as seguintes designações para os seus componentes morfológicos:

Dormente:

superfície exterior (= *base*) — a face destinada a assentar directamente no solo;

superfície activa — a face destinada a receber o vegetal e sobre a qual age o movente; inclui os:

bordos — as áreas de contacto, no sentido longitudinal, entre as superfícies exterior e activa;

extremidades: — lidas em função dos extremos do eixo maior do artefacto.



Fig. 4.31. Cerro do Castelo de Corte João Marques: Reconstituição da técnica de moagem por percussão assente oblíqua difusa.

Movente:
superfície activa — a que age directamente sobre o vegetal e o dormente;
topo — o plano que se opõe à superfície activa;
extremidades — lidas em função do eixo maior do artefacto.

O critério usado na análise que se empreende de seguida foi adaptado em perspectivas diversas, no que se refere à amostra, pelo que ela não é constante.

Quero dizer que, para efeitos de cômputo global e distribuição espacial, se considerou a totalidade dos artefactos deste tipo recolhidos, num total de 100 moventes e 76 dormentes. Para análise da continuidade e da densidade relativa das práticas de farinação, houve recurso apenas aos provenientes de escavação e em que se registou, naturalmente, a coordenada z. Para estudo das áreas de actividade externas ao centro físico do povoamento detectado, consideraram-se exclusivamente os moventes e dormentes de superfície em que estava disponível o local de recolha, referido às encostas do Cerro, o que teve particular relevo no caso de Santa Justa.

Para o uso dos índices de alongamento e espessamento, calculados automaticamente pelo programa *Reflex*, da Borland Analytica, reservou-se apenas, por filtragem, a série de moventes que permitiram directamente a leitura das três dimensões fundamentais: eixos maior e menor da base e altura.

No que diz respeito a análises específicas de atributos, considerou-se de novo a população total que oferecia possibilidades de estudo.

Os gráficos foram preparados através do programa *Chart*, da Microsoft e os dados estatísticos (valores máximo e mínimo, média, variância e desvio padrão) calculados com auxílio do *Crosstab* do Reflex.

4.4.2.3.2.2. *Moventes*

4.4.2.3.2.2.1. *Critérios usados na descrição*

Na construção de uma ficha descritiva para os moventes dos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa, consideraram-se cinco categorias de informação:

1. localização espacial do artefacto;
2. data de recolha;
3. estado em que o artefacto chegou até nós;
4. mensurações e índices;
5. indicadores de uso;
6. referências à ilustração.

1. Quanto à *localização* espacial dos moventes (e tal como para quase todos os artefactos), registaram-se as duas possibilidades efectivas: (1) escavação; (2) recolha de superfície.

No caso de o artefacto ter sido recolhido por escavação, indica-se (1) a referência alfanumérica do quadrado (qd); (2) o número de inventário dentro do quadrado, n.º; (3) as coordenadas *X*, *Y* e *Z*, sempre que registadas; (4) o nível real de proveniência (nv), quando existe e o artificial (nva), sempre que for esse o critério (no caso do Cerro do Castelo de Santa Justa).

A indicação do número da sondagem é importante, uma vez que as duas principais sondagens efectuadas em Corte João Marques (que no programa inicial não estava prevista como uma escavação do tipo *open area*) têm quadriculagens distintas e as suas malhas diferem também. À inexistência de indicação corresponde o *0*.

No caso do artefacto ter sido recolhido à superfície (SUP), sempre que tal informação foi consignada na ficha individual de terreno, acrescentou -se a localização aproximada (topo do cerro, TP, encosta, E, esta última acompanhada sempre que possível de uma referência tipo «Norte» (SUPEN), «Nordeste» (SUPENE), «Este» (SUPEE), «Sudeste» (SUPESE), etc.).

2. A *data da recolha* (dt) é registada, como aliás em todo este trabalho, segundo a norma europeia (ano.mês.dia).

3. O *estado* do artefacto (estd) é descrito de acordo com as possibilidades de mensuração que permite:

1: *integralmente mensurável*: intacto ou ligeiramente fragmentado;
2: *uma medida prejudicada*: fragmentado;
3: *duas medidas prejudicadas*: muito fragmentado.

4. As *mensurações* adoptadas foram as seguintes:
emx: eixo maior da superfície activa, considerada esta, como se disse, a área funcional do movente em contacto com o dormente;
emn: eixo menor da superfície activa, lido a metade de bmx e na sua perpendicular;
alt: altura, considerada aqui como a espessura medida num ponto central, sempre que possível no cruzamento dos dois eixos da superfície activa. Estas três medidas foram fornecidas em centímetros.

Calcularam-se dois índices:

ia: *índice de alongamento* (emx/emn);
ie: *índice de espessamento* (emx/alt).

5. Consideraram-se dois *indicadores de uso*, o picotado (pic) e o reuso (reu).
O picotado é aplicado, muito provavelmente, com um percutor (a arqueologia experimental confirma-o e o número destes utensílios recolhidos reforça a proposta), com o objectivo de aumentar o atrito, consideravelmente reduzido pelo polimento provocado pelo uso. É uma operação que deve ter sido feita por diversas vezes, explicando a diferente altura de alguns dormentes com idênticos eixos da base, muito provavelmente devida a um diferente desgaste, por maior ou menor intensidade de uso/picotagem.
5.1 O *picotado* foi assim classificado:

0: inexistente no estado final do artefacto (ou porque nunca existiu ou porque foi integralmente apagado, não sendo normalmente possível distinguir estas duas categorias);
1: apagado;
2: circunscrito, quando se localiza numa única área determinada do artefacto;
3: vivo.

As categorias *1*, *2* e *3* são, eventualmente, associáveis, podendo surgir um registo *12* e *32*, o que quereria respectivamente dizer (1) localização circunscrita de traços de picotado apagados pelo uso; (2) picotado vivo, circunscrito a determinada área da base do artefacto.

5.2. O *reuso* foi assim classificado:
0: nenhum reuso;
1: reuso na superfície activa;
2: no topo;
3: nas extremidades.
As últimas três categorias são associáveis, à semelhança do que se viu a propósito do picotado.
O reuso corresponde normalmente (1) à utilização conjuntural de um *movente como percutor*; (2) à utilização definitiva de um *movente usado* como *percutor*.

6. Uma *tipologia* sumária dividiu os moventes de acordo com dois tipos, os *moventes pequenos* e os *moventes grandes*, correspondendo ao que chamávamos, em linguagem de campo, moventes *de uma mão* e moventes *de duas mãos*. O seu desenvolvimento e aplicação não consta, porém, ainda, de este trabalho.

7. Para comodidade de referência, e à semelhança do critério adoptado para todos os outros artefactos descritos, foi prevista referência às figuras e estampas dos artefactos desenhados e/ou fotografados.

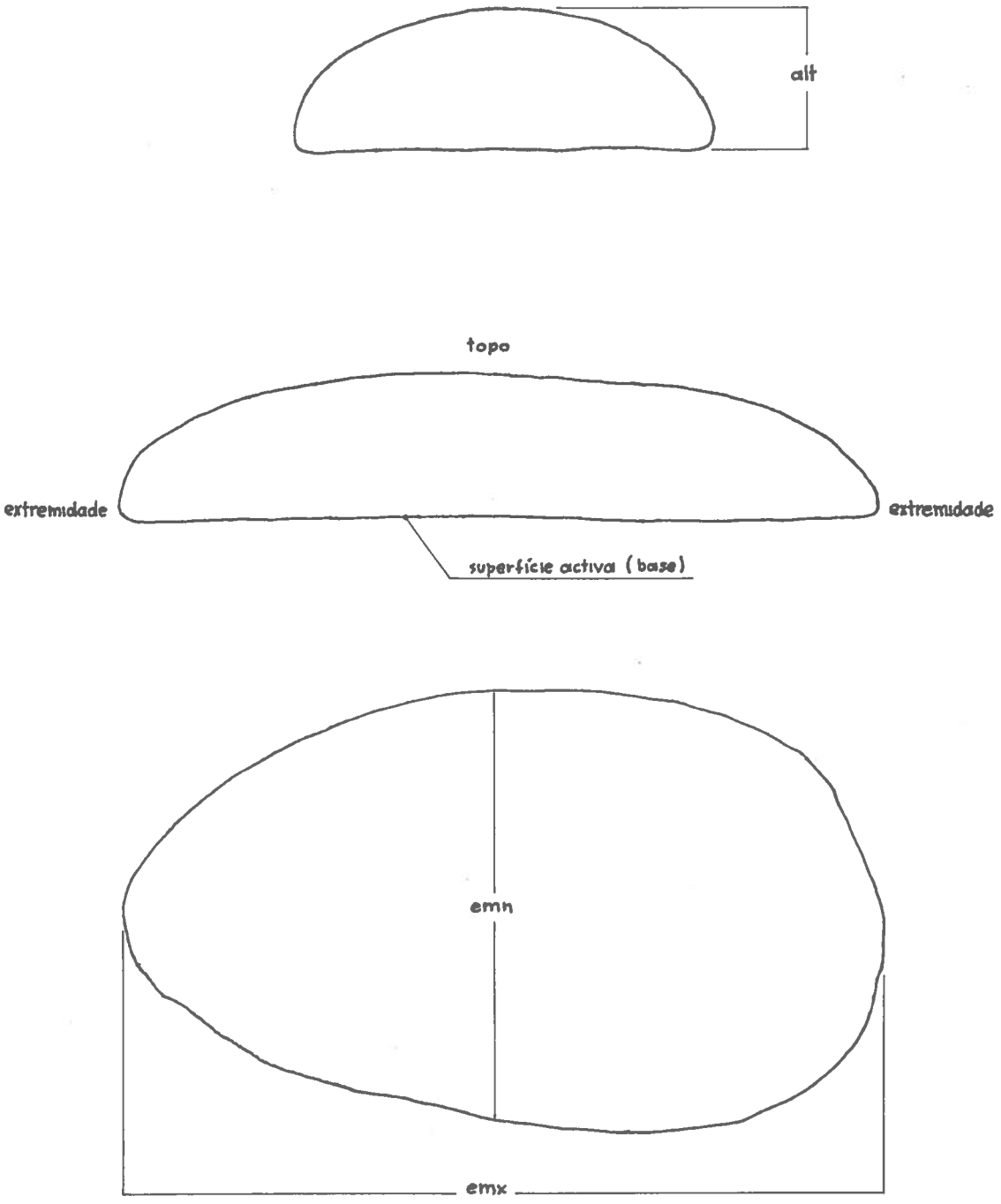


Fig. 4.32. Cerro do Castelo de Corte João Marques: Componentes descritivos de dormentes e moventes (1).

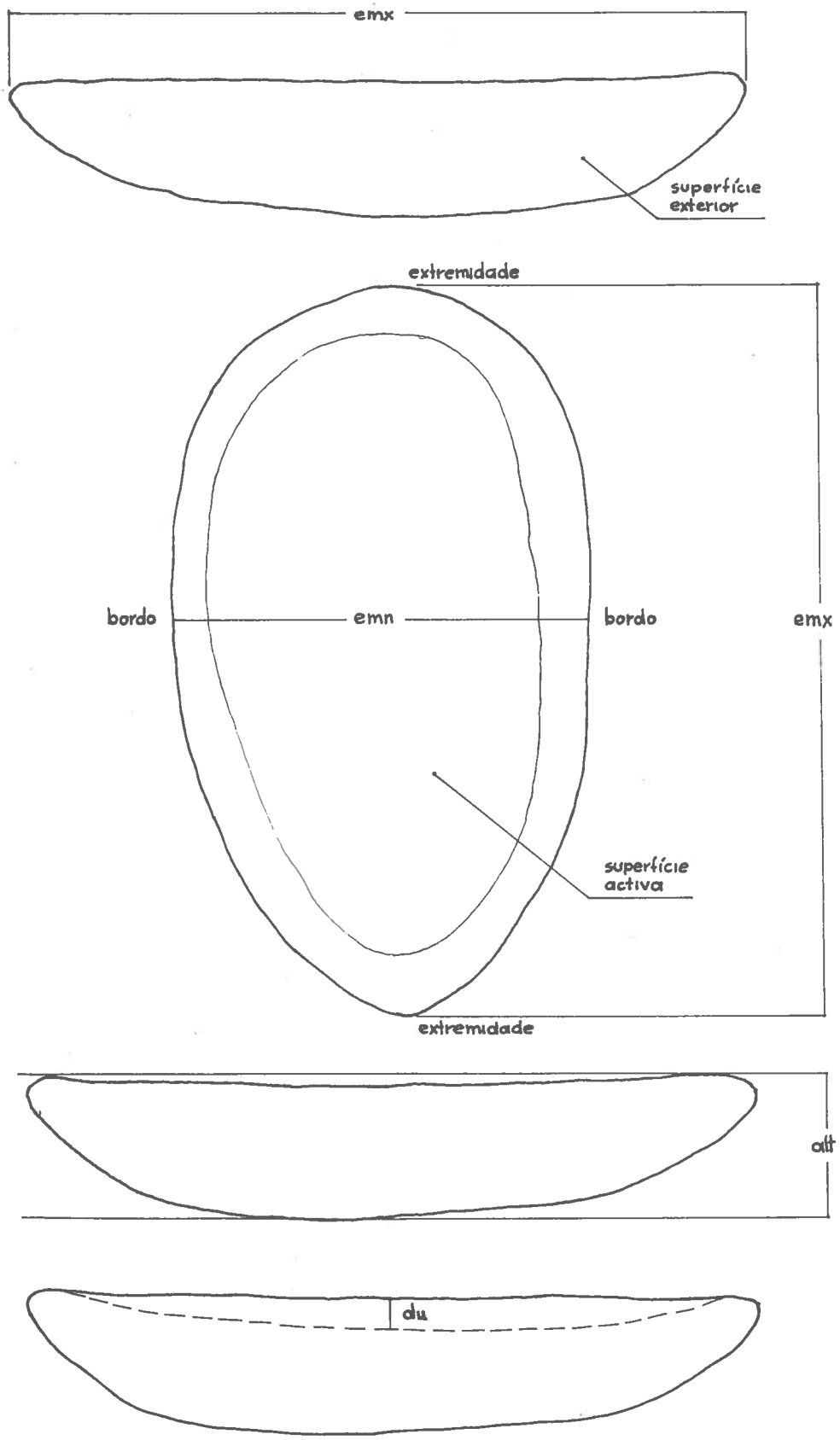


Fig. 4.33. Cerro do Castelo de Corte João Marques: Componentes descritivos de dormentes e moventes (2).

 4.4.2.3.2.2.2. *Comentários*

Os 100 moventes descritos distribuem-se em dois primeiros grupos: os provenientes de escavação (70%) e os recolhidos à superfície (30%). Destes últimos, 50% não possuem indicação de proveniência específica, 3% provém do topo, 13% da encosta Sul e 33% da encosta Norte. Considerando que muitos dos moventes de superfície sem indicação específica de proveniência foram com toda a probabilidade recolhidos na encosta Norte, não parece arriscado defender que funcionou nela uma área de actividade complementar à área de povoamento propriamente dita.

A distribuição dos moventes dentro da área escavada será objecto de comentário específico noutro lugar.

O estado actual dos moventes é o seguinte:

1. 45 (45%)
2. 14 (14%)
3. 41 (41%)

Os índices serão, assim, calculados sobre pouco menos de metade da amostra.

A matéria prima utilizada em todos os moventes foi o grauvaque, pelo que nos dispensámos de o incluir na ficha-descritiva. O facto de esta rocha ser extremamente frequente na região explicará naturalmente a preferência.

Nos 100 moventes estudados, 18% *não apresentavam traços de picotado*. Dos restantes 82%, os *impactos do picotado encontravam-se apagados* em 68% e apenas 24% os apresentava *vivos*. O picotado *circunscrito* foi registado em 2% , o *apagado e circunscrito* também em 2%, *picotado vivo* e *apagado* foi observado em 1% dos exemplares, a mesma percentagem que o *picotado circunscrito e vivo*.

A impressão geral decorrente do estudo da presença/ausência e das características do picotado dos moventes de Corte João Marques pode resumir-se numa só frase: *intensa utilização*.

O *reuso* é importante, uma vez oferecendo os moventes de pequenas dimensões excelentes possibilidades de preensão. Porém, é maior o número dos moventes não reutilizados que aquele dos que o foram: 59% não apresenta sinais claros de uma reutilização posterior.

Os sinais de reuso encontram-se maioritariamente concentrados nas extremidades (60.97%) mas foram também detectados com a seguinte distribuição:

1	(na base)	5%
2	(no topo)	7%
12	(na base e no topo)	7%
13	(na base e nas extremidades)	2%
23	(no topo e nas extremidades)	17%

A análise das dimensões dos moventes produziu os seguintes dados:

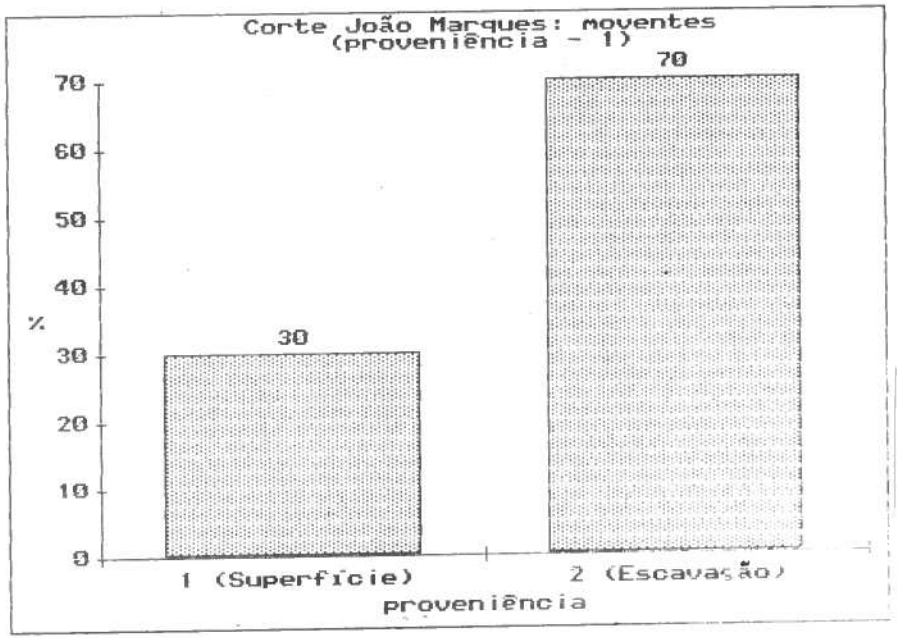
eixo maior da base:	mínimo	9.1
	máximo	24.3
	média	13.67
	desvio padrão	3.41
eixo menor da base:	mínimo	7
	máximo	19.7
	média	9.7
	desvio padrão	2.81
altura:	mínimo	1.7
	máximo	7.4
	média	3.91
	desvio padrão	1.12

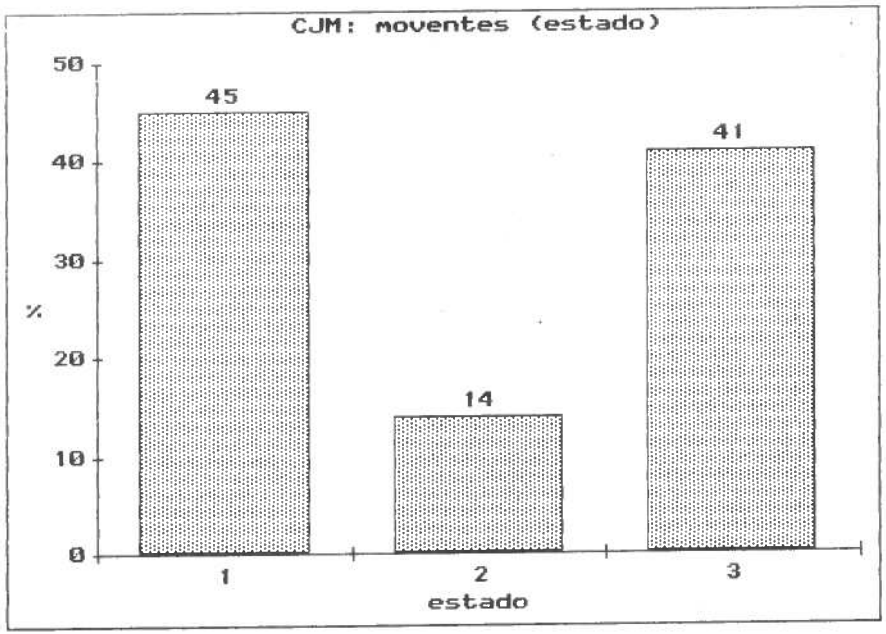
CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES
quadro descritivo dos moventes

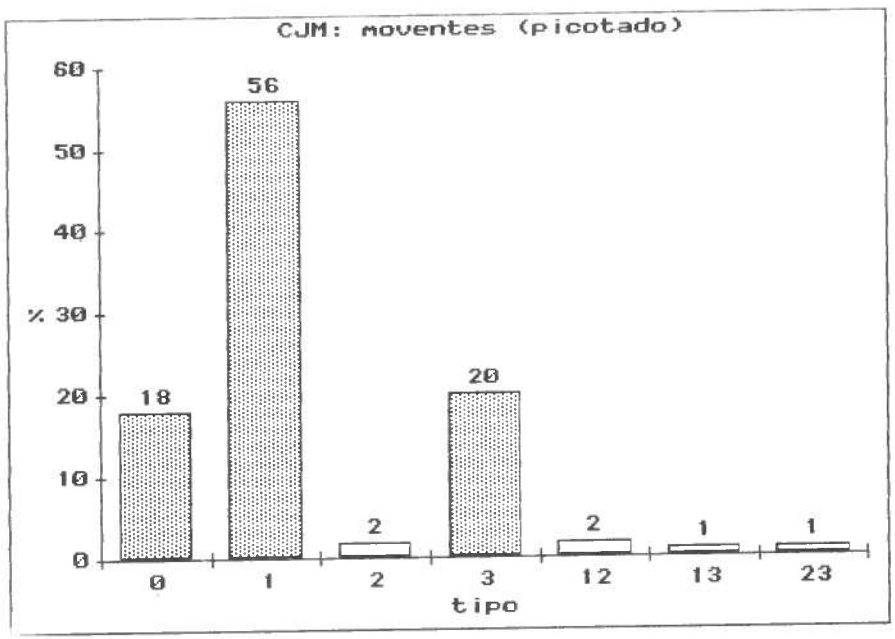
des	sond	qd	#	x	y	z	dt	estd	emx	emn	alt	ia	ie	pic	reu
Movente	1	I15	5	57	125	65	79.07.25	3	9.5	5.5	2.6	2	4	1	0
Movente	1	I16	2	55	189	15	79.07.27	1	11.3	11.3	3.6	1	3	1	2
Movente	1	J17	7	15	160	50	79.07.26	1	9.1	8.1	4.3	1	2	1	0
Movente	1	J8	21.78.M.				78.09.07	1	12.2	9.4	4	1	3	1	0
Movente	1	J9					78.09.09	1	12.7	8.4	3.1	2	4	1	0
Movente	1	K12	24	99	103	17	79.00.00	3	7.4	9	2.8	1	3	1	3
Movente	1	K12	37	30	200	25	79.07.23	2	11.8	6.4	3.1	2	4	1	3
Movente	1	K8					78.00.00	1	19.6	9.3	5.3	2	4	0	3
Movente	1	K9	275				78.09.06	3	9.3	9.4	4.4	1	2	1	0
Movente	1	L10					78.07.25	3	5	4.3	3.7	1	1	0	0
Movente	1	L10					78.07.25	1	9.6	8.5	4.2	1	2	0	0
Movente	1	L12	54	14	74	40	79.07.20	3	10.2	5.7	4	2	3	1	23
Movente	1	L12	56	130	190	20	79.07.20	3	11.5	7.5	3.8	2	3	3	0
Movente	1	L12	g	20	102	30	79.07.24	1	11.2	8.9	1.7	1	7	1	3
Movente	1	L13	1				79.07.23	1	12	7.7	4.6	2	3	1	0
Movente	1	L6	2			15	79.07.16	3	10	6.3	4.5	2	2	0	0
Movente	1	L7		78	35	27	78.09.25	1	14.8	7	3.4	2	4	1	1
Movente	1	L7		185	36	25	78.09.25	3	12.7	7.2	4.1	2	3	1	3
Movente	1	L7		151	40	35	78.09.26	1	13	8.5	3.5	2	4	1	0
Movente	1	L7		175	75	25	78.09.26	1	12.8	8.9	3.1	1	4	1	0
Movente	1	L7		166	50	35	78.09.26	2	10.3	9.4	3.2	1	3	1	0
Movente	1	L7		180	35	30	78.09.25	2	12.2	11	4.4	1	3	1	12
Movente	1	L7	15	190	60	20	79.07.12	2	10.7	9.2	3.2	1	3	1	3
Movente	1	L7	16	10	49	24	79.07.12	3	8.1	12.3	3.8	1	2	1	0
Movente	1	L7	18	75	164	25	79.07.12	1	11.5	9.2	3.5	1	3	12	3
Movente	1	L7	20	68	128	25	79.07.12	3	6.9	7.4	4.1	1	2	3	0
Movente	1	L9					79.07.26	3	6.1	8.7	3.3	1	2	0	0
Movente	1	L9	1				79.07.26	1	14.9	8.5	2.3	2	6	1	0
Movente	1	L9	10				79.07.26	1	14.9	8.5	2.3	2	6	1	0
Movente	1	L9	2				79.00.00	3	7.4	5.8	2.6	1	3	1	0
Movente	1	L9	28				79.00.00	3	7.8	9.7	4.3	1	2	1	0
Movente	1	L9	4				79.07.26	3	16.2	9.6	2.7	2	6	3	12
Movente	1	M11	1	160	5	8	79.07.25	3	3.7	9.2	2.6	0	1	0	0
Movente	1	M11	17	20	200	20	79.07.26	3	7.1	6.7	2.6	1	3	2	0
Movente	1	M11	18	150	110	25	79.07.26	3	4.2	8.4	4.1	1	1	3	0
Movente	1	M11	2	75	94	8	79.07.25	3	5.6	8.8	3	1	2	1	0
Movente	1	M11	5			15	79.07.26	3	7.1	11.5	3.7	1	2	0	0
Movente	1	M12	15	28	50	30	79.07.25	1	11.9	7.2	2.8	2	4	1	3
Movente	1	M12	20	120	115	25	79.07.26	3	7.5	9.8	2.8	1	3	1	3
Movente	1	M12	21	33	180	30	79.07.25	1	12.1	10.2	4.2	1	3	1	3
Movente	1	M12	3	92	114	13	79.07.24	3	9.1	7.2	5.1	1	2	0	0
Movente	1	M12	4	92	47	18	79.07.24	1	10.5	7.3	3.9	1	3	1	0
Movente	1	M6	17	143	160	30	79.07.17	3	13.2	7	4.2	2	3	1	0
Movente	1	M6	26			20	79.07.17	3	8.7	11.3	3.2	1	3	1	0
Movente	1	M6	46	200	35	47	79.07.17	1	12.5	12	5.3	1	2	23	23
Movente	1	M6	50	106	107	50	79.07.18	2	7.9	6.5	4.7	1	2	1	0

des	sond	qd	#	x	y	z	dt	estd	emx	emn	alt	ia	ie	pic	reu
movente	1	M7	13	101	87	25	79.07.10	1	11.2	8.1	4.5	1	2	1	0
Movente	1	M7	20	160	66	28	79.07.16	1	14.6	8.6	3.3	2	4	13	0
Movente	1	M7	32	20	125	41	79.07.19	3	8.5	9.6	3.5	1	2	2	0
Movente	1	M7	4	187	170	22	79.07.10	1	16.3	9.3	3.9	2	4	3	0
Movente	1	M7	8	182	92	20	79.07.10	3	8.6	7.9	3.2	1	3	1	3
Movente	1	M7	9				79.07.09	3	10.5	8	5.5	1	2	0	0
Movente	1	M8		136	145	20	78.01.25	3	5.9	7.2	4.3	1	1	1	0
Movente	1	M8					79.07.26	1	11.2	9.2	3.1	1	4	1	3
Movente	1	M8	15	83	124	22	79.07.10	2	11.3	9.6	4.2	1	3	3	0
Movente	1	M8	25	106	13	17	79.07.9	3	6.5	7.5	4	1	2	0	0
Movente	1	M8	30	154	145	49	79.07.11	1	14	8.4	3.6	2	4	1	3
Movente	1	M8	39	153	150	52	79.07.10	1	11.5	8.5	3.8	1	3	1	2
Movente	1	M8	41	40	124	48	79.07.10	3	5.3	5.8	3.7	1	1	0	0
Movente	1	N6	18		33	66	79.07.24	3	4.9	7.5	5.2	1	1	1	0
Movente	1	N6	23	125	40	55	79.07.24	1	11	9.2	3	1	4	0	23
Movente	1	N6	23	125	40	55	79.07.24	1	24.3	19.7	6	1	4	3	0
Movente	1	N6	4				79.07.23	3	16.9	12.8	4.8	1	4	1	0
Movente	1	N6	5	86	75	4	79.07.23	3	11.3	8.9	5.5	1	2	1	0
Movente	1	N6	8.1	100	20	26	79.07.24	1	13.2	9.7	3.4	1	4	1	3
Movente	1	N6	8.2	100	20	26	79.07.24	1	11.7	7.7	5	2	2	1	3
Movente	1	N8	1				79.00.00	1	12.9	9.4	4	1	3	12	0
Movente	2	C8	1				78.09.25	3	9.3	7.5	3.8	1	2	1	0
Movente	2	D8	8	100	210	15	78.09.19	1	19.6	13.5	4.4	1	4	3	0
Movente	2	D9	9	54	138	40	78.09.28	1	20.5	19.5	6.9	1	3	1	0
Movente	SUP		0.78.M.				78.09.26	3	13	10.2	4.8	1	3	3	3
Movente	SUP		1.78.M.				78.00.00	2	21.1	17.5	5.6	1	4	3	3
Movente	SUP		11.78.M.				78.09.09	1	12.4	8.2	2.8	2	4	1	3
Movente	SUP		12.79.M.				79.07.26	3	21.3	5.1	5	4	4	3	0
Movente	SUP		13.79.M.				79.07.26	2	18	10	3.2	2	6	0	0
Movente	SUP		16.78.M.				78.09.25	2	11.4	8	4.5	1	3	1	23
Movente	SUP		2.78.M.				78.00.00	1	19.8	10.1	5.5	2	4	1	3
Movente	SUP		20.78.M.				78.09.26	1	11.2	10.3	3.2	1	4	0	3
Movente	SUP		22.78.M.				78.09.21	2	21.5	18.5	5.5	1	4	3	0
Movente	SUP		3.78.M.				78.00.00	3	7.7	9.6	4.6	1	2	1	0
Movente	SUP		4.78.M.				78.00.00	3	10.6	16.3	4.3	1	2	3	23
Movente	SUP		5.78.M.				78.00.00	1	14.2	10.1	4.5	1	3	0	2
Movente	SUP		6.78.M.				78.00.00	3	21.5	17.6	5.6	1	4	3	13
Movente	SUP		7.78.M.				78.07.11	1	21.3	18.5	7.4	1	3	3	0
Movente	SUP		8.78.M.				78.07.25	1	9.5	8.5	4.3	1	2	0	23
Movente	SUPE		10.79.M.				79.07.23	1	15	9.1	3	2	5	1	0
Movente	SUPE		12.78.M.				78.09.19	1	18.7	8.3	4.4	2	4	3	0
Movente	SUPE		13.78.M.				78.09.19	2	10.7	9.3	2.8	1	4	1	3
Movente	SUPE		14.78.M.				78.09.21	2	14	12.8	3.5	1	4	3	0
Movente	SUPE		15.78.M.				78.09.25	2	11.9	8.1	2.2	1	5	1	3
Movente	SUPE		18.78.M.				78.09.25	1	13.5	8.7	4.2	2	3	1	0
Movente	SUPE		3.79.M.				79.07.13	1	10.5	7.5	2.9	1	4	1	0
Movente	SUPE		4.79.M.				79.07.13	1	11.5	9.5	3.5	1	3	0	12
Movente	SUPE		8.79.M.				79.07.14	1	14.6	10.9	3.1	1	5	1	0
Movente	SUPE		9.79.M.				79.07.19	1	14.1	9.8	4.1	1	3	3	23
Movente	SUPE						79.07.24	3	15.3	10	5.6	2	3	3	0
Movente	SUPE		1.79.M.				79.07.11	1	10.3	8.8	3	1	3	1	3
Movente	SUPE		11.79.M.				79.07.24	2	12	9.5	4.1	1	3	1	3
Movente	SUPE		2.79.M.				79.07.11	3	14.9	9.4		2	****	0	1
Movente	SUPT		10.78.M.				78.09.07	3	14.2	9.1	5.2	2	3	3	3

Fig. 4.34. Cerro do Castelo de Corte João Marques: Quadro descritivo dos moventes do Cerro do Castelo de Corte João Marques.







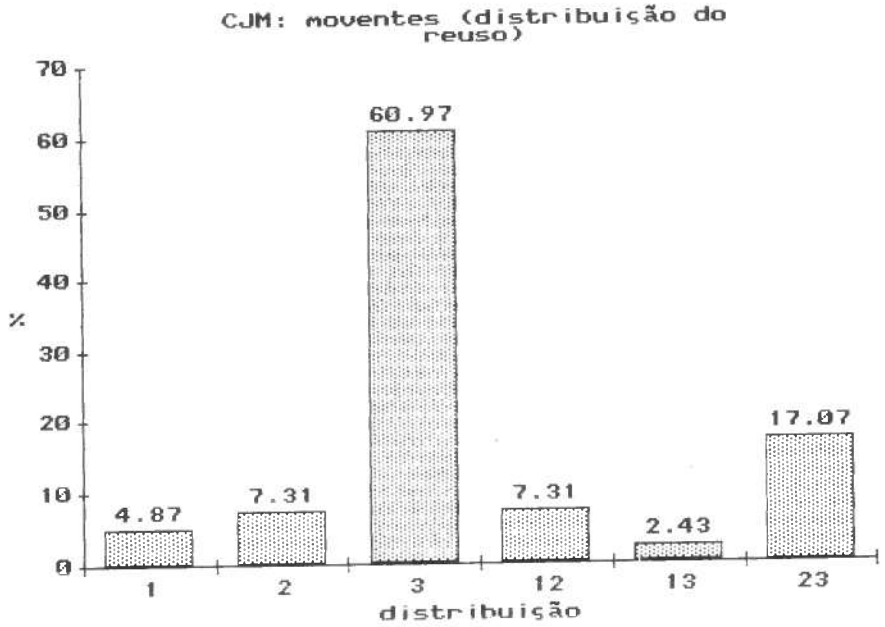


Fig. 4.35. (*em cima, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Proveniência dos moventes.
Fig. 4.36. (*em cima, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Estado dos moventes.
Fig. 4.37. (*em baixo, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Distribuição do picotado nos moventes.
Fig. 4.38. (*em baixo, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Distribuição do reuso.

O índice de alongamento apontou uma esmagadora maioria (93%) de artefactos *médios*, 7% *longos* e nenhum *curto*.

A leitura do indíce de espessamento permite classificar 67% como sendo *espessos* (o que é dizer: *robustos*) e 33% como *médios*.

4.4.2.3.2.3. *Dormentes*

4.4.2.3.2.3.1. *Critérios usados na descrição*

Na descrição dos dormentes recolhidos tanto em Corte João Marques como em Santa Justa, adoptaram-se descritores parcialmente comuns aos moventes (é o caso de todo o sistema de *referência espacial* e *registo específico* bem como os descritores para *estado* e *picotado*). As alterações surgem com as características próprias dos dormentes e são, na generalidade, as seguintes:

emx: eixo maior do artefacto, lido entre os planos do topo;
emn: eixo menor do artefacto, lido perpendicularmente a emx, a meio deste;
alt: altura do artefacto, lida entre o plano inferior e o superior;
du: desgaste de uso, entendido como a distância entre o plano superior e a superfície activa, medida no cruzamento emx/emn;
ia: índice de alongamento (emx/emn);
ext: extremidades: 1: bojardadas;
2: fractura natural.
bordos: 1: bojardados;
2: fractura natural.
fmg: *forma geral*: 1: elipsóide;
2: ovóide;
3: rectangular
(e sub-rectangular);
4: indeterminável.

4.4.2.3.2.3.2. *Comentários aos dormentes*

Os 76 dormentes do Cerro do Castelo de Corte João Marques apresentavam-se, em geral, num lamentável estado de conservação, estando apenas dois no estado 1, *intactos*.

Um ponto sem dúvida interessante é a proporção entre os exemplares recolhidos em escavação e à superfície: 50% para cada origem. Uma advertência deve, porém, ser feita aqui. Creio ser a escavação de Corte João Marques uma das primeiras em Portugal, se não a primeira, em que este tipo de artefactos foi sistematicamente recolhido. A afinação dos critérios decorreu ao longo da primeira intervenção. Também os exemplares reconhecidos definitivamente como dormentes (ou moventes) exigiram formação adequada dos escavadores, que não estavam habituados nem à recolha sistemática nem à identificação dos sinais de uso, sobretudo em exemplares muito fragmentados, facilmente confundíveis com pedras de derrubes. Foi-se adquirindo progressivamente experiência (que beneficiou sobretudo a intervenção no Cerro do Castelo de Santa Justa), até todos os processos de registo se encontrarem já afinados (a partir de meados da campanha de 1978). Assumem-se, naturalmente, os erros cometidos, com os quais se aprendeu o suficiente para os não repetir em outras situações e contextos. E a observação que aqui deixamos deverá explicar lacunas na informação.

No quadro descritivo (em que se não referem, por vezes, dados respeitantes a exemplares muito fragmentados), são visíveis, tal como nos gráficos, outros pontos.

Nos dois únicos dormentes intactos, o índice de alongamento indica artefactos *mediamente longos*, mas a escassa dimensão da amostra não permite qualquer conclusão.

O picotado, era *inexistente* em 3.95%, *apagado* em 67.11%, *circunscrito* em 1.36% e *vivo* em 26.32% dos exemplares descritos. Num dos casos, correspondente a 1.36% da amostra, verificavam-se as três situações, de acordo com a área do dormente observada.

dormentes

des	sond	qd	#	x	y	z	dt	estd	emx	emn	alt	du	ia	pic	topos	bordos	fmg
dormente	0		1				79.00.00	3	38.5	14.5	8	3.7	3	1	1	1	4
dormente	0		2				79.00.00	3	21	37.3	7	2.5	1	1	1	1	4
dormente	0		3				78.00.00	3	21	37.2	9	2.8	1	1	1	1	4
dormente	0		14				78.09.06	3	28	46	7		1	3	1	1	2
dormente	0		15				79.07.26	3	10	26	7		0	3	1	1	4
dormente	0		16				78.00.00	1	27	16	10.5	3.7	2	1	1	1	1
dormente	0		60				79.00.00	3	23.5	27.5	5.6	2.8	1	1	1	1	3
dormente	0		200				79.00.00	2	26	21.5	10	0	1	3	1	1	2
dormente	0	SUP					78.09.21	3	30.5	18	12.5	4.7	2	1	1	1	4
dormente	0	SUP					78.09.21	3	19.5	13.2	3.5		1	1	1	1	4
dormente	0	SUP					78.09.22	3	24	18	3.5	0	1	1	1	1	4
dormente	0	SUP					78.09.26	3	19	16	4		1	1	1	1	4
dormente	0	SUP					79.00.00	3	37.5	24	9	0.5	2	1	0	0	4
dormente	0	SUP					79.00.00	3	43	7	6	1.3	6	3	1	0	4
dormente	0	SUP					79.00.00	3	15.2	19.5	6	3.5	1	3	1	1	4
dormente	0	SUP					79.00.00	3	30	26.5	7.5	5.6	1	1	1	1	4
dormente	0	SUP					79.00.00	3	13	20	8.5		1	1	1	1	4
dormente	0	SUP					79.00.00	3	27.5	13.4	5.5	8	2	3	1	1	4
dormente	0	SUP					79.00.00	3	35.5	21.5	9.3	2	2	1	0	1	4
dormente	0	SUP					78.09.25	3	14.5	16	6.5	1.2	1	1	1	1	4
dormente	0	SUP					78.09.26	3	37	24	9.5	2.3	2	1	1	1	4
dormente	0	SUP					78.09.26	3	44	11	7	0.9	4	3	0	1	4
dormente	0	SUP					78.09.26	3	11.5	7	2	0	2	1	1	1	4
dormente	0	SUP					78.09.26	3	36	9.5	8	3.9	4	1	1	1	4
dormente	0	SUP					79.00.00	1	30.5	24.5	7	0	1	1	1	1	2
dormente	0	SUP					79.00.00	3	22	16	8	0.7	1	1	1	1	4
dormente	0	SUP					79.00.00	3	31	16.5	7	1.7	2	1	1	1	4
dormente	0	SUP					79.00.00	3	13.5	19.5	9		1	1	1	1	4
dormente	0	SUPEN					78.09.25	3	13.5	15.3	6		1	3	1	1	4
dormente	0	SUPEN					78.09.26	3	19	21.3	4		1	1	1	1	4
dormente	0	SUPEN					78.09.25	3	25.5	21	3.8	1.2	1	1	1	1	4
dormente	0	SUPEN	29				78.09.26	3	47.5	23	16	1.9	2	123	1	1	2
dormente	0	SUPEN	57				78.09.22	3	28	12	8	0	2	1	1	1	4
dormente	0	SUPES	4				79.07.09	2	24	25	4.5		1	1	1	1	3
dormente	0	SUPESW	32				78.09.21	3	29.5	28.5	5.5	1.9	1	1	1	1	4
dormente	0	SUPEW	18				78.09.21	3	15.4	31	7	7	0	1	2	2	4
dormente	0	SUPEW	26				78.00.00	3	14	17.5	6	2.5	1	3	1	1	4
dormente	0	SUPEW	30				78.09.21	3	11.5	20	5.5		1	1	1	1	4
dormente	1	J11	10	66	94	13	79.07.09	2	16	25.5	5.5	0.5	1	1	1	1	1
dormente	1	L10	4	20	23	5	78.09.21	3	15	30.5	5.5	0.9	0	1	1	1	4
dormente	1	L10	31	70	139	15	78.00.00	3	21.5	10.2	5.5		2	3	1	1	4
dormente	1	L10	95	76	40	12	78.10.27	3					****	1	0	0	4
dormente	1	L11	17	95	49	47	78.09.21	3	25	19.5	3.5	0.6	1	1	0	1	4
dormente	1	L11	33	106	45	35	78.11.02	2	21.3	24.5	6.5	1.7	1	1	1	2	4
dormente	1	L12	2	10	160	10	79.07.18	3	13	10.5	5.5		1	1	1	1	4
dormente	1	L12	5	120	43	35	79.07.26	3	26	15	3	0.4	2	1	0	1	4

des	sond	qd	#	x	y	z	dt	estd	emx	emn	alt	du	ia	pic	topos	bordos	fmg
dormente	1	L12	20	0	110	40	79.07.25	3	20	19.5	4.5		1	3	0	0	4
dormente	1	L12	21	170	140	20	79.07.20	3					****	0	0	0	4
dormente	1	L12	48	130	163	17	79.09.20	3	8	8.5	3.5		1	1	1	1	4
dormente	1	L12	49	160	150	20	79.07.20	2	49	23	5.5	0.9	2	1	1	1	4
dormente	1	L7	3	125	175	15	79.07.12	3	18	24	5	2	1	3	0	0	4
dormente	1	L7	4	130	80	200	78.09.26	3	21	35.5	10.5	2.2	1	1	1	1	4
dormente	1	L7	12			35	79.07.13	2	23.5	14.5	6		2	3	1	1	1
dormente	1	L7	17	86	155	25	79.07.12	3	15	11	6		1	3	1	1	4
dormente	1	L7	34	87	122	40	79.07.18	3	26	11.5	3.2	1.3	2	3	0	0	4
dormente	1	L8		112	80	30	78.09.20	2	46	45.5	7.8	2.1	1	1	1	1	4
dormente	1	L8	2	170	170	15	78.09.20	3	18	31.5	8	1.2	1	1	1	1	4
dormente	1	L9	1				79.00.00	3	30	29.3	11.3	1.6	1	1	1	1	4
dormente	1	L9	3				79.00.00	3	34.2	39.4	11.5	2.3	1	2	1	1	1
dormente	1	M11	3	80	50	20	79.07.25	3	23.5	10.5	5.8		2	1	0	0	4
dormente	1	M12	27	200	0	27	79.07.25	3					****	0	0	0	4
dormente	1	M12	38	150	100	40	79.07.25	3	16.5	9.5	4		2	1	0	1	4
dormente	1	M6	13			50	79.07.18	3	10	8	3	0	1	1	0	0	4
dormente	1	M6	15	130	50	30	79.07.17	2	34	24	4.5	3.1	1	1	1	1	4
dormente	1	M6	36	80	200	15	79.07.17	3	9	5	3	0.7	2	3	0	0	4
dormente	1	M7	6	105	165	20	79.07.10	3	15	14	3		1	1	0	0	4
dormente	1	M7	7	160	144	20	79.07.10	3	16	13.5	5.5	3.7	1	1	1	1	4
dormente	1	M8	11	157	0	18	79.07.10	3	9.5	13	4.5	1	1	3	1	1	4
dormente	1	N6	2	162	85	15	79.00.00	3	26	18	6		1	1	1	1	4
dormente	1	N6	17	143	0	30	79.07.24	3	21	22	6.5	1.1	1	1	1	1	4
dormente	1	N7	7	0	0	35	79.07.19	2	23.5	39	11	4	1	0	0	2	3
dormente	1	N7	17	84	30	60	79.07.20	3	9	13	4.5	3.6	1	3	1	1	4
dormente	1	N7	29			65	79.07.23	3	19	9.5	7.3	3.3	2	3	1	1	4
dormente	1	N8	9	30	60	32	79.07.24	3	22	16.5	5	1	1	1	0	0	4
dormente	1	N8	13	0	0	43	79.07.24	3	26	32.5	9	5.5	1	3	0	0	4
dormente	2	E8	25				78.09.21	3	21.2	13	6	0	2	1	1	1	4

Fig. 4.39. (*na página anterior e nesta*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Quadro descritivo dos dormentes do Cerro do Castelo de Corte João Marques.

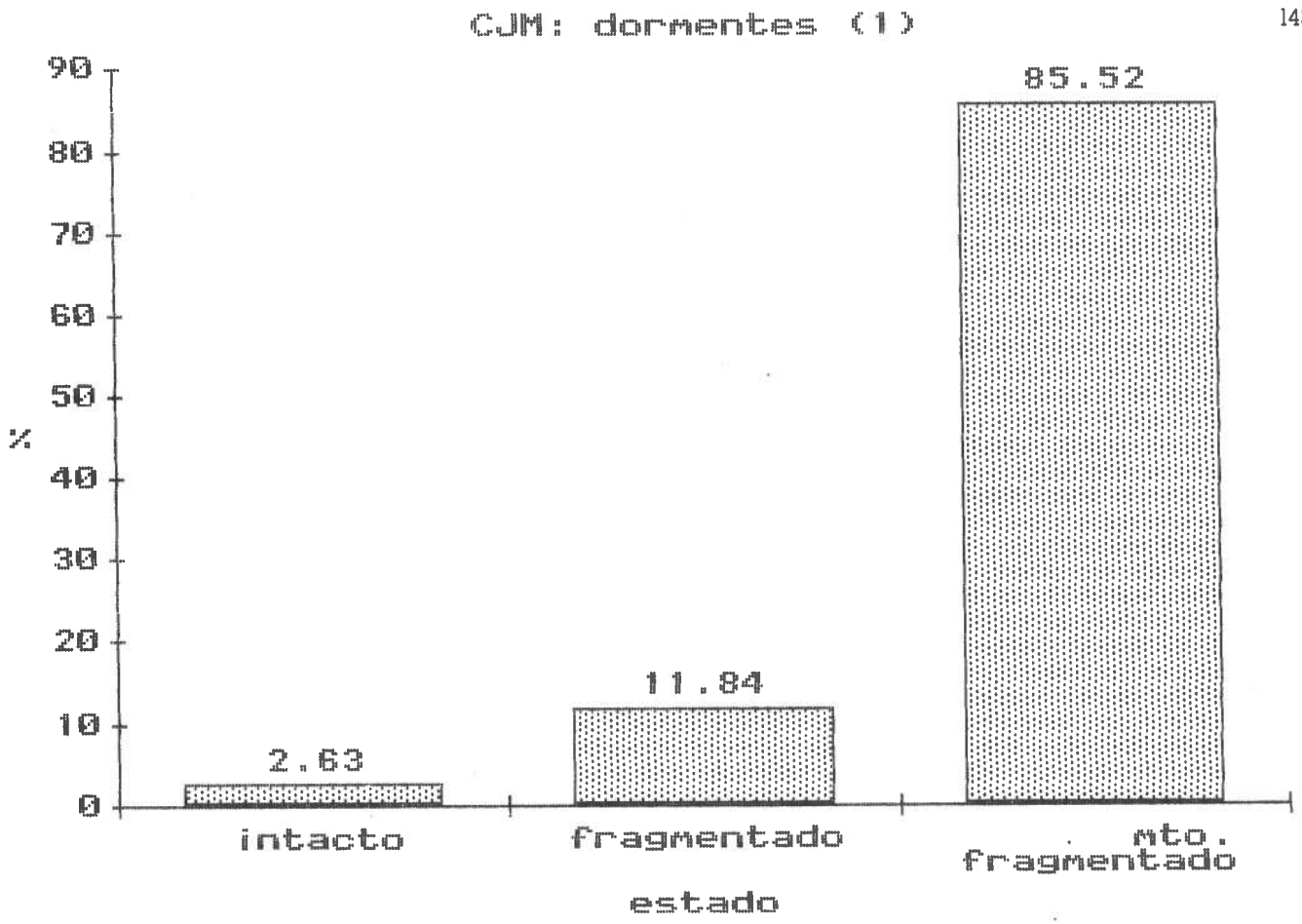


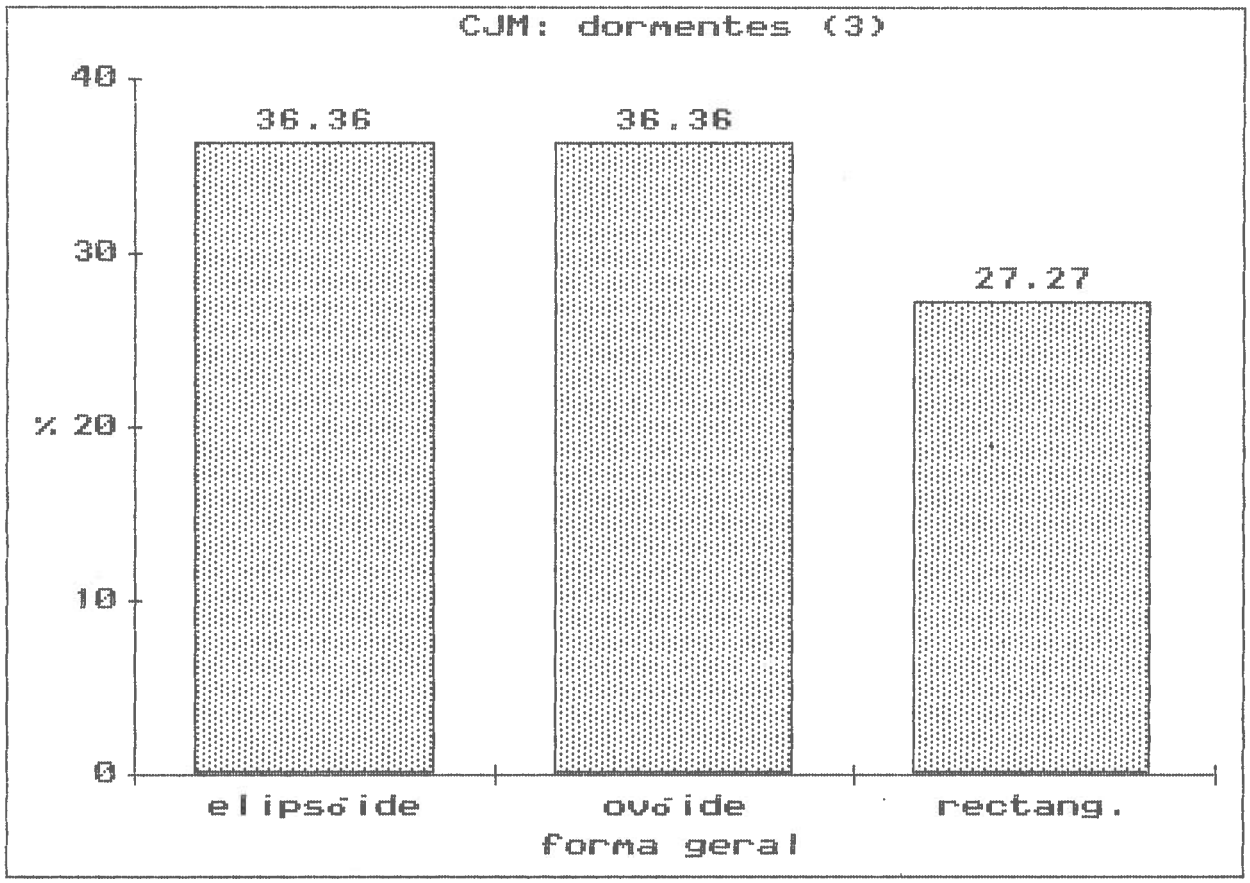
Fig. 4.40. Cerro do Castelo de Corte João Marques: Estado dos dormentes.

As extremidades eram, nos 57 casos em que foi possível descrevê-las, quase sempre *bojardadas* (apenas 1 caso de fractura natural anterior ao uso). Os bordos, em 62 exemplares, eram em 95% dos casos *bojardados* e só em 5% de *fractura natural.*

Finalmente, a forma geral: apenas 14.47% da amostra permitiu leitura. 36.36% apresentavam *forma elipsóide*, outros 36.36% *forma ovóide* e 27.27% *forma rectangular* ou *sub-rectangular.*

A impressão geral da observação dos dormentes do Cerro do Castelo de Corte João Marques é idêntica à recolhida aquando do estudo dos moventes. Estamos, sem dúvida, perante artefactos muito usados.

Ocorreu-me, inicialmente, que este estado de fragmentação poderia corresponder à violência das lavouras. Aqui, pude observar dos raros tractores em uso no Alto Algarve Oriental em solos de tão fraca espessura. Mas, hoje, creio que, se tal explica o revolvimento dos solos e a destruição das estruturas, a quase totalidade de dormentes (e moventes) foi fragmentada por uso, durante o Calcolítico, sendo as fracturas indubitavelmente antigas. Esse facto tem de ser citado como prova complementar da intensa actividade de moagem verificada localmente e da importância assumida pela agricultura na vida do povoado.



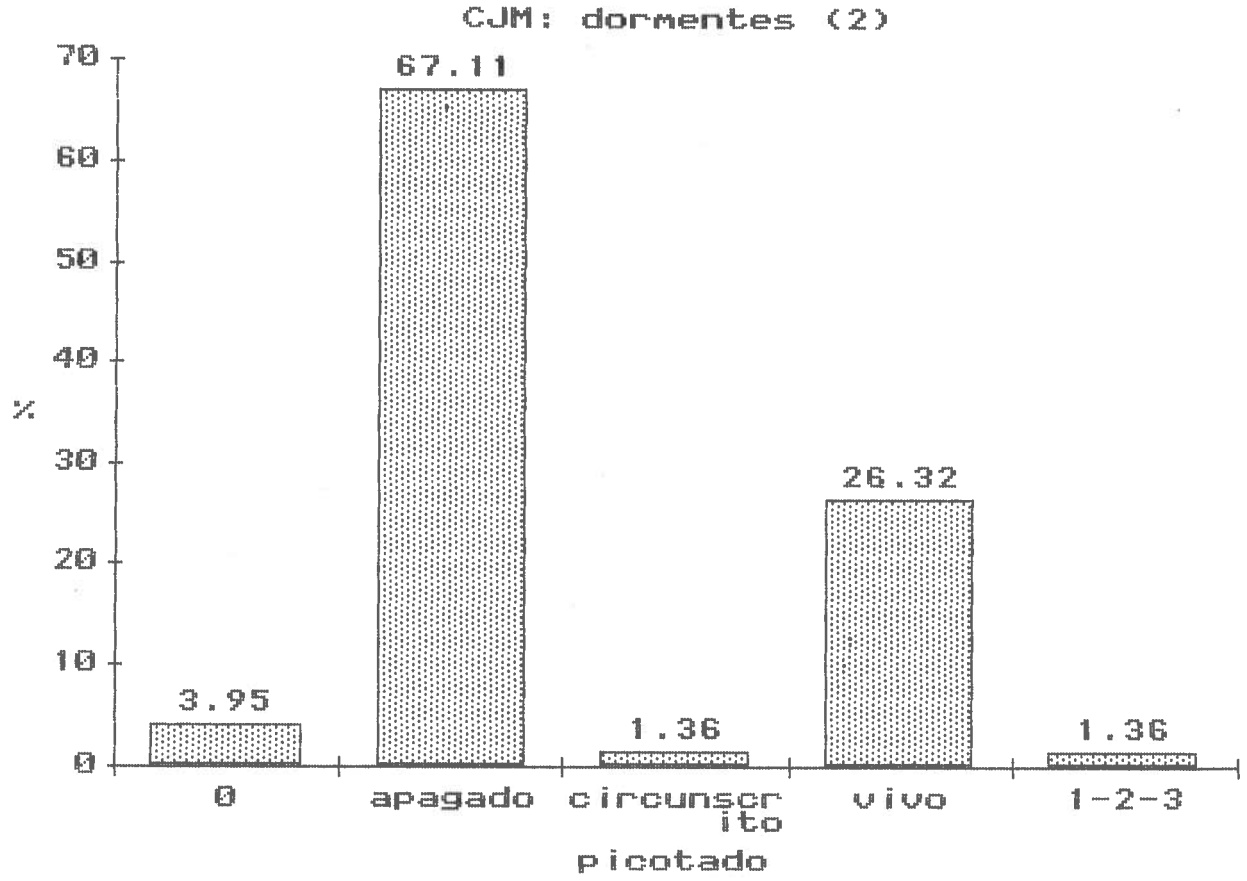


Fig. 4.41. (*em cima*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Localização do picotado nos dormentes.

Fig. 4.42. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Forma geral dos dormentes.

4.4.2.3.3. *«Pesos de pesca»*

Assim são designados alguns seixos de pequenas e médias dimensões, achatados, em que se praticaram dois entalhes laterais, perpendiculares ao eixo longitudinal da peça.

«Pesos» como os 3 do Cerro do Castelo de Corte João Marques (nenhum exemplar foi recolhido em Santa Justa), são conhecidos em outros povoados calcolíticos, em sítios tão diversos como Alcalar (Portimão) ou Vidais (Marvão). Estão também presentes nas penínsulas de Lisboa e Setúbal.

No 2.º volume deste trabalho divulga-se o desenho dos escassos exemplares de Corte João Marques (Est. 6: 1 e 3).

Não se justificando uma descrição mais pormenorizada, considerada a ausência de outros atributos para além dos entalhes, convém apenas registar que são de grauvaque, com rolado de ribeira.

4.4.2.3.4. *«Tampas»*

Designei assim artefactos discóides, de xisto ou grauvaque, com as seguintes características:

M.6-32: (x: 160; y: 070; z: 046), recolhido em 79.07.17.
Diâmetro máximo: 21.4 cm.
Espessura: 1.8 cm.
Xisto laminar.

M.7.-14: (x: 132; y: 170; z: 022), recolhido em 79.07.10.
Diâmetro máximo: 13.5 cm.
Espessura: 1.2 cm.
Xisto laminar.

SUP.: Diâmetro máximo: 27.4 cm.
Espessura: 1.7 cm.
Grauvaque.

As características destes artefactos correspondem ao processo de fabrico, em que uma laje de xisto laminar, mais ou menos espessa, é desbastada com golpes desferidos abruptamente, determinando uma forma de disco com bordos geralmente irregulares.

Em Santa Justa, como veremos, estes artefactos são muito mais abundantes e é possível estabelecer distinções inverificadas em Corte João Marques.

A função provável não parece discutível (ainda que, naturalmente, impossível de provar) adaptando-se, em princípio, o seu diâmetro à abertura de recipientes cerâmicos. Os testemunhos recolhidos em Santa Justa permitirão reforçar a hipótese funcional que avanço, não sendo descabido afirmar que estes modestos artefactos devem, também, ter passado despercebidos até agora, pelo que não é de admirar não existirem dados permitindo comparações. Mas, ainda nos finais da década de setenta, encontrei artefactos semelhantes no Monte da Mealha (na casa do forno do sr. António dos Reis). Aí, serviam exactamente de... tampas.

4.4.2.4. *Pedra não afeiçoada, mas com traços de utilização*

Recolheram-se em Corte João Marques alguns seixos evidenciando uso indeterminado, muito provavelmente referente a acções ocasionais de percussão.

Sendo um acto do quotidiano de qualquer população camponesa a percussão, em tarefas domésticas ou outras, não parece incomum que para além dos percutores usados especificamente para o efeito houvesse recurso esporádico a seixos e outras pedras, de seguida abandonadas.

Registamos o facto, mas não consideramos classificáveis com outro detalhe estes objectos utilizados como utensílios.

4.4.2.5. *Artefactos para adorno pessoal*

De acordo com os critérios tradicionais, não foram recolhidos em Corte João Marques artefactos deste tipo. No entanto, admito a possibilidade de, na ausência das habituais contas de colar, considerar como um elemento de adorno o pequeno disco de xisto com 4.4 cm. de diâmetro e uma espessura de 0.3 cm., com uma perfuração ligeiramente excêntrica, com 0.48 cm. de diâmetro, bicónica, identificado em L.8..

No entanto, os sinais (de uso?) que apresenta constituem um aviso para a possibilidade de nos encontrarmos perante um artefacto de função desconhecida.

4.4.2.6. *Artefactos cerâmicos diversos*

4.4.2.6.1. *Pesos de tear*

Recolheram-se no Cerro do Castelo de Corte João Marques escassos exemplares dos pesos de tear em forma de linguiça fina, também designados por «crescentes».

Apesar de muito fragmentados e rolados, são perfeitamente reconhecíveis e idênticos ao exemplar obtido no Cerro do Castelo das Mestras (à superfície) e às muitas centenas de fragmentos identificados no Cerro do Castelo de Santa Justa.

Apenas três dos fragmentos têm registo próprio:

I.18.-2: x: 080; y: 080; z: 025 (79.07.25);
M.6.-6: x: 180; y: 170; z: 017 (79.07.24);
N.6.-6: x: 180; y: 160; z: 017 (79.07.24).

Os dois últimos apresentam a típica perfuração para suspensão, correspondendo, portanto, a um dos extremos de este artefacto.

Sabe-se que estes pesos de tear são típicos do Sul de Portugal, raros ou inexistentes na Estremadura. Corresponderão provavelmente a uma específica tradição de tecelagem, comum à maior parte dos povoados calcolíticos desta área.

4.4.2.6.2. *Queijeiras*

Estes artefactos, que mais correctamente deveriam ser chamados *cinchos*, são conhecidos em diversos sítios calcolíticos, geralmente oferecendo a forma de recipientes cilindróides perfurados.

No Cerro del Berrueco recolheu-se exemplar inteiro e no Castro do Zambujal são relativamente comuns.

No Cerro do Castelo de Corte João Marques, surgiram três fragmentos comuns, idênticos aos dos povoados referidos:

D.8.- s/n: x: 343; y: 472; z: 025 (78.10.28);
L.12.-34: x: 055; y: 050; z: 025 (79.07.19);
M.8.-29: x: 150; y: 155; z: 044 (79.07.10).

Particular destaque deve, porém, ser dado a um notável artefacto deste tipo, não apenas por se encontrar quase completo como por levantar outros problemas, numa exacta altura em que a função destes utensílios está a ser posta em causa, após análises laboratoriais neles não terem revelado traços de leite (informação pessoal de Michael Kunst).

A «queijeira», recolhida logo em 1978, aquando da limpeza da primeira camada da Sondagem 1, foi modelada em forma de cilindro oco, sem fundo (ver vol. II, Est. 8: 1 e Est. 145: 1 e 2).

Esta variante parece reforçar os argumentos que defendem uma função destes artefactos relacionada com a queijaria, uma vez considerada a sua adequação a tal uso. Mas, como é natural, só a publicação definitiva dos testes laboratoriais poderá confirmar a sua verdadeira utilização.

O exemplar a que me refiro tem a altura de 8.38 cm., o diâmetro de 7.71 cm., a espessura média de 1.2 cm. e apresenta profusas perfurações entre cilindróides e tronco-cónicas, feitas do exterior para o interior, por vezes ligeiramente oblíquas à superfície perfurada.

O diâmetro das perfurações oscila, atingindo algumas delas o diâmetro de 0.5 cm. A superfície externa está cuidadosamente alisada e a interna apresenta-se sem qualquer tratamento, rugosa e irregular. A peça foi cozida em meio oxidante.

4.4.2.7. *Recipientes cerâmicos*
4.4.2.7.1. *Considerações sobre os critérios usados na descrição*

A construção da ficha de registo descritivo das cerâmicas provenientes dos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa tomou em linha de conta, evidentemente, a bibliografia actualmente disponível sobre o assunto, bem como a prática anterior de investigadores do Neolítico final e do Calcolítico.

Partindo das propostas de Balfet (1966, 1983), Shepard (1971) e Séronie-Vivien (1982), estabeleceu-se uma primeira linha de opções descritivas.

A selecção de descritores aceitou também, com adaptações mínimas, os critérios de medida e os indíces numéricos de Soares e Tavares da Silva (1976-77), tendo sido estes últimos obtidos automaticamente aquando do preenchimento da ficha no programa *Reflex* (da Borland Analytica Inc).

A elaboração de uma ficha descritiva com maior extensão que a adoptada seria possível, mas os limites deste trabalho tornaram tal opção desaconselhável, remetendo para outras monografias uma leitura mais completa.

Consideraram-se, basicamente, os seguintes grupos de descritores:

1. localização espacial do artefacto cerâmico;
2. data da recolha;
3. estado;
4. homogeneidade da pasta;
5. componentes não plásticos;
6. cor dominante e secundária;
7. acabamento das superfícies externa e interna;
8. cozedura;
9. tipologias do bordo;
10. existência de perfurações e mamilos;
11. existência de carena (em vez de ponto de inflexão);
12. diâmetros;
13. espessuras;
14. alturas;
15. largura do lábio;
16. índices ip', ip'', iab e ill;
17. características da forma geral, tipo e subtipo;
18. referências à ilustração.

O *estado* (estd) compreende as seguintes possibilidades:
1: intacto;
2: ligeiramente fragmentado;
3: bordo;
4: bordo e bojo;
5: bordo, bojo e fundo;
6: bojo e fundo;
7: fundo.
Quanto à *homogeneidade* (pasta), a pasta foi classificada como:
1: compacta;
2: semi-compacta;
3: pouco compacta.

Os *componentes não plásticos* (cnp) foram agrupados quanto ao seu número ou frequência (cnp/n) em:
1: abundantes;
2: em número razoável;
3: escassos.
quanto às suas dimensões (cnp/d) em:
1: finos (0.1 a 0.25 mm.);
2: médios (0.25 a 0.5 mm.);
3: grandes (> que 0.5 mm.).
quanto à matéria prima identificada (cnp/mp):
1: quartzo;
2: xisto/grauvaque;
3: mica;
4: outros.

A *cor* dominante (cord) e a secundária (cors) foram sempre indicadas de acordo com a classificação Munsell.

As *superfícies externa* (supe) e *interna* (supi) foram classificadas quanto ao acabamento em:
1: rugosa;
2: alisada;
3: polida;
4: com engobe;
5: outros.

A *cozedura* (coz) foi classificada como.
1: oxidante;
2: redutora;
3: oxidante com arrefecimento redutor;
4: redutora com arrefecimento oxidante.

O *bordo* foi classificado de acordo com dois critérios, o que registava o seu espessamento (bordoe) e o que referia a sua orientação ou direcção (bordod).

Quanto ao *espessamento*, consideraram-se as seguintes categorias:
1: não espessado;
2: espessado internamente;
3: espessado externamente;
4: espessado interna e externamente;

Quanto à *direcção* do bordo, registaram-se as seguintes categorias:
1: bordo recto;
2: exvertido;
3: introvertido;
4: «almendrado».

Três aspectos das cerâmicas, as *perfurações*, os *mamilos* e as *carenas*, foram também descritos.

As perfurações (perf) podem ter interpretações diversas, sendo as mais comuns duas: (1) perfurações para passagem de corda para suspensão; (2) perfurações de reparação, «gatos». Normalmente só com peças inteiras é possível definir com rigor uma opção, ainda que para as cerâmicas pré-históricas não seja clara a existência de «gatos», frequentes a partir da Idade do Ferro.

As *perfurações* justificaram as seguintes categorias:
1: inexistentes;
2: não constatadas;
3: isoladas;
4: apareadas.

Os *mamilos*, raros neste contexto, surgiram sobretudo no exterior do dispositivo defensivo de Santa Justa, sendo desconhecidos em Corte João Marques. Por razões de comparação global mantivémos as categorias seguintes:

1: inexistentes;
2: não constatados;
3: verticais;
4: horizontais;
5: isolados;
6: apareados.

As categorias *3* a *6* são eventualmente cumulativas.

As *carenas* foram distribuídas pelas categorias normais:

1: altas;
2: baixas;
3: médias.

Considerou-se como definidor de uma carena média o facto de ela se situar sensivelmente a metade da altura do recipiente, de uma carena alta o facto de ela se encontrar acima de metade da altura e baixa quando se encontra abaixo daquele indicador.

Mediram-se os seguintes *diâmetros*:
dia: diâmetro interno da abertura ou boca;
dea: diâmetro externo da abertura;
dbj: diâmetro do bojo, tanto quando ponto de inflexão, tanto quando carena;
dmx: diâmetro máximo.

Mediram-se as seguintes *espessuras*:
eb: espessura do bordo;
ebj: espessura do bojo;
ef: espessura do fundo;
emx: espessura máxima.

Mediram-se as seguintes *alturas*:
alt: altura total do recipiente;
af: altura do fundo.

Igualmente se registou a largura do lábio (ll).

Os índices são os seguintes:
ip': alt × 100 / dia;
ip'': alt × 100 / dmx;
iab: dea × 100 / dbj;
ill: ll × 100 / dea.

A escolha de um critério classificativo tomou em linha de conta propostas recentes, mas o carácter parcelar da informação que ora se divulga sobre as cerâmicas do Cerro do Castelo de Santa Justa, condicionou o campo de acção.

Pensou-se, com efeito, mais adequado reservar para monografias em preparação tanto uma ficha descritiva mais completa, incompatível com os objectivos do presente trabalho, como uma tipologia de malha mais fina. No entretanto, aceitaram- se, também com adaptações, as propostas tipológicas que serviram de base ao texto de 1976-77 de Tavares da Silva e Soares.

A existência, em Corte João Marques e Santa Justa, de formas ainda não recenseadas para os povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve não é perturbadora (pela própria situação minoritária de tais tipos cerâmicos e pelo facto de serem estas as primeiras escavações exaustivas em povoados desta região). São aliás, curiosamente, no caso de Santa Justa, formas que costumam ser frequentes em contextos funerários e que, talvez por aparecerem muito fragmentadas nos povoados, não foram objecto de classificação tipológica nem incluídos no quadro que Soares e Tavares da Silva divulgaram (*ibidem*: fig. 1 a).

Como primeira divisória para os recipientes cerâmicos, aceitámos, na linha de recente trabalho de Balfet, uma separação entre formas *abertas* e *fechadas* considerando forma aberta toda aquela em que o diâmetro externo da abertura (dea) coincide com o diâmetro máximo (dmx) e forma fechada aquela em que o diâmetro externo da abertura é inferior ao diâmetro máximo.

As formas abertas foram divididas em (1) pratos; (2) taças. E cada uma destas categorias divididas em «de bordo não espessado» e de «bordo espessado», sendo esta última sub-dividida pela localização do espessamento. Em relação às taças, registaram-se ainda como subtipos autónomos as *taças em calote* e as *pequenas taças*. Considerando o carácter exclusivamente manual das cerâmicas calcolíticas, e as consequentemente não significantes oscilações de fabrico, entendeu-se como inconveniente esmiuçar pormenores (ainda que se tivesse aberto uma categoria paralela às taças em calote, incluindo a «pequena taça»).

As formas fechadas foram distribuídas por seis categorias: (1) *esferóidais*, compreendendo todos os recipientes de forma baseada na esfera e que são iguais ou ultrapassam ¾ da sua altura; (2) *esféricos altos*, quando se encontram entre ½ e ¾ da altura da esfera; (3) *esféricos achatados*, categoria que engloba uma forma esférica «comprimida na vertical»; (4) *os pequenos esféricos* (tal como Tavares da Silva e Soares, entendeu-se justificada a especificação, apesar da raridade do seus registos); (5) os *potes*, pelas suas grandes dimensões e formas inconfundíveis, constituem um grupo de *per si* no Calcolitico do Sul (são muito comuns em Santa Justa e menos em Corte João Marques). Dividiram-se, quanto ao espessamento do bordo, em *potes de bordo não espessado* e *potes de bordo espessado*. Considerando que algumas *taças em calote* são nitidamente formas fechadas, este tipo existe também dentro deste grupo, o mesmo tendo acontecido com os *recipientes de paredes rectas*, formas entre o tronco de cone e o cilindróide.

A natureza específica dos suportes de vaso, relativamente numerosos em Santa Justa e não registados em Corte João Marques, e a impossibilidade de os classificar como recipientes, fez com que os excluíssemos desta tipologia.

Consta do quadro da Fig. 4.43. a tipologia que adoptámos para as cerâmicas de Corte João Marques e Santa Justa.

Forma	Tipo	Sub-tipo	Variante
Aberta (A)	*Prato* (1)	bordo espessado (1)	internamente (1) externamente (2) int. e ext. (3)
		bordo não espessado (2)	
	Taça (2)	bordo espessado (1)	internamente (1) externamente (2) int. e ext. (3)
	Pequena taça (3)		
	Taça em calote (4)		
Fechada (F)	*Esferóidal* (1)		
	Esf. alto (2)	simples (1)	
		bordo espessado (2)	
		bordo exvertido (3)	
	Esf. achatado (3)	ligeiramente achatado (1)	
		muito achatado (2)	
	Pequeno esférico (4)		
	Pote (5)	de bordo n/ espessado (1)	
		de bordo espessado (2)	externamente (1) int. e ext. (2)
	Taça em calote (6)		
	Recipientes de paredes rectas (7)		

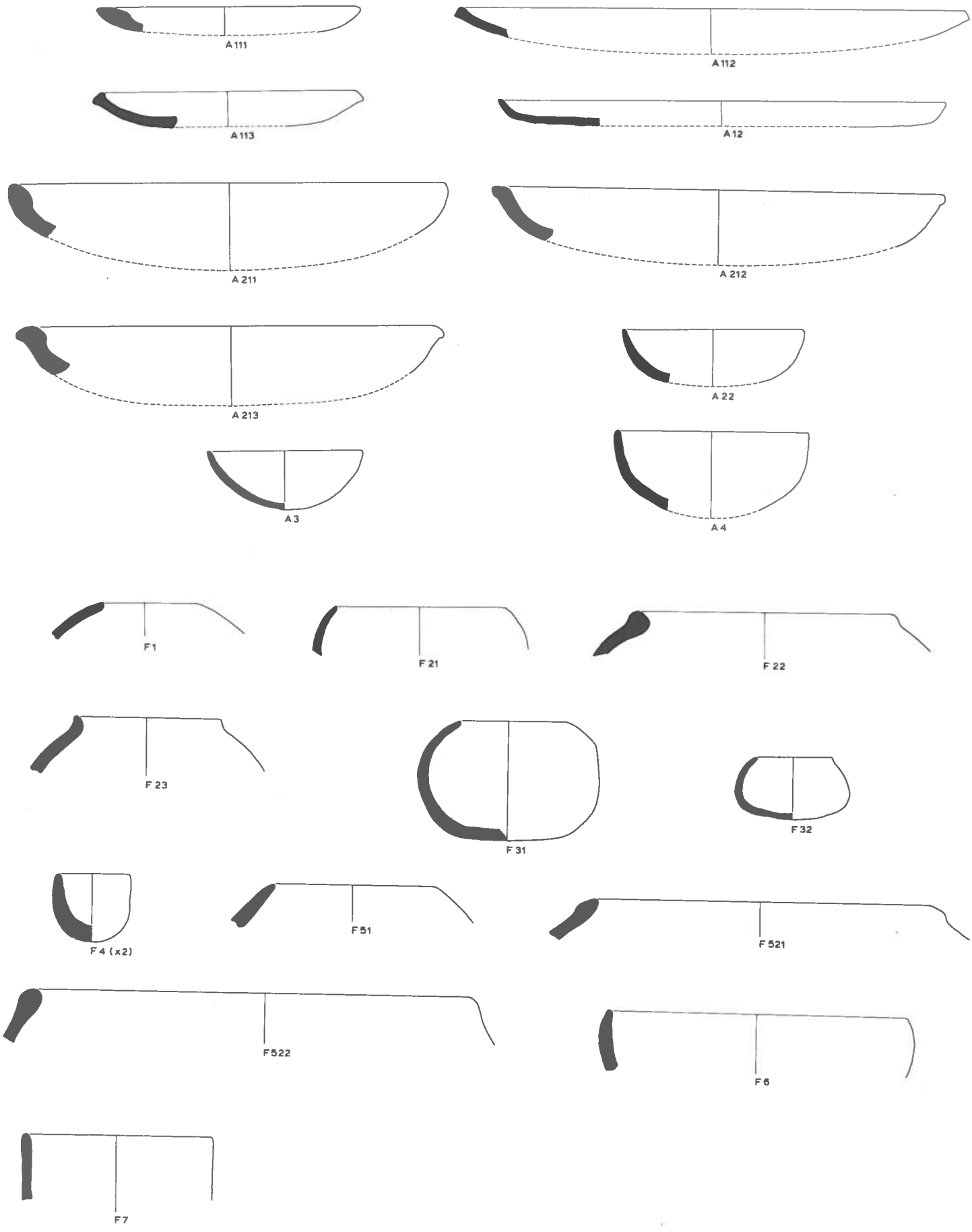


Fig. 4.43. Principais formas abertas e fechadas reconhecidas nos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa. Não se trata *exactamente* de uma «tipologia», ainda que a palavra tenha sido efectiva (e inadequadamente) empregue no texto, mas de um simples catálogo não analítico de formas de referência.

4.4.2.7.2. *Advertência sobre a amostra usada na análise das cerâmicas de Corte João Marques.*

As cerâmicas recolhidas no Cerro do Castelo de Corte João Marques encontravam-se, em geral, num estado de grande fragmentação.

A Sondagem 2 revelou materiais quase pulverizados (no topo do Cerro) ou muito fragmentados (na encosta Norte) e denunciando intensos revolvimentos, uma vez que a preparação do solo para tarefas agrícolas abria aí, usualmente, roços de 60 a 70 cm. de profundidade.

A Sondagem 1 apresentava-se como uma área homogénea, com traços concentrados de povoamento (ainda que consideravelmente danificados). Considerei, assim, como objectivo prioritário de estudo as cerâmicas desta área. Mas não se omitiram dados referentes à cerâmica com decoração simbólica, toda ela recolhida precisamente na extensão para norte da Sondagem 2, remetidos no entanto para ponto específico.

Escolheram-se as cerâmicas de acordo com um critério único: foram descritas e, na sua maior parte, desenhadas (vol. II) as que permitiam reconstituição (ainda que aproximada) da forma. Todo o tratamento estatístico se baseia nesses 147 exemplares.

4.4.2.7.3. *Análise estatística da leitura do quadro que resume as fichas descritivas.*

Começando pelas formas, é a seguinte a distribuição dos 147 recipientes rescontituídos:

1. formas abertas: 100
2. formas fechadas: 47

As *formas abertas* compreendem os seguintes tipos e valores:

1. sem especificação: 1
2. pratos: 28
3. taças: 50
4. taças em calote: 21

As *formas fechadas* compreendem os seguintes tipos e valores:

1. sem especificação: 4
2. esferóidais: 7
3. esféricos altos: 14
4. esf. alto ligeiramente achatado: 1
5. pequenos esféricos: 1
6. potes: 1
7. taças em calote: 12
8. vasos de paredes rectas: 7

Uma leitura mais fina produziria os seguintes resultados:

A.1.1.1.	(prato de bordo espessado internamente):	14
A.1.1.3.	(prato de bordo espessado int. e externamente):	3
A.1.2.	(prato de bordo não espessado):	11
A.2.1.1.	(taça de bordo espessado internamente):	8
A.2.1.2.	(taça de bordo espessado externamente):	6
A.2.1.3.	(taça de bordo esp. int. e externamente):	8
A.2.2.	(taça de bordo não espessado):	28
A.4.	(taça em calote):	21
F.1.	(esferóidal):	7
F.2.1.	(esférico alto simples):	12
F.2.2.	(esférico alto de bordo espessado)	2
F.3.1.	(esférico alto ligeiramente achatado):	1
F.4.	(pequeno esférico):	1
F.5.2.1.	(pote de bordo espessado externamente):	1
F.6.	(taça em calote):	12
F.7.	(recipiente de paredes rectas):	7

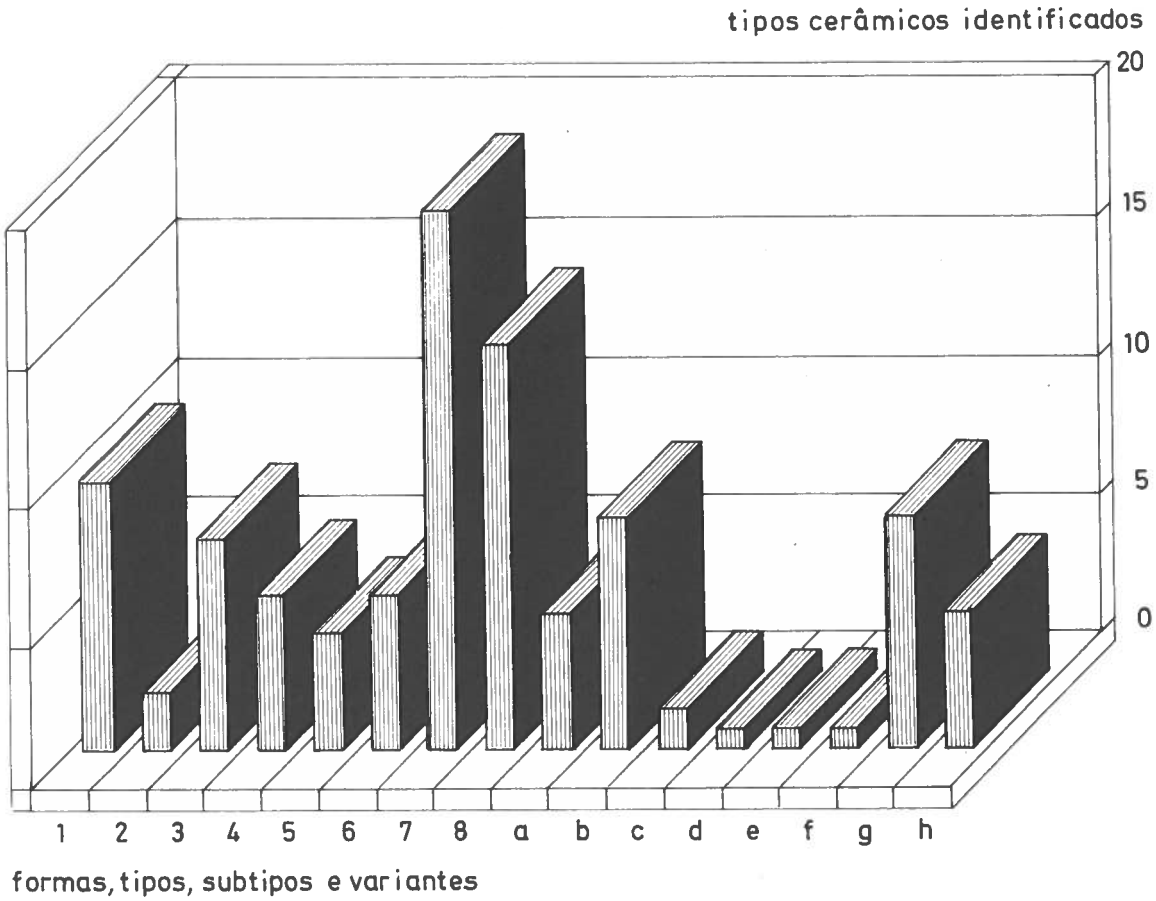
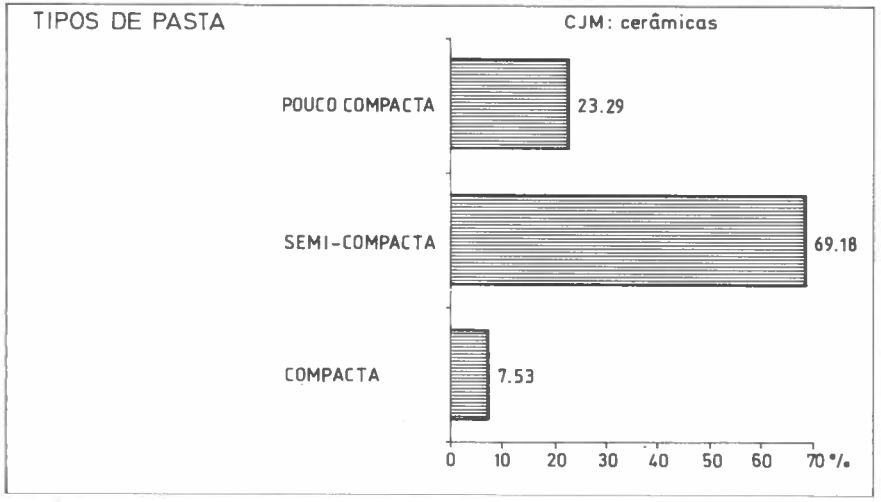
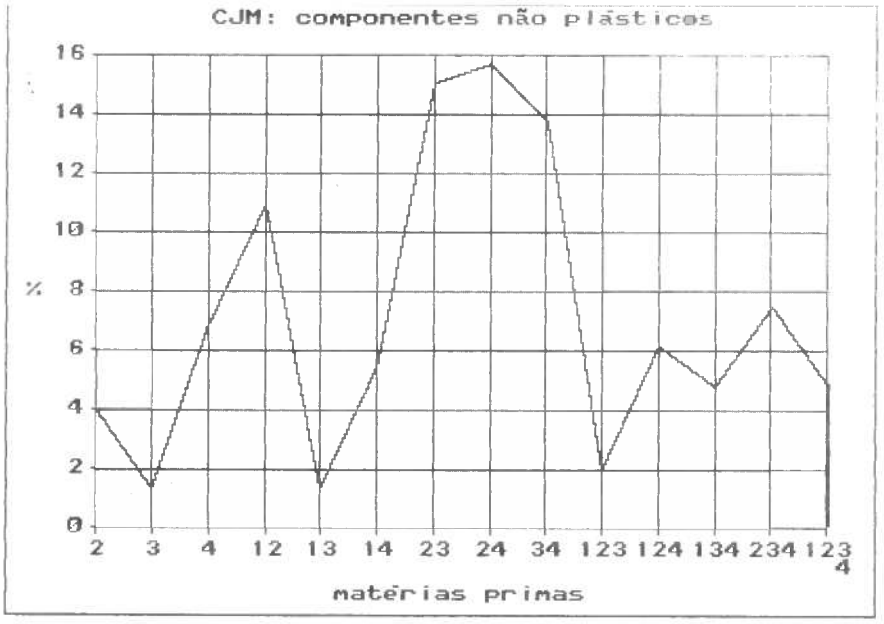
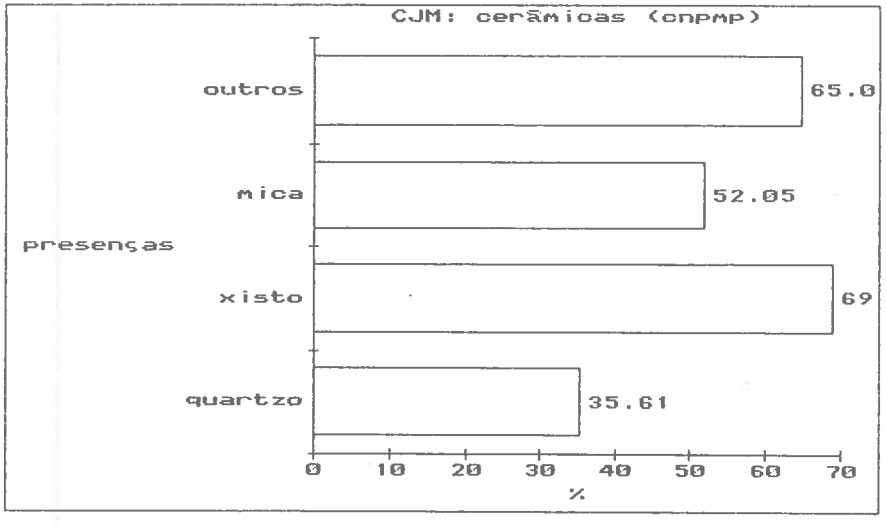


Fig. 4.44. Cerro do Castelo de Corte João Marques: Principais tipos cerâmicos identificados e respectivas proporções.
Formas abertas: 1: prato de bordo espessado internamente; 2: prato de bordo espessado interna e externamente; 3: prato de bordo não espessado; 4: taça de bordo espessado internamente; 5: taça de bordo espessado internamente; 6: taça de bordo espessado interna e externamente; 7: taça de bordo não espessado; 8: taça em calote.
Formas fechadas: a: esferóidal; b: esférico alto simples; c: esférico alto de bordo espessado; d: esférico alto ligeiramente achatado; e: pequeno esférico; f: pote de bordo espessado externamente; g: taça em calote; h: recipiente de paredes rectas.







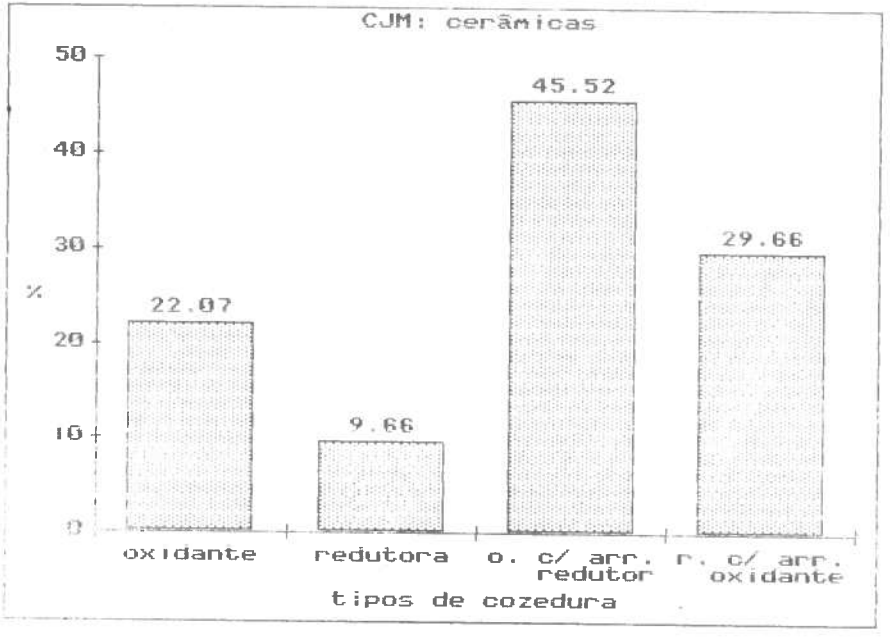


Fig. 4.45. (*em cima, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Tipos de pasta das cerâmicas recolhidas.

Fig. 4.46. (*em cima, à direita*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Componentes não plásticos das cerâmicas.

Fig. 4.48. (*em baixo, à esquerda*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Presenças de quartzo, xisto, mica e de outros minerais como componentes não plásticos (cada presença em função do total da amostra estudada). Observa-se, como seria de esperar, a dominância do xisto, mas esta é inferior à previsível, particularmente se considerarmos a densidade da presença de componentes micáceos.

Fig. 4.49. (*em baixo, à direita*) Cerro do Castelo de Santa Justa: Tipos de cozedura registados nas cerâmicas do Cerro do Castelo de Corte João

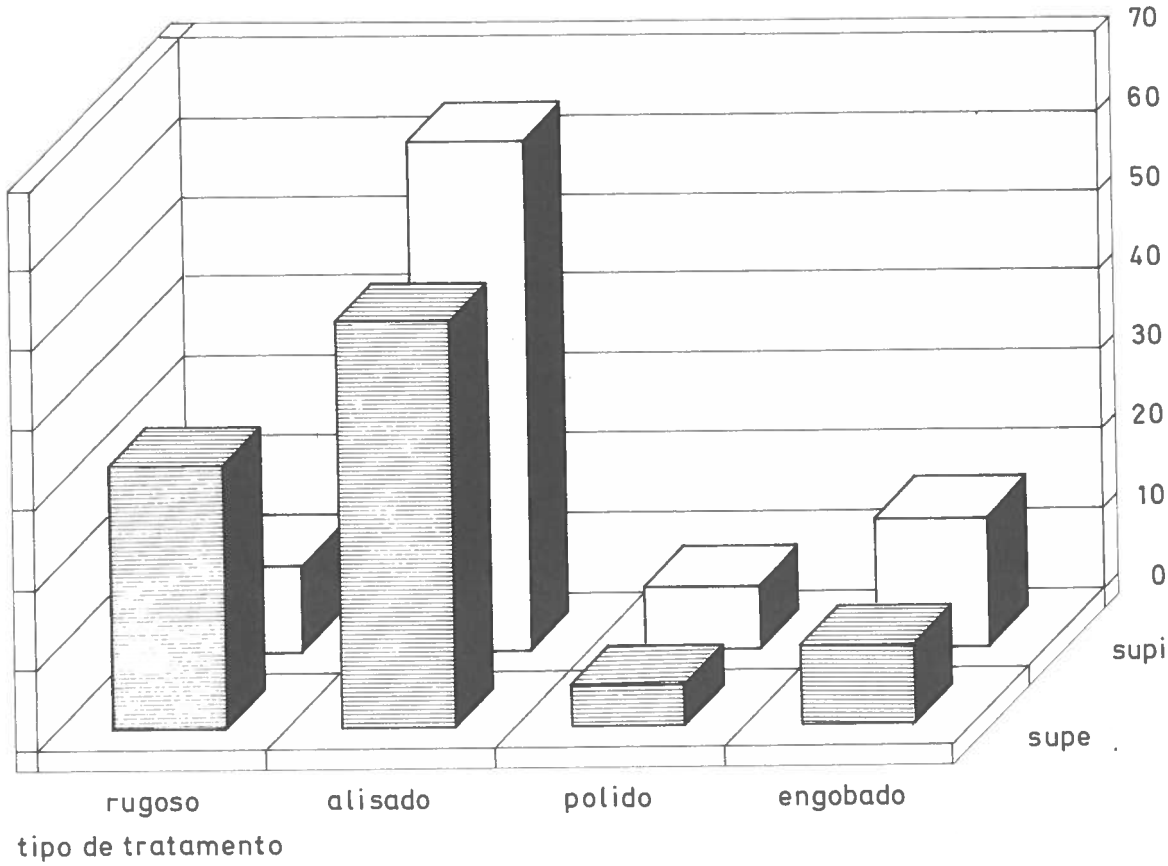


Fig. 4.47. Tratamento das superfícies nas cerâmicas do Cerro do Castelo de Corte João Marques.

A pasta era *compacta* em 11 exemplares (7.53% em 146 casos da amostra), *semi-compacta* em 101 (69.18%) e *pouco compacta* em 34 (23.29%).

Os componentes não plásticos eram *abundantes* em 91 de 145 fragmentos (62.76%), em *número razoável* em 49 (33.79%) e *escassos* em 5 (3.45%). As suas dimensões eram *finas* em 69 casos (47.59%), *médias* em 56 (38.62%) e *grandes* em 20 (13.79%). A classificação mineralógica dos componentes é a seguinte: quartzo, xisto, mica e outros (piroxenas?). Ver gráfico da Fig. 4.46.

As superfícies apresentavam tratamento diverso:

superfície	tratamento			
	rugoso	alisado	polido	engobado
externa:	48	74	8	15
interna:	16	93	12	24

A cozedura é *oxidante* em 32 casos (22.07%), *redutora* em 14 (9.66%), *oxidante com arrefecimento redutor* em 66 (45.52%) e *redutora com arrefecimento oxidante* em 43 (29.66%).

Observa-se, como seria de esperar, a dominância do xisto, mas esta é inferior ao previsível, particularmente se considerarmos a densidade da presença de componentes micáceos.

4.4.2.8. *A metalurgia*

4.4.2.8.1. *Nota prévia*

O estudo da metalurgia patente no Cerro do Castelo de Corte João Marques é um trabalho que foi empreendido pelo autor e pela equipa do Prof. Doutor Fernando Bragança Gil, do Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa, desde 1979.

Não pareceu adequado, considerando a natureza da primeira versão do trabalho, especificamente destinada a uma tese de doutoramento, publicar então, como se fossem resultado de trabalho individual, dados que poderiam vir a ser incluídos em apêndice, assinado por todos os seus autores.

Assim, tanto a descrição minuciosa dos artefactos como o resultado das análises não destrutivas foram remetidos para Apêndice, tendo este critério sido igualmente adoptado para o Cerro do Castelo de Santa Justa.

Ainda antes de se listarem os artefactos, cabe, porém, uma simples informação: todos são de cobre, com baixas percentagens de impurezas.

A homogeneidade da amostra é importante e os dados coesos, por constantes.

A expressão «cobre arsenical» será discutida no apêndice dedicado à metalurgia, parecendo claro que a presença de arsénio, frequentemente sem significado, poderia traduzir impurezas e não deliberada inclusão.

Cabe também aqui um sincero agradecimento à directora do Museu Monográfico de Conímbriga, Adília Alarcão, que procedeu de urgência ao tratamento dos artefactos metálicos de Corte João Marques, os que se encontravam em pior situação, alguns deles em avançado estado de corrosão activa.

4.4.2.8.2. *A natureza dos testemunhos de actividades metalúrgicas no Cerro do Castelo de Corte João Marques*

Confundem-se, por vezes (1) um povoado com artefactos metálicos; (2) um povoado de metalurgistas; (3) um povoado ou acampamento de mineradores.

No primeiro caso, estaremos perante uma comunidade que adquiriu artefactos metálicos; no segundo, de uma comunidade que conhece e pratica a metalurgia; no terceiro, de um grupo de prospectores e/ou mineradores, muito provavelmente parte de uma comunidade do tipo anterior.

Se no Ocidente peninsular, particularmente no espaço que é hoje Portugal, existem exemplos claros dos dois primeiros tipos de situações, para o Calcolítico, a terceira não está documentada, não existindo nenhum caso similar ao detectado em Chinflón, para o período entre o século IX e os princípios do VII antes da nossa era (Pellicer e Hurtado, 1980).

Admitiu-se a possibilidade do povoado do Cortadouro (Ourique) poder ter representado um lugar de prospectores de metal, uma vez assentar directamente sobre um chapéu de ferro (Tavares da Silva e Soares, 1976-77), mas tal não parece particularmente evidente.

Para um povoado ser considerado um lugar de mineiros é, com efeito, necessário mais que uma evidência do trabalho local do cobre, sendo indispensável a prova artefactual da actividade mineira. E o certo é que os martelos de mineiro, tão excelentemente documentados em Chinflón para o Bronze final, não têm correspondência nos sítios calcolíticos conhecidos.[i]

Admiti inicialmente a hipótese de percutores, recolhidos em tão abundante número em Corte João Marques, poderem ter sido utilizados em tarefas de esmagamento de minério. Mas, se o foram, não se registaram traços nas análises efectuadas no Centro de Física Nuclear.

Em Corte João Marques, recolheram-se não apenas artefactos de cobre (onze) mas também escórias de fundição (ainda que em tal estado que hesitei em assim as classificar), cadinhos de fundição, ainda com cobre aderente, e pingos.

Parece, portanto, indiscutível que foi aquele um lugar em que não apenas existiram artefactos metálicos como aí foram fabricados.

des	reg	CFN	Est	S	x	y	z	dt	peso
ALGARAVIZ ?	-	-	147 (2)	1	-	-	-	79.07.09	-
AMNI	B8-s/n	90/89	26 (6)	2	077	368	020	78.09.26	10.55
CADINHO	B8-s/n	-	-	2	283	120	040	78.09.28	-
CADINHO	L11-s/n	-	23 (7)	1	-	-	-	78.09.21	-
CADINHO	L7-26	-	23 (4)	1	008	004	028	79.07.12	-
CADINHO	M12-7	-	-	1	130	180	15	79.07.24	-
CADINHO	M6-40	-	23 (5)	1	050	000	047	79.07.17	-
CADINHO	M6-5	-	23 (6)	1	-	-	015	79.07.16	-
CADINHO	N5-1	-	-	1	127	295	025	78.09.19	-
CADINHO	N6-9	-	-	1	167	200	009	79.07.24	-
CADINHO	N7-10	-	-	1	101	042	056	79.07.19	-
CADINHO	N7-12	-	23 (3)	1	080	038	053	79.07.20	-
CERÂMICA c.c.	afc-1	-	23 (1)	1	-	-	-	78.07.05	-
CERÂMICA c.c.	D9-s/n	-	23 (2)	2	-	-	-	78.09.14	-
CUNHA	D9-s/n	96/89	25 (3)	2	-	-	-	78.09.23	4.41
ENXO	L12-62	88/89	25 (1)	1	030	070	040	79.07.20	134.75
ESCOPRO	D9-s/n	91/89	26 (5)	2	043	050	041	78.10.24	14.68
ESCÓRIA ?	D9-s/n	-	-	2	006	029	060	78.10.27	-
ESCÓRIA ?	D9-s/n	-	-	2	110	042	064	78.10.27	-
FURADOR	I18-3	99/89	25 (4)	1	081	100	024	79.07.25	0.81
FURADOR	K7-78	94/89	26 (3)	1	046	097	010	78.10.26	3.96
FURADOR	M8-7	100/89	26 (4)	1	200	142	025	79.07.09	4.64
LÂMINA	L7-s/n	93/89	26 (2)	1	143	175	012	78.10.26	13.17
LÂMINA	I16-3	110/89	26 (1)	1	079	036	020	79.07.27	22.55
MACHADO	D9-s/n	86/89	25 (2)	2	-	-	-	78.00.00	230.5
MOLDE	AFC-2	-	24 (2)	1	-	-	-	78.00.00	-
MOLDE ?	L12-11	-	-	1	-	-	15	79.07.18	-
P. SETA	L12-59	89/89	26 (7)	1	080	030	050	79.07.20	7.3
PINGO	C8-s/n	92/89	152	2	-	-	-	78.09.27	1.57
PINGO	E8-s/n	98/89	-	2	375	080	012	78.09.22	0.68
PINGO	E9-s/n	97/89	152	2	280	202	019	78.09.20	6.65
PINGO	L12-60	-	-	1	100	060	050	79.07.20	0.27
PINGO	L8-s/n	95/89	24 (1)	1	-	-	-	78.09.16	3.21

Fig. 4.50. Inventário dos testemunhos de metalurgia no Cerro do Castelo de Corte João Marques. des: designação; reg: quadrado; loc: Sondagem; amd: ano/mês/dia (data da recolha); peso: peso à centésima do grama; CFN: número de análise no Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa,

A recolha de um molde de fundição de furadores evidencia a situação proposta e a estrutura de fundição de cobre detectada reforça a convicção de que a fundição e trabalho de instrumentos de cobre era uma actividade quotidiana, ou pelo menos conhecida colectivamente, dos habitantes do sítio.

O «secretismo» das actividades de mineração do cobre, pretendido por alguns autores, não tem qualquer probabilidade quando a dimensão do espaço e do grupo que o ocupa é escasso.

A «profissão» metalúrgica, com os seus «segredos», fábulas e superstições, nasce provavelmente com o trabalho do Ferro, não sendo sequer nítida durante a Idade do Bronze do Sudoeste.

Como veremos em *Síntese e Discussão* (4.5.), este não é ponto de menor interesse.

Se é ponto a que se atribui grande relevo o número relativamente elevado, para sítio de tão pequenas dimensões, de artefactos e testemunhos de fusão do metal, deve também ser sublinhada a sua distribuição díspare pelas áreas estudadas.

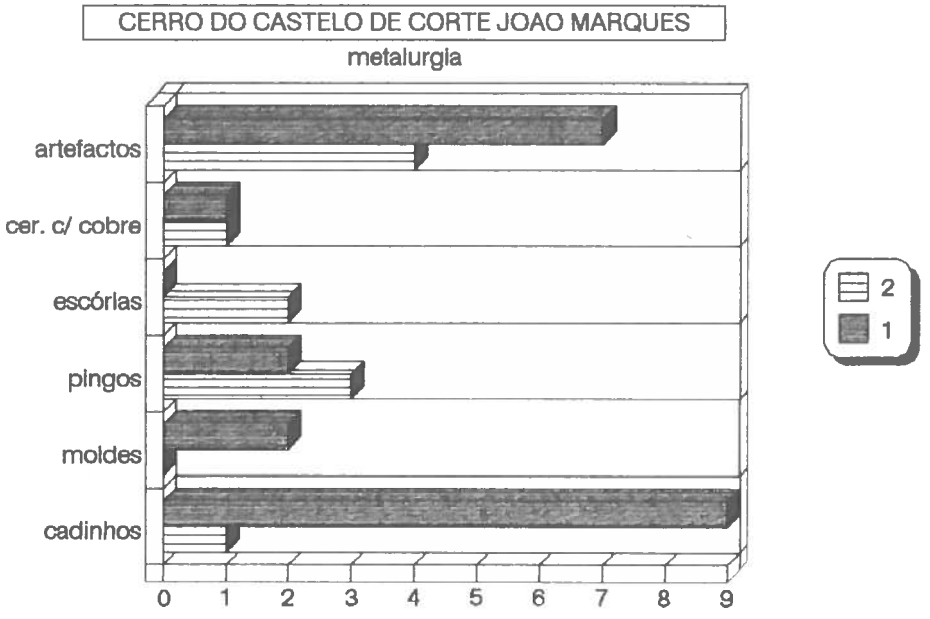
De qualquer forma, mais importante que a distribuição dos artefactos é a dos testemunhos de práticas metalúrgicas locais, indicando a utilização geral do espaço para estas finalidades.

Não haverá assim, portanto, uma área exclusivamente destinada à metalurgia?

A estrutura de barro cozido por altas temperaturas identificada no Cerro do Castelo de Corte João Marques foi considerada como um local de fusão do cobre.

A verdade, porém, é que a difícil compreensão do espaço mais a Este do povoado se deve a já referidas acções de lavoura. O que subsistiu da estrutura não permite fazer uma ideia nítida de como seria ela constituída, sabendo-se apenas da intensidade do fogo e dos traços indiscutíveis de fundição do cobre. O molde de furadores, cerâmica com cobre aderente, gotículas de cobre em cerâmica de revestimento são provas acumuladas da função daquele espaço, de outra forma incompreensível.

A proporção relativa dos artefactos metálicos está patente no gráfico da Fig. 4.52. É de reter o número de furadores, com 30% do total, tanto como os artefactos diversos. Mas, considerando o estado de grande degradação dos artefactos metálicos, e sendo os mais atingidos os de menor espessura, não é improvável que esta proporção pudesse ter sido diferente.



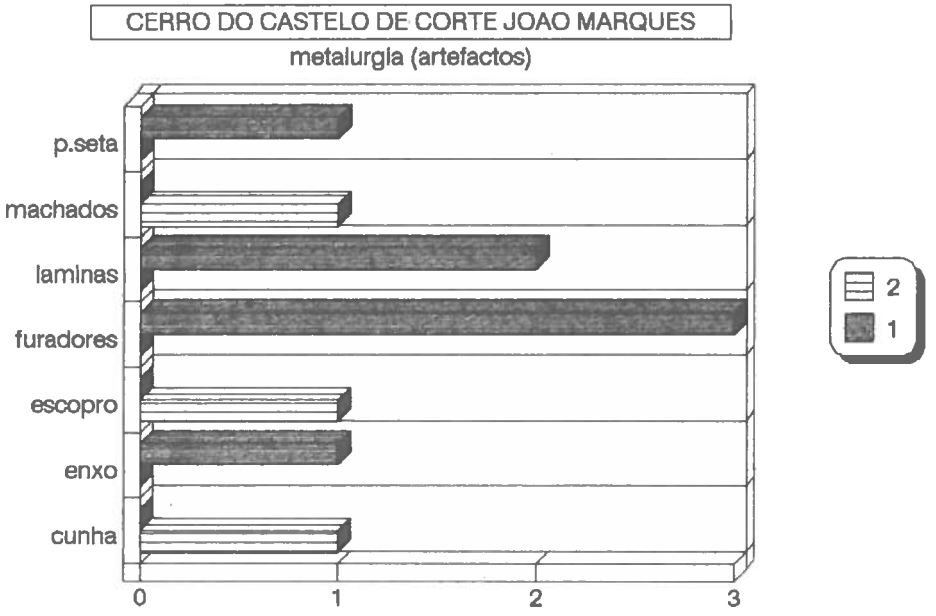


Fig. 4.51. (*em cima*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Presença de artefactos e testemunhos de fusão local do cobre. As barras 1 indicam proveniência da Sondagem 1; as 2, da Sondagem 2. Os números constantes do eixo x referem-se a números de registos.

Fig. 4.52. (*em baixo*) Tipos de artefactos de cobre recolhidos no Cerro do Castelo de Corte João Marques. As barras 1 e 2 referem-se às sondagens.

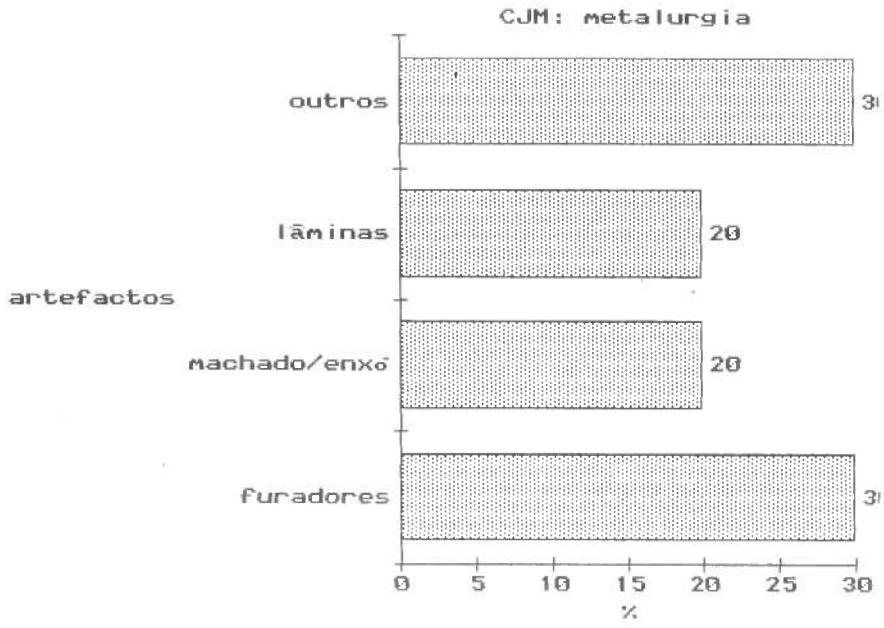


Fig. 4.53. Cerro do Castelo de Corte João Marques: Proporções relativas dos artefactos de cobre. Dominam os artefactos para perfuração e corte apoiado (nomeadamente, furadores) sobre os de corte por golpe desferido (machados e enxós).

4.4.2.9. *Artefactos relacionados com o sagrado*

Recolheram-se no Cerro do Castelo de Corte João Marques três fragmentos de recipientes com decoração simbólica. Outros traços relacionados com o sagrado, comuns em povoados calcolíticos («ídolos-cilindro», «ídolos-falange decorados»...) estão ausentes dos inventários. Mas, como se tem sistematicamente advertido, a elevada acidez do solo, que destruiu todos os vestígios orgânicos, pode ser responsável pelo desaparecimento destas figuras cujo suporte tenha sido o osso.

Os três registos são provenientes da Sondagem 2, de D.9. mais especificamente, e foram recolhidos em relativa proximidade.

Considerada a sua especificidade, são aqui descritos e não no quadro das cerâmicas do povoado analisadas em ponto também próprio.

D.9.-cs1: fragmento de recipiente, forma fechada, indeterminável com precisão, mas muito provavelmente um esférico achatado, ou uma forma compósita, como as que suportam, na Andaluzia, as decorações pintadas, tipo Los Millares 40, Tarajal ou Rambla de Huéchar 2.

Está decorada com incisões largas. A partir das representações incisas, é possível reconstituir parte considerável do motivo: olhos solares de grande dimensão, logo abaixo de cada um existiriam 4 linhas curvas paralelas entre si («pinturas» ou «tatuagens faciais»). Abaixo dos olhos, e no espaço entre a incisão superior de cada bloco de «pinturas faciais», um ponto. Conhecendo-se o tipo de «compressão espacial» que estas representações registam e a importância da representação do sexo nestas figuras da Deusa-Mãe mediterrânica, tanto poderíamos estar perante um «umbigo», como já se escreveu, como perante uma representação simbólica do sexo em alternativa ao triângulo púbico (de notar que no recentemente identificado «ídolo de cornos» do Monte da Ribeira, Redondo, existe exactamente um ponto semelhante, em vez da habitual perfuração «vaginal», Figura 8.19.).

As incisões apresentam sinais de preenchimento com pasta branca, pelo que a peça deveria ter tido aspecto particularmente cuidado, tal como aliás as duas restantes.

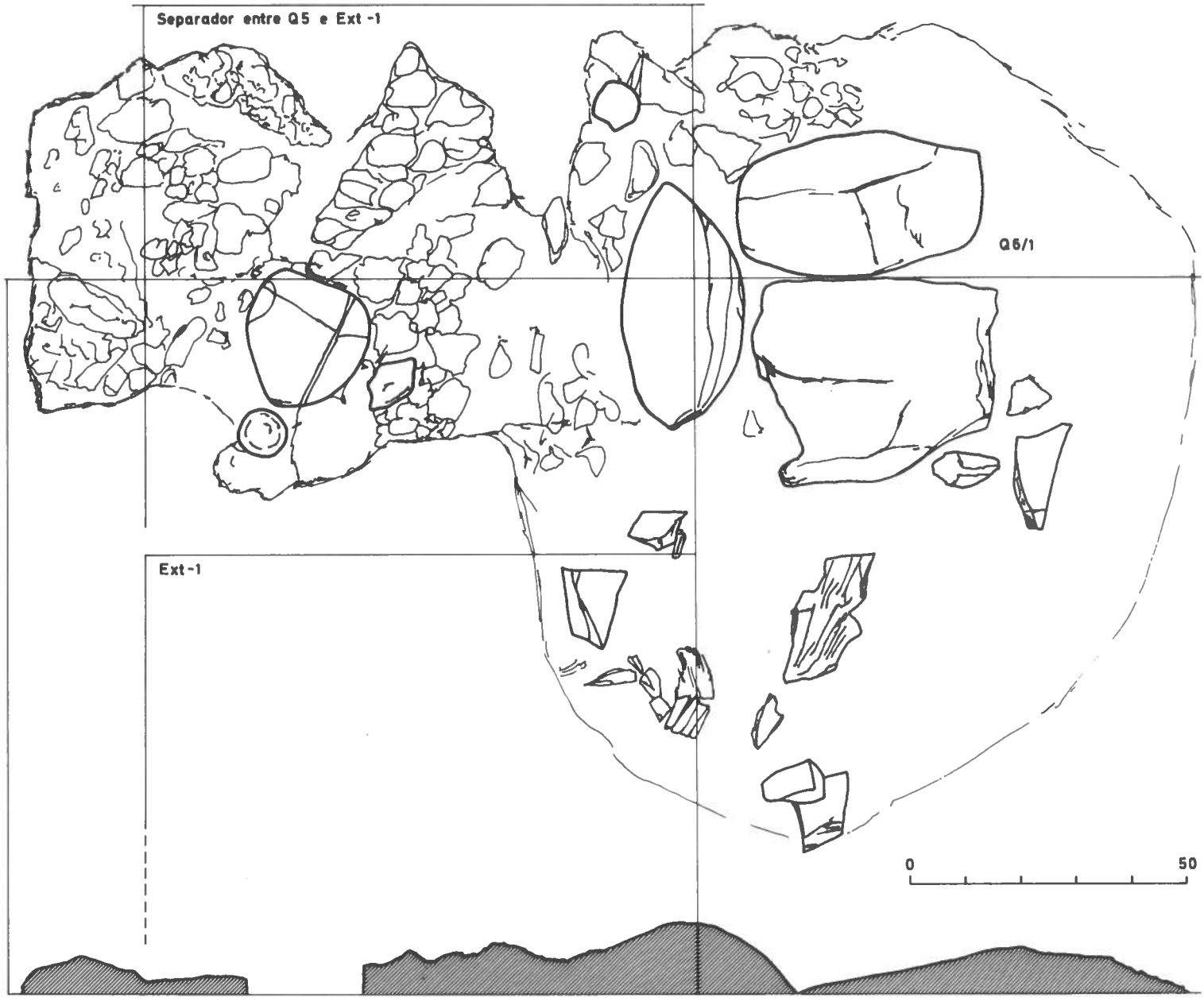


Fig. 4.54. Estrutura de fusão de cobre do Cerro do Castelo de Corte João Marques.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes:
pasta compacta; raros componentes não plásticos, de dimensões médias, quartzo e xisto; cor dominante, 5YR 7/8 (*reddish yellow*, amarelo avermelhado), cor secundária, 2.5Y 4/0 (*dark gray*, cinzento escuro), muito provavelmente uma mancha de cozedura; superfície externa alisada; superfície interna engobada; cozedura oxidante; espessura na parte superior do fragmento: 8.3 mm., na inferior, 13.1 mm.; a peça corresponde ao bojo do recipiente.

D.9.-cs2: fragmento de recipiente de forma fechada, indeterminável com precisão, talvez um tronco-cónico como o vaso do Monte do Outeiro (Aljustrel). No fragmento, distinguem-se dois componentes da simbólica calcolítica: o triângulo preenchido com pontos incisos e as linhas quebradas ziguezagueantes, aqui dispostas verticalmente. Também essas linhas, interpretadas frequentemente como sendo indicação da cabeleira da Deusa (Almagro Gorbea, 1973), estavam preenchidas com pasta branca. Uma cuidada análise com lupa binocular permite-me sugerir que os ínfimos vestígios de pasta branca detectados nos pontos do triângulo se explicam por eles estarem igualmente preenchidos.

O triângulo poderia fazer parte de um friso semelhante ao do vaso do Monte do Outeiro (Schubart, 1965), sendo portanto diverso, na composiço, dos triângulos de D.9.-cs3.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes:
pasta compacta; raros componentes não plásticos de dimensões pequenas e médias, de xisto; cor dominante, 5YR 6/6 (*reddish yellow*, amarelo avermelhado); superfície externa alisada e interna engobada; cozedura oxidante; espessura no topo do fragmento, 7.4 mm. e, no ponto de inflexão, 10.4 mm.

D.9.-cs3: fragmento de recipiente (bordo), de forma fechada indeterminável. 4.5 mm. abaixo do bordo, desenha-se uma faixa com cerca de 4.3 cm decorada com triângulos irregulares arrancando de cada um dos traços da faixa e opondo-se pelos vértices, ainda que sem se juntarem. Tanto os dois traços da faixa como os triângulos foram preenchidos com aplicações de pasta branca.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes:
pasta semi-compacta; abundantes componentes não plásticos, de dimensões pequenas e médias, de quartzo e mica; cor dominante, 7.5YR 5/4 (brown, castanho), cor secundária 10 YR 3/2 (very dark grayish brown, castanho acinzentado muito escuro); superfície interna e externa alisadas; cozedura: oxidante com arrefecimento redutor; espessura no bordo (não espessado), 4.5 mm e na extremidade inferior do fragmento, 6.3 mm.

A propósito de estes três fragmentos, haverá que sublinhar o seguinte:

(1) as formas são raras (ou mesmo únicas) em Corte João Marques, não existindo qualquer fragmento de forma reconstituível que se possa aproximar das formas de D.9.-cs1 e 2. Se não se assume atitude tão peremptória em relação ao D.9.-cs3, tal se deve a tratar-se de um fragmento de um pequeno vaso e não haver certeza de alguns bojos e fundos recolhidos nas sondagens não pertencerem a forma similar;

(2) as cores e os tipos de cozedura são idênticos, mais uma vez ressalvando-se uma alteração para D9-cs3, o arrefecimento redutor;

(3) em Corte João Marques, a cozedura oxidante não ultrapassa os 22.07% dos casos, mas a oxidante com arrefecimento redutor atinge 45.52%, pelo que constituem conjuntamente 67.59% da amostra;

(4) as pastas são, a nível dos componentes não plásticos, idênticas às reconhecidas como dominantes no povoado;

(5) as superfícies, particularmente no caso de D.9.-cs1 e 2, apresentam-se cuidadas.

Estes pontos conduzem-me a defender o fabrico local destes recipientes, com as reservas habituais, até à obtenção das análises de pasta que permitam afirmar outra hipótese.

4.5. SÍNTESE E DISCUSSÃO

4.5.1. *As estruturas do quotidiano: uma interpretação de conjunto*

Não é simples uma apreciação global das estruturas do quotidiano da população que habitou o Cerro do Castelo de Corte João Marques. Tal se não deve a uma sua intrínseca complexidade, mas a outros factores, nomeadamente modernos e contemporâneos (que incluem destruições extensas provocadas pelos trabalhos agrícolas).

No entanto, algo pode ser dito, com razoável margem de segurança.

Em primeiro lugar, a própria microtopografia do topo do sítio nos deixa entender que não poderia constituir a base para uma ocupação extensiva. A parte mais elevada é de dimensões reduzidas e oferece um abrigo singularmente ineficaz para um povoado, se considerarmos que se trataria de um lugar de habitação permanente. A exposição aos ventos de Inverno, sem a protecção de estruturas defensivas (que exercem sempre um efeito deflector), tornaria o sítio particularmente inóspito. Talvez por isso (e, eventualmente, para se conseguir uma certa camuflagem), a ocupação calcolítica mais intensa deve ter tido lugar na encosta Este, exactamente na área em que incidiu a mais extensa escavação da Sondagem 1.

A densidade dos registos, praticamente nula na área de topo da Sondagem 2, esparsa na sua área da encosta Norte, insignificante no prolongamento para Norte da Sondagem 1, intensa na Sondagem 1/encosta Este, testemunha a desigualdade na apropriação do espaço e a concentração do grupo numa localização bem delimitada.

A dimensão do grupo é apenas indiciada, aqui, por um segmento arqueológico do mundo real assaz mutilado. Ainda assim, parece-me possível defender um baixo número de habitantes (entre 10 e 20?) para o Cerro do Castelo de Corte João Marques. As escassas estruturas de *habitat* detectadas parecem disso prova segura.

À questão de nos encontrarmos perante *que* determinado tipo de povoação, é mais fácil responder. Estaremos perante uma *aldeia* (no sentido neolítico do termo), uma *povoação* (no sentido meramente geográfico) ou perante uma *unidade rural económica mínima* (o equivalente a uma *quinta* ou *casal*)? Em análise territorial (ou *arqueologia espacial*, se se preferir) a não correcção das delimitações teóricas das áreas de recursos através da inserção do factor população, constitui-se numa das maiores margens de risco do método. Quase tão grave como a não consideração do nível tecnológico do grupo em análise.

Em Corte João Marques, e na maior parte de outros sítios da mesma época, raramente é possível uma determinação exacta do número de habitantes. A proximidade do Cerro do Castelo das Mestras, cuja área de influência teórica se sobrepõe, na carta, à de Corte João Marques, justificaria uma análise da superfície disponível para habitação em ambos sítios. E, a um primeiro olhar, a escassa superfície utilizável do Cerro do Castelo de Corte João Marques contrasta com a extensão da área disponível nas Mestras.

Mas, como gosto de repetir, *a carta não é o território...*

Com as precauções obrigatórias por um dos sítios não ter sido escavado (mas apenas prospectado superficialmente), e o outro escavado parcialmente, seria levado a sublinhar a possibilidade de Corte João Marques representar um lugar secundário de povoamento, o que não é dizer que o Cerro do Castelo das Mestras constituia necessariamente um «lugar central».

Hodder (1984: 16 e seqq.) chamou a atenção para algumas das peculiaridades geradas por situações deste género. Mas a passagem dos «dots on maps» para «context» subentendem, como condição de exequibilidade, padrões de pesquisa apenas em via de implementação entre nós. Martínez e Zapatero releram, aliás, os problemas de distribuição dos sítios e da análise territorial, percebendo que a determinação daquilo a que chamam «territorio de explotación» (1984: 69) «... repesenta una forma de medir, con un instrumento independiente, al variable de explotación económica en cada yacimiento.» (*ibidem*). Como outros autores sempre deixaram entender, mas nem todos aparentemente perceberam, desenhar polígonos nos mapas pode ser tarefa tão estéril, senão consideravelmente mais incorrecta, que marcar pontos nos mesmos.

As estruturas habitacionais de Corte João Marques parecem poder distribuir-se por dois tipos: (1) estruturas permanentes; (2) estruturas temporárias.

No primeiro grupo, incluir-se-á a cabana sub-rectangular identificada. No segundo, as estruturas que estariam conectadas aos buracos de poste isolados na Sondagem 1. Com efeito, o facto de a estes buracos não corresponder nenhuma estrutura visível dificilmente seria explicável pela sua total destruição, sendo mais provável terem eles servido de implantação a postes levantados para suportar abrigos perecíveis ou simples paraventos. A proximidade entre estes buracos de poste e a estrutura relacionada com a fundição de cobre poderia reforçar esta última hipótese. Poderiam assim, possivelmente, ter feito parte de uma estrutura deflectora de ventos, montada para proteger esta área e o fogo que nela, eventualmente, viesse a ser aceso.

Será Corte João Marques um pequeno povoado de prospectores de metal ou um acampamento de longa duração dos mesmos? Ou nem uma coisa nem outra?

A presença de um tão grande número de dormentes e moventes, o que significa uma intensa actividade de farinação, deixa entender que, se não a totalidade do grupo, pelo menos uma parte considerável dele deveria estar estabilizada, ligada a um território de exploração agrícola. É certo que em Tichitt os nómadas regressam periodicamente a casas onde compreensivelmente abandonaram os moventes e dormentes destinados à farinação, mas a densidade de ocupação patente na Sondagem 1 parece contrariar irreversivelmente esta hipótese.

Por outro lado, não existe desproporção, bem pelo contrário, entre os testemunhos de metalurgia (escórias, pingos) e os artefactos recolhidos no sítio, o que pode indiciar o uso predominantemente local da produção de artefactos metálicos.

A totalidade dos dados disponíveis leva-me, portanto, a afirmar que Corte João Marques, na sua ocupação calcolítica, traduz a existência de uma muito pequena povoação de agricultores que dominavam e praticavam a metalurgia do cobre. A total desaparição dos restos orgânicos impede que se meça a proporção do pastoreio ou da simples criação de gado nesta economia.

Creio que a abundância local em cobre poderia possibilitar uma rede de trocas em que o metal manufacturado desempenharia, eventualmente, algum papel. No entanto, a relativa frequência das ocorrências de cobre no Alto Algarve Oriental impede uma sobrevalorização do papel deste metal em trocas locais. A existir uma rede de trocas que justificasse uma produção excedentária de artefactos metálicos, tal rede seria necessariamente mais ampla, e possivelmente organizada em função de dois polos, o baixo alentejano e o algarvio litoral, particularmente este último, uma vez que o cobre está também longe de ser infrequente no Baixo Alentejo.

Uma área de particular interesse parece, assim, residir no Algarve litoral, desprovido de cobre, sobre cujo Calcolítico, à excepção de Ferradeira e Alcalar, pouco ou nada sabemos. O que limita singularmente a compreensão dos prováveis mecanismos de troca.

4.5.2. *O trabalho da pedra*

A primeira impressão com que se fica, olhando o inventário de Corte João Marques, é, instantaneamente, a da desproporção entre os artefactos de pedra lascada e os metálicos. Esta imagem é particularmente nítida se um dos termos da comparação, a nível do trabalho da pedra, forem as indústrias laminares. Se por vezes se invoca as condições do meio físico como factor da desagregação de artefactos metálicos de escassa espessura, tal é argumento obviamente inutilizável para a pedra lascada. Conhecem-se casos de povoados em que, sendo extremamente abundante a cerâmica, praticamente se não recolheu sílex. É o caso do recentemente escavado povoado do Cabeço do Cubo, em Campo Maior. Tal facto dificilmente encontra justificação, a não ser que nos encontrássemos perante sítios altamente especializados, servindo de apoio em rotas de transumância, como poderia ser o caso do Cabeço do Cubo.

No que se refere a Corte João Marques, porém, a única via explicativa possível parece-me ser mesmo a de traduzir directamente em conclusão as proporções relativas dos testemunhos. A utilização do cobre ter-se-ia provavelmente generalizado de tal forma que os artefactos em pedra lascada, cuja eficácia depende em grande parte da matéria prima utilizada, seriam efectivamente de uso menor no conjunto.

As dificuldades em abastecimento de sílex, a pedra mais indicada para este tipo de artefactos, seriam assim compensadas pelo acesso fácil a ocorrências de cobre, transformado no povoado em artefactos de uso comum. É pois uma imagem de escassez (e de limitada diversidade) que retemos ao analisar os artefactos de pedra lascada do Cerro do Castelo de Corte João Marques. Tanto as pontas de seta como as lâminas se distribuem por formas comuns em todos os povoados calcolíticos no Centro/Sul. Nenhuma informação específica, para além desta, é extraível do conjunto.

A pedra polida, quase toda tendo o anfibolito como suporte, apresenta sinais inconfundíveis da sua integração plena no Calcolítico: são, geralmente, machados de secção rectangular, sub-rectangular e elíptica.

Para além de cinco exemplares integralmente conservados, recolheram-se outros tantos com as características fracturas de uso, geralmente no sentido longitudinal do artefacto, mas também em diagonal, a partir de impactos no gume.

Curiosamente, as peças fragmentadas aparentam estar num estado inicial de utilização, dando mesmo a ideia de se terem fragmentado aos primeiros impactos.

Não deixa de ser interessante vincar a aparente inexistência de enxós de pedra polida (a única enxó proveniente deste sítio é exactamente um exemplar de cobre).

Entre a pedra afeiçoada, é de salientar a existência maciça de percutores, dormentes e moventes.

Poderia parecer exagerado conectar exclusivamente os percutores à picotagem de dormentes e moventes, uma operação destinada a aumentar o atrito das superfícies activas de ambos artefactos. Mas creio existir grande margem de segurança para que se possa afirmar ser, muito provavelmente, essa uma das suas principais funções. Todos os testes levados a efeito no Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa, ao tempo dirigido por Fernando Bragança Gil, não acusaram a mínima presença de matérias cupríferas, não parecendo assim possível atribuir-lhes, com segurança, a função de esmagamento de minério.

Os percutores são, naturalmente, artefactos não especializados por excelência e muitas outras funções que poderiam episodicamente ter desempenhado são hoje indetectáveis, ainda que possamos supô-las. São assim, pela sua natureza, basicamente, artefactos não especializados do quotidiano.

Os dormentes e moventes, em número como se viu extremamente elevado, levantam um curioso problema, aliás idêntico, ainda que em menor escala, ao levantado pelos «pesos de pesca» e pelas «tampas» que serão referidas de seguida.

A filosofia que presidiu, desde o primeiro momento, aos trabalhos em Corte João Marques e Santa Justa, foi o da recolha integral dos testemunhos arqueológicos. Não temos a certeza que tal prática tenha sido sempre seguida noutras escavações pelo que careceria de rigor comparar perspectivas de registo diferenciadas. Mas observações directas à superfície de outros povoados da mesma época fazem crer que a situação detectada em Corte João Marques e Santa Justa não é única. Em solos com tão escassas potencialidades agrícolas, ela assume, porém, um significado mais denso que nos «Barros» de Beja e Serpa, ou noutras áreas férteis do Alentejo e Estremadura. Traduz, muito concretamente, e adiante voltaremos a este assunto, uma intensa utilização da terra, só possível no Alto Algarve Oriental pela utilização do arado.

Os «pesos de pesca» são seixos planos, com estrangulamentos nos bordos, a meia altura, que se supõem destinados a uma melhor fixação do cordel. Assim interpretados em Alcalar e noutros sítios calcolíticos, a sua presença em Corte João Marques seria explicável pela prática da pesca nos pêgos das ribeiras, ainda hoje hábito comum nas populações do Baixo Alentejo e do Alto Algarve Oriental.

As «tampas» de xisto são artefactos que implicam trabalho mínimo, resultando do afeiçoamento de placas pouco espessas de xisto, abundante na região. São assim obtidos artefactos cuja dimensão varia e que, morfologicamente, se dividem em dois grupos. O primeiro, reune artefactos de forma discóide, obtidos por completo afeiçoamento da sua periferia. O segundo, agrupa artefactos que conservam dois polos opostos não afeiçoados, geralmente rectilíneos, correspondendo à fractura natural do xisto. As áreas periféricas, que se encontram entre eles, são afeiçoadas em segmento de círculo. Não existem muitos exemplares publicados de outros sítios que permitam comparação, mas é de supor

que, tal como aconteceu com os suportes de vaso, não tenham sido reconhecidos como artefactos ou que, pura e simplesmente, não tenham sido incluídos nos inventários.

Alguns destes artefactos registam sinais de fogo e a sua utilização como tampas de recipientes parece ser a única aceitável. No caso dos exemplares maiores, poderia ser avançada como hipótese a sua utilização como placas térmicas para a cozedura de *galettes* de cereal. Mas esta utilização, não sendo improvável, não tem obviamente qualquer testemunho específico a seu favor (nem a anterior, aliás).

4.5.3. *A cerâmica*

As formas cerâmicas do Cerro do Castelo de Corte João Marques não apresentam consideráveis diferenças dos conjuntos conhecidos em outros lugares de povoamento calcolítico, ainda que elas, naturalmente existam, em menor escala, por vezes localizadas ao nível das ausências.

Começando por estas últimas, deve registar-se a completa ausência da taça carenada, presente ainda que escassamente nos níveis iniciais do Monte da Tumba, de onde desaparece totalmente nos níveis médios e finais (Silva e Soares, 1988: 24). Tal situação, como se verá idêntica à verificada em Santa Justa, contrasta em extremo com o que se sabe dos povoados da Mangancha e Sala n.º 1. A questão fundamental residiria, também, naturalmente, em sabermos se a presença da taça carenada tem um significado regional ou estritamente cronológico. Se se verificar esta última possibilidade (como defendem, entre outros, Tavares da Silva e Soares), e se a taça carenada for, efectivamente, indicador de um período do Calcolítico precedendo aquele em que predominarão pratos e taças simples, Corte João Marques poderia ser colocada numa fase média dentro do Calcolítico. Mas tal como uma data não são datas, também uma estratigrafia não são estratigrafias... e o significado da ausência da taça carenada pode bem ser outro.

A escassa presença dos potes não é facto que possa ser considerado como particularmente preocupante, sobretudo pela sua função presumida (a de contentores de reservas alimentares) poder também ser desempenhada pelos esféricos altos.

Pratos e taças muito abertas, a grande inovação do Calcolítico a nível das formas cerâmicas, terão significado diferente. Os pratos ocupam 19% do conjunto e as taças 34%, ultrapassando estes dois tipos de formas abertas mais de metade da amostra.

A elevada presença de pratos e taças parece-me de conectar a um fenómeno indiciado pelo presença maciça de dormentes e moventes: uma economia dependente da agricultura e uma alimentação com uma forte componente vegetal, implicando o consumo de cereais cozinhados.

Esta situação é claramente diversa da verificada para períodos anteriores e denota o aparecimento de novos hábitos alimentares, muito possivelmente resultantes dos progressos na antropização do espaço.

As formas inexistentes na cerâmica comum do Cerro do Castelo de Corte João Marques (e presentes, como veremos, no Cerro do Castelo de Santa Justa) são exactamente formas que encontramos representadas (associadas a pratos) no importante conjunto funerário de Huelva, nomeadamente em El Pozuelo 3, 5, 6 e 7, e em La Zarcita (Cerdán Márquez *et al.*, 1952).

Se a proporção entre formas abertas/fechadas (68% para 32%) traduz a específica quantidade de recipientes necessários a diversas funções, não deixa de ser interessante referir a presença minoritária, dentro das abertas, das taças em calote (14% da amostra), curiosamente a maioritária em todos os níveis do Monte da Tumba (Silva e Soares, 1988: 24).

Mesmo corrigindo os nossos números para os confrontar com a tipologia daqueles autores (que não estabelece distinção prioritária entre formas abertas e fechadas) e juntando as nossas taças em calote abertas às fechadas, estes indicadores, ainda que alterados, manteriam significado. Dentro das formas fechadas, os maioritários são indiscutivelmente os esféricos altos (30%), logo seguidos das taças em calote fechadas (26%).

Considerada a diversidade da localização geográfica dos conjuntos, não considero, neste contexto, adequado estabelecer comparação com os povoados da «Pré-História recente», estudados em Chaves e Vila Pouca de Aguiar por Susana Oliveira Jorge (1986), ainda que se trate realmente dos raros conjuntos tratados estatisticamente para o Calcolítico.

Uma observação constante para pratos e taças baixas reside no facto de as suas superfícies *externas* serem sempre grosseiramente acabadas e as *internas* engobadas e polidas. Tal não é, aliás, de estranhar, uma vez considerada a sua presumível função de contentores provisórios de alimentos em consumo.

Os esféricos altos e os potes apresentam, muitas vezes, a superfície interna rugosa, enquanto a externa se apresenta alisada e polida. O que também não é bizarro e, ao contrário do que poderia parecer, não traduz uma específica prescrição de fabrico para estas formas, mas as condicionantes técnicas da sua montagem, sendo difícil proceder a um cuidado engobe e polimento das superfícies internas das formas fechadas.

Os recipientes fechados e altos apresentam, também, predominantemente, cozeduras redutoras.

Finalmente, e concluindo provisoriamente este ponto, diria que os pratos de bordo espessado são largamente maioritários em relação aos de bordo não espessado (63% contra 37%) e as taças de bordo espessado apresentam proporção inversa (44% contra 56%). Os pratos de bordo espessado internamente, designados por vezes por «almendrados» representam 82% dos pratos de bordo espessado e 50% da totalidade dos pratos.

4.5.4. *A metalurgia*
4.5.4.1. *A natureza das evidências*
4.5.4.1.1. *Observações gerais*

O Cerro do Castelo de Corte João Marques forneceu elementos específicos que permitem afirmar não apenas o uso local de artefactos de cobre, mas a sua própria manufactura naquele sítio.

E se os artefactos se encontram dispersos por três das quatro áreas escavadas no povoado, as evidências da prática metalúrgica apareceram particularmente nítidas, incluindo uma estrutura de barro cozido e placas de xisto laminar, muito destruída, onde se recolheram numerosos fragmentos de cerâmica de revestimento com traços de elevadas temperaturas, dois bordos de recipientes cerâmicos (com cobre aderente e a típica cor cinzenta clara, comum aos cadinhos) e um percutor em rocha dura, esverdeada, apresentando, também ele, traços de fogo intenso. O molde para furadores afc-2 tem exactamente a mesma proveniência.

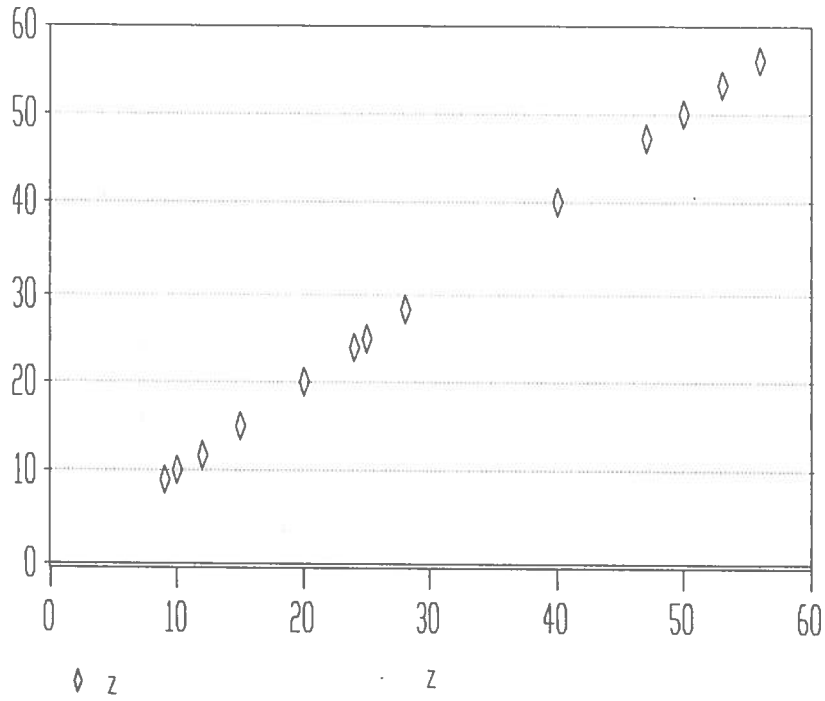
Se bem que esta estrutura se encontrasse numa camada quase superficial do povoado, extremamente atingida pelos trabalhos agrícolas, a sua disposição mostrava-a como muito diferente da estrutura de Santa Justa designada por «de I.25.» e que se supõe ter sido um forno onde também se fundiu metal. O ponto comum reside na cerâmica de revestimento, confirmando tratar-se em ambos casos de derrubes de uma estrutura aérea, de razoáveis dimensões em Santa Justa e menores em Corte João Marques.

Os 32 registos referentes à metalurgia de Corte João Marques distribuem-se pelas seguintes categorias: (1) pingos; (2) cadinhos; (3) escórias; (4) moldes; (5) artefactos; (6) artefactos metálicos não identificados, amnis; (7) cerâmicas com cobre aderente.

Se previamente excluirmos o molde e os dois registos duvidosos, estes últimos referentes às escórias, e os agruparmos por números e percentagens, teremos:

amni :	1	4%
cadinhos :	10	37%
cer. c/ cobre aderente:	2	—
artefactos :	10	37%
molde :	1	4%
pingos :	5	18%

(Considerando a delimitada natureza de testemunho das cerâmicas com cobre aderente, foram elas incluídas na contagem, mas uma vez que a sua ligação com a metalurgia se opera a um outro nível dos outros registos não as contámos em termos percentuais. Haveria ainda a considerar um presumível algaraviz de forja, reconhecido posteriormente. Ver vol. 2, Est. 147.2.).



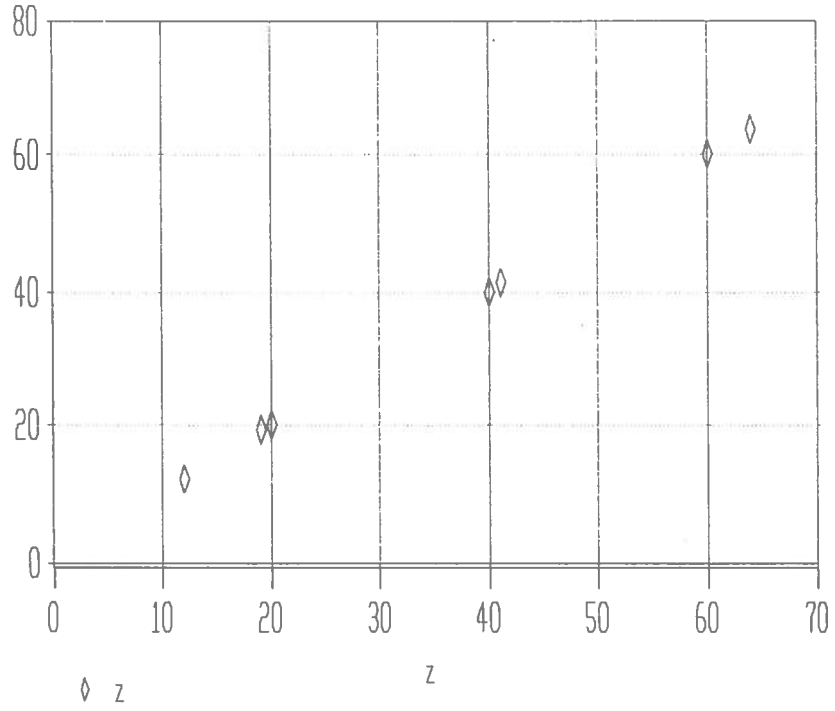


Fig. 4.55. (*em cima*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Artefactos e testemunhos de metalurgia do cobre da Sondagem 1 (distribuídos de acordo com a coordenada Z).

Fig. 4.56. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Corte João Marques: Artefactos e testemunhos de metalurgia do cobre da Sondagem 2 (distribuídos de acordo com a coordenada Z).

O inventário evidencia claramente uma população de artefactos relativamente elevada, se tomarmos em conta a área objecto de escavação e as próprias dimensões do sítio.

O número dos cadinhos, e a densidade que neles se regista de traços de utilização, é outro facto a sublinhar (componentes da pasta recristalizaram devido às elevadas temperaturas) e estão documentados pelas macro-fotografias obtidas com lupa binocular. Ver a este respeito o vol. 2, Est. 150-151, e comentários em legenda.

Se recuperarmos agora o gráfico da Fig. 4.52., estaremos em condições de procurar discutir os dados que evidencia. No entanto, torna-se necessário fazer algumas advertências que tornem estes números mais informativos.

Em primeiro lugar, os mínimos. A primeira observação é, naturalmente, a que se refere às escórias de fundição, reduzidas a dois registos, sob reserva, da segunda área da Sondagem 2. E também a que se justifica melhor: as condições de retenção de água no solo de Corte João Marques são extremamente peculiares e a elevada acidez provocou, como repetidas vezes se disse, a total destruição dos vestígios orgânicos e a danificação dos metálicos. Nem um único artefacto de osso foi recolhido e muito raros são os restos de fauna (irreconhecíveis). A razão não pode ser outra senão a sua lenta desintegração. Também os artefactos de cobre não fogem à regra e o seu estado era, na sua quase totalidade, de corrosão activa. No caso da lâmina I.16.-3, a corrosão adelgaçou a peça a um mínimo e chegou a perfurá-la. Também a enxó L.12.-62 se apresentava em bastante mau estado e foi necessário estabilizar a corrosão, antes que análises pudessem ser feitas.

Tudo isto explica a provável desaparição de traços mais ténues de metalurgia, como as escórias, eliminados pelos agentes físicos e químicos.

Resta acrescentar que a ocupação estudada em Corte João Marques se reporta a uma área extremamente inclinada e onde os escorrimentos de água deveriam ser intensos no período das chuvas, aumentando os efeitos naturais já referidos.

Quanto ao tipo dos artefactos, e mesmo antes de lhe dedicarmos comentário específico, poderá dizer-se que estão representados os principais e mais comuns, com a tónica, como habitualmente, colocada nos furadores, ainda que em proporções diversas de Santa Justa (30% do total de artefactos em Corte João Marques, contra 58% em Santa Justa). Mas não terá esta discrepância também a ver com os agentes físicos e químicos, mais radicais em instrumentos pequenos e delgados que em peças mais espessas e, portanto, mais resistentes?

4.5.4.1.2. *Distribuição espacial dos intervenientes*

Como se viu oportunamente, as duas sondagens efectuadas em Corte João Marques tinham por objectivo quatro áreas distintas. A distribuição, por elas, dos intervenientes no processo metalúrgico não deixa de apresentar algumas informações interessantes.

Assim, dos 10 cadinhos recolhidos no povoado, apenas 1 é proveniente da segunda área da Sondagem 2, na encosta Norte. Os restantes são provenientes da Sondagem 1 (encosta Este), justamente aquela em que se identificaram estruturas de habitação e essa outra que ligamos à fundição do cobre. No entanto, 3 dos 5 pingos foram recolhidos em quadrados da encosta N., tal como o fragmento de cerâmica decorada e com cobre aderente D.9. (Vol. 2, Est. 23: 2).

Resumidamente, diríamos que se encontram na área abrangida pela Sondagem 1 todos os intervenientes no processo metalúrgico e ainda artefactos metálicos em uso. O que permite classificar esta área como estando para além da simples actividade doméstica (confirmada pelos artefactos recolhidos). Seria assim, também, área de fusão e manipulação do cobre, testemunhando realmente uma intensa actividade em que artefactos de uso comum e intervenientes do processo metalúrgico se encontram associados a cabanas e a estruturas relacionadas com a fundição do cobre.

4.5.4.1.3. *Distribuição espacial dos artefactos*

Se atentarmos, mais uma vez, na distribuição dos artefactos de acordo com o espaço objecto de sondagens, serão possíveis alguns comentários.

Assim, os instrumentos perfurantes surgem com a seguinte disposição

Sondagem 2: 2
Sondagem 1 (alargamento a N.): 1

Os artefactos cortantes por aplicação/arrasto (lâminas) estão apenas representados na Sondagem 1 e no seu prolongamento, um exemplar em cada área , sendo o proveniente da extensão uma interessante peça com entalhes para encabamento na base.

Os artefactos cortantes por golpe/pancada distribuem-se assim: 1 enxó no prolongamento da Sondagem 1, 1 machado na Sondagem 1, este fragmentado. Considerando as condições específicas da primeira área da Sondagem 2, nomeadamente a quase total destruição que evidencia, as ausências de metalurgia não têm, aparentemente, qualquer significado específico. Também a reduzida extensão da pequena área em que se prolongou a Sondagem 1, retira fundamentos a qualquer conclusão.

Outro é o sentido da comparação entre as coordenadas B/E-8/9 (segunda área da Sondagem 2) e as K/N-5/12 (Sondagem 1). E não só por aí encontrarmos concentrados os vestígios do próprio processo metalúrgico como pela distribuição equilibrada de artefactos. Ainda assim, não queria deixar de sublinhar o carácter especializado da ocupação do solo, diferindo a encosta Norte da Este, onde a densificação da ocupação se traduz na diversidade dos artefactos e no seu número, absoluto e relativo. Vimo-lo a propósito da metalurgia. Iremos observá-lo também no que a outros tipos de materiais se refere. E se bem que, no actual estado dos nossos conhecimentos, não seja possível determinar a dominância dos ventos no Calcolítico do Alto Algarve Oriental, talvez se possa conectar tal factor, associado à necessária camuflagem contra possíveis inimigos, com a localização da área de habitação/actividade mais densa do Cerro do Castelo de Corte João Marques.

4.5.4.1.4. *Diversidade funcional*

Sabe-se da dificuldade em, não dispondo de análises traceológicas estatisticamente representativas, determinar com exactidão a «utilidade» dos instrumentos, ainda que a «speculative functional approach» tivesse evitado a total desordem que sem ela não deixaria de se impor (a expressão é de Hayden e Kaminga, 1979: 3).

No segundo volume de este livro, em legenda às estampas dedicadas à metalurgia (fotografias e macrofotografias) indicam-se alguns pontos observados: vestígios do molde de fusão, possíveis traços deixados pela destruição do cabo.

4.5.5. *O sagrado*

Os ténues vestígios deixados pelos ritos não são mais consistentes que os que a simbólica permite traduzir. Se o gesto se perde para sempre, a menos que o texto o conserve, o símbolo cristaliza, por vezes, em representações duráveis. Mas entre a imagem e o que ela *realmente* representa existe um desfasamento dificilmente superável.

É conhecida a tranquilidade com que, até fins da década de 70, se remetia frequentemente uma figuração, uma gravura rupestre, um amontoado peculiar de ossos, uma cerâmica decorada, para o campo do «mágico» ou do «religioso». A laicização que se registou nos anos seguintes em diversos campos da mentalidade dos arqueólogos originou um outro mito, o dos «bens de prestígio», popularizado pelas sequências da «new archaeology» e seguido sem imaginação por mais de um. A *arqueologia simbólica*, um campo recente e polémico, representa uma actualização, ao gosto do fim de século, de tendências e correntes anteriores. Gallay, num brilhante exercício de estilo (1986: 107 e seqq.), mostrou quão longe podemos estar do mundo real e de que forma métodos *menos subjectivos* produzem resultados bem diferentes.

É assim com alguma preocupação que se abordam os escassos testemunhos disponíveis para este campo, no que se refere a Corte João Marques.

Ao contrário do Cerro do Castelo de Santa Justa, em Corte João Marques apenas um tipo de artefactos pode ser referido ao sagrado. Trata-se, nos três casos registados, do que é hábito designar por *cerâmica simbólica*.

Sem que uma definição precisa exista, os arqueólogos designam habitualmente por cerâmica simbólica aquela em que são detectáveis componentes de decoração de tipo simbólico, geralmente referidos às figurações da Deusa-Mãe conhecidas a partir de outros suportes. Os ídolos cilindro tipo Moncarapacho, as falanges decoradas com elementos figurativos e algumas pinturas rupestres (estas, em Espanha) referem-se a figuras interpretadas habitualmente como representando uma divindade, que alguns autores pensam a mesma das placas de xisto com decoração geométrica e das placas de grés «naturalistas», bem conhecida na cultura megalítica alentejana.

A convicção da existência de uma Deusa-Mãe, cujo culto estaria generalizado à bacia do Mediterrâneo e cuja proveniência seria eventualmente de atribuir ao Próximo Oriente, tornou-se um lugar comum. As figurações de divindades femininas conhecidas na Síria e em Chipre, bem como as representações anatólicas, foram frequentemente invocadas para explicar a generalização de uma figura cujos traços comuns eram muitas vezes, apenas e tão só, os que indicavam de forma clara o seu sexo.

A existência de um princípio «feminino» e a importância dada às representações da mulher estão documentadas pelo menos desde o aparecimento da arte do Paleolítico superior, atingindo um ponto iniludivelmente alto com as figurinhas peculiarmente designadas por «Vénus». Assim, a nossa formação greco-latina tornaria imediatamente inteligível, num perigoso imediatismo, o baixo relevo de Laussel, em que uma figura claramente feminina segura um corno. Corno da abundância, como a cornucópia, ou corno da fecundidade, como em Çatal Hüyük ou Creta. Mas, sem margens para dúvida... *apenas uma figura feminina segurando um corno*.

Os componentes que simbolizam uma qualquer divindade feminina são conhecidos, sendo o mais universal a representação do triângulo púbico, com ou sem figuração dos grandes lábios, quase sempre com indicação da característica pilosidade através de pontos incisos. Os seios surgem, por vezes, mas nem sempre são claramente indicados.

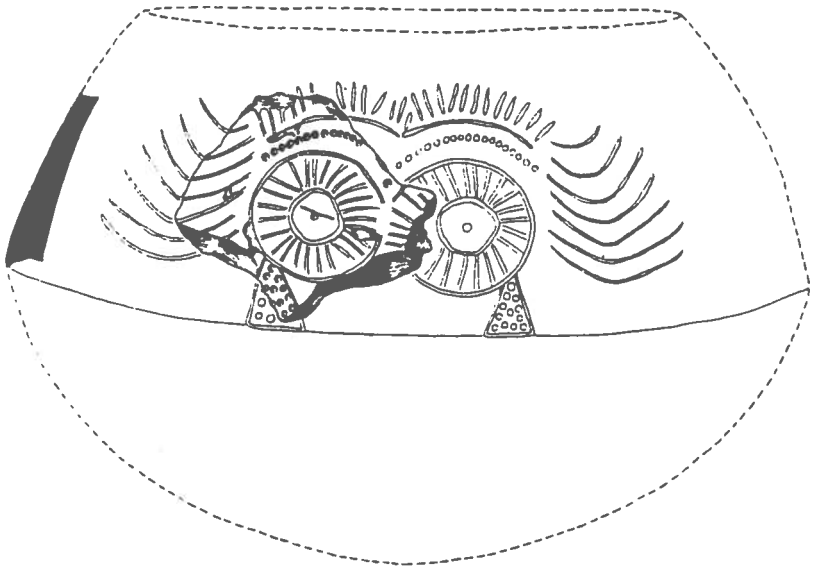
As figurinhas do Neolítico e do Calcolítico não fogem a esta regra, mas possuem frequentemente, como atributos complementares, traços ziguezagueantes simétricos e paralelos entre si, mais ou menos acentuados (que foram interpretados como sendo tatuagens ou pinturas faciais) e olhos em forma de sol, com ou sem indicação das sobrancelhas. Nalguns casos, com num fragmento de Corte João Marques, surge um ponto que poderia ser interpretado como o umbigo.

As placas de xisto com decoração geométrica mantém alguns destes componentes ou adquirem-nos por aculturação do artista que as grava.

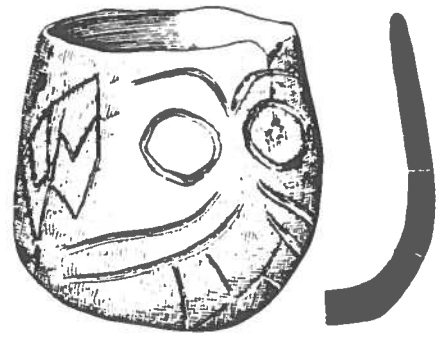
Indiscutível parece, portanto, ser o facto de existir um complexo de fenómenos mágico-religiosos suficientemente estruturados para deixar traços coerentes em espaços amplos. O santuário de La Pijotilla não parece de omitir, como notável exemplo de um culto organizado, traduzindo um fenómeno religioso muito mais complexo do que inicialmente seria de supor. A este nível, as publicações de Victor Hurtado, se pecam por um orientalismo incontido têm, no mínimo, o mérito de revelar uma realidade até ao momento única na Península, comparável pela criatividade e diversidade do produto final às Cíclades e a Chipre (Hurtado, 1978, 1980, 1981, 1986).

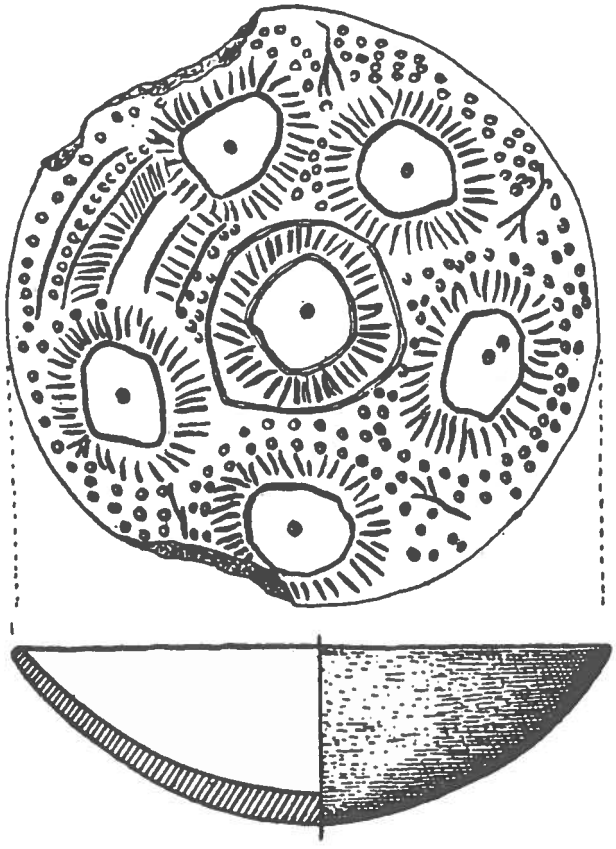
Mas, se exceptuarmos o caso da Pijotilla, não se conhecem muitas situações em que, num povoado, se concentrem tantos vestígios remetendo-nos para uma superestrutura estruturada e coesa. Tais vestígios encontram-se habitualmente nos monumentos funerários.

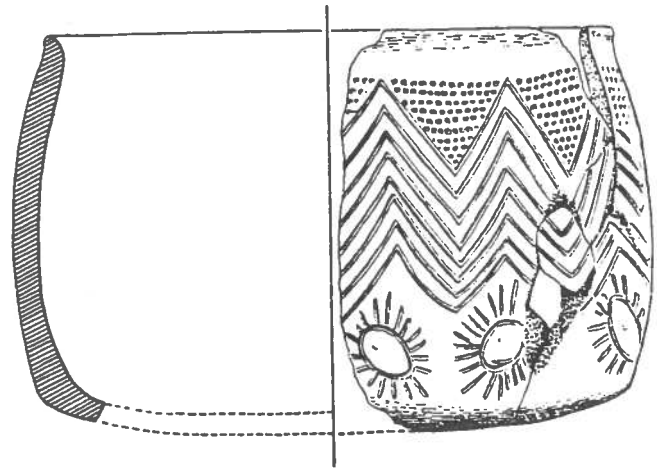
Fig. 4.57. (*na página seguinte*) Cerâmica com decoração simbólica *millarense*, proveniente do Sudeste peninsular: 1: La Encantada 1 (Almizaraque), altura do fragmento, 6.2 cm; 2: La Encantada 3 (Almizaraque), c. 1:2; 3: Los Millares 1, 1:1; 4: Los Millares 21, 1:2; 5: Los Millares 2, 1:1; 6: Los Millares 7, 1:2 (Los Millares: Almagro e Arribas, 1973; Almizaraque: Almagro Gorbea, 1965).

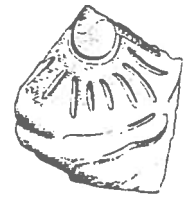




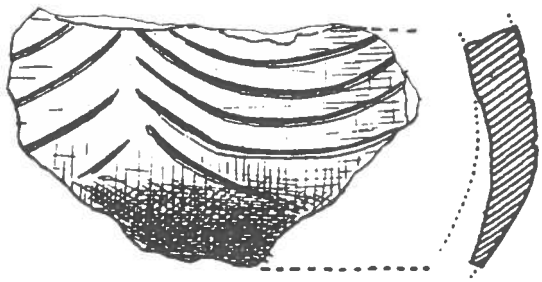












Em Corte João Marques, recolheram-se, como vimos, restos de três vasos decorados. O mais informativo (Vol. 2, Est. 27: 1; Est. 155: 1 e 2.) deixa ainda perceber os raios solares correspondendo aos olhos, conservou as tatuagens ou pinturas faciais e o «umbigo». Os outros dois (Vol. 2, Est. 27: 2 e 3; Est. 156: 1 e 2), estavam decorados com triângulos preenchidos com pontos, possivelmente formando frisos simbólicos como o que conhecemos no vaso do Monte do Outeiro, em Ourique. O fragmento da Est. 27: 2. apresenta uma banda larga, com uma dupla fila de triângulos afrontando-se pelos vértices, enquanto que o nº 3 da mesma estampa reune os traços ziguezagueantes verticais que costumam ser assimilados aos cabelos da divindade, sendo apenas visível um dos triângulos simbólicos.

A análise macroscópica, reforçada por observação mais sistemática com lupa binocular, demonstrou que todas estas decorações deveriam ser sublinhadas por aplicações de pasta branca (que aumentariam o contraste entre a cor natural da superfície dos vasos e os motivos da decoração simbólica). É uma situação comum em outros sítios do Calcolítico do Centro/Sul.

A recuperação das formas de estas cerâmicas é dificultada pelo estado de fragmentação, mas não é impossível que os fragmentos de menor dimensão tenham pertencido a recipientes semelhantes ao recolhido no Monte do Outeiro, com cuja decoração possuem aliás semelhanças indiscutíveis. Quanto ao melhor conservado de todos, a sua forma poderia ser a de um vaso esférico achatado, similar a formas conhecidas. Mas, como julgamos saber pela observação dos recipientes disponíveis, não é a forma que é importante, neste caso, mas a própria decoração simbólica.

Tem-se falado muitas vezes na existência de uma simbólica especificamente millarense, mas o certo é que reduzidas são as cerâmicas deste tipo encontradas em Los Millares, muito mais abundantes a Ocidente. De qualquer forma, os motivos simbólicos da cerâmica de Corte João Marques fazem parte de um amplo e generalizado conjunto temático e formal, como veremos em 5.6.7. Nada têm de regional, compartilhando um espaço que, pelo menos no que à simbólica diz respeito, ultrapassa as compartimentações geográficas e está para além de rios, montanhas e distâncias aparentemente intransponíveis. Mas não é essa a imagem final de quase todas as religiões que conhecemos?

4.5.6. *Discussão Geral*

Definir uma imagem global para o povoamento calcolítico do Cerro do Castelo de Corte João Marques é tarefa que apenas deverá ser encarada com restrições pelo carácter particularmente fragmentado da realidade arqueológica recuperada.

Ainda assim, é possível definir uma pequena povoação de agricultores e metalurgistas, explorando ao nível máximo os recursos disponíveis na área escolhida para a sua implantação.

A respeito das actividades económicas atestadas em Corte João Marques, poderia ser sublinhada a presença de «queijeiras». Estes artefactos, cuja interpretação foi recentemente posta em causa após análises efectuadas em laboratórios alemães (informação pessoal de Michael Kunst), estão presentes sob a forma de diversos fragmentos e ainda através de um exemplar quase completo. Este último, apresenta como particularidade o facto de não ser um recipiente de paredes perfuradas, com fundo, como é habitual, mas antes uma «manga» (Vol. 2, Est. 8 e Est. 145). Tal reforçaria a possibilidade de se tratar de uma queijeira, se as objecções recentemente levantadas forem verificadas não pertinentes. Mas, tal como noutros sítios do Sul, a presença de «queijeiras» é muito inferior à registada na Estremadura. Como se viu, o tratamento do cobre e a manufactura de artefactos metálicos é levada a efeito em pleno povoado: moldes, cadinhos, pingos de fundição e artefactos podem ter resultado de uma estrutura de fundição funcionando localmente.

A análise dos recursos é facilitada pelo carácter fossilizado dos solos. Com efeito, ao contrário do que acontece na Estremadura, no Minho ou nas Beiras, a escassa população registada em quase todos os momentos da diacronia permite afirmar que estes solos não deverão ter registado alterações significativas, no que à sua capacidade de uso diz respeito.

Por outro lado, se uma leitura desatenta poderia admitir um carácter temporário ou sazonal para esta ocupação, a presença maciça de dormentes e moventes evidencia apego

contínuo ao agro, sendo dificilmente aceitável, considerada a pequena dimensão do grupo, que apenas parte dele aí permanecesse.

O caso recentemente estudado de Tichitt (Roux, 1985), evidenciando a coexistência num único sítio de populações sedentárias e nómadas, não é facilmente generalizável, sobretudo se tivermos presentes as disparidades de dimensão entre os dois sítios.

A presença (ainda que em reduzido número) de pesos de tear em forma de linguiça, os «crescentes», confirma a existência de uma tecelagem local, actividade doméstica bem documentada para esta época. Porém, perante os números que estes artefactos registam em Santa Justa, haverá que reconhecer o carácter quantitativamente mínimo de esta actividade no Cerro do Castelo de Corte João Marques.

As restrições próprias da área de recursos de Corte João Marques, e que várias vezes sublinhei, devem, porém, ser consideradas com precaução. É que, para falarmos de sobre-povoamento, devemos obrigatoriamente tomar em conta a tecnologia e o número de habitantes do sítio. As pequenas dimensões de Corte João Marques permitiriam a utilização dos recursos disponíveis sem que as limitações da capacidade de uso dos solos constituissem um factor totalmente inibidor, ainda que certamente as devamos considerar como condicionantes do tamanho do grupo.

Tal como veremos para o Cerro do Castelo de Santa Justa, não existe rarefacção artefactual nos solos superficiais que permita defender um abandono do povoado em momento de declínio.

A presença de dormentes e moventes nas encostas do cerro, ainda que consideravelmente inferior à registada em Santa Justa, poderá indiciar a existência de áreas de actividade exteriores ao núcleo central de povoamento. A observação de dormentes, ainda que isolados, em cerros vizinhos, poderia fazer crer numa possível diversificação dos lugares de farinação.

Parece que a extinção de um povoado como este poderia traduzir, não sendo normal no registo histórico o abandono dos sítios prósperos a não ser pela força das armas ou devido a catástrofes naturais, duas situações convergentes. A primeira poderia residir num aumento demográfico que tornasse incompatível o número de habitantes com os recursos limitados oferecidos pelas características dos solos. A segunda poderia consistir no esgotamento dos recursos em cobre acessíveis a tecnologias simples de extracção (o que só seria de reter se a metalurgia fosse, efectivamente, a actividade económica dominante).

A nível da caracterização económico-social, torna-se absurdo falar dos povoados da Serra algarvia, Corte João Marques incluído, em termos de sociedades de estrutura complexa: a reduzida dimensão dos grupos tornaria inadequada tal perspectiva. Como insustentável seria a defesa de uma qualquer especialização dentro de grupos tão restritos. O conhecimento das técnicas da metalurgia do cobre, praticado em unidades de povoamento tão pequenas, não pode ser concebido como um segredo pertencente a uma elite, mas como um património colectivo, transmitido por aprendizagem de geração em geração.

Pelas suas dimensões prováveis, Corte João Marques poderia ter sido mais uma *quinta* que uma *aldeia*, reunindo uma única família extensa ou um pequeno grupo de indivíduos, associados geneticamente, em combinações diversas.

Uma hipótese que se colocou diversas vezes durante a escavação deste sítio foi a de que ele correspondesse a um desdobramento para sudoeste da população do Cerro do Castelo das Mestras. No entanto, a não escavação deste último sítio impede que tal imagem seja retida com segurança mínima.

4.5.7. Cronologia

Corte João Marques evidenciou uma total ausência de matéria orgânica, o que impossibilitou qualquer datação ^{14}C. A recolha de um bloco de barro cozido para datação pelo arqueomagnetismo não resultou em qualquer dado, tendo sido impossível, até ao momento, o transporte do bloco da UNIARCH para um laboratório adequado.

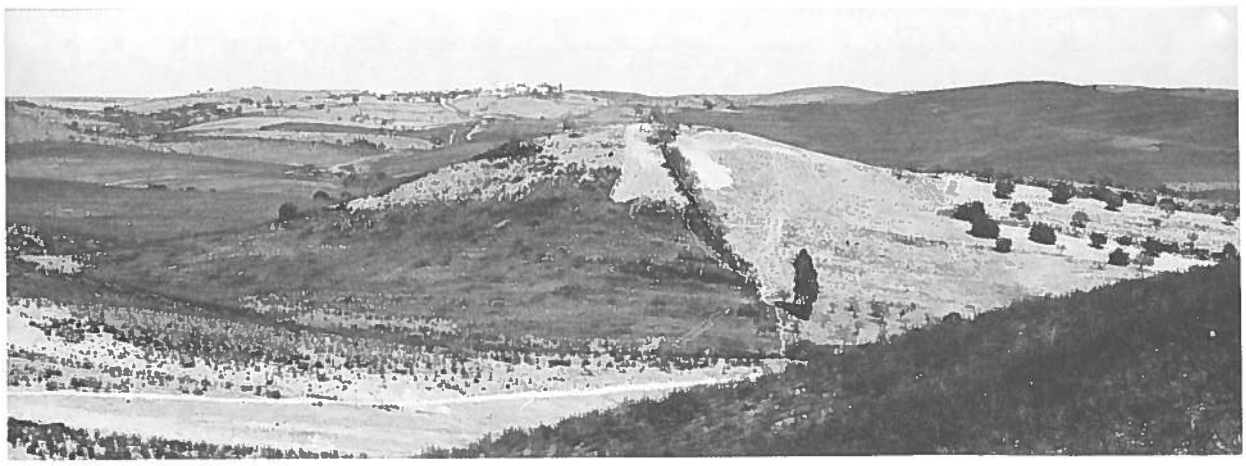
No entanto, a análise do espólio recolhido, e as datações ^{14}C disponíveis para outros sítios de similar conteúdo, parecem indicar claramente o fim da primeira metade do terceiro milénio, em anos de calendário.

Se aceitarmos o sincronismo cronológico com Santa Justa, para que se possui extensa série de datas de radiocarbono, o povoamento do Cerro do Castelo de Corte João Marques ter-se-ia iniciado já na primeira metade do terceiro milénio, com continuação na segunda metade. Mas, como se verá a propósito de Santa Justa, os conteúdos dos inventários dos dois sítios não coincidem integralmente, tanto a nível de artefactos de uso comum como de outros.

Se as similitudes são sustentáveis na sua trama global, estão ausentes, de Corte João Marques, suportes de vasos e «ídolos de cornos». As «queijeiras», conhecidas em Corte João Marques, estão quase ausentes de Santa Justa, onde apenas se recolheu um fragmento de um possível cincho esferóidal, fragmento para o qual outra interpretação seria possível. As percentagens relativas dos tipos cerâmicos são também diversas, ainda que a maior parte das formas esteja representada em ambos sítios.

Várias vezes, ao analisar comparativamente os espólios, ficou-me a sensação de que Corte João Marques poderia ser contemporâneo de uma fase avançada de Santa Justa, o que seria compreensível se aceitássemos a colonização interna do Alto Algarve Oriental seguindo do Guadiana para Ocidente. Mas, sublinho, sem datações precisas torna-se pouco interessante persistir numa discussão para que não há resposta possível. E se aqui registo esta ideia, é por ela corresponder às imagens residuais de muitas centenas de artefactos observados. Observação que fornece, por vezes, pistas que seria tão errado omitir como sobrevalorizar.

CINCO
CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA, UM POVOADO CALCOLÍTICO FORTIFICADO



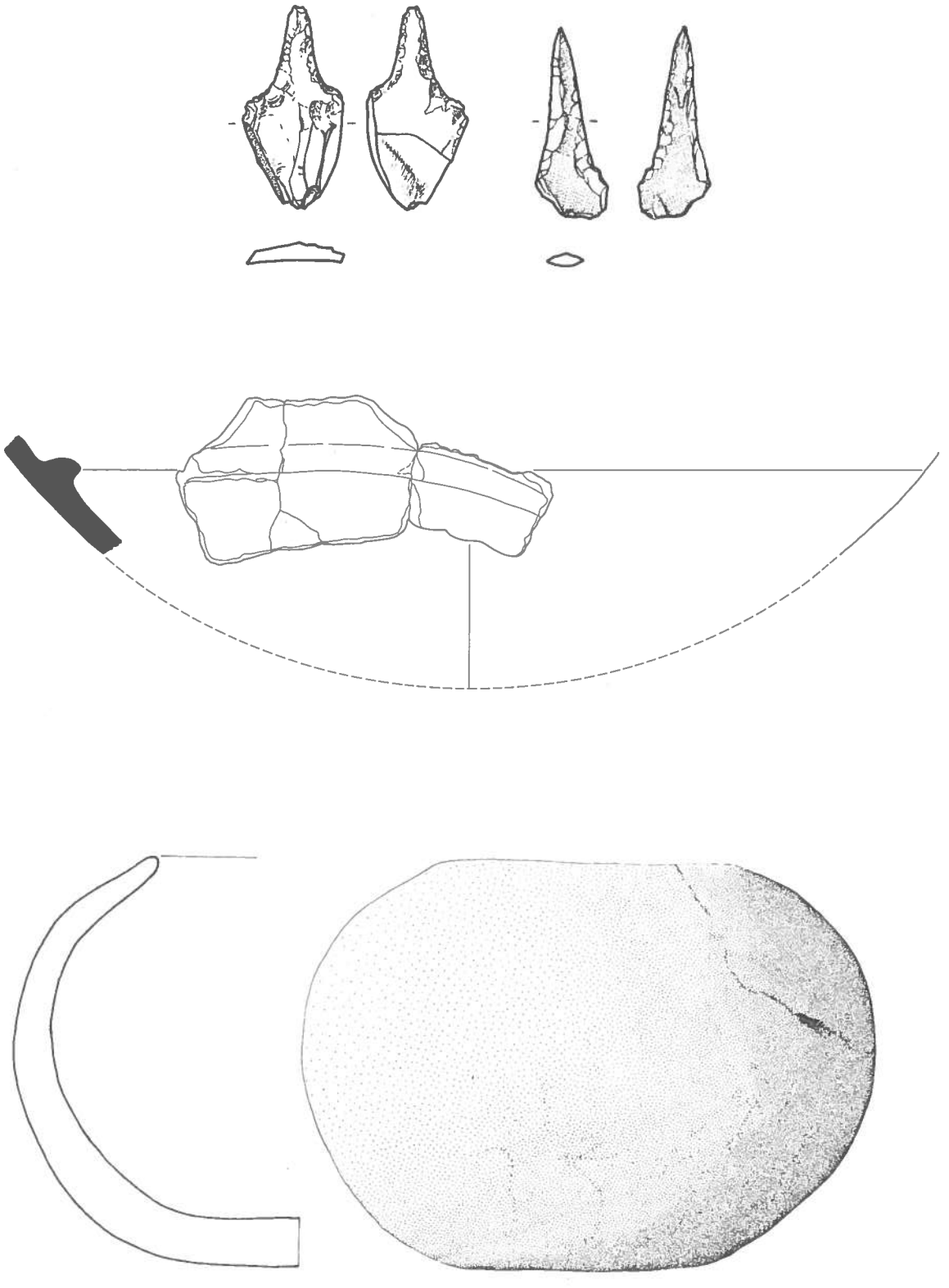
«— Oiça, disse Carmody. Uma cidade é uma cidade. Quando vimos uma, vimos praticamente todas.

— Não é verdade, respondeu a cidade irritada. Sou completamente diferente das outras. Sou única!

— Ah sim? replicou desdenhosamente Carmody. Para mim, você é apenas um conjunto vulgar de elementos heteróclitos. (...) Que há de único nisso?

— É a combinação inteligente dessas formas diversas que é única, respondeu a cidade.»

Sheckley, 1973: 143-144



(*em cima*)
1. Furadores sobre lasca de xisto jaspóide D.18.-1 e L.13.-27. 2:3. Ver infra 5.4.2.1.2., p. 210.
2. Recipiente com aro interno para encaixe de tampa, reconstituído a partir dos fragmentos N.10.-1 e M.12.-9. 1:3.
3. Esférico achatado M.14.-51. 2:3.

Fig. 5.0. (*na página anterior*) Cerro do Castelo de Santa Justa, visto do acesso que aponta a 70 grados.

CINCO
CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA, UM POVOADO CALCOLÍTICO FORTIFICADO

5.1. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO ESPACIAL

É a seguinte a ficha de localização do Cerro do Castelo de Santa Justa:
Distrito: Faro.
Concelho: Alcoutim.
Freguesia: Martim Longo.
Localidade mais próxima: Santa Justa.
Coordenadas hectométricas Gauss: X - 50.6
Y - 238.1
Altimetria absoluta: 243 m.
Carta Militar de Portugal: 574 (1951)
Identificação: em 78.10.28 (recolhas de cerâmica de revestimento) e 78.11.02 (primeiro ensaio de delimitação do sítio), pelo autor e pela equipa do CAALG.
Acessos: a partir de Martim Longo, por Santa Justa, e daí por carreiro. Acessos a Martim Longo: (1) a partir do eixo viário que cruza a estrada para Alcoutim; (2) atravessando o Vascão e cortando por Giões; (3) a partir do eixo Barranco do Velho, pelo Cachopo.

O Cerro do Castelo de Santa Justa é uma elevação alongada, junto a um dos afluentes da Foupana, ela própria, como se sabe, um afluente do Guadiana.
A implantação do sítio abre-lhe uma vasta perspectiva em direcção a poente, permitindo-lhe controlar directamente o barranco das Fontaínhas e o barranco do Bem Parecer. Em direcção a nordeste, é controlado o curso do Ribeirão e o barranco da Fonte do Sapo, no qual converge o barranco da Laginha. Até Alcaria Alta, domina-se uma extensa área de provável aproximação. O Ribeirão, que passa a nascente de Santa Justa, converge na Ribeira da Foupana, engrossando no pego do Inferno. Descendo para o pego da Rocha da Lontra, é possível avistar a elevação onde foi construído o *tholos* da Eira dos Palheiros e, para Sul, seria visível a anta da Mesquita.

Santa Justa permite dominar, portanto, espaços de penetração natural, estando ao mesmo tempo oculta da plataforma alongada que passa pelo actual Pereiro, pela Fornalha, ultrapassa os limites sul dos barrancos dos Paus, do Pantufe e do Capitão, passa a sul da Portela Alta e do cerro da Mina para atingir Martim Longo.

A *raquette* a nascente do ponto central do Cerro do Castelo desce suavemente para o leito do curso de água e, para além de constituir uma boa área de cultivo, oferecia leitura para as cotas baixas, permitindo, quando necessário, rápido refúgio na área fortificada do cerro.

Se bem que existam outros pontos de cota superior, nenhum deles goza simultaneamente de tantas possibilidades de acesso rápido em duplo sentido, do povoado para a área de recursos e desta para aquele, em caso de perigo.

5.2. HISTÓRIA DOS TRABALHOS E ESTRATÉGIA DE ESCAVAÇÃO

Os mais antigos registos de campo do Cerro do Castelo de Santa Justa remontam à primeira prospecção superficial efectuada no terreno, ainda em 1978.

Reconheceram-se então dormentes e moventes, percutores e cerâmica de revestimento, bem como alguns fragmentos, escassos, de recipientes. Em 1979, numa terceira prospecção da superfície foi possível detectar uma grande quantidade de dormentes e moventes, alguns integrando o muro de divisão de propriedade, construído em pedra seca, que dividia tranversalmente o cerro.

Uma análise e interpretação da informação disponível evidenciava uma situação completamente distinta da de Corte de João Marques. Ao mesmo tempo, a experiência acumulada durante os trabalhos já efectuados naquele Cerro do Castelo tornava claro que a acção a empreender em Santa Justa deveria prever, desde o início, um trabalho sistemático, com vista a uma recolha integral de informação. Não fazia portanto sentido marcar-se uma sondagem como a que tantos problemas trouxera em Corte João Marques.

Foi com base nestas considerações que, desdè o início, se planeou a montagem de um dispositivo integral de quadrícula que contivesse as possibilidades de desenvolvimento posterior num único sistema.

Apesar de inúmeras dificuldades, diligenciou-se proceder a um levantamento topográfico integral do Cerro ainda antes dos inícios dos trabalhos de campo. Tal foi feito com o apoio do topógrafo Pedro Ruivo e da equipa da Assembleia Distrital de Faro, numa primeira fase, iniciada em 79.07.26, quando ainda decorriam escavações em Corte João Marques. Escolheu-se como ponto de partida a adopção de um primeiro sistema de referência, ligado à rede. O sistema adoptado baseava-se na morfologia do local e partia dos dois eixos naturais de desenvolvimento do cerro, um, o longitudinal, orientado de 370^g a 170^g; o transversal, orientado naturalmente de 270^g a 70^g, quase acompanhava a orientação do muro de divisão de propriedade que dividia a elevação.

Pareceu-me que uma ocupação «lógica» do espaço pelos calcolíticos não deixaria de tomar em linha de conta a organização natural do espaço, adaptando-se-lhe o melhor possível. A progressão dos trabalhos confirmaria o acertado desta decisão.

Muito posteriormente, foi este levantamento parcial completado pelo apoio do GAT de Tavira, que nos forneceu o esboço a lápis que se tintou e se inclui em anexo.

A malha escolhida para a quadrícula foi a de 2×2 metros, tendo em conta a inadequação, experimentada em Corte João Marques, de quadrículas de malha mais larga (recordo que a Sondagem 2 de Corte João Marques tinha uma malha de 5×5 metros e que se registou grande dificuldade em controlar os escavadores numa descida equilibrada em área tão ampla).

As coordenadas alfabéticas desenvolviam-se de 270 para 70^g e as numéricas de 370 para 170^g.

Dentro de cada quadrícula, a coordenada *x* foi lida do artefacto para a face de quadrado a 370^g e a *y* do artefacto para 70^g.

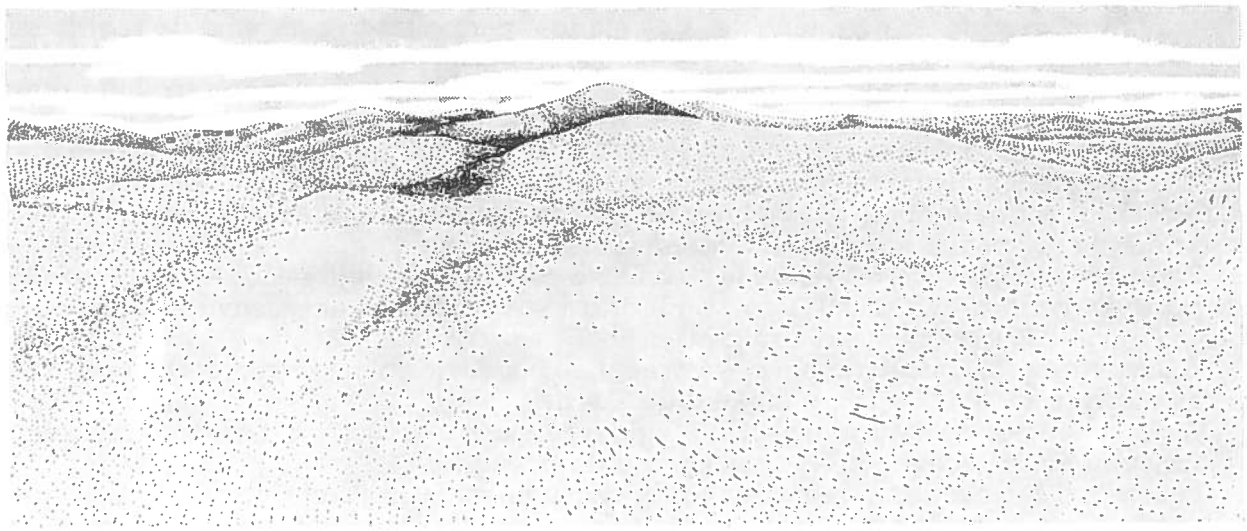
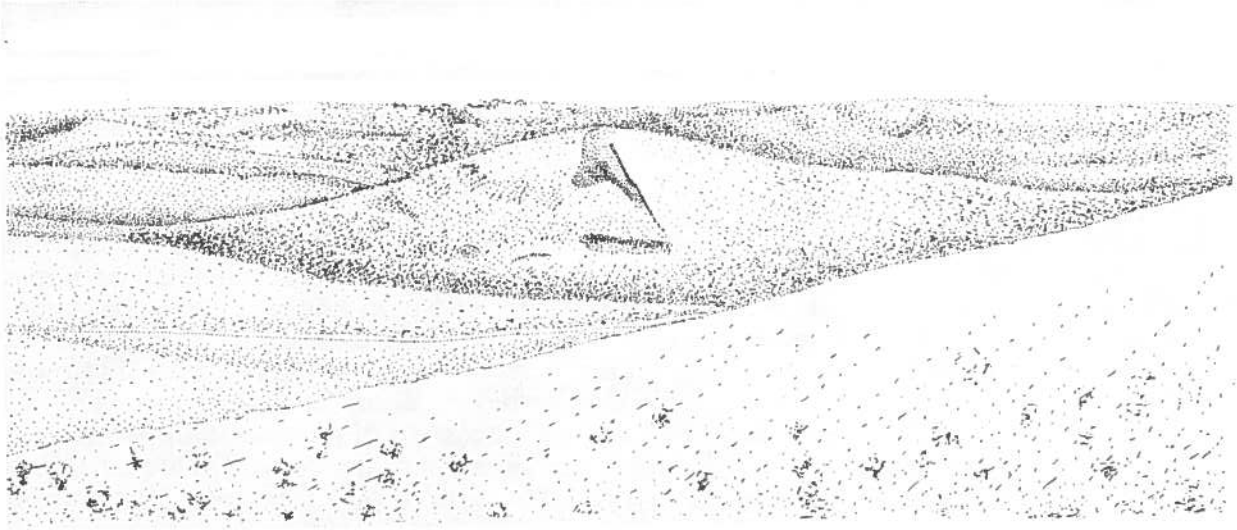


Fig. 5.1. O Cerro do Castelo de Santa Justa, visto numa aproximação a partir do carreiro que acede, a corta-mato, à Eira dos Palheiros. Desenho de José Peres sobre fotografia do Autor.



5.2. O Cerro do Castelo de Santa Justa, visto do acesso que aponta a 70 grados. Desenho de José Peres sobre fotografia do Autor.

Foi um procedimento que, uma vez detectado e normalizado o sistema de registo de outras escavações, não se voltaria a repetir: na Anta dos Penedos de S. Miguel, na Mangancha ou na Sala n.º 1, as coordenadas acordam-se com a orientação escolhida para a quadrícula. Mas, desempenhando o sistema de coordenadas uma específica função, e estando ela absolutamente assegurada, pareceu-nos no fim da Campanha de 1979 que uma correcção implicaria tal trabalho que, perante a sua inutilidade, foi decidido manter este critério. Em posteriores escavações noutros monumentos e sítios, o y cresceu com a coordenada alfabética e o x com a coordenada numérica.

Também se conservou em Santa Justa o O, na coordenada alfabética. A compreensão de possíveis confusões com o 0 (zero) conduziria à sua supressão em escavações posteriores ao início dos trabalhos em Santa Justa.

A escavação foi concebida em *open area*, tendo sido inicialmente marcada uma área incluindo H. a M. e 11. a 18., num total de 224 m^2.

A descoberta de estruturas específicas viria a conduzir a sucessivos alargamentos desta quadrícula, até à escavação da maior parte do povoado.

Em Apêndice encontram-se transcritos os apontamentos do «Caderno de campo», que permitem compreender a evolução dos trabalhos. Para que se não duplique informação, apenas se recordam aqui alguns dados considerados mais importantes para a evolução da estratégia da escavação.

Os primeiros quadrados abertos começaram por revelar em I. 13. um troço do Muro 1 e em I.16./17. a parte terminal da carapaça de cerâmica de revestimento. Em 79.09.22, estava já aberta a maioria dos quadrados inicialmente previstos e a escavação progredia em direcção a 70g e a 270g. A definição de J.15.-6 veio chamar a atenção para que os derrubes da cerâmica de revestimento tinham efectivamente caído sobre um solo de *habitat*. Com efeito, este recipiente apresentava-se não apenas envolvido pela cerâmica de revestimento como esta tinha preenchido totalmente o seu interior.

Logo de seguida, removia-se a placa cerâmica que cobria K.12., tendo-se encontrado um notável conjunto cerâmico que incluía, para além do pote K.12.-44 o prato K.12.-144, a taça K.12.-146 e o esférico achatado K.12.-148. Pela distribuição no micro-espaço de estes recipientes, não é apenas indiscutível a sua associação, mas também o facto de pertencerem ao conjunto funcional em uso aquando do derrube da cabana em que se integrava a cerâmica de revestimento que selou este nível. Este facto confirmava, sem contestação possível, que o incêndio que destrói este sector do povoado ocorreu num momento de plena actividade, e não em fase de (ainda que temporário) abandono.

Em 79.10.08, a escavação abrangia a área compreendida pelas coordenadas 10. a 18. e H. a P.

A identificação das estruturas de combustão, em 79.10.13, veio chamar a atenção para a organização espacial do povoado e para a sobrevivência das áreas funcionais: mesmo após as estruturas estarem já cobertas com cinzas, continua a fazer-se fogo no mesmo local.

A cuidada escavação das estruturas de combustão retardou os trabalhos neste sector, mas deverá lembrar-se que a primeira Campanha de escavações no Cerro do Castelo de Santa Justa decorreu de 07 de Setembro a 24 de Novembro, num total de 78 dias de trabalho de campo, movimentando um total de 18 intervenientes. Foi assim possível avançar mais que em qualquer outra Campanha.

Em 79.10.30, num balanço geral da escavação, analisavam-se os dados já disponíveis e, entre eles, a definição das primeiras duas torres do povoado. Esta identificação vinha evidenciar o carácter fortificado daquele sítio, o que até então não era claro. Por experiência anterior, recordava os muros da Rotura ou de Chibanes, sempre descritos por A. I. Marques da Costa como estruturas simples de fecho de espaço, não providas de torres.

A descoberta das Torres 1 e 2 do Cerro do Castelo de Santa Justa vinha evidenciar, pela primeira vez a sul do Tejo, estruturas de fortificação de algum modo aproximáveis a Vila Nova de S. Pedro e ao Zambujal, ainda que de menor dimensão. Tal facto reabria a discussão sobre a questão das «colónias» e constituía, ao encerrar os anos 70, uma verdadeira pedrada no charco das certezas sobre o Calcolítico. A pronta divulgação dos primeiros resultados de campo também contribuiu para esta situação (no ano seguinte havia já dados disponíveis e muitas dezenas de especialistas visitavam o sítio em Maio de 1980, aquando do IV Congresso Nacional de Arqueologia, organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa). O debate sobre Calcolítico, levado a efeito durante o Con-

gresso, confirmava a importância de Santa Justa e abria um novo ângulo de interesse em torno à discussão sobre as origens e evolução do Calcolítico.

Para além do seu interesse específico, não parece exagerado considerar que a escavação de Santa Justa despoletou consequências bastante mais amplas para lá das que lhe seriam intrinsecamente próprias.

A partir da primeira Campanha não houve objectivamente alterações na estratégia de escavação. Havia que identificar e escavar as áreas funcionais e as estruturas mais especificamente habitacionais. A redução, de ano para ano maior, das verbas provenientes de áreas governamentais da cultura e património veio fazer arrastar o ritmo dos trabalhos muito para além do previsto, já com pessimismo, no final da Campanha de 1980. A pulverização dos subsídios dedicados à Arqueologia, se por um lado indiciava a tacanhez de quem os propunha, veio a permitir o actual estado da investigação arqueológica a Sul do Tejo, onde a excepção às micro intervenções possíveis se resume a monumentos e sítios extremamente localizados e que puderam contar com os apoios autárquicos ou empresariais que por completo faltam nas pobres terras da Serra algarvia.

Foi também a limitação dos apoios financeiros que impediu a continuação de uma sondagem na encosta e as próprias e urgentes operações de consolidação do sítio.

5.3. APOIOS TÉCNICOS

Por ordem cronológica, listam-se de seguida as entidades que colaboraram nas escavações e no tratamento de materiais provenientes do Cerro do Castelo de Santa Justa.

1. *Centro de História da Universidade de Lisboa (INIC)*: forneceu apoio logístico, inicialmente, e subsidiou tarefas de desenho arqueológico. Nas suas instalações, na Faculdade de Letras de Lisboa, estão provisoriamente depositados os materiais que, de acordo com a legislação vigente, deveriam integrar o Museu mais próximo do sítio;
2. *Faculdade de Letras de Lisboa*: cedeu a viatura todo-o-terreno utilizada em diversas Campanhas;
3. *Fundo de Fomento Cultural*: subsidiou as duas primeiras Campanhas;
4. *Instituto Português do Património Cultural*: subsidiou as restantes Campanhas;
5. *Governo Civil e Assembleia Distrital de Faro*: subsidiaram as seis primeiras Campanhas e forneceram apoio no levantamento topográfico;
6. *Câmara Municipal de Alcoutim*: dispensou apoio em máquinas e subsidiou trabalhos de prospecção e desenho arqueológico;
7. *Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa*: o seu então Secretário, Fernando Bragança Gil, participou nos trabalhos de campo (Campanha 2, 1980) e com a sua colaboradora Ana Isabel Seruya procedeu à análise não destrutiva de artefactos metálicos e de outros, relacionados com as práticas metalúrgicas;
8. *Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal*: procedeu ao restauro de alguns materiais cerâmicos;
9. *Gabinete de Apoio Técnico (GAT) de Tavira*: procedeu ao último levantamento topográfico efectuado;
10. *Centre d'Anthropologie des Societés Rurales (CNRS)*: graças à intervenção de Jean Guilaine, o paleozoólogo David Geddes, então ligado à Universidade da Pensilvânia, redigiu um relatório prévio sobre a fauna;
11. *Museu Monográfico de Conimbriga*: consolidou alguns artefactos cerâmicos;
12. *Laboratório de datação de radiocarbono da Universidade de Granada*: procedeu à maior parte das datações ^{14}C;
13. *Laboratório de datação de radiocarbono da Universidade de Lyon*: procedeu à datação de duas amostras de ^{14}C;
14. *Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industriais)*: o Eng.º Monge Soares recalibrou as datas de ^{14}C, de acordo com as mais recentes das tabelas disponíveis (Pearson *et al.*, 1986).

Registo:

Participaram na primeira Campanha efectuada em Santa Justa, os seguintes trabalhadores: Custódio Joaquim Rodrigues (do Monte da Mealha), António Lourenço (do Monte da Mealha), Salvador Amâncio Gonçalves (do Montinho do Cravo), Manuel Domingos dos Ramos (do Montinho do Cravo). E, em quase todas as Campanhas, os habitantes do Monte de Santa Justa, Joaquim Miguel, José Fernandes Dias, António Vicente, Fernando Manuel Joaquim, José Teixeira, António Manuel Martins, José Joaquim, José Custódio Martins, Carlos Manuel Correia, António Jacó e Jacinto Martins Gonçalves.

Entre os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa que participaram em mais de uma escavação, contaram-se: Helena Maria Gomes Catarino, Ana Maria Redondo Flores, Luís Alexandre Dinis Mendes Gouveia, César Gabriel Barreira, Maria Teresa Gomes da Costa, Emília Jesus Charrua Mogárrio, Jorge Silva Macaísta Malheiros, Maria de Lourdes Andrade e Silva, António Manuel Reis Baptista, Margarida Maria Raimundo Plancha Prates, Ana Paula Ramalho Amendoeira.

5.4. O SÍTIO: ESTRUTURAS E ARTEFACTOS

5.4.1. *Estruturas*

(Tal como para o Cerro do Castelo de Corte João Marques, pareceu conveniente, sempre que tal foi possível, descrever as estruturas habitacionais e defensivas em comentário ao seu desenho. Outras observações, de natureza menos descritiva, foram agrupadas em 5.6.1. e 2., na DISCUSSÃO).

5.4.1.1. *As estruturas do quotidiano*

5.4.1.1.1. *As cabanas*

Cabana 1

(Fig. 5.3.)

Estrutura muito destruída, ocupando os quadrados L.17. e 18. e M.17. e 18. da quadrícula.

O soco de suporte foi construído com lajes de xisto laminar emparelhadas e dispostas num semi-círculo. Em L.17., registou-se um derrube de parte desta estrutura e fragmentos de dimensão muito reduzida foram arrastados em direcção a 370g.

Contrariamente às restantes cabanas identificadas, esta possuía uma área de combustão sensivelmente a meio, não havendo, no entanto, informações seguras quanto à sua verdadeira natureza, uma vez poderem ter sido removidas as pedras que delimitavam o fogo.

Cabanas 2 e 3

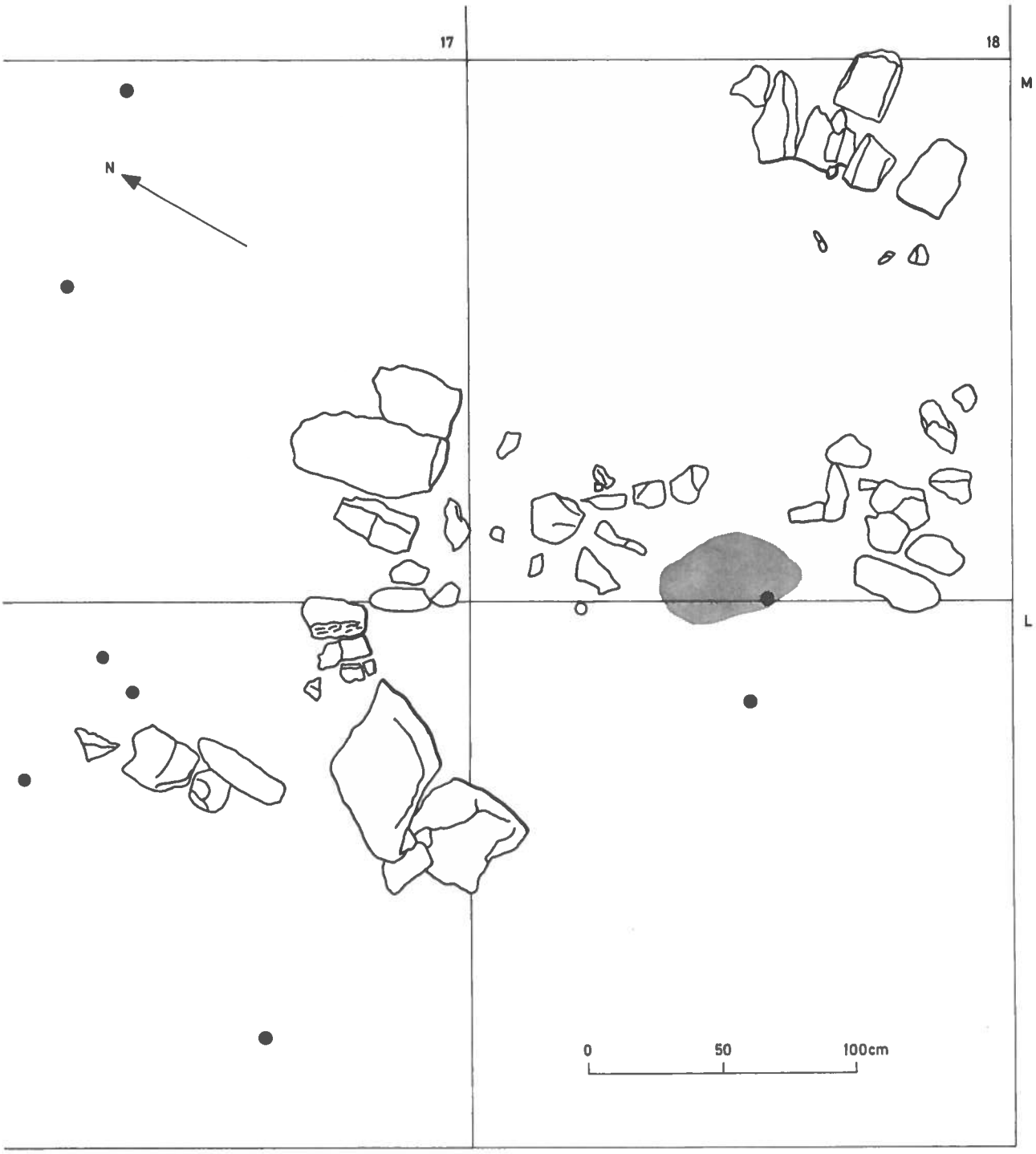
(Fig. 5.4.)

Construídas «costas com costas», estas duas estruturas são indiscutivelmente as maiores intra-muros, só ultrapassadas em dimensões pela Cabana 10.

A simetria da sua construção não se limita à espessa fieira de pedras que constitui os seus socos, mas a duas estruturas de significado desconhecido que se anexam às suas extremidades a 170g.

Parece indiscutível que elas não são apenas contemporâneas: as estruturas de planta circular irregular anexas foram também planeadas no momento de construção das duas cabanas, cujo traço simultâneo não oferece qualquer dúvida.

Crivou-se a terra do interior destas estruturas, a maior parte no terreno e, algumas amostras, em bateria de crivos calibrados. Nenhum vestígio foi detectado.



ESTRUTURA HABITACIONAL (CABANA CIRCULAR), MUITO DESTRUÍDA, EM L E M, 17 E 18.

CARVÃO ● CERÂMICA (BORDOS) ○ MOVENTE

Fig. 5.3. Cabana 1.

Duas hipóteses parecem-me ser as únicas possíveis de avançar, sem entrarmos nos campos fáceis da efabulação: (1) trata-se de lugares onde seriam despejados restos de comida, para consumo de animais domésticos; (2) seriam eventuais depósitos de argila a usar na feitura de recipientes cerâmicos.

Não sabendo escolher entre ambas possibilidades (e ignorando outras), acrescentaria, no entanto, que entre as duas cabanas se recolheu um disco natural de xisto que interpretei como sendo um possível apoio para moldagem de pratos. Se assim for, na realidade, a interpretação para as duas pequenas estruturas poderia estar encontrada.

Cabana 4

(Fig. 5.5.)

A estrutura assim designada foi, sem dúvida, das mais destruídas de Santa Justa. Não se encontrou qualquer espécie de indicação sobre o seu provável desenvolvimento em direcção a 170g. O próprio arco de círculo que constitui a norma de construção dos socos de cabana posteriores está interrompido em diversos sítios do troço conservado.

Poderíamos explicar esta destruição de duas formas, ou recorrendo a uma primeira hipótese explicativa, que atribuiria o estado de desmantelamento verificado a reaproveitamentos posteriores, ou a uma segunda, em que a intensidade do fogo tivesse consumido rapidamente a cobertura que, ao desabar, teria fragmentado e dispersado partes do soco. Infelizmente, nenhum dado convincente permite defender qualquer uma destas hipóteses.

Como em todos os casos das cabanas intra-muros, o espaço interior não ofereceu grandes informações sobre o tipo de ocupação e a implantação da cabana numa área que compreende o duplo declive que parte para 70 e 270g, definido pela espinha dorsal do cerro, pode ter acarretado uma distribuição espacial dos componentes da cabana por uma área maior que a normal num terreno plano.

A questão principal reside em ser ou não a esta cabana que se associaria o extenso conjunto cerâmico de K. e L. 12., num último momento desta estrutura. Porém, a intensa erosão registada na parte central do cerro, segundo o eixo 370/170g, acentuou a deterioração do sector, dificultando respostas.

Cabana 5

(Fig. 5.6.)

O sector do povoado a 170g da coordenada 23 demonstrou ser bastante complexo, sem dúvida por registar derrubes intrincados na sua área mais superficial, particularmente em J.24. A estrutura de I.25., que se mantém em uso até ao incêndio do povoado, é anterior a esta cabana e não parece ter sofrido com a sua construção. No entanto, não se encontrou explicação para o muro que parece dividir a cabana, construído como ela com xisto laminar.

O declive acentuado do terreno nesta área também não contribuiu para o esclarecimento de dúvidas pertinentes, sendo os possíveis solos de ocupação perturbados pelas raízes de amendoeiras que estavam dispostas em fila, ao longo do muro moderno, de 270 para 70g. Estas amendoeiras, segundo o proprietário do terreno, sucederam a outras que existiram no mesmo local, pelo que a escavação decorreu com dificuldades, em alguns sítios em planos visivelmente revolvidos.

A extrema superficialidade deste soco de cabana não deve ser lida sem precaução: estamos exactamente numa área do povoado em que o afloramento rochoso está quase à superfície, para irromper mesmo a nu em alguns quadrados (como L.M./23.24.25.).

Cabanas 6 e 7

(Fig. 5.7.)

As Cabanas 6 e 7 encontram-se em oposição, de algum modo como as 2 e 3, ainda que seja bem maior a distância que as separa. Confirmam assim uma organização racional do espaço, e podem ser consideradas contemporâneas.

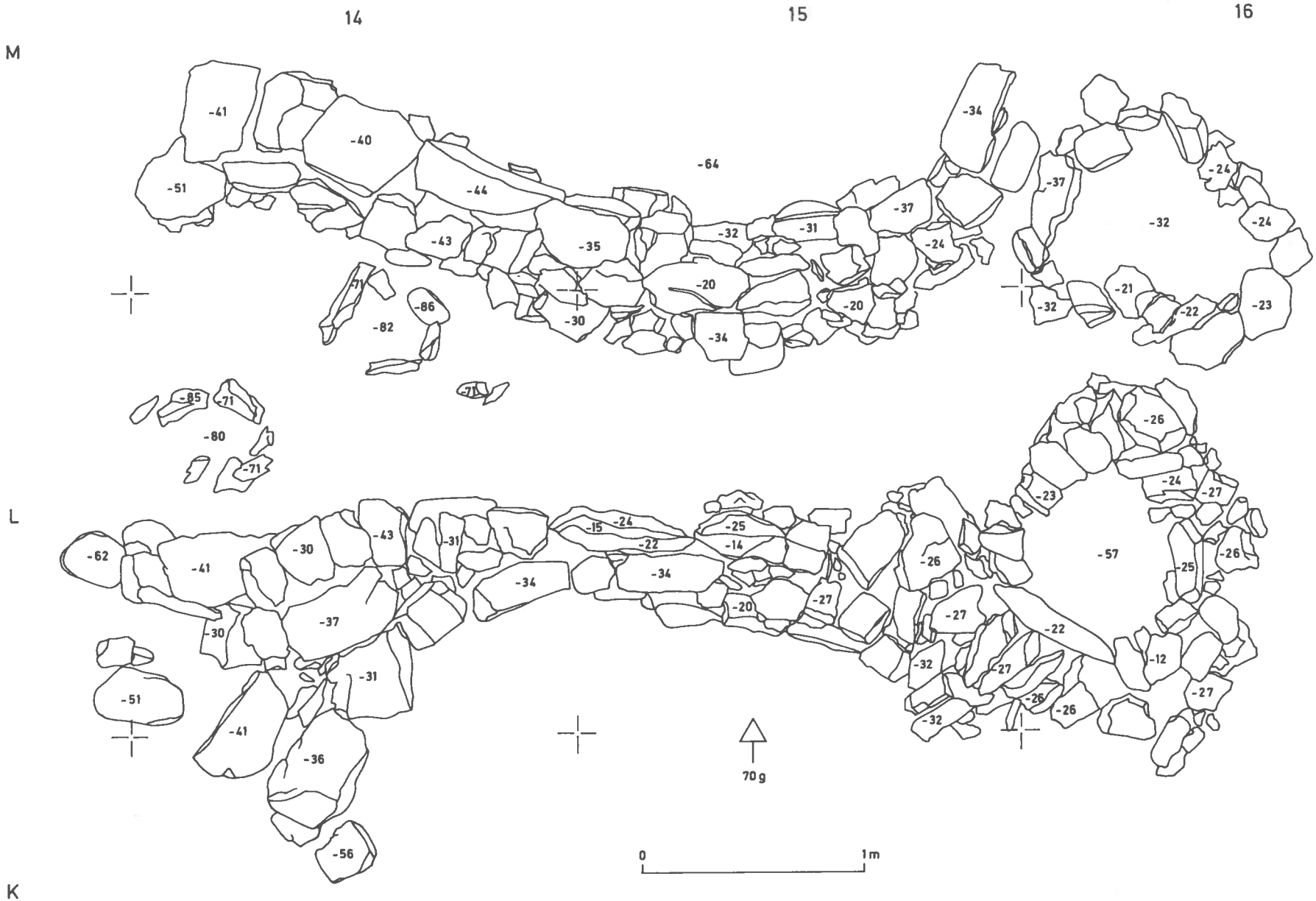


Fig. 5.4. Cabanas 2 (em baixo) e 3 (em cima).

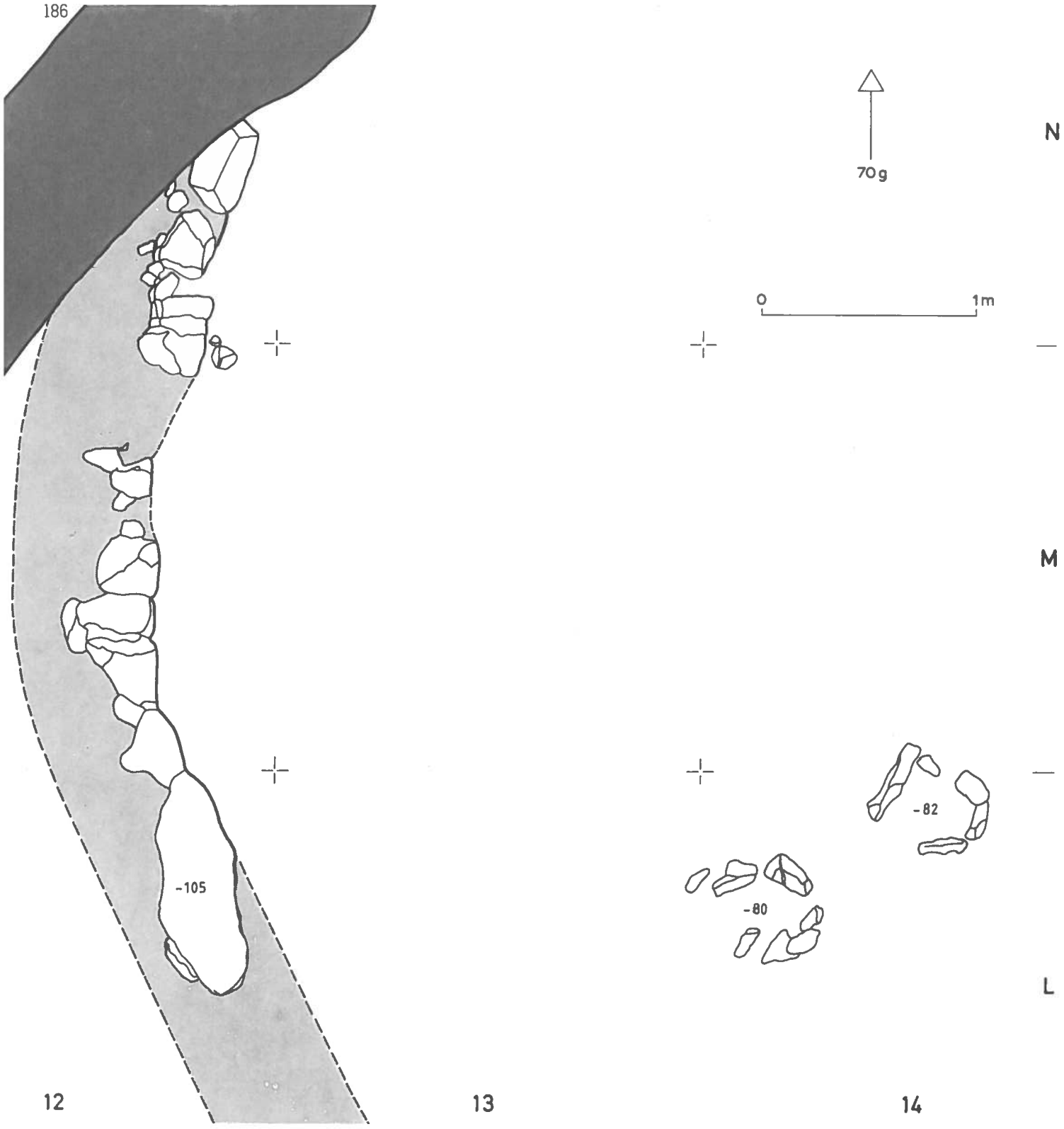


Fig. 5.5. Cabana 4. As pedras registadas correspondem ao enfiamento de base do soco da Cabana. A sua continuação foi parcialmente reconstituída através dos negativos das pedras arrancadas. Todo o sector foi afectado pelas reconstruções posteriores do Muro, cujo primitivo percurso foi alterado com o entaipamento da Porta 1. Não é improvável que os dois buracos de poste desenhados correspondam a esta construção, uma vez que a sua altimetria equivaleria à do chão da cabana.



Fig. 5.6. Cabana 5. As pedras com trama correspondem a inclusões de xisto laminar na estrutura de grauvaque.

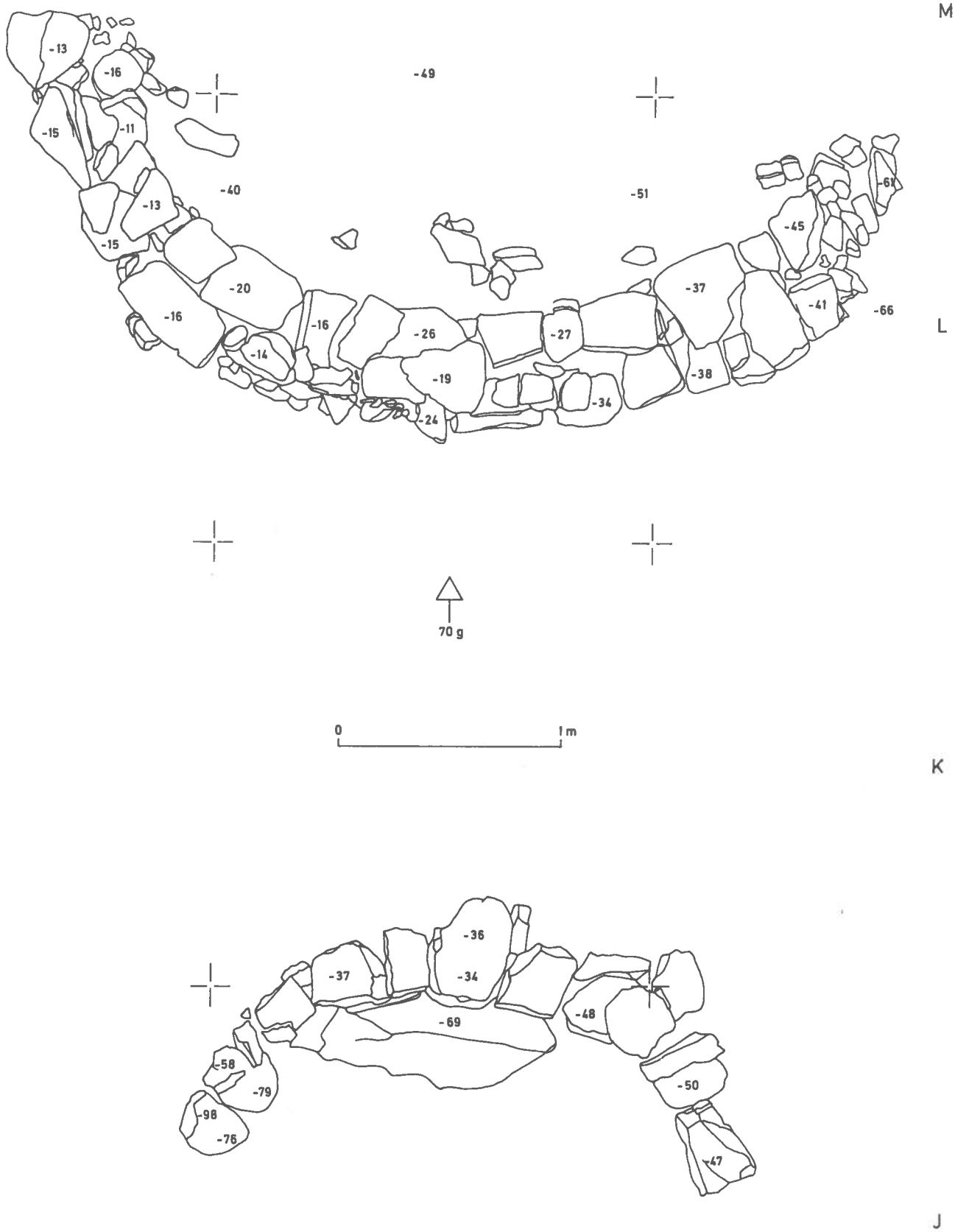


Fig. 5.7. (em cima) Cabana 6; (em baixo) Cabana 7.

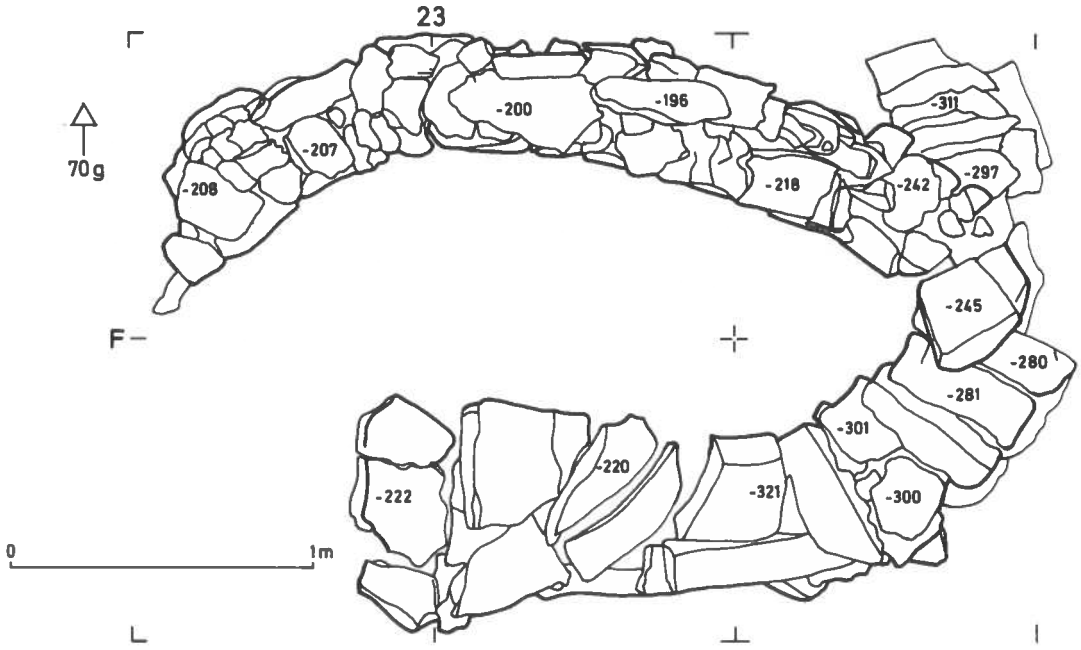


Fig. 5.8. Cabanas sobrepostas 8 (em cima) e 9 (em baixo).

A primeira observação diz, porém, respeito às suas respectivas dimensões.

Com efeito, se a Cabana 6 tem, no seu espaço interno, as dimensões mínimas para abrigar 2 indivíduos, o pequeno arco da Cabana 7 não permitiria que um adulto aí se acolhesse.

Cuidadosamente escavada a Cabana 6, verificou-se a completa ausência de artefactos que é comum a quase todas as outras cabanas.

Tão superficiais como as restantes, admite-se que se não possa explicar apenas por este facto a completa limpeza do seu interior, particularmente quando tal facto não foi registado, por exemplo, em cabanas semelhantes de outros sítios arqueológicos. A própria Cabana 10, extra-muros, continha artefactos, incluindo um dormente, e junto à Cabana 2 foi recolhido um polidor de machados e cerâmicas, ainda que estas últimas muito fragmentadas.

Abrigo para criança, lugar de recolha de provisões, a Cabana 7 forneceu ainda menos informação.

Cabanas 8 e 9

(Fig. 5.8.)

As Cabanas sobrepostas 8 e 9, extra-muros, representam mais uma prova do crescimento demográfico que o povoado deve ter registado e que implicou que extravasasse em dado momento para além da sua área central.

Não se trata de uma prova de que tivessem diminuido ou passassem a ser considerados negligenciáveis os riscos de ataque: em todas as épocas históricas caíram povoações fortificadas porque, ao crescer o número dos seus habitantes, e necessitando de espaço, acabaram por adossar construções às muralhas, retirando-lhes a sua eficácia original.

A agricultura danificou este sector quase tanto como as raízes das árvores, mas de um ponto cerca da base da construção da Cabana 9, a mais antiga das duas, correspondendo, segundo se admite, à regularização do solo para a construção da Torre 3, foi recolhida uma amostra para datação ^{14}C. Tal data, UGRA-131, 4390 ± 150 BP, poderia fazer admitir que o crescimento do povoado teria sido rápido, até estabilizar. A este respeito, escrevi: a «... data é particularmente importante, uma vez que a amostra foi recolhida em G.24., num estrato que corresponde, sem qualquer dúvida, à construção da plataforma de aplanamento de onde arrancam os alicerces da Torre 3, uma construção particularmente complexa que virá a ser continuada, a 170º, por um novo troço do Muro 1, com o objectivo de fechar, nesse ângulo, a fortificação, protegendo a Porta 2.» (Gonçalves, 1983-84c: 84).

O processo construtivo usado nestas estruturas é, porém, mais semelhante ao da Cabana 10 que ao utilizado nas cabanas intra-muros, o que pode indicar uma certa contemporaneidade.

Deste sector é proveniente a maioria dos suportes de vaso recolhidos em Santa Justa, bem como, de um cone de entulho, a escassa cerâmica mamilada.

Cabana 10

(Fig. 5.9., em desdobrável)

Se bem que o espólio recolhido nesta cabana, inicialmente designada por «estrutura ovóide», não tenha ainda sido completamente estudado, esta é, realmente, uma estrutura de considerável interesse.

A sua técnica construtiva indica, tal como nos casos das Cabanas 8 e 9, a possibilidade de se tratar de um arranque de parede preparando um fecho em falsa cúpula ou, pelo menos, o assentamento de uma cobertura de forma similar.

O facto de se encontrar anexa à área mais destruída do Muro 1, junto ao que se admitiu ser uma possível torre destruída, não contribui para explicar a articulação das estruturas registadas neste sector. Vêmo-la, de qualquer forma, sobposta a uma outra estrutura posterior, que poderia representar uma Cabana 11.

Contrariamente ao verificado noutras cabanas, o interior desta estrutura revelou abundantes cerâmicas, e mesmo um dormente de forma pouco comum no povoado. Sobre a parede de lajes, recolheu-se um machado de pedra polida com o gume praticamente intacto, naturalmente proveniente de derrubes ou arrastado de outro contexto.

Pela inclinação das paredes sobreviventes da Cabana 10, sou levado a acreditar que elas suportariam um qualquer tipo de arranque ligeiro. Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares avançaram para uma das estruturas de *habitat* do Monte da Tumba uma hipótese reconstrutiva que fazia arrancar, de um suporte aceitavelmente semelhante a este, uma cúpula de adobe. Não recolhi, porém, nada que se assemelhasse a adobe nem neste sector nem em qualquer outro de Santa Justa, o que não quer forçosamente dizer que ele não tenha existido: as condições do sítio podem ter destruído os seus restos.

Se as Cabanas 8 e 9 levantavam o problema do crescimento do sítio, a interpretação da Cabana 10 sugere questões mais delicadas. As suas dimensões, por exemplo, tornariam admissível que pudesse eventualmente ter constituído um abrigo para ovi-caprídeos. Mas a natureza artefactual do seu recheio afasta liminarmente essa hipótese: trata-se, indiscutivelmente, de um lugar onde tiveram lugar operações do quotidiano, incluindo a moagem de vegetais, provavelmente gramíneas.

Recentemente escavei uma estrutura que, registadas as diferenças de morfologia e componentes, me fez pensar imediatamente na Cabana 10 de Santa Justa. Essa estrutura, no Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos), teve, no entanto, uma utilização funerária, ainda que a natureza de alguns dos artefactos aí recolhidos seja verdadeiramente intrigante. No troço conservado da estrutura (Estrutura 1), observa-se a mesma inclinação do soco-parede, prenunciando um fecho em cúpula. Como estamos em áreas síncronas, cultural e cronologicamente, espera-se a continuação dos trabalhos para se poder emitir juízo fundamentado.

A Cabana 10, pelas suas dimensões e conteúdo, representa um caso particular entre as estruturas de *habitat* do Cerro do Castelo de Santa Justa. Tomando em conta o seu assentamento no solo rochoso, e a sua própria localização, seria levado a ver nela uma estru-



Fig. 5.9. Cabana 10. A Cabana encontra-se parcialmente sobreposta por uma construção muito destruída e de significado não identificado. Trata-se, aliás, de um dos sectores fora-muros mais danificados de todo o sítio arqueológico.

tura construída ainda com a Porta 1 em funcionamento. Estaria, assim, na charneira entre as fases 1 e 2 da fortificação e o alargamento do dispositivo defensivo.

5.4.1.1.2. *Os buracos de poste*

As estruturas designadas por «buracos de poste» representam geralmente um somatório mínimo de duas e máximo de três situações. São compostas por um buraco aberto no solo ou na rocha branda, em que se implanta um poste ou mastro (de secção e dimensões variadas de caso para caso, em formato e espessura). Em algumas situações conhecidas (particularmente no Neolítico, mas também na Idade do Ferro), o buraco de poste resume-se ao negativo do poste e ao seu acamamento com terra. Noutras situações, porém, o buraco inicialmente aberto foi, após a colocação do poste, calçado com pedras a toda a volta, consolidando assim a sua implantação e garantindo-lhe estabilidade.

No caso de Santa Justa, escavaram-se dois típicos buracos de poste (BP2 e 3, incluídos na Fig. 5.4., entre as Cabanas 2 e 3) e uma estrutura assim interpretada, ainda que com algumas reservas pelo seu formato pouco comum (BP1, Fig. 5.9.). BP2 e 3 eram compostos por pedras de xisto laminar aparadas e cravadas em cutelo, o mesmo sistema usado em Corte João Marques.

A proximidade entre a estrutura designada por BP1 e a Porta 1 fez crer numa possível associação funcional de ambas, ainda que seja difícil explicar o carácter funcional de tal associação. O que é, porém, importante é a maneira como foi construída esta estrutura, directamente escavada na rocha e calçada por uma única grande pedra. A planta e o perfil de BP1 são também pouco usuais, rectangulares. O que poderia ser explicável pelo afeiçoamento com essa forma da extremidade inferior do poste a implantar.

5.4.1.1.3. *Estruturas e restos de combustão*

Detectaram-se em diversos lugares do povoado restos de combustão não estruturada, mas a única situação que justificou registo verificou-se em I.25., a um z local de 025 cm., e era constituída por duas manchas de cinzas de cor cinzento rosado, Munsell 7.5YR 7/2, *pinkish gray*.

A segunda destas manchas era extremamente ténue, formando uma placa circular de escassa espessura, quase encostada a H.25..

Continha micro-quantidades de carvão, insuficientes para uma datação ^{14}C convencional.

A primeira, após limpeza, revelou uma pequena fossa cheia de cinzas. Foi recolhida a totalidade, para eventuais futuras análises, tendo-se identificado, no entanto, restos de fauna mamalógica (não determinada) e malacológica (*Venerupis decussata*).

A evacuação das cinzas desta área de fogo era observável na sua contiguidade imediata, ainda que a concentração correspondesse efectivamente à pequena fossa que constituiu o centro da combustão. O fundo da área de combustão patenteava as altas temperaturas ocorridas localmente, assumindo o aspecto da cerâmica de revestimento recolhida noutras áreas do povoado e, em breve, no próprio I.25., numa estrutura que seria identificada posteriormente.

A completa ausência de pedras de estrutura, apesar de indiscutível, levou-nos a procurá-las num raio largo, admitindo-se a possibilidade da sua dispersão acidental. Nada se encontrou.

As estruturas de combustão detectadas no Cerro do Castelo de Santa Justa são quatro e encontravam-se todas alinhadas, a partir da empena interior direita da Torre 1, em direcção a 370g, acompanhando a curta distância o Muro 1. Estruturalmente, são muito semelhantes, consistindo num espaço pequeno, com carvões e cinzas, rodeado por pedras de pequenas e médias dimensões. Manchas de cinzas rodeavam estas estruturas ao seu nível de funcionamento, incluindo restos de fauna mamalógica (*Sus scrofa*) e malacológica (diversos exemplares, bem conservados e com sinais de cozedura, de *Venerupis decussata* e *Pecten maximus*). Numerosos fragmentos cerâmicos foram também recolhidos, todos evi-

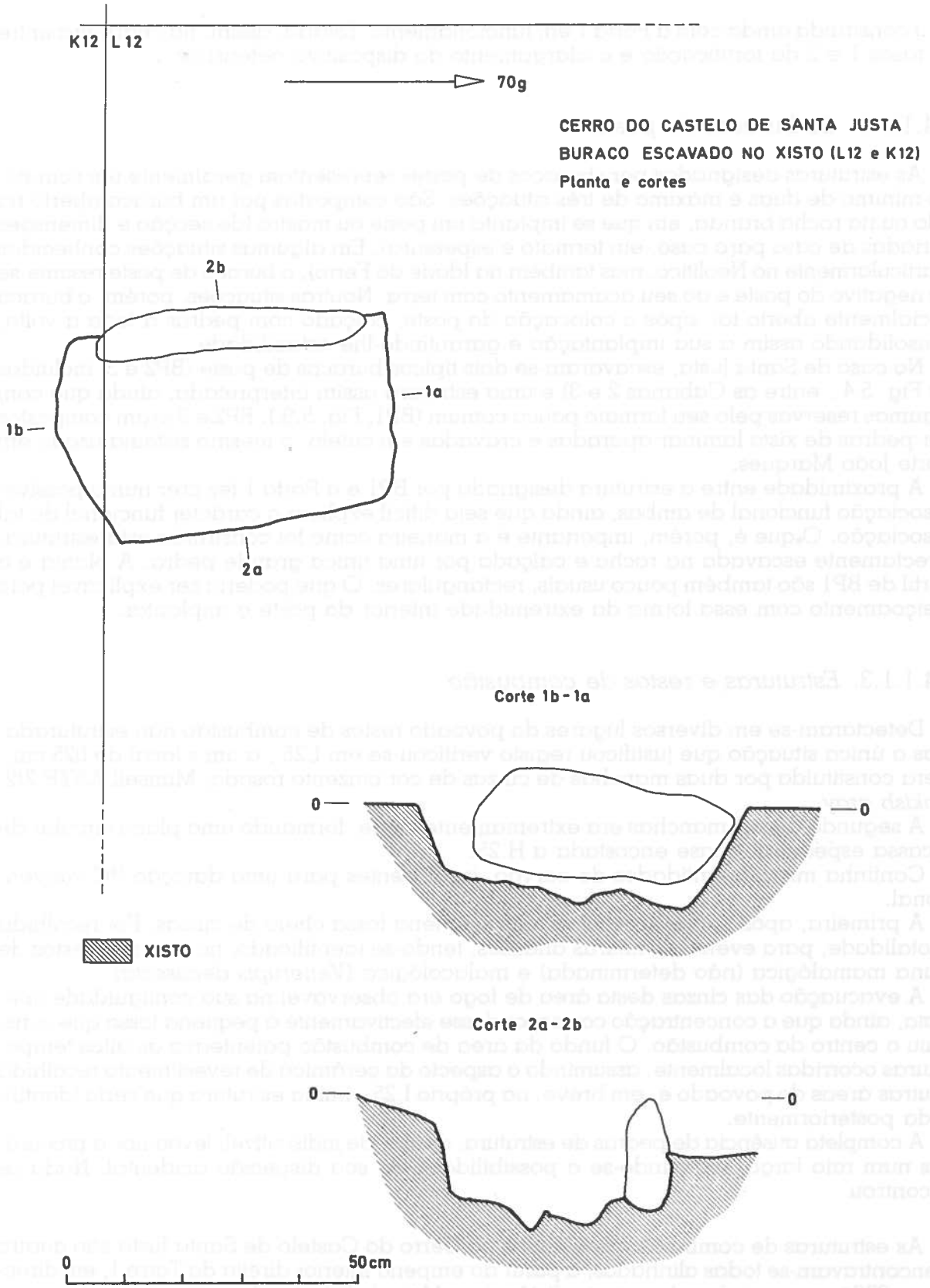


Fig. 5.10. O buraco de poste BP1.

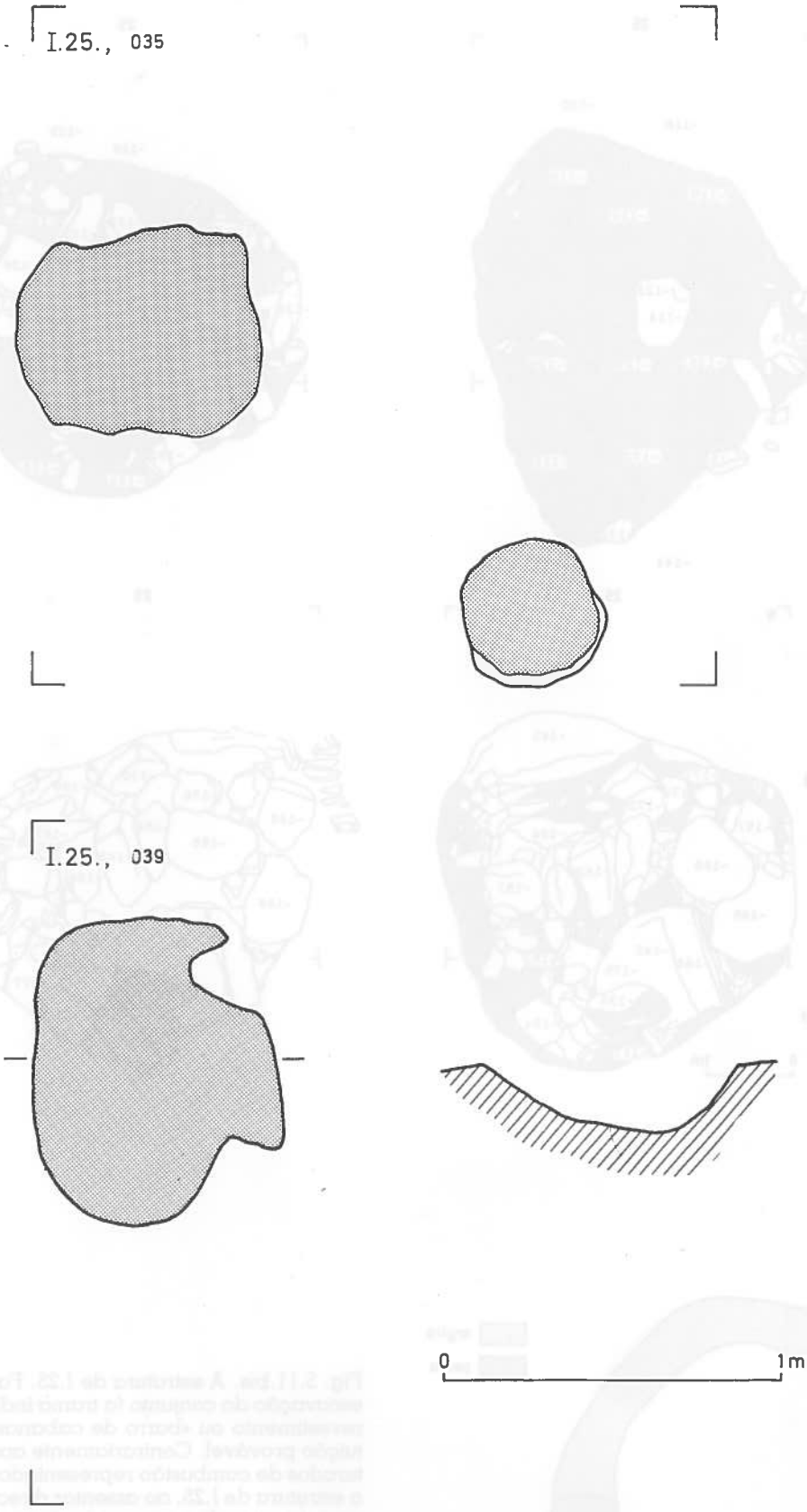
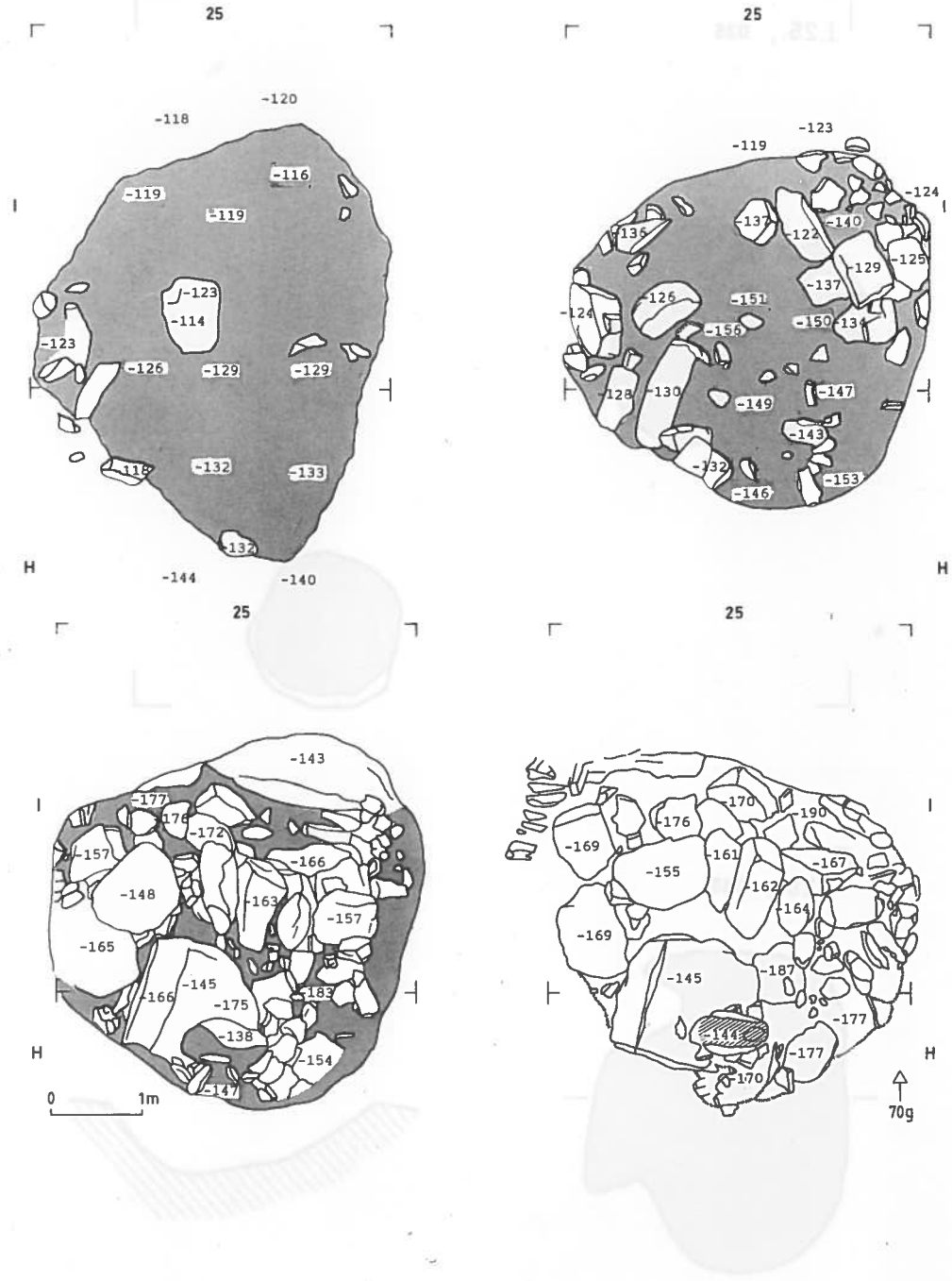


Fig. 5.11. Restos de combustão não estruturados em I.25.



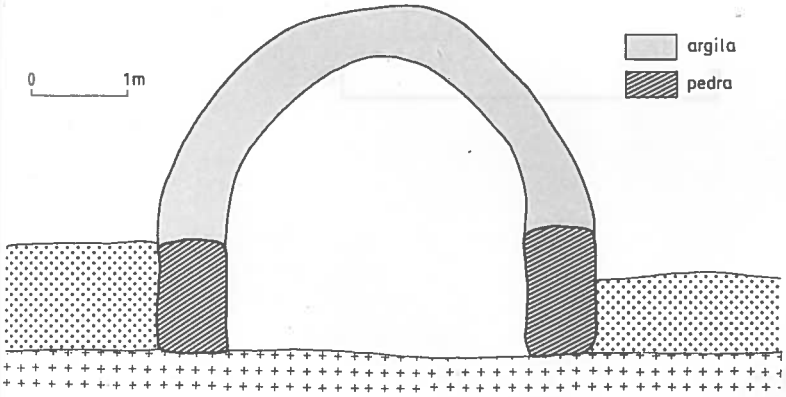


Fig. 5.11.bis. A estrutura de I.25. Fases sucessivas de escavação do conjunto (a trama indica a cerâmica de revestimento ou «barro de cabanas») e sua reconstituição provável. Contrariamente aos restos não estruturados de combustão representados na Fig. anterior, a estrutura de I.25. ao assentar directamente na rocha torna inevitável a sua associação ao primeiro momento de ocupação deste local específico do povoado. A ser usada como forno para fusão de cobre (para além de forno doméstico «colectivo»), reforçaria a proposta da metalurgia ser já do pleno conhecimento dos primeiros ocupantes.

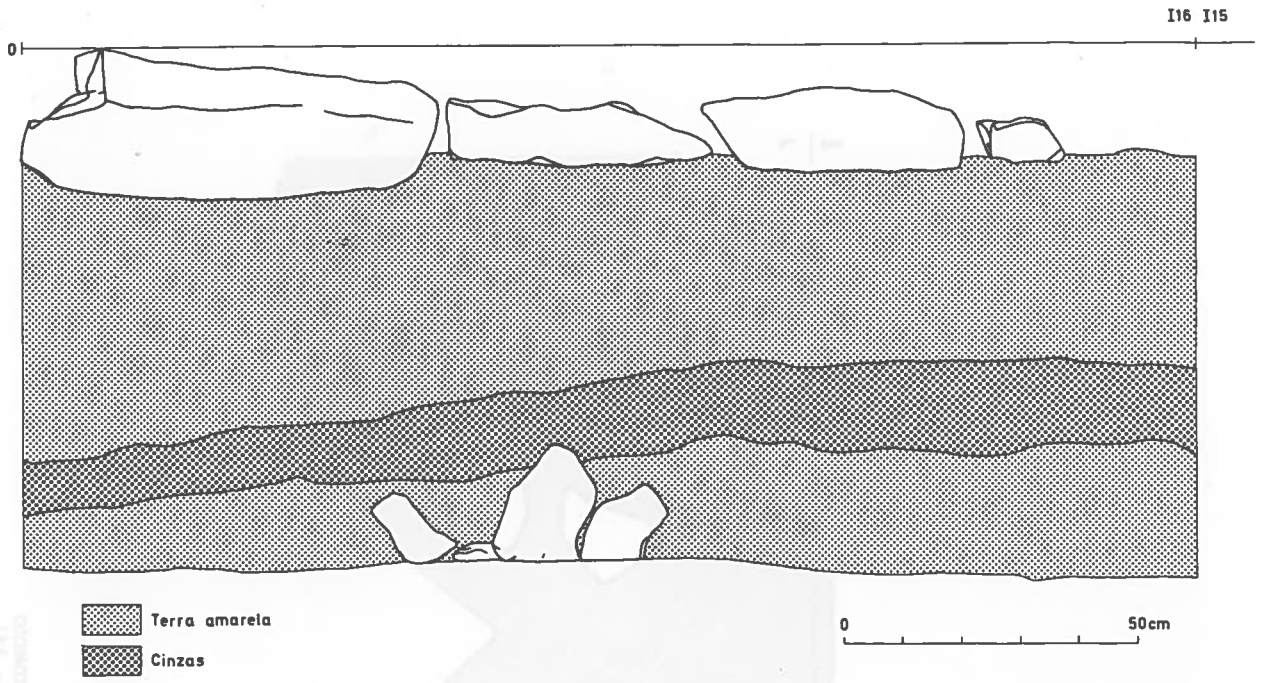


Fig. 5.12. Estrutura de combustão 1, em perfil, sendo visível a mancha de cinzas correspondente à evacuação dos subprodutos da combustão e a uma eventual utilização posterior da área como lugar de combustão não estruturada.

denciando traços de fogo intenso e muitos envolvidos em cinzas e apresentando micro-quantidades de carvão aderentes.

Se o estudo integral da fauna mamalógica está ainda em curso, a fauna malacológica pertence a meios salinos pelo que assume extraordinária importância ao traduzir deslocações até à costa, a distância relativamente grande (apesar do Guadiana se encontrar a cerca de 20 Km).

É certo que o Guadiana sofre, por vezes, o efeito das marés e água salobra chega pelo menos até Guerreiros do Rio. Mas tanto a *Venerupis* como a *Pecten* apenas poderiam ser recolhidas mais longe, em águas estuarinas, o que dilata a distância a percorrer.

Várias vezes critiquei a concepção geometrizante dos territórios marcados a compasso (e considerados no seu sentido mais estrito), bem como a leitura corrigida subjectivamente das distâncias de marcha. Em SETE far-se-á referência ao cuidado que deve ser colocado nos entusiasmos com teorias que transformam o espaço humano em faixas circulares ou em artísticas «anémonas». Todos os métodos devem ser experimentados, para nos aproximarmos da realidade humana, mas nenhum deve ser considerado como uma cartilha ou manual, sob pena de não reconhecermos, nesse espaço artificialmente definido, a imensa diversidade dos sítios de povoamento e a extrema mobilidade dos grupos humanos.

A fauna malacológica recolhida em Santa Justa é, naturalmente, uma ínfima parte dos restos da dieta dos calcolíticos que aí viveram, mas não pode ser subvalorizada como evidência de deslocações ultrapassando largamente o território e a área de recursos da comunidade. Sobretudo se acreditarmos que ninguém sofreu de intoxicação alimentar, teremos de admitir deslocações suficientemente rápidas para que esses bivalves pudessem ter sido cozinhados e consumidos no povoado.

Um último ponto importante diz respeito ao evidenciado pela Fig. 5.11. Se as estruturas de combustão integraram um espaço funcional interno ao dispositivo defensivo, e esse espaço funcionou em sincronia, uma vez cobertas as estruturas pelas cinzas e restos de cozinha, a área continuou a ser usada como lugar de combustão não estruturada, sendo visível a espessa mancha de cinzas correspondente a uma fase posterior à desactivação das estruturas de combustão. Nas cinzas correspondentes ao último momento de uso desta mesma área, recolheram-se milhares de sementes de cevada carbonizadas. A sua datação pelo ^{14}C forneceu dois conjuntos de datações, internamente coerentes, mas ligeiramente divergentes entre si, datados respectivamente em Granada e Lyon.

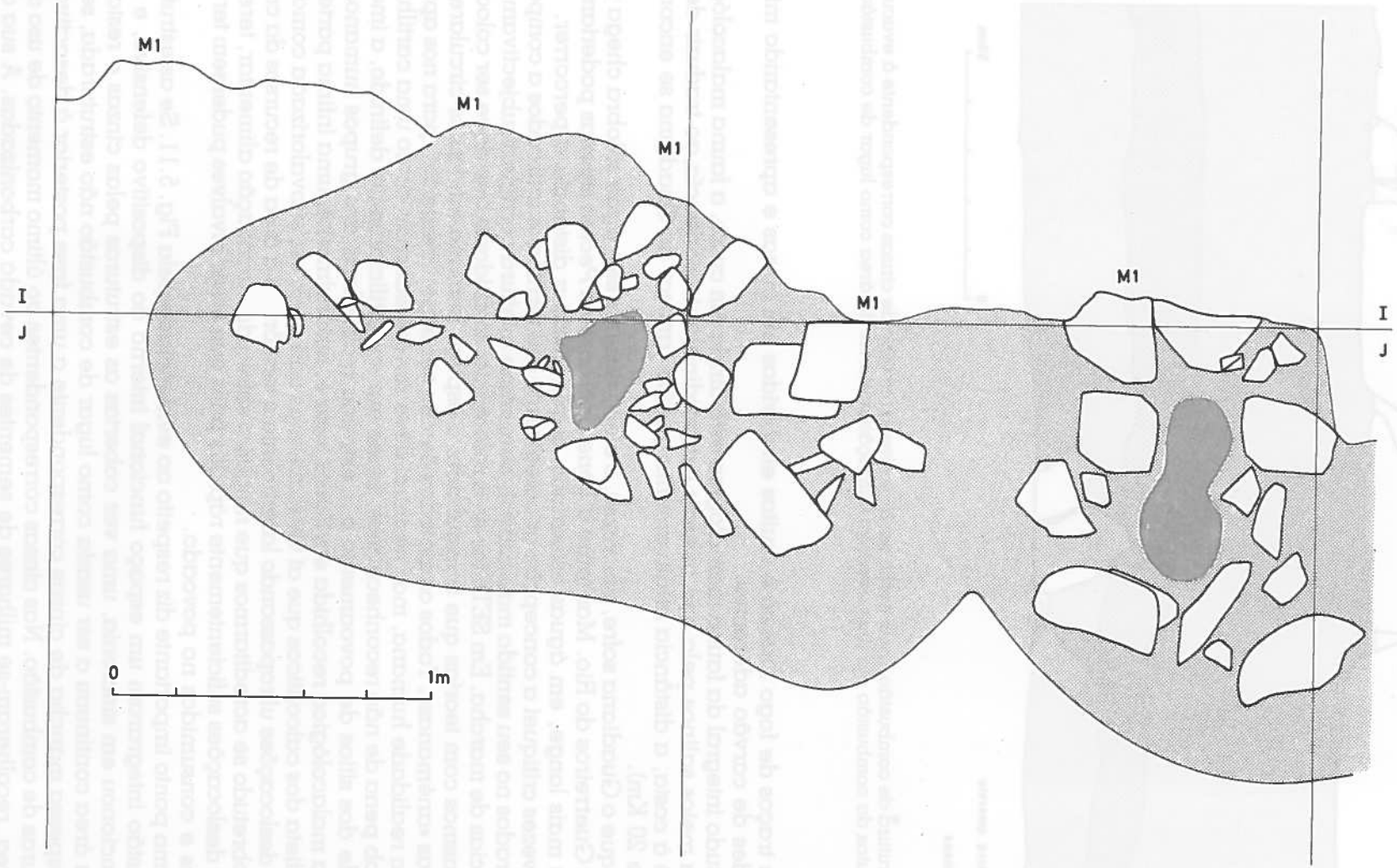


Fig. 5.13. Estruturas de combustão 2 e 3. A trama clara indica a distribuição das cinzas após o esvaziamento de manutenção. A trama escura indica a área de cinzas misturadas com micro-quantidades de carvão. M1: limite interno dos derrubes do Muro 1.

O espaço central de Santa Justa foi protegido por um muro (Muro 1), construido em grauvaque, reforçado exteriormente por outro muro, de xisto laminar, designado por Reforço Externo (Re), e, numa área muito limitada, e em fase última do sítio, reforçado internamente por um muro também de xisto laminar (Ri).

Esta estrutura foi completada com torres ocas e maciças, partindo umas do Muro 1 (as consideradas mais antigas) e outras do Reforço exterior. Funcionaram, em épocas sucessivas, duas portas. A primeira delas, P1, deve ter tido um período de utilização relativamente curto, tendo sido fechado esse acesso aquando de trabalhos de ampliação do dispositivo defensivo. Foi então construída uma segunda Porta (P2), em cotovelo, protegida pela Torre 3 e por um particular espessamento do Muro 1.

A complexa estrutura que constitui o dispositivo defensivo começou a ser entrevista logo na primeira Campanha. Um factor de perturbação residiu, até à última Campanha, no facto de as torres que arrancavam do M1 se apresentarem decapitadas pela erosão e pelos trabalhos agrícolas, *mas não na horizontal*. Com efeito, a destruição dos topos das torres acompanhou o declive do terreno, colocando o director da escavação perante um dilema desagradável: se escavasse integralmente o exterior do M1 e do Re, expunha inevitavelmente à destruição as estruturas assim escavadas, cuja protecção seria difícil. Se não se escavasse essa área, corria-se o risco de se não detectarem torres e estruturas eventualmente anexas. A solução de compromisso residiu em concentrar esforços no interior do dispositivo defensivo e só depois avançar para o exterior, uma vez completamente delimitado o perímetro da fortificação.

Em fins da Campanha de 1979, só duas torres estavam visíveis, isoladas pelo topo, e alguns dos especialistas que visitaram o povoado aquando do IV Congresso Nacional de Arqueologia, em Maio do ano seguinte, duvidaram mesmo que se tratasse de torres, a tal ponto estava arreigada a convicção de que construções de esse tipo (leia-se: «colónias») só poderiam existir nas penínsulas de Lisboa e Setúbal.

O prosseguir dos trabalhos evidenciou, porém, uma outra realidade. Vamos descrevê-la neste ponto, reservando a discussão mais ampla para a alínea respectiva.

A junção Muro 1/Reforço exterior e as primeiras duas torres foi primeiramente discutida como traduzindo uma sequência construtiva, em que M1 representaria um primeiro momento (com a Torre 1) e o Re (e a Torre 2) um segundo.

Essa leitura tornava provável a existência de outros componentes da fortificação distribuidos por estas fases, mas desde o início se considerava que uma distância de tempo pouco significativa poderia ter existido entre esses dois momentos de construção.

A reconstituição da Fig. 5.15. representou um primeiro ponto da situação. Foi linha de partida para a série de interpretações sucessivamente avançadas até à estabilização do modelo.

A progressão dos trabalhos evidenciaria outras estruturas e colocaria novos problemas.

Os acessos ao interior do espaço amuralhado correspondem praticamente aos pontos terminais do eixo maior (eixo longitudinal) do povoado. A Porta 1 abre a 370^g e a Porta 2, ao abrir efectivamente a 270^g, fornece acesso ao espaço limite a 170^g.

Seria intencional esta organização do espaço? se os acasos acontecem frequentemente, e se o crescimento dos lugares de habitação segue por vezes orientações caprichosas, torna-se difícil crer que assim tenha acontecido com um sítio de construção tão evidentemente planeada como este.

A implantação de Santa Justa corresponde, como se verá em SETE e como já se referiu indirectamente em 5.1., a um estudo atento das possibilidades defensivas e do controlo da provável área de recursos, garantidos pela ocupação de um determinado local. A construção da Porta 1 faz-se num local de afunilamento das curvas de nível, permitindo o acesso, mas (tal como aconteceria com a Porta 2) regulando-o pessoa a pessoa.

Outro aspecto importante é o das diferentes técnicas de construção usadas nas duas portas. Resumiria em dois pontos as principais diferenças registadas: (1) geometrias diversas; (2) aparelhos distintos.

Com efeito, a Porta 1 é construída a partir de dois grandes blocos de pedra a que se adossariam as duas extremidades do Muro 1, a partir dos quais cresceriam as empenas

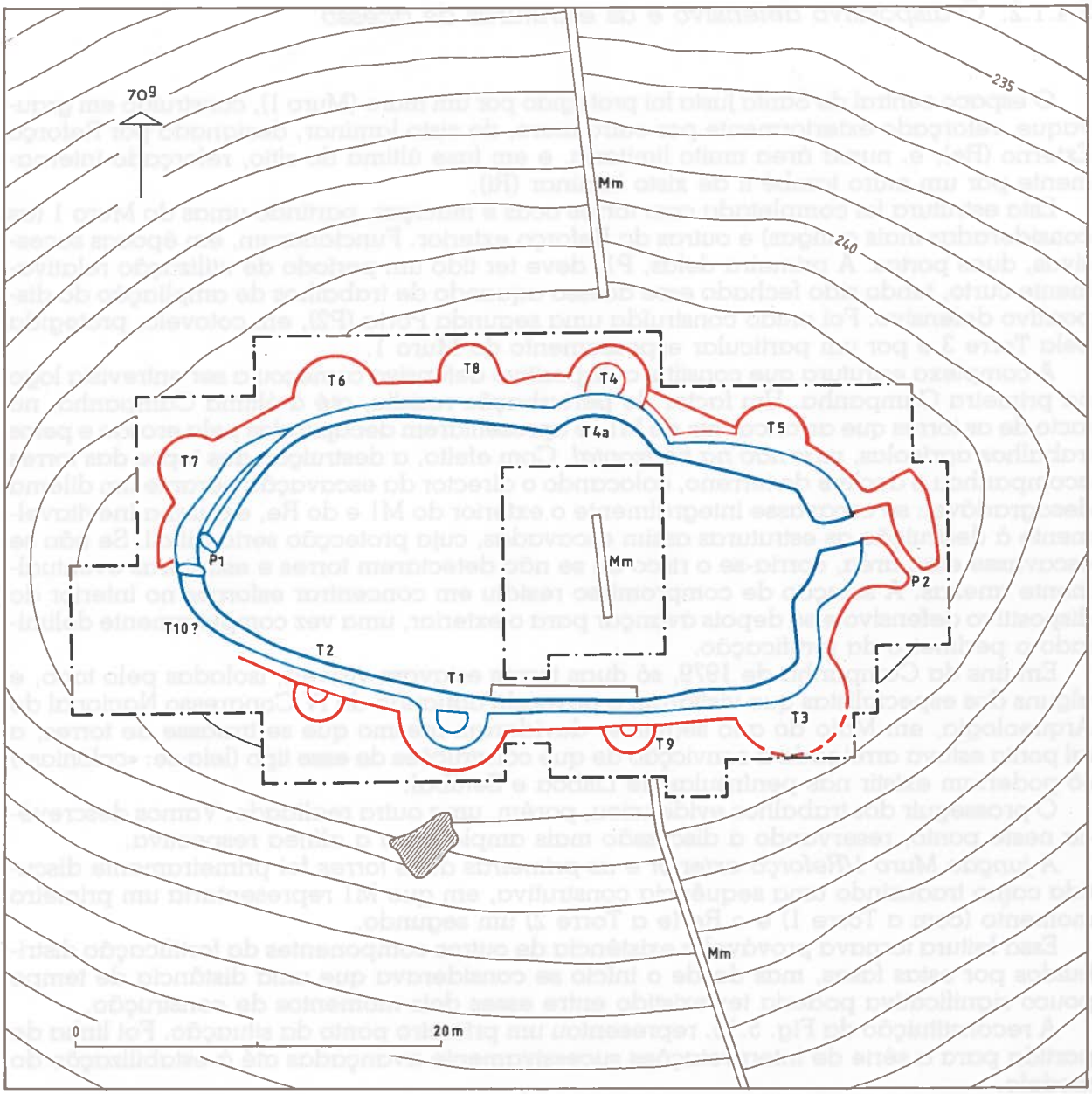


Fig. 5.14. Representação esquemática do dispositivo defensivo do Cerro do Castelo de Santa Justa. Para esta figura, escolheu-se como ponto de referência o muro moderno, aliás construído com material retirado das fortificações calcolíticas (Mm). Registou-se a totalidade as Torres (T), com a numeração que lhes foi atribuída no registo de escavação, e das Portas de uso sucessivo (P).
No interior do dispositivo, entre T1 e T9, representou-se um reforço interior. Apontou-se uma provável Torre, designada por T10?
A azul foi indicado o componente primário do dispositivo defensivo, que reúne pelo menos duas fases de construção.
A vermelho, representou-se o reforço exterior, incluindo Torres e uma provável evolução da Porta 2.

Extratexto (*em desdobrável* entre as pp. 200-201) Planta geral do Cerro do Castelo de Santa Justa. C: Cabanas; T: Torres; P: Portas; BP: Buracos de poste; Aec: área com estruturas de combustão; EI25: Estrutura de I25.

de muro que definiriam a Porta. Sistema semelhante foi registado na Porta do Zambujal e parece ter sido também usado em Los Millares.

A Porta 1 define um acesso directo ao interior, ainda que afunilando de fora para dentro.

A Porta 2 é construída exclusivamente com lajes de xisto laminar, formando muro. O seu percurso em cotovelo dificulta ainda mais o acesso ao espaço interno e coloca-o afastado da face virada a 70º, aliás tão adequadamente protegida como a oposta.

Se de algum modo se pode considerar a Torre 6 e a provável Torre 10 como torres de protecção ao espaço já entaipado da Porta 1, o certo é que a Porta 2, para além do seu traçado peculiar conta com duas protecções de indiscutível significado: a Torre 5, na face a 70º e o Muro 1, intencionalmente espessado até se juntar à Torre 3, a maior do povoado.

Parece de concluir que a Porta 2 resume o *saber fazer* de uma época, mas também o aumentar de precauções defensivas através da instalação de um dispositivo de acesso mais aperfeiçoado e protegido. A plataforma fornecida pelo espessamento do Muro 1 e pela Torre 3 permitiria o concentrar de arqueiros numa área vital para a defesa do povoado, por ser a menos naturalmente protegida.

O entrosamento da Torre 1 com o Muro 1 é vital para se escolher entre duas possibilidades para a primeira fase do dispositivo defensivo. As minhas escavações em Vila Nova de S. Pedro evidenciaram que se a Muralha 3 foi provida de torres elas deveriam estar muito afastadas entre si, pois não são detectáveis no troço escavado, ainda assim relativamente extenso. A construção do Muro 1 de Santa Justa poderia estar nas mesmas condições, ainda que dúvidas surgissem quanto à Torre 4a e, naturalmente, em relação à Torre 1. Considerado o estado de extrema destruição patenteado pela Torre 4a não parecia ser possível, através dela, obter confirmação ou infirmação para os pontos em debate.

Restava a Torre 1. Duas questões foram debatidas. A primeira, sendo esta torre oca, dizia respeito ao acesso ao seu interior a partir do povoado. A segunda, às prováveis empenas do Muro 1.

Quanto ao problema de acesso não havia lugar para grandes discussões: este fazia-se por rebaixamento do Muro 1, que constituiria uma pequena plataforma de acesso (que poderia ser completada com estruturas precárias, de madeira, por exemplo).

A empena esquerda do acesso à torre estava algo destruída, mas a direita (Fig. 5.14., em desdobrável) evidenciava dois grandes blocos de pedra, integrados na construção do Muro 1 de forma a demarcar o lintel. Este ponto parece-me confirmar que a Torre 1 estaria integrada no Muro 1 *desde a sua construção*, sendo portanto a mais antiga das torres de Santa Justa.

As torres de Santa Justa levantam diversos tipos de problemas para além dos que serão discutidos adiante. Um deles é o da posição cronológica relativa das torres ocas.

Contrariamente ao que parece ter-se verificado no Zambujal, a primeira torre a ser construída em Santa Justa é uma torre oca, a Torre 1, à qual haveria que acrescentar a provável Torre 4a, oca também. A terceira torre a ser construída, a Torre 4b seria igualmente uma torre oca, e a partir daí só se construirão torres maciças, ainda que, por rigor de análise, como veremos, se tenham registado algumas ligeiras dúvidas a propósito da Torre 8.

Outro ponto diz respeito às dimensões das torres, bem diversas entre si. *Grosso modo*, teríamos num extremo a Torre 3, com as maiores dimensões, e no outro as Torres 2 e 9, muito semelhantes. Entre estes polos, as restantes. Se medirmos os vãos totais das torres junto ao Muro 1, teríamos as seguintes medidas:

Torre 1 — 3.25 m. (5 m., se o reforço fosse incluído)
Torre 2 — 2.25 m.
Torre 3 — 5.50 m.
Torre 4b — 3.88 m.
Torre 5 — 3.63 m.
Torre 6 — 3.38 m.
Torre 7 — 4.25 m.
Torre 8 — 3.38 m.
Torre 9 — 2.25 m.

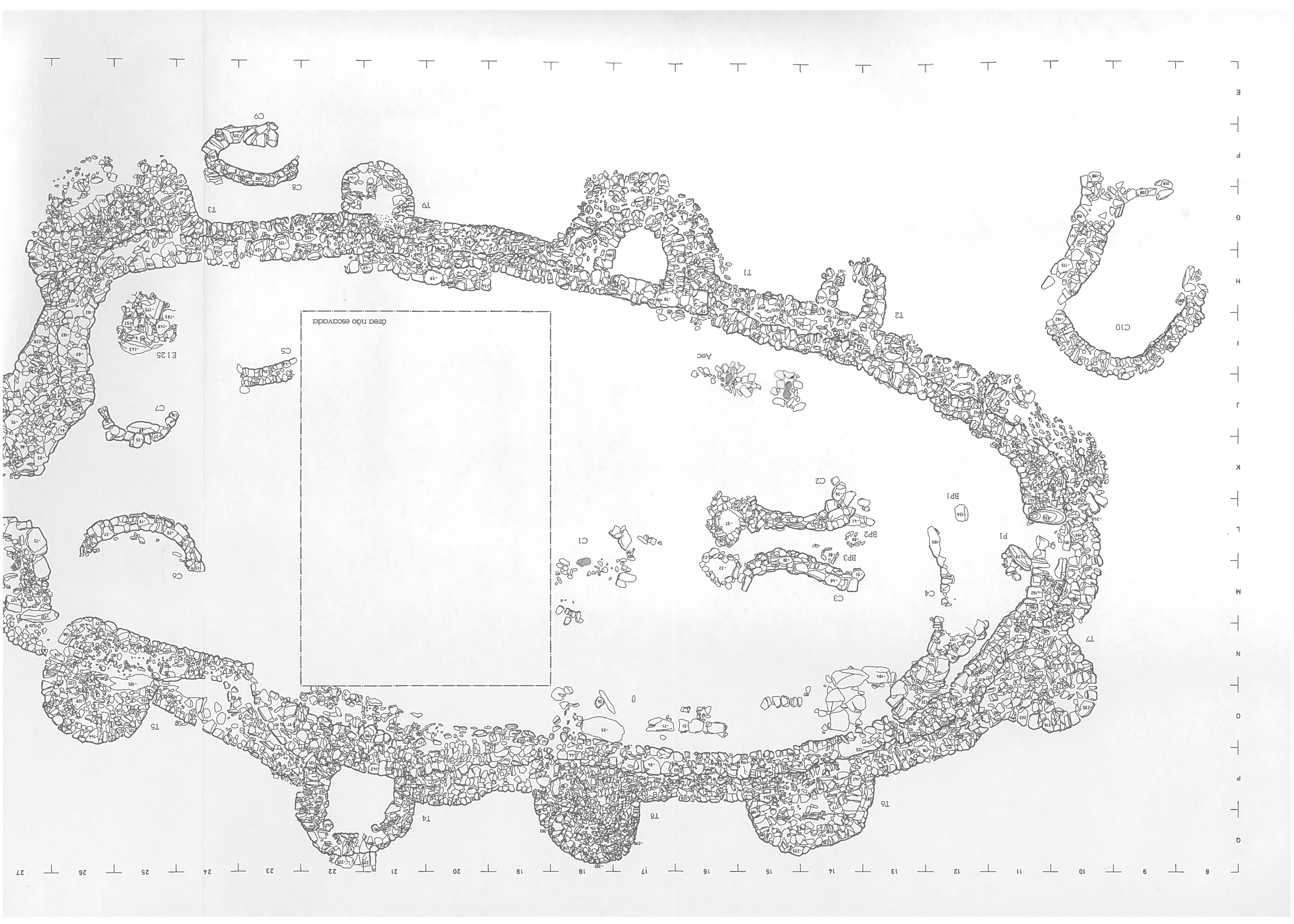
Estas simples medidas evidenciam proximidades, quando não coincidências:

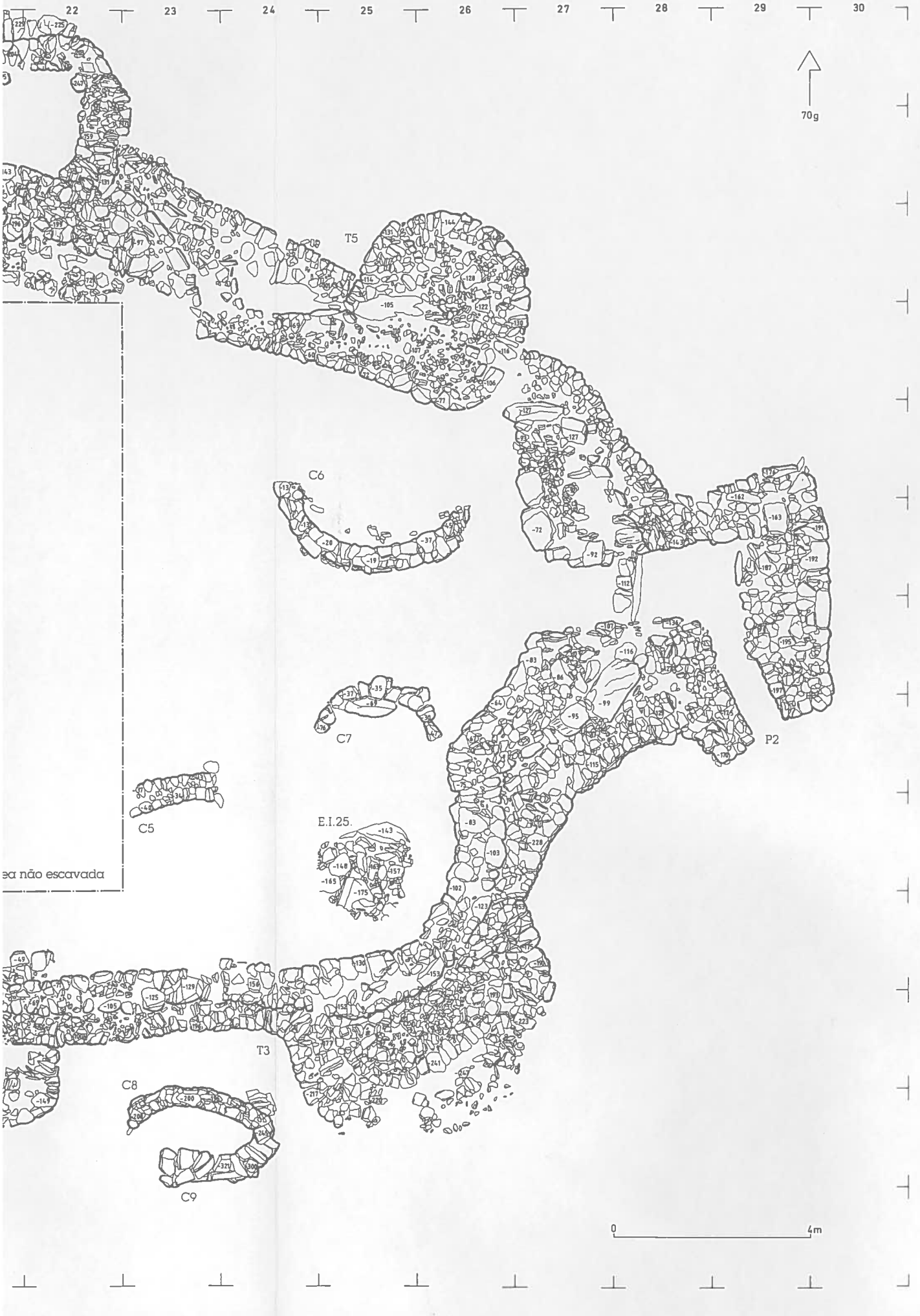
Torres 2 e 9: dimensão idêntica entre si;

Torres 6 e 8: dimensão idêntica entre si;
Torres 5 e 4b: dimensão aproximável.
A verificação dos pontos de inserção destas torres é também significativa:
A Torre 7 aparece ladeada por duas torres de idênticas dimensões, as 6 e 8;
A Torre 1 aparece ladeada por duas torres de idênticas dimensões.
Apesar de distintas dimensões, as Torres 3 e 5 ladeiam a Porta 2 de forma relativamente simétrica. A provável Torre 4a poderia ter representado uma primeira protecção ao fecho da elipse, na extremidade a 170g do eixo principal, se bem que nenhum dado permita falar de uma Porta em funcionamento nesse sector cuja leitura foi perturbada pela intensa erosão.
Que será possível concluir destes dados?
Penso que se poderá avançar o seguinte, e ainda antes de analisarmos (em 5.6.) os modelos propostos para a evolução da fortificação:

1. As Torres 8 e 2 são construídas simultaneamente, como apoio ao sector onde já existia a Torre 1. As suas pequenas dimensões transformam-nas em espaços de um só utilizador;
2. As Torres 6 e 8 são construídas simultaneamente, reforçando o espaço protegido pela Torre 7. Esta poderia ser ligeiramente anterior, ou contemporânea das duas. A análise dos tipos de inserção no Muro 1 e Reforço permite, porém, entender como simultânea tal construção;
3. A Torre 3 cumpre os objectivos específicos de defender a Porta 2. A sua construção, maciça e envolvente, garante uma protecção em força deste sector, coberto a 70g pela Torre 5.

A estas três propostas haverá que juntar uma conclusão, decorrente delas próprias e de outros factores em apreço. Essa conclusão, a desenvolver posteriormente, referir-se-ia ao *planeamento da construção*.
Defender-se-á em SETE que a implantação de um grupo humano no Cerro do Castelo de Santa Justa corresponde a uma escolha intencional, traduzindo uma verdadeira estratégia de povoamento. A maneira como as torres vão sendo construídas, se não indica um plano inicial perfeito, traduz, no mínimo, um planeamento das sucessivas ampliações que não parece coincidir com uma imagem de improvisação.
O faseamento da construção originou, no entretanto, uma situação bizarra, proliferando as torres para além do estrategicamente necessário. Mas não é essa mesma imagem que temos na Estremadura? em Vila Nova de S. Pedro e Zambujal, a proximidade e o número das torres é largamente superior ao necessário para uma defesa eficaz assegurada por arqueiros.
Numa escala reduzida, Santa Justa testemunha situação idêntica.
Torres e acessos constituem, portanto, componentes de um complexo dispositivo defensivo que não parece resumir-se a eles.
A paisagem e a implantação terão a ver com uma dada estratégia de povoamento, decorrendo a escolha de um sítio específico de um conjunto de condicionantes ou, no mínimo, de intenções objectivas que reflectem, necessariamente, as tensões locais.
A fortificação do Cerro do Castelo de Santa Justa não pode, portanto, entender-se sem uma análise do sítio geográfico em que ela é construída.
Na leitura do território, dominam dois factores: (1) a acessibilidade dos lugares, decorrendo das vias naturais de penetração; (2) a defensabilidade dos centros físicos de povoamento. Um e outros naturalmente correlacionados na estratégia de povoamento, onde são equacionados perante um outro elemento, as ameaças previstas ou efectivas.
O Ribeirão representa um afluente da Foupana, de caudal reduzido. Mas as suas margens e o leito, quando seco, são excelentes vias para deslocação de homens e animais.
Se escolhessemos um caminho, fora da actual rede viária, que nos levasse do Cerro do Castelo de Santa Justa até ao Guadiana, a alturas de Alcoutim, poderíamos atalhar para Norte, e percorrer o planalto que conduz até para lá do actual cruzamento de estradas. Mas se, em alternativa, fosse nossa intenção chegar à Foz do Guadiana, então o curso do Ribeirão, levando-nos à Foupana, permitir-nos-ia atingir as margens do rio.
Santa Justa «fecha» este caminho e controla-o.


8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
Q
P
O
N
M
L
K
J
I
H
G
F
E
T1
T2
T3
T4
T5
T6
T7
T8
T9
C1
C2
C3
C4
C5
C6
C7
C8
C9
C10
P1
BP1
BP2
BP3
Aec
E 1.25
dtear ndo escavada


22
23
24
25
26
27
28
29
30
70g
T5
C6
C7
C5
P2
E.I.25.
T3
C8
C9
ea não escavada
0
4m

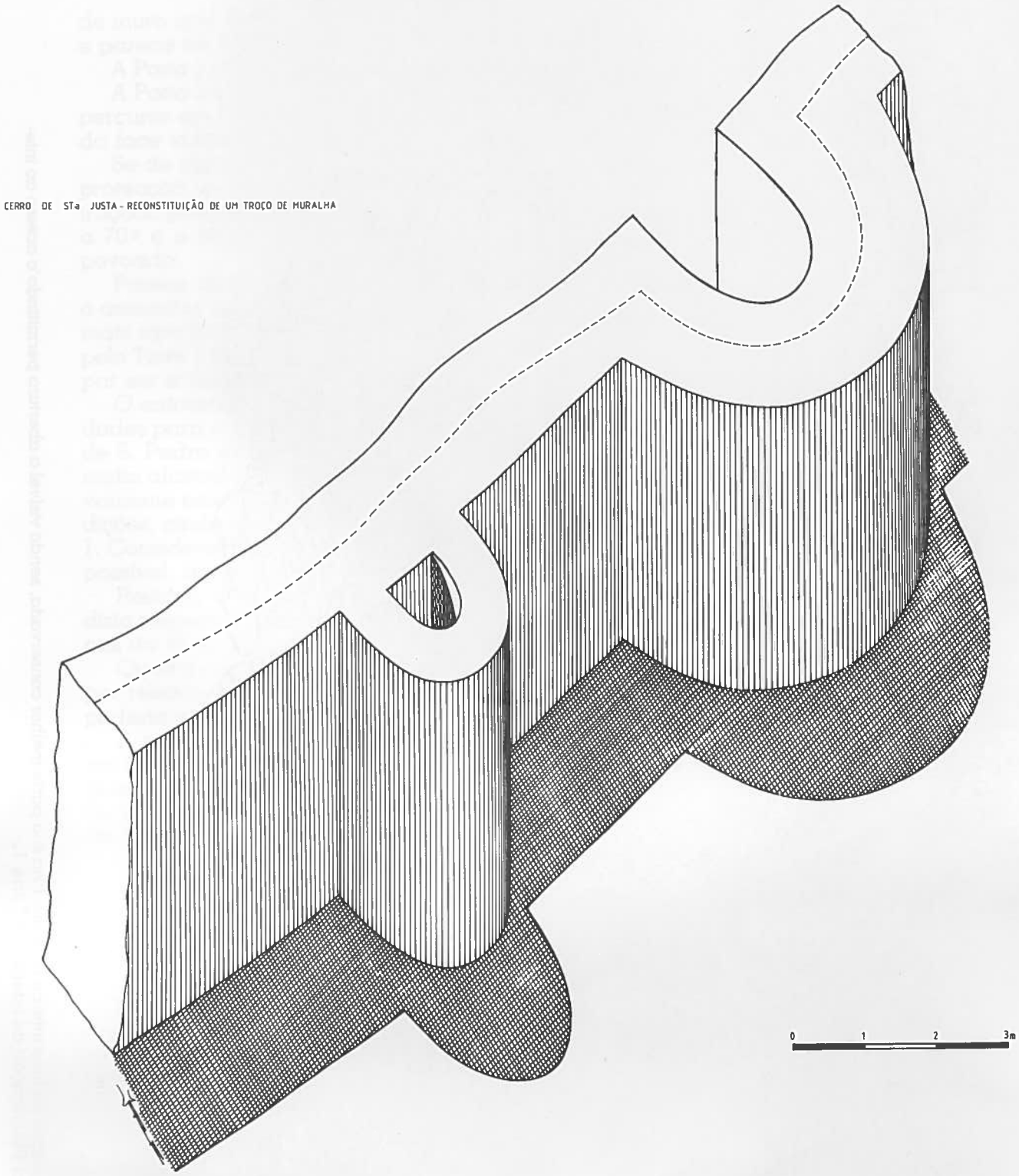


Fig. 5.15. Muro 1 e reforço externo nas áreas das Torres 1 e 2 (primeiro ensaio de reconstituição).



Fig. 5.16. (*em cima*) Planificação da face interna do Muro 1 na sua parte melhor conservada, sendo visível a abertura permitindo o acesso ao interior da Torre 1. (em baixo) Planificação do interior da Torre 1.

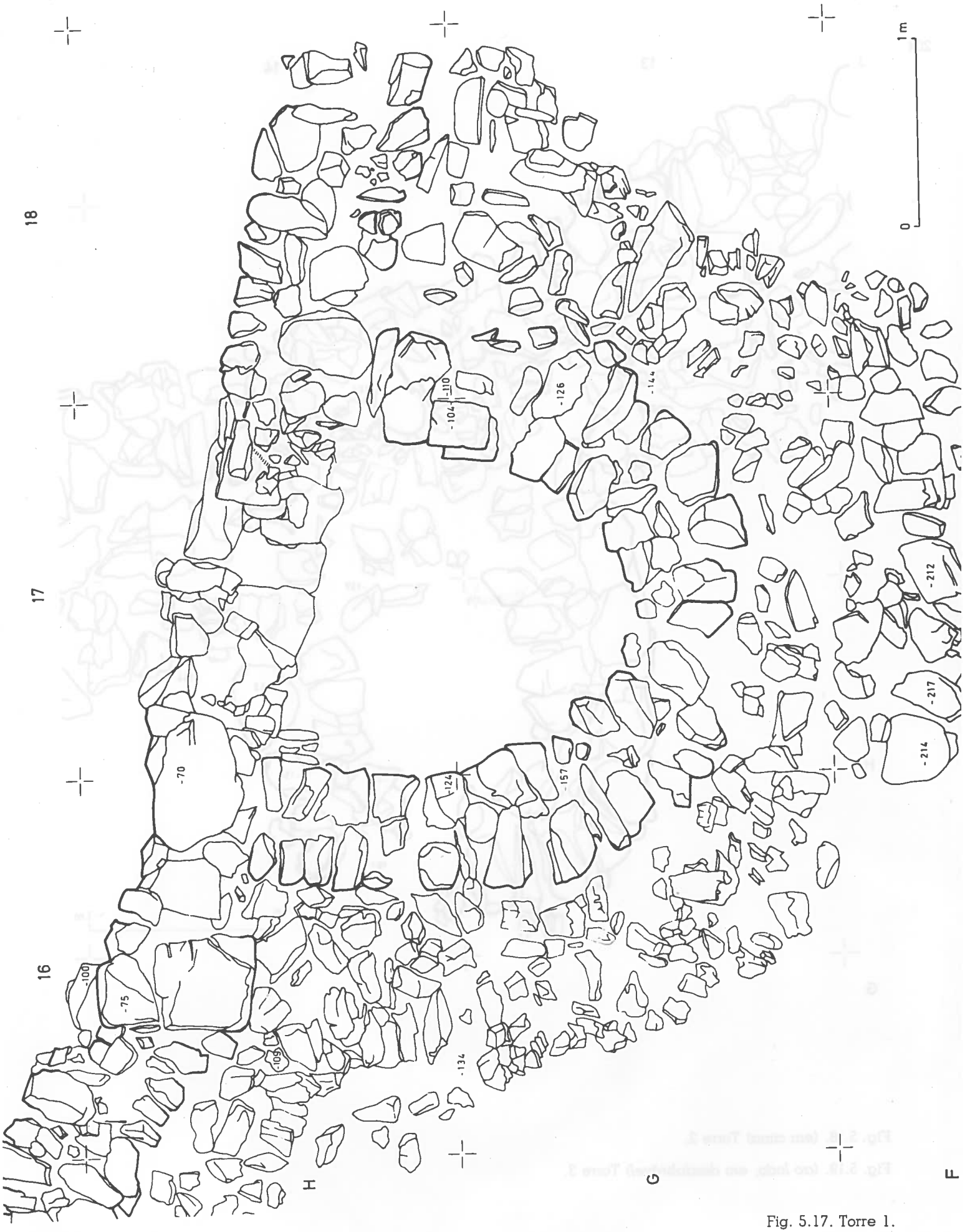


Fig. 5.17. Torre 1.

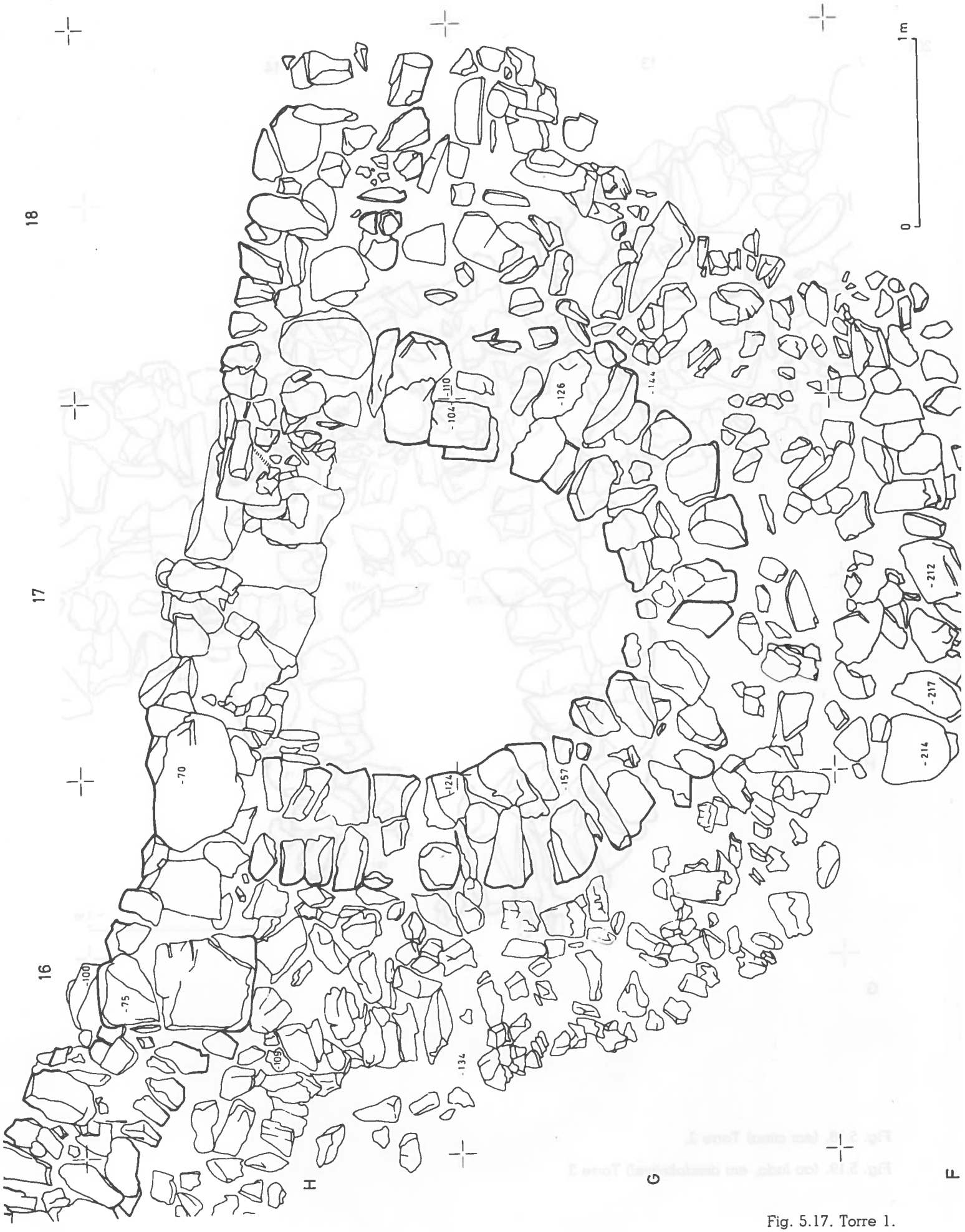


Fig. 5.17. Torre 1.

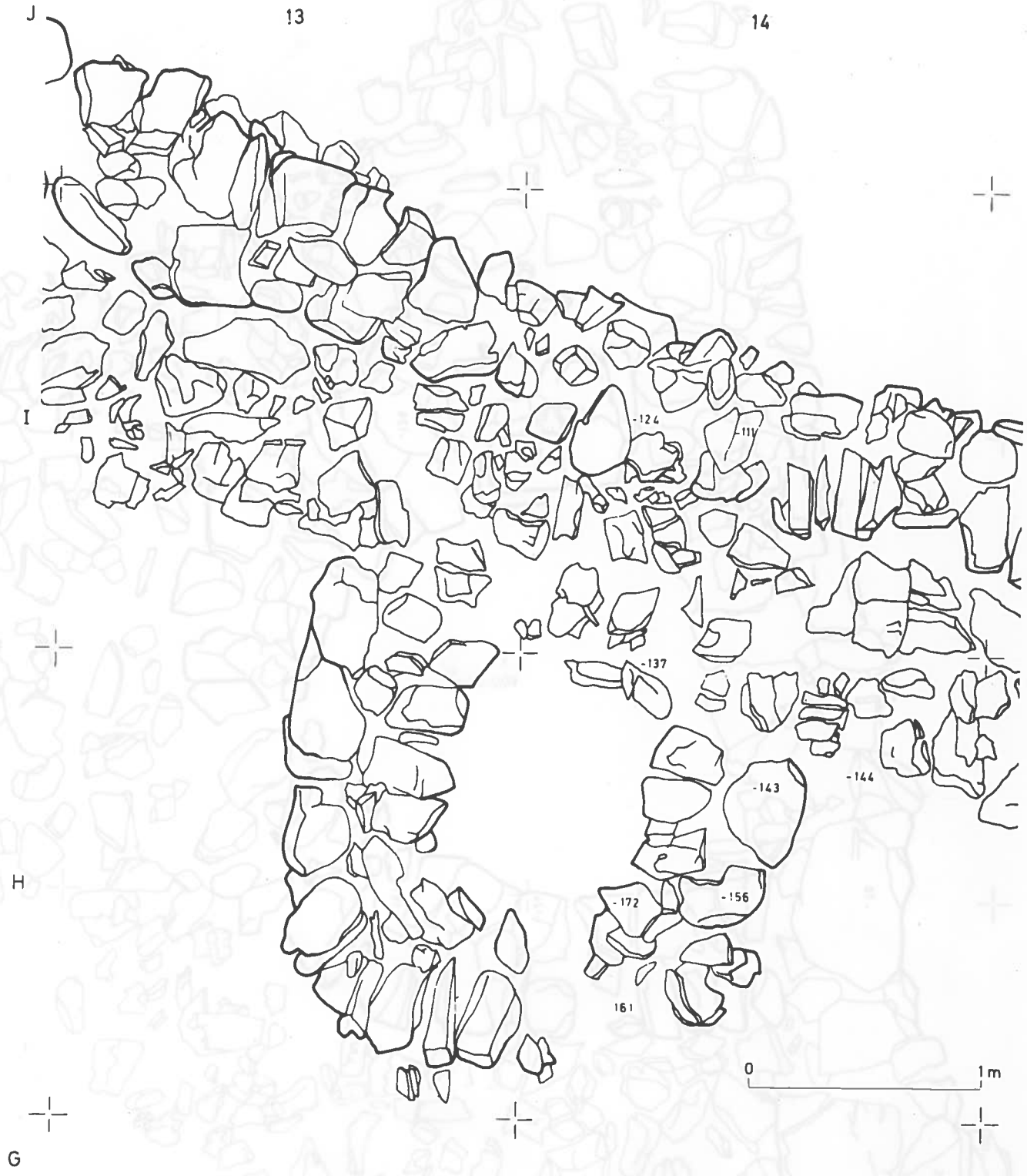


Fig. 5.18. (*em cima*) Torre 2.

Fig. 5.19. (*ao lado, em desdobrável*) Torre 3.

I

24

25

26

27

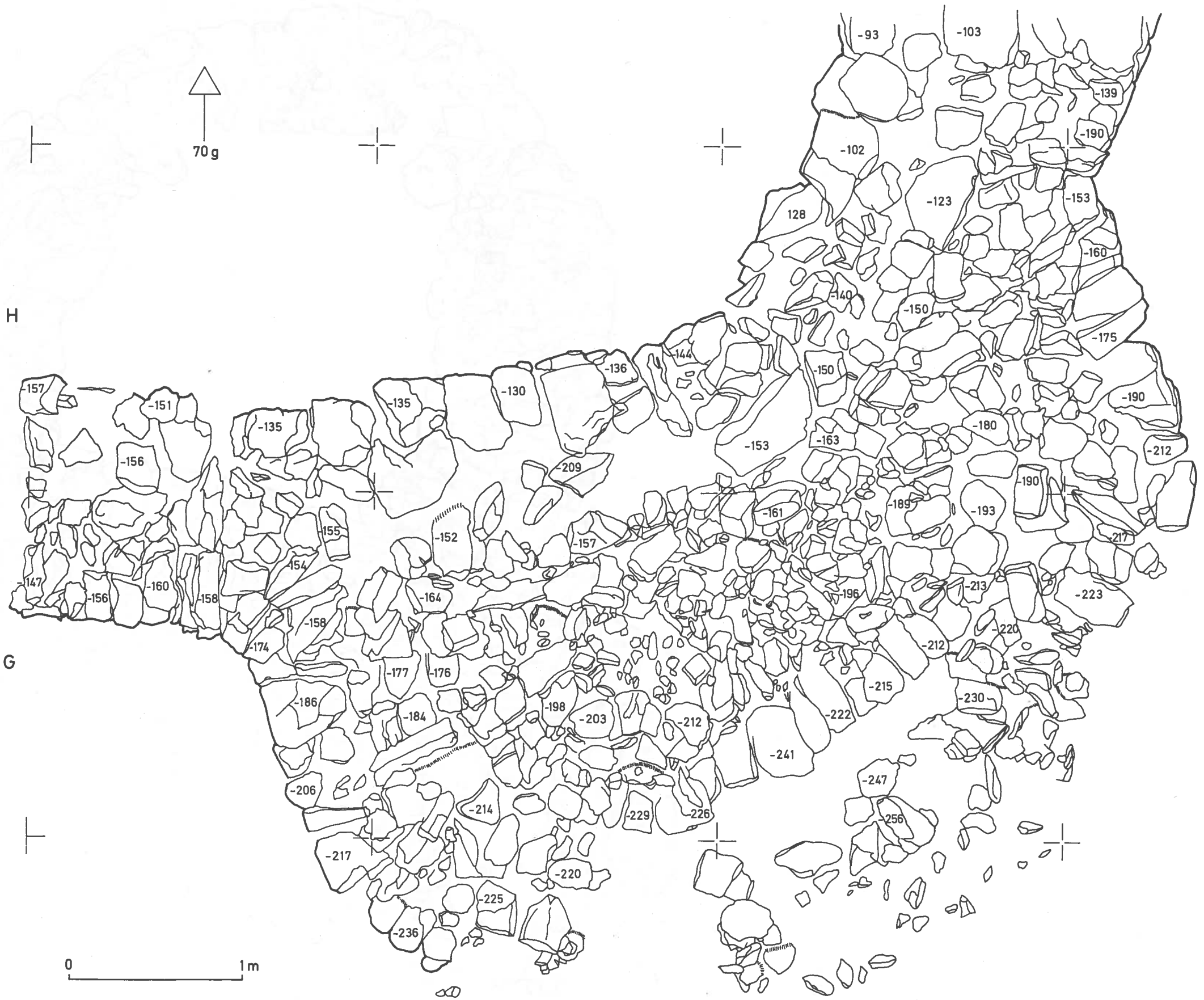
70 g

H

G

F

0 1 m



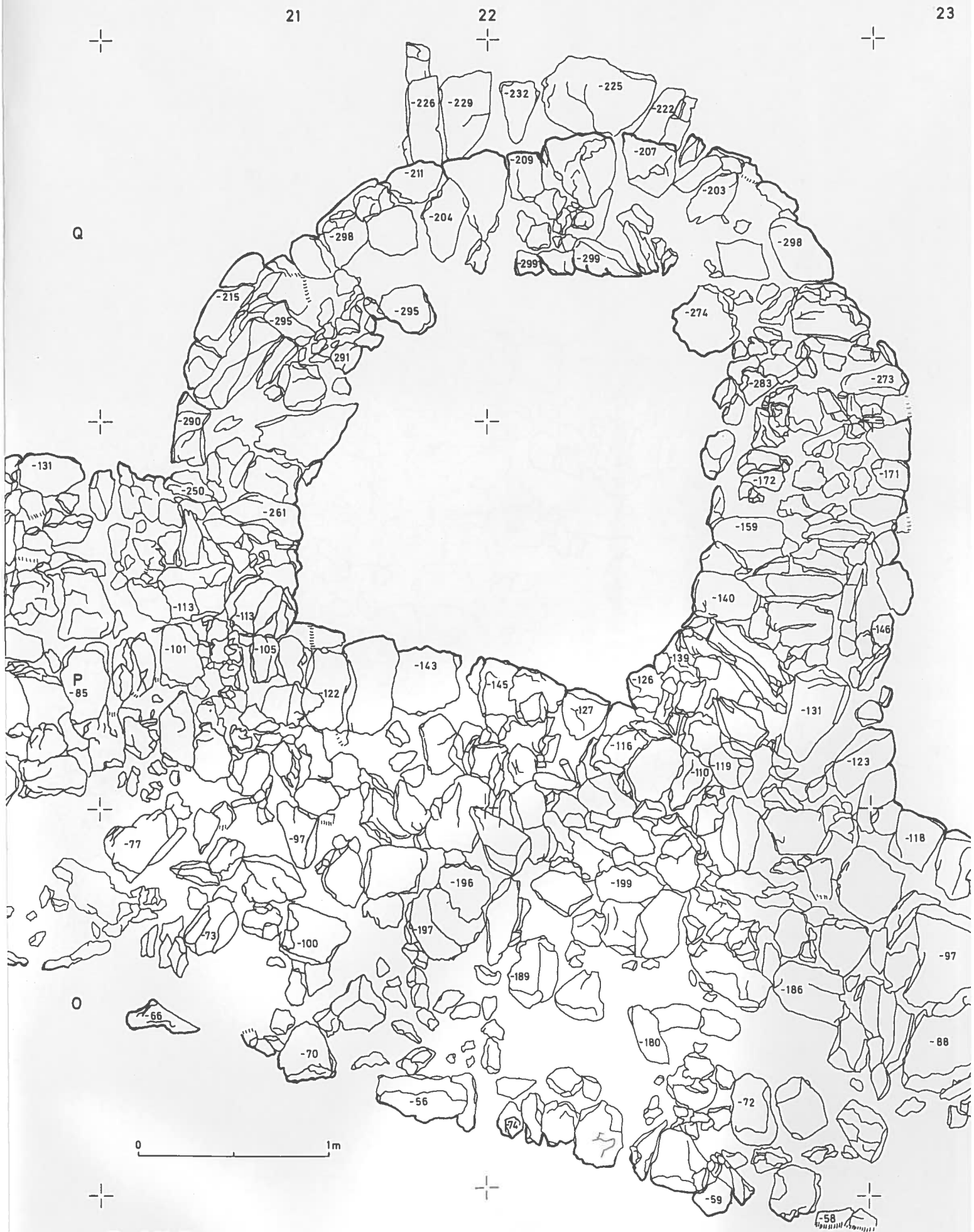


Fig. 5.20. Torre 4.

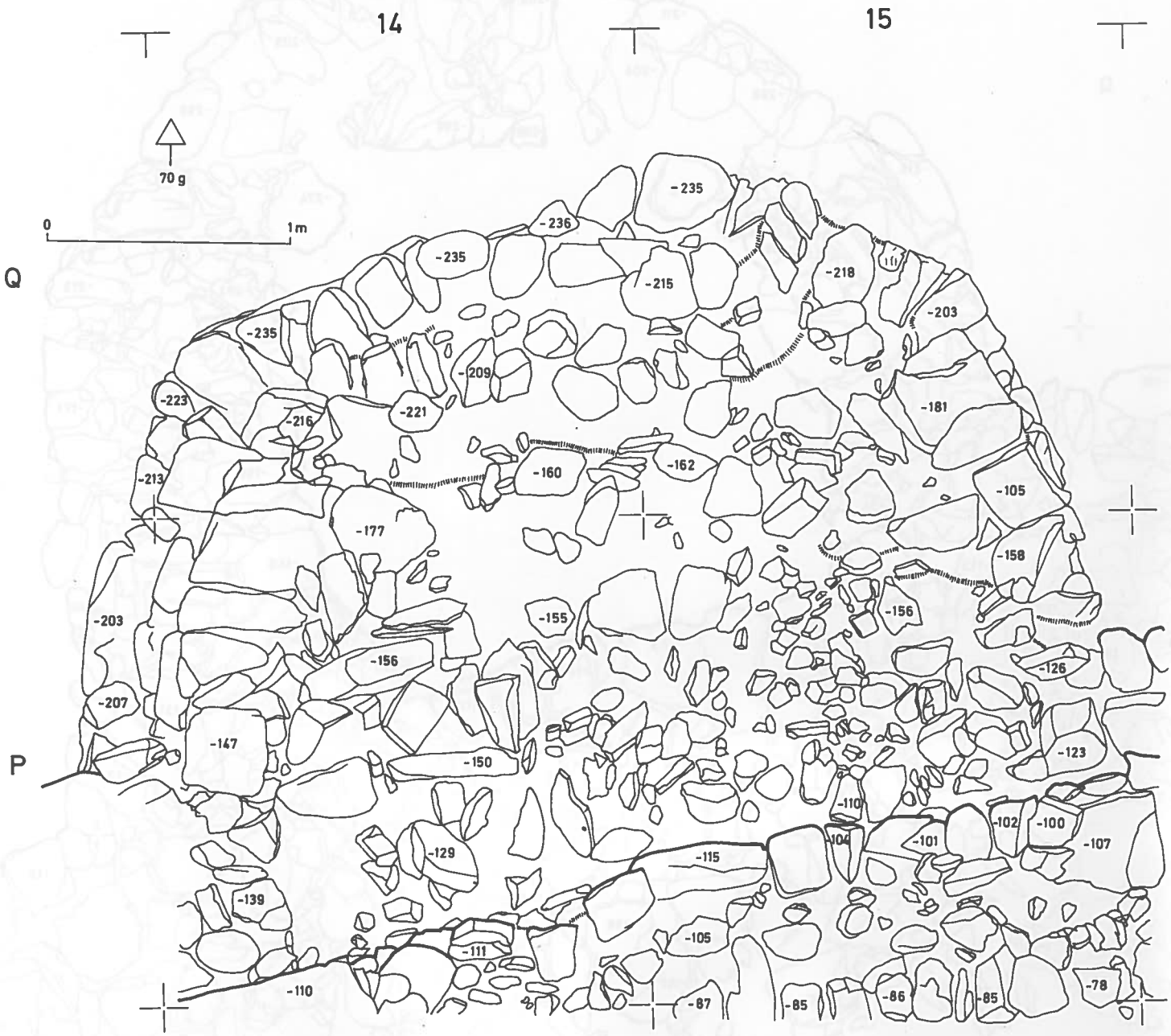
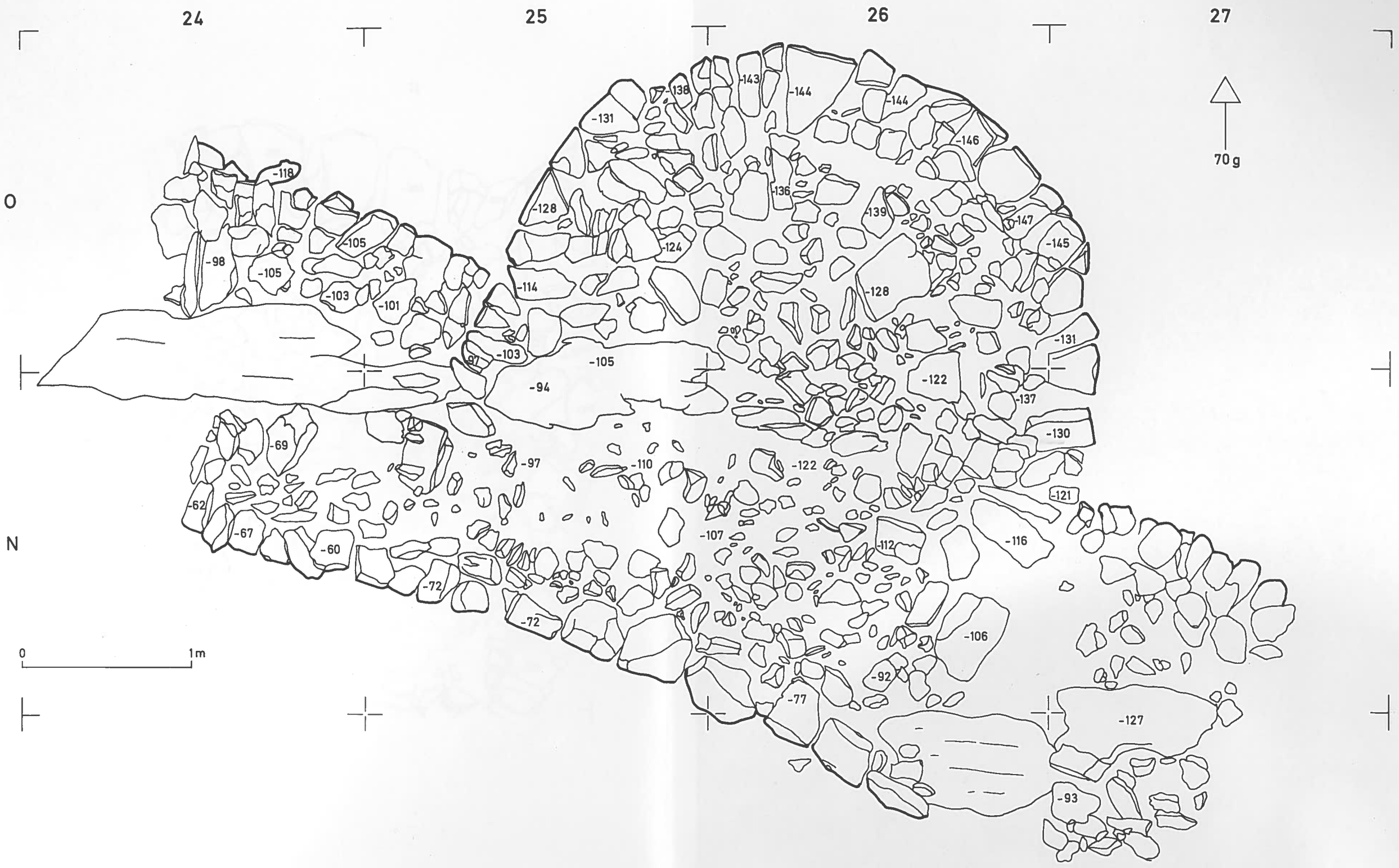


Fig. 5.22. (*em cima*) Torre 6.

Fig. 5.21. (*ao lado, em desdobrável*) Torre 5.


24
25
26
27
0
70 g
N
0
1m
-118
-98
-105
-105
-103
-101
-114
-128
-124
-131
-138
-143
-144
-144
-146
-136
-139
-147
-145
-128
-131
-103
97
-105
-94
-122
-137
-130
-69
-97
-110
-122
-121
-62
-67
-60
-72
-72
-107
-112
-116
-106
-92
-77
-127
-93

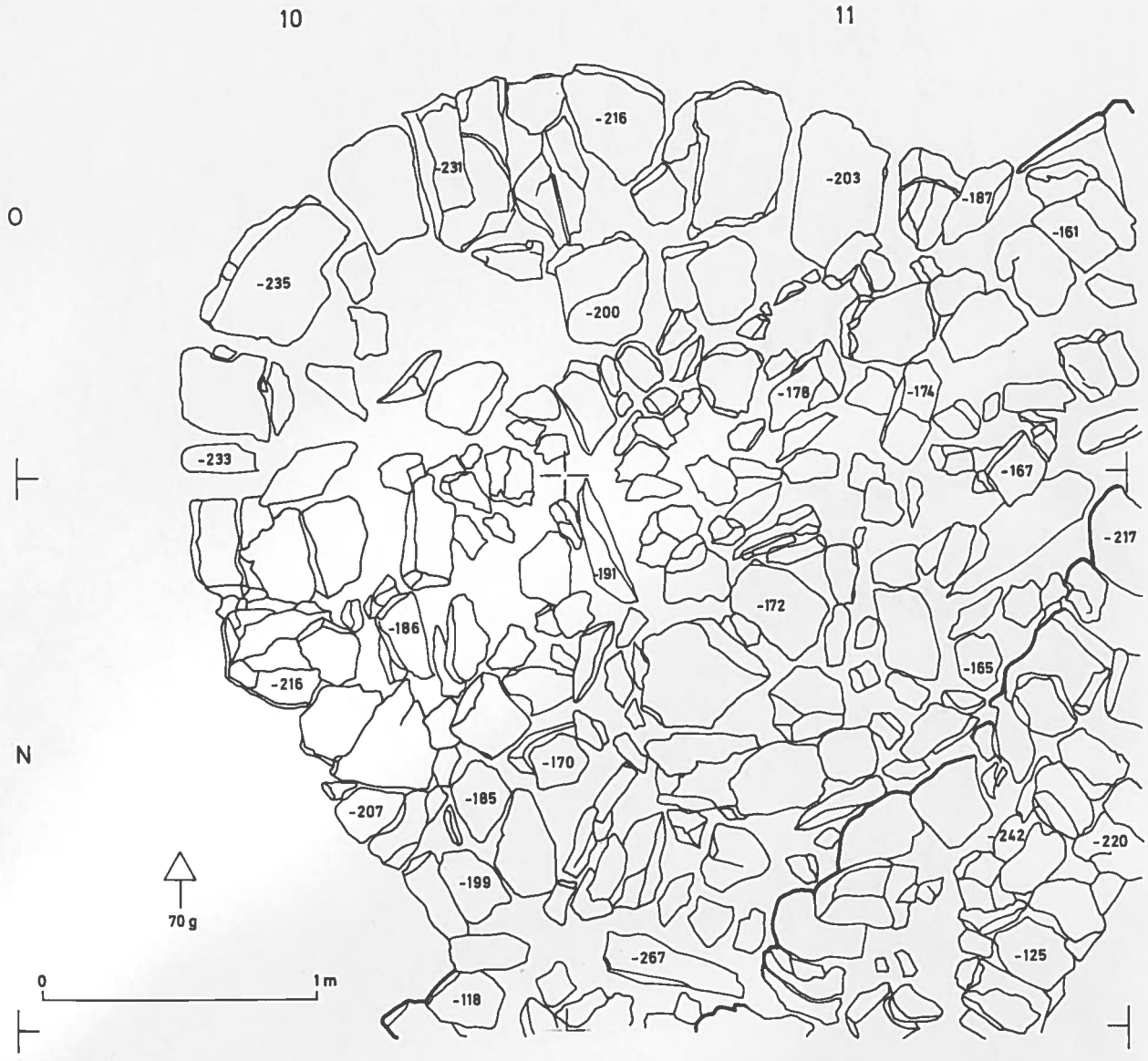


Fig. 5.23. Torre 7.

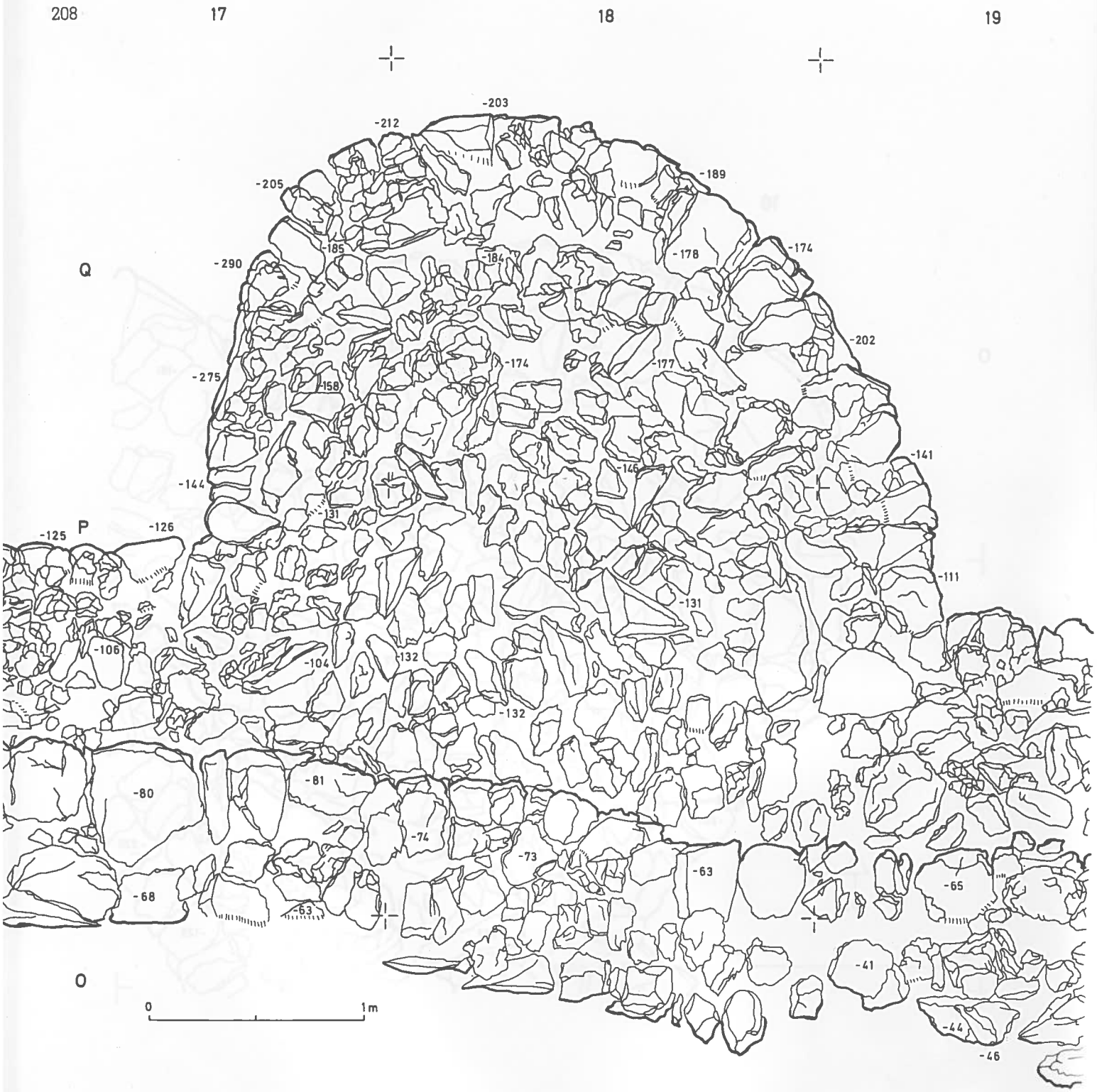


Fig. 5.24. (*em cima*) Torre 8.

Fig. 5.25. (*na página seguinte*) Torre 9.


20
21
22
23
H
0
1m
209

5.4.2. *Artefactos*

5.4.2.1. *Pedra lascada*

5.4.2.1.1. *Lâminas e lamelas*

[*A propósito da ficha descritiva usada para as lâminas e lamelas do Cerro do Castelo de Santa Justa, critérios e abreviaturas, há apenas a registar que se seguiu o modelo elaborado para Corte João Marques (ver, a propósito, 4.4.2.1.1.1.), pelo que, após o quadro descritivo, se passará directamente aos comentários.*].

Contrariamente ao verificado no Cerro do Castelo de Corte João Marques, recolheu-se em Santa Justa um número relativamente elevado de *lâminas* (84) e ainda algumas *lamelas* (7).

O comentário ao estado dos artefactos deve iniciar-se pela observação do facto de as lamelas intactas serem proporcionalmente superiores às lâminas do mesmo estado. Assim 57% das lamelas estava *intacto*, enquanto apenas 15% das lâminas se encontrava em condições de permitir leitura integral.

Tal facto não deve ser sobrevalorizado, considerando as pequenas dimensões das lamelas e a sua própria matéria-prima, o quartzo hialino em 43% dos casos.

A proporção lamelas/lâminas (8%-92%) denota a escassez das indústrias lamelares, habitual no Calcolítico.

As secções observadas eram de dois tipos, *triangular* e *trapezóidal*, tendo-se reservado uma categoria para os *irregulares*. A maioria (60%) era trapezóidal, ao contrário do verificado em Corte João Marques. Mas convém sublinhar que a secção varia de acordo com a área das lâminas, pelo que estes dados também não deverão ser sobrevalorizados.

O bolbo de percussão era *bem definido* em 49% dos fragmentos que incluiam a extremidade proximal, informação idêntica à de Corte João Marques.

O retoque está presente em 70 dos 91 exemplares estudados. É *muito oblíquo* em 31% dos casos, *oblíquo* em 33, *abrupto* em 34 e *vertical* em 1%. Estas percentagens contrastam com as obtidas para Corte João Marques, onde 67% do retoque é *oblíquo*.

Mais uma vez, porém, sublinho o reduzido número da amostra de Corte João Marques (8 lâminas e uma lamela), mais de dez vezes inferior àquela ora estudada.

A matéria-prima traduz uma dupla realidade, a do contexto geológico local e das condicionantes determinadas pelo uso.

Com efeito, numa região onde o xisto abunda, compreender-se-ia mal que as lâminas de xisto não ultrapassassem os 12%, se não tomássemos em conta a fragilidade que ele oferece em situações de corte aplicado contra matérias resistentes. Na ausência local de sílex, importante é a percentagem dos artefactos feitos a partir desta matéria prima: 27%. O *chert*, de mais fácil obtenção, domina, sendo as suas características de resistência inferiores às do sílex, mas de longe superiores às do xisto.

Os 57% de lâminas de *chert* traduzem, assim, o compromisso possível entre o que se poderia obter a algumas escassas dezenas de quilómetros e o tipo de uso quotidiano.

As lamelas justificam uma particular referência. Com efeito, 3 em 7 são de quartzo hialino.

Nada de particular haveria a dizer, se o quartzo hialino não fosse uma matéria prima particularmente prezada para a feitura de artefactos votivos, considerada a sua beleza intrínseca e relativa raridade. O aspecto vítreo desta matéria prima, não significa, porém, a sua feitura exclusiva para acompanhar os mortos (e, de algum modo, deveria ser no próprio povoado que se fariam os artefactos a depositar em antas e *tholoi*).

5.4.2.1.2. *Furadores*

Recolheram-se no Cerro do Castelo de Santa Justa dois artefactos sobre lasca, resultantes do apontamento destas. São furadores, idênticos ao exemplar recolhido por Tavares da Silva e Soares no povoado do Cortadouro, Ourique (1976-77).

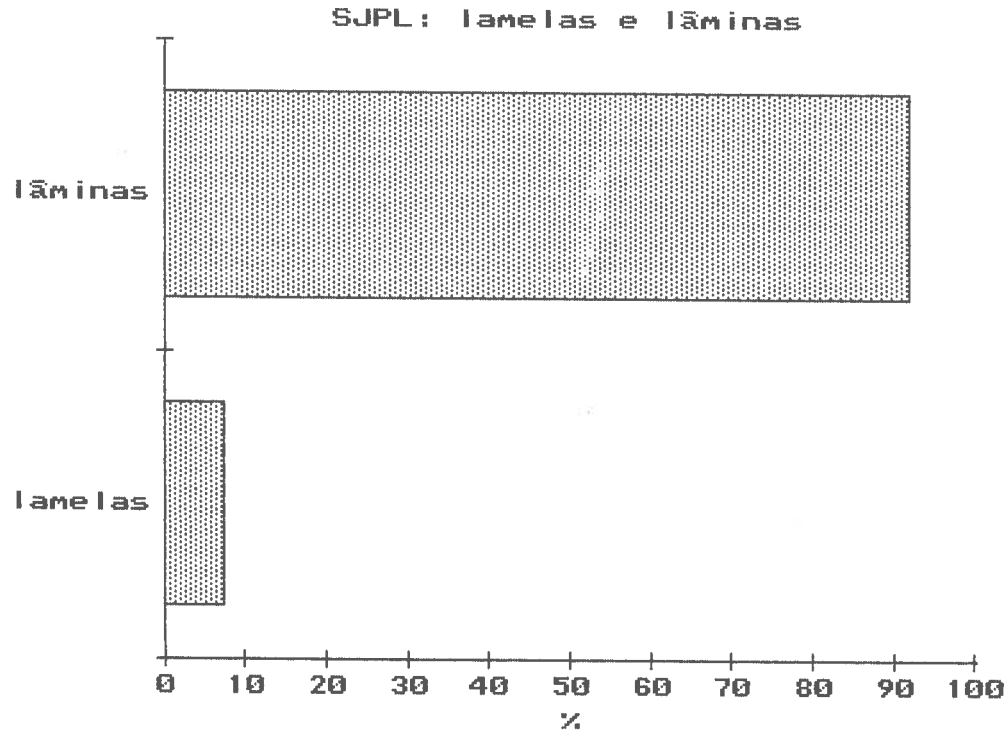
A matéria-prima escolhida foi o xisto jaspóide e ambos utensílios foram obtidos pelo desbaste de uma lasca fina, conservando na extremidade proximal o arredondamento que permitiria o encabamento ou a manipulação e possuindo uma estreita, mas robusta, extremidade distal.

Cerro do Castelo de Santa Justa
lamelas e lâminas

des	qd	#	x	y	z	estd	sec	blb	rtp	rta	rts	rtl	enc	comp	lg	esp	ia	ie	mp	cor	peso
lamela	F26	17	195	43	20	34	2	2					0	20	10	2.05	2	10	1	5Y 4/1	0.67
lamela	H13	1	134	200	20	1	2	2	1	2	1	1	1.03	23.03	5.09	1.06	5	22	2		0.3
lamela	J12	67	160	25	36	1	2	3					0	20	5.03	1.05	4	19	2		0.1
lamela	L11	118	54	95	9	1	1	2	4	2	1	1	1.01	46.05	9.04	8	5	6	1	2.5Y 3/0	3.4
lamela	P16	4	188	84	40	1	3	2	4	2	1	2	0	29.06	10	3.01	3	10	4	10R 5/4	1.36
lamela	P21	2	50	180	15	34	2	3					0	14.05	6.03	1.06	2	13	2		0.16
lamela	S	174				3	1	1	31	2	1	1	0	49.01	11.08	4.03	4	12	1	10YR 3/1	3.72
lâmina	F22	3	80	5	50	23	2	1	31	3	1	1	0	46	23.03	8.06	2	6	1	10YR 6/2	
lâmina	F24	90	100	90	90	1	2	2	32	3	1	2	2.08	92.06	23.08	18.06	4	5	3	10YR 5/2	30.8
lâmina	G24	7	129	177	85	34	2	3	31	3	2	1	0.07	32	13	8.07	2	4	1	10YR 3/1	2.43
lâmina	H18	67	108	75	66	23	2	1	31	3	1	1	4	97.07	24.08	9	4	11	3	5Y 8/1	32.74
lâmina	H18	77	102	31	95	34	3	3	31	4	1	1	1.06	77.01	27	6.02	3	13	3	10YR 5/1	21.14
lâmina	H20	7	58	54	40	4	1	1	2	4	2	1	2.04	33	22.05	5.08	1	6	1	10YR 3/1	7.62
lâmina	H23	74	124	60	51	1	2	2	31	3	1	1	2.05	107.1	27.08	9.09	4	12	4	2.5Y 4/0	36.51
lâmina	H23	81	114	113	41	34	1	3	4	3	1	1	0	76	29	11	3	7	3	5Y 5/2	29.34
lâmina	H24	61	117	46	22	34	2	3	31	4	1	1	2.04	56.06	20.02	6.04	3	9	3	10YR 8/2	13.18
lâmina	H24	96	134	110	73	34	1	2	31	2	1	1	0	84	29	7	3	12	1	5Y 4/1	22.85
lâmina	H25	2	78	35	11	1	1	3	31	3	2	1	2.09	84.04	21.06	8.01	4	10	3	10YR 6/1	
lâmina	H25	17	120	89	28	4	1	3					0.09	21.06	14.08	7.8	1	3	1	10YR 5/1	12.86
lâmina	H27	13	112	82	20	3	2	1					1.04	40.08	19.04	6.07	2	7	1	2.5Y 3/0	7.12
lâmina	H27	28	75	43	94	1	2	2	31	2	2	1	2.04	174.0	27.01	8.07	6	22	4	10R 4/3	68.1
lâmina	H28					3	2	1	33	2	1	1	0	47	22.01	9.09	2	5	3	10YR 8/3	
lâmina	H28	35	130	132	53	34	2	3	31	4	1	1	1.02	78.01	23	5.09	3	15	4	2.5YR 3/0	19.34
lâmina	I15	55	103	59	51	3		1	32	4	1	1	0	37.04	20.08	5.07	2	7	3	2.5Y 5/0	4.91
lâmina	I15	78	110	38	54	3	3	1	33	2	1	1	0	25.09	16.06	2.4	2	10	1	2.5YR 4/0	1.65
lâmina	I15	132	139	96	60	34	2	3	33	3	1	1	0	65.03	26.09	6.07	2	11	3	10YR 5/1	19.48
lâmina	I16	241	21	143	55	23	2	1					5.3	98.01	29.02	7.04	3	14	1	10YR 5/1	33.89
lâmina	I17	44	161	114	65	34	2	2	31	4	1	1	0	74.04	22.07	7.09	3	10	1	7.5YR 3/2	22.54
lâmina	I17	135	45	138	59	23	2	1	31	3	1	1	1.09	68	19	6	4	11	3	2.5YR 3/1	9.41
lâmina	I17	140	167	105	67	34	2	2	31	4	1	1	1.35	55	24.07	9.07	2	6	1	2.5YR 4/0	12.87
lâmina	I17	178				1	2	1	31	3	1	1	3.05	70	21.04	8.06	3	9	3	10YR 6/2	21.25
lâmina	I18	11	250	149	19	34	1	2					1.06	37.06	20.05	6.03	2	6	3	10YR 7/2	5.17
lâmina	I24	32	177	74	43	34	2	2	31	3	2	1	0	87	42.07	17.05	2	5	3	10YR 8/3	68.06
lâmina	I24	80	112	73	88	34	2	2	31	2	1	1	1.09	74	23.05	8	3	9	1	7.5YR 3/0	21.53
lâmina	I24	83	190	105	122	34	2	3	33	4	1	1	1.01	72.02	15	4.04	5	18	3	10YR 5/1	7.74
lâmina	I25	15				34	1	3	31	5	1	1	2.05	72.09	33.06	7.08	2	10	3	2.5Y 8/0	30.73
lâmina	I25	22	100	77	30	34	1	2					0	40.06	22.04	6.04	2	7	3	10YR 7/2	6.68
lâmina	I25	35	121	31	13	1	2	3	1	2	2	1	1.09	87.04	20	4.07	4	21	1	10YR 5/2	10.98
lâmina	I25	79				23	2	1					1	41.02	22.05	3.07	2	13	3	10YR 6/1	5.47
lâmina	J10	2	10	79	10	34	2	2	1	4	2	1	4.65	69.04	21.01	6.06	3	11	3	10YR 7/1	20.24
lâmina	J12	45	106	70	25	23	2	1	31	2	1	1	5.02	72.06	22.04	11.04	3	7	1	5YR 4/2	26.51
lâmina	J14	107	84	190	61	34	2	2	31	3	1	1	0	65.05	25	9.02	3	7	3	10YR 8/2	25.23
lâmina	J15	16	145	187	25	1	2	3	1	4	2	1	0.1	96.05	17.06	5.05	6	19	3	10YR 7/3	11.81
lâmina	J15	60	150	185	36	3	1	1	31	2	1	1	1	26.04	31.06	6.09	1	4	3	7.5Y 4/0	7.54
lâmina	J15	73	26	120	58	23	1	1	33	4	1	1	1.09	40.04	17.09	3.06	2	13	3	10YR 7/2	3.88
lâmina	J15	88	141	190	36	1	2	3					0	59.06	13.06	6.07	5	10	3	10YR 8/1	5.22

des	qd	#	x	y	z	estd	sec	blb	rtp	rta	rts	rtl	enc	comp	lg	esp	ia	ie	mp	cor	peso
lâmina	J15	136	160	148	51	3	1	1	32	3	1	1	0	61.06	21.08	10.01	3	6	4	2.5Y 3/0	22.68
lâmina	J16	44			59	1	1	2					0	22.03	18.07	3.01	1	7	1	2.5Y 4/0	1.68
lâmina	J18	3	90	0	15	3		1	33	2	1	1	0	18.01	11.08	4.03	2	4	3	10YR 7/2	1.31
lâmina	J24	7	67	200	60	23	1	1	31	3	1	1	1.07	37.08	19.01	5.04	2	7	3	10YR 3/3	4.34
lâmina	J25	90	50	145	70	34	2	2	233	2	2	1	0	53.09	25.03	7.05	2	8	1	10YR 6/2	
lâmina	J8	1	50	120	18	34	2	2	31	3	1	1	1.05	75	25	10	3	8	3	10YR 7/3	25.7
lâmina	K12	42	110	56	25	23	2	1	31	3	1	1	0	65.08	22.07	7.02	3	9	3	2.5Y 8/0	13.36
lâmina	K12	119	125	18	23	34	1	2	33	4	1	1	1.08	65.03	27.04	9.05	2	7	3	10YR 6/1	19.4
lâmina	K12	124			25	3	2	1	31	4	1	1	0	29.08	27.04	6.09	1	5	3	10YR 7/1	9.44
lâmina	K12	150	57	122	30	3	2	1	31	2	1	1	0	19.08	28.09	7.03	1	3	3	10YR 6/1	5.29
lâmina	K13	27	7	12	32	34	2	3	31	2	1	1	0	41.03	16	4.04	3	10	1	7.5YR 4/0	4.44
lâmina	K16	2			10	3		1	32	2	1	1	0	8.06	10.04	4.08	1	2	4	10R 5/6	1.14
lâmina	K17	10	200	70	17	34	2	3	31	3	1	1	0	44.07	16.04	4.05	3	11	3	10YR 8/1	5.76
lâmina	L11	190	179	41	38	3	1	1	33	4	1	1	0	48.07	33.09	8.02	1	6	3	10YR 6/2	19.93
lâmina	L12	14	30	139	20	1	1	3					1.06	31.05	12.08	4.02	3	8	4	2.5Y 3/0	2.52
lâmina	L29	3	59	134	19	23	2	1	33	4	2	1	0	33.04	20.02	6.06	2	5	3	10YR 7/3	6.08
lâmina	M11	303	0	194	33	2	2	1	33	4	1	1	0	34.05	27.09	9.05	1	4	1	10YR 6/2	13.94
lâmina	M12	3	183	22	10	23	1	1	31	4	1	1	3	57.02	26	10.04	2	6	3	10YR 7/3	15.67
lâmina	M13	45				34	2	2	31	3	1	1	1.08	68.07	26.04	10.04	3	7	3	2.5YR 7/2	
lâmina	M14	12	110	85	20	1	2	3	31	3	2	1	1.09	47.07	12.02	4.08	4	12	1	2.5YR 4/2	3.32
lâmina	M14	29	71	165	11	34	2	3	31	4	1	1	1	66.04	23	4.01	3	16	3	10YR 8/2	12.75
lâmina	M24	3	140	116	10	3		1	33	2	1	1	0	23.08	18	9.04	1	3	3	10YR 8/2	5.01
lâmina	N12	25	20	193	20	3	2	1					1.08	74	32.03	4.02	2	18	3	10YR 8/2	19.64
lâmina	N14	30	96	85	45	3	2	1	31	4	1	1	0	24.04	29.04	9.01	1	3	3	5YR 4/1	7.63
lâmina	N14	32	44	26	40	3	2	1	32	2	2	1	0	41.06	24.07	4	2	10	4	2.5YR 3/0	7.71
lâmina	N15	27	65	152	58	3	1	1	33	3	1	1	0.9	48.05	24.01	9.8	2	5	4	10R 3/3	15.51
lâmina	N18	5	53	90	25	4	2	3	2	4	2	1	0	33.03	20	3.03	2	11	3	10YR 7/3	3.98
lâmina	O14		180	170	50	3	3	1	33	4	1	1	0	28.07	22.05	9	1	3	3	5Y 4/1	5.85
lâmina	O14	15	170	160	30	3		1	33	4	1	0	0	23.08	20.02	5.02	1	5	3	10YR 5/1	2.77
lâmina	O17	17	170	125	40	3	2	1	31	4	1	1	0	21.03	26.01	8.03	1	3	3	5Y 5/1	8.58
lâmina	O17	25	68	155	40	3	2	1	31	4	1	1	1	46.09	27	8	2	6	4	5YR 6/3	21.14
lâmina	O21	3	170	150	20	3	2	1					0	48.07	20.05	5.06	2	10	3	10YR 6/2	8.65
lâmina	O21	7	75	137	23	1							0	40.8	29.01	5.04	1	8	4	7.5YR 4/0	9.43
lâmina	P11	5	38	172	61	3	1	1					0	42.07	28.03	10	2	4	1	10YR 6/1	16.2
lâmina	P18	4	15	126	42	34	2	3					0	29	23.08	5.03	1	6	3	10YR 5/1	3.62
lâmina	P21	8	177	193	20	1	1	3	31	3	2	1	2.02	60.01	16.01	5	4	12	3	10YR 6/1	6.82
lâmina	P24	5	185	52	13	23	1	1	31	3	1	1	0	34.02	21.04	9.02	2	4	1	10YR 3/1	9.68
lâmina	Q18	2				3	2	1	33	2	1	1	0	38.02	16.06	8.06	2	5	1	7.5YR 4/0	
lâmina	SUP					3	2	1					0	35.08	22.08	4	2	9	3	10YR 5/6	4.09
lâmina	SUP	16				23	1	1	33	3	2	1	0	50.05	24.01	8.04	2	6	3	2.5YR 7/2	14.06
lâmina	SUP	133				34	1	2	32	2	1	1	0	65.08	34	10.07	2	6	3	10YR 7/2	26.26
lâmina	SUP	171				34	2	3					0	41	24.4	6.01	2	7	3	10YR 7/3	8.43
lâmina	SUP	172				4	3	2					0	21.06	26.08	6.06	1	3	3	2.5Y 3/0	
lâmina	SUP	175				23	2	1					0.06	75.03	22.08	4.09	3	18	1	10YR 6/2	15.95
lâmina	SUP	228				23	2	1	31	2	1	1	2.04	67	15	4	4	17	3	10YR 7/3	7.25

Fig. 5.26. (*na página anterior e nesta*) Quadro descritivo de lâminas e lamelas de sílex e *chert*.



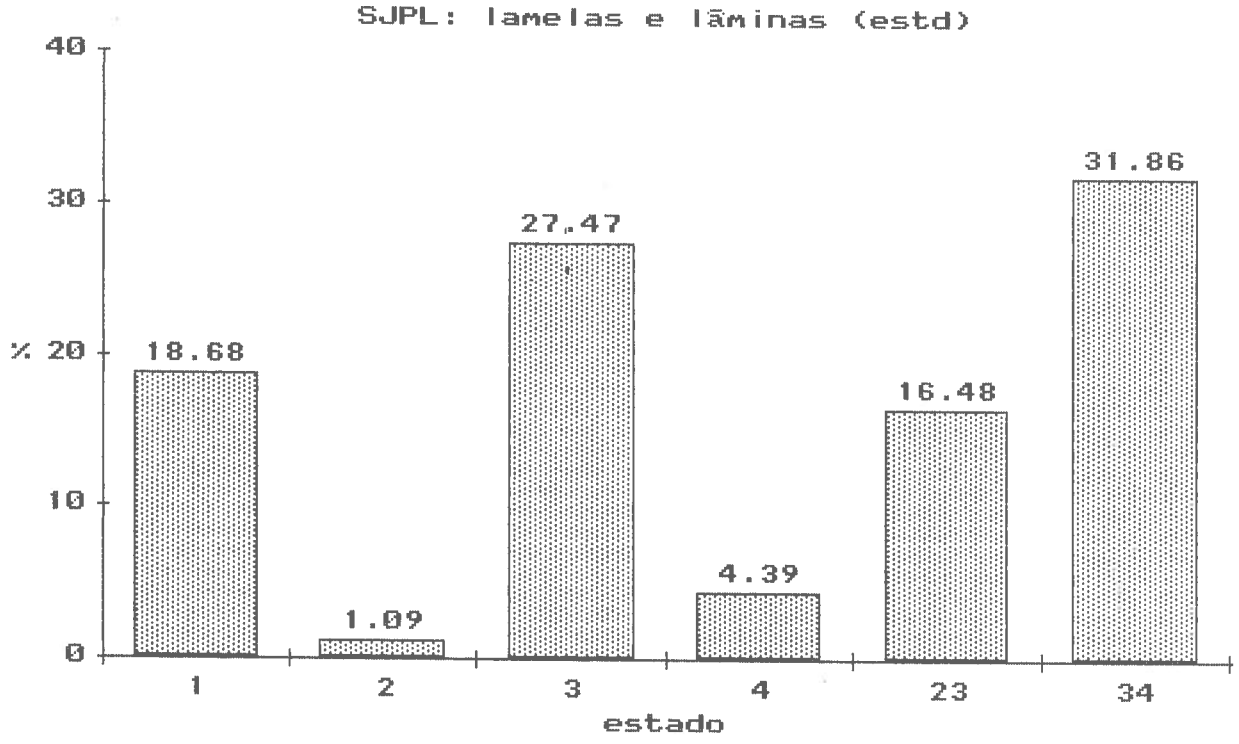
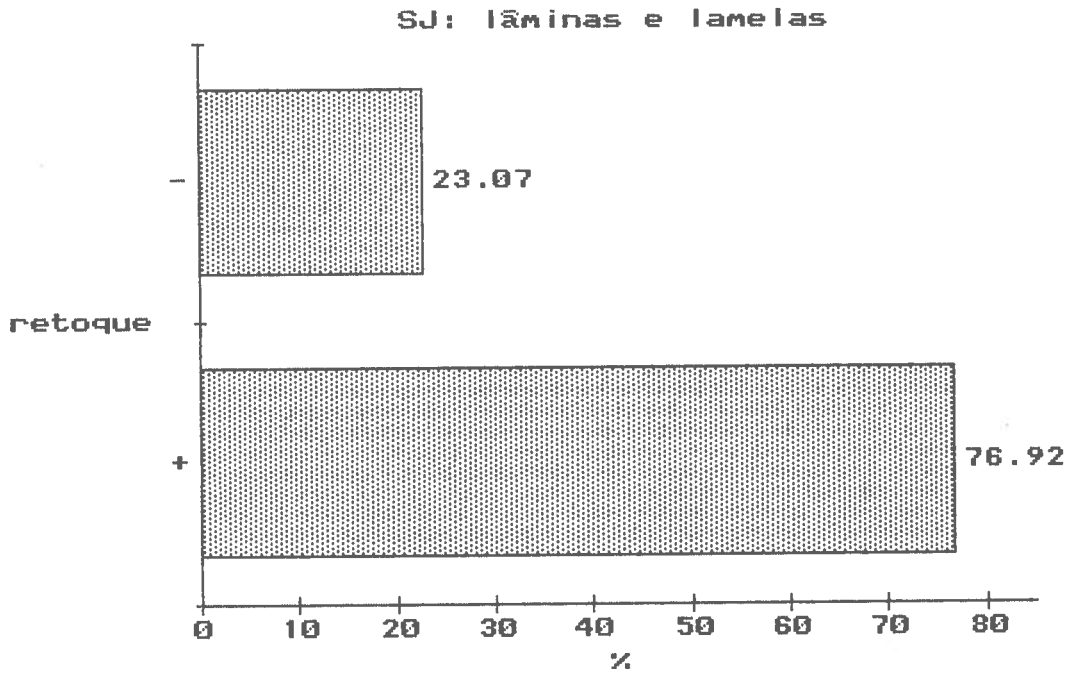


Fig. 5.27. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: proporção relativa de lâminas e lamelas.

Fig. 5.28. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: estado das lâminas e lamelas. 1: intacto ou integralmente mensurável; 2: fragmento da extremidade distal; fragmento mesial; 4: fragmento de extremidade proximal; 23: distal + mesial; 34: mesial + proximal.



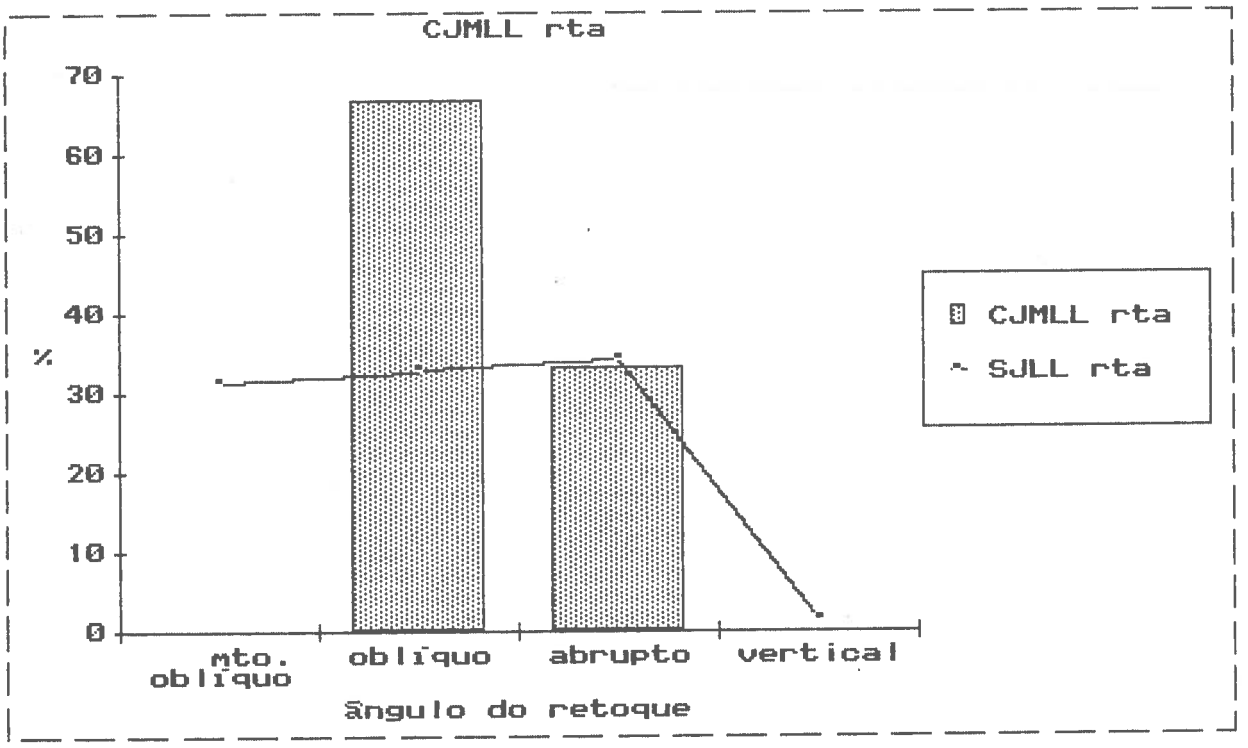
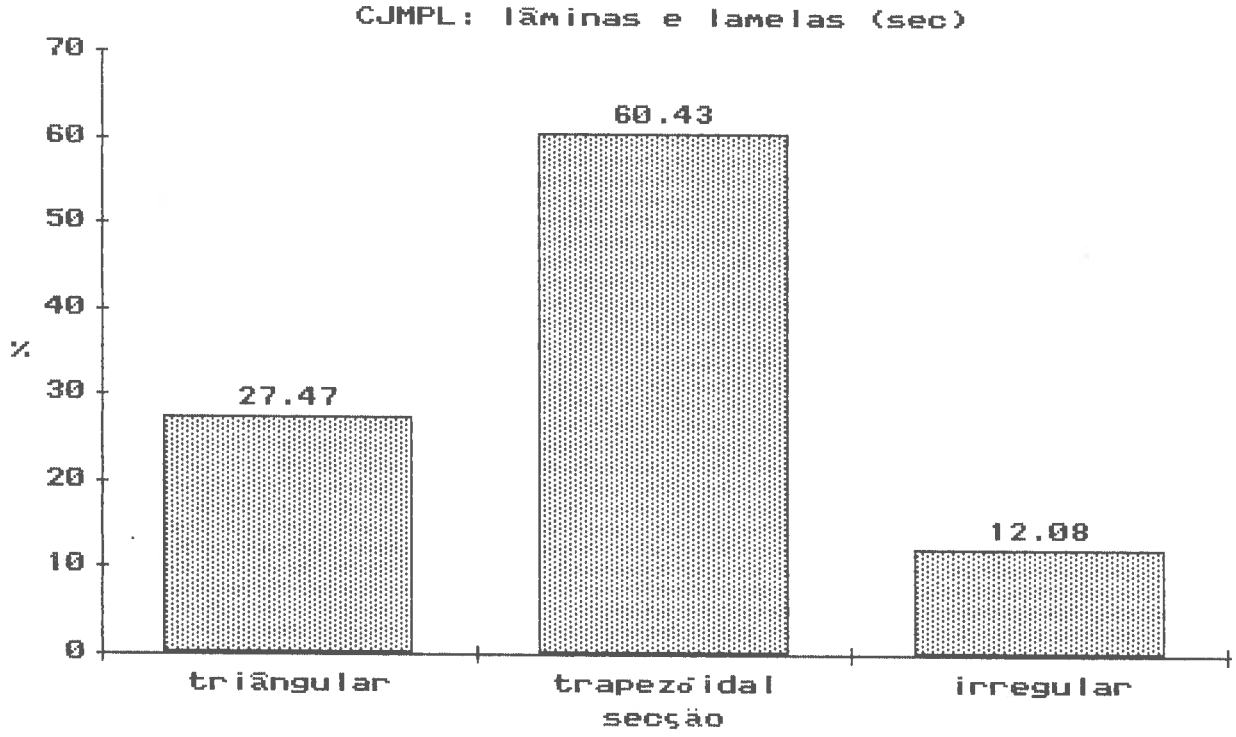


Fig. 5.29. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: presença/ausência de retoque em lâminas e lamelas.

Fig. 5.30. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: ângulo do retoque observado em lâminas e lamelas, comparado com o registado no Cerro do Castelo de Corte João Marques.



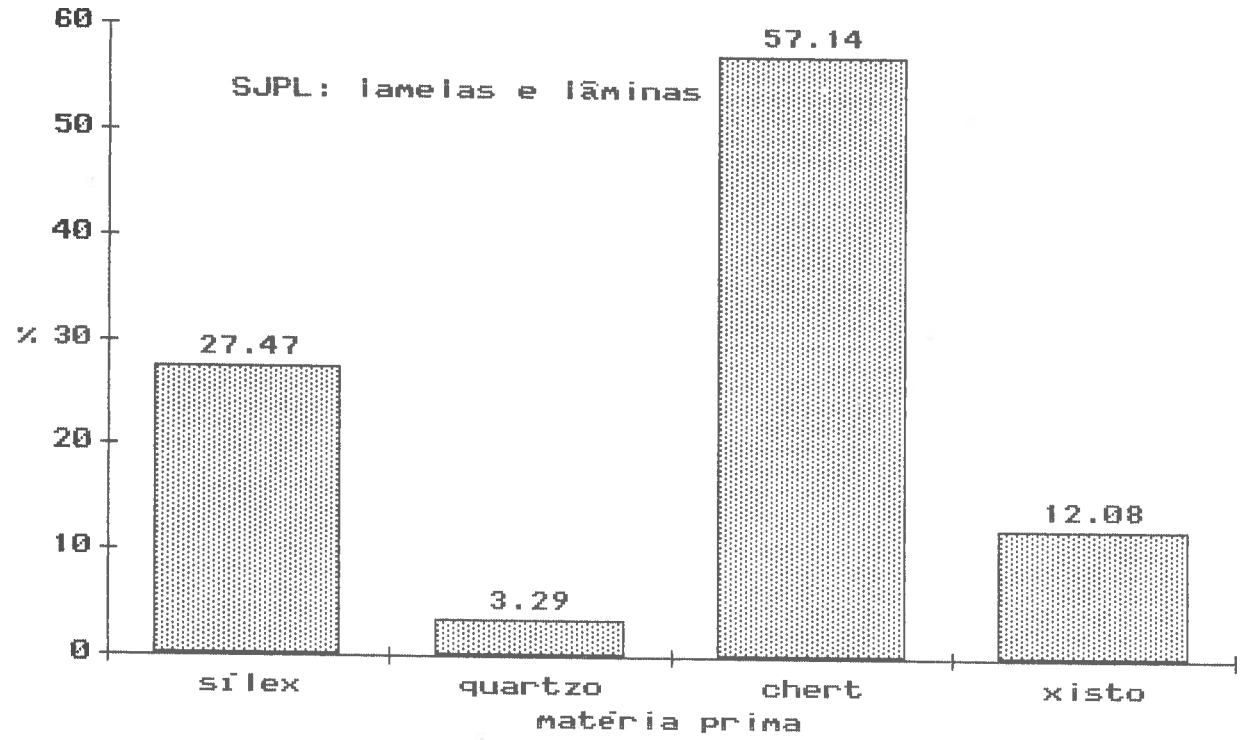


Fig. 5.31. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: secção de lâminas e lamelas.

Fig. 5.32. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: matéria prima usada na feitura de lâminas e lamelas.

5.4.2.1.3. *Pontas de seta*

As 46 pontas de seta do Cerro do Castelo de Santa Justa justificam alguns comentários.

Quanto ao estado: 78.26% estão *intactas*, 13.04 correspondem a fragmentos das áreas proximal e mesial e 4.34% é constituído por fragmentos da área mesial.

Quanto à forma da base, 67.5% é *côncava*; 5% *sub-convexa*; *recta* em 17.5% e *sub-rectilínea* em 10% dos casos, ainda que se considere estes dois últimos valores cumulativos, sendo a distinção entre eles mínima.

A geometria dos bordos indica os seguintes valores:

rectilíneos e sub-rectilíneos: 66.66%

convexos: 31.11%

A secção é *triangular* em 4.34% dos casos, *bi-convexa* em 36.95%, *plano-convexa* em 15.21%, *losangular* em 8.69%, *trapezóidal* em 15.21% e *indiferenciada* em 23.91%.

Quanto ao retoque, são retocadas 96% das pontas de seta.

O retoque era *cobridor* em 29.54%, *marginal* em 25% e *parcial* em 45.45%.

A matéria-prima registada indica uma predominância do xisto (67.39%); segue-se o *chert*, com 21.73% e o sílex com 10.86%.

Se considerarmos os índices de alongamento, para os artefactos de estado 1, 83.33% são *médias* e 16.66% *alongadas*. O índice de espessamento mostra-nos que 44.44% são *mediamente espessadas* e 55.55% *abatidas*.

Estes indicadores não diferem consideravelmente dos de Corte João Marques, mostrando a estabilidade dos resultados a coerência verificada entre alguns dos artefactos dos dois sítios.

5.4.2.2. *Pedra polida*

Os artefactos de pedra polida de Santa Justa, com excepção de um, irreconhecível, são facilmente distribuíveis pelos tipos consagrados na terminologia tradicional, ainda que se sugiram reservas a propósito da designação «goiva» e das suas implicações funcionais.

Os 16 artefactos recolhidos cobrem uma gama de tipos relativamente restrita (ainda assim mais ampla que a de Corte João Marques, onde só se identificaram machados). A sua descrição consta da Fig. 5.40.

Comparativamente, não são numerosos os artefactos de pedra polida. Em Vila Nova de S. Pedro, as centenas de machados e enxós contrastam, naturalmente, com os números de Santa Justa. Mas também é verdade que, para a maior parte dos povoados conhecidos a Sul do Tejo, os números divulgados para machados e enxós estão muito abaixo dos registados para sítios estremenhos.

Curiosamente, esta não é a realidade verificada nos monumentos megalíticos, onde, por vezes, se encontra um número de machados e enxós superior ao dos lugares de habitação. No entanto, sítios de construtores de megálitos, como Pavia ou Horta da Vinagreira, forneceram abundantes materiais de pedra polida. Dever-se-á, então, insistir num «esvaziamento» do uso da utensilagem de pedra polida, verificado no Calcolítico, pelo menos no Baixo Alentejo e Algarve?

Teriam os machados de cobre substituído os de pedra?

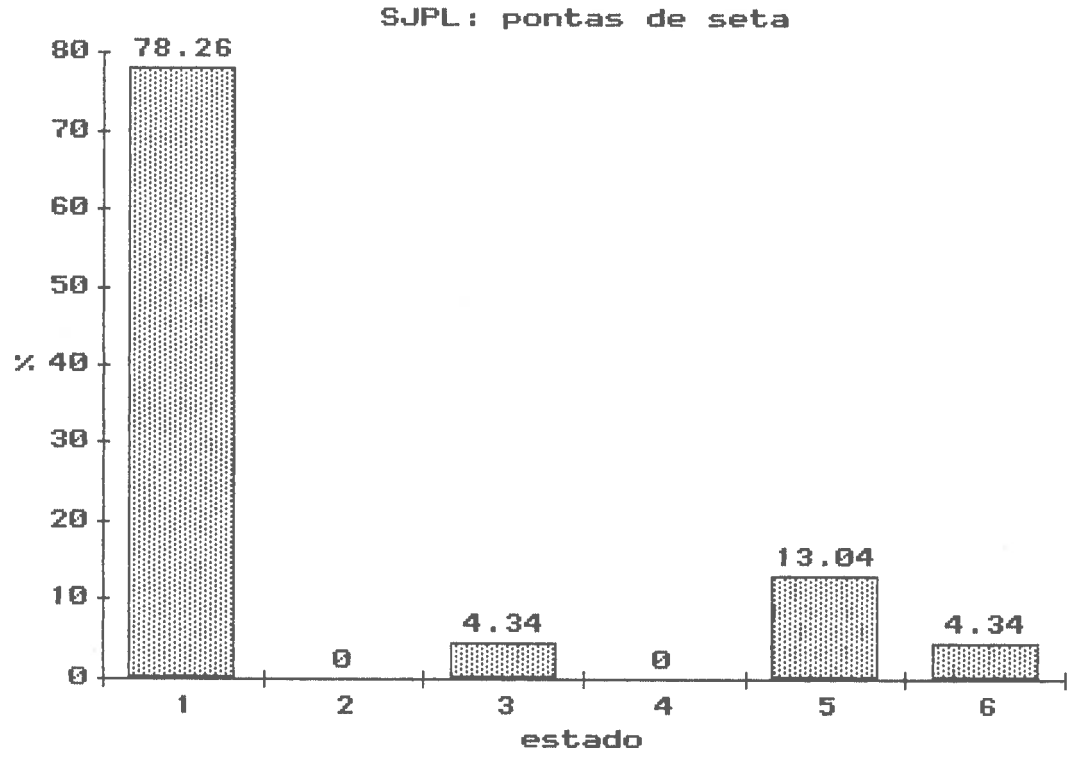
A discussão não deve, em minha opinião, colocar-se em torno às percentagens relativas de machados de pedra e machados de cobre: estes últimos podem ser recuperados por fusão e o seu número é, portanto, por esta razão, impossível de comparar ao dos seus congéneres de pedra. A funcionalidade dos artefactos de cobre, e a sua resistência problemática a impactos prolongados, é tema ainda não completamente esclarecido. Haveria que proceder a leituras estatísticas mais generalizadas e recorrer à Arqueologia experimental, para extrair desta afirmação todo o seu potencial.

Resta-nos, pois, registar a nossa incapacidade de reconhecer outra explicação (para além da citada) para este fenómeno.

Dentro do conjunto dos artefactos de pedra polida, existem determinadas relações que se evidenciam imediatamente. O gráfico da Fig. 4.41. torna-o claro.

Cerro do Castelo de Santa Justa
pontas de seta

qd	#	x	y	z	estd	comp	l	lb	esp	ia	ie	fb	gb	sec	rtfl	rtft	rtfe	rtvl	rtvt	rtve	mp	cor	peso
D17	4	86	185	40	1	22.20	14.30	15.08	3.10	1.47	7.16	2	2	6	234	444	2	45	34	2	4	2.5YR 4/0	1.35
E24	1	20	130	20	1	41.50	13.90	14.00	4.40	2.96	9.43	5	4	2	2345	3433	2	2345	4434	2	4	10R 5/4	3.20
F25	10	44	11	6	3	28.30	13.10		1.60	****	17.69		4	6	234	222	1	34	22	1	4	10R 5/3	1.02
H23	75	65	90	74	1	35.50	14.30	18.08	3.10	1.96	11.45	5	1	3	2345	3333	1	2345	3333	1	3	5YR 6/1	2.24
H23	90	60	87	86	1	30.00	13.60	17.06	3.20	1.76	9.38	5	4	2	2345	3343	2	2345	3333	1	4	10R 4/3	1.47
H25	148	5	100	55	1	39.00	16.40	19.09	2.60	2.04	15.00	1	1	3	34	33	1	2345	3333	1	4	10R 4/3	2.19
H27	8	61	156	35	1	34.50	11.10	14.05	3.80	2.46	9.08	5	1	3	1	4	3	25	33	1	3	2.5Y 6/4	
I10	3	151	43	10	6	14.30	18.50		2.40	****	5.96		1	6	4	3	1				4	10YR 7/2	0.98
I16	67	179	55	81	1	32.50	18.20	18.01	4.30	1.80	7.56	5	2	4	1	3	3	1	3	3	1	7.5YR 7/4	1.75
I18	7	25	170	20	5	19.00	17.50		2.40	****	7.92	1	1	2	345	333	1	345	333	1	4	7.5YR 3/0	1.55
I23	18	18	81	34	1	26.00	9.70	11.09	2.20	2.34	11.82	5	2	5	2345	4444	1	2345	4444	1	1	10YR 5/1	0.90
I24	37	165	86	50	1	18.20	10.00	14.06	2.60	1.29	7.00	2	2	4	1	3	3	1	3	3	4	10R 6/2	0.57
I24	39	129	50	54	1	31.30	19.00	23.07	5.40	1.36	5.80	5	4	4	1	3	3	2345	3333	2	3	5YR 7/1	3.11
I24	42	152	77	60	1	23.40	12.00	13.09	3.00	1.79	7.80	5	1	3	1	4	3	1	4	3	4	2.5YR 2.5	0.95
I24	46	130	76	70	1	37.10	14.90	18.03	4.30	2.06	8.63	5	2	2	345	434	2	345	434	2	4	2.5YR 4/6	2.97
I27	3	170	198	76	1	36.30	16.50	19.04	3.00	1.91	12.10	5	2	5	345	333	2	3	2	2	4	7.5YR 3/0	2.29
J14	38	27	70	30	1	26.60	11.90	14.07	2.80	1.89	9.50	5	4	2	1	3	3	2345	3334	2	1	5YR 4/1	1.03
J15	144			51	1	30.90	13.00	12.09	5.30	2.56	5.83	5	1	2	1	4	3	1	4	3	1	7.5YR 5/4	1.71
J16	9			15	1	35.50	13.70	14.06	4.40	2.52	8.07	5	1	4	2345	4444	2	1	4	3	3	10YR 7/2	2.32
J25	41	51	188	38	1	34.60	11.40	13.02	2.80	2.66	12.36	5	2	2	2345	3333	2	2345	3333	1	4	7.5YR 6/2	1.67
J25	78	60	178	60	1	28.10	17.40	20.03	4.10	1.40	6.85	5	6	6	25	34	2				4	10R 4/3	2.06
K15	1	80	115	15	1	28.50	17.50	17.02	5.30	1.67	5.38	5	2	2	1	3	3	2345	333	1	4	7.5YR 6/2	1.28
K15	25	0	192	25	1	56.80	10.90	20.00	4.00	2.84	14.20	5	1	2	2345	3333	2	2345	3333	2	4	1oYR 7/4	4.82
K16	5	15	160	20	1	30.30	11.80	18.05	4.40	1.68	6.89	5	2	1	234	234	2	234	343	2	4	10YR 3/1	1.78
K17	1	35	28	5	1	25.00	12.90	11.07	2.50	2.26	10.00	3	1	6	2345	3333	2	2345	3344	1	3	10YR 7/1	1.28
K23	6	176	151	14	1	38.70	16.40	17.03	2.90	2.27	13.34	1	4	6	234	333	2	234	434	2	4	5Y 4/1	
K25	7	90	175	20	1	27.00	12.50	14.09	1.90	1.92	14.21	2	4	2	2345	2222	1	2345	2222	1	4	5YR 6/2	0.51
K25	22	3	56	33	1	31.40	16.10	22.02	2.80	1.43	11.21	5	4	6	1	2	3	2345	3334	2	4	5YR 2.5/1	1.93
K26	5	26	176	32	3	23.00	9.20		2.00	****	11.50		1	2	234	222	2	234	222	2	4	10R 6/2	0.62
L13	12	161	127	10	5	24.20	15.20		4.30	****	5.63	5	2	3	1	3	3	1	3	3	1	10YR 7/1	1.90
L14	6	160	160	10	5	28.70	23.80		5.30	****	5.42	1	1	2	345	222	2	345	22	1	4	2.5YR 6/4	4.18
L17	1	125	160	0	5	21.20	12.90		2.70	****	7.85	1	4	6	345	433	1	345	343	1	3	2.5Y 7/2	1.21
L25	7	38	175	30	1	23.00	12.50	15.06	2.90	1.53	7.93		2	5	24	44	2	234	222	2	4	10R 5/4	1.06
L25	10	50	39	16	1	29.30	12.00	15.00	2.00	1.95	14.65	5	2	5	3	2	1	24	23	1	4	7.5YR 7/2	1.00
M15	10	24	101	15	1	31.90	12.90	18.08	4.60	1.76	6.93	5	4	5	2345	3334	2	2345	3333	1	3	7.5YR 6/2	2.20
M15	15	16	89	24	1	28.40	15.10	19.09	3.20	1.49	8.88	5	4	2	1	2	3	1	2	3	3	10YR 7/2	1.52
M25	1	47	99	8	1	27.60	12.20	16.09	4.00	1.72	6.90	2	1	5	234	333	2	234	343	1	4	10R 4/4	1.38
M26	17	85	195	16	1	25.40	12.00	16.08	4.20	1.58	6.05	1	2	2	2345	3333	2	234	333	1	4	2.5YR 2.5	1.44
M28	2	68	118	9	1	27.70	14.30	18.07	6.70	1.53	4.13	5	2	2	1	4	3	2345	4444	2	4	10R 5/6	2.52
M28	29	114	160	11	6	29.70	14.20		3.70	****	8.03		1	5	34	33	2	34	22	2	4	10YR 4/1	
N17	2	176	79	22	5	19.10	14.30		2.60	****	7.35	5	4	6	1	3	3	1	3	3	4	5YR 5/2	0.94
O14	54	190	180	47	1	23.40	16.40	19.04	3.80	1.23	6.16	1	4	2	2345	4444	1	2345	4444	1	4	10R 4/3	2.18
O16	16	40	58	40	1	29.10	14.10	17.07	2.20	1.70	13.23	3	2	2							3	10YR 5/1	2.04
P16	3	50	65	15	1	35.00	8.90	10.06	3.00	3.48	11.67	5	2	1	34	44	2	345	342	2	4	7.5YR 6/2	1.12
P21	3	99	180	18	5	23.10	11.80	11.09	3.20	2.08	7.22			6							4	2.5Y 6/2	1.36
Q16	1	176	118	100	1	31.30	13.60	18.02	3.40	1.74	9.21	5	4	6	2345	3334	1	2345	2234	1	3	10YR 7/2	1.50



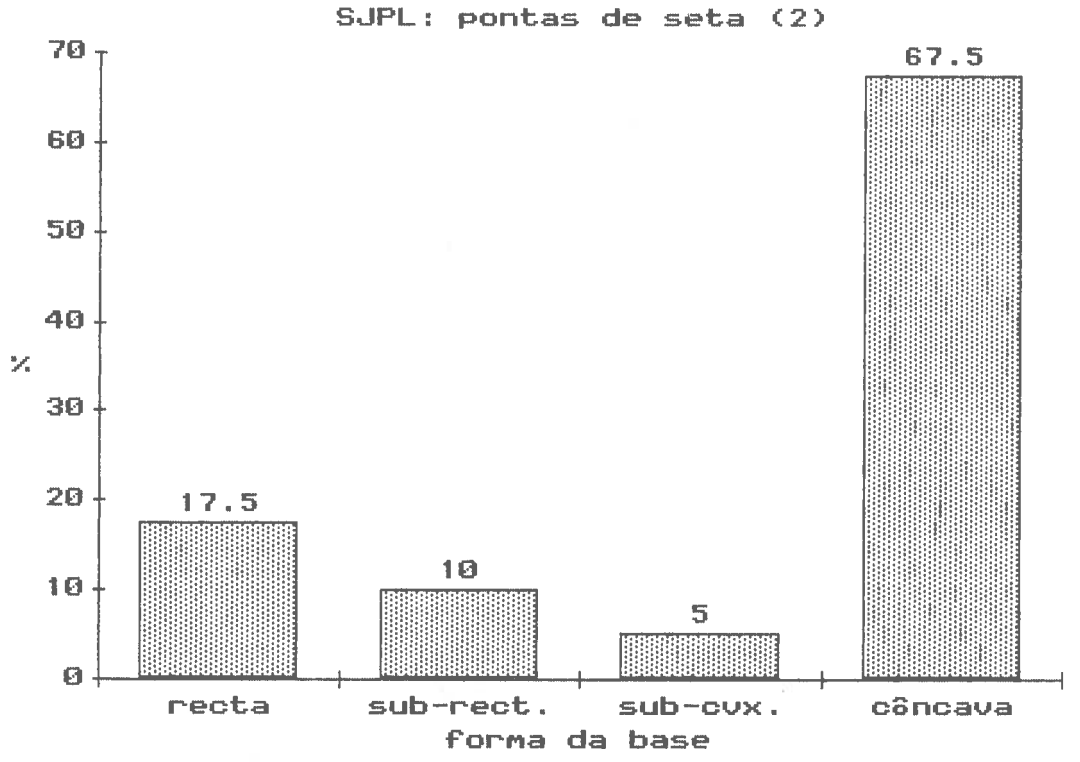
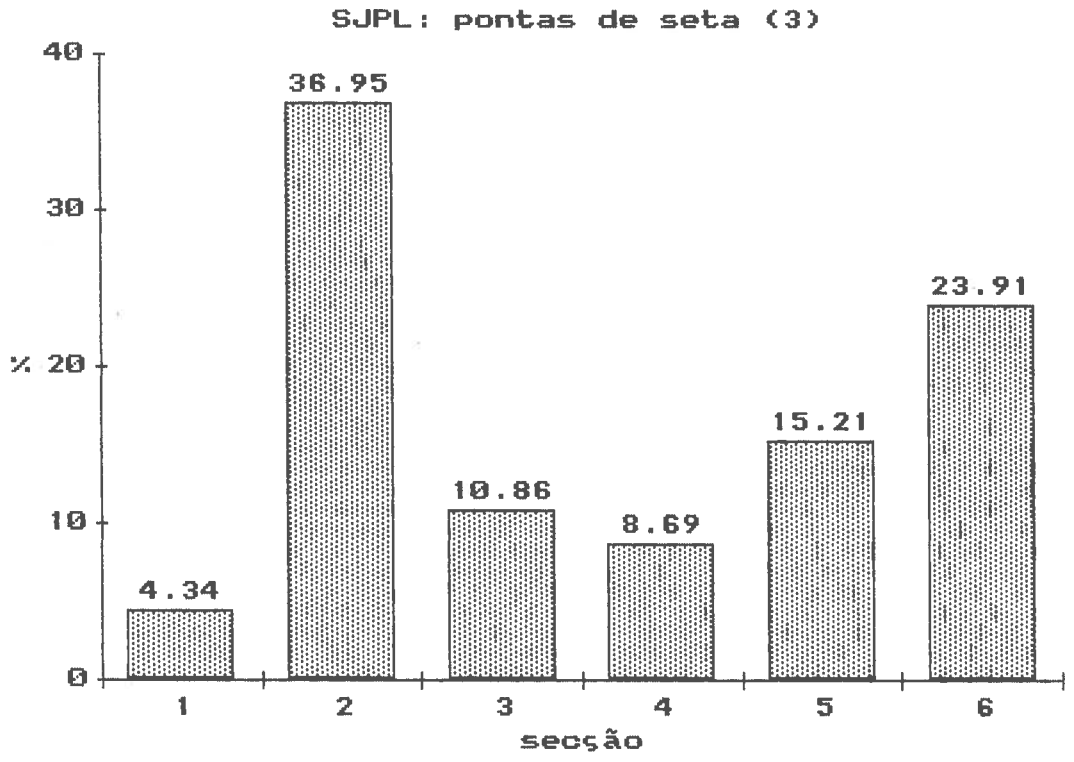


Fig. 5.33. (*na página anterior*) Quadro descritivo das pontas de seta recolhidas no Cerro do Castelo de Santa Justa (de acordo com os critérios e abreviaturas expressos supra pp. 119-120).

Fig. 5.34. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: estado das pontas de seta.

Fig. 5.35 (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: forma da base das pontas de seta.



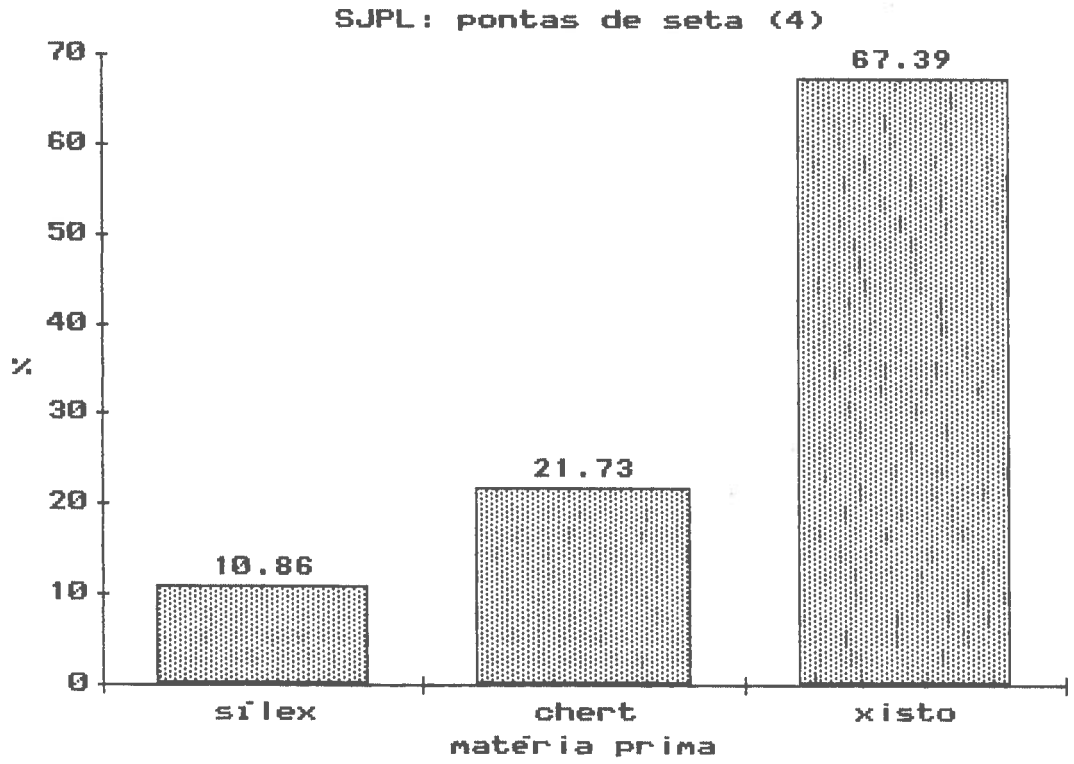
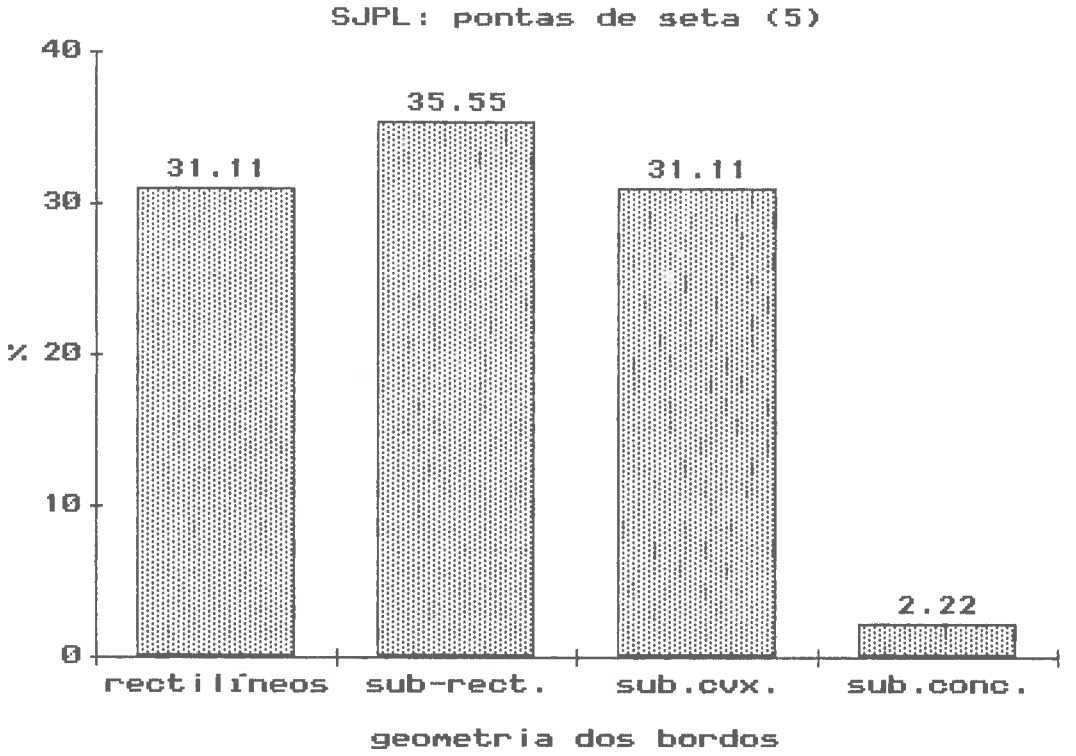


Fig. 5.36. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: secção da pontas de seta.

Fig. 5.37. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: matéria prima das pontas de seta.



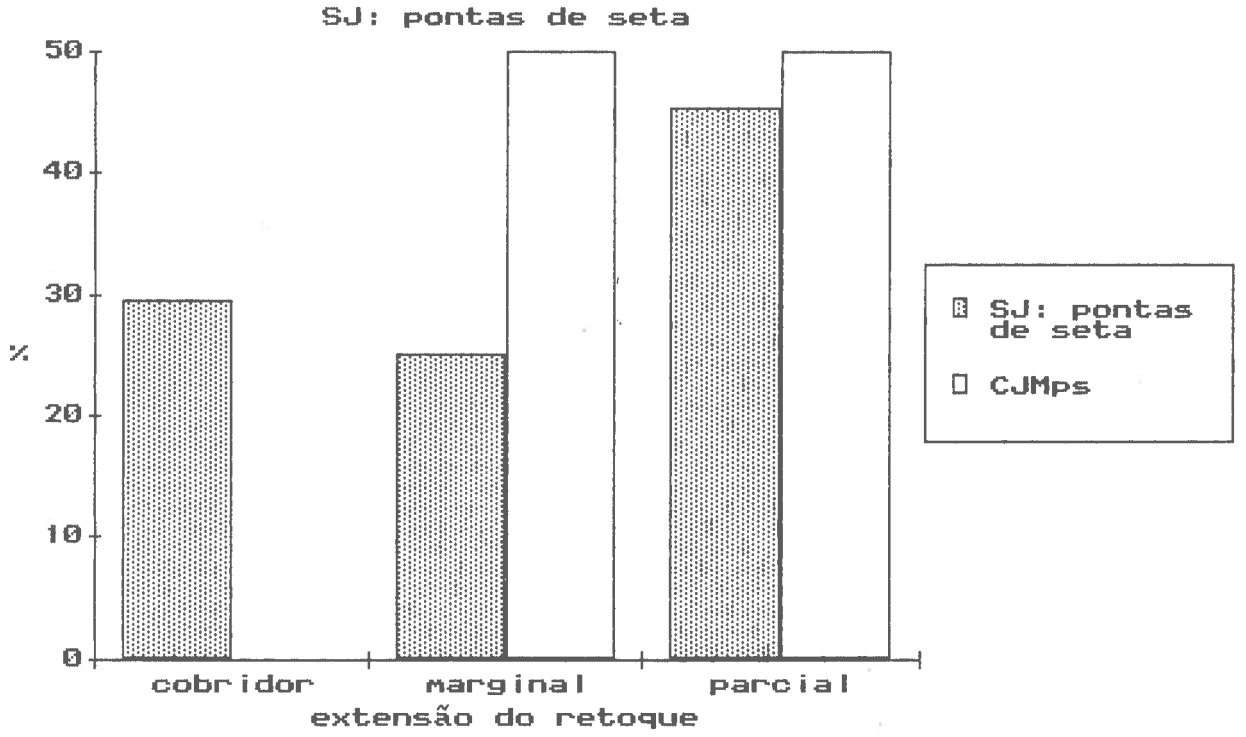


Fig. 5.38. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: geometria dos bordos das pontas de seta.

Fig. 5.39. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: extensão do retoque da pontas de seta, lida comparativamente ao observado no Cerro do Castelo de Corte João Marques.

Os *machados* dominam, com 56.25% da amostra, seguidos pelos *martelos*, com 18.75%. Apenas uma *enxó* foi recolhida e os dois artefactos designados por *goivas* são incomuns por características que lhes são próprias, nomeadamente a multiplicidade dos sulcos para fixação de encabamento ao longo de uma das faces do artefacto. Quanto aos martelos, haverá a dizer que não têm que ver com a mineração, não se tratando efectivamente de martelos de mineiro. A sua robustez, tanto absoluta como a que resulta da leitura do índice de espessamento, indica função específica, traduzida aliás no estado do gume.

O estado dos artefactos é outro ponto importante, particularmente se atentarmos num fenómeno já verificado em Corte João Marques: a predominância de peças deste tipo intactas (no Cerro do Castelo de Santa Justa, recolheu-se, mesmo, uma que nunca deve ter sido utilizada). A percentagem de peças de estado 1 é muito próxima dos 50% em Santa Justa e ainda maior em Corte João Marques (Gráfico da Fig. 4.42.).

A geometria dos bordos, orientadas as peças sempre com a extremidade distal para cima, indica a predominância dos *divergentes* sobre os eixos *paralelos*, *convexos*, e os *convergentes*. A esta situação corresponde, em Corte João Marques, a presença exclusiva dos divergentes (gráfico da Fig. 4.4.3.).

O estado do gume dos artefactos líticos, quer de pedra lascada quer polida, constitui um indício importante em traceologia (Cauvin, ed., 1983), experimentado criticamente para Mureybet e Bouqras, entre outros sítios. Para Santa Justa, obteve-se uma imagem bem diversa da recolhida em Corte João Marques: a maioria (41.66%) apresenta intensos sinais de uso, ainda que 25% possuam o gume intacto e o estado, como se viu, seja também maioritariamente esse. Entre os três gumes boleados, dois pertencem a «martelos».

O talão é maioritariamente (37.5%) *pontiagudo*, nunca plano (ao contrário de Corte João Marques).

A secção dominante é a *rectangular* e *sub-rectangular* (70%).

A simples observação dos índices de alongamento dos artefactos de estado 1, demonstra uma distribuição específica, sendo 42.85% *alongados* e 57.14% *médios*. Em Corte João Marques, verificara-se a proporção contrária (80% alongados e 20% médios).

O índice de espessamento aponta a existência de 57.14% de instrumentos *espessos* e 42.85% *mediamente espessos*. No entanto, deverá ser sublinhado que os valores maioritários são em parte devidos aos martelos descritos. Em Corte João Marques, porém, a relação é idêntica (60 para 40%).

A matéria-prima é sempre o anfibolito.

O peso total dos artefactos de estado 1 é de 918.48 gramas, oscilando os valores individuais entre 66.07 e 242.42 gramas.

O fabrico local é duvidoso, mas a identificação de polidores de machados vem confirmar ou o acabamento no próprio povoado de esboços transportados de outras regiões (as anfíbolas seriam provavelmente provenientes do Baixo Alentejo) ou a rectificação e afiamento posterior dos exemplares.

As superfícies bem desgastadas dos polidores de machados, todos eles no grauvaque comum na região, denunciam não apenas a intensa actividade e desgaste consequente a que estes objectos foram submetidos como a superioridade a nível da dureza do polido sobre o polidor. O uso do areão da ribeira como abrasivo não está provado, mas não deixa de ser uma possibilidade a registar.

5.4.2.3. *Pedra afeiçoada*

5.4.2.3.1. *Percutores*

Sobre uma população de 145 percutores, foram analisados 131.

A massa total para os percutores descritos era de 41 611.5 gramas, sendo de 13 530.5 gramas o peso dos 33 considerados intactos.

O estado dos percutores era o seguinte: (1) *intactos*: 25.19%; (2) *fragmentados*: 50.38%; (3) *muito fragmentados*: 24.43%.

A forma geral registava uma maioria do tipo *esferóidal* (65.65%), seguida pelo *achatado* (24.42%) e pelo *queijiforme* (9.92%).

A intensidade de uso apontava uma maioria de *muito usados* (68.70%); 31.30% estavam *usados*.

Cerro do castelo de Santa Justa
artefactos de pedra polida

des	qd	#	dt	x	y	z	estd	comp	l	esp	ia	ie	gb	gg	eg	ep	fc	ed	sec	acb	cor	peso	mp
?	K29	5	81.10.01	67	160	40	4				****	****									5Y 5/1	22.46	1
enxó	I18	3	79.09.17	137	61	21	1	7.99	3.83	1.57	2.09	5.09	23	13	1	3	1	2	2	1	10YR 4/1	88.5	1
goiva	M28	3	81.09.25	86	91	12	1	7.87	2.4	1.8	3.28	4.37	14	1	3	3	1	1	1	1	10YR 5/2	66.07	1
goiva	P21	9	83.09.13	150	160	27	1	7.69	2.26	2.28	3.40	3.37	14	13	3	1	2	2	2	1	10YR 3/1	76.26	1
machado	J16	39	79.11.10	32	10	59	45		5.86	3	0.00	0.00	14	23	3		2	1	1	1	2.5YR 4/	272.77	1
machado	J23	9	80.10.01	100	128	29	5				****	****		24	3			1			10YR 7/1	349.33	1
machado	J25	5	82.08.25	117	193	13	1	8.91	4.21	3.41	2.12	2.61	24	24	4	2	2	13	5	26	2.5Y 3/0	212.5	1
machado	J25	89	82.09.17	23	122	58		9.8		2.9	****	3.38								1	2.5Y 3/0	130.02	1
machado	L14	30	80.10.03	196	96	14		8.59			****	****									2.5Y 2/0	106.71	1
machado	M23	7	80.09.12	117	163	14	1	6.47	4.51	2.29	1.43	2.83	24	13	3	1	1	1	2	1	5Y 5/1	137.09	1
machado	O29	1	82.09.11	164	129	15	0			2.4	****	0.00			1				2	1	2.5Y 5/0	80.09	1
machado	SUP		79.10.23				1	9.1	3.5	1.63	2.60	5.58	24	14	2	3	1	1	2	1	5Y 7/2	95.64	1
machado	SUP	61	79.09.15				5				****	****		24	1						10YR3/1	167.94	1
martelo	E24	11	82.09.24	140	70	40	3		5.13	3.21	0.00	0.00	7			5	1		5	3	10YR 7/1	252.99	1
martelo	F23	20	82.09.02	81	151	96	5				****	****		23	4						2.5Y 3/0	271.8	1
martelo	L13	7	79.10.01	187	180	10	1	8.3	4.31	3.62	1.93	2.29	23	23	4	5	2	3	5	23	5Y 4/1	242.42	1

Fig. 5.40. Cerro do Castelo de Santa Justa: Quadro descritivo dos artefactos de pedra polida.

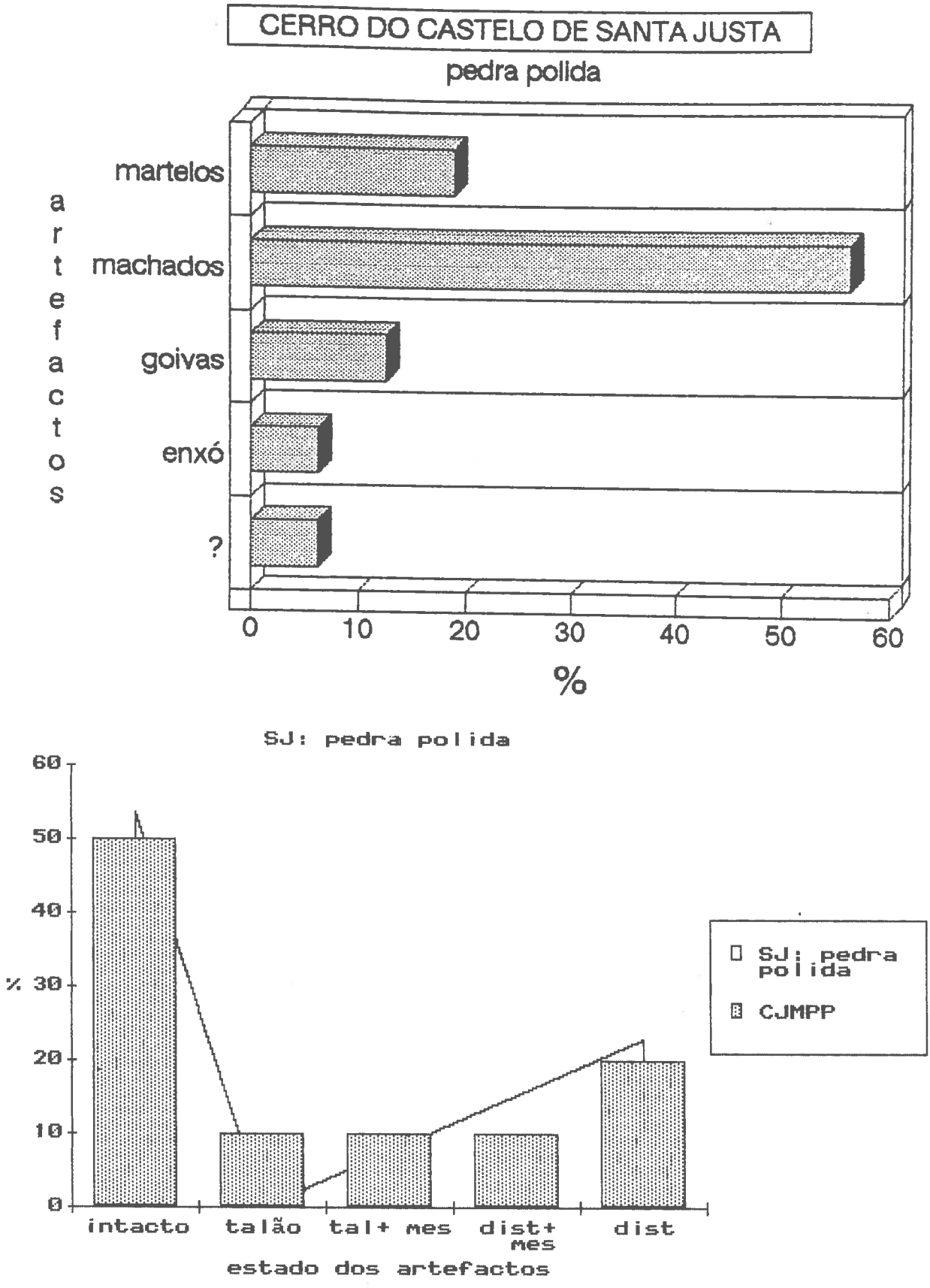
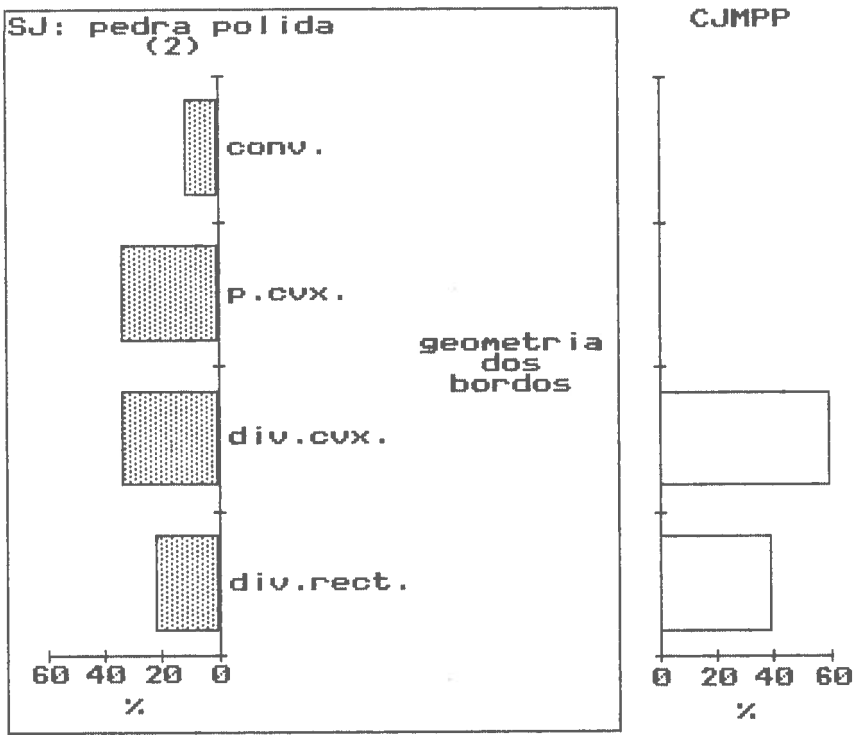


Fig. 5.41. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: tipos de artefactos de pedra polida.

Fig. 5.42. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: estado dos artefactos de pedra polida, comparado ao verificado no Cerro do Castelo de Corte João Marques. A proximidade é evidente, referindo-se não apenas a matérias primas similares mas a usos muito provavelmente idênticos.



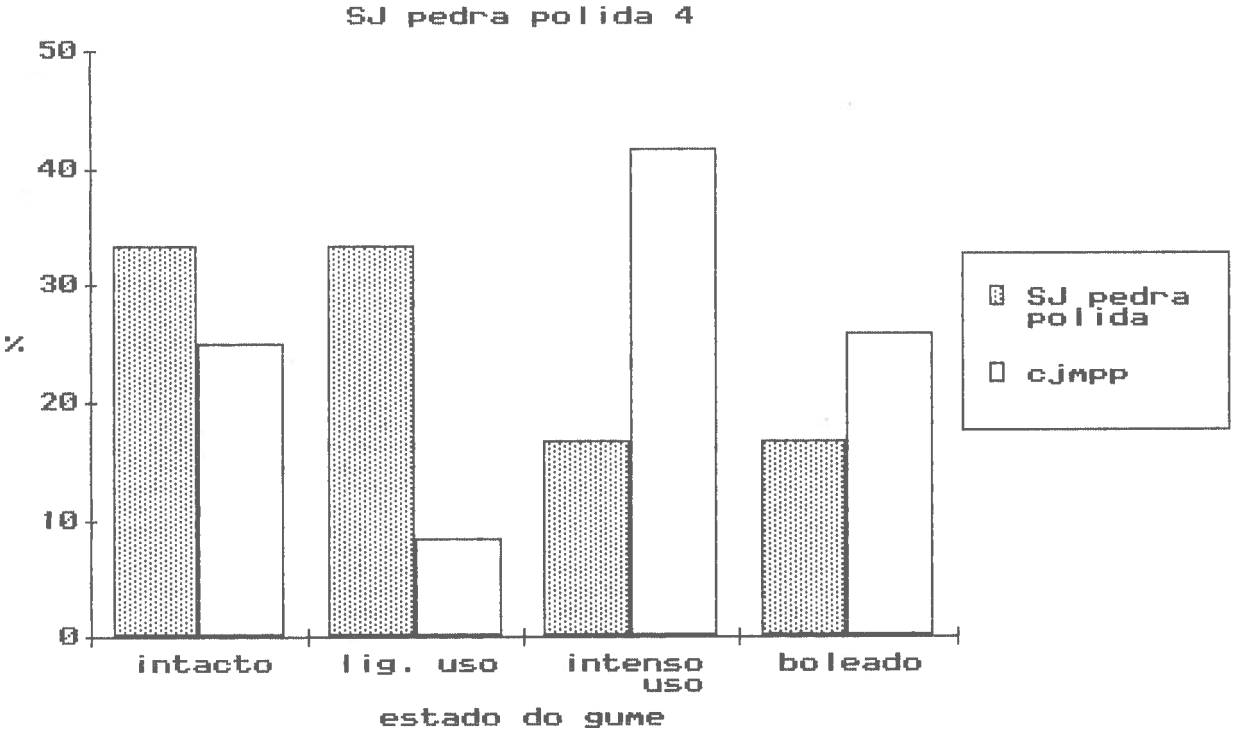
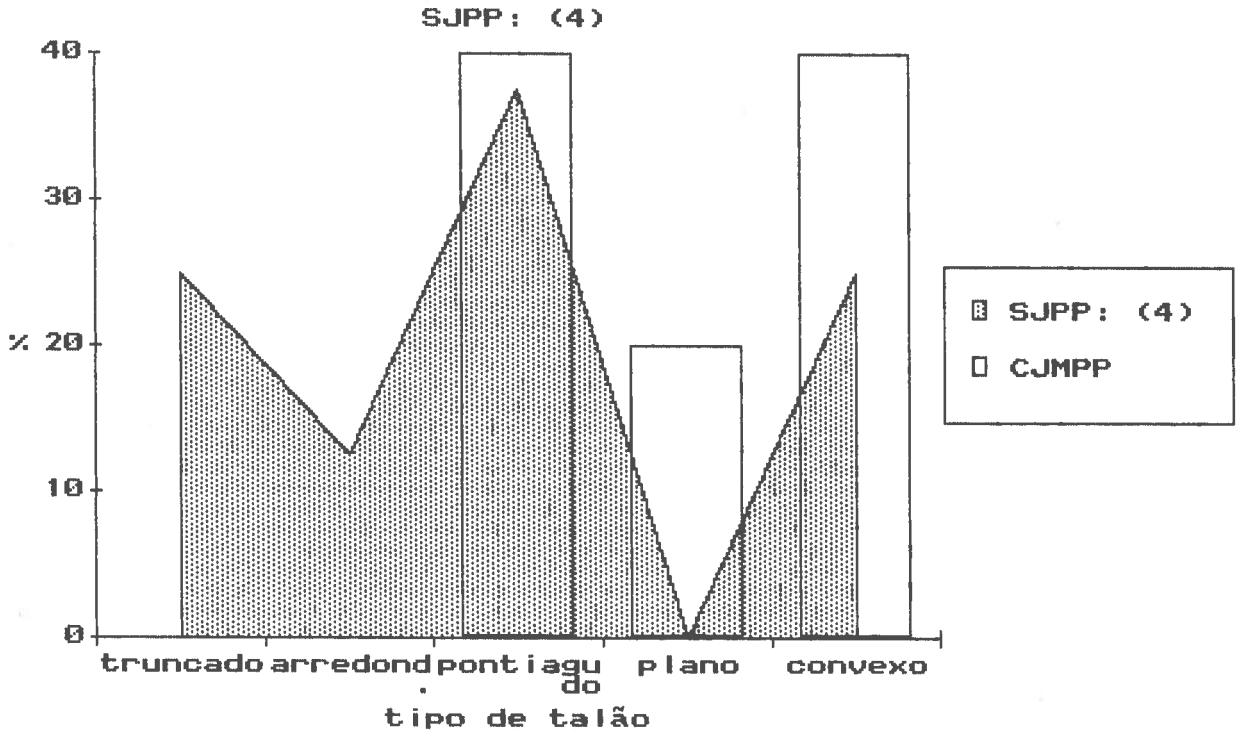


Fig. 5.43. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: geometria dos bordos dos artefactos de pedra polida. Ao lado, a detectada no Cerro do Castelo de Corte João Marques. Conv: convergentes; p.cvx: parelos convexos; div.cvx: divergentes convexos; div.rect: divergentes rectilíneos.

Fig. 5.44. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: estado do gume dos artefactos de pedra polida. Em contraste nítido, a mesma leitura aplicada aos artefactos do Cerro do Castelo de Corte João Marques.



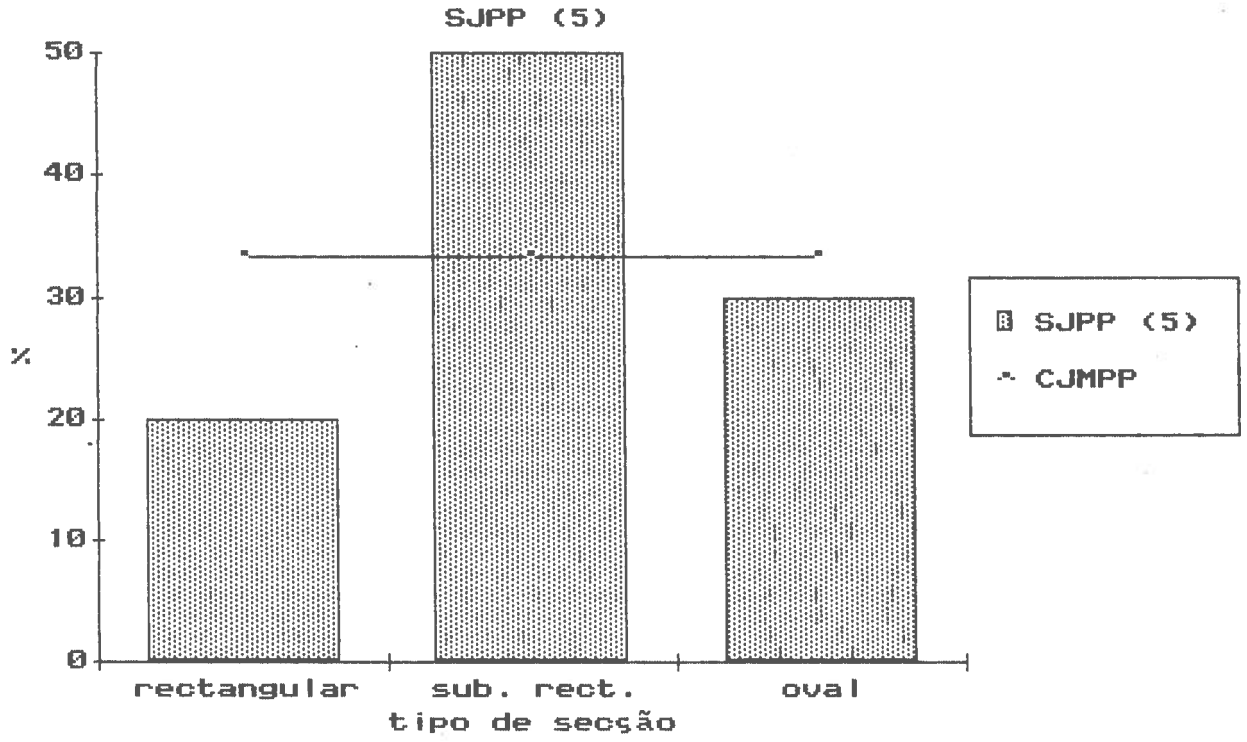


Fig. 5.45. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: Tipos de talão observados nos artefactos de pedra polida. Constatam-se divergências em relação ao Cerro do Castelo de Corte João Marques, ainda que a escassa dimensão da amostra invalide qualquer leitura generalizante.

Fig. 5.46. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: tipos de secção dos artefactos de pedra polida, comparados com os do Cerro do Castelo de Corte João Marques (ver também a Fig. seguinte).

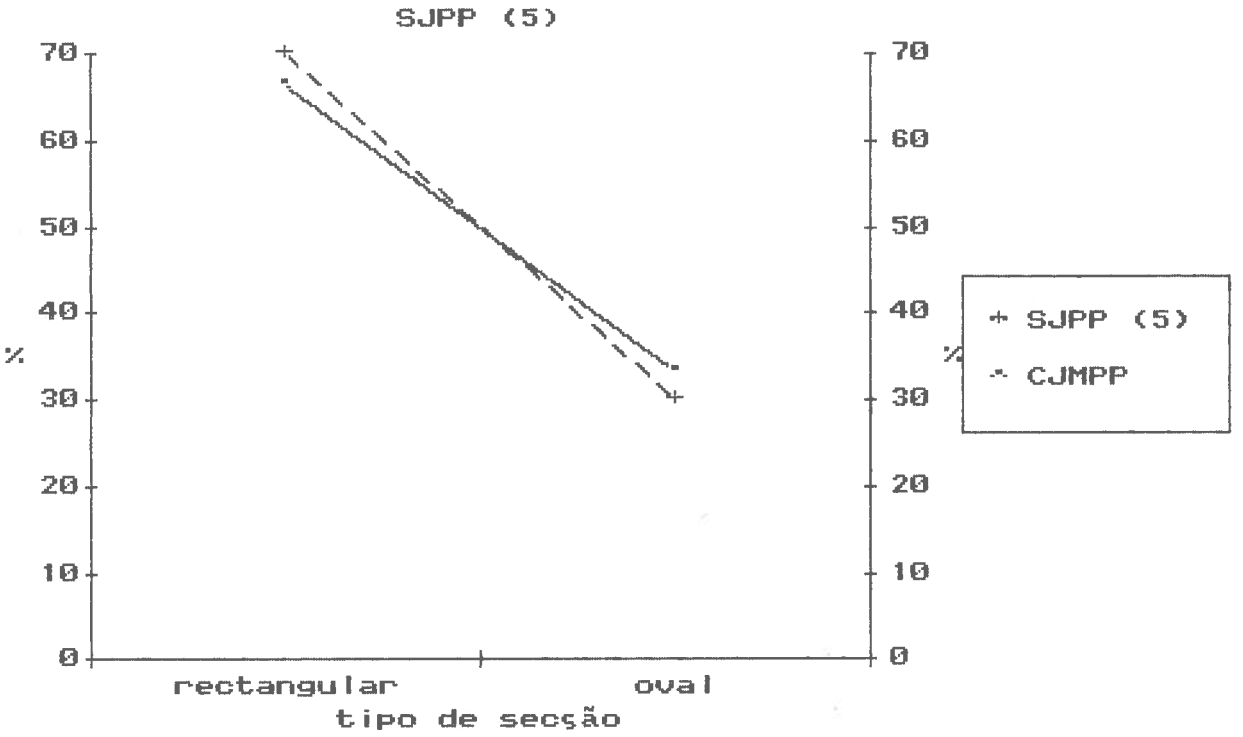


Fig. 5.47. Cerro do Castelo de Santa Justa: tipos de secção dos artefactos de pedra polida, comparados com os do Cerro do Castelo de Corte João Marques (ver também a Fig. anterior). Se um critério classificativo (excessivamente?) fino define diferenças (Fig. 5.46), a assimilação das secções rectangular e sub-rectangular num único grupo evidencia quase total coincidência.

A matéria-prima estava maciçamente representada pelo quartzo (87.79%). O quartzito aparecia em 6.87%, o grauvaque em 4.58% e os seixos de ribeira foram usados em 0.76%.

Se reobservarmos o peso dos percutores intactos, veremos que o máximo é de 1 065 gramas e o mínimo de 219.15 gramas, sendo a média 410.14 gramas (e o elevado desvio padrão 168.692).

5.4.2.3.2. *Dormentes e moventes*

5.4.2.3.2.1. *Observações prévias*

As recolhas de espólio arqueológico no Cerro do Castelo de Santa Justa evidenciaram, desde o primeiro momento, um significativo número de dormentes e moventes. À superfície, no primeiro dia de prospecção, foram identificadas várias dezenas.

O critério usado para a análise que se empreende de seguida corresponde a perspectivas diversas, no que se refere à amostra, pelo que, à semelhança do que se passou no caso do Cerro do Castelo de Corte João Marques, ela não é constante.

Quero dizer que, para efeitos de cômputo global e distribuição espacial, se considerou a totalidade dos artefactos deste tipo recolhidos até à Campanha de 1983, inclusive, num total de 211 moventes e 59 dormentes. Para análise da continuidade relativa das práticas de farinação, houve recurso apenas aos provenientes de escavação e em que se registou, naturalmente, a coordenada z. Para estudo das áreas de actividade externas à linha interior do dispositivo defensivo, consideraram-se exclusivamente os moventes e dormentes de superfície em que estava disponível o local de recolha, resumido às «faces» do povoado ou, noutra leitura, às encostas do cerro. Quando o primeiro critério foi usado, teríamos registos em função do eixo menor do povoado, a 70 grados (Norte/Este) e a 270 (Sul/Oeste), e do eixo maior a 370 (Noroeste) e 170 (Sudeste). Algumas precisões de registo de recolha foram conservadas mas, na realidade, os dormentes e moventes designados como provenientes das áreas Sul, Sudoeste e Oeste das encostas do cerro pertencem a uma única área de actividade, muito ampla.

No que diz respeito a análises específicas de atributos, considerou-se de novo a população total que oferecia possibilidades de estudo.

Cerro do Castelo de Santa Justa
percutores

qd	#	peso	x	y	z	dt	estd	fg	iu	mp
E10	0	368.71				79.11.21	2	1	1	1
E24	26	430.03	167	83	60	82.09.24	1	2	2	1
F23	32	332.43	105	160	200	82.09.06	2	1	2	1
F24	0	270.97	42	160	44	81.09.07	3	3	1	1
G23	3	225.48	118	194	78	81.09.14	2	1	2	1
G8	1	313.39				83.09.15	1	2	1	2
G8?	2	442.84				83.09.15	1	3	3	2
H21	3	423.83	90	20	30	83.09.15	2	1	2	1
H23	52	221.46	170	129	43	82.09.08	2	1	2	1
H24	29	289.5	186	114	29	82.09.03	2	1	2	1
H25	78	71.75	36	93	90	82.09.13	2		2	1
H25	99	158.14				82.09.15	3	1	1	1
H27	1	310.27	27	111	15	81.09.10	2	1	2	1
H28	19	368.57	92	79	22	81.09.25	1	1	2	1
I14	1	172.14				79.09.19	2	1	2	1
I15	144	254.71	92	45	58	80.09.20	2	1	1	1
I16	195	438.94	170	156	69	80.09.29	1	1	2	1
I16	254	460.76			82	80.10.04	1	1	1	1
I17	1	548.75	150	90	10	79.09.18	2	2	2	3
I17	216	245.85		66		80.10.04	2	1	1	1
I18	85	289.56	64	175	93	79.09.24	3	1	1	1
I24	49	151.38	104	67	60	82.08.31	2	2	1	1
I24	53	137.5	144	64	67	82.09.06	3	2	2	1
I25	51	120.15	78	151	48	82.08.27	3	1	2	1
J10	9	229.67	185	170	17	79.10.15	2	1	2	1
J12	41	187.88	200	30	25	79.09.24	2	1	2	1
J14	83	469.57	136	190	58	79.10.05	2	2	1	1
J15	1	256.86	98	52	10	79.09.20	3	1	2	1
J15	37	1660	110	80	40	79.10.13	2	2	2	1
J17	4	265.4	165	90	10	79.09.28	2	1	2	1
J18	6	623.42	200	140	25	79.09.25	2	1	2	2
J24	93	326.15	164	12	65	82.09.23	1	1	2	1
J25	24	114.99	129	151	43	83.09.02	2	1	2	1
J25	56	319.81	38	124	63	82.09.03	2	1	1	1
J25	68	90.7	78	47	49	82.09.04	3	1	2	1
J25	79	308.12	61	177	60	82.09.06	2	1	2	1
J27	2	392.68	137	84	15	81.09.11	1	1	2	1
J9	1	212.29	200	59	34	84.09.26	2	1	1	1
K11	46	338.59	60	94	20	79.09.26	3	1	2	1
K12	18	284.81	96	162	15	79.09.26	2	1	2	1
K12	51	410	115	85	25	79.09.27	1	1	2	2
K13	16	535	140	30	25	79.10.01	3	3	1	1
K13	30	635.54	90	44	72	81.07.23	2	1	2	1
K14	8	354.81			20	79.09.29	1	2	1	2
K15	18	274.93	70	12	25	79.10.10	2		2	1
K15	26	174.93	104	40	42	80.09.26	3	2	1	1
K16	12	209.43	180	100	22	79.10.10	3	2	2	1
K16	17	329.39	174	2	26	80.10.07	1	1	1	1
K17	2	310.24	185	170	10	79.09.28	2	3	2	1
K17	11	328.19	30	60	17	79.09.29	1	1	2	2
K23	11	136.49	120	140	156	82.09.06	3	1	2	1
L11	242	188.23	86	82		79.11.21	2	1	1	1
L11	249	236.7	130	146	32	79.11.24	2	1	2	1
L12	75	484.98	29	97	18	79.10.18	2	2	1	1
L13	18	423.82	67	10	18	79.11.22	1	2	2	3
L13	22	426.83	171	111	19	79.11.22	2	3	2	2
L14	0	358.53	61	152	20	79.11.16	1	1	2	1
L14	21	226.65	155	105	16	79.11.22	1	1	2	2
L15	1	294.93	144	181	20	80.09.26	3	1	2	1
L16	6	253.51	52	109	20	82.05.23	2	1	1	1
L16	8	252.47	37	102	30	79.11.16	2	1	2	1
L24	9	409.42	66	144	25	81.08.19	2	1	2	1
L25	5	261.38	180	185	8	81.09.18	2	2	2	1
L29	4	224.87	54	189	17	81.09.19	3	1	1	1
L30	1	288.26	114	144	5	82.09.14	2	2	1	1
M14	1	110.98	110	190	5	79.10.02	2	1	2	1
M15	3	1065	70	75	4	80.10.02	1	2	2	3
M16	3	223.58	153	75	75	79.11.16	2	1	2	1
M16	9	102.2	162	101	25	79.11.16	3	1	2	1
M16	19	296.99	71	129	25	79.11.16	1	2	1	4
N14	8	374.64	103	110	10	79.10.02	2	1	2	3
N15	13	583.98	149	11	40	79.11.12	1	1	2	1
N15	37	301.11	160	176	40	80.10.04	1	1	2	1
N15	38	301.11	160	176	40	80.10.04	1	1	2	1
N18	0	273.33	63	145	12	79.10.10	3	1	1	1
N18	2	296.28	87	169	20	79.11.13	2	1	2	1
O14	37	418.52	88	50	30	79.10.26	2	2	1	1
O16	27	203.75	70	106	65	79.10.31	2	1	1	1
O17	1	298.47	160	150	10	79.10.29	1	1	2	2
O17	6	440.84	90	170	20	79.10.29	3	1	1	3
O17	23	494.49	65	10	20	79.10.30	1	2	2	3
O18	6	218.75	70	185	15	79.10.30	3	2	2	1
O28	4	133.07	146	122	18	82.09.10	3	1	2	1
P18	3	270.77	37	34	53	79.11.08	1	1	2	1
P22	0	219.15				83.09.22	1	1	2	1
P22	41	250.34	23	42	55	83.09.15	2	1	2	1
P22	42	193.57	195	51	55	83.09.15	2	1	2	1
Q13	1	258.77	65	186	22	82.09.10	2	1	2	1
S3	60	314.77	54	157	100	79.08.31	2	2	2	1
SUPEN	170	406.23				79.10.23	1	3	2	1
SUPENE	62	238.46				79.09.15	2	1	2	1
SUPENE	176	385.41				79.10.30	1	1	1	1
SUPENE	187	216.69				79.11.03	2	2	2	1
SUPENE	188	197.08				79.11.03	2	1	2	1
SUPES	47	940				79.09.13	1	2	1	1
SUPES	48	317.4				79.09.13	3	1	2	1

qd	#	peso	x	y	z	dt	estd	fg	iu	mp
SUPES	49	252.73				79.09.13	2	1	2	1
SUPES	101	319.58				79.09.19	3	1	2	1
SUPES	117	349.36				79.07.25	1	3	3	1
SUPES	126	173.46				79.10.06	3	2	2	1
SUPES	145	303.06				79.10.23	2	1	1	1
SUPES	147	293.33				79.10.23	3	1	1	1
SUPES	148	297.13				79.10.23	3	2	2	1
SUPES	150	241.71				79.10.23	2	1	1	1
SUPES	151	113.92				79.10.23	2	1	2	1
SUPES	152	382.72				79.10.23	2	1	2	1
SUPES	153	192.22				79.10.23	3	1	1	1
SUPES	154	260.27				79.10.23	2	2	2	1
SUPES	155	383.45				79.10.23	1	1	1	1
SUPES	156	253.79				79.10.27	2	1	2	1
SUPES	157	390.9				79.10.23	1	2	1	1
SUPES	158	335.98				79.10.23	3	1	2	1
SUPES	159	236.8				79.10.23	2	3	1	1
SUPES	160	120				79.10.23	3	2	1	1
SUPES	161	285.4				79.10.23	2	3	2	1
SUPES	162	134.47				79.10.23	3	1	2	1
SUPES	163	259.41				79.10.23	2	1	2	1
SUPES	165	255.11				79.10.23	2	1	1	1
SUPES	166	283.18				79.10.23	3	3	1	1
SUPES	167	236.8				79.10.23	2	1	2	1
SUPES	169	212.41				79.10.23	2	1	2	1
SUPES	230	553.85				80.09.25	3	2	1	1
SUPESW	125	264.24				79.10.06	2	1	2	1
SUPESW	127	398.6					1	2	2	1
SUPETP	118	472.07				79.09.25	1	3	2	1
SUPETP	120	259.43				79.09.25	3	3	1	1
SUPEW	0	355.82				81.09.15	2	1	2	1
SUPES	77	375.07				79.09.17	2	2	1	1
SUPTP	10	368.61				83.09.20	1	12	2	1
SUPTP	102	217.57				79.09.19	2	1	2	1
SUPTP	119	275.73				79.09.25	3	3	2	1

Fig. 5.48. (*na página anterior e em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: Quadro descritivo dos percutores.

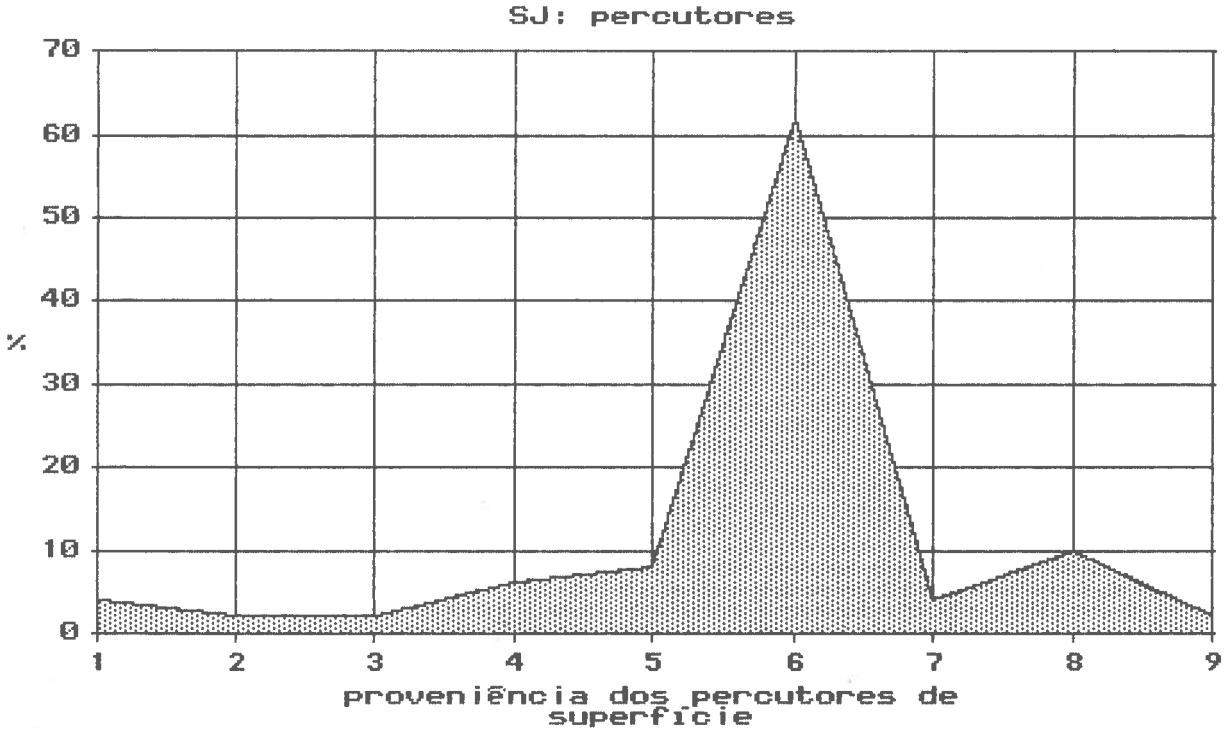
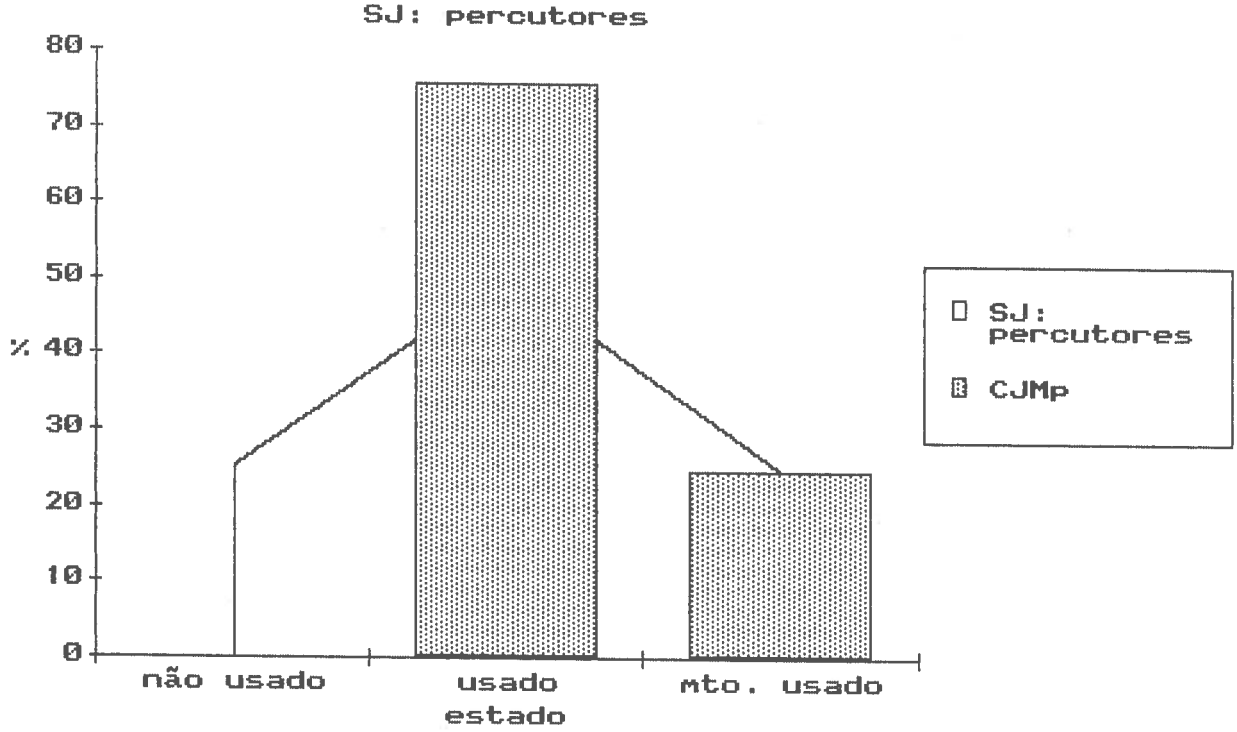


Fig. 5.49. Cerro do Castelo de Santa Justa: proveniência dos percutores de superfície. 1: superfície (sem especificação); 2: superfície do quadrado D.10.; 3: superfície (encosta não especificada); 4: encosta Norte; 5: encosta NE; 6: encosta S; 7: encosta SW; 8: topo do Cerro; 9: encosta W.



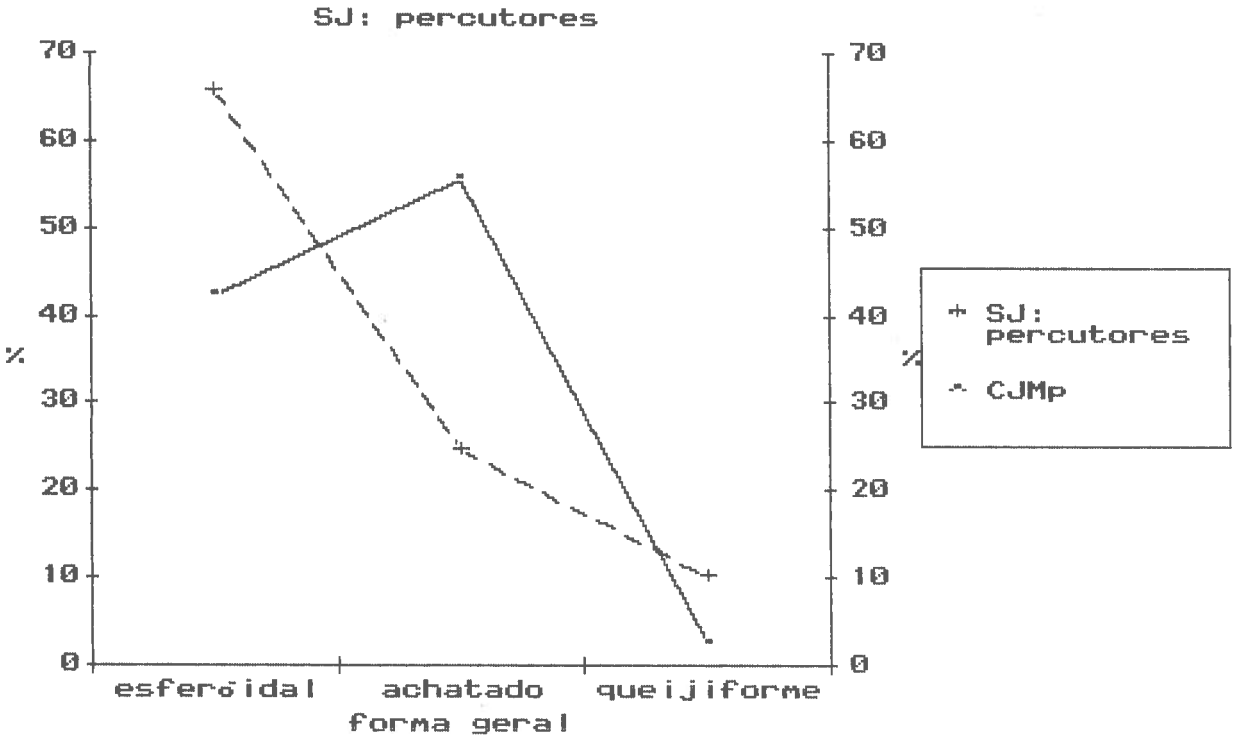
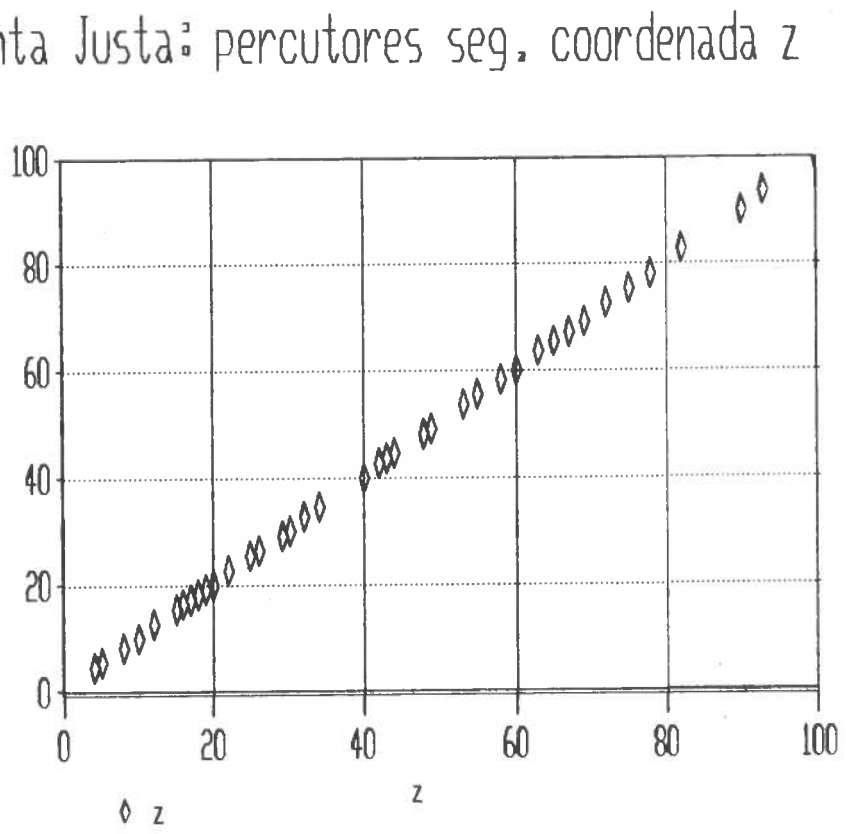


Fig. 5.50. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: estado dos percutores comparado com os do Cerro do Castelo de Corte João Marques.

Fig. 5.51. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: forma geral dos percutores, comparado com os do Cerro do Castelo de Corte João Marques.



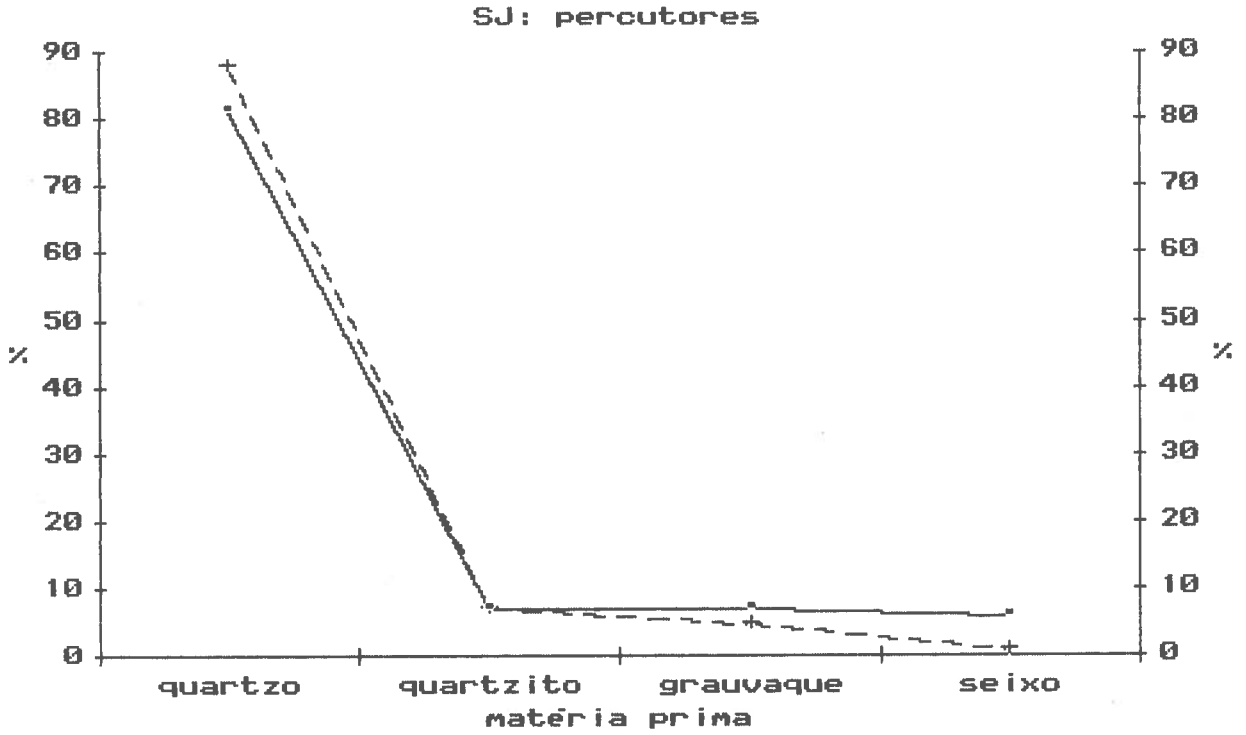


Fig. 5.52. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos percutores provenientes de escavação pela coordenada Z (registada em cm).

Fig. 5.53. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: matéria prima dos percutores (a tracejado), e do Cerro do Castelo de Corte João Marques (linha contínua). É notável a similitude dos traçados, indicando idêntica escolha das matérias suporte destes utensílios.

Para além dos usuais itens de registo, a descrição dos moventes patente nas páginas anexas inclui as mesmas leituras de atributos e as abreviaturas usadas a propósito dos artefactos de Corte João Marques pelo que, para a compreensão dos quadros descritivos, se torna indispensável a leitura de 4.4.2.3.2.

Os 211 moventes descritos distribuem-se, quanto à proveniência, por dois grandes grupos: *de escavação* e *recolhidos à superfície*. A primeira categoria engloba 105 moventes (sensivelmente 50% da amostra), mas deve ser dito que o muro moderno de divisão de propriedade (que «corta» o cerro transversalmente) engloba certamente na sua construção de pedra seca dezenas de moventes (e dormentes), a acreditarmos na composição do troço que destruímos para prosseguir a escavação.

A distribuição de acordo com a coordenada z, para os de escavação, e pelas diversas proveniências de superfície consta das Fig. 5.55, 5.56 e 5.57.

Quanto aos 106 moventes de superfície, 9 foram recolhidos no topo do cerro (8%), 15 (14%) estavam fora de contexto, integrados em muro moderno de divisão de propriedade (são os referenciados por SUP, sem outra indicação) e 12 (11%) não têm especificação do ponto da encosta em que foram recolhidos. A análise do gráfico da Fig. 5.57 torna evidente que a maioria é proveniente da área Sul (36: 34%), Sudoeste (25: 24%) e Oeste (2: 2%). Teremos assim um total de 60% dos moventes de superfície recolhidos na encosta mais suave do cerro, onde muito provavelmente deverá ter funcionado uma área de actividades exterior ao espaço defensivo interno. Sendo altamente provável que os moventes recolhidos no muro moderno sejam também provenientes desta área, esta proporção aumentaria para 74%.

Estes 211 moventes distribuem-se, quanto ao seu estado actual, pelas três categorias que se criaram de acordo com as possibilidades de medida que proporcionaram:

1 — 116 (54.98%)
2 — 55 (26.07%)
3 — 40 (18.96%)

É, portanto, sobre maiorias confortáveis que se calcularão medidas e índices. Para estes, considerámos apenas os 116 moventes de estado 1, mas para informações de outro tipo (o *picotado* e o *reuso* por exemplo) recorreu-se sempre à totalidade da população utilizável.

Tal como em Corte João Marques, a matéria prima usada foi invariavelmente o grauvaque, disponível localmente.

O picotado, como se disse atrás, consiste numa operação efectuada por percussão e que origina negativos de tipo circular, na sequência de impactos dirigidos sobre a superfície activa. Procura-se, assim, aumentar o atrito, facilitando-se o triturамento dos vegetais.

Em 211 moventes, 57 (27.01%) não apresentavam picotado reconhecível, contra 154 (72.98%) em que se leram os diferentes tipos e estados do picotado.

Dos moventes com superfícies activas picotadas, 46 (29.87%) tinham-no praticamente apagado pelo uso, pelo que poderíamos falar deles como moventes exaustos, para usarmos a mesma expressão adoptada para os núcleos de sílex. Os restantes apresentam como maior grupo os que tinham, no momento de abandono, o *picotado vivo*: 66 (42.86%), mas várias situações mistas foram detectadas: com *picotado apagado e circunscrito*, 10 (6.49%); *circunscrito e vivo*, 2 (1.30%); *apagado e vivo*, 19 (12.34%); *apagado, vivo e circunscrito*, 8 (5.19%).

Outro descritor importante é o que se refere ao *reuso*. Este não seria de estranhar num local de onde as rochas duras estão praticamente ausentes. Curiosamente, não é assim: apenas 69 (32.70%) apresentam sinais de terem sido usados em tarefas de percussão. Nesses moventes, os sinais de reuso distribuem-se desigualmente pelas três áreas (10.14% *na base*, 11.59% *no plano de preensão* e 57.97% *nos bordos*). A concentração do reuso nas extremidades dos moventes é perfeitamente compreensível: se aceitarmos que eles foram utilizados em percussão, a localização dos vestígios deriva do modo de segurar o movente durante a operação. Mínimos estatísticos foram registados para situações cumulativas: 1.45% tinha sinais de uso *na base e no plano superior*, 7.25% *no plano superior e nas extremidades*, 7.25% apresentava traços de percussão *nos dois planos e na(s) extremidade(s)* e 4.35% *na base e nas extremidades*.

des	qd	#	x	y	z	nv	dt	estd	emx	emn	alt	ia	ie	pic	reu
movente	D17	0	34	102	32	1	79.11.02	1	24	15	8	2	3	123	0
movente	E17	10	175	164	32	1	79.11.05	1	15.9	9.3	2.9	2	5	1	0
movente	E17	11	166	180	34	1	79.11.05	2	17	11.5	5.6	1	3	3	0
movente	E17	13	200	170	30	1	79.11.05	1	26.5	18.7	8.2	1	3	3	0
movente	E17	23	62	154	70	1	79.11.05	3	7.5	7.4	4.4	1	2	0	0
movente	E18	6	57	146	56	1	79.11.06	2	14.5	7.8	3.7	2	4	1	0
movente	E18	7	60	136	66		79.11.06	1	12	9	4	1	3	13	3
movente	E23	41	180	174	95	3	82.09.24	1	24	17.9	6.4	1	4	3	0
movente	E23	42	170	200	12		82.09.27	2	25.6	17.7	7.1	1	4	1	0
movente	E23	43	120	16	20		82.09.27	1	25	19	6.2	1	4	13	0
movente	G24	8	75	43	40	1	80.09.23	2	25.8	16.5	4.6	2	6	3	0
movente	G25	1	50	100	5	1	81.09.04	3	9	9.2	3.5	1	3	13	0
movente	H14	13	108	105	35	1	80.10.07	1	26.8	17.5	5.5	2	5	13	0
movente	H17	7	88	159	93	3	80.09.30	1	16	11.7	3.9	1	4	3	0
movente	H17	10	111	195	102	3	80.10.02	3	5	7.7	3	1	2	1	3
movente	H17	13	73	170	120	1	80.10.02	2	27.9	21.8	8.2	1	3	3	3
movente	H17	14	112	170	144	3	80.10.03	3	5.1	10.2	4.2	1	1	0	0
movente	H23	3					81.09.03	3	12.8	9.1	3.1	1	4	0	3
movente	H23	9	138	91	30	3	80.09.16	1	7.5	7	2.4	1	3	0	0
movente	H23	9	138	91	30	3	80.09.16	2	13	9.5	2.9	1	4	0	123
movente	H23	32	94	71	51		82.09.06	2	9	9	3	1	3	0	0
movente	H24	0	120	80	60	3	82.09.21	1	10.5	8	4.4	1	2	1	3
movente	H24	1	73	105	2		80.09.05	1	23	18	6.4	1	4	3	0
movente	H24	33	172	17	70		82.09.16	1	22	17.3	6.5	1	3	13	0
movente	H24	44	85	82	21		82.09.17	3	9.7	10	3.4	1	3	0	0
movente	H25	7	75	166	20	1	81.09.08	2	9.2	7.2	3.5	1	3	1	3
movente	H25	8	36	50	21	1	81.09.08	1	18.7	9.9	3.4	2	6	3	2
movente	H25	11	134	20	21	3	81.09.08	1	11	9	4.5	1	2	0	1
movente	I14	21	0	0	46	3	80.09.18	3	15.9	19	6	1	3	3	0
movente	I16	79	6	89	78	3	79.11.23	2	9.7	8.7	2.9	1	3	1	3
movente	I16	91						3	11.6	11.3	1.6	1	7	0	2
movente	I17	20	61	97	43	3	80.09.19	3	7.5	11.5	2.7	1	3	0	0
movente	I17	114	0	89	60		80.09.26	1	14.7	8.9	4.8	2	3	3	3
movente	I18	42	75	120	70		79.09.21	2	23.2	17.1	4.5	1	5	3	0
movente	I24	1	157	180	11	1	80.10.09	2	12.5	8	3.2	2	4	13	0
movente	I24	8	173	79	21	2	80.09.12	1	18.5	10.9	4.2	2	4	1	3
movente	I24	28	140	70	42		82.08.27	1	14.5	9.9	2.7	1	5	123	3
movente	I24	48	102	94	74		82.08.31	1	9.2	7.1	2.7	1	3	1	1
movente	I24	55	101	147	71		82.09.06	1	28.5	17.7	5.7	2	5	12	0
movente	I24	81	100	78	90		82.09.29	2	10.5	9.5	3	1	4	1	0
movente	I25	37	36	44	35		82.08.25	3	6	6.7	3.2	1	2	0	0
movente	I25	43	122	62	35		82.08.26	3	16.6	8.2	4.4	2	4	3	0
movente	I25	249	13	104	52		82.09.10	2	10.1	7.8	2.2	1	5	1	0
movente	I28	5	68	22	36		81.09.23	1	11.5	7.5	2.7	2	4	0	3
movente	I28	18	81	79	85	3	81.09.25	2	10.4	10.6	4.8	1	2	3	0
movente	I9	1	143	150	30	1	84.09.26	1	16.1	9.8	3.6	2	4	3	0
movente	J11	6					79.00.00	2	30	18.9	7.4	2	4	1	0
movente	J12	40	30	200	25		79.09.24	1	17.5	9.8	4.7	2	4	1	0
movente	J13	28	180	110	36		79.10.03	1	14.2	8.6	4	2	4	1	3
movente	J15	192				3	79.11.06	3	9	9	3.4	1	3	0	0

des	qd	#	x	y	z	nv	dt	estd	emx	emn	alt	ia	ie	pic	reu
movente	J16	5	0	120	10		79.09.28	3	9	8.6	3.1	1	3	1	3
movente	J16	91					79.00.00	3	11.6	11.3	1.6	1	7	0	2
movente	J17	6	180	25	15		79.09.28	1	29	16	7.5	2	4	3	0
movente	J25	9	160	35	5		82.08.30	2	25.5	23.6	7.2	1	4	13	0
movente	J25	14	125	70	10		82.08.31	1	14.7	7.9	3.3	2	4	1	3
movente	J25	15	72	79	10		82.08.31	3	9.2	8.2	4.3	1	2	0	3
movente	J25	34	89	107	55		82.09.02	1	11.5	7.5	2.5	2	5	1	0
movente	J29	0			0		81.09.16	2	13.5	10	4.1	1	3	13	3
movente	J30	2	155	20	15	1	82.09.21	3	10.1	7	2	1	5	0	3
movente	K10	3	52	35	20		79.11.20	2	22.5	19	5.9	1	4	0	0
movente	K11	3	140	50	10		79.09.25	3	7.3	14.2	4.1	1	2	0	0
movente	K12	31	200	97	15		79.09.26	1	11	9.5	2.9	1	4	0	0
movente	K12	35	185	0	15		79.09.26	1	15	10.5	3.5	1	4	0	0
movente	K13	1	30	146	5		79.09.26	1	10.5	8	4.1	1	3	0	3
movente	K13	3	200	43	5		79.09.26	1	23.2	20	6.4	1	4	13	0
movente	K13	8	60	30	10		79.09.27	3	8.2	7.1	4	1	2	3	0
movente	K13	28	27	144	17		79.11.20	2	26.5	14.9	7	2	4	3	0
movente	K14	16	155	65	30	3	79.10.10	1	23.2	21.5	7.1	1	3	3	0
movente	K14	17	155	65	35	3	79.10.10	1	27.5	17.7	7	2	4	2	0
movente	K14	21	41	150	25	2	80.09.16	3	5.8	10.7	3.1	1	2	1	0
movente	K15	24	138	40	34		80.09.26	2	27	20.5	4	1	7	1	0
movente	K16	3	120	147	5		79.09.28	1	13	8.5	3	2	4	1	3
movente	K16	4	110	87	5		79.09.28	2	22.2	10.7	5.8	2	4	13	0
movente	K17	5	200	15	10		79.09.28	2	11.5	12	4.1	1	3	0	0
movente	K24	22	93	28	30	2	80.09.16	3	7.5	6.9	2.7	1	3	0	0
movente	K27	3	144	29	18	1	81.09.15	1	17	7.7	4.5	2	4	0	3
movente	L11	26	180	156	20	1	79.10.17	2	8.7	9	3.4	1	3	1	0
movente	L11	194	142	116	42	3	79.10.19	3	7.5	9.5	4	1	2	3	0
movente	L13	11	124	150	5		79.11.20	1	22	12.4	10	2	2	3	0
movente	L13	12	113	135	5		79.11.20	1	22.9	21	5.3	1	4	3	0
movente	L14	4	30	180	10	1	79.10.01	1	25	22	7.2	1	3	123	0
movente	L14	7	174	35	10		79.00.00	1	13	8	3.4	2	4	0	3
movente	L14	14	163	200	30	3	79.11.16	1	17.3	9	4.7	2	4	3	0
movente	L14	17	81	44	30	3	79.11.22	1	17.9	15.2	6	1	3	3	0
movente	L14	23	95	47	13	1	80.10.03	2	21	19.7	6.6	1	3	12	0
movente	L15	1	33	105	10	1	79.09.29	1	10	9.8	3.5	1	3	12	0
movente	L15	7	136	78	16	1	80.10.03	1	22.4	22.3	6.5	1	3	3	0
movente	L15	9	196	30	12	1	80.10.03	2	7.4	8.2	3.7	1	2	1	0
movente	L16	11	140	80	20	3	79.11.19	1	21.5	14.7	6.8	1	3	3	0
movente	L16	12	152	180	20	3	80.10.07	1	22.3	18.2	6.8	1	3	3	0
movente	L16	13	132	150	16		80.10.07	1	9	9	6.5	1	1	0	2
movente	L17	0				3	79.11.15	1	15	16	5.8	1	3	3	0
movente	L17	6	18	141	40	3	79.11.15	2	7	6.5	3.4	1	2	0	3
movente	L18	9	40	0	23		79.09.17	1	14.5	11.2	4.5	1	3	13	0
movente	L23	19			27	1	80.09.26	2	15	9.2	3.9	2	4	3	3
movente	L24	10	132	200	19	1	81.09.19	1	14.7	8.4	4	2	4	12	0
movente	M24	9	55	88	22	1	80.09.25	3	4.3	9.2	3.5	0	1	0	3
movente	M24	10	38	54	21	1	80.09.25	3	6	9	2.2	1	3	0	0
movente	N12	31	175	86	7		79.11.20	2	13.7	18.2	7.2	1	2	3	0
movente	N14	13	65	60	55		79.10.19	3	5.6	8	2.3	1	2	0	2

des	qd	#	x	y	z	nv	dt	estd	emx	emn	alt	ia	ie	pic	reu
movente	N14	43	119	152	60	3	80.10.04	2	17	9.6	6	2	3	0	123
movente	N15	19	62	152	40	3	79.11.12	1	24	17	5.3	1	5	1	0
movente	N15	29	160	90	21		79.11.10	1	20.5	17.5	7.1	1	3	3	0
movente	N15	34	126	124	28	3	80.10.04	1	26.6	18	6.8	1	4	3	0
movente	N16	3	172	21	17	1	79.11.09	1	22.5	20.7	5.5	1	4	3	0
movente	N18	3	83	26	25	2	79.11.13	1	18.5	10	3.8	2	5	3	0
movente	N27	1	87	130	7	1	81.09.24	1	10.8	8.8	4.3	1	3	1	0
movente	O11	10	40	93	41		82.09.29	1	14.1	9.1	3.7	2	4	1	3
movente	O15	33	55	62	40		79.10.29	1	12.6	6.5	3.9	2	3	0	0
movente	O17	4	0	190	20	1	79.10.29	2	17.5	9.2	4.4	2	4	3	0
movente	O17	18	130	64	35		79.10.30	3	17	15.3	5.6	1	3	0	0
movente	O18	1	40	110	15	1	79.10.29	2	11	10.6	3.8	1	3	0	1
movente	P12	1	40	75	7		79.11.20	1	21.3	17	5.3	1	4	123	0
movente	P18	1	65	105	30	1	79.11.07	1	24.5	17	7.4	1	3	3	0
movente	Q13	3	70	115	80		82.09.20	1	23.5	19	5.9	1	4	0	0
movente	SUP	0					80.10.10	2	12	7.7	4.7	2	3	0	0
movente	SUP	0					80.10.10	2	11.5	6.5	4.6	2	3	0	0
movente	SUP	0						1	19.2	11.8	6.4	2	3	3	0
movente	SUP	0					79.10.22	1	22	16.7	6	1	4	1	0
movente	SUP	9						2	12	8.5	4.5	1	3	0	123
movente	SUP	32						2	14.8	10.6	3.2	1	5	0	23
movente	SUP	41					79.09.13	3	4.9	8.2	4.8	1	1	0	123
movente	SUP	56					79.09.13	1	28.3	17.5	5.1	2	6	3	0
movente	SUP	78					79.09.17	1	21.1	15.6	6.4	1	3	1	13
movente	SUP	86					79.09.00	1	12.4	8	3.2	2	4	1	3
movente	SUP	222					80.00.00	1	11.1	6	3.9	2	3	1	1
movente	SUP	232					80.09.25	1	15.7	9.9	3.1	2	5	3	3
movente	SUP	239					80.09.09	1	9	8.5	6	1	2	1	0
movente	SUP	245					82.08.30	1	11.5	9.5	3.1	1	4	12	23
movente	SUP	252					82.00.00	1	33.5	17	7.2	2	5	3	0
movente	SUPE	105					79.09.15	2	24.1	21.2	5.5	1	4	1	0
movente	SUPE	108					79.09.19	3	18.7	16	5.7	1	3	12	0
movente	SUPE	0					79.11.21	2	16.7	9.5	3.3	2	5	0	1
movente	SUPE	141					79.10.30	1	16.6	8	3.8	2	4	3	0
movente	SUPE	182					79.10.30	1	13.3	7.8	3.9	2	3	23	0
movente	SUPE	183					79.10.30	3	16.5	17	4.1	1	4	3	3
movente	SUPE	222					79.11.24	1	14.9	9.2	4.4	2	3	3	0
movente	SUPE	247					82.09.06	2	20.2	18	6.6	1	3	3	0
movente	SUPE	77					79.09.17	2	24.8	20.9	6	1	4	1	0
movente	SUPE	0					79.11.19	2	15.5	10	3.2	2	5	0	3
movente	SUPE	36					79.09.13	1	25	21	7.6	1	3	13	0
movente	SUPE	37					79.09.13	3	17	18.2	5.7	1	3	3	0
movente	SUPE	38					79.09.13	2	27.8	19.1	9	1	3	3	0
movente	SUPE	43					79.09.13	1	12.5	10	4.8	1	3	3	0
movente	SUPE	44					79.09.13	2	10.3	8.6	3.2	1	3	0	3
movente	SUPE	45					79.09.13	1	11.8	9.8	3.2	1	4	12	3
movente	SUPE	46					79.09.12	1	10	7.8	3.7	1	3	1	0
movente	SUPE	47					79.09.13	2	12.8	7.5	4.5	2	3	1	2
movente	SUPE	55					79.10.13	1	26.4	24.9	6.3	1	4	12	0
movente	SUPE	57					79.09.13	3	19.6	17.5	7	1	3	3	0

des	qd	#	x	y	z	nv	dt	estd	emx	emn	alt	ia	ie	pic	reu
movente	SUPE	60					79.09.13	3	15.3	10.1	3.7	2	4	1	3
movente	SUPE	65					79.09.15	1	11	9.5	4	1	3	0	23
movente	SUPE	65					79.00.00	1	11	9.2	4.1	1	3	0	1
movente	SUPE	66					79.09.15	1	10.2	9.9	4.1	1	2	0	23
movente	SUPE	66					79.09.15	1	15	10.5	3	1	5	3	0
movente	SUPE	68					79.09.15	1	23.5	19.5	6.9	1	3	3	0
movente	SUPE	69					79.09.15	1	22.3	19.3	6.1	1	4	13	0
movente	SUPE	70					79.09.15	1	28	18	8.1	2	3	3	0
movente	SUPE	80					79.09.17	1	18	11	5.9	2	3	3	3
movente	SUPE	81					79.09.17	3	22.2	11.3	7.6	2	3	3	0
movente	SUPE	86					79.09.17	1	28.2	16.2	5.9	2	5	12	0
movente	SUPE	86					79.09.17	1	26.5	16	7	2	4	12	0
movente	SUPE	88					79.09.17	1	27.5	19.5	7	1	4	3	0
movente	SUPE	89					79.09.17	1	24	17.6	6.6	1	4	3	0
movente	SUPE	91					79.09.17	3	10.9	8.2	2.8	1	4	0	0
movente	SUPE	92					79.09.18	2	10.5	8.2	3.2	1	3	0	3
movente	SUPE	93					79.09.18	1	16.5	11	6	2	3	3	3
movente	SUPE	94					79.09.18	1	13	8.7	3.1	1	4	1	123
movente	SUPE	95					79.09.18	1	11.5	9	1.9	1	6	0	0
movente	SUPE	96					79.09.18	1	9.2	7.9	3	1	3	1	0
movente	SUPE	97					79.09.18	3	26.5	17.5	7.4	2	4	3	0
movente	SUPE	169					79.10.23	1	12	9	4.1	1	3	1	2
movente	SUPE	170					79.10.23	3	8.6	13	4.3	1	2	3	0
movente	SUPE	192					79.11.06	1	24.1	19	8.8	1	3	3	0
movente	SUPE	218					79.11.19	3	15.5	17	7.1	1	2	3	0
movente	SUPE	0					79.11.24	1	12	7.5	3.1	2	4	0	0
movente	SUPE	129					79.10.06	2	7	7	3.3	1	2	1	13
movente	SUPE	134					79.00.00	2	16	9.5	4.4	2	4	2	13
movente	SUPE	139					79.10.13	1	24.4	16.5	5.5	1	4	13	0
movente	SUPE	140					79.10.13	1	23	18.8	6.8	1	3	13	0
movente	SUPE	184					79.10.30	2	12.2	6.7	2.5	2	5	1	3
movente	SUPE	185					79.10.30	1	16.7	9.3	4.3	2	4	123	3
movente	SUPE	185					79.10.30	3	9	18	5.2	1	2	1	23
movente	SUPE	193					79.11.06	1	18	8.7	3.5	2	5	13	0
movente	SUPE	194					79.11.17	1	22	18.7	6.4	1	3	123	2
movente	SUPE	197					79.11.17	2	7.3	7.5	3.4	1	2	0	0
movente	SUPE	201					79.11.17	1	22.5	13.5	5.4	2	4	3	0
movente	SUPE	202					79.11.17	1	14.1	9.4	4.1	2	3	1	0
movente	SUPE	204					79.11.17	1	17.7	7.8	5.3	2	3	3	0
movente	SUPE	205					79.11.17	3	6.8	5.8	2.5	1	3	0	0
movente	SUPE	206					79.11.17	1	12.1	7.9	4.5	2	3	23	12
movente	SUPE	208					79.11.17	1	8	6.5	2.9	1	3	1	0
movente	SUPE	212					79.11.17	2	11.4	8.5	2.4	1	5	0	0
movente	SUPE	213					79.11.17	2	19.5	13.7	6.2	1	3	123	0
movente	SUPE	214					79.11.17	2	28.4	18.4	5.7	2	5	23	0
movente	SUPE	216					79.11.17	1	18.2	17.5	6.2	1	3	1	0
movente	SUPE	219					79.11.24	1	13.6	7	3.6	2	4	1	1
movente	SUPE	221					79.11.19	1	15.2	9.4	3.5	2	4	13	0
movente	SUPE	236					80.09.03	1	24.9	16.5	5.5	2	5	13	0
movente	SUPE	238					80.09.04	1	15	12.4	4.3	1	3	123	0

des	qd	#	x	y	z	nv	dt	estd	emx	emn	alt	ia	ie	pic	rel
movente	SUPE	235					80.09.03	2	18.7	9.8	4	2	5	0	0
movente	SUPE	237					80.09.03	1	25.2	14.8	6.4	2	4	3	0
movente	SUPT	32					79.00.00	3	6.9	9	3.1	1	2	0	0
movente	SUPT	33					79.07.00	1	13.5	9.7	3.5	1	4	1	3
movente	SUPT	33					79.07.	1	16.2	10.3	5.6	2	3	3	3
movente	SUPT	121					79.09.21	1	22.4	17.5	6.3	1	4	3	0
movente	SUPT	125					79.09.25	1	27.4	23	9.1	1	3	13	0
movente	SUPT	129					79.10.08	2	13.7	15.7	5.8	1	2	0	0
movente	SUPT	135					79.10.13	2	12.2	8.1	3.4	2	4	0	3
movente	SUPT	137					79.10.15	2	23	14.5	6.6	2	3	3	0
movente	SUPT	138					79.10.15	3	12.5	23.4	6.8	1	2	3	0

Fig. 5.54. (*pp. 232 a 236*) Cerro do Castelo de Santa Justa: Quadro descritivo dos moventes.

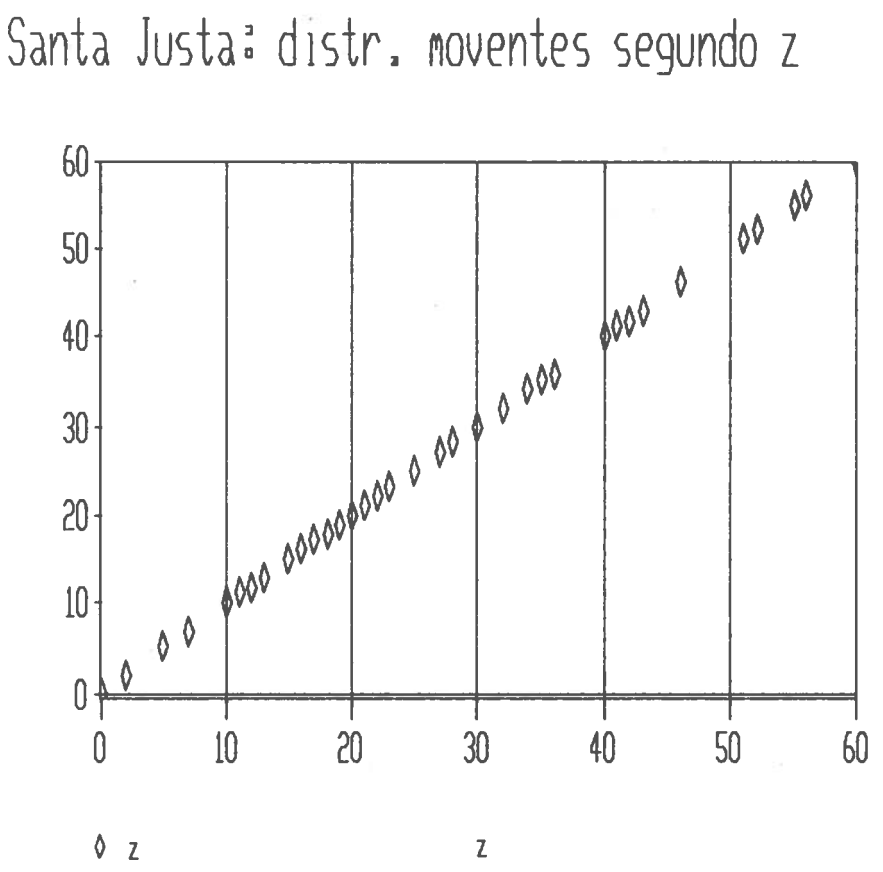
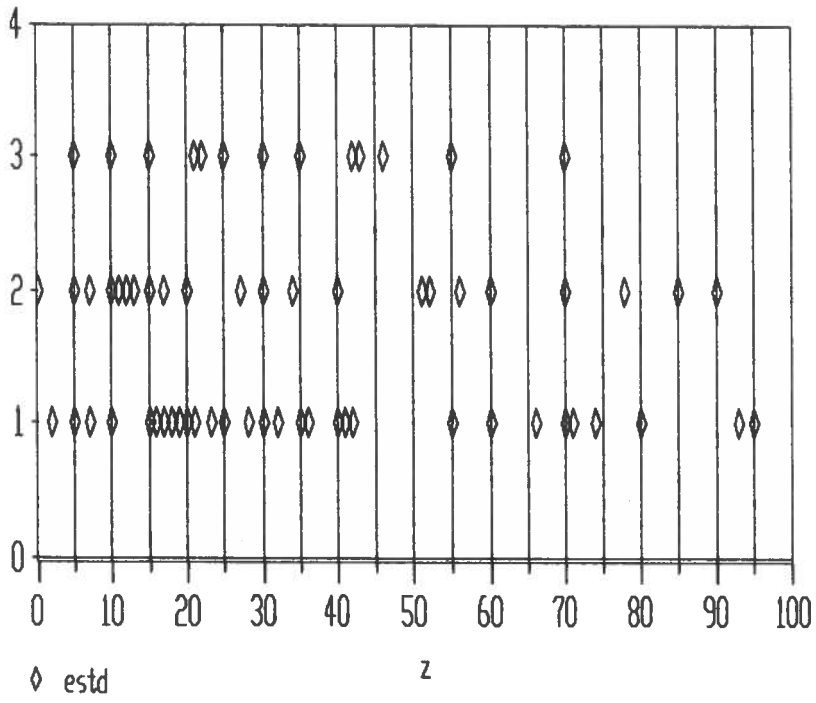


Fig. 5.55. Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos moventes recolhidos em escavação pela coordenada Z.



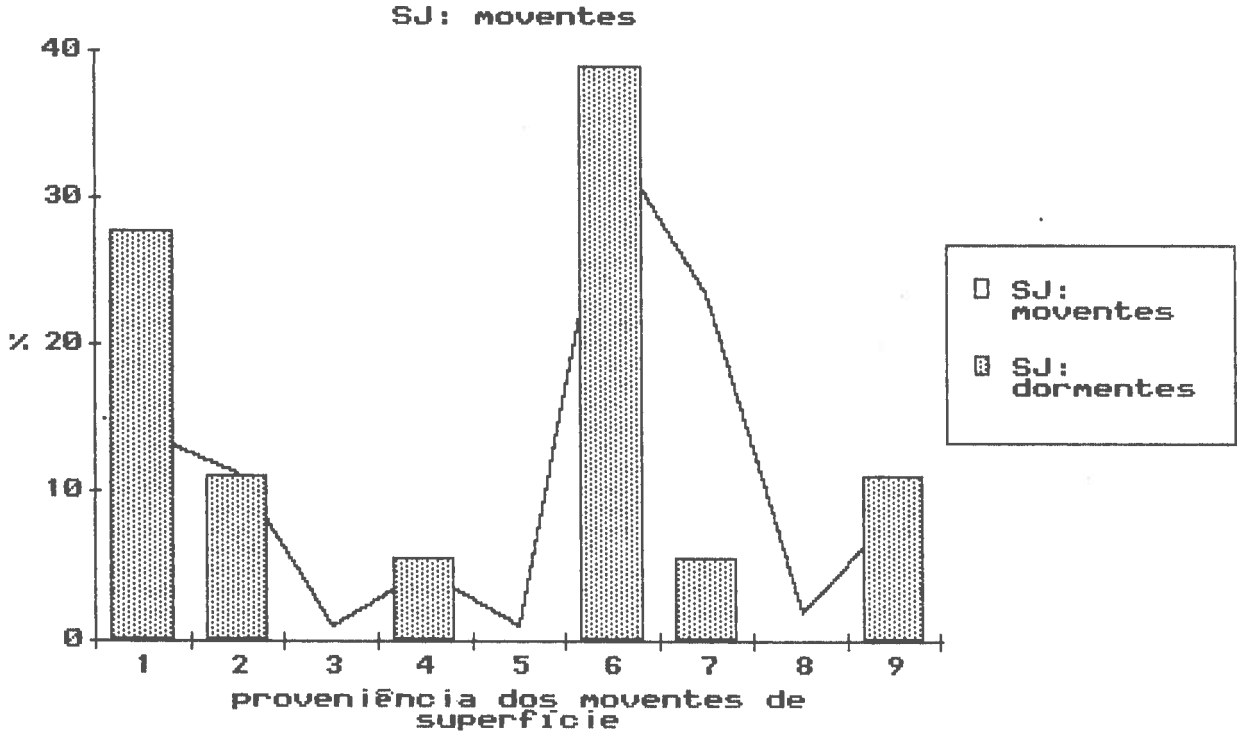
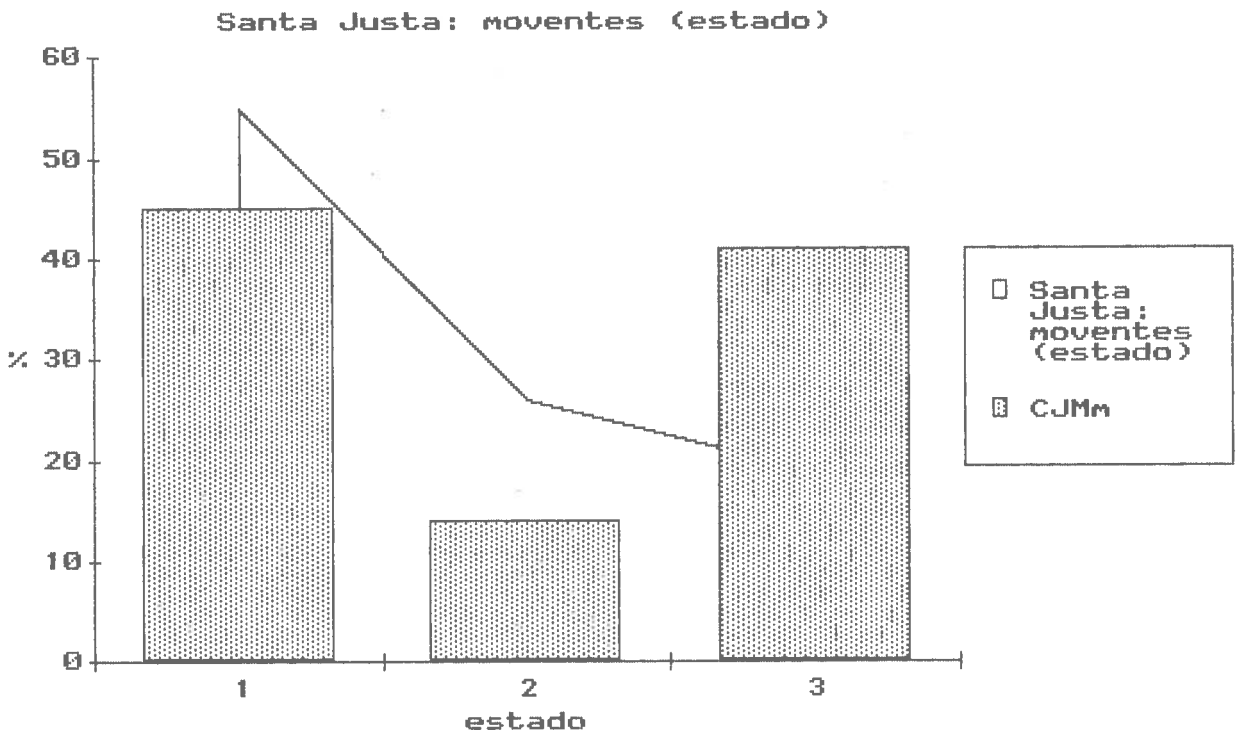


Fig. 5.56. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos moventes, classificados de acordo com o seu estado, pela coordenada Z. 1: intactos; 2: fragmentados; 3: muito fragmentados.

Fig. 5.57. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: proveniência dos moventes de superfície. 1: superfície, sem especificação; 2. superfície, encosta não especificada; 3: encosta E; 4: encosta N; 5: encosta NW; 6: encosta S; 7: encosta SW; 8: encosta W; 9: topo do cerro.



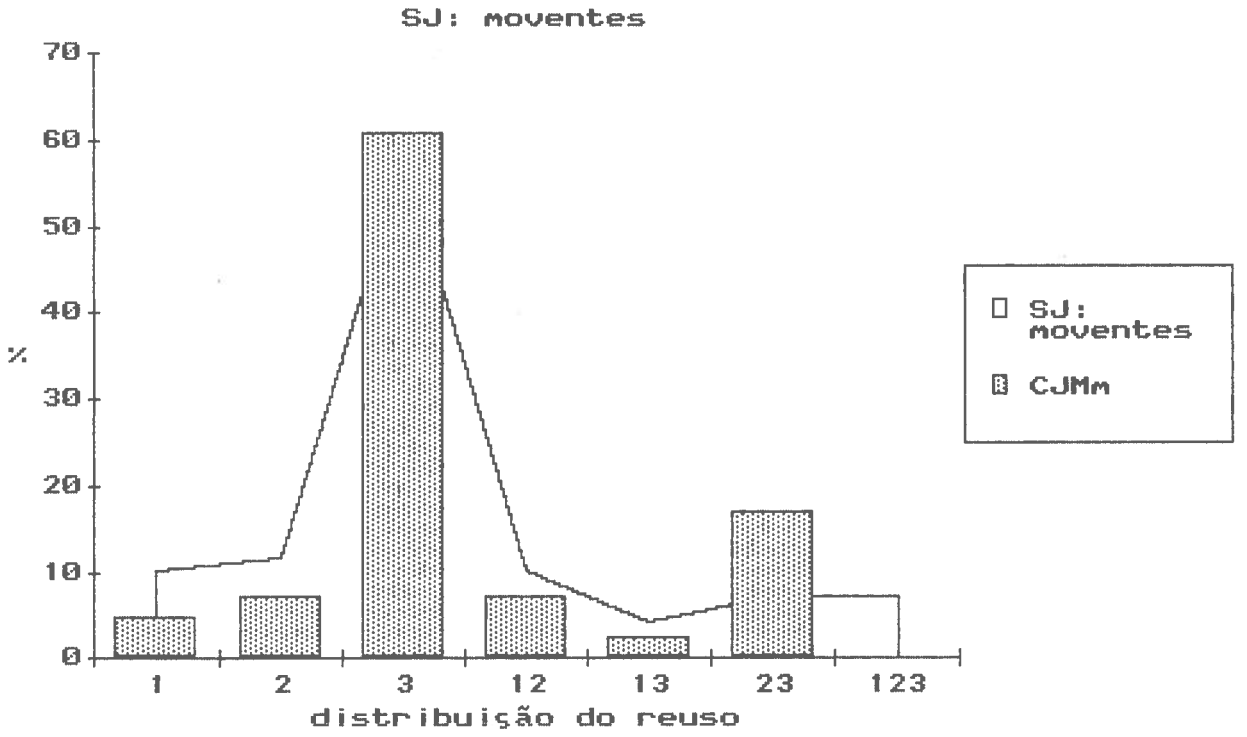


Fig. 5.58. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: estado dos moventes, comparado com do Cerro do Castelo de Corte João Marques. 1: intacto; 2: fragmentado; 3: muito fragmentado.

Fig. 5.59. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição do reuso dos moventes, comparada com a verificada no Cerro do Castelo de Corte João Marques. 1: na superfície activa; 2: no topo; 3: nas extremidades; 12: na superfície activa e no topo; 13: na superfície activa e nas extremidades; 23: no topo e nas extremidades; 123: na superfície activa, no topo e nas extremidades.

As dimensões principais dos moventes de estado 1 forneceram os seguintes dados:

eixo maior da base: mínimo — 7.5; máximo — 33.5; média — 18.08; desvio padrão — 6.03.
eixo menor da base: mínimo — 6; máximo — 24.9; média — 12.87; desvio padrão — 4.82.
altura: mínima — 1.9; máxima — 10; média — 5.08; desvio padrão — 1.66.

A utilização gráfica dos indíces de alongamento e espessamento, bem como dos eixos maior e menor das bases, forneceu dados interessantes, denunciando dois grupos bem determinados. A exploração destes índices será, porém, reservada para outro momento.

5.4.2.3.2.3. *Dormentes*

Dos 59 dormentes recolhidos no Cerro do Castelo de Santa Justa, 26 encontravam-se em estado de poderem fornecer a totalidade das 4 medições necessárias. Os resultados não tratados constam do quadro em que se descreve a totalidade destes artefactos, mas o tratamento estatístico desses quatro valores é o seguinte:

eixo maior — mínimo: 29.60; máximo: 68.00; média 4: 49.65; desvio padrão: 11.80

eixo menor — mínimo: 19.00; máximo: 45.00; média: 28.26; desvio padrão: 6.79

altura — mínimo: 4.80; máximo: 14.60; média: 8.77; desvio padrão:2.58

desvio de uso — mínimo: 0.00; máximo: 5.90; média: 2.03; desvio padrão: 1.63

Considerando as características destes artefactos, dedicaremos uma primeira análise aos de estado 1 e uma segunda à globalidade da informação tratável.

A observação imediata ocorre em função da sua proveniência: 49% foram recolhidos em *escavação* e 51% *à superfície*, uma relação percentual praticamente idêntica à dos moventes, o que se me afigura extremamente interessante. As áreas de superfície a que nos referimos são, porém, diversas das registadas para os moventes, mas tal facto não é de estranhar uma vez que a maior parte dos dormentes intactos de superfície foi incorporada na construção do muro moderno que divide o cerro. Ao contrário do que aconteceu com os moventes (sendo os de pequena dimensão desprezados como material de construção), existem dormentes integrados em todas as espécies de muros de Santa Justa (calcolíticos e modernos). A sua proveniência não é, portanto, a este nível, particularmente significante.

Quanto aos dormentes *intactos*, de escavação, há um aspecto interessante: a sua distribuição relativamente homogénea pela presumida diacronia. O facto de alguns dormentes terem sido identificados integrando muros de construção calcolítica implica o facto de o seu uso ter sido, pelo menos, contemporâneo da construção das fortificações. A leitura aplicada à totalidade dos artefactos recolhidos permitirá, porém, uma melhor imagem desta distribuição.

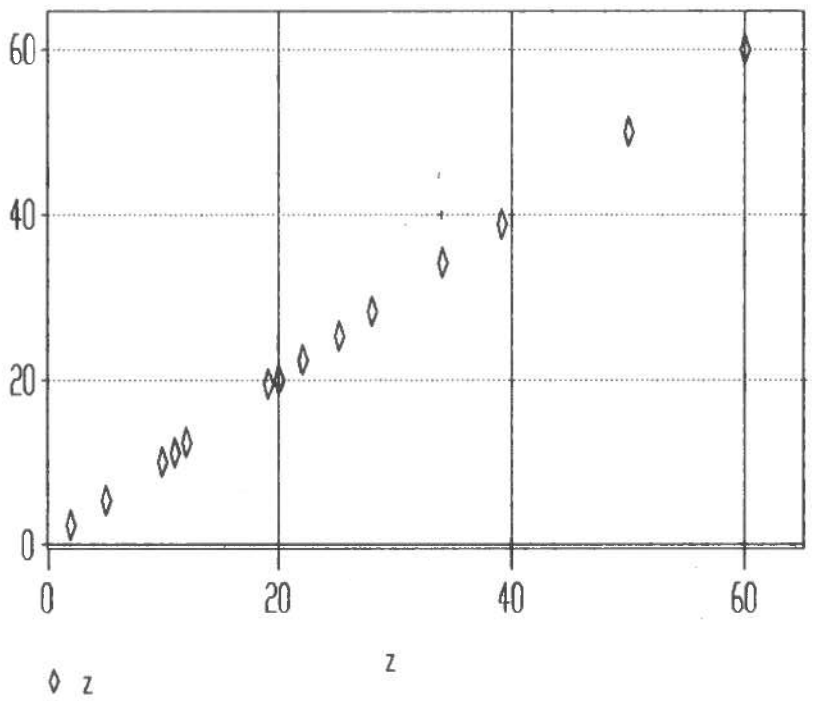
Uma outra observação deve ser feita, desde já, a propósito dos dormentes de estado 1, os únicos considerados para determinação da forma geral. Como o gráfico da Fig. 5.64 evidencia, a grande maioria daqueles em que foi possível determinar a forma geral pertence à forma *ovóide*, 46%, 33.33% apresentam-se com uma forma geral *rectangular* ou *sub-rectangular*, enquanto apenas 21% é de forma *elipsóide*. Esta situação, ligeiramente diferente da registada em Corte João Marques, confirma dados da etnoarqueologia para

Cerro do Castelo de Santa Justa
dormentes

des	qd	#	x	y	z	nv	dt	estd	emx	emn	alt	du	pic	ext	brd	fmg	ia
Dormente	F23	11	111	89			82.08.30	3			4	1.9	3		1	4	***
Dormente	F25	9	200	117	2	1	81.09.08	1	32	22.7	7	1.3	3	1	1	2	1
Dormente	G17	3	60	11	22	1	80.09.25	3			2.9	5.4	0		1	4	***
Dormente	G8	2					83.09.13	1	53.2	24	10.2	5.9	23	1	1	3	2
Dormente	H17	13	73	170	120	3	80.10.02	2	28.5	27.5	12.3	2.7	13	1	1	4	1
Dormente	H26	2	130	200	12	1	81.09.08	3	19.5	34	6.4	2.5	1	1	2	4	1
Dormente	I14	22				3	80.09.17	3	31	14.4	8.1	1.9	3	1	1	4	2
Dormente	I18	38	20	60	60		79.09.21	3			11.1	1.8	13	1		2	***
Dormente	I9	2	113	56	10	1	84.09.29	1	47	36	10.6	2	3	1	1	2	1
Dormente	J11	0					79.00.00	1	50.5	24.7	6.6	2.1	123	1	1	1	2
Dormente	J15	0			39	3	79.11.07	3	31.9	25.6	5.6	0	123	1	1	1	1
Dormente	J24	79	121	34	88		82.09.28	1	66.8	23	9.6	1.6	3	2	2	3	3
Dormente	J24	84	111	40	50		82.09.29	1	54	26.3	6.6	0.7	1	1	1	2	2
Dormente	J25	10	142	132	10		82.08.30	2	22	36	8.2	3.2	13	1	1	2	1
Dormente	K13	0				2	79.10.02	1	33	21.5	6.8	2.6	1	1	1	2	2
Dormente	K13	2	179	51	5	1	79.09.29	1	61.5	45	10.6	5	13	1	1	1	1
Dormente	K15	13	92	76	34	2	80.09.26	3	29.6	11.7	5.6	1.4	13	1	2	3	3
Dormente	K24	26	44	53	28		82.09.13	3			7.6	5.5	3	1	2	4	***
Dormente	L14	25	54	83	11	1	80.10.03	2	26.5	29	7.2	1.9	13	1	1	3	1
Dormente	L15	10	75	63	19	1	80.10.03	1	54.5	27.5	12.6	0.3	13	12	2	3	2
Dormente	M14	2	100	50	20	1	79.10.03	1	63.8	37	10	4.4	1	1	1	2	2
Dormente	N7	5	190	20	25	2	79.11.14	1	49.5	27	7.6	1.7	123	1	1	2	2
Dormente	SUP	0					79.00.00	1	68	28	6.6	2.5	3	1	2	2	2
Dormente	SUP	8					83.09.06	2	26.5	34	10.6	6.8	13	1	1	2	1
Dormente	SUP	9					83.09.06	1	36.5	25.5	7.6	1.1	123	1	12	3	1
Dormente	SUP	10					83.09.06	1	41.5	19	7.6	0.9	23	1	1	1	2
Dormente	SUP	11					83.09.06	3	14.7	18.1	2.5	1	123	1	1	4	1
Dormente	SUP	12					83.09.06	1	65.5	24	13.6	0	3	2	2	2	3
Dormente	SUP	111					79.09.22	3	17.2	32.4	3.4	0.6	123			4	1
Dormente	SUP	240					80.09.27	2	29.5	32.5	13.4	1.6	3	1	1	3	1
Dormente	SUP	241					80.09.27	3	25.4	19.2	6.4	2.5	1	1	2	4	1
Dormente	SUP	242					80.09.27	1	54.2	39	11.6	3.5	1	1	1	2	1
Dormente	SUPE	21					83.09.08	1	42.5	21	8.1	1.6	1	1	1	3	2
Dormente	SUPE	108					79.09.19	3	40.5	25.5	6.9	0	13		2	4	2
Dormente	SUPE	109					79.09.19	3				0	3				***
Dormente	SUPE*	160					79.09.21	2	23.7	25.6	4.7	1.6	3	1	2	3	1
Dormente	SUPE**	160					79.09.21	2	23.7	25.6	4.7	0.8	1	1	2	3	1
Dormente	SUPENE	135					79.10.15	1	30.5	20.6	6.2	0	1	1	1	1	1
Dormente	SUPENE	245					82.09.06	1	49.8	34	9.1	3.2	3	1	1	2	1
Dormente	SUPES	38					79.09.13	3		22	8.6	1	13	1	2	4	0
Dormente	SUPES	57					79.09.13	1	38.2	28	5.7	1.4	1	1	1	2	1
Dormente	SUPES	60					79.09.13	2	12.6	34	5.2	3.1	3	1	1	4	0
Dormente	SUPES	70					79.09.15	2	35	27	13.4	2.6	123	1	2	3	1
Dormente	SUPES	71					79.09.15	3	34	27.5	10.1	2.9	123	1	1	4	1
Dormente	SUPES	72					79.09.15	1	60	35	14.6	2.8	3	1	1	2	2
Dormente	SUPES	81					79.09.17	3	27	37.2	6.5	2.7	123	1	1	3	1

des	qd	#	x	y	z	nv	dt	estd	emx	emn	alt	du	pic	ext	brd	fmg	ia
Dormente	SUPES	82					79.09.17	3			6.7	0.9	13			4	***
Dormente	SUPES	83					79.09.17	1	36.4	22.5	4.8	2.1	3	1	1	1	2
Dormente	SUPES	84					79.09.17	2	18	28	6.1	0.5	13	1	1	4	1
Dormente	SUPES	96					79.09.18	3			7.4	2	1			4	***
Dormente	SUPES	97					79.09.18	1	52	38	11.2	0	3	1	1	2	1
Dormente	SUPES	99					79.09.18	3	17	24.9	8.4	2.2	13	1	1	4	1
Dormente	SUPES	100					79.09.19	3			7.1	2.5	13	1	1	4	***
Dormente	SUPESW	186					79.09.30	1	29.6	20.5	5	0	13	2	2	2	1
Dormente	SUPESW	211					79.11.17	2	33	24.5	9.7	2.1	123	1	1	4	1
Dormente	SUPTP	28					79.00.00	1	63.5	33	10.4	1	3	1	1	2	2
Dormente	SUPTP	29					79.00.00	3	47	23	16	1.9	123	1	1	2	2
Dormente	SUPTP	31					79.00.00	1	57	32	7.6	5.1	3	1	2	3	2
Dormente	SUPTP	123					79.09.25	3			5	0	3	1	2	4	***

Fig. 5.60. (*em cima e na página anterior*) Cerro do Castelo de Santa Justa: Quadro descritivo dos dormentes.



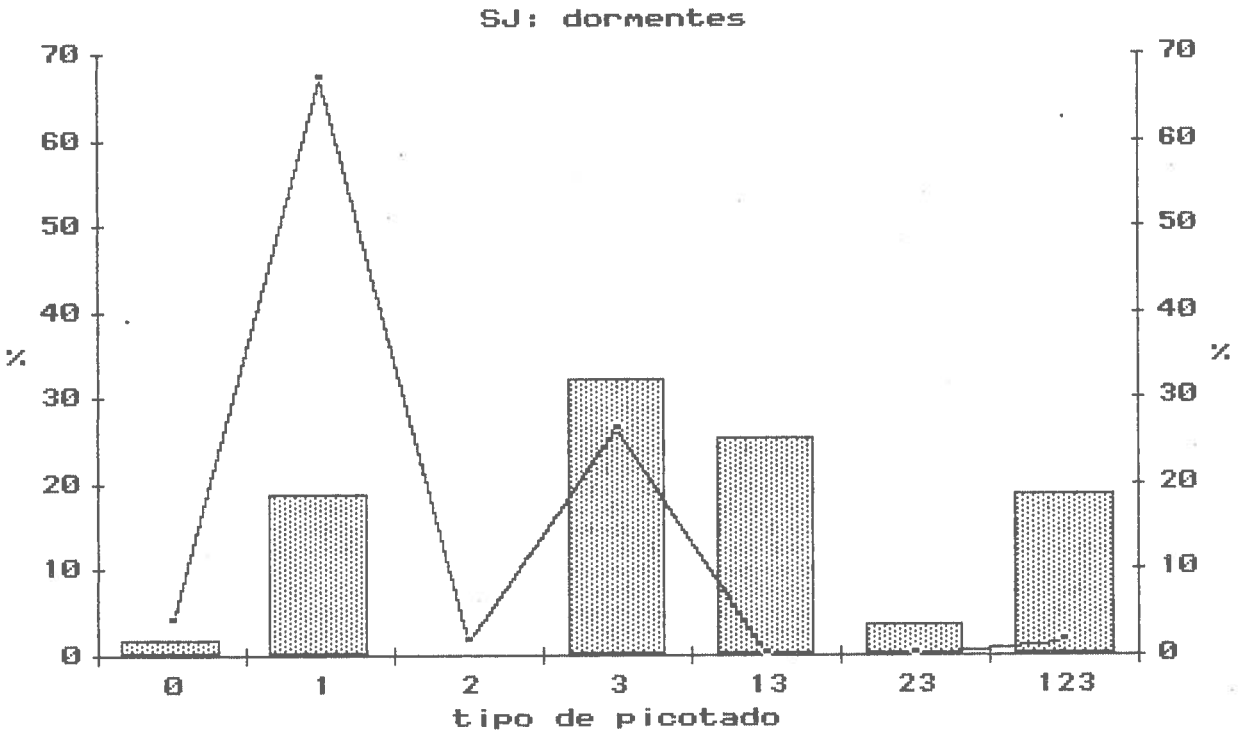
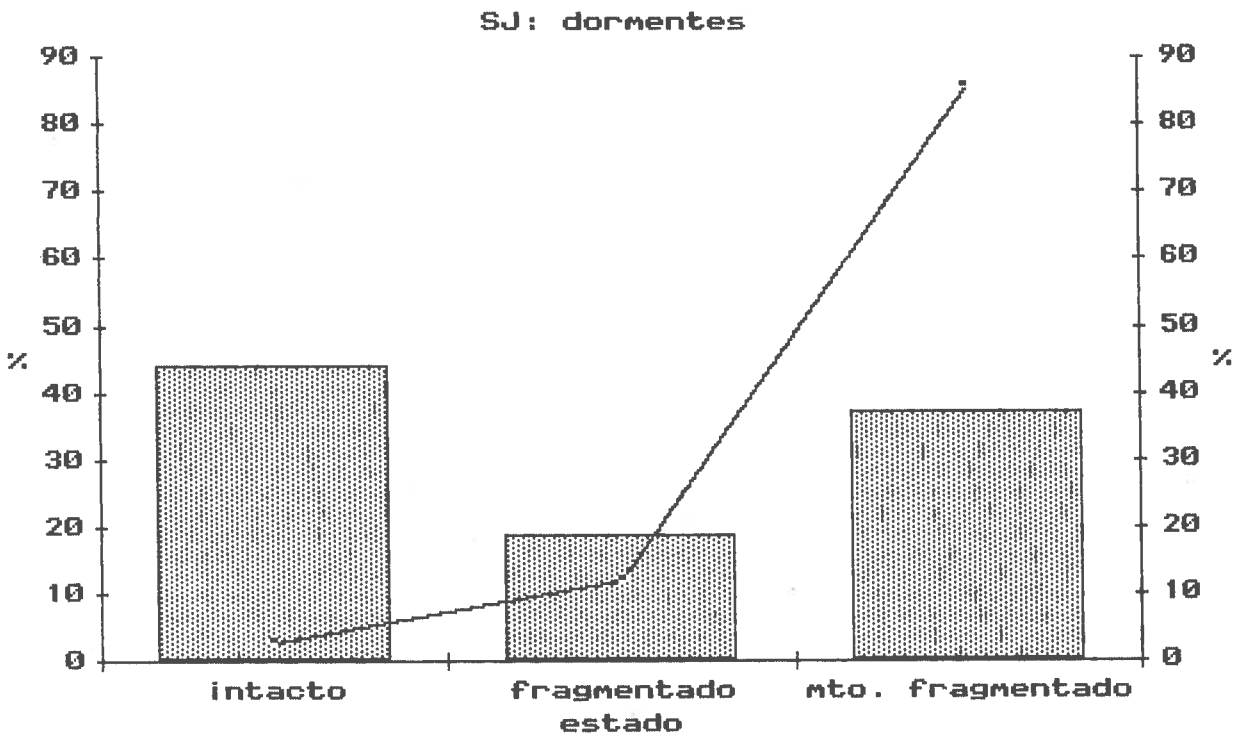


Fig. 5.61. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos dormentes de escavação, de acordo com a coordenada Z (expressa em cm).

Fig. 5.62. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: tipo de picotado dos dormentes (barras), comparado com o Cerro do Castelo de Corte João Marques (linha contínua). 0: inexistente; 1: apagado; 2: circunscrito; 3: vivo; 13: apagado e vivo; 23: circunscrito e vivo; 123: apagado, circunscrito e vivo.



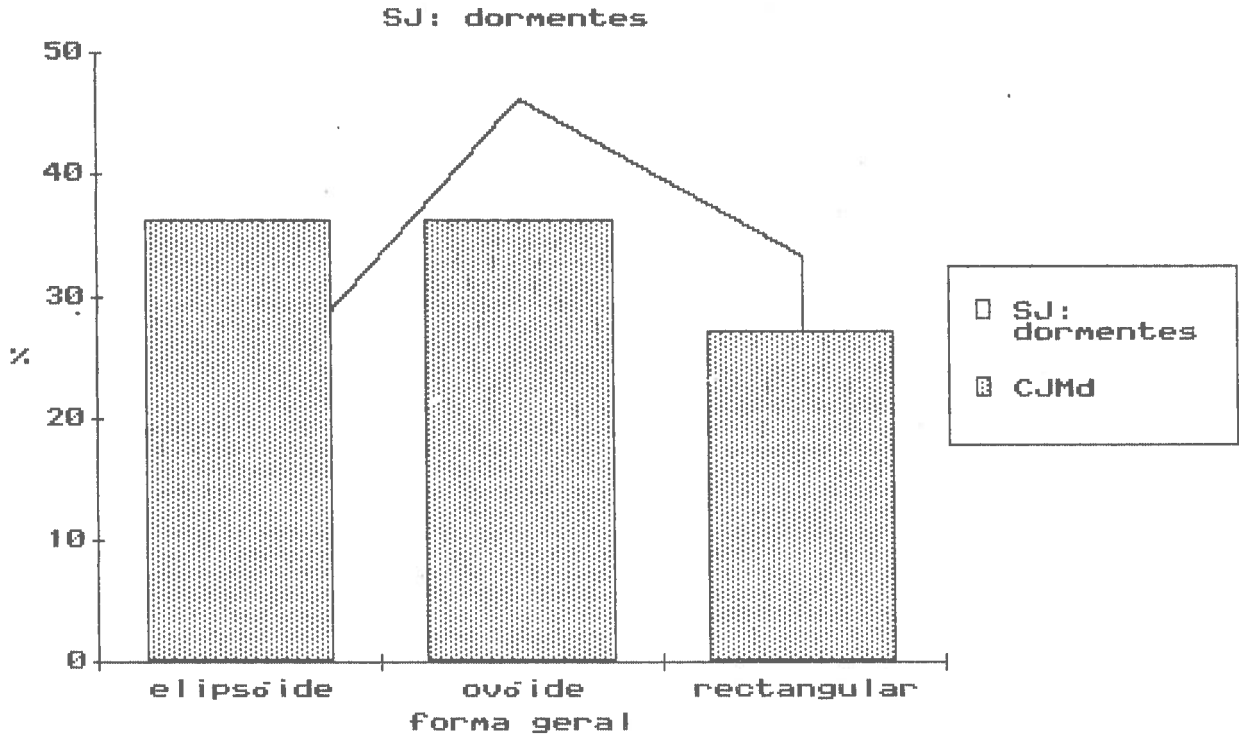


Fig. 5.63. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: estado dos dormentes (em trama), comparado com o dos Cerro do Castelo de Corte João Marques (linha contínua).

Fig. 5.64. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: forma geral dos dormentes (traço), comparado com o do Cerro do Castelo de Corte João Marques (barras com trama).

os dormentes usados no tratamento dos cereais, em que a extremidade mais estreita do artefacto fica presa entre os joelhos do operador.

Também as dimensões dos dormentes permitem observar a existência de variações do eixo maior, cujos extremos são, como se viu, 29.6 e 68. Mas se a análise gráfica da relação eixo maior/eixo menor mostra uma certa homogeneidade dos valores, a distribuição do índice de alongamento define os seguintes grupos: (1) *alongados*: 2; (2) *médios*: 24.

Nesta leitura poderíamos prosseguir, por extrapolação de medidas com os dormentes do estado 2, mas o risco foi considerado prejudicial à fiabilidade dos resultados.

Quanto à altura dos dormentes de estado 1, ela nunca ultrapassa os 14.6 cm. nem é inferior a 4.8. Podemos considerá-la bastante regular, traduzindo a média de 8.77 a robustez necessária a um uso prolongado e ao desgaste provocado pelo movente e pelo próprio vegetal triturado.

O desvio de uso nunca atinge nestas peças intactas valores como os que poderiam ser obtidos sobre peças fragmentadas (e nos altos valores registáveis nestas últimas se encontrará muito possivelmente a causa da sua fragmentação). Oscila entre 0 (artefactos nunca usados?) e 5.9 cm., sendo a sua média de 2.07 aumentada para 2.67, se excluirmos do cômputo os dois dormentes que não apresentam desvio de uso.

A totalidade dos dormentes pode agora ser usada para contagens sobre os tipos de picotado, bordos e extremidades.

O picotado, indispensável acto de manutenção da superfície activa, é *inexistente* em 1.69% dos casos, possivelmente artefactos não utilizados; *apagado* em 18.64%; *vivo* em 32.20% (a maioria, portanto); *apagado e vivo* (no mesmo exemplar) em 25.42%; *vivo circunscrito* em 8.47%; *apagado, vivo e circunscrito* em 13.56%.

Os bordos observados eram *bojardados* em 68.52% e de *fractura natural* em 29.63%. Num caso, um dos bordos era bojardado e o outro de fractura natural.

Finalmente, as extremidades: *bojardadas* em 92.31% e de *fractura natural* em 5.77% dos casos. Um exemplar apresentava uma extremidade bojardada e outra de fractura natural.

5.4.2.3.3. *Tampas*

À semelhança do que acontecera no Cerro do Castelo de Corte João Marques, recolheram-se em Santa Justa diversos exemplares destes artefactos de feitura simples e de utilidade discutida supra (em 4.4.2.3.4.).

As «tampas» de Santa Justa são mais numerosas (15, contra 3 em Corte João Marques). Todas são de xisto laminar, apresentando algumas inequívocos sinais de fogo, o que reforça a possibilidade de, eventualmente, as maiores terem também servido como placas térmicas para a cozedura de *galettes*.

As suas dimensões distribuem-se por um espectro maior, tendo sido registados diâmetros entre 34.60 e 8.84 cm.

As espessuras oscilam entre 3.08 e 1.07 cm.

Tal como em Corte João Marques, existem exemplares que foram totalmente trabalhados na periferia (e que apresentam, em consequência, um aspecto perfeitamente discóide) e outros em que se aproveitou a fractura na laje de xisto, talhando-se um artefacto que conservou em duas áreas periféricas a fractura natural da rocha.

A variação dos diâmetros traduz, naturalmente, a adaptação a diversos tipos de recipientes (ou a recipientes do mesmo tipo mas com diâmetros diversos). Se algumas das tampas me sugeriram a possibilidade de elas terem sido feitas para proteger o conteúdo das taças em calote, não seria de afastar a ideia de também terem sido usadas para cobrir contentores de alimentos, de forma fechada.

A descrição das quinze tampas recolhidas consta da Fig. 5.65.

A única observação possível parece ser a que se refere às coordenadas registadas e que indicam uma distribuição generalizada pelo povoado, ainda que a sua presença corresponda quase sempre a coordenadas z pouco profundas. Tal poderá, talvez, ser explicável pela longa utilização e pouco desgaste a que estes artefactos estão sujeitos.

Cerro do Castelo de Santa Justa
Quadro descritivo das tampas de xisto talhado

registo	X	Y	Z	data	nv	dmx	esp.mx.
H.14.-1	068	180	026	80.10.07	1	20.30	2.44
H.23.-8	049	087	030	80.09.16	3	8.84	1.18
I.9.-1	000	123	010	84.09.27	1	28.60	2.16
I.9.-2	080	070	010	84.09.29	1	21.31	1.93
I.16.-3	130	030	005	79.10.12	1	29.00	2.06
I.17.-19	100	089	032	80.09.19	3	13.00	1.50
I.17.-85	089	098	055	80.09.25	3	21.30	1.83
J.17.-154	081	151	058	80.09.30	3	26.00	2.50
J.25.-1	---	---	---	84.08.24	-	19.10	1.10
J.25.-8	194	126	031	82.08.25	-	29.30	1.98
J.25.-22	172	050	035	82.09.01	-	34.60	3.08
L.14.-8	170	027	020	79.10.03	1	20.30	1.56
M.23.-16	070	058	047	80.09.29	3	22.00	2.00
N.16.-4	169	043	017	79.11.07	1	20.70	1.07
P.11.-1	048	036	063	80.09.29	-	20.90	1.14

Fig. 5.65. Cerro do Castelo de Santa Justa: Quadro descritivo das tampas de xisto. Nv: nível; dmx: diâmetro máximo; esp. mx: espesura máxima.

5.4.2.4. *Pedra não afeiçoada, mas com traços de utilização*

De vários lugares do povoado são provenientes objectos, seixos ou simples pedras, que tiveram usos sobre os quais não temos dados que permitam classificação. É esse o caso de J.25.-92, aparentemente um movente exausto, apresentando lascagem numa das extremidades, provavelmente em resultado de uma acção de golpe directo sobre superfície rija, um pouco à semelhança de um machado. Numa das faces, apresenta impactos localizados, tornando admissível uma utilização de segunda fase, como parte de um sistema de alça-prema.

O.21.-8 é uma pedra plana, com sinais de fricção circular prolongada num ponto central. No Relatório de campo escrevi: «Placa de grauvaque sem qualquer preparação específica, apresenta numa das faces um desgaste circular cupuliforme. A localização e uniformidade das superfícies de desgaste levam a crer não se tratar de resultados de percussão repetida, que se traduziriam por uma área bem mais dispersa, como é o caso verificado em J.15.-92.»

Outros casos poderiam ser citados, ainda que estes exemplifiquem adequadamente a situação.

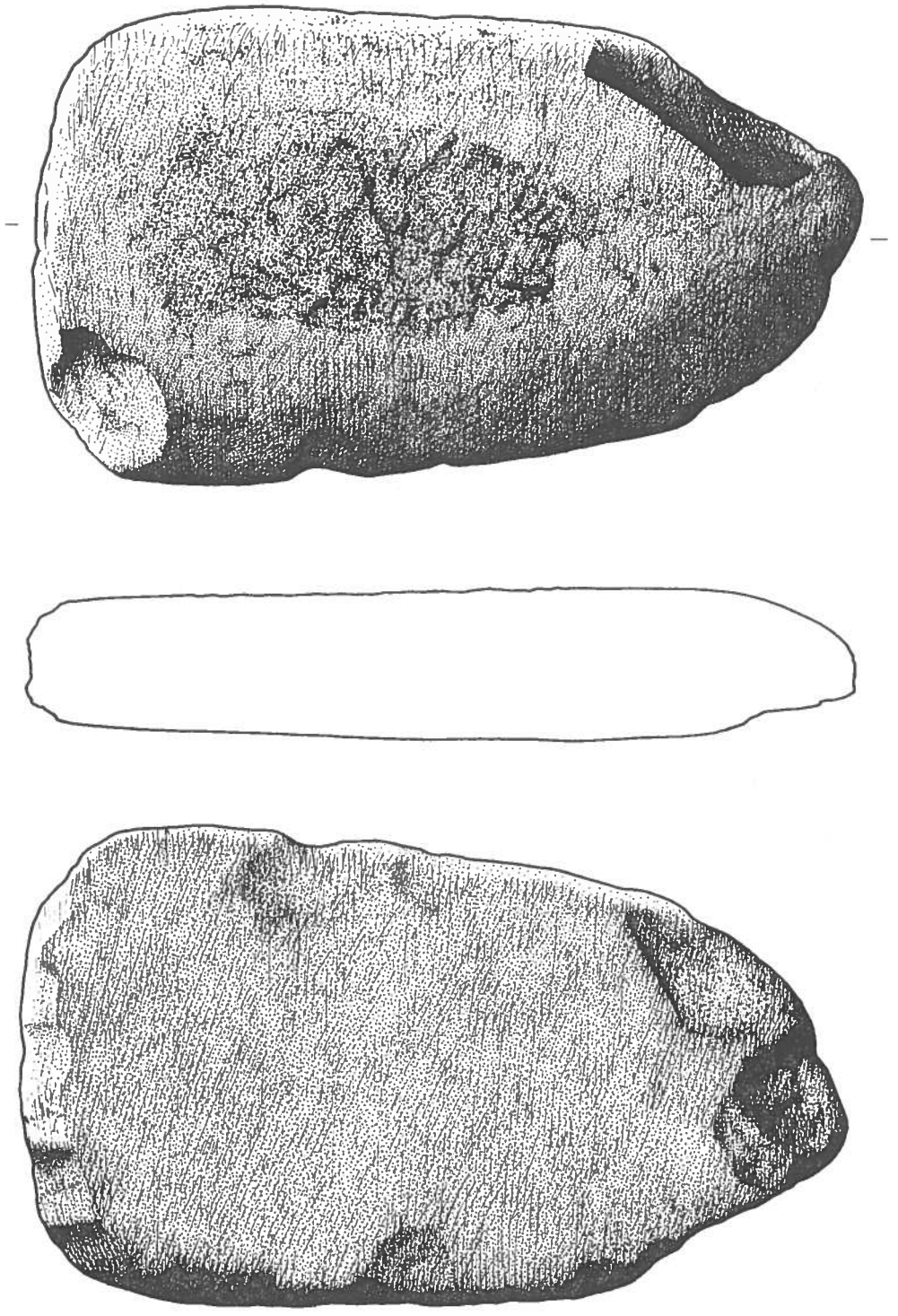


Fig. 5.66. Cerro do Castelo de Santa Justa: utensílio de significado específico desconhecido J.25.-92). 2:3.

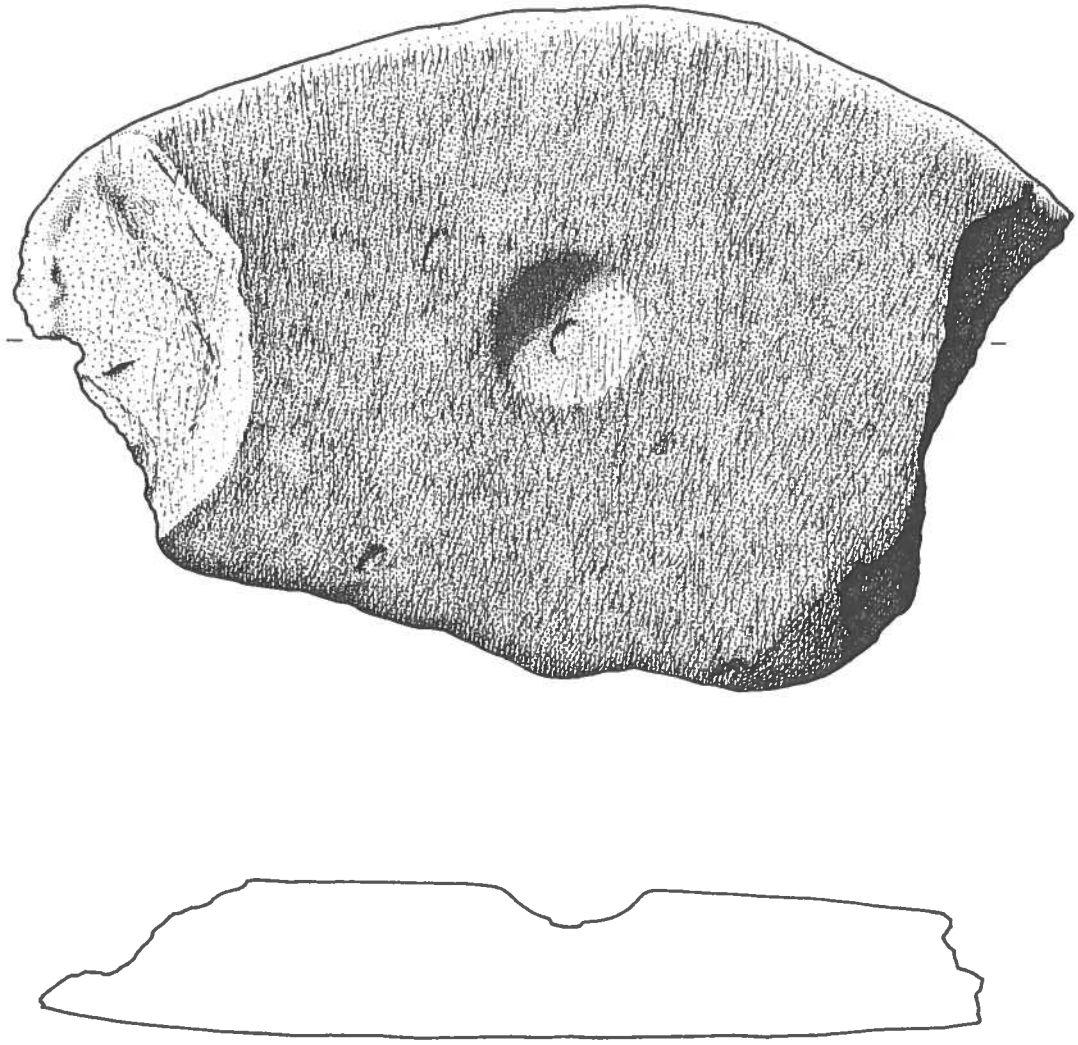


Fig. 5.67. Cerro do Castelo de Santa Justa: utensílio de significado específico desconhecido O.21.-8). 2:3.

5.4.2.5. *Artefactos para adorno pessoal*

Se em Corte João Marques apenas 1 artefacto, e sob reservas, poderia ser classificado nesta categoria, em Santa Justa recolheram-se, ainda que em número restrito, artefactos indiscutivelmente para adorno pessoal.

São seis contas discóides de xisto, pouco espessas, e duas de secção longitudinal ovalada e transversal sub-circular. Estas últimas, de pedra verde.

As contas discóides têm diâmetros entre os 4 e os 7 mm. e perfurações finas, entre 1.8 e 0.7 mm. As restantes, medem respectivamente 11.6 e 8.2 mm, nos eixos longitudinais, e 8 e 7.7 mm., nos eixos transversais.

As contas discóides de xisto são comuns em contextos «megalíticos», mas não possuímos precisões sobre *que* momentos do megalitismo são exactamente aqueles em que elas dominam como artefactos votivos ou como restos de colars ou pulseiras usados pelo morto. É mesmo muito provável que sejam de construção ou, pelo menos, de utilização calcolítica algumas das antas em que aparecem.

As contas de pedra verde, comuns no Neolítico «final» são também conhecidas em contextos calcolíticos.

Em Santa Justa, todas as contas discóides são provenientes de um plano e de um espaço restritos, como se pode ver pelas suas referências de registo:

J.15.-161: z 039 (79.11.09)
J.16.-40 : z 059 (79.11.12)
J.16.-41 : z 059 (79.11.12)
J.16.-43 : z 059 (79.11.12)
J.16.-46 : z 059 (79.11.12)
J.16.-49 : z 059 (79.11.12)

Isto torna provável que pertencessem a um único colar ou pulseira. As contas ovóides foram recolhidas noutra área (L.12.).

Concluindo, diria que, se algo há que sublinhar, tal se aplicará à escassez que estas peças apresentam, e não à sua própria tipologia.

5.4.2.6. *Recipiente de pedra*

Foi recolhido, em H.18., um pequeno fragmento do bordo de um recipiente de calcário, de forma não reconstituível com segurança.

Considerados artefactos votivos, presentes maciçamente em Alcalar, estas curiosas peças, por vezes decoradas, são conhecidas em outros sítios calcolíticos, nomeadamente alentejanos. É o caso dos povoados de Porto Torrão (Arnaud, 1982: 60, Fig. 8) e Monte da Tumba (Silva e Soares, 1985: 18, Abb. 11: 2). Foi também recolhido um exemplar na Estrutura 1 do Monte Novo dos Albardeiros (escavações inéditas do autor).

5.4.2.7. *Osso trabalhado*

Apesar de não ser particularmente numerosa a indústria de osso do Cerro do Castelo de Santa Justa, ela está, ainda assim, representada pelos seguintes tipos de artefactos:

1: cabo de instrumento;
2: agulha de coser;
3: furadores;
4: espátulas (?);
4: artefactos de osso não identificados (*aonis*).

Comentar-se-á, aqui, apenas os que parecem justificar referência.

O cabo de instrumento (K.16.-11) é um pequeno artefacto, polido e carbonizado, de forma tronco-cónica alongada, com 4.1 cm. de comprimento, uma base maior ovalada com 1.5 por 1.7 cm. de eixos, e uma menor de 1.3 por 1.15 cm. de eixos. A perfuração, que receberia muito provavelmente a extremidade proximal de um furador de cobre, tem um diâmetro de 3 mm. Na fina camada concrecionada que o cobre, são visíveis traços de um provável reforço de encabamento (corda envolvendo o cabo e parte do furador emergente?). O plano de topo está cheio de pequenas estrias de polimento.

A agulha de coser (E.24.-31) faz parte de uma vasta família de artefactos cujo início parece situar-se no Paleolítico superior. Com alterações sucessivas nas proporções (mas sempre com o aspecto inconfundível pré-anunciado pela *aiguille à chas* madalenense), está registada em diversos contextos no território que hoje é Portugal. As mais antigas provenientes de sítios que escavei foram as recolhidas na necrópole, presumivelmente do Neolítico «final», da Cova das Lapas (Alcobaça) e são exemplares que ultrapassam ao dobro o comprimento do de Santa Justa.

A agulha de coser do Cerro do Castelo de Santa Justa seria talvez mais uma agulha para enfiar linha em orifícios já feitos, que uma agulha no sentido ainda hoje comum. Isto se considerarmos as suas dimensões reduzidas e a fragilidade do exemplar, apto sobretudo a trabalhar sobre fibras vegetais.

O comprimento da agulha de Santa Justa cifra-se em 5.15 cm. e a extremidade proximal, arredondada, tem a largura máxima de 1.13 cm. A perfuração é bicónica e tem, na superfície côncava, um diâmetro exterior de 2.5 mm., sensivelmente o mesmo da abertura máxima da superfície convexa. O osso, de espécie animal não determinada, foi cuidadosamente polido e apresenta ainda, nas periferias da face côncava, evidentes e numerosos sinais do abrasivo utilizado no polimento.

Os furadores estão representados por um único exemplar típico (K.26.-26), por fragmentos de outros dois (J.15.-104 e J.15.-128) e por vários outros, prováveis.

K.26.-26 é um furador fragmentado em três partes, mas recolhido em conexão. Tem 9.8 cm. de comprimento por uma largura na área mesial de 3 mm. Também evidencia traços de cuidadoso polimento. A sua secção é ovalada.

Dos outros furadores, só os supra citados reproduzem formas típicas em povoados desta época.

H.27.-22, interpretado como uma provável espátula, é um artefacto, hoje fragmentado numa extremidade, cuidadosamente desbastado. Entre os artefactos de significado desconhecido, conta-se K.12.-126, fragmento (aparentemente da extremidade distal) de um utensílio indeterminado. Tem um aspecto cónico alongado, similar ao das extremidades das sovelas de osso recolhidas nos povoados estremenhos, nomeadamente na Rotura. J.26.-4 é um pequeno osso (de ave?) alisado. I.14.-8 é uma esquírola de osso que se admite que possa ter sido utilizada como furador. H.29.-2 é um fragmento de um artefacto com uma extremidade cuidadosamente arredondada, mas a sua fractura impede qualquer interpretação (a que se arrisca, *espátula*, deve ser encarada com reservas).

O mais intrigante de todos os artefactos de osso recolhidos é um exemplar talhado sobre articulação de animal desconhecido, com um aspecto geral que mais poderia traduzir um artefacto ideotécnico que um tecnómico (vol. 2, Est. 44, 1, p. 71).

Foi recuperado sobre o topo superior da Torre 7, após as primeiras grandes chuvas de Inverno, pelo que é de supor que deveria estar incluído na construção da estrutura. Com efeito, não se considera possível que a sua localização fosse resultante de qualquer escorrimento de uma camada de cota superior, uma vez tendo sido esta retirada há muito. Nenhuma outra consideração parece de avançar, neste momento, sobre esta peça.

Vários ossos, nomeadamente fragmentos de extremidades (articulações), apresentavam golpes provavelmente devidos a descarnamento, ainda que L.11.-116 apresente intensos traços de polimento sobre uma superfície regularizada. Noutros contextos, talvez pudesse ser considerado com alguma certeza como um punhal. Aqui, a interpretação é reservada.

J.17.-90 poderia ser considerado um grande cabo de instrumento ou um artefacto similar ao anterior.

Cerro do Castelo de Santa Justa
artefactos e objectos de osso

des	qd	#	x	y	z	dt
agulha de coser	E24	31	152	52	55	82.09.24
aoni	I16	13			35	79.10.12
aoni	J26	4	119	18	20	81.09.14
aoni	J29	6	40	185	27	81.09.19
aoni	K12	126	94	150	25	79.09.27
aoni	O14		110	140	20	79.10.24
aoni	Torre 7					
cabo de instrumento	K16	11	140	190	32	79.10.10
cabo de instrumento	O17	10	5	50	35	79.10.30
espátula	H27	22	63	118	85	81.09.17
espátula?	H29	2	56	101	115	81.09.19
fragmento de furador?	J15	44	143	12	35	79.11.06
furador	H18	31			90	80.09.09
furador	J15	23	60	140	20	79.10.10
furador	J15	104			39	79.11.07
furador	J15	125	149	170	51	79.11.07
furador	K26	26	183	20	50	82.09.22
furador?	I14	8	59	60	33	80.09.18
punhal?	L11	116	186	28	25	79.10.18
punhal? cabo?	I17	90	5	135	45	80.09.25

Fig. 5.68. Cerro do Castelo de Santa Justa: Quadro registo de artefactos de osso (aoni: artefacto de osso não identificado).

5.4.2.8. *Artefactos cerâmicos diversos*
5.4.2.8.1. *Pesos de tear*

Registaram-se no Cerro do Castelo de Santa Justa um total de 1 494 fragmentos de pesos de tear, 261 dos quais apresentam a típica perfuração para suspensão e 1 223 pertencendo às áreas mesiais dos pesos.

De acordo com o princípio 2 perfurações = 1 peso, teríamos um mínimo de 130 pesos. Mas a realidade deve ter ultrapassado em muito estes números.

Todos pertencem a um único tipo: o peso em forma de linguiça, com duas finas perfurações, uma em cada ponta. São chamados vulgarmente «crescentes», expressão que me parece inadequada, por englobar a forma tipologias de secção muito diversas e distintamente significantes.

Importante de salientar, e desde já, é ponto decorrente da observação da sua distribuição espacial: 813 fragmentos (66% do total recolhido no povoado) são provenientes dos quadrados contíguos L.11. (218) e M.11. (595). Interpretei esta área, adossada à face interior da fortificação, como sendo uma área de tecelagem, a *área do tear*, como foi designada.

Uma segunda concentração viria a ser detectada posteriormente, no outro extremo do povoado, em H.22.: 112 fragmentos que, associados aos de quadrados imediatamente anexos, poderiam corresponder a uma segunda área de tecelagem.

5.4.2.8.2. *Queijeiras*

Tal como no Cerro do Castelo de Corte João Marques, estes artefactos cerâmicos, comuns no Calcolítico e extremamente numerosos, por exemplo, no Zambujal, são raros, apesar de tudo menos naquele sítio que em Santa Justa.

Com efeito, no Cerro do Castelo de Santa Justa apenas se recolheu um fragmento quase informe, parecendo pertencer às formas espessas conhecidas, e um outro, H.18.-64. Este último, poderia representar parte de um cincho esferóidal, o que é, no mínimo, incomum.

A discussão referente a estes artefactos está, como se sabe, em aberto.

5.4.2.8.3. *Suportes de vaso*
5.4.2.8.3.1. *Ficha descritiva*

Na ficha descritiva elaborada para os chamados «suportes», utilizaram-se alguns descritores já usados para os recipientes cerâmicos (supra, 4.4.2.7.1., p. 285) e outros, adequados à sua especificidade (apenas se referem aqui as alterações por acrescento ou substituição. Neste último caso, e para se manterem as possibilidades de comparação directa com as características dos recipientes, listaram-se as novas opções no fim da série já disponível):

3. *estado*:
   1. intacto;
   2. reconstituível;
   3. fragmento de bordo;
   4. fragmento de parede.

7. *acabamento das superfícies*:
   6. arranhado.

Cerro do Castelo de Santa Justa
suportes de vaso

qd	#	x	y	z	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bdamx	bdamn	diamx	deamx	dipi	depi	diamn	deamn	ebamx	epi	ebam	alt	iest	iesb	reg	obs
E23	15	29	80	84	2	1	3	1	34	5YR 4/3	5YR 3/1	34	1	3	1	1	46	54	27	45	44	52	4	9	4	95	0.83	0.47	E.23.-15	restaurado
E23	35	40	90	80	2	1	3	1	13	7.5YR 4/0	5YR 6/6	34	1	3	1	1	48	56	24	42	43	49	4	9	3	109	0.75	0.39	E.23.-35	restaurado
E23	45	37	80	78	2	1	3	1	34	5YR 5/6	7.5YR 4/0	34	1	1	1	1	69	79	43	69	66	76	5	13	5	133	0.87	0.52	E.23.-45	restaurado
E23	31	50	140	80	2	1	2	1	13	5YR 5/4	5YR 6/3	34	1	1	1	1	72	86	42	62	70	80	7	10	5	116	0.72	0.53	E.23.-31	restaurado
E23	24	32	152	59	2	1	3	2	134	5YR 6/4	7.5YR 7/2	34	1	1	1	1	79	89	44	70	79	87	5	13	4	134	0.79	0.52	E.23.-24	restaurado
E23	32	62	144	80	34	1	3	2	123	5YR 5/6	5YR 4/3	3	2	3	1	1	82	96					7				0.00	****	E.23.-32	
E23	37	20	60	95	34	1	3	2	23	5YR 6/6	7.5YR 4/4	34	6	3	1	1	88	100					6				0.00	****	E.23.-37	
E23	20	45	182	72	2	1	3	2	14	7.5YR 6/4	7.5YR 4/0	34	2	3	1	1	113	125	66	84	104	119	6	9	7.5	216	0.67	0.39	E.23.-20	
G27	3	108	39	29	34	1	3	1	13	5YR 6/6	7.5YR 5/4	3	1	1	1	1							6				****	****	G.27.-3	
I14	72				34	1	3	2	123	5YR 4/4	2.5Y 3/0	34	6	3	1	1	116	124					4				0.00	****	I.14.-72	
K12	183	190	100	30	34	1	3	2	123	5YR 3/1	5YR 3/3	3	2	4	1	1							5				****	****	K.12.-183	
L11	54				2	1	3	1	234	7.5YR 6/6	5YR 5/3	34	1	3	1	1	119	129	94	110	112	122	5	8	5	183	0.85	0.60	L.11.-54	restaurado
I25	53	150	157	48	34	1	3	2	2	2.5YR 5/4	10YR 4/1	3	1	3	1	1							9				****	****	I.25.-53	

Fig. 5.69. Cerro do Castelo de Santa Justa: Quadro descritivo dos suportes de vaso.

12. *diâmetros*:
    1. *diamx*(diâmetro interno da abertura maior);
    2. *deamx* (diâmetro externo da abertura maior);
    3. *dipi* (diâmetro interno no ponto de inflexão);
    4. *depi* (diâmetro externo no ponto de inflexão);
    5. *diamn* (diâmetro interno da abertura menor);
    6. *deamn* (diâmetro externo da abertura menor).

13. *espessuras*:
    1. *ebamx* (espessura do bordo da base maior);
    2. *epi* (espessura da parede no ponto de inflexão);
    3 *ebamn* (espessura do bordo na base menor).

16. *índices*:
    iest: índice de estrangulamento (depi/deamx);
    iesb: índice de esbeltez (depi/alt).

5.4.2.8.3.2. *Comentários ao quadro descritivo*

Na Fig. 5.69. publica-se um quadro descritivo dos suportes recuperados. Uma série de observações é, a partir dele, possível.

Dos 13 suportes reconhecidos, apenas 4 (31%) foram recolhidos no interior do dispositivo defensivo, todos muito dispersos e reduzidos a escassos fragmentos. Dos restantes (69% do total da amostra), 89% provém de uma restrita área, no quadrado E.23., sendo defensável a sua associação.

Temos, portanto, uma área específica, onde estes artefactos se encontram grupados. Conclusões propostas para esta situação foram incluídas infra, em 5.6.5..

Foi possível reconstituir completamente 6 dos 13 suportes, o mesmo podendo ser feito, ainda que com alguma margem de risco, para outros três. O restauro foi efectuado por técnicos do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, o que se agradece.

A pasta era, em 100% dos exemplares, *compacta*.

Os componentes não plásticos eram *raros* em 92% dos casos, e *em número razoável* em 8%. As suas dimensões eram *pequenas* em 46% e *médias* em 54%. O *quartzo* estava presente em 62% dos suportes, o *xisto* em 38%, a *mica* em 77%. A associação mais comum era a quartzo + xisto + mica (23%), sendo menos frequentes (1) xisto + mica + indeterminados; (2) quartzo + indeterminados. Deve-se registar que estas classificações dizem respeito a observações macroscópicas, feitas sobre as superfícies e as fracturas, devendo ter lugar, no futuro imediato, análises detalhadas.

A cor dominante das superfícies externas dos suportes pertence, maioritariamente, ao grupo 5YR (69%). O grupo 7.5YR engloba 23% dos exemplares (referências, como habitualmente, ao *Munsell Soil Color Charts*, Baltimore, Maryland, 1975).

A superfície externa é *engobada e polida* em 69% dos casos, e apenas *polida* em 31%.

A superfície interna é *rugosa* em 62% dos suportes, *alisada* em 23% e *arranhada* em 15%.

A cozedura é *oxidante* em 31%, *oxidante com manchas de arrefecimento redutor* em 62% e *redutora com arrefecimento oxidante* em 8%.

O bordo é *recto* e *não espessado* em 100% dos casos.

O diâmetro interno da abertura máxima (que se admite corresponder à base) oscila entre 4.6 e 11.9 cm. e o externo entre os 5.4 e os 12.9 cm.

O diâmetro interno da abertura menor (correspondente ao topo de suporte) oscila entre 4.2 e 11 cm. e o externo entre 4.9 e 12.2.

O diâmetro interno, medido no ponto de inflexão (= estrangulamento), oscila entre 2.4 e 9.4 cm. e o externo entre 4.2 e 1 cm.

A altura dos suportes oscila entre 9.5 cm. e 21.6.

O índice de estrangulamento varia entre 0.67 e 0.87.

O índice de esbeltez está entre 0.44 e 1.01.

5.4.2.9. *Recipientes cerâmicos*

5.4.2.9.1. *Observações prévias: as amostras e a sequência estratigráfica específica*

As duas amostras escolhidas para este trabalho foram recolhidas em duas áreas bem distintas do povoado.

A primeira amostra inclui a totalidade das formas reconstituíveis dos quadrados J.K.L./11.12., uma área que revelou a única sequência estratigráfica detectada no povoado.

A um primeiro nível, (*nv. 1*), superficial, sucedia-se um segundo, em que uma carapaça de cerâmica de revestimento, consolidada ou fragmentada, envolvia, por vezes, apreciáveis quantidades de fragmentos de recipientes cerâmicos (*nv. 2*). Após a integral remoção da placa de cerâmica de revestimento, ficou evidente o nível 3 (*nv. 3*).

O único ponto polémico nesta sequência é o de sabermos se o nível 2 é nitidamente posterior ao 3, dele se diferenciando completamente, ou se representa, pelo contrário, o seu último momento. Ainda em alternativa, menos provável, poderia constituir, em áreas específicas, um primeiro momento do nível 1.

A segunda opção pareceu-me a mais adequada, ainda que se justifique, a meu ver amplamente, a manutenção do critério que os individualiza.

A fraca espessura do nível superficial, e do próprio nível 2, comparada com a do nível 3, é traduzida pela desproporção dos registos, não sendo possível determinar se é essa a razão porque desapareceram algumas formas presentes nos níveis 2 e 3.

A amostra 2 é proveniente de uma complexa área interior, onde se não detectou qualquer traço do incêndio que atingiu a parte habitacional a 370g. Também a homogeneidade cromática do solo não permitiu distinguir níveis naturais, como na área anterior. Considerando os dados do registo tridimensional, foi possível, porém, estabelecer uma sequência artificial com camadas de 20 cm. Começámos a contagem a partir do valor mais baixo de z local, sempre referente ao solo superficial, ainda que tenhamos ordenado as camadas de cima para baixo. Procurou-se, assim, evitar divergir dos critérios tradicionais.

Esta última área é abrangida, na quadrícula, pelas coordenadas H.I./24.25.

5.4.2.9.2. *A amostra 1*

Iniciando a nossa análise pelas formas dos recipientes reconstituíveis, distribuem-se pelas seguintes os 266 exemplares estudados:

1. formas abertas: 129;
2. formas fechadas: 137;

As *formas abertas* compreendem os seguintes tipos e valores absolutos:

1. *pratos*: 40;
2. *taças*: 51;
3. *taças em calote*: 18;
4. *pequenas taças*: 20.

As *formas fechadas* correspondem a:

1. sem especificação: 7;
2. *esferóidais*: 31;
3. *esféricos altos*: 46;
4. *esféricos achatados*: 7;
5. *pequenos esféricos*: 3;
6. *potes*: 23;
7. *taças em calote*: 17;
8. *vasos de paredes rectas*: 1.

Uma leitura mais fina, transcreveria os seguintes grupos:

A111	(*pratos de bordo espessado internamente*)	27
A113	(*pratos de bordo espessado int. e externamente*)	6
A12	(*pratos de bordo não espessado*)	7
A211	(*taças de bordo espessado internamente*)	18
A212	(*taças de bordo espessado externamente*)	3
A213	(*taças de bordo espessado int. e externamente*)	14
A22	(*taças de bordo não espessado*)	15
A3	(*pequenas taças*)	20
A4	(*taça em calote*)	18
F1	(*esferóidais*)	33
F21	(*esféricos altos simples*)	24
F22	(*esféricos altos de bordo espessado*)	15
F23	(*esféricos altos de bordo exvertido*)	7
F31	(*esféricos ligeiramente achatados*)	5
F32	(*esféricos muito achatados*)	2
F4	(*pequeno esférico*)	3
F51	(*potes de bordo não espessado*)	8
F521	(*potes de bordo espessado externamente*)	9
F522	(*potes de bordo espessado int. e externamente*)	6
F6	(*taças em calote*)	17
F7	(*vasos de paredes rectas*)	1

Passamos, de seguida, ao tratamento gráfico da informação a ser discutida posteriormente.

A primeira observação refere-se, naturalmente, ao decréscimo de exemplares cerâmicos verificado do nível 3 ao 1.

Não me parece que este facto possa ser majorizado, uma vez que a simples observação do registo (coordenada z) nos evidencia uma grande densidade cerâmica imediatamente abaixo do nível 2.

O incêndio da estrutura habitacional que abateu, com a sua cerâmica de revestimento, *fixou* uma imagem de intensa actividade: o esférico muito achatado K.12.-148a, a pequena taça K.12.-148b, o esférico achatado K.12.-99 (Fig. 5.80.), bem como a taça em calote fechada K.12.-147 e o prato K.12.-144, (Fig. 5.81.), pertencem a um conjunto firmemente associado e indiscutivelmente fechado, que inclui o grande pote K.12.-44 e dezenas de fragmentos de recipientes.

Constitui, assim o creio, o último momento da primeira fase de ocupação do Cerro do Castelo de Santa Justa.

Todo este sector apresenta um nível 1, quando detectável, bastante erodido (pelos escorrimentos de águas) e atingido pela lavoura. A «rijeza» do solo a escassa profundidade, de que se queixava um dos proprietários do Cerro, era devida à resistência da cerâmica de revestimento, recozida pelo incêndio, formando a placa que, constituída num nível 2, protegeu o mais profundo. Mas o superficial esteve exposto, pelo menos, quatro milénios.

A Fig. 5.71. evidencia a constância da descida percentual das cerâmicas, estando as formas *abertas* e *fechadas* conectadas tanto em *trend* como nas percentagens reais.

Formas abertas e fechadas estão, na globalidade, muito próximas numericamente umas das outras, constituindo as abertas 48.5% da amostra.

Continuando a análise global, veríamos os tipos de formas abertas (Fig. 5.72.). Em todo o conjunto, dominam os *pratos* e as *grandes taças*, praticamente 70% da amostra. As *pequenas taças*, de acabamento cuidado, e que poderiam constituir vasos para beber (pelas suas dimensões e cuidada impermeabilização), estão presentes em número razoável (15.5% das formas abertas).

As formas fechadas (Fig. 5.73.) estão maciçamente representadas por *esferóidais* (26%) e *esféricos altos* (36%). Os *esféricos achatados*, nas suas duas variantes, foram detectados, mas são claramente minoritários.

A evolução das formas abertas por níveis (Fig. 5.74.), evidencia *um claro predomínio das taças sobre os pratos, no nível 3*, que se vai, aparentemente, diluindo.

Quanto às formas fechadas, os esferóidais e os esféricos altos dominam no nível 3 e a situação, ainda que registando flutuações, não se altera apreciavelmente, aumentando mesmo no nível 2.

O acabamento das superfícies apresenta variações sensíveis, naturalmente concordantes com certos tipos cerâmicos: as pequenas taças são *sempre engobadas* e *polidas* nas superfícies externas e internas, enquanto os pratos apresentam superfícies externas *rugosas* ou *alisadas* e internas *polidas* e/ou *engobadas*. O inverso desta última situação verifica-se também nos potes, mas aí poderá traduzir as dificuldades de acabamento próprias aos recipientes muito fechados.

As pastas dos recipientes descritos são, em todos os níveis, maioritariamente *semi-compactas*, mantendo-se um relativo equilíbrio, com números próximos, entre as *compactas* e as *pouco compactas (Fig. 5.78.)*.

As cozeduras raramente são feitas em meio estável e constante: são baixas as percentagens das cozeduras *só* oxidantes ou *só* redutoras, largamente maioritária nos níveis 3 e 2 a oxidante com arrefecimento redutor.

Os componentes não plásticos são comuns na região.

5.4.2.9.3. *A amostra 2*

Proveniente de um sector extremamente complexo, nele se observou, com intrusões muito localizadas de restos de combustão não estruturada, uma total ausência de estratificação legível. Houve, assim, recurso ao estabelecimento *a posteriori* de níveis artificiais de 20 cm. de espessura (o que foi naturalmente facilitado pelo registo tridimensional rigoroso da quase totalidade dos artefactos).

Estes níveis, ainda que numerados de cima para baixo, como usual, foram, como já se disse, medidos de baixo para cima, originando um nível 1 ligeiramente diferente em espessura dos restantes.

A discussão em torno à área enquadrada pelas coordenadas 24./25./26./27./28. é, talvez, das mais difíceis de estabilizar. E por três razões: (1) utilização daquele espaço desde o primeiro momento do povoado, altura em que ele seria imediatamente exterior à fortificação; (2) construção, praticamente sobre a rocha, da estrutura de I.25.; (3) estado esquelético do solo nas coordenadas L.M.N.O.P., com prováveis escorrimentos de terras para as coordenadas H.I.

Todas as razões nos levam a defender o primeiro ponto, sendo a mais sólida a existência de sinais de ocupação, particularmente restos de recipientes cerâmicos, nos sedimentos logo acima da rocha-mãe.

A estrutura de I.25., uma estrutura de fogo, poderá ter estado relacionada com a cozinha, mas a existência de numerosas gotículas de cobre, aderentes à cerâmica de revestimento, permite defender que foi usada (e não só ocasionalmente) na fusão de aquele metal. Provavelmente, o seu aspecto original seria o de um pequeno *igloo* e, se aceitarmos a sua proposta contemporaneidade com o início da ocupação calcolítica do cerro, teremos a confirmação de que os primeiros habitantes do sítio *conheciam já a metalurgia*. O que, como se verá, a distribuição dos artefactos e restos de actividade metalúrgica confirmam.

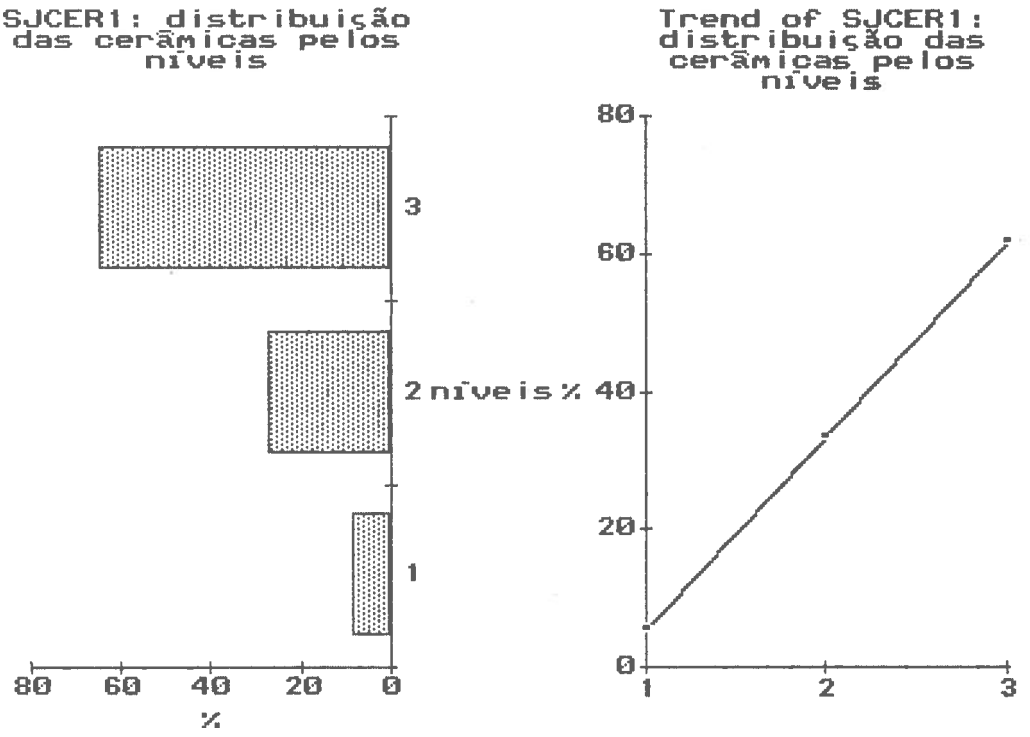
Quanto aos escorrimentos possíveis, as estruturas de habitação de fase 2 devem ter minorado os seus efeitos, *travando* a deslocação dos materiais de maior dimensão.

Começaremos pelo tratamento estatístico da amostra.

O primeiro comentário dirige-se ao número dos recipientes cerâmicos, de formas reconstituíveis, e o gráfico da Fig. 5.82 evidencia o seu crescimento desde o nível mais antigo até ao nível superficial. Considerando que nos encontramos perante uma estratigrafia artificial, não deverá ser sublinhada a descida percentual registada nos níveis 5 e 4, sendo a curva de crescimento contínua, ainda que ligeiramente depressiva nessa área.

A distribuição, por níveis, das formas abertas e fechadas demonstra uma tendência interessante, crescendo as *fechadas* numa relação praticamente inversa às *abertas*.

O quadro das formas abertas (Fig. 5.85.) evidencia um singular equilíbrio, ainda que o conjunto seja claramente dominado pelos *pratos de bordo não espessado* (16%), seguidos pelas *taças de bordo não espessado* (14%) e, com os mesmos valores (14%), pelas *taças*



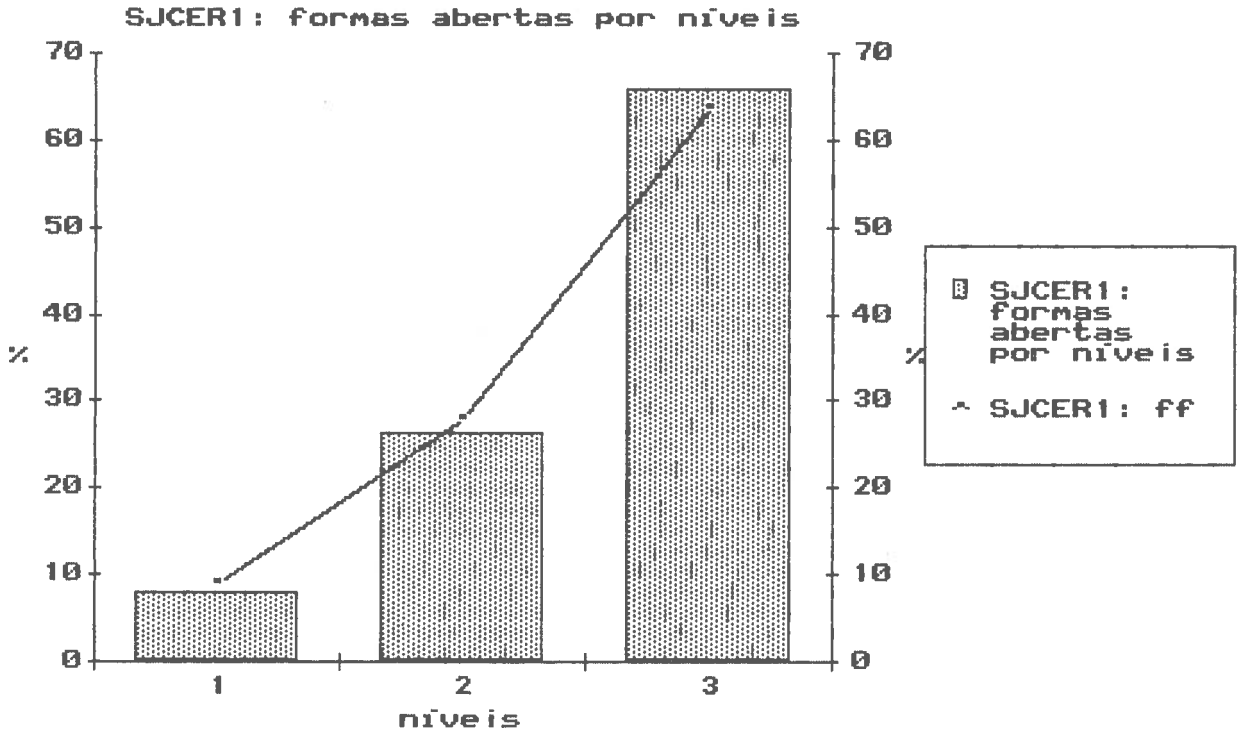
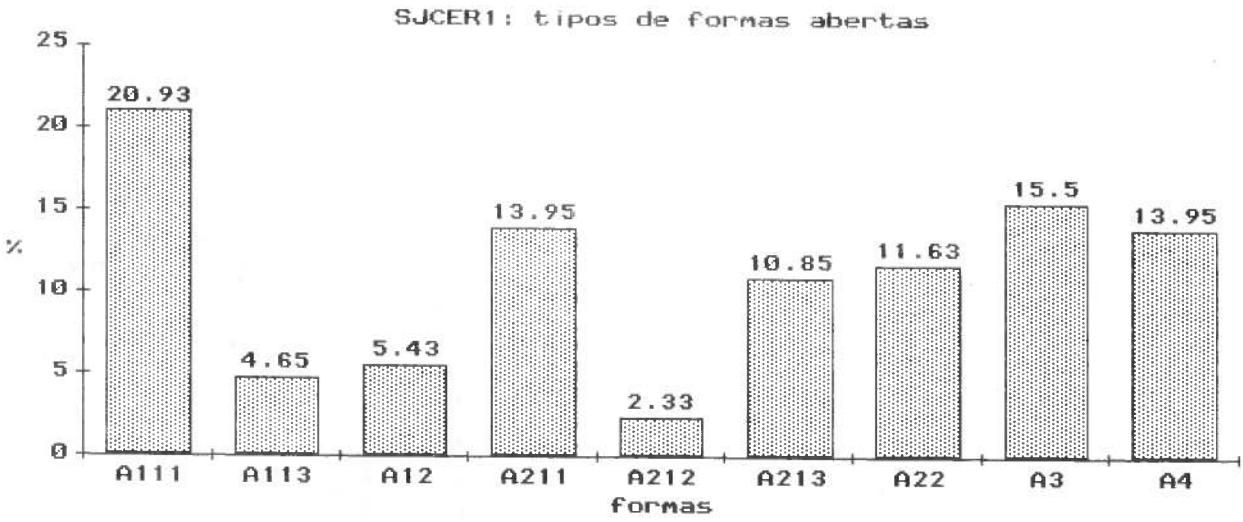


Fig. 5.70. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos recipientes cerâmicos pelos níveis e respectivo trend.
Fig. 5.71. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição das formas abertas (barras) e fechadas (linha contínua) pelos níveis.



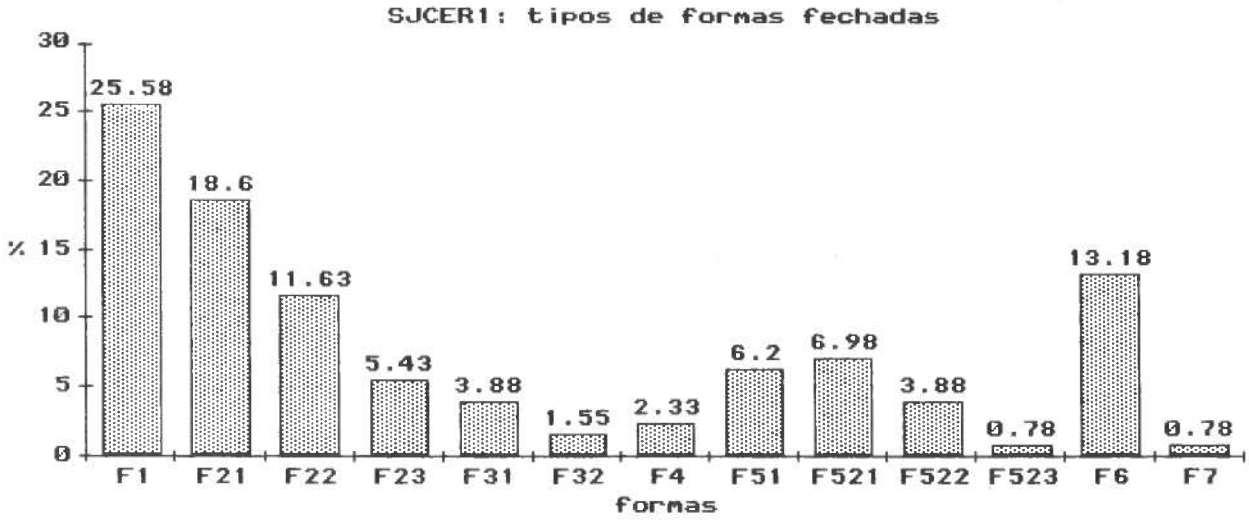
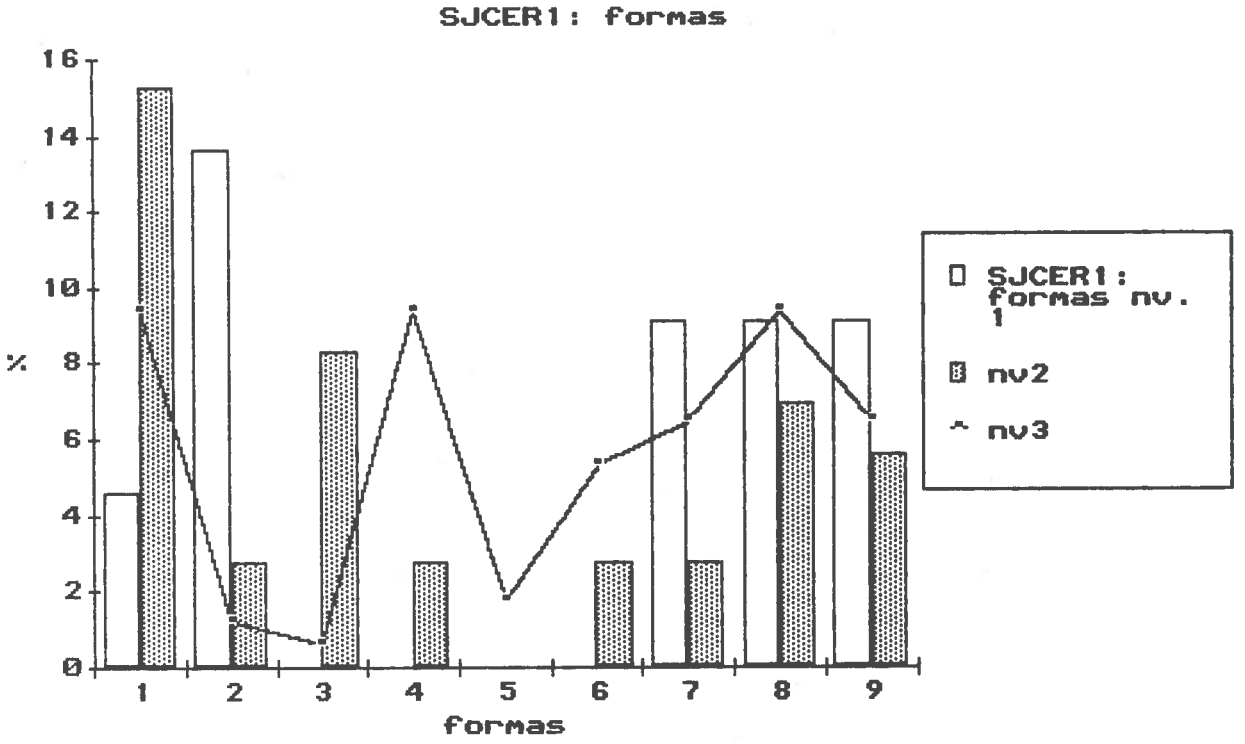


Fig. 5.72. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: tipos de formas abertas da amostra 1 e respectivas percentagens. A111: pratos de bordo espessado internamente; A113: pratos de bordo espessado externa e internamente; A12: pratos de bordo não espessado; A211: taças de bordo espessado internamente; A212: taças de bordo espessado externamente; A213: taças de bordo espessado interna e externamente; A22: taças de bordo não espessado; A3: pequenas taças; A4: taças (abertas) em calote.

Fig. 5.73. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: tipos de formas fechadas da amostra 1 e respectivas percentagens. F1: esferóidais; F21: esféricos altos simples; F22: esféricos altos de bordo espessado; F23: esféricos altos de bordo exvertido; F31: esféricos ligeiramente achatados; F32: esféricos muito achatados; F4: pequenos esféricos; F51: potes e bordo não espessado; F521: potes de bordo espessado externamente; F522: potes de bordo espessado internamente; F523: potes de bordo espessado interna e externamente; F6: taças (fechadas) em calote; F7: recipientes com paredes rectas.



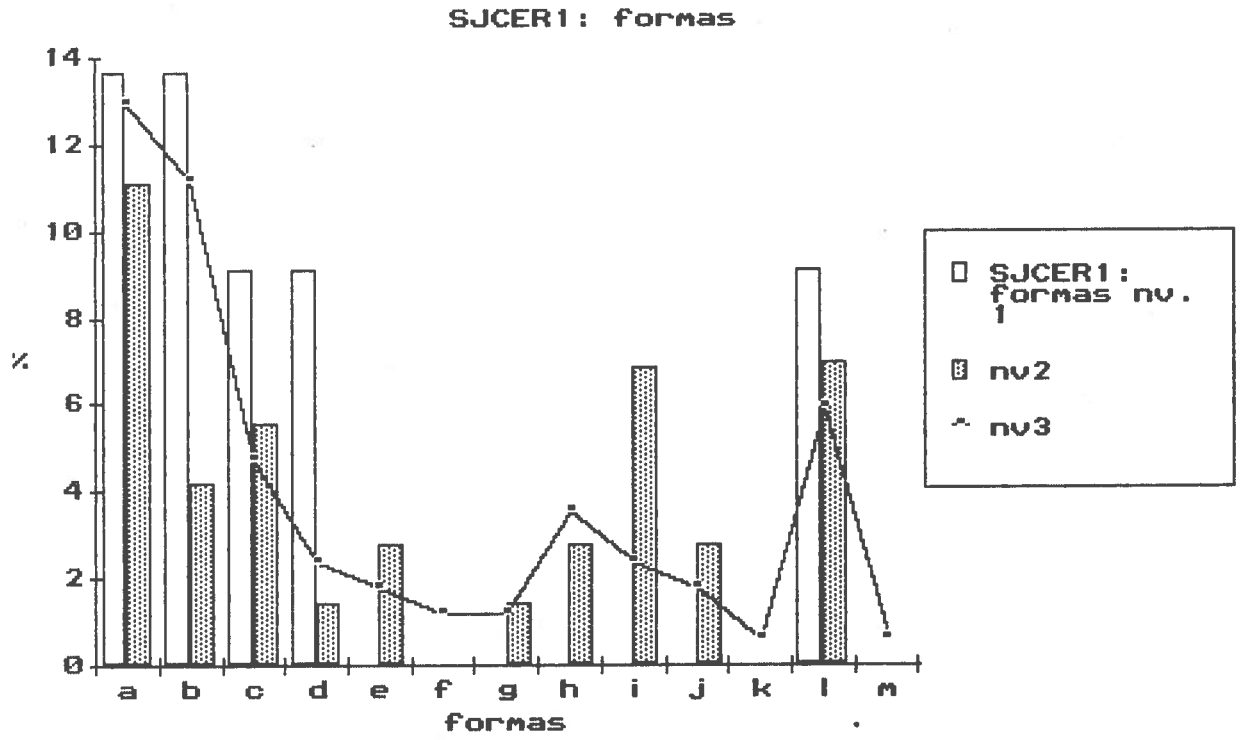
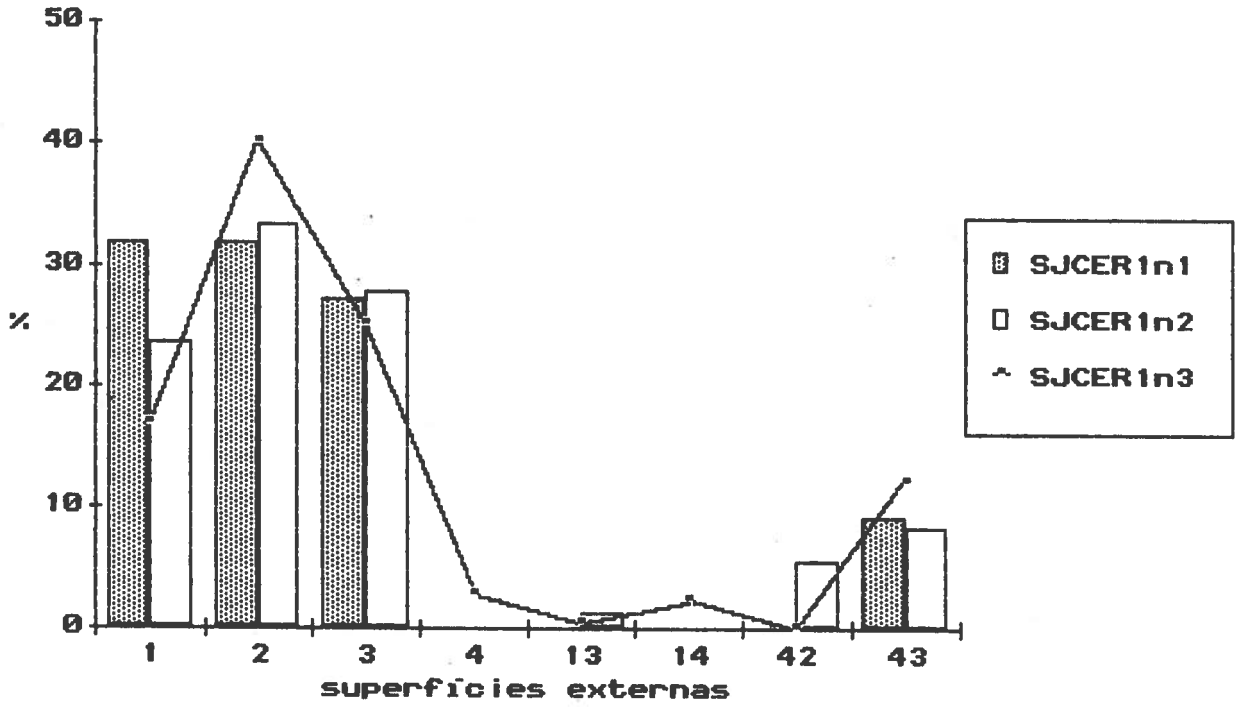


Fig. 5.74. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 1, formas abertas distribuídas pelos níveis arqueológicos. A traço, nível 3; barras com trama, nível 2; barras vazias, nível 1. 1: pratos de bordos espessado internamente; 2: pratos de bordo espessado externa e internamente; 3: pratos de bordo não espessado; 4: taças de bordo espessado internamente; 5: taças de bordo espessado externamente; 6: taças de bordo espessado externa e internamente; 7: taças de bordo não espessado; 8: pequenas taças; 9: taças (abertas) em calote.

Fig. 5.75. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 1, formas fechadas distribuídas pelos níveis arqueológicos. A traço, nível 3; barras com trama, nível 2; barras vazias, nível 1. a: esferóidais; b: esféricos altos simples; c: esféricos altos de bordo espessado; d: esféricos altos de bordo exvertido; e: esféricos ligeiramente achatados; f: esféricos muito achatados; g: pequenos esféricos; h: potes de bordo não espessado; i: potes de bordo espessado externamente; j: potes de bordo espessado internamente; k: potes de bordo espessado interna e externamente; l: taças (fechadas) em calote; m: recipientes com paredes rectas.



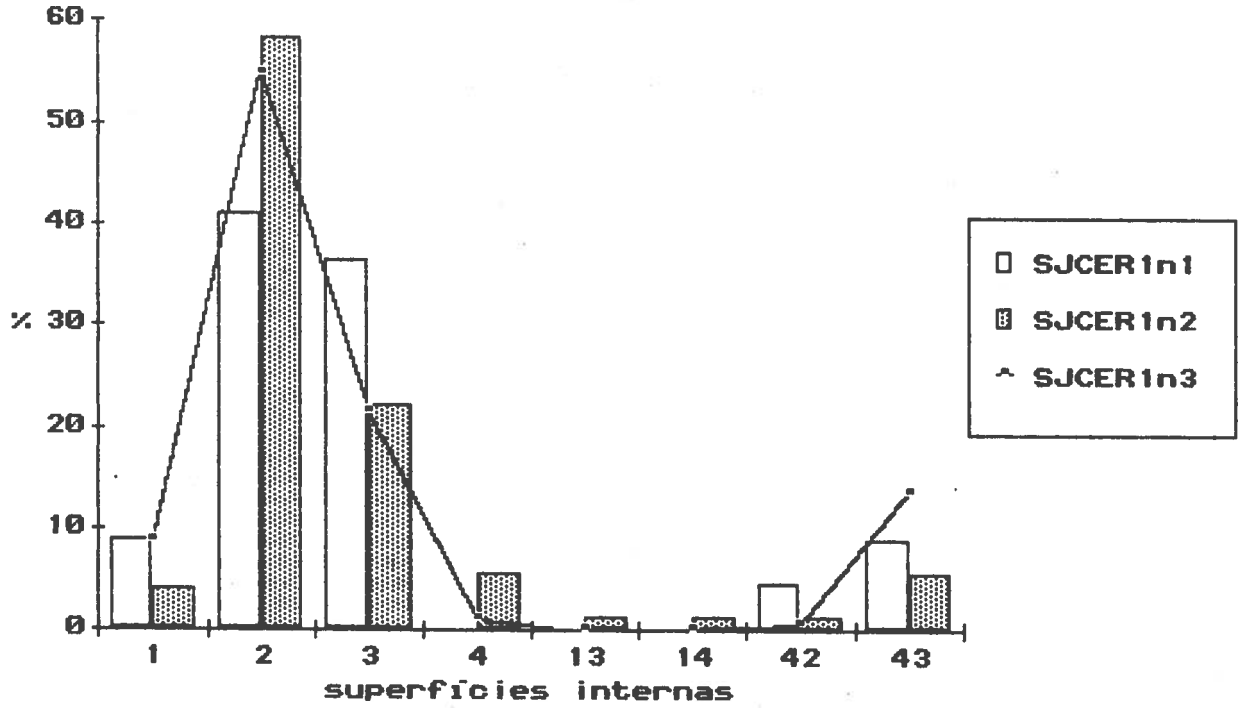
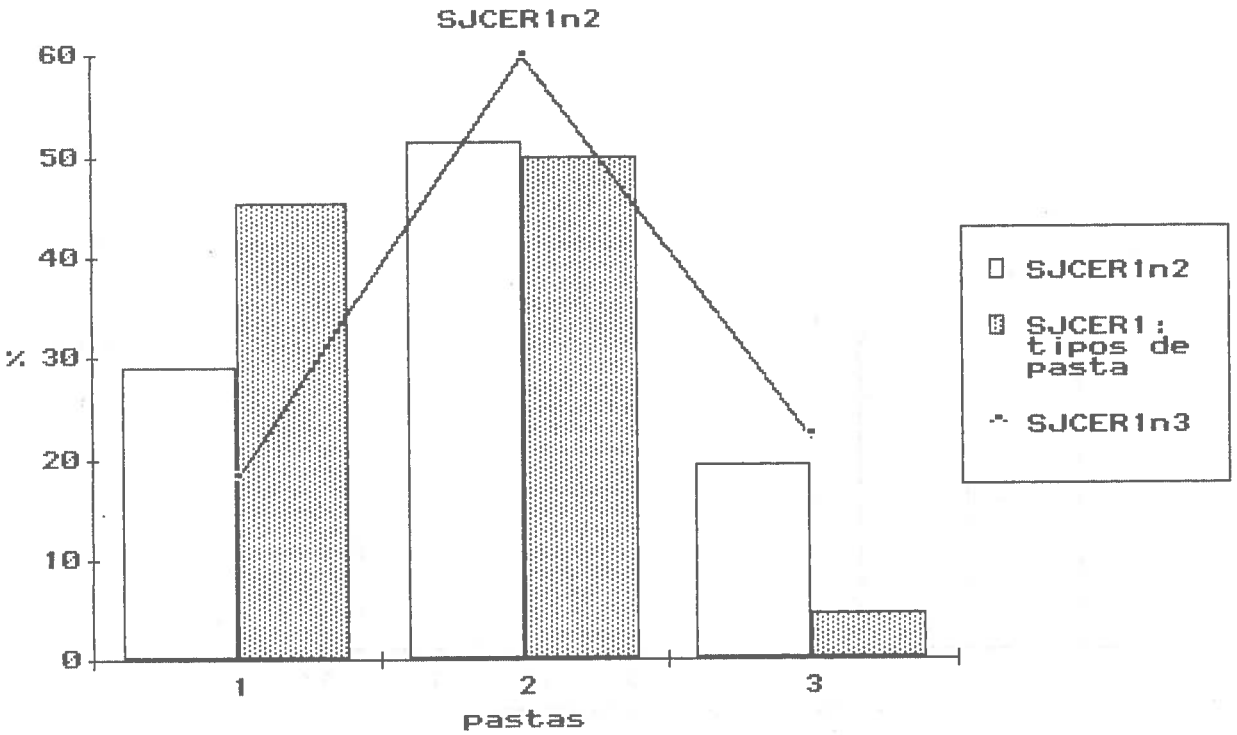


Fig. 5.76. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 1, tratamento das superfícies externas e sua distribuição percentual por níveis. 1: rugosa; 2: alisada; 3: polida; 4: engobada (as restantes, em combinatória das referências anteriores).
Fig. 5.77. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 1, tratamento das superfícies internas e sua distribuição percentual por níveis. 1: rugosa; 2: alisada; 3: polida; 4: engobada (as restantes, em combinatória das referências anteriores).



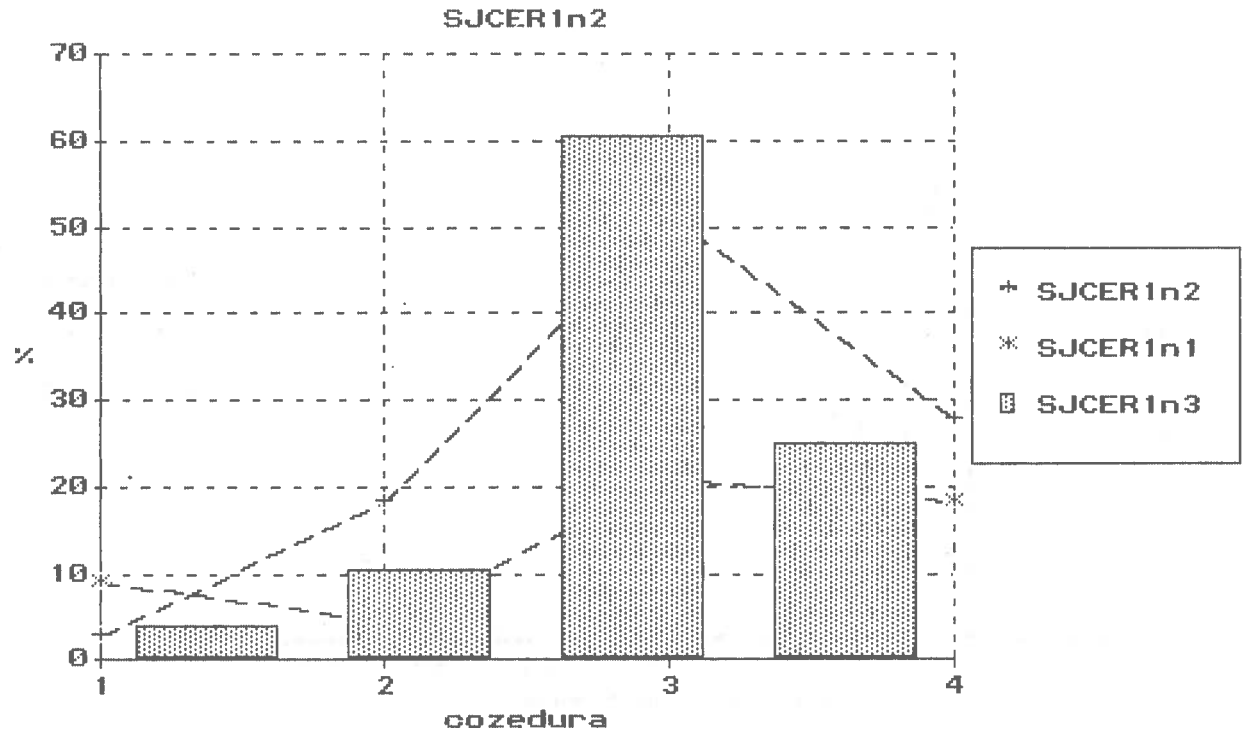


Fig. 5.78. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 1, tipos de pasta e sua distribuição percentual por níveis. 1: compacta; 2: semi-compacta; 3: pouco compacta.
Fig. 5.79. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 1, tipos de cozedura e sua distribuição percentual por níveis. 1: oxidante; 2: redutora; 3: oxidante com arrefecimento redutor; redutor com arrefecimento oxidante.

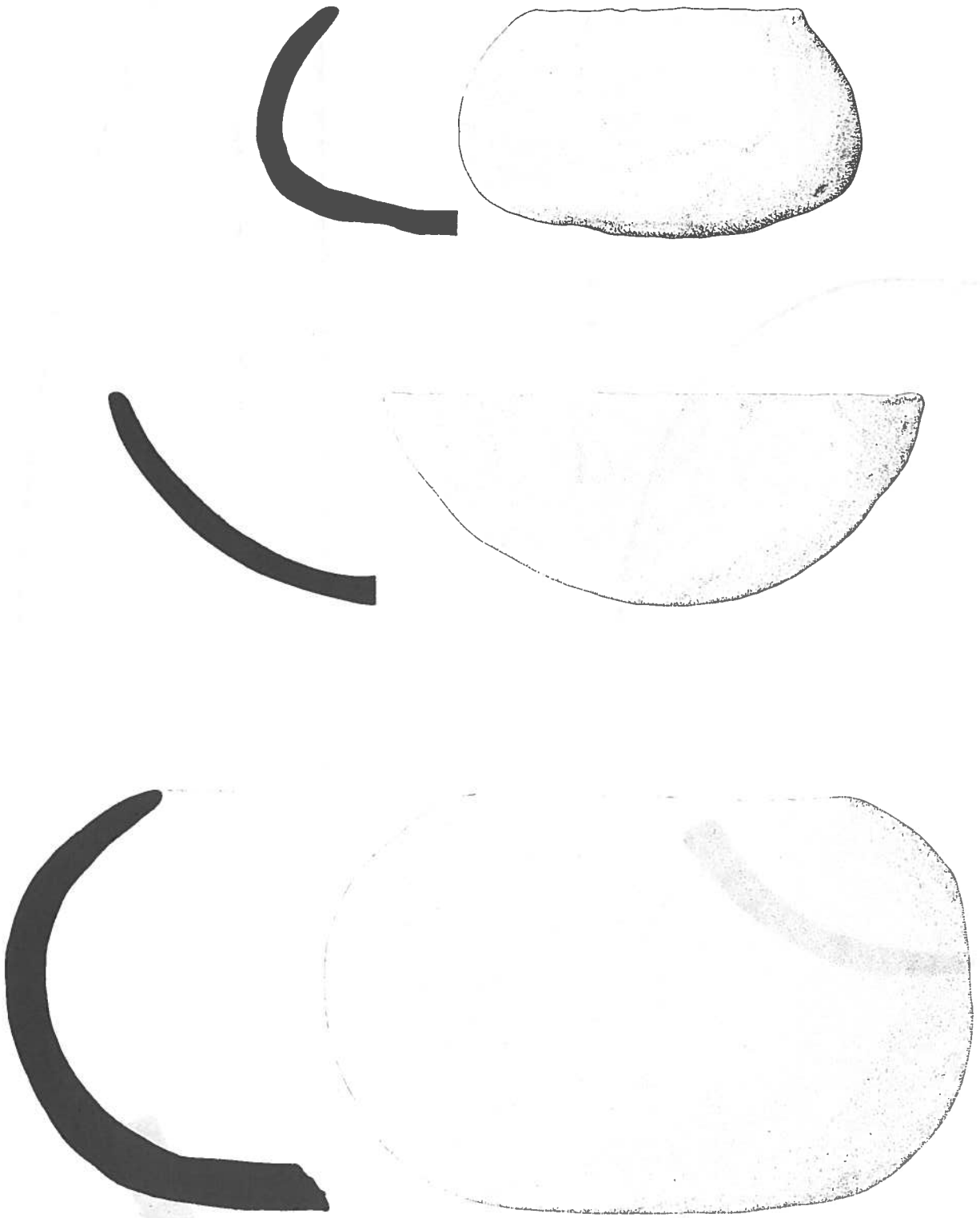
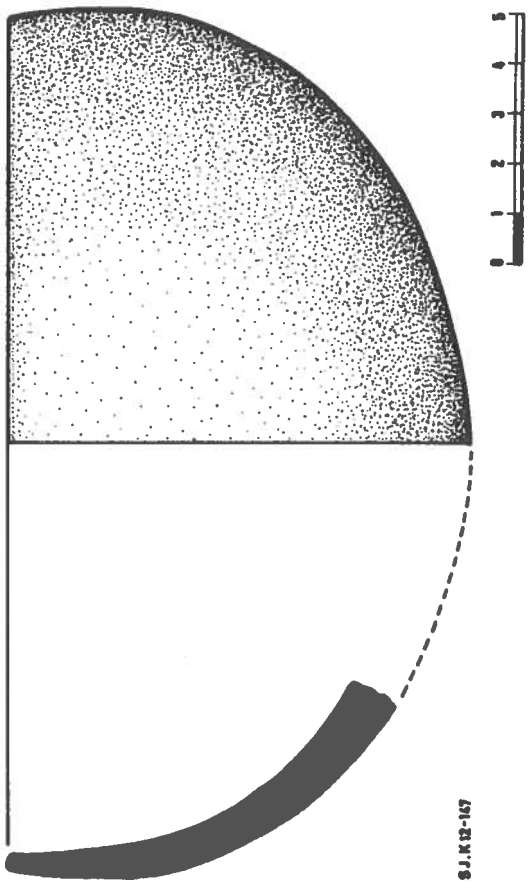


Fig. 5.80. Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 1, último momento do nível 3 (encontravam-se imediatamente sob a camada de derrube do barro de cabanas ou cerâmica de revestimento). 2:3.



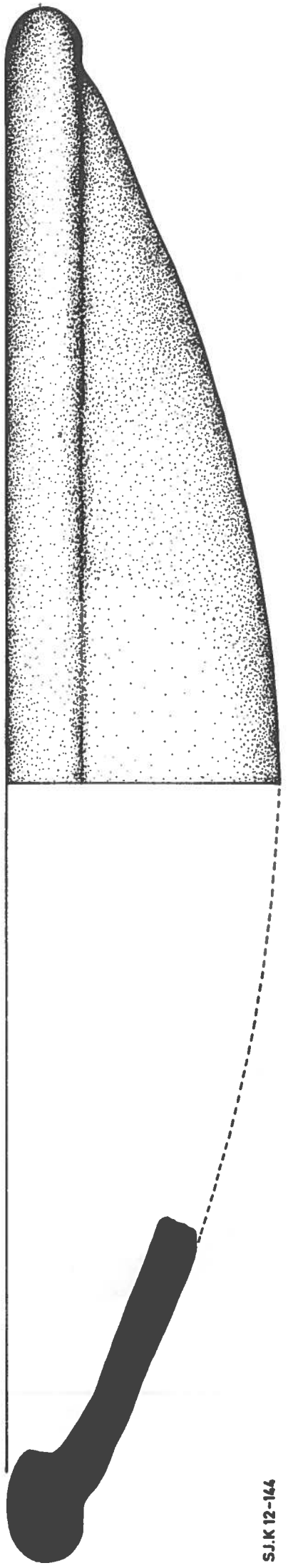


Fig. 5.81. Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 1, último momento do nível 3 (encontravam-se imediatamente sob a camada de derrube do barro de cabanas ou cerâmica de revestimento). Prato, 2:3.

de bordo espessado internamente e pelas *taças de bordo espessado interna e externamente*.

As formas fechadas (Fig. 5.86.) apresentam uma ainda mais clara dominância de recipientes *esferóidais* (28%), *taças (fechadas) em calote* (24%) e *esféricos altos simples* (21%).

Tanto *taças* como *pratos* registam decréscimos, do nível 7 ao 1, tendência contrária à verificada a propósito das *taças em calote*. Os *potes* decrescem, também, enquanto os *esferóidais* atingem o seu ponto máximo nos níveis médios. Os *esféricos altos* têm dois picos nítidos no nível 5 e no nível 1, enquanto as *taças em calote (fechadas)* estão estatisticamente equilibradas, nos níveis em que foram identificadas (Fig. 5.89.).

A pasta *semi-compacta* domina largamente, atingindo 74% da totalidade da amostra, enquanto a *pouco compacta* não atinge mais que os 18% e a *compacta* se cifra em 8%.

A pasta compacta é menos frequente nos níveis médios/baixos, estando maioritariamente colocada (50%) no nível 3.

A pasta semi-compacta apresenta um claro índice de crescimento, estando a sua presença nos níveis 3-2-1 perfeitamente equilibrada.

O crescimento da pasta pouco compacta é também verificável entre os níveis 6-1.

As superfícies externas das cerâmicas apresentam características que os gráficos das Figs. 5.94. a 5.96. evidenciam. São sempre raros os tratamentos que implicaram a aplicação de engobe, o polimento das superfícies diminui acentuadamente nos níveis superficiais. As superfícies *rugosas* apresentam-se em retracção constante até aos níveis 1-2. O *alisamento* representa exactamente a tendência inversa, pelo que a primeira grande imagem que podemos retirar dos dados é a do indiscutível aperfeiçoamento das técnicas de acabamento das superfícies externas das cerâmicas. Ainda que o engobe seja raro, a sua presença é também constatada nos níveis superficiais.

O tratamento das superfícies internas, tal como se viu a propósito da amostra 1, regista sempre outros valores, dependendo em grande parte da tipologia cerâmica. Mas é visível que as superfícies internas *rugosas* só são maioritárias sobre as *alisadas* no nível 7, enquanto estas sobem progressivamente até se fixarem em 58% da amostra no nível 1.

Nos tipos de cozedura, patentes nos gráficos das Figs. 5.104 a 5.110, dominam largamente as cozeduras em ambientes «mistos», *redutoras* e *oxidantes com arrefecimentos contrários*, indicando cozeduras em meios pouco estáveis (fogueira em vez de forno ou forno irregularmente protegido). À excepção dos níveis 7 e 3, a cozedura oxidante com arrefecimento redutor domina sempre sobre a redutora com arrefecimento oxidante.

Os componentes não plásticos não sugerem comentários particulares.

Duas últimas observações dizem respeito à comparação das percentagens internas das formas nas duas amostras e aos paralelismos com Corte João Marques.

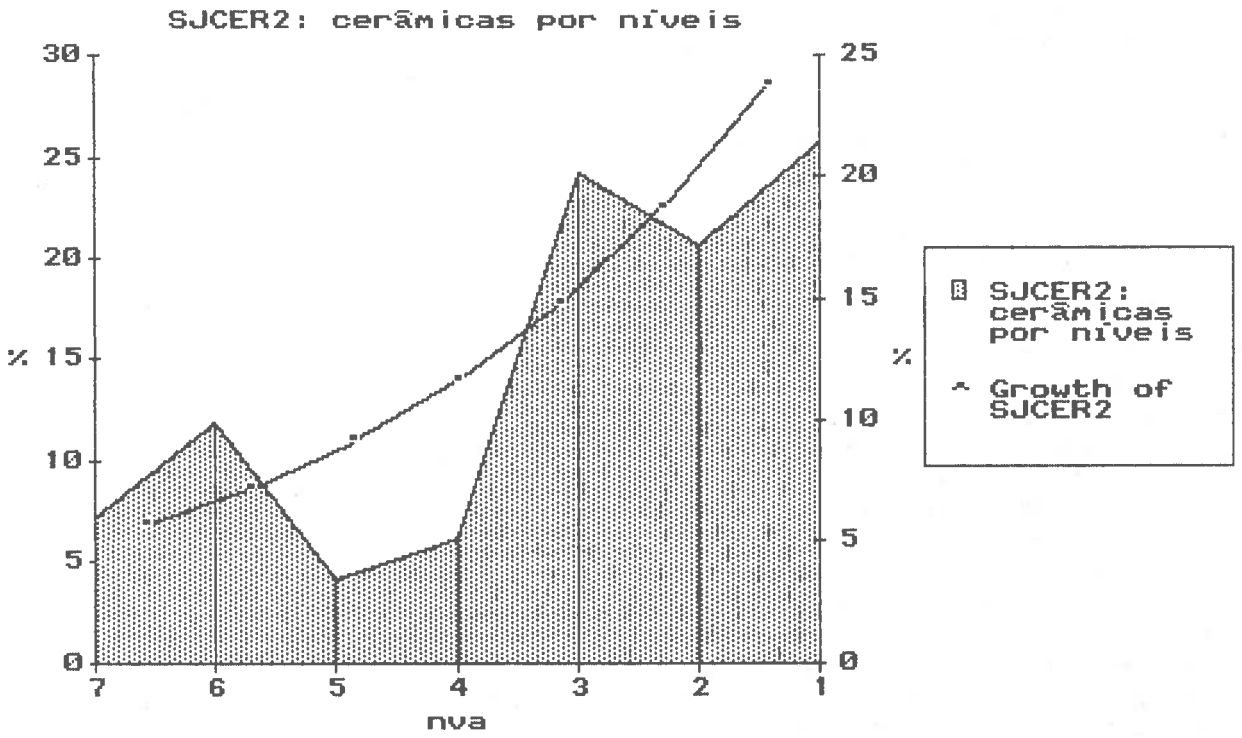
Observando os gráficos da Figs. 5.111 e 5.112 torna-se evidente, a nível das formas abertas das duas amostras, escassas divergências, colocadas sobretudo nos pratos de bordo espessado internamente, muito mais frequentes na amostra 1, nos pratos de bordo não espessado, mais frequentes na amostra 2 e, sobretudo, a nível das pequenas taças, frequentes na amostra 1 e escassas na 2.

A curva das formas fechadas é muito semelhante nas duas amostras, podendo considerar-se negligenciáveis os desvios.

A comparação com Corte João Marques evidencia, porém, outra situação.

A nível das formas abertas, Corte João Marques apresenta um grande equilíbrio entre os seus tipos, à excepção das taças de bordo não espessado e das taças em calote, que dominam o conjunto. Mas, se introduzirmos factores correctores (maior área escavada em Santa Justa e áreas funcionais diferenciadas), os picos das três linhas não estão em contraste apreciável.

As formas fechadas registam idêntica proximidade, com divergências localizadas apenas nos esferóidais e nos esféricos altos.



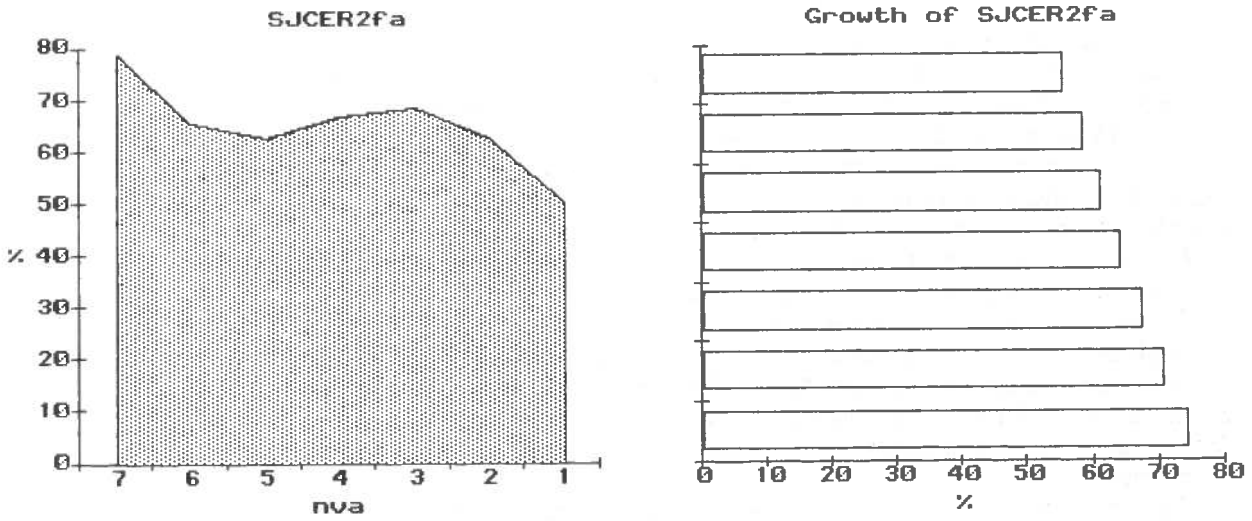
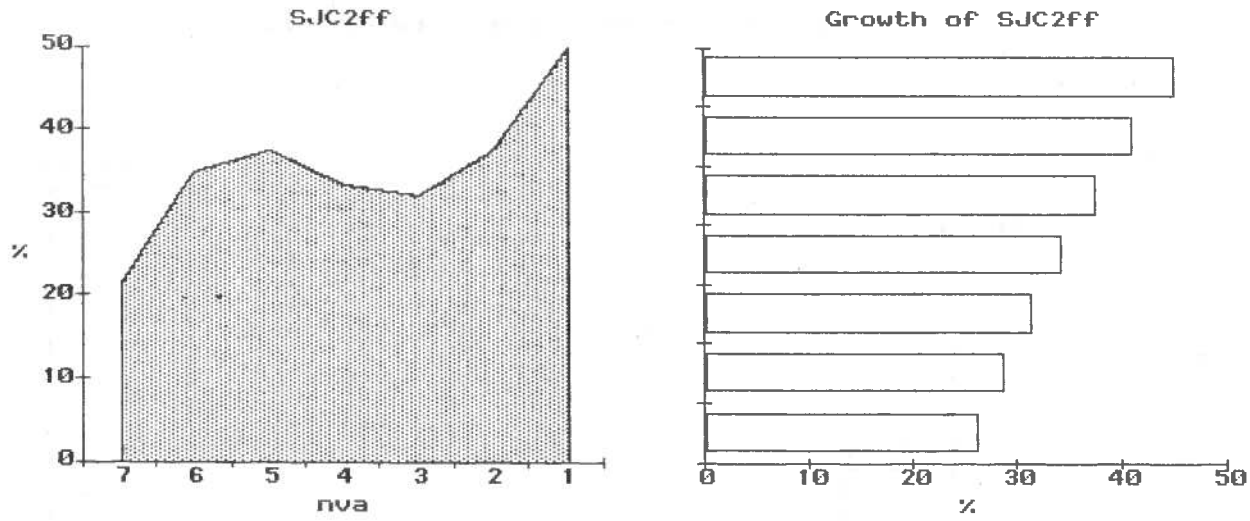


Fig. 5.82. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos fragmentos de cerâmica da amostra 2 cuja forma geral é reconstituível, por nível, e traçado do seu crescimento. Nva: nível artificial.
Fig. 5.83. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição das formas abertas (fa) da amostra 2 por níveis; traçado do seu crescimento.



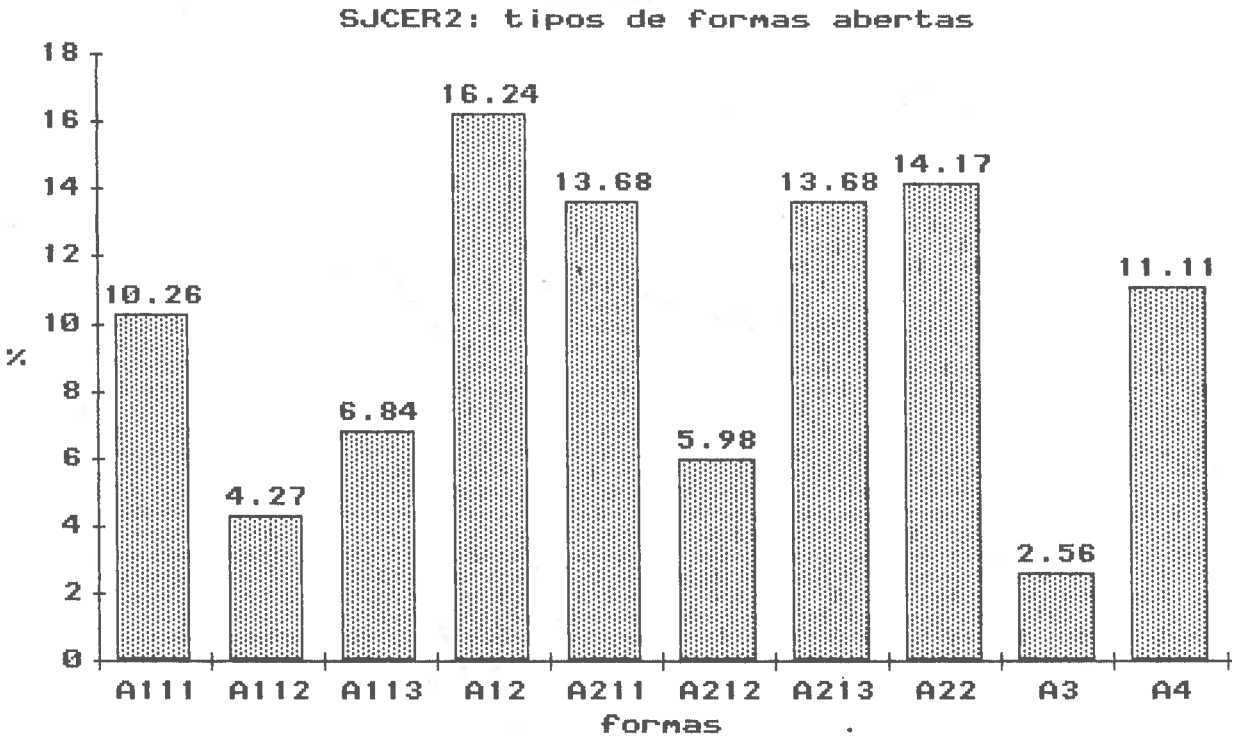
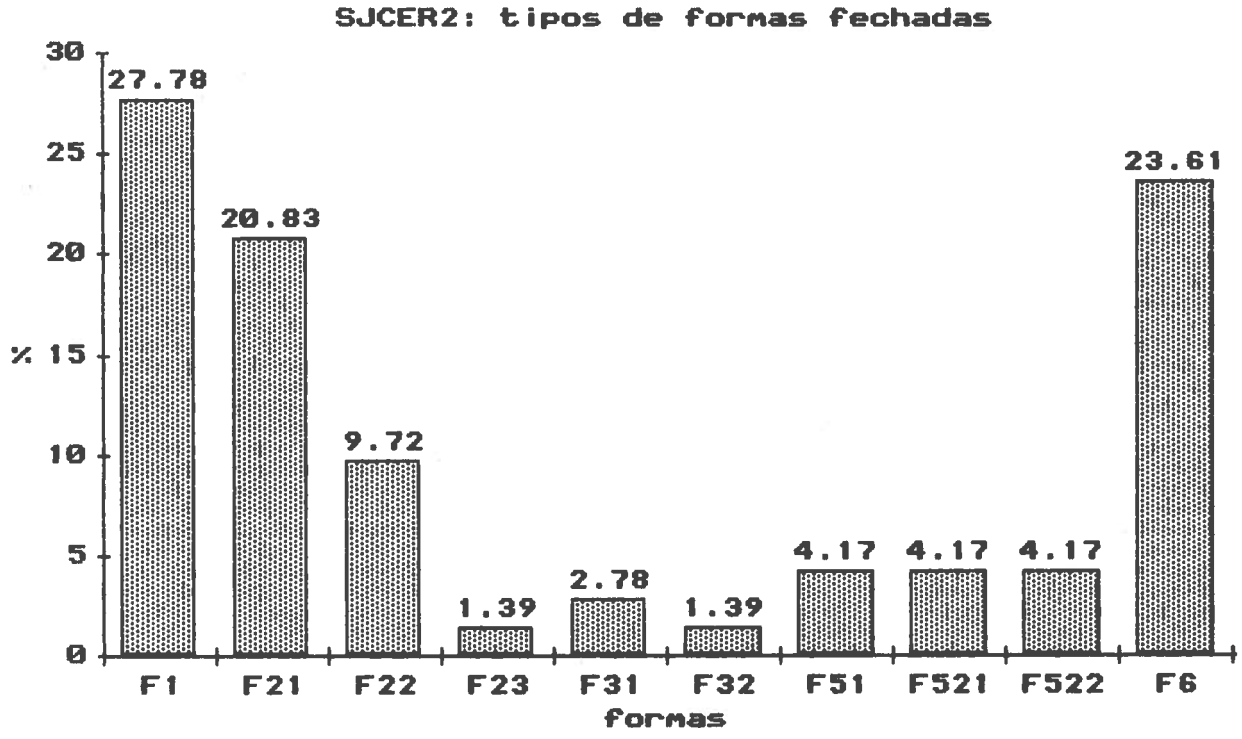


Fig. 5.84. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição das formas fechadas (ff) por níveis; traçado do seu crescimento.
Fig. 5.85. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 2, percentagens globais dos tipos e formas abertas. A111: pratos de bordo espessado internamente; A112: pratos de bordo espessado externamente; A113: pratos de bordo espessado externa e internamente; A12: pratos de bordo não espessado; A211: taças de bordo espessado internamente; A212: taças de bordo espessado externamente; A213: taças de bordo espessado interna e externamente; A22: taças de bordo não espessado; A3: pequenas taças; A4: taças (abertas) em calote.



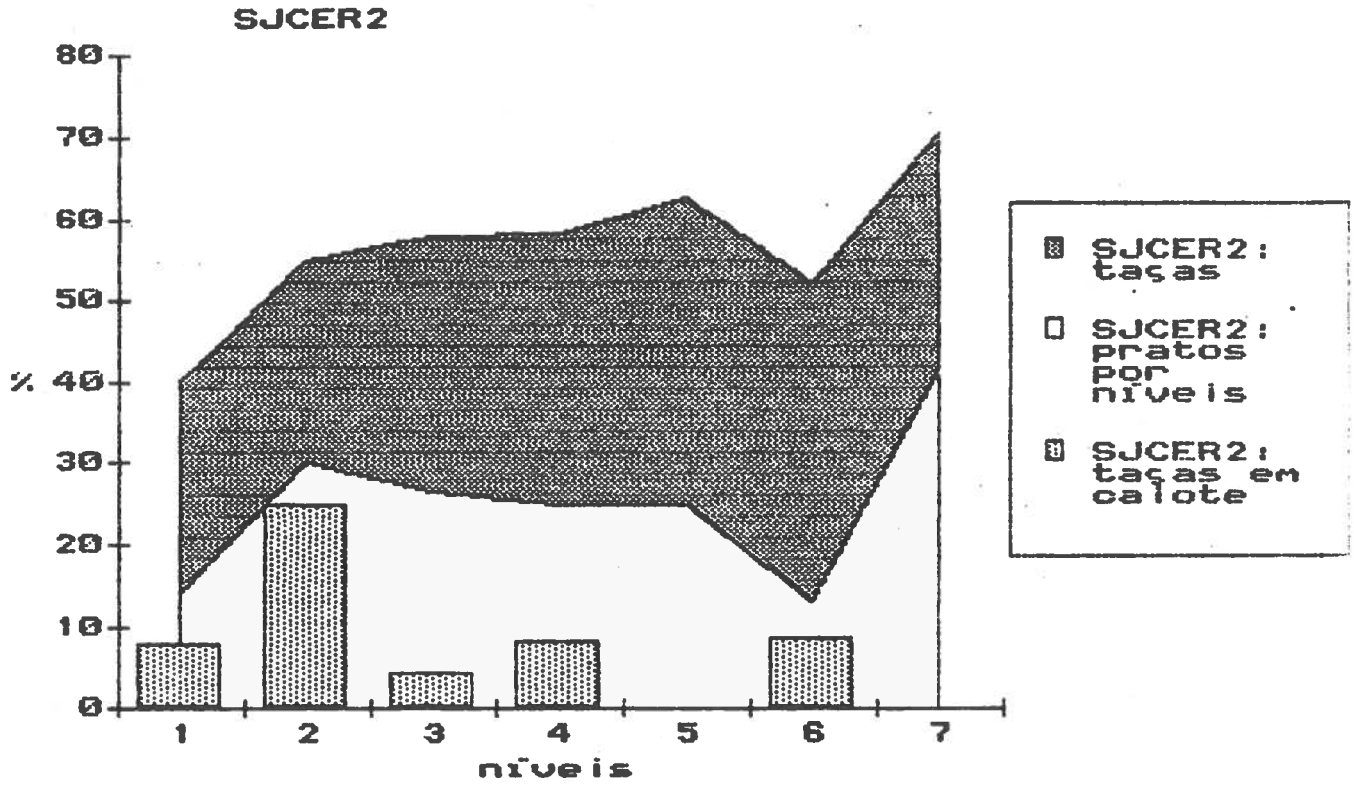
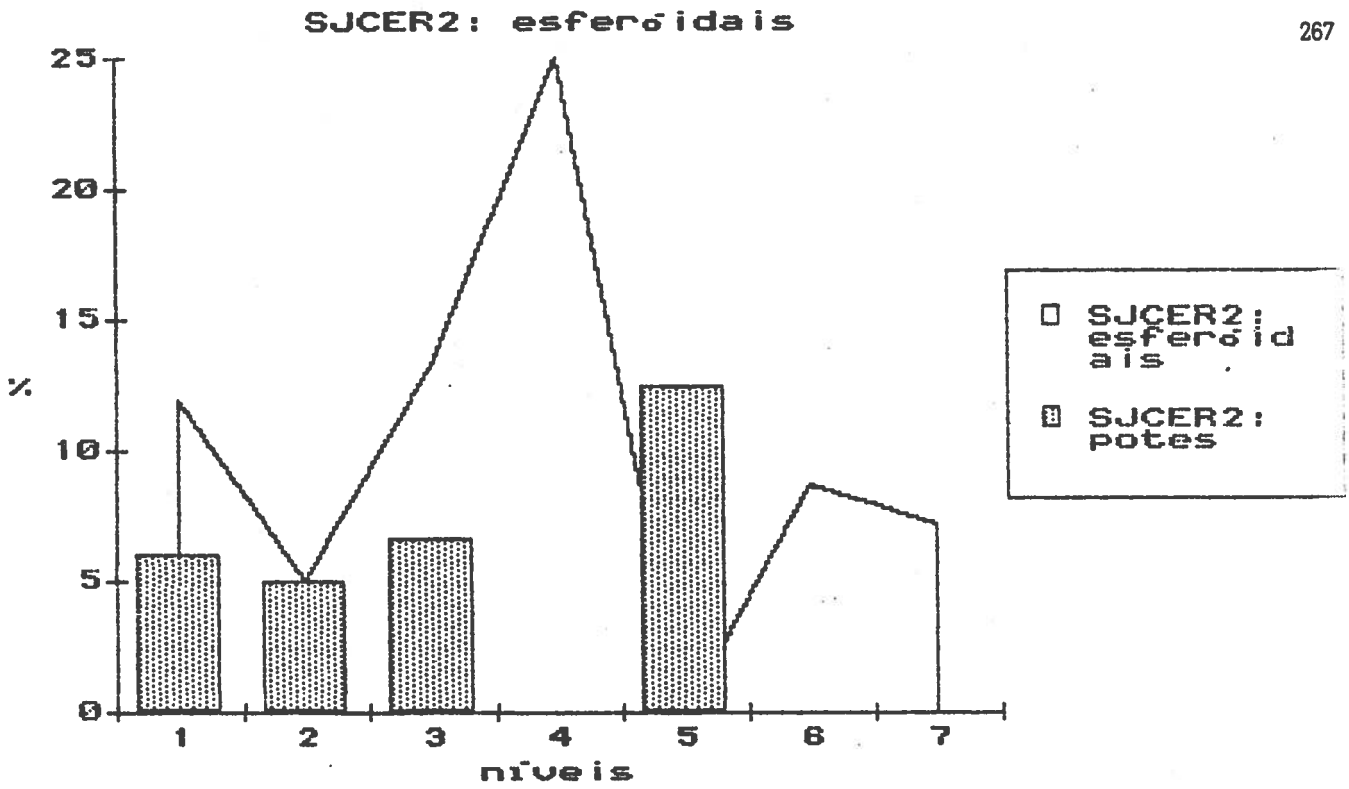


Fig. 5.86. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmicas, amostra 2, percentagens globais dos tipos de formas fechadas. F1: esferóidais; F21: esféricos altos simples; F22: esféricos altos de bordo espessado; F23: esféricos altos de bordo exvertido; F31: esféricos ligeiramente achatados; F32: esféricos muito achatados; F51: potes e bordo não espessado; F521: potes de bordo espessado externamente; F522: potes de bordo espessado internamente; F6: taças (fechadas) em calote.
Fig. 5.87. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição de taças, pratos e taças em calote por níveis.



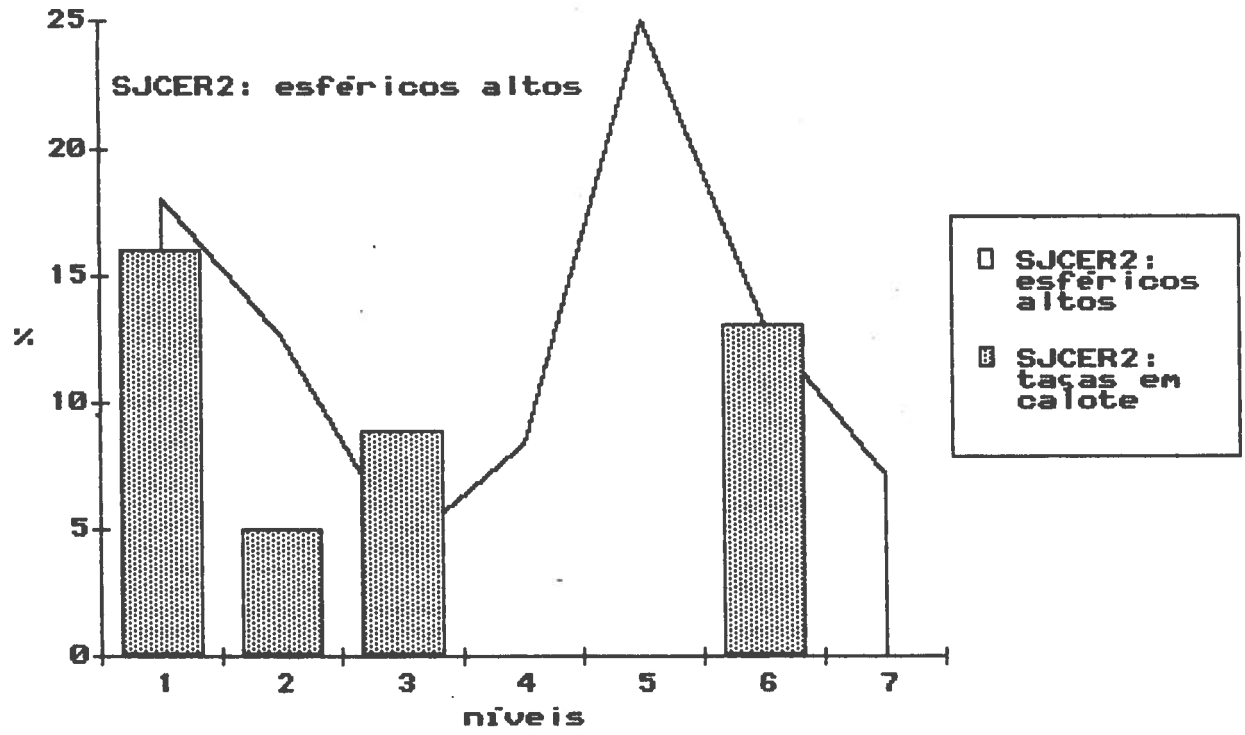
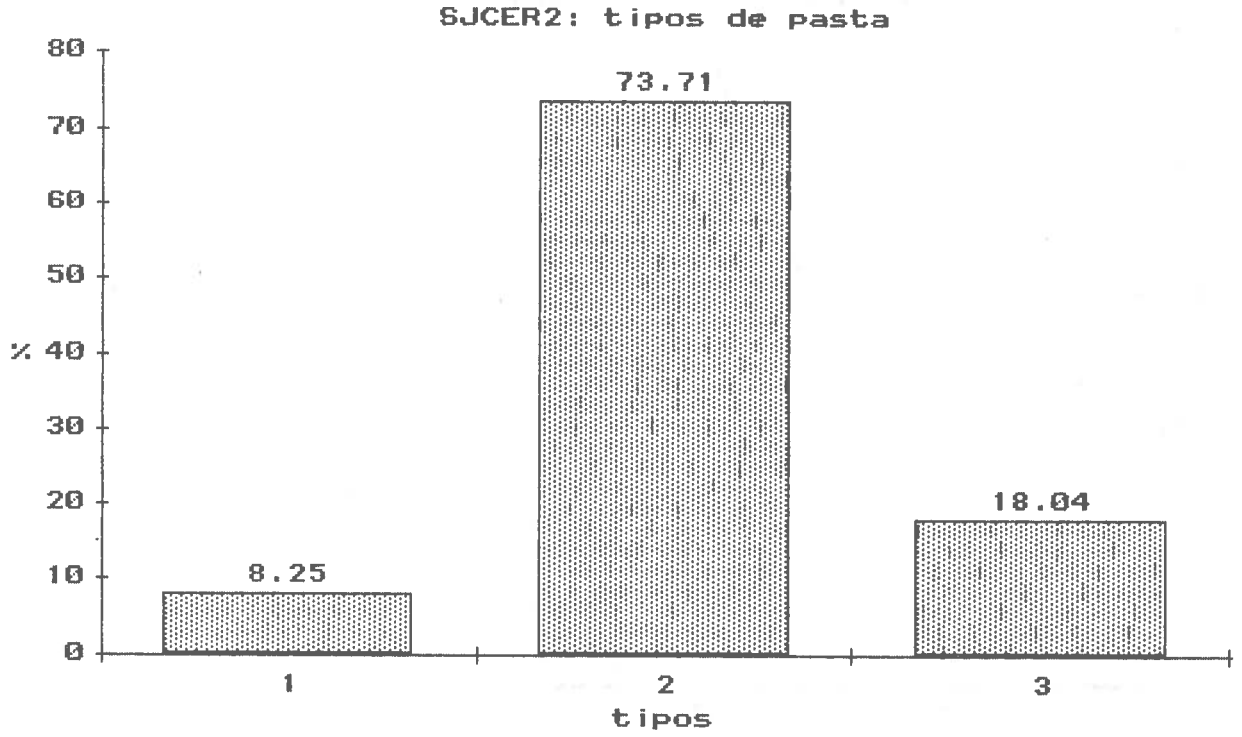


Fig. 5.88. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição de recipientes esferóidais e potes por níveis.
Fig. 5.89. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição de esféricos altos e taças fechadas em calote por níveis.



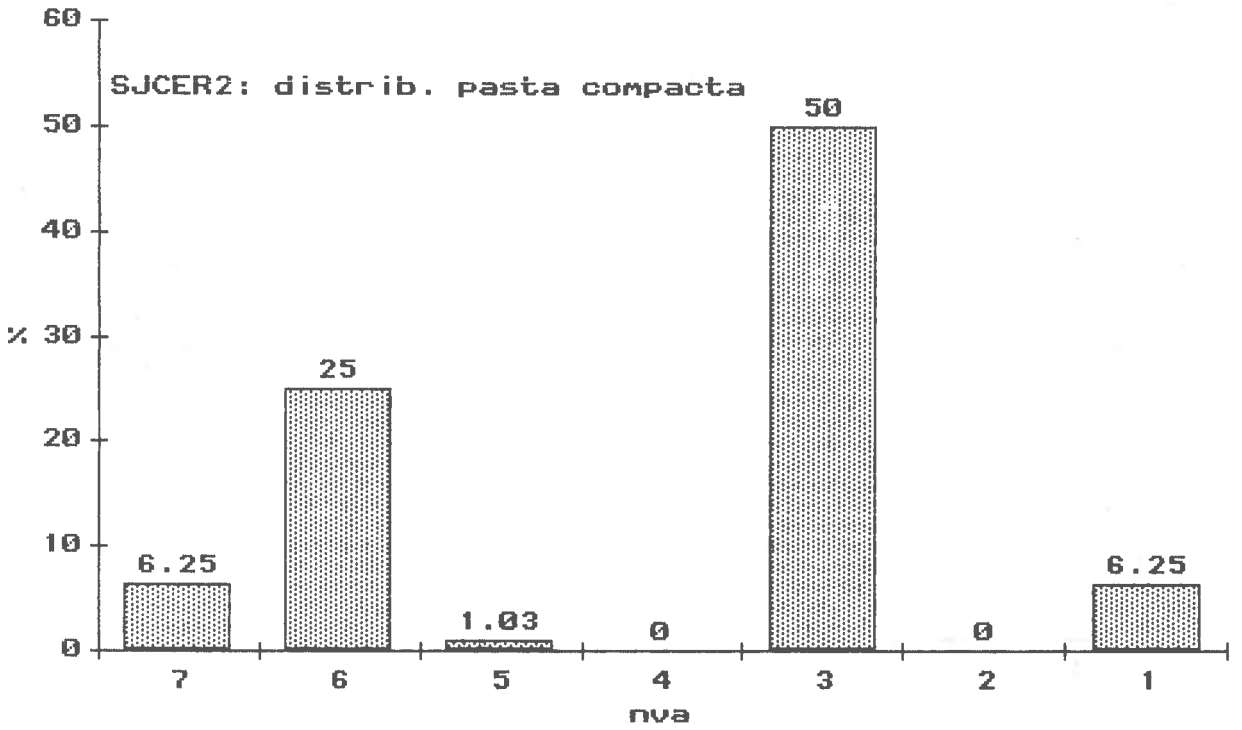
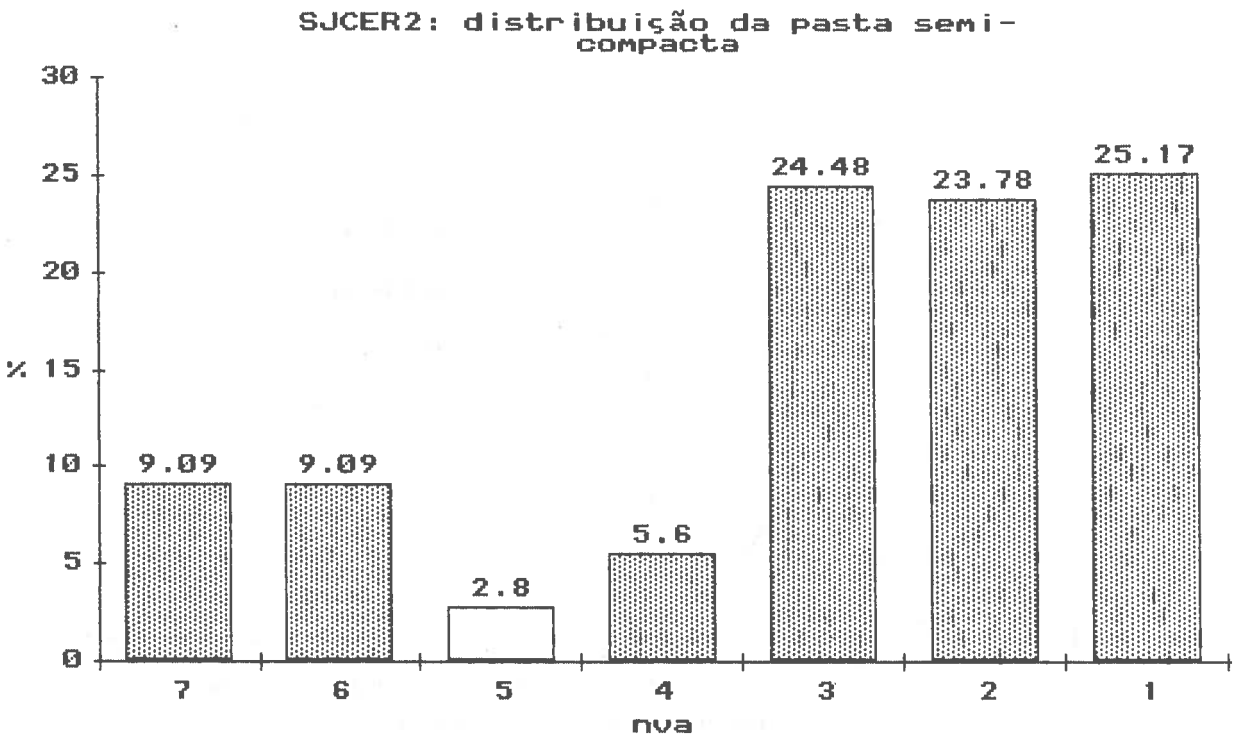


Fig. 5.90. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: tipos de pasta. 1: compacta; 2: semi-compacta; 3: pouco compacta.
Fig. 5.91. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos recipientes de pasta compacta por níveis.



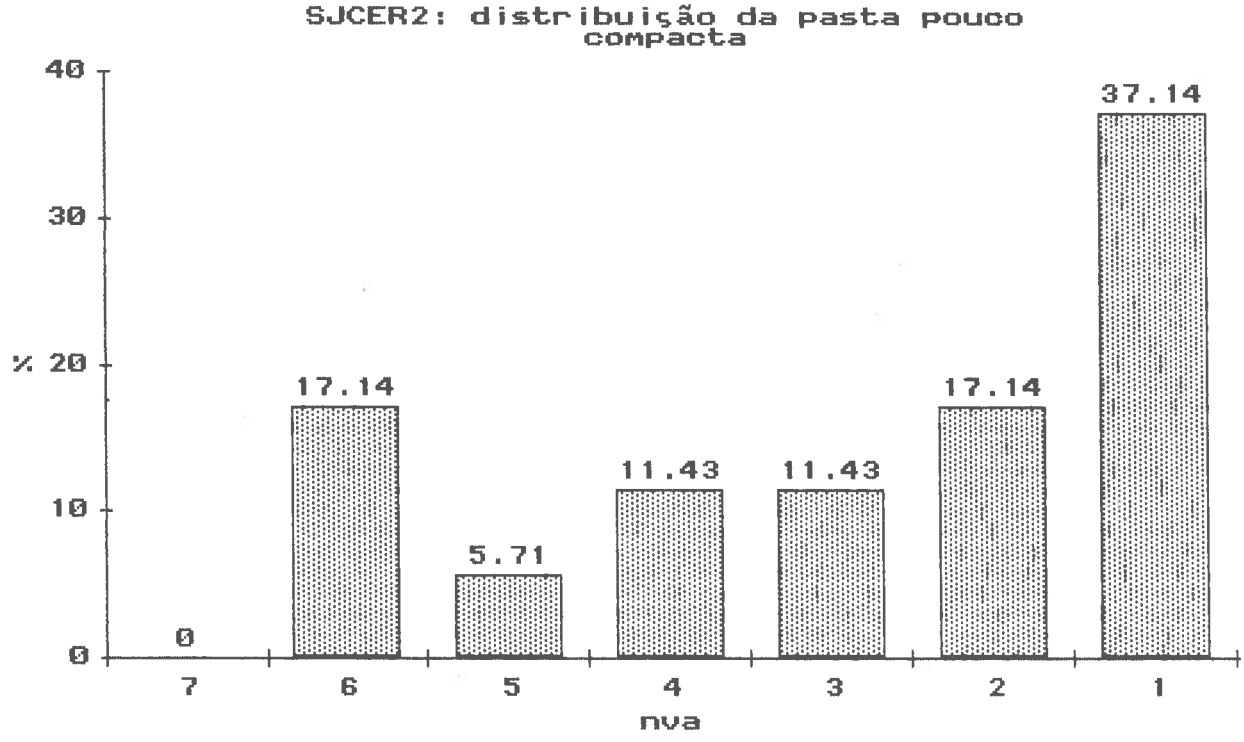
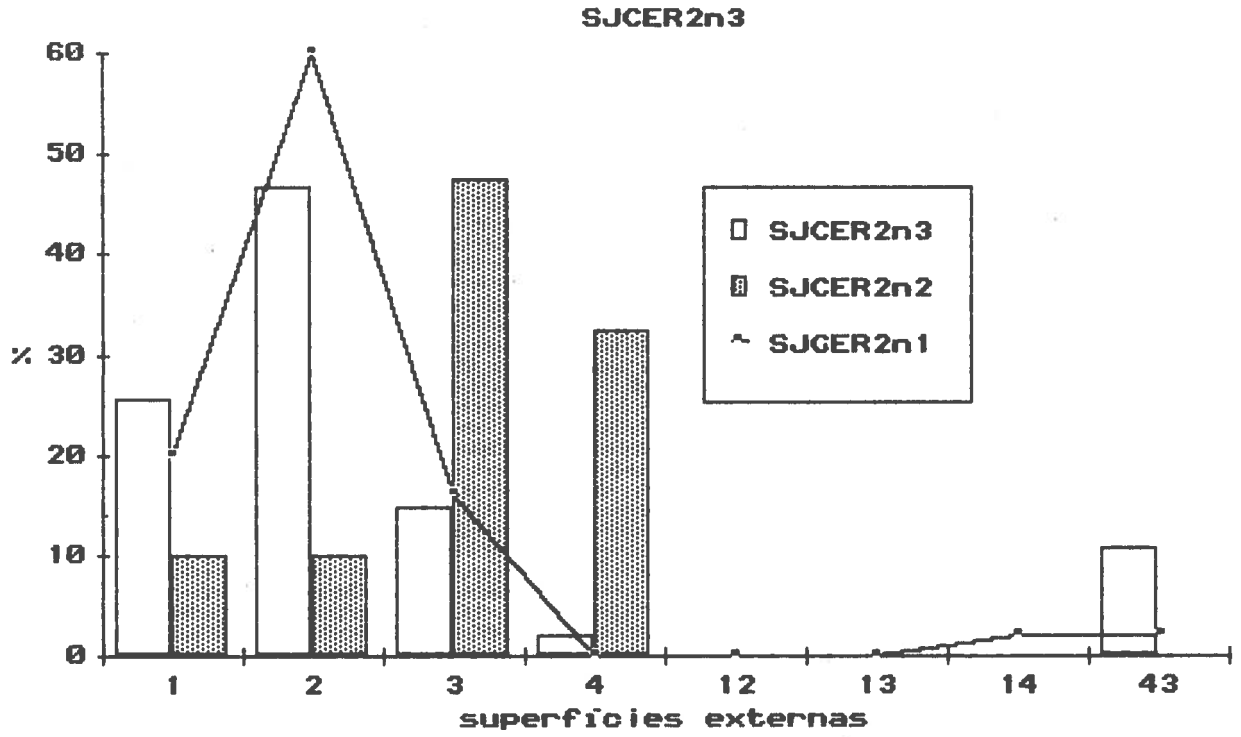


Fig. 5.92. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos recipientes de pasta semi-compacta por níveis.
Fig. 5.93. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos recipientes de pasta pouco compacta por níveis.



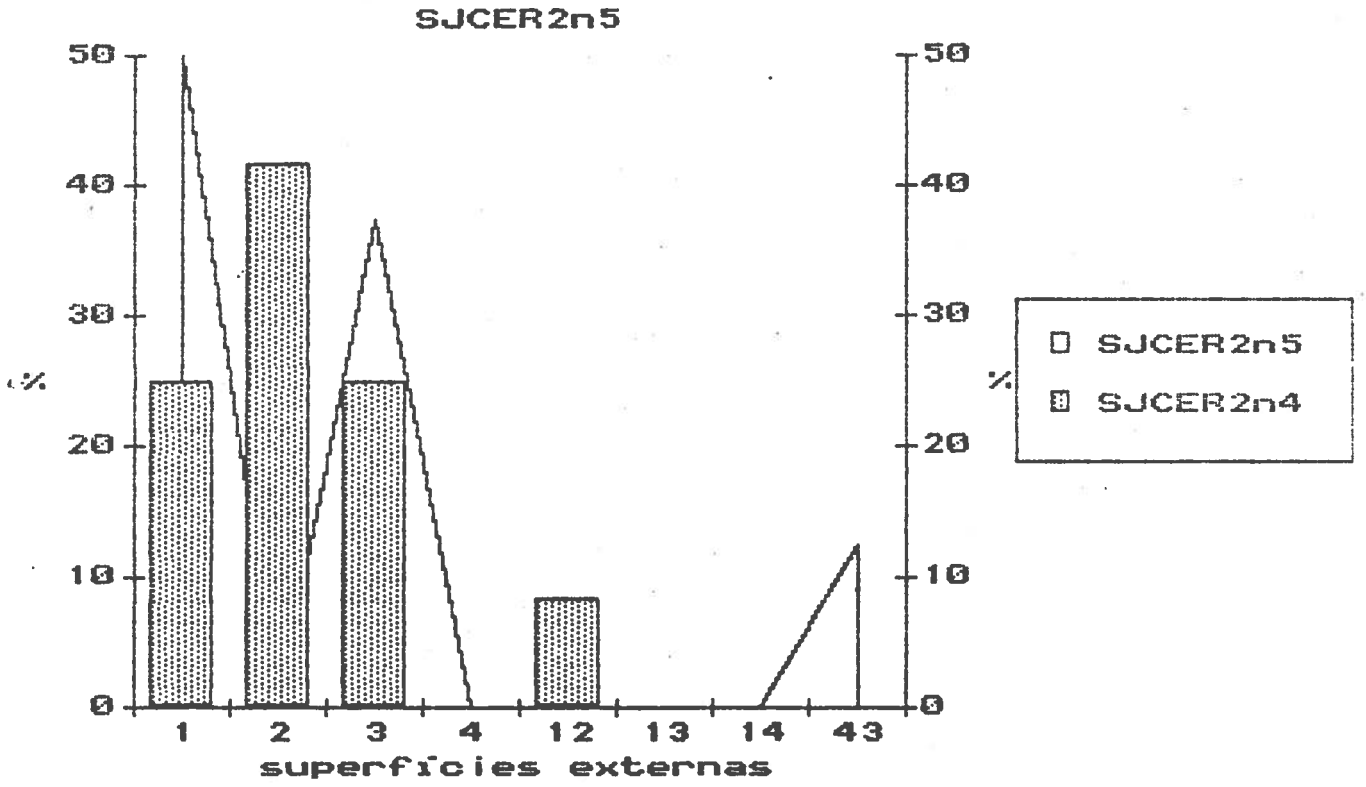
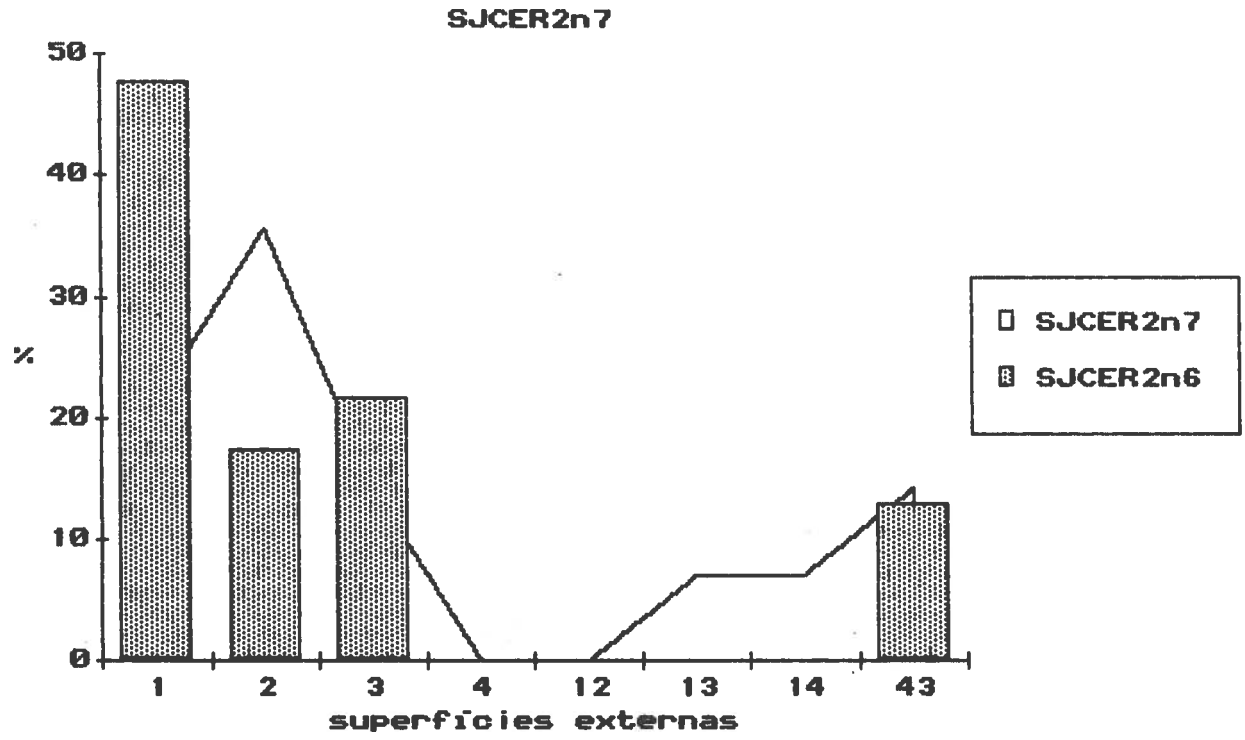


Fig. 5.94. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: tratamento das superfícies externas das cerâmicas distribuídos por níveis artificiais (1, 2 e 3). 1: rugosa; 2. alisada; 3: polida; 4: engobada (as restantes, em combinatória das referências anteriores).
Fig. 5.95. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: tratamento das superfícies externas das cerâmicas distribuídos por níveis artificiais (4 e 5). 1: rugosa; 2. alisada; 3: polida; 4: engobada (as restantes, em combinatória das referências anteriores).



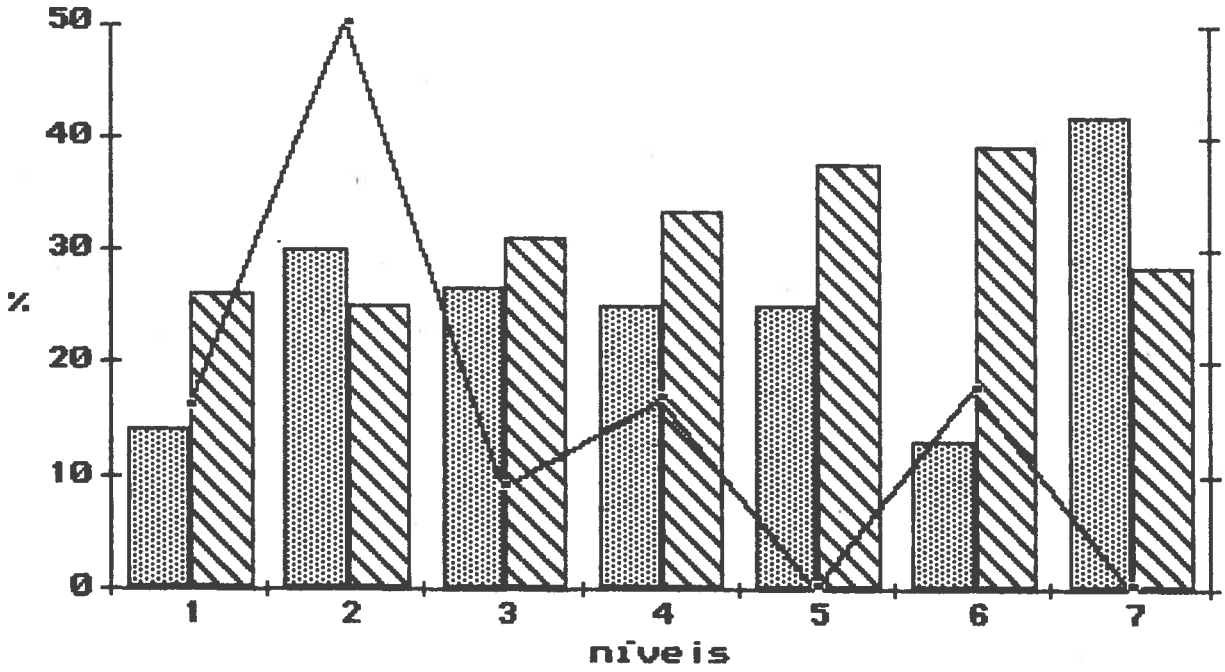
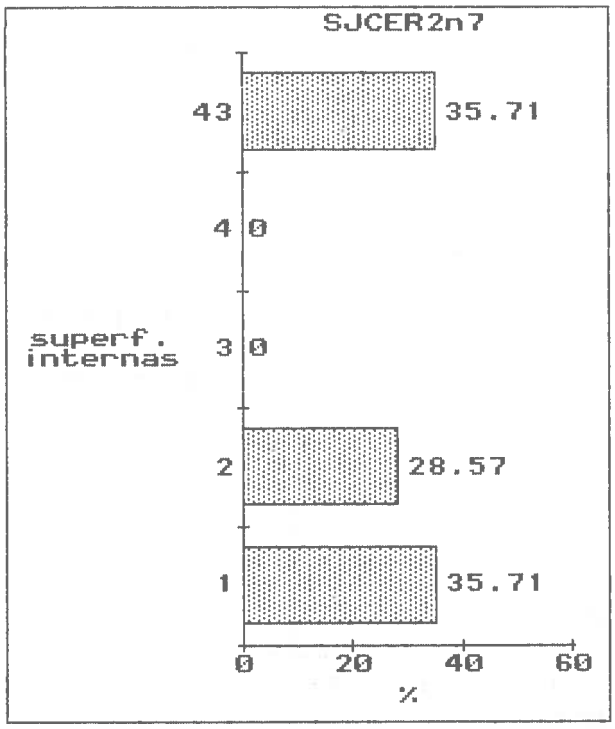
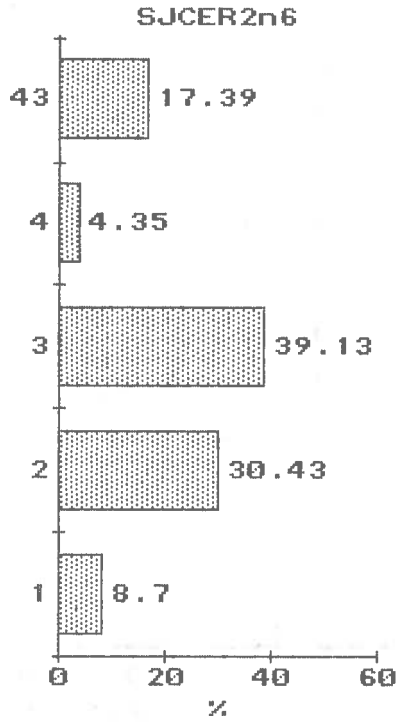
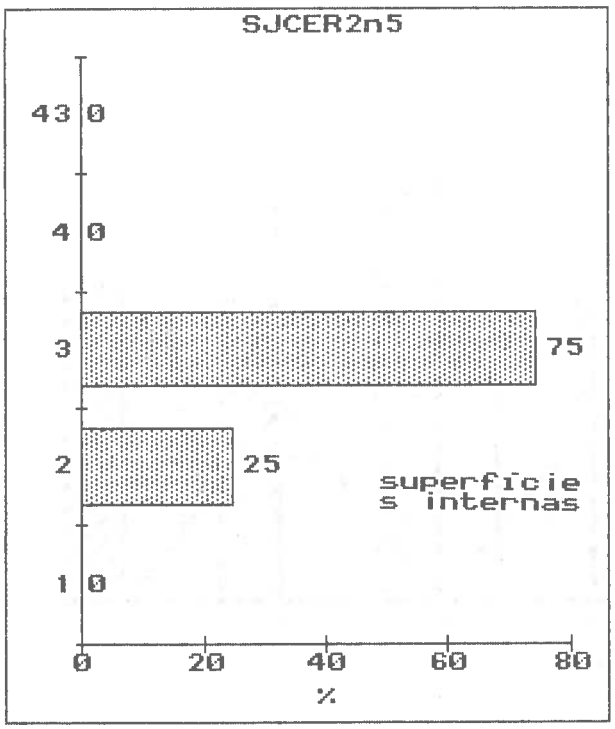


Fig. 5.96. Cerro do Castelo de Santa Justa: tratamento das superfícies externas das cerâmicas distribuídos por níveis artificiais (6 e 7). 1: rugosa; 2. alisada; 3: polida; 4: engobada (as restantes, em combinatória das referências anteriores).

Fig. 5.96.bis.(*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: cerâmica, amostra 2. Distribuição de pratos (barras com trama), taças (barras preenchidas com oblíquas) e taças em calote (traço) pelos níveis artificiais. À diminuição das taças em calote corresponde o aumento dos pratos e das taças.







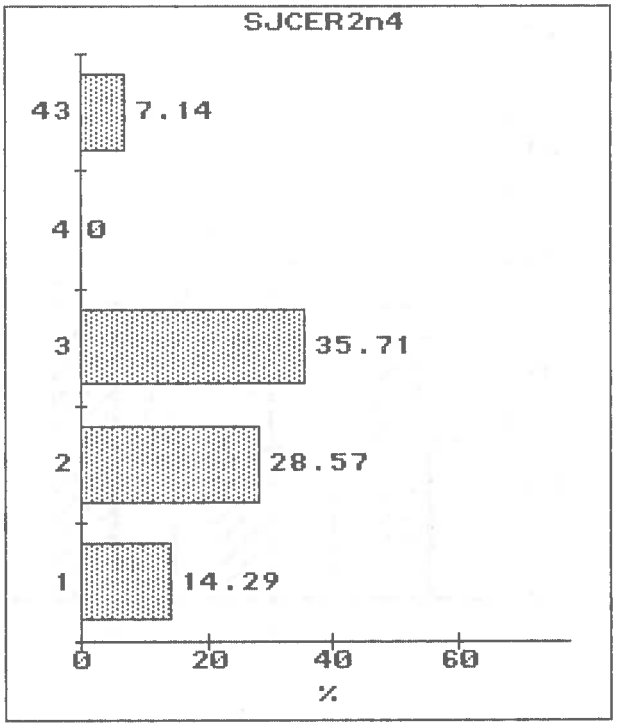


Fig. 5.97. a 5.100. Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição, por níveis, dos tipos de tratamento das superfícies internas das cerâmicas. 43: engobada e polida; 4: engobada; 3: polida; 2: alisada; 1: rugosa. CER2: amostra 2; n: nível.

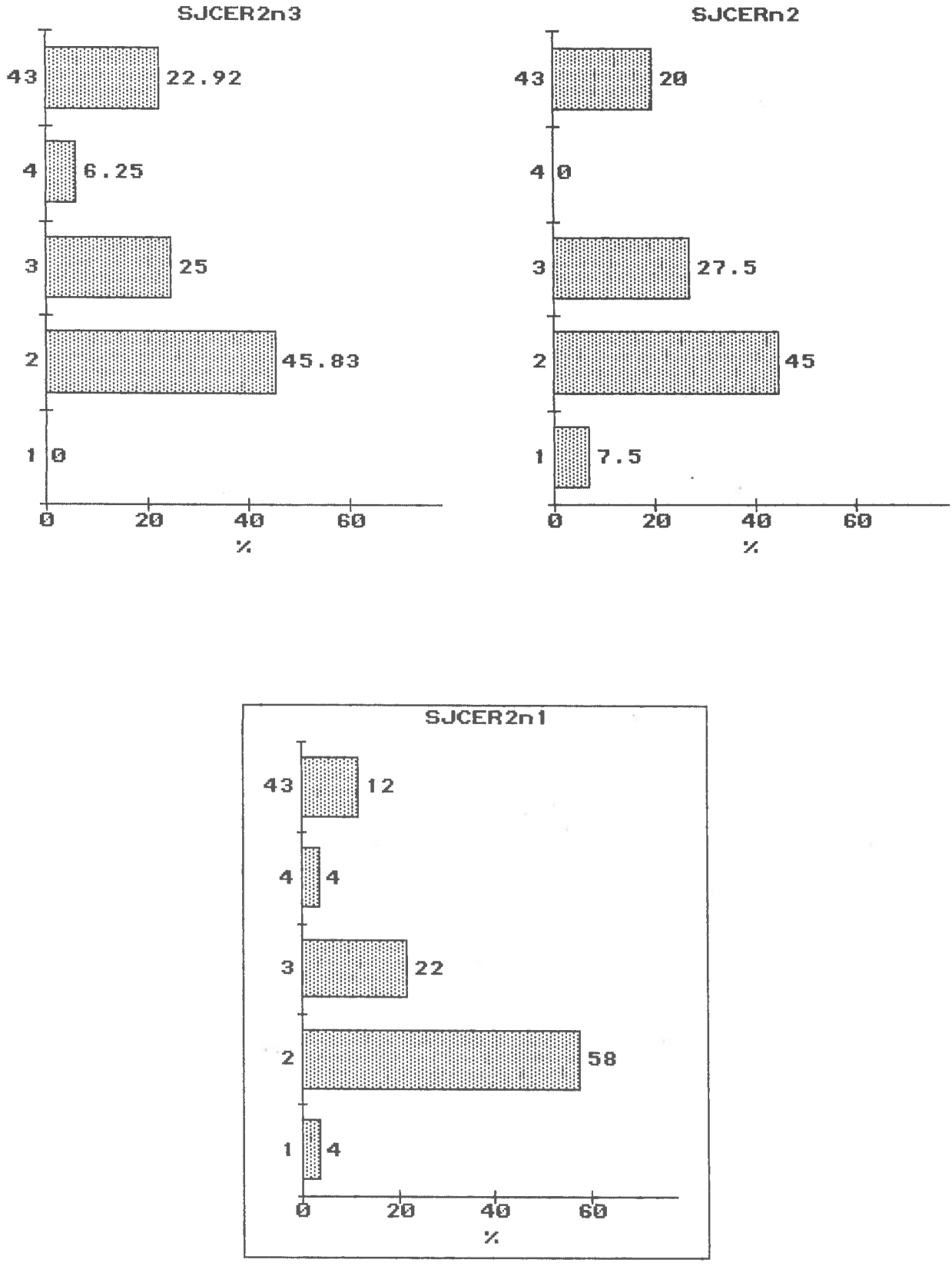
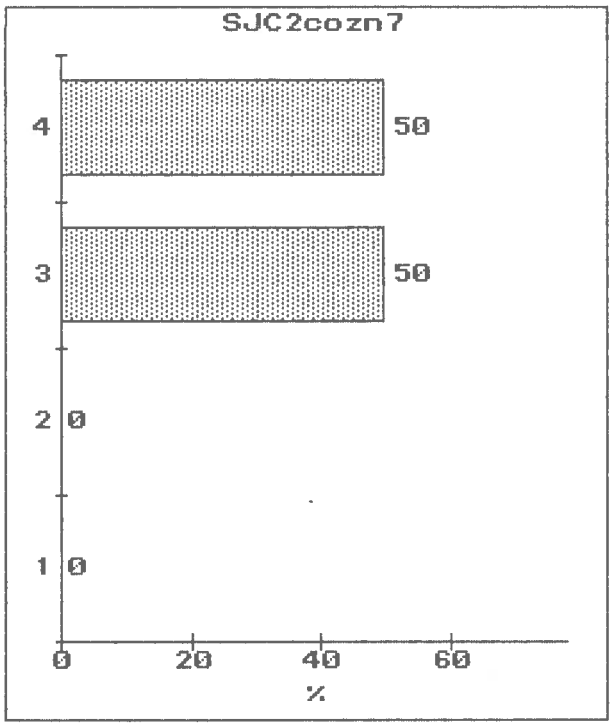
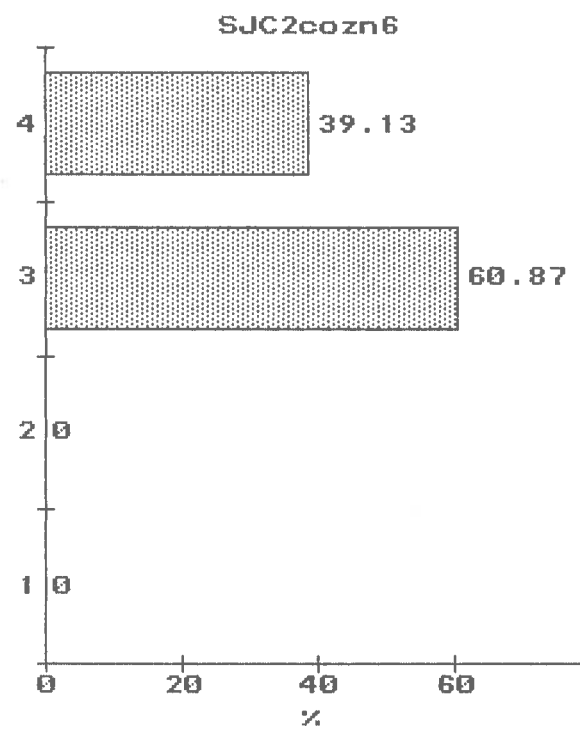
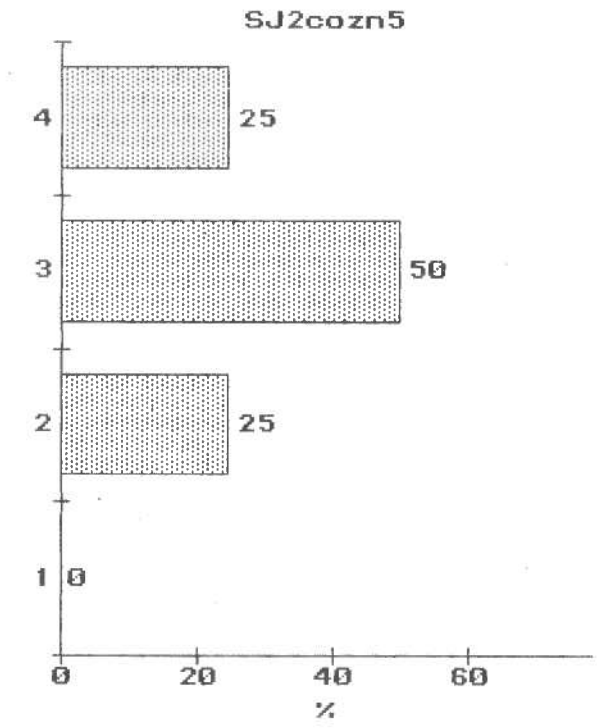


Fig. 5.101. a 5.103. Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição, por níveis, dos tipos de tratamento das superfícies internas das cerâmicas (conclusão). 43: engobada e polida; 4: engobada; 3: polida; 2: alisada; 1: rugosa.







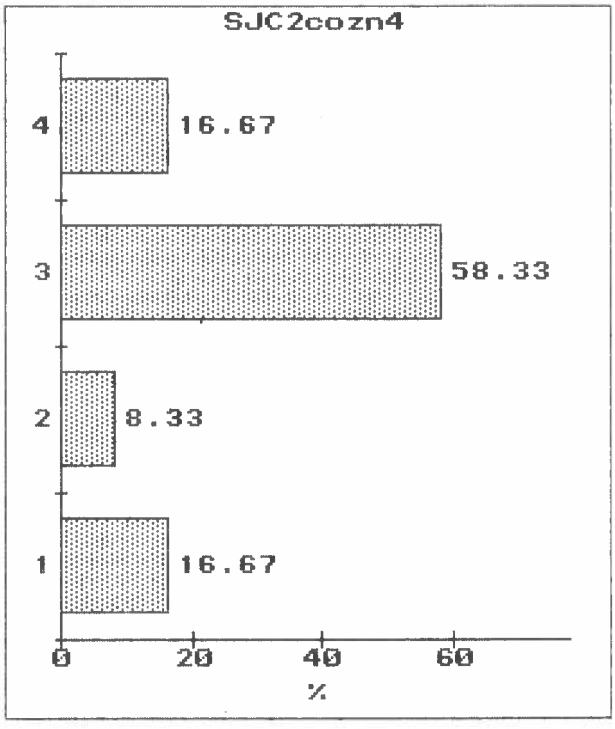
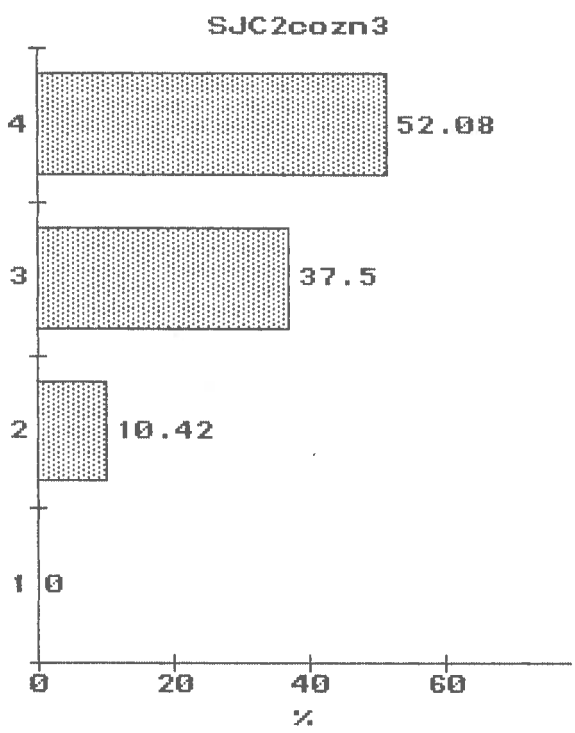
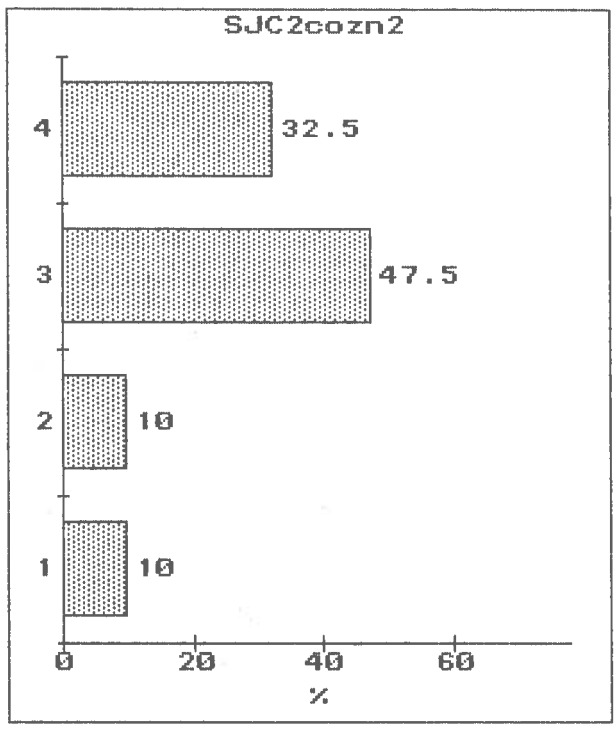


Fig. 5.104. a 5.107. Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição, por níveis, dos tipos de cozedura das cerâmicas. 1: cozedura oxidante, 2: redutora; 3: oxidante com arrefecimento redutor; 4: redutora com arrefecimento oxidante. SJC2: amostra 2; coz: cozedura; n: nível.





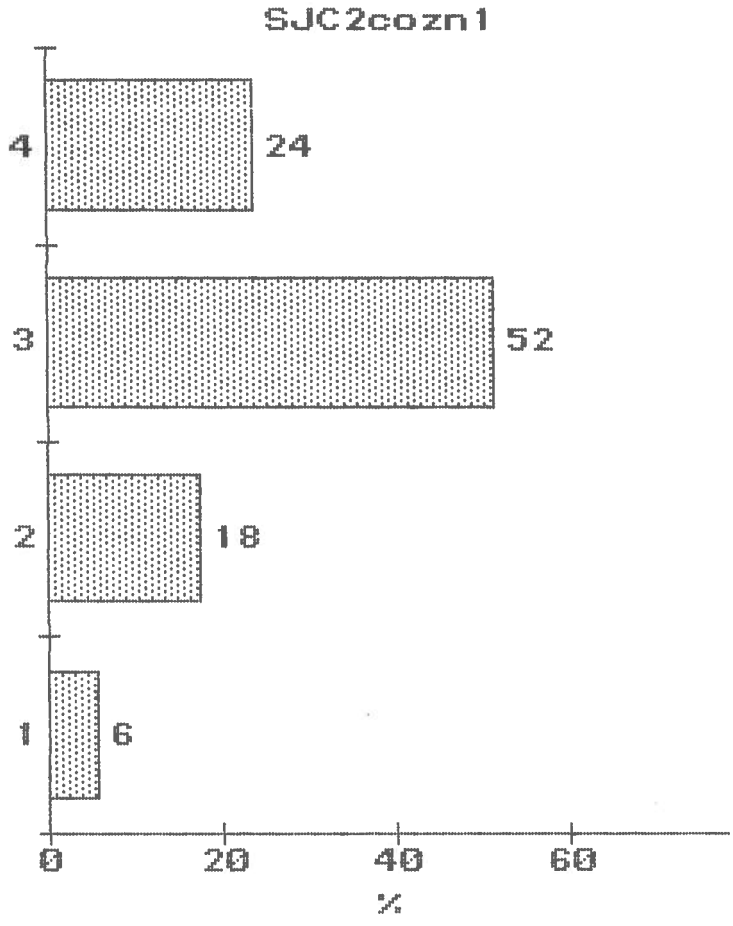
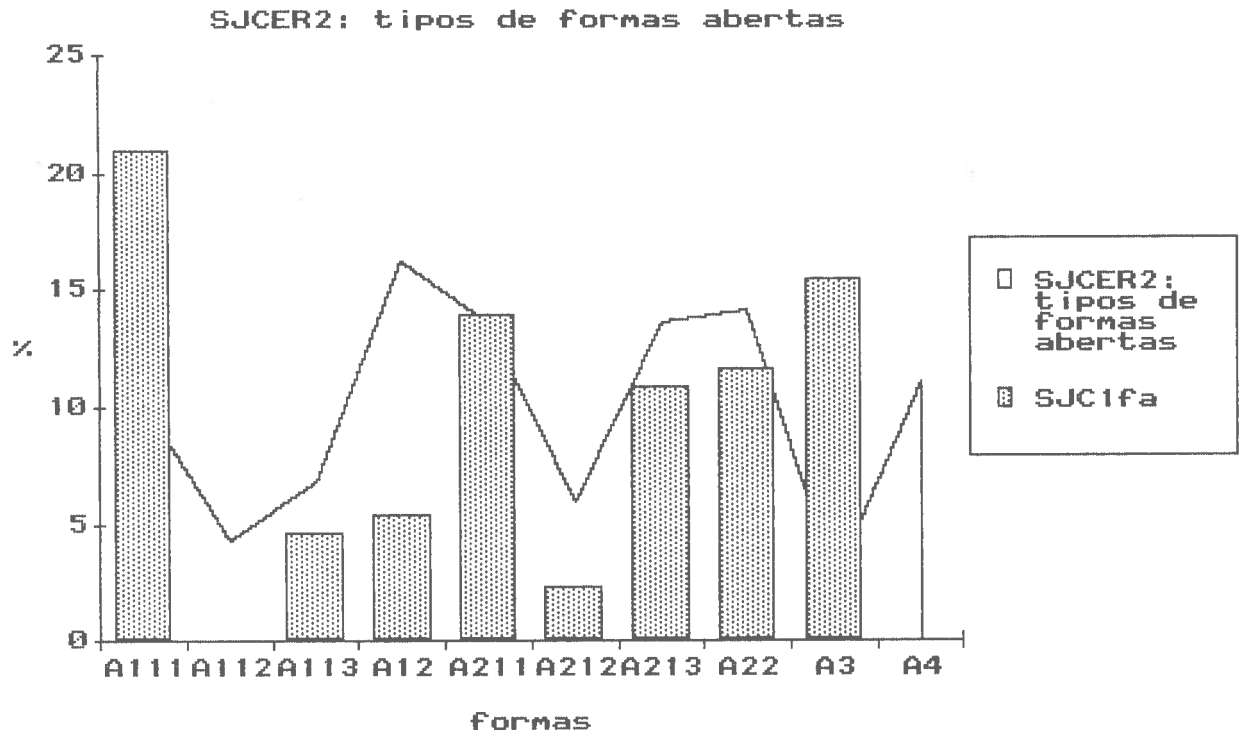


Fig. 5.108. a 5.110. Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição, por níveis, dos tipos de cozedura das cerâmicas (conclusão). 1: cozedura oxidante, 2: redutora; 3: oxidante com arrefecimento redutor; 4: redutora com arrefecimento oxidante. SJC2: amostra 2; coz: cozedura; n: nível.



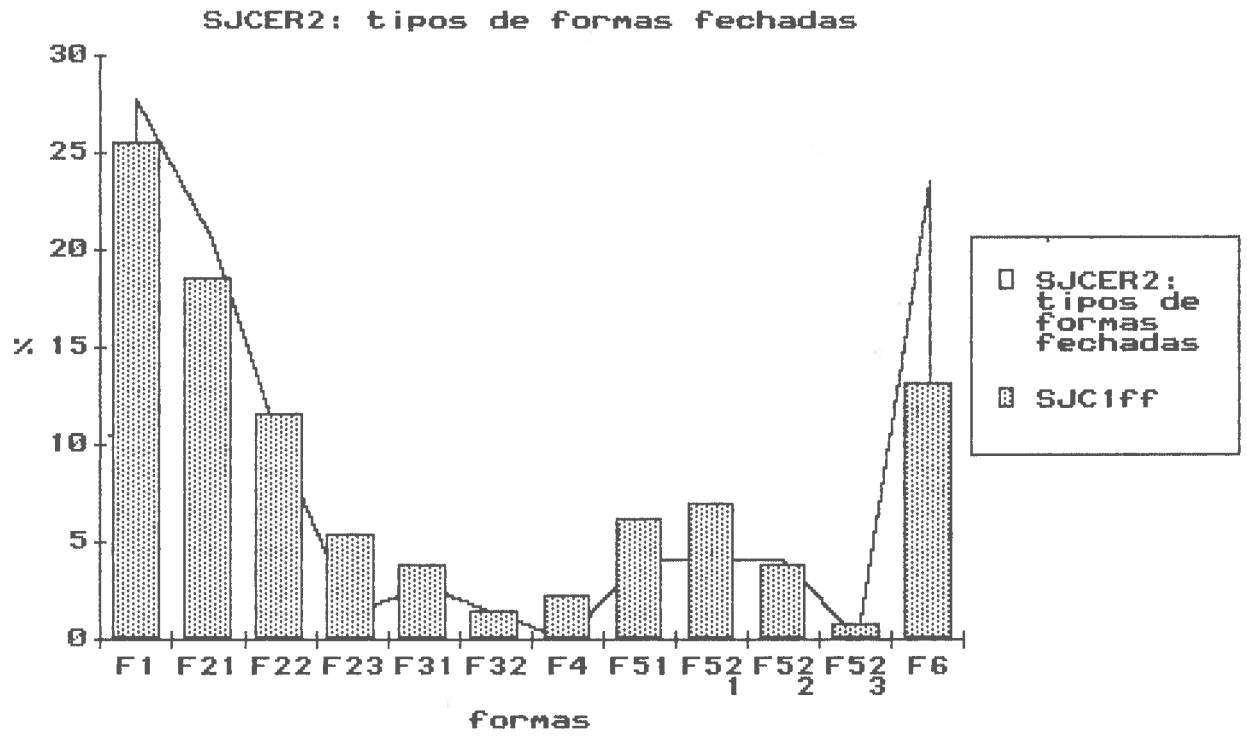
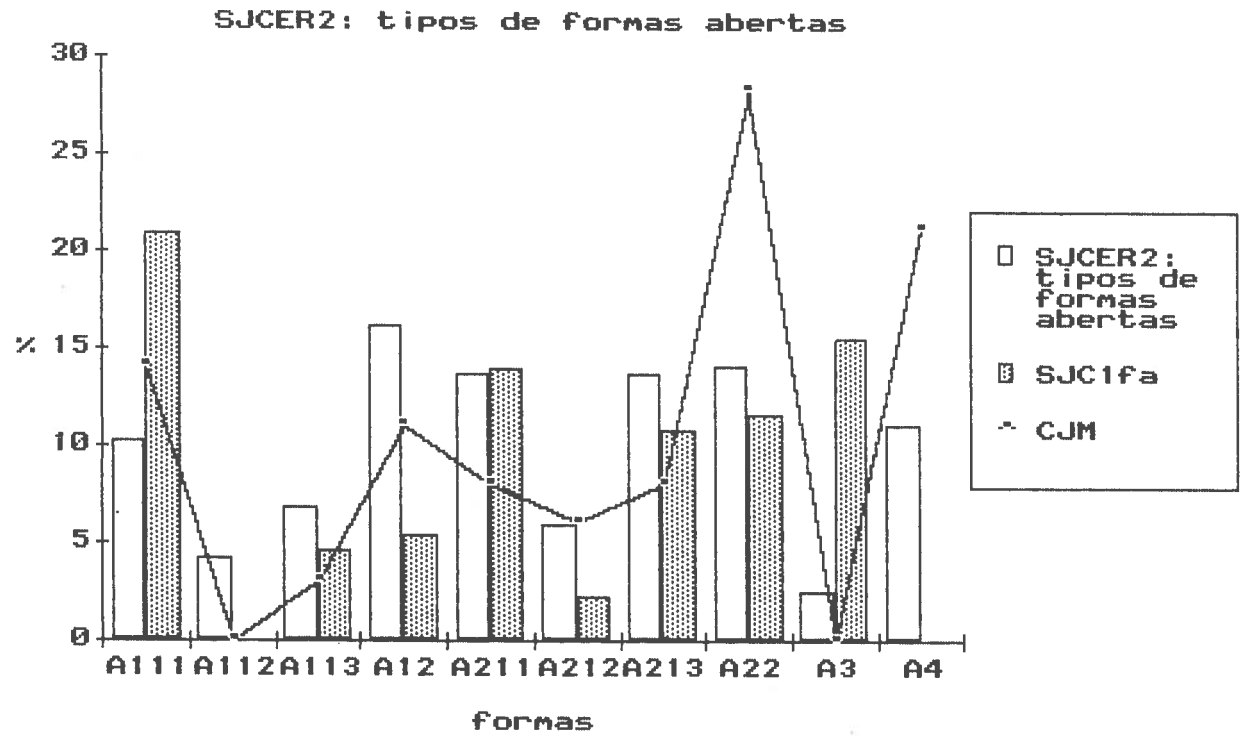


Fig. 5.111. (*em cima*) e Fig. 5.112. (*em baixo*). Cerro do Castelo de Santa Justa: tipos de formas abertas e fechadas das amostras 1 e 2. Comparação.



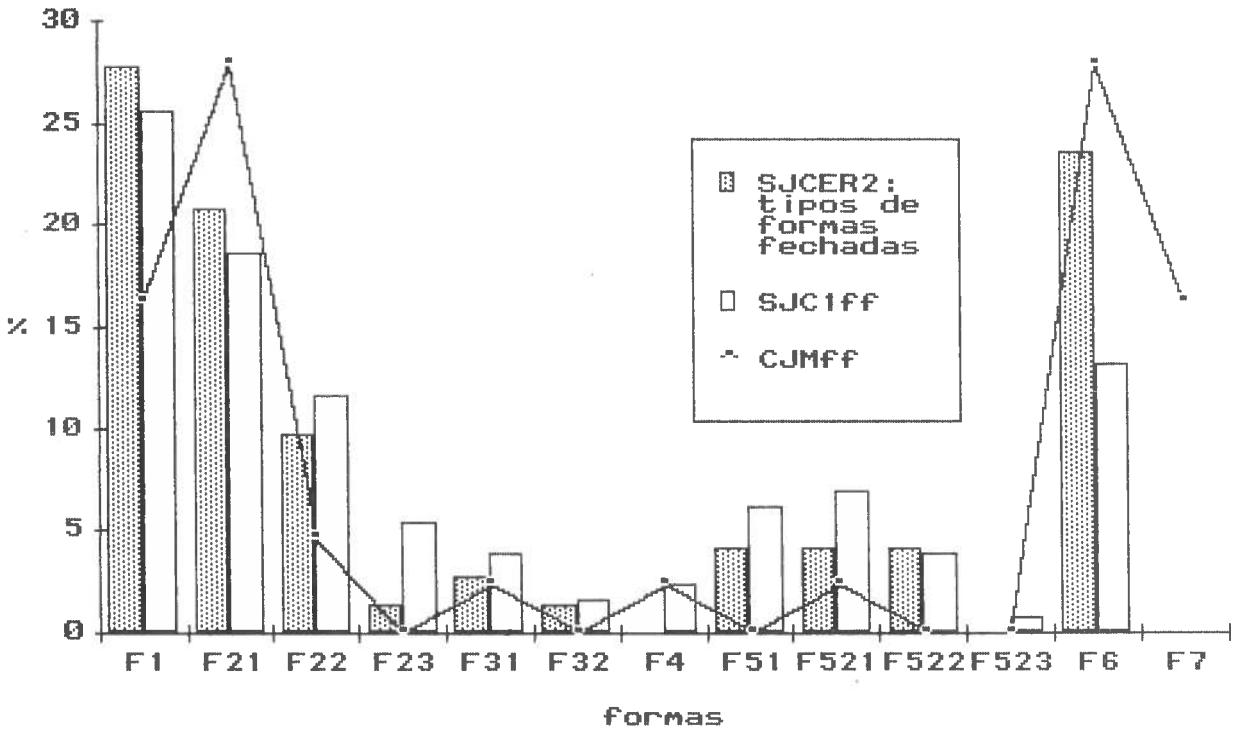


Fig. 5.113. (*em cima*) Fig. 5.114. (*em baixo*). Cerro do Castelo de Santa Justa: comparação das formas abertas e fechadas do Cerro do Castelo de Santa Justa e do Cerro do Castelo de Corte João Marques.

5.4.2.9.4. *Cerâmica decorada*

Apenas três fragmentos de cerâmica decorada, de uso doméstico, foram recolhidos no Cerro do Castelo de Santa Justa, o que representa uma percentagem ínfima da amostra cerâmica, muito menos de 0.1%.

E.18.-3 é o fragmento de um provável esférico alto, de paredes espessas, decorado logo abaixo do bordo por três séries de pontos impressos. A regularidade do espacejamento dos pontos leva-me a crer terem sido impressos com pente, o que parece confirmado pela mesma suave concavidade do traçado das séries.

K.12.-s/n, recolhido em 79.09.28, é um fundo de prato com decoração solar muito suavemente incisa. A este tipo de incisão tem-se chamado frequentemente *brunido*, ainda que se trate efectivamente de uma técnica decorativa que pouco tem a ver com o polimento e brunido das superfícies, comum no Bronze do Sudoeste. Mantive a distinção, para me não desviar das normas descritivas correntes, mas este será, com certeza, ponto a rever em futuro próximo.

O «fundo de copo» decorado L.13.-20 seria uma peça a vários títulos notável; infelizmente, está muito fragmentado. Ainda antes de análises específicas estarem disponíveis, diria que não me parece impossível tratar-se de uma peça importada, de tal forma a observação macroscópica da sua pasta fornece uma imagem única no povoado. Se é ou não produto de fabricos exteriores ao Cerro do Castelo de Santa Justa, só uma série de análises que não foram ainda empreendidas poderá esclarecer. De qualquer forma, o acabamento nada tem a ver com os copos da Estremadura, apresentando-se as superfícies sem o típico engobo ou o brunimento que muitos daqueles exemplares registam.

A decoração de L.13.-20, linhas ondulantes tocando-se em ponto de ruptura, foi feita já com a pasta consolidada, e com instrumento pontiagudo. Considerações sobre este recipiente, redigidas em 79.11.22 (ver infra 9.3.2.1.), devem hoje ser encaradas com maior prudência.

5.4.2.10. *A metalurgia*

5.4.2.10.1. *Nota prévia*

Tal como se referiu em 4.4.2.8.1., a propósito da metalurgia de Corte João Marques, não se incluiu directamente no texto a descrição exaustiva dos artefactos e testemunhos de metalurgia registados para o Cerro do Castelo de Santa Justa.

Tal descrição, acompanhada pelas análises efectuadas por Fernando Bragança Gil, faz parte do Apêndice. Pareceu, no entanto, indispensável a publicação de um quadro inventário dos registos relacionados com a actividade metalúrgica (Fig. 5.115.), bem como um curto comentário aos furadores, os artefactos metálicos mais numerosos. Na síntese e discussão geral (5.6.6.), far-se-á ainda ao conjunto a adequada referência.

Apenas se adiantará que *todos* os artefactos são de cobre, muitos com elevado grau de pureza, ainda que o arsénico esteja presente em alguns deles.

5.4.2.10.2. *Considerações gerais*

Muito sumariamente, dir-se-á que do conjunto geral patente no inventário são particularmente numerosos cadinhos e furadores, seguidos pelas escórias (Fig. 5.116.). Mesmo reservando o comentário aos furadores para o ponto específico aos artefactos, constatamos a presença efectiva, no povoado, de traços indiscutíveis da metalurgia do cobre.

Esses traços aparecem também concentrados numa estrutura de significado muito discutido, a estrutura de I.25., cujo provável aspecto de *igloo* cerâmico poderia ter sido semelhante ao das próprias cabanas. No entanto, a sua utilização como forno parece confirmada, particularmente pelas gotículas de cobre aderentes aos fragmentos da cerâmica de revestimento.

Quanto aos artefactos (Fig. 5.117), dominam largamente os furadores (50%), seguidos por escopros e machados, com percentagens idênticas (14%).

Se compararmos esta panorâmica à de Corte João Marques, teremos uma imagem algo semelhante, ainda que considerada a diferença numérica entre as duas amostras. Apesar de os furadores se limitarem, naquele sítio, a 30%, são, ainda assim, também, os artefactos mais numerosos.

Uma última consideração, a desenvolver na síntese e discussão: a distribuição de testemunhos de actividade metalúrgica e dos artefactos, de acordo com a coordenada z, evidencia que desde os primeiros momentos da ocupação do Cerro do Castelo de Santa Justa se conhecia e praticava a metalurgia.

5.4.2.10.3. *Furadores*

Os instrumentos de cobre perfurantes do Cerro do Castelo de Santa Justa («furadores») representam uma população de 20 artefactos de morfologia comum, sendo nela particularmente importante o afuselamento de uma das extremidades. Parte-se do princípio que esse afuselamento (que caracteriza a extremidade distal) e o índice de alongamento das peças, são indício de uma função específica, o que não parece possível de contestar. Outros factores, porém, diferenciam os exemplares e apesar de os considerarmos secundários na caracterização funcional do artefacto, tomámo-los em linha de conta na análise concreta.

Assim, a primeira observação diz respeito às dimensões.

14 dos 20 furadores encontram-se entre os 3 e os 7 cm. de comprimento, constituindo um primeiro grupo. Os parâmetros reais são, precisamente, 3.63 - 6.18 cm. São pequenos instrumentos, alguns apresentando as extremidades proximal e distal (sobretudo esta última) em considerável mau estado, o que parece traduzir uso intenso.

Um segundo grupo distribui-se entre os 8 e os 11 cm.

São 4 artefactos cujos parâmetros reais são 8.5-10.15 cm. A este grupo não poderíamos juntar M.12.-9, com 12.78 cm.

Num quarto grupo, ficaria J.15.-123, com 18.05 cm de comprimento, o maior furador recolhido quer em Santa Justa quer em Corte João Marques, com paralelos dimensionais apenas nos longos instrumentos deste tipo identificados em Vila Nova de S. Pedro.

O factor peso não deixa também de fornecer dados interessantes: a soma total é de 75.41 gramas para 18 artefactos, assim distribuídos:

Grupo 1: <de 1 a 5 gramas: 13 furadores 72%
Grupo 2: de 5 a 10 gramas: 4 furadores 22%
Grupo 3: >de 10 gramas: 1 furador 6%

não sendo J.15.-123 (o mais comprido) aquele que maior peso tem. O peso máximo registou-se, com efeito, em G./J.-sn.

De qualquer forma, e apesar de não existir uma correlação absoluta entre o comprimento e o peso dos furadores, ela encontrar-se-ia se fosse determinada a relação comprimento + espessura/peso ou, o que é menos prático, a volumetria de cada peça.

A secção de cada furador foi observada em dois sítios: (1) na área mesial; (2) na extremidade proximal. Pareceu-me, com efeito, sem sentido, a não ser em condições excepcionais, analisar a secção da extremidade distal, estando quase todos os furadores, no geral, adaptados à função prescrita na intenção do metalurgista que os moldou e ganhando, para tal, de origem, o específico afuselamento já referido.

Quanto à extremidade distal, devemos considerá-la como reservada a encabamento ou como uma outra extremidade activa? É possível que ambas situações se tenham verificado, ainda que desproporcionadamente.

Na área mesial dos furadores, e quanto à secção, observaram-se os seguintes valores para as 20 peças:

Secção circular: 1 ..... 5%
Secção losângica: 2 ..... 10%
Secção ovalada: 2 ..... 10%
Secção quadrangular: 6 ..... 20%
Secção rectangular: 9 ..... 45%

Cerro do Castelo de Santa Justa
metalurgia: inventário

des	qd	#	Est	CFNUL	x	y	z	nv	dt	peso
AMNI	I13	2	101 (12)	32/89	090	170	015	2	79.09.24	5.77
AMNI	I17	1	-	25/89	140	020	010	1	80.09.10	2.2
AMNI	J12	60	101 (11)	24/89	140	023	027	3	79.09.24	15.67
CADINHO	H24	66	97 (3)	-	198	130	025	3	82.09.20	-
CADINHO	H24	73	96 (1)	-	180	069	050	3	82.09.21	-
CADINHO	H25	74	97 (5)	-	040	115	088	3	82.09.13	-
CADINHO	H25	75	96 (2)	-	036	096	088	3	82.09.13	-
CADINHO	H25	76	97 (1)	-	094	088	090	3	82.09.13	-
CADINHO	H25	77	97 (6)	-	036	069	090	3	82.09.13	-
CADINHO	H25	81b	-	-	020	093	096	3	82.09.13	-
CADINHO	I25	241	97 (4)	-	90	96	067	3	82.09.08	-
CADINHO	J16	10	-	-	070	125	015	1	79.09.28	-
CADINHO	K18	2	96 (4)	-	100	132	013	1	79.09.14	-
CADINHO	K24	13	95 (2)	-	065	000	019	1	80.09.13	-
CADINHO	L11	s/n	-	-	-	-	018	2	79.11.19	-
CADINHO	L15	12	95 (1)	-	041	074	016	1	80.10.13	-
CADINHO	N17	6	97 (2)	-	190	061	030	3	79.11.14	-
CADINHO	N17	7	-	-	053	033	025	3	79.11.14	-
CADINHO	N28	2	96 (5)	-	028	050	023	1	81.09.29	-
CADINHO	Q12	3	98 (1)	-	090	170	035	3	79.10.05	-
CINZEL	K23	2	101 (9)	22/89	059	037	020	2	80.09.12	8.31
CUNHA ?	K15	27	-	28/89	136	047	029	3	80.09.26	0.89
ESCOPRO	K12	149	101 (8)	23/89	100	038	032	3	79.09.28	15.38
ESCOPRO	L11	104	99 (6)	37/89	155	050	025	3	79.10.17	55.63
ESCOPRO	M30	2	99 (4)	21/89	035	070	030	3	82.09.22	3.78
ESCOPRO	P17	2	101 (7)	29/89	070	021	042	3	79.11.08	5.47
ESCÓRIA	E17	16	-	-	120	103	060	3	79.11.05	-
ESCÓRIA	I15	s/n	-	-	-	-	041	3	79.10.12	-
ESCÓRIA	I16	s/n	-	-	153	176	048	3	79.10.13	-
ESCÓRIA	J15	4	-	-	170	030	015	1	79.09.20	-
ESCÓRIA	J15	s/n	-	-	-	-	036	3	79.11.06	-
ESCÓRIA	J17	s/n	-	-	-	-	035	3	79.11.12	-
ESCÓRIA	K15	s/n	-	-	-	-	030	3	79.11.24	-
ESCÓRIA	L11	210	-	-	090	012	010	1	79.10.30	-
ESCÓRIA	L11	s/n	-	-	-	-	-	3	79.11.19	-
ESCÓRIA	L25	13	-	-	074	056	020	1	81.09.22	-
ESCÓRIA	N18	s/n	-	-	103	040	025	2	79.11.13	-
ESCÓRIA	P14	5	-	-	090	043	025	3	79.11.09	-
ESCÓRIA*	I25	229	-	-	140	170	057	-	82.09.29	-
ESCÓRIA*	I25	44	-	-	162	146	037	-	82.08.26	-
ESCÓRIA*	I25	s/n	-	-	051	043	037	3	82.08.27	-
ESCÓRIA*	I25	213	-	-	165	180	040	-	82.09.06	-
ESCÓRIA*	J16	s/n	-	-	-	-	-	3	79.11.12	-
ESCÓRIA*	O11	11	-	-	022	060	084	-	82.09.29	-
ESCÓRIA*	P11	4	-	-	087	190	018	-	82.09.14	-
ESCÓRIA*	Q14	4	-	-	010	157	070	-	82.09.10	-
ESCÓRIA*	Q16	2	-	-	104	091	086	-	82.09.10	-
ESPÁTULA	P14	1	101 (10)	19/89	100	154	042	3	79.11.08	2.1
FURADOR	G/J-	s/n	99 (5)	54/89	-	-	-	-	79.11.19	11.59
FURADOR	G13	1	100 (6)	69/89	068	073	010	1	79.10.05	3.02
FURADOR	G18	2	100 (5)	68/89	143	091	015	1	79.10.05	2.87
FURADOR	G21	1	97 (11)	67/89	193	88	074	-	83.10.26	-
FURADOR	H25	9	99 (3)	66/89	192	140	013	1	81.09.08	3.5
FURADOR	I15	139	97 (7)	65/89	122	063	070	3	80.09.19	1.01
FURADOR	I16	23	97 (9)	63/89	079	142	055	3	79.11.09	1.85
FURADOR	I17	150	96 (3)	64/89	110	143	050	3	80.09.30	7.47
FURADOR	I18	82	100 (3)	70/89	155	200	090	3	79.09.24	1.52
FURADOR	J15	123	100 (8)	56/89	180	164	051	3	-	9.48
FURADOR	J29	1	97 (8)	55/89	045	128	014	1	81.09.18	3.21
FURADOR	K12	129	100 (7)	136/89	126	188	026	3	79.09.28	3.95
FURADOR	K12	187	101 (6)	57/89	-	-	-	3	79.11.19	0.98
FURADOR	K12	188	101 (2)	-	-	-	-	3	79.11.20	-
FURADOR	K12	189	100 (4)	58/89	-	-	-	3	79.11.20	1.96
FURADOR	K12	190	100 (2)	59/89	-	-	-	3	79.11.20	6.02
FURADOR	L12	27	101 (1)	60/89	092	121	015	3	79.10.04	4.15
FURADOR	M12	9	100 (1)	61/89	080	100	010	1	79.10.01	9.17
FURADOR	M14	18	97 (10)	53/89	094	080	035	3	79.10.23	1.47
FURADOR	P18	1	-	62/89	-	-	-	1	83.09.06	2.18
INDETERM.	J16	10	-	-	070	125	015	1	79.09.28	-
LAMINA R.	J11	2	101 (5)	33/89	010	180	010	1	79.09.25	17.1
LINGOTE ?	P24	2	101 (14)	34/89	020	000	013	1	80.09.13	5.59
MACHADO	H28	12	99 (2)	74/89	057	131	024	3	81.09.25	76.97
MACHADO	J12	39	98 (2)	72/89	120	066	025	3	79.09.24	497.4
MACHADO	K16	15	99 (1)	73/89	100	015	020	3	79.10.10	474.4
MACHADO	M11	68	98 (3)	71/89	132	155	023	3	79.10.17	299.7
MOLDE	G18	1	95 (3)	-	110	87	010	1	79.10.05	-
MOLDE ?	K15	11	94	-	050	030	025	3	79.09.20	-
OMNI	J12	1	-	20/89	-	-	002	1	79.09.20	2.98
OMNI	K16	9	101 (13)	26/89	040	115	018	-	79.09.28	0.39
OMNI	L14	19b	-	27/89	120	050	015	3	79.11.16	1.88
PINGO	J17	7	-	52/89	060	080	020	3	79.10.10	0.71
PINGO*	K30	4	-	83/89	105	145	010	-	82.09.17	-
PINGO*	Q10	2	-	76/89	106	183	040	-	82.09.17	-
PINGO*	Q14	1	-	81/89	004	047	038	-	82.09.10	-
SERRA	I15	54	101 (4)	36/89	098	023	051	3	79.11.08	0.97
SERRA	N14	1	101 (3)	30/89	175	105	010	1	79.10.02	0.58

Fig. 5.115. Cerro do Castelo de Santa Justa: Quadro inventário de artefactos, utensílios e traços de actividade metalúrgica. Amni: artefacto metálico não identificado; omni: objecto metálico não identificado.

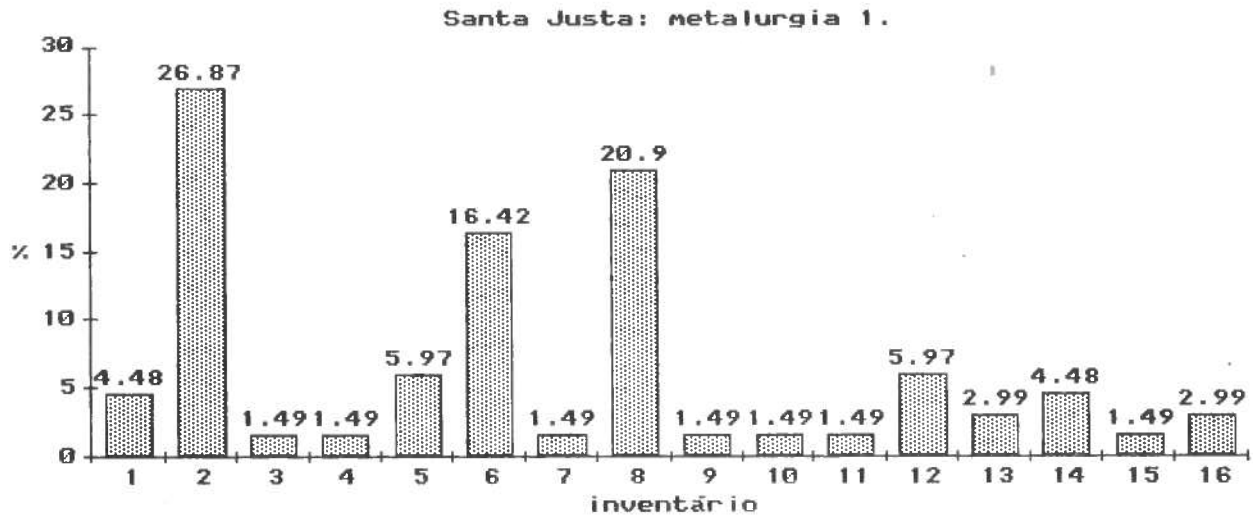


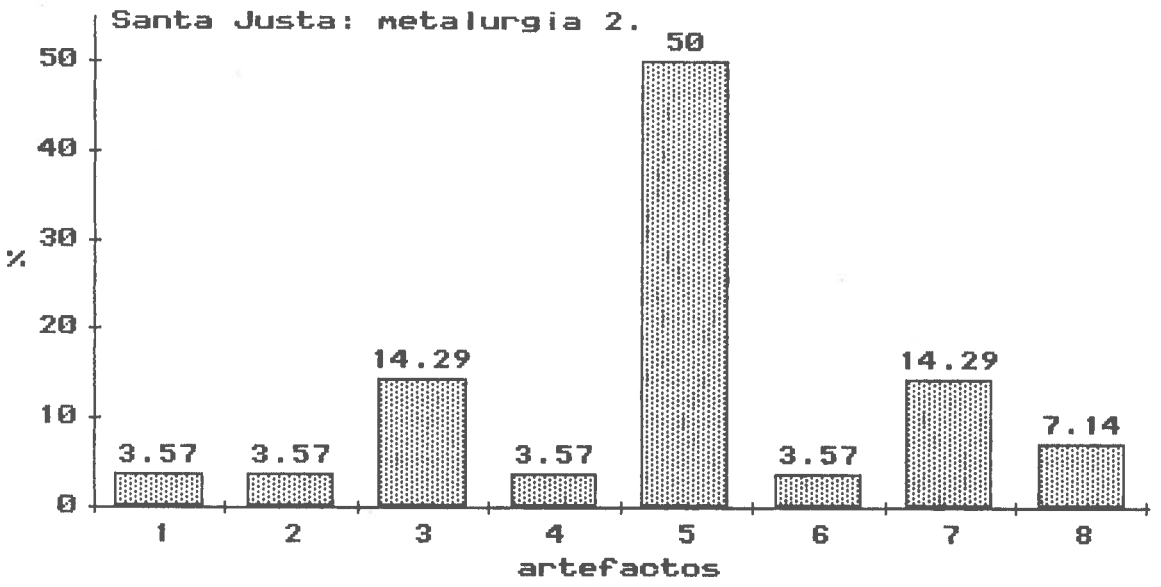
Fig. 5.116. Cerro do Castelo de Santa Justa: inventário da metalurgia, relações percentuais. 1: artefactos metálicos não identificados (amnis); 2: cadinhos; 3: cinzel; 4: cunha (?); 5: escopros; 6: escórias; 7: espátula; 8: furadores; 9: indeterminado; 10: lâmina reutilizada, com perfuração central; 11: lingote (?); 12: machados; 13: moldes; 14: objectos metálicos não identificados (omnis); 15: pingos de fundição; 16: serras.

Sobressai, nitidamente, a predominância das secções *quadrangular* e *rectangular* (75% do conjunto), devendo no entanto chamar-se a atenção para o facto de não ter sido considerada como categoria autónoma a que poderia eventualmente ser designada por «sub-quadrangular» e «sub-rectangular». Na verdade, não seria de esperar uma absoluta regularidade na geometria destes artefactos e não pareceu lógico diferenciar um «rectangular irregular» de um «rectangular regular», considerando ainda o carácter verdadeiramente excepcional das secções *sub-rectangulares* e *sub-quadrangulares*. Apesar disto, penso indispensável manter na descrição o critério que não se adoptou para o tratamento estatístico, em que o «sub-rectangular» foi assimilado ao «rectangular» e o «sub-quadrangular» ao «quadrangular».

No que respeita à secção observada na extremidade distal, os números são os seguintes:

Secção circular: 1 ..... 5%
Secção quadrangular: 1 ..... 5%
Secção rectangular: 18 ..... 90%

Não é de estranhar a dominância maciça da secção rectangular: em quase todas as peças observadas, a extremidade proximal é ligeiramente espatulada, como que para facilitar a fixação final no interior de um cabo de madeira ou osso. Esse espatulamento, obtido por martelamento ou por desenho do molde, é acompanhado por uma maioritária convexidade do topo proximal.



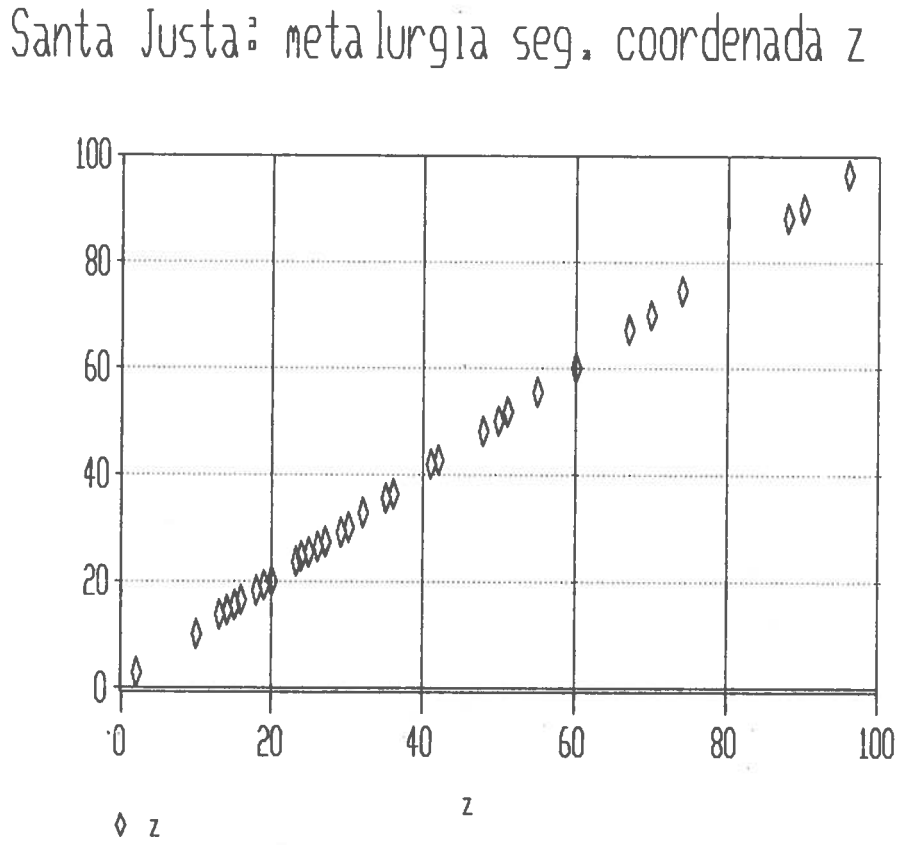


Fig. 5.117. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa: artefactos metálicos: relações percentuais. 1: cinzel; 2: cunha, 3: escopros; 4: espátula; 5: furadores; 6: lâmina; 7: machados; 8: serras.

Fig. 5.118. (*em baixo*) Cerro do Castelo de Santa Justa: distribuição dos testemunhos de metalurgia de acordo com a coordenada Z.

Ao contrário de Corte João Marques, em que se recolheu um excelente molde cerâmico para furadores, o Cerro do Castelo de Santa Justa apenas forneceu um provável molde de pedra, K.15.-11, ainda assim de interpretação polémica, uma vez considerada a possibilidade alternativa de ter funcionado como afiador de gume de machados. Torna-se difícil, desta feita, explicarmos o espatulamento da extremidade proximal e a convexidade do seu topo sem o recurso a hipóteses do tipo da que foi avançada.

A presença de tão elevado número de furadores anula, por absurdas, as recentes propostas que sobrevalorizam o papel dos artefactos metálicos como *bens de prestígio*. Como se disse, a nível de tarefas como corte por golpe desferido (abate de árvores) ou apoiado (facas) o cobre está longe de constituir a matéria prima ideal, sendo a sua eficácia inferior à dos instrumentos de pedra polida e lascada, respectivamente. Mas outro seria o caso das actividades implicando perfuração.

5.4.2.11. *Artefactos relacionados com o sagrado*
5.4.2.11.1. *«Falanges» seleccionadas*

Recolheram-se, perto das fogueiras estruturadas, alguns ossos de aspecto pouco comum. Se bem que surjam em outros pontos do povoado, é indiscutivelmente nesta específica área que se verificou a única concentração digna de registo.

David Geddes classificou-os como segundos metatarsos de javali e considerou não apresentarem vestígios de trabalho humano. É, porém, estranho que surjam como os únicos componentes dos ossos da pata do javali aqui presentes. Se tivessem sido resultado de acções de esquartejamento, não se compreenderia que apenas eles tivessem chegado até nós. Este facto, e o aspecto bizarro, zoomórfico, que apresentam, fizeram com que fossem designados, na gíria de terreno, como «ídolos-urso»...

Não se conserva aqui nenhuma das hipóteses emitidas aquando dos trabalhos de campo, mas considera-se possível que os metatarsos tivessem sido seleccionados intencionalmente, com finalidade desconhecida. Poderia arriscar-se a hipótese de serem matéria suporte para a manufactura de um qualquer artefacto, mas nada chegou até nós que o prove.

Regista-se a possibilidade de estarem relacionados com a simbólica, sem que com isso se assuma um verdadeiro compromisso interpretativo.

5.4.2.11.2. *Falanges afeiçoadas*

Algumas falanges registadas em escavação apresentavam traços de desbaste intencional, mas nenhuma gravação.

São as seguintes:

J.13.-s/n, de 79.10.03 - primeira falange de porco. Apresenta sinais de desengrossamento;

L.12.-s/n, de 79.10.04 - primeira falange de porco, apresenta traços horizontais de polimento.

5.4.2.11.3. *Falanges esculpidas ou gravadas com motivos simbólicos*

Recolheram-se alguns notáveis exemplares de falanges gravadas com os motivos simbólicos próprios da Deusa-Mãe calcolítica. Motivos bem conhecidos através dos ídolos cilindro tipo Moncarapacho, com os quais estas figurinhas se assemelham extremamente (Gonçalves, 1980e).

H.23.-1: [coord.: 027/046/040] — base de figura muito provavelmente idoliforme, completamente polida (micro-vestígios horizontais). Apresenta, numa área, o azul acinzentado que se encontrará também no *radius* de raposa L.11.-116.

I.16.-s/n, de 79.10.12 — primeira falange de *Cervus elaphus*. Apresenta um sol gravado na extremidade mais fina, parecendo corresponder a um olho solar. A falange está completamente enegrecida por fogo intenso e foi cuidadosamente polida. Ver vol. 2, Est. 105, 1.

J.15.-39: [coord. 107/178/036] — falange esculpida e polida. De baixo para cima, temos: (1) topo cortado, aplanado e polido; (2) sobrancelhas indicadas por traço oblíquo, com

incisões perpendiculares; (3) olhos solares, inscritos em círculos finamente incisos e de absoluta regularidade. Na depressão central, e num dos raios, encontraram-se traços de pasta branca, pelo que as incisões deveriam ter sido completamente preenchidas; (4) pinturas ou «tatuagens» faciais, sob a forma de quatro sulcos oblíquos; (5) dois seios, esculpidos em baixo relevo na extremidade inferior conservada da estatueta. Esta peça, fragmentada no sentido longitudinal, pode ser completada com a informação de uma falange recolhida noutra área do povoado (I.8.- 7). Para ambas, ver vol. 2, Est. 106, 3 e 4.

I.8.-7: [coord. 142/055/031], provém da área da cabana 10. É um fragmento de falange esculpida de que se conserva o limite extremo das tatuagens faciais, delimitadas por uma nítida moldura. No topo, vê-se ainda o extremo da sobrancelha esquerda. No exterior da área facial conservada, distinguem-se traços ziguezagueantes verticais paralelos, a clássica representação do cabelo da Deusa.

5.4.2.11.4. *«Ídolo garrafa» ou «de gola»*

Sob esta expressão, tecnicamente absurda, têm sido designadas diversas representações de osso esculpido, conhecidas nas penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Do Cerro do Castelo de Santa Justa é proveniente uma peça, notavelmente semelhante à recolhida no Bugio (Monteiro *et al.*, 1971). Trata-se de:

L.11.-116: [coord. 186/028/025]. *Radius* de raposa, muito desbastado e polido, com manchas de cor azul esverdeado. Extremidade mais fina cuidadosamente desbastada e reduzida, produzindo efeito algo semelhante ao do topo dos ídolos falange.

Ver vol. 2, Est. 105, 5.

5.4.2.11.5. *«Ídolos chatos»*

O casal Leisner divulgou sob esta expressão, algo infortunada, figurinhas planas, cortadas sob finas placas de xisto. O recorte antropomórfico era evidente e a distribuição assinalava a entrada no Ocidente Peninsular de uma nova representação, sobre a qual avancei a interpretação possível (Gonçalves, 1970b).

Os exemplares identificados em Santa Justa só com muitas reservas podem ser assim considerados, sendo, se assim fossem, «cabeças» de aquele tipo de representação. Recortadas em xisto, com sinais de polimento, foram inicialmente classificadas como artefactos líticos de significado indeterminado, designação que, talvez, melhor lhes convenha.

5.4.2.11.6. *«Ídolo cilindro»*

Num estado de completa desagregação, identificou-se no terreno uma massa de calcário de forma cilindróide (I.26.-6). Admite-se a probabilidade de ela ter pertencido a um ídolo cilindro, comum em contextos calcolíticos, mas limita-se a essa leitura o que é possível afirmar.

5.4.2.11.7. *«Ídolos de cornos»*

São provenientes do Cerro do Castelo de Santa Justa alguns excelentes exemplares de estas controversas figuras.

Basicamente, dividem-se em dois grupos: (1) figuras com depressão mais ou menos profunda no topo, delimitando os «cornos»; (2) figuras com o topo arredondado, semelhante à extremidade superior dos «ídolos falange».

Os 10 exemplares recolhidos pertencem maioritariamente ao primeiro tipo, estando o segundo representado por uma peça muito bem conservada: I.26.-3.

À excepção de H.17.-11, recolhido no interior da Torre 1, *todos são provenientes do exterior imediato da estrutura de I.25.*

Em 5.6., Discussão e síntese, retomaremos estas figuras e a problemática geral da sua interpretação.

5.4.2.11.8. *Figurinha cerâmica*

A figurinha cerâmica I.8.-6 está reduzida a um fragmento da cabeça, seccionado longitudinalmente.

Com as coordenadas 160/060/008, provém da área da cabana 10.

A cabeça, com frontal alto, está assinalada por traços horizontais (faixa?). Um dos olhos, o direito, está presente no fragmento, assinalado em depressão, com traço oblíquo.

É, talvez, o único artefacto recolhido em Santa Justa que sugere o Oriente. Mas as figurações múltiplas recolhidas na Pijotilla e em outros sítios peninsulares amortecem essa primeira imagem.

5.4.2.11.9. *Grafito sobre cerâmica de revestimento*

Num grande bloco de cerâmica de revestimento, foi detectado um grafito, gravado muito provavelmente com o dedo na altura em que o barro ainda estava fresco (vol. 2, Est. 180-181).

Interpreto-o como uma *cabeça de pássaro*, e se aqui o refiro é também pelo facto de o fragmento corresponder a um provável lugar de travejamento de cabana, sendo possível que se encontrasse intencionalmente visível.

Seria incompreensível que se explorasse a via totémica para explicar a sua presença naquele lugar, à míngua de dados. Mas seria estulto não referir a possibilidade de o único grafito conhecido nas centenas de fragmentos de cerâmica de revestimento observadas no Cerro do Castelo de Santa Justa não possuir, eventualmente, um significado simbólico.

5.5. DATAÇÕES ^{14}C

Como se sabe, foi possível obter um conjunto de datações pelo método do carbono 14 para o povoamento calcolítico do Cerro do Castelo de Santa Justa (Gonçalves, 1983-84c).

O alcance e os limites da série serão discutidos em 5.6.8..

Considera-se, porém, eventualmente interessante a realização de novas datações, no sentido de esclarecer pontos em aberto.

São as seguintes as datas obtidas, indicando-se, de acordo com as normas internacionais, inicialmente o valor BP e, em seguida, as datas antes da nossa era, de acordo com a calibração proposta por Stuiver e Pearson, Pearson e Stuiver e Pearson *et al.*, Radiocarbon, 28, 1986. Os números que precedem a referência de Laboratório (de 1 a 10) referem-se à legenda das figuras 5.119 e 5.120. Pelas razões que adiante serão referidas, excluiu-se dos gráficos a datação «0» (UGRA-89), considerada aberrante perante o conjunto das restantes e pela análise artefactual do contexto de proveniência.

0. *UGRA-89 (carvão recolhido em I.15., z: 053 cm)*
   5180±160 BP para 1 sigma: 4231 — 3788 cal AC
   para 2 sigmas: 4350 — 3648 cal AC

1. *UGRA-131 (carvão recolhido em G.24., z: 184 cm.)*
   4390± 150 BP para 1 sigma: 3340 — 2890 cal AC
   para 2 sigmas: 3502 — 2615 cal AC

2. *Ly-3230 (idem)*
   4400± 140 BP para 1 sigma: 3340 — 2900 cal AC
   para 2 sigmas: 3499 — 2626 cal AC

3. *UGRA-90 (carvão recolhido em E.17., z: 149 cm.)*
   4310± 170 BP para 1 sigma: 3296 — 2667 cal AC
   para 2 sigmas: 3490 — 2480 cal AC

4. *Ly-3229 (idem)*
   4250± 110 BP para 1 sigma: 3018 — 2667 cal AC
   para 2 sigmas: 3291 — 2509 cal AC

5. *UGRA-91 (carvão recolhido em K.18., Z: 055 cm.)*
   4100± 140 BP para 1 sigma: 2890 — 2470 cal AC
   para 2 sigmas: 3028 — 2290 cal AC

6. *UGRA-77 (carvão recolhido em H.17., z: 132 cm.)*
   3960± 180 BP para 1 sigma: 2865 — 2200 cal AC
   para 2 sigmas: 2920 — 1960 cal AC

7. *UGRA-75 (carvão recolhido em I.16., z: 35 cm.)*
   3990± 130 BP para 1 sigma: 2860 — 2340 cal AC
   para 2 sigmas: 2900 — 2140 cal AC

8. *UGRA-76 (sementes carbonizadas provenientes de J.14., z: 60 cm.)*
   3920± 125 BP para 1 sigma: 2580 — 2207 cal AC
   para 2 sigmas: 2872 — 2039 cal AC

9. *UGRA-86 (carvão recolhido em L.18., z: 028 cm.)*
   3910± 120 BP para 1 sigma: 2577 — 2205 cal AC
   para 2 sigmas: 2867 — 2039 cal AC

10. *UGRA-85 (carvão recolhido em M.18., z: 025 cm.)*
    3890± 130 BP para 1 sigma: 2573 — 2147 cal AC
    para 2 sigmas: 2867 — 1986 cal AC

Nas Figuras 5.119. e 5.120, reproduzem-se, graficamente, as datas obtidas, em anos convencionais de radiocarbono, antes do presente, e calibradas, antes da nossa era. Em ambos casos, para 2 sigmas.

Estes intervalos de tempo conteriam momentos específicos do povoado, ainda que as dimensões do desvio padrão impossibilitem o tipo de análise fina que se considera indispensável.

Ao iniciar o artigo em que se divulgou, pela primeira vez, este conjunto de datas (Gonçalves, 1983-84c: 81), escolhi como epígrafe o dito popular *trás de tempo, tempo vem*. Sublinhava, assim, a subjectividade do nosso próprio tempo e aludia, indirectamente, ao carácter transitório das datações absolutas, cuja definição «fina» continua a ser, ainda, mais um objectivo que uma efectiva realidade.

Em Portugal, agora que um Laboratório de carbono 14 está finalmente em funcionamento, o estado da Arqueologia e o atraso global dos métodos de pesquisa, bem como a extrema desigualdade da distribuição dos recursos, poderá gerar uma situação perversa e resta desejar que as amostras para datar justifiquem (pela sua fiabilidade) o investimento. Se *uma data «não é datas», datas sem contexto de pouco servem*. E ao avanço dos métodos deveremos corresponder com o rigor da escavação e do registo dos dados arqueológicos.

As datas do Cerro do Castelo de Santa Justa, estas e eventualmente outras, respondem a questões precisas de forma (ainda) imprecisa.

Para que a situação, a nível das cronologias, se possa alterar, torna-se indispensável não apenas progredir no aperfeiçoamento dos métodos, mas nas condições prévias que garantam que eles respondam a questões precisas, formuladas de uma forma unívoca, se não com datas exactas, o que parece ser inviável no actual estado dos nossos conhecimentos, pelo menos com intervalos de tempo curto que as contenham.

UGRA-75	3990 ± 130 BP	carvão, recolhido em I 16, profundidade 35 cm
UGRA-76A	3920 ± 125 BP	sementes carbonizadas, recolhidas em J 14, profundidade 60 cm
UGRA-76B	3890 ± 170 BP	idem, idem
Ly-3229	4250 ± 110 BP	idem, idem
Ly-3230	4400 ± 140 BP	idem, idem
UGRA-77	3960 ± 180 BP	carvão, recolhido em H 17, profundidade 132 cm
UGRA-85	3885 ± 130 BP	carvão, recolhido em M 18, profundidade 25 cm
UGRA-86	3910 ± 120 BP	carvão, recolhido em L 18, profundidade 28 cm
UGRA-89	5180 ± 160 BP	carvão, recolhido em I 15, profundidade 53 cm
UGRA-90	4310 ± 170 BP	carvão, recolhido em E 17, profundidade 149 cm
UGRA-91	4100 ± 140 BP	carvão, recolhido em K 18, profundidade 55 cm
UGRA-131	4390 ± 150 BP	carvão, recolhido em G 24, profundidade 184 cm

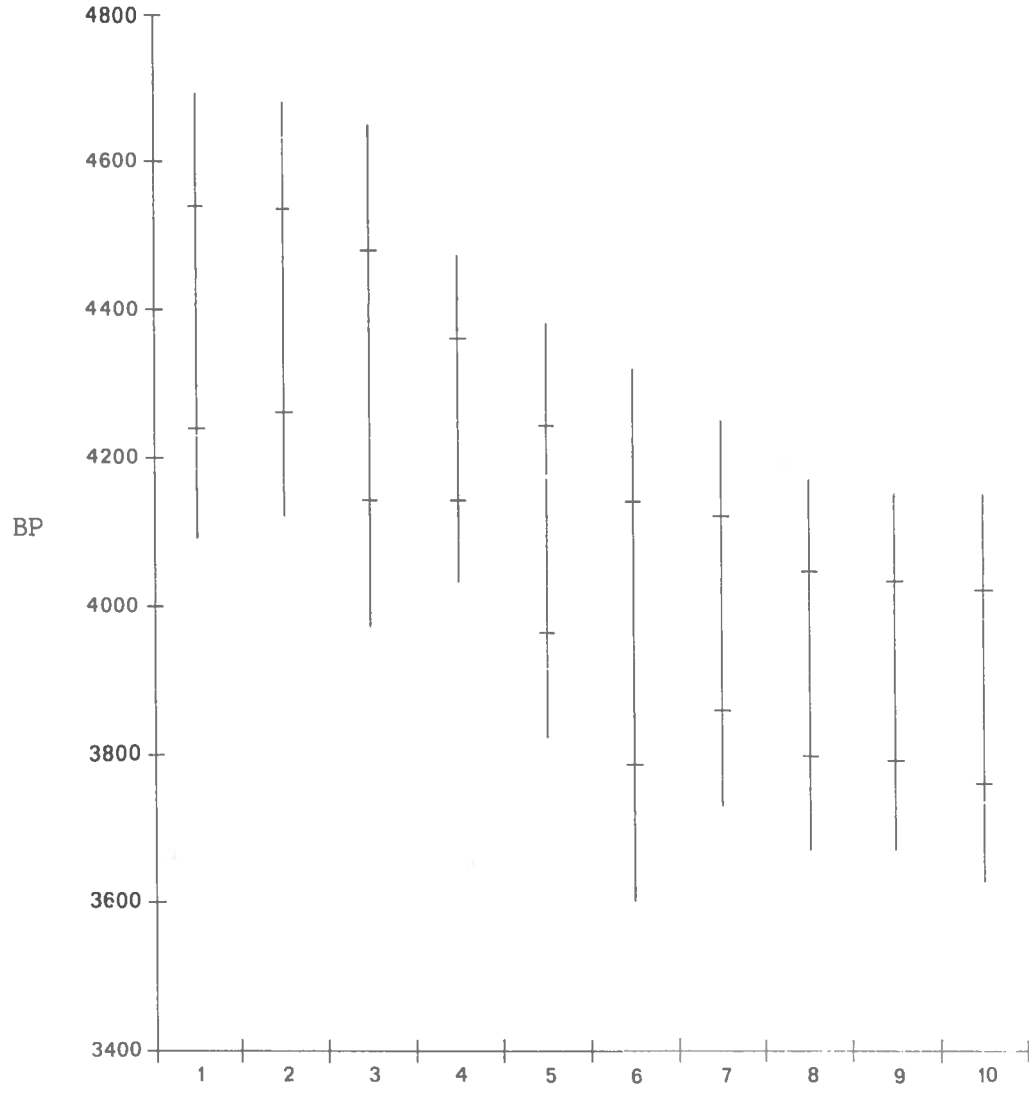


Fig. 5.119. Cerro do Castelo de Santa Justa: datas de 14C para o povoamento calcolítico, representadas a dois sigmas.

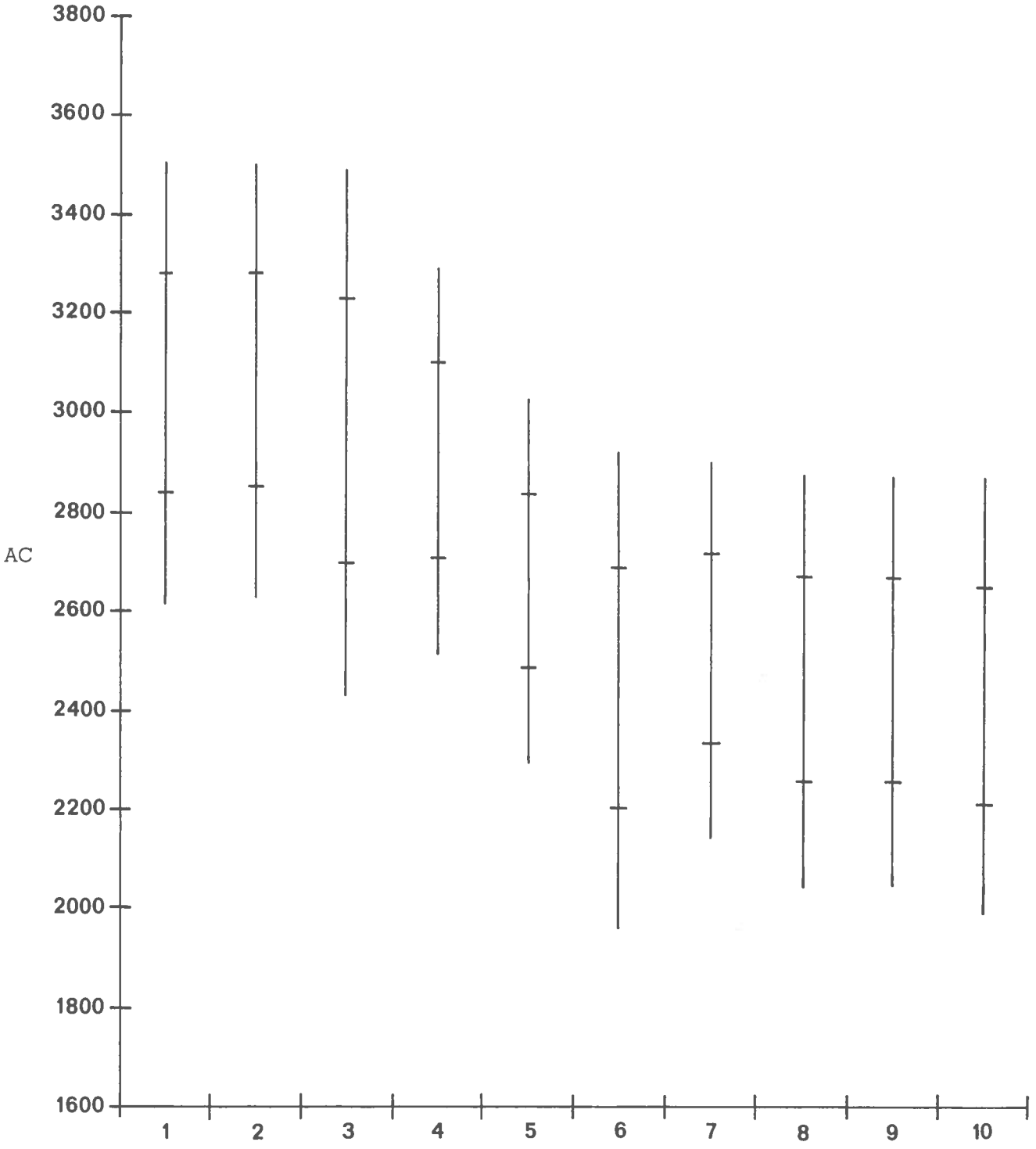


Fig. 5.120. Cerro do Castelo de Santa Justa: datas de 14C para o povoamento calcolítico. Calibradas segundo Stuiver e Pearson e representadas a dois sigmas.

5.6. DISCUSSÃO E SÍNTESE

5.6.1. *As estruturas do quotidiano*

5.6.1.1. *As cabanas*

A contagem das cabanas detectadas no Cerro do Castelo de Santa Justa eleva-se, como vimos, a um total de 10, sendo 3 extra-muros.

As considerações que este conjunto implica são das mais difíceis para uma avaliação das evidências e torna-se necessário sistematizá-las, de acordo com a sua natureza. Veremos assim, em primeiro lugar, problemas específicos de construção e acabamento e, por último, as possíveis interpretações para as alterações no padrão construtivo e seu significado social.

[1] Seis das sete cabanas intra-muros são posteriores ao incêndio que destruiu as estruturas habitacionais anteriores e apresentam entre si notáveis coerências de construção, ainda que também diferenças assinaláveis, no que à sua dimensão diz respeito.

A única estrutura de habitação registada para os primeiros momentos do povoado (Cabana 4) é de interpretação particularmente complexa, uma vez tendo sido quase integralmente destruída. Os traços reconhecidos apontam para uma estrutura muito maior que as que se lhe seguiriam. A planta possível deixa ver um arco de círculo com quase 8 m. de diâmetro. Toda a cerâmica de revestimento recolhida no sector da quadrícula compreendido pelas coordenadas 10./18. diz aparentemente respeito a esta cabana.

E é sobre a placa cerâmica, provocada pelo abatimento e cozedura pelo fogo de esta cerâmica de revestimento, que são construídas o que chamei «cabanas de fase 2». O arco da cabana era formado por lajes de xisto e os traços de estruturas perecíveis são praticamente inexistentes. BP1, o buraco de poste anexo à Porta 1, poderia ter a ver com esta estrutura (ou com a Porta 1). Mais segura é a associação dos buracos de poste BP2 e 3, situados entre as Cabanas (de segunda fase) 2 e 3, com esta antiga estrutura.

Paradoxalmente, os pormenores que escasseiam para a planta integral sobejam para o revestimento das «paredes». Com efeito, a argila que revestiu as paredes construídas com caules entrelaçados preservou, após cozedura, os negativos desses caules, bem como as impressões de algumas folhas e rebentos. O seu pequeno diâmetro levanta alguns problemas de interpretação, mas a forma peculiar como se entrelaçam, e as impressões das cordas que os atavam, permitem avançar que (1) se tratava de uma estrutura de suporte ligeiro; (2) foi maciçamente revestida com densa camada de argila. O aspecto geral, a avaliar pelo tipo e espessura da cerâmica de revestimento recolhida, seria mais o de um *igloo* de cerâmica que o de uma cabana tradicional.

Com o fim de encontrar paralelos para o entrançamento dos suportes, observaram-se as técnicas construtivas ainda hoje em uso no Burundi (Acquier, 1986), entre os Pigmeus da África Central (Philippart de Foy, 1984) e nas montanhas e terras altas do Norte dos Camarões (Seignobos, 1982). Em todos estes casos, o entrançamento é sistematicamente praticado, quer para paredes quer para a cobertura, ainda que se não tenha registado nestes casos qualquer revestimento cerâmico.

Foi aliás a observação de casos de construção mista, como os das terras altas dos Camarões, absolutamente idêntico às antigas construções da Mealha de que se reproduz imagem no volume 2 deste trabalho (Est. 161, 1), que me levou a admitir a possibilidade de a cerâmica de revestimento proveniente dos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa poder corresponder não a um revestimento de paredes, mas a uma impermeabilização da cobertura. Mas não há, na realidade, elementos que no-lo permitam provar, sobretudo porque a construção seria discutivelmente segura com tal peso recaindo sobre as paredes.

As impressões de rebentos jovens na argila sugerem a hipótese de a primeira cabana de Santa Justa ter sido construída em fins da Primavera, o que aliás seria uma excelente altura para uma primeira instalação naquele sítio. Tal permitiria construir a habitação (e eventualmente a primeira fase do dispositivo defensivo) e iniciar a exploração da área de recursos até a altura adequada às primeiras sementeiras. Para que esta proposição fosse aceitável, haveria porém que estabelecer, sem oposição, a contemporaneidade entre a primeira construção do Muro 1 e o levantamento desta cabana.

A superfície externa da cerâmica de revestimento conservou, também, traços de diversos processos de acabamento, desde a regularização grosseira (vol. 2, Est. 52) ou o simples alisamento com arraste de massa (vol. 2, Est. 56, 2) a uma cuidada regularização (vol. 2, Est. 114-115).

[2] As cabanas intra-muros 1-2-3-5-6-7, excelentemente conservadas (se exceptuarmos a 1) levantam outro tipo de problemas. Todas elas se compõem de socos de lajes de xisto em arco de círculo, mais ou menos aberto.

Noutro sítio calcolítico que escavei e cuja publicação ultimo, o Cabeço do Pé da Erra (Coruche), foram identificados socos idênticos aos de Santa Justa, confirmando uma observação que sempre me deixara perplexo: a cerâmica de revestimento não surge associada às cabanas pequenas com socos de pedra, mas a outro tipo de construção. No Pé da Erra, no bem preservado nível do Corte 1, não se recolheu praticamente cerâmica deste tipo mas sim no Corte 2, onde nenhum soco foi identificado.

Põe-se assim, naturalmente, a questão de como se estruturavam esses espaços, justamente os melhores conservados de Santa Justa.

Não registei no terreno qualquer dado que pudesse esclarecer esta questão. A única possibilidade explicativa parece residir na existência, sobre esse soco de pedra, de uma construção em adobe. Tal técnica forneceria isolamento adequado às prováveis condições climáticas, de qualidade idêntica ou próxima da que a cerâmica de revestimento assegurava. Não parece estranho o desaparecimento do adobe, dependendo a sua conservação da técnica utilizada no seu fabrico: três mil e quinhentos anos depois, as casas muçulmanas que a equipa da UNIARQ escavou na Quinta do Lago (Loulé) conservavam intacto o soco de pedra (e o telhado abatido), mas não evidenciavam qualquer traço do adobe que deveria ter constituído as suas paredes.

Sobrevive, naturalmente, uma questão: porque se abandonou uma técnica construtiva a favor de outra.

Ainda que com as indispensáveis reservas, não me parece impossível responder. A redução das dimensões das cabanas criou vãos que poderiam ser protegidos mais economicamente com adobe que com argila trabalhada, evitando o transporte para o alto do cerro de grandes quantidades de barro. Explicação com maior fundamento não é possível, no estado actual dos nossos conhecimentos.

[3] Que significa, realmente, o proliferar das cabanas de Santa Justa? aparentemente, no *crescimento da população* reside a única resposta possível. Mas crescer *a partir de quê?*

Sugeriu-se várias vezes que Santa Justa se assemelhava preferencialmente a uma quinta fortificada que a uma aldeia, no sentido moderno do termo. Começando por ocupar relativamente pouco espaço, vêmo-la na última fase extravasar do dispositivo defensivo, com a construção das cabanas extra-muros, duas das quais sobrepostas.

Se defendessemos que a primeira ocupação do sítio se faz com base numa estrutura familiar, ainda que alargada, o seu inevitável crescimento tornaria necessária a ampliação e a diversificação das estruturas de abrigo. A multiplicação e a redução de dimensões das cabanas de Santa Justa representaria assim *uma situação social nova*, resultante do fraccionamento do núcleo familiar inicial. Teríamos, desta forma, explicada a transição da ampla cabana «colectiva» inicial para as estruturas posteriores. O facto de um incêndio ter separado estas duas situações teria eventual significado específico se a cultura material registasse uma mudança sensível de conteúdo. Ora a mudança de conteúdo não existe e as alterações detectadas vão-se processando ao longo do registo sem que se veja qualquer clivagem violenta: não há abrandamento da percentagem de artefactos se analisarmos a coordenada de registo z. Facto que se tornou desde cedo patente para os moventes, mas que também se verificava no que às cerâmicas diz respeito.

Haverá, também, que concluir daqui a natureza acidental do incêndio da cabana 4 (fogo propagado a partir de uma qualquer estrutura ou área de combustão ou fenómeno electro-magnético)?

5.6.1.2. *Os buracos de poste*

Toda a arqueologia do Calcolítico regista estas estruturas que se referem a apoios verticais às construções. Quer bem definidos, e consolidados com pedras cravadas a cutelo, quer simplesmentes escavados no solo (ou na rocha).

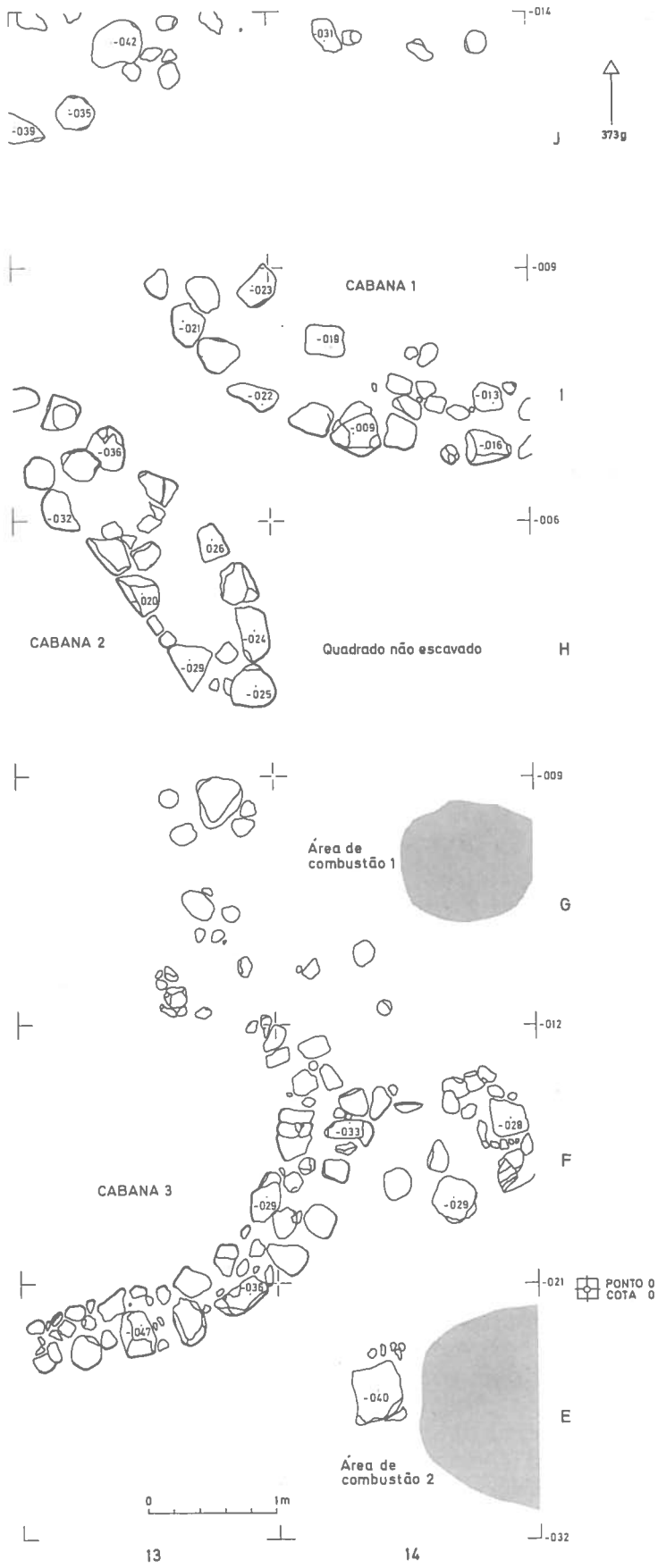


Fig. 5.121. Socos de cabanas calcolíticas do Cabeço do Pé da Erra, Coruche (escavações do Autor, em curso de publicação).

Como se viu, no Cerro do Castelo de Santa Justa existem dois tipos de buraco de poste.

BP1 é um buraco rectangular, calçado com um pequeno bloco de grauvaque. É o único deste tipo que conheço para o Calcolítico e a sua associação à Porta 1 pareceu, inicialmente, a única possível. A sua funcionalidade, não parecendo polémica no geral, oferece algumas dificuldades de interpretação. Apoio fixo para uma qualquer estrutura aérea conectada à porta seria hipótese com algum fundamento que se poderia avançar. Mas compreende-se que sob reservas (sendo aparentemente preferível a sua conexão à única cabana de primeira fase?).

Os buracos de poste BP2 e 3 foram identificados no espaço que separava as traseiras das cabanas 2 e 3. São os típicos buracos de poste desta época, idênticos aos observados no Cerro do Castelo de Corte João Marques, consistindo num buraco definido por uma escavação sub-circular, calçado por três pedras em cutelo.

Uma curiosa experiência residiu na construção de uma cabana coberta por caniçadas, para recolher a equipa da escavação durante o tempo de almoço. Montada rapidamente pelos trabalhadores locais, foi concluída a partir de três espeques verticais cravados em buracos de pequena profundidade, feitos no solo, calçados igualmente por três pequenas pedras em cutelo. Essa estrutura precária sobreviveu diversos anos aos invernos da Serra e foi-me dado observar nas Alcarias de Pedro Guerreiro outras, semelhantes, com mais de cinquenta anos. A robustez dos espeques, e a técnica de calçar os buracos de poste, garantiu uma extraordinária sobrevivência ao conjunto, resumindo-se as partes substituídas à cobertura.

O único problema que levantam BP2 e 3 reside na sua conexão a uma dada estrutura. Colocada liminarmente de parte a hipótese de corresponderem às cabanas 2 e 3, pela sua clara anterioridade, surgiu como provável a sua associação à estrutura da primeira cabana a ser construída no povoado (a Cabana 4), de que seriam eventualmente os suportes centrais. Infelizmente as destruições efectuadas neste sector não tornam tranquila a hipótese. Mas o certo é que se não encontra outra alternativa.

5.6.1.3. *As estruturas e as áreas de combustão*

As actividades relacionadas com o fogo deixaram traços diversos no Cerro do Castelo de Santa Justa. Remetemos para a alínea reservada à metalurgia a discussão em torno à estrutura de I.25., pelo que nos cabe analisar aqui dois tipos de testemunho: (1) os vestígios de combustão não estruturada; (2) as estruturas de combustão. Hesitei em chamar «lareiras» às estruturas do segundo tipo, de tal maneira a designação actual pode ser interpretada com ambiguidade. Uma outra, «fogueira» poderia, talvez, aplicar-se ao que teriam sido os restos de combustão não estruturados. Mas, existindo hoje fogueiras reforçadas ou delimitadas por pedras de apoio periférico, considerei preferível designá-las assim, uma vez explicitado o conceito.

Os vestígios de combustão não estruturada estão patentes de forma muito difusa em várias áreas do povoado, sendo geralmente indiciados por micro-quantidades de carvão aderentes a fragmentos de recipientes cerâmicos. Nestes casos, é admissível a dúvida se estes traços não poderiam ser interpretados como simples vestígios da combustão, conservados nas superfícies externas de recipientes «ao lume». Poderiam assim ser provenientes das lareiras detectadas, ou de outras, inclusivamente exteriores ao dispositivo defensivo. Mas em I.25. foi detectada uma concreta mancha de cinzas e micro-quantidades de carvão (82.08.24). De aspecto extremamente irregular, continha associadas às cinzas restos de fauna, uma *Venerupis decussata* e alguns restos cerâmicos.

Tratava-se, portanto, de um claro espaço de combustão, mas que não foi objecto de uma estruturação com pedras definidoras de uma área de fogo. Identificado a pouca distância do nível superficial, seria contemporâneo dos últimos momentos do povoado.

As estruturas de combustão 0-1-2-3 apresentavam-se da forma oportunamente descrita e têm paralelos um pouco por toda a parte, correspondendo a um modelo organizacional do espaço de fogo que continua a ser praticado nos nossos dias. Se quiséssemos um exemplo proveniente de um povoado (ou acampamento?) de metalurgistas, ainda que posterior, poderíamos citar o de Chinflón, Huelva (Pellicer e Hurtado, 1980, Est. IVA e VA). Mas a continuação seria inútil, uma vez que só o contexto artefactual pode situar estas estrutu-

ras: na Anta dos Penedos de S. Miguel, a fogueira estruturada do nível de violação medieval é absolutamente idêntica à fogueira 0 de Santa Justa.

Quanto aos traços de fogo encontrados ao centro da Cabana 1, a destruição e a dispersão registadas naquela área superficial não permitem decidir com certeza se haveria ou não uma combustão estruturada. Parece-me, no entanto, que, a ter de assumir uma interpretação, me inclinaria para que se tratasse realmente de uma estrutura, cujas pedras, posteriormente dispersas, apareceram aos escavadores com a forma de semi-círculo que o desenho registou.

O estudo sistemático das «instalações do quotidiano» empreendido recentemente para o Languedoc, do Mesolítico à Idade do Bronze (Gascó, 1985), apresenta um excelente ponto da situação, evidenciando aliás o que se esperava, a universalidade das técnicas e processos construtivos destas estruturas.

Caberá ainda sublinhar o aspecto «social» das estruturas de combustão, outra constante nas culturas humanas. No Cerro do Castelo de Santa Justa, é altamente provável que a área fronteira às estruturas de combustão tenha sido utilizada não apenas por quem se encarregava da cozinha, mas por talhadores de osso, sendo daí proveniente a figurinha de Deusa-Mãe com olhos de sol primeiramente identificada, bem como a maior parte das falanges afeiçoadas, algumas delas registando traços de fogo intenso. Seriam refugo, e as peças completamente acabadas inexistentes no registo? não é improvável.

Por outro lado, foi junto às estruturas de combustão, em J.13., 14. e 15., que se recolheram milhares de sementes carbonizadas (cevada vestida, *Hordeum hexasticum*, e cevada santa, *Hordeum vulgare*, var. *coeleste*, segundo a classificação de J. R Monjardino), associadas a fragmentos de recipientes de grandes dimensões e a três moventes sobrepostos (J.14.-80, -81 e -82). Tal permite supor estarmos perante uma verdadeira área de actividade ampla (relacionada com a armazenagem de gramíneas e a confecção de alimentos) e não apenas uma área de fogo localizada.

5.6.1.4. *Os teares*

Pelo que sabemos hoje das técnicas de tecelagem (e tive oportunidade de falar longamente com artesãos alentejanos a esse respeito), praticamente todos os componentes do tear, do modelo mais simples ao mais complexo, são totalmente perecíveis. Os pesos actuais, na sua quase totalidade de madeira, incluem-se nessa categoria.

Os artefactos em forma de linguiça fina, com uma perfuração em cada topo, designados na literatura da especialidade por *crescentes*, têm vindo a ser quase unanimemente reconhecidos como pesos de tear. Classificação que compartilham com as plaquinhas rectangulares alongadas com uma ou duas perfurações em cada topo. No entanto, eles não pertencem a um único tipo, existindo pelo menos as seguintes tipos e variantes:

Tipo 1. *secção circular* — Variante 1. fina
— Variante 2. espessa

Tipo 2. *secção sub-rectangular* — Variante 1. fina
— Variante 2. espessa

Está neste momento em curso um trabalho classificatório destes artefactos recolhidos no Alentejo e Algarve, com a finalidade de «afinar» esta classificação prévia e a fundamentar estatisticamente, pelo que ela se avança aqui apenas a título indicativo.

Contrariamente a outros sítios que escavei (Mangancha 1, por exemplo), que revelaram diversos tipos associados, todos os artefactos deste tipo recolhidos em Santa Justa pertencem ao Tipo 1, Variante 1, sendo notável a homogeneidade morfológica.

Observou-se logo na Campanha 1(79) que, apesar de estes artefactos surgirem normalmente dispersos pelo povoado, uma grande concentração era detectável perto da Porta 1, em L. e M.11. Já em 79.10.30 se escrevia que «...dir-se-ia haver mais crescentes que terra». Tal concentração, que as próximas seis Campanhas viriam a demonstrar ser a maior das duas verificadas no povoado, parece interpretável como os vestígios de um tear e foi essa

a explicação que se propôs. Nada fez alterar esta primeira posição, pelo que continuo hoje a pensar o mesmo que então.

Nenhuma das estruturas perecíveis do tear deixou qualquer espécie de vestígio, o que torna impossível compreender como funcionaria. Um artesão, confrontado com os «crescentes», não hesitou em admitir que poderiam ter pertencido a uma qualquer forma antiga de tear, tendo referido estruturas mais simples que as hoje conhecidas e apenas estranhado não existirem outros tipos de peso no mesmo tear. O certo, porém, é que estes são os únicos recolhidos no Cerro do Castelo de Santa Justa.

Se bem que os pesos de tear de Santa Justa tenham paralelos em quase todos os sítios calcolíticos do Sul Peninsular, não deixa de ser bizarra esta exclusividade de um tipo único. No Monte da Tumba, existem diversos tipos (incluindo rectangulares espessos com uma ou duas perfurações por topo), para além dos idênticos aos de Santa Justa. No Monte Novo dos Albardeiros, a situação é quase idêntica: se bem que faltem os pesos de faces rectangulares, espessos, diversos tipos foram recolhidos. Na Mangancha, a situação é similar, com dezenas de pesos de diversas tipologias identificados, incluindo os «crescentes».

A utilização dos pesos de tear como factor definidor a nível da identificação de culturas diversificadas, é uma atitude passível de severas reservas. Artefactos tecnómicos têm por vezes dispersões peculiares e um tear (ou as técnicas de tecelagem) fazem parte da complexa malha de vivências económicas domésticas que passam, às vezes inalteráveis, ao longo de gerações.

É certo que não pode ser contestada a grande clivagem técnica que deve ter existido entre os teares simples do Calcolítico do Sul e os teares das penínsulas de Lisboa e Setúbal que, incluindo os pesos quadrangulares ou rectangulares muito espessos, conhecidos a partir da Rotura e de Vila Nova de S. Pedro, deveriam ter outra complexidade e, sobretudo, dimensão. Mas não se vê como, sem outras provas, se lhes possa atribuir o papel de indicador de culturas distintas.

5.6.2. *O dispositivo defensivo: evolução e significado*

5.6.2.1. *A sequência construtiva*

A primeira observação sobre a existência de fases de construção no dispositivo defensivo do Cerro do Castelo de Santa Justa foi possível logo após a identificação da segunda das torres. Com efeito, não apenas se registavam importantes diferenças morfológicas como a própria implantação de ambas torres nos panos do muro era completamente diversa. A Torre 1 aparecia rasgada no Muro 1, uma construção em grauvaque que, como se veria subsequentemente, teria envolvido a totalidade da área habitada interior. A Torre 2, diferentemente, arrancava do reforço exterior ao Muro 1, uma construção de xisto laminar projectada com a clara finalidade de espessar e consolidar a estrutura defensiva. Também a própria existência do reforço tornava óbvia a existência de fases de construção.

No ponto em que a escavação foi interrompida, tinham-se identificado traços muito destruídos de duas torres e completamente identificado nove outras. A irregularidade na distribuição das torres evidenciava a sua assincronia, ao mesmo tempo que troços extremamente destruídos do Muro 1 mostravam a existência de reconstruções do mesmo.

O perímetro do Muro 1 aparecia alargado, de uma primeira para uma segunda fase. Na mais antiga, o Muro 1 definiria um espaço elíptico. Num segundo momento, esse espaço foi alargado e uma porta em cotovelo (Porta 2) foi construída na extremidade oposta à da porta anterior (Porta 1). Enquanto a primeira destas portas tinha a definir o seu espaço de abertura dois grandes blocos de pedra, a nova porta era construída com a forma de um duplo muro em cotovelo. Não se confirmou a suspeitada existência de uma porta anterior à segunda, e que abriria a 70º, numa das duas áreas mais confusas do povoado.

O estudo específico de cada torre, e as comparações estabelecidas entre elas, bem como a sua relação com o Muro 1 e o Reforço 1, permitiram avançar hipóteses interpretativas.

Paradoxalmente, a leitura mais simples dizia respeito primeira e à última das fases. Os momentos imtermédios eram, indiscutivelmente, de difícil esclarecimento.

Com base na leitura de terreno, foi feita uma primeira distribuição das torres por dois momentos de construção. Em 83.09.13, considerava-se como pertencente a uma primeira fase de construção a Torre 1, e admitia-se como provável que os vestígios interpretados

como sendo a Torre 4a pertencessem igualmente a este momento. Seriam duas torres ocas, construídas em duas áreas opostas do Muro 1. Em fase posterior, eram colocadas as outras torres, não estando ainda bem posicionada a Torre 3, cuja construção complexa, e de algum modo sem paralelos, justificaria a continuação da discussão em seu torno.

Propõem-se hoje 5 fases para o crescimento do dispositivo defensivo, suscitando porém a primeira delas uma alternativa difícil de resolver, sobretudo se considerarmos que as diversas reconstruções de panos de muro mascararam traçados anteriores.

É possível descrever estas fases, ilustradas pelas reconstituições que adiante se publicam. No sentido de clarificar as descrições, foram elas colocadas face a face com as imagens. Agradece-se ao Arquitecto Jorge Cruz a colaboração amiga, no sentido de transcrever graficamente os resultados das discussões em torno à sequência construtiva do dispositivo defensivo de Santa Justa.

Fase 1

1.ª hipótese — Nesta fase, o muro de protecção não disporia de torres (tal como no troço conhecido da Muralha 3 de Vila Nova de S. Pedro) e abriria sensivelmente a 370g por uma porta não protegida, balisada, nos alicerces, por dois grandes blocos de pedra. A esta porta estaria conectada uma estrutura considerada como um buraco de poste escavado no xisto degradado, de planta rectangular e com um calço de pedra ainda *in situ*.

Nesta hipótese, num segundo momento teriam sido construídas as Torres 1 e 4a, possivelmente por desmonte parcial dos sectores de muro correspondentes.

Fase 1

2.ª hipótese — O dispositivo defensivo desta primeira fase incluiria, à partida, tanto a Torre 1 como a 4a, estando a Porta 1 activa nesta fase.

Fase 2

A segunda fase corresponde às primeiras grandes transformações no dispositivo defensivo, traduzidas no arrasamento de parte do Muro 1, cujo percurso foi corrigido tendo sido construída a Torre oca 4b. O espaço interno foi prolongado em direcção a 170g, tendo sido construída a Porta 2. A Porta 1 é fechada nesta fase.

Fase 3

Nesta fase, parte do Muro 1 é reforçada exteriormente, tendo sido construída a Torre 5, maciça, ao mesmo tempo que a Torre 3, igualmente maciça, e o espessamento do espaço entre ela e a Porta 2 aumentavam a segurança deste sector.

Fase 4

A fase 4 inclui o robustecimento de um amplo sector do muro 1 entre 70g e 370g com a construção das Torres maciças 6, 7 e 8 e o envolvimento do muro de fecho da Porta 1.

Fase 5

A fase 5 corresponderia à construção do único reforço interno conhecido ao Muro 1 (Reforço 2, Ri), num sector entre as Torres 1 e 3, e à construção das Torres 9 e 2, ocas, de dimensão idêntica, dispostas nas duas faces anexas à Torre 1. Uma área extremamente destruída, no exterior do Muro 1, entre a Porta 1 e a Torre 2, permitiu arriscar a hipótese de uma Torre 10, tardia, sem que se possa avançar com segurança qual o seu real enquadramento construtivo. Neste sector extremamente destruído, viria a identificar-se uma estrutura ovóide, claramente uma cabana de maiores dimensões que as anteriores, ela própria adossada a estruturas muito destruídas.

5.6.2.2. *As correlações do dispositivo defensivo/estruturas domésticas*

Se bem que se analise em ponto próprio o conjunto das estruturas domésticas, a sua correlação com o dispositivo defensivo constitui questão que deveríamos obrigatoriamente debater aqui.

Apenas parece possível aceitar como evidente a correlação entre 3 estruturas domésticas e uma fase (a 1.ª) de construção do dispositivo defensivo de Santa Justa. São elas o buraco de poste escavado na rocha designado por BP1 e os restos do que interpretamos como uma grande cabana semicircular ou circular, quase completamente destruída. A cone-

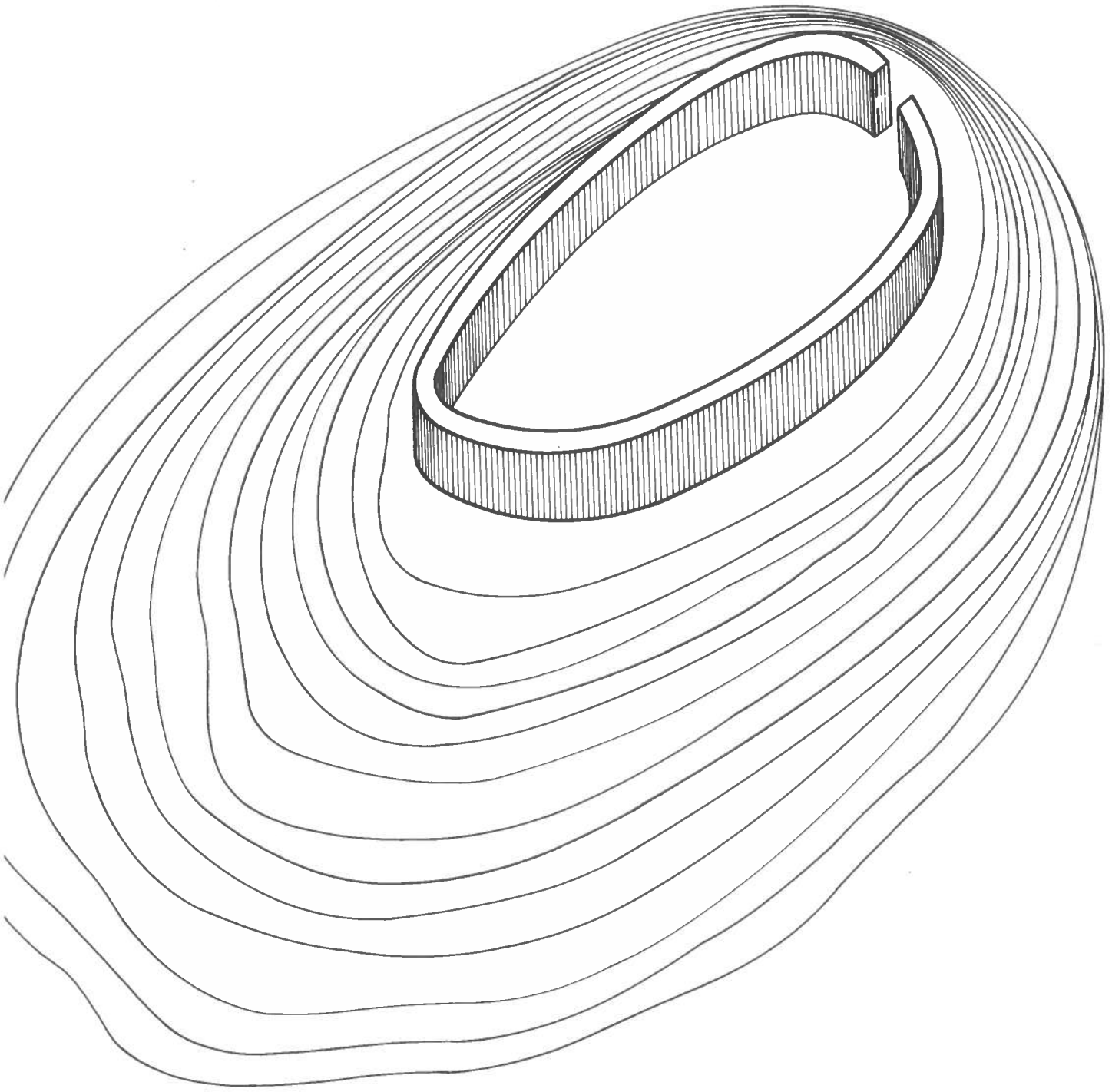


Fig. 5.122. Cerro do Castelo de Santa Justa: fase 1, hipótese A. (tal como nas figuras seguintes referentes à reconstituição da sequência construtiva, escala 1: 400).

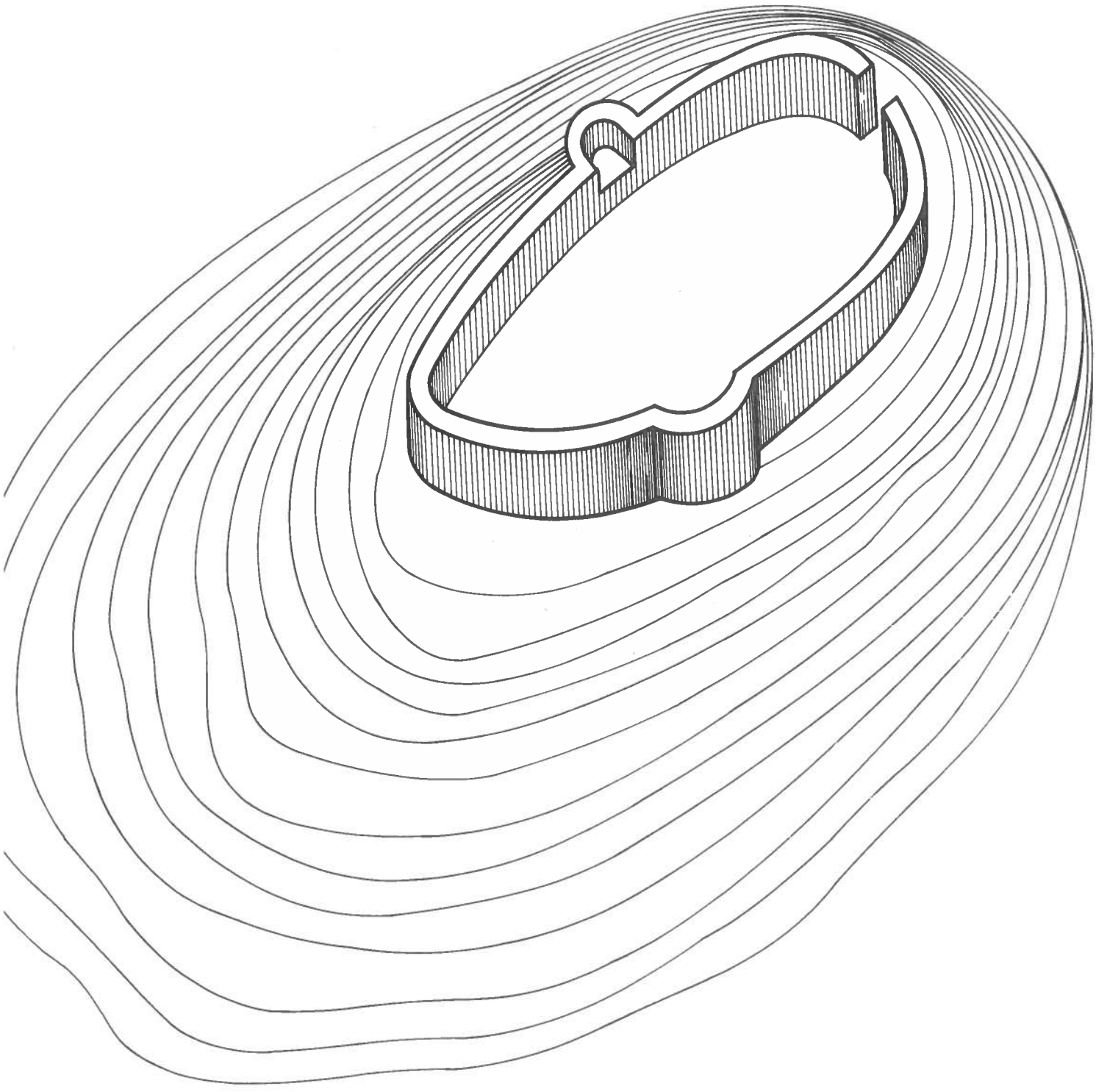


Fig. 5.123. Cerro do Castelo de Santa Justa: fase 1, hipótese B.

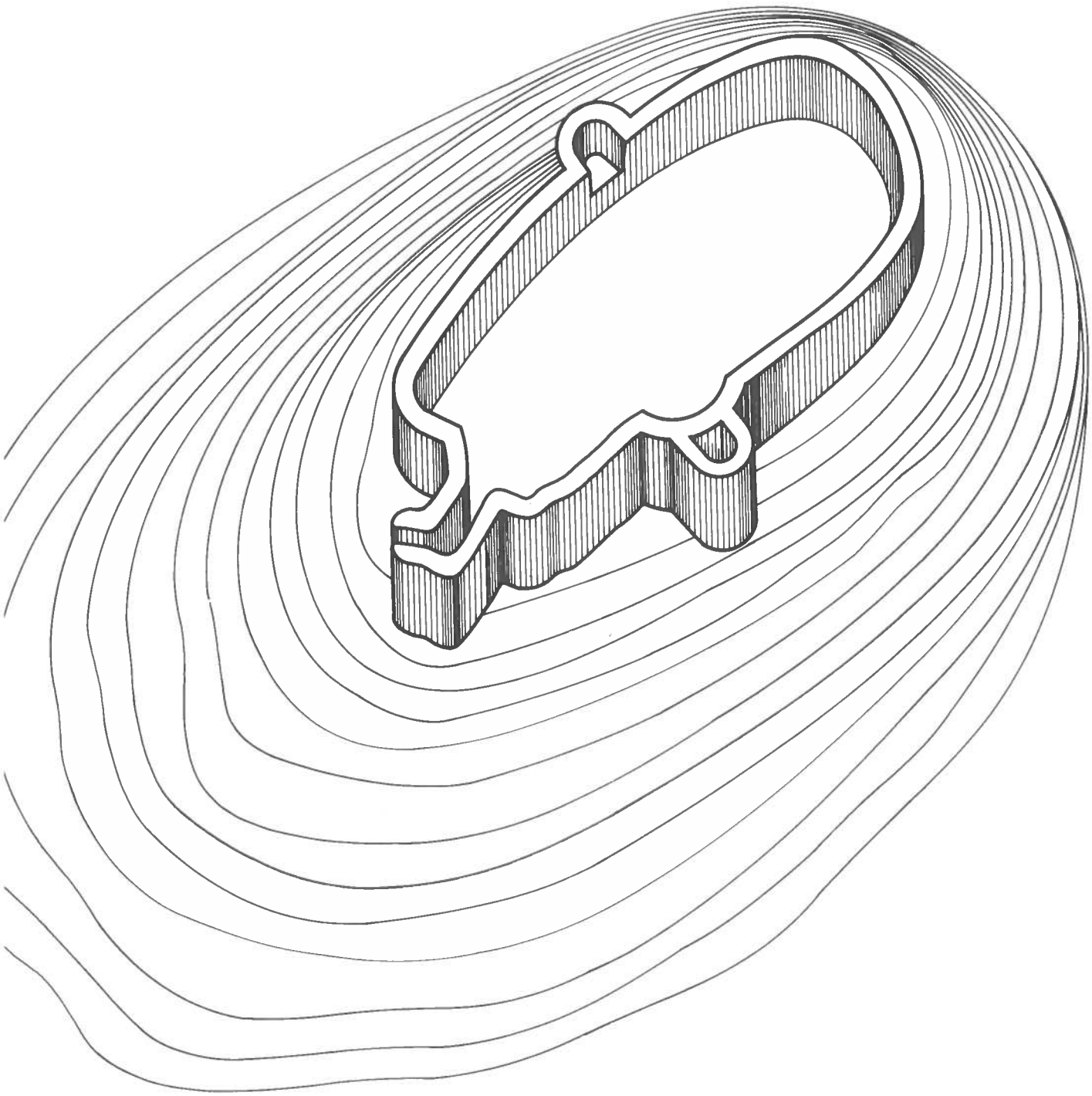


Fig. 5.124. Cerro do Castelo de Santa Justa: fase 2.

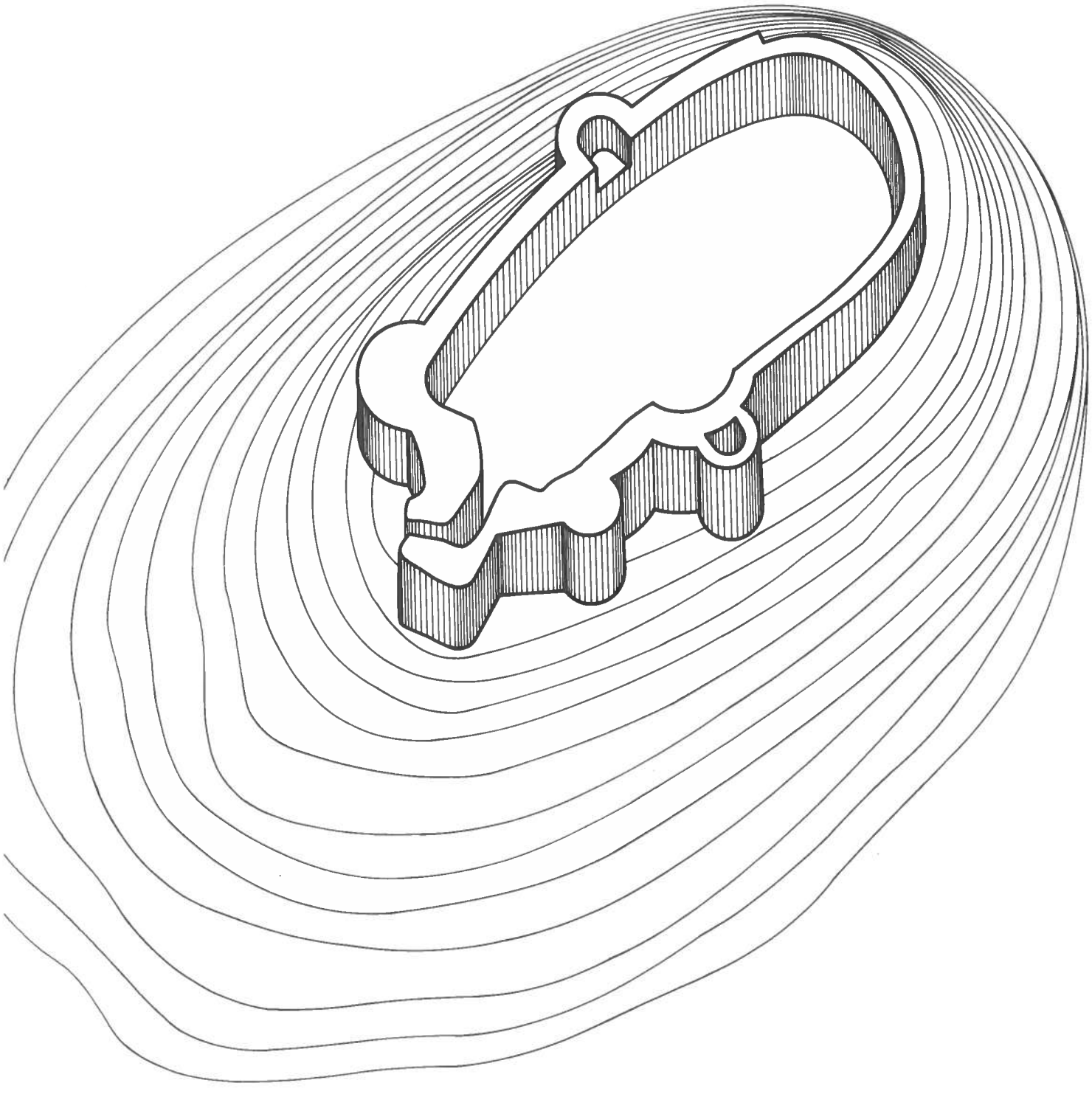


Fig. 5.125. Cerro do Castelo de Santa Justa: fase 3.

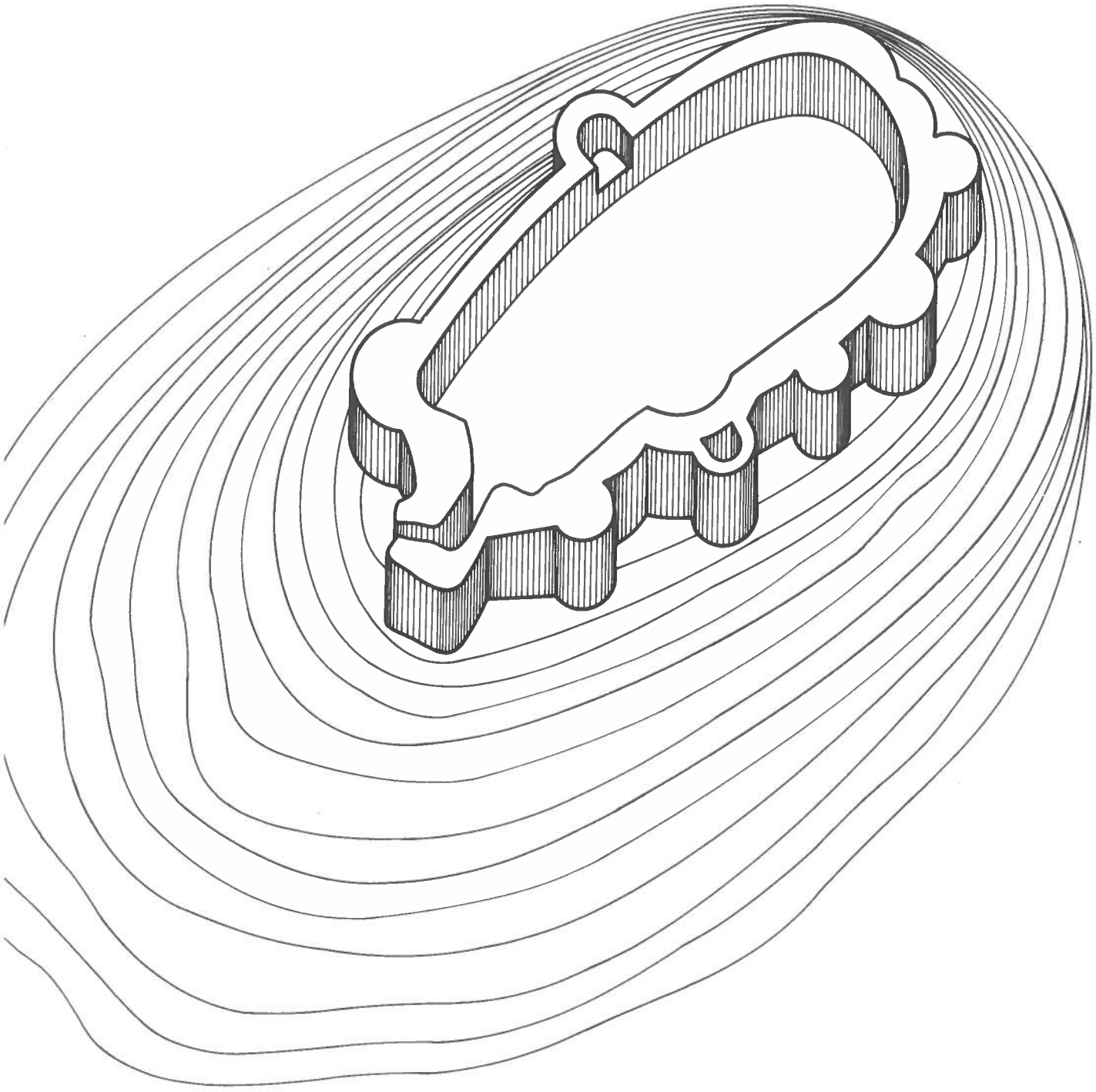


Fig. 5.126. Cerro do Castelo de Santa Justa: fase 4.

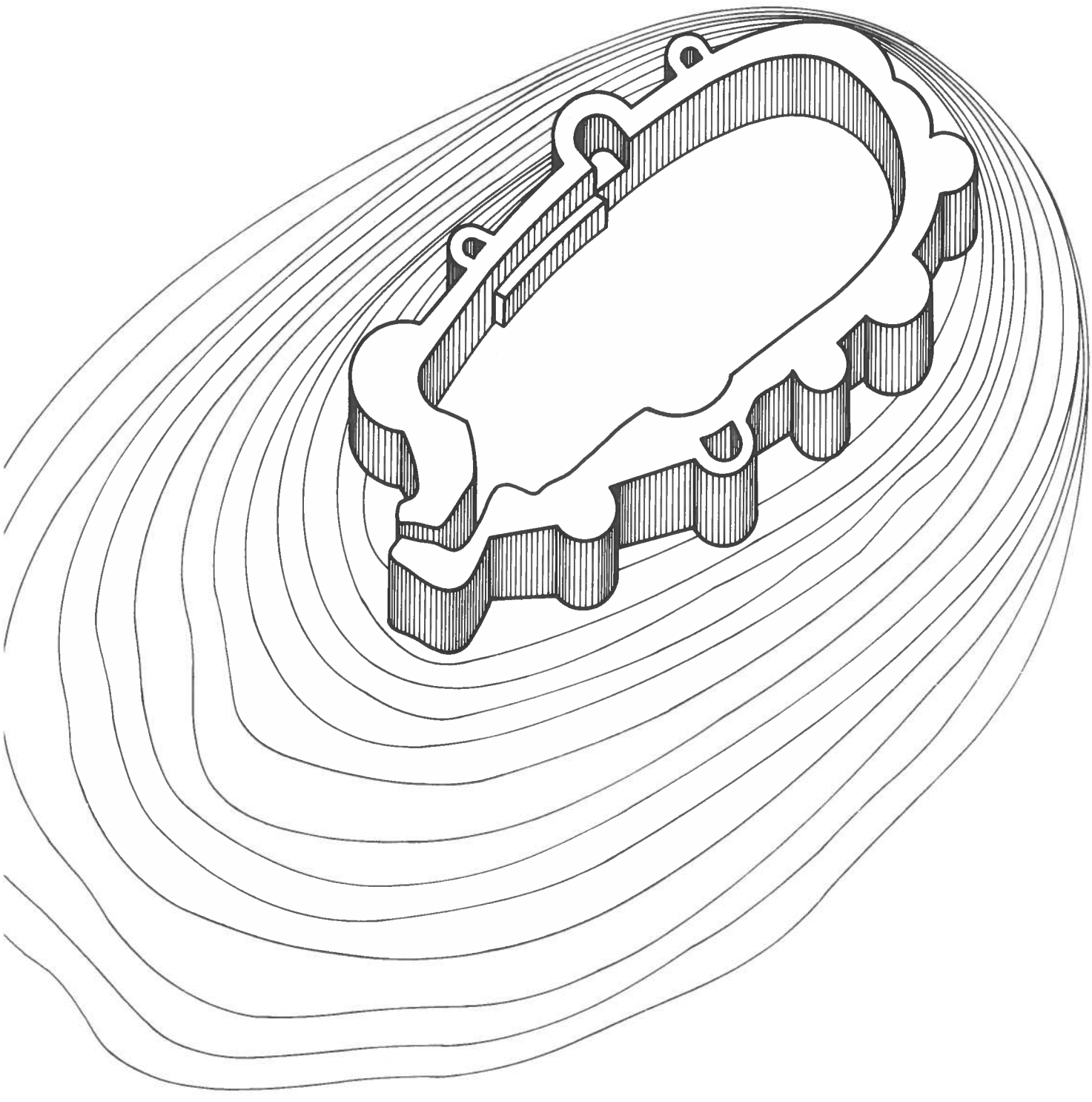


Fig. 5.127. Cerro do Castelo de Santa Justa: fase 5.

xão de BP1 à Porta 1 não se nos afigurou polémica, ao contrário da interpretação da outra estrutura referida. De qualquer forma, a intensa ocupação deste sector, o derrube do tecto de cabana e as construções posteriores não permitem entender claramente o real significado desta estrutura.

Convém salientar que a extensa carapaça de cerâmica de revestimento isolada entre as coordenadas 10 e 16 do povoado, no interior e ao centro do dispositivo defensivo, corresponderá a esta cabana e não às cabanas de 2ª Fase, cujo tipo de cobertura nos é desconhecido, sendo tão possível que fosse simplesmente de ramagens, sobre soco de pedra e parede de taipa, como consistisse em coberturas de pele.

Consideradas as condições do nível superior ao da carapaça cerâmica, não é possível estabelecer qualquer correlação entre as estruturas domésticas de 2.ª fase e as fases construtivas do dispositivo defensivo. Creio, porém, ser lícito avançar que as cabanas de 2.ª fase não deverão ser mais antigas que a Fase 4 do dispositivo defensivo. Fundamento esta proposta no crescimento ordenado das fortificações, nesta e na última fase, e na homogeneidade da construção das cabanas.

Outra correlação nítida parece existir entre a estrutura de I.25. e o alargamento da fortificação na direcção a 170º. Com efeito, essa estrutura corresponde à primeira ocupação desse sector, tendo-se mantido em uso aparentemente durante toda a segunda fase do povoado.

5.6.2.3. *O significado dos componentes do dispositivo defensivo*

O dispositivo defensivo do Cerro do Castelo de Santa Justa poderia sumariamente ser dividido em (1) muros; (2) portas; (3) torres.

Indiscutível o significado das portas, restará no entanto sublinhar a diferença entre a estrutura simples da Porta 1 e a estrutura protegida da Porta 2, traduzindo aparentemente distintas condicionantes de construção.

Não sabemos, devido às destruições sofridas pelo sector exterior à Porta 1, se alguma estrutura precária aumentaria a segurança deste acesso, mas a construção da Porta 2, que só permitiria um acesso pessoa a pessoa ao interior do povoado, numa área facilmente controlável pelos topos de muro, aponta para uma preocupação com a defesa completamente diferente.

O facto de se localizar a construção da Porta 2 num momento relativamente precoce do povoado, poderia querer dizer que uma construção simples, erguida sem particular sofisticação nem exagerada preocupação defensiva, se tornou indesejável numa conjuntura de características diversas, que fez repensar a fortificação.

Os muros de Santa Justa encontravam-se num estado irregular de conservação, sendo naturalmente as construções mais recentes as que mais sofreram com as destruições do séc. XX, facto particularmente verificável na área do dispositivo defensivo orientada a 170º. Mas as construções mais antigas, de primeira fase, foram atingidas severamente durante a própria ocupação pré-histórica do sítio.

O Muro 1 define o espaço interior da fortificação e é construído com uma dupla fieira de pedras de grauvaque. Nas suas reconstruções, tal técnica construtiva será sempre respeitada. Os dois reforços que consolidaram o Muro 1 são de concepção diferente dele, mas idêntica entre si. São ambos de xisto laminar, localmente ainda mais abundante que o grauvaque. No entanto, o primeiro Reforço é concebido como um envolvimento exterior do Muro 1, fornecendo-lhe um apoio de indiscutível utilidade, uma vez considerado o declive em que ele assenta. O segundo Reforço é apenas uma estrutura localizada, cujo significado não é imediatamente compreensível.

As torres representam, sem dúvida, um dos mais importantes aspectos do dispositivo defensivo.

A primeira questão a pôr-se, naturalmente, dizia respeito aos seus aspectos funcionais.

A Torre (oca) 1 poderia eventualmente ser utilizada para armazenamento, pese porém o seu escasso volume interno. Curiosamente, ao nível do acesso para o seu interior, mas adossado ao interior do Muro 1, registou-se um grande aglomerado de fragmentos cerâmicos, tal como se, num dado momento, a torre tivesse sido limpa por um varrimento que tivesse deixado acumulado, no seu exterior, restos nela abandonados. No entanto, tal expli-

cação não é possível para qualquer uma das outras duas torres ocas, uma vez que as reduzidas dimensões do seu interior não permitiriam qualquer tipo de armazenagem.

O significado «militar» das torres é conhecido para períodos históricos, tanto no território hoje português como a nível planetário. Neste sentido, as torres representam avanços de muralha, permitindo fazer fogo cruzado sobre eventuais assaltantes. Quando ocas, o acesso ao seu topo faz-se pelo interior; quando maciças, as torres têm o acesso ao topo garantido por escadas que partem da passarela de ronda. Teoricamente, quer seja a fortaleza construída de uma única vez, ou sucessivamente acrescentada, a distância entre torres é estudada em função do campo a cobrir pelo tiro.

As torres de Santa Justa, como as do Monte da Tumba, as de Vila Nova de S. Pedro ou as do Zambujal, não são construídas a distâncias padronizadas, proliferando de forma incompreensível em termos funcionais ao longo dos muros.

O verdadeiro significado destas estruturas não parece dever colocar-se numa perspectiva estritamente funcional, no que à defesa diz respeito. Perguntei-me várias vezes durante a escavação, particularmente ao escavar as Torres 2 e 9, se elas não teriam eventualmente sido usadas como contrafortes, fornecendo uma maior estabilidade ao Muro 1. Sem dúvida que o topo das outras torres poderia funcionar como excelente plataforma de tiro para vários arqueiros, mas no topo de cada uma das mais pequenas não mais de um atirador caberia. E, contrariamente ao que se verifica em Vila Nova de S. Pedro, as torres de Santa Justa mantiveram-se em funcionamento sem que o seu primitivo aspecto tivesse sido alterado. Se conclusão houvesse que ser tirada sobre a funcionalidade das torres de Santa Justa, seria portanto levado a afirmar que ela poderia, eventualmente, não se resumir em exclusivo a funções estritamente defensivas.

5.6.2.4. *A estratégia do dispositivo defensivo*

A construção de um qualquer dispositivo defensivo cumpre uma de duas possibilidades: (1) construção planeada de início, correspondendo a um projecto específico; (2) construção progressiva, ao longo de períodos mais ou menos longos.

No primeiro dos casos, a fortificação surge com uma lógica específica. Uma fortaleza da Restauração, ou um castelo filipino, traduzem estratégias de defesa concretizadas em curtos espaços de tempo. Referem-se a uma tensão conjuntural que, uma vez ultrapassada, conduz ao desactivar dos sítios construídos exclusivamente com finalidades militares.

Uma construção que defende um povoado, seja qual for a sua dimensão, é alargada à medida que o número dos habitantes cresce e traduz as diferentes concepções de diferentes épocas ou de escolas de guerra. Nos dois extremos, encontramos lugares que nunca ocuparam totalmente o espaço protegido e outros que extravasaram os muros protectores, inutilizando a sua própria função e comprometendo, com as construções anexas aos panos de muro, a segurança inicialmente garantida por altas muralhas. Mas o que importa reter é a diferença estrutural entre ambos casos, legível na morfologia dos sítios.

O dispositivo defensivo do Cerro do Castelo de Santa Justa traduz, na sua forma final evidenciada pelas escavações, uma sequência de planeamentos. Não foi construído de uma vez só, para albergar um grupo que se manteve fiel a um plano inicial.

Se o objectivo era único, garantir a segurança de um dado espaço através da construção de defesas eficazes, as concepções de segurança evoluiram e a construção também. Às torres ocas acrescentaram-se torres maciças, num processo que visou completar espaços de apoio ao Muro 1.

A evolução morfológica da fortificação é coerente e em cada fase há objectivos que são cumpridos de uma forma homogénea.

5.6.3. *O trabalho da pedra*

A primeira observação, no que diz respeito ao talhe da pedra do Cerro do Castelo de Santa Justa, concerne à sua relativa escassez e, muito particularmente, à limitada variedade morfológica dos artefactos recolhidos. E se dizemos *morfológica* e não *funcional* é pela conhecida impossibilidade de aceitar a contínua coincidência dos dois critérios.

De acordo com as tipologias clássicas, os artefactos de pedra lascada do Cerro do Castelo de Santa Justa parecem dizer respeito quase apenas a duas categorias (de populações numerosas para o total), as *lâminas* e as *pontas de seta*. Identificaram-se, também, como pequenas minorias, artefactos tradicionalmente designados como *furadores* e *lamelas*.

Não deixa de ser estranho o facto de nem um único núcleo de lâminas ou lamelas ter sido recolhido no povoado (ainda que, em Arqueologia, não existam factos estranhos, todas as realidades sendo significantes). Se o declínio do uso de lamelas é uma constante dos inventários desde o Neolítico «médio», a inexistência de núcleos é um facto relativamente novo. Para o explicar, poderíamos avançar a hipótese de os artefactos serem adquiridos pelo grupo já manufacturados. Mas essa situação seria de tal modo incomum que a explicação não parece de reter.

Poderia, talvez, admitir-se, como hipótese de trabalho, a existência de uma área especializada de talhe no exterior do dispositivo defensivo. Tal facto seria compatível com situação idêntica aplicada à farinação, mas o certo é que neste último caso, apesar da significativa presença no exterior, a presença de dormentes e moventes foi largamente documentada no interior do povoado.

Existindo indícios de talhe do osso junto às estruturas de combustão, e firmes provas de utilização do mesmo espaço para a fusão e moldagem do cobre, não deixa de ser pouco crível que todas as actividades de lascagem da pedra decorressem no exterior. A existência de polidores de machados em plena área do povoado mais acentua a estranheza que este fenómeno nos causa.

Se o *chert* e o sílex, de que é feita a maioria das lâminas, fosse proveniente do Barrocal (como parece provável), poderíamos admitir, como possibilidade, que, nas comprovadas deslocações para Sul de parte dos habitantes do povoado, aí tivessem sido talhados os artefactos trazidos para Santa Justa. O facto das indústrias da pedra lascada se efectuarem sobre lâmina poderia, eventualmente, apoiar esta situação, ainda que a presença de sub-produtos de lascagem no sítio venha limitar o alcance desta explicação.

Para 84 lâminas e 46 pontas de seta, apenas se identificaram 2 furadores, aliás obtidos sobre lasca de xisto jaspóide, comum na região. As lamelas recolhidas são, na sua maioria, em «cristal de rocha», o quartzo hialino difícil de recolher na região, ainda que em arrasto de linha de água, uma vez que nem a Foupana nem o Odeleite, tanto a montante com a jusante dos seus pontos mais perto de Santa Justa, atravessam contextos geológicos em que tal ocorrência seja visível.

Como se viu, as lâminas recolhidas em Santa Justa apresentam um retoque localizado predominantemente num dos bordos. Tal facto poderia indicar um processo de encabamento coincidindo com o eixo longitudinal do artefacto e deixando apenas a descoberto um dos seus bordos úteis. O facto de não se terem identificado, ou estudado, ainda os micro vestígios de uso torna qualquer outra explicação infundamentada. No entanto, a observação macroscópica de todos os exemplares, e a utilização de uma lupa binocular de 50 aumentos, não evidenciou o conhecido «brilho de cereal» em qualquer dos exemplares estudados. Esta situação é só parcialmente comum a outros sítios calcolíticos que estudei. Em Corte João Marques, identificou-se pelo menos um artefacto com esse brilho, vários no Cabeço do Pé da Erra, e para Vila Nova de S. Pedro é conhecida a extensão da amostra em que tal situação se verifica.

Se é indiscutível que as lâminas seriam utilizadas na vida quotidiana do povoado, a inexistência de artefactos de sílex ou *chert* interpretáveis como participando em actividades agrícolas é tão mais estranha quanto a abundância de dormentes e moventes é a prova evidente da intensidade de tais práticas.

Como se escreveu por diversas vezes, a existência em Santa Justa de áreas especializadas de actividade (é o caso da metalurgia, da tecelagem e das tarefas de cozedura doméstica), torna admissível que no exterior do povoado pudesse existir uma área específica para armazenagem maciça dos cereais, anexa à qual estivessem depositados os artefactos relacionados com as colheitas. Trata-se, naturalmente, de uma simples suposição, com alguma credibilidade neste contexto.

As pontas de seta recolhidas no povoado, num total de 46, enquadram-se, como vimos, numa morfologia bastante homogénea, estando apenas representados os tipos de base recta e côncava, comuns no Sul de Portugal. Mesmo estas últimas apresentam, na sua maio-

ria, fracos índices de concavidade, sendo as excepções caracterizadas pela existência de tipos de retoque pouco comuns nas restantes.

A existência de exemplares em sílex e *chert*, de origem aliena ao contexto local, é contrabalançada pelo número dos exemplares de xisto, obviamente obtidos a partir de lascas de essa matéria prima extremamente abundante no Alto Algarve Oriental.

As minorias líticas, tipologica e estatisticamente falando, dizem respeito a dois tipos de artefactos, sendo o primeiro o das lamelas de quartzo hialino, frequentes em contextos votivos, e o segundo o dos furadores de xisto. A escassez de estes últimos artefactos no povoado será compreensível se tomarmos em linha de conta a sua grande abundância em formas metálicas (cobre).

As pontas de seta são utilizadas, naturalmente, num tipo de actividade que diminui a sua ocorrência em povoados: a caça. A sua presença traduz a natural existência ou de carcazes de arqueiro nos lugares de habitação ou de depósitos de reserva.

A criação intencional de depósitos «tipo arsenal», previstos em função da defesa activa dos sítios, apenas foi documentada em Vila Nova de S. Pedro. Os números para este povoado estremenho, apontando vários milhares, contrastam evidentemente com os números de Santa Justa e inviabilizam aqui o que se pensou possível para os explicar naquele sítio.

5.6.4. *A cerâmica*

Não se fez aqui o estudo integral da cerâmica do povoado, incomportável num trabalho forçosamente individual, como o presente.

Resta-nos afirmar que apenas um outro sítio, a Sul do Tejo, foi tratado estatisticamente como os nossos. Tal sítio encontra-se inédito ao momento em que escrevo, mas as formas do Monte da Tumba divulgadas recentemente, de forma preliminar, por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1988: 24) evidenciam um fenómeno curioso, *a extraordinária constância das formas ao longo dos níveis*.

Para o Cerro do Castelo de Santa Justa, como se viu, não se pode dizer exactamente o mesmo, ainda que o nosso estudo se baseie em duas amostras e se desconheça ainda a extensão da tratada pelos arqueólogos do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Estabelecer comparações peça a peça, pareceu-me sempre recurso a usar em último caso, e apenas quando artefactos muito bem delimitados no tempo estivessem disponíveis.

Espera-se, assim, que com a publicação dos dados referentes ao Monte da Tumba e à cerâmica não decorada do Zambujal, outras análises sejam possíveis.

Os conjuntos, diria, não parecem diferir muito no que ao Monte da Tumba e a Santa Justa/Corte João Marques se refere.

Prosseguir no enumerar de sítios, conhecidos por recolhas de superfície, seria simples, mas inadequado.

5.6.5. *Os suportes de vaso*

Em 1982, ao publicar um resumo da sua tese de licenciatura sobre os suportes no Baixo Guadalquivir, Pepa Gasull referia a seu propósito: «... a pesar de constituir un objeto perfectamente documentado ya desde el Eneolítico y de modo particular en las culturas tartésicas del Sudoeste, no ha sido objeto de un estudo analítico hasta el presente.» (1982: 62). E, para justificar a escassez da amostra disponível (apenas 79 exemplares para o Calcolítico, a Idade do Bronze e a Idade do Ferro), acrescentava em nota: «Pero hay que tener en cuenta que cuando estas piezas no se encuentran enteras o casi enteras en las excavaciones se pueden confundir fácilmente con bordes exvasados de grandes vasijas. Así, en numerosas ocasiones un fragmento de soporte tosco, sin ningún tipo de tratamiento ni decoración es inventariado como borde.» (*ibidem*).

Quando o primeiro exemplar foi recolhido no Cerro do Castelo de Santa Justa, ainda antes da publicação do artigo a que se fez referência, discutiu-se imediatamente o que poderia ser aquele artefacto cerâmico e foi a comparação com os exemplares inéditos de Valencina de la Concepción, nessa altura ainda no Laboratório do Museu de Sevilla, que permitiu o esclarecimento do seu significado.

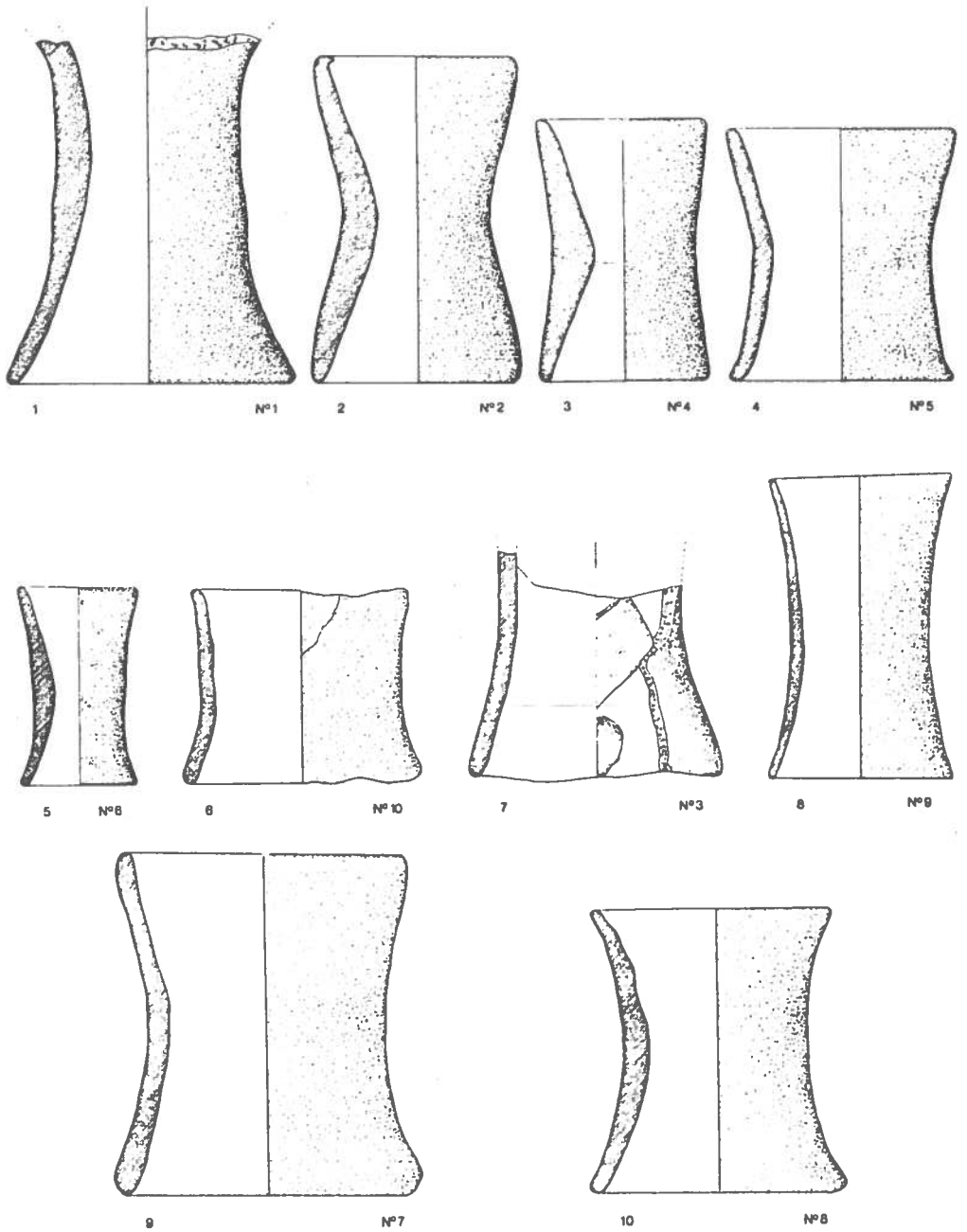


Fig. 5.128. Suportes do Baixo Guadalquivir, segundo Gasull, 1982: 69. 1, 2, 3 e 4: dolmen de Hidalgo (San Lúcar de Barrameda, Cádiz); 5: gruta de Belméz (Córdova); 6: La Alquería, Lorca (Murcia); 7: Morro de la Mezquitilla (Málaga); Peña Rambla - Bejar, Lorca (Murcia); 9 e 10: La Ciñuela, Mazarrón (Murcia), Bronze II? segundo Gasull, *ibid.*: 82. Não s evê qualquer razãopara classificar no Bronze II os exemplares de La Ciñuela, a não ser por qualquer eventual indicação contextual, não precisada por Gasull (mas a autora refere que se trata de peças inéditas, aparentemente sem contexto conhecido). Outro ponto importante é o da identificação numa anta de 4 dos 10 suportes, o que lhes confere, naquele contexto preciso, um inequívoco significado ritual.

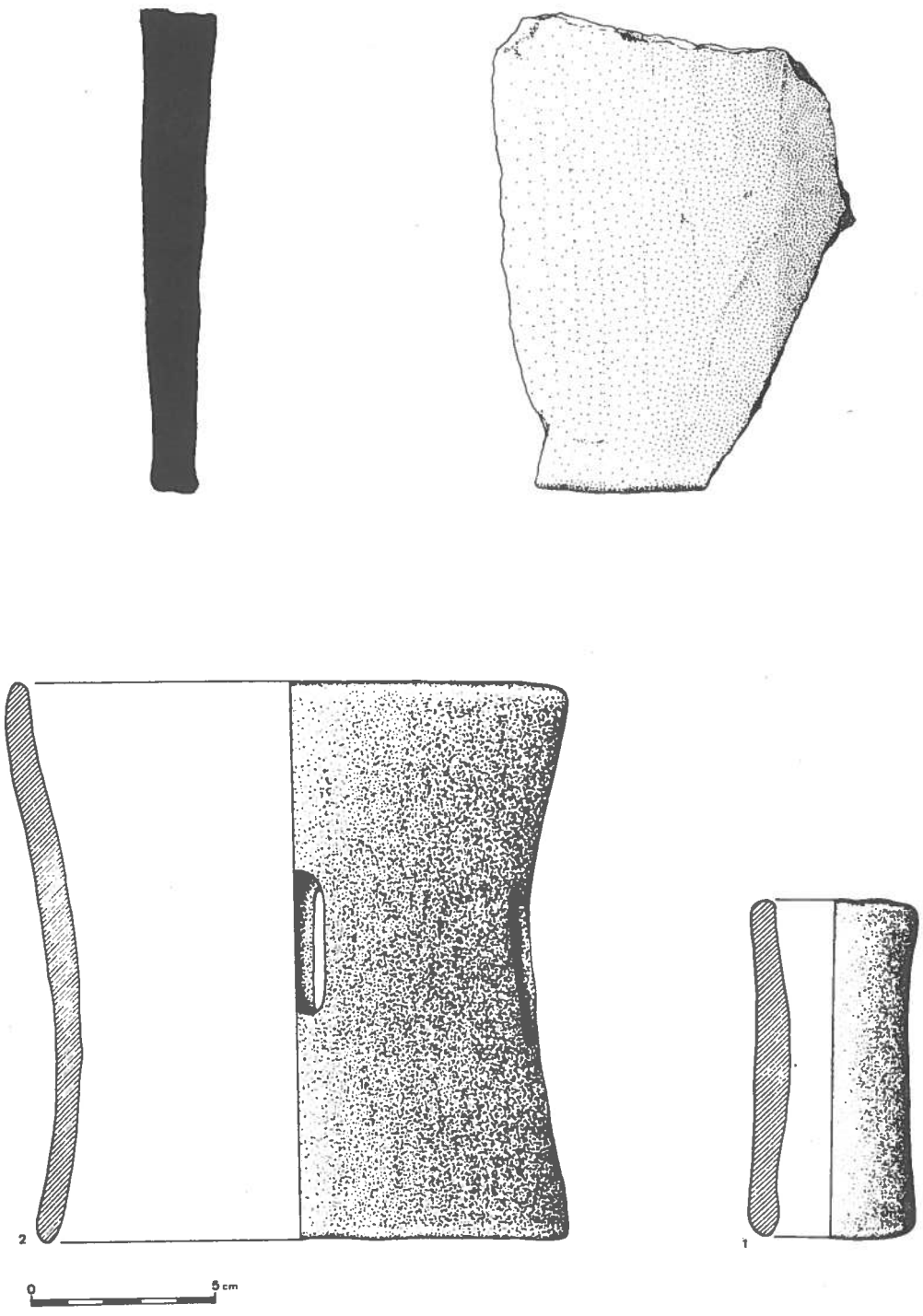


Fig. 5.129. Cerro do Castelo de Santa Justa: fragmento de suporte (1, 1:1). Só o tratamento das superfícies permite identificá-lo como tal. Suportes do Monte da Tumba (1:2), segundo Tavares da Silva e Soares, 1988: 26.

O número de suportes de vaso que viria a ser recolhido no Cerro do Castelo de Santa Justa, num total de 6 suportes restaurados e dezenas de fragmentos, é considerável e tal concentração poderia ser classificada como excepcional, se não tivssemos presentes as pertinentes observações de Gasull. Como simples exemplo, citaria que, analisando os primeiros volumes sobre o Zambujal, me ficou a impressão de alguns dos recipientes, publicados apenas com indicação de bordo, poderem ter pertencido a suportes, possibilidade que, com a publicação dos restantes volumes da monografia, não deixará certamente de ficar esclarecida.

Como vimos, os suportes de Santa Justa constituem um grupo cerâmico extraordinariamente homogéneo, podendo dizer-se que, quando se viu um, o reconhecimento dos restantes é imediato, ainda que nos encontremos perante fragmentos de reduzida dimensão. Para esta identificação instantânea contribui certamente o tratamento das superfícies interna e externa, para além da forma específica do artefacto.

A forma dos suportes de Santa Justa, é *sempre* hiperbolóide, quase sempre sem excessivo estrangulamento, e as suas dimensões, lidas a partir dos exemplares reconstituíveis com segurança, são comuns aos suportes do Baixo Guadalquivir.

As superfícies internas apresentam-se sempre rugosas, em alguns casos com uma variante de rugoso que designei por *arranhado*.

As superfícies externas apresentam-se maioritariamente engobadas e polidas, observando-se em alguns exemplares o aspecto característico do brunido. Nenhum apresenta qualquer decoração.

Os suportes conhecidos em Santa Justa foram identificados em três áreas do povoado, uma das quais cerca das lareiras. Aquela que apresentava, porém, maior concentração, e fragmentos permitindo reconstituir facilmente os exemplares a que pertenciam, localizava-se no exterior da fortificação, junto à Torre 3.

A interpretação destes artefactos não tem sido posta em causa, ainda que a sua grande duração no tempo, e presença em momentos culturais bem distintos, levante algumas questões.

Em primeiro lugar, se os suportes de dimensão maior oferecem estabilidade à colocação de recipientes cerâmicos de fundo plano-convexo ou ligeiramente convexo, pouca ou nenhuma forneceriam como suporte de recipientes de grandes dimensões, pratos e taças, ou ainda de recipientes com o fundo acentuadamente convexo ou totalmente plano.

Usando os pratos reconstituídos do Cerro do Castelo de Santa Justa, verificámos a escassa estabilidade dos suportes, particularmente se os recipientes estivessem cheios com alimentos, cujo consumo contribuiria para desequilibrar o conjunto. Por outro lado, que tipo de recipiente assentaria nos exemplares de suportes pequenos e estreitos?

A utilização de formas idênticas aos suportes como pequenos tambores, conseguindo-se variar a gama de sons com as próprias variações da sua dimensão, não é hipótese que mereça afastamento liminar, ainda que o exemplar perfurado do Monte da Tumba (Tavares da Silva e Soares, 1988) levante novas questões. No entanto, a informação relativa a sítios próximo-orientais é suficiente para que a interpretação comum seja aceite.

Os suportes de vaso são conhecidos, no Egipto e no Iraque, no III milénio, tanto em contextos domésticos como funerários. Deve, no entanto, sublinhar-se que, até ao momento, em nenhuma sepultura megalítica portuguesa se registou a sua presença.

Sem dúvida, artefactos altamente específicos, os suportes apresentam-se-nos, numa primeira carta (Gasull, 1982: 64), com uma área de distribuição limitada, não deixando de impressionar a coincidência entre os calcolíticos e os fenícios, por exemplo. São, infelizmente, os custos dos «dots on maps» que, ao fornecerem imagens de circunstância, constroem uma falsa realidade cartográfica e histórica.

Hoje, conhecem-se pelo menos quatro sítios portugueses com suportes de vaso (Santa Justa, Monte da Tumba, Castro dos Cavaleiros e Sala n.º 1), sendo muito provável a sua presença em Vila Nova de S. Pedro e Zambujal.

O estado de fragmentação dos suportes e o desconhecimento, pelos escavadores, de estes peculiares artefactos parece-me, no entanto, tal como sugeriu Gasull, o responsável por esta escassa distribuição e, sem riscos, pode prever-se uma próxima substancial alteração, quando o conteúdo dos inventários for revisto e novas escavações se efectuarem. Até lá, o estado da questão referente à distribuição geográfica dos suportes deve ser lido com precaução e com plena consciência do perigo de conclusões imediatas. Como aliás

no que respeita às distribuições de outros artefactos, os próximos anos fornecerão certamente algumas surpresas.

5.6.6. *A metalurgia*
5.6.6.1. *A natureza das evidências*
5.6.6.1.1. *Observações gerais*

Os registos referentes à metalurgia e provenientes do Cerro do Castelo de Santa Justa são de oito tipos: (1) escórias; (2) pingos de fundição; (3) um provável lingote; (4) cadinhos; (5) moldes; (6) artefactos; (7) restos não identificáveis de artefactos (amnis); (8) objectos metálicos não identificados (omnis) São os seguintes os números totais e percentagens relativas, baseados no registo de campo:

[1]	escórias:	13	17.10%
[2]	pingos de fundição:	1	1.31%
[3]	lingote:	1	1.31%
[4]	cadinhos:	18	23.68%
[5]	moldes:	2	2.63%
[6]	artefactos:	34	44.73%
[7]	amnis:	4	5.26%
[8]	omnis:	3	3.94%

Estes 76 registos referem-se, portanto, a categorias distintas, dividindo-se basicamente em *intervenientes* e *resultantes* do processo metalúrgico. Estes últimos justificam ainda a separação dos sub-produtos (pingos, escórias) do provável lingote e, naturalmente, dos artefactos propriamente ditos. Ainda em relação a estes, não será desnecessário precisar que para o desenvolvimento estatístico, apenas tomarei em conta os identificáveis, uma parte ainda assim felizmente maioritária.

Se analisarmos, agora, a população dos artefactos, excluídos aqueles que designamos por *amnis* e *omnis*, poderemos ver que os 34 reconhecidos se distribuem pelas seguintes categorias tradicionais:

[1]	cinzel:	1	2.94%
[2]	cunha?:	1	2.94%
[3]	escopros:	4	11.76%
[4]	espátula:	1	2.94%
[5]	furadores:	20	58.82%
[6]	lâmina:	1	2.94%
[7]	machados:	4	11.76%
[8]	serras:	2	5.88%

Torna-se evidente que estes números (e consequentemente as percentagens) devem ser encarados com realismo. Não é possível esquecer-se que os artefactos metálicos são facilmente recuperáveis por fusão e que as tipologias «antigas» perdem algum significado estatístico, isso se aceitarmos que novos moldes podem ter originado novas formas. Ainda assim, é admissível que as alterações morfológicas não tenham sido radicais, isto, naturalmente, quando as funções para que foram criados os artefactos se mantiveram.

Mas se difícil se torna detectar evoluções morfológicas significativas, deve ressalvar-se a importância *global* deste conjunto. Alguns comentários são, aliás, indispensáveis.

5.6.6.1.2. *Distribuição espacial dos intervenientes no processo metalúrgico e dos artefactos de cobre*

Duas observações parecem possíveis, no que se refere à distribuição espacial dos vestígios de actividades metalúrgicas. Em primeiro lugar, há claramente concentrações, uma nas coordenadas I.J.K./15.16.17. e outra nas coordenadas H.24./25. Depois, uma disper-

são em áreas extremas do povoado, mas sempre em contextos ocasionais, atribuíveis a revolvimentos.

Comentar estas duas áreas de actividade metalúrgica não oferece qualquer dificuldade de monta. O primeiro núcleo deverá, naturalmente, ser conectado ao conjunto de estruturas de combustão identificado em I.J./14.15.16.17., situado numa das áreas de actividade específica mais intensa do povoado. A fauna reconhecida neste sector torna evidente a utilização culinária das estruturas, mas a distribuição das escórias e dos cadinhos (ainda que estes últimos dispersos por um arco mais amplo) confirmam o carácter polivalente das «fogueiras estruturadas».

Quanto ao segundo agrupamento, seria difícil não o associar à chamada «estrutura de I.25.». Várias suposições foram emitidas para explicar esta invulgar estrutura. A «disposição», em torno dela, de 9 dos 10 «ídolos de cornos» identificados no povoado, tinha tornado aceitável a hipótese de se tratar de um espaço relacionado com o sagrado (Gonçalves, 1982: 162-163). Escrevi, então: «Aí se recolheram muito abundantes restos de fauna com sinais de fogo intenso, para além de fauna malacológica incluindo *Venerupis decussata* e outras espécies. Nesta área identificou-se uma concentração notável (em H.25. e em torno à estrutura de I.25.) de artefactos ideotécnicos de grande raridade no povoado (até este momento, apenas 1 recolhido e no entulho inferior da Torre 1). São, concretamente, um *ídolo de cornos* intacto e oito fragmentos, alguns de grandes dimensões. A «disposição» dos *ídolos* em torno a esta estrutura, se é discutível quanto à sua intencionalidade, não deixa de ser significativa pela específica concentração numa área limitada de artefactos aos quais tradicionalmente se atribui uma função idêntica.

A estrutura de I.25. deve, portanto, ser abordada com uma muito maior abertura do que inicialmente se fez, alargado como parece estar o leque de opções. Supôs-se, de início, poder tratar-se de restos de um pequeno espaço de habitação. A sua própria morfologia e os ídolos poderiam permitir avançar uma relação com o sagrado, não sendo de esquecer os dados referentes à metalurgia, significativamente representada no local.

Espaço relacionado com o sagrado, área de metalurgia com divindades protectoras dessa actividade específica, ou simples área funcional, sendo os chamados *ídolos de cornos* apenas artefactos tecnómicos, a escolha não é agora possível com clareza mas o prosseguir da escavação talvez venha a esclarecer esta questão.» (*ibidem*).

Parece agora claro que a estrutura de I.25. deveria ter sido um forno, *onde também se efectuaram operações de fusão do cobre*. As numerosas gotículas de cobre, aderentes à cerâmica de revestimento proveniente do derrube da parte aérea da estrutura, derivariam das operações de fusão do metal que no forno teriam decorrido. Apesar disto, deve ser sublinhado a propósito de uma associação metalurgia/«*ídolos de cornos*», que se trata de ponto tão interessante como mal esclarecido.

Quanto à distribuição espacial dos artefactos de cobre, a primeira evidência diz respeito à clara concentração de furadores verificável em K.12., uma área de actividade anexa a uma cabana e integrada num espaço de grande uso, cerca do tear. Aí se recolheram, em apenas 4 m^2, 5 dos 20 furadores, 25% da totalidade recuperada no povoado. Mas se alargássemos a área a L.12., teríamos estes números aumentados para 6 e 30%, respectivamente.

Haverá alguma ligação entre esta densidade de furadores e o vizinho tear? não me parece improvável, ainda que a ausência de informações estratigráficas possa comprometer esta interpretação.

Particularmente interessante é a distribuição de 5 furadores por I.15./16./17./18. e J.15. Não apenas por se tratar da área interior imediatamente anexa à muralha, área naturalmente abrigada, mas por se tratar de um sector orientado a 270 grados, portanto quase a Poente, que dispõe de uma lomba natural de protecção. É de crer que a estrutura do dispositivo defensivo e a morfologia do cerro tornassem esse lugar preferível como área de actividade à face interior virada a 70 grados. Não menos interessante é a concentração genérica de furadores de cobre na metade «Norte» do povoado: apenas 2, isto é: 11%, não foram aí recolhidos. Mesmo considerando o número de estruturas habitacionais identificado em cada uma das «metades», em todos os momentos de crescimento do povoado (4 para 2), esta é uma realidade apenas explicável se tivermos em conta, como já se fez, a desigual diacronia dos diferentes componentes do último momento de ocupação do sítio.

Mas se conduzirmos a análise espacial a parâmetros mais amplos, a toda a gama de testemunhos de metalurgia, veremos que também a outros níveis é detectável esta desproporção: só 15 em 72 registos são provenientes das coordenadas 23 a 28 enquanto 57 são oriundos das coordenadas 11 a 18.

Revela a metalurgia, mais uma vez, uma especialização funcional do espaço, demonstrando, se tal fosse ainda necessário, que o Cerro do Castelo de Santa Justa cristalizou, ao longo do tempo em que foi ocupado, áreas específicas de trabalho, com localizações próprias, tão claramente planeadas e «construídas» como o seu dispositivo defensivo.

5.6.6.1.3. *Distribuição dos artefactos de cobre de acordo com a coordenada de registo z*

Se ordenarmos os vestígios de metalurgia do cobre de acordo com a coordenada de registo z, teremos ocasião para algumas observações interessantes.

Assim, os três níveis estratigráficos observados em determinadas áreas do povoado forneciam-nos já uma primeira seriação:

	nível 1	nível 2	nível 3	s/indicação
cinzel	—	1	—	—
escopro	—	2	1	1
espátula	—	—	—	1
furador	5	—	8	6
lâmina	—	—	—	—
machado	—	—	2	2
serra	1	—	1	—

Esta distribuição é, como se sabe, particularmente grosseira. Para afinarmos a nossa compreensão de possíveis sequências, e se quiséssemos usar o critério da aproximação por camadas artificiais, poderíamos recorrer à coordenada z do registo de campo. Teríamos, assim, uma imagem algo diversa.

O tratamento gráfico dos registos demonstra claramente a homogeneidade da repartição, na vertical, da metalurgia. É visível a típica descaracterização do nível superficial e, logo a partir dos 010 cm. de z, há uma distribuição que confirma a continuidade da ocupação. A área depressiva 075/085 cm. não tem qualquer significado, mas os três registos «de fundo» chamam a atenção para o facto de o conhecimento das técnicas metalúrgicas estar presente desde a mais antiga ocupação do povoado. Facto indesmentível porque, como se observou, os vestígios de metalurgia mais profundamente sedimentados são justamente cadinhos e escórias de fundição.

Numa outra perspectiva, teríamos novo ângulo de visão.

Pareceu-me, com efeito, particularmente interessante a localização «superficial» dos quatro machados, distribuição que permanece inalterável mesmo se excluirmos o machado H.28.-12, recolhido já no exterior da fortificação. Para já, tal não corresponde ao que se observou para o caso da pedra polida, em que os machados se distribuem de forma desigual, mas com localizações precisas pouco acima dos 060 de z.

A possibilidade mais nítida de explicação para este fenómeno pode centrar-se na importante massa de cobre necessária para a execução de um machado. Se a perda de um furador ou qualquer outro pequeno artefacto poderia ser desprezível, tal se não aplicaria às quatro ou cinco centenas de gramas necessárias à manufactura de um machado de porte razoável, elas próprias resultantes da purificação de diversos quilos de mineral. Defendo, portanto, como hipótese, um significado menor para esta concentração de machados de cobre em grupo homogéneo a pouca profundidade. Tratar-se-ia assim (1) de material obtido por refusão, ou (2) de peças conservadas ao longo de extenso período.

Até prova em contrário, a primeira das hipóteses parece-me a mais plausível, se tomarmos em linha de conta a ductilidade do cobre e a sua limitada resistência aos impactos de uso.

O estudo da distribuição vertical dos artefactos, completando as informações das áreas em que os derrubes de cabanas forneceram a única separação estratigráfica possível, evi-

dencia a ocupação *continuada* deste sítio, tal como houvera já ocasião de concluir no caso dos outros gráficos de distribuição.

5.6.6.1.4. *Quanto à diversidade funcional dos artefactos de cobre e à relação custo/peso*

Se aceitarmos esse factor estatístico de utilidade algo duvidosa em arqueologia que é a média, teremos para os furadores de Santa Justa uma média/peça de 4 gramas. O que é dizer que com o mais pequeno dos machados, H.28.-12, se poderiam ter obtido 19 furadores, 75 com o machado M.11.-68, 119 com o machado K.16.-15 e nada menos que 124 com o machado J.12.-39. Se observarmos comparativamente estes dois tipos de artefactos, mesmo sem excluir intencionalmente o pequeno machado H.28.-12, proveniente do exterior imediato da fortificação, teremos uma massa total de cobre que atinge os 1 423.87 gramas. Só por si, os 4 machados pesam 1 348.47 gramas, 95%.

A gestão dos recursos em cobre do Cerro do Castelo de Santa Justa privilegia, a nível do numero de artefactos, e sem qualquer dúvida, os que desempenham funções perfurantes. São também esses os que foram encontrados, em concentração, em áreas funcionais específicas.

A distribuição equilibrada dos machados, artefactos cuja posse implicaria uma considerável acumulação de cobre transformado, está conforme ao que se poderia esperar se eles tivessem sido encontrados *in situ*. Com efeito, e se esquecermos H.28.-12, proveniente, como se disse, do exterior da fortificação, o machado J.12.-39 está conectado à área funcional «das fogueiras estruturadas», o K.16.-15 a uma área de habitação/pernoita e M.11.-68 a uma área que inclui derrubes do dispositivo defensivo.

Quanto aos restantes artefactos, a sua distribuição não altera o que se disse.

5.6.6.2. *Traceologia e função*

«Fundada» por Sergei Semenov em 1959, a traceologia, como viria a ser denominada, cresceu de uma forma fulgurante ao longo dos últimos anos. Alguns textos, na sua maioria colectivos, prosseguiram a obra pioneira do investigador soviético, apresentando pelo menos três deles o maior interesse (Hayden, ed., 1979; Cauvin, ed., 1983 e Vaughan, 1985).

As matérias-primas que aceitam mais facilmente análise traceológica são, por natureza, as que possuem um grau médio de resistência ao uso. Isto, porque quando são demasiado frágeis desgastam-se de uma forma «empastelada» e quando demasiado rijas recebem mal os micro-vestígios de utilização ligeira. Significativamente, todos os grandes estudos de traceologia tiveram como objecto principal, quando não único, as rochas duras, tanto lascadas como polidas, e o osso.

O metal, particularmente o cobre, não tem sido objecto de análises de pormenor. Foi o que, sem pretensões, se tentou fazer, tanto em relação aos artefactos de Santa Justa como aos de Corte João Marques, com o recurso a uma binocular Wild M8, de 50 aumentos de *zoom* máximo. Algumas das observações foram registadas fotograficamente, e ampliadas a escalas referidas nas respectivas legendas. No entanto, não sendo no caso de Santa Justa tão difícil a leitura como no que às peças de Corte João Marques se refere, haverá que fazer uma prevenção. A acidez do solo da Serra Algarvia, e a corrosão por humidade, afectaram grandemente os artefactos metálicos, eliminando os micro-vestígios de utilização. Ressalvam-se, no entanto, alguns traços específicos.

São as seguintes as categorias de micro e macro-vestígios detectáveis nos artefactos de cobre: (1) traços de fusão/moldagem; (2) traços de encabamento; (3) vestígios de uso; (4) sinais de reaproveitamento.

Mas, para além do uso continuado, que mascara vestígios de utilizações anteriores, a corrosão localizada nas áreas mais frágeis, por menos espessas, contribuiu para o irremediável apagamento de informação.

Consideradas as limitações do equipamento e do objecto, convinha sublinhar a repetição, em vários exemplares, do mesmo tipo de vestígio. É o caso dos furadores e dos machados.

Nos furadores K.12.-187, I.17.-150, K.12.-189 e M.12.-9, encontraram-se, nas suas áreas mesiais, traços do que pode ter sido o limite interno do encabamento, podendo as migrações de partículas do interior para o exterior, observadas em áreas tão localizadas, corresponder à retenção e lenta perda de humidade por uma área coberta com substância de origem lenhosa ou óssea.

O furador M.12.-9, o segundo maior recolhido, apresenta ainda traços de combustão (por ter ardido o cabo?) junto à dobragem actual.

Quanto aos traços de ligante ou sulcos de fixação, aparentes em I.17.-150 e K.12.-189, resta esperar outras possíveis comparações para que possam ser interpretados com segurança.

Finalmente, e ainda no que se refere aos furadores, o elevado grau de corrosão da extremidade distal não permitiu, com os nossos recursos actuais, qualquer espécie de ensinamento sobre o tipo de perfuração praticado por estes instrumentos, se de traçado rectilíneo perpendicular ao plano, se rotativo.

5.6.6.3. *Comentário final*

É evidente que as segundas e terceiras fases do processo metalúrgico estão claramente representadas em Santa Justa. Considerando como fase 1 a da extracção do minério, ou a sua recolha em superfície, seguida pela primeira fusão, como fase 2 a segunda fusão e como fase 3 a moldagem e a obtenção de um artefacto. Mas se aceitarmos que ocorrências cupríferas de alto teor intrínseco são possíveis em leitos de ribeira, ou mesmo à superfície, a fase 1 seria dispensável na sua primeira parte, podendo o mineral adequado ser purificado localmente, entrando-se assim numa sequência de operações integralmente efectuada intramuros ou na sua vizinhança imediata.

Da fase 1 teremos, provavelmente, escórias e o lingote, da fase 2 os cadinhos, os pingos e o que se pensou ser um algaraviz de forja, da fase 3 os moldes e os artefactos. Como é evidente, as estruturas em que o metal foi levado ao ponto de fusão também não estão ausentes e as densas camadas de cinzas que envolviam as fogueiras estruturadas, se em parte resultam dos actos normais de cozinha, talvez sejam também explicáveis pela sua utilização nas acções de fogo intenso necessárias à fusão do cobre.

Nunca saberemos, naturalmente, quantos artefactos de cobre foram produzidos no Cerro do Castelo de Santa Justa, para uso local ou troca. Os segundos, a admitirmos a sua existência, estão noutros contextos. Os primeiros foram, como tantos outros pequenos e grandes artefactos de feitura humana, perdidos nos sítios extra-muros onde eram utilizados. E, como se preveniu acima, é impossível calcular a percentagem de refusões que recuperaram peças fragmentadas, transformando-as noutras, novas.

A imagem é, porém, de grande nitidez: apesar das suas reduzidas dimensões como povoado, o Cerro do Castelo de Santa Justa foi um sítio de tão intensa actividade metalúrgica que parece ultrapassar a maciça fortificação do Zambujal e aproximar-se da extensa área de Vila Nova de S. Pedro, em termos relativos, claro.

Facto explicável por, ocasionalmente, se encontrar em plena mancha cuprífera ou pela sua implantação ter sido ditada por essa específica dinâmica?

O estudo de outros povoados calcolíticos do Sul, nomeadamente Corte João Marques, também no Alto Algarve Oriental, Mangancha (Vidigueira), S. Lourenço (Pedrógão), Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), Monte da Tumba (Torrão), que é dizer os que demonstraram maiores evidências de metalurgia do cobre, poderá ampliar a visão que hoje temos. Neste domínio, os próximos dez anos poderão ser decisivos.

5.6.7. *O sagrado*

É com precaução que se aborda agora uma área em que, para muitos autores, só existem facilidades. Leroi-Gourhan advertiu-nos contra essa terrível tentação que é a de substituir «a cabeça do colosso decapitado» pela do pré-historiador (1964: 2). E em nenhum campo tal parece mais simples (inevitável?) que no das «religiões» pré-históricas ou, mais adequadamente, no das manifestações do sagrado.

Vimos, a propósito de Corte João Marques, o interesse da cerâmica decorada simbolicamente e a interpretação provável dos elementos que a decoravam. No Cerro do Castelo de Santa Justa, a situação reveste-se de maior complexidade, uma vez mais extensa a listagem dos artefactos presumivelmente associados à superestrutura.

A primeira questão diz agora respeito à distribuição das figurações de acordo com os suportes. Teríamos, assim:

1. *recipientes cerâmicos*: sol brunido em fundo de prato;
2. *argila modelada e cozida*: «ídolos de cornos» estatueta;
3. *osso: «falanges» «seleccionadas»;*
   falanges afeiçoadas e polidas;
   falanges talhadas («ídolos garrafa» ou «de gola»);
   falanges talhadas e gravadas;
4. *xisto*: «ídolos-chatos»?;
5. *calcário*: ídolos cilindro (?).

A segunda, uma vez resolvida a questão do seu sincronismo pela evidência da associação contextual, reside nas categorias em que se podem inserir estes traços fossilizados do que poderíamos chamar «manifestações indirectas do sagrado», reservando para as hierofanias a designação de «manifestações directas». Três grupos são aparentes: (1) as figurações da Deusa Mãe; (2) as representações solares; (3) os «ídolos de cornos». A que poderíamos acrescentar um quarto, agrupando os testemunhos de interpretação duvidosa, com conteúdo, neste contexto de pesquisa, incompreensível. Que sabíamos até aqui sobre eles?

Uma terceira questão reside da comparação entre Corte João Marques e Santa Justa.

artefactos ideotécnicos

	CJM	SJ
Cerâmica com decoração simbólica	+	+
«Falanges» «seleccionadas»	—	+
Falanges afeiçoadas e polidas	—	+
Falanges talhadas	—	+
Falanges talhadas e gravadas	—	+
Ídolos chatos	—	+
Ídolos cilindro	—	+
Figurinhas de argila cozida	—	+
«Ídolos de cornos»	—	+

Componentes da simbólica

	CJM	SJ
Sol	C	O
Triângulo	C	C
Olho solar	C	O
«Pinturas faciais»	C	O
Seios	—	O
«umbigo»	C	—

+ = Presença; — = Ausência; C = Sobre cerâmica; O = Sobre osso

Fig. 5.130. «Componentes» do sagrado.

Parece portanto possível concluir que, se ausências há a nível dos artefactos ideotécnicos presentes num e noutro sítio, no que se refere aos «componentes simbólicos» tal desigualdade é praticamente inexistente.

Posso mesmo avançar que a inexistência registada de falanges em Corte João Marques poderá dever-se às mesmas razões que conduziram ao completo desaparecimento da fauna: a acidez do solo.

Isto implica, se abstrairmos sobre que suporte se encontram as expressões gráficas da divindade, que o culto da Deusa Mãe se encontra presente nos dois sítios com suficiente força para deixar vestígios materiais. Pouco interessa, com efeito, nesta perspectiva, que encontremos triângulos, «pinturas faciais» e olhos em forma de sol sobre placas, cilindros de calcário, vasos hiperbolóides ou esféricos, falanges ou outro suporte: os suportes podem reflectir escolhas locais ou a possibilidade de sobrevivência em função de contextos físico-químicos específicos.

Quanto a outras representações, todas aliás claramente calcolíticas, algo haverá a dizer.

Os ídolos almerienses ou «ídolos chatos» (designação usada pelos Leisner e de tal modo generalizada que pareceria agora ridículo chamar-lhes «planos») são figurinhas de xisto com diversas morfologias, mas sempre antropomórficas, com uma cabeça diferenciada de um corpo estrangulado, a meio, e sem indicação dos membros nos exemplares recortados. Tive, noutra altura, oportunidade de comentar as duas extraordinárias placas de xisto da Lapa do Bugio (Gonçalves, 1970b, Estampas V e VI). Na primeira delas, e sobre uma forma comum no megalitismo alentejano, rasgou-se uma janela vertical e no campo liso (definido lateralmente por triângulos de vértice apontando para o exterior e, no lado inferior, por uma faixa preenchida, tal como os triângulos, por oblíquas intersecantes) foi gravada uma figura idêntica à de um «ídolo chato». Só que as facilidades oferecidas pelo suporte permitiram que ao contorno tradicional do ídolo fossem acrescentados dois braços, claramente indicados, pendendo ao longo da parte superior do corpo.

Na outra placa, os triângulos habituais nas placas votivas «megalíticas» foram arranjados de forma a que representassem quatro «ídolos chatos», lado a lado.

Pareceu-me nessa altura, e nada me fez mudar de opinião, que se tratava da representação de uma figura que, a associar-se ao Jovem Deus das mitologias mediterrânicas, poderia representar um momento específico de entrosamento de duas divindades, a Deusa Mãe e o seu Filho-Substituto. Estaríamos aqui perante duas figurações distintas e «concorrentes»? Nada o parece indicar e mais provável é que se trate de duas facetas de uma mesma realidade. Os olhos solares da segunda placa do Bugio reforçam o que disse.

Uma mesma divindade, portanto, com atributos que evoluem, e a cujo culto se acrescentam outros componentes, que de algum modo fazem com que a *mesma* divindade seja também *outra* divindade.

Pareceria absurdo separar os «ídolos de cornos» deste ciclo, se tivéssemos presente que os cornos são justamente, em Creta, um dos atributos da Deusa-Mãe (James, 1959: 216). Mas resta-nos saber se o que assim foi interpretado o é realmente.

Parece-me prematuro tornar a discutir que sejam «pés de fogareiro», como propunham Paço e Jalhay: a ausência total de traços de fogo directo ou de terem existido altas temperaturas na próximidade imediata, parece invalidar a ideia que tenham sido componentes de *barbecues* calcolíticos.

Corniformes são conhecidos em diversos sítios calcolíticos. Foram já referidos os notáveis bucrânios do santuário exterior do Escoural e, no Pedrão, no Cabeço do Cubo e noutros sítios calcolíticos, encontramos representações cerâmicas, geralmente de pequenas dimensões, que parecem efectivamente cornos. No Escoural, traduzem, a meu ver, a força do impacto das primeiras manifestações no Ocidente Peninsular da Revolução dos Produtos Secundários. Noutros lugares, a Anta dos Penedos de S. Miguel, por exemplo, o seu valor como amuleto (tal como ainda hoje acontece) pode ser proposto.

Mas se as figuras de argila cozida designadas por *ídolos de cornos* muitas vezes os não têm, o que parece sê-los é mais provavelmente uma convenção de representação, que não está longe do abaulado dos ombros de algumas representações de «ídolos chatos». Placas de grés existem, entre o espólio inédito das antas escavadas por Manuel Heleno, que possuem, nos lados e nas extremidades, o mesmo abaulado que a figura «almeriense». O topo de algumas placas de Castelo Branco apresenta os mesmos ombros, com o arranque dos braços sobreelevado, que estas estatuetas em certos casos registam.

A perfuração integral, quase sempre oblíqua, que apresentam poderia ser interpretada como o orifício vaginal e, nesse caso, estaríamos perante *outra* figuração da Deusa Mãe.

Não é desinteressante assinalar que, se os pretensos *cornos* nem sempre estão presentes, não conheço figura de «ídolo de cornos» sem perfuração efectiva ou indicada.

Um último argumento, a que voltarei noutro lugar, diz respeito à decoração simbólica que alguns «ídolos de cornos» apresentam, tal é o caso de conhecidos exemplares de Vila Nova de S. Pedro e de Los Castillejos I (Fuente de Cantos, Badajoz), ainda que neste último caso se trate de figuras um pouco diferentes do comum (Fernández Corrales *et al.*, 1988: 80, Fig. 7, C, 1-2-3).

Assim sendo, teríamos apenas dois tipos de figurações: da Deusa-Mãe e do Jovem Deus. A vasta panóplia de referentes que apontam a primeira contrasta com a escassez de dados e a sobriedade que assinalam o segundo. Mas, tanto um como outro, correm por vastos espaços, de La Pijotilla ao Bugio, de Granada a Alcalar, de Santa Justa e Corte João Marques ao Zambujoso e ao Monte Novo dos Albardeiros.

As pequenas figurinhas de cerâmica, representando quase sempre indivíduos do sexo feminino, estão presentes em alguns dos mais importantes sítios calcolíticos portugueses: Vila Nova de S. Pedro, Pedra d'Ouro (na Estremadura), Monte da Tumba e Monte Novo dos Albardeiros (Alentejo) e Santa Justa (Algarve). A sua interpretação é dificultada pelo seu estado de fragmentação, mas o triângulo púbico e as «pinturas faciais» mostram-nos que não estamos fora do universo mitológico que pressupomos.

O osso de raposa esculpido de Santa Justa levanta uma questão sem dúvida fascinante: a da uniformidade e estandardização das figurações do sagrado, compreensível e pouco significante na nossa sociedade planetária, mas carregada de sentido na Pré-História. Trata-se de um artefacto idêntico ao encontrado no Bugio, perto de Sesimbra (Monteiro *et al.*, 1971, Est. IV, 32). E de tal forma que não deixa de ser, ali, curioso o seu provável contexto, se merecesse fé a publicação algo peculiar em que foi divulgado. Ainda que a bizarra datação proposta para aquele importantíssimo sítio (GrN-5628: 4850± 45 BP) esteja, afinal, um pouco longe de algumas obtidas para Santa Justa.

Representariam então *todas* as falanges a Deusa-Mãe? Não é improvável, mas não é indiscutível: o carácter manifestamente estilizado de algumas representações dispensa qualquer simbologia óbvia, em muitas delas.

No Cerro do Castelo de Santa Justa, três falanges estão claramente decoradas com os atributos da Deusa, duas delas são *mesmo* a imagem da Deusa, com o conjunto simbólico comum, por exemplo, aos ídolos cilindo-decorados, e não só aos de tipo Moncarapacho (Gonçalves, 1980e). As falanges I.8.-7 e J.15.-39, completando-se mutuamente a nível de informação, constituem um tipo específico destas figurações, sem dúvida o mais explícito. São casos em que a falange foi realmente transformada. A falange I.16.-s/n, pelo contrário, foi apenas desengrossada e o topo facetado de forma a aceitar em cada faceta um olho solar. A carbonização foi efectuada posteriormente, e é impossível saber-se se foi intencional.

Falanges como J.13.-s/n e L.12.-s/n estão simplesmente desbastadas e polidas. Apesar de uma tonalidade verde claro estar presente em algumas delas, a observação num microscópio estereoscópico não permitiu concluir que se tratava de pintura intencional, com óxido de cobre, por exemplo. O que não quer dizer que ela não tenha existido, mas apenas que nada o prova. Em rigor, não seria possível afirmar-se que o seu significado seja em tudo idêntico ao das anteriores. Tal como a foca de Brancusi, não têm *excessivamente* a ver com o que provavelmente representam.

Caso mais complexo, como se viu, é o do que, no dialecto de terreno se chamou «ídolos urso» (por recordarem, a todos os participantes na escavação, imagens infantis desses plantígrados). São aqui designados simplesmente por «falanges seleccionadas», esquecendo-se o vocábulo original presente nos Relatórios de Campo. David Geddes, que observou atentamente estas falanges, garantiu tratar-se simplesmente de metatarsos de javali, mas não deixou de considerar bizarra a sua frequência e distribuição, junto às áreas funcionais do povoado onde se tinham recolhido as falanges decoradas e polidas. O facto de estas falanges, tal como as afeiçoadas, assentarem perfeitamente em superfícies planas, bem como o aspecto peculiar da articulação, poderá talvez ter conduzido a que um significado específico lhes tenha sido atribuído. Registamo-lo, claro, com todas as necessárias reservas.

Poderia parecer excessivamente simples resumir os ídolos-falange a uma única interpretação funcional, considerada a diversidade verificada. Tal perspectiva poderia ser cor-

recta, se tomássemos exclusivamente em conta a distribuição e variabilidade evidenciada pelo trabalho de Meier. Mas, no caso peninsular, tais reservas não me parecem de reter. Se as falanges, pela sua específica morfologia, se prestam a ser suporte de diversificadas figurações, com simbólicas distintas e culturalmente distantes, a ausência de dissemelhanças concretas no que se refere ao Sul Peninsular altera o ângulo de leitura. Admitindo-se que as falanges possam ter tido significado distinto, o grupo em que os olhos solares e atributos afins estão representados constitui, sem dúvida, uma unidade e associa-se aos constituídos sobre outros suportes, incluindo os cilindros de calcário, as placas de xisto com olhos solares e, naturalmente, a cerâmica simbólica. A inexistência de diferenças significantes na organização dos componentes simbólicos poderá explicar-se ainda como: (1) diferentes tratamentos de um mesmo tema geral, considerando o factor Tempo, traduzindo o que em História da Arte designamos por «estilos»; (2) adaptações locais de um tema geral, traduzindo o que em Pré-História se designa por «variantes regionais».

Apesar de tudo, os prováveis significados das falanges não decoradas não deixam de ter história polémica: nem sempre é simples delimitar o processo que transforma uma pequena falange de animal num «ídolo» ou (quiçá mais adequadamente) num amuleto. Isto, quer se trate de falanges de equídeos, cervídeos, bovídeos, ovi-caprídeos ou suídeos.

Transcrevendo a emoção que frequentemente atinge tudo o que em relação ao nosso passado mais remoto diz respeito à religião ou magia, muitos arqueólogos agrupam apressadamente dentro da categoria do sagrado artefactos que muito provavelmente estão muito longe de terem tido aquele significado, o mesmo acontecendo no que se refere a objectos naturais a que se atribuem cargas específicas. Afonso do Paço descrevia como falanges-ídolo algumas que, como viria a admitir posteriormente, estavam ainda em conexão com outros ossos (o que lhes retirava à partida qualquer carga simbólica, remetendo-os para a mais prosaica categoria, mas nem por isso menos informativa, de *restos de refeição*).

Já o aparecimento de falanges não afeiçoadas em contextos funerários levanta outro tipo de problemas, havendo razão para admitir que uma intenção determinada presidiu à sua desarticulação do contexto ósseo de origem e à posterior deposição naquele preciso lugar. A ausência de uma decoração concreta numa falange não quer, por outro lado, dizer que ela não foi, pelo menos, afeiçoada e a análise macroscópica evidencia frequentemente os finos traços deixados na superfície polida pelo abrasivo utilizado no afeiçoamento. Em alguns casos, o desbaste e desengrossamento de certas falanges produziu um efeito de saliência arredondada na área do ventre, permitindo sugerir que se trataria de uma gravidez simbólica.

Quanto às falanges decoradas, o tratamento das superfícies, a técnica e a gramática decorativa podem sintetizar-se assim:

1. *tratamento* — polidas
   — não polidas
2. *técnica decorativa* — incisão
   — pintura
3. componentes
   3.1. olhos — traços partindo de um espaço central circular
   — como círculos simples
   — como círculos radiantes (sóis)
   3.2. «pinturas faciais» — linhas
   — ondulações
   — ziguezagues
   3.3. decoração no topo posterior (representação do cabelo ou de um toucado)
   3.4. seios
   3.5. triângulo púbico

M. J. Almagro Gorbea (1973: 153) define três principais tipos de ídolos falange, que chama, inexpressivamente, de A, B e C.

O seu tipo A engloba as formas «mais simples» (leia-se: sem decoração). O tipo B reune as peças com motivos incisos esquemáticos, especificamente «el triángulo sexual; las lineas del tatuaje facial; el pelo» (*ibidem*, 153). Finalmente, o tipo C agruparia as falanges profu-

samente decoradas, tanto gravadas como pintadas, incluindo «los ojos de la divinidad com pestañas e cejas; el tatuaje facial; el triángulo sexual; el pelo; la vestimenta simbólica de la diosa, com volantes en zigzags y ondas» (*ibidem*, 154).

A autora não especifica, porém, se se trata de tipos simplesmente morfológicos ou já funcionais, se se trata de diversas figurações de uma mesma divindade ou de figurações diversas de várias divindades. Não o diz expressamente mas o seu pensamento parece inclinar-se para que se trate de variantes de figuração de uma divindade oriental. Çatal Huyuk, Hacilar, Beycesultan, e mesmo Jarmo e Tell Halaf, para além do Egipto e do Egeu são, aliás, generosamente citados.

Talvez parecesse preferível não elaborar novas tipologias, tendo em conta o (relativamente) baixo número da actual população de ídolos falange e a sua dispersão na Península. Ainda assim, e por questões de método, entendeu-se que se deveria avançar uma tipologia alternativa à única existente, considerada a pouca consistência que ela nos parece oferecer. A proposta de sistematização que se enumera de seguida baseia-se como critério definidor nas presenças/ausências/associações verificadas.

Tipo 1: *sem figurações simbólicas*
- 1.1. sem tratamento das superfícies
- 1.2. com superfícies regularizadas, alisadas ou polidas

Tipo 2: *decoradas com um único símbolo*
- 2.1. incisões oculares simples
- 2.2. olhos solares
- 2.3. triângulo púbico
- 2.4. pinturas faciais

Tipo 3: *decoradas com associações de símbolos*
- 3.1. olhos solares/pinturas faciais
- 3.2. olhos solares/pint. faciais/decoração complementar
- 3.3. associações maioritárias dos símbolos

Para o Tipo 1.1., poderiam citar-se exemplos de Alcalar 8 . Para o 1.2., de Santa Justa. Para os Tipos 2.1. e 2.2., de Santa Justa. Para o 2.3., de Los Millares e Terrera Ventura (Almeria). Para o 2.4., de Vila Nova de S. Pedro. Para o Tipo 3.1., Los Millares. Para os 3.2. e 3.3 poderim citar-se exemplos de Santa Justa, Los Millares, Bugalheira, S. Martinho de Sintra, Olelas.

Em todos os casos, há que salientar a extensa mancha que estas figurações representam no mapa da Península, evidenciando mais uma vez o que já sabíamos: as manchas superestruturais não coincidem necessariamente com as artefactuais (dificilmente compararia Alcalar à Bugalheira) e o partilhar de conteúdos mitológicos não implica tecnologias, economias ou mesmo estruturas sociais comparáveis.

Uma análise dos componentes e associações evidencia a sua coerência interna e, sobretudo, um facto que se me afigura essencial: os ídolos falange são parte de uma superestrutura complexa, cujas inter-relações de elementos, fundamentais para nos aproximarmos das hierofanias que originaram o fluxo de representações, dos mitogramas que absorveram o impacto entre o explicável e o inexplicável (que assim deixou de o ser) são dificultadas pela dispersão dos achados mas, sobretudo, pela sua insuficiente integração contextual.

Apesar do que se disse como reserva, sublinha-se:

1. A similitude entre ídolos falange do Tipo 3 e os ídolos cilindro tipo Moncarapacho tanto no caso dos exemplares conhecidos na Lezíria de Castro Marim, Salir, Moncarapacho ou Olhão (Gonçalves, 1980e). Mesmo tendo em conta a diferença entre suportes (ou exactamente por isso mesmo), os olhos solares, as sobrancelhas e as pinturas faciais são em tudo idênticas, em qualquer dos casos;
2. A simbólica dos ídolos falange é assimilável à constatada na cerâmica simbólica de Corte João Marques, Monte do Outeiro e, numa certa medida, de Los Millares, Anta Grande do Zambujeiro, Anta do Olival da Pega e Vila Nova de S. Pedro;
3. Não parecem existir senão relações casuais, episódicas ou epifenoménicas entre as placas de xisto votivas com decoração geométrica e este conjunto simbólico. Isto não quer necessariamente dizer que as placas de xisto sejam, em bloco, anteriores, apesar de, sem

dúvida, muitas o serem, mas apenas que os contactos efectuados se processam em contextos avançados do megalitismo clássico português. E as placas que apresentam compromissos formais entre os dois tipos de simbólica traduzem justamente uma situação específica. Não parece errado falar de Deusa-Mãe nos dois casos, mas razão há para que nos interroguemos sobre se se trata efectivamente de duas representações de um mesmo princípio. Ou uma de duas alternativas: (1) duas leituras cronologicamente diferenciadas de uma mesma divindade, representada com estilos diversos, ou (2) duas leituras sincrónicas temporalmente, mas denunciando, na diversidade das representações, duas manchas culturais.

Como escrevi noutro lugar, «... tudo parece indicar que, em dado momento da evolução própria das placas de xisto, a figuração da Deusa Mãe com olhos de sol influenciou alguns gravadores de placas. É pouco provável que saibamos como se desenrolou este processo, mas mais uma vez a mobilidade dos prospectores de cobre poderia explicar este fenómeno.

Como é sabido, na economia se forjam muitos tipos de unidade e a partir dela se geram os sistemas de chefia e comando, as hierarquizações e a competente ideologia. Em fases subsequentes, o mecanismo de *feedback* assegura a não estratificação e a própria dinâmica do processo, dando-lhe uma riqueza que seria estulto ignorar.» (Gonçalves, 1980e: 56).

Deixei intencionalmente para o fim alguns fragmentos de calcário, de forma cilindróide, que foram recolhidos num estado de grande decomposição, apresentando superfícies extremamente degradadas. Trata-se, provavelmente, de restos de ídolos cilindros, mas não me pareceu dever registá-lo sem as severas reticências que o seu estado exige. Noutros sítios calcolíticos descobertos e em curso de escavação após Santa Justa (Porto Torrão e Monte da Tumba, nomeadamente), foram efectuadas descobertas similares e se coloco reservas ao exemplar de Porto Torrão tal deve-se tão só ao facto de se desconhecer o seu exacto contexto naquele vasto sítio, não sendo improvável que integrasse uma sepultura destruída. Para o Monte da Tumba (Silva e Soares, 1985: Abb. 11, 8), tal questão não se põe, evidentemente.

Se bem que estas peculiares figurações justificassem só por si um estudo individualizado e se dividam, elas sim, em categorias quase incompatíveis, um ponto as unifica: o facto de se tratar de um suporte betilóide para uma figuração que reveste múltiplos atributos. Rigorosamente definido em Los Millares, em que se integram no átrio de algumas sepulturas, em verdadeiros espaços sagrados, o seu carácter calcolítico não permite dúvidas.

5.6.8. *As datações ^{14}C*

5.6.8.1. *Comentários*

Como vimos em 5.5., das doze datas de carbono 14 obtidas para o povoamento calcolítico do Cerro do Castelo de Santa Justa, recebeu-se com reserva UGRA-89 (5180± 160 BP). É uma data curiosa, só porque relativamente próxima da obtida para o Bugio, presumivelmente extensível aos ídolos «de gola», similares ao sobre *radius* de raposa recolhido em Santa Justa. A datação do Bugio era justamente GrN-5628: 4850± 45 BP. Ainda sem calibrarmos as duas datas teríamos, considerados os desvios-padrão, os seguintes intervalos de tempo:

Bugio: 4895 — 4805 BP

Santa Justa: 5340 — 5020 BP

A calibração, para dois sigmas, segundo as tabelas de Pearson *et al.*, 1986, transformaria estas datas em:

Bugio: 3777 - 3521 cal AC

Santa Justa: 4350 - 3670 cal AC

Teríamos, portanto, para o Bugio uma data provavelmente situada no início do quarto milénio, o que não parece excessivo se a associarmos não ao Campaniforme, como pretenderam absurdamente os escavadores, mas a um contexto semelhante ao da Camada Vermelha da Lapa do Fumo, datado aliás de 5045± 160 BP (Serrão e Marques, 1971: 40). Esta data, calibrada, corresponderia a:

Lapa do Fumo, KN s/n: 4240 - 3389 cal AC

É de sublinhar a aparente coerência entre estas duas datações, que parecem apontar um muito aceitável intervalo de tempo para a presença dos neolíticos «médios», com uma cultura material idêntica àquela própria dos que no Alentejo, num dado momento, utilizavam antas para enterrar os seus mortos.

A data obtida para a amostra UGRA-89 não corresponde, porém, a contextos com estas características. Para mais, se considerarmos a ocupação «compacta» de Santa Justa e o local onde foi recolhida: um solo claramente posterior ao próprio início da ocupação do povoado. Consideramo-la, assim, aberrante e afastamo-la da discussão que se segue.

Em primeiro lugar, devemos deplorar os grandes desvios padrão que acompanham cada data, sendo o menor de ± 110 anos e o maior de ± 180. Mesmo sem as datas calibradas, teríamos intervalos de tempo entre os 220 e os 360 anos, o que é francamente perturbante em análises finas. Com as datas calibradas, e ainda recorrendo à calibração proposta por Pearson *et al.*, 1986, teríamos intervalos de tempo muito superiores: entre 950 e 700 anos. Pouco nos conforta saber agora que problema semelhante, ainda que em menor escala, se verifica na primeira datação obtida para o Monte da Tumba, com um intervalo de tempo, após calibração, de 560 anos. A margem é, efectivamente, e em qualquer contexto, excessiva.

Uma segunda análise dos dados disponíveis evidencia dois claros grupos de datações dentro da mesma série laboratorial. A mais antiga reune UGRA-131 e -90:

UGRA-131: 4390 ± 150 BP 3502 — 2615 cal AC
UGRA- 90: 4310 ± 170 BP 3380 — 2480 cal AC

As amostras assim datadas foram recolhidas *no exterior* do dispositivo defensivo e correspondem, muito provavelmente, aos inícios do povoamento do Cerro do Castelo de Santa Justa. Não se encontraram traços arqueológicos firmemente sedimentados na área de E.17. em que se recolheu a segunda delas, mas a leitura evidenciava ocupações muito destruídas por actividades subsequentes. Propus que essa data poderia referir-se a um momento correspondendo ao início da construção da primeira fase do dispositivo defensivo. E não encontro razões que me levem a retirar tal proposta. É também possível que precocemente tivesse sido ocupado o interior *e* o exterior do Muro 1. Tal está longe de ser improvável e essa possibilidade deve ser tomada em conta.

As observações contextuais referentes à amostra UGRA-131, recolhida em G.24, reforçam, afinal, o que se disse para a amostra recolhida em E.17. Com efeito, a massa de carvão de onde se retirou aquela amostra estava incluída no nível de aplanamento que correspondeu à preparação do solo para a construção da Torre 3, a mais complexa das torres de Santa Justa (a Torre 3 inflecte, alongando-se, aparentemente para proteger a Porta 2, uma estrutura estreita de acesso ao interior do espaço fortificado).

Vimos na discussão do dispositivo defensivo de Santa Justa que esta torre corresponde a um momento de alargamento da fortificação inicial. Infelizmente, a extensão do intervalo de tempo em que recai a datação é excessiva para que nos seja possível debater o que poderia ser fundamental: o ritmo de crescimento do amuralhamento.

UGRA-91 provém do espaço interno, tendo o carvão sido recolhido em K.18, em condições estáveis. Recordam-se os valores obtidos:

UGRA-91: 4100 ± 140 BP 3028 — 2290 cal AC

É uma datação para a vida plena do povoado, anterior ao incêndio que destruiu quase completamente as primeiras habitações. Escrevi a propósito desta data que «... com uma certa probabilidade, poderíamos aceitá-la como um *terminus post quem* para a segunda fase, isto é para o início da última ocupação do povoado» (Gonçalves, 1983-84c: 85).

Todas as outras datações efectuadas na Universidade de Granada se podem considerar num só bloco coerente. Nitidamente situadas na fase incêndio/*post* incêndio, os seus valores oscilam entre 3990 ± 130 BP e 3885 ± 130 BP. O que é dizer que, uma vez calibradas, não aparece como polémica a colocação da última fase de Santa Justa na segunda metade do terceiro milénio.

Questão a sugerir a prudência com que as datas ditas «absolutas» devem ser recebidas é, sem dúvida, a das datas obtidas em dois laboratórios distintos para a mesma amostra. Justifica-se que as comparemos, em anos convencionais de radiocarbono e calibradas, para dois sigmas:

UGRA-76: 3920 ± 125 BP 2872 — 2039 cal AC
Ly-3229: 4250 ± 110 BP 3291 — 2509 cal AC
Ly-3230: 4400 ± 140 BP 3499 — 2626 cal AC

A primeira observação diz respeito à absoluta fiabilidade da amostra, constituída por sementes de cevada carbonizadas: encontrava-se integrada numa massa de muitas centenas de sementes recolhidas num único e muito delimitado local, associadas a restos de um recipiente de grandes dimensões, seu provável contentor. Se enviei amostras para Lyon, quando já existia datação, tal se deve a ter considerado que o intervalo de tempo fornecido pelo Laboratório da Universidade de Granada era excessivo para a quantidade e qualidade do testemunho, tendo suposto possível a sua redução para números consideravelmente mais baixos.

Não compete aos arqueólogos senão discutir em torno à fiabilidade das datas que lhes são fornecidas. Os fundamentos das divergências deverão ser justificados pelos físicos. Mas torna-se evidente, com a calibração das datas de ^{14}C, que estamos longe ainda da localização cronológica precisa dos factos arqueológicos, que se esperava do método e que a fiabilidade das datas absolutas não dispensa, antes pelo contrário, exige, um cuidado registo de campo. Não me sendo possível esquecer as observações anteriores, excluí voluntariamente das séries usadas com fins comparativos as duas datações obtidas em Lyon, parecendo lógico optar pela série mais extensa e intrinsecamente coerente.

5.6.8.2. *Enquadramento em termos de datações «absolutas»*

Não abundam as datações ^{14}C para o Calcolítico Peninsular. A Sul do Tejo, possuímos hoje uma nova série para um povoado calcolítico fortificado, o Monte da Tumba (Torrão, Alcácer do Sal). Neste importante sítio, descoberto em 1982 e infelizmente muito destruído pela construção de uma vivenda, obteve-se a seguinte primeira data (Silva e Soares, 1985: 21):

UGRA-172: 4540± 90 BP

Já com esta parte do nosso trabalho redigida, foram divulgadas novas datações para o Monte da Tumba (Silva e Soares, 1988). A sua coerência interna e significado justificam que as analisemos. São elas:

UGRA-236: 4550± 150 BP
ICEN-116: 4400± 80 BP
ICEN-114: 4390± 50 BP
ICEN-115: 4340± 35 BP
UGRA-234: 4280± 100 BP
ICEN-113: 4220± 120 BP
ICEN-117: 4180± 30 BP

A calibração destas datações, para dois sigmas, fornecer-nos-ia uma imagem menos nítida que o primeiro produto, mas incontestavelmente de grande homogeneidade:

ICEN-116: 3350 — 2790 cal AC
UGRA-236: 3650 — 2900 cal AC
UGRA-172: 3510 — 2926 cal AC
ICEN-114: 3304 — 2910 cal AC
UGRA-234: 3297 — 2611 cal AC
ICEN-115: 3039 — 2905 cal AC
ICEN-113: 3255 — 2491 cal AC
ICEN-117: 2896 — 2624 cal AC

Confirmando-se as datações, há portanto uma elevadíssima probabilidade que o povoamento principal do Monte da Tumba tenha decorrido durante a primeira metade do terceiro milénio, em anos de calendário, tendo muito provavelmente começado ainda no quarto.

O Monte da Tumba é uma complexa fortificação, cuja interpretação não foi facilitada pelas destruições recentes. Mas, a nível estrutural, compartilha com Santa Justa torres densamente dispostas contra um muro espesso, ainda que a maioria seja oca e não maciça, como em Santa Justa. A nível artefactual, temos vasto conjunto cerâmico, incluindo pratos (alguns deles decorados no interior), taças, esféricos e algumas formas fechadas. Os pesos de tear em forma de linguiça são também idênticos aos de Santa Justa, tal como o são os escassos artefactos de pedra lascada. Significativos traços de metalurgia foram encontrados no povoado, ainda que se devam sublinhar algumas diferenças formais entre os macha-

dos de cobre do Cerro do Castelo de Santa Justa e os do Monte da Tumba. As reconstruções da fortificação alentejana deixam entender, mais que no caso da do Alto Algarve, vida agitada para o sítio e uma dinâmica interna a ler atentamente. As datações calibradas apontam nitidamente a transição quarto/terceiro milénio, independentemente do Laboratório que as efectou. Aproximam-se, ainda que com um pouco mais de definição e antiguidade, das datações UGRA-131 e -90, obtidas para o que suponho ser o início da construção da fortificação do Cerro do Castelo de Santa Justa.

A este nível, ainda mais interessantes se tornam os paralelismos com outros sítios e monumentos do Sul Peninsular.

São as seguintes as principais datas disponíveis, indicando-se em primeiro lugar o nome e a natureza do local da recolha, em segundo a data ^{14}C e em terceiro o resultado da calibração, segundo a proposta de Pearson *et al.*:

Los Millares povoado	H-204/247:	4295 ± 85 BP	3261-2627 cal AC
idem, *tholos* 19	KN-72:	4380 ± 120 BP	3370-2667 cal AC
Almizaraque, povoado	KN-73:	4150 ± 20 BP	3032-2460 cal AC
	CSIC-269:	3860 ± 60 BP	2555-2142 cal AC
Cerro de la Cabeza, *tholos*	Gif-4028:	3910 ± 110 BP	2863-2044 cal AC
	I10-187:	4050 ± 105 BP	2900-2310 cal AC
Montefrío, povoado	GrN-s/n:	3840 ± 35 BP	3460-2148 cal AC
El Tarajal, povoado	CSIC-218:	4050 ± 50 BP	2868-2470 cal AC
	CSIC-219:	4100 ± 50 BP	2881-2497 cal AC
	CSIC-220:	4080 ± 50 BP	2876-2490 cal AC
	CSIC-221:	4090 ± 50 BP	2879-2494 cal AC
	CSIC-222:	4200 ± 50 BP	2916-2617 cal AC
	CSIC-223:	4010 ± 90 BP	2878-2300 cal AC
	CSIC-224:	3820 ± 50 BP	2460-2140 cal AC
	CSIC-225:	4030 ± 50 BP	2863-2460 cal AC
	CSIC-227:	4230 ± 50 BP	2922-2628 cal AC
	CSIC-228:	4110 ± 50 BP	2884-2501 cal AC
	CSIC-229:	4020 ± 50 BP	2861-2460 cal AC
	CSIC-230:	3860 ± 80 BP	2573-2047 cal AC
Barranquete, (*tholos* 7)	CSIC-81:	4280 ± 30 BP	3340-2506 cal AC
	CSIC-82:	4300 ± 30 BP	3340-2580 cal AC

A estas datações (Almagro Gorbea *et al.*, 1978) poderíamos acrescentar a extensa coluna do Zambujal, mais concretamente as dezasseis datas publicadas (Schubart e Sangmeister, 1981 e 1983-84)), que calibrámos assim, para dois sigmas:

KN-I 115:	3530 ± 65 BP	2091-1695 cal AC
KN-I 117:	3860 ± 60 BP	2555-2142 cal AC
GrN-6668:	3625 ± 65 BP	2194-1783 cal AC
GrN-6669:	4025 ± 95 BP	2885-2300 cal AC
GrN-6670:	4150 ± 105 BP	3019-2470 cal AC
GrN-6671:	4170 ± 55 BP	2910-2590 cal AC
GrN-7009:	4200 ± 40 BP	2913-2624 cal AC
GrN-7664:	4140 ± 90 BP	2920-2470 cal AC
GrN-7674:	3940 ± 120 BP	2875-2047 cal AC
GrN-7002:	4050 ± 40 BP	2863-2477 cal AC
GrN-7003:	4055 ± 40 BP	2865-2483 cal AC
GrN-7004:	3995 ± 35 BP	2600-2461 cal AC
GrN-7005:	4055 ± 40 BP	2865-2483 cal AC
GrN-7006:	4090 ± 40 BP	2874-2501 cal AC
GrN-7007:	3959 ± 65 BP	2853-2300 cal AC
GrN-7008:	3980 ± 35 BP	2586-2458 cal AC

Estranhamente, estas datas levantam mais problemas que fornecem soluções. E a nível das possíveis correlações com os monumentos e sítios da fachada atlântica da Península, deve obrigatoriamente referir-se que a lista dos que estão datados é muito pouco satisfatória: resume-se, afinal, a nível de séries de extensão aceitável, a esta mesma que se obteve para o Zambujal (Torres Vedras).

Escreveu-se recentemente, a propósito de Santa Justa, «As datas obtidas permitem-nos concluir que este povoado será contemporâneo de algumas fases do castro do Zambujal, possivelmente com um início na primeira metade do III milénio A.C. e com um período intenso de ocupação em meados desse milénio, quando já naquele castro se tinha dado o aparecimento do campaniforme.» (Soares e Cabral, 1984: 190).

Fora parte o verdadeiro da asserção para o povoamento do Cerro do Castelo de Santa Justa, ressalvando a escassa nitidez referente à cronologia do campaniforme no Zambujal, justifica-se uma comparação gráfica das situações da cronologia dos dois sítios.

Como se vê, o arranque do povoamento do Cerro do Castelo de Santa Justa poderia ser anterior às mais antigas datas obtidas para o castro do Zambujal, devendo, no entanto, sublinhar-se que não existem datas para os primeiros níveis do povoado estremenho.

A primeira metade do III milénio é um princípio aceitável para o povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental. A data obtida para o Monte da Tumba corresponde justamente, como vimos, a um intervalo de tempo situado *na segunda metade do IV milénio*. Mas serão realmente níveis já calcolíticos os que a amostra data?

E corresponderão a uma primeira fase já fortificada?

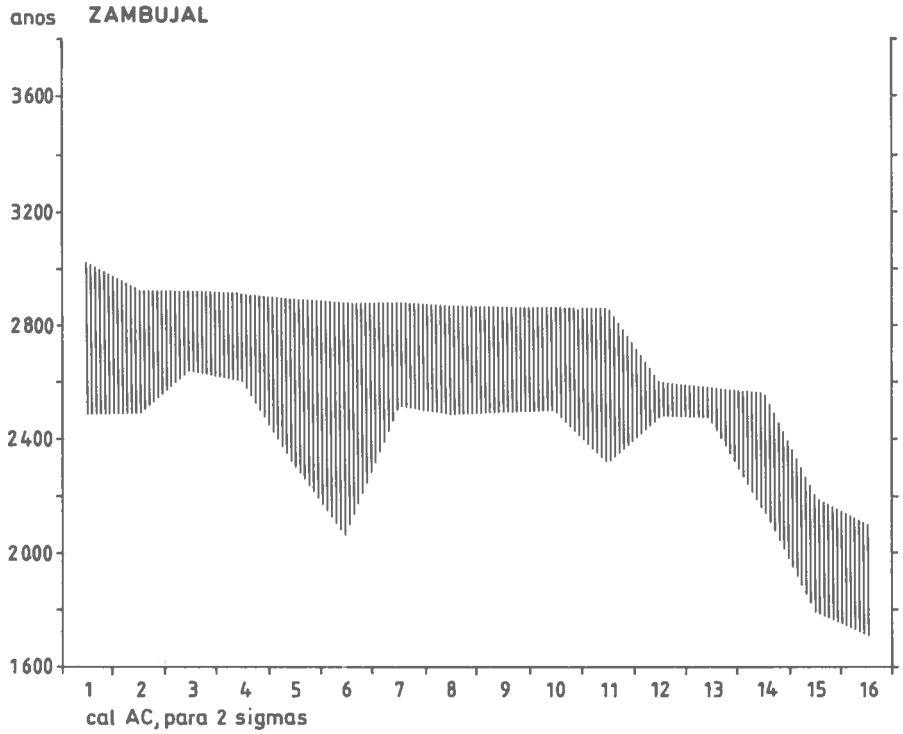
Por materiais recolhidos no Monte da Tumba, e pelo que me foi dado observar directamente, talvez haja lugar para uma ocupação pré-calcolítica, neolítica «final». O que explicaria esta datação, a menos que a consideremos liminarmente aberrante, por não condizer com o «esperável» (que é por vezes, como sabemos, bem diferente do real).

Se aceitarmos as cronologias propostas para o Zambujal e Santa Justa, o movimento que se traduz na calcolitização do Centro/Sul de Portugal desenrola-se na primeira metade do III milénio e está consubstanciado em sítios florescentes na sua segunda metade. No restante Sul Peninsular, a situação é ligeiramente diferente e não deixa de se nos afigurar extraordinário que as datações pareçam ser ligeiramente mais recentes, no conjunto, que as portuguesas. Ainda que a sua relativa escassez exija, mais uma vez, prudência na apreciação dos factos disponíveis

No fundo, a questão mais importante não é evidentemente esta, mas a de se saber, como veremos em OITO, se há apenas *um* ou *vários* Calcolíticos. Adiante se discutirá o que penso poder chamar-se a componente local e a «importada» do Calcolítico, sendo as eventuais importações um fenómeno *de segunda grandeza* em relação à pujança das culturas regionais.

É evidente que só o conteúdo artefactual de monumentos e sítios, e não os modelos teóricos (por mais sofisticados), poderá responder às próprias dúvidas que a datação levanta. Na lista de sítios datados pelo carbono 14, encontram-se diferentes modalidades de povoamento e ocupação do solo. O significado específico de unidades como o Cerro do Castelo de Santa Justa, Monte da Tumba, Castro do Zambujal, é manifestamente distinto do de El Tarajal, Porto Torrão, Sala n.º 1 e Mangancha, estes três últimos sítios ainda não datados [*5 datações para a Sala n.º 1 foram, entretanto, obtidas*]. Dos avanços do conhecimento das relações entre eles, poderá resultar mais do que as datas de carbono 14 deixariam entrever.

A tão falada questão da «antiguidade» do campaniforme no Castro de Zambujal, tal como a sua presença aparentemente tardia em Porto Torrão, fazem crer que se justificam plenamente as críticas mais acerbas a quem procurou confundir este *estilo* ou *moda cerâmica* com um *povo*, uma *cultura* ou mesmo uma *civilização*. Se aceitássemos vectores de origem para o campaniforme atravessando o Mar do Norte, teríamos de justificar a sua extensa duração na fachada atlântica da Península Ibérica e o seu peculiar entrosamento nos espaços calcolíticos portugueses. Independentemente de se reconhecer o mérito gráfico (e científico) dos dois primeiros volumes dedicados ao Zambujal, bem como do notável esforço e honestidade demonstrados por Michael Kunst em recuperar tão correctamente quanto possível um registo confuso ou inexistente, deverão ser admitidas, sem receio, as grandes lacunas que tal trabalho apresenta, sobretudo se tivermos em conta os meios, impressionantes para a época, mobilizados pelo *Deutsche Archaeological Institut*.



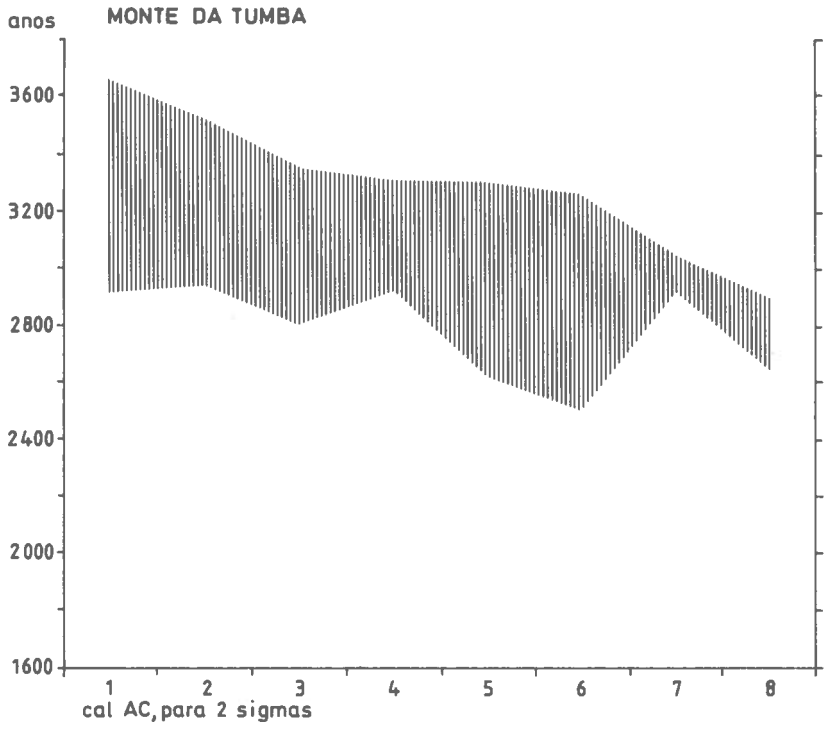
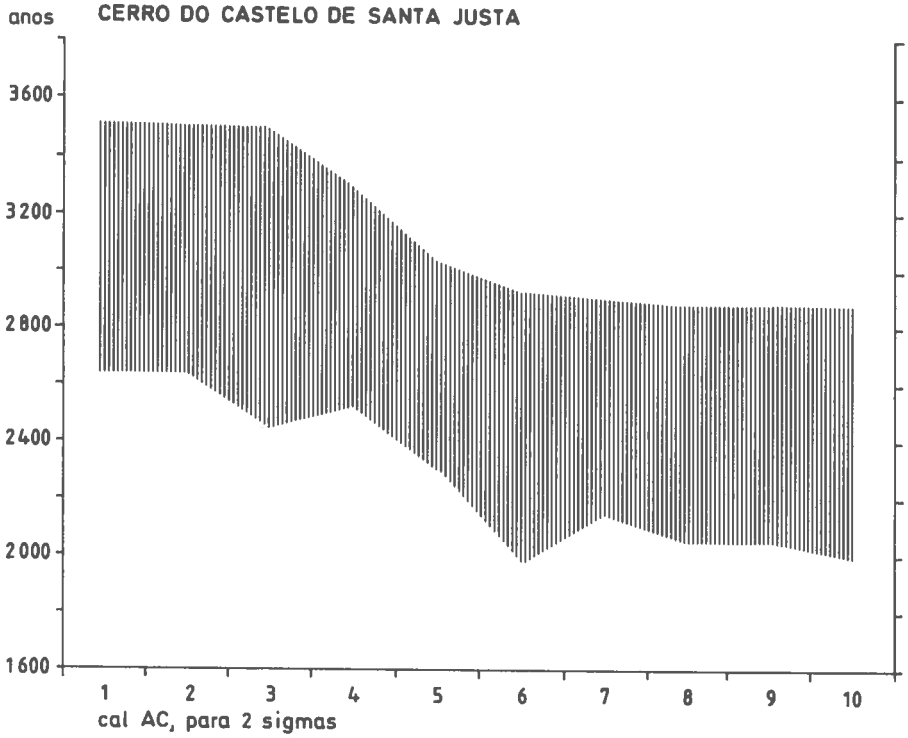


Fig. 5.131. (*em cima*) Zambujal; e Fig. 5.132. (*em baixo*) Monte da Tumba. Representação gráfica não tratada dos parâmetros das datações ^{14}C calibradas a dois sigmas.



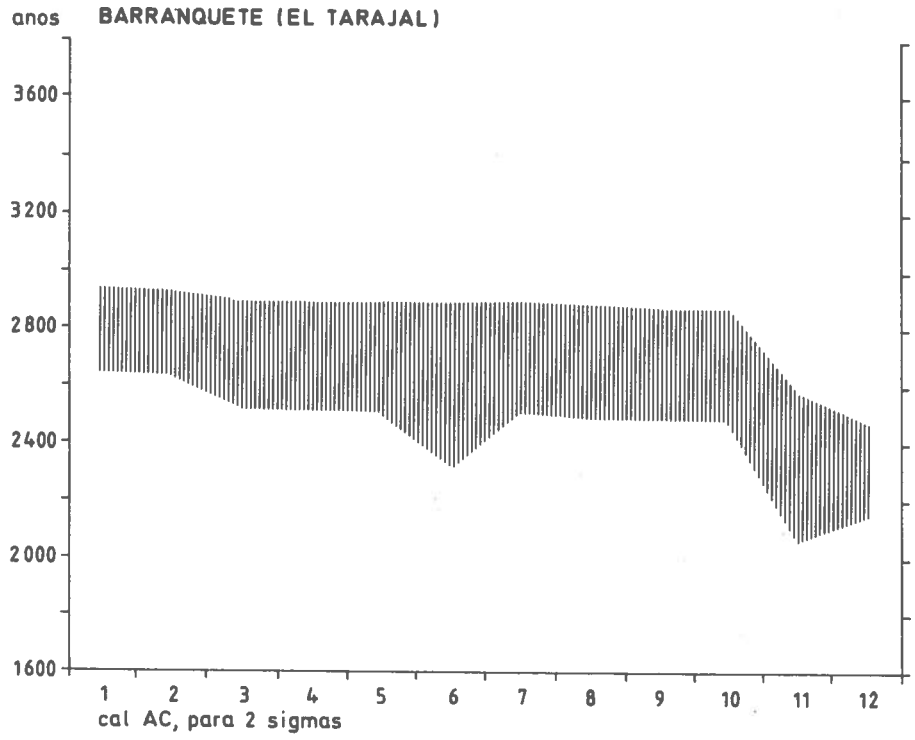


Fig. 5.133. (*em cima*) Cerro do Castelo de Santa Justa; e Fig. 5.134. (*em baixo*) Barranquete. Representação gráfica não tratada dos parâmetros das datações ^{14}C calibrados a dois sigmas. Da análise conjunta das Figuras 5.131. a 5.134. sobressai a proximidade Zambujal/Barranquete e a antiguidade das datações do Monte da Tumba.

Compreende-se assim que só com sérias reservas se aceite a datação de um campaniforme sobre cujo contexto nada se escreveu de minimamente satisfatório.

O Calcolítico é, na verdade, um grande fenómeno que se desenvolve à escala europeia, sobretudo mediterrânica, e que assume em Portugal e no Sul de Espanha características peculiares. É esta, porém, uma vasta região e seria absurdo escamotear o facto de ser sobre malhas indígenas de povoamento, de pastores e agricultores, que se inserem as características consideradas típicas das sociedades metalúrgicas. Se considerarmos este ponto como uma condicionante, tornar-se-á evidente que a compreensão do processo na sua globalidade não pode ser atingida sem que se tome em conta esse fenómeno de muito maior amplitude e impacto, a nível da Eurásia, que foi a Segunda Revolução Neolítica ou Revolução dos Produtos Secundários. Como veremos em SETE, esta situação transforma as datas do carbono 14, com as consideráveis margens de erro visíveis sobretudo após calibração, em indicadores cujo significado não pode ser sobrestimado sem que o acervo documental seja bem superior ao existente.

Porque uma data de ^{14}C não é, como se sabe mas tantas vezes se esquece, um *ano*, mas o *intervalo de tempo*, tantas vezes de séculos, que o contém.

A imagem com que ficamos, a nível das cronologias, parece ser, pois, de pinceladas largas. Só o aperfeiçoamento do método, e das próprias curvas de calibração, poderá vir a produzir alterações. O que está longe de parecer imediato.

A leitura dos parâmetros das datas ^{14}C, calibradas de acordo com Pearson *et al.*, sugeriu-me a construção dos gráficos das figuras seguintes.

A primeira conclusão diz certamente respeito às datações obtidas para o Monte da Tumba, mais antigas que o esperado, mas coerentes e homogéneas. A única questão a seu respeito seria, naturalmente, a de se saber a que fases da complexa diacronia do sítio elas correspondem. Concentram-se maioritariamente na fase provavelmente do Neolítico «final» do sítio, o que não justificaria comentário especial? Ou referem-se *também* a fases de ocupação calcolítica?

Enquanto esperamos pela monografia do sítio, haverá que salientar outra homogeneidade, esta bem significativa: a da distribuição das formas cerâmicas ao longo da estratigrafia. Analisando o quadro já divulgado (Silva e Soares, 1988: 24), não será polémico defender que *não há alterações significativas no conteúdo cerâmico dos inventários*, pelo menos no que se refere às formas não decoradas. Em relação às decoradas, outras questões se levantam, a abordar alhures.

5.6.9. *Cronologia e enquadramento cultural*

Poderá parecer absurdo, após os parágrafos dedicados às datações ^{14}C, iniciar um novo ponto com o título em epígrafe. Mas é de uma outra cronologia que aqui se trata, a que é possível através da comparação entre monumentos e sítios (para a maior parte dos quais estão indisponíveis datações «absolutas»). Curiosamente, o que parecia ser um *handicap* não o é, justamente pelas dimensões dos intervalos de tempo fornecidos pelo carbono 14.

Basicamente, as áreas a inserir na diacronia dizem respeito ao Sul peninsular, área tão vasta que justifica de *per si* as mais sérias reservas a que, em sentido estrito, tenha evoluído sincronamente.

Da polémica em torno às cronologias depende directamente uma questão que fascina muitos autores, a de se averiguar se esta ou aquela região antecedeu outra no avanço tecnológico, na estrutura económica ou na elaboração, assunção ou adopção de superestruturas.

Claro que, como vimos no anterior imediato, a precisão das datas de ^{14}C poderia resolver questões como estas. A actual impossibilidade de se reduzir, para além de certos limites, o desvio padrão vem vincar ainda mais, por um lado, a importância de uma reflexão teórica a partir das sequências artefactuais e, por outro, a necessidade de abordar as assimetrias de crescimento e a sua datação, numa perspectiva em que o ruído tenha sido eficazmente filtrado. Como é óbvio, as áreas melhor conhecidas da fachada atlântica da Península Ibérica estavam, até há pouco, confinadas, por razões «históricas» de pesquisa às penínsulas de Lisboa e Setúbal. Recentemente, porém, efectuaram-se progressos na chamada «área de Sines».

Começando por ordem de proximidade, faremos alguns comentários à perspectiva definida a partir dos resultados obtidos no povoado de Vale Pincel II, Monte Novo e Vale Vistoso (Silva e Soares, 1981).

Os três sítios divulgados pelo Grupo de Trabalho de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines, apresentam-se como lugares com características muito específicas: situados sobre o litoral, ou na sua proximidade imediata, destacam-se apenas muito suavemente na paisagem. Em Vale Vistoso, existe um aspecto particularmente curioso que deve ser salientado: trata-se de um sítio com campaniforme, no ponto de maior altitude de um pequeno esporão. O facto de o campaniforme ser inciso, associado a taças de bordo decorado, faz crer que o conjunto referenciado seja tardio, dentro do que se pode considerar o contexto calcolítico ocidental.

Quanto a Vale Pincel II e Monte Novo, o esforço de síntese traduzido na apresentação de uma diacronia baseada em estratigrafias horizontais (*ibidem*: 136, fig. 108), prolongando propostas anteriores, deve ser atentamente criticado, mais pela importância que assume para o debate que pelas eventuais deficiências verificadas.

Os principais argumentos para uma partição, baseada nestes sítios, do «calcolítico pré campaniforme da região de Sines» (*ibidem*: 136) parecem repousar na desaparição ou declínio quantitativo de três artefactos cerâmicos (a taça carenada, o vaso em forma de saco com mamilos de preensão alongados e os pesos de tear com secção rectangular alongada e com uma perfuração em cada topo) e no desenvolvimento quantitativo apreciável dos pratos de bordo «almendrado» e dos pesos de tear em forma de linguiça, designados por «crescentes».

Resumindo o essencial, Tavares da Silva e Soares consideram que o primeiro destes horizontes, *Vale Pincel II*, corresponde à fase do Calcolítico da Estremadura que alguns autores consideram definível a partir dos copos canelados, a «cerâmica de importação» dos arqueólogos alemães.

O segundo horizonte, designado por *Monte Novo*, corresponderia ao que os autores consideram o «Calcolítico médio da Estremadura», definível pela cerâmica decorada com motivos em folha de acácia.

Vão mais longe os investigadores do GAS, considerando que estes horizontes apresentam «flagrantes afinidades» com sítios espanhóis (Papa Uvas/Vale Pincel II) e invocando globalmente paralelismos com Valencina de la Concepción, nos arredores de Sevilha.

Podem ser levantadas a este esquema as seguintes objecções:

1. apenas a partir de dois sítios, escassamente averiguados, não é normal a construção de um esquema teórico com implicações de tão largo alcance para a Pré-História peninsular;

2. a inexistência de uma estratigrafia vertical, se não impede uma proposta deste género, alerta à partida para a necessidade de sublinhar as suas limitações inerentes;

3. o conjunto artefactual considerado fóssil indicador para a diferenciação avançada é susceptível de reparos metodológicos. No que se refere à última das objecções assinaladas, e a que voltaremos em OITO, cabe ainda referir o papel específico das variantes regionais, cujo significado cultural e cronológico é menor, quando não inexistente. O fabrico actual de uma louça específica nas Caldas da Rainha, e de outro em Alcobaça, nada tem a ver com diferenciações culturais apreciáveis, mas traduz apenas a existência síncrona de dois centros inovadores na criação cerâmica. O aparecimento de cerâmicas destes dois tipos em Bragança e Faro indica apenas que elas aí chegaram por compra ou oferta, ou para aí foram transportadas após aquisição nos lugares de origem ou em áreas de troca intermédias.

Nesta perspectiva, seria absurdo falar de uma «Cultura da cerâmica de Alcobaça» diferenciada cronologico-culturalmente de uma «Cultura da cerâmica das Caldas», tal como seria redundante considerar «indígenas» os seus compradores. Não se vê razão para que este exemplo não seja projectável para o passado.

É evidente que estas reservas não significam a inutilidade do modelo prescrito por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, mas apenas que não parece possível aceitá-lo a não ser exclusivamente como hipótese teórica.

De qualquer forma, os dados publicados anteriormente (Silva e Soares, 1976/77), e resumidos de forma sintética em 1981, levantam uma primeira dificuldade à medíocre atitude de outros que consistia em agrupar as ricas e polimórficas culturas do Calcolítico do Oci-

dente Peninsular simplesmente em «pré-campaniformes» e «campaniformes». Atitude que, sem constituir uma *resposta*, representa, sem dúvida, uma «solução».

Santa Justa apresenta, a nível artefactual, similitudes com os materiais de Vale Pincel II, estando presentes a maior parte das formas cerâmicas daquele sítio (à excepção da taça carenada, cuja inexistência no sítio do Alto Algarve Oriental é de referir). Completamente ausentes de Santa Justa estão os pesos de tear de secção rectangular alongada, com uma ou duas perfurações em cada topo. O corniforme de Vale Pincel II, similar a outros corniformes calcolíticos, nada tem a ver com os «ídolos de cornos» recolhidos em Santa Justa. As dimensões da área escavada no sítio litoral, bem como as condições específicas da jazida (*ibidem*: 208-209), impedem que nos alonguemos em comparações, interessantes, mas de inevitável fragilidade.

Monte Novo evidenciou também um conjunto cerâmico com assinaláveis proximidades com Santa Justa, estando aqui presentes os pesos de tear em forma de linguiça, que em Santa Justa são exclusivos. Também a escassa área escavada não permite outros comentários.

A detecção em 1972, por Mello Beirão, de um pequeno povoado sobre o rio Mira e a 2.3 Km do *tholos* da Nora Velha, o Cortadouro, justifica também algumas observações. Aquilo que os autores referem como amuralhado está, no entanto, longe de se poder comparar, aparentemente, aos que se identificaram noutros sítios do Ocidente Peninsular. A metalurgia foi atestada ali, mas o machado de cobre CT/71 parece ligeiramente mais evoluído tipologicamente que os de Santa Justa, se considerarmos como um indicador provável da sua localização avançada a extremidade distal, ou gume, sobressaindo largamente sob um corpo chato de lados divergentes. Mas, como se sabe, sérias reservas devem ser levantadas à tipologia de Monteagudo, pelo que esta observação deve ser matizada e registada, ela própria, com prudência. As cerâmicas recolhidas neste sítio, cuja ocupação me parece indubitavelmente pouco extensa, são também similares às de Santa Justa.

Como disse anteriormente, quando em DOIS referi o povoado de Alcalar, e tal como para ele, os números publicados para os artefactos do Cortadouro provocam-nos uma indefinível sensação de nos encontrarmos perante um momento avançado do Calcolítico (o fim do III milénio?).

Como vimos, não é difícil encontrar similitudes aparentes entre Santa Justa e alguns povoados desta área do território. Outra situação se coloca quando devemos enfrentar a região compreendida pelas penínsulas de Lisboa e Setúbal, em que as sequências de cerâmica lisa se complexificam pela perturbante presença de decorações cuja temática não parece evoluir, mas caminhar aparentemente ao longo do tempo, num esquema de substituições que está longe de estar esclarecido.

A estratigrafia do Castro da Rotura, Setúbal (Gonçalves, 1971 e Veiga Ferreira e Tavares da Silva, 1970), a curta, mas interessante (ainda que mal esclarecida), sequência do Lexim (Arnaud, 1974/77), bem como o reposicionamento estratigráfico dos materiais de Vila Nova de S. Pedro (Savory, 1970) permitiram definir uma provável sequência vertical, ainda que, na verdade, ela resulte da polémica interpretação de diversas sequências, dispostas artificialmente em diacronia.

A acreditarmos nos dados equacionados para esta região, três grandes dominâncias seriam visíveis a nível do Calcolítico: em primeiro lugar, nas ocupações calcolíticas surge um fóssil indicador bem diferenciado, as cerâmicas decoradas com caneluras, nomeadamente os *copos*; em segundo lugar, os sítios evidenciam uma cerâmica decorada com motivos em folha de acácia e crucífera; em terceiro lugar, os níveis arqueológicos aparecem assinalados pela presença das cerâmicas campaniformes.

Contrariamente ao que se poderia supor, a sequência integral nunca foi encontrada num só sítio: em Vila Nova de S. Pedro, há copos e campaniforme (mas escasseia a folha de acácia); na Rotura, há folha de acácia e campaniforme (mas não há copos), no Lexim, há copos e folha de acácia (mas não campaniforme). E na Pedra d'Ouro há, sobretudo, folha de acácia. A excepção existe no Zambujal, onde há de tudo, ainda que se não saiba com rigor de onde provém: campaniforme e folha de acácia estão bem representados e, apesar de escassos copos terem sido registados, o magnífico exemplar recolhido evidencia claramente a sua presença (Sangmeister e Schubart, 1981, tafeln, 59-b). Ocorre-nos, no entanto, perguntar se ela não será tão episódica como em Santa Justa.

Seria interessante saber se a preocupação com a análise das estruturas não terá obnu-

bilado informação sobre a sequência estratigráfica deste importante sítio, explicando-se assim a «precocidade» do campaniforme e a falta de localização específica para as cerâmicas caneladas. Factos que introduziram um factor de inquietação na construção da sequência para o Calcolítico estremenho. Essa sequência ficara estabilizada, como se escreveu, com a publicação dupla dos dados da Rotura, mas a identificação numa escassa área do Penedo do Lexim (Mafra) de dois estratos datados pela termo-luminescência levantou novos e interessantes problemas (Whittle e Arnaud, 1975 e Arnaud, 1974/77: 403).

As datações de termo-luminescência, que se supõem equivalentes a datações pelo carbono 14 após calibração, oscilavam para o Estrato C, o mais antigo, entre 2675±300 e 3355±370. Para o segundo estrato, efectuaram-se duas datações praticamente coincidentes: 2770±310 e 2725±300 AC. As «datas do contexto» são de 3055 para o nível mais antigo e de 2880 para o mais recente. A ilusória «antiguidade» fornecida a um leitor desprevenido, ganha menor fulgor, se é que não o perde completamente, quando observamos os intervalos de tempo que, para 2 sigmas, contém estas datas: 3390-2150; 3325-2125; 3275--2075; 4025-2615.

Assim redefinidas, estas datas, ao contrário do que se poderia supor, são de muito reduzido interesse, se não mesmo quase inusáveis.

O Penedo do Lexim é um exemplo do subaproveitamento de um excelente sítio, por desinteresse ou instabilidade de pesquisa. Entre as poucas informações que podemos usar, saliento a existência de «um nível mais antigo [que] parece apresentar a associação entre idolos de cornos e cerâmicas decoradas com caneluras e hemi-circulos concêntricos acoplados» (*ibidem*: 329). Um nível mais recente apresenta cerâmica folha de acácia e ainda algumas perdurações de época anterior, nomeadamente um *copo*, no que parece ser uma «cultura mista», reciclada no exterior.

Estas duas leituras traduzem, deve dizer-se, uma escavação inacabada e uma interpretação estratigráfica cuja correcção deverá ser discutida mesmo no que se refere à leitura global proposta pelo autor. Para a sequência integral da ocupação do sítio (*ibidem*: 401), apenas se sublinhará que ela não corresponde às evidências avançadas e que os dados gráficos fornecidos são de tal modo escassos que difícil se torna utilizá-la. O estrato 4 do quadrado A, considerado «o mais antigo e importante deste povoado fortificado» (*ibidem*: 399), com os seus ídolos de cornos, representa aparentemente uma fase que a datação pela termo-luminiscência torna quase incompreensível.

Parece agora evidente que a própria peculiaridade do fenómeno campaniforme desaconselha paralelismos entre o Extremo Sul, em que ele é inexistente, e o Centro de Portugal. Resta-nos, bem diferenciados na Rotura e no Penedo do Lexim, o facies calcolítico definido pela presença da improvada associação «fechada» ídolos de cornos/cerâmicas caneladas e o facies referenciável pela cerâmica decorada com motivos folha de acácia.

Disse noutro lugar, antes da reflexão imposta pelas datas ^{14}C, que o Cerro do Castelo de Santa Justa seria aproximável do segundo daqueles momentos do Calcolítico estremenho. Hoje, parece-me evidente a futilidade de se procurarem forçadamente comparações e entrosamentos para «círculos dentro do círculo».

Muito provavelmente, a ocupação calcolítica do Cerro do Castelo de Santa Justa decorre ao longo do terceiro milénio, paralela e independentemente dos momentos específicos de evolução da Estremadura. O único fragmento de um provável copo aí registado, L.13.-20, apresenta finas decorações incisas similares às brunidas nos copos de sítios da Estremadura. Mas trata-se efectivamente, e tal nunca foi esquecido, de um único fragmento. Não que isso diminua, implicando exclusão, o seu significado: não vejo porque uma minoria estatística deva ser (só por o ser) considerada como se não existisse e a sua importância a nível cronológico mantém-se intacta. O significado da sua escassez, indicando uma provável proveniência exógena, traduz apenas, a meu ver, uma das maneiras como, ao longo do espaço, se perdem as coerências numéricas (o que não é dizer as estritamente significantes).

Os dez «ídolos de cornos» de Santa Justa são cronologicamente síncronos dos do Lexim? Se o fossem, as datas calibradas de carbono 14 e as de termoluminescência deveriam coincidir. O que não acontece. A menos que se admitisse, contra toda a informação actual, uma duração tão longa para os «ídolos de cornos» como a registada para as placas de xisto com decoração geométrica.

Considerando a abundante fauna fornecida pelo Lexim, seria fundamental proceder

a datações convencionais que permitissem esclarecer a fiabilidade das obtidas pela termoluminescência e é difícil de crer que tal não tenha ainda sido feito (nem pareça em vias de o ser). O que naturalmente impede que este importante sítio possa ser considerado na sua plenitude como fonte de comparações indispensável para os esquemas explicativos do desenvolvimento do Calcolítico Peninsular.

Terminaria com uma referência a Vila Nova de S. Pedro, esse mítico sítio da Pré-História europeia.

Em 1975 e 1976, foi-me dado escavar, apesar de lamentavelmente limitado por créditos incompatíveis com a importância do sítio, uma área entre a segunda e a terceira linha de muralhas do povoado estremenho.

Os quatro níveis estratigráficos definidos ilustram várias asserções que terão lugar adequado em OITO. Convém, porém, adiantar já aqui algumas, que têm directamente a ver com as comparações que temos vindo a desenvolver.

Em primeiro lugar, a falsa imagem do predomínio da cerâmica decorada ou, pelo menos, da sua grande representatividade. As escavações demonstraram que, na área averiguada, existiam efectivamente *copos* e outras cerâmicas decoradas, mas em número estatisticamente insignificante, se considerarmos as percentagens de cerâmicas lisas.

A outra questão diz respeito ao campaniforme, confirmado ausente de toda a área exterior à segunda linha defensiva e apenas identificado em entulhos de destruição de alguns dos seus sectores superficiais.

A terceira e última questão desta série refere-se aos próprios ídolos de cornos, só identificados nos níveis mais recentes deste sector, o que demonstra que ou (1) não são forçosamente tão antigos como se pretende; ou (2) perduram para além do que se esperaria na Estremadura.

Uma segunda série de questões foi já abordada a propósito do dispositivo defensivo e é com economia que lhe faremos aqui de novo referência: as sequências de construção de Santa Justa são predominantemente de ampliação e correcção de espaço, as de Vila Nova de S. Pedro de reconstrução após danos severos.

Factores houve, desde cedo, que permitiam discernir o carácter violento de certos momentos da ocupação de Vila Nova de S. Pedro. Nos cadernos de campo e nos relatórios de Paço e Jalhay sucedem-se as referências a recolhas localizadas de centenas de pontas de seta, no que deveriam ser, suponho eu, os equivalentes aos arsenais de épocas posteriores.

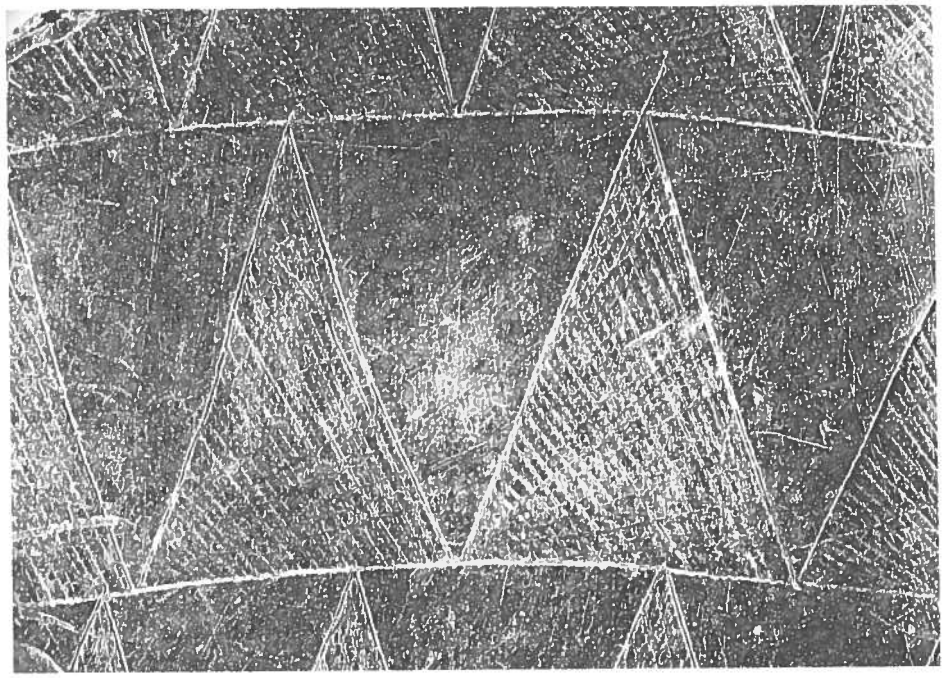
A compartimentação do espaço entre a terceira e a segunda linha defensiva (e entre a segunda e a primeira, muito provavelmente), recente dentro da vida calcolítica do sítio, traduz estratégias que não são só simplesmente defensivas, como em Santa Justa, mas verdadeiramente «militares».

Vimos já a questão do plano de construção, que fornece a todos os sítios calcolíticos fortificados (à excepção de Pedra d'Ouro e Columbeira) um aspecto específico, mas «familiar». Essa sensação de «familiaridade» poderia, como vimos, traduzir, no mínimo, o reconhecimento de um «estilo» ou de uma «escola» de arquitectura militar para sítios como Vila Nova de S. Pedro e Zambujal. A ideia de construir de forma similar, patente noutros povoados fortificados, traduziria o que se poderia considerar como uma difusão de «saber como».

Recordo, ainda a nível comparativo e para terminar, que se é indiscutível a funcionalidade defensiva das torres de Vila Nova e Zambujal, algumas dúvidas poderiam ser colocadas sobre a utilidade das de Santa Justa e, sobretudo, da sua proliferação. Naquele contexto, como se disse, seria preferível uma espessa muralha a torres amontoadas contra um muro estreito. A menos, como vimos atrás, que elas correspondam a um estilo construtivo relativamente normalizado, que não as dispensa (uma vez que fazem parte integrante de um modelo). Ou ainda que funcionem como contrafortes de apoio à construção a que se adossam. A este nível, e apesar da falsa imagem de semelhanças evidentes, sólidas diferenças separam Santa Justa dos povoados estremenhos, sendo de crer que tenham sido bem diferentes no seu ponto de partida. Diferenças que se poderiam, aliás, encontrar tanto a nível da concepção arquitectónica global como (e, talvez, sobretudo) no número dos primeiros habitantes de cada sítio.

Se Vila Nova de S. Pedro parece ter tido um autêntico «ritual de fundação» (Paço, 1943), nenhum outro sítio evidenciou tal situação, tradutora de um planeamento «à partida» do espaço habitado e de uma organização ritual do mesmo.

SEIS NECRÓPOLES: PEDRAS ALTAS, CASTELHANA, EIRA DOS PALHEIROS



«Food, reproduction and death are the common factors of humanity, and the greatest of these is death. Human societies are moulded by their dialogue with death: frameworks, by which individuals and communities establish their own world-picture, are stretched and then defined by the need to comprehend and incorporate mortality.»

Kinnes, 1981: 83

Fig. 6.0. Pormenor de placa xisto com decoração geométrica da Anta do Curral da Castelhana.

SEIS NECRÓPOLES: PEDRAS ALTAS, CASTELHANA, EIRA DOS PALHEIROS

6.1. O MEGALITISMO NO ALTO ALGARVE ORIENTAL

6.1.1. *Observações preliminares*

Quando em 1976 se colocou, pela primeira vez, a possibilidade de continuar a *Carta Archeologica do Algarve*, iniciada por Estácio da Veiga quase um século antes, a região serrana registava apenas escassos pontos cartografados, todos eles referentes ao Algarve Ocidental.

Informações recolhidas junto a estudantes do Centro de Apoio universitário que a Faculdade de Letras de Lisboa instalou em Faro, permitiram a identificação de um primeiro monumento, completamente violado, a cista da Rocha da Moura, junto à Mealha.

Posteriormente, seriam identificadas as antas da Masmorra e das Pedras Altas. Já com o projecto CAALG em curso, viriam a ser reconhecidos novos monumentos: as antas da Cumeada e da Cerca da Francisquinha (Corte d'Ouro), da Altura (Giões). Seriam prospectados, sem êxito, a *Portela das antas* e outros sítios com topónimos denunciando aprioristicamente ocupação pré-histórica, mas a Anta do Curral da Castelhana apenas seria descoberta em prospecção sistemática; a Anta da Mesquita e o *tholos* da Eira dos Palheiros, por sua vez, só seriam identificados alguns anos após o início dos trabalhos no Cerro do Castelo de Santa Justa.

Todos estes monumentos estavam extremamente destruídos, alguns de fresca data. Estavam rodeados por auras de lendas, invariavelmente relacionadas com tesouros enterrados. Só dificilmente conseguimos autorização para escavar alguns deles, com restrições e discreta vigilância dos proprietários.

Os trabalhos decorreram em 1977 e o seu carácter sumário deverá ser entendido à luz de estas restrições e das próprias limitações materiais impostas. Apesar de tudo, a sensação de desconforto sentida durante a redacção do texto seguinte traduz o reconhecimento das suas próprias insuficiências e da ausência de condições que permitissem ultrapassá-las.

6.1.2. *Monumentos violados ou destruídos*

O primeiro destes monumentos é uma cista de época indeterminável, a Rocha da Moura, completamente violada.

Situa-se num cabeço cerca do Monte da Mealha e o primeiro registo de campo aponta:
long. 1 15' 26''
lat. 37 21' 57''

O espaço interior, rectangular, media 0.90 por 1.50 m. e o monumento estava orientado no seu eixo maior num enfiamento 320g-120g, NW-ES, sendo impossível determinar qual teria sido a sua cabeceira. A tampa tinha sido removida e o interior da câmara estava cheio de pedras miúdas e bolotas de azinheira.

Uma limpeza geral nada evidenciou quanto a espólio antropológico ou votivo.

O segundo monumento que se identificou foi a Anta da Masmorra, junto aos moinhos da Masmorra, a poucas dezenas de metros das Alcarias de Pedro Guerreiro.

Segundo Manuel Correia Pereira, aí morador, na construção do moinho teria sido utilizada uma «pedra escrita» que se encontrava junto à anta, ou nela mesmo. Todos os moradores das Alcarias de Pedro Guerreiro sabiam esta história, provavelmente passada no século passado (a mais antiga data gravada no moinho é 1868, referindo-se muito provavelmente à construção). Manuel Cavaco, outro morador, garantiu ter ainda visto uma «pedra empinada» junto à anta, mas teria sido derrubada e destruída.

A Anta do Cerro da Masmorra tem a localização:
X: 45.6
Y: 239.8 (C.M.P. 581)

É um monumento de corredor, bastante regular. O diâmetro da câmara era de 3.20 m. e o comprimento do corredor, no troço conservado, de 2.30. Restavam os 9 esteios da câmara, ainda que muito fracturados, e 4 do corredor. Várias pedras na separação corredor/câmara constituiam o que localmente era designado como uma «escaleira», uma pseudo-escada de acesso ao interior esvaziado.

Uma vez limpo o monumento, nem um único artefacto ou fragmento de artefacto foi recolhido, de tal modo foi exaustivo o esvaziamento da câmara e mesmo do corredor (o que é mais raro, nestes casos).

O monumento da *Cumeada,* sito perto da Corte d'Ouro, Ameixial, está para Ocidente da região estudada, pelo que se lhe fará apenas rápida referência.

Completamente saqueado por um antiquário de Loulé, poucos anos antes da nossa visita (1977), teve a totalidade das terras crivada, o que explica os montes de terra fina que existiam perto dele. Segundo a população local, teriam sido encontradas «chapas de talisca gravada» (placas de xisto com decoração geométrica) e diversas cerâmicas.

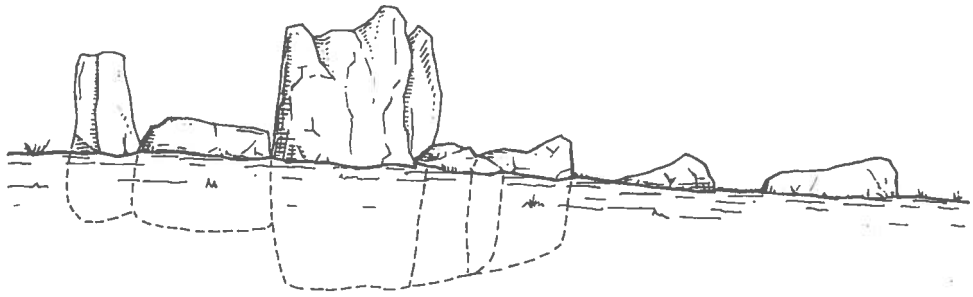
O que resta do monumento, que poderia ter sido um *tholos*, inclui 11 esteios na câmara, número excessivo para uma anta, mas normal em *tholoi,* e um longo corredor com 8 + 8 esteios, muito danificado, aberto a Este. A implantação deste monumento, sem referências geodésicas visíveis, e construído num rebaixamento de terreno, impediu qualquer localização precisa.

A *Anta da Mesquita* é um monumento de planta piriforme, muito destruído. Não se conseguiu localizar o proprietário e, por se encontrar em terra de cultivo, não se obteve do rendeiro autorização para qualquer trabalho.

A localização registada no Caderno de Campo foi:
X: 43.4
Y: 239.3 (C.M.P. 582)

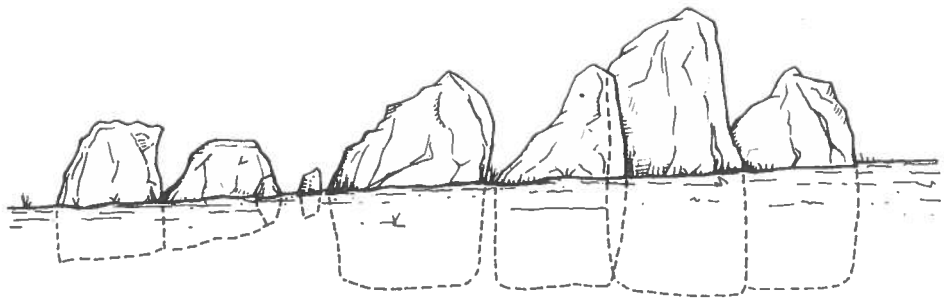
Fig. 6.1. (*na página seguinte*) Anta da Masmorra ou do Cerro da Masmorra. Alçados e planta. Levantamento do extinto Gabinete Técnico da Assembleia Distrital de Faro (1977).

MASMORRA

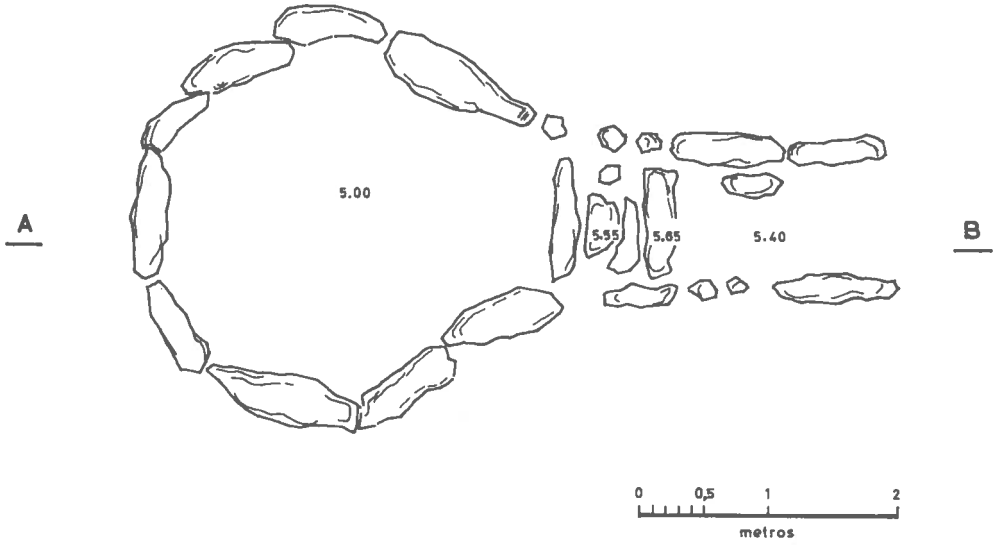


VISTA A-B

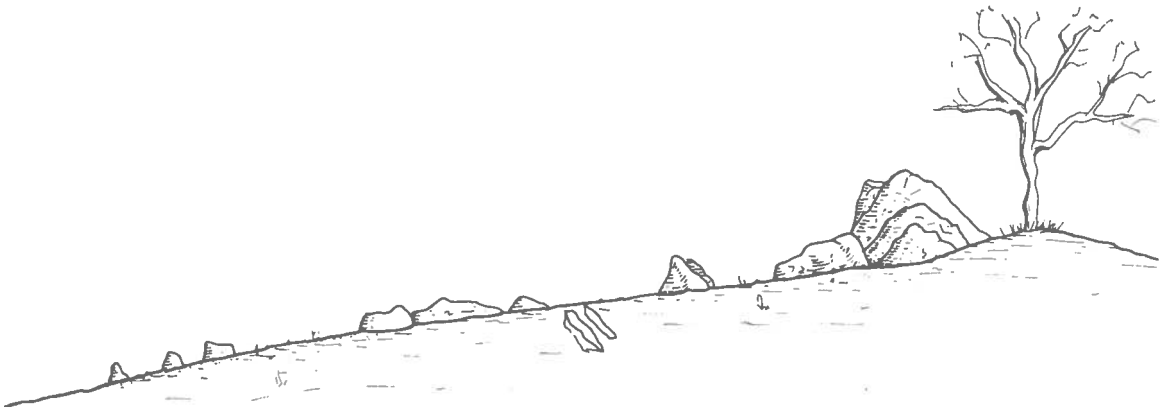




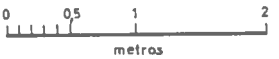
VISTA B — A



CUMEADA



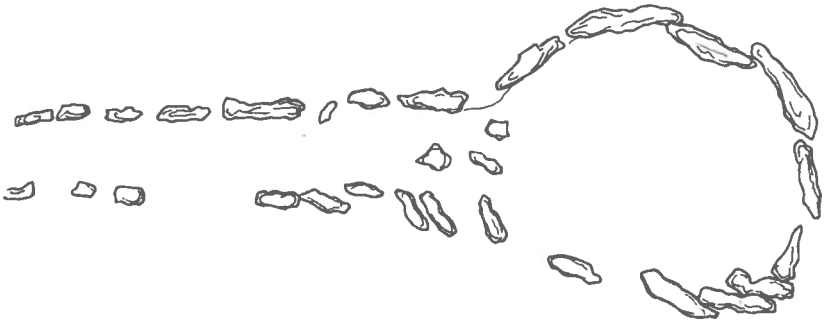
VISTA A – B



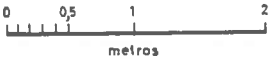


VISTA B – A

A



B



6.1.3. *Anta das Pedras Altas (Mealha)*
6.1.3.1. *Localização e comentário prévio*

A Anta das Pedras Altas encontra-se situada num alto cerro, perto do Monte da Mealha, num dos muitos «becos» da Serra: nenhum acesso é possível, a não ser a pé, e as condições de trabalho foram as mais duras experimentadas no Alto Algarve Oriental.

Nem este isolamento poupou o monumento: nos anos 40, Manuel José (do Monte da Mealha), e um seu familiar, escavaram-no até às fundações dos esteios. Segundo a sua própria versão, teriam encontrado um formão (sic) de pedra polida, com aspecto de nunca ter sido usado. Apesar de não nos ter mostrado o artefacto, disse ter anotado as suas medidas, 18 cm. de comp., 3.5 de largura e uma espessura de 2 cm. (tal precisão levou-me a crer que o tinha efectivamente em sua posse). Posteriormente, enquanto crivávamos as terras do monumento, «recordou-se» também de ter encontrado um pequeno pote, que teria partido, e ofereceu-me uma conta tubular de pedra verde, que teria aí recolhido.

É a seguinte a localização, na Carta Militar de Portugal, folha 581:
X: 43.7
Y: 223.4

6.1.3.2. *Estrutura*

Trata-se de um monumento de planta piriforme, orientado a Nascente, com esteios deslocados aquando da violação.

Os esteios, em número total de 12, estavam parcialmente cobertos no que poderia ter constituído um corredor, indiferenciado na planta.

Dois esteios terminais, apareados, estavam separados dos restantes por uma estrutura semelhante à que se observa em alguns monumentos megalíticos alentejanos para separar a câmara do corredor.

Crivadas as terras completamente revolvidas, e em grande parte agrupadas no exterior da câmara, recolheram-se diversos artefactos líticos, nenhum outro cerâmico ou de osso.

No chão da câmara, encontraram-se duas pedras em forma de tronco de cone grosseiro, podendo tratar-se de algo semelhante ao que foi registado para alguns monumentos do Algarve Ocidental (Alcalar).

Admiti, inicialmente, que se pudesse ter tratado de uma anta de 7 esteios e corredor, mas poderíamos também estar perante um monumento de planta tão irregular que escaparia a qualquer classificação.

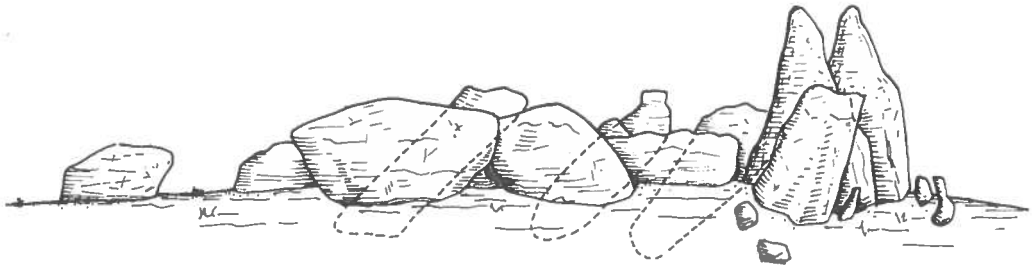
Uma grande pedra, com o comprimento visível de 2.10 m., semi-enterrada, poderia ter constituído parte da cobertura original.

6.1.3.3. *Artefactos*

São os seguintes os artefactos recolhidos:
Pedra afeiçoada (?):
Enxó (?), grosseiramente afeiçoada, em xisto muito degradado;
Pedra lascada:
1.
1 fragmento de lâmina (sílex);
1 grande fragmento de lâmina (extremidade proximal e mesial), de xisto, sem retoque, mas com sinais de utilização;

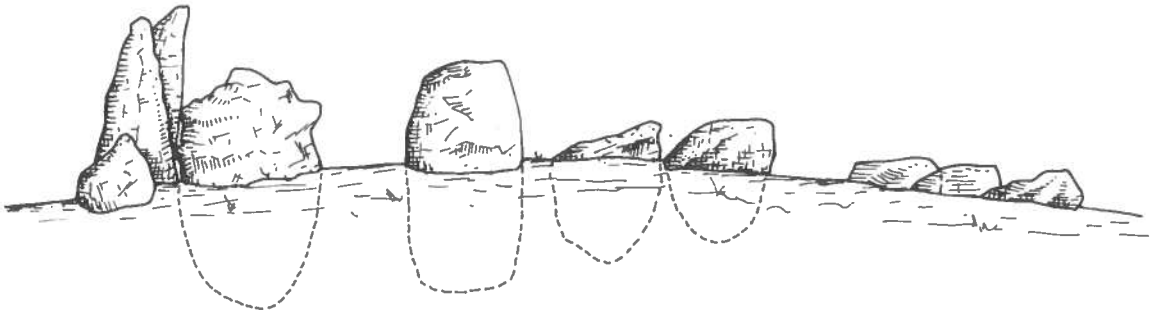
Fig. 6.2. (*na página anterior*) Anta da Cumeada. Alçados e planta. Levantamento do extinto Gabinete Técnico da Assembleia Distrital de Faro (1977).

PEDRAS ALTAS, MEALHA

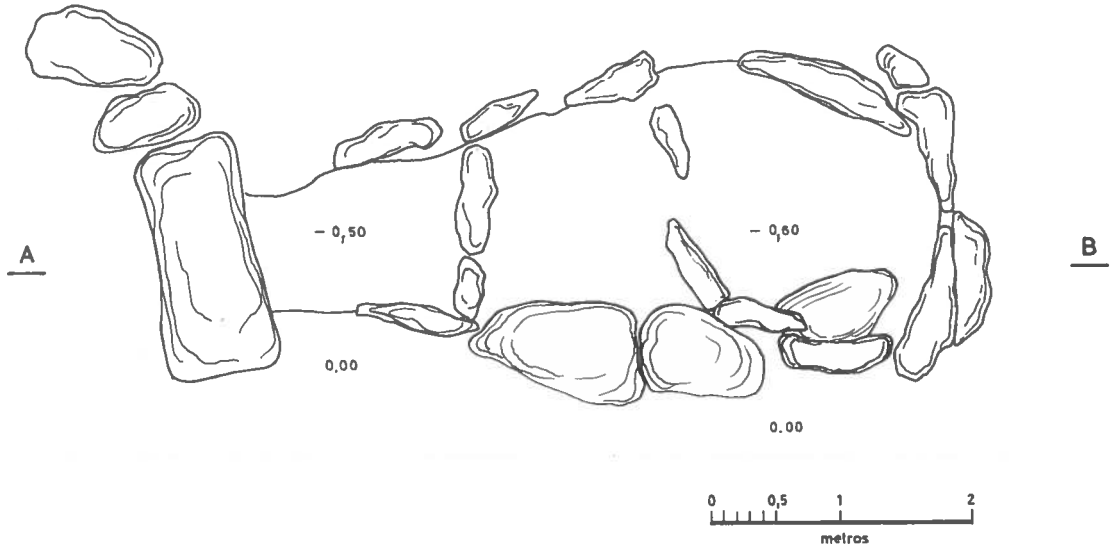


VISTA A – B

0 0,5 1 2
metros



VISTA B – A



2.
1 lamela de sílex;
1 lamela de sílex;
1 lamela de «cristal de rocha» (quartzo hialino);

3.
5 pontas de seta de sílex:
1 ponta de seta de quartzo leitoso;
1 ponta de seta de quartzo hialino;
Todas de base côncava e retocadas bifacialmente;

4.
9 geométricos de sílex, retocados: 4 trapezóidais, 3 triangulares e 1 segmento obtido por redução de um trapézio. São provenientes dos revolvimentos do corredor e das terras dele extraídas e colocadas ao lado dos esteios;

5.
1 microburil, de sílex;

6.
Esquírolas de quartzo e sílex.

Artefactos de adorno pessoal:
14 contas de colar, de pedra verde: discóides achatadas, bitroncocónicas abatidas, cupiformes e tubular curta.

Diversos:
1 — 1 cristal de quartzo hialino, intacto;
2 — 1 valva de *cardium edule*, recortada.

6.1.3.4. *Discussão:*

O conjunto dos artefactos recolhidos na Anta das Pedras Altas levanta questões que ultrapassam a limitada fiabilidade que as condições de recolha possam assegurar.
Enumerarei apenas três:

1 — contemporaneidade das pontas de seta e do grupo geométricos/microburil;
2 — presença de adornos de pedra verde;
3 — uso votivo do cristal de quartzo hialino.

A primeira questão tem duas respostas alternativas:

1 — geométricos e microburil traduzem um primeiro enterramento, provavelmente contemporâneo da construção do monumento, sendo as pontas de seta parte de uma deposição votiva posterior;
2 — os artefactos são parte de um mesmo conjunto funerário.

Fig. 6.3. (*na página anterior*) Anta das Pedras Altas (Mealha). Alçados e planta. Levantamento do extinto Gabinete Técnico da Assembleia Distrital de Faro (1978). Ainda que a planta quase piriforme do monumento não permita distinguir claramente um corredor, o eixo da estrutura, lido a partir da pedra de cabeceira para abertura de acesso, é de 130 grados.

Apesar das conhecidas presenças de geométricos em ambientes do Neolítico «final» e do Calcolítico, o tipo muito evoluído das pontas de seta levou-me, de início, a considerar mais provável a primeira das hipóteses, existindo assim, pelo menos, dois enterramentos diferenciados.

A presença de adornos de pedra verde não é, em si, polémica, mas representa o aparecimento de esta (relativamente) rara matéria prima muito longe dos seus pontos de ocorrência conhecidos, o mais perto dos quais seria o alto-alentejano. Traduziria, assim, redes de troca que a transumância, evocada em UM e TRÊS, poderia facilmente explicar.

Finalmente, o cristal de quartzo hialino: é um objecto votivo que encontramos em monumentos do Neolítico evoluído de Monchique. O seu valor deriva da raridade e da procura desta matéria prima para a feitura de lamelas e pontas de seta, frequentes em contextos funerários, mas também em povoados calcolíticos (Santa Justa).

Inicialmente, pareceu-me, portanto, defensável, ainda que com compreensíveis reservas, a existência de (pelo menos) dois enterramentos diferenciados na Anta das Pedras Altas, o primeiro provavelmente do Neolítico evoluído, o segundo calcolítico. Mas a possibilidade de se tratar de um único bloco de enterramentos não é de afastar.

6.1.4. *Anta do Curral da Castelhana*

6.1.4.1. *Localização e comentário prévio*

A Anta do Curral da Castelhana, ou Anta da Castelhana, localiza-se nas imediações das Alcarias de Pedro Guerreiro e tem as coordenadas

X: 46.2
Y: 223.6

Foi identificada em 1977, aquando dos inquéritos orais conduzidos naquela região pela minha equipa. Os habitantes das Alcarias falaram-nos de dois monumentos, um dos quais completamente arrasado, nos Moinhos da Masmorra, e de outros dois, de que só sobreviveria um, para Oriente. Em prospecção, foi assim identificado este monumento.

Não se conseguiu qualquer informação sobre a origem do topónimo, ainda que a existência, na região, dos topónimos *Mestras* e *Mestrinhas* seja evocativo.

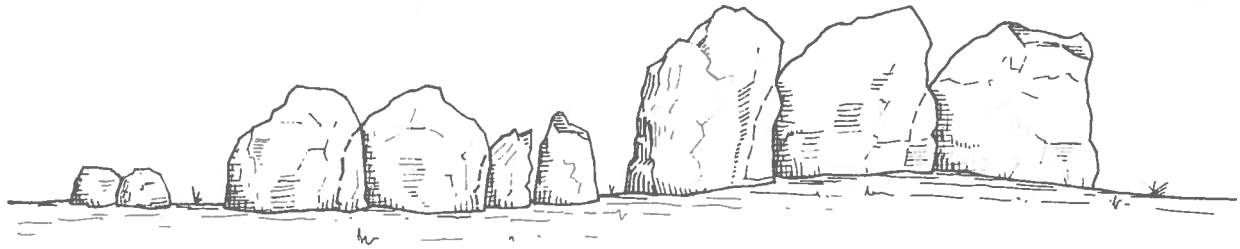
6.1.4.2. *Estrutura*

Anta de 7 esteios na câmara, com corredor provavelmente de 3 + 3 (faltam 2 destes esteios). Câmara repleta de pedras provenientes das despedregas dos campos vizinhos. Diâmetro: 2.72 m. Corredor curto, com cerca de 2.6 m. Esteios de câmara apoiados directamente no xisto degradado, regularizado para o efeito.

6.1.4.3. *Artefactos*

(A sua localização no monumento está indicada na planta)
Recolheram-se nesta anta dois conjuntos de artefactos, um na câmara, outro no corredor. Enumeraremos brevemente as questões que sugerem, referindo-os grupadamente.
1.º conjunto (câmara)
ACC1: placa de xisto com decoração geométrica, fragmentada;
ACC.7: placa espessa, trapezóidal, não decorada;
ACC.8: grande placa de xisto, não decorada, mas com um fino traço duplo em diagonal;
ACC.2: lâmina fragmentada;

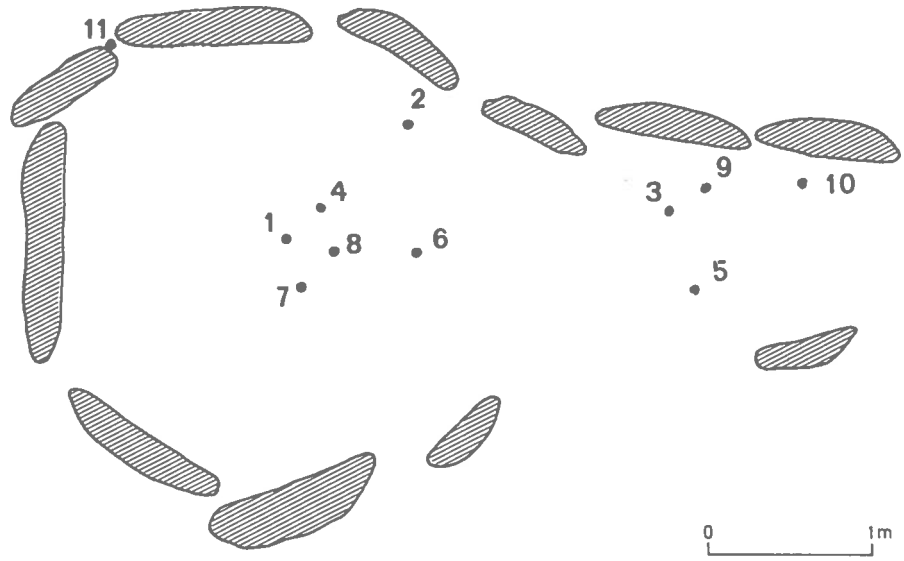
Fig. 6.4. (*na página seguinte*) Anta do Curral da Castelhana. Alçados desenhados pelo extinto Gabinete Técnico da Assembleia Distrital de Faro (1978). Planta com indicação da localização dos artefactos.



VISTA A – B







ACC.6: recipiente cerâmico de forma compósita, corpo esferóidal e colo alto;
ACC.11: machado, «escondido» entre os esteios de topo 5 e 6, de corpo cilindróide e secção circular;
ACC.4: vaso esférico achatado, com mamilos de preensão comprimidos e com traços de impressão de corda na horizontal.
2.° conjunto (corredor)
ACC.3: placa de xisto com decoração geométrica, fragmentada;
ACC.9: placa de xisto com decoração geométrica, fragmentada;
ACC.10: fragmento de recipiente cerâmico de forma fechada, corpo esferóidal e bordo extrovertido;
ACC.5: fragmento de recipiente cerâmico.

6.1.4.4. *Discussão*

Uma única observação, resumindo a problemática que os dois conjuntos levantam: as placas de xisto indiciam uma descida para Sul dos conjuntos próprios ao megalitismo alentejano ou são exemplares já calcolíticos, confirmando o que a cerâmica sugere?

Analisando os recipientes cerâmicos reconstituídos, com efeito, não nos ficam dúvidas sobre a sua filiação calcolítica e não estranharíamos vê-los num *tholos*, por exemplo, ainda que tal seja sobretudo nítido para o exemplar recolhido no corredor. No entretanto, a mesma questão que as Pedras Altas levantava permanece: duas fases de ocupação ou uma só. Parece-me que estamos perante uma sepultura de «pastores megalíticos», contemporâneos do Calcolítico, e que a presença de um conjunto tão significativo poderá eventualmente traduzir a existência de um território específico, interferindo eventualmente com o dos metalurgistas.

Se acreditarmos na costumada associação uma placa de xisto com decoração geométrica/um enterramento, teríamos a probabilidade de 4 deposições funerárias nesta anta. O agrupamento dos materiais deixaria entender que duas poderiam ter sido efectuadas na câmara e outras duas no corredor. Simples possibilidade, que se regista.

6.1.5. Tholos *da Eira dos Palheiros*

6.1.5.1. *Localização*

X: 49.5
Y: 239.8 (C.M.P. 582)

O monumento foi construído na extremidade de um cerro, dominando um meandro da ribeira da Foupana, não o mais alto, mas com uma excelente perspectiva em duas direcções.

Um conjunto de «medos» pairava sobre o sítio, no dizer local, pelo que houve dificuldade em empreender a escavação, à míngua de trabalhadores voluntários. Tal se explica, em parte, pelo isolamento do lugar, por onde hoje só passam raros pastores de cabras, e por lendas e histórias de assombramentos.

6.1.5.2. *Estrutura*

Aquando da sua descoberta, o monumento da Eira dos Palheiros apresentava-se com o aspecto de um círculo de pedras cujo topo era apenas, e nem em todos os casos, só muito ligeiramente emergente. Após o arranque da vegetação típica daqueles solos esqueléticos, tornou-se visível o traçado do corredor.

O monumento foi construido a partir de uma câmara circular, escavada no solo e revestida com grandes placas de xisto rectangulares, o todo coberto muito provavelmente por uma falsa cúpula. Corredor ortostático.

Trata-se de um conjunto que evoca os monumentos deste tipo comuns no Baixo Alentejo (Ourique, Aljustrel), orientado, ainda que com pouca precisão, a Sudeste.

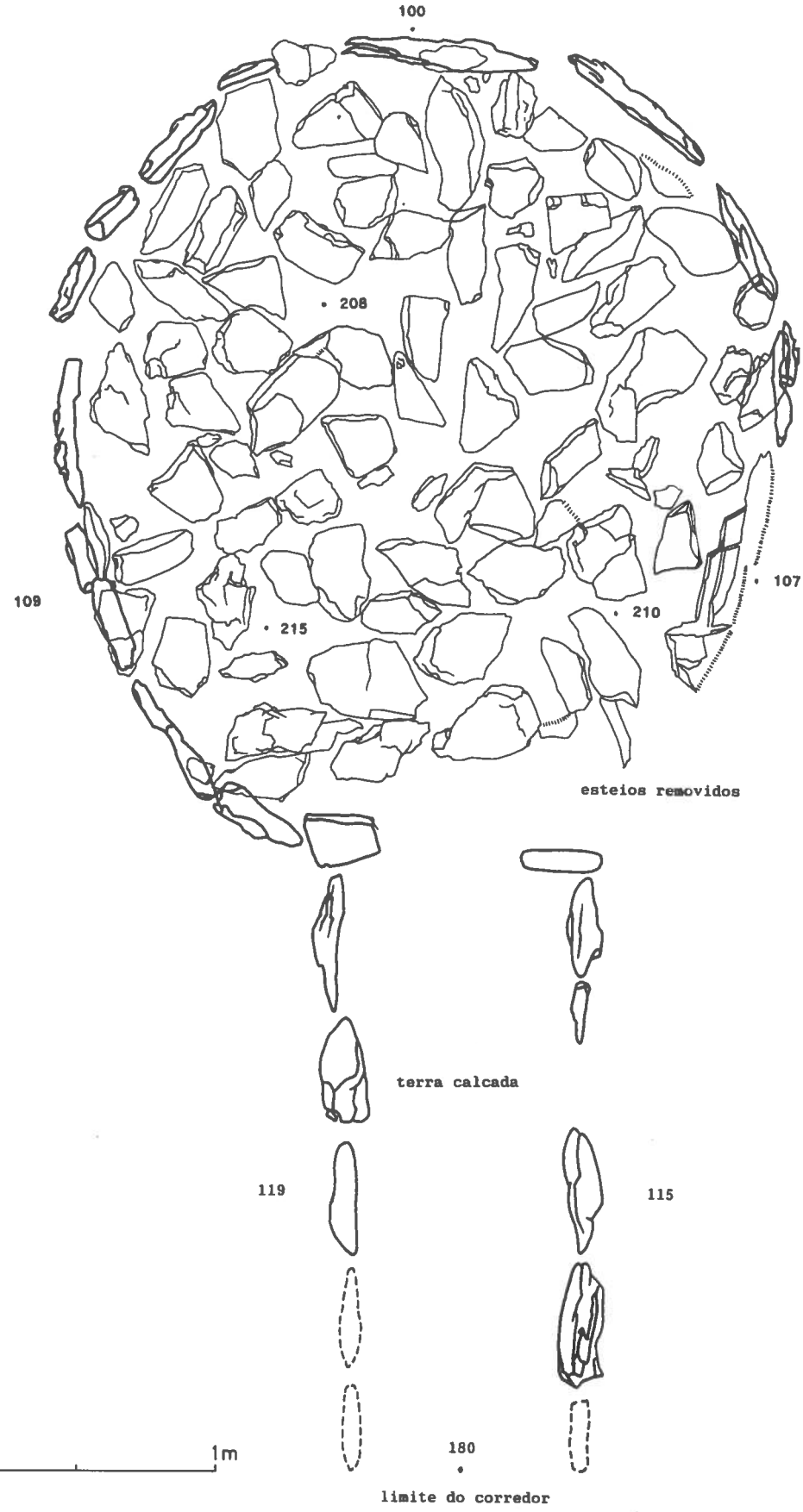


Fig. 6.5. *Tholos* da Eira dos Palheiros, planta geral da estrutura.

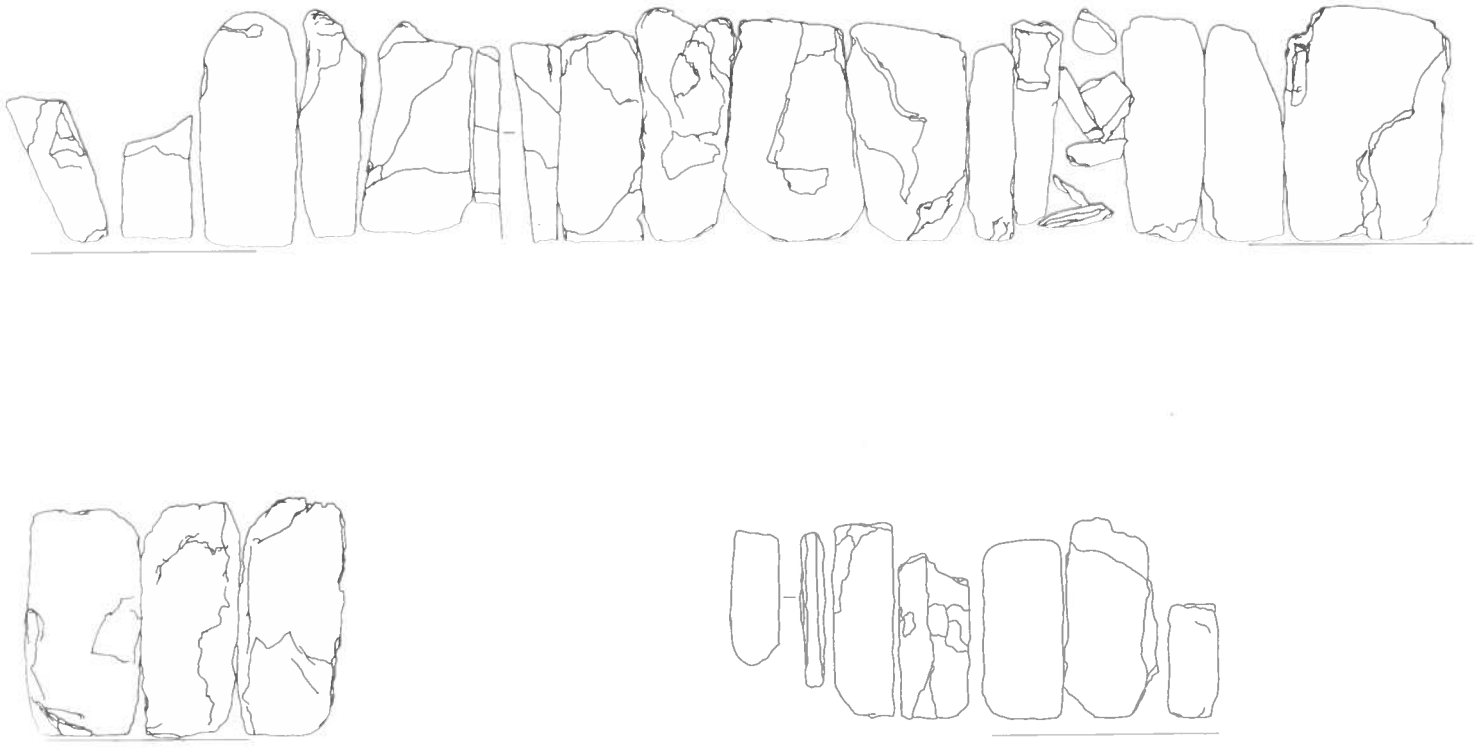
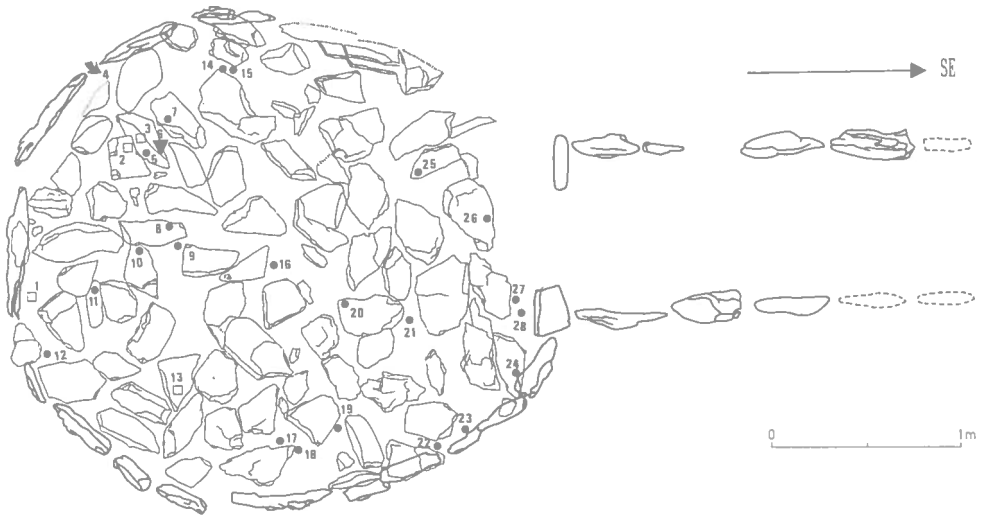


Fig. 6.6. *Tholos* da Eira dos Palheiros, planificação da face interna da Câmara (1:40), lida da esquerda para a direita por um observador situado na sua entrada.



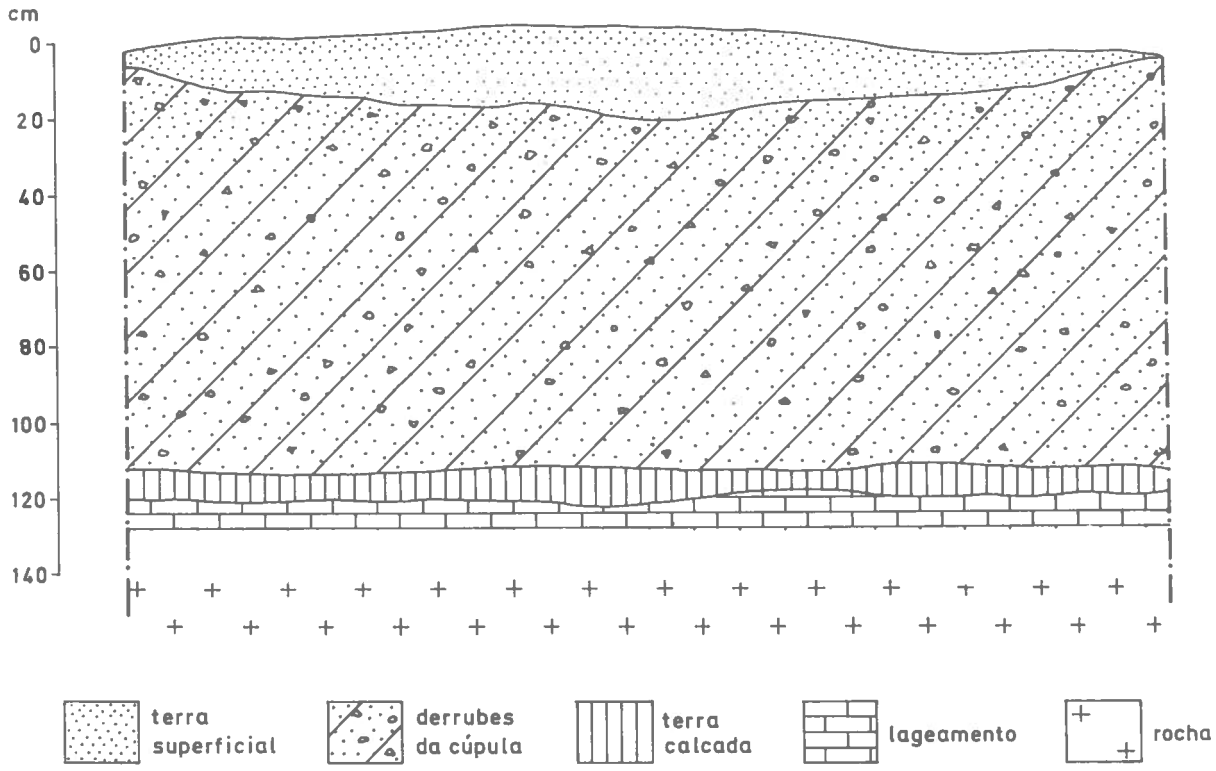


Fig. 6.7 (*em cima*) *Tholos* da Eira dos Palheiros, distribuição dos achados. *Cerâmica*: 1. vaso Est. 127(4); 2. vaso Est. 127(5); 3. vaso Est. 127.2; 4. vaso Est. 127(3); 13. vaso Est. 127(1); 15. vaso EP.20. *Pedra Polida*: 6. enxó EP.5. *Pedra talhada*: 5. seixo afeiçoado Est. 123; 7. placa EP.30; 12. EP.31; 16. EP.32; 20. EP.33; 21. EP.s/n; 22. EP.34; 23. EP.37; 24. EP.38. *Lâmina*: 14. EP.36. *As Estampas referidas são as do 2.º volume.* Os artefactos encontravam-se sobre a camada de terra calcada, cotas -100 a -110.

Fig. 6.8. (*em baixo*) *Tholos* da Eira dos Palheiros, corte no eixo NO/SE da Câmara.

 6.1.5.3. *Comentários breves ao espólio*

Em primeiro lugar, as *pontas de seta*

10 — 9 são de base côncava, a restante de base recta. Talhe calcolítico, retoque idêntico ao de Santa Justa, maioritariamente parcial, em alguns casos marginal e cobridor.

A pedra polida está representada por um fragmento distal e mesial de uma enxó, de secção ovalada. Uma placa grosseiramente afeiçoada parece imitar uma alabarda.

É, no entanto, a cerâmica que oferece uma maior margem de comentário, uma vez que todas as formas são comuns no Cerro do Castelo de Santa Justa. São elas:

1 — um prato, como se sabe forma não muito comum em monumentos funerários calcolíticos, ainda que bem documentada em Alcalar, nas antas de Reguengos e no Monte Novo dos Albardeiros;
2 — um recipiente esferóidal, também incomum nestes contextos;
3 — duas taças em calote (fechadas);
4 — um recipiente inclassificável, feito por colagem de bandas de «colombinos».

Em conclusão, diria que todos estes artefactos são indiscutivelmente calcolíticos e que a associação de este monumento a Santa Justa parece pouco contestável.

Acrescentaria apenas, a terminar, que um máximo de dois enterramentos teria sido feito neste monumento, o que o coloca em vivo contraste com outros *tholoi* e mantém aberta a questão da localização da necrópole do Cerro do Castelo de Santa Justa.

6.2. DISCUSSÃO E SÍNTESE

6.2.1. O possível significado dos monumentos megalíticos do Alto Algarve Oriental

Acrescentar pontos nos mapas nem sempre tem grande significado e, por si só, é duvidoso que se possa considerar muito mais que uma honesta actividade.

O megalitismo não foge à regra, não parecendo que exista, em termos de investigação, qualquer prioridade em saber *onde* estão as antas sem que saibamos exactamente *em que* período foram construídas.

A inexistência de um plano nacional, reunindo os especialistas e focando energias na solução de questões específicas, previamente hierarquizadas, faz-se sentir por vezes em alturas inesperadas. Só a pulverização da pesquisa e a inexistência de diálogo origina que se encontrem lado a lado, numa mesma publicação, textos tão estruturalmente diversos na direcção e perspectiva como os de Tavares da Silva e Kalb (1987). Não que a diversidade seja errada e a multiplicidade das perspectivas indesejável: preferível a (mais) uma colectânea de textos sobre o megalitismo seria, porém, um debate conduzido a interrogações específicas e a um acordo de pesquisa que definisse prioridades e agendasse trabalhos diferentemente coordenados.

Quando iniciei pesquisas no Alto Algarve Oriental, a minha primeira prioridade residia na identificação dos povoados do Neolítico «médio» e «final» e dos monumentos megalíticos que hipoteticamente lhes estariam associados.

A nível de áreas de habitação, as prospecções nada revelaram destas épocas, ainda que se tenha confirmado para Vaqueiros uma extensa mancha de ocupação, muito provavelmente conectada ao *cromlech* que aí foi destruído.

No entanto, no que aos monumentos megalíticos diz respeito, e sendo contrária à antecedente a situação verificada, nem por isso a decepção foi menor.

O estado de destruição dos monumentos da Serra revestia tais aspectos que era inútil sondar a maior parte deles. Ao estado de ruína juntavam-se, aliás, violações sistemáticas, com datas prováveis identificadas e responsáveis assumidos.

O monumento da Cumeada, perto de Corte d'Ouro, tinha sido esvaziado (e as terras crivadas) por um antiquário de Loulé. A Anta de Altura tinha sido destruída pelos Serviços Geográficos e Cadastrais, que sobre a câmara, arrasada para o efeito, construiram um marco geodésico. A Anta da Masmorra tinha sido saqueada pelos habitantes das Alcarias de Pedro

Guerreiro durante a grande fome monetária que se sucedeu à segunda Guerra Mundial. O mesmo fizeram, aliás, os habitantes da Mealha em relação à das Pedras Altas, onde destruiram o único recipiente cerâmico que ela provavelmente continha (os restantes artefactos, não reconhecidos pelos violadores, recuperámo-los aquando da escavação). Relativamente protegida pelo isolamento (e pelas toneladas de pedras provenientes de «despedregas») estava a Anta do Curral da Castelhana. Também o isolamento (e os «medos» que o rodeavam) protegeram o monumento da Eira dos Palheiros.

A primeira questão é, pois, a de sabermos se se pode extrair algo de nada. Como é frequente, apesar de aparentemente absurdo, a resposta pode ser afirmativa, se o *nada* for, afinal, *alguma* coisa. Ainda assim, os custos são naturalmente elevados, a nível da fiabilidade das conclusões.

A raridade, ou mesmo inexistência, de traços concretos de povoamento do Neolítico «médio» e «final» só pode ser interpretada por insuficiência de prospecção ou por inexistência de lugares duráveis de ocupação. Ambas hipóteses são aceitáveis (e convergem), uma vez que traços de ocupação temporária, de grupos pouco coesos ou dispersos, dificilmente são detectados com os recursos tradicionais de prospecção (tenha-se em conta o caso dos trabalhos de Vítor Oliveira Jorge na Serra da Aboboreira, a área megalítica melhor conhecida entre nós na segunda metade do nosso século e para a qual escassas são as indicações de povoamento).

É este vazio que me leva, todos os riscos pesados, a defender o carácter disperso do povoamento da Serra durante os períodos que antecederam o Calcolítico e durante a ocupação calcolítica daquele espaço.

A meu ver, os monumentos megalíticos, nenhum deles apresentando estruturas «antigas» dentro do megalitismo, antes traduzem tardias entradas de pastores no Alto Algarve Oriental que a estabilização em actividades agrícolas de populações «neolíticas». As deficiências patentes nos solos da região afastam, por improdutiva, a agricultura de enxada e só novas tecnologias, como as do arado, entre outras, possibilitam a apropriação de solos tão adversos.

A relativa proximidade dos «Barros» de Beja pode ter tornado o Alto Algarve Oriental numa área de mínimo interesse para as florescentes comunidades agro-pastoris do final do Neolítico e os habitantes da Serra naquela época seriam poucos e dispersos. Defeitos de pesquisa têm sobrevalorizado o carácter antigo do megalitismo alentejano, apesar da raridade de datações ^{14}C, da inutilidade das datações por termoluminescência e da escassez de novas escavações sistemáticas. Quando, talvez, mais importante seria evidenciar a extensa diacronia aí patente. No que se refere ao Algarve, vimos em DOIS que as necrópoles de Monchique estão longe de fornecer dados que coloquem a maioria das suas sepulturas numa antiguidade que, um pouco apressadamente, alguns autores lhes atribuem. Alcalar, Nora e Marcela são obviamente tardios.

Os três monumentos da Serra que forneceram evidências artefactuais são imediatamente divisíveis em dois grupos, indiscutível o carácter calcolítico do conjunto da Eira dos Palheiros.

Pedras Altas e Curral da Castelhana não são também casos de classificação fácil: se recolhi, no Curral da Castelhana, artefactos que, por tradição, consideramos pré-calcolíticos, não posso deixar de referir que há hoje provas da contemporaneidade com o Calcolítico de placas de xisto com decoração geométrica. É o caso dos monumentos inéditos de Marvão estudados por Jorge Oliveira, da «oficina» de talhe de placas de xisto do povoado do Pé da Erra (Coruche) e das placas provenientes do nível 3 do *locus* 1 do sítio da Sala nº 1 (Vidigueira). Os geométricos (e o microburil) das Pedras Altas são, apenas, *mais outros geométricos* em monumentos tardios: com frequência se recolhem geométricos em monumentos calcolíticos e a perduração do seu uso para além do Neolítico parece, portanto e no mínimo, altamente provável, se não mesmo indiscutível.

Haveria lugar para aceitarmos uma primeira fase com geométricos e uma segunda com pontas de seta para o caso da Anta das Pedras Altas? tal possibilidade, enquanto possibilidade, deverá, apesar de tudo, ser registada. Mas não se vê que seja possível prová-la. A ausência de placas de xisto com decoração geométrica neste monumento também não deve ser considerada como sinal de arcaísmo ou antiguidade: nos contextos megalíticos tardios, a presença de placas é registada irregularmente e nos monumentos das necrópoles de Monchique a presença de placas é uma excepção numericamente insignificante. Também nos restantes monumentos do Algarve tal presença é mínima, sendo, alguns dos exemplares identificados, formalmente diversos dos padrões «clássicos» do Alentejo.

Na Anta do Curral da Castelhana, e apesar de algumas dúvidas sobre o tipo de remexi-mentos que o monumento teria sofrido, os artefactos recolhidos na câmara e o machado «escondido» entre os esteios parecem possíveis de atribuir a um contexto desconhecido nos povoados calcolíticos, onde são infrequentes os machados de corpo cilíndrico e se desco-nhecem as placas rectangulares espessas não decoradas. Mas o restante espólio, ainda que provavelmente contemporâneo do Calcolítico, pode *não ter* directamente a ver com ele, não sendo impossível que se refira *a outras* populações, talvez mesmo àquelas cujos lugares de habitação indetectados tenham traduzido a ameaça que as fortificações do Cerro do Cas-telo de Santa Justa e a própria implantação dos povoados calcolíticos denunciam.

Não parece hoje criticável uma posição que defendesse a existência do megalitismo do Algarve (quero dizer: dos monumentos que nele hoje conhecemos) como um epifenómeno do megalitismo baixo-alentejano. Tal explicaria as estruturas dos monumentos e os espó-lios, por vezes incluindo artefactos que poderiam representar imitações de protótipos exó-genos (caso das placas de xisto provavelmente reaproveitadas de Alcalar).

A Serra algarvia, e mais concretamente o Alto Algarve Oriental, transcreve esta situa-ção, ainda que a análise formal das placas de xisto decoradas geometricamente evidencie o seu «classicismo» e denuncie o óbvio, a proximidade com o Baixo Alentejo.

6.2.2. *O Alto Algarve Oriental, um teatro de guerra?*

A observação das estruturas e da implantação de Corte João Marques e Santa Justa evi-denciou as consideráveis preocupações com a defesa assumidas pelos seus construtores.

Os monumentos megalíticos da Serra poderiam indicar a presença dos construtores de antas em áreas imediatamente a sul dos territórios preferencialmente habitados do Baixo Alentejo.

O Alto Algarve Oriental oferece apoios (ainda que limitados) para sociedades eixadas no pastoreio e recursos extensos para grupos que detenham o conhecimento das práticas metalúrgicas.

Se a ocupação calcolítica dos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa (e Mestras) tivesse origem na vizinha área metalúrgica de Huelva, e se o povoamento da Serra pelos pastores construtores de antas se fizesse a partir do Baixo Alentejo, teríamos uma área de conflito potencial definida pelos contactos entre estes grupos em territórios de expansão.

Este cenário justificaria as muralhas e torres de Santa Justa (bem como a implantação «defensiva» dos sítios calcolíticos), mas permanece, no estado actual dos nossos conheci-mentos, apenas como uma das possibilidades. De interesse indiscutível, por não contrariar a evidência de uma unidade calcolítica no Sul Peninsular, que se sobrepõe, nas fases ini-ciais, e se sucede, depois, com êxito, ao mosaico regional dos megalitismos. Os povoados calcolíticos poderiam assim representar uma unidade dinâmica, ensaiando a colonização de novos espaços dentro da sua própria mancha cultural, segundo o ritmo do seu cresci-mento específico. Essa expansão interna poderia ter acarretado choques, mesmo entre popu-lações eventualmente com origens comuns, se algumas delas se mantivessem num estado de «segmentarismo social» que as diferenciava das novas comunidades.

São diferentes as concepções do espaço, de vivos e mortos, durante o Calcolítico. Rea-proveitamento de antas e construção de *tholoi*, mas também perduração de fórmulas neolí-ticas, tudo isso está patente no Ocidente Peninsular. A questão é *também* sabermos qual das possíveis explicações corresponde ao que *realmente* se passou. Se uma delas, se várias.

A escassez da amostra disponível para o Alto Algarve Oriental exige as maiores pre-cauções. Mas alguns factos são indiscutíveis e justificam apreciação. Um deles reside na própria implantação dos monumentos megalíticos.

A Anta das Pedras Altas foi construída no ponto de maior altitude de um cerro, domi-nando a vizinha linha de água. Conversando com os habitantes da Mealha, foi-me indi-cada a existência de um caminho tradicional que seguia para Sul, ainda utilizado por pas-tores e pelos pequenos agricultores que, tendo herdado (geralmente por trocas matrimoniais) parcelas agrícolas dispersas, por ele se deslocavam. Um dos mais velhos habitantes do «monte» da Mealha (é significativa a manutenção, tão rara a Sul, do termo alentejano) ao dividir, ainda em vida, as suas terras pelos filhos fez com que estes se deslocassem para

outras aldeias vizinhas. Os contactos mantiveram-se, porém, através dos caminhos tradicionais.

A violada Anta da Masmorra, junto às Alcarias de Pedro Guerreiro, foi implantada numa pequena elevação de onde, em dias límpidos, se avistam as terras de Beja.

A Anta da Castelhana, não longe da última, foi construída numa área de grande visibilidade, em terreno descoberto.

Contrariamente ao carácter «discreto» da implantação do *tholos* da Eira dos Palheiros.

Duas estratégias de escolha de lugar para monumentos de épocas diferentes ou sepulturas construídas *numa mesma época* por e para gente diversa?

Parece-me que o carácter territorial destes primeiros monumentos contrasta com a disposição diferente das antas alentejanas, em áreas onde a sua frequência traduz intensidade de povoamento. No Alto Algarve Oriental, estes monumentos megalíticos, escassamente ocupados (como os espólios deixam entender para as Pedras Altas e Castelhana), podem ter significado mais que necrópoles, marcos territoriais.

A hipótese avançada por Renfrew (1976 e 1984), noutros contextos justificando reservas, e de generalização recusável, aparece neste caso *específico* (como noutros, igualmente localizados) como particularmente sugestiva.

Assim, as antas do Alto Algarve Oriental poderiam ter constituído, ao mesmo tempo, lugares de enterramento e marcos territoriais, referenciando espaços controlados por comunidades. Se esse espaço era móvel, como acontece com todas as comunidades nómadas ou fracamente fixadas ao solo, as antas assumiriam o papel de referências inamovíveis, compensando a fluidez dos territórios do grupo que as construia.

O povoamento calcolítico constitui uma nova situação no Alto Algarve Oriental, ao desenvolver-se a partir de *centros fixos*, geradores de territórios ajustáveis, mas bem determinados. O povoamento a que correspondem os monumentos megalíticos não gerou formas de territorialidade tão estritas como estas e não é difícil entender porque elas são, na verdade, dificilmente compatíveis. E os nómadas ou semi-nómadas constituiram, em diversos contextos conhecidos, um contínuo factor de desestabilização junto das comunidades sedentárias.

Estaria assim definido, a partir do megalitismo do Alto Algarve Oriental, um cenário de agressão/defesa, de violência esporádica, mas suficiente para conduzir os grupos detentores da metalurgia, e das tecnologias e padrões de comportamento derivados da Revolução dos Produtos Secundários, a escolher lugares de habitação bem destacados na paisagem e, eventualmente, a fortificá-los.

A própria dispersão dos monumentos megalíticos inutiliza como hipótese que o Alto Algarve Oriental tenha sido um teatro de guerra, no sentido técnico que a polemologia lhe dá. Mas, sem dúvida, um lugar de afrontamento, com riscos suficientemente elevados para justificar os esforços de fortificação e a própria estratégia do povoamento.

SETE ESTRATÉGIAS DO POVOAMENTO CALCOLÍTICO: REDES PROVÁVEIS E MODELOS EXPLICATIVOS



«Quoi qu'il en soit des processus économiques - élevage ou agriculture - qui vont modifier le paysage occidental, quelle qu'a pu être selon les régions l'ancienneté de l'un par rapport à l'autre, leur approche ne saurait être dissociée de celle des multiples microcosmes sur lesquels ils se sont surimposés.»

Jean Guilaine, 1981: 213

«The distribution of a population dependent on agriculture is determined largely by the soils on which its crops are grown, the most suitable zones for cultivation being naturally those with deep soil and an abundant water-supply. (...)

A continuous exchange of population from village to village creates a network of relationships that distribute inequalities in local production and provide a wider pool of assistance (...) a continuous movement of personnel and subsistence products between villages must be envisaged.»

Sherratt, 1976: 558

Fig. 7.0. (*na página anterior*) Cerro do Castelo das Mestras.

SETE ESTRATÉGIAS DO POVOAMENTO CALCOLÍTICO: REDES PROVÁVEIS E MODELOS EXPLICATIVOS

7.1. POVOAMENTO, TERRITÓRIO, RECURSOS

Parece hoje altamente provável que (1) o povoamento de uma dada região reune uma dinâmica própria, que se manifesta marcada pelo subsistema tecnológico dos grupos que a escolhem; (2) a evolução de esse povoamento, numa perspectiva diacrónica, faz-se de acordo com o equilíbrio grupo/território, equilíbrio em constante reformulação, sob pressão ou em consequência de factores directamente conectados à dominante económico-tecnológica desse mesmo grupo; (3) esse povoamento pode ser entendido em dois níveis de leitura imediata (povoado/ território e comunidades/ região), sendo inteligível dentro do mecanismo evolutivo global de uma área cultural onde determinados componentes estruturais se modificam progressivamente, alterando com essa evolução a totalidade da estrutura em que se integram e evoluem; (4) existem similitudes, lidas em área ampla, que podem significar a existência de um sistema designável por «cultura», uma súmula de subsistemas tecnológicos, económicos, sociais e ideológicos dinamicamente associados.

Ora se as sociedades ou grupos recolectores actuam sobre a paisagem de uma dada forma, nela se inserindo num nível elementar, o advento do nomadismo bi-polar ou sazonal tem as primeiras consequências sensíveis ao nível da aquisição de uma territorialidade estrita.

Já anteriormente, as comunidades evoluídas do Paleolítico superior tinham criado uma «âncora» no espaço-tempo, a gruta ilustrada, lugar de ritos e práticas de ligação concreta entre o mundo conhecido e o conhecível.

Primeiro ensaio de um domínio sobre o ambiente que iria progressivamente aumentar, esta é uma tentativa de organizar o Mundo e de o recriar através de uma acção antropomorfizante que o torna aceitável, dentro da sua infinita e reconhecida variedade. Essa variedade é aceite após domesticação e torna-se, consequentemente, suportável.

A gruta pintada (ou o santuário de ar livre) é, portanto, um factor de união, o laço entre um grupo móvel e um lugar concreto e irredutível. A economia das sociedades recolectoras não permite muitas outras formas, a nível superestrutural, de resolução dessa necessidade de coesão, dessa imprescindível manutenção dos laços. Laços tecidos na óbvia necessidade de cooperação dos caçadores recolectores, mas sofisticadamente reforçados por esse complexo aparelho simbólico partilhado e assumido colectivamente.

Podemos dizer sem receio que, em todos os estádios e modelos tecnológicos e económicos que antecedem ou funcionam em paralelo à agricultura organizada e sistemática, a selecção de lugares de acampamento, quer de tempo curto quer de estação, tem a ver com as condicionantes de relação entre os recursos de um dado espaço e o grupo que nele se movimenta. Nesse espaço ou área de recursos, pode gerar-se uma área de uso estrito e automaticamente regulamentado a que chamamos *território*.

Nesta perspectiva, as noções de *área de recursos* e *território* não são coincidentes, uma vez que a primeira engloba a segunda, sendo, naturalmente, muito mais ampla. O território é uma área relativamente restrita, defensável a partir de um ponto ou centro de povoamento, ou ainda pela construção de áreas defensivas excêntricas. A área de recursos *não tem fronteiras* fixas, aumentando a sua flexibilidade com as pressões e crises económicas.

O território é, no entanto, em fases pré-sedentárias, resultante de uma relação específica com um espaço fluido e as suas fronteiras são, em absoluto, provisórias. O grupo é assim, uma vez em quase constante deslocação, ao mesmo tempo, gerador do seu próprio território e o seu centro móvel.

O advento das primeiras comunidades estáveis de agricultores implica uma situação bem diversa: o núcleo central do território é um lugar físico bem explícito e imóvel, em torno ao qual se organizam espaços cultivados e, num segundo anel, as áreas onde a caça continua a ser praticada, indispensável complemento que é da alimentação baseada nos vegetais e nos animais domesticados.

É evidente que a domesticação dos animais e a pastorícia geram formas específicas de territorialidade, mas o centro físico do espaço controlado por uma comunidade de pastores-agricultores mantem-se como factor de ligação e área de convergência das actividades individuais ou familiares assim enquadradas.

Ao contrário do que acontece com as populações nómadas ou semi-nómadas, o território dos agricultores é estável e a sua propriedade assegurada pela fundação, posse ou conquista do lugar central.

A metalurgia do cobre aumenta ainda mais o significado de um lugar central e introduz factores novos, de grande importância. Factores que têm a ver com um povoamento que nos surge organizado de acordo com uma determinada estratégia, obrigando por vezes a reforçar defesas naturais pré-existentes com dispositivos defensivos elaborados. Factores que encurtam a vida dos povoados e os tornam frágeis, apesar das defesas construídas. Porque, esgotadas as reservas cupríferas, há que procurar novas jazidas. Isto se o cobre for realmente tão importante como se tem escrito ou deixado entender (lugar comum a cuja aceitação cega seria de adiantar reservas que adiante explicarei). Povoados «frágeis» porque, acumulado o cobre num único lugar, se tornariam natural alvo dos que o não possuiam e por ele estavam dispostos a combater.

Haverá ainda que contar com as limitações da tecnologia da época, impossibilitando outro que não fosse um aproveitamento superficial das ocorrências metálicas.

Teoricamente, portanto, a busca, extracção e uso do metal trouxe ao povoamento das regiões em que ele estava presente uma nova estratégia. Que implicaria (1) instalação dos povoados na proximidade de jazidas cupríferas; (2) vida restrita dos povoados, de acordo com a importância e duração das jazidas; (3) escolha de lugares altos, providos de defesas naturais, como sítios ideais de implantação de povoamento; (4) protecção do seu núcleo através da construção de fortificações.

Far-se-á aqui distinção entre conceitos que nem sempre vejo, entre nós, empregues com suficiente nitidez (*povoamento, território*), com a necessária precisão (*estratégia de povoamento*) ou com realismo (*recursos, área de recursos*).

Se vimos atrás o sentido em que usamos *território*, e que está longe de contradizer o habitualmente aceite, considera-se aqui recursos como o conjunto de possibilidades de subsistência acessíveis pelas tecnologias existentes num dado momento. E se *povoamento* deverá ser considerado o conjunto dos grupos minimamente solidários que ocupam uma região natural, lido quer numa perspectiva sincrónica (exemplo: «povoamento calcolítico») quer diacrónica (exemplo: «povoamento do Baixo Guadiana»), é claro que «estratégia de povoamento» implica uma deliberada ocupação de lugares com características específicas, na sequência de pressões ou condicionantes causais comuns. A este nível, poderá dizer-se que houve sempre uma estratégia de povoamento, subjacente às escolhas ou

determinando-as, mas a sua detecção denuncia, na crescente maior coesão dos seus componentes, o densificar de intenções e a redução do campo de possibilidades.

No Neolítico antigo, os grupos podem escolher lugar de assentamento de entre uma vasta gama de alternativas, gerando a complexificação dos mecanismos sociais e as assimetrias de crescimento um afunilar das possibilidades de escolha. Conduzem à definição, muito provavelmente deliberada, de regras que determinam com precisão os lugares ideais para a instalação dos centros físicos de povoamento. E a uniformidade da escolha é, em determinadas circunstâncias, a melhor prova da existência de um modelo de povoamento gerado por uma estratégia. Ou, melhor diria, como veremos, de estratégias de povoamento correspondendo a situações específicas.

Se fácil é assentarmos em definições concisas para cada um destes conceitos, para se conseguir a definição de uma *rede de povoamento* teríamos de jogar com duas premissas nem sempre disponíveis, a prospecção sistemática de uma macro-região e o empreendimento de escavações selectivas. Numa certa medida, foi assim que se iniciaram trabalhos no Baixo Guadiana e é pela mesma razão que neste momento se projecta o mesmo para o Médio Guadiana, com escavações requeridas para a Sala nº 1, S. Lourenço e Outeiro das Sepulturas (Pedrógão, Vidigueira).

A rede do povoamento calcolítico de uma região, comparada com outras, poderá, se o quisermos, fornecer informações ausentes do registo arqueológico directo. E permitir, talvez, uma primeira resposta à questão que noutro lugar formulei (Gonçalves, 1983-84 d: 145). Com efeito, se diversas são as dominantes das redes de povoamento calcolíticas, pelo menos sob este aspecto poderemos supor existir não um, mas diversos Calcolíticos, funcionando nos microcosmos de que falava Guilaine (1981: 213). E a natureza dos recursos disponíveis em cada uma dessas redes evidenciará os seus próprios vectores de viabilidade e desenvolvimento.

7.2. A REDE DE POVOAMENTO CALCOLÍTICA DO ALTO ALGARVE ORIENTAL

7.2.1. *Observações preliminares*

As notas que constituem 7.2.2. a 4. dizem respeito a um segmento arqueológico do mundo real naturalmente lido de forma fragmentária, por falta de suportes materiais para continuação de pesquisa. Talvez por não ser uso, entre nós, nas áreas da «arqueologia» administrativa, estimar-se a investigação a médio e a longo prazo, a partir do quarto ano de trabalho de campo no Alto Algarve Oriental, os subsídios reduziram-se ao mínimo que possibilitou tangencialmente a prossecução das escavações no Cerro do Castelo de Santa Justa. Espera-se possível retomar estes trabalhos, pelo menos para a área da ribeira de Odeleite. Só então se poderá dispor de uma informação suficientemente extensa para permitir uma maior segurança nas generalizações.

Apesar de estas limitações, defendo que os três sítios identificados representam configurações diferentes de um mesmo fenómeno e a sua proximidade e coerência os tornam particularmente informativos para o tipo de análise que nos propomos efectuar. E, na verdade, uma fracção apreciável do provável universo local (ver Fig. 1.2.).

Os comentários baseiam-se em observações directas de campo e, naturalmente, na escassa bibliografia disponível em termos geomorfológicos e geológicos. A cartografia usada foi, como é hábito, à escala 1: 25 000 (Serviços Cartográficos do Exército) e 1: 50 000 (Serviço Geográfico e Cadastral e Ministério da Agricultura), bem como as Cartas 1: 1 000 000, geológica e de recursos mineiros.

7.2.2. *Cerro do Castelo de Corte João Marques*

(para informações sobre localização e descrição ver supra, 4.1.)

Numa das dobras mais a Ocidente, nos desenvolvimentos da Foupana, seguindo o leito de uma ribeira («ribeira da Corte»), quase seca na estação quente mas praticamente intrans-



Fig. 7.1. Cerro do Castelo de Corte João Marques: morfologia da provável área de recursos.

ponível no fim do Inverno. O cerro tem a altitude absoluta de 356 m., com apreciáveis desníveis topo/sopé.

O lugar onde foi implantada uma pequena aldeia de agricultores/metalurgistas domina um vasto circo natural, controlando dois cursos de água que constituiriam simultaneamente excelentes meios de penetração (pelos leitos secos ou pelas margens) e protecção eficaz, retardando eventuais estranhos quando o caudal engrossasse.

O bloco-diagrama da Fig. 7.7. evidencia esta situação.

A área teórica de recursos do Cerro do Castelo de Corte João Marques apresenta algumas particularidades interessantes, particularmente o cavalgamento com a do Cerro do Castelo das Mestras (Figs. 7.1. e 7.3.). Existem para esta curiosa situação duas explicações possíveis: (1) um dos dois povoados é um povoado secundário, sob influência do outro;

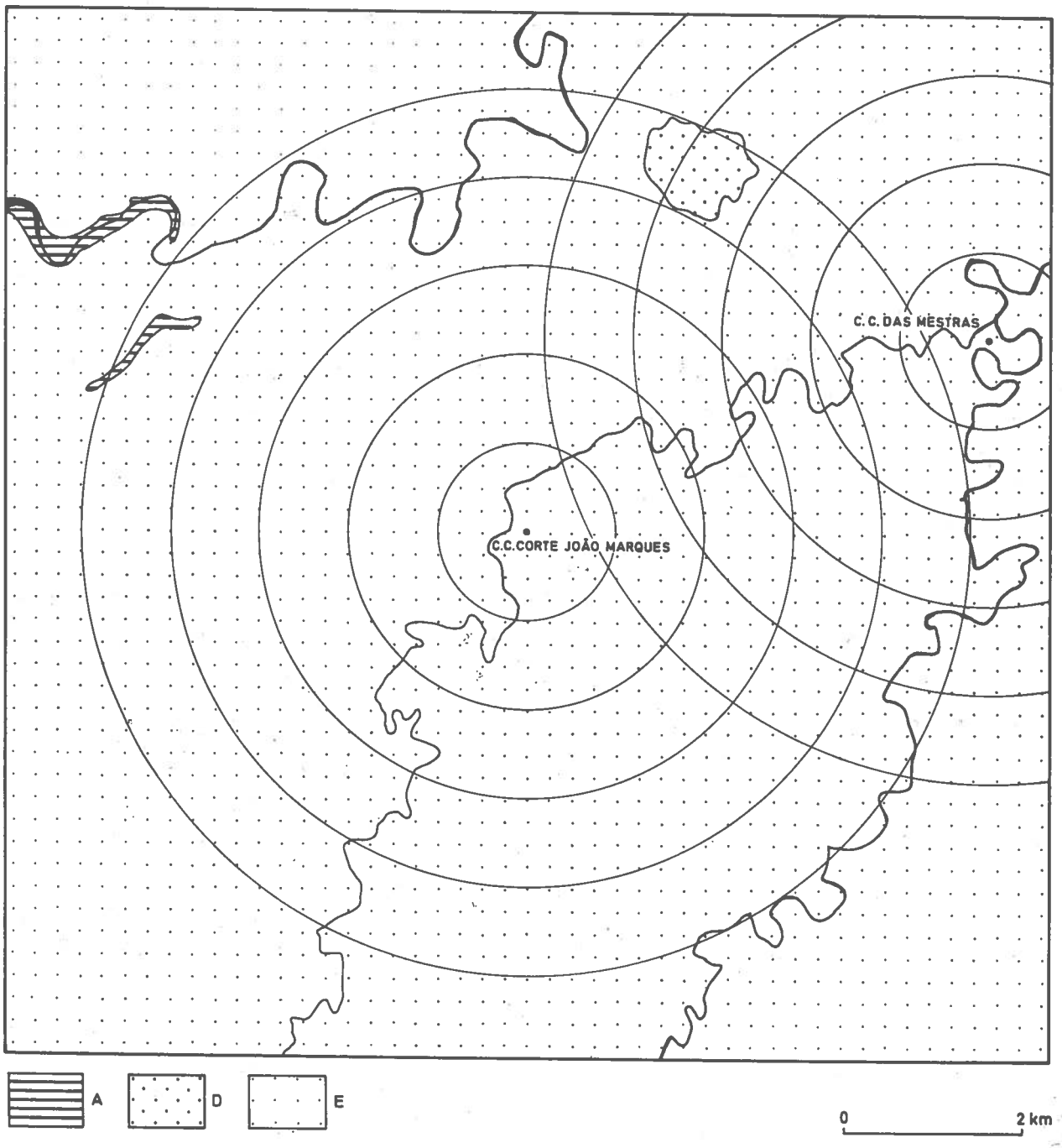


Fig. 7.2. Cerro do Castelo de Corte João Marques: capacidade actual de uso dos solos da provável área de recursos.

(2) o território de um dos povoados desenvolve-se prioritariamente numa direcção dominante, ficando excêntrico o seu centro físico de povoamento.

Se por vezes nos encontramos perante opções claras, permitindo escolhas firmes, este é exactamente exemplo contrário.

Com efeito, configurava-se aqui uma questão que viria a encontrar de novo aquando da identificação dos povoados de S.Lourenço e Sala n.º 1, sobre o Guadiana, em Pedrógão, Vidigueira e que, pelo menos até ao termo das previstas escavações, permanecerá em aberto. E apesar das diferentes dimensões dos dois componentes de cada par de povoados, cada uma das hipóteses anteriores permanece de pé. Se a simultaneidade proposta for confirmada, estaremos perante um dos mais interessantes casos de análise territorial possível, obrigando à tentativa de delimitar «fronteiras». Se eles existirem numa diacronia

em sequência curta, então haverá que tentar definir a sua antiguidade relativa e as razões do seu crescimento ou retracção.

A capacidade actual de uso dos solos não deverá diferir muito da calcolítica e o Mapa 7.2. fornece-nos uma imagem precisa. Observa-se imediatamente que a quase totalidade dos solos da provável área de recursos do Cerro do Castelo de Corte João Marques pertence ao tipo E, o menos adequado possível a uso agrícola. Perfeitamente periféricas ficam as pequenas línguas de tipo A e a mancha de tipo D, comum ao Cerro do Castelo das Mestras, de cujo centro fica aliás mais próxima que de Corte João Marques.

Apesar desta distribuição específica das terras de melhor qualidade, sublinha-se a possibilidade de utilização das margens das ribeiras e das *raquettes* baixas, terrenos de sequeiro, mas com maior proporção de água no solo e ainda hoje preferencialmente utilizados. As fracções de irrigação fácil são minúsculas e, naturalmente, anexas às linhas de água.

A tradição refere a existência, a poucas centenas de metros do cerro, de uma área de mineração artesanal do cobre, mas não se encontraram traços desta exploração.

Ainda que, como vimos já, a nossa actual leitura do povoamento do cerro seja consideravelmente prejudicada pelas extensas destruições provocadas por uma erosão intensa e por uma agricultura inadequada ao tipo de solos, a distribuição dos vestígios de estruturas do quotidiano poderia corresponder a uma preocupação de camuflagem.

Com efeito, a área de topo, a mais apropriada à implantação de cabanas, está virgem de estruturas e revelou apenas escassos restos de cerâmica de revestimento, muito rolada, e raros fragmentos de recipientes, no mesmo estado. E é exactamente na encosta Este, num plano inclinado, que se encontram concentrados os restos de habitações: duas cabanas sobrepostas e buracos de poste correspondentes a prováveis estruturas simples, de abrigo. Foi também aqui que se identificou uma importante área de fundição do cobre.

A inexistência de fortificações é compensada por dois elementos apreciáveis: os fossos naturais constituídos pelas ribeiras e o carácter *discreto* da implantação das habitações.

Se as áreas de melhores solos não estão próximas, dificilmente se poderia ter escolhido um sítio mais eficazmente protegido na paisagem. O alcance visual a partir dele é compensador, a proximidade das linhas de água duplamente tranquilizante, no desencorajar de ataques de surpresa e nas facilidades de abastecimento.

7.2.3. *Cerro do Castelo das Mestras*

Junto ao «monte» das Mestras situa-se o Cerro do Castelo que dele houve nome. É a seguinte a sua ficha de localização:

Distrito: Faro
Concelho: Alcoutim
Freguesia: Martim Longo
Localidade mais próxima: «monte» das Mestras
Coordenadas hectométricas Gauss: X - 47.8
Y - 226.2
Carta Militar de Portugal: 581 (1951)
Acessos: a partir de Sul, num desvio à esquerda na estrada Cachopo/Martim Longo
Identificação: pelo CAALG, em 1978. Primeiras recolhas de artefactos em 78.11.16.

Descrição da implantação: situado numa dobra da Foupana, num amplo cerro com extensa área utilizável, o povoado apresenta no topo a cota máxima de 234 m. Domina uma área de extensão variável, conforme a direcção do olhar. Um dos limites é constituído pelo marco da Relvagem. Está assegurado o controlo de parte do curso da Foupana, da ribeira da Corte, bem como dos barrancos do Seixo e do Poço (a Nordeste), dos barrancos de Fernão Coitado (a Norte), das Cabanas e dos Barrinhos (a Noroeste).

A convergência das ribeiras da Corte e da Foupana, que se juntam a Norte do povoado e a Este do actual «monte» das Mestras, envolve-o com um autêntico fosso natural.

Pela sua localização específica, e seja qual for a direcção da penetração (Guadiana/interior ou interior/Guadiana), é difícil alguém deslocar-se sem ser avistado do alto do cerro.

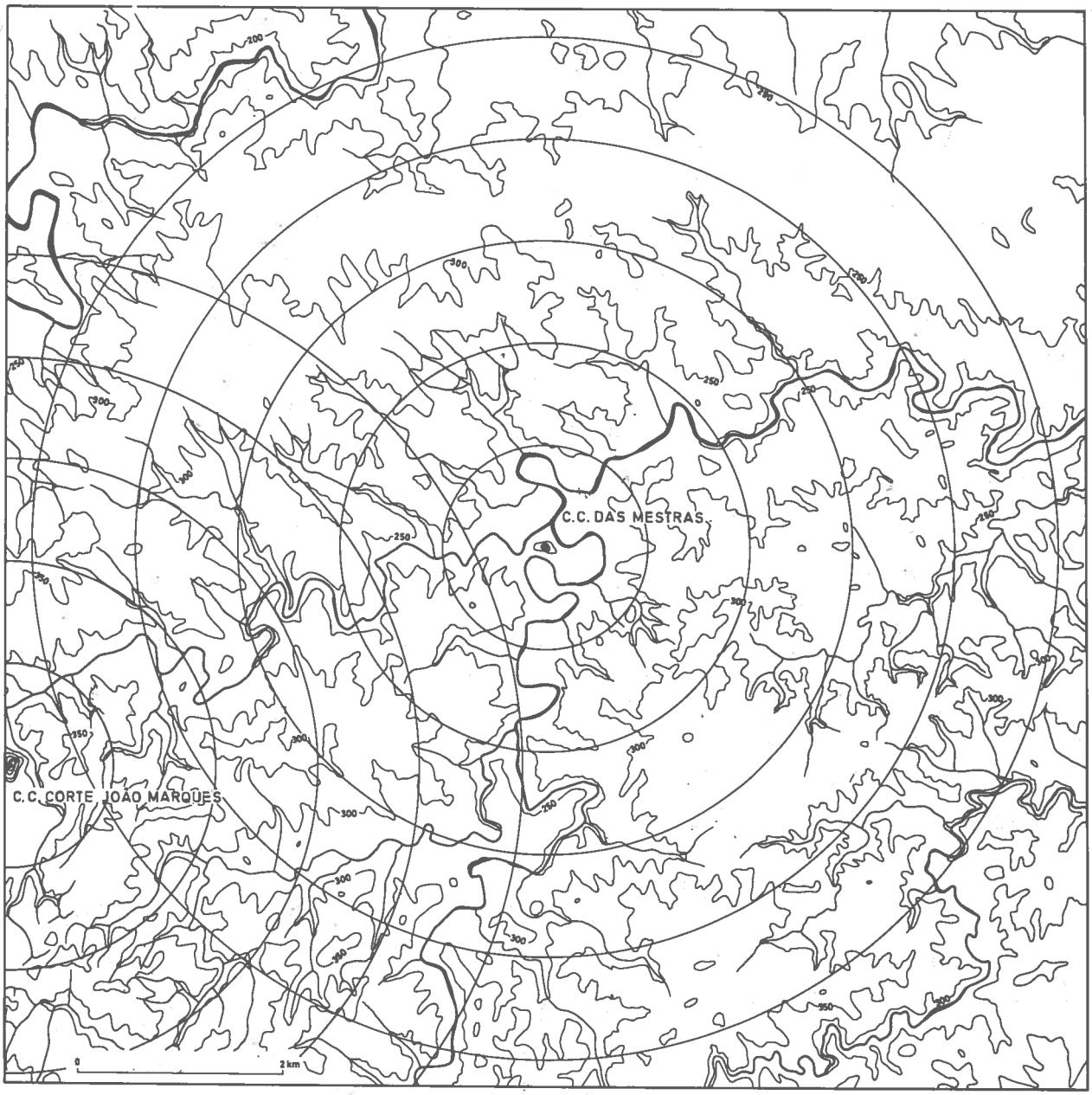


Fig. 7.3. Cerro do Castelo das Mestras: morfologia da provável área de recursos.

Pelo facto de não termos efectuado escavações neste sítio, convém referir os achados de superfície nele registados. Resumem-se a fragmentos de crescentes cerâmicos (pesos de tear), a moventes e dormentes (idênticos aos de Corte João Marques e Santa Justa) e a cerâmicas escassas, mas claramente calcolíticas, nomeadamente pratos de bordo espessado interna e externamente, «almendrados», e taças de bordo espessado internamente.

A lâmina de *chert* retocada e a ponta de seta de base recta recolhidas são igualmente comuns nestes contextos.

Aqui, talvez ainda mais que em Corte João Marques, é nítida a deliberada escolha de um sítio alto e defensável, um cerro com 234 m. de altitude, rodeado pelo forte caudal da Foupana, que naquele local se mantém todo o ano ainda que com diferentes quantidades de águas carreadas.

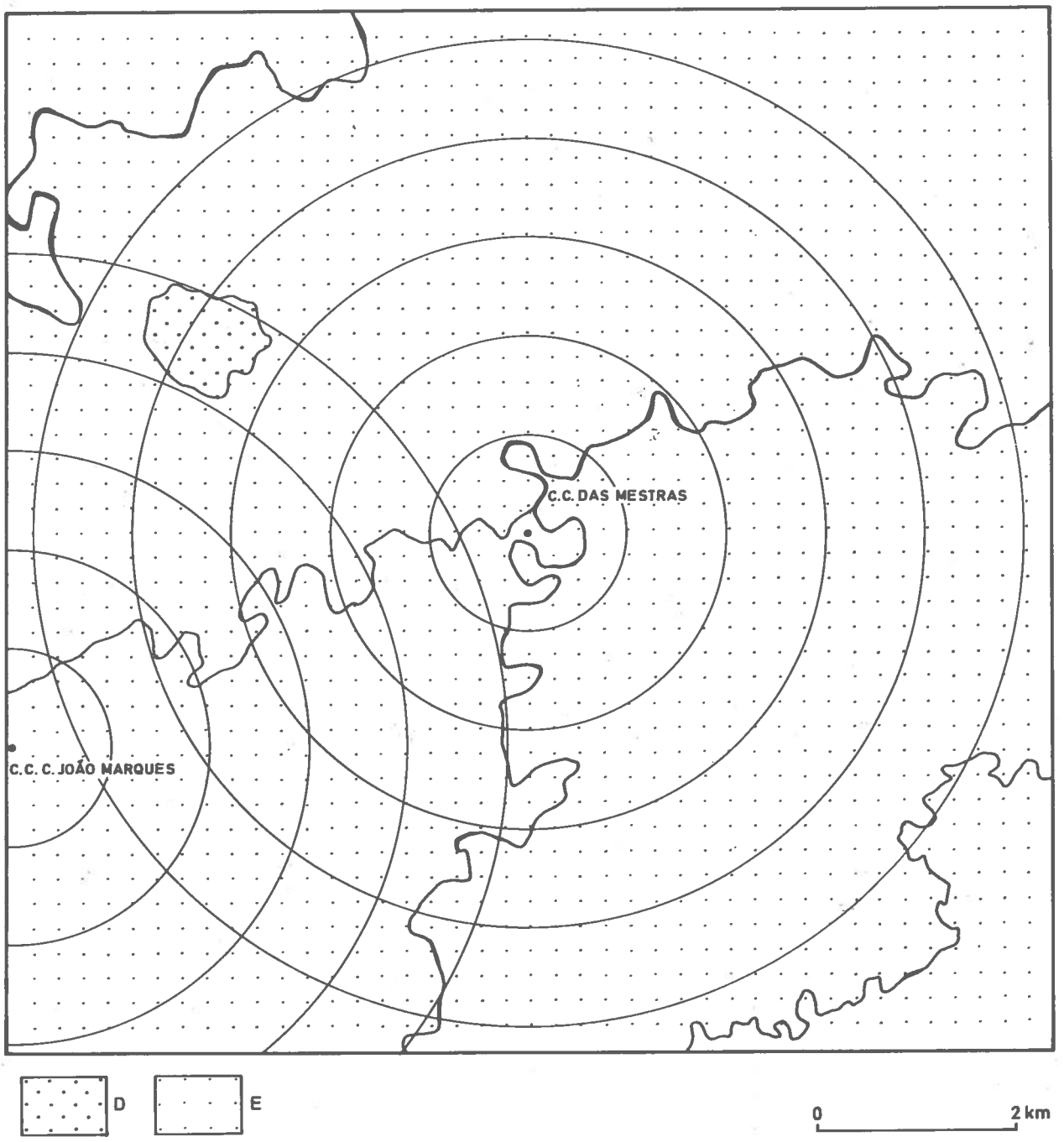


Fig. 7.4. Cerro do Castelo das Mestras: capacidade actual de uso dos solos da provável área de recursos.

Durante o Inverno, apenas é possível a aproximação pela margem direita, num ângulo de ataque facilmente controlável pelos habitantes do povoado. Na estiagem, a água corre quase sempre, ou concentra-se em pegos, permitindo o abastecimento fácil e uma irrigação simples.

A este respeito, é bem exemplificativo o bloco-diagrama da Fig. 7.8..

Os vestígios surgiram dispersos por área muito extensa e pareceu-me defensável a existência de um amuralhado. Infelizmente, as numerosas árvores existentes no cerro desaconselhavam a escavação. Esta, nos sítios que se nos afiguravam mais interessantes, apenas

poderia ser feita após o seu abate. O que me pareceu de evitar, sobretudo na perspectiva de uma fácil intervenção em Santa Justa, sítio que apresentava características semelhantes e menos dificuldades à partida.

O povoado estaria implantado na parte amesetada de uma larga *raquette*, naturalmente protegida, com excelentes condições de habitabilidade e defesa: superior a Corte João Marques (e, mesmo, a Santa Justa), encostas abruptas e de difícil acesso, a Foupana funcionando como largo fosso defensivo.

Mais uma vez, a escolha do lugar central de povoamento parece processar-se em função do valor defensivo do espaço a escolher. O Mapa da Fig. 7.3. mostra-nos a implantação do sítio e a sua provável área de recursos tal como o 7.4. evidencia a situação crítica provocada por uma dominância dos solos de tipo E, onde a pequena excepção, a mancha de tipo D, não altera um cômputo global. De pronto se observa também que, a despeito do acidentado do relevo, as Mestras e Corte João Marques estão ligadas pela via natural constituída pelas margens de uma extensa linha de água, no que hoje representa menos de uma hora e meia de caminho a pé, contadas sem carga, para um adulto em marcha rápida.

É importante que se sublinhe existirem sinais de intensa ocupação posterior das terras vizinhas, particularmente durante a I Idade do Ferro, sendo daqui proveniente a Estela do Cavaleiro (Beirão, 1976-1977), e a ocupação romana, no vale onde está agora o Monte das Mestras (prospecções do CAALG apontando para uma *villa* rural ou um *vicus*).

7.2.4. *Cerro do Castelo de Santa Justa*

(para informações sobre localização e descrição ver supra, 5.1.)

A povoação fortificada do Cerro do Castelo de Santa Justa foi construída num cerro cujo eixo principal se desenvolve de 470 para 170 grados e aproveitando-o nessa mesma direcção.

A altitude é elevada, 243 m., e os desníveis topo/sopé apreciáveis (60 e 90 m.), sendo particularmente marcado o que separa o povoado na sua face a 70 grados e o Ribeirão.

Topograficamente, a implantação pode ser considerada astuta (ver Fig. 7.5.): ainda em pleno «mar», mas já cerca da plataforma de acesso que liga Este/Oeste a parte alta e plana do actual traçado da estrada Alcoutim/Martim Longo, o que é dizer o Guadiana e as terras do «interior».

As terras têm hoje a capacidade de uso mais elevada dos territórios dos três povoados. Apesar da maioria continuar a ser de tipo E, surgem, particularmente a Norte, Nordeste e Noroeste, solos de tipo D e, mesmo, C. No sopé a 70 grados do povoado, apesar de a área ser demasiado pequena para a cartografia 1:50 000, existem terras ainda há pouco elogiadas pela sua produção e que, com alguma probabilidade, poderiam ser colocadas neste último tipo. O bloco-diagrama da Fig. 7.9. evidencia, também, as particularidades desta localização.

O cobre não está longe: de aluvião, no leito das ribeiras ou linhas de água, de mineração a algumas centenas de metros.

O factor novo, apenas presumível para as Mestras, mas verificado inexistente em Corte João Marques, reside aqui nas fortificações: uma espessa muralha e mais de dez torres, somadas todas as fases, e a probabilidade quase certa de, pelo menos, uma segunda linha defensiva.

E se a implantação do grupo construtor dos muros, torres e cabanas de Santa Justa se faz num sítio já de si naturalmente protegido, e se a essa protecção natural é acrescentado um poderoso dispositivo defensivo, como atrás se viu, haverá que buscar justificação não apenas para as positivamente similares características dos três povoados, em termos de implantação, mas também para os factores que conduziram ao aparato defensivo aqui registado. Factores que estarão também relacionados com o tipo do povoamento e com as características de origem da sua rede.

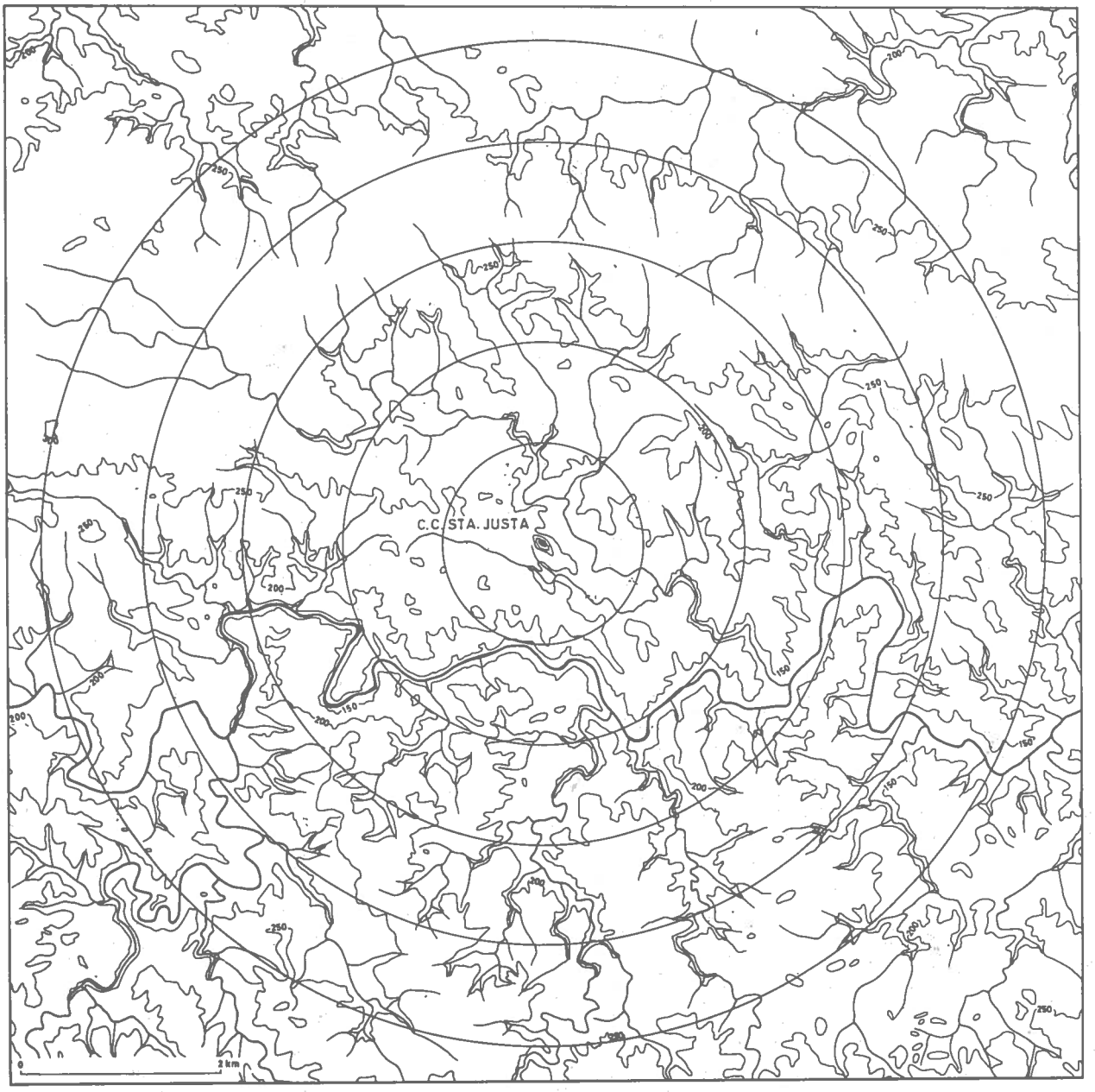


Fig. 7.5. Cerro do Castelo de Santa Justa: morfologia da provável área de recursos.

7.2.5. *No Alto Algarve Oriental, uma estratégia calcolítica de povoamento?*

Ao estudarmos as situações e recursos prováveis dos três povoados calcolíticos que referimos, pareciam indiscutíveis os pontos comuns. Mas não será isso natural ?

Integrados num mesmo ambiente geográfico, implantados em solos com recursos muito equivalentes, habitados por gentes com tecnologias idênticas, deveríamos esperar diferenças significativas ?

Entre o que se espera encontrar e o que realmente se encontra há, evidentemente, em muitos casos, surpreendentes diferenças. Vê-lo-emos a propósito da Vidigueira, por exemplo. Mas aqui, neste troço do Alto Algarve Oriental, tudo parece corresponder a um padrão e traduzir qualquer coisa de menos simples que uma simples série de coincidências. Assim, todos estes sítios (1) foram instalados em lugares destacados na paisagem, dominando exten-

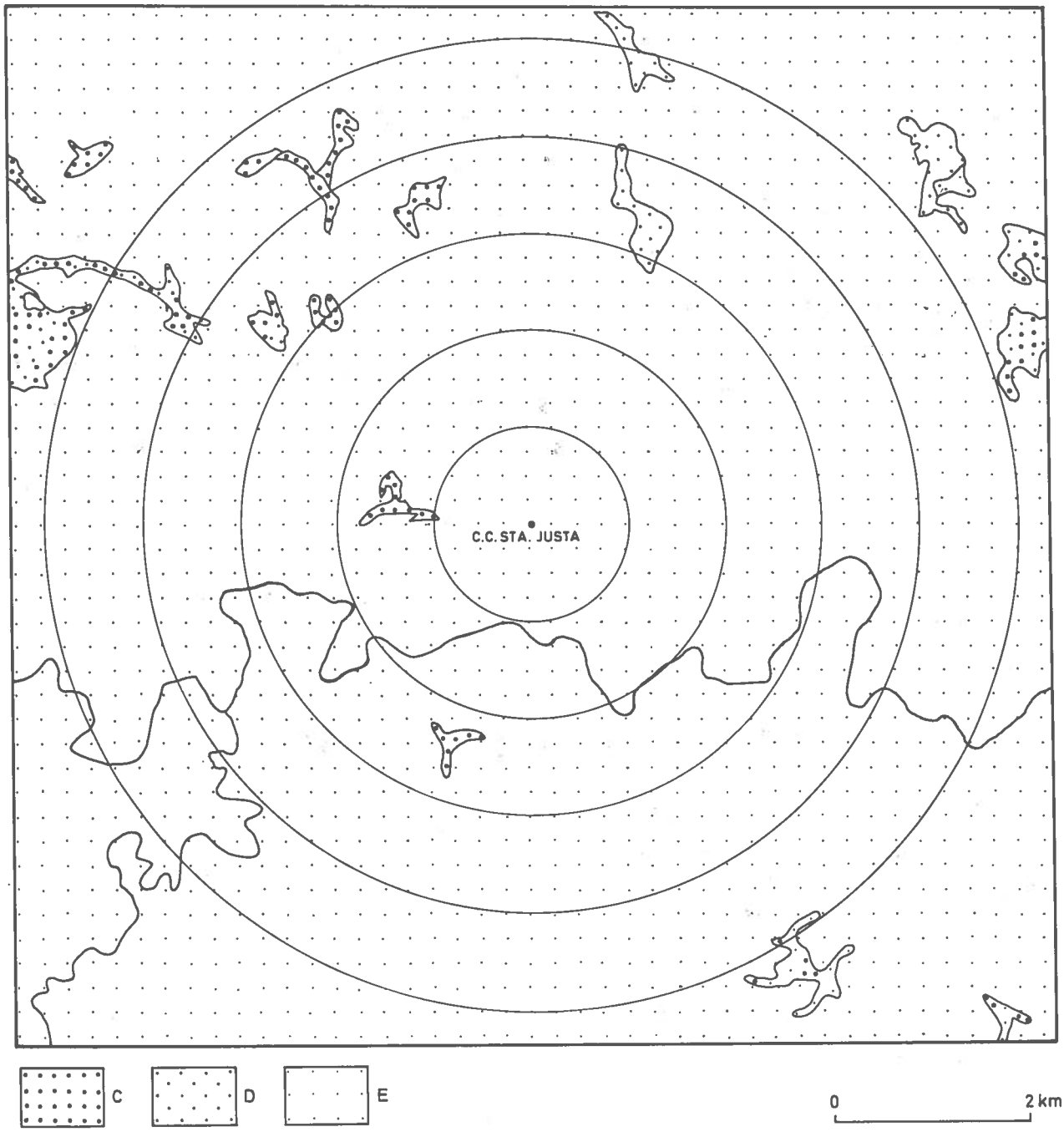


Fig. 7.6. Cerro do Castelo de Santa Justa: capacidade actual de uso dos solos da provável área de recursos.

sas áreas, no centro de circos naturais; (2) estão protegidos, de uma ou outra forma, por cursos de água ou vales fundos; (3) são pouco extensos, não podendo albergar na sua área central mais de oito/dez cabanas, número que nas Mestras poderia ser, no entanto, superior.

Conviria ainda acrescentar que os povoados (1) não parecem corresponder a uma busca efectiva de solos com qualidade agrícola em área extensa (ou então esse critério não foi considerado de primeira importância na escolha do lugar de implantação); (2) assentam numa área do Algarve onde são frequentes as ocorrências cupríferas; (3) a sua duração no tempo não parece ser notável, mesmo consideradas as datações ^{14}C disponíveis para o Cerro do Castelo de Santa Justa.

O último quartel do século evidenciou a fragilidade da posição assumida por Childe ao defender que a Arqueologia é uma só. Ou, se não nos quiséssemos opor tão explicitamente ao notável investigador australiano, poderíamos antes afirmar que, havendo uma única arqueologia, ela se compõe agora de uma complexa trama de componentes múltiplos, estreitamente entrosados, funcionando de modo diverso de quando trabalhavam sózinhos. Num novo campo, recriado continuamente a partir da evolução das suas inter-relações.

Ao prefaciar um livro fundamental (Childe, 1976), defini assim Pré-História:

«Pré-História é um campo transdisciplinar que visa especificamente a reconstrução das estruturas sociais, do «funcionamento» e da transformação das comunidades humanas sem escrita, reconstrução baseada exclusivamente em dados materiais em associação, e o seu correcto posicionamento em função de estruturas ambienciais (humanas e não humanas) que determinam, se integram ou intervêm no seu processo evolutivo» (Gonçalves, 1976: 19). Definição que mantenho e que este contexto de análise reforça.

As leituras unificadoras deverão, destarte, tomar todos os factores em conta para, compreendendo a importância intrínseca dos componentes e a sua movimentação específica, procurarem a delicada trama de conexões que os interliga, redimensiona e recria.

A interpretação de uma possível estratégia de povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental levanta três ordens de questões: (1) puramente geográficas; (2) especificamente arqueológicas; (3) de relação grupo/espaço.

Por outro lado, se é possível fazer coincidir o conceito geográfico de *localidade* com os arqueológicos de *aldeia* ou *povoado* (este último menos comprometido que o primeiro, uma vez que o envolve: uma aldeia permanente, um acampamento temporário ou de estação são todos *povoados*), neste caso o de *região* coincidiria igualmente com o de *comunidade*, entendida em sentido lato. Isto seria possível se aceitássemos como pacífica a especificidade do Alto Algarve Oriental, neste caso decorrente das coerências geomorfológicas Guadiana/Foupana/Odeleite e das manifestações da cultura material.

A ausência de dados parece tornar insobreponíveis os conceitos de *área geográfica* e *tribo*, particularmente porque a utilização funcional deste último conceito apenas é viável em pleno quando o povoamento de uma dada região estabiliza e se organiza ao longo de uma extensa diacronia. E ainda quando existam textos escritos que tornem minimamente aceitável o conceito.

Os dados coligidos até este momento permitem-nos defender que:

(1) os povoados calcolíticos do Alto Algarve Oriental organizam-se numa rede, conhecida e provável, aplicada a uma região geográfica nítida, formando, de acordo com os testemunhos arqueológicos e em dado momento da sua diacronia, uma comunidade caracterizada por uma economia mista (agricultura/pastorícia), em que as técnicas da metalurgia do cobre estão perfeitamente dominadas e são praticadas a nível local;

(2) a sua implantação específica obedece normalmente a constantes que incluem a escolha de lugares fortemente destacados na paisagem, correlacionados com o controlo e fácil acesso de vias naturais;

(3) a sua implantação genérica corresponde a uma vasta área com ocorrências de cobre fáceis de explorar com tecnologias simples;

(4) pelo menos num caso, o do Cerro do Castelo de Santa Justa, as defesas naturais, já de si consideráveis, foram completadas com poderosas estruturas defensivas: muros reforçados e torres ocas e maciças;

(5) também para o caso concreto de Santa Justa, as relações com o mar estão claramente provadas pela presença e consumo local de fauna marinha. Neste caso, a área de recursos deste povoado fortificado tem de ser interpretada de forma mais flexível e, consequentemente, às áreas de aproveitamento agrícola e aos espaços de caça e mineração deveríamos acrescentar outros, ligados por itinerários pelos quais se deslocariam, ainda que episodicamente, os seus habitantes ou quem com eles comerciasse. Teríamos assim um território económico *de implantação directa* e um território *de influência* ou *intercâmbio*, traduzindo redes de comércio ou abastecimento em matérias primas, artefactos e complementos alimentares.

Claro que as situações gerais se definem a partir de casos específicos e mais uma vez, sem esquecermos o restante, deveremos concentrarmo-nos em Santa Justa. Daí, ou melhor: das suas fortificações, decorre uma questão que pode funcionar como chave para a explicação do povoamento calcolítico da Serra. Porquê tal aparato «militar»?

Há várias respostas possíveis:

(1) a rede calcolítica de povoamento do Alto Algarve Oriental corresponde a uma entrada e instalação de populações exógenas à região, de onde uma estratégia que privilegia a defesa, face a presumíveis autóctones hostis. De onde as fortificações;

(2) os povoados são construídos, e eventualmente fortificados, por grupos de metalurgistas do cobre que não são necessariamente «estranhos numa terra estranha» mas que, detendo lingotes, cadinhos e tecnologia, isto é: riqueza, se protegem dos que os não têm e potencialmente os cobiçam;

(3) a rede do povoamento calcolítico representa no Alto Algarve Oriental a estabilização terminal das populações de pastores/agricultores, construtores de megálitos, cuja mancha cultural abrange uma extensa área com identidade própria no Sul de Portugal. Progressivamente, teriam adquirido e dominado as técnicas metalúrgicas, quer por invenção local quer por absorção de influências provenientes de outros grupos culturais. As suas deslocações com carácter definitivo (abandono de um povoado e construção de outro) poderiam resultar do esgotamento do cobre acessível às tecnologias da época.

Estes três pontos resumem três situações alternativas, aparentemente incompatíveis, mas não irredutíveis. Teoricamente, seria admissível um modelo em que comunidades indígenas absorvessem tecnologias exteriores. Mas *na realidade?*

A malha de povoamento pré-calcolítico é tão frouxa que dificilmente se vê nela a abertura suficiente para as alterações implicadas pela dinâmica da metalurgia do cobre. A pastorícia e a transumância devem ter desempenhado aqui papel fundamental, desarticulando de espaços fixos pequenas comunidades que deambulariam por diversas regiões, incluindo naturalmente o Alto Algarve Oriental. Ora Santa Justa é exactamente o exemplo do contrário, traduzindo a sua organização do espaço uma pequena comunidade coesa e aguerrida de agricultores eficientes (tenha-se em conta o número de componentes de mós recolhido), que desde o início conhece e pratica a metalurgia do cobre. Tal como em Corte João Marques. Estes são grupos agressivos, alerta, que dispõem não apenas de armamento, mas, o que é fundamental, de organização. São capazes de planear e fazem-no ao escolherem sítios de acordo com um padrão pré-determinado e ao construí-los de forma adequada, claramente na expectativa de um presumível agressor.

Não sabemos se foi este agressor que incendiou Santa Justa ou se a catástrofe se deve a causas naturais ou à imprudência dos habitantes. Mas nenhum cadáver ficou no terreno e a vida continuou, com as mesmas características de antes.

Recordaremos Los Millares, onde esta imagem é ainda muito mais nítida: uma impressionante e vastíssima fortificação central é complementarmente protegida por um sofisticado sistema de fortins. Sabemos que não foi uma população local, agredida pela presença (e acções) de estranhos, quem construiu rapidamente algo de tão complexo como o *krak* dos cavaleiros, na Síria. Ou de tão inédito para a região como S. Jorge da Mina, no Golfo da Guiné. Ou ainda os fortes do Oeste americano. Nenhuma das populações dessas áreas estava numa fase tecnológica, económica e social que o permitisse.

Descontadas as distâncias históricas (mas não é verdade que há sempre um encadeamento factual de algum modo comum a todas as entradas de povos num território estranho?), não será de dizer o mesmo de Los Millares, Vila Nova de S. Pedro ou...Santa Justa?

Aceita-se sem dificuldade que as comunidades da Idade do Bronze vieram de outro sítio, conhecemos mesmo a proveniência de alguns povos da I Idade do Ferro e, igualmente, de romanos, visigodos e muçulmanos. A obstinação em torno ao indigenismo total é tão absurda como o sistemático esquecimento do papel dos indígenas. Terá eventualmente mais a ver com factores de outro modo explicáveis que com a força dos factos, como veremos em OITO.

A escolha de lugares estratégicos tem também a ver com a necessidade de defesa de um grupo que se fragmenta e em que mulheres, crianças e velhos ficam sózinhos, enquanto os homens recolhem o minério e procedem ao seu primeiro tratamento. Ou comercializam os produtos manufacturados. Ou se dedicam à agricultura

E se os habitantes de Corte João Marques poderiam fugir a tempo, refugiando-se no denso matagal, os construtores de Santa Justa não apenas asseguraram tal solução como garantiram a defesa activa do seu núcleo de povoamento, criando condições objectivas de resistência a interferências indesejadas.

Parece-me, portanto, perfeitamente defensável a existência de uma deliberada e consciente estratégia de povoamento na ocupação calcolítica do Alto Algarve Oriental.

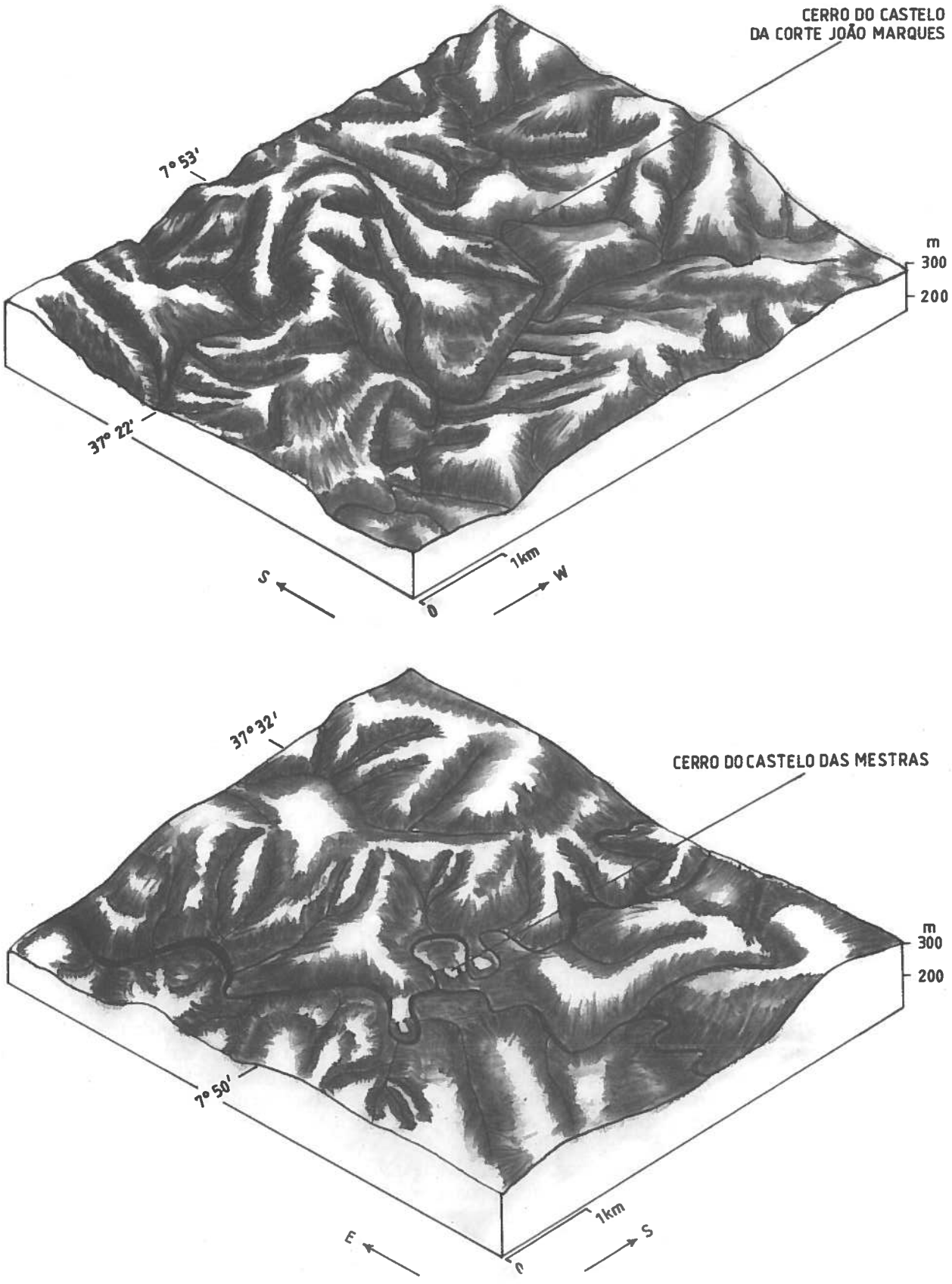


Fig. 7.7. Cerro do Castelo de Corte João Marques: bloco diagrama evidenciando a implantação do povoado calcolítico.

Fig. 7.8. Cerro do Castelo das Mestras: bloco diagrama evidenciando a implantação do povoado calcolítico.

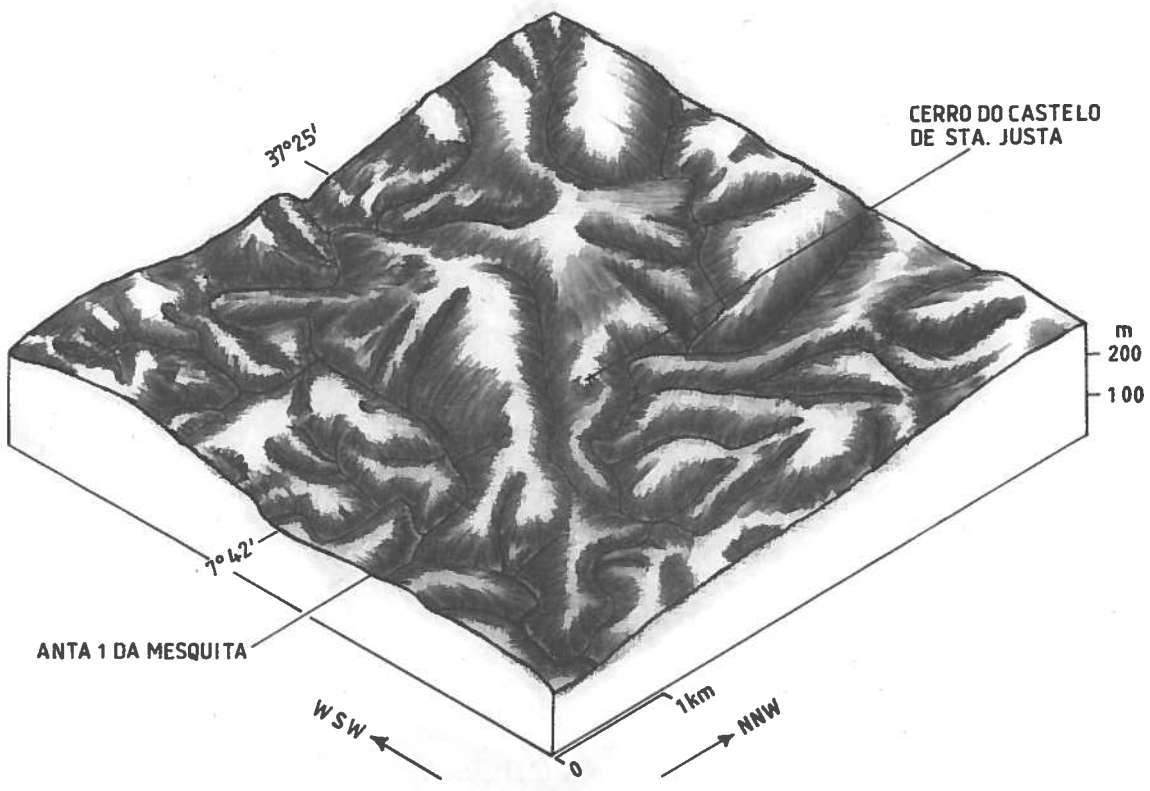


Fig. 7.9. Cerro do Castelo de Santa Justa: bloco diagrama evidenciando a implantação do povoado fortificado calcolítico.

7.3. POVOAMENTO E RECURSOS NO CALCOLÍTICO DO SUL DE PORTUGAL: OS CASOS DE ALCALAR, VIDIGUEIRA E MONTE NOVO DOS ALBARDEIROS. DUAS LEITURAS PARA O ESCOURAL.

7.3.1. *Nota prévia*

O mecanismo das comparações é indubitavelmente perverso: na impossibilidade (inutilidade) do estabelecimento de paralelismos exaustivos, cresce a subjectividade das escolhas. Mas será isso preocupante? Não será qualquer aproximação subjectiva?

Ao analisar a territorialidade humana, numa perspectiva de geógrafo, Peter Haggett começava por estudar a dos outros animais e perguntava de seguida: «But what have seabirds colonies to do with man?». Para concluir, adequadamente: «...we have choose to begin by looking at some points of similarity with the behavior of other animals, and then go to review the differences.» (1975: 430).

Se explicitarmos o porquê das nossas escolhas, compreender-se-á a filosofia das exclusões. O que anula, parcialmente, a questão.

De qualquer forma, o começarmos por Alcalar não é difícil de perceber: trata-se do único povoado calcolítico até agora identificado no Algarve «litoral» e sobre o qual se possui alguma informação. Mais, está claramente associado a uma importante necrópole, cujas particularidades já foram usadas para aludir ao carácter estratificado («ranked») da sociedade que as construiu.

O recém-descoberto mundo calcolítico da Vidigueira (Gonçalves e Calado, 1988) representa *apenas* a maior concentração de sítios desta época numa única região coerente e o carácter exaustivo das recolhas de superfície e a escavação dirigida na Mangancha pelo autor, em 1987, evidenciaram dados de primeira importância. Cronologicamente síncronos do espaço do Alto Algarve Oriental, vê-mo-los com características de estruturação geral e implantados em áreas de recursos bem diferentes.

Finalmente, o Monte dos Albardeiros, em Reguengos, abriu novas perspectivas na análise territorial que vínhamos conduzindo e uma sua primeira aproximação é tão esclarecedora a nível dos modelos alternativos de povoamento que seria absurdo adiar a sua apresentação.

Outras análises territoriais foram feitas, a partir da utilidade específica e exemplificativa dos conteúdos e estruturas, é o caso de Vila Nova de S. Pedro (que por lógica de discurso será objecto de extensa referência em OITO) e Santiago do Escoural. No primeiro caso, a natureza específica do sítio e as novas escavações que aí realizei (1985, 1986). No segundo, a natureza das representações rupestres.

Para todos estes sítios existem feixes actuais de interesse e uma dinâmica de interrogações já patente no debate promovido pela UNIARQ (Gonçalves, org., 1983-1984d: 140-154). A análise que se segue pressupõe (1) o integral conhecimento dos espólios, em lugares integrados no programa de pesquisa PEESAP que actualmente dirijo; (2) o conhecimento suficiente, em sítios parcialmente inéditos (Alcalar, Santiago do Escoural), com espólios que os seus escavadores apresentaram em público, ainda que os não tivessem divulgado sob forma definitiva; (3) o conhecimento directo dos locais, em termos de análise territorial e de áreas de recursos.

Mas se é pacífico analisarmos modelos de povoamento no mesmo patamar cronológico e cultural, confortavelmente afastados uns dos outros, a leitura de territórios contíguos implica a montagem de um mecanismo de correcções de extrema dificuldade, uma vez desconhecidas condicionantes que determinaram fronteiras e as prolongaram para além das suas fases de tradução efectiva de uma dada realidade . É a «inércia histórica», esse desafio em análise territorial, como reconhece Haggett (1975: 434). Ao contrário dos territórios animais, circunscritos a momentos curtos, os humanos reflectem um peso que os imobiliza ou retarda: o próprio peso da História. E essa limitação inviabiliza tanto as geometrias simples como as complexas, perdido que está o contexto histórico imediato.

7.3.2. *Alcalar: a charneira do Barrocal*

Sobre Alcalar escreveu-se já o possível, a propósito do sítio e dos monumentos funerários anexos. Mas a observação atenta dos mapas das Figs. 7.10., 7.11. e 7.12. é esclarecedora de uma outra realidade, ainda não referida.

A implantação do povoado de Alcalar faz-se numa área peculiar: a Norte, o relevo vai ganhando volume e dos 144 m. de altitude no marco do Mouro passamos a 197 no Vale da Casa, a 181 na Murta e a 223 no Jogo da Bola. Mas para Sul outras são as leituras: se ainda podemos registar 178 m. na Pedra Branca, o marco de Bensafrim tem 88 m. de cota e uma mancha de pontos mais baixos poderiam ser assinalados na carta (65 m., 72 m., a caminho de Barão de S. João).



Fig. 7.10. Povoado calcolítico de Alcalar: morfologia da provável área de recursos.

A paisagem muda completamente rumo a Sul e o contraste é visível a quem marche nessa direcção. Do alto da Pedra Branca, um sítio com traços de ocupação do Neolítico identificados por Pinho Monteiro (1980, comunicação pessoal), não longe dos menires descobertos por Estácio da Veiga, os vales desdobram-se entre curvas de nível pouco densas.

Alcalar parece assim corresponder a um equilíbrio entre dois mundos e não deixa de ser interessante que, colocado numa pouco elevada plataforma, esta escolha represente o compromisso máximo entre a segurança e a utilização de uma área de recursos adequada. De algum modo, estamos perante uma situação charneira, articulando duas realidades utilizáveis como complementares.

Num primeiro círculo de 1 km. de raio, escassa língua de solos tipo B está hoje disponível e a passagem para os dois km., triplicando essa área agrícola, está longe de fazer esquecer a dominância por percentagem elevada dos solos de tipo E.

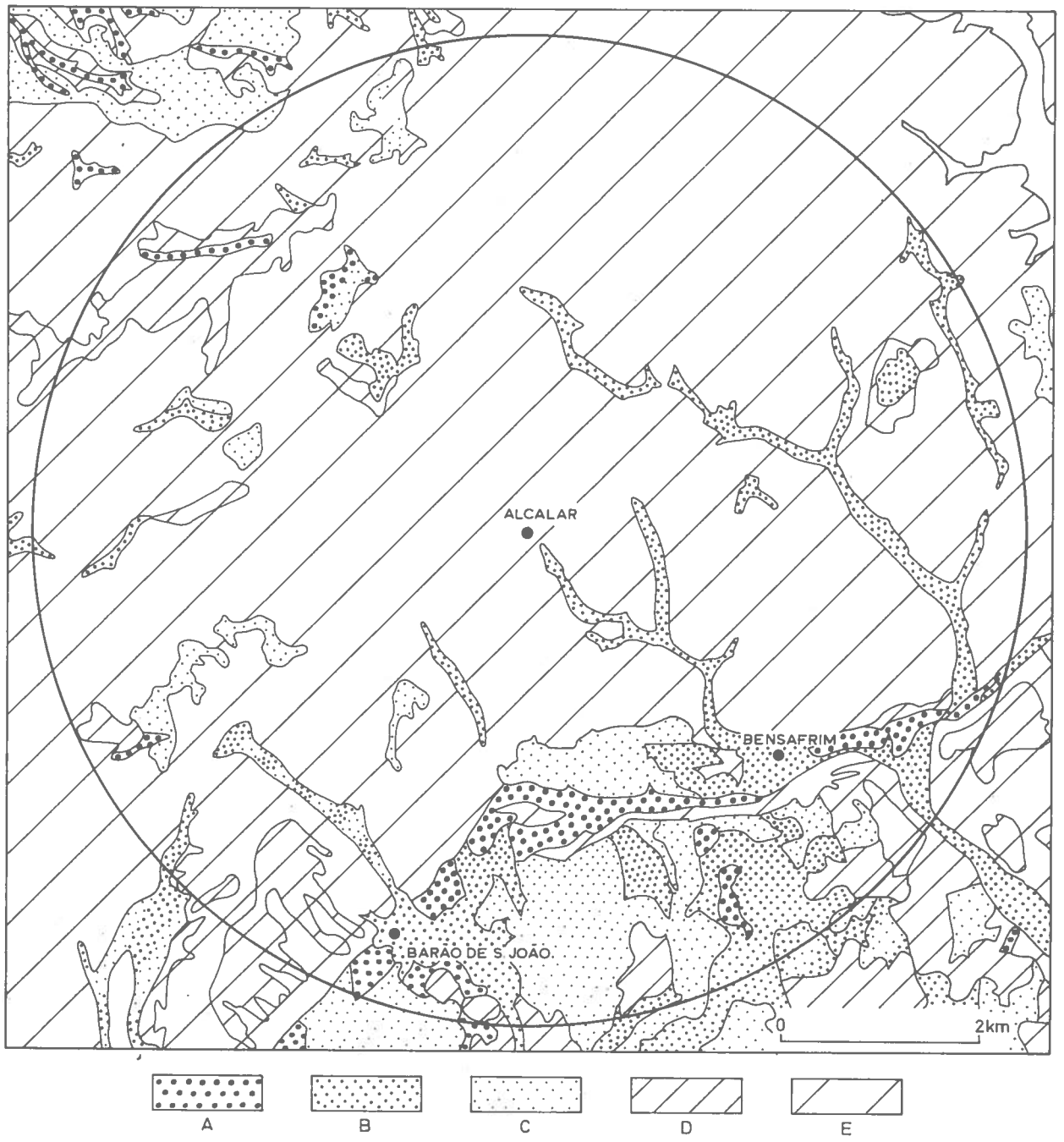


Fig. 7.11. Povoado calcolítico de Alcalar: capacidade actual de uso dos solos da provável área de recursos.

Pouco mais a Sul, nas áreas dos 3 e 4 km., a situação seria radicalmente diversa. A Sudeste do povoado dominam os solos de tipos A, B e C.

E a primeira questão coloca-se sózinha: se a agricultura representasse a única ou a maior actividade do grupo não seria de esperar encontrarmos aqui a implantação do centro físico do povoamento?

Tanto nas imediações da actual Barão de S. João como de Bensafrim existem localizações adequadas, até mesmo para sítios construídos sob condicionantes de defesa contra comunidades pré-existentes. Claro que, ainda assim, Alcalar não está longe destas ape-

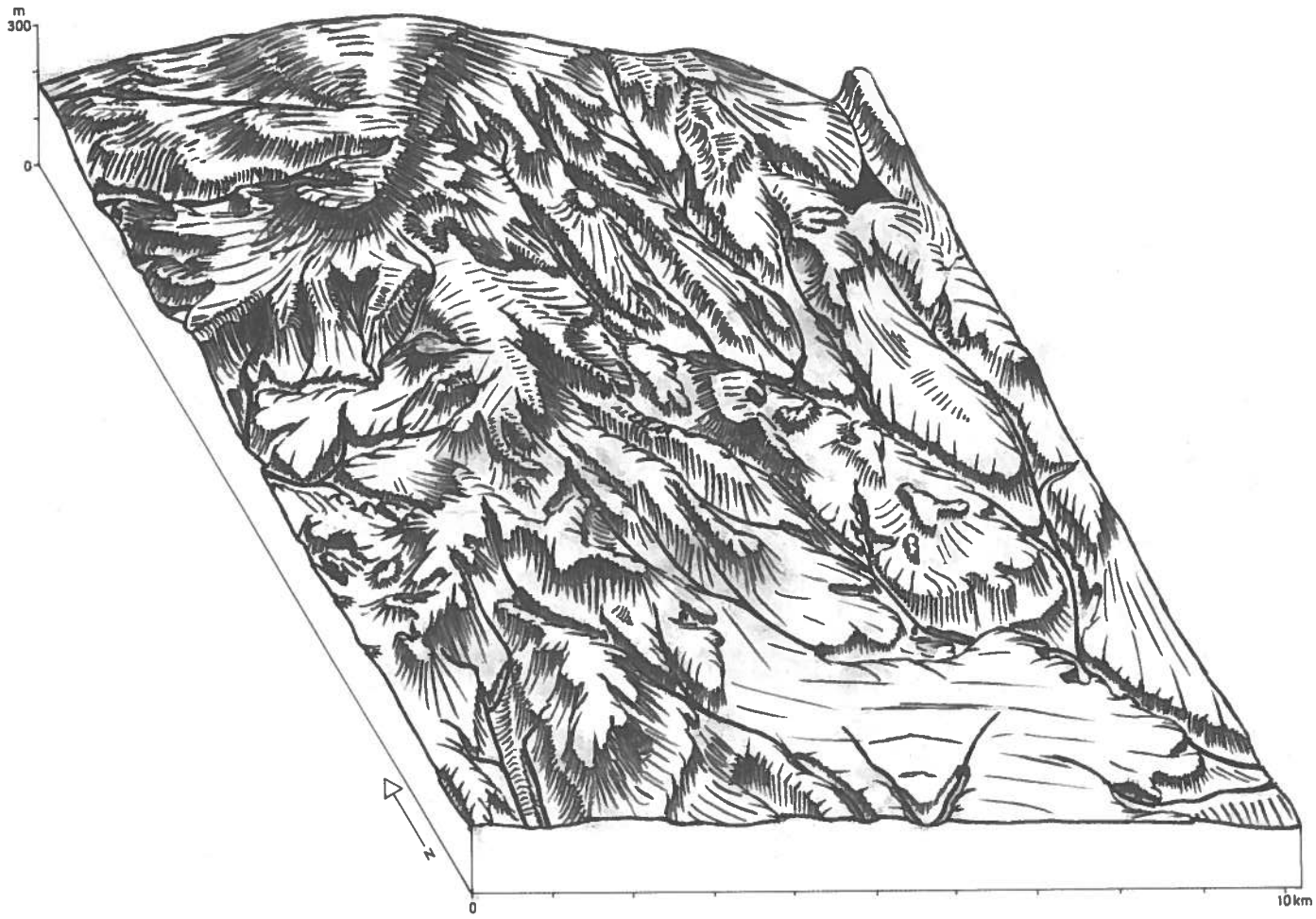


Fig. 7.12. Povoado calcolítico de Alcalar: bloco diagrama.

tecíveis áreas de recursos, mantém-se perto de ocorrências naturais de cobre e o papel da orla marítima não pode ser minimizado (não é por acaso que nos monumentos funerários as conchas de bivalves estão presentes e que mesmo no próprio povoado a sua presença foi verificada). Mas o certo é que não foi sobre estas muito favoráveis áreas que o povoado foi construído.

Haveria interesse em articular uma economia de pastores com a de agricultores episódicos? Seria Alcalar um povoado tardio, reflectindo choques internos numa dinâmica de povoamento de espaços ocupados?

Não podemos, naturalmente, responder com certezas ao que apenas nos é deixado entrever, mas um recurso apreciável estava ao dispor dos calcolíticos de Alcalar, a água, abundante nas ribeiras que estão cerca do povoado. Água que significa também vegetação. E vegetação que significa combustível.

Crê-se possível defender esta implantação peculiar como correspondendo eventualmente a uma economia mista, usando recursos complementares, compensando assim pela diversidade a relativa aridez das terras. A preocupação com a defesa não é tão visível como noutros sítios. Ainda assim, a escolha é a melhor possível, se tomarmos em conta esse factor e lhe introduzirmos as inevitáveis correcções.

7.3.3. *Portel/Vidigueira, a multiplicidade das soluções: a Serra, a Planície e o Rio*

As altas terras a Sul do concelho de Portel, a área compreendida no actual concelho da Vidigueira, as terras limítrofes de Cuba e Beja, não registavam qualquer vestígio de povoamento calcolítico, se exceptuarmos brevíssimas e não documentadas referências a um dos núcleos da Mangancha.

O início de um grande projecto de arqueologia clássica em S. Cucufate, Vidigueira, dirigido por Jorge de Alarcão e Robert Etienne, conduziu, no nosso campo, a dois factos novos: a identificação do menir do Mau Cabrão e a recolha de materiais pré-históricos no nível de base da *villa* romana. Este espólio, cujo estudo me foi confiado, datava do Neolítico «final», encontrando os seus melhores paralelos no nível 5 C do Corte 1 de Los Castillejos de Montefrío (Gonçalves, 1988).

Tratar-se-ia de um conjunto mais facilmente conectável aos construtores de megálitos da região que a povoados calcolíticos, mas não é impossível que, em determinadas circunstâncias, exista sincronia cronológica entre a faixa terminal de uns e a inicial de outros. A ocupação destas terras no Neolítico «final» e no Calcolítico está hoje listada e é de supor que a maior parte dos monumentos e sítios de altura e meia-encosta esteja identificada (Gonçalves e Calado, 1988).

Em terras de Portel e Vidigueira, cinco módulos de povoamento estão hoje patentes para o Neolítico «final» e o Calcolítico:

(1) sítios de cumeada, em ambiente de altitude elevada;
(2) sítios de cumeada, dominando planícies;
(3) sítios de meia-encosta;
(4) sítios de planície;
(5) sítios ribeirinhos.

Ao primeiro grupo pertencem, por exemplo, o Mendro (uma área de povoamento calcolítico arrasada pela instalação do posto retransmissor da Radio Televisão Portuguesa), com uma altitude de 420 metros, o Zambujoso, com uma altitude de 307 metros, os Castelos Velhos, com altitudes de 370 m., e a Pasparda, com uma altitude de 324 m.

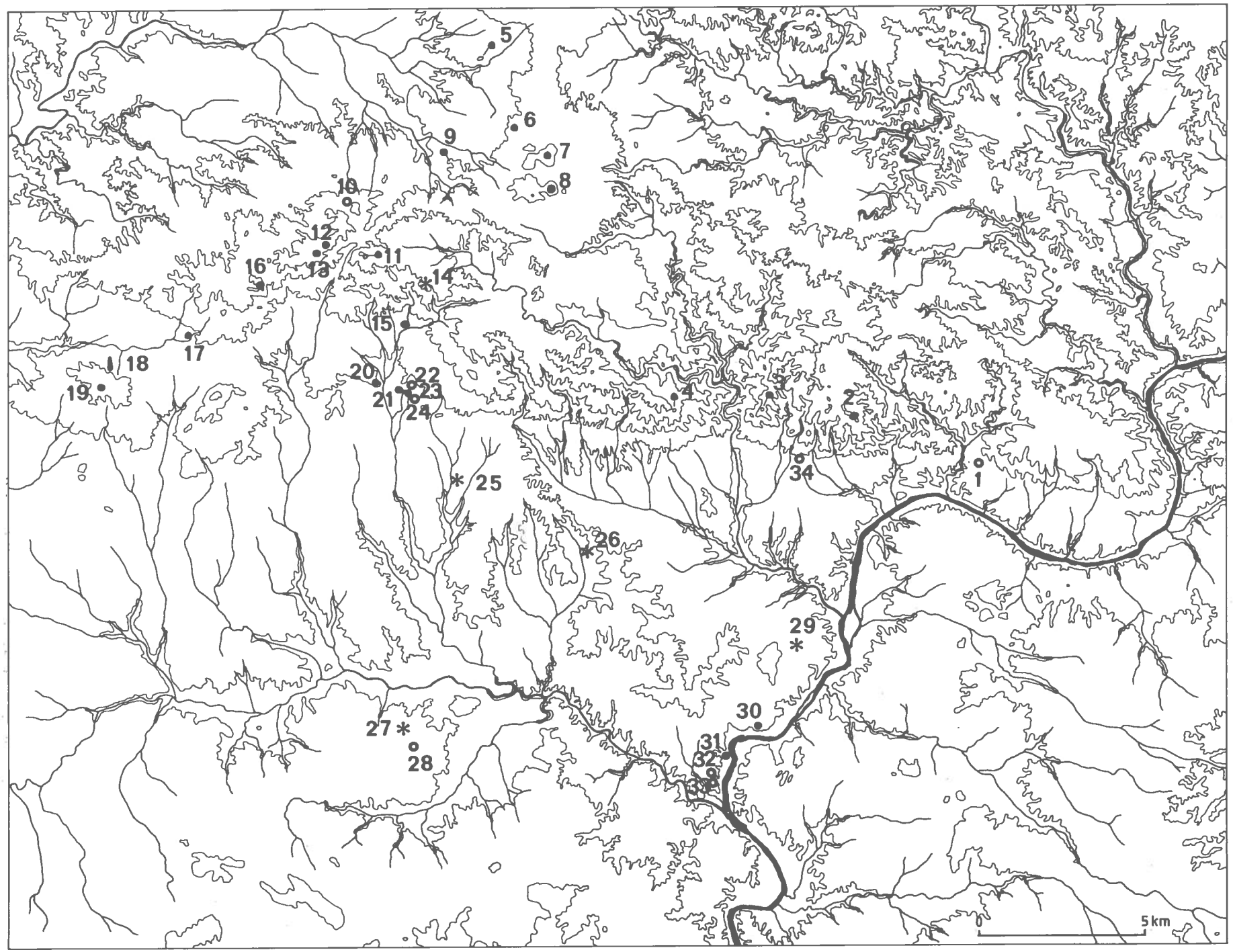
No segundo grupo poderíamos incluir o Outeiro do Tijolo que, não ultrapassando os 300 m., domina de mais de 60 m. o menir do Mau Cabrão (ou de Mac Abraão, nome absurdo com que foi pudicamente rebaptizado por cartógrafo desconhecedor da pronúncia local). À terceira categoria pertence, naturalmente, esse extraordinário sítio do «Monte» da Mangancha. À quarta, S. Cucufate.

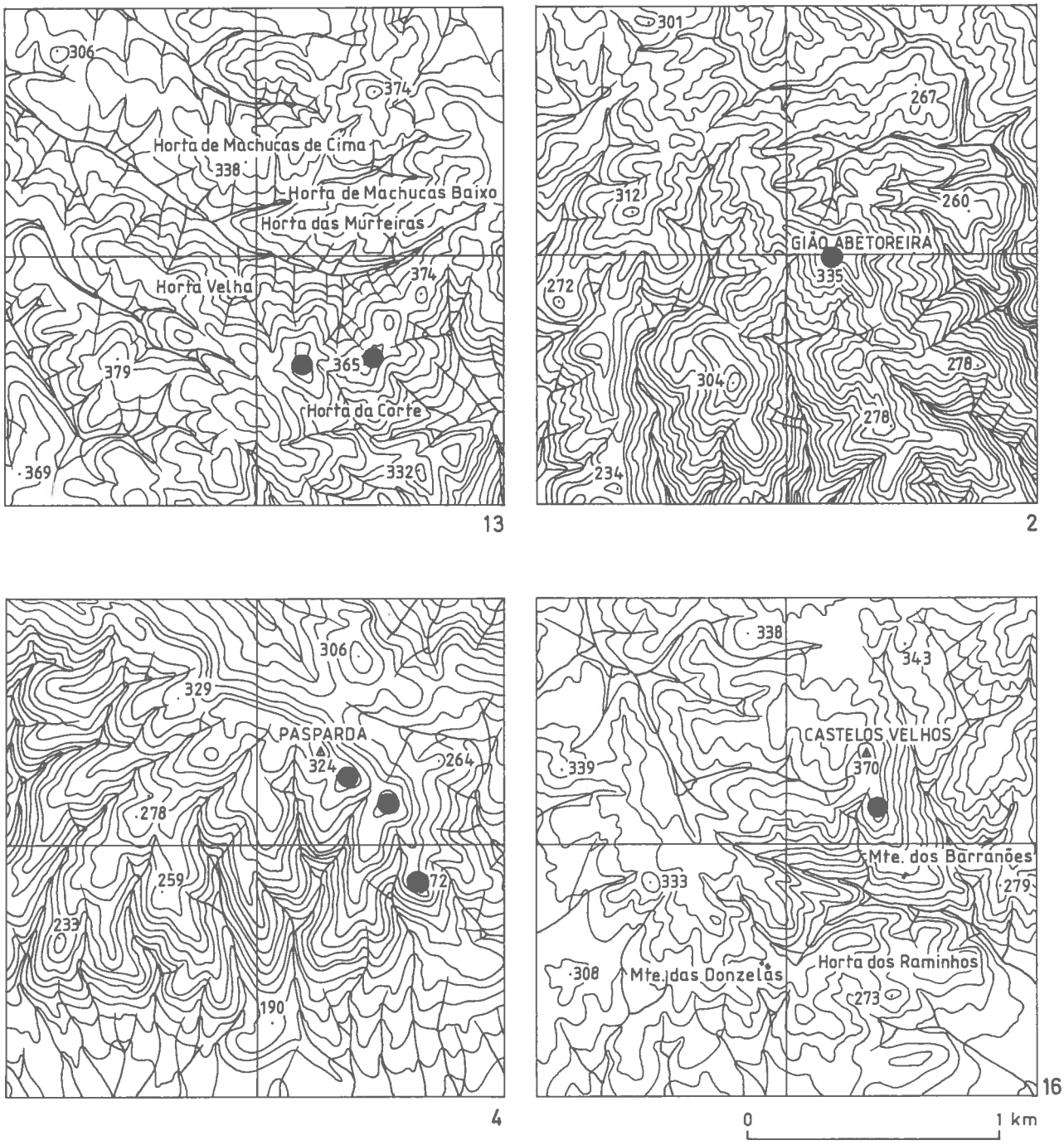
À quinta, dois lugares de povoamento a diversos títulos fundamentais, Sala n.º 1 e S. Lourenço, aos quais me parece pouco polémico associar a necrópole do Outeiro das Sepulturas.

Não deve apenas dizer-se que nos encontramos perante uma autêntica rede de povoamento, cuja complexidade e entrosamento justificam estudo detalhado. Povoados como Gião, Zambujoso, Pasparda, Mendro, Cortes 1 e 2, Melroeira e Castelos Velhos controlam caminhos da serra, com a possibilidade de fecharem acessos entre as planícies a Sul e as terras altas. Não é apenas a sua implantação destacada que é importante, mas a sua disposição, por cômoros em linha, que traduz o interesse na vigilância dos acessos.

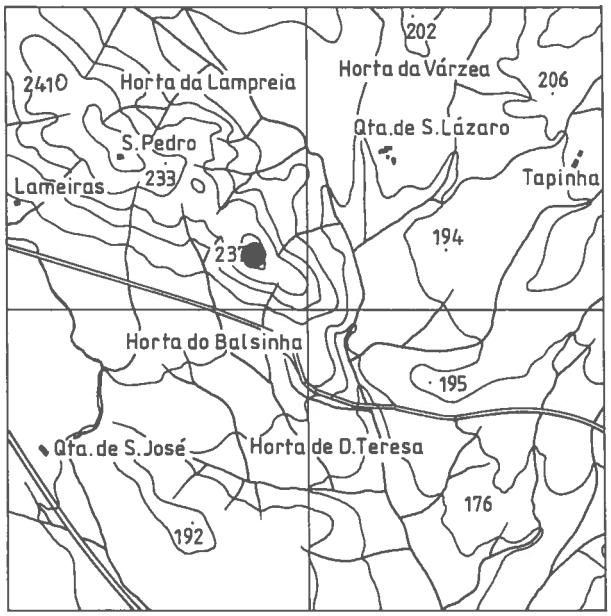
Não parece possível retomar aqui a totalidade desses monumentos e sítios, cuja investigação desejaríamos começar no futuro imediato. Mas três deles estão claramente correlacionados a nível territorial. Num, procedi já a escavações e nos outros a recolhas de superfície, confirmando as características coevas que inicialmente eram suponíveis. Refiro-me à Sala n.º 1, a S. Lourenço e aos núcleos que designei por Mangancha 1 e 2 (Gonçalves e Alfenim, 1987).

Fig. 7.13. (*na página seguinte*) Povoados e necrópoles do Neolítico final e do Calcolítico da região de Portel/Vidigueira. Ponto a negro: povoado; Círculo vazio: necrópole; achado disperso. O menir do Mau Cabrão está assinalado com o n 18.
1: Antas de Corte Serrão; 2: Gião; 3: Zambujoso; 4: Pasparda; 5: Pero Moreno; 6: Mina de Algares; 7: S. Lourenço de Portel; 8: Quintinha; 9: Balsa; 10: Anta de Santana; 11: Mendro 1 e 2; 12: Cortes 1; 13: Cortes 2; 14: Portela dos Valentes; 15: Melroeira; 16: Castelos Velhos; 17: S. Cucufate; 18: Menir do Mau Cabrão; 19: Outeiro do Tijolo; 20: Mirante; 21: Mangancha 2; 22: Mangancha (Anta 1); 23: Mangancha 1; 24: Mangancha (Anta 2); 25: Poço Seco; 26: Monte da Ordem; 27: Cegonha; 28: Anta do Zambujal; 29: Barrada; 30: Sala n 1; 31: S. Lourenço; 32: Outeiro das Sepulturas 1; 33: Outeiro das Sepulturas 2; 34: Caliça.

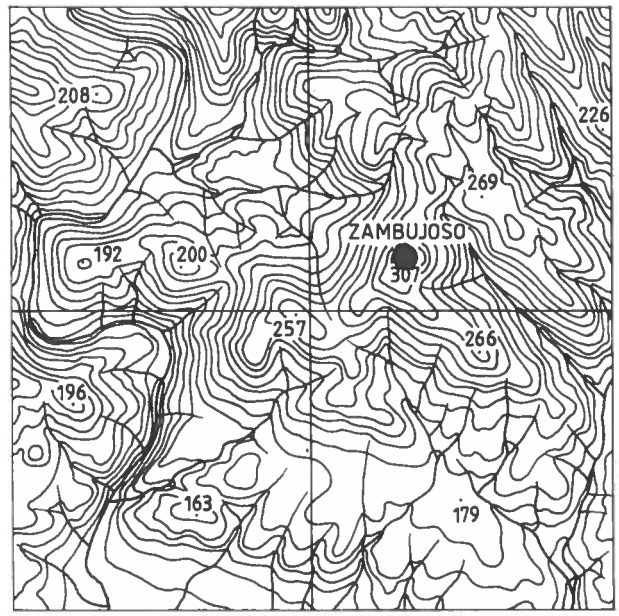

5
6
9
7
8
10
12
11
16
13
14
15
17
18
19
20
22
23
21
24
25
26
34
1
29
30
31
32
33
27
28
5km



Figuras 7.14. (*em cima*) e 7.15. (*à direita*)
Localização topográfica de pormenor dos principais sítios assinalados na Fig. 7.13. Os números no exterior dos mapas correspondem aos dos sítios na Figura Mãe.

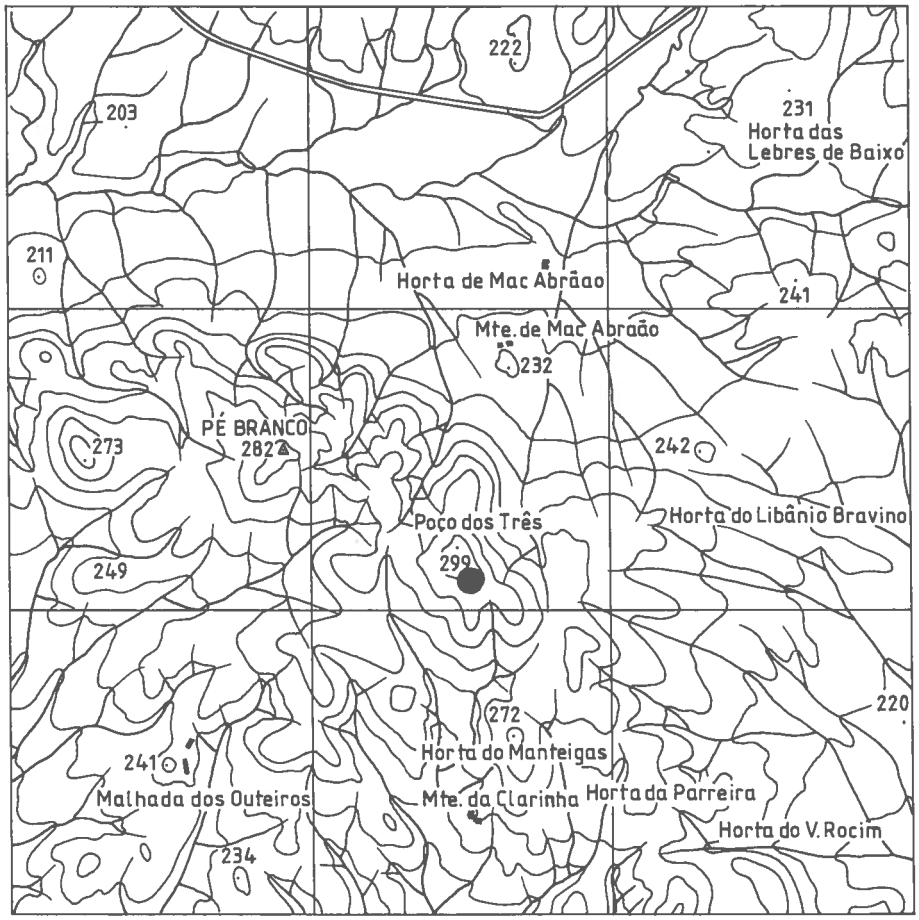

202
Horta da Várzea
206
2410
Horta da Lampreia
Qta.de S.Lázaro
S.Pedro
233
Tapinha
Lameiras
194
237
Horta do Balsinha
195
Qta. de S.José
Horta de D.Teresa
176
192

20

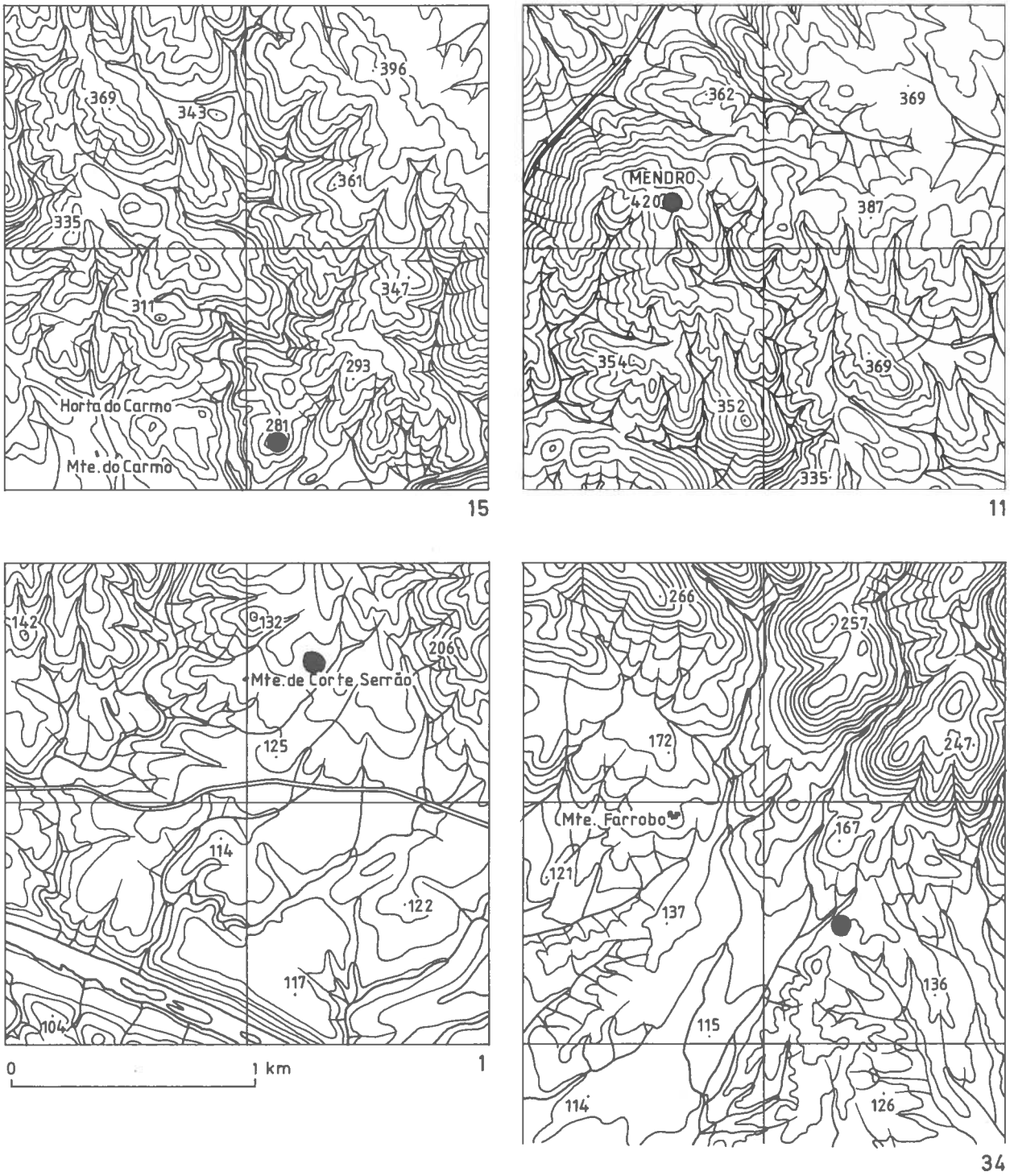

208
226
269
ZAMBUJOSO
192
200
307
257
266
196
163
179

3

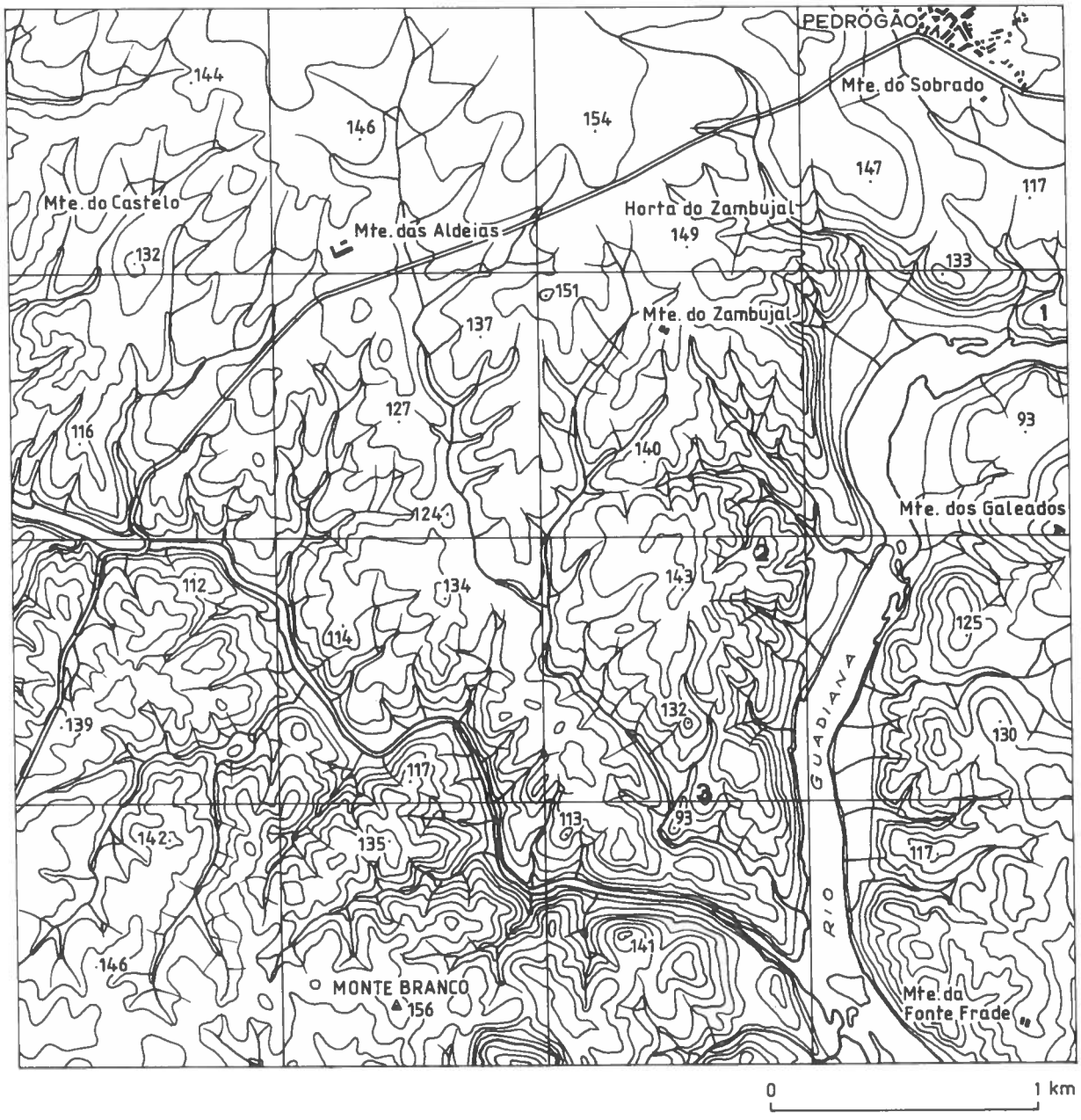
0 1 km

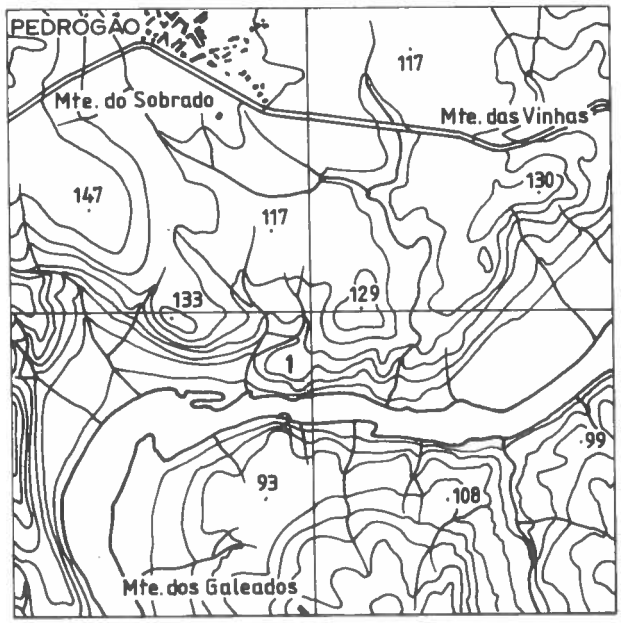

222
203
231
Horta das
Lebres de Baixo
211
Horta de Mac Abrãao
241
Mte. de Mac Abraão
232
PÉ BRANCO
282
273
242
Horta do Libânio Bravino
Poço dos Três
299
249
220
272
Horta do Manteigas
241
Malhada dos Outeiros
Mte. da Clarinha
Horta da Parreira
Horta do V.Rocim
234

19



Figuras 7.16. (*em cima*) e 7.17. (*à direita*)
Localização topográfica de pormenor dos principais sítios assinalados na Fig. 7.13. Os números no exterior dos mapas (Fig. 7.16) e no interior (Fig. 7.17) correspondem aos dos sítios na Figura Mãe.


PEDRÓGÃO
Mte. do Sobrado
Mte. do Castelo
Mte. das Aldeias
Horta do Zambujal
Mte. do Zambujal
Mte. dos Galeados
MONTE BRANCO
156
RIO GUADIANA
Mte. da Fonte Frade
144
146
154
147
117
132
151
137
133
127
116
140
124
112
134
143
114
125
139
132
130
117
113
93
142
135
141
146
0
1 km


PEDRÓGÃO
Mte. do Sobrado
Mte. das Vinhas
117
147
130
117
133
129
99
93
108
Mte. dos Galeados

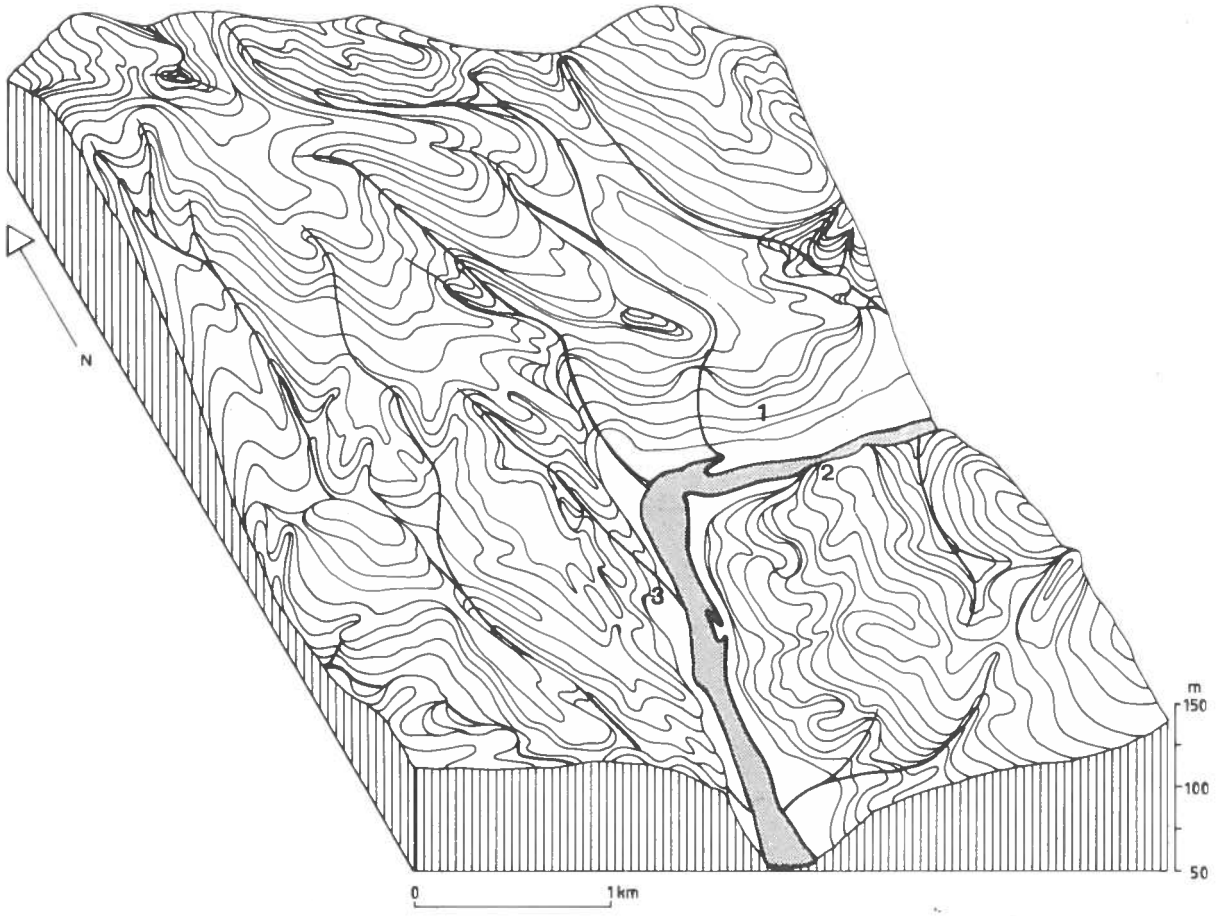


Fig. 7.18. Sala n.º 1 (1), Toca da Galeana (2) e S. Lourenço (3): bloco diagrama. A Toca da Galeana é uma pequena área entre rochas, com traços de ocupação síncronos da Sala n.º 1. Situada na margem oposta do Guadiana, seria local de ocupação temporária, provavelmente sazonal.

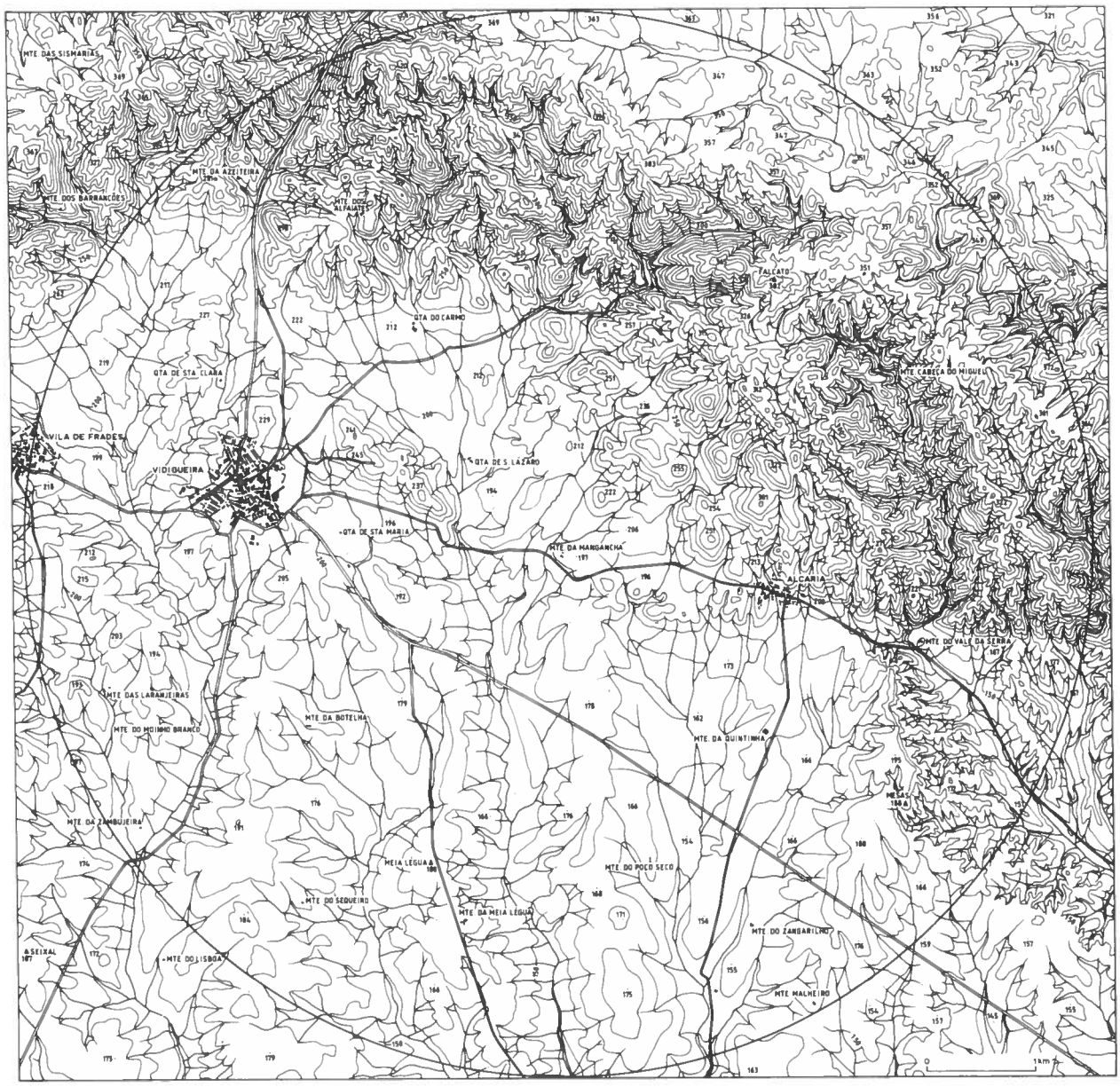


Fig. 7.19. Mangancha: topografia da provável área de recursos.

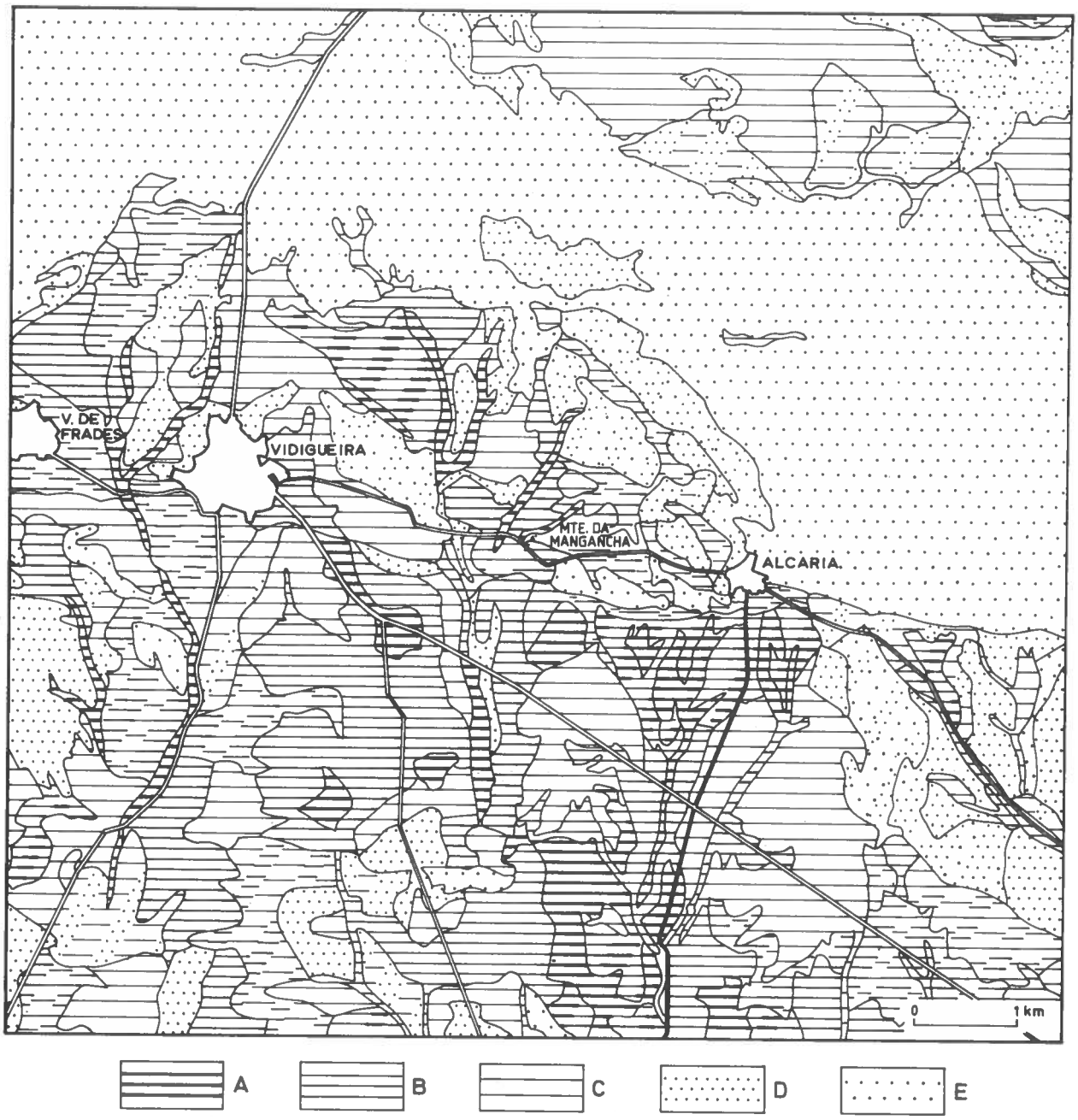


Fig. 7.20. Mangancha: capacidade actual de uso dos solos da provável área de recursos.

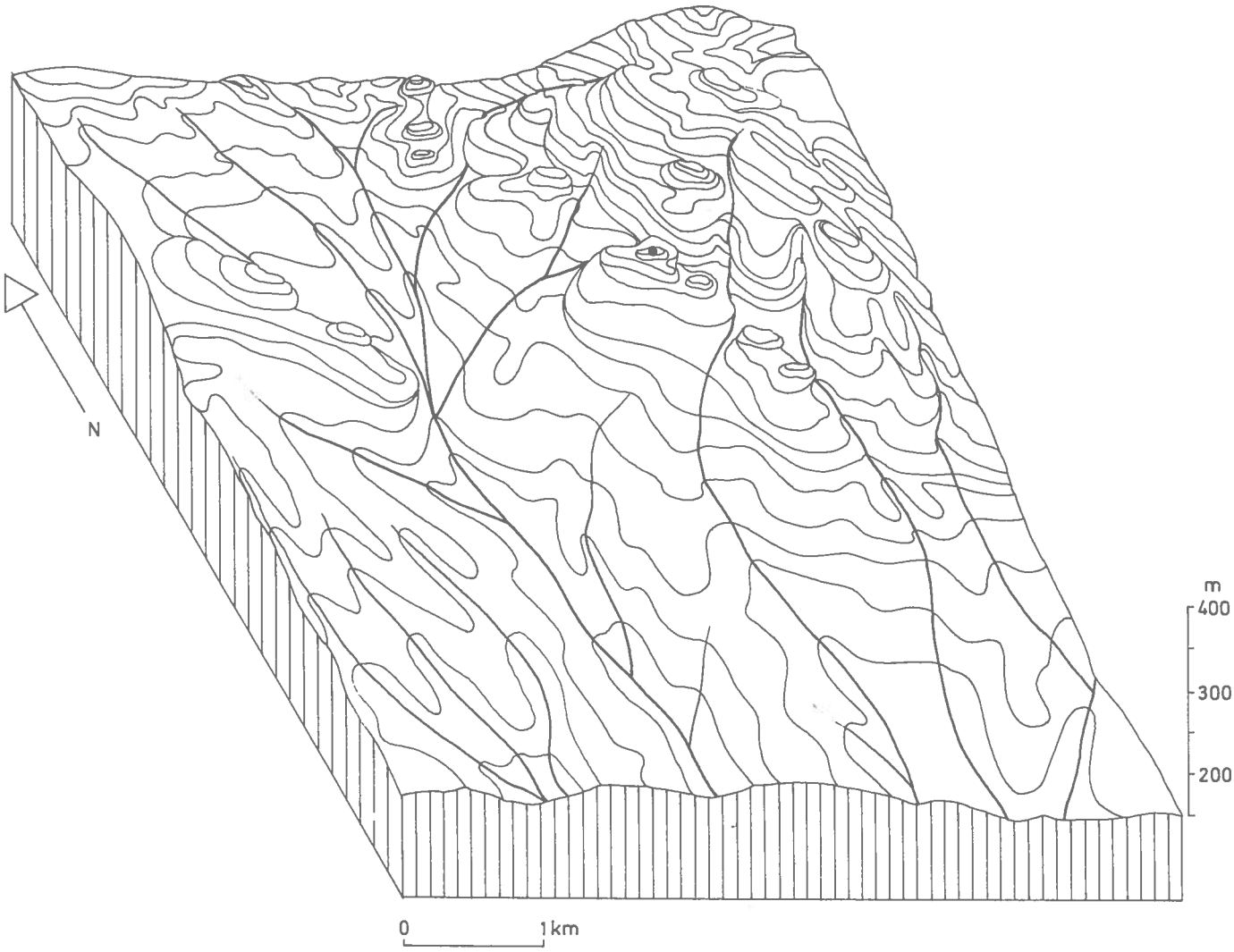


Fig. 7.21. Mangancha: bloco diagrama.

A Sala n.º 1 e S. Lourenço representam uma das mais interessantes situações: dois povoados partilhando a mesma área de recursos. Como tenho vindo a dizer, é indispensável, para uma correcta análise espacial, a realização de sondagens que confirmem sincronias. Mas a extensão do espólio de superfície recolhido na Sala n.º 1 (um povoado de vastas dimensões seja qual for o critério) e a sua aparente coerência com o de S. Lourenço parecem tornar possível a afirmação prévia da simultaneidade do seu povoamento.

Tanto S. Lourenço como a Sala n.º 1 estão «sobre» o Guadiana: num e noutro lugar recolhi material no limite do desnível que os separa do rio. Mas a morfologia difere. Se a Sala n.º 1 foi ocupada desde o topo até à falésia, e não parece ter outras defesas senão as naturais, é bem provável que o outeiro bem definido de S. Lourenço tenha sido fortificado. A um primeiro olhar, a implantação dos dois povoados faz-se numa área de xistos e grauvaques, sobre litossolos esqueléticos. A análise da capacidade de uso dos solos revela, porém, uma situação ligeiramente diferente para os dois sítios: ocorrências de solos de tipo A encontram-se concentradas perto da actual povoação de Pedrógão, a Sul e sudoeste, não longe da Sala n.º 1. Prolongam-se, aliás, em línguas largas, para Nordeste. Solos de tipos B e C encontram-se disponíveis nos espaços imediatos aos dois povoados, mas as manchas do tipo A beneficiam largamente Sala n.º 1.

Este é um caso extremamente curioso e considero-o assim pelas «fronteiras» naturais que espartilham o povoamento da região. A Este, o Guadiana «fecha» os territórios, ainda que fornecendo aos seus habitantes água e peixe. Mas a Sul de S. Lourenço, e correndo perpendicular ao Guadiana, a ribeira de Odearce é obstáculo dificilmente transponível. A Norte, outra ribeira, a de Marmelar, encerra os territórios num campo bem definido e transforma a área de recursos de S. Lourenço e Sala n.º 1 numa faixa rectangular que chega perto do limite Sudeste da provável área de recursos da Mangancha.

Tanto Marmelar como Odearce fazem a sua aproximação ao Guadiana através de solos de tipo E, com intrusões do tipo D. Mas se esta situação não é passível de correcção no caso de Odearce, Marmelar atravessa áreas que incluem praticamente todos os tipos de solos.

Dominando o Guadiana e os seus recursos específicos, Sala n.º 1 e S. Lourenço poderão constituir eventualmente a demonstração da teoria do enxameamento, que adiante avançarei. Seria tentado a ver em S. Lourenço o resultado do enxameamento de Sala n.º 1, mas tal suposição apenas poderá ser discutida com segurança após o avanço dos desejados trabalhos de escavação.

Outeiro das Sepulturas, uma necrópole de dimensões apreciáveis, está dentro do que seria de esperar para esta época, aumentando o interesse do conjunto.

A Mangancha revelou, em recolhas de superfície, milhares de artefactos que esperam estudo adequado no futuro próximo. As escavações que aí dirigi visavam definir o tipo de ocupação e, de algum modo, a área efectivamente ocupada. Interrompidas por falta de verba para a sua continuação, nem por isso deixaram de revelar o mais extenso e bem preservado solo de habitação do Calcolítico que já escavei.

Trata-se de um lugar de habitação permanente de agricultores que dominavam a metalurgia do cobre (mais de duas dezenas de registos só em superfície), com uma fase anterior quase certa, determinada por estratigrafia horizontal. Taças carenadas são abundantes bem como pratos de bordo almendrado. O sílex não é comum, mas os materiais de rochas duras polidas estão particularmente bem representados. Cerâmica decorada foi também recolhida, ainda que em percentagem baixa. Os pesos de tear em forma de linguiça, nos seus diferentes graus de espessura, são outros dos registos em grande número, tal como os pesos rectangulares achatados com uma e duas perfurações em cada um dos lados menores.

O pavimento de argila cozida pertencia a uma habitação e, para além de dois pequenos buracos de poste, não estruturados, definiu-se uma grande lareira, integrando artefactos líticos e cerâmicos e restos de fauna.

Uma anta está localizada em plena área de povoamento.

A provável área de recursos da Mangancha compreende ainda parte da franja sul da grande falha da Vidigueira, um importante fenómeno tectónico, e estende-se a meia encosta para Sul. Inclui uma elevada percentagem de solos de tipo A, B e C, de excelente qualidade, sendo de todos os povoados localizados e referidos neste trabalho o que correspon-

deria à possibilidade de utilização dos melhores solos. O que explicaria naturalmente a sua extensão.

Nenhuma fortificação foi detectada nem a área ocupada apresenta morfologia que o torne aparentemente possível. No lugar do abandonado Monte da Mangancha detectou-se um dormente, mas é quase certo que se trate de uma reutilização moderna.

Superior em área a tudo o que conheço para esta época, só a Sala nº 1 se aproxima na região, pela área ocupada e pela densidade dos achados de este grande aldeamento.

7.3.4. *Monte dos Albardeiros: o povoamento das boas terras*

Reguengos de Monsaraz tornou-se conhecida pela monografia de Georg e Vera Leisner (1951) que assim retribuiam com um texto em português as múltiplas benesses recebidas do governo nacional, mais particularmente do Instituto para a Alta Cultura, o antecessor do actual Instituto Nacional de Investigação Científica.

Pires Gonçalves e Leonor Pina trouxeram de novo este concelho à ribalta científica, ao descobrirem e estudarem, nos finais da década de 60 e durante os anos 70, um dos mais importantes núcleos de menires da Europa (Pires Gonçalves, 1970 e 1971, Leonor Pina, 1971, 1976).

Em 1986, uma intervenção de emergência conduziu-me à localização dos espaços do Monte Novo dos Albardeiros e do Marco dos Albardeiros, cujas características peculiares reforçam a atenção que exigem as interacções entre povoados e necrópoles.

Marco dos Albardeiros é um extenso povoado, assente numa elevação alongada, com 204 m. de cota no marco geodésico aí implantado.

A pouco mais de 1 km. para Norte, numa suave elevação com a altitude máxima de 196 m, violações efectuadas com a mira de recolher um tesouro permitiram-me identificar um estranho monumento, extremamente mutilado (Estrutura 1). Assentava sobre uma grande torre oca, com uso habitacional (Estrutura 2), ela própria parte provável de um extenso sistema defensivo, assente sobre um povoado mais antigo. A estrutura 2 foi muito recentemente (quando este livro já estava em tipografia) datada pelo ^{14}C em 4090± 80 BP (ICEN-530). Outro pormenor importante foi a descoberta, entre os derrubes que envolviam a Estrutura 1, de duas deposições funerárias com espólio similar ao do Bronze Antigo do Midi francês, com artefactos metálicos extremamente raros entre nós. A esta intrusão é, talvez, atribuível a data ^{14}C obtida para a Estrutura 1, 3 780± 100 BP (ICEN-529), data demasiado avançada para o Calcolítico, mas aceitável para a Idade do Bronze Antigo. Tornava-se assim evidente uma relativamente curta, ainda que acidentada, diacronia.

Em torno a esta série de estruturas, foi ainda possível detectar vestígios arqueológicos que permitem defender uma certa extensão para o povoado calcolítico, e uma ocupação para lá das prováveis linhas de muralhas.

Sensivelmente a meio caminho entre o Marco e o Monte Novo dos Albardeiros, tinham os Leisner identificado uma anta (Leisner e Leisner, 1951: 260), ainda existente. Mas, como foi frequente, passaram despercebidas aos investigadores alemães as áreas de povoamento.

A leitura da Carta de capacidade de uso dos Solos é aqui, como sempre, extremamente interessante.

O Marco dos Albardeiros assenta directamente em solos limite B/C, e inclui, na sua provável área de recursos, apreciáveis manchas de tipo E. Mas o povoado do Monte Novo dos Albardeiros foi instalado sobre os mais ricos solos disponíveis: longas faixas de tipo B (com prováveis manchas de tipo A, insuficientemente cartografadas), rodeadas por solos de tipo C.

Na mesma área territorial, os dois lugares físicos de povoamento (tal como acontece, de algum modo, com a Sala n.º 1 e S. Lourenço, em Pedrógão, Vidigueira), partilham diferentes opções. Uma, aberta e sem defesa (Sala n.º 1 e Monte Novo dos Albardeiros), outra, alta e defensável.

Mesmo em relação à implantação do Monte Novo dos Albardeiros, a escolha de um sítio ligeiramente sobreelevado na paisagem é repetida mais de quatro mil anos depois: em 1974, ao construir a sua casa, nas terras que lhe couberam por partilha do antigo Monte dos Albardeiros, Orlando Palma escolheu precisamente aquele lugar. Sem dúvida por reser-

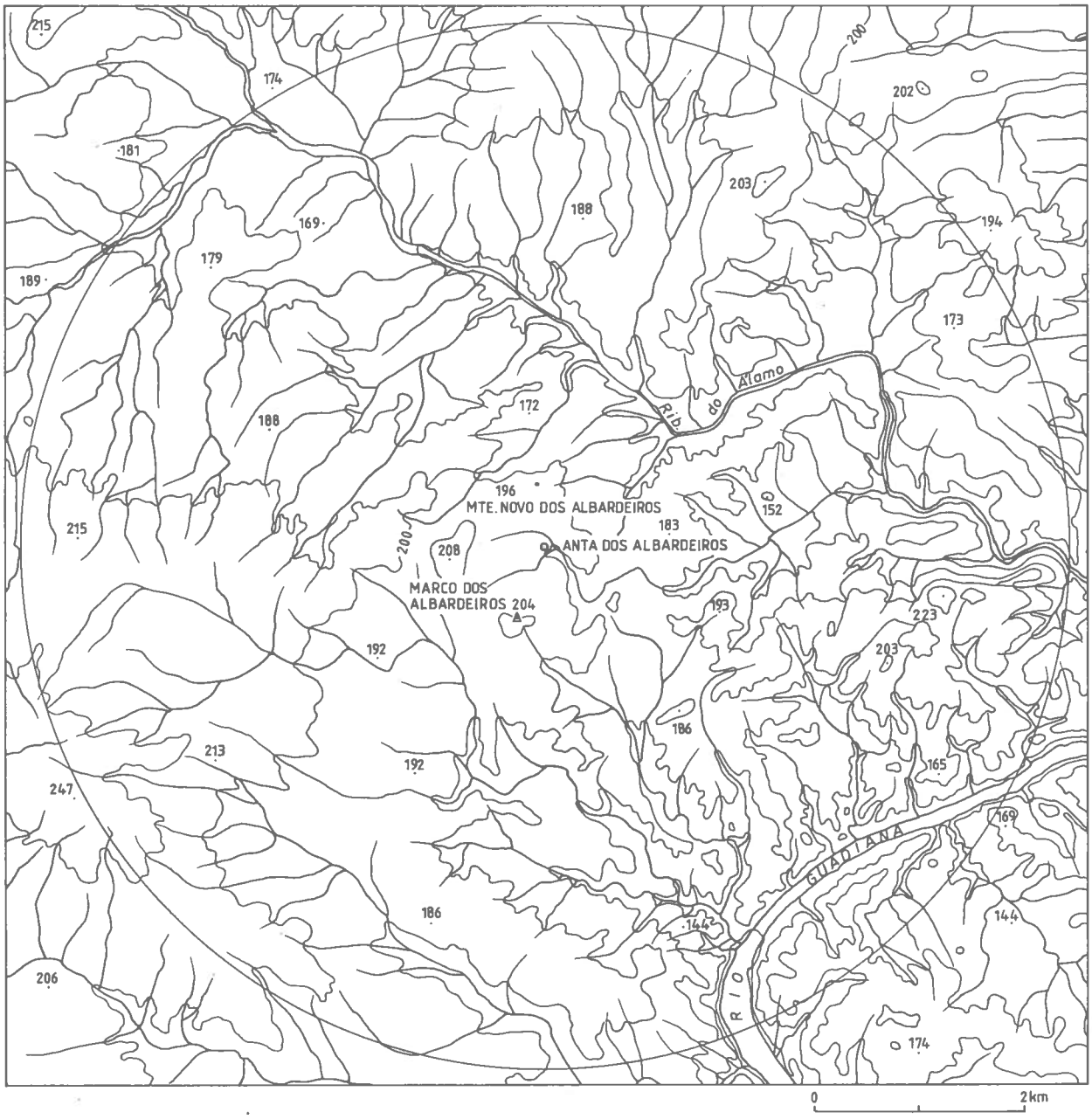


Fig. 7.22. Povoados do Monte Novo dos Albardeiros e do Marco dos Albardeiros: morfologia da provável área de recursos.

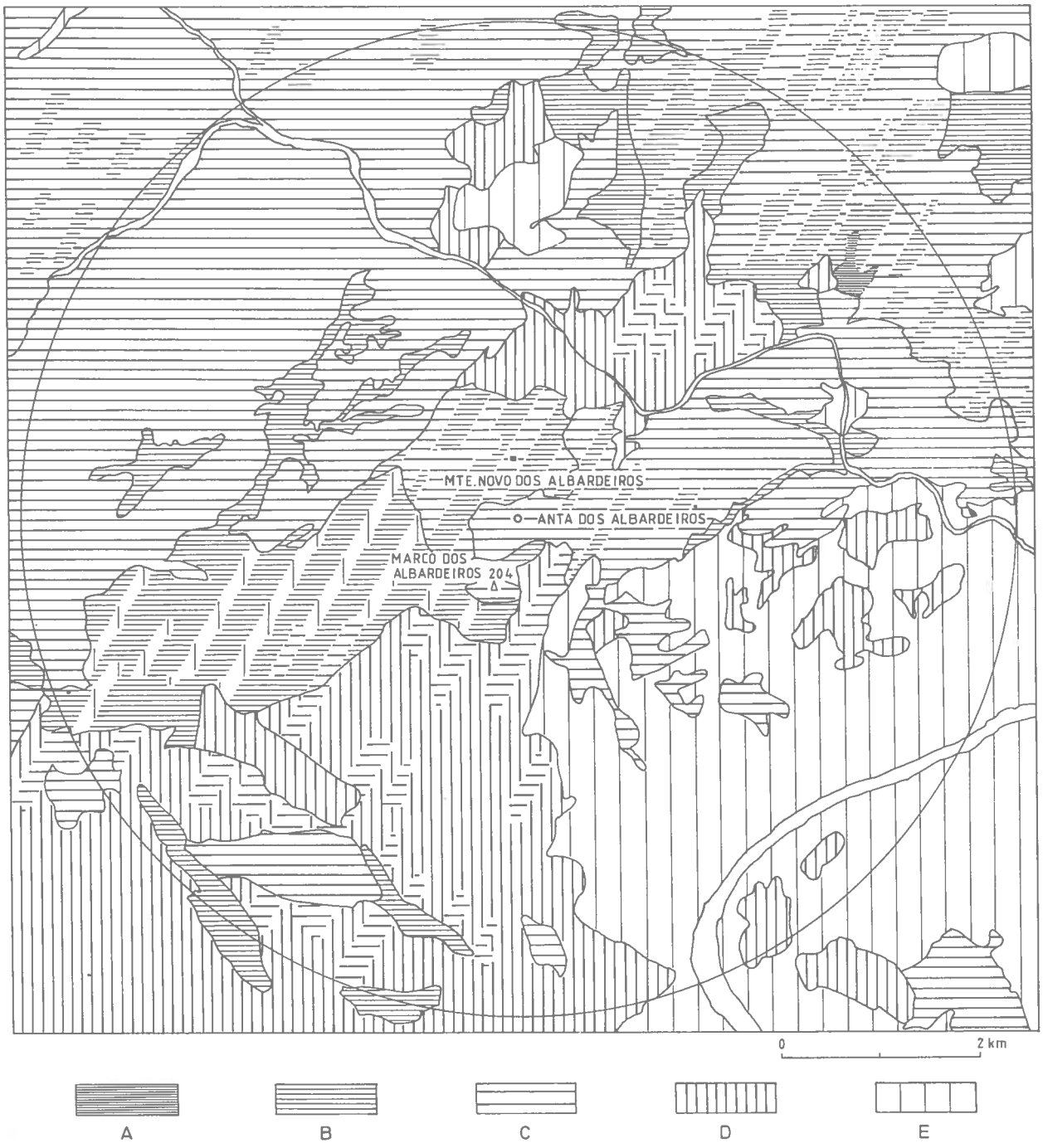


Fig. 7.23. Povoados do Monte Novo dos Albardeiros e do Marco dos Albardeiros: capacidade actual de uso dos solos da provável área de recursos.

var os solos mais profundos para a agricultura, mas também, e sobretudo, para escapar aos solos argilosos das baixas que se transformam em pasta movediça com as primeiras chuvas.

A área funerária do Monte Novo dos Albardeiros continha para além de numerosos recipientes votivos, um machado e outro grande artefacto de cobre não identificado e cadinhos de fundição, sendo o único sítio funerário desta época que conheço a fornecer tais indícios da prática metalúrgica dos seus construtores. Talvez se trate não de artefactos funerários, mas de restos da utilização habitacional daquela estrutura. De referir, igualmente, um grande prato de bordo «almendrado», fragmentado *in situ*, e cerâmica com decoração simbólica e incisões preenchidas com pasta branca. Ainda a nível do sagrado, deverá ser feita referência a um vasinho de calcário (uma variante do *graal*, ou *almofariz*, presente em Alcalar, no Extremo Sul) e, sobretudo, a um fragmento de estatueta, infelizmente mutilado. Representa sem dúvida uma Deusa-Mãe, de aspecto peculiar. Se as tatuagens ou pinturas faciais são comuns no Calcolítico do Centro/Sul de Portugal e estão presentes no Sul Peninsular, o aspecto pontiagudo da face recorda imagens sírias ou mesmo mesopotâmicas (ver Vol. 2, Est. 106, 2, p.172).

Se nos aproximarmos do Monte Novo dos Albardeiros em Março, vindos da actual povoação do Campinho, a imagem dos extensos campos de trigo, verde claro salpicado pelo vermelho das papoulas, chaparros dispersos na paisagem, permite-nos retroceder cinco mil anos e ter uma ideia mais precisa das possibilidades abertas pelas novas tecnologias de exploração da terra.

O agro que se estende até às faldas da actual Monsaraz, pela riqueza dos seus solos, pela abundância de água, pelo combustível e material de construção disponível, pelos pastos para ovi-caprídeos, fornece a qualquer implantação judiciosamente escolhida o mínimo de penalização, se usarmos a escala de Chisholm. A extraordinária abundância dos monumentos megalíticos (os Leisner identificaram 134 e outros foram descobertos depois) traduz, mais que uma religiosidade específica, o êxito dos agricultores/pastores e dos agricultores intensivos que aí se instalaram, numa das diversas modalidades de povoamento Neolítico «final» e calcolítico que temos vindo a referir.

Sem cobre nas suas terras, o uso da metalurgia constatado no entanto, a principal razão da escolha da área do actual concelho de Reguengos de Monsaraz pelos calcolíticos (como, antes, pelas populações da Neolítico «final») reside na excelência das terras agrícolas e na boa qualidade dos pastos. A inserção dos monumentos megalíticos na paisagem não parecia ter a ver com a proximidade dos povoados, sendo essa, como sabemos, uma situação rara. Mas os povoados localizados na região por numerosos investigadores, e ainda na sua maioria inéditos, demonstram uma implantação de controlo da paisagem que varia subtilmente com o tempo. No Neolítico «médio», vemos ocupações em altitudes baixas ou em ligeiras elevações (veja-se o exemplo do povoado dos Gorginos, Reguengos de Monsaraz, muito recentemente descoberto, e que se situa a escassas centenas de metros das antas do monte do mesmo nome, em terrenos praticamente planos). No Calcolítico, lugares mais altos são escolhidos. Mas, até à identificação da Estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, a ausência de fortificações maciças parecia querer indicar a inexistência de afrontamentos entre comunidades. Agora, a imagem é claramente outra.

De outra forma pensam, porém, outros arqueólogos e espera-se com expectativa o resultado da escavação do complexo dos Perdigões para que se possa reavaliar o que parece pacífico.

7.3.5. *Duas leituras para o Escoural*

É conhecida a «história», o «conteúdo» e os principais problemas da que continua a ser, até ao momento em que escrevo, a única gruta ilustrada da Pré-História de Portugal (Farinha dos Santos, 1964, Farinha dos Santos *et al.*, 1980).

Em 1963, de acordo com versão recente (Varela Gomes *et al.*, 1983: 287), Farinha dos Santos teria identificado, no cabeço em que a gruta fora localizada, um povoado calcolítico e algumas rochas gravadas. Razões de tempo e programação de pesquisa e, sobretudo, a complexidade do estudo da extensa e sinuosa cavidade, impediram-no de divulgar imediatamente os resultados obtidos. Posteriormente, seriam levadas a efeito

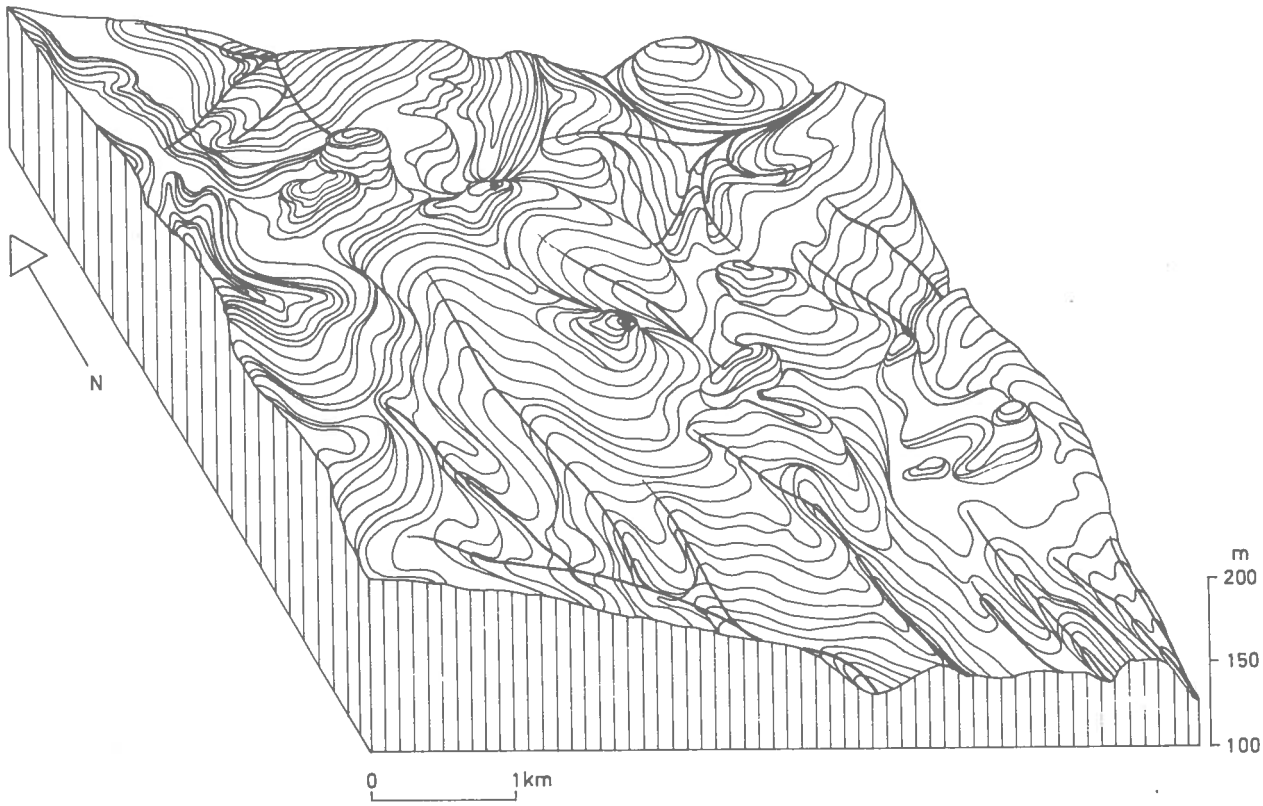


Fig. 7.24. Povoados do Monte Novo dos Albardeiros e do Marco dos Albardeiros: bloco diagrama.

escavações no povoado e divulgada uma notícia (Varela Gomes *et al.* , 1983) e o resumo de uma comunicação apresentada num encontro promovido pela UNIARQ (Gonçalves, org., 1983-84d).

A dois títulos é importante a discussão deste sítio, numa perspectiva mais alargada: a presença de uma estratigrafia, ainda que encarada com reservas (Gonçalves, org., 1983--84d: 146-149), e as gravuras de bovídeos e a possível representação de um carro.

Os estudiosos do santuário identificaram 10 rochas gravadas, parte de um total certamente muito mais extenso, uma das quais consideraram a «rocha central». Os motivos foram picotados em épocas diversas (há grafitos actuais, com antropónimos), mas não é difícil identificar os que nos interessam: (1) *covinhas* («fossettes»), inevitáveis em conjuntos «megalíticos», antas, menires isolados e cromlechs, mas presentes também em contextos indefinidos, nomeadamente em penedos e afloramentos; (2) *corniformes* («bucrânios»). As percentagens divulgadas pelos investigadores referidos podem ser resumidas assim:

covinhas: 693 (85.66% do conjunto)
bucrânios de cornos rectos: 15 (1.85%)
bucrânios de cornos encurvados: 5 (0.62%)
provável carro: 1 (0.12%)

Até ao presente momento, nada de complexo. Um povoado calcolítico é construído sobre uma área de recursos comum a outras implantações, com controlo do território assegurado. Nas rochas desse lugar, existem gravuras que me parece poderem testemunhar o fenómeno da Revolução dos Produtos Secundários ou, mais adequadamente, os reflexos do seu impacto a longa distância.

Porém, em intervenção posterior (Gonçalves, org., 1983-84d), foi repetidas vezes afirmada a anterioridade de algumas gravuras, nomeadamente dos corniformes e do provável carro, em relação ao povoado calcolítico e que a própria estrutura defensiva nele identificada teria sido construída com fragmentos de rocha arrancados ao santuário. Daqui seria deduzível o choque violento entre duas populações, um verdadeiro caso de agressão territorial. A utilização das rochas gravadas do santuário na construção da fortificação teria a ver não apenas com a ocupação violenta de um espaço mas com a destruição intencional de um *axis mundi*.

Dificilmente existirá na Pré-História de Portugal fenómeno de interpretação tão subjectiva como o das representações rupestres. A gruta do Escoural é justamente um belo exemplo, no que se refere ao Paleolítico, logo a seguir o Vale do Tejo, em Fratel, cuja rocha F-155 foi recentemente tema de um excelente estudo (Martinho Baptista, 1981), depois todo o universo «barroco» das gravuras galaico-portuguesas, estas últimas investigadas também por Martinho Baptista, e, finalmente, de novo o Escoural, desta vez o santuário exterior. Se acrescentarmos os trabalhos de Pinho Monteiro e Varela Gomes sobre os menires do Sul, teremos a percepção da extensa área em discussão. Se abordarmos a questão pelas suas diversas vertentes, perceberemos sem dificuldade a delicadeza do objecto: mentalidades (e ideologias) são bem mais frágeis que qualquer outro aspecto do universo da amostra arqueológica do mundo real.

Neste caso, duas observações podem ser feitas, na expectativa de desenvolvimentos posteriores. A primeira diz respeito à evolução local do povoamento. A segunda, ao significado intrínseco dos corniformes gravados.

Que a primeira ocupação do cabeço do Escoural seja da responsabilidade dos neolíticos «finais» e a segunda dos calcolíticos, ou que as duas ocupações representem fases em sequência, dentro do Calcolítico, tal não parece demasiado polémico, a avaliarmos pelos materiais arqueológicos que pudémos observar directamente. Nem sequer o eixo da questão. O verdadeiro eixo de um possível debate localiza-se evidentemente em torno à fórmula que poderia explicar a articulação desses dois momentos: continuidade ou ruptura. Ora ambos são possíveis. E não me parece com efeito de reter, salvo se novas provas forem aduzidas, o carácter definitivo da argumentação de Varela Gomes (Gonçalves, org.,1983--84d: 143). A continuidade ou a ruptura só podem ser encaradas com fundamentos estratigráficos e não pelo uso das pedras gravadas na construção da fortificação calcolítica: não são raros os casos de populações que ao construirem ou reforçarem, numa emergência, panos de muralha, recorrem ao que há ou está mais perto, casos de Conimbriga e de cidades medievais. Mas também de Santa Justa, em que dormentes, polidores e até mesmo moventes são integrados nos muros em reconstrução. Por outro lado, o monumento, ainda



Fig. 7.25. Santiago do Escoural: gravuras nas rochas do cabeço (segundo Gomes *et al.*, 1983).

em estudo, que localizei no Monte Novo dos Albardeiros é uma prova fundamental da continuidade de determinados espaços sagrados, continuidade que, ignorando as origens diversas e por vezes bem distintas e cronologicamente muito afastadas das populações, se mantem até e depois da implantação do cristianismo.

Em segundo lugar, e não discordando fundamentalmente das interpretações dos corniformes e do provável carro avançadas pelos autores que referi, considero-os, um pouco ao invés deles, não como documentos religiosos fundamentais, mas como traços do impacto das profundas transformações que a tracção animal, de bovídeos mais especificamente, veio trazer à economia e à sociedade. O reforçar das linhagens patrilineares, detectadas no Oriente como sequência do incremento do uso intenso e «mecanizado» dos solos agrícolas, tem a sua transposição em figurações sagradas em que o touro, tradicional símbolo de virilidade, assume novo e preponderante papel.

Não é impossível ler o santuário exterior do Escoural como a manifestação de novas ideias e de uma nova religiosidade, mas o problema da sua destruição «intencional», por mais sedutor que pareça, deverá ser encarado com redobrada prudência.

Fica-nos, de qualquer forma, uma imagem a reter e um aviso a tomar em conta: a da densidade dos fenómenos que se desenrolam no 3.º milénio e a urgência de repensar os tradicionais ângulos de aproximação ao que, redutoramente, se tem chamado o Calcolítico «pré-campaniforme».

7.4. PARA ORIENTE, NA PENÍNSULA, OS CASOS DE LOS MILLARES, EL BARRANQUETE E LOS CASTILLEJOS DE MONTEFRÍO

7.4.1. *Nota prévia*

As opções em análise comparativa de sítios peninsulares limitam-se tradicionalmente ao seu conteúdo artefactual e, por vezes, a paralelismos estabelecidos para as estruturas domésticas, habitacionais ou defensivas. Se em 7.3. só foi possível estabelecer leituras a partir de análises directas, para Oriente da foz do Guadiana existe como quase única fonte o estudo de Gilman e Thornes (1985) *Land use and Prehistory in South-East Spain*. Ora deve ser dito que, sendo este um bom trabalho, estamos longe de o poder considerar um estudo exemplar. Mas o seu mais evidente erro de estrutura e método, o excesso de análise territorial não corrigida por dados arqueológicos, não afecta a sua utilidade como excelente fonte de dados tratados. Não podemos usar essa informação em bloco, considerada a evidente assincronia de alguns dos sítios referenciados, mas é sem dúvida o primeiro estudo que se apoia na análise dos recursos de uma vasta região, constituindo assim um novo e estimulante olhar.

Dos sítios calcolíticos do Sul peninsular, escolheram-se alguns, de acordo com critérios específicos: (1) o que apresenta maior afinidade com os padrões de ocupação calcolítica do Alto Algarve Oriental (Los Millares); (2) o que forneceu uma associação povoado/território aparentemente similar ao Monte Novo dos Albardeiros (El Barranquete); (3) o que, através de uma excelente escavação e de uma relativamente vasta estratigrafia, pode fornecer dados comparativos de maior utilidade (Los Castillejos de Montefrío).

A escolha é, naturalmente, subjectiva e meramente ilustrativa. El Malagón e mesmo o Cerro de la Virgen justificariam referência, se tal não se me afigurasse repetitivo. Os três povoados seleccionados são, por si sós, excelentes exemplos para o que pretendo demonstrar (e os excluídos não o contrariam). Em contraste com as dimensões reduzidas dos povoados do Alto Algarve Oriental, Los Millares apresenta-se como uma maciça introdução humana na paisagem. O segredo das suas dimensões não deve apenas procurar-se num desenvolvimento local, no entanto indiscutível e bem patente na expansão traduzida pela segunda linha de muralhas, mas nas próprias dimensões do grupo original. A existência de um sofisticado dispositivo complementar de protecção, constituído por fortins soberba-

mente concebidos, mostra bem o carácter exógeno destas populações e a existência de um clima de insegurança na região. Demonstra igualmente, a nível de apropriação dos recursos, uma sociedade fortemente hierarquizada, cuja complexidade exige, no mínimo, uma concepção embrionária do estado. A relação população/recursos, e a administração destes últimos, coincide aqui com uma nítida gestão do espaço, patente na implantação do centro físico do povoamento e na distribuição das áreas de defesa principais e complementares.

A necrópole seria escavada por Flores, capataz dos irmãos Siret, e por Almagro e Arribas, posteriormente. Nos últimos anos foi objecto de novas investigações, conduzidas por Fernando Molina, da Universidade de Granada. Pela extensão do sítio, dos problemas que levanta e do seu interesse a outro nível, abordado em 8.1.2., dedicar-lhe-emos compreensivelmente maior espaço.

7.4.2. *Los Millares*

O povoado e a necrópole de Los Millares situam-se no município de Santa Fé de Mondújar (Almeria), sobre uma área amesetada que se ergue a 50 m. sobre o rio Andarax, num ponto de cota 250 m.

A implantação do sítio conta com defesas naturais importantes, para além das estruturas que viriam a ser construídas durante o Calcolítico. Assim, a N e a SE, o Andarax e a Rambla de Huéchar constituem frentes de protecção, completadas a E e a SE pelos declives mais ou menos abruptos que terminam na Rambla, a S pelo Barranco de la Venta e a W e a NW pelo Barranco de Pantaléon. Nas colinas vizinhas, uma série de pequenos fortins protegiam o acesso à área habitável, com mais de 2 hectares, defendida no imediato por três linhas de muralhas. Torres ocas semi-circulares, algumas de planta rectangular, uma oval, integravam a segunda muralha que se desenvolve ao longo de cerca de 310 metros.

A muralha interior apresenta grande complexidade, certamente devida às reconstruções sucessivas. Inclui torres circulares em vez das semi-circulares da primeira linha.

A extensa e impressionante necrópole (mais de 100 monumentos) está praticamente anexa ao povoado, em várias direcções, e um monumento, o I de Almagro e Arribas, está dentro do espaço defendido pela segunda linha de muralhas, pelo que lhe é habitualmente atribuida a maior antiguidade do conjunto funerário, o que não parece indiscutível.

Siret nunca dedicou um trabalho de fundo à necrópole e ao povoado escavados pelo seu capataz Pedro Flores, mas, com base nos desenhos e plantas que este lhe forneceu, divulgou alguns comentários, concentrados particularmente na necrópole (Siret, 1893, 1906-7, 1913). O espólio e os monumentos foram alvo de extensa memória integrada em trabalho conhecido (Leisner e Leisner, 1943) não constituindo, porém, resultado de novas escavações, mas dos elementos que Siret colocou à disposição dos dois alemães.

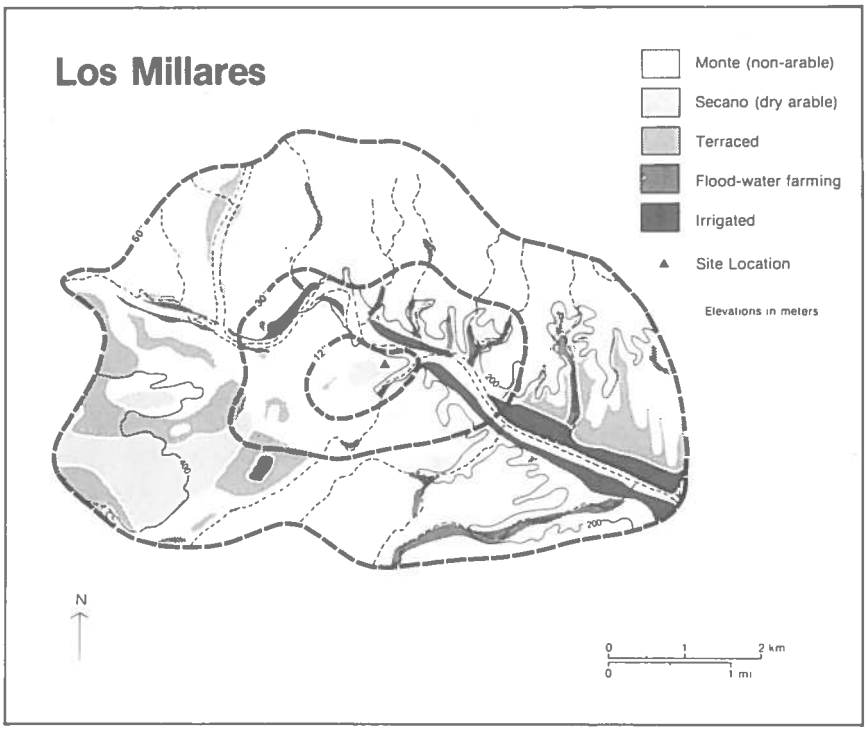
Uma primeira grande tentativa de reanalisar o sítio é empreendida posteriormente (Almagro e Arribas, 1963), não sendo poupadas censuras à ligeireza com que os autores do grande *corpus* sobre o megalitismo ibérico teriam tratado informações no entanto precisas.

Almagro e Arribas recuperam de forma crítica monumentos e espólio das primeiras escavações, reescavando *tholoi* e redescrevendo alguns artefactos. Independentemente de outras considerações, que serão explicitadas em 8.1.2., há que reconhecer o esforço e as consequências, uma monografia de grande impacto junto de um auditório científico que, na maioria, lamentava a inexistência de uma indispensável tradução dos *Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*.

Recentemente, a Universidade de Granada recomeçou trabalhos, estando já disponíveis textos e plantas que obrigam a uma considerável reapreciação dos dados até agora disponíveis (entre outros, Arribas *et al.*, 1979, 1981, 1983).

Los Millares representa, pois, uma complexa situação, uma sociedade organizada e numerosa. Quais os recursos de que dispunha?

Se aceitarmos um modelo avançado recentemente, não houve nesta região mudanças «catastróficas» desde o Calcolítico até aos nossos dias (Gilman e Thornes, 1985: 115). A



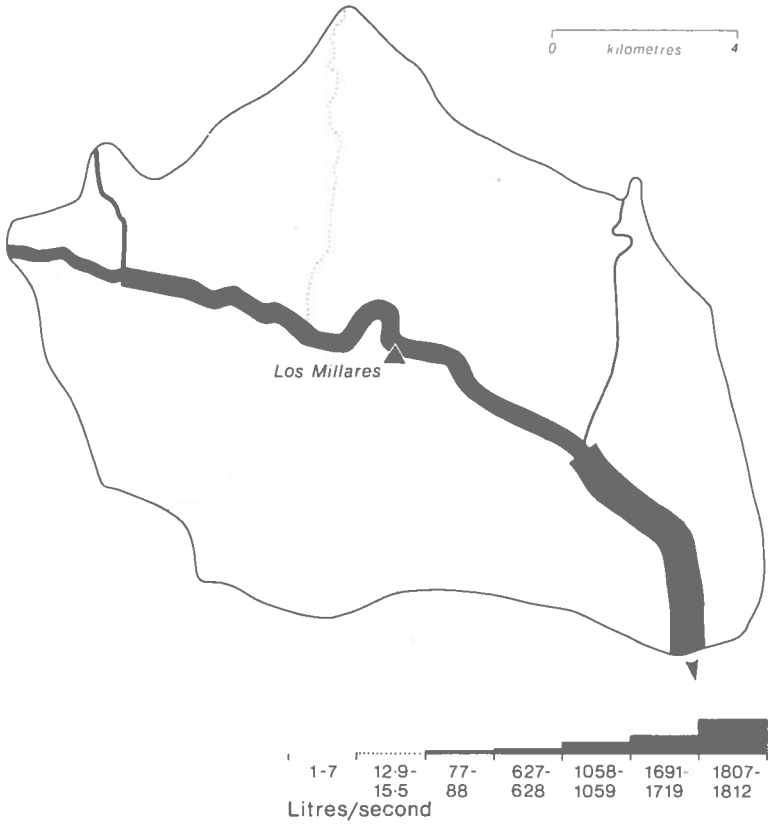


Fig. 7.26. e 7.27. Los Millares: potencial uso dos solos do território de 1 hectare e regime hídrico do de 2 hectares (segundo Gilman e Thornes, 1985: 118 e 116).

informação sobre o clima e o actual estado dos solos será desta forma generalizável para o período de uso de Los Millares: escassa pluviosidade, clima árido,

A implantação do sítio nesta área específica depende de uma lógica perdida, mas Gilman e Thornes avançam uma hipótese explicativa para o seu suporte económico. Tratar-se-ia de aproveitar as possibilidades de irrigação fornecidas pelo rio Andarax (ver Figs. 7.26. e 7.27.) e a exploração agrícola através do sistema do *regadío*. Na área de recursos definida por 30 min. de marcha, as terras de regadio representam, no entanto e apenas, 9% da superfície e na área entre 30 min. e 2 h., 5%. E a extensão do sítio, a sua implantação e a área de recursos poderiam justificar a afirmação de que «At the largest Copper Age site in south-east Spain (and indeed western Europe), the irrigation hypothesis is clearly confirmed.» (Gilman e Thornes, 1985: 118).

Encontradas aparentemente as razões da existência e pujança económica de Los Millares, escapou aos dois estudiosos americanos um ponto de alguma relevância, algo que tem a ver não com a vida económica de uma comunidade instalada, mas com as razões pelas quais ela escolhe um dado lugar. E também a explicação para não encontrarmos sítios com estas dimensões e prosperidade em terras bem mais adequadas às práticas agrícolas.

O problema da *razão de ser* de Los Millares não pode, portanto, colocar-se apenas no exercício das práticas do regadio, mas terá também de ser equacionado em função do espaço «cultural» e das suas relações com uma rede de povoamento. Nesta linha, só os trabalhos da Universidade de Granada sobre a região poderão fornecer respostas e explicações plausíveis. De qualquer forma, um ponto parece certo e de avançar: a extensão do povoado (e a riqueza da necrópole), traduzindo certamente um número elevado de habitantes, exige uma área de recursos muito superior à de um povoado convencional e, muito provavelmente, a existência de um esquema de transportes que possibilitassem o aproveitamento de solos afastados do ponto central. Mais do que o seu teórico *site-catchment* poderia sugerir, a leitura de Los Millares deveria ser feita a partir da natureza e volume da evidência arqueológica.

7.4.3. *El Barranquete*

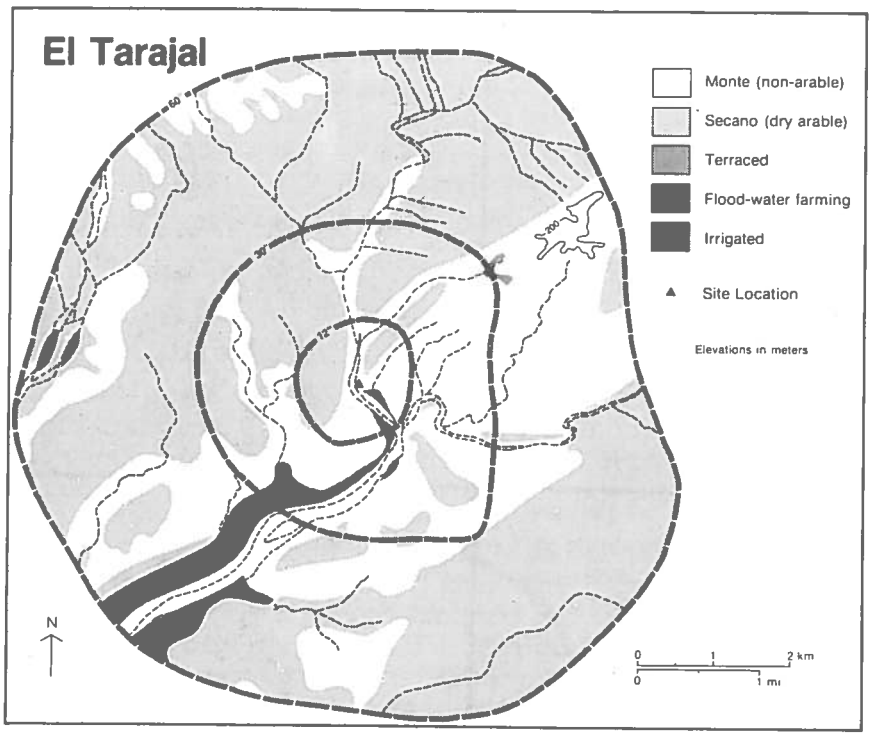
O povoado e necrópole de El Barranquete situa-se perto da povoação actual que lhe deu o nome, na margem esquerda da Rambla de Morales, sítio de Los Marines, município de Níjar, província de Almería.

O lugar escolhido foi um pequeno planalto, de baixa altitude (40 m.), protegido na sua face a Este pela Rambla de Morales e nas faces N e S por pequenos barrancos.

Descoberto acidentalmente por um arqueólogo suíço, em 1968, foi objecto de uma curta escavação por Fernandez Miranda (num dos *tholoi*) e de diversas campanhas por Maria Josefa Almagro Gorbea. A monografia do sítio (Almagro Gorbea, 1973) está ilustrada com documentação tão abundante como deficiente em qualidade e o texto, marcado por descrições rotineiras e incompletas, exsuda um orientalismo exarcebado e quase obsessivo, a que se fará referência em 8.1.2.

O povoado estaria muito destruído, mas aparecia claramente associado aos 11 *tholoi* escavados (Almagro Gorbea, 1973, 1976, 1977). Não se identificaram estruturas defensivas nem habitacionais, mas apenas silos: (1) grosseiros e pouco profundos, C-D; (2) geminados, E-F; (3) de «razoável capacidade», G-H, com cerca de 2 m. de altura. A análise dos artefactos provenientes tanto da necrópole como do povoado resulta numa sensação de grande homogeneidade, se exceptuarmos algumas deposições funerárias claramente posteriores à construção dos monumentos, argáricas, e uma intrusão campaniforme. É, no entanto, escasso para o povoado: lâminas retocadas, um movente, abundante cerâmica e alguns patelídeos.

A observação da cerâmica permite a constatação da relativa frequência dos recipientes providos de mamilos proeminentes, estreitos e levantados, largos com e sem perfurações verticais duplas, verticais espessos, verticais com largas perfurações horizontais (que quase os transformam em asas) verticais espessos e com duplas perfurações horizontais. Particularmente notada a ausência de pratos, típicos do Calcolítico peninsular, como sabemos.



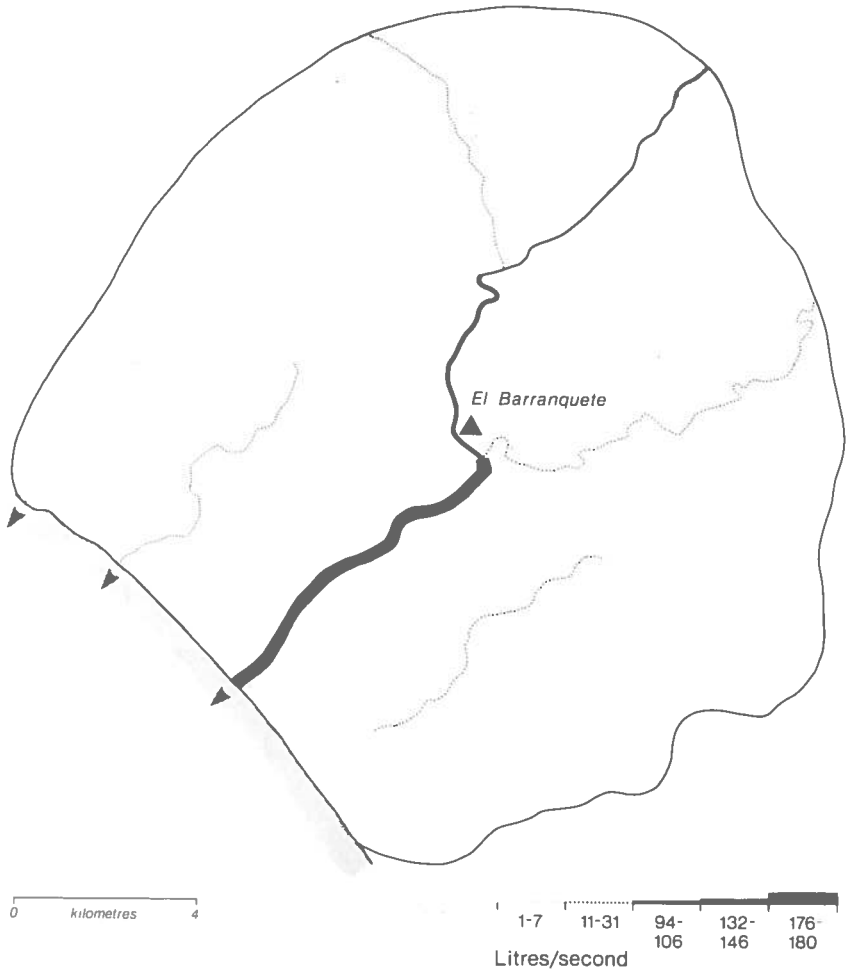


Fig. 7.28. e 7.29. El Barranquete: potencial uso dos solos do território de 1 hectare e regime hídrico do de 2 hectares (segundo Gilman e Thornes, 1985: 122 e 121).

O conjunto da informação disponível justifica algumas reflexões.

Em primeiro lugar, a impressão geral é de contraste. Contraste entre (1) arquitecturas cuidadosamente executadas (se esquecermos o monumento 10), com refinamentos que incluem áreas de deposição anexas às principais (nichos); soberba execução de corredores compartimentados, provavelmente de forma simbólica, em três tramos, e (2) espólios escassos, «pobres», onde predomina a cerâmica, mas escasseiam de forma impressiva tanto os artefactos líticos «ligeiros» como os «pesados». Não se conhecem casos de tal escassez, inexistente em Los Millares e, de forma geral, nos monumentos do Sul peninsular. Teria sido importante escavar o povoado, para esclarecer esta e outras questões, mas a sua transformação num tomatal inviabilizou de vez qualquer tentativa de obtenção de elementos complementares. Por outro lado, como noutro lugar escrevi (Gonçalves, 1972: 330-331), não é da contracção do espólio votivo que se pode deduzir a escassez ou a simplicidade dos símbolos e há ritos bem mais densos que os magros vestígios que produzem.

O problema da área de recursos de El Barranquete é levantado pela proximidade da área precocemente desertificada de Níjar mas Gilman e Thornes não hesitam em considerar o sítio como mais um exemplo para o seu modelo baseado no regadio. A importância do gado, importância altamente polémica, aliás, neste caso específico, leva-os mesmo a considerar que, e evocando o modelo de Sherratt, esta fonte de produtos secundários «...can only be understood as part of an intensive agriculture, for which the site's location is well suited.» (1985: 122).

As Figs. 7.28. e 7.29. ilustram a área de recursos, reconstruída a partir da «mancha de marcha» (Gilman e Thornes, 1985).

Na mancha territorial dos 30 min., a percentagem de regadio provável é de 4.7% e, para além dos 30 min., de 1.5%. Contrariamente, os campos de sequeiro têm uma correspondência nas duas zonas de 44 e 66% (*ibidem*: 120).

7.4.4. *Los Castillejos de Montefrío*

Publicado monograficamente, no que se refere particularmente às escavações de 1971 e ao Corte 1 (Arribas e Molina, 1979), e com os materiais de antigas campanhas também já divulgados (Moreno Onorato, 1982), foi igualmente objecto de textos curtos ou análises específicas (Arribas e Molina, 1977, Gilman e Thornes, 1985: 153-156). Anteriormente tinham sido avançados estudos de âmbito restrito por Mergelina e Tarradell (entre 1942 e 1952). A vizinha necrópole megalítica da Las Peñas de los Gitanos fora, por sua vez, publicada pelos Leisner (1943: 169-173) e por Mergelina, em 1946.

Com uma altitude de 1000 m., foi um lugar de povoamento escolhido por diversas civilizações. Continuamente habitado desde o Neolítico «final» à Idade do Bronze, haverá também que referir uma importante muralha ibérica e um povoado ibero-romano.

A sequência estratigráfica mostra-nos, evidentemente, o significado desta excelente posição estratégica e os territórios e áreas de recursos recobriram-se ao longo dos tempos.

No que mais particularmente nos interessa, pelo âmbito deste trabalho, o Corte 1 da escavação Arribas/Molina de 1971 reveste particular interesse. A estratigrafia obtida inclui um nível superficial e outros seis, subdividido o primeiro destes em três camadas, o quarto em duas, o quinto em três e o sexto com três manchas de presença detectadas. A potência máxima desta sequência atingiu os 4.4 m., o que é tão importante como invulgar neste tipo de sítios.

Começando no Neolítico e prolongando-se até ao «Cobre final», a sequência estratigráfica de Los Castillejos de Montefrío permitiu o estabelecimento de 4 fases. A primeira, do Neolitico tardio, teria antecedentes locais prováveis no Neolítico médio. A segunda, compreenderia o Neolítico «final». A terceira, o Calcolitico antigo e médio. A quarta, o Calcolítico tardio e final.

A existência destas fases permite-nos logicamente concluir que a primeira ocupação do sítio seguiu uma lógica de implantação que manteve interesse em épocas subsequentes. Tal reveste particular significado se tivermos presente que a ocupação deste sítio, de acordo com o quadro cronológico proposto, cobriria cerca de 1500 anos (Arribas e Molina, 1979: 125).

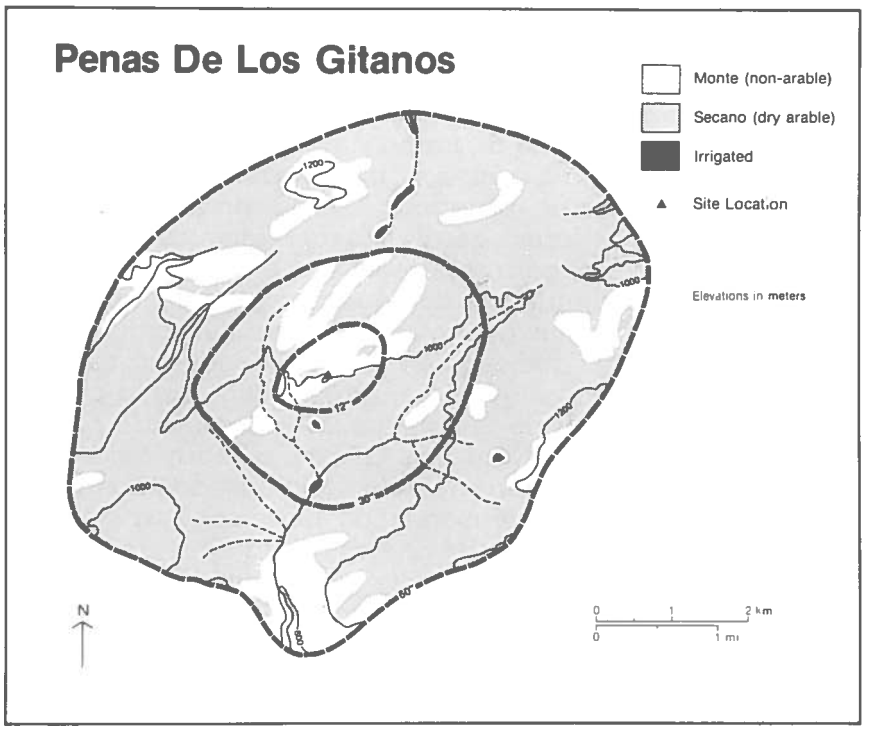




Fig. 7.30. e 7.31. Los Castillejos de Montefrío: potencial uso dos solos do território de 1 hectare e regime hídrico do de 2 hectares (segundo Gilman e Thornes, 1985: 155 e 154).

Apesar da escavação ter decorrido numa área muito restrita, é possível, pela quantidade e natureza do espólio, extrapolar. O estrato 4b integrado na fase considerada já «tardia» reune artefactos que não estão longe dos recolhidos na Serra Algarvia se bem que não deixe de surpreender a ocorrência, em certos níveis, de artefactos que aparentemente se situariam em contextos mais antigos. Não deixa também de ser curioso referir que os pesos de tear em forma de linguiça, ainda que muito mais espessos que os recolhidos nos povoados do Alto Algarve Oriental, surgem aqui em níveis que os autores consideram bastante evoluídos dentro do Calcolítico.

A escolha tão precoce de um lugar com estas características de implantação faz pensar em situações crónicas de agitação e perigo, aqui bem anteriores ao aparecimento das fortificações calcolíticas. O grau de risco provável que conduz à fixação dos grupos humanos em áreas desfavoráveis não pode ser negligenciado e parece estar presente ao longo de uma extensa diacronia.

Gilman e Thornes, ao estabelecerem as percentagens dos tipos de terra disponíveis, registaram números completamente diversos dos outros dois casos que referimos. Com efeito, a área de regadio varia entre os 0.2 e os 0.8% contra 64% de sequeiro no território de 30 min. (Figs. 7.30. e 7.31.).

7.4.5. *O modelo do* regadio *(«the irrigation hypothesis»)*

Talvez o essencial da contribuição de Gilman e Thornes resida também na demonstração indirecta da insuficiência dos métodos tradicionais para construir modelos adequados. Demonstrando os perigos e as armadilhas do «fixismo» conservador ou da «dinâmica» marxista: as posições tradicionais dificilmente sobrevivem a uma releitura das estruturas.

De qualquer forma, a evidência defendida por aqueles autores como dominante resume-se objectivamente às actividades agrícolas intensas do Sudeste, implicando irrigação sistemática. A montagem e manutenção de sistemas irrigatórios tem, como o Próximo e Médio Oriente largamente provaram, forte impacto na estruturas das sociedades e é claramente uma das situações concretas em que o estado ou formações embrionárias de estado acabam por emergir. Para além de definirem eventualmente novos estatutos sociais e criarem condições específicas de confronto entre comunidades.

É a lógica desta última observação que conduz à recuperação do pertinente comentário de Cowgill: «More wealth means that a society (or at least its elite) has more to gain from conquering rich neighbors...; however it also means that a society's own wealth is conveted by neighbors...»(Cowgill, 1975: 517, citado por Gilman e Thornes, 1985: 188). Uma explicação possível (mas polémica, como veremos, e com alternativas) para as fortificações calcolíticas.

Basicamente, no mundo do Sudeste, para cujo *outro* conhecimento o modelo Gilman/Thornes é hoje indispensável, as sociedades neolíticas locais encetam uma longa evolução nos processos de apropriação da terra, que se consolida com o Calcolítico e, aparentemente, prossegue no Bronze argárico.

Nesta perspectiva, o cobre é de importância secundária no que à compreensão do povoamento diz respeito, um luxo para uma elite, e se a sua detenção pode traduzir prestígio e poder, o seu impacto não é suficiente para promover uma determinada elite a grupo social.

Ainda que temperável por outros comentários (e veremos em 7.5.3. porque se discorda parcialmente desta asserção) esta proposta representa sem dúvida uma das perspectivas mais inovadoras dos anos 80 a este respeito, sendo porém oportuno recordar que, nascendo de um contexto norte-americano, ela deriva realmente dos trabalhos de campo de Higgs, Vita-Finzi e Jarman (que estruturam o modelo geral de aproximação) e dos notáveis ensaios de Sherratt, de cujo modelo são, efectivamente, uma aplicação discreta.

7.5. QUE ESTRATÉGIAS DE POVOAMENTO?

7.5.1. *O alcance e as limitações da análise territorial*

Na útil síntese de Donna Roper, e para além da legibilidade que as sinopses sempre garantem a um público vasto, contribuindo para incrementar a difusão, incentivar o debate e eventual uso de novas teorias e métodos, uma passagem evidencia a *loss of inocence* de que falava Clarke: «It is now an infamous fact that archaeologists are prone to borrow methods rather than develop their own. Yet it has also been pointed out by a number of authors that the tendency to do so ignores archaeology's greatest asset — the time depth unavailable to most other social scientists — and it ignores the possibility that the presently known range of cultural expressions does not represent a full range of all societies that ever existed. The development of site catchment, althought it draws on ethnography and geography, has been developed with the consideration of the potentials of the archaeological record. It is to be hoped that the needed development and refinement of the method will occur.» (1979: 136).

Sabemos que o peso excessivo dos artefactos e da análise artefactual conduziu também a um refinamento de métodos no sentido de clarificar a nossa visão classificatória do segmento arqueológico do mundo real. Ainda antes da conhecida definição do «Clarke azul» (Clarke, 1968: 665), a noção empírica de *artefacto* e a listagem compreensiva dos seus atributos ocupara investigadores de renome, dos dois Bordes a Laplace. O movimento continua, ainda que em ritmo mais moderado, e é significativa a tradução promovida pelos B.A.R. do texto de Leo Klejn (1982). Contudo, a insuficiência da análise artefactual foi desde cedo percebida e se a explosão das «Arqueologias» dos anos 80 (Etnoarqueologia, Arqueologia Demográfica, Arqueologia Social...) traduz, em parte, essa inquietação, outros factores devem ser referidos. Entre eles, a notável contribuição da escola inglesa de «agricultura antiga», polarizando autores como Higgs, Jarman e Vita-Finzi ou os excelentes ensaios de Sherratt (1972, 1973, 1976, 1980, 1981, 1982, 1987), por exemplo . No campo das alterações de perspectiva, problemas praticamente desconhecidos começaram a ser debatidos, como o da crise de alimentação (Cohen, 1977), o da população, objecto de incisivos ensaios de Ester Boserup (1965 e 1981). E, claro, a primeira severa contestação das leituras exclusivamente tipológicas que serviam de maior suporte ao difusionismo a longa distância, permitida pela segunda revolução do carbono 14 (Renfrew, 1973, 1976).

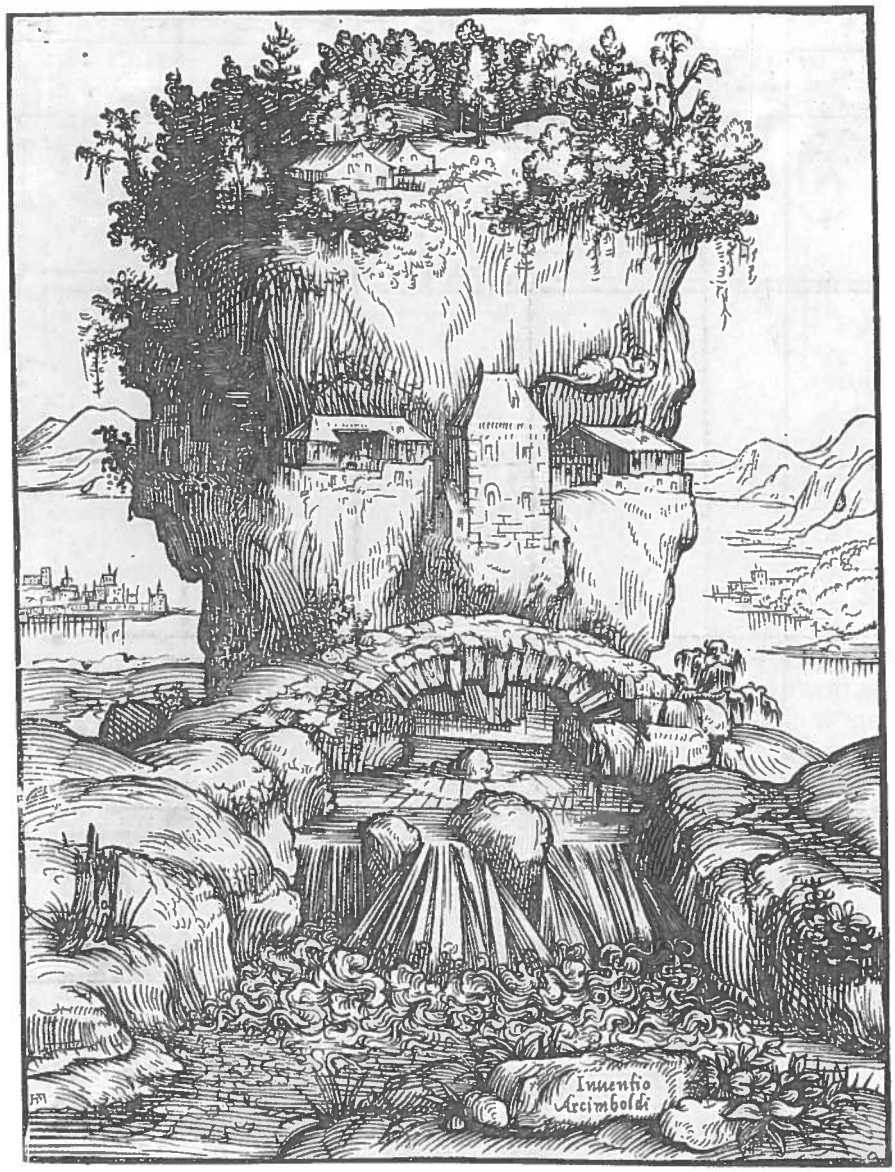
Estamos, portanto, perante um radical alargamento das perspectivas tradicionais de análise, indiscutivelmente devido à introdução de métodos «exactos», provenientes das ciências naturais e físicas. A contribuição da geografia é maior do que se a resumirmos à aplicação da teoria do lugar central ou aos polígonos de Thiessen, aos círculos territoriais ou às manchas de marcha, traduzindo a acessibilidade dos componentes da área de recursos teórica. A imagem de uma comunidade *no* espaço, espaço antropizado, mas funcionando como contentor real de um grupo delimitado (a ele circunscrito pelas tecnologias de que dispõe) sobressai particularmente de análises ensaiadas a partir de 1970 e do já clássico estudo de E. S. Higgs e Claudio Vita-Finzi sobre a economia pré-histórica do Monte Carmelo (1970).

E ao discutirmos brevemente o alcance e as limitações da análise territorial, ocorre-me a conhecida frase de Wheeler: «Não há uma maneira certa de escavar, mas há muitas erradas.» (Vita-Finzi, 1978: 161). Em análise territorial, creio, a situação é a mesma.

Se existem referências ao espaço do Homem antes de meados do nosso século, esse espaço não é, em si, objecto de pesquisa.

Uma nova aproximação lançou definitivamente o problema, partindo de suportes «etnográfico-geográficos». Antes da publicação dos textos de Vita-Finzi e Higgs, sabia-se já que os recolectores bosquímanes se não afastavam em geral mais de 10 km. dos seus acampamentos (Lee, 1969: 61) e que as comunidades de agricultores tinham um raio de acção consideravelmente menor (Chisholm, 1968: 13).

Três autores, entre outros, acentuaram uma percepção fundamental, a da importância e hierarquização dos recursos. Em 1968, Clarke escreve: «...the location of every living site, hunting site, fishing site, or military site is a vector integrating a few major factors and myriad minor factors (...) an analysis of the contents and distribution of particular sites should reveal



Mi Formò in monte & mi ritraſſe in Carte,
Natura à caſo l'Arcimboldo ad arte.

Fig. 7.32. Uma leitura intuitiva do entrosamento Homem/Natureza?
Gravura sobre madeira de Hans Meyer, na linha de Arcimboldo (Ashmolean Museum of Art and Archaeology, Oxford).

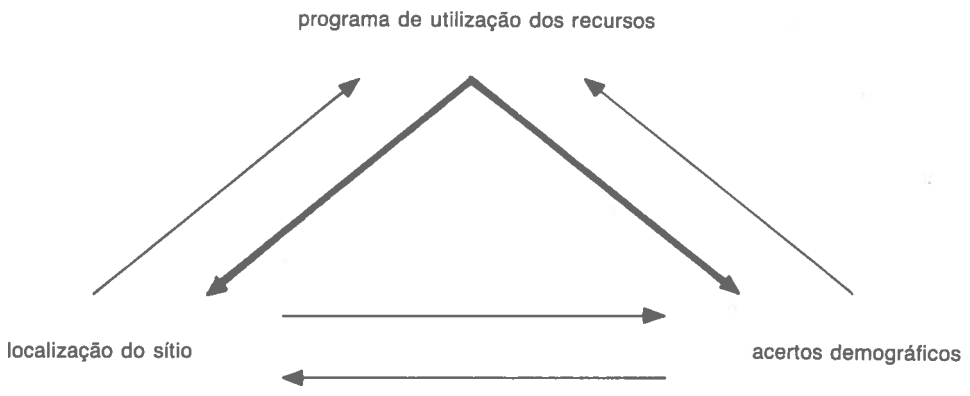


Fig. 7.33. Correlações de subsistemas. Segundo Jochim, 1976: 13.

the major factors influencing the location strategy and thus enable a formulation of a set of possible sites from which this few where selected...» (504). E, adiante, «In an ideal situation a settlement is likely to develop a roughly circular field or territory surrounding and protecting its site.» (506), seguindo-se uma recensão da teoria de von Thünen e da aplicação usada por Christaller e Lösh para os polígonos de Thiessen.

Oito anos depois, tanto os espaços de recolectores como os de agricultores eram objecto de estudos significativos. Michael Jochim apresentava um modelo preditivo para caçadores e recolectores, sistematizando com rigor o foco da sua pesquisa.

Isola três questões maiores: (1) programa de utilização dos recursos; (2) localização dos sítios; (3) acertos demográficos. Define cinco problemas principais: (1) *que* recursos devem ser usados; (2) *quanto* de cada recurso deve ser usado; (3) *quando* deve cada recurso ser usado; (4) *onde* devem ser procurados os recursos; (5) *quantos* indivíduos podem e devem procurar os recursos (Jochim, 1976: 11). Para Jochim, os três subsistemas de uso dos recursos, localização do sítio e acerto demográfico estruturam-se do modo explícito na Fig. 7.33..

Uma outra abordagem, editada no mesmo ano, tem como objecto a antiga aldeia mesoamericana (Flannery, ed., 1976) e nela estudos de Rossmann sobre San Lorenzo, Vera Cruz; Flannery sobre Oaxaca e Tehuacán; Zarky sobre Ocós ou de Plog sobre o mecanismo das interacções, permitiam reposicionar problemas numa perspectiva tanto teórica como prática. As contribuições de Higgs, Jarman e Vita-Finzi mantém-se, no entanto, na trama da questão e estruturam o seu esqueleto de forma mais ou menos visível.

Começaria por referir o significado meramente teórico das duas principais aproximações ao território (*territory*) e à área de recursos (*catchment*). Na verdade, quer se use o modelo teórico de Lee e Chisholm, que estabelece áreas circulares baseadas num afastamento máximo do centro físico de povoamento (5 km. para agricultores, 10 km. para recolectores), quer o modelo que define afastamentos baseados em marcha a pé (1 hora para agricultores, 2 horas para recolectores) há demasiados factores que ficam de fora. A presença/ausência do burro, do cavalo, dos bovídeos, do carro, do barco, presenças ou ausências insuficientemente verificadas ou mesmo perdidas para o registo arqueológico, não podem assim ser contabilizadas, sendo, no entanto, indiscutível a sua influência em alterações radicais na definição da área de recursos de um sítio, seja qual for o modelo que escolhermos.

Considero, ao invés de Roper (1979: 124), a noção de *área de recursos* como um dispositivo analítico e o *território* uma unidade de comportamento, para cuja definição se deve-

riam mobilizar elementos múltiplos, numa perspectiva de comparação sistemática. A própria carga original da expressão *território*, remete-nos a um universo comportamental, etológico, bem conhecido para os animais, até mesmo para os primatas não humanos, mas de difícil recuperação para os homens pré-históricos: demasiados factores subjectivos intervém no processo para que uma qualquer aproximação possa passar sem eles. Que são, por natureza, irrecuperáveis pelo registo arqueológico.

Neste complexo processo, em que existem demasiados dados truncados ou omitidos, três factores de correcção permanecem como condição prévia: (1) o conhecimento arqueológico dos sítios; (2) a rigorosa definição dos seus parâmetros cronológicos, produzindo uma imagem sincrónica e diacrónica clara; (3) a determinação das tecnologias disponíveis para o aproveitamento adequado dos recursos.

Neste trabalho, ative-me, como se viu, a estes três pontos e hesitei em aceitar a via que outros colegas parecem preferir, possivelmente com excelentes razões. E se acabei por escolher de outra forma foi talvez por, defronte a duas abstracções, ter tido presente a rasoura de Occam. Com efeito, preferi considerar os recursos disponíveis para comunidades agro-metalúrgicas numa área teoricamente definida como *possível de uso*, em círculos de 5 km. de raio. Pareceu-me uma falsa precisão recorrer ao critério da hora de marcha, quando desconhecemos quem a fazia. As mulheres, os velhos, os adolescentes, os homens adultos, trabalham eventualmente associados, mas as áreas em que os vemos nem sempre ou raramente são as mesmas. Nas primitivas sociedades agrícolas, o tipo de trabalho e o lugar onde decorre, e quem o pratica, dependem de factores específicos, como seja a divisão sexual e etária, em função da proximidade do povoado e da facilidade dos acessos, o que pode acarretar retracções do espaço utilizável impossíveis de avaliar. Houve quem lembrasse, em sentido contrário, o caso de comunidades esquimós que, aguilhoadas por um mau ano de caça, triplicam o seu raio de acção (Gallay, 1986b: 263).

Não me ocorre sequer generalizar e esta opção está longe de ser rígida: noutros contextos, outras serão as escolhas.

A inestimável contribuição da análise territorial assenta presentemente (até reconstruções rigorosas dos solos pré-históricos, da fauna e da flora serem possíveis *em todos os casos*) num novo olhar sobre os sítios e não numa minuciosa determinação de quantos passos daria quem se afastasse do centro físico do território para o amanho das terras.

Sem escavações e um conhecimento, ainda que genérico, do conteúdo dos sítios, não é possível extrair da análise territorial todas as suas possibilidades. Sem reconstruir a paisagem e conhecer as tecnologias disponíveis, é preferível um *geral mais geral* que um *geral mais específico*. Mesmo que este nos forneça uma (confortável, mas falsa) imagem de rigor científico.

7.5.2. *Tecnologias, solos e territórios: a variabilidade funcional dos recursos*

Vita-Finzi e Higgs (1970: 30) reconheceram oportunamente a necessidade de classificar a importância dos solos integrados numa área de recursos em função do seu afastamento do ponto central. É assim proposta uma leitura corrigida da área de recursos, sendo valorizados em 100% os solos num raio até 1 km. do centro físico do povoamento, em 50% os compreendidos entre 1 e 2 km., em 33% entre 2 e 3 km., em 25% entre 3 e 4 km. e 20% os que se distribuiam entre 4 e 5 km.

Observando as capacidades de uso dos solos das áreas prováveis de recursos dos três povoados do Alto Algarve Oriental, verificaríamos que: (1) no caso de Corte João Marques, a uniformidade dos solos de tipo E só é quebrada, na faixa circular entre os 4 e os 5 km., por uma mancha de tipo D e uma estreita língua de tipo A; (2) nas Mestras, a excepção aos solos de tipo E encontra-se entre os 3 e os 5 km. e é exactamente aquela que se referiu para a última faixa de Corte João Marques; (3) em Santa Justa, a presença largamente maioritária do tipo E é salpicada por manchas de tipo C, entre os 1 e 5 km.; entre os 3 e os 5 km. estão disponíveis pequenas ilhotas de tipo D.

Que hierarquia para os recursos? Uma só ou várias, segundo as tecnologias disponíveis?

A presença a muito curta distância de água, de escoamento contínuo ou sazonal (ou ainda acessível através de poços e nascentes), parece ser a constante verificada para todos os povoados da Serra, para Alcalar, Vidigueira e Monte Novo dos Albardeiros.

No caso da Serra, essa água não é apenas recurso de abastecimento, funcionando também como complemento da defesa natural (e artificial) dos sítios.

Em S. Lourenço e na Sala nº 1, os dois pequenos, mas caudalosos, afluentes locais do Guadiana determinam territórios de forma peculiar. Espartilhados pelas barreiras naturais, os povoados devem ter desenvolvido áreas de recursos alongadas, quase a estabelecer fronteira com a de outro extenso povoado, a Mangancha na sua fase calcolítica.

Os solos representam um factor completamente distinto na Serra e de sítio para sítio, fora dela.

Indiscutível, no entanto, um facto: não é a potencialidade agrícola dos solos que determina a fixação das populações no Alto Algarve Oriental. Mas é altamente provável que seja ela a condicionar as dimensões do povoamento. O número reduzido dos habitantes de cada povoado, contrasta com a situação detectada em Porto Torrão, na Sala nº 1 ou na Mangancha, por exemplo.

No Centro/Sul de Portugal, não temos provas de uma agricultura intensiva anterior ao Calcolítico. Mas Corte João Marques, Mestras e Santa Justa revelaram centenas de componentes de mós, dormentes e moventes, ilustrando uma economia fortemente baseada na terra. E se assim é, o único factor que poderia explicar o assentamento destas comunidades nestes lugares específicos, aparentemente tão pouco adequados às práticas que dominam, poderia ser a procura e tratamento do metal. Como novos ocupantes de um espaço vasto, como portadores de novas tecnologias, pouco provável é que evoluíssem localmente a partir de economias de pastores semi-nómadas «megalíticos». São efectivamente exploradores de um novo espectro de possibilidades, dimensionados populacionalmente ao programa de apropriação dos recursos existentes.

A análise da parafernália calcolítica da Serra não é particularmente reveladora das tecnologias agrícolas disponíveis na época. Machados, enxós e sachos são, ao contrário de Vila Nova de S. Pedro, por exemplo, escassos no primeiro caso, raros no segundo e inexistentes no terceiro. Isto no Alto Algarve Oriental, porque na Vidigueira a situação é radicalmente diversa.

O uso de machados, enxós e sachos tem directamente a ver com recursos e com a sua acessibilidade. As centenas de machados recolhidos em Vila Nova de S. Pedro testemunham as intensas tarefas de desflorestação, bem como as dezenas de enxós o tratamento subsequente da madeira. Indício claro da abertura de grandes espaços agrícolas e do seu posterior alargamento, em função da necessidade do grupo explorar eficazmente as suas áreas de recursos. A partir de 1962, Chisholm sublinhou, nas sucessivas edições de *Rural Settlement and Land Use*, a hierarquia dos recursos para o povoamento rural (1970: 103, Fig. 8), atribuindo factores de desvalorização ao seu grau de afastamento do centro físico do povoamento. São as seguintes as unidades de custo, estabelecendo a relação recurso/distância:

[1] materiais de construção:	1
[2] combustível:	3
[3] pastos:	3
[4] terra arável:	5
[5] água:	10

Com base nestes factores correctores, Chisholm produz um quadro exemplificativo do maior interesse (*ibidem*, 104), comparando duas hipotéticas localizações de uma aldeia. Nesse quadro, teoricamente construído a pensar num povoamento de áreas inocupadas, segundo o modelo dos colonos anglo-saxões, registam-se os recursos indispensáveis à sobrevivência da comunidade. Mas, sobretudo, contabiliza-se o afastamento entre eles e o núcleo que os explora.

Claro que devemos considerar este modelo tal como é, um modelo teórico, parecendo absurdo pedir-lhe mais do que contém. Mas o interesse da sua aplicação ao povoamento da serra Algarvia parece óbvio, permitindo ver que a aceitação dos custos do afastamento das terras aráveis de boa qualidade tem forçosamente de estar contido na apreciação geral que conduziu àquele tipo de implantação. Em relação à água, tal aceitação seria, evidentemente, impossível.

Uma outra leitura assenta no papel dos bovídeos e no incremento de redes locais de transportes. No santuário de ar livre de Santiago de Escoural (Montemor o Novo), as repre-

sentações de bovídeos atrelados traduzem mais a consagração de uma transformação económica que uma nova realidade religiosa. Nesta perspectiva, elucidam-nos sobre o reconhecimento do papel do carro e dos transportes em geral, chave para o aumento, até então impossível, da área de recursos das comunidades.

Se os solos são maus, e as colheitas limitadas e trabalhosas (devido ao relevo), a contenção demográfica do grupo é imprescindível e a sua divisão, em caso de eventual

A	B		C	D	
	distância em km		*unidades de custo/km*	*B x C*	
recurso	x	y		x	y
Água	0.1	0.5	10	1.0	1.5
Terra arável	2.0	1.0	5	10.0	5.0
Pastos	2.5	1.5	3	7.5	4.5
Combustível	2.5	2.0	3	7.5	6.0
Mat. construção	3.0	2.0	1	3.0	2.0
			Total	29.0	22.5

Fig. 7.34. Duas localizações hipotéticas para duas aldeias, segundo Michael Chisholm, 1970: 104. Diferenças aparentemente pequenas podem produzir elevados índices de custo na apropriação dos recursos. X e Y indicam os dois casos hipotéticos.

crescimento, inevitável. Mesmo que estes grupos sejam já resultado da fragmentação de grupos existentes alhures.

Uma saída existe, garantida pela tecnologia: o comércio do que há e se fabrica nos povoados, e rareia ou não existe noutras regiões (o cobre e os produtos secundários). O que nos conduz ao significado e utilidade específicos, nestes casos, do modelo de Sherratt, designado por «the Secondary Products Revolution of the Old World» (Sherratt, 1981: 262) ou, abreviadamente, por SPR.

7.5.3. *Estratégias de povoamento e controlos de recursos: pastorícia, agricultura, metalurgia e a Revolução dos produtos secundários*

Escreveu Orlando Ribeiro que «uma civilização agrária pode ter sido, inicialmente, a face agrária de uma civilização» (1970: 204). O que representa uma vivificante perspectiva sobre os diversos equilíbrios das dinâmicas económicas, até mesmo em relação às sociedades pré-históricas. Mas ao que pode também ser contraposto que a face agrária de uma civilização pode ter sido, em momento anterior, uma civilização agrária.

E se uma conclusão é já possível, após a observação das características do povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental, dos casos específicos de Alcalar e do Monte Novo dos Albardeiros, da extensa mancha de povoamento de Portel e Vidigueira e do modelo Gilman/Thornes para o Sudeste, essa conclusão aponta para a diversidade e não para a unidade. Ou, por outra via, para um peso relativo da componente agrícola variando irregularmente, expandindo-se e contraindo-se em movimentos dendriformes.

Não é, na verdade, um modelo fixo e único, centrado na economia, no poder, na ideologia ou na terra, que vemos emergir, mas uma série extensa de possibilidades, traduzindo a adaptação das características do povoamento aos territórios de que as comunidades se apropriam e antropizam.

Primeira questão: como definir os parâmetros de análise?

Não é tão simples como pode parecer, uma vez que se nos põe, à partida, uma alternativa definitiva e difícil. Na verdade, que sincronismo escolher, o artefactual ou o cronológico? Os patamares sincrónicos não se resumem a datas e muito menos aos intervalos prováveis do carbono 14, por vezes tão cegamente aceites por autores de que esperaríamos maior prudência. Há, com efeito, para além destas reservas prévias, a própria escassez da informação cronológica «absoluta» e a necessidade de termos em conta o rigor do seu registo de origem, por um lado, e as próprias falhas do sistema, por outro.

Assim, como orientação geral para uma análise de conjunto, teremos de aceitar como síncronos os lugares de povoamento que se encontrem numa mesma etapa tecnológica, definida a partir de dados referentes à cultura material.

Não recuso a importância do subsistema ideológico como ponto de referência, mas as grandes religiões são indiferentes aos ciclos da moda: duram muito no espaço/tempo e aplicam-se a infraestruturas radicalmente diferentes e a sociedades cujas características cobrem toda a gama de possibilidades. Por certo que Buda é o mesmo, quer objecto de culto para um grupo de camponeses do Japão quer para uma pequena fracção da *inteligentsia* urbana ocidental. Mas as raízes das experiências subjectivas que chamamos «religiosas» são, naturalmente, bem diversas. E se as rotas do missionarismo ou os caminhos comerciais explicam a difusão das crenças e religiões, tal como a conquista generaliza, impondo-a, a superestrutura do conquistador, as sociedades não mudam necessariamente na sequência imediata de adoptarem um novo culto, sendo na complexa dinâmica das transformações económicas que se gizam as condições para a sua maior ou menor transformação e, afinal, da sua própria sobrevivência.

O povoamento calcolítico é, a este nível, assinalado por uma apreciável alteração nos padrões de representação da divindade: as figurações que conhecemos nas placas de xisto do megalitismo são substituídas por uma nova imagem, com atributos distintos.

Trata-se, é certo, e ainda, de uma deusa, mas novas pistas se nos deparam: os olhos em forma de sol, o ziguezaguear das «pinturas faciais», o «umbigo», o tratamento do triângulo púbico.

Claro que poderíamos referir essas enigmáticas figuras chamadas com alguma infelicidade «ídolos de cornos» (e com infelicidade não porque algumas os não tenham, aparentemente, mas porque muito provavelmente o que foi assim interpretado é, como vimos, passível de outra leitura). E a difusão destas figuras ganhou recentemente novo alcance: vêmo-los agora em mais dois ou três sítios, cobrindo sempre áreas de povoamento calcolítico.

Ou, o que evidenciaria bem os riscos de fazermos coincidir com demasiada insistência sociedades e superestruturas, as falanges decoradas e os «ídolos garrafa».

No entanto, chega-nos a leitura artefactual para, com alguma margem de segurança, defendermos o sincronismo técnico dos sítios a que se fez referência.

Correspondem eles a um modelo de povoamento, planeado de início?

As terras férteis de Reguengos ou Vidigueira contrastam com a aridez do Alto Algarve Oriental. Mas nelas artefactos há que, uma vez baralhados, só penosamente seriam atribuídos a um desses sítios em particular, tão grande é a sua semelhança.

Os Cerros do Castelo de Corte João Marques, Mestras e Santa Justa são indubitavelmente parte de um conjunto provável que se me afigura de grande homogeneidade. Traduzem, na aspereza dos sítios escolhidos para povoamento, e nas fortificações de Santa Justa, uma óbvia preocupação com a defesa, compreensível em quem entra em terra estranha (ou em quem teme estranhos). Nesse aspecto, e salvaguardadas as respectivas proporções, são similares a Vila Nova de S. Pedro e Zambujal. Mas que dizer dos sítios da Vidigueira? Aí, numa área circunscrita, encontramos um pouco de tudo: grandes áreas abertas de povoamento como Mangancha e Sala n.º 1, pequenos sítios de «montanha» como o Zambujoso, de acesso dificílimo, lugares altos, mas abertos à planície, como o Outeiro do Tijolo. Terras de tipos A (excelentes) a E (inadequadas).

Será possível uma explicação e a construção de um modelo?

Poderia parecer tentador alinhar em diagrama uma sequência de respeitável conteúdo explicativo: primeiro os sítios não seriam fortificados nem o povoamento de altura. À medida que as «contradições sociais» aumentariam, os conflitos em torno à propriedade, inexistentes numa idílica fase anterior, acabariam por explodir...

A redutora imagem decorrente das sequências simples e o excessivo apreço por setas nos mapas são os sub-produtos da incapacidade prática e da insuficiência teórica. As chaves universais são aparentemente tão *úteis* que as devemos encarar com suspeita: ao arrombarmos portas, inevitavelmente danificamos fechaduras, quando não o espaço que está para além delas.

Como é habitual, existem outras explicações possíveis.

Os povoados calcolíticos cujas áreas de recursos foram referidas evidenciam, em alternância, duas situações que estão longe de ser antagónicas: (1) escolha deliberada de ter-

ras de primeira qualidade; (2) localização em lugares de acesso difícil e, por vezes, artificialmente protegidos.

Duas constantes parecem verificáveis: os maiores povoados, os que apresentam em maior extensão sinais de ocupação, não são fortificados, desconhecendo-se se teriam simples cercados ou paliçadas ou se seriam completamente abertos. Pelo contrário, os povoados fortificados são todos de dimensões relativamente reduzidas.

A Sul do Tejo, nas planícies alentejanas ou no Algarve, esta situação é clara. Santiago do Escoural (Montemor), Monte da Tumba (Torrão), Cerro dos Castelos (Serpa), Santa Justa (Alcoutim), com os seus muros e torres e pequenos espaços interiores estão em nítido contraste com Porto Torrão, Mangancha, Sala n.º 1 e Marco dos Albardeiros.

Tratar-se-á, então, de um povoamento interactivo, de fronteiras e territórios?

Ou de uma complexa e flexível teia, aderente a nichos ecológicos e usando a tecnologia disponível para até dos mais adversos extrair sobrevivência?

Mais uma vez repito que as alternativas não se contradizem e, muito provavelmente, farão parte de uma realidade única, constituindo-se em vertentes de uma só montanha.

A questão das fortificações tem sido invariavelmente ligada à economia, pelos *indigenistas*, e a sociedades em marcha, pelos adeptos do *colonialismo*.

Há, parece-me, que combater todas as formas de maniqueísmo e estas duas explicações, tão diversas de aparência, são no fundo iguais. Dizer-se que uma comunidade é estranha a um espaço não quer forçosamente significar que ela venha de muito longe: quer *apenas* dizer que ela não tem nele raízes.

As muralhas não traduzem apenas economia. Traduzem economia *e* sociedade.

São construídas para proteger alguém e alguma coisa de outrém. Assim sendo, a definição de esse outrém é fundamental. Como o é sabermos que tipos de sociedades se afrontam. E o contexto económico que o permite.

Três factores têm forçosamente de ser tomados em conta, seja qual seja a perspectiva que entendermos escolher. O primeiro é o papel da agricultura e a sua relação percentual com as outras actividades do grupo. O segundo, o pastoreio e a sua articulação com a agricultura. O terceiro, a arqueometalurgia, o que é dizer o trabalho do cobre.

A visão tradicional para cada um destes fenómenos é bem distinta da que se viria a tornar possível. A despeito da notável contribuição de Childe, seria hoje absurdo generalizar o conceito de «Revolução Neolítica» ao Ocidente. Mesmo para o Próximo Oriente pareceu indispensável revê-lo. Os trabalhos da equipa de Jean Guilaine evidenciaram outra realidade para o Mediterrâneo Ocidental e David Geddes sublinhou justamente a importância das outras vias da neolitização, nomeadamente o pastoreio. Para a Península Ibérica, Chapman e Walker referiram o possível significado da transumância. O texto decisivo da mudança continua, no entanto e a meu ver, sendo o de Sherratt (1981), ao avançar a ideia de uma Revolução dos Produtos Secundários que resume e potencializa experiências anteriores, abrindo eventualmente os impasses das primeiras sequências da neolitização. O modelo proposto por Andrew Sherratt é admiravelmente preparado pelos ensaios anteriores (1972, 1973, 1976 e 1980) e está de algum modo subjacente em textos posteriores (1982). Deverá, aliás, ser dito que raras vezes se encontra no moderno pensamento arqueológico tal economia de meios, coerência e qualidade de análise.

Basicamente, não parece difícil resumir o modelo avançado por Sherratt e que, abreviadamente, designaremos por SPR. Uma simples frase enuncia em termos gerais as suas possibilidades de uso: «The critical differences between the utilisation of animals in the Old and New World lays less in their uses as a source of meat than in their emergent properties when other applications were explored - their 'secondary products'.» (Sherratt, 1981: 261).

A observação, numa perspectiva planetária, do fenómeno da aquisição dos dispositivos que permitiram, em conjugação, a passagem de uma economia de recolecção a uma economia de produção mostra substanciais diferenças no que se refere ao Novo e ao Velho Mundo. Na Eurásia, o processo (lento e complexo) abrange um número consideravelmente mais amplo de situações, mas a diferença não se encontra tanto no número das respostas encontradas como na diferente evolução do(s) modelo(s).

Nas Américas, foi possível verificar a importância assumida, a Norte, pelo peru e, a Sul, pelos camelídeos dos Andes. Na Eurásia, as ovelhas, os bovídeos e os equídeos forneceram as bases para uma profunda transformação da sociedade cujo impacto afectará toda a dinâmica de crescimento do mundo ocidental.

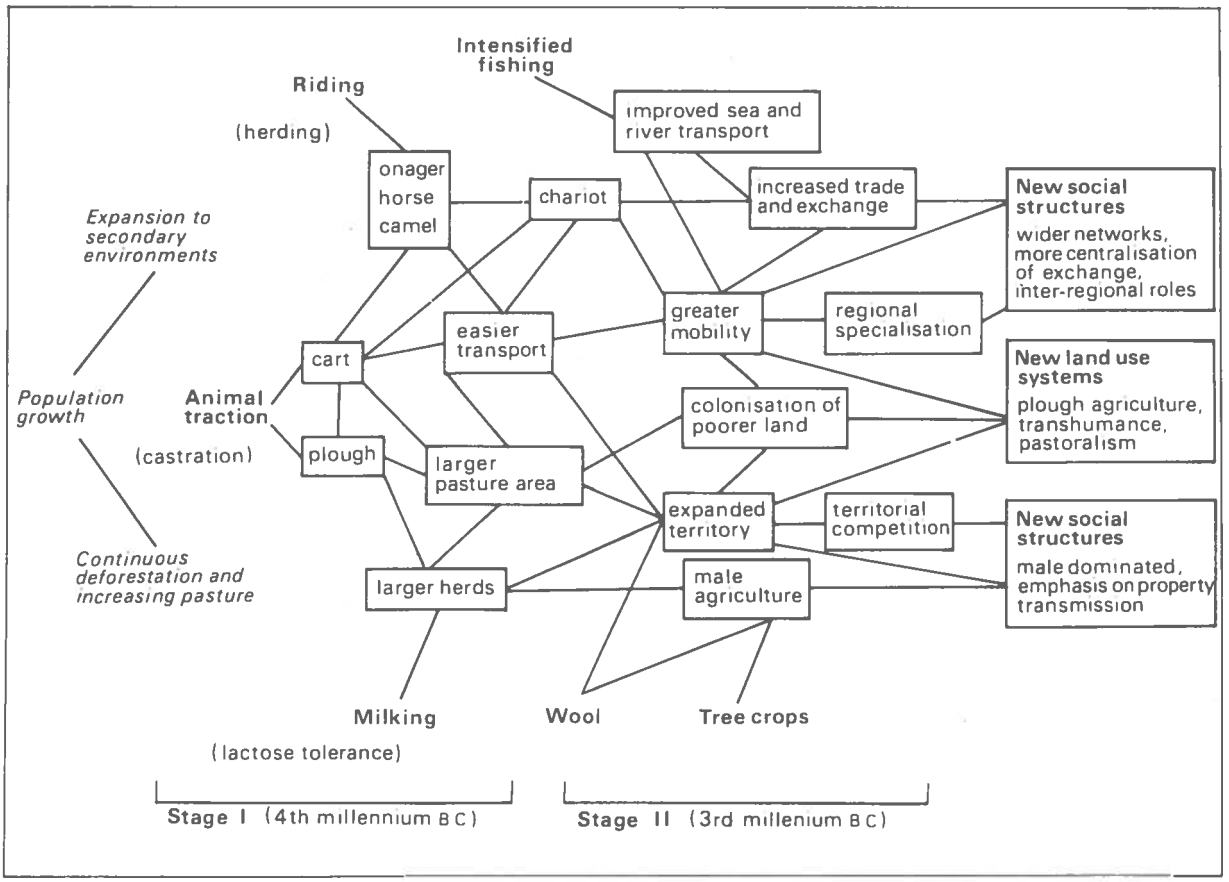
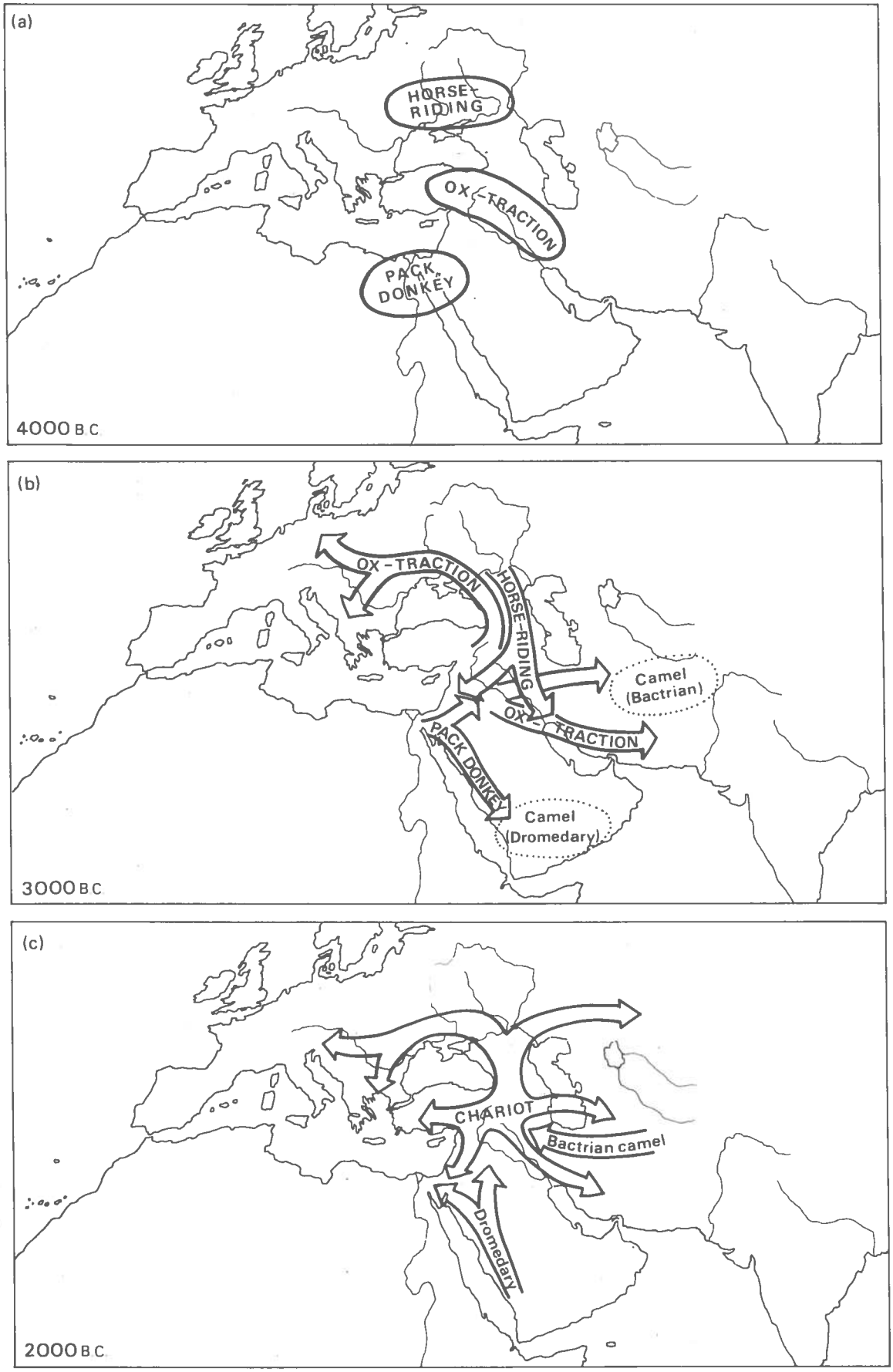


Fig. 7.35. (*em cima*) A Revolução dos produtos secundários: uma perspectiva de interacções, segundo Sherratt, 1981: 286).

Fig. 7.36. (*à direita*) Origem e interacções dos principais componentes da Revolução dos produtos secundários. Segundo Sherrat, 1981: 288.
(a) desenvolvimentos primários;
(b) trocas inter-regionais;
(c) trocas e interacções.


(a)
HORSE-RIDING
OX-TRACTION
PACK DONKEY
4000 B C
(b)
OX-TRACTION
HORSE-RIDING
Camel (Bactrian)
OX-TRACTION
PACK DONKEY
Camel (Dromedary)
3000 B C
(c)
CHARIOT
Bactrian camel
Dromedary
2000 B C

Ao começar praticamente assim o seu notável ensaio de 1981, Andrew Sherratt iria usar essa diversidade de origem na construção do mais importante modelo já avançado para a explicação da dinâmica e sucesso das sociedades camponesas do Ocidente.

A documentação recolhida na Mesopotâmia indicava já a importância de situações que ultrapassavam a definição clássica de revolução neolítica. Tal era o caso da documentação de Uruk (cilindros selos e plaquinhas de argila dos finais do 4.º milénio, em datas ^{14}C calibradas), das figurações sumérias e acádias de arados-semeadores ou da notável cena de ordenha no friso do templo de Nin-hursag em El Obeid (3.º milénio). Estas actividades, aperfeiçoamento e «mecanização» das práticas agrícolas, uso dos bovídeos como fonte de produtos secundários, e não apenas de carne, bem como a sua utilização como animais de tracção (tanto de arados como de carros) tornaram-se o verdadeiro suporte do desenvolvimento das sociedades urbanas.

Nesta linha, é imprescindível referir o «Estandarte de Ur», cujas faces documentam de forma admirável como o luxo da guerra organizada apenas é permissível a quem nos tempos de paz controla eficazmente a economia, de forma a gerar excedentes e reservas. A importância de documentos como o mesopotâmico «Manual do agricultor» evidencia a preocupação na transmissão de técnicas necessárias à sobrevivência de grupos numerosos, ainda que instalados, como sabemos, em alguns dos mais férteis solos à disposição das comunidades camponesas. Também nos textos provenientes das comunidades letradas da Mesopotâmia estava patente a vasta gama de recursos exigível pelas populações em crescimento e a necessidade de ultrapassar carências e lacunas das áreas de recursos, nomeadamente em pedra e madeira. O que obrigava o grupo a deslocar parte de si próprio muito para além das fronteiras territoriais das cidades-estado. A este respeito é tão significativa a informação constante do episódio que envolve Gilgamesh e o dragão Huwawa, na Montanha dos Cedros, como aqueloutra patente no texto que relata o afrontamento entre Gilgamesh e Agga de Kish.

Outro dos componentes ou vectores de transformação das sociedades neolíticas reside na utilização «secundária» dos ovicaprídeos que, para além de fornecerem leite, consumível como tal ou sob a forma de derivados, fornecem nalguns casos (particularmente os das ovelhas lanudas) uma fibra cujas propriedades são distintas e em determinados campos claramente superiores às fibras vegetais disponíveis, como o linho.

Sherratt constata as diversas áreas de desenvolvimento e os lentos ritmos de difusão de alguns destes componentes da SPR. Por volta de 4000 antes da nossa era, o cavalo é usado na Ásia ocidental como meio de transporte individual. A tracção de bovídeos estendeu-se a toda a Mesopotâmia e o burro de carga é usado no Nilo. No milénio seguinte, a utilização do camelo e do dromedário estabilizou a oriente da Mesopotâmia e na Península Arábica. O uso do cavalo alarga-se à Mesopotâmia, o do burro de carga à Arábia e à Mesopotâmia e o uso da tracção dos bovídeos iniciou a colonização da Europa.

O 3.º milénio é portanto decisivo para a introdução na Europa Ocidental de uma nova utilização dos animais domesticados.

Como se vê, as considerações mobilizáveis a propósito do modelo de Sherratt são extensas e de largo espectro, confirmando que, na realidade, ele é bem mais complexo do que a frase que primeiramente citei deixava entender. O próprio modelo desenvolve-se a partir de três vectores (1) a emergência da agricultura de arado, substituindo a de enxada, ou completando-a; (2) a invenção e generalização da carroça ou carro de tracção animal (com recurso aos bovídeos, nomeadamente) e a utilização de animais para transporte individual (burro e cavalo); (3) utilização de bovídeos e ovicaprídeos como fonte de leite (e derivados) e destes últimos como fornecedores de lã.

Para estas transformações, Sherratt propõe amplas balizas cronológicas: o 6.º milénio para o Próximo Oriente e o 5.º e o 4.º para a Europa. Igualmente se define a Revolução dos Produtos Secundários como um conjunto mais amplo de fenómenos. Para além do seu impacto em termos de subsistência e economias, vê-se nela um verdadeiro limiar («threshold») no desenvolvimento social.

E, como em todos os fenómenos que movimentam subsistemas diferenciados, é possível detectar estágios de transformação.

Se bem que, na verdade, não seja possível aceitar sem algumas ligeiras reservas a delimitação rigorosa proposta por Sherratt (1981: 286), compreende-se que ela possa funcionar mais como um envelope largo que à maneira de uma fronteira rigorosa (Fig. 7. 35.).

A compartimentação avançada é assim fluida e os fenómenos evoluem interligadamente ao longo de um primeiro Estádio (4.° milénio), concluindo num segundo (3.° milénio).

Três componentes da Revolução dos Produtos Secundários distribuem-se ao longo do tempo e definem situações distintas: (1) a exploração dos produtos lácteos; (2) o tratamento e a transformação da lã; (3) a desflorestação. A esta distribuição «horizontal» corresponde, na vertical, os três principais desenvolvimentos da Revolução dos Produtos Secundários.

O primeiro, reside na emergência e consolidação de *novas estruturas sociais*. Sherratt cita explicitamente o alargamento das redes, maior centralização das trocas e funções inter-regionais.

O segundo, consiste nos *novos sistemas de uso das terras:* agricultura de charrua, transumância e pastoreio.

O terceiro, contém as *novas estruturas sociais* traduzidas pelo domínio da linhagem masculina e pela importância adquirida pela transmissão da propriedade.

A difusão destas inovações não parece simples e é mais fácil desenhar setas numa carta que encontrar no terreno as provas da passagem das influências que elas pretendem representar. Mas num ponto, pelo menos, não é possível contraditar Sherratt: as representações de arados e da tracção animal (Fig. 7.36., 37. e 38.), em particular, são tardios no Ocidente, de Valcamonica ao Escoural. Como tardia pode ser considerada a ocupação das terras com maior dificuldade de uso.

Se o Guadiana a alturas de Pedrógão, o Monte Novo dos Albardeiros e até mesmo Alcalar apresentam características diversas, mas ou nos primeiros casos assentam nas manchas de recursos mais favoráveis ou no último delas não estão longe, ficam por explicar dois fenómenos: (1) a implantação de povoados na Serra Algarvia; (2) o seu contraste com o gigantismo das áreas de povoamento como Sala n.° 1, Porto Torrão ou Marco dos Albardeiros.

É possível avançar desde já duas explicações profundamente conectadas (e não me parece errado sublinhar a sua lógica interna).

Em primeiro, três razões poderiam ser determinantes para a ocupação da Serra: (1) *enxameamento* de comunidades saturadas, existentes em áreas anexas; (2) apreensão do valor intrínseco do cobre, em bruto ou manufacturado, e portanto do interesse em controlar eventuais áreas de ocorrência; (3) domínio de novas técnicas agrícolas e de utilização da tracção animal, como forma de compensar as dificuldades de exploração das áreas de recursos de baixa qualidade.

Em segundo, uma explicação para a data e o relativo êxito do enxameamento: o crescimento das comunidades assentes em áreas agrícolas de elevado potencial graças às suas possibilidades próprias, mas também pelo impacto da Revolução dos Produtos Secundários. Este impacto seria entre nós tardio, de forma alguma anterior à transição do 4.° para o 3.° milénio, correspondendo no Baixo Alentejo ao que poderíamos designar por Neolítico «final».

Nesta última fase, o Alto Algarve Oriental está apenas ocupado por escassos grupos, muito provavelmente de pastores, a quem se deveriam as antas registadas. Este pastoralismo é suportado, como ainda hoje, por pastos aceitáveis para ovi-caprídeos, mas inadequados para bovídeos. O interesse pelo cobre e as resultantes do enxameamento trariam à Serra fracções de grupos que tivessem atingido o nível de ruptura entre o número de habitantes e os recursos disponíveis, resolvendo-se assim um problema crucial no equilíbrio das sociedades, acompanhado pelo despoletar não violento das pulsões que agitam grupos com excedentes de população. Não seria, portanto e exclusivamente, a «fome» do cobre a conduzir a colonização das altas terras do Algarve, mas também o desenvolvimento intenso de comunidades pré-existentes noutros espaços, só possível pelo avanço dos mecanismos internos da SPR.

Este modelo inclui também as fórmulas de compreensão de outro fenómeno: as redes locais e inter-regionais que suportam esta colonização.

O Baixo Alentejo e a região de Huelva/Sevilha constituem as mais próximas áreas a mobilizar para o estabelecimento dos vectores de origem da colonização do Alto Algarve Oriental. No primeiro, as férteis terras da Vidigueira e de Beja suportam grupos de considerável extensão, mas também contém as indispensáveis fontes de matéria prima para os artefactos de pedra polida: as anfíbolas. Com o sílex e o *chert* a Sul, e o cobre disponível nas suas próprias áreas de recursos, as comunidades que colonizaram o Alto Algarve



Fig. 7.37. Representações de arados na Europa pré-histórica. 1. Valcamonica, c. de 2500-2000 AC (Anati, 1979: 216).

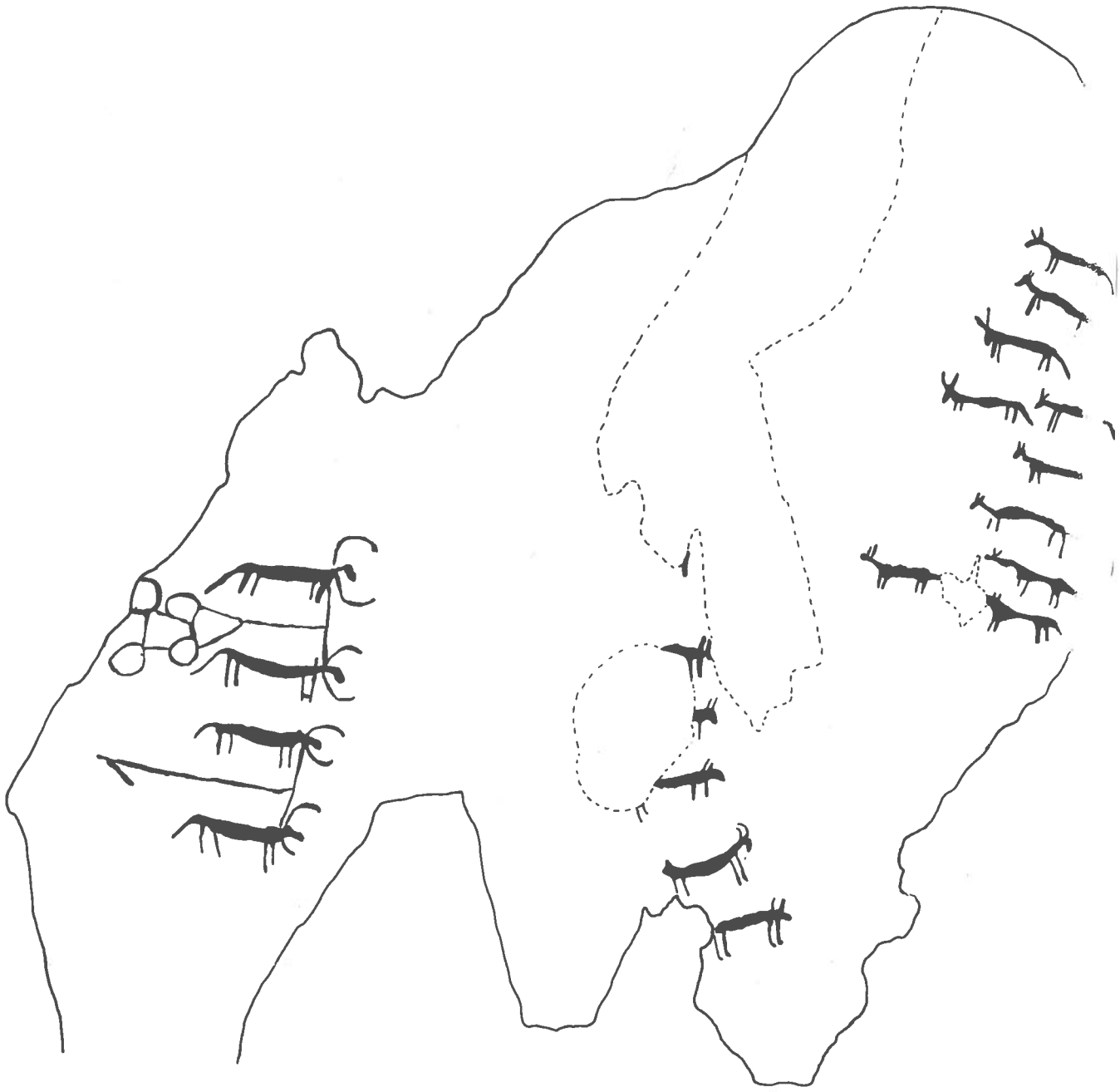


Fig. 7.38. Representações de arados na Europa pré-histórica. 2. Carro e arado: Masso 2, Cemmo, Período IIIa. (Anati, 1979: 206).

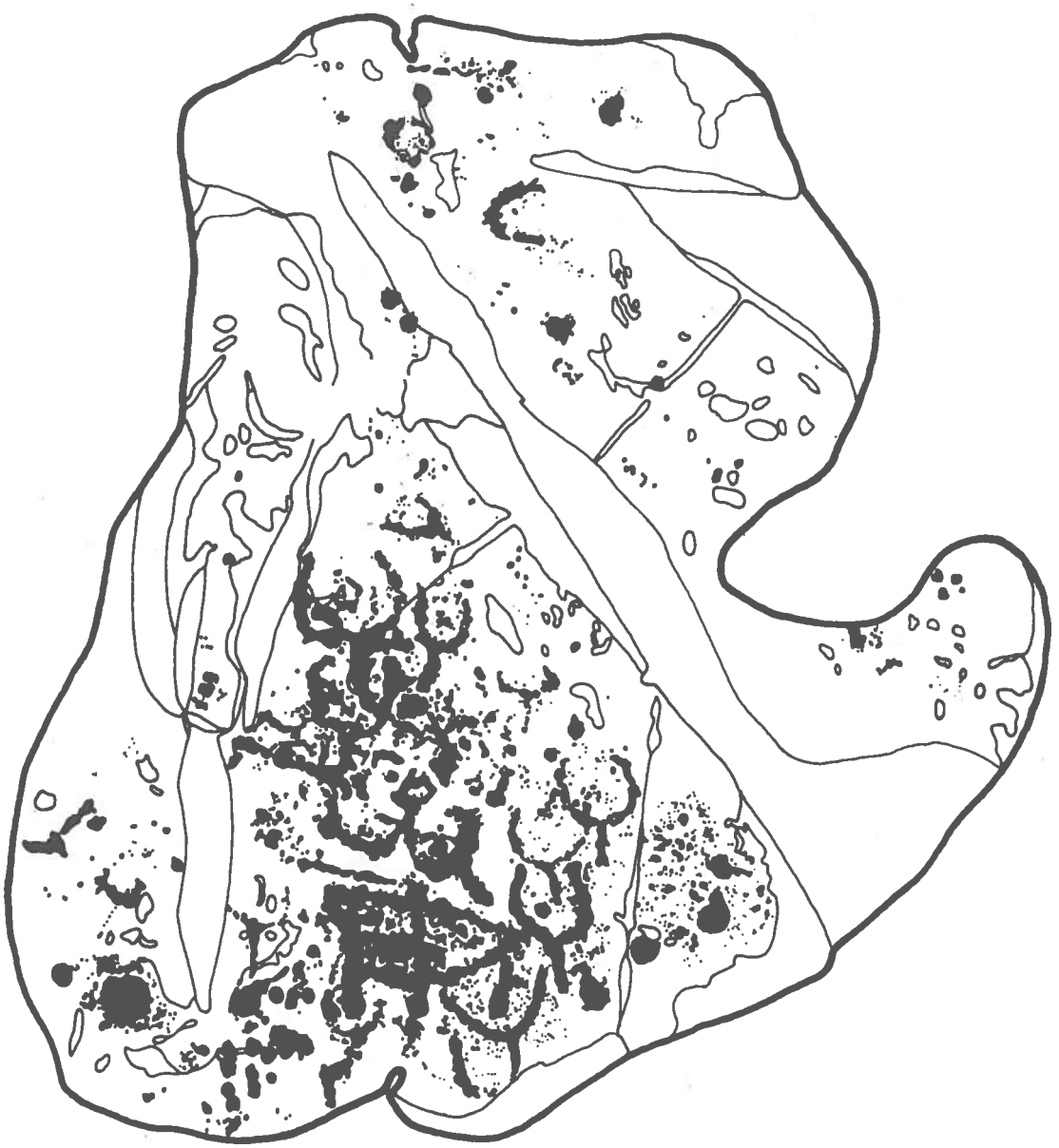


Fig. 7.39. Santiago do Escoural, Santuário exterior. Bovídeos e provável carro (levantamento amavelmente cedido por M. Varela Gomes).

Oriental estariam providas do necessário à construção e renovo do seu equipamento durável. As técnicas decorrentes da SPR fariam o resto, tornando viáveis terras que o não eram anteriormente. Em Pedrógão, Vidigueira, o crescimento de Sala n.º 1 pode ter desencadeado o enxameamento que conduziu à ocupação de S. Lourenço, apesar de aqui serem mais extensas as áreas agricolamente deficientes.

É pois minha convicção que o enxameamento de populações pré-existentes pode ser uma das explicações, se não a principal, para a colonização de espaços de baixa densidade de povoamento e só tornados apetecíveis ou usáveis pela consolidação e uso generalizado das tecnologias que derivam da Revolução dos Produtos Secundários. Num espaço amplo, em que os «neolíticos» são ainda maioritariamente recolectores, a sua fixação à terra, apesar de admissíveis assincronias, é tardia.

Se o Neolítico «final» pode ser assinalado pelo crescimento dos grupos, um vector de densificação do povoamento tem de ser, como se viu, atentamente considerado: o arado. E as consequências do êxito das colheitas surgem indiciadas artefactualmente por um novo e importantíssimo componente dos conjuntos: a taça baixa carenada e o prato. A sua rápida generalização corresponde necessariamente à introdução de novos hábitos alimentares, em que a carne deixa de constituir a única fonte de proteínas e em que o papel dos hidratos de carbono aumenta significativamente: polissacarídeos provenientes de cereais e leguminosas; monossacarídeos (do mel e do leite); oligossacarídeos (do leite).

Com rara felicidade abriu Sherratt o seu ensaio de 1981 com a frase de Eduard Hahn: «Als man Milch trank und den Ochsen an den Pflug spannte, waren wesentlich alle Bedingungen für unsere asiatisch-europäische Kultur vorhanden» (Quando se bebeu o leite e se atrelou o boi ao arado, estavam presentes todas as condições essenciais para a nossa cultura euro-asiática).

A preditibilidade evidenciada em 1896 pelo escritor alemão é hoje, por força de razões, lida com deleite, ainda que seja na pujança das culturas regionais que esteja a génese do sucesso desse grande fenómeno euroasiático que foi a Segunda Revolução Neolítica ou Revolução dos Produtos Secundários. Nesta dupla perspectiva a devemos entender.

7.6. RESUMINDO

7.6.1. *Advertência*

A qualquer leitor do plano deste trabalho pareceria claro que os pontos essenciais de SETE estariam em directa conexão com a maior parte dos de OITO, sendo assim legítima a interrogação a propósito da oportunidade de um resumo, já. Uma segunda leitura deixaria talvez imagem diferente: se a estratégia do povoamento pode ter a ver com a questão das origens, muitos problemas não sendo substancialmente diferentes, a intervenção do factor Tempo altera consideravelmente o âmbito de uma e outra. Se as origens estão, por definição, circunscritas, a evolução do povoamento faz-se no decurso de um tempo relativamente largo e fenómenos como aquele que designei por «enxameamento» processam-se ao longo de décadas, senão mesmo de séculos. Ainda que a realidade ultrapasse geralmente o âmbito das definições e que o fenómeno que despoleta uma nova situação económico-social raramente seja único, integrando-se em sequências, provavelmente extensas.

Três grupos de *propostas* (expressão que aqui prefiro a conclusões) parecem possíveis de avançar. Reuniremos no primeiro as que se referem especificamente às *perspectivas de leitura*, os *modos de ler*. No segundo, as questões de âmbito mais lato, equacionadas a propósito do *Sul Peninsular*. O terceiro será reservado para o povoamento calcolítico *do Alto Algarve Oriental*.

7.6.2. *Modos de ler*

Se a realidade arqueológica (tal como a histórica) não suporta estrabismos é porque há que lê-la de todos os ângulos possíveis. Insisti atrás na importância do povoamento enca-

rado numa perspectiva mais geográfica do que tradicionalmente tem vindo a ser feito, e isto particularmente no caso do Sul Peninsular.

Esta posição nada tem de estritamente inovador e confirma o reconhecimento pela considerável contribuição das escolas geográfica e de «agricultura antiga» inglesas e da convergência que cedo se verificou entre elas e a arqueologia, «prática» e «teórica». Seria absurdo chamar arqueólogos a Vita-Finzi e Higgs e no entanto a sua leitura do espaço arqueológico contribuiu mais para o actual *estado da arte* que duzentos mil cacos exaustivamente descritos. Mas a arqueologia *também* é isso. Duzentos mil cacos exaustivamente descritos, se necessário. Quanto mais não seja porque descrever correctamente o que se estuda é sempre, e em qualquer contexto, imprescindível.

As noções de *território*, de *área de recursos*, de *estratégia de povoamento*, são indispensáveis como outro ângulo de aproximação ao magno problema do *funcionamento* das sociedades pré-históricas. E, de algum modo, ao seu próprio conteúdo. As contribuições recentes (que delas partem) assentam, tanto para as sociedades de caçadores-recolectores como para as de produtores, *num outro olhar*.

Clarke percebeu-o em 1968, e são bem significativas as páginas que dedicou aos recursos e às áreas de povoamento. Num outro tipo de arqueologia, Renfrew, no seu *An Island Polity*, não deixou também de o fazer, numa via inesperada, que parece levar ao extremo as propostas iniciais de Higgs e Vita-Finzi. Entre nós, trabalhos em conclusão no momento em que este estava em fase de redacção parecem aproximar-se de este novo e indispensável ângulo de leitura.

Importante, e atrás o vimos, parece também ser a correcção da perspectiva puramente «territorial», como tem sido por vezes adoptada, introduzindo-se-lhe, nos modelos explicativos, como indispensáveis correctores, o significado e as hierarquias dos recursos.

Entre os modelos disponíveis, um sobressai pela nitidez e adequação, o proposto por Andrew Sherratt e designado habitualmente por Revolução dos Produtos Secundários. Tracção animal (charrua e carro) e utilização dos produtos secundários irão mudar a Eurásia, forjando nela os focos de impérios e civilizações. No Sul Peninsular, os seus efeitos, ainda que tardios, não me parecem de menosprezar.

7.6.3. *O Sul Peninsular*

A ele regressaremos. Mas num painel pouco agitado a inovadora proposta da «irrigation hypothesis» veio reanimar a discussão.

Plausível para explicar a extensão e a importância de um sítio como Los Millares, a teoria de um regadio calcolítico encontraria escassos suportes se a aplicássemos ao Extremo Sul do nosso País.

Lugares como Alcalar, Santa Justa, S. Lourenço, (e Cortadouro, Monte da Tumba e Escoural) são de pequena extensão e com localizações que não sobrevalorizam a importância das terras agrícolas. Serão calcolíticos «de segunda geração», quando as ricas terras dos actuais distritos de Évora e Beja estariam já ocupadas? Ou o impacto da SPR produziu crescimentos que conduziram ao «enxameamento» das populações existentes, fraccionando-as em novos e mais pequenos grupos que ocuparam, com as últimas tecnologias, o que estava ainda por ocupar. Uma agricultura de enxada dificilmente permitiria o crescimento e justificaria a sobrevivência de Santa Justa.

Sem a possibilidade de entreajuda e renovo genético compreendida numa rede de povoamento coesa não seria muito fácil suportar adversidades e impedir o esgotamento do capital genético.

Olhando para os tipos de povoamento, de Alcalar ao Escoural, a impressão de diversidade domina (e omitimos aqui, propositadamente, os fenómenos coevos que se desenrolaram nas penínsulas de Lisboa e Setúbal). Numa única destas áreas, a de Portel/Vidigueira, cinco módulos de povoamento foram definidos, entrosando-se por vezes, correspondendo a comunidades que preenchem de forma diversa o espaço ou a diferentes explorações do mesmo espaço por uma mesma comunidade.

Um modelo único para o povoamento calcolítico do Sul? bastaria olhar para Los Castillejos de Montefrío e Los Millares, para o Mendro e Sala n.º 1, para se compreender quanto uma conclusão deste tipo seria absurda.

Mas, como veremos, se tudo é diferente, tal não quer forçosamente dizer que tudo não seja, de algum modo, igual (ou equivalente). O que uma análise arqueológica detalhada poderá, ainda que limitadamente, esclarecer.

7.6.4. *O povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental*

Os povoados localizados na Serra do Algarve Oriental aparecem-nos com um notável conjunto de características comuns. Essas características incluem um modelo específico de povoamento, implicando uma estratégia que negligencia ostensivamente as (poucas) terras de valor agrícola. Os grupos instalam-se em lugares altos e eventualmente reforçam com dispositivos defensivos lugares naturalmente protegidos. Estão inevitavelmente associados a cursos de água de relativa importância. O cobre está sempre perto deles. A elevada presença de artefactos para farinação (dormentes e moventes) indica uma vida agrícola intensa e os milhares de sementes carbonizadas recolhidas no Cerro do Castelo de Santa Justa confirmam este facto. Testemunhos há que indicam a longa distância a que estes grupos tinham contactos (caso da fauna malacológica) e os artefactos relacionados com o sagrado mostram-nos integrados numa vasta mancha cultural.

A assinalada inexistência de um povoamento estável anterior, apenas testemunhado pelos monumentos megalíticos de cariz mais antigo, leva-me a avançar a hipótese de um povoamento calcolítico como colonização de novos espaços, esparsamente povoados, agricolamente deficientes, mas ricos em cobre. Espaços que só poderiam ser aproveitados com novas tecnologias, particularmente com as produzidas pela Revolução dos Produtos Secundários.

As populações calcolíticas do Alto Algarve Oriental resultariam do «enxameamento» de populações do Sul Peninsular, pertencendo as maiores probabilidades ao Baixo Alentejo e à região mineira por excelência de Huelva. Só o aumento do número das datações «absolutas» e o avanço das escavações nos poderão vir a dizer o que não parece ainda excessivamente interessante: se o movimento se faz Ocidente/Oriente ou Oriente/Ocidente, isto dentro da Península, claro.

OITO
OS ESPAÇOS CALCOLÍTICOS E OS VECTORES DE LIGAÇÃO, DIVERSIDADE E ORIGEM: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA?



«Le pot, de grande taille, en porcelaine grossière, était peint, au fond, d'un oeil que le calcaire et la silice obstruaient à moitié. A petits coups précis, Athanagore fit sauter les éclats pétrifiés, dégageant l'iris et la pupille (...). Lorsque le nettoyage fut chose faite, il remplit le pot de sable, pour ne pas voir l'oeil, le retourna sens dessus dessous et le brisa de plusieurs coups de marteau, puis il ramassa les fragments épars. Ainsi le pot tenait trés peu de place et pourrait entrer dans une boîte du modèle standard, sans déparer la régularité des collections du maître, qui tira de sa poche le réceptacle en question.»

Boris Vian, *L'Automne à Pékin*, 1964: 69

Fig. 8.0. O homem lavra a terra e a mulher exulta. Dos Cuì (Nadro), fase de transição, Período II-III. (Anati, 1979: 181).

OITO
OS ESPAÇOS CALCOLÍTICOS E OS VECTORES DE LIGAÇÃO, DIVERSIDADE E ORIGEM: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA?

8.1. LIMIAR: «ORIGENS» E «MECANISMOS DE PASSAGEM»

Uma das primeiras questões a abordar neste capítulo é sem dúvida a de se saber o que vamos discutir: entre *origens* e mecanismos de passagem (ou *processos de transição*) podem existir diferenças tão grandes como entre *colonização* e *aculturação*.

O conhecimento arqueológico move-se amiúde como as marés e o que fica na praia em baixa-mar é, frequentemente, ínfima fracção do que a maré alta carreou. Discutimos durante anos o campaniforme em Portugal, sem que um único modelo sólido viesse substituir as propostas antigas e sem que novos dados arqueológicos tivessem produzido novas evidências. Pela sua própria especificidade, os recentes estudos sobre o Mesolítico não chegaram a produzir ainda as grandes mudanças esperadas. Quanto às colonizações da Idade do Ferro, a extensão do que há para fazer, até novas leituras serem possíveis, é de tal ordem que se espera com curiosidade os resultados de trabalhos em curso.

Em relação ao Calcolítico, a questão da sua origem (noutra perspectiva, ler-se-ia *introdução*) no território português, em particular, e peninsular, no geral, não oferecia de início razões para discussão: vindos do Oriente, grupos de colonizadores teriam entrado em espaços com potencialidades metalúrgicas, construído fortificações e criado uma estrutura de domínio local a que teriam obrigado comunidades pré-existentes (das quais aliás praticamente se não falava).

A reacção a esta visão optimista, maioritária desde os Siret, existiu desde cedo e as suas mais recentes formulações acabaram por recorrer ao materialismo dialéctico, dificilmente adequado a fragmentos de diacronia para os quais não foi manifestamente pensado.

Dentro desta linha, por exemplo, ainda hoje há quem afirme que o megalitismo resulta desse inefável modelo designado por «modo de produção asiático». A acumulação do cobre foi invocada como factor de desigualdade social, geradora de conflitos entre classes.

Como se disse já, todas as leituras são úteis, desde que não monopolizem ou estrangulem o discurso, e o que se aprendeu com estas novas contribuições está longe de se poder resumir, de forma redutora, a esquálidos modelos deterministas.

Não é possível invocar, como Bordes para os cinco mustierenses, a vastidão do espaço, a escassez do povoamento e a probabilidade da inexistência de contactos entre os grupos. No Calcolítico, grandes áreas do Centro e do Sul estão ocupadas por verdadeiras redes coesas de povoamento. Detectáveis tanto no Alto Algarve Oriental, entre a Foupana e o Odeleite, como no Guadiana de Odiarce e Marmelar, ou nas terras altas da Vidigueira e Portel. Ou na península de Setúbal.

Os grupos do Neolítico «final» atingiram, em determinadas regiões talvez simultaneamente com o domínio das tecnologias do cobre, prováveis pontos de ruptura. Em Reguengos de Monsaraz, por exemplo, as boas terras estão ocupadas e os povoados muito provavelmente enxameiam para novas áreas antes vedadas à colonização (pela inexistência das tecnologias adequadas para explorar tipos de solos mais desfavorecidos). As consequências da Revolução dos Produtos Secundários fazem-se sentir no Ocidente peninsular na passagem do quarto para o terceiro milénio. Considerámo-las, atrás, responsáveis pelo início e pelos desenvolvimentos do processo de enxameamento.

Frente a frente (ou lado a lado?) encontramos núcleos fortificados habitados por populações relativamente reduzidas, mas extremamente activas (o conjunto artefactual de pedra polida de Vila Nova de S. Pedro indica claramente a importância e a intensidade da desflorestação), e malhas frouxas de povoamento, muito provavelmente atribuíveis a pastores ou pequenos agricultores. O que é dizer: sociedades com hierarquias de gestão (que pressões internas aproximam de formas embrionárias do Estado) e sociedades «comunitárias».

Esta situação conduzir-nos-ia, compreensivelmente, a equacionar diversas possibilidades para a explicarmos. Blance (1961) não hesitou em falar de «colonos» e «colónias». As fortificações, e em particular os torreões, convenceram-na da origem oriental do Calcolítico com a mesma facilidade com que Maxime Vaultier (1950) falara de «influência egípcia do Bronze mediterrânico», exactamente a propósito da mesma época. Ou com que Jalhay e Paço tinham escrito, a propósito de Vila Nova de S. Pedro: «Eran gentes que venían a la busca de metales, y, portanto, constituídas em su mayor parte por traficantes» (1945: 88).

A imagem que hoje possuímos das comunidades arqueometalúrgicas é, no entanto, bem diferente, de uma extraordinária riqueza e diversidade. O que poderia fornecer, aparentemente, confirmação parcial à revisão proposta por Renfrew (1979).

É minha convicção que não será viável, em futuro próximo, acumular certezas fundamentadas sobre as «origens» do Calcolítico em território português. O desconhecimento de uma possibilidade, ou o reconhecimento de opções diversificadas, não implica necessariamente que se forjem modelos sem suporte artefactual ou de estruturas. A discussão em torno a uma qualquer *origem* implica o conhecimento de um foco ou focos geradores de uma dinâmica de transformação que se propague num dado espaço. E a duas alternativas: a da inexistência de receptores para as novas estruturas (ou sistemas culturais) ou a presença, nas áreas que sofrem o impacto, de comunidades em diverso grau de organização e desenvolvimento, abertas à aculturação.

O debate em torno às origens do Calcolítico tem implicado ou a aceitação da simples existência de colónias, ou a instalação de feitorias ou a transformação por mecanismos endógenos das comunidades existentes. A meu ver, e contrariamente ao que se tem afirmado, nenhuma das hipóteses exclui a outra, daí falar adiante da *incompatibilidade fictícia dos modelos*.

Para colocarmos a tónica numa colonização proveniente de uma qualquer outra área, seria indispensável que nos novos territórios «colonizados» surgissem conjuntos artefactuais idênticos aos das metrópoles ou que, no mínimo, persistisse uma percentagem significativa de associações. E ainda, nesse caso, não aceitaríamos como indicador de origem a

presença isolada de artefactos ideotécnicos, pela sua própria natureza e pelas características particulares de que se reveste a transmissão e aceitação dos fenómenos relacionados com o sagrado.

Se admitíssemos que nos encontramos perante feitorias, seria impossível não começarmos por nos questionar *quem* comercia *com quem* (e também: *o que é* comerciado). Isso implicaria um conhecimento preciso das necessidades específicas e das carências dos grupos, bem como a concreta natureza dos bens envolvidos no processo das trocas. *Colonos*, *mercadores* e *indígenas* só podem ser facilmente destrinçados quando existem realmente *novos* produtos, correspondendo a *novas* procuras. Por outro lado, o comércio de anfíbolas e similares, bem como o do sílex, sempre movimentou a nível interno os grupos neolíticos do território hoje português e o cobre existiu em ocorrências de superfície delimitadas no Extremo Sul. A ser esta aliás a única matéria prima procurada que justificaria os custos de um comércio a longa distância, então teremos que procurar nos povoados «indígenas» o que eles ganharam com a troca.

Se se propusesse como explicação o adensar de pulsões internas às sociedades do Neolítico «final», despoletando crescimentos assimétricos, tensões sociais, bloqueios internos, contradições específicas que conduzissem a uma diversificação vertical dos grupos, teríamos então de os definir com precisão, procurando compreender em que momento da diacronia intervêm e porquê. Estaríamos aqui nos claros domínios dos «mecanismos de passagem».

Duas maneiras existem de começar a discussão, no sentido que os ingleses dão a esta palavra. A primeira, uma listagem sistemática das teorias e dos pontos de vista enumerados pelos diversos estudiosos ao longo do tempo, foi inicialmente prevista, mas perdeu sentido após a publicação do excelente e quase exaustivo estudo de Arribas e Molina (1984). No actual contexto, pareceu-me mais adequado destrinçar questões e discutir os modelos possíveis, que agrupam as possibilidades interpretativas actuais. Após breve referência ao começo da questão, veremos dois grupos de sítios, paradigmáticos pelas interpretações que os envolveram: Los Millares/ El Barranquete, Vila Nova de S. Pedro/ Zambujal.

Pareceu-me importante registar o que chamei «difusionismo *da Velha Europa*», um grupo de postulados que ganharam recentemente novo eco e que, de formulação independente do modelo de Sherratt, parecem querer funcionar sem as precauções que ele contém.

O «indigenismo» é um fenómeno interpretativo específico e não se pode hoje compreender sem a invocação de leituras tutelares, às quais se acrescentaram, por convergência, as contribuições de autores como Guilaine (ao reforçar, para um outro período, a importância da multiplicidade dos focos da neolitização). Recentemente, novas ópticas se acrescentaram à faixa mais moderada desta área, particularmente em consequência do desenvolvimento das pesquisas da escola de Granada (Ramos Millán, 1981).

Finalmente, feito o balanço dos modelos disponíveis, equacionados os dados recolhidos, ver-se-á o que é possível concluir. O fenómeno da calcolitização do Alto Algarve Oriental faz parte de um muito mais amplo fenómeno. Ao estudá-lo, pareceu-me absurdo não o encarar na sua real escala contextual. A leitura teórica dos modelos em causa não fez, porém, esquecer o que é necessário para que eles tenham um mínimo de aceitabilidade: factos. Nem a natureza ampla das questões discutidas o caso específico do Alto Algarve Oriental.

8.2. O DIFUSIONISMO ORIENTALISTA: COLÓNIAS, COLONOS E MINERAIS

8.2.1. *O começo*

O fascínio exercido pelos diversos Orientes sobre os investigadores que se debruçam sobre a Pré-História europeia distribui-se por distintas categorias. Mas no começo era simples de explicar e nada tinha a ver com o Calcolítico.



Fig. 8.1. O mundo do Egeu.

O fenómeno peninsular de maior impacto na investigação arqueológica mundial, ao nível do pós-glaciar, e antes do mundo clássico, resume-se ainda hoje à origem e evolução do megalitismo. Só tardiamente se percebeu que não eram apenas os últimos momentos deste que tinham a ver com a Idade do Cobre e que o seu florescimento no Ocidente Peninsular acarretara mudanças substanciais na superestrutura, particularmente no modo de conceber as cerimónias que envolvem a morte.

O primeiro modelo explicativo a ser avançado para o megalitismo e, indirectamente, para o Calcolítico tipo Millares, não foi, porém, o orientalista e, a seu tempo, comentaremos a aproximação preditiva de Estácio da Veiga e Åberg. É, no entanto, o orientalismo que consolida uma quase unanimidade em torno à sua formulação, definindo-se uma estrutura que sobrevive, quase inalterada, até aos nossos dias.

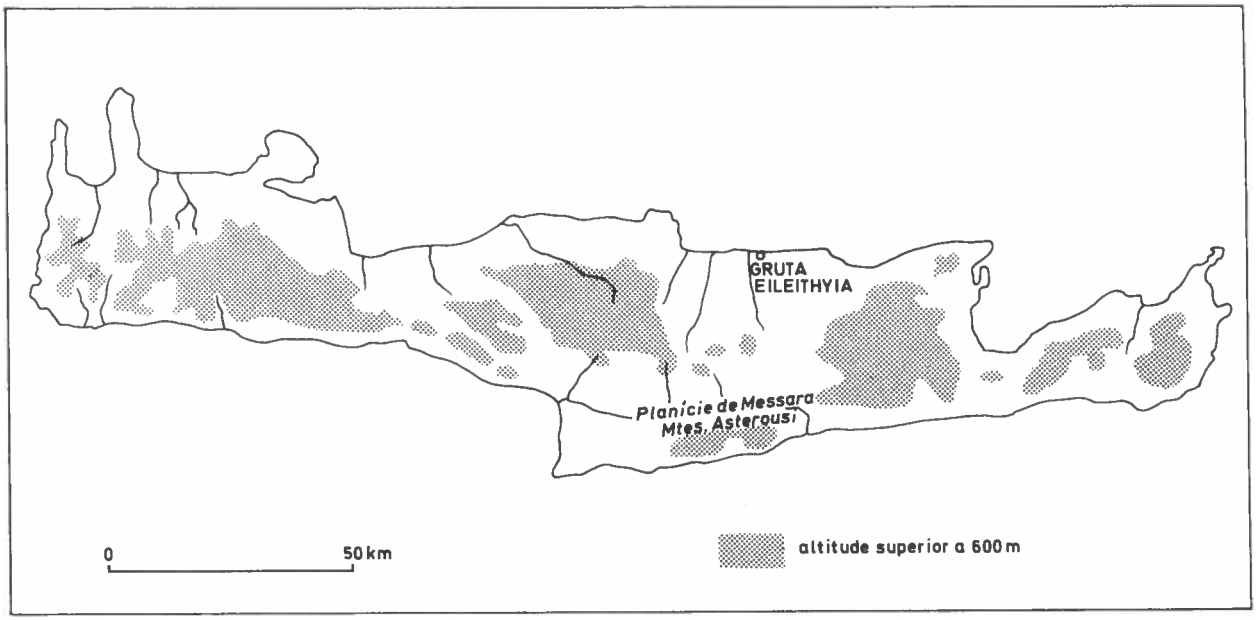


Fig. 8.2. Creta.

Sumário e quase ingénuo nas suas primeiras propostas (Siret, 1893, 1909), o orientalismo afina posteriormente argumentos de uma forma exemplar, recorrendo a paralelismos de estruturas monumentais (Los Millares, Vila Nova de S. Pedro), sem apresentar, no entanto, variações no modelo básico.

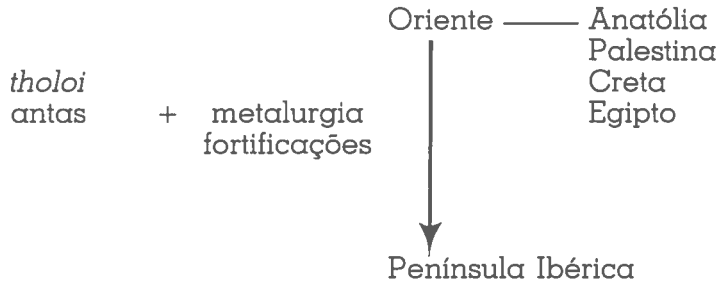
Porém, os argumentos usados não resistiam a uma segunda análise, uma vez verificada a inexistência significativa de materiais importados, a ausência dos conjuntos de artefactos de uso comum exógenos, a dificuldade em explicar a rápida difusão de técnicas construtivas. A tudo isto haveria que juntar sérias reservas em considerar patognomónicos artefactos «de luxo» ou relacionados com o sagrado. Ainda assim, o suporte extra-peninsular, proveniente de um modelo exclusivamente teórico, sem a mínima base artefactual, veio «resolver» a questão. Com efeito, Gordon Childe, após formular a sua teoria de uma «Revolução Neolítica», procura compreender o Egeu em termos de uma realidade dinâmica e culturalmente explosiva. Assim, o desenvolvimento do mundo cretense (Childe, 1925) teria explicado uma expansão para Ocidente. Os missionários egeus trariam consigo nova religião, implicando uma concepção do além-túmulo que conduziria à construção dos grandes *tholoi* peninsulares, iniciando a tradição megalítica na Península.

Esta ideia de um missionarismo oriental, a um primeiro olhar absurda, tem paralelos históricos modernos e contemporâneos, pelo que se explica a fácil aceitação registada. Todas as contribuições posteriores recorrem a comparações episódicas sobrevalorizadas e invocam sistematicamente áreas concretas para possíveis origens. Mas não alteram estruturalmente o modelo.

Podemos, a meu ver, abstrair a questão da origem exacta dos colonizadores: o que persiste, nesta perspectiva, é uma extensa seta no Mar Interno, saindo de algures no seu Extremo Oriental e vindo morrer no Extremo Ocidente. Os sítios invocados são conhecidos: a Anatólia (cara aos Almagro), Creta (que não está ausente, particularmente a planície de Mesara, da «explicação» de Maria J. Almagro Gorbea) e, mesmo, o Egipto, inicialmente muito referido pelos Leisner.

Na Península, Los Millares, Vila Nova de S. Pedro, Barranquete e Zambujal justificaram o modelo. Perante tal força de «argumentos» e o peso real dos seus paladinos (Childe foi, realmente, um dos maiores nomes da investigação sobre o Neolítico e o Calcolítico e as «revolutions in archaeology» (Trigger, 1980) dos mais estimulantes desafios do século), só um terramoto factual abalaria o absolutismo explicativo que este modelo conseguiu. E ele chegaria, claro, sob o impacto da segunda revolução do carbono 14. O que veremos noutro lugar.

Se resumirmos assim o orientalismo,



teremos as componentes essenciais do debate. A invocar tanto no que se refere aos argumentos do modelo em questão como dos que foram isolados pelas posições que se afirmaram posteriormente. Há aqui *novas* estruturas domésticas, *novas* estruturas funerárias e *novas* tecnologias. A que haveria que acrescentar, por omnipresentes nas referências, artefactos «de luxo» ou «prestígio».

8.2.2. Los Millares e Barranquete: primeiras leituras paradigmáticas.

Se voltamos a estes dois sítios do Sudeste tal se deve não à sua importância intrínseca (bem diferente de um para outro), mas ao que significam as duas leituras que em primeiro lugar para eles foram propostas. São de facto, e ao mesmo tempo, exemplares e paradigmáticas, consubstanciando o que pode ser considerado o mais delimitado dos modelos explicativos que se pretende analisar.

Foi o «êxito» de Vila Nova de S. Pedro que conduziu Almagro e Arribas a recomeçar Los Millares ou a sensação evidente de que restava praticamente tudo por dizer àcerca do sítio que os Leisner tão apressadamente tinham publicado? Não é fácil escolher resposta, nem isso verdadeiramente importa. O volume de 1963 representa, de algum modo, a formulação mais tipificada de uma certa arqueologia peninsular (também excelentemente representada em Portugal) e a continuação dos trabalhos em Los Millares, pela sólida equipa que Arribas viria a criar em Granada, uma auspiciosa viragem. O modelo produzido a propósito de Los Millares é triplamente significativo: (1) por cristalizar de forma minuciosa o orientalismo na sua versão mais decidida; (2) por representar um dos extremos das datações curtas para o Neolítico e o Calcolítico peninsulares e, finalmente, (3) por envolver o megalitismo na complexa teia de proveniências do Este mediterrânico.

Veremos rapidamente estas três contribuições.

Sobre a origem de Los Millares não existem dúvidas nem se admitem margens de erro: «Hoy es factible , visto el conjunto de sus manifestaciones arqueológicas, explicar el complejo fenómeno megalítico como un hecho histórico que podemos paralelizar, hasta un cierto punto, para su mejor compreensión, con la llegada de los españoles a América en 1492.» (Almagro e Arribas, 1963: 198). E, mais adiante, ainda a propósito do megalitismo, fala-se de «...la llegada del fenómeno megalítico, traído por gentes de raza mediterránea grácil, salidas del área del Egeo...» (*ibidem*: 198).

Para Almagro e Arribas, Los Millares não é senão «...la escala básica de los pueblos del Mediterráneo oriental...» e «...el centro de más intensa actividad minera de aquellos colonizadores y por hoy su más antiguo establecimiento en occidente.» (*ibidem*: 168). Isto quando são, apesar de tudo, escassos os sinais de intensa actividade metalúrgica en Los Millares. A caracterização destas populações exógenas não oferece para os autores qualquer dificuldade: metalúrgicos por profissão, adoravam a Deusa Mãe com olhos em forma de sol, pela propagação de cujo culto seriam inteiramente responsáveis.

O Mediterrâneo evocado como origem e escala não é nosso desconhecido, e muito menos os sítios nele enumerados: Baleares, Sardenha e Córsega, Sicília, Lipari, Malta e o Egeu. Aqui, Chalandriani (Siros), Mersin e Tarsus (na Cilicia), Alishar e Tróia II (na Anatólia) , Thermi V (Lesbos), Poliochni (Lemnos). O que os autores chamam, afinal, o mundo egeu-cicládico-anatólico. A que se acrescentaria Creta (particularmente a planície de

Mesara, origem dos *tholoi*...), bem como Chipre, a área grega continental e, evidentemente, o Egipto.

Megalitismo e Calcolítico (ou Bronze I, como sempre lhe chamou Almagro), têm portanto como origem sucessivos desembarques de povos do Mediterrâneo oriental, em busca das riquezas do Ocidente. Não se diz como delas souberam, mas as grandes certezas sempre foram incompatíveis com pormenores. Acaso não se moldou historicamente a explicação orientalista na grande arrancada fenícia para Ocidente?

O megalitismo peninsular, as antas alentejanas inclusive, derivariam pois das sepulturas de falsa cúpula, os *tholoi* dos colonos orientais, e seriam construídos a partir de 2000 antes da nossa era. E os seus protótipos percorreriam um extenso caminho: de Creta e das Cíclades, para Ocidente, com escalas por Malta, Gozzo, Sul de Itália, Sardenha e Baleares (*ibidem*: 185).

Mas o mais interessante, talvez, diz respeito à cronologia dos «protótipos»: Kalkani 529 (perto de Micenas), está datada entre 1525 e 1400, a Tumba Panagia (também em Micenas) de 1460 a 1400, e a própria «Tumba de Agamemnon», ou Tesouro de Atreu, de 1330 antes da nossa era. Com efeito, escrevem textualmente os autores que a cultura megalítica peninsular recebe «...la influencia de los grandes tholoi micénicos.» (*ibidem*: 196), o que implicaria a aceitação de uma cronologia curtíssima, desmentida por todos os dados, mesmo antes da generalização do ^{14}C. E colocaria o megalitismo peninsular *na segunda metade do segundo milénio*.

Em termos gerais, a monografia de Almagro e Arribas representa o ponto máximo de uma tendência reducionista que assumiu, na análise e na extracção de conclusões a extensas massas documentais, uma atitude de sistemática *compressão*. Essa compressão está patente não apenas na análise do megalitismo, mas também em referência a fenómenos anteriores, como é o caso da cerâmica cardial, que é considerada como ainda existente cerca de 2000 antes da nossa era, sendo assim contemporânea do megalitismo (*ibidem*: 250).

Uma extensa série cultural é desta forma comprimida numa estreita faixa temporal, sem que se discutam sequer os inevitáveis cavalgamentos e sobreposições, nem se perceba a grande distanciação cronológica entre alguns dos fenómenos orientais referidos e os ocidentais considerados correspondentes.

As casas circulares de Orcomenos (na Beócia), as casas-tholoi de Khirokitia, em Chipre, as fortalezas da fronteira sul do Egipto das Dinastias XI e XII são as inspiradoras de um transplante para a Península de um fragmento híbrido do Oriente Antigo, construído à maneira de um *Lego*, com peças das mais díspares proveniências.

Não se critica genericamente a apresentação deste modelo explicativo, que contém eventualmente pontos com outros suportes, mas sim o que ele (à semelhança do materialismo dialéctico aplicado ao megalitismo) efectivamente representa, a caixa modelo *standard* do arqueólogo do *Outono em Pequim*, que partia a realidade a martelo para que nela coubesse sem mais problemas.

Em 1973, a publicação da monografia sobre El Barranquete vinha concluir o modelo. M. J. Almagro Gorbea, abria de forma definitiva o seu trabalho: «El Barranquete (...) aporta junto con Los Millares algunos dados más para este conocimiento general de los primeros buscadores de metales que llegarón a la Peninsula antes del año 2000 a de J.C. y cuya influencia entre los naturales del país se acusa de muy diferentes formas según las regiones, aunque tamizó a todas con una misma cultura material y espiritual que dio uniformidad a todas las tierras por las que estas gentes pasaron.» (Almagro Gorbea, 1973: 10).

As «origens» para El Barranquete também não sofrem alterações, mas precisões, em relação a Los Millares.

Mesara é o paralelo que se evoca em primeiro lugar, mas a autora vai mesmo até Çatal Hüyük e Hacilar, em plena Anatólia, em terra sem barcos e no VII milénio.

Sem dúvida entendível, enquanto modelo teórico de carácter explicativo geral, o orientalismo dos dois Almagro ganha características altamente polémicas quando passa a basear-se agora em paralelismos de cores das cerâmicas e de algumas formas de acabamento. Invocam-se modelos de Tróia II e III, Beycesultan VI a IX e Mersin XII.

Los Millares e El Barranquete representam assim, considerando as limitadas ainda que abundantes publicações dedicadas a Vila Nova de S. Pedro, a corporização do modelo orientalista extremo na mais generalizada das suas vias, concretamente a marítima. São sítios paradigmáticos não tanto por si próprios (e Los Millares é realmente um lugar de

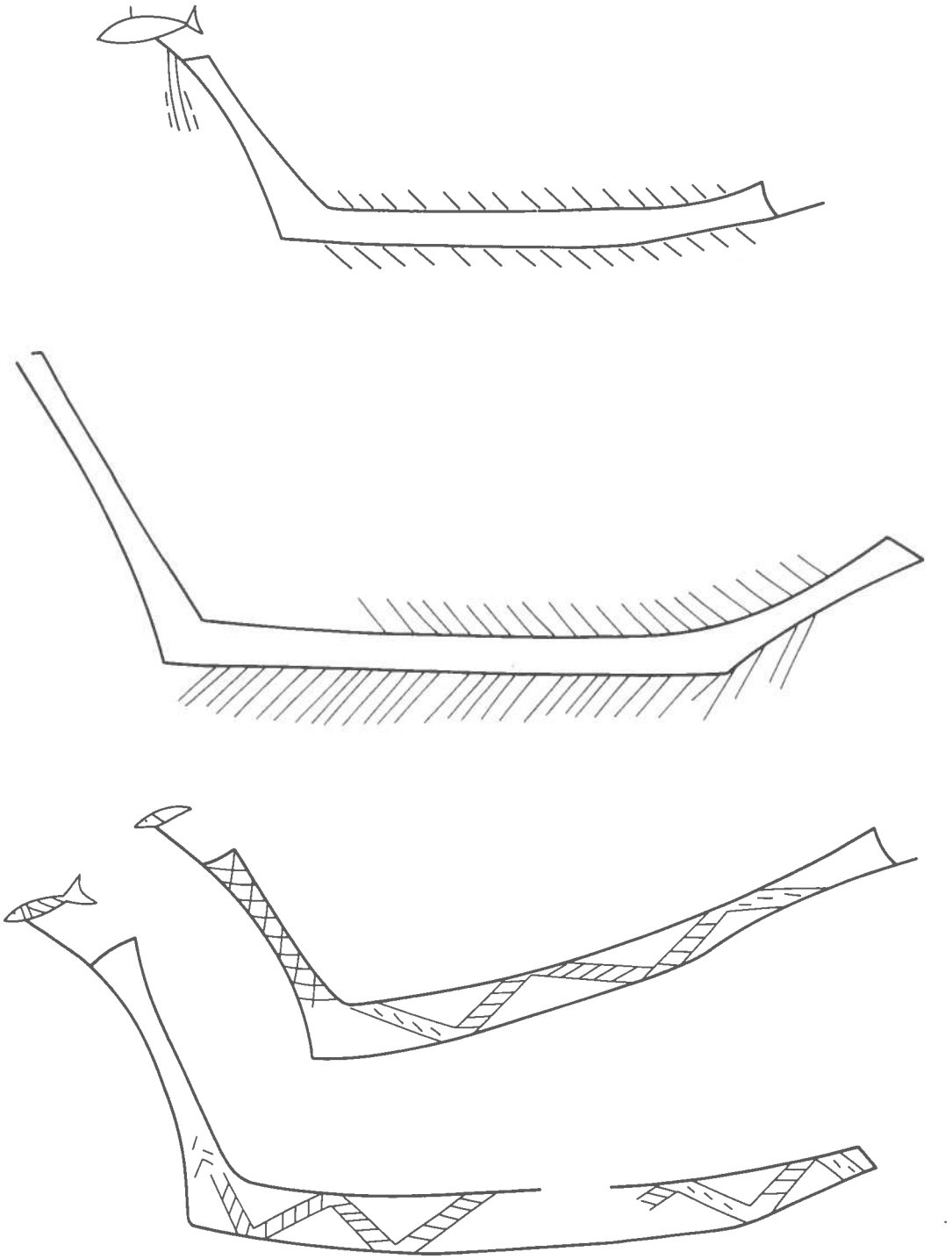


Fig. 8.3. Barcos cretenses representados em frigideiras cicládicas: era efectivamente possível (como muito anteriormente) navegar no Mediterrâneo. Resta saber quando, e quais as direcções (rotas e escalas).

excepção), mas pelas visões simplistas e redutoras que sobre eles foram construídas. A esse título os quisémos considerar emblemáticos mais de uma atitude mental que de um modelo teórico especificamente elaborado para explicar uma realidade. Em ambos os casos, as publicações anteriores dos autores tornavam quase inevitável o seu aproveitamento como contribuições para fórmulas pré-fabricadas. E se o povoado e necrópole de El Barranquete não sugerem à partida um feixe de questões excessivamente aberto, Los Millares, com a sua vasta área murada, os fortins protegendo acessos, e a extensa necrópole, representa só por si uma outra situação. Como explicá-la é bem diferente do que em outros casos mais simples.

8.2.3. *Vila Nova de S. Pedro e Zambujal: «colónias», «colonos» e minerais*

Se Los Millares representa de algum modo o começo, ainda ao tempo dos Siret, Vila Nova de S. Pedro é realmente o primeiro grande povoado fortificado peninsular a alimentar o orientalismo do apogeu.

Conhecem-se as dificuldades experimentadas por Paço e Jalhay para entender Vila Nova: foram precisos alguns anos para que percebessem que estavam a escavar um sítio fortificado, mais de vinte para que uma estratigrafia fosse proposta para a que deveria ser, indubitavelmente, a maior sequência da Estremadura. Ainda assim, esta estratigrafia alimentará os partidários da simplificação e quando se fala em «pré-campaniforme» e «campaniforme» acaba-se por, de um lado, contribuir para o confusionismo geral e para a simplificação automática de momentos e fases de crescimento, e, por outro, por desviar a atenção da *verdadeira* questão: a *duração* e a *extensão* do Calcolítico e o papel enquanto definidores dos materiais arqueológicos. O que é dizer, de outro modo, o *tempo*, o *espaço* e os *indicadores* que nos permitiriam entrosar neles as *culturas* humanas.

A este nível, poucos sítios desta importância terão sido tão mal interrogados e irremediavelmente mutilados. Vila Nova de S. Pedro é hoje, mais que um importante sítio arqueológico, um sério aviso. Assim haja quem o entenda.

Tal como se disse, não é este o lugar para análises «históricas» exaustivas e começar-se-á pela primeira assunção internacional de uma linha interpretativa para Vila Nova e não pelos comentários desgarrados que a antecederam.

Paço e Jalhay publicam em 1945 uma primeira súmula dos seus trabalhos. Divulgado em Espanha e em castelhano, trata-se de uma certa maneira da consagração do sítio e das informações que ele poderia fornecer. As características das estruturas monumentais e, sobretudo, a densidade dos artefactos transformavam Vila Nova num «objecto arqueológico» de primeira grandeza. Sumariamente, tratava-se de um lugar de ocupação, fortificado, construído por povos do Mediterrâneo Oriental aí instalados como comerciantes de metais, mais propriamente do cobre. Implicitamente, a não especificação transformava o sítio simultaneamente em *colónia* e *feitoria*. Colónia, pelas suas dimensões. Feitoria, por constituir, no entendimento dos seus escavadores, um lugar de comerciantes em ligação com as metrópoles de origem.

As referências e comparações sucedem-se, aliás: «La influencia egipcia parece indudable, tal es la semejanza con los objetos que nos presenta Morgan de las márgenes del Nilo» (1945: 31, a propósito da faca de cobre encabada); «...aparecen abundantemente en Egipto...» (*ibidem*: 89, a propósito das contas de colar discóides); «Otro argumento en pro de estas relaciones con Egipto son los cuernecillos de barro...» (*ibidem*: 89); «... rito usual en la religión de los pueblos caldeo-asirios.» (*ibidem*: 45, a propósito dos «ídolos-pinha»).

Vila Nova de S. Pedro não foi vista como um bloco, apesar de assim o parecer por defeito de escrita. Cedo perceberam Paço e Jalhay que deveria ter existido uma sequência evidente até períodos tardios e que era possível aceitar também intrusões a essa longa linha evolutiva interna. Claramente da Idade do Bronze as últimas destas presenças, havia no entanto demasiados componentes calcolíticos para que se admitisse a existência de um único conjunto.

Da forma como as escavações foram feitas, era impossível entender sequências finas e extrapolá-las para o conjunto das situações (recorde-se que Paço, e mesmo Jalhay, raramente estiveram presentes durante a totalidade dos trabalhos e que muitas vezes se des-

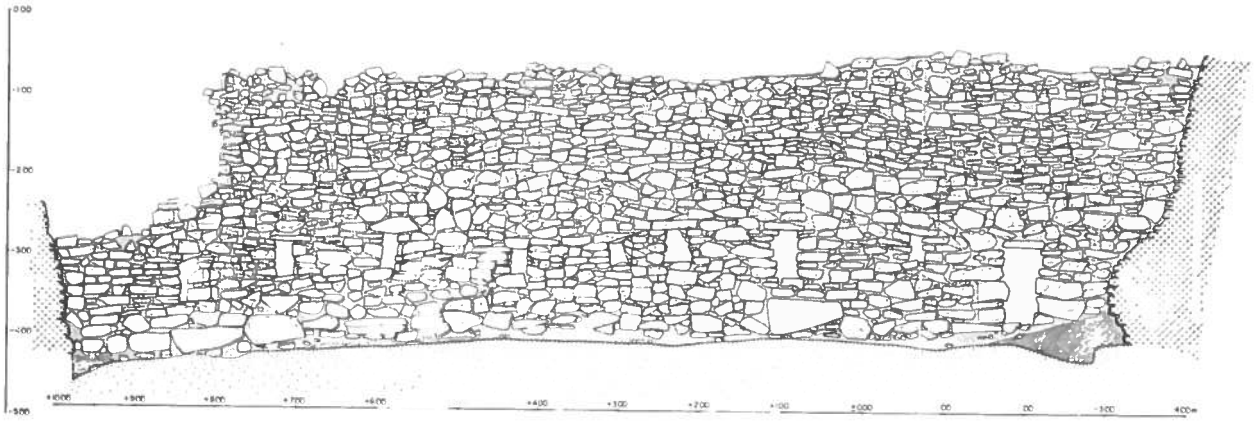


Fig. 8.4. A barbacã do Zambujal, segundo Sangmeister e Schubart, 1981: Abb. 8, pp. 32-33.

locaram apenas ao campo para recolherem o espólio que os trabalhadores de Vila Nova e Torre Penalva deixavam ficar junto da terra crivada).

Não surpreende assim que Savory e Sangmeister tenham procurado o melhor possível colmatar as brechas do edifício e que este último se tenha finalmente decidido a avançar noutro sítio, cujas potencialidades todos conheciam, o Casal do Zambujal.

Moderado nas suas análises, prudente nas suas afirmações, arriscando-se apenas quando os contextos o exigiam, devemos a Savory não apenas aquela que é ainda hoje a melhor síntese sobre a Pré-História Peninsular (e portuguesa, em particular) como um dos mais lúcidos textos escritos sobre Vila Nova, sítio em que trabalhou durante o ano de 1959.

E é justamente o texto de Savory, inicialmente publicado em inglês (1970), e republicado em português por nossa iniciativa (1983-84), que vem recolocar problemas perigosamente dispersos e fornecer ao modelo orientalista a sua imagem mais tranquila: do Oriente, sim, em parte, do Egeu, particularmente, e durante todo o tempo, mas dinamizando culturas indígenas. Savory constrói na realidade, delicadamente, a síntese possível no final da década de 60, de onde a Anatólia, o Egeu e a Palestina exorcizam definitivamente o fantasma egípcio, mas onde a força do mundo oriental permanece constante, ainda que as reservas sobre a evolução da arquitectura militar sejam significativas. Com efeito, Savory diz peremptoriamente que existiu «...uma lenta evolução da arquitectura militar na região em torno do estuário do Tejo desde o início da cultura calcolítica local...», ainda que admita que ela seja resultado «...da contínua influência do Mediterrâneo Oriental.» (1983-84: 26).

Se a nível artefactual Savory aceita o Egeu, Creta e as Cíclades, como proveniência de algumas cerâmicas, nomeadamente dos «copos», a insistência numa fase *pré-millarense* eventualmente não fortificada, desbloqueia a questão dos torreões como Blance a entendeu.

Parece-me, depois dos meus próprios trabalhos em Vila Nova de S. Pedro, que *não existiu nunca uma fase não fortificada* e que o Muro III, ou terceira linha de muralhas, é cronologicamente a primeira. Tal como vimos em Santa Justa, o primeiro momento do dispositivo defensivo não tem torres, que se acrescentam posteriormente em sucessivas sequências de construção. Se os «copos» indiciam realmente uma primeira fase no Calcolítico estremenho, a primeira fase de Vila Nova de S. Pedro é a de mais extensa ocupação

de todas e a fortificação central traduz, no seu aspecto final, uma efectiva retracção do povoamento e a densificação do risco. Quando as áreas entre muros são parceladas por muros tardios, esse risco (traduzido num verdadeiro *estado de sítio* permanente?) teria atingido o seu pico máximo.

Chegámos aqui a um verdadeiro ponto de torsão no debate possível em torno a Vila Nova. Mas a ele voltaremos adiante.

A propósito do Zambujal, as posições nascem evidentemente de outras anteriores e é significativo da preocupação dominante em Sangmeister e Schubart que os primeiros volumes da excelente monografia sobre o sítio comecem exactamente pelas fortificações, admiravelmente registadas, mas interpretadas de forma que não deixa de ser polémica (o que está longe de ser incompreensível).

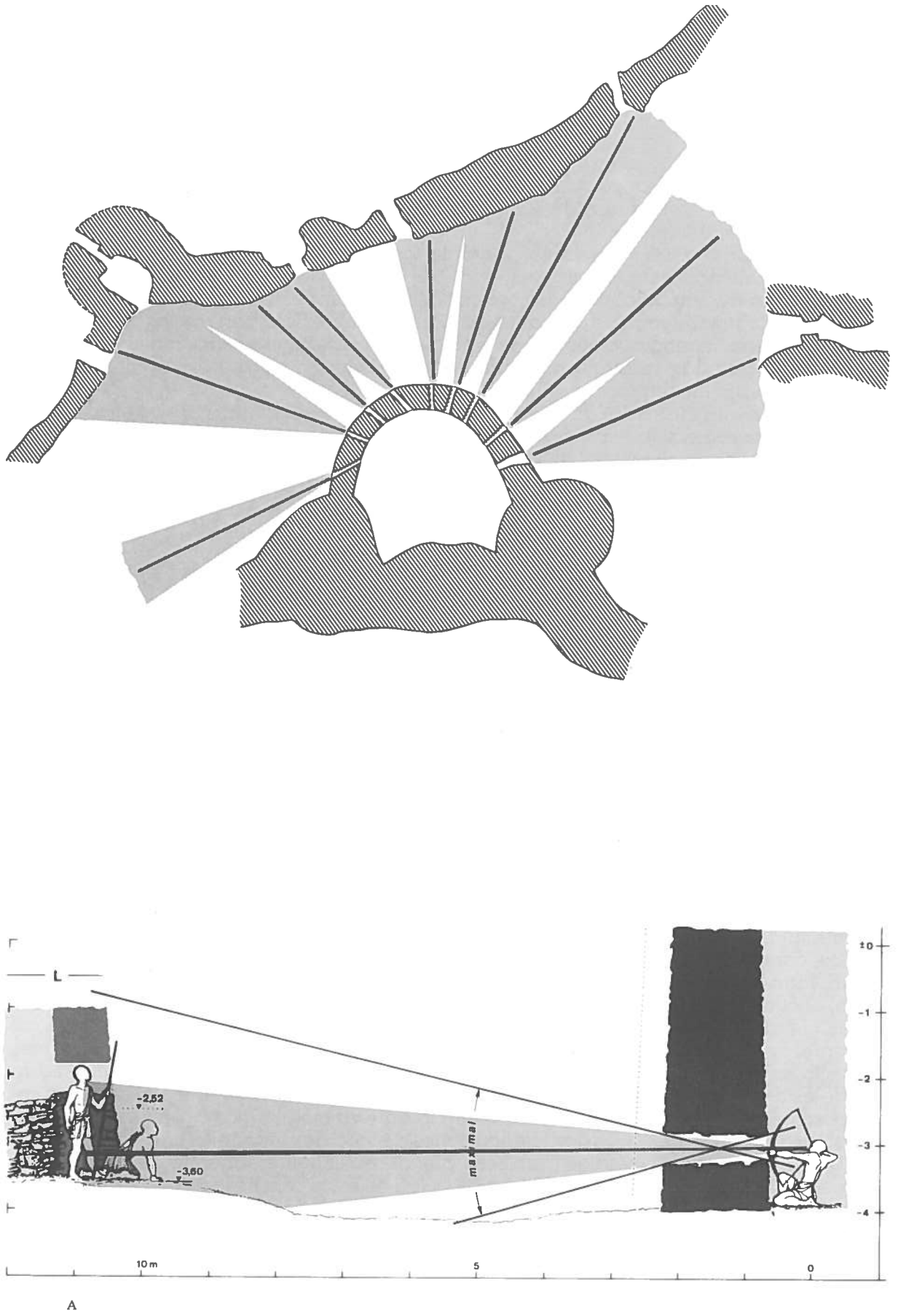
Particularmente ilustrativo do que digo é a leitura fornecida para as «seteiras» da barbacã, essa impressionante estrutura cuja finalidade não me parece ainda esclarecida. Como compreender, com efeito, os ângulos mortos patenteados (Sangmeister e Schubart, 1981: 34 e 35)? Atribuir a uma não funcionalidade das «seteiras» o abandono de tão dispendiosa construção (dispendiosa em pedra e mão de obra) parece, a uma segunda análise, um verdadeiro *non sense*: mais «fácil» seria abrir novas aberturas, mais adequadas ao tiro dos arqueiros e corrigir os erros de construção.

Por outro lado, a literatura da especialidade é omissa sobre «seteiras» praticamente ao nível do solo. A abundante bibliografia sobre as fortificações militares de todas as épocas regista e descreve seteiras a meia altura ou em topo de muro recortado. Qualquer arqueiro moderno conhece as necessidades de ângulo livre para um tiro eficaz e o próprio acesso dos atiradores a um espaço relativamente amplo, mas fechado, contradiz as normas de construção militar para períodos anteriores ao uso da pólvora. Até mesmo um besteiro, que devido à orientação horizontal do eixo da bésta dispararia razoavelmente do interior da barbacã (uma vez contabilizada a eficácia da protecção contra o tiro do inimigo e a disposição horizontal da sua arma), sentiria dificuldades em cobrir a área. Quanto a um arqueiro convencional, só usando um arco curto teria algumas possibilidades.

No entanto, se magra é a evidência artefactual, neste povoado estremenho, que permita falar do Oriente, e se contestáveis são alguns aspectos interpretativos, a presença maciça de construções defensivas, as constantes fases de reconstrução e consolidação do dispositivo implicam simples mudanças de estratégia ou sugerem alterações substanciais na relação «colonos»/indígenas?

Schubart escreveu: «los fundadores, constructores y primeros habitantes de Vila Nova y Zambujal fueran o colonizadores del Mediterráneo o, cuando menos, comerciantes en metales, compradores cuyos clientes radicaban en la zona oriental del Mediterráneo.» (1976: 203). E, logo de seguida, refere «...una inmigración directa, por lo menos de un pequeño grupo, el cual determinó el carácter de las fortificaciones y de muchos otros elementos culturales.» (*ibidem*). Para, contraditoriamente, afirmar «Estas plazas no son exactamente colonias en el sentido de las posteriores fundaciones fenicias y griegas del milenio primero. Para ello es demasiado escasa la participación oriental directa en el inventario. La función de estos establecimientos , no obstante, puede estar muy parecida a ésta de las colonias posteriores. Eran lugares de tránsito para la riqueza metalúrgica del interior.» (*ibidem*). E, em guisa de conclusão, «...estas fortificaciones a modo de ciudadelas constituyeron depósitos bien protegidos de metales preciosos y sirviéron simultáneamente de ultimo refugio a un pequeño grupo de colonizadores. La situación de estos colonizadores en un país extranjero y la necesidad de una protección especial para sus tesoros de metal dan las razones para la construcción de este tipo de ciudadela.» (*ibidem*: 204).

Zambujal, como Vila Nova de S. Pedro, alimentava excelentemente o orientalismo, de *per si*, mas o seu impacto caiu em flecha quando, em fins dos anos 70 e durante a década de 80, a escavação de Santa Justa e Monte da Tumba vieram alargar o campo de análise. Se até aí se aceitavam como colónias (ou feitorias) sítios bem localizados numa entrada fácil do território, assim facilmente «explicáveis», a existência de fortificações no Baixo Alentejo e Algarve vinha reposicionar a questão: ou estaríamos perante entradas maciças de povos, ainda não discutidas e indetectadas a partir dos contextos artefactuais, ou uma outra série de questões deveria ser levantada: que sociedades realmente ocuparam o espaço do Ocidente Peninsular e como o fizeram. Talvez por isto, e na altura em que Santa Justa se encontrava já parcialmente escavada, Sangmeister e Schubart, ao escreverem um



A

Fig. 8.5. Reconstituição dos ângulos de tiro possíveis através das seteiras da barbacã do Zambujal, *ibid.*: 34-35. Para que os arqueiros pudessem atirar eficazmente, teriam efectivamente de estar ajoelhados. Mas, para que tal posição fosse minimamente funcional, seria necessário que as alturas dos atiradores fossem idênticas. Caso contrário, os espaços das seteiras não corresponderiam a um correcto enfiamento de tiro. Por outro lado, o único arco que permite tiro nessa posição seria o arco curto. E se não é possível saber-se, através das pontas de seta, a real dimensão das setas, menos ainda se pode supor a dimensão do arco que as projecta. A interpretação deste notável monumento, cuja escavação parece contudo irrepreensível, permanece, a meu ver, em aberto.

pequeno artigo de divulgação (1984), registam os novos tempos de discussão. O vento não soprava, naquela altura, do Oriente e o impacto dos ataques de Renfrew atingira o seu ponto máximo em Espanha: pela primeira vez conhecida, os autores alemães admitem como possível uma alternativa ao seu esquema das colónias. Não se trata ainda, realmente, de um voltar atrás, mas simplesmente do reconhecimento da possibilidade de uma outra explicação, avançada aliás sem entusiasmo, a de os indígenas terem sido estimulados pelo interesse que comerciantes orientais manifestavam pelo cobre, tendo construído fortificações para protegerem o seu comércio, a conselho e sob direcção dos recém-chegados.

Não sendo propriamente uma inflexão do orientalismo, nem o recolocar de questões em discussão, este novo passo deve ser considerado mais como uma cedência perante as pressões dos «indigenistas» que um efectivo reformular de uma teoria consolidada. A este nível, marca preferencialmente o enfraquecimento de uma leitura sem suportes teóricos que a emergência de uma situação de maior flexibilidade.

A prossecução do estudo dos materiais arqueológicos recolhidos no Zambujal não deixará, certamente, de reavivar a questão. Em que direcção, resta saber.

8.3. O DIFUSIONISMO DA «VELHA EUROPA»: DEUSES, CAVALOS E METALURGISTAS

A ideia de uma evolução «velho-europeia», independente e autonomamente criativa, não é nova e pode ser entendida como a sequência do desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Leste europeu e da migração para Ocidente de alguns dos seus quadros. Não se trata nem de um ramo paralelo do difusionismo orientalista, nem constitui, de algum modo, uma sua variante.

Um dos seus componentes, paradoxalmente o que foi lido numa perspectiva geográfico-cultural mais delimitada, assenta na «religião». Aquando da primeira tentativa de síntese ampla sobre os Deuses e Deusas centro-europeus e mediterrânicos (Gimbutas, 1974) é proposta uma expressão adequada ao que constitui a trave mestra de uma nova interpretação, a da existência de uma região homogénea, com uma antiga e coerente evolução superestrutural, a «Velha Europa» (o livro de Marija Gimbutas chama-se justamente *The Gods and Goddesses of Old Europe. 7000 to 3500 BC. Myths, Legends and Cult Images*).

Deuses e Deusas, bem como imagens de culto, estão efectivamente presentes no livro de Gimbutas. Mitos e lendas são mais subjectivamente tratados. O âmbito geográfico é, porém, explícito: dois mares (o Mar Negro e o Mediterrâneo), dois rios de particular importância (o Dniester e o Danúbio), ilhas e arquipélagos (Chipre, Creta e as Cíclades) e a faixa costeira da Anatólia. O que corresponde, na realidade, à ampliação do conjunto de territórios considerado pelos orientalistas, agora em direcção à Europa central e à exclusão do Egipto das malhas do que a autora chama literalmente a *civilização* europeia autóctone. A formulação e o preenchimento teóricos desta nova proposta são definidos inequivocamente: «A new designation, Civilization of Old Europe, is introduced here in recognition of the collective identity and achievement of the different cultural groups of Neolithic-Calcolithic southeastern Europe. The area it occupied extends from the Aegean and Adriatic, including the islands, as far north as Czechoslovakia, southern Poland and the western Ukraine. Between *c. 7000* e *c. 3500* BC, the inhabitants of this region developed a much more complex social organization than their western and northern neighbours, forming settlements which often amounted to small townships, inevitably involving craft specialization and the creation of religious and governmental institutions.» (*ibidem*: 17). O trabalho do cobre, do ouro, a escrita, são invenções locais que definem uma civilização bem sucedida.

Não é este o lugar adequado para uma crítica às propostas de Gimbutas, algumas de um assinalável subjectivismo (como é o caso da figuras narigudas da Tessália ou de Vinca, imediatamente rotuladas de «Deusas-pássaro»), mas para procurarmos compreender o que fica de fora dela.

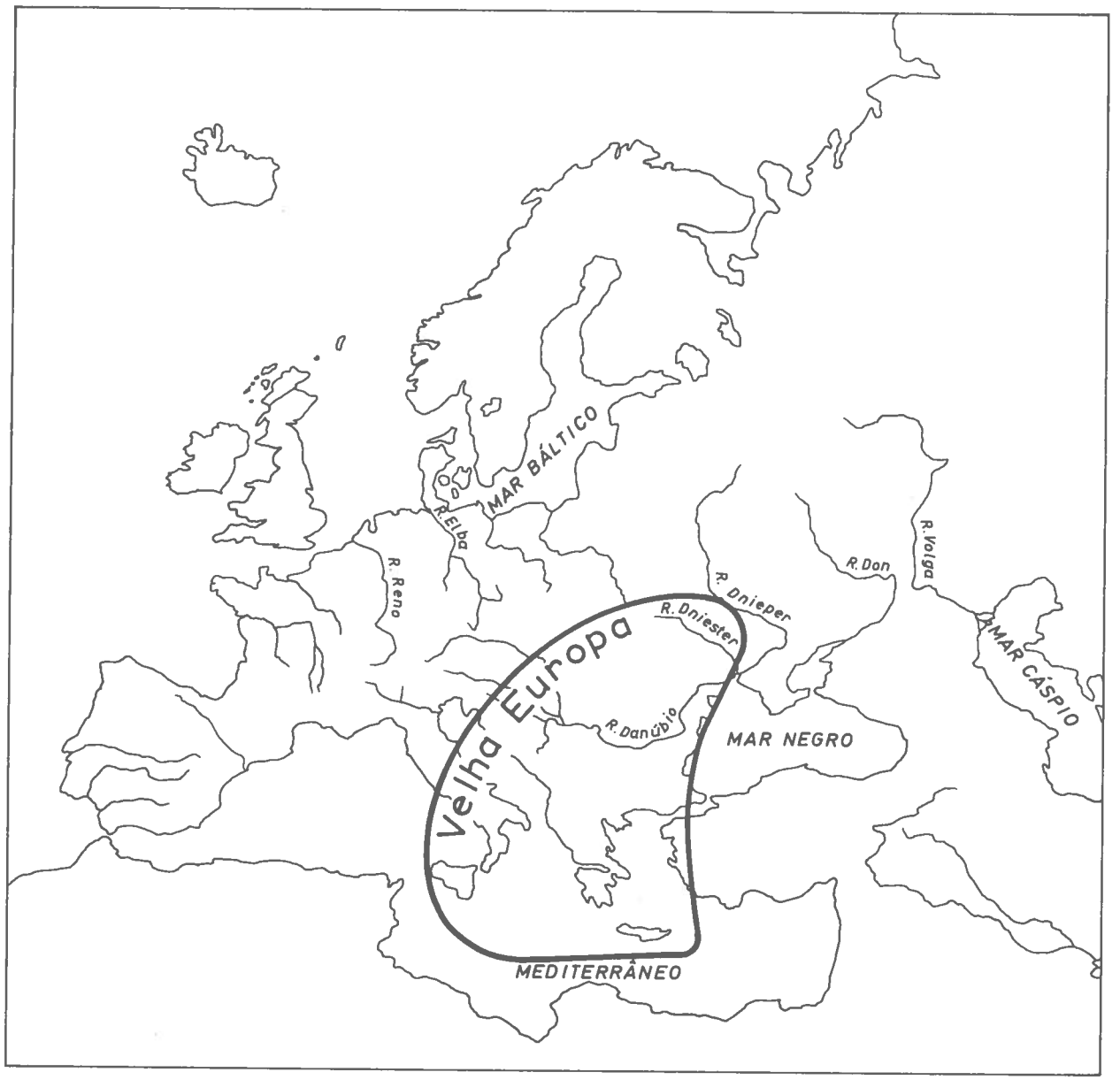


Fig. 8.6. (*em cima*) A Velha Europa, segundo Gimbutas.

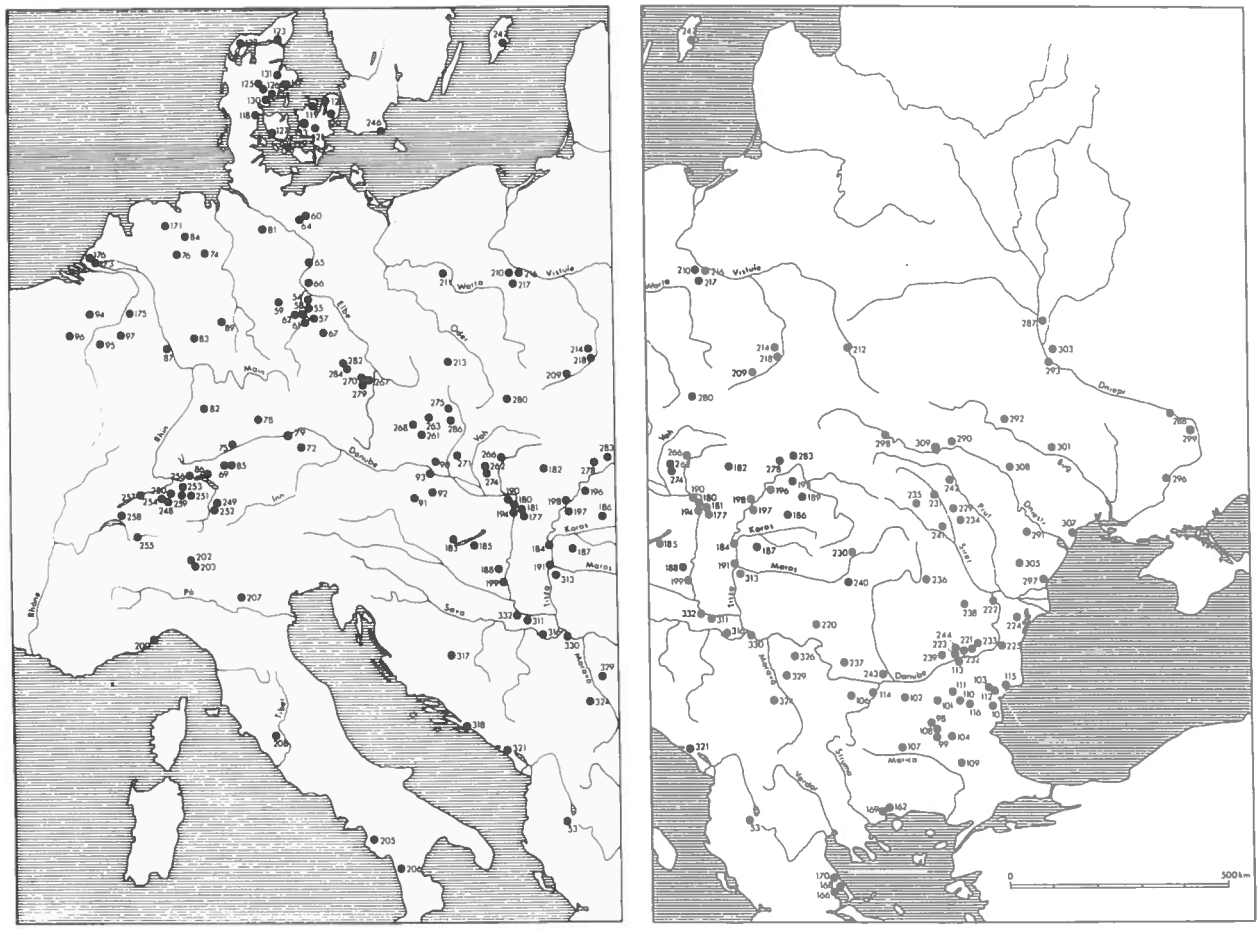


Fig. 8.7. Os sítios mais importantes do Calcolítico europeu (*sic*), para Lichardus *et al.*,1980: 488-489).

Posição compartilhada pelos autores de origem leste-europeia, Gimbutas naturalmente incluída, é a minimização dos fenómenos exteriores à região que estudam, num leque de atitudes que vai da pura e simples exclusão à marginalização definitiva. Se a autora que temos vindo a referir se inclui nesta última tendência (que nela pode ser justificada pela intencional delimitação do campo de trabalho), o recente (1985) caso de Lichardus e Lichardus-Itten é paradigmático: num livro da excelente *Nouvelle Clio* intitulado «Proto--História da Europa», estranhamente subintitulado «O Neolítico e o Calcolítico», o tema quase exclusivo é justamente uma «Velha Europa» alargada, onde a França só cabe manifestamente por ser o país que edita a obra. A Península Ibérica é radicalmente excluída.

Jan Lichardus é aliás explícito quando, ao explicar a razão de referências ao Próximo Oriente, fala das «...zones périphériques de l'Europe (péninsule Ibérique, sud de la péninsule Italique, iles Britanniques, Scandinavie septentrionale, Russie centrale et orientale) [qui] ont connu des évolutions locales certes importantes mais qui apparaissent souvent comme des contrecoups particuliers de phénomènes plus généraux, pour lesquels ils n'ont joué qu'un rôle sécondaire.» (*ibidem*: 8). O Calcolítico, a sua génese e dinâmica, decorrem, para estes autores, de elementos provenientes das estepes pônticas que produzem a aculturação progressiva dos autóctones (*sic*, *ibidem*: 510). Mais uma vez o mundo específico e fechado da «Velha Europa» é encarado não apenas como uma unidade exclusiva, mas como um mundo rigorosamente autónomo, elaborando contribuições como a metalurgia e o uso do cavalo, que difundirão à restante Europa. A sistemática ignorância dos autores principais de língua inglesa define também o isolacionismo a que a pesquisa radicada em certas regiões europeias se tem vindo sistematicamente a enquistar.

Não é tanto a metalurgia do cobre ou o uso do cavalo que importam, mas a maneira como as sociedades se articulam com esses novos componentes. O cavalo europeu pode ser originário das estepes pônticas, tal como o uso do cavalo foi adquirido pelos índios da América do Norte aos europeus, mas a integração que as sociedades conseguem de um elemento exógeno, transformando-o num recurso local, é uma sólida advertência para o entendimento da difusão (mal conhecida) do cavalo através da Europa.

Deuses, cavalos e metalurgistas podem ter sido criados no grande cadinho cultural que indiscutivelmente foi a «Velha Europa». Mas, paralela e independentemente, outros centros podem ter formulado ideias e elaborados conceitos em que se vieram a integrar imagens e tradições de outras áreas. Não parece necessário dizer que os autóctones foram aculturados, mas, talvez mais adequadamente, que no Extremo Ocidente se forjam sínteses de civilizações sobre uma consistente base local.

Recentemente, Varela Gomes e outros, ao estudarem o carro gravado no santuário exterior do Escoural, colocam especial ênfase nos paralelos centro-europeus. No entanto, no debate sobre povoados calcolíticos fortificados que constitui um pouco o ponto da situação a metade da década de 80, Varela Gomes pronuncia-se por entradas de povos a partir do litoral falando claramente de «...um corte cultural muito grande, um corte cultural a nível da cultural material - e também um corte ao nível religioso.» (Gonçalves *et al.*, 1983-84: 143). E é significativo da agitação provocada por esta afirmação o facto de o debate se ter desarticulado de seguida, numa série divertida de intervenções e contra-intervenções. Prova clara que o nosso conhecimento dos fenómenos de calcolitização está longe de ter definitivamente estabilizado.

8.4. O «INDIGENISMO»

> «Pouco ou nada me prendo ás theorias que tão incautamente se applicaram a todos os reinos do Occidente, incluindo-se mesmo aquelles não sufficientemente explorados, no intuito de brindal-os com uma invasão portadora dos inicios da metallurgia; porque essas theorias, embora podessem até certo ponto ser applicaveis a determinadas parcellas da Europa, não podiam conscienciosamente impor- se aos territorios não ainda estudados ou pouco conhecidos.»
>
> Estácio da Veiga, 1889: 2

Estácio da Veiga, o pioneiro da arqueologia do Algarve, escreve desde cedo (1888) sobre a precocidade e a importância do Calcolítico, a Idade do Cobre, para usar a sua expressão.

Logo no primeiro volume das *Antiguidades*, e a terminá-lo, Estácio da Veiga expõe com indisfarçada ironia o difusionismo pan-asiático. Ao falar dos «orientais» que teriam vindo até Portugal «...dos asiáticos viveiros da procreação humana...» (1886: 304), diz «Os transfugas chegaram até á ultima raia de terra firme; o viveiro era inexgotavel; deu para tudo! Saíram com o espirito já dominado de superstições; mas no coração desses desertores é que ainda não tinha raiado o sentimento saudoso da patria; pois não ha provas de torna viagem. A patria...era o mundo!» (*ibidem*). Para concluir perguntando «Será este o modo de explicar a identidade d'esses productos industriaes, que ao mesmo tempo apparecem no Algarve e na America do Sul? Reservo algumas duvidas (*ibidem*: 305).

Com a escavação de Alcalar, as dúvidas de Estácio da Veiga (se é que alguma vez existiram) parece terem-se dissipado por completo, substituídas por sólidas certezas, sendo aliás mais provável que em 1886 as tivesse expresso por pura questão de retórica.

O principal argumento é óbvio: em toda a Península, e particularmente no Algarve, abundam jazidas metalíferas, pelo que a matéria prima usada nos artefactos metálicos recolhidos no Algarve bem poderia ser, naturalmente, essa mesma.

Quanto à discussão sobre o primeiro metal usado (na época hesitava-se entre o ferro, o cobre e até o bronze, uma liga e não propriamente um metal...), Estácio da Veiga é peremptório, ao falar de uma Idade do Cobre que se situaria «...entre a ultima *da pedra*

e a *do bronze*.» (1889: 9). Fará de seguida o inventário das minas de cobre conhecidas, publicando um «Mappa das minas do Algarve, de que ha noticias já compiladas e de varios logares com vestigios de antigas fundições» (*ibidem*: 78-79).

O arqueólogo algarvio detém-se longamente no debate em torno à importância da metalurgia, evocando factos, autores e teorias. Algumas das suas observações parecem-me justificar destaque:

1. a forma rudimentar dos artefactos de cobre não é indício de «decadência», mas pode ser interpretada como sinal de precocidade na arte, indicando a sua «...genuina infancia...» (*ibidem*: 111);

2. a abundância do cobre peninsular torna natural que seja aqui o local de invenção das tecnologias metalúrgicas;

3. as formas dos artefactos de cobre peninsulares, não sendo idênticas às de outras regiões, apontam para «...uma industria radicalmente peninsular, sem que n'isso se possa descobrir a influencia de uns imaginarios *mestres ambulantes*, saidos dos lodos alluviaes do Ganges e do Indo...» (*ibidem*: 113).

Para Estácio da Veiga existe mesmo, precedendo a Idade do Cobre, uma «epocha de transição», em que os artefactos de cobre aparecem ainda associados a conjuntos próprios do período Neolítico. Seria o tempo de Alcalar e da Rotura. Na Idade do Cobre inclui, porém, uma amálgama dificilmente convincente de monumentos.

Inconsistente o preenchimento dos compartimentos, não deixa porém de surgir como fundamental a preocupação de destrinçar factos e ver claro, que o pioneiro da arqueologia do Algarve patenteia. Independentemente de um certo chauvinismo, normal na época, está entre os melhores e entre os primeiros a aplicar o argumento do *bom senso*. E, indirectamente, a rasoura de Occam...

Nils Åberg, visitando em Portugal e Espanha Museus e colecções particulares, algumas dezenas de anos depois, espanta-se com a riqueza e diversidade da Pré-História peninsular, particularmente das fases neolíticas e arqueometalúrgicas. Ao escrever «Sachant que la Péninsule Ibérique est peut-être le pays d'Europe le plus riche en cuivre et que, selon plus d'un archéologue, sa culture a des contacts nombreux avec celle d'Orient, il ne paraît guère probable que l'âge du cuivre y ait commencé plus tard que dans l'Europe occidentale et centrale.» (Åberg, 1921: 119), aplica o argumento elementar (e nem sempre confirmado historicamente) da coincidência entre as fortes concentrações de matérias-primas e o arranque da sua exploração.

Conhecedor dos espólios do Casal do Pardo, dos materiais e monumentos algarvios, citando Monge, S. Martinho, Liceia, Rotura, Chibanes e Pragança, as grutas de Alcobaça, as antas da Ordem, da Comenda da Igreja, Åberg preocupa-se particularmente com as cerâmicas e os artefactos de cobre e a sua atenção aos dados portugueses disponíveis à época leva-o a escrever sem hesitação que Portugal «...est le centre de la culture ibérique énéolithique...» (*ibidem*: 59). E a densidade da informação condu-lo a afirmar que «...la population ibérique était trés nombreuse, trés dense, parfois même accumulée dans des centres rassemblant a des villes, comme aux Millares et dans plusieurs autres endroits. La ville des Millares était si peuplée qu'il lui a fallu une centaine de tombes à coupole et d'autres tombes mégalithiques...» (*ibidem*: 59).

O livro de Åberg comprova também um facto curioso na literatura sobre a Pré-História peninsular: as leituras mais eficazes vêm de fora. Cartailhac, Åberg, Savory são três olhares exteriores às realidades específicas *de terreno*, ainda que o último tivesse efectivamente escavado entre nós e seja de sua responsabilidade um dos mais lúcidos textos sobre Vila Nova de S. Pedro. Pode apontar-se-lhes o defeito de um conhecimento incompleto da realidade «indígena», mas talvez o distanciamento que é sua condição não constitua a menor das suas vantagens.

O indigenismo de Åberg é, apesar de tudo, moderado e o que realmente o impressiona é o número de artefactos e as próprias condições locais a nível de disponibilidade de matéria-prima. O que é, como se sabe, insuficiente.

Åberg prolonga uma linha interpretativa nórdica que valorizou de forma particular a importância da Península. Sophüs Müller chegara a falar num estilo cerâmico hispano-dinamarquês e há algo de vincadamente étnico na admiração que exprime por «...une culture dont le tempérament et l'éxistence même sont typiques pour les pays méridionaux.» (*ibidem*: 1). Alguns pontos polarizam o indigenismo de Åberg:

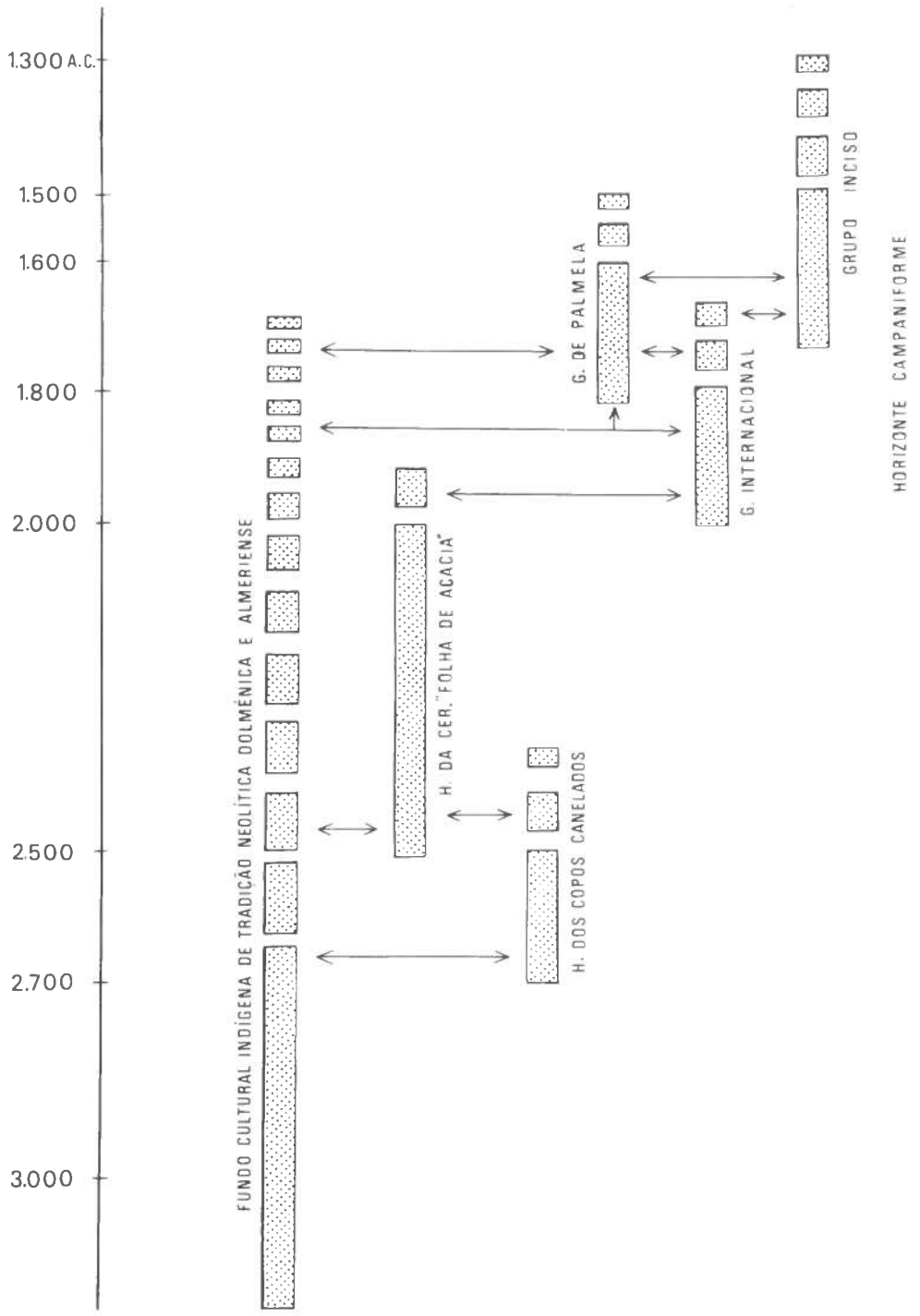


Fig. 8.8. Um modelo linear para a evolução do Calcolítico em Portugal: a primeira formulação evolutiva de Tavares da Silva e Soares (1974-1977: 109).

[1] o argumento geográfico ganha uma inflexão nítida. A perspectiva de leitura para o papel da Península faz-se sobretudo na linha da sua bivalência, não tanto como terminus das navegações do Mar Interno, mas como charneira entre dois mundos, o mediterrânico e o atlântico. «...au point de vue purement géographique, elle était, plus que tout autre pays, apte à servir d'intermédiaire entre l'Orient et l'Occident.» (*ibidem*: 2);

[2] a dinâmica do conteúdo cultural da Península está sistematicamente subjacente ao discurso. O que acontecia já, é certo, a partir do Congresso de 1880;

[3] as disponibilidades em recursos naturais, particularmente em cobre, que Åberg supõe ilimitadas, justificariam o fulgor ibérico;

[4] Portugal é objecto de particular atenção: em 14 monumentos principais referidos para a Península, 9 (65%) são portugueses e Åberg vai ao ponto de afirmar explicitamente que «le Portugal est le centre de la culture ibérique énéolithique.» (*ibidem*: 59).

A extensa evolução local do megalitismo e os recursos «ilimitados» em cobre, bem como a posição geográfica, são a base real de uma construção teórica que assume grande importância para a época. Difusionista e indigenista ao mesmo tempo (o que só aparentemente é paradoxal), Åberg defende uma expansão do Calcolítico «ibérico» até à Europa Central e, por aí, até à Suécia e Finlândia e, mesmo, ao interior da actual União Soviética. Visão baseada no comparativismo peça-a-peça, mas também na morfologia e evolução estrutural dos monumentos, representa, pelo rigor e extensão dos materiais mobilizados, uma contra-proposta activa ao orientalismo imediatista dos autores contemporâneos, ofuscados pelo esplendor dos impérios do Oriente Antigo. E como tal deverá ser entendida.

Provenientes, sem transição aparente, de um orientalismo naturalmente aceite, de início, as posições indigenistas defendidas recentemente por Tavares da Silva e Joaquina Soares constituem assunções tão firmes como as anteriores, baseando-se no mesmo materialismo dialéctico cuja aplicação prática conduziu à montagem da sala de Pré-História do actuante Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, que aqueles investigadores dirigem.

O último texto «orientalista» assinado por estes autores (1974-77) não tem como objectivo específico as origens do Calcolítico (nem nenhum dos posteriores o terá): são contribuições monográficas, sobre sítios e periodizações, em que passagens mais ou menos extensas (mas quase sempre curtas) referem aquela problemática, que nunca os autores minimizam.

No texto de 74-77 (tradução portuguesa do apresentado ao IX Congresso da UISPP, Nice, 13-18 de Setembro, 1976), alguns pequenos trechos são bem exemplificativos: falando do «horizonte das taças caneladas» afirma-se que ele corresponde «...às primeiras manifestações metalúrgicas provenientes do Mediterrâneo Oriental.» (*ibidem*: 101); a propósito da cerâmica decorada com o motivo «folhas de acácia», que o desenvolvimento da metalurgia do cobre é a «...consequência de novos contactos com o Mediterrâneo Oriental e com o Sudeste de Espanha (Los Millares).» (*ibidem*); referindo-se finalmente ao Campaniforme, afirmam que o Grupo Internacional «...parece representar uma intrusão nessas antigas «feitorias», surgindo (...) nos níveis correspondentes à fase de decadência...» (*ibidem*: 103).

Porém, dois anos depois, numa mesa redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal, curtas intervenções denunciavam uma inflexão posterior, de inspiração marxista: «...a tomada de consciência de um grupo é resultante da evolução da produção, ainda que possa actuar sobre ela.» (1979: 144, discutia-se justamente o problema das «colónias» calcolíticas); «Outro problema reside na necessidade de caracterizar o «horizonte» dos «copos» e o da «folha de acácia» ao nível do desenvolvimento das forças produtivas e não apenas ao nível do material.» (*ibidem*: 181, a propósito de questões de periodização).

Numa primeira tentativa para localizar em contexto mais amplo os materiais das suas escavações nos povoados do Neolítico «final» e do Calcolítico de Sines, Tavares da Silva e Soares irão dirigir interrogações ao Cortadouro e Alcalar, dois sítios de importância desigual, mas presumivelmente contemporâneos do Calcolítico pleno de Sines. Nas conclusões desse trabalho, encontra o indigenismo a sua mais consolidada referência, apesar de se dever notar a escassa correspondência entre alguns dos dados tratados e as afirmações finais, o que transforma parte desse trecho do trabalho num texto com vida própria.

Para os autores (1976-77: 266-267), é «...o desenvolvimento da forças produtivas...» que «...permitiu a implantação da metalurgia do cobre...». Esta seria assegurada por «...artífi-

ces especializados que seriam mantidos através dos excedentes acumulados.». Seguir-se-ia «...essa grande divisão social do trabalho...» tendo como consequência que «...nas mãos [dos metalurgistas] se vai acumulando o sobreproduto adquirido pelo trabalho [dos agricultores, ganadeiros, recolectores]». E ainda: «Com esta grande divisão social gera-se um processo que levará à diferenciação da comunidade em classes antagónicas e no decurso do qual surgem as primeiras formas de guerra.».

Terminando, os autores afirmam «...cremos estar em presença de uma forma de transição da sociedade igualitária para a sociedade de classes. E não podemos esquecer, como aponta J. Suret-Canale (1974), que entre uma e outra há todas as transições possíveis.».

Nos anos 80, o pensamento dos dois arqueólogos do Gabinete de Arqueologia da Área de Sines parece, portanto, estabilizado, com uma forte defesa da evolução indígena, baseada numa perspectivação marxista dos dados que tratavam.

A propósito dos «Chãos» de Sines, a linguagem social usada na periodização lata é de novo inconfundível. (Tavares da Silva e Soares, 1984: 393 e, sobretudo, 405-407). No debate de 1985 sobre os povoados calcolíticos fortificados (Gonçalves *et al.*, 1983-84), a defesa do indigenismo parece definitiva.

Ao longo dos últimos 20 anos, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares contribuiram com novos e importantes dados em praticamente todos os campos da Pré-História (se exceptuarmos o Paleolítico), da Proto-História e mesmo do período romano (onde particularmente as suas análises do material anfórico destoam das preocupações exclusivamente classificatórias em voga). A compreensão global do passado humano, se provoca riscos de simplificação excessiva nas generalizações, e compreensível perda de detalhes (por vezes importantes), possibilita também facilidades interpretativas. A concentração de esforços numa área particularmente interessante (Sines) permitiu olhar de forma mais compacta para Ourique, Torrão ou até para a península de Lisboa. Daí o interesse que este modelo reveste, moldado que seja nas posições de Renfrew a propósito do megalitismo, ainda que enformado numa outra estrutura ideológica.

Para que se compreenda o indigenismo, como ele é agora formulado, não como um modelo teórico, mas como um directo derivado da interpretação de dados de terreno, é porém necessário voltar-se atrás, àquela questão que para Almagro e Arribas tão naturalmente se entreligava com o povoamento calcolítico: o «tardio» e «importado» megalitismo.

Georg e Vera Leisner não tinham hesitado inicialmente em propor uma origem oriental para o megalitismo, nem parece terem contestado, à partida, a teoria de que os monumentos portugueses (e peninsulares, no geral) resultavam de adaptações locais dos *tholoi* trazidos por colonizadores orientais.

A escavação dos monumentos de Huelva e Reguengos de Monsaraz marcou, talvez, a viragem: particularmente nesta última região, pela primeira vez encontram os Leisner algo que os detém. As *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*, essa exemplar monografia que rompe entre nós o hábito da dispersão divulgativa, estão cheias de pequenas passagens que o demonstram. Não é só e apenas a «...grandeza solitária da paisagem alentejana...» que os toca, mas «impressões» (nem sempre claramente assumidas) da incontestável antiguidade dos conjuntos, impressões geralmente mais dispersas pela obra que concentradas nas conclusões. Aí, e a propósito de uma origem monogenética ou poligenética para o megalitismo, se afirma textualmente: «...só as ideias poderão ser monogenéticas, ao passo que a sua materialização pode ser poligenética.» (*ibidem*: 184). Para os Leisner, então, um conjunto de ideias exógenas poderia ter encontrado em Reguengos o substracto geológico ideal para a sua consubstanciação em monumentos com as características aí conhecidas. Por outro lado, a definitiva separação de *tholoi* e antas resulta da escavação dos dois monumentos da Farizoa, em que a estrutura de um *tholos* se sobrepõe ao *tumulus* de uma anta.

Em Reguengos, puderam os Leisner encontrar algo que faltava em textos, monografias e esquemas interpretativos: *os indígenas*. O que não conseguiram explicar, quando invocaram mais uma vez a Anatólia e o Egeu, foi como uma área «fechada» como esta, algo isolada das correntes históricas da mudança e do «progresso», sem recursos excessivos (ou com eles limitados pela escassez de água durante largo período do ano) pôde manter ao longo de mais de um milénio contactos com áreas tão distantes. Através do Sudoeste? A partir do Sudeste? Mas onde a densidade de monumentos e a coerência artefactual evidenciadas naquela região alentejana?

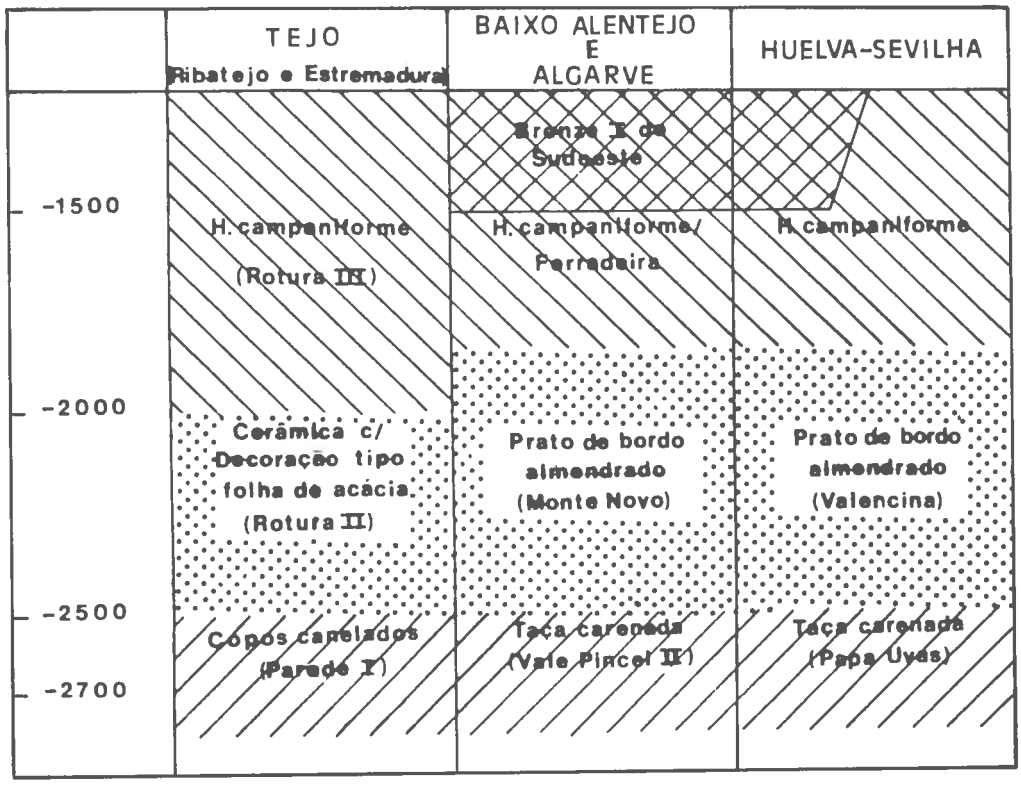


Fig. 8.9. A mais recente esquematização do evoluir do Calcolítico do Sul, de Tavares da Silva e Soares (1981: 137).

Era naturalmente difícil, logo em 1951, quebrar com os traços dominantes na cultura arqueológica de então e remover ou extirpar as soluções adoptadas pela maioria. Mas, a longo prazo, os Leisner legaram ao indigenismo futuro um precioso trunfo (insuficientemente compreendido, é certo). *A dinâmica e a lógica interna na evolução de estruturas e crenças, numa única região coerente, desde o Neolítico*: que extraordinário argumento perdido...

No entanto, devemos sublinhar uma das contribuições definitivas para a polémica sobre o megalitismo: a noção que ele se não resume a *tholoi* e monumentos ortostáticos. Quando os Leisner incluem grutas artificiais e outros tipos de monumentos dentro do megalitismo, patenteiam uma inteligência que parece estar posteriormente ausente dos textos de alguns jovens autores. Ampliam assim, e abrem, o conceito, fazendo-o ultrapassar os rígidos limites que o condicionavam. Há, desta forma, e tal se reflecte naturalmente na própria discussão sobre as origens, um valor múltiplo para o conceito, que se tornava necessário redefinir, como me coube fazer em 1978 (Gonçalves, 1978a).

Nos fins da década de 60, baseando-me nas minhas próprias escavações na Rotura (Gonçalves, 1971), falei de contactos com Mgarr (Malta) e com a costa levantina. Referi contactos directos com o Norte de África (Dar-es-Soltan). Mas terminava afirmando que a riqueza das cerâmicas indígenas (a sua evolução diversificada e dinâmica, subentenda-se) afastava as hipóteses de colonização. A presença de influências mediterrânicas era claramente aceite ao longo de todo esse trabalho, falando-se (para o campaniforme) de um «...mecanismo de trocas a longa distância...» (*ibidem*: 131). Estabelecia diferenças, que me pareciam fundamentais, entre «(1) cultura em marcha; (2) colonização; (3) troca de influências; (4) contactos comerciais», atacando a perspectiva redutora que é caracterizada pela incapacidade de detectar até diferenças tão pouco subtis como essas. Dizia-se logo adiante : «A miragem orientalista só o é pelo seu exagero de formulação. É hoje impossível negar que Vila Nova I, Rotura IIb, por exemplo, mantiveram contactos comerciais e trocaram influências com regiões do Mediterrâneo Central e Oriental ou que as suas cerâmicas traduzem essas influências. Mas será por demais arriscado falar de *colonização*.» (*ibidem*: 134).



Fig. 8.10. Anta e *tholos* da Farisoa (Reguengos de Monsaraz), segundo Georg e Vera Leisner, 1951: Est. XIV. Neste caso, o *tholos* é obviamente posterior à anta. O que não quer forçosamente dizer que todos os *tholoi* sejam posteriores a todas as antas.

Tratava-se, portanto, de um *indigenismo moderado* em que, sem se recusar o fluxo de influências mediterrânicas, se considerava vital a densidade da diacronia indígena. E não apenas para o Calcolítico: a propósito do megalitismo escrevia-se que era «...fundamental definir a evolução do megalitismo alentejano e estabelecer as básicas correlações entre dolmens e povoados.» (*ibidem*: 153).

As evidências acumuladas posteriormente vieram aumentar em várias áreas as precisões que então eram possíveis. Mas nenhum argumento indiscutível veio reforçar a ideia de colónias e colonos, traduzindo extensos movimentos de culturas e deslocações maciças de populações.

A questão residia, também, na maneira como estes fenómenos eram considerados. Se admitissemos uma origem externa para o megalitismo, e um mecanismo difusor a longa distância no Neolítico, não haveria razão para se negar *ab ovo* a possibilidade da existência de colónias calcolíticas, ainda que uma coisa não implicasse necessariamente a outra.

Se aceitarmos, no entanto, uma evolução local para o megalitismo (como tudo parece indicar) teremos de resolver a questão das datações e ela não parece traduzir outra coisa

senão a existência de centros primários de desenvolvimento das práticas megalíticas. Se uma primeira «ideia megalítica» existiu e foi difundida, ela adaptou-se a nichos diferenciados e funcionou neles de forma distinta. Teríamos para o megalitismo uma situação semelhante ao carácter planetário da descoberta da domesticação de animais e plantas. Tal não parece, também, impossível para o Calcolítico ou, mais adequadamente, para a metalurgia do cobre, ainda que seja difícil aceitar que um total isolamento tenha realmente existido, separando entre si os centros primários europeus.

Colin Renfrew representa, a vários títulos, um dos mais finos pensamentos produzidos pela arqueologia inglesa deste século. E não tanto pelo trabalho especificamente arqueológico (no sentido «tradicional» da expressão), mas pela aproximação multímoda aos fenómenos que consolidou na sua pesquisa mais recente. Quer no inovador *Before Civilisation* (1973), no sistemático *The emergence of civilisation* (1972) ou nos volumes cuja edição coordenou, o típico estudo aberto que é *An Island Polity* (1982), o *Ranking, resource and exchange*, o *Peer polity interaction and socio-political change*, de 1982 e 1986, no volume intitulado *The explanation of culture change* (1973) ou ainda, para terminar estas rápidas citações, no polémico e surpreendente *Archaeology & Language* (1987), encontramos a absorção bem sucedida de métodos e técnicas de outras proveniências, com particular ênfase para a Geografia e as Ciências Sociais.

É porém nos pequenos ensaios que Renfrew desenvolve mais livremente a sua técnica de aproximação aos fenómenos que estuda, equacionando concisamente as questões e atingindo as formulações «clássicas» com um pensamento perfurante. É o caso do texto sobre *Colonialism and Megalithismus* ou dos que dedicou à metalurgia e ao ^{14}C e às consequências da calibração. Quer em artigos pouco polémicos, como o que tem como belíssimo título *Islands out of time*, quer os que suscitam maior possibilidade de debate (os que escreveu sobre o *Multiplier Effect*, por exemplo, ou sobre megálitos, territórios e populações). Por indiscutível comodidade, citá-los-emos a partir das duas recolhas disponíveis, a de 1979 (*Problems in European Prehistory*) e a de 1984 (*Approaches to Social Archaeology*).

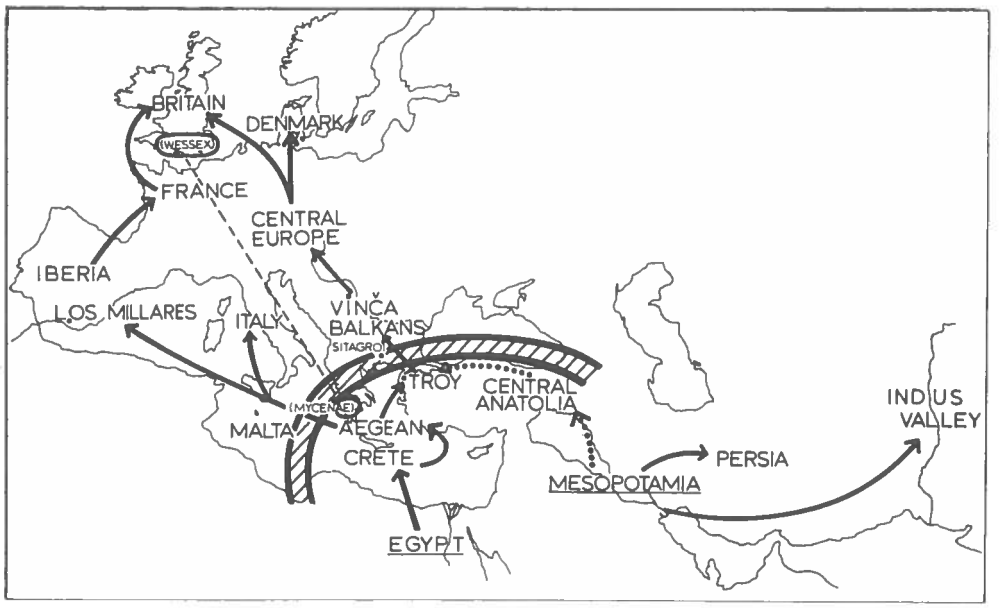
Não é estranho que, ao equacionar o problema do orientalismo, o que subjaz ao pensamento de Renfrew (e que o motiva?) é o mesmo facto que impressionara os Leisner, que os Almagro tinham ostensivamente ignorado e para o qual Schubart não conseguira encontrar resposta: a escassez (ou mesmo inexistência) de elementos orientais na Península, antes da Idade do Ferro.

Para Renfrew, o caso da provável origem do megalitismo ibérico no Egeu está de antemão resolvido: não existem antas naquela região e os *tholoi* conhecidos são, nos seus tradicionais arquétipos, posteriores. Observa, com ironia, que os difusionistas recorreram sempre à estratégia mais simples: isolar do seu contexto dois ou três artefactos «exóticos» e torná-los sinónimos de colonização. Mesmo as fortificações calcolíticas parecem datar de intervalos de tempo anteriores aos das estruturas similares detectadas no Mediterrâneo Oriental. O que o leva a perguntar de novo que, assim sendo, não se percebe porque não é de defender um difusionismo *de sinal inverso*, colocando na Ibéria a génese das fortificações do Mediterrâneo Oriental (Renfrew, (1973) 1983: 102).

A questão fundamental da metalurgia não suscita também em Renfrew a mínima inclinação por uma origem este-mediterrânica. É aliás neste campo que surge a primeira estrutura ofensiva contra o difusionismo, ao se considerar que a clara origem local para a metalurgia dos Balkans, a densidade da informação sobre Vinča e Starčevo podem indiciar justamente a existência de manifestações autónomas de calcolitização de espaços determinados. O desenvolvimento autónomo do grupo do Danúbio contém a própria argumentação para uma provável autonomia do grupo ibérico.

As datações ^{14}C vieram justamente evidenciar uma *chronological fault line* que separa o Mundo Egeu do Mediterrâneo Ocidental. Renfrew defende que a calibração das datas ^{14}C fez quebrar os elos entre (1) o «Bronze antigo» do Egeu e as culturas de Almeria e Los Millares; (2) a civilização micénica e a cultura de Wessex, bem como com culturas da Idade do Bronze da Europa central; (3) o Egeu, e particularmente Tróia-Hissarlik, e o Sudeste europeu, sobretudo Vinča e Gumelniţa (Renfrew, 1979: 350).

Sem dúvida que o impacto das cronologias fez explodir os elos que Afonso do Paço e Almagro consideravam indiscutíveis: a cerâmica importada «tipo Pelos» e os alfinetes de cabeça de pássaro tipo Syros ou a destruição da muralha de Los Millares ocorrem



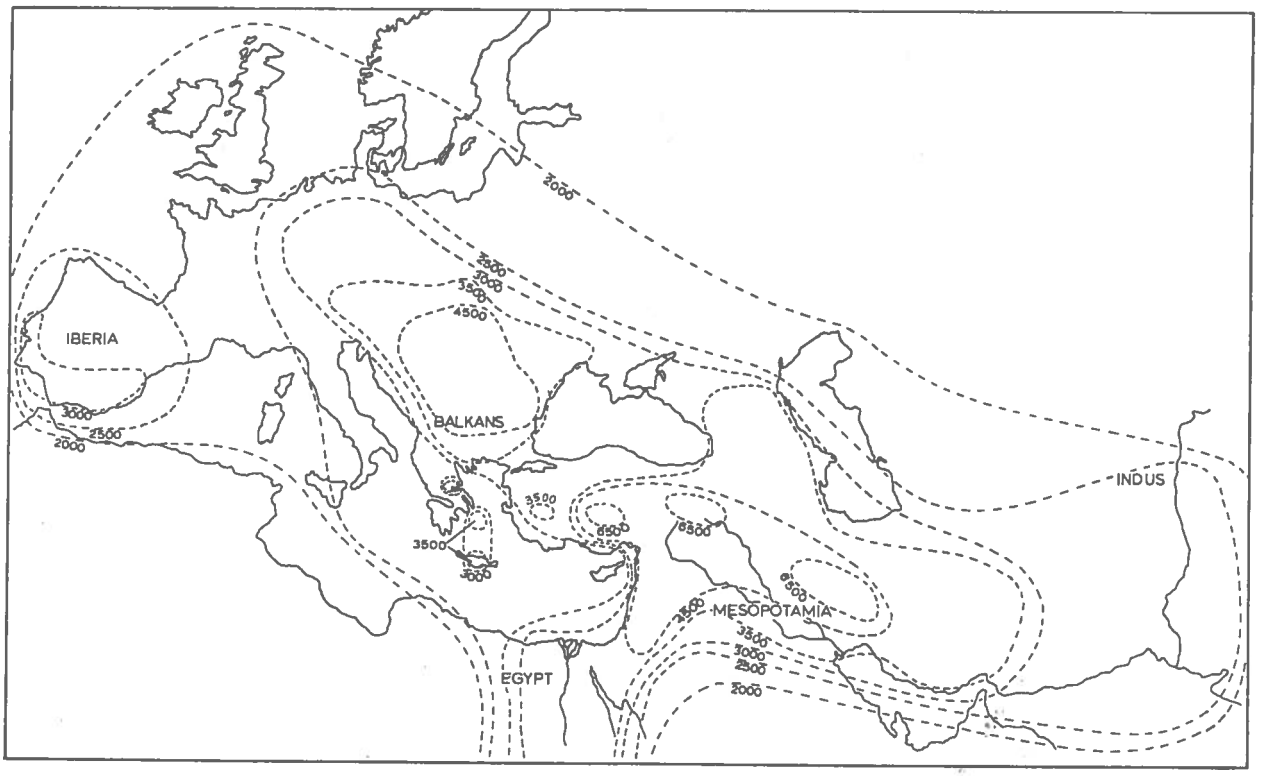


Fig. 8.11. (em cima) e 8.12. (em baixo). A *chronological fault line* (assinalada pelo arco preenchido) e as áreas potenciais de invenção independente da metalurgia. Segundo Renfrew, 1979: 350 e 364.

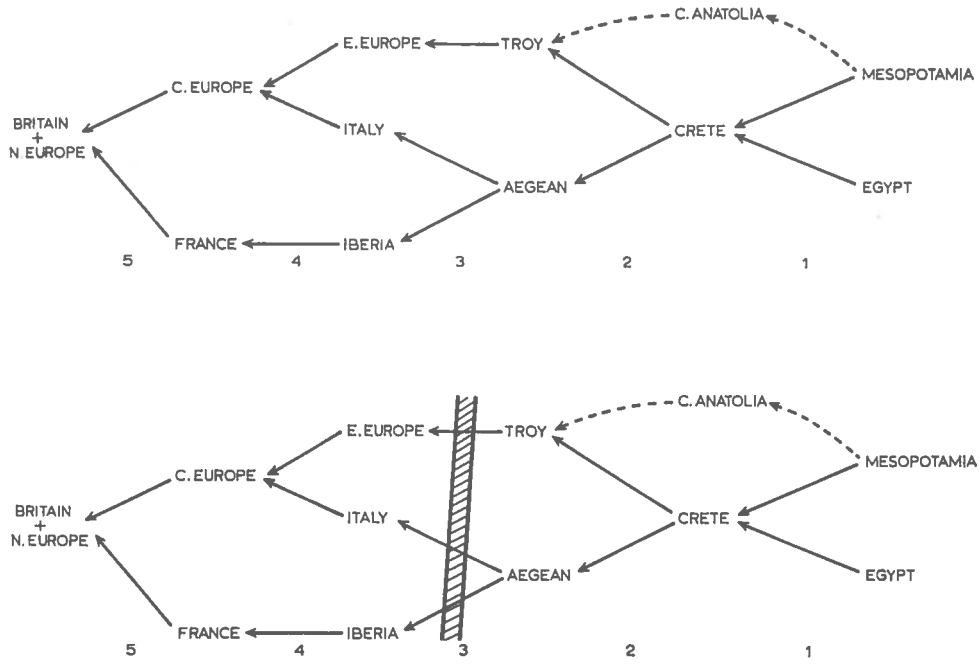


Fig. 8.13. A estrutura lógica resultante das datações convencionais e a quebra provocada pela calibração, a *chronological fault line*. Segundo Renfrew, 1979: 349.

quando Lerna e Chalandriani ainda não tinham sido construídas e as fortificações são levantadas antes dos pretensos protótipos egeus (*ibidem*: 53).

Renfrew é peremptório: deve-se afastar completamente a tese de colonizadores «...chegando do Egeu em massa para estabelecer na Ibéria pequenos enclaves coloniais» (*ibidem*). Não nega este autor a possibilidade da existência de contactos comerciais, mas considera que as próprias datas de ^{14}C calibradas reposicionaram a totalidade da questão e afastaram completamente toda e qualquer espécie de colonialismo.

Não é esta a altura para uma longa exposição em torno à proposta de Renfrew. Como muitas coisas aparentemente simples, esconde uma diversidade de ângulos de aproximação e uma complexidade de leitura conducentes à proposta final que não estão patentes ao leitor desatento. Mas um ponto deve ser sublinhado.

Esta proposta traduz um movimento profundo das tendências interpretativas da arqueologia europeia, movimento que, como já disse, afectou mesmo em períodos de estudo anteriores um investigador como Jean Guilaine, e consequentemente boa parte da investigação de qualidade sobre o Neolítico meridional francês.

A descoberta progressiva da riqueza e diversidade dos conjuntos indígenas europeus, do Mesolítico ao Calcolítico, veio acompanhada por informações provenientes da calibração do ^{14}C que alteraram a noção de uma «grande» antiguidade oriental, definida perante o tardio evoluir das culturas europeias. O desenvolver desta tendência será, sem dúvida, acelerado pela evolução das datações referentes ao Mesolítico português e a série já extensa de datações extremamente antigas (7° e 6° milénios) para o Neolítico antigo da faixa mediterrânica da Península Ibérica.

A imagem que Renfrew pressentiu começa agora a ganhar contornos mais definidos: a segunda revolução do Carbono 14 não terminou ainda e os seus resultados farão rever por completo as leituras tradicionais do evoluir das culturas europeias. Não se trata de saber *quem* é mais antigo, mas de compreender *como* se evolui num sítio e *porque* é aquele o biótopo indicado.

Antecipando uma das possíveis conclusões deste próprio trabalho, diria que a tendência para uma evolução planetária dos fenómenos que decorrem da afirmação da economia de produção conduz à gestação de centros independentes de transformação e que os mecanismos difusionistas são estímulos complementares num processo mais vasto. O próprio fenómeno do enxameamento é também, de alguma maneira, o agitar de um espaço estabilizado. E o desequilíbrio parece ser um excelente meio para as transformações geradoras dos mundos novos.

8.5. *EX ORIENTE LUX*?: «CALCOLÍTICO» OU «CALCOLÍTICOS»

8.5.1. *Os modelos possíveis*

Para viabilizar a construção de um modelo para a génese e evolução do Calcolítico no que é hoje o Centro/Sul de Portugal, é necessário tomar em conta a própria natureza dos factos disponíveis e aceitar que, sendo empírico-dedutivo, resulte da análise de uma população (tão vasta quanto possível) de cenários alternativos. Eles não são, aliás, numerosos. Os quatro primeiros e as variantes, quando existem, foram construídos a partir de sínteses já avançadas. O quinto representa, de algum modo, o modelo que se tem vindo a construir ao longo de este trabalho.

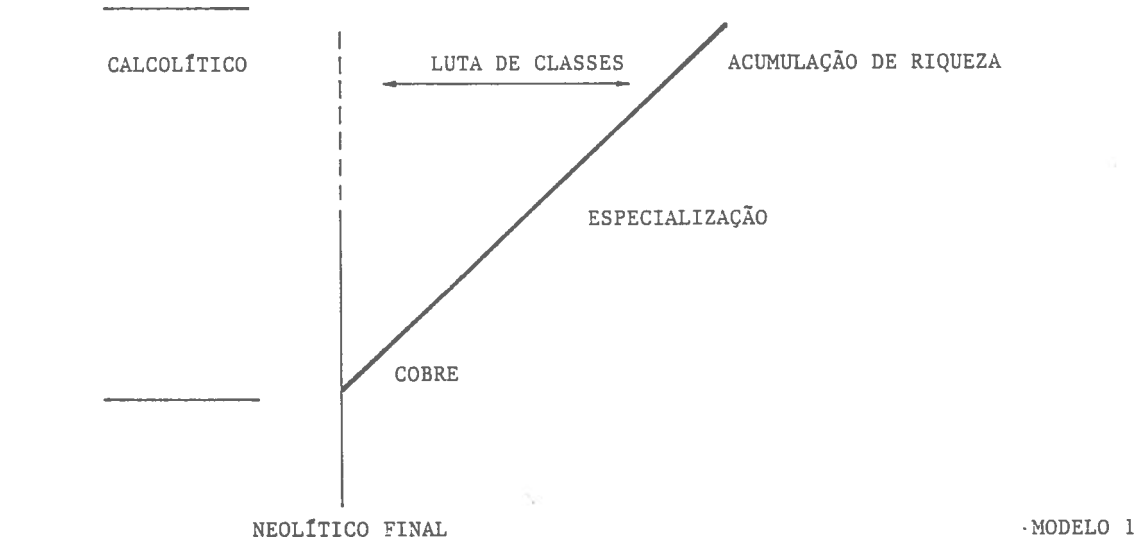
[Modelo 1]
O Calcolítico resulta da evolução das populações locais, partindo da provável sedentarização das comunidades do Neolítico «final». A acumulação do cobre (e a sua transformação em artefactos) por um grupo de especialistas gera luta entre as classes que emergem durante o processo de calcolitização.
As fortificações materializam a preocupação das prósperas comunidades metalúrgicas pela defesa da sua propriedade contra os que mantêm características de comunitarismo primitivo. *São construídas por indígenas que se* defendem de outros indígenas. A sociedade dominante torna-se uma sociedade de classes, estruturalmente oposta à sociedade igualitária. A guerra é um fenómeno social que deriva do aparecimento da propriedade privada.

[Modelo 2]
O Calcolítico é introduzido por colonos que entram num território habitado por indígenas que lhes são, ou se lhes tornam, hostis. *Fundam colónias fortificadas, com torres ocas e maciças idênticas às da sua região de origem, o Mediterrâneo Oriental*. Daí trazem cerâmicas específicas (os copos canelados e as cerâmicas decoradas com motivos conhecidos no Egeu) e as técnicas da metalurgia do cobre.

[Modelo 2, Variante 1]
Os navegadores vindos do Mediterrâneo Oriental nunca atingem número expressivo, que permita falar de colonização, pelo que *os seus lugares fortificados devem ser considerados feitorias.*

[Modelo 3]
O Calcolítico resulta *da entrada de técnicos metalúrgicos integrados em comunidades migrantes vindas da Europa Central*. Trazem consigo superestruturas novas e instalam-se em áreas estratégicas. Constroem fortificações para se defenderem dos indígenas.

[Modelo 4]
O Calcolítico no Ocidente peninsular traduz *a expansão de outros grupos peninsulares*, nomeadamente do Sudoeste e do Sudeste, eles próprios com proveniência a determinar.



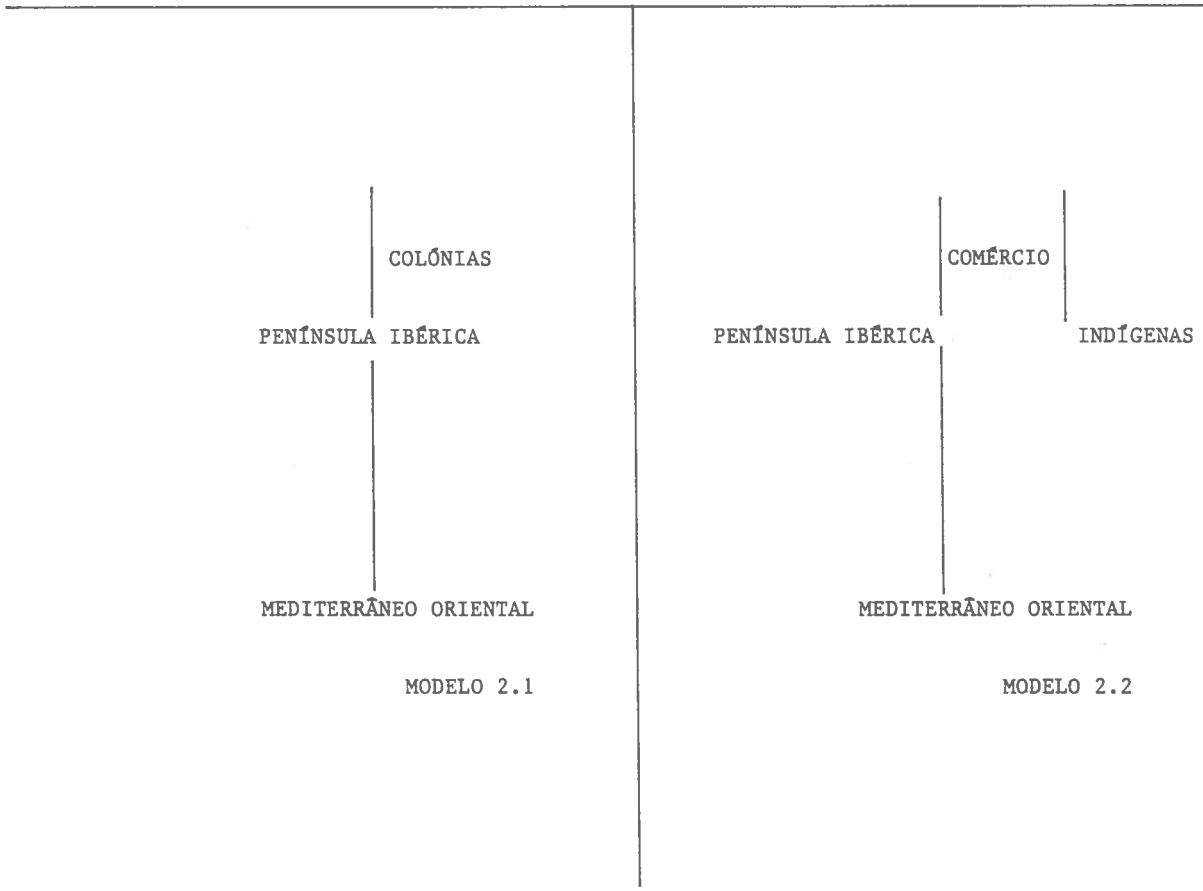


Fig. 8.14. Neolítico final/Calcolítico: transição, mecanismos de passagem e interacções de componentes. Os modelos possíveis. 1.

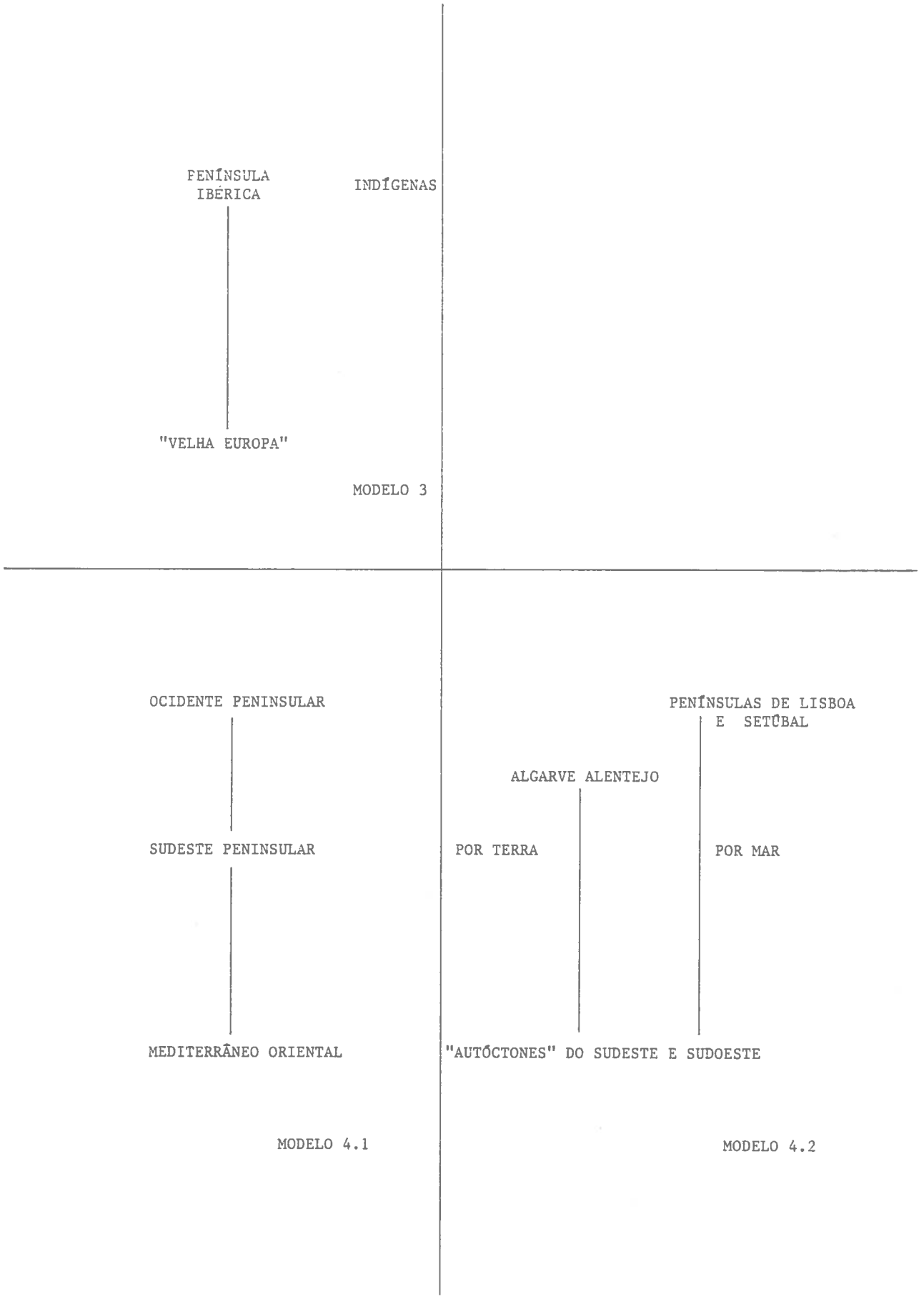
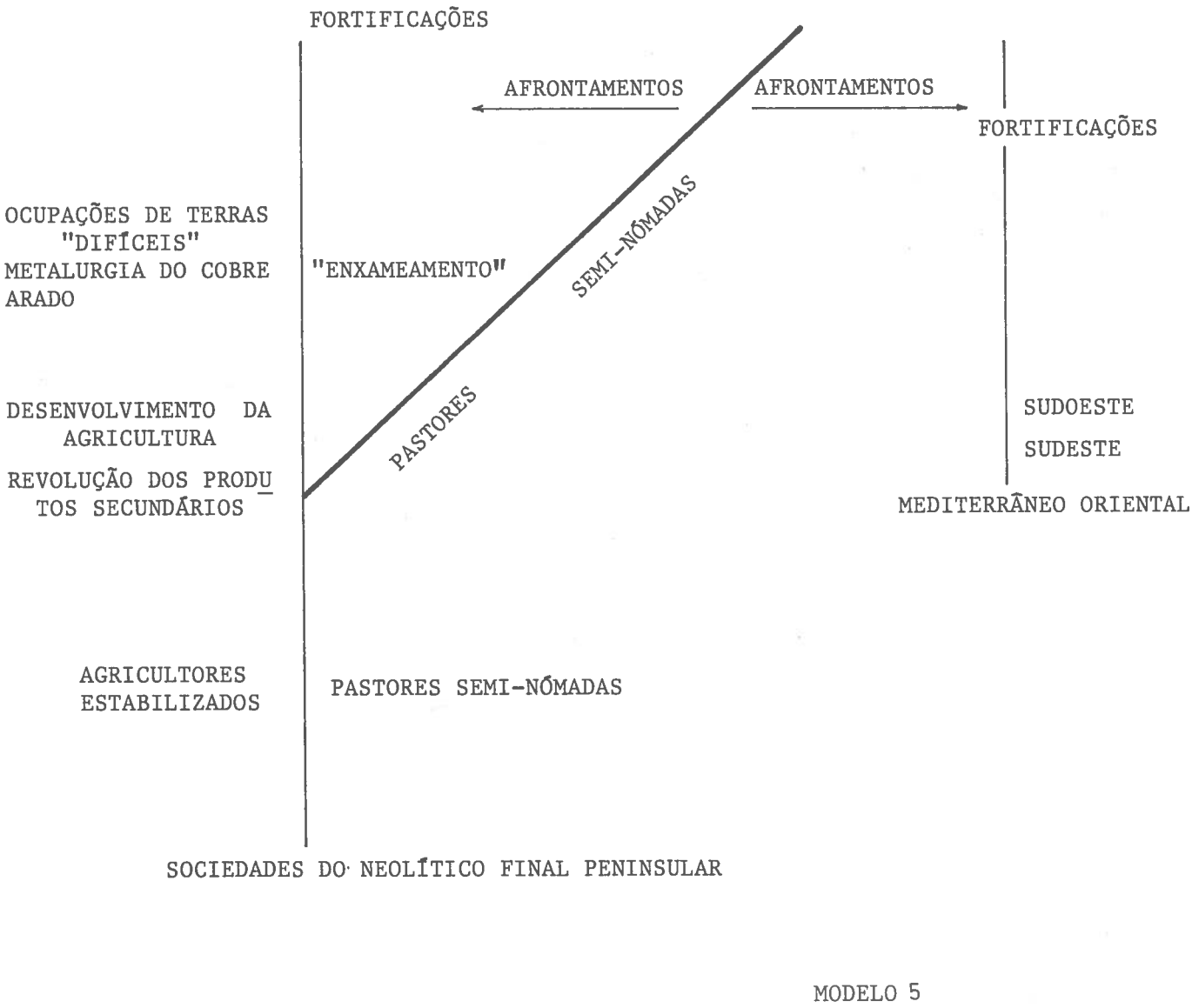


Fig. 8.15. Neolítico final/Calcolítico: transição, mecanismos de passagem e interacções de componentes. Os modelos possíveis. 2.



MODELO 5

Fig. 8.16. Neolítico final/Calcolítico: transição, mecanismos de passagem e interacções de componentes. Os modelos possíveis. 3.

[Modelo 4, Variante 1]

Esses grupos resultam do desembarque, no Sudeste e no Sudoeste, de colonos *vindos do Mediterrâneo Oriental.*

[Modelo 4, Variante 2]

Estes grupos resultam *da evolução local de populações pré-calcolíticas*, entre elas as almerienses, do Sudoeste e do Sudeste, que crescem com a exploração de novos recursos, incluindo os mineiros (particularmente abundantes na primeira daquelas regiões).

[Modelo 5]

O Calcolítico não se resume à questão das fortificações. Nem sequer à metalurgia do cobre. Existem vários Calcolíticos e não apenas um. Ou, em alternativa, muitas facetas de uma realidade única. *É possível que se tenha evoluído localmente desde o Neolítico*, no sentido de uma estabilização das populações agro-pastoris que construiam megálitos. A exploração pelas comunidades de agricultores das melhores terras disponíveis levou o crescimento demográfico aos níveis de ruptura definidos por Boserup, o que conduziu à colonização de novas terras ocupadas em sistemas de malha frouxa pelos pastores e comunidades semi-nómadas. É o fenómeno do *enxameamento*.

Segundo este modelo, *as sociedades pré-calcolíticas diversificam-se e evoluem em ritmos diversos, provocando assimetrias e contrastes que explicam os afrontamentos verificados*. Não se nega completamente a possibilidade da existência de colonos, em áreas localizadas do Centro de Portugal, mas, onde existem, são minoritários perante os indígenas, que os defrontam eventualmente. A metalurgia do cobre é também um fenómeno local, independentemente de poder ter crescido em função de uma dada procura. O modelo, de origem mediterrânica, das fortificações difunde-se pelo Alentejo e Algarve, transformando-se de acordo com a própria evolução do saber fazer. As comunidades vivem em sistema, e não isoladas, e as redes de povoamento garantem as entreajudas necessárias à sobrevivência de grupos de dimensão reduzida. Os artefactos traduzem exactamente a consolidação das transformações decorrentes do tardio impacto da Revolução dos Produtos Secundários: pesos de tear (tecelagem); elevado número de mós manuais (agricultura intensiva); queijeiras (melhor aproveitamento dos produtos lácteos); pratos de grande diâmetro e fraco índice de altura (refeições à base de cereais cozinhados), são fortes argumentos, somados à metalurgia do cobre em lugares onde ele ocorre naturalmente, para justificar a ocupação de terras até então improdutivas e apenas utilizáveis para o pastoreio. A nível interno, trata-se do fenómeno que designei por enxameamento.

Aparentemente, estes cinco modelos correspondem às três opções que Guilaine sistematizou para período anterior. Não foram apenas colocadas para a metalurgia do cobre: discutiram-se a propósito de fenómenos transformacionais (a neolitização), de superestruturas (o megalitismo) e mesmo de animais (a origem do *Ovis*). Algumas das suas formulações têm mais a ver com situações que ultrapassam largamente a arqueologia e dizem respeito a características das culturas contemporâneas onde (apesar de tudo) vivem os arqueólogos, ao renascer dos nacionalismos, ao breve, circunscrito e efémero uso do marxismo em áreas onde ele era doutrina proibida, ao cansaço para com posições assumidas *ex cathedra*. Porque os factos que apoiam todas estas formulações são, na verdade, magros e estão longe de escapar a contestação.

Seria o momento de os vermos um por um. E não sendo muitos, e diversa a sua natureza, não é por isso que a situação é menos complexa à partida.

8.5.2. *Os componentes e o seu valor relativo*

Os copos do «horizonte de importação»: um dos primeiros argumentos da segunda geração do orientalismo consistiu exactamente na presença dos copos decorados, recolhidos no nível chamado «Vila Nova de S. Pedro I», mas também no Lexim e no Alto do Dafundo. Há três possibilidades: (1) os copos são importados do Egeu; (2) os copos são uma invenção local; (3) os copos são imitações locais de formas e decorações importadas.

Que os copos sejam efectivamente importados na sua totalidade nada no lo garante e vários factos o desaconselham. Se a sua presença em Vila Nova de S. Pedro, nesta perspectiva uma próspera colónia, seria explicável, é legítimo perguntar o que fariam eles num povoado «pobre» como o Alto do Dafundo, onde as estruturas são precárias e o espólio denuncia as limitações económicas do sítio.

Quanto à invenção local, é certo que não se conhecem protótipos anteriores para os copos, mas também é certo que uma forma antes de aparecer pela primeira vez...não existe. O que está longe de querer dizer que foi importada. A decoração que os copos apresentam traduz, porém, uma gramática decorativa e um seu uso que, não tendo antecedentes na Península, é efectivamente conhecida no Egeu e mais longe.

Que alguns exemplares de copos tenham sido comerciados e que a sua aceitação fosse tal que as imitações locais se sucedessem, parece plausível, considerados exemplos de períodos posteriores também com materiais cerâmicos (como é o caso das campanienses e das ânforas). Isso explicaria o caso do Alto do Dafundo e a perda de qualidade de alguns copos que surgem longe das «colónias» ou «feitorias», ou dentro delas em fases avançadas. Muito recentemente, considerou-se como sendo uma provável imitação local o vaso achado avulso em Rendufe, Guimarães (S. Oliveira Jorge, 1986, II, Est. CCVII), o que parecendo pouco provável não deixa de ser possível. O próprio mundo «da Pré-História recente» que aquela investigadora acaba de publicar não está isento de influências meridionais, ainda que elas nem sempre me pareçam indiscutíveis.

A presença de copos num novo tipo de monumento funerário, a gruta artificial, sugere questões de menor impacto, mas ainda importantes.

Na península de Setúbal, as grutas artificiais do Casal do Pardo (Palmela), e na península de Lisboa as de Carenque 1 e 3, revelaram, com efeito, copos similares ao de Vila Nova de S. Pedro e Zambujal. Cerâmicas associadas pelos arqueólogos de filiação germânica ao «horizonte de importação» surgiram também no monumento da Praia das Maçãs. Mas o significado de «bens de prestígio» em monumentos funerários não elimina a possibilidade de eles terem sido adquiridos com a função específica de acompanhar os mortos, tornando-se polémico admitir que eles indiquem, com certeza, que foram os portadores daquela cerâmica a construi-los e a ser neles enterrados. Mais uma vez o exemplo do Wessex deve ser tomado em conta. E devidamente sublinhada a inexistência de um registo estratigráfico (ou simplesmente espacial) mínimo que nos permita fazer fé em associações destas cerâmicas aos momentos mais antigos daqueles monumentos.

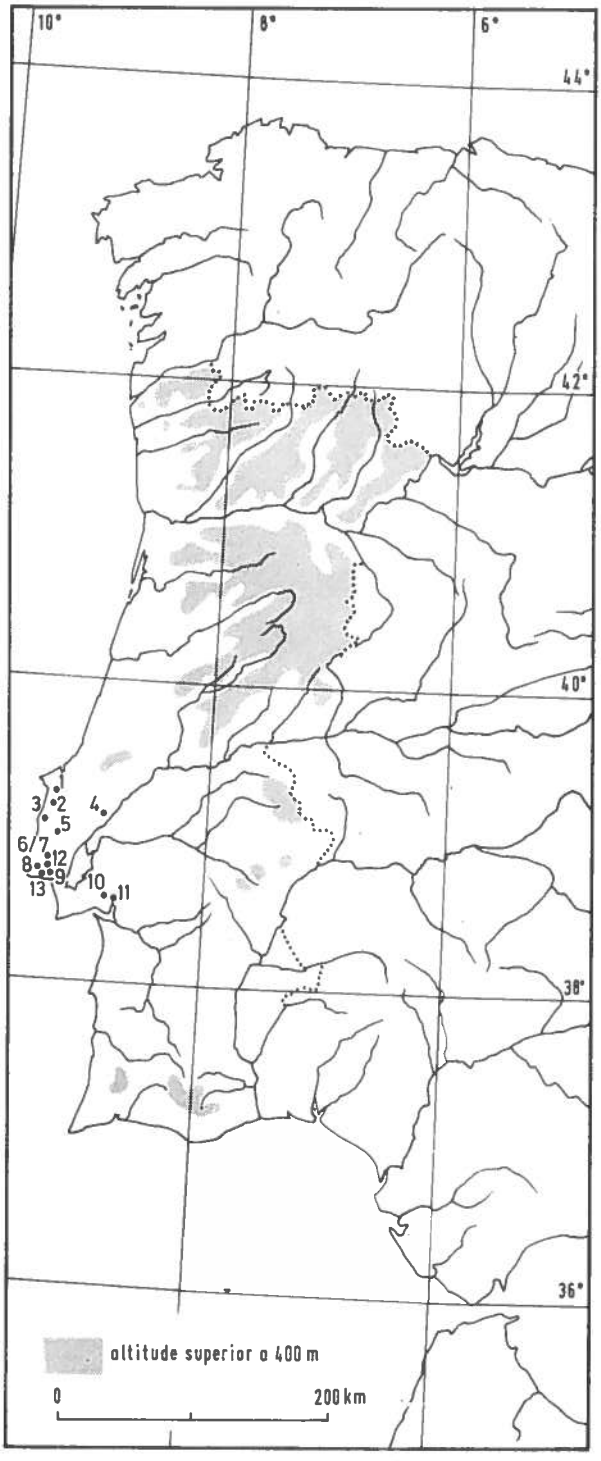
Encerraria este ponto com uma observação. Repetidas vezes falei, ao longo deste trabalho, particularmente em CINCO e SETE, da importância como indicador dos pratos calcolíticos. Afirmei que eles consagram mais que uma simples variante nas formas cerâmicas conhecidas, uma verdadeira modificação dos hábitos alimentares, só possível por profundas transformações no próprio tecido económico. Tal explica a sua longa duração no tempo e a sua extensa distribuição no espaço, uma vez que só os vemos desaparecer por completo dos inventários com o advento da Idade do Bronze e os encontramos em todo o Sul Peninsular (e mesmo em diversos sítios do Próximo Oriente).

E os copos? que função preenchem? qual a sua duração na diacronia e a sua distribuição no espaço?

Começando pelo mais simples, a sua distribuição no espaço é extremamente reduzida, concentrando-se particularmente nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, particularmente na primeira, em povoados e monumentos funerários. Estão, portanto, na melhor área de penetração directa que a fachada atlântica ofereceria a navegadores vindos do Mediterrâneo e indiscutivelmente a mais densamente povoada das faixas litorais.

A sua duração na diacronia parece mínima, tal como o seu significado numérico, devendo ser dito, a propósito do primeiro destes pontos, que foram pela primeira vez registados estratigraficamente em Vila Nova de S. Pedro, durante os meus recentes trabalhos, nos níveis escavados que presumo os mais antigos do sítio, estando ausentes do nível de construção do muro de fecho, que encerra a ocupação no sector investigado.

Se mais que um eventual artefacto «de luxo», eles tiveram uma função específica no conjunto polivalente das funções desempenhadas pela cerâmica, essa função foi curta e não correspondeu certamente a uma necessidade básica, ao contrário do que aconteceu com os pratos e, muito provavelmente, antes deles, com as taças carenadas



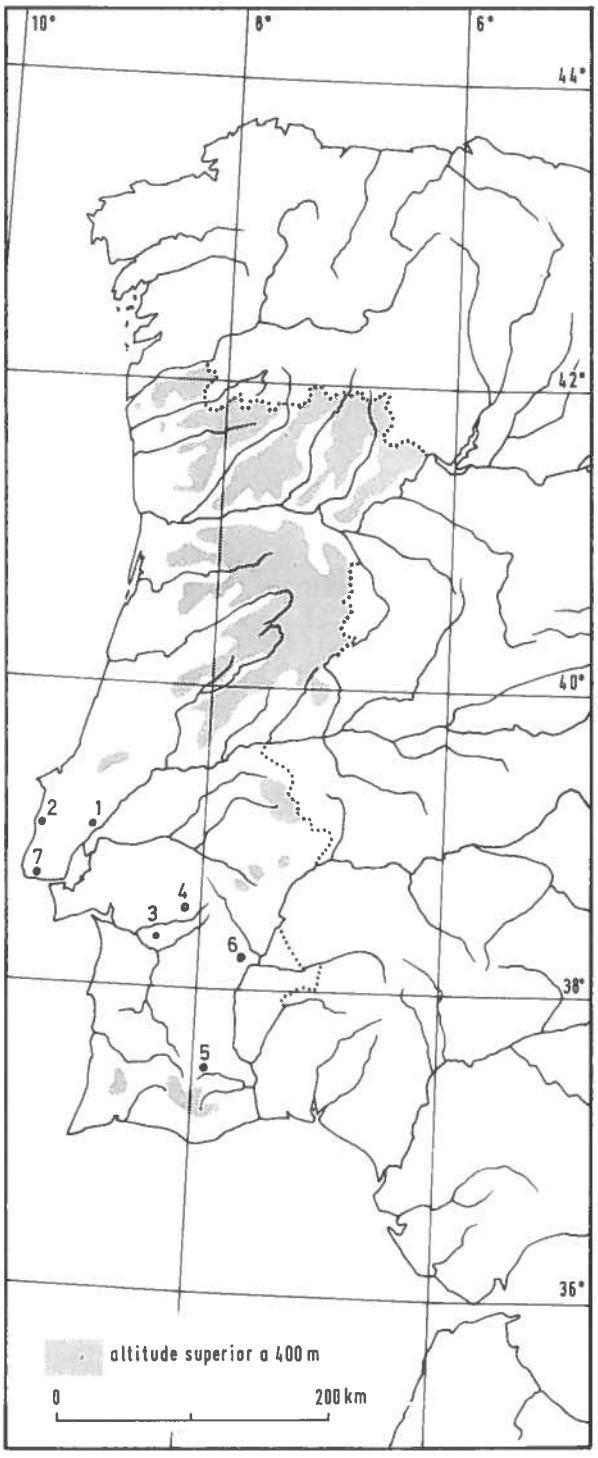


Fig. 8.17. (*em cima, à esquerda*) Distribuição dos «copos» canelados em Portugal: 1. Outeiro de S. Mamede; 2. Vale da Lapa; 3. Zambujal; 4. Vila Nova de S. Pedro; 5. Serra das Éguas; 6. Carenque I; 7. Carenque III; 8. Liceia; 9. Alto do Dafundo; 10. Casal do Pardo; II. Pedrão; 12. Carenque s/n; 13. Parede.

Fig. 8.18. (*em cima, à direita*) Distribuição dos suportes de vaso em Portugal: 1. Vila Nova de S. Pedro; 2. Zambujal; 3. Monte da Tumba; 4. Castro dos Cavaleiros; 5. Santa Justa; 6. Mangancha 1; 7. Liceia (?).

Este grupo de questões, que não me parece de menor importância, tem respostas ainda incompletamente fundamentadas, mas as possíveis parecem já suficientemente significativas para que possamos aceitar os copos como uma «moda» cerâmica, não correspondendo a funções essenciais, fabricada localmente, com alguma probabilidade a partir de protótipos importados, em áreas correspondendo a eventuais desembarques de comerciantes exógenos.

Os suportes de vaso: sobre eles a literatura é escassa. A sua relativa raridade deve-se, porém, a meu ver, ao facto de não terem sido reconhecidos como tal pelos arqueólogos que os observavam fragmentados. Em Portugal, onde foram pela primeira vez detectados em Santa Justa (Gonçalves, 1981), sabemos da existência de exemplares no Monte da Tumba, no Castro do Cavaleiro (informação pessoal de R. Parreira) e é provável que algumas das cerâmicas do Zambujal publicadas por Sangmeister e Schubart estejam na situação que acima referi. A partir da publicação dos exemplares de Santa Justa e do artigo de Gasull, é muito provável que o seu índice de distribuição se alargue consideravelmente.

A forma hiperbolóide e a função específica dos suportes de vaso é conhecida em contextos muito distintos, incluindo o egípcio (exemplares observados no Museu do Louvre), o iraquiano e o anatólico (ver vol. 2, Est. 213, 1, p. 291).

A manutenção em uso de um artefacto como este, de utilidade óbvia ainda que limitada, coloca-nos questões interessantes, sabida a sua sobrevivência até pelo menos à Idade do Bronze (Gasull, 1982). Uma provável origem exógena destes artefactos cerâmicos poderia ser reforçada pelas características específicas do seu acabamento: em Santa Justa fazem parte da pouco numerosa família de cerâmicas com superfícies externas brunidas. Facto a registar é a sua concentração, no Cerro do Castelo de Santa Justa, no exterior da fortificação, entre a Torre 8 e a Torre 3, numa área de construções extra-muro sobrepostas, ainda que alguns escassos exemplares tenham sido recolhidos no interior do dispositivo defensivo.

Teoricamente, a função destes artefactos não tem sido posta em causa, mas a sua utilização como pequenos tambores, à semelhança do que se verifica no Norte de África (exemplares no Museu do Homem, em Paris) poderia ser encarada com circunspecção.

Os «ídolos de cornos»: como se viu atrás, estas figurações estão longe de suscitar unanimidade. A ausência de traços de uso na perfuração ou no topo dificilmente torna crível que se trate de instrumentos ou componentes de instrumento.

A recente descoberta de uma estatueta do tipo ídolo de cornos no povoado calcolítico do Monte da Ribeira (Redondo) vem sublinhar mais uma vez a não funcionalidade doméstica destes artefactos. Com efeito, no exemplar recolhido a perfuração *está apenas indicada*. A leve depressão na cerâmica que a assinala não forneceria evidentemente a menor utilidade à peça em questão, que deverá assim entender-se como claramente simbólica (Fig. 8.19). As diferentes dimensões que os exemplares registam inutilizam, também, interpretações tranquilas.

A geografia da repartição destas figuras está ainda por concluir, tendo o mapa que publicamos registado um aumento do número dos sítios em que foram identificadas, com novos exemplares recolhidos no Alto e no Baixo Alentejo. Figuras de morfologia extraordinariamente semelhante, ainda que de dimensões muito maiores, foram assinaladas em Itália em contextos muito mais antigos, datados pelo ^{14}C do Neolítico antigo.

Se as Deusas-Mãe calcolíticas, cujas figurações conhecemos nas cerâmicas com decoração simbólica, nas falanges e nos ídolos cilindro (e em algumas placas de xisto da cultura megalítica), são todas de algum modo aproximáveis, pertencendo a uma só família de representações, tal não acontece com os ídolos de cornos. A sua concentração em torno à estrutura de I.25., em Santa Justa, permitiu sugerir que estivessem associados à metalurgia do cobre, ou como componente de artefacto ou como divindade tutelar. Observadas atentamente as perfurações, não me pareceu provável a primeira hipótese, o que me parece reforçado pela decoração antropomórfica de alguns exemplares provenientes de Vila Nova de S. Pedro.

Os paralelos com a Anatólia poderiam ainda indicar que uma origem oriental da imagem figurada não pode ser liminarmente excluída.

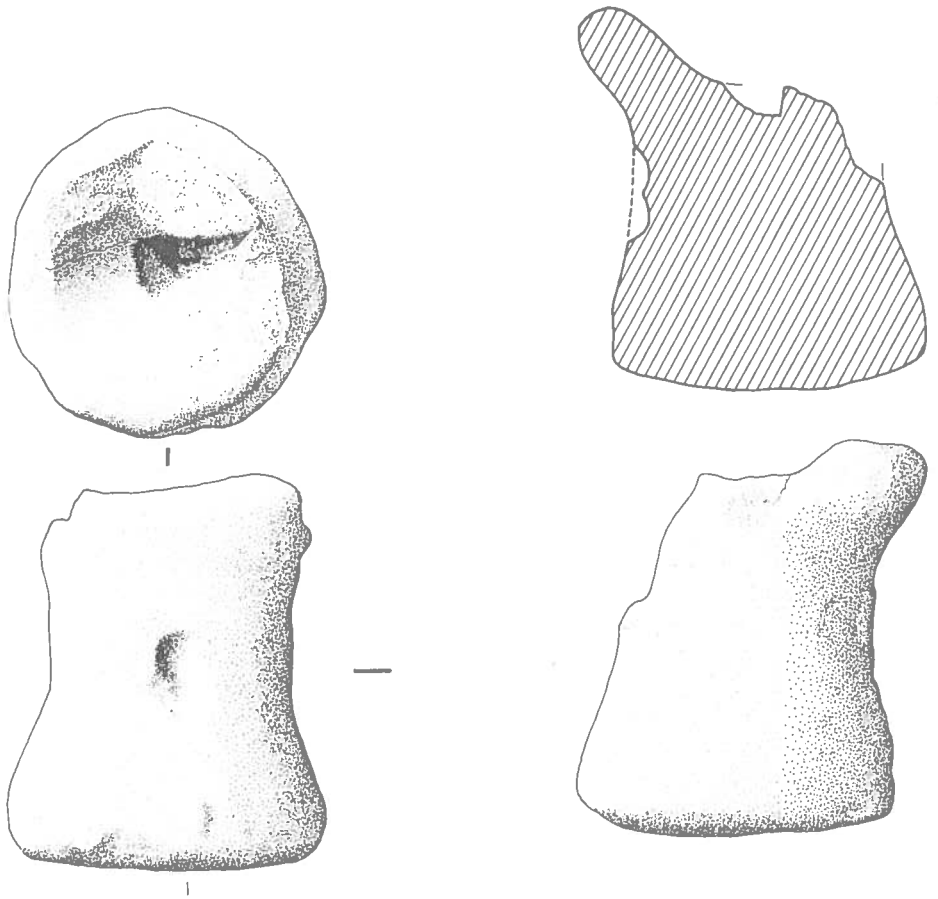


Fig. 8.19. O «ídolo de cornos» do povoado do Monte da Ribeira (Redondo). Desenho de Manuel Calado. 2:3. A grande polémica em torno a estes artefactos (chamados «pés de fogareiro», «ídolos», etc.) deriva de se terem colocado, por diversas vezes, dúvidas sobre a sua funcionalidade. Quando recolhidos perto de estruturas de combustão, poderia ocorrer o exemplo dos similares do Neolítico antigo italiano. Mas uma grande distância no tempo (e no espaço) separa estes daqueles, devendo ainda ser sublinhada a dimensão muito superior dos exemplares recolhidos em Itália. A pequena dimensão dos «ídolos de cornos» peninsulares, a decoração simbólica que por vezes registam, a rara existência de sinais de fogo intenso, a absoluta ausência de traços de uso nos que conheço, tornam difícil (e mesmo pouco interessante) um debate profundo nesta fase. A peça do Monte da Ribeira, de dimensões ainda mais reduzidas que as habituais, e com a perfuração apenas indicada, não parece (tal como a maior parte dos «ídolos de cornos» do Cerro do Castelo de Santa Justa) apresentar quaisquer possibilidades funcionais, ainda que a sua relação com o sagrado possa ser, naturalmente, sempre questionada.

Os *pratos de fundo interior decorado:* não atingem em Portugal os números conhecidos em Espanha (Valencina de la Concepción). Conhecem-se presentemente três bons exemplos de cerâmicas com fundos decorados com motivos brunidos no interior (1) Santa Justa, um fragmento de fundo com raios solares; (2) Monte da Tumba, um pequeno prato decorado simbolicamente (Tavares da Silva e Soares, 1985: 12); (3) Cabeço do Cubo, uma taça carenada com um grande sol gravado no interior (escavações inéditas de Carvalho Dias). À excepção deste último exemplo, que cronologicamente poderia ser ligeiramente anterior a Santa Justa e Monte da Tumba, o contexto calcolítico destas figurações é indiscutível e nada tem a ver com a «cerâmica de ornatos brunidos» que Cunha Serrão identificou pela primeira vez entre nós (1959) e que está hoje indiscutivelmente situada na Idade do Bronze.

A presença de cerâmicas com brunimentos no interior, nomeadamente pratos, é frequentemente referida para a Palestina calcolítica, mas os motivos identificados no Ocidente Peninsular são, basicamente, idênticos a outras representações da cerâmica simbólica, essas incisas e normalmente presentes no bojo dos recipientes. Não se vê qualquer exotismo nestes motivos.

As fortificações: argumento chave desde a primeira geração do orientalismo, a construção de fortificações pode de algum modo ser considerado o efeito monumental do Calcolítico. Inicialmente, as bases para justificar um mecanismo de colonização estavam encontradas e, aparentemente, o tempo reforçava as primitivas convicções. Vila Nova de S. Pedro e Zambujal apresentavam implantações que favoreciam esta opção: eram sítios destacados na paisagem que uma vez fortificados seriam ainda de mais fácil defesa. No caso de

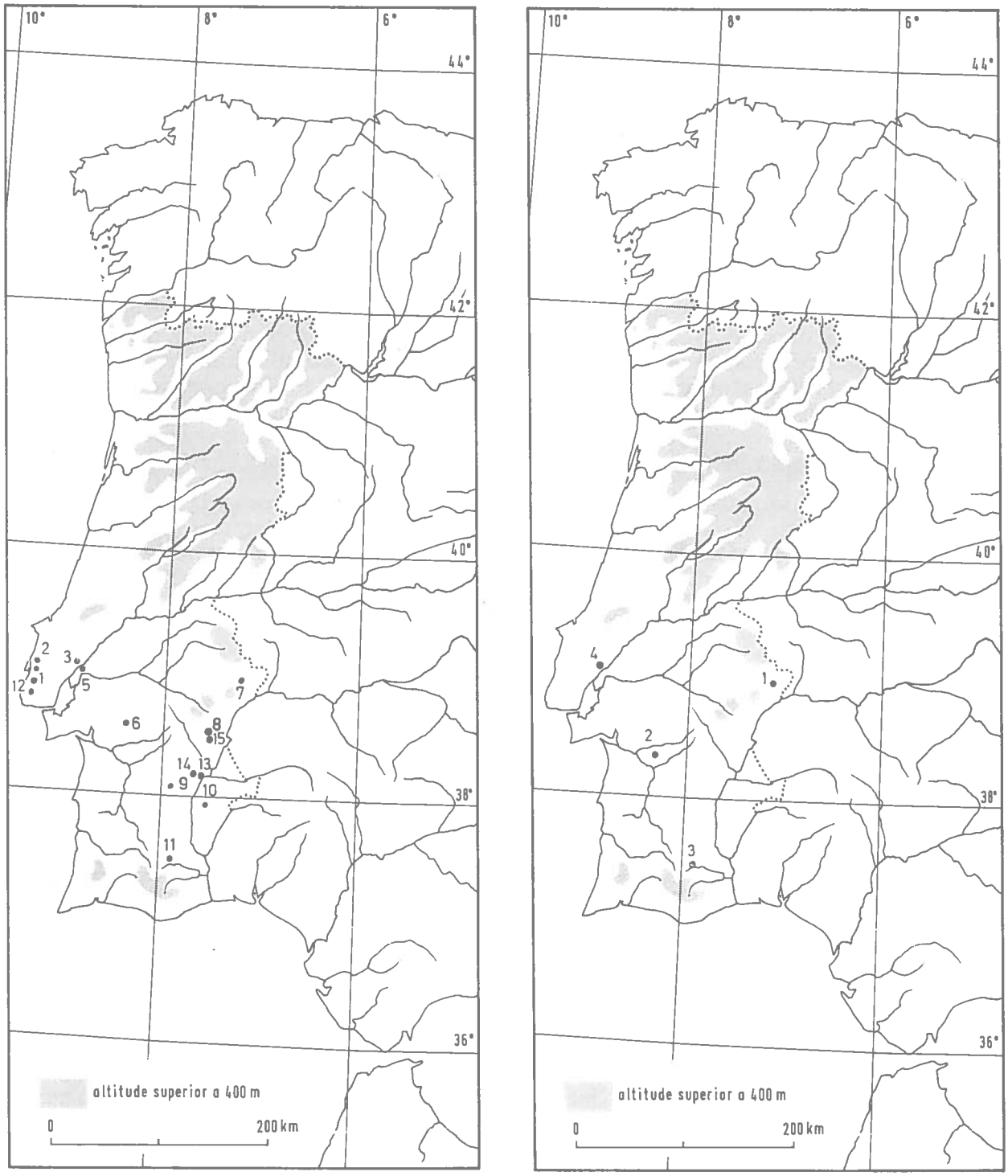


Fig. 8.20. (*à esquerda*) Distribuição dos «ídolos de cornos» em Portugal: 1. Pico Agudo; 2. Zambujal; 3. Vila Nova de S. Pedro; 4. Lexim; 5. Cabeço da Bruxa; 6. Escoural (*tholos*); 7. Cabeço do Cubo; 8. Monte da Ribeira; 9. Zambujoso; 10. S. Brás; 11. Santa Justa; 12. Penha Verde; 13. Sala n.º 1; 14. Mangancha; 15. Esporão.

Fig. 8.21. (*à direita*) Distribuição da cerâmica calcolítica com motivos solares brunidos no fundo. 1: Cabeço do Cubo; 2: Monte da Tumba; 3: Cerro do Castelo de Santa Justa; 4. Vila Nova de S. Pedro. O exemplar recentemente recolhido nas minhas escavações em Vila Nova de S. Pedro (um fragmento de fundo com um sol *millarense*) apresenta o motivo inciso e não brunido, ainda que a pouca profundidade das incisões o aproxime da técnica usada no Monte da Tumba).

Vila Nova de S. Pedro, a situação é, porém, diferente e quando dos meus trabalhos recentes naquele sítio foi-me dado observar diversos aspectos pouco referidos. Por exemplo, o lugar da *exacta* implantação do povoado, praticamente a meio do esporão amplo e alongado sobre o qual assenta. Esta localização minimiza os riscos de perigo proveniente do Tejo (através do Rio Maior e da Ribeira de Almoster, navegável até ao Paúl das Salgadas, a menos de uma hora de marcha de Vila Nova de S. Pedro). Toda a fortificação parece, com efeito, estar construída em função do amplo vale que se situa entre Vila Nova e os Candeeiros, *exactamente como se fosse previsível que daí houvesse perigo*. Ora essa área apresenta, para além de capacidades agrícolas, excelentes pastagens e nela veríamos sem dificuldade o território móvel de indígenas que se dedicassem a tais actividades. Seriam esses indígenas quem os habitantes de Vila Nova receariam? parece-me muito possível, e apesar da falta de dados sobre estas populações, cujo semi-nomadismo se admite como provável (uma vez que delas não existem lugares de habitação estável conhecidos), as provas da sua existência encontram-se nas próprias fortificações, sendo impossível determinar com precisão quantas vezes foram elas reconstruídas na sequência de assaltos.

Os autênticos arsenais encontrados em Vila Nova de S. Pedro, o que Afonso do Paço chamava «ninhos de pontas de seta» (com muitas centenas acumuladas num único lugar), indicam uma verdadeira situação de afrontamento prolongado. Pastores contra agricultores, como por diversas vezes ao longo do processo histórico? ou indígenas contra colonos? ou ainda indígenas contra indígenas? pouco interessa agora, uma vez que o que estamos discutindo é uma morfologia que permita falar de origens.

Schubart (1967), ao referir-se à Pedra d'Ouro e ao Zambujal, procurou paralelos que explicassem as construções. Evoca naturalmente Los Millares, prosseguindo para Este, com Lébous, uma fortificação tardia, talvez cronológica e morfologicamente posterior à Pedra d'Ouro, construção por sua vez aparentemente levantada depois de Zambujal e Vila Nova de S. Pedro. Tal como, com Vera Leisner, se referira a conhecidos sítios do Mediterrâneo Central e Oriental. Mas será Los Millares a tal ponto similar a Vila Nova e Zambujal? Los Millares é, na verdade, um caso até ao presente momento único na Pré-História Peninsular e a sua construção dificilmente me parece atribuível a um povo indígena. Não há ali a proximidade com o mar detectada nos sítios referidos. Mas há um plano de construção que não visa apenas proteger um núcleo de habitação contra ataques esporádicos. O complexo que engloba a fortificação de Los Millares e os fortins de protecção é um verdadeiro acto de engenharia militar, consubstanciando uma estratégia de agressão/ defesa indiscutível. A multiplicação dos pontos defensivos na muralha principal e, sobretudo, a construção e estratégia de implantação dos fortins denunciam uma sociedade altamente organizada, assumindo à partida todas as precauções em territórios hostis.

Conhecemos, ao longo da história da Europa antiga, momentos deste tipo e o *limes* da Germânia traduz essa mesma preocupação em deter um adversário potencialmente perigoso. A muralha de Adriano também. Los Millares poderia ser efectivamente um grande centro de colonos que penetram num novo espaço. Haveria, porém, que rever a Pré-história do Egeu e do Oriente Mediterrânico para que se pudessem detectar eventuais movimentações de povos que explicassem uma tal deslocação maciça. Schubart falava de colónias e feitorias. Mas, voltando a uma observação que se fez anteriormente, trocar o quê? apenas cobre? bens de prestígio? os inventários não respondem ainda. E se estes lugares forem feitorias é muito provável que nunca respondam, uma vez funcionando estas como plataformas giratórias de um comércio e só temporariamente como armazens de bens duradouros.

Morfologicamente, são as fortificações do Ocidente peninsular idênticas?

Se as dimensões gerais fazem contrastar todas elas com Los Millares, por muito mais reduzidas, as séries de reconstruções parecem mais extensas e denunciam alterações de estratégia e a preocupação constante de consolidar a defesa de espaços interiores, sempre muito restritos.

Em Los Millares, não seria errado procurar um proto-urbanismo, mas Santa Justa e Monte da Tumba parecem mais quintas fortificadas que povoações com as dimensões das que conhecemos mais tarde, na Idade do Bronze final e na Idade do Ferro. Quintas fortificadas de agricultores que conheciam a metalurgia do cobre e a praticavam, para uso próprio e para troca, ou pequenas estruturas contendo a noção mais ampla de família extensa

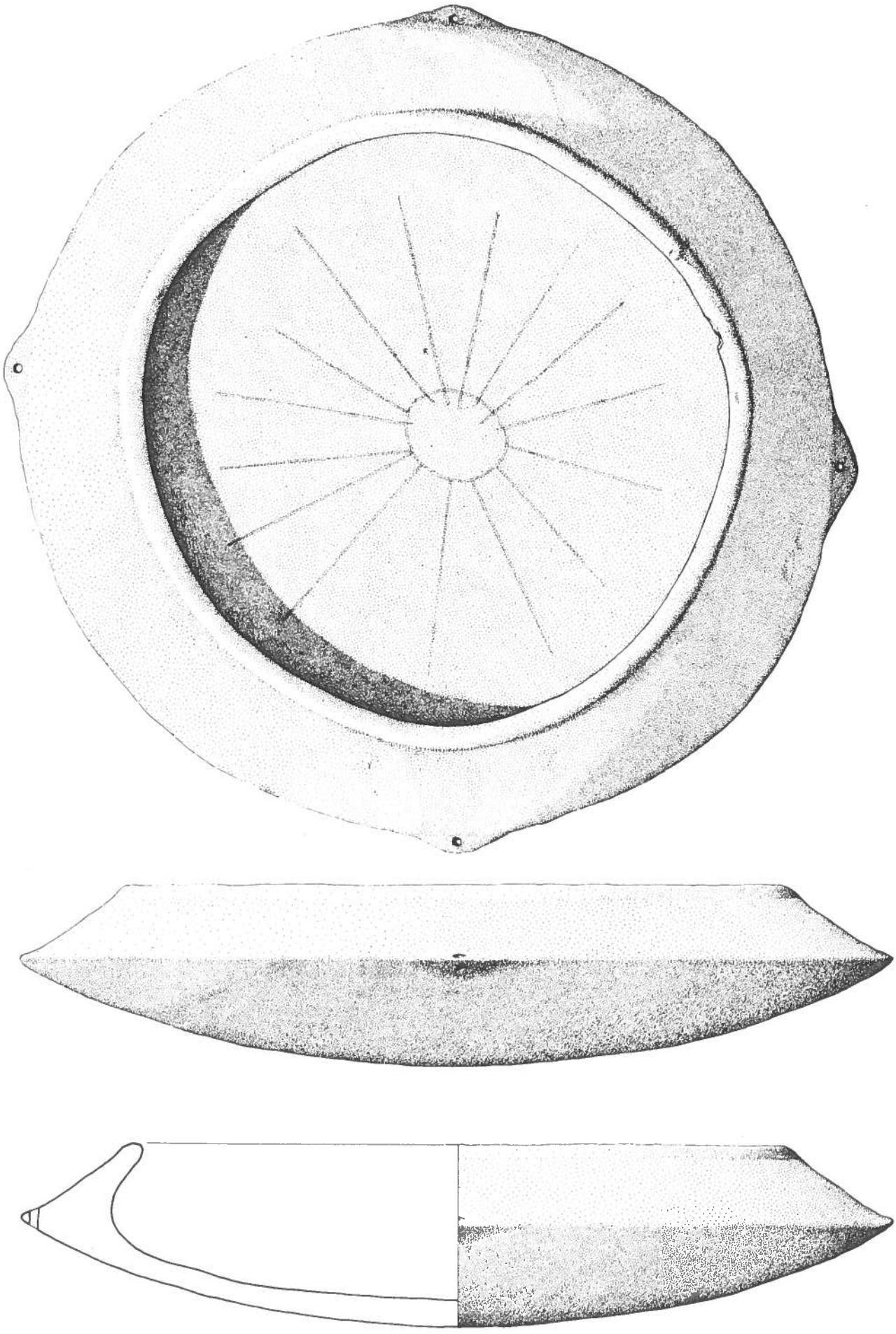


Fig. 8.22. Taça carenada do Cabeço do Cubo, com sol brunido no interior (exemplar recolhido por Ana Carvalho Dias). 1:2.

a cujos riscos de esgotamento de capital genético só se poderia fugir pela exogamia possível em redes de povoamento coesas.

Vila Nova de S. Pedro corresponde ao aproveitamento de áreas de recursos altamente privilegiadas por um grupo muito mais numeroso. Os meus trabalhos de 1984 e 85 evidenciaram que a área inicialmente ocupada não deveria ter torres, mas consistia já num espesso e sólido muro de defesa. As alterações na construção, tal como no Zambujal, podem derivar da própria evolução das concepções defensivas, senão mesmo de uma retracção no povoamento, que se concentraria na área central perante a repetição de ataques dos indígenas. Esta asserção baseia-se em dois pontos: (1) o aspecto tardio da segunda linha de muralhas em relação à terceira; (2) a compartimentação tardia do espaço intra-muralhas por muros oblíquos, que definem pátios facilmente defensáveis por um número menor de arqueiros.

Por outro lado, há que dizer que a própria função das torres se alterou com o tempo, com entulhamentos que as deveriam ter tornado mais maciças. Se as torres ocas poderiam ter um significado específico, inclusivamente habitacional, parece-me que as maciças poderiam igualmente ter representado a função de contrafortes de apoio à muralha na qual eram construídas. Sabe-se o significado militar das torrres e do seu espacejamento. Este corresponde à necessidade de cobrir uma determinada área de aproximação à muralha por um ângulo de tiro que recubra outro numa determinada área de segurança, não sendo necessário ultrapassá-la. Em Vila Nova de S. Pedro, Zambujal e Santa Justa *há torres a mais*, ultrapassando o seu número largamente o máximo necessário.

Para além de uma estratégia de defesa exógena, mal entendida ou aplicada, haverá também uma *moda* ou *estilo de construção* que se generaliza?

Seja como for, para Vila Nova de S. Pedro, Zambujal, Monte da Tumba e Santa Justa, a estratégia defensiva é idêntica, ainda que adaptada às condições dos locais e evoluindo posteriormente de forma provavelmente diversa. *Mas a estrutura de partida parece ser a mesma.*

Finalmente, fica em aberto a questão das estruturas pétreas de fecho das torres (Sangmeister e Schubart consideram que, pelo menos algumas, fechariam em falsa cúpula) e de eventuais estruturas perecíveis que assegurariam o acesso e a evacuação do interior das torres: tais estruturas não foram registadas em nenhum povoado.

A metalurgia do cobre: por detrás das concepções de um intenso movimento de colonização ou comércio que explicasse o florescimento do Calcolítico peninsular existiu sempre, como pressuposto, a primeira fuga para Ocidente em busca do cobre. E a definitiva convicção que a metalurgia do cobre nada tinha de indígena. Pouco interessava que o arranque fenício até à Península não correspondesse apenas à procura do metal, mas a um complexo movimento que teceu uma eficaz teia comercial em todo o Mediterrâneo: historicamente, é calcando o modelo fenício que se consolidam as primeiras explicações orientalistas. E a tal ponto que, a dado momento, para incrementar a credibilidade teórica da proposta, a partir da altura em que a investigação sobre os fenícios no Ocidente mostrava realidades incompatíveis, a explicação é redefinida, ressalvando-se as divergências (Schubart, 1976: 203).

Naquele que é, ao momento em que escrevo, o mais recente texto sobre a história da metalurgia na Europa (Tylecote, 1987), produz-se, de início, uma afirmação-chave: «Demand accelerates technological development, and progress through the metallurgical succession was relatively fast.» (*ibidem*: 3). Assim sendo, talvez não faça grande sentido juntar num mesmo mapa, como fez Renfrew, os centros metalúrgicos mesopotâmicos cuja extraordinária precocidade os afasta, à partida, de qualquer critério difusionista: demasiado tempo os separa mesmo de áreas vizinhas, como a Anatólia. É assim provável, como aquele autor avançou, que a utilidade do cobre tenha sido descoberta por diversas vezes, independentemente, ao longo da diacronia. E, assim lidas, as curvas europeias (e particularmente as oeste-mediterrânicas) referem uma realidade cronologicamente consistente, verificando-se na Península uma homogeneidade que as recentes datações ^{14}C têm vindo consecutivamente a reforçar. Em Santa Justa, as mais antigas datas correlacionadas com a metalurgia caem justamente, após calibração, em intervalos de tempo claramente situados na primeira metade do III milénio.

8.5.3. *Uma crítica dos inventários*

Creio que tanto orientalistas como indigenistas se aperceberam cedo, ainda que com reacções diversas, da inconsistência de fundamentar o argumento de uma colonização directa nos inventários disponíveis, a tal ponto eles são omissos ou ambíguos.

Schubart, como excelente conhecedor das colecções peninsulares, reconhece-o explicitamente ao considerar que «...es demasiado escasa la participación oriental directa en el inventario.» (1976: 203).

A nível mais geral, o facto permanece, quer se trate de encontrar paralelo para as sandálias de mármore votivas (Alapraia) quer para o marfim ou os ovos de avestruz (cuja proveniência norte-africana é mais que provável). Em todos os casos, o número dos artefactos conhecidos é infímo e, se aponta para relações comerciais, não reforça a ideia de uma colonização maciça, antes a parece afastar. Outras reflexões suscitariam os bucrânios do santuário exterior do Escoural, mas permanece de pé a sua verdadeira cronologia e enquadramento cultural, provavelmente não completamente coincidentes com o Calcolítico.

Há, com efeito, na mancha calcolítica do Sul Peninsular, constantes comuns, mais visíveis na cerâmica que noutro tipo de artefactos. E se nos ativermos justamente à cerâmica, não será difícil constatar a ausência dos conjuntos de elementos conhecidos noutros grupos calcolíticos mediterrânicos. As formas de Lagozza e Remedello só em escassos casos recordam as sul- peninsulares, precisamente aqueles que são, um pouco por toda a parte, compartilhados pelos calcolíticos (pratos e taças) e ainda assim importantes diferenças existem. Mas os conjuntos de Serednij Stog, Tripolje, Cucuteni, Gumelniţa, Karanovo VI, Rakhmani, Vinča-Pločnijk, Tiszapolgár/Bodrogkeresztúr, Lengyel, Michelsberg, TRBK, e Nakovanska são exclusivos e se alguns desenham interrelações, nada parece terem a ver com a diacronia específica do Mediterrâneo Ocidental. Poderíamos dizer o mesmo de Fontbouïsse, bem mais perto da Península.

Restar-nos-ia a hipótese de contactos directos, sem escala, com o Egeu, o que não é, teoricamente, impossível.

Vistos como foram os componentes evocados a propósito de uma origem oriental do Calcolítico, e observada a escassa consistência da maior parte como indicadores efectivos de uma colonização, tornava-se óbvio que, sendo eventualmente aceitável a origem exógena de escassos deles (pelo menos numa primeira fase), caberia reconhecer que a generalização a todo o Centro/Sul de Portugal de uma mancha artefactual específica deve ser entendida para além dela própria, em função do que *realmente* os inventários significam ou traduzem. Ou, de outra forma e simplificando: *onde* se encontra a diferença e *quais* os seus indicadores, sendo a sua origem uma outra questão.

A tendência generalizada tem sido de interpretar os dados isoladamente, com integrações forçadas em diacronias pressupostas e sem a presença de modelos teóricos que disciplinem as séries de interrogações que devem ser dirigidas aos artefactos para que deles haja informação significante.

Não é tanto a inexistência de informações «verticais» que importa, mas a maneira como, artificialmente, se distribuem nessa orientação as informações «horizontais». Os inventários evidenciam, como já se sublinhou, uma presença de componentes sociotécnicos e ideotécnicos que *pode* ser referida a contactos comerciais cuja existência seria simplesmente absurdo recusar. A maneira como as populações indígenas reagem a essa recepção é polémica, por deficientemente esclarecida, e os inventários traduzem isso mesmo. A incidência de elementos exógenos, ou como tal consideráveis, parece concentrada nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, o que está longe de ser incompreensível, particularmente se considerarmos a abertura natural destas regiões à navegação e a sua posição específica entre o mundo mediterrânico e o atlântico.

A nível do Centro/Sul de Portugal, a distribuição de matérias primas indispensáveis à manufactura de três grupos de artefactos (os de pedra lascada, os de pedra polida e os de cobre) surge desigualmente no espaço. Em termos gerais, se colónias de mineradores existissem elas encontrar-se-iam no Alentejo e Algarve (e não no litoral). Mas rotas comerciais devem ter sido estabelecidas durante o Neolítico, assinalando o Tejo uma das vias de troca de sílex por pedras duras. A presença de placas de xisto e grés ao longo da faixa do vale do Tejo pode traduzir caminhos de troca que, com produtos manufacturados ou matérias primas, abasteceram regiões complementares. Em Alcobaça, na gruta funerá-

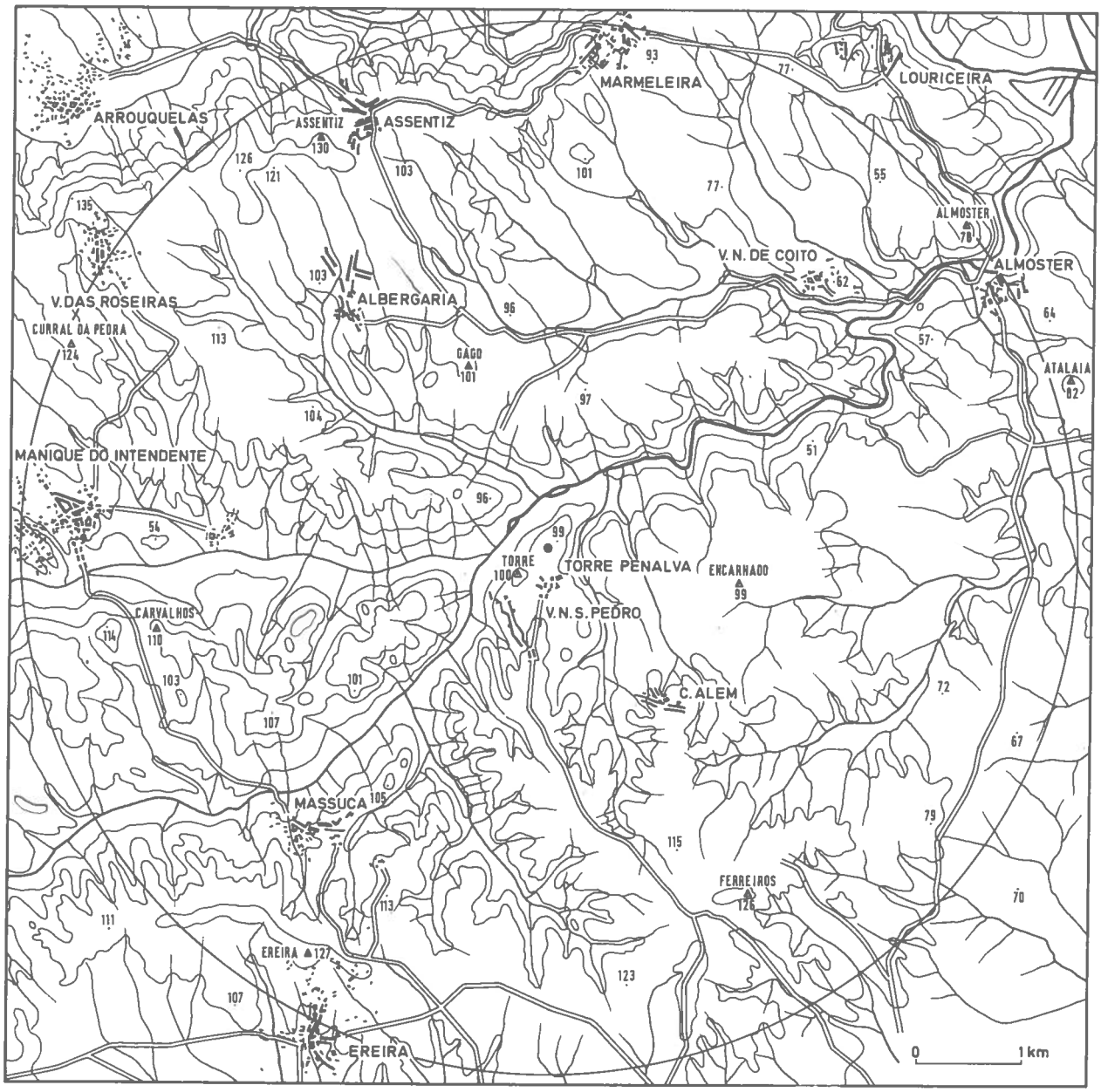


Fig. 8.23. Vila Nova de S. Pedro: morfologia da provável área de recursos.

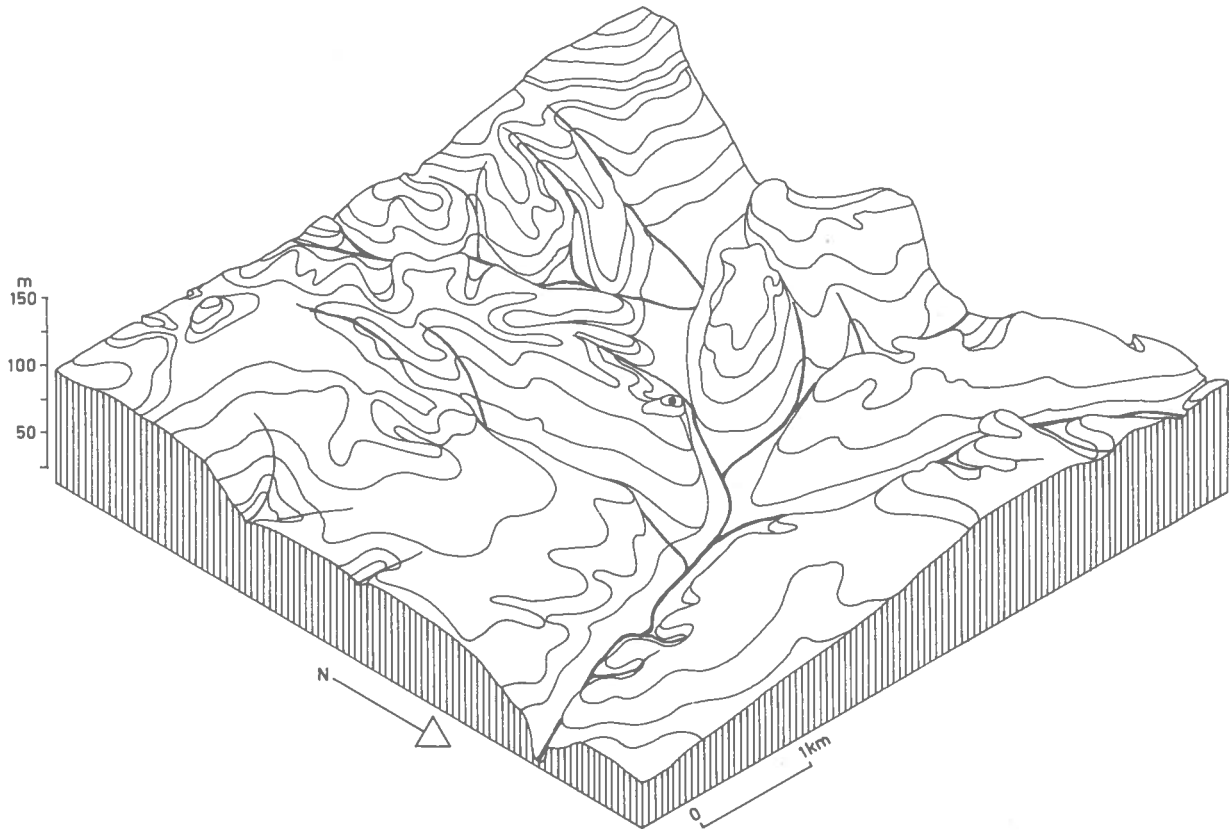


Fig. 8.24. Vila Nova de S. Pedro: bloco diagrama.

ria do Neolítico «final» da Cova das Lapas, recolhi contas de colar em pedra dura (anfibolito) cuja origem alto-alentejana é provável. Comum no Alentejo, o anfibolito é praticamente inexistente no litoral e não deixa de ser significativo o enterramento de um jovem, com placa de xisto decorada geometricamente ao peito, identificado na mesma gruta. Estas relações comerciais podem ser objecto de leituras com diversas alternativas: comércio de matérias primas ou de produtos manufacturados, ou de umas e outros. Mas a sua existência é incontestável e em Vila Nova de S. Pedro a grande quantidade de artefactos de pedra polida pode traduzir um aumento significativo do fluxo de trocas interregionais. A este respeito, e por uma vez, os inventários são a peremptória negação de um qualquer imobilismo e auto-suficiente percurso dos sítios fortificados.

Mais que qualquer influência, constante e poderosa, deveremos ter em conta a densidade e, sobretudo, a necessidade destes contactos regionais. Explicarão eles, talvez, mais adequadamente, a indiscutível homogeneidade do Calcolítico do Sul Peninsular e o desenvolvimento de sítios que controlam efectivamente espaços de passagem, sendo o seu conteúdo artefactual idêntico aos que se encontram nesses mesmos espaços. O contrário seria, aliás, de estranhar.

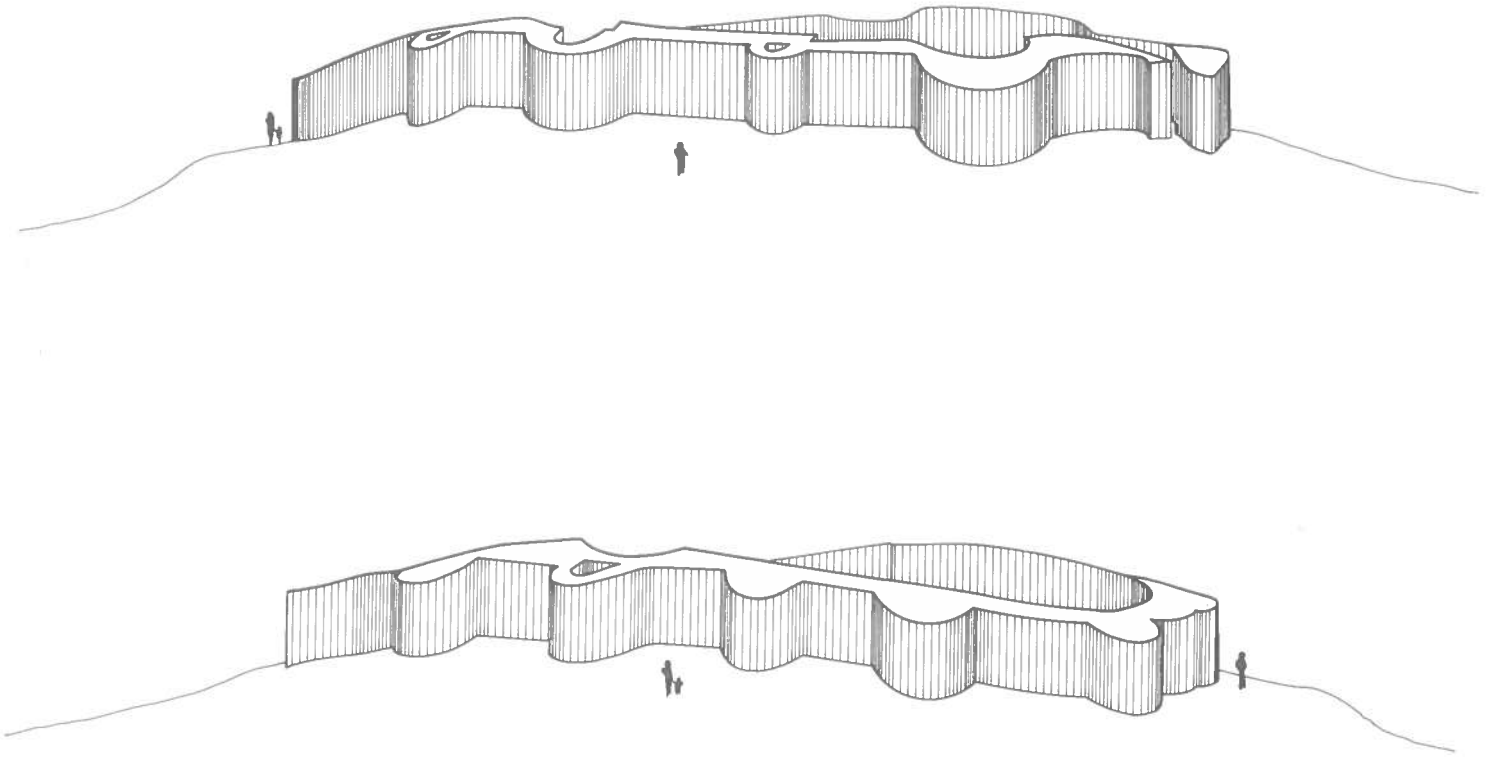


Fig. 8.25. (*em cima*) Perspectiva provável da face a 270 grados e da de 70 grados da última fase do dispositivo defensivo do Cerro do Castelo de Santa Justa.

8.5.4. *A incompatibilidade fictícia dos modelos: «enxameamento» e colonização*

O maniqueísmo redutor que privilegia ou torna obrigatórias opções preto/branco ignora naturalmente as múltiplas possibilidades ou matizes que se encontram entre os dois extremos. É um erro fatal, não apenas no tratamento dos resultados de pesquisa, mas, o que é mais grave, na própria organização da pesquisa. Interrogar mal é pior que não interrogar: o conhecimento distorcido de uma realidade não é preferível ao seu desconhecimento.

Assim, e como de algum modo temos vindo progressivamente a expor, o Calcolítico do Centro/Sul de Portugal não é uma realidade monolítica e irredutível e a sua caracterização passa por descritores que se referem a categorias distintas.

[1] A nível da economia, o Calcolítico é assinalado por modificações estruturais que agem profundamente sobre a trama dos grupos. A intensificação das práticas agrícolas terá a ver com novas tecnologias, mas o aproveitamento integral das suas possibilidade só é conseguido em situações em que as áreas de recursos escolhidas correspondem ao esforço desenvolvido. O que acontece em solos adequados. A extensão de alguns de esses sítios, Porto Torrão, Sala n.º 1, Mangancha, traduz o crescimento populacional permitido pela exploração agrícola dos solos de tipos A e B e os reais sucessos de uma economia

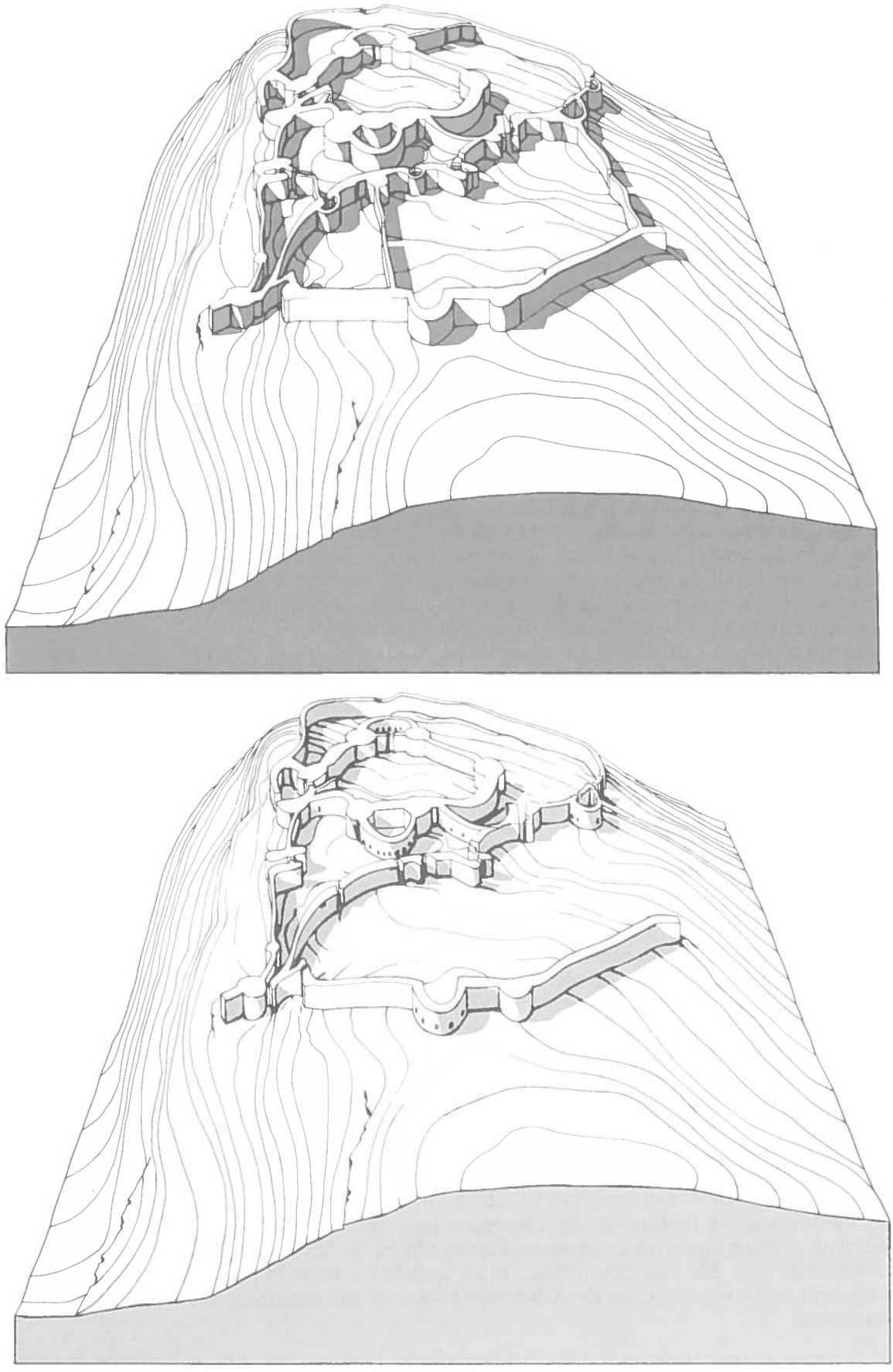


Fig. 8.26. Duas fases consecutivas de deenvolvimento da fortificação do Zambujal, segundo Schubart e Sangmeister, 1981. Notar a abertura de seteiras na barbacã e o suposto entaipamento na fase seguinte (fases 2C e 3A). Observar a primeira grande compartimentação do espaço protegido.

de produção baseada nas domesticações de animais e vegetais, aproveitados ao seu máximo ideal. Mas o crescimento para além de limites determinados provoca o desequilíbrio entre recursos disponíveis e as populações que deles dependem. Por isso, as dimensões dos povoados de cumeada são limitadas às reais proporções dos recursos utilizáveis e a impossibilidade do grupo se expandir é óbvia.

Ester Boserup salientou as enormes diferenças entre as sequências operativas que caracterizam a recolecção e a produção, evidenciando os elevados custos que implica a última destas soluções. Sem aderirmos à visão idílica que Camps propôs para o Mesolítico, devemos reconhecer que o desenvolvimento maciço das possibilidades da economia de produção contém os seus próprios riscos e que o desenvolvimento das sociedades do Neolítico «final» pode ter acarretado as pulsões internas que conduziriam a um possível fraccionamento dos grupos (o fenómeno que designei por enxameamento).

É esta, a meu ver, a possibilidade menos remota para explicar a colonização das terras altas e a distribuição funcional do povoamento. Se considerarmos os três Cerros do Castelo do Alto Algarve Oriental (como se disse, certamente uma amostragem de uma realidade maior) vê-los-emos controlando áreas de passagem/penetração, usando ao máximo as escassas possibilidades agrícolas dos solos, dispondo do cobre nativo e transformando-o em utensílios. O conteúdo artefactual destes grupos, populacionalmente adequados aos recursos disponíveis, revela homogeneidade interna, entre si e os outros lugares de povoamento calcolítico do Alentejo e Algarve. A exploração do cobre é uma actividade dinâmica e é de tal modo evidente o controlo do *saber como* que duas questões muito semelhantes se colocam: (1) não traduzirão esses sítios o resultado do enxameamento de grupos maiores, detentores de padrões de comportamento económico e social específicos? (2) não serão, assim, esses povoados fragmentos de outros, constituindo como que seus pseudópodes em direcção a outras áreas de outros recursos?

A arqueometalurgia não é um recurso fundamental, mas apenas *mais um recurso*. O seu peso tem de ser compreendido num mecanismo a longo termo, na origem das grandes descobertas da metalurgia que são o detonar longínquo do nosso próprio mundo. Mas vista a um nível local específico ela faz parte de um vasto conjunto de fenómenos que se ligam à Segunda Revolução Neolítica, o que Sherratt chamou de *Revolução dos Produtos Secundários*. São estes, com efeito, que marcam o enxameamento: nas terras altas de Portel e Vidigueira, no Alto Algarve Oriental, as abundantes provas relacionadas com a tecelagem, a metalurgia do cobre e o processamento de vegetais indiciam novos tipos de sociedade e economia ou os resultados de modelos de exploração dos recursos que até então eram estranhos àqueles territórios.

[2] *A nível da sociedade*, não é tão simples tirar conclusões, tão ténues são os vestígios que registámos.

Uma grande cabana (colectiva?) parece ser a única estrutura sobrevivente da primeira fase de Santa Justa, e após o incêndio as estruturas habitacionais são realmente diferentes, mais pequenas e distribuídas no sentido de um aproveitamento integral do espaço interior ao dispositivo defensivo. Colin Renfrew escreveu: «Reconstruction is indeed one of the legitimate concerns of the historian and archaeologists, and a necessary preliminary to further analysis. But we need to understand in some sense *how* it happened.» (1984a: 3). *Como* se alteraram as estruturas de habitação é realmente a primeira face da questão, implicando que se procure compreender *porque* mudaram.

A hipótese que avancei, fraccionamento do grupo familiar extenso inicial, na sequência da introdução por exogamia de novos componentes, poderia explicar esta evolução. As dimensões destas cabanas não são totalmente idênticas, sendo as maiores as cabanas apareadas 2 e 3. As restantes não diferem muito entre si.

Em grupos tão pequenos parece irrelevante falar de chefaturas ou de complexas estruturas hierárquicas. Mas se aceitarmos o que atrás avancei a propósito da possibilidade de estes grupos serem fracções de entidades sociais muito maiores, então a realidade poderia ser outra.

[3] *A nível dos recursos*, não há uma realidade, mas muitas, como já vimos, e foi nesse sentido que mobilizei toda a cartografia disponível que considerei necessária para o ilustrar. No caso específico do Alto Algarve Oriental, o sílex (raro) e o *chert* (relativamente comum) poderiam ter como origem o Barrocal Algarvio, enquanto as rochas duras neces-

sárias ao fabrico de machados e enxós seriam provenientes do Baixo Alentejo. O cobre, como se disse, ocorre localmente.

Os solos, com deficientes capacidades de uso, parecem reforçar a ideia de que o cobre e a sua transformação podem ter constituído um recurso complementar nada desprezível, se integrado num esquema de troca. Enquanto a nível geral do Calcolítico Peninsular, o cobre não constitui certamente o recurso fundamental, particularmente para as unidades de povoamento assentes em áreas de recursos abundantes, dificilmente se compreenderia um povoamento destas áreas do Alto Algarve sem a motivação da exploração metalífera e o apoio das transformações da Revolução dos Produtos Secundários.

[4] *A nível da dinâmica e das características do povoamento*, haverá que registar a explosão demográfica detectável a partir da multiplicação e do crescimento dos sítios. O que designei por «enxameamento» é legível na ocupação das terras com menores possibilidades agrícolas, mas onde os componentes da Revolução dos Produtos Secundários podem permitir a sobrevivência e relativa prosperidade de grupos reduzidos.

A arqueometalurgia é de algum modo uma compensação para a fraca produtividade dos solos, mas esta não deverá ser exagerada: pequenas comunidades podem explorar recursos dificilmente cartografados nos levantamentos de limitada precisão de que dispomos. De qualquer modo, uma rede de trocas parece ser indesmentível, lida a uniformidade das cerâmicas, as desiguais possibilidades de abastecimento em sílex e rochas duras e o próprio subsistema superestrutural.

Nesta perspectiva, o cobre funciona como recurso apreciável, mas também, como se viu, a par de possibilidades específicas de sobrevivência: aproveitamento dos produtos lácteos, tecelagem, agricultura em dobras de linha de água, agricultura de sequeiro.

[5] *A nível das superestruturas*, confirma-se o esperado: a mancha de povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental contém os componentes das estruturas míticas do Calcolítico Peninsular e estas apresentam-se homogéneas, no que ao Sul diz respeito.

A primeira questão é justamente a que se refere à Deusa-Mãe. *Que* Deusa-Mãe. O princípio feminino, o papel da continuidade da espécie, a vida e a morte, aparecem sincreticamente resumidos numa figura imediatamente pré-calcolítica, mas que está ainda bem presente quando o Calcolítico se estabelece. Representada nas placas de xisto com decoração geométrica, ou nas de grés de inspiração «naturalista», continua, ainda que em número reduzido, no Calcolítico: Zambujal, Vila Nova de S. Pedro, Pé da Erra, Pedrão, Mangancha, Sala nº 1, revelaram fragmentos de placas. Se muitas delas são pura e simplesmente idênticas às que as antas alentejanas forneceram aos milhares, e se o seu número é sempre escasso (o que não é para estranhar em povoados), os «olhos» de algumas delas são já em forma de sol, como os que encontramos nas falanges decoradas e nos ídolos cilindro tipo Moncarapacho.

O sol «millarense» está presente em Vila Nova de S. Pedro, em cerâmica que recolhi nos meus recentes trabalhos naquele sítio, mas também outras formas da representação solar se conhecem do Cabeço do Cubo, Monte da Tumba, Sala nº 1, Corte João Marques e Santa Justa, para só falarmos de povoados. Os triângulos simbólicos associados à Deusa estão distribuídos por área ainda maior. As últimas representações foram recolhidas na Sala nº 1, um extenso povoado sobre o Guadiana, mas em quase todos os sítios de ocupação calcolítica os encontramos. Pela sua expressividade, é possível que uma certa autonomia tenha sido obtida e que a sua função decorativa tenha substituído a carga sagrada que inicialmente possuía. No caso das cerâmicas dos povoados alentejanos, tal facto não se verifica, porém, e a associação dos triângulos aos outros símbolos da Deusa, é uma constante.

Os «ídolos de cornos» foram já sobejamente discutidos para que de novo falemos deles, mas a influência mediterrânica que podem evidenciar deve ser sublinhada.

Guardei para o fim deste ponto o que as figurinhas cerâmicas parecem sugerir. Perante o exemplar de Santa Justa (como perante a figurinha do Monte Novo dos Albardeiros), a primeira reacção era inevitavelmente de evocar as representações sírias, em particular, e as do Próximo Oriente, em geral. O que de modo algum queria dizer que se tratasse de importações, mas mais provavelmente de réplicas ou de imagens feitas para materializar uma específica ideia de divindade.

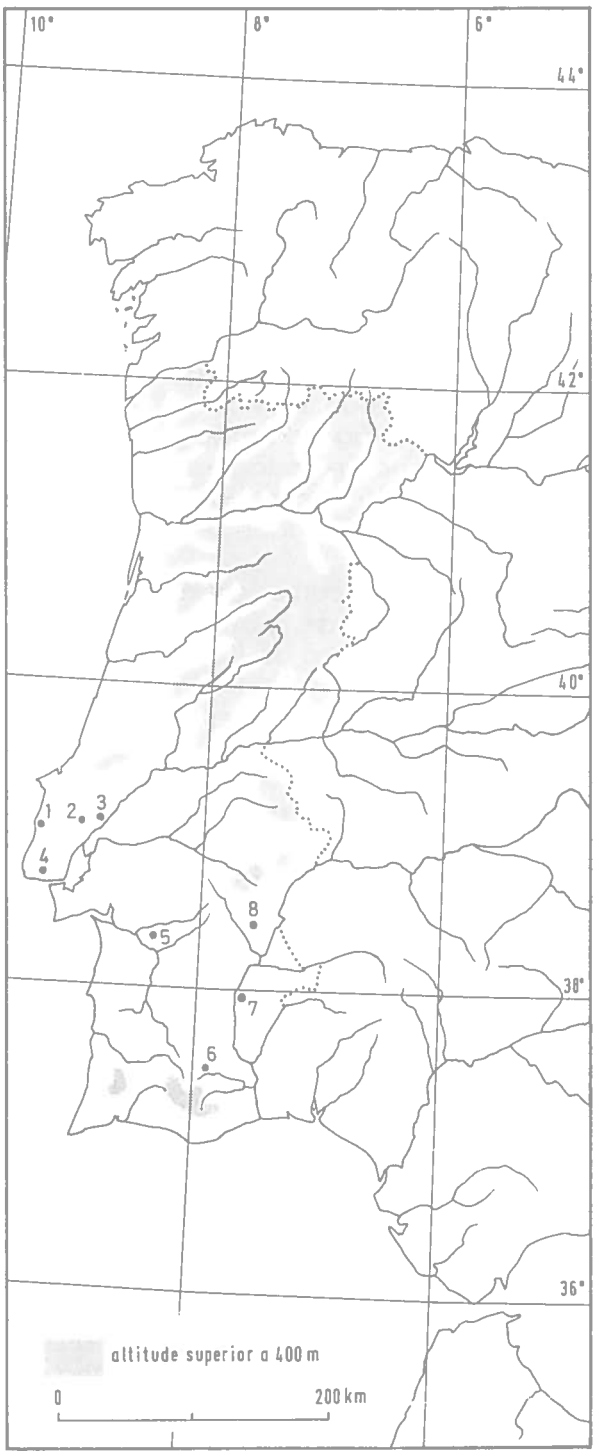


Fig. 8.27. Distribuição dos povoados com dispositivos defensivos incluindo torres: 1. Zambujal; 2. Pedra d'Ouro; 3. Vila Nova de S. Pedro; 4. Liceia; 5. Monte da Tumba; 6. Santa Justa; 7. Cerro dos Castelos de Serpa; 8. Monte Novo dos Albardeiros.

[6] *A nível da morte e do tratamento reservado aos mortos*, dois movimentos parecem confirmados no Calcolítico do Sul, se excluirmos a complexa excepção que as necrópoles de Monchique representam. O aproveitamento de monumentos anteriores (antas) é um facto, ainda que seja altamente provável que em algumas áreas as antas continuem a ser construídas de raíz no próprio Calcolítico. As duas recentes datações para os enterramentos de base da Anta da Bola da Cera (Marvão) evidenciam esta realidade, colocando na primeira metade do terceiro milénio (em anos de calendário) a construção daquele monumento «clássico». O levantamento de *tholoi* na sequência das antas, provada a partir da escavação dos monumentos da Farisoa (Leisner e Leisner, 1951) traduz, para além de uma novidade no enterramento que se mantém colectivo, uma nova realidade económica e social. Não que seja, em abstracto, mais simples construir um *tholos* que uma anta mas, na maior parte dos casos do Sul, em que os monumentos são relativamente pequenos, uma pequena unidade familiar pode construir um em relativamente pouco tempo, ao contrário do que aconteceria com uma anta. Com efeito, se teoricamente o trabalho de afeiçoamento da pedra necessária à construção de estes monumentos é sensivelmente idêntico, no caso dos grandes *tholoi*, para os pequenos monumentos de falsa cúpula a realidade é diferente. Ao que haverá naturalmente que acrescer as facilidades no transporte de pedra pequena e média, contrapondo-lhes o custo do transporte dos ortóstatos necessários à construção das antas.

No *tholos* da Eira dos Palheiros, o enterramento parece ter consistido na deposição de apenas dois corpos. O número reduzido de enterramentos em alguns dos *tholoi* do Sul pode justamente levantar a questão do retomar das inumações individuais ou «familiares estritas» que parece comum no chamado Bronze do Sudoeste (em que se detectam, aliás, algumas formas cerâmicas tradicionais de períodos anteriores, evidenciando a ausência de uma ruptura completa).

Antas e *tholoi*, conquanto ambos sepulcros colectivos, denunciam realidades diversas e a generalização do uso dos *tholoi* muito provavelmente aponta esse universo em mutação já pressentido nos confrontos que envolvem os povoados fortificados e originam as constantes reconstruções das suas muralhas e torres.

Os principais dados disponíveis apreciados, a mesma questão se põe: ser-nos-á possível destrinçar entre «colonos» e «indígenas», no caso dos primeiros terem realmente existido?

Vimos, no resumo feito do conteúdo dos inventários, que escassa é a realidade artefactual que sustentaria uma colonização de proveniência exógena, maciça e generalizada.

Entre o Neolítico e o Calcolítico, a acharmos uma diferença ela residiria mais na estabilização das populações que na arqueometalurgia e a grande clivagem parece situar-se em torno às fortificações. Mas aqui outra questão emerge, a de se discutir se essas fortificações podem ser classificadas num só grupo ou se entre elas existem reais diferenças. E neste último ponto, é já possível avançar um dado elementar: o das próprias dimensões dos sítios em causa.

Foi já dito que, no Sul Peninsular, Los Millares é de algum modo uma excepção: a área protegida pelas linhas de muralhas ultrapassa largamente as de Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal. Esta desproporção é ainda maior se considerarmos Santa Justa ou Monte da Tumba.

Os povoados calcolíticos (tanto os abertos como os fortificados) do território hoje português apresentam, também, entre si consideráveis diferenças na área ocupada, algumas provisoriamente quantificadas (Arnaud, 1982). Mas uma séria reserva deve ser feita a esta última discrepância: não estão ainda determinadas com exactidão as áreas *efectivamente* ocupadas de cada povoado. É provável que, em torno das áreas protegidas por fortificações, se tenha desenvolvido um povoamento anexo ou, ainda e concomitantemente, se tenham desenvolvido, sazonal ou duradouramente, áreas de actividade. Este fenómeno, largamente documentado noutros períodos históricos (na Idade Média, por exemplo), está patente na ocupação da encosta a 270 grados do Cerro do Castelo de Santa Justa, onde os trabalhos agrícolas revelaram traços de intensa ocupação extra-muros. Na Sala n.º 1 também. E igualmente deverá ser sublinhado que, em sítios aparentemente extensos, nem toda a área em que se encontram vestígios à superfície foi necessariamente concomitantemente ocupada. O que, a verificar-se, poderia reduzir consideravelmente as dimensões dos povoados, reposicionando-as diferentemente nos diversos momentos da sua duração.

De qualquer modo, os sítios alentejanos de dimensões mais assinaláveis, Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), Sala nº 1 (Pedrógão), Mangancha (Vidigueira), Marco dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), contrastam efectivamente com Santa Justa, Monte da Tumba, Escoural e, mesmo, Vila Nova de S. Pedro e Zambujal. Mas a dinâmica do povoamento calcolítico não pode ser lida em termos de grande/pequeno, o primeiro aberto, fortificado o segundo. Na rede de povoamento calcolítico de Portel e Vidigueira, os povoados não fortificados distribuem-se por todas as gamas de dimensão, da Sala n.º 1 ao Zambujoso ou a lugares mínimos, como parece ser o Mirante. *A dimensão dos povoados corresponde aos recursos directos e indirectos disponíveis e, em alguns dos casos, à sua própria função*. A análise das áreas de recursos e das tecnologias de que os grupos dispõem é imprescindível para que se compreenda o crescimento demográfico que explica os sítios maiores e a contenção que justifica os menores. É trabalho que apenas começa a ser feito.

Em termos gerais, aquilo a que assistimos no Calcolítico do Centro/Sul é efectivamente uma profunda modificação a nível de estratégias de povoamento e de estruturas económicas. Se a explicarmos pela generalização dos componentes da Revolução dos Produtos Secundários, compreenderemos talvez os mecanismos de uma *colonização interna* do território, o fenómeno que designei por *enxameamento*.

Este modelo não é incompatível com a existência de *colónias exógenas*: é o conteúdo dos inventários que o contraria. Que são, assim, sítios como Vila Nova de S. Pedro e Zambujal? Sem dúvida que representam, pelas estruturas que evidenciam e, sobretudo, pela sua complexidade e agitada diacronia, um fenómeno novo no território. Os defeitos de investigação acumularam-se em grande parte porque, pela escassez de dados relevantes e pela dificuldade em controlar informação de proveniência duvidosa no que se refere ao registo de campo, houve tendência para considerar um período de grande invenção e agitação social como se de um bloco se tratasse. Esta perspectiva reducionista originou, sem dúvida, leituras primárias, mas não conseguiu ocultar que, se era evidente a evolução local de muitos componentes artefactuais do conjunto, tal não parecia de forma alguma nítido em relação às próprias modalidades do povoamento original. Este povoamento original parecia coincidir, nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, com fenómenos realmente inovadores que incluem a nível das superestruturas novos tipos de monumentos, como as grutas funerárias artificiais, para as quais não há antecedentes locais, mas antes se integram numa evidente tradição mediterrânica.

Poderia, assim, ter havido uma entrada de povos, traduzindo um primeiro momento de Vila Nova de S. Pedro e Zambujal, povos absorvidos a nível artefactual pelos conjuntos locais, mas que teriam irradiado técnicas de construção «militar», *saber como* a nível da construção de fortificações. Vila Nova de S. Pedro e Zambujal representam, a meu ver, um verdadeiro *estado da arte* num dado momento e um novo modelo de exploração maciça do espaço. A este nível, há efectivamente uma ruptura e ela deve ser mesmo anterior ao que por vezes se admitiu, ainda que processando-se noutros campos: é a filosofia que preside à construção das áreas amuralhadas e à sua evolução que representa uma alteração agressiva em relação ao espaço antropizado anterior.

Considero que a grande inovação que estes sítios trazem reside também no modelo de exploração dos recursos que propõem. Um *novo* modelo económico, um *novo* modelo de ocupação do espaço, um *novo* modelo de sociedade. A sua construção não se faz de forma alguma num espaço aberto e as fortificações são disso prova consistente.

Há, aparentemente, a possibilidade de *alguns* sítios fortificados (Vila Nova e Zambujal, por exemplo) traduzirem na sua arquitectura vectores de penetração de influências exógenas. Três possibilidades se nos levantam para explicar esses sítios na sua indiscutível especificidade: são (1) colónias; (2) feitorias; (3) povoados indígenas, fortificados de acordo com novas ideias chegadas àquelas regiões.

Começando pelo fim, diria que dificilmente se pode defender para a primeira construção de Vila Nova ou Zambujal uma origem local, de tal forma se concentram nestas fases indicadores ausentes de sítios peninsulares anteriores (seria o caso dos copos brunidos, a nível artefactual, e do próprio conceito do dispositivo defensivo, a nível estrutural). Esses indicadores estão praticamente ausentes, no que a artefactos se refere, em sítios do Sul, como Santa Justa e Monte da Tumba.

Mas as fortificações, ainda que com diferenças assinaláveis, parecem ter origem numa ideia comum e traduzirem receios colectivos inexistentes anteriormente. A sua difusão pode ter sido feita com relativa rapidez, através das redes de troca que fariam circular sílex, rochas duras e cobre manufacturado ou em lingote. Tal como a uniformidade cerâmica pode ter sido conseguida através das trocas «matrimoniais», a generalização do uso das fortificações pode ter correspondido a rotas comerciais mais amplas e específicas que as redes locais de troca familiar.

Ao falarmos de «colónias», encontramo-nos invariavelmente perante um conceito de parâmetros difíceis de conter. As colónias gregas, que o são realmente, reproduzem, em meios estranhos, características de tal forma próximas das metrópoles de origem que são, efectivamente, fenómenos inconfundíveis. Mais: mantém contactos frequentes com as cidades-mãe. As colónias dos tempos modernos dependiam de uma metrópole, por vezes a muitos milhares de km. de distância. Mesmo após a independência, os traços de origem são visíveis séculos depois. Se voltarmos mais para trás no tempo, encontraremos entre a Fenícia, Cartago e Mogador afinidades que denunciam as origens. Temos aqui, aliás, uma «colónia» (Cartago) e uma «feitoria» (Mogador).

Sabemos que a implantação das colónias gregas resolve problemas concretos das metrópoles, desenhando ao nível do Mediterrâneo um enxameamento a longa distância, considerada a ocupação de todos os espaços úteis do Egeu. A expansão comercial fenícia resolve as pressões que as cidades sofriam, de Sul, Este e Norte, e ocupa espaços norte-africanos pelos quais os gregos pouco se tinham interessado.

«Colónias» calcolíticas, de quem?

Mais aceitável parece a hipótese de que navegadores mediterrânicos arribados ao estuário do Tejo, trazendo consigo produtos comerciáveis, tenham estabelecido contactos com indígenas que estavam deficientemente estabilizados no território. Vila Nova de S. Pedro e Zambujal poderiam ter servido de centros catalisadores de comércio. É significativa a sua localização, recentemente comentada por Suzanne Daveau (1980). Ela está na verdade afastada de eventuais centros produtores de cobre, mas exactamente sobre entradas para o interior. E em terras férteis, indispensáveis ao sustento de um grupo relativamente extenso, pode crescer uma verdadeira povoação murada, que não uma «quinta» fortificada, como Santa Justa.

8.5.5. *Novas economias, novas sociedades, novas superestruturas*

Se as estruturas materiais deixam vestígios de interpretação quase sempre polémica, mas possível, a forma como se organizam as sociedades exige a mobilização de elementos que raramente estão disponíveis em contextos firmes e a recuperação integral das superestruturas é teorica e praticamente impossível antes do uso e da generalização da escrita. No texto sumério em que Gilgamesh surge defrontando Agga de Kish, talvez estejam contidas informações sobre a estrutura política e social que escapam a qualquer registo arqueológico. No Livro de S. Cipriano, informações sobre a mancha difusa da superstição e da religião populares que nenhum outro meio regista. Em relação ao Neolítico e ao Calcolítico, o vazio é quase total.

No entanto, alguns indicadores permitem leituras prudentes:

1. *a nível da estrutura económica:*
   — emergência de sociedades estabilizadas baseadas na agricultura intensiva;
   — com a Revolução dos Produtos Secundários, aquisição da metalurgia do cobre, alargamento dos territórios, práticas económicas diversificadas e enxameamento das populações excedentárias;
   — papel reforçado do comércio interregional, suprindo as dificuldades específicas dos sítios integrados em redes de povoamento.

2. *a nível da sociedade:*
   — crescimento dos povoados em áreas agrícolas favoráveis (Porto Torrão, Mangancha...);
   — tensões prováveis entre pastores «megalíticos» e agricultores sedentarizados;

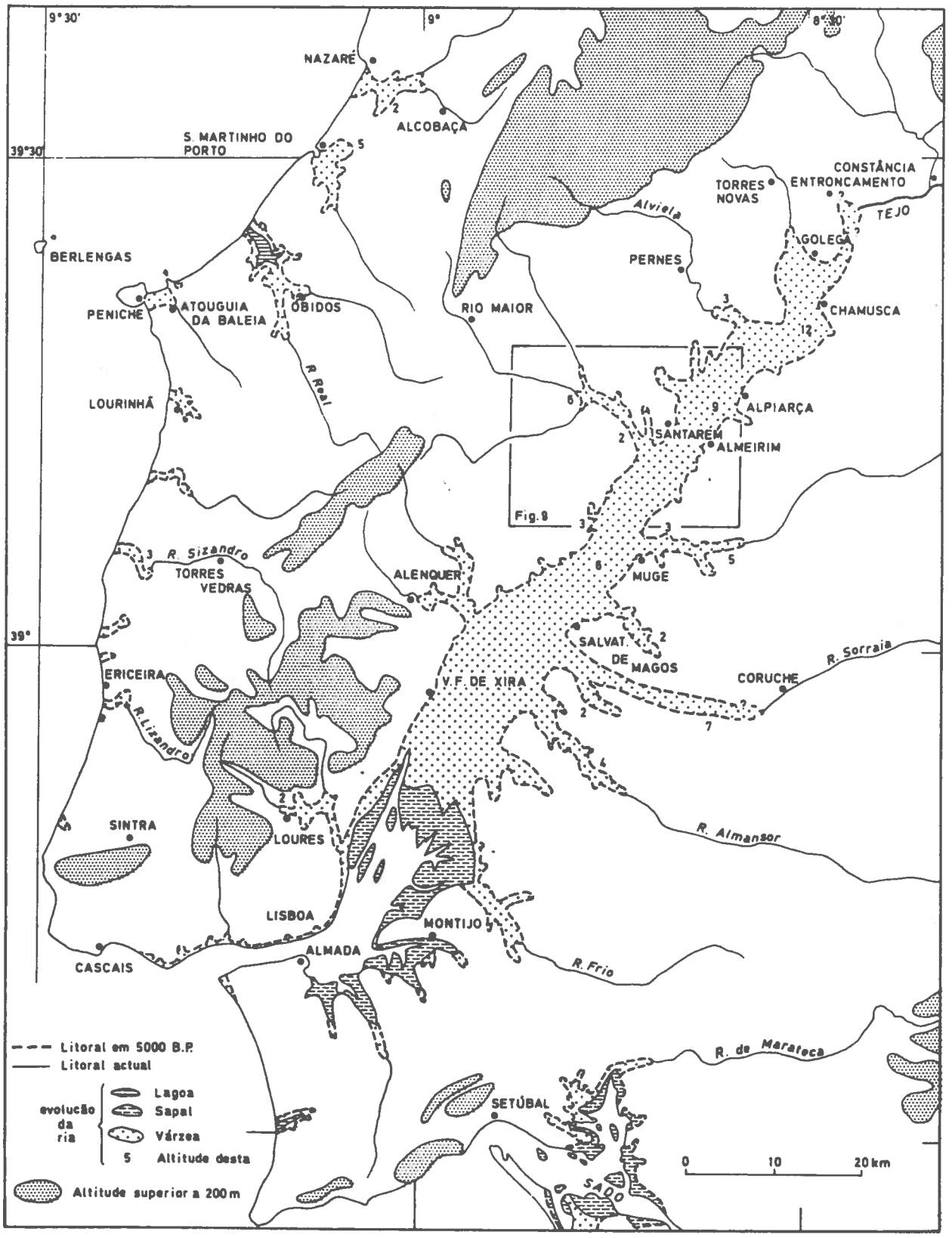
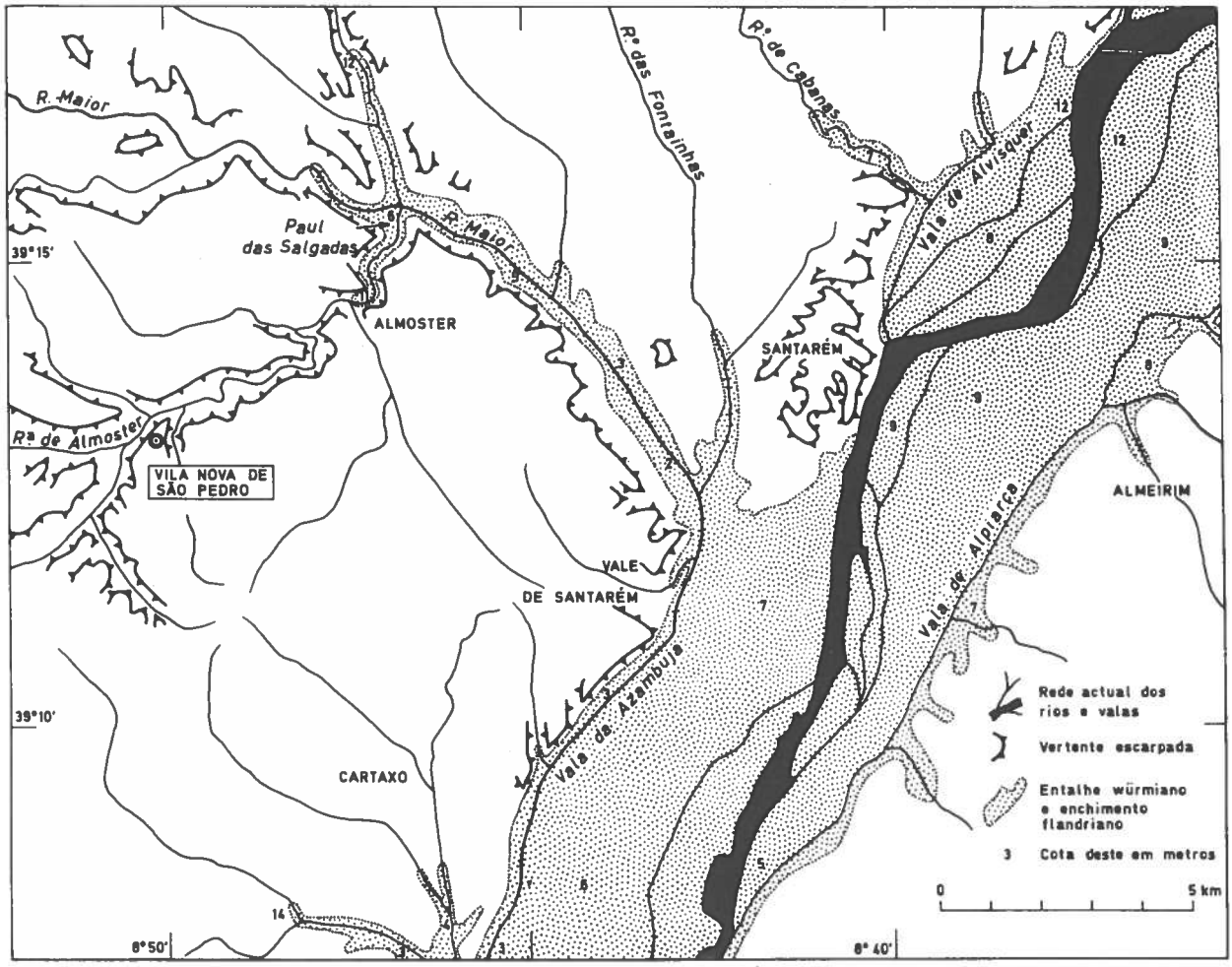


Fig. 8.28. Efeitos da transgressão flandriana e a localização de Vila Nova de S. Pedro e Zambujal: os acessos por mar estão garantidos em ambos sítios. Daveau: 1980: 26.



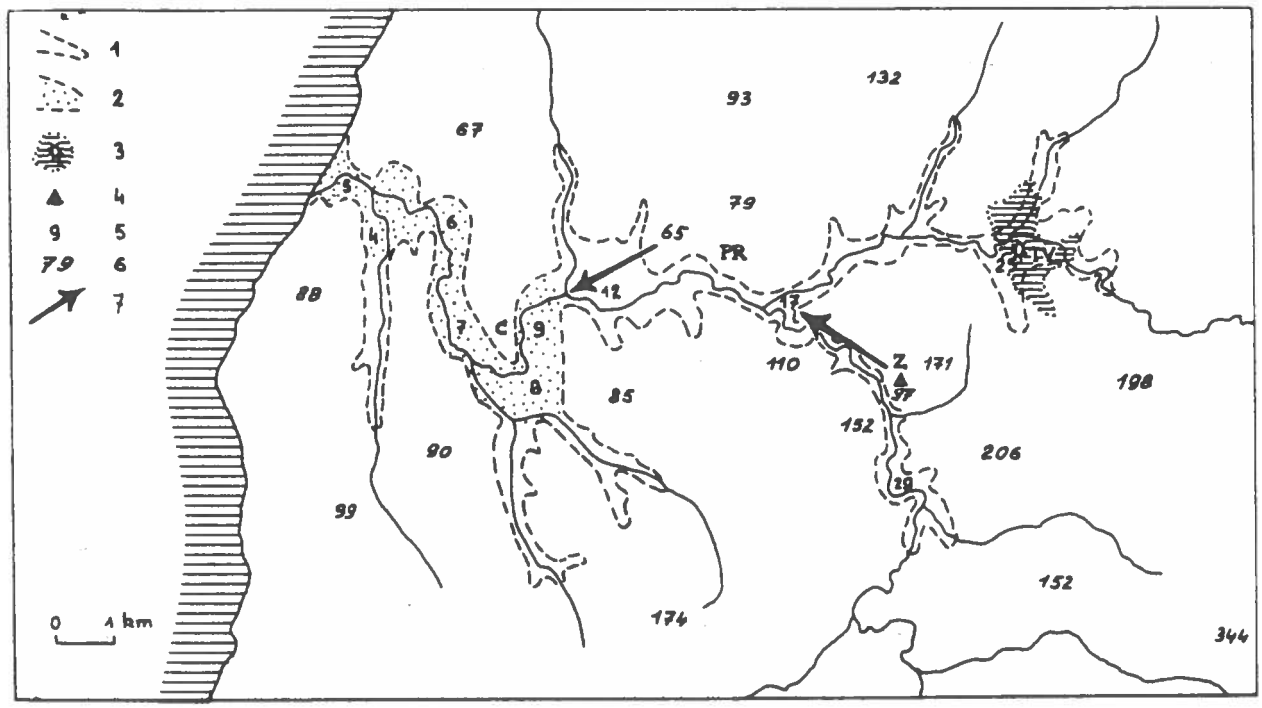


Fig. 8.29. A localização específica de Vila Nova de S. Pedro e Zambujal, segundo Daveau, 1980: 33 e 34.

— enxameamento e colonização interna de terras deficientes, tornada possível pelas novas tecnologias (Alto Algarve Oriental);
— na sequência das tensões intergrupos diferentemente organizados, organização do espaço protegido por dispositivos defensivos;
— na sequência de uma provável entrada de influências mediterrânicas, planificação dos espaços defendidos com arquitecturas «militares» elaboradas: torres e portas protegidas; — mecanismos de trocas comerciais e genéticas asseguram uma real uniformidade artefactual dos conjuntos, independentemente dos regionalismos: trocas de sílex/ pedra polida/ cobre e prováveis trocas «matrimoniais»;

3. *a nível das superestruturas:*
— emergência de formas organizadas de sociedade: povoados fortificados da Estremadura, com adaptações funcionais locais traduzindo um estado geral de tensão entre pastores e agricultores estabilizados e dominando as técnicas arqueometalúrgicas;
— evolução do fundo «religioso» indígena, alterações na iconografia do «princípio feminino», com novas representações da Deusa Mãe;
— generalização da simbologia solar e associação do disco radiante (menir da Bulhôa) à Deusa Mãe (cerâmica simbólica do Sul Peninsular);
— alterações, por vezes circunscritas regionalmente, na concepção dos monumentos funerários: grutas artificiais adoptadas na Estremadura e construção generalizada de *tholoi*.

Como se articulam estes componentes?

Não sendo totalmente condicionante, a natureza das áreas de recursos funciona como delimitadora dos padrões de crescimento populacional, ultrapassada no entanto pelas redes de intercâmbio de que os grupos estabilizados precocemente dependem. O cobre funciona neste contexto como o factor de compensação para áreas de recursos agrícolas deficientes e tal facto é evidente no Alto Algarve Oriental, mas também em Alcalar e em não poucos sítios do Sul.

A construção e manutenção (que em muitos casos não é só reconstrução, mas também alargamento ou retracção) dos grandes centros fortificados subentende uma organização interna dos grupos que o resultado da necessidade de coordenar os esforços de todo um grupo, canalizando-o para actividades de protecção à produção. Não se trata apenas de aproveitar ao máximo os recursos, mas de proteger os resultados da sua exploração.

Estamos aqui não perante um modelo de economia e de sociedade que substitui outro, mas perante formas contemporâneas, a que resulta da evolução da anterior protegendo-se contra os antigos padrões de comportamento e subsistência. Os diversos Calcolíticos de que falei.

Não me parece haver muitas outras maneiras de entender as profundas transformações que o registo arqueológico detecta.

8.5.6. *A Sul, o esgotamento das experiências? crescimento assimétrico, exaustão dos recursos ou inadequação das alternativas. Campaniforme: o «fim» do Calcolítico ou uma presença no Calcolítico?*

Uma das questões que devemos encarar agora diz respeito à extinção dos sítios estudados.

Nem nas recolhas de superfície nem na escavação evidenciaram Corte João Marques e Santa Justa traços de ocupações posteriores ao Calcolítico. Por outro lado, nos seus sedimentos de base, assentes na rocha mãe, recolheram-se artefactos tão calcolíticos como os dos seus últimos momentos. É, portanto, dentro da Idade do Cobre que estes sítios evoluiram e acabaram por desaparecer como lugares activos de povoamento.

A questão lógica é «porquê?».

Podemos considerar, de algum modo, o povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental como um momento específico da diacronia da antropização daquela paisagem concreta. Diacronia plena de avanços e recuos. Helena Catarino, que na minha equipa tem estu-

dado o povoamento muçulmano da Serra, encontrou uma realidade que desaparece praticamente com a Reconquista. Durante os séculos subsequentes, só os ciclos do trigo e do minério activam o Guadiana, e ainda assim como área de passagem. A retracção proveniente das alterações históricas marcou até hoje toda aquela região.

Mas se o fim da ocupação muçulmana transforma o Alto Algarve no «Sertão» de que falam os autores portugueses dos séculos XVI e XVII, sabemos das causas que o justificam. Que podemos nós avançar para o Calcolítico? Porque desaparece aquela ocupação aparentemente intensa e bem sucedida?

Só me parece haver uma resposta possível, aliás dupla: (1) o esgotamento dos solos que suportavam as comunidades e (2) a exaustão dos recursos em cobre de acesso fácil, que forneceriam complemento, por troca, às produções locais de subsistência.

Tal como noutros pontos do planeta, em diversos contextos históricos, o esgotamento de fontes de riqueza desertifica as regiões ocupadas exclusivamente com a finalidade do seu aproveitamento. Regiões que tinham sido ocupadas por descompressão no sobrepovoamento de outras áreas.

A má qualidade dos solos (e as condições climáticas que se não devem ter alterado substancialmente desde o Calcolítico) não permitem o crescimento para além de limites estritos e só tecnologias novas podem ter determinado a escolha do povoamento dessas áreas.

As condições transformacionais que possibilitaram o arranque e desenvolvimento das economias de produção não poderiam ter nascido num deserto, mas a Revolução dos Produtos Secundários permitiu o acesso a biótopos até então desencorajantes ou hostis.

Como brilhantemente quiseram dizer os Leisner, as ideias podem ser monogenéticas, as suas aplicações não. Sabemos que a elaboração das economias que se baseiam em actividades agrícolas e de transformação têm custos elevados no que respeita à dissipação de energia, mesmo tendo em conta a sua recuperação pelos produtos obtidos.

Ester Boserup (1970), ao estudar a evolução agrária e a pressão demográfica, definiu rigorosamente a sua oposição à leitura neo-malthusiana, incluindo novos factores de análise, como o aproveitamento de terras para pastagens e a criação de gado. Mas sobretudo invertendo as «regras do jogo» ao considerar como perspectiva dominante a influência do crescimento demográfico sobre a agricultura (e não o inverso).

Não podemos aceitar essa perspectiva para a Serra algarvia, que começa a ser ocupada no Calcolítico por populações que praticavam já um tipo de agricultura semelhante ao dos últimos momentos da ocupação dos sítios (veja-se a distribuição dos artefactos usados na farinação). E a própria incorporação de moventes e dormentes exaustos, ou inutilizados por fractura, nas fortificações indica a sua existência anterior à construção de determinadas áreas do dispositivo defensivo. Aliás, a capacidade de uso dos solos evidencia que as grandes transformações relacionadas com o mundo agrícola se passaram alhures, muito provavelmente nos Barros de Serpa e Beja. Daí vermos o desenvolvimento das comunidades calcolíticas do Alto Algarve Oriental como um resultado de um fenómeno de sobrepressão demográfica noutras regiões, e não como um fenómeno traduzindo uma poderosa dinâmica interna.

O fim da ocupação calcolítica da Serra traduz a inadequação dos solos ao sustento de comunidades numerosas? mas elas nunca o foram, pelo menos nos casos conhecidos. É possível viver do que se produz agricolamente, completando as colheitas com a recolha de complementos cárneos através da caça e usando os «produtos secundários»? sem dúvida, até um certo limite. Mas se a motivação da escolha daqueles sítios tivesse como justificação (não única, mas importante componente de um todo mais amplo) a metalurgia do cobre, então compreender-se-ia que, esgotados os recursos, terminasse a ocupação de terras tão desencorajantes.

A nível global, o Calcolítico do Sul não pode ser lido, porém, numa única perspectiva. O caso do Alto Algarve Oriental é, de algum modo, um caso limite. Não o comparamos com o que sucede noutros sítios, em sentido estrito. A nível global, o seu «fim» não tem a ver com o campaniforme, com novas deslocações de povos ou com o triunfo de «indígenas» sobre «colonos». Traduz, a meu ver, o esgotamento das experiências, a exaustão dos recursos e as novas realidades que iremos encontrar. E que a Sul indicam, curiosamente, pelo menos em parte, o regresso a modos de vida anteriores, explicando as situações concretas detectadas no Bronze do Sudoeste.

A cerâmica campaniforme traduz exactamente o quê? qual o seu entrosamento com os grupos peninsulares? ou, mais directamente, há realmente um «povo campaniforme» ou apenas um estilo cerâmico que se difunde como bem de consumo e, eventualmente, de prestígio?

Porque está ausente do Algarve calcolítico e do Alto Algarve Oriental, em particular, e é tão rara no Alentejo?

A primeira questão poderia colocar-se de igual modo para determinados períodos históricos, se o acervo documental o não tornasse ridículo: há ou não uma população «Castulo cup», uma população «campaniense» e uma outra *«sigillata»?*

Sabemos hoje, pelo registo escrito e pelos testemunhos arqueológicos, que a taça tipo Castulo faz parte de uma rede comercial, sem que a sua difusão implique movimentações maciças de povos, que a cerâmica campaniense, inicialmente com uma origem bem determinada, chega mesmo a atingir populações fracamente romanizadas e que o uso da *terra sigillata* traduz, de algum modo, a montagem de um império e da correspondente rede comercial, ultrapassando as suas próprias fronteiras. Mas se quiséssemos prosseguir e falássemos de ânforas, por exemplo, veríamos esta milenar forma adaptar-se a diferentes realidades histórico-geográficas, ser copiada, transformada, produzida localmente em centenas de sítios. Sem nunca se falar de um povo Mañá C2 ou Almagro 51, apesar de essas formas indicarem produções específicas.

Em Arqueologia, não há compartimentos estanques, e muito menos quando nos referimos a manifestações humanas posteriores à transgressão flandriana e à primeira Revolução Neolítica. A cerâmica campaniforme e a sua rápida generalização europeia não traduzem forçosamente a deslocação maciça de um povo de ceramistas itinerantes mas antes a absorção de formas e técnicas decorativas cerâmicas, eventualmente comerciadas num primeiro momento e logo, na sua maioria, reproduzidas localmente.

Tive oportunidade de observar directamente alguns milhares de fragmentos de cerâmica campaniforme proveniente do território hoje português e, *tal como acontece com as formas das cerâmicas lisas calcolíticas*, teria dificuldade em determinar proveniências específicas através da gramática das combinatórias decorativas. Mesmo considerando sítios diversificados, separados por rios largos, como o caso da Rotura (Setúbal) e da Penha Verde (Sintra). Para este facto, apenas pareceria haver duas explicações alternativas: (1) existência de um único centro produtor, que exportaria maciçamente os seus produtos; (2) existência de vários centros produtores seguindo padrões estandardizados.

Na verdade, em qualquer dos casos haveria que acrescentar uma rede regional de trocas que assegurasse a transmissão integral de técnicas e padrões decorativos.

Um dos pontos sobre os quais os especialistas pareciam de acordo decorria das escavações em Vila Nova de S. Pedro e na Rotura. No último destes sítios, tanto nas minhas próprias escavações (Gonçalves, 1971) como nas de Tavares da Silva (1968- 1970), o campaniforme surgia, associado a outras cerâmicas, nos últimos níveis do povoado, claramente isolado das cerâmicas decoradas com folha-de-acácia e crucífera. Em Vila Nova de S. Pedro, a sua associação aos últimos momentos do espaço fortificado nunca foi posta em causa. Em recentes escavações que aí dirigi, o campaniforme surge *sobre* os derrubes da muralha 2. Nos monumentos funerários de tipo megalítico, o carácter intrusivo ou de segunda ocupação é nítido (Cabeço da Arruda, em Torres Vedras, Pedra Branca, em Melides...). Nas grutas artificiais, a sua posição denuncia um aproveitamento destes monumentos visivelmente posterior à sua escavação no calcário brando e primeira utilização.

A única informação contraditória reside, até ao momento, no povoado fortificado do Zambujal, em que os registos de campo obrigaram Michael Kunst a falar do seu aparecimento precoce naquele sítio. Trata-se, porém, de uma situação cujo grau de fiabilidade é contestável, se tivermos em conta os primeiros objctivos daquela escavação, aparentemente focados na análise da impressionante sequência construtiva, tornando admissíveis erros de registo pontuais ou interpretações estratigráficas locais discutíveis.

Chegamos, portanto, e quase insensivelmente, ao cerne da questão, idêntico ao de outras questões que atrás discutimos: se de trocas se trata, *o que* trocavam os grupos de portadores de vasos campaniformes. Alguns pontos podem ser isolados:

[1] Esgotado parece estar o debate sobre a suposta introdução da metalurgia pelos portadores de campaniformes: a estratigrafia da Rotura e todos os sítios recentemente esca-

vados são claros sobre o facto de as técnicas metalúrgicas serem conhecidas no Ocidente Peninsular não apenas *antes* dos campaniformes (em lugares onde eles existem) como em povoados que não os contêm nos seus inventários. Os portadores de campaniformes são *outros* metalurgistas no cenário peninsular, mas não são certamente os primeiros.

[2] Se não é o cobre que os campaniformes comerciam, um produto aceitável poderia consistir nos próprios vasos campaniformes, e nesta perspectiva eles poderiam estabelecer a ponte entre populações produtoras de cobre semi-tratado (em lingote) e fabricantes costeiros de vasos campaniformes e bens «de prestígio».

[3] O campaniforme marítimo representa realmente um fenómeno novo, tanto a nível técnico como no que respeita à rápida difusão de um específico produto «de qualidade», excepcionalmente bem aceite numa larga extensão da Europa.

Nesta perspectiva, não é tanto nesta cerâmica, numa perspectiva filo-artefactual, que devemos focar a nossa atenção, mas nas sociedades que a adquirem, adoptam, copiam e produzem. Aí, como os autores de escola inglesa têm ultimamente sublinhado, se encontram os sinais de mudança que parecem anunciar os novos tempos. E também, contrariamente ao que por vezes tem sido afirmado, se deverá tomar em conta que um bem de prestígio *não é consumido* em quantidade, caso contrário deixaria de o ser.

A abundância da cerâmica campaniforme em Portugal e Espanha pode querer dizer que, se esta cerâmica numa primeira fase pode ter representado um bem de prestígio, a situação evoluiu rapidamente. Tal como aconteceu, aliás, com os copos, presentes nesse lugar de limitado sucesso e importância intrínseca que é o Alto do Dafundo. Se em Vila Nova de S. Pedro a sua qualidade indicaria, numa primeira fase, uma «importação» ou um fabrico «de qualidade», a situação não se mantém estática, o que aliás seria de admirar.

[4] O *grupo de Palmela*, definido por Tavares da Silva e Soares (1974-77) corresponderia à assunção plena, ainda que tardia, pelos grupos locais, de técnicas, perfis e decorações campaniformes, regressando ao uso dominante da incisão como técnica decorativa. Marcaria, assim, uma fase evoluída em que outros contextos se desenvolveram. A este respeito aguarda-se com expectativa os resultados obtidos na escavação do nível com campaniformes de Porto Torrão, sendo interessante interrogarmo-nos sobre se se trata realmente de uma nova população, de uma sequência de ocupação contínua, ou da aquisição de cerâmicas manufacturadas noutra área. As intervenções públicas (Beja, 1986, Torres Vedras, 1987) do autor da escavação (todas ainda inéditas e a primeira não publicada nas Actas do Encontro em que foi produzida, o *I Encontro de Arqueologia do Baixo Alentejo)*, parecem indicar a primeira das possibilidades que enumerei, mas há que esperar pela divulgação dos resultados para se poder discutir a questão com segurança.

Não parecem assim isentas de sensatez as recentes tomadas de posição de Harrison (particularmente as de 1980) em que, falando- se de um «Beaker Folk», justamente o título do livro, se acaba por dizer «Now that the outlines of the Bell Beaker phenomenon are reasonably clear we can concentrate our energies upon elements such as population and economy. This will give us a far better chance of providing functional explanations of the process by which wealth and power were amassed in the Copper Age and how the Early Bronze Age chiefdoms arose so rapidly; hierarchies which, once established, proved to be remarkably effective and durable social systems.» (Harrison, 1980: 166).

Se agora, para concluirmos, tivéssemos de responder à questão que conduziu Schubart ao seu «Horizonte de Ferradeira», não acharíamos, talvez, resposta tão tranquila como a proposta pelo investigador germânico. No entanto, a documentação produzida parece indicar que o fenómeno campaniforme deve ser entendido ao longo de quase um milé-

nio, se acreditarmos na datação ^{14}C da Penha Verde e nas datações do Zambujal. E se para as segundas existem apenas as reservas que já se referiram, para a primeira haverá que datar novas amostras para este ponto ser resolvido de forma aceitável.

O campaniforme continua a ser, entre nós, um fenómeno cujo maior impacto se faz sentir nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, pelas suas condições naturais autênticas portas abertas ao comércio do exterior, mas também vectores de penetração para interior de populações locais. Os dois ritmos (desenvolvimento costeiro/ expansão para interior) se não podem ser maximizados muito menos devem ser menosprezados.

8.6. TERMINANDO?

> «Let us conclude then, as Sir Isaac Newton did (1728), in philosophical vein, that our chronologies are themselves artefacts, reflecting something of the beliefs and prejudices of their makers...»
>
> Renfrew, 1979: 367

8.6.1. *Em geral*

Não apenas as cronologias são artefactos como artefactos são as hipóteses explicativas ou modelos que construímos. Quando se gastam, ou se provam inadequados, substituem-se.

Ao longo da parte mais especificamente teórica deste trabalho, procurou-se entender o fenómeno complexo da calcolitização (e, naturalmente, o lugar que nele ocupa o Alto Algarve Oriental).

A ideia geral parece ser a de que as grandes transformações que o registo arqueológico assinala para o Calcolítico, em Portugal, correspondem ao que Sherratt designou por *Revolução dos Produtos Secundários*, aqui também esporadicamente referida como uma *Segunda Revolução Neolítica*.

Parece pouco polémico representar o Calcolítico como um conjunto extremamente complexo de mudanças, muitas delas denunciando alterações estruturais. A este nível, a ocupação calcolítica do Alto Algarve Oriental é mais a consequência de um fenómeno que uma manifestação que o desencadeia.

Os territórios da Serra contém em si próprios, nas ásperas características do biótopo possível, as suas próprias limitações. Se aceitam a instalação de grupos humanos (ainda que de restrita dimensão) o estímulo pode ter consistido na existência de cobre em ocorrências que permitiam o seu aproveitamento sem grandes custos. Mas, pela provável capacidade de uso dos solos, o sustento de grupos numerosos era teoricamente impossível. Essa impossibilidade continua, aliás, presente ao longo de todo o registo histórico: até mesmo no período muçulmano, em que a Serra está constelada de alcarias, o povoamento é disperso, procurando preencher áreas de recursos cujo esgotamento é fácil.

O Calcolítico, lido como o arranque da metalurgia, poderá ser um fenómeno planetário, desenvolvido em centros independentes, muito provavelmente na sequência do aproveitamento mais intenso dos recursos resultante do enxameamento de grupos excessivamente numerosos e da apropriação de terras com deficientes capacidades de uso, agora possibilitada pela Revolução dos Produtos Secundários. Mas seria absurdo negar que o Mediterrâneo é um Mar facilmente navegável e a marinharia este-mediterrânica está patente nas «frigideiras» cicládicas, muito provavelmente uma de muitas evidências, seguramente a que melhor chegou até nós.

A existência de barcos antes da talassocracia cretense não quer forçosamente dizer que, se navegaram para Ocidente, o tenham feito sistemática e regularmente. O registo arqueológico admite como altamente prováveis estes contactos entre extremos do Mediterrâneo, mas nada permite defender o desembarque maciço de colonos na fachada atlântica calcolítica. O estudo das vias de penetração terrestre e dos conjuntos artefactuais sugere

preferencialmente deslocações *dentro* da Península que entradas provenientes da restante Europa.

Como se viu também, não parece aconselhável reduzir o Calcolítico à metalurgia do cobre e as condições gerais de evolução das sociedades que designaremos assim indicam grandes transformações registadas mesmo em culturas que vivem longe das ocorrências de cobre. É o caso da França meridional, onde também se ergueram fortificações, algumas delas com torres ocas.

Há anos, num colóquio, Jean Arnal falava dos *viajantes* da Pré-História. Se os povos com escrita registaram, mitificados ou não, homens que arrancaram de um sítio tranquilo para longas viagens aventurosas, Gilgamesh, Sinuhe, Odisseus (como, mais tarde, os dois Sindbad, Marco Polo ou alguns dos navegadores portugueses), da Pré-História nada de preciso sabemos.

É provável que ideias sobre dispositivos defensivos tenham atravessado vastas extensões e sido adoptadas localmente por gente que nunca conheceu o primeiro centro emissor. Ou que dele guardou apenas fugaz referência. Caminho semelhante ao seguido pelos Deuses, cujas representações mediterrânicas tipificam não apenas os mundos de onde provém. Porque a origem não é aqui tão importante como os moldes locais em que se enforma o que constituia um velho fundo comum. E as variantes, na sua extraordinária diversidade, não conseguem mascarar esse espaço mítico estruturalmente partilhado.

8.6.2. *O Alto Algarve Oriental, na dinâmica evolutiva do Calcolítico*

Qual o papel do Alto Algarve Oriental, de onde partimos, na complexa trama evolutiva, ainda em parte apenas suspeitada, do Calcolítico do Sul?

Não é por aqui, parece-me, que deveríamos começar, ainda que seja esta a pergunta que naturalmente ocorre ao concluir provisoriamente a análise.

Perguntaria, talvez preferencialmente, se, no Alto Algarve Oriental, a condições ambienciais específicas correspondeu a definição de respostas adequadas para ultrapassar as limitações inerentes aos solos e aos recursos, em geral.

Receio que a negativa seja a única resposta possível. A ocupação calcolítica do Alto Algarve Oriental corresponde, nos casos estudados, a soluções «domésticas», sem a escala das grandes reformulações do espaço antropizado resultante do desenvolvimento de Los Millares, Vila Nova de S. Pedro ou talvez mesmo Zambujal.

É certo que o número dos artefactos de cobre e dos testemunhos de metalurgia local são elevados, comparativamente muito elevados até. Mas a arqueometalurgia detectada, tanto em Corte João Marques como em Santa Justa, é uma actividade claramente doméstica, longe de qualquer produção maciça. Não me parece suficiente para que se possa falar de especialização e, muito menos, de «profissionalização» dos artífices.

Tal como o trabalho do sílex e o das anfíbolas pode ser assumido como um saber colectivo, as fases relativamente simples da metalurgia do cobre podem ser assimiladas por todo o grupo: não há jazidas secretas nem segredos «profissionais» que possam ser escondidos em grupos de tão reduzida dimensão. O que está longe de querer dizer que todos são iguais a tratar o metal (ou a pedra): o *saber como* não implica necessariamente *fazer sempre bem* e as diferenças de qualidade nas produções talvez possam vir a ser detectadas em amostras quantitativamente elevadas. Nada disto retira importância ao conjunto estudado. O que resulta da pesquisa é uma imagem relativamente precisa de pequenas comunidades que experimentam *novos* espaços de *novas* maneiras. São uma fracção de comunidades maiores ou são, no seu conjunto, uma rede de povoamento traduzindo uma realidade que as ultrapassa? aparentemente, ambas as coisas.

No que respeita às culturas humanas, sabemos bem que os seus componentes somados não chegam para atingir o todo: à soma das partes há que acrescentar as interacções e os mecanismos de retorno, e ambos estão longe de ser desprezíveis.

Não é por haver centenas de machados e enxós de pedra polida em Vila Nova, contra dez de Santa Justa, que um sítio é mais importante que outro. Para o que procuramos aprender, não se compreende a floresta sem as árvores. Nem se colocam os chaparros abaixo dos ginkgos. Ou se quantificam os sítios como se quantificam os artefactos. Tal como em outras áreas do Centro/Sul, no Alto Algarve Oriental estabelece-se um equilíbrio entre os

grupos e os recursos. Sobrassem eles e o grupo poderia crescer e, inevitavelmente, dividir-se quando tivesse atingido um patamar de ruptura. Quando é demasiado grande o custo da sobrevivência, e impossível a prosperidade, os grupos esgotam-se no difícil equilíbrio. Migram, se conseguem, param ou extinguem-se.

Contrariamente ao que se terá detectado em Vila Nova de S Pedro e Zambujal, no Cerro do Castelo de Santa Justa, como no de Corte João Marques, não há sinais de um progressivo declínio demográfico, deduzido através da diminuição de artefactos. Em Santa Justa, o crescimento é claro e a curva estatística não indica retrocesso até ao abandono do sítio.

Nesta perspectiva, a única explicação possível para o abandono de estes sítios parece residir numa alternativa (1) esgotamento dos solos, incapazes de suportarem um ritmo de exploração exigido pelo crescimento demográfico; (2) exaustão dos recursos complementares em cobre, que forneciam compensação a uma área de recursos agrícolas débil. Seja qual for a resposta, por detrás dela perfila-se uma nova situação e, dela derivada, o inevitável desagregar da rede de povoamento.

A própria dimensão dos sítios registados evidencia o absurdo de se falar de colonização oriental no que se refere à fase calcolítica da Serra. O conteúdo dos inventários confirma em termos gerais o carácter não exógeno dos conjuntos, ainda que indiciando o que se esperava, a participação plena da Serra na civilização calcolítica, de onde os componentes que encontramos em todo o Alentejo da Idade do Cobre (e até mesmo nas penínsulas de Lisboa e Setúbal).

A nível do Baixo Alentejo, as similitudes são tão fortes que não parece improvável que o aproveitamento dos solos férteis dos Barros de Serpa e Beja tenha dinamizado o povoamento de áreas periféricas, por enxameamento. Talvez ao avançarmos no conhecimento, ainda tão incompleto, de estas regiões encontremos chaves que nos faltam agora.

Em vez de forçar a realidade a entrar numa forma pré-determinada, prefiro esperar para concluir.

E recuperando Lewis Carroll, numa das citações que escolhi para primeira epígrafe deste trabalho, recordaria que a caça ao Snark fornece, por vezes, algumas surpresas. No Alto Algarve Oriental, não se encontraram, afinal, traços de colonização a longa distância (que, para alguns, muralhas e torres obrigatoriamente implicam). Mas não é também verdade que um Boojum não é forçosamente menos interessante que um Snark?

NOVE APÊNDICES

«Cette image n'est elle pas celle de l'humanité même et, par delà l'humanité, de toutes manifestations de la vie: oiseaux, papillons, coquillages et d'autres animaux, plantes avec leurs fleurs, dont l'evolution développe et diversifie les formes, mais toujours pour qu'elles s'abolissent et qu'a la fin, de la nature, de la vie de l'homme, de tous ces ouvrages subtils et raffinés que sont les langues, les institutions sociales, les coutumes, les chef- d'oeuvres de l'art et les mythes, quand ils auront tiré leurs derniers feux d'artifice, rien ne subsiste?»

Lévi-Strauss, 1971: 620

Nota prévia:

Incluem-se como apêndices a este trabalho as análises de artefactos de cobre e relacionados com a metalurgia, as fichas descritivas sistemáticas das amostras cerâmicas de Corte João Marques e Santa Justa, bem como os Relatórios, incluindo os registos do Caderno de Campo, e as observações «de terreno».

As observações de terreno, ainda que redigidas durante as escavações, e substituídas em alguns pontos localizados por explicações mais desenvolvidas ou adequadas, constituem, é minha convicção, um documento de trabalho que pareceu importante colocar, na sua versão integral, à disposição. Corrigiram-se algumas gralhas nos Relatórios do Cerro do Castelo de Santa Justa, normalizou-se grafia e linguagem, mas não houve significativas alterações, mantendo-se na sua essência (e pormenor) o texto original dos Cadernos de Campo. Algumas referências de redacção posterior foram incluídas, em itálico, entre parênteses rectos. Independentemente de outras soluções terem sido propostas em CINCO, para as estruturas do dispositivo defensivo, particularmente para as Torres e a sua sequência construtiva, mantiveram-se aqui, como pareceu normal, as versões originais, correspondentes às primeiras impressões registadas nos Cadernos de Campo.

NOVE APÊNDICES

9.1. A METALURGIA DO COBRE NOS CERROS DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES E SANTA JUSTA*

por Victor S. Gonçalves, Fernando Bragança Gil**, Ana Isabel Seruya**

9.1.1. Análises não destrutivas de artefactos recolhidos nos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa, por fluorescência de Raios X

São os seguintes os resultados das análises de artefactos e objectos de cobre provenientes dos dois sítios em epígrafe (Figs. 9.1 e 9.2).

As análises foram realizadas em diversos pontos de cada artefacto, cujo número se encontra no quadro de valores apresentado. Em cada peça, pelo menos num dos pontos a análise foi realizada durante um tempo muito longo (t 16 horas), de modo a minimizar os erros estatísticos.

Todas as peças são constituídas por cobre com pequenas percentagens de outros elementos não sendo possível, por vezes, detectar nas análises de curta duração os espectros correspondentes às impurezas em estatística suficiente para obter a respectiva percentagem.

Por outro lado, as impurezas distribuem-se na peça de uma forma não homogénea, o que leva a se observarem frequentemente grandes desvios nos resultados obtidos em cada ponto analisado. Quando isto sucedeu, só se apresenta o resultado da análise de longa duração. Nos restantes casos, o resultado é a média dos pontos analisados afectada dos respectivos desvios-padrão.

Nota-se ainda que a análise é superficial, atendendo ao método usado e ao facto de os artefactos não terem sofrido qualquer decapagem da corrosão que apresentam à sua superfície. Contudo, embora os resultados possam reflectir a composição real dos artefactos considerados no seu todo, pode, em segurança, garantir-se que se trata de peças manufacturadas apenas em cobre, provindo os restantes elementos de impurezas dos minérios utilizados.

F.B.G. e A.I.S.

* Este ponto foi acrescentado ao texto original, na sequência de novas análises, elaboradas no decurso de 1989.

** Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa (Instituto Nacional de Investigação Científica). Complexo Física e Matemática do INIC, Cidade Universitária, 1600 Lisboa.

9.1.2. Discussão dos resultados

Uma brevíssima avaliação de estas análises, refeitas pela segunda vez em 1989 por F.B.G. e A.I.S., revela alguns aspectos que devem ser sublinhados.

Assim, nos artefactos de cobre recolhidos em Corte João Marques e objecto de análise (15), as percentagens de Cobre variam entre um mínimo de 91 e um máximo de 100 (média: 97.9933). As de Estanho entre 0 e 1.2 (média 0.13333). As de Ferro entre 0 e 1.2 (média 0.34667). As de Arsénio entre 0 e 8.9 (média 1.57333). Dos 15 artefactos apenas 3 apresentavam vestígios de Prata e um deles 1.5% deste metal. O Antimónio surge apenas como vestigial (73.33% dos casos).

No caso de Santa Justa (44 peças analisadas), a presença percentual de cobre oscila entre os 88.3 e os 100 (média 97.7). O estanho é quase sempre (86.36% dos casos) vestigial, sendo apenas mensurável em 4 peças (9.09% dos casos). Nestes, oscila entre 0.1 e 3%. O Ferro varia entre 0 e 5.5% (média: 1.58864). O Arsénio entre 0 e 10.8 (média: 0.63409). A Prata surge apenas em 3 peças (6.818 do total de peças analisadas), oscilando entre os 0.1 e os 2.0%.

Em termos gerais, não será errado dizer que estamos perante artefactos de cobre quase puro, ainda que afectado por naturais impurezas de origem.

Comparando os números disponíveis para os Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa, uma primeira prevenção deve ser feita: a que diz respeito à disparidade numérica das populações analisadas, um total de 15 para CJM e 44 para SJ. Tal afecta, naturalmente, uma comparação entre os dois sítios.

No entanto, a proximidade da média da percentagem em cobre é impressionante, 97.9933, em CJM, contra 97.7 em SJ.

Dos restantes componentes, e pela polémica conhecida, a presença do arsénio é a mais interessante. Mas se o seu valor máximo é de 10.8 em SJ e 8.9 em CJM, estes números atenuam-se quando analisamos as médias, 1.57 em CJM e 0.63 em SJ. E resta ainda salientar que 8 das 15 peças de CJM não apresentavam qualquer traço de Arsénio, bem como 28 das 44 de Santa Justa. E, neste último sítio, em 4 das restantes apenas se detectaram vestígios não mensuráveis. Curiosamente, é no escopro M.30.-2 que se regista a maior percentagem (10.8 + 1.2), sendo 2.6% o valor máximo registado nas restantes peças. Em Corte João Marques, o maior valor observa-se na enxó L.12.-62 (8.9 + 2.3), uma peça tratada, pelo que esta medida poderá suscitar algumas reservas.

A propósito do método utilizado na obtenção das análises, ver a Bibliografia específica para o tema, no texto, actualmente no prelo, de Fernando Bragança Gil e Filomena Guerra, *O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. V. Estudio do espólio metálico por fluorescência de raios X*, Setúbal Arqueológica, VIII, Setúbal, 1989, nomeadamente os seus primeiros três pontos.

V.S.G.

Legendas das Figs. 9.1. e 9.2.:

Ninv: nº de inventário (consta da identificação do quadrado ou quadrados de proveniência e do número de inventário da peça dentro do quadrado. Quando este não existe, está presente a referência *s/n* (sem número).

CFNUL: número de análise da peça nos registos do Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa (INIC)

np: *número de pontos* em que a peça foi análisada

Cu: Cobre; Sn: Estanho; Fe: Ferro; As: Arsénio; Ag: Prata; Sb: Antimónio.

Vest: vestígios (presenças não mensuráveis).

Os valores entre parênteses correspondem aos desvios padrão da análise.

NB: (Notas)

1: Só o espectro longo foi aproveitado para o resultado;

2: resultados só de uma face (a outra apresenta resultados completamente aleatórios: a peça foi previamente tratada, para efeitos de conservação.)

3: resultados só de uma face. A outra apresenta 100% de de Cobre e vestígios de Antimónio;

4: análises separadas para cada face.

Cerro do Castelo de Santa Justa

Des	Ninv	CFNUL	np	Cu	Sn	Fe	As	Ag	Sb	NB
AMNI	I13-2	32/89	6	98.5	vest	1.0	0.5	vest	-	1
AMNI	I17-1	25/89	4	97.9	vest	2.0	-	vest	vest	1
AMNI	J12-60	24/89	6	98.4 (1.6)	vest	2.4 (1.1)	vest	-	-	-
CINZEL	K23-2	22/89	6	98.6 (0.4)	vest	-	1.4 (0.3)	vest	vest	-
CUNHA?	K15-27	28/89	4	98.8	-	-	1.2	-	vest	1
ESCOPRO	K12-149	23/89	6	97.1 (0.7)	vest	2.9 (0.7)	-	vest	vest	-
ESCOPRO	L11-104	31/89	4	95.5 (0.4)	vest	4.5 (0.4)	-	-	-	-
ESCOPRO	M30-2	21/89	6	88.3 (1.4)	vest	2.6 (0.3)	10.8 (1.2)	vest	vest	-
ESCOPRO	P17-2	29/89	6	98.1 (0.4)	vest	vest	1.5 (0.1)	-	vest	-
ESPATULA	P14-1	19/89	4	97.6 (0.6)	vest	0.6 (0.6)	2.1 (0.1)	vest	vest	-
FURADOR	G/J-s/n	54/89	4	97.4	vest	2.6	-	-	-	1
FURADOR	G13-1	69/89	4	99.6 (0.4)	vest	0.4 (0.4)	-	-	-	-
FURADOR	G18-2	68/89	4	98.5	vest	1.5	-	vest	vest	1
FURADOR	G21-1	67/89	4	98.8	vest	-	1.2	-	-	1
FURADOR	H25-9	66/89	6	98.1	vest	-	1.9	-	-	1
FURADOR	I15-139	65/89	4	100	vest	-	-	-	vest	1
FURADOR	I16-23	63/89	4	96.2	vest	3.8	-	vest	vest	1
FURADOR	I17-150	64/89	3	94.5	vest	5.5	-	-	-	1
FURADOR	I18-82	70/89	5	99.9	0.1	-	-	-	-	1
FURADOR	J15-123	56/89	6	96.0	vest	4.0	-	-	vest	1
FURADOR	J29-1	55/89	4	99.0	vest	-	1.0	-	-	1
FURADOR	K12-129	136/89	4	99.9	0.1	-	-	-	-	1
FURADOR	K12-187	57/89	4	97.7	vest	2.3	-	vest	vest	1
FURADOR	K12-189	58/89	4	95.9 (3.7)	vest	3.9 (3.5)	-	-	-	-
FURADOR	K12-190	59/89	4	98.3	vest	1.7	-	-	vest	1
FURADOR	L12-27	60/89	4	96.5	vest	3.4	-	0.1	vest	1
FURADOR	M12-9	61/89	5	97.2 (0.6)	vest	3.0 (1.0)	-	-	vest	-
FURADOR	M14-18	53/89	4	96.8 (0.4)	vest	3.2 (0.3)	-	vest	-	-
FURADOR	P18-1	62/89	4	100	vest	-	-	-	vest	-
LAMINA	J11-2	33/89	6	98.8 (1.1)	vest	1.7 (0.7)	-	-	vest	-
LINGOTE	P24-2	34/89	6	97.4 (0.8)	vest	2.5 (0.5)	vest	-	vest	-
MACHADO	H28-12	74/89	5	97.5	0.2	2.3	-	-	vest	1
MACHADO	J12-39	72/89	6	97.7	vest	2.3	-	-	vest	1
MACHADO	K16-15	73/89	6	98.0 (0.8)	vest	0.6 (0.3)	1.5 (0.1)	-	-	2
MACHADO	M11-68	71/89	6	95.8 (1.5)	vest	4.2 (1.5)	-	vest	vest	-
OMNI	J12-1	20/89	5	99.9 (0.1)	vest	vest	-	-	vest	-
OMNI	K16-9	26/89	4	96.6 (1.1)	vest	3.0 (1.5)	vest	vest	vest	-
OMNI	L14-19b	27/89	4	97.4	vest	-	2.6	-	vest	1
PINGO	J17-7	52/89	1	100	-	-	-	-	-	-
PINGO	K30-4	83/89	1	100	vest	-	vest	-	-	1
PINGO	Q10-2	76/89	1	95.0	3.0	-	-	vest	2.0	-
PINGO	Q14-1	81/89	1	100	vest	-	-	-	-	1
SERRA	I15-54	36/89	4	97.8 (0.2)	vest	2.0 (0.2)	-	-	vest	-
SERRA	N14-1	30/89	4	97.8	vest	-	2.2	vest	-	1

Cerro do Castelo de Corte Joao Marques

Des	Ninv	CFNUL	np	Cu	Sn	Fe	As	Ag	Sb	NB
AMNI	B8-s/n	90/89	4	98.1 (0.4)	vest	0.6 (0.4)	1.3 (0.4)	-	vest	-
CUNHA	D9-s/n	96/89	4	100	vest	-	-	-	-	-
ENXO	L12-62	88/89	5	91.0 (2.5)	vest	vest	8.9 (2.3)	0.3 (0.1)	vest	3
ESCOPRO	D9-s/n	91/89	5	98.8 (0.4)	vest	0.6 (0.3)	0.6 (0.1)	vest	vest	-
FURADOR	I18-3	99/89	4	94.3	vest	-	5.7	-	vest	1
FURADOR	K7-78	94/89	4	100	vest	-	-	-	-	-
FURADOR	M8-7	100/89	4	99.9 (0.1)	vest	-	-	vest	vest	-
LAMINA	I16-3	110/89	4	99.4	vest	0.6	-	-	vest	1
LAMINA a	D9-s/n	93/89	4	95.2 (1.3)	vest	1.2 (0.9)	3.4 (1.8)	-	vest	4
LAMINA b	idem	idem	4	98.4 (1.6)			1.6 (1.4)			-
MACHADO	DQ-s/n	86/89	8	97.8	vest	1.1	1.1	vest	vest	1
PINGO	C8-s/n	92/89	2	99.2 (0.1)	0.8 (0.1)	-	-	-	vest	-
PINGO	E8-s/n	98/89	1	98.8	1.2	-	-	-	-	-
PINGO	E9-s/n	97/89	1	100	vest	-	-	-	-	-
PINGO	L8-s/n	95/89	1	100	vest	-	-	-	-	-
PONTA P.	L12-59	89/89	4	95.8 (0.5)	vest	1.1 (0.0)	3.5 (0.1)	-	vest	-

Figs. 9.1 e 9.2: Quadro resumindo as análises não destrutivas efectuadas a artefactos e restos de actividades metalúrgicas recolhidos nos povoados dos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa.

9.2. Quadros descritivos das cerâmicas referidas no texto.

Cerro do Castelo de Corte Joao Marques
ceramicas

qd	#	f	t	st	v	x	y	z	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bordoe	bordod	perf	mam	car	dia	dea	dbj	dmx	eb	ll	ebj	ef	alt	af	ip'	ip'	iab	ill
J10	1	A	2	2					3	2	2	3	24	7.5YR 3/0	5YR 5/3	2	4	4	2	3	2	2	0	312	330			18						0	***	***	0
J10	9	F	2	1					3	2	2	2	134	5YR 5/6	7.5YR 3/0	2	2	3	1	1	2	2	0	350	356									0	***	***	0
J10	14	A	1	1	3				4	2	1	2	12	2.5YR 6/8	10YR 6/1	1	2	1	1	1	2	2	0	147	161	165	165	7	13	6		26		18	16	98	8
J10	24	A	4						4	2	1	2	24	2.5YR 6/6	2.5YR 4/0	1	1	3	1	1	2	2	0	149	161	138	161	6		9		72		48	45	117	0
J9	2	F	2	1					3	2	1	1	234	10YR 4/1	10YR 4/2	2	2	2	3	2	2	2	0	186	190			7						0	***	***	0
J9	5	A	1	1	3				4	2	1	2	24	5YR 6/6	5YR 5/4	1	2	1	4	2	2	2	0	368	392	362	399	12	10			68		18	17	108	3
J9	7	F	2	1					3	1	1	2	124	7.5YR 5/4	2.5YR 4/0	2	3	3	1	2	2	2	0	281	295			7						0	***	***	0
J9	11	F	6						4	2	2	1	234	7.5YR 6/2	2.5Y 2/0	1	2	4	1	1	2	2	0	200	214	226	232	7	7	11		42		21	18	95	3
J9	15	F	2	1					3	3	1	2	24	7.5YR 3/0	7.5YR 5/4	4	2	2	1	1	2	2	0	267	279			6						0	***	***	0
K10		A	4						4	3	2	1	4	10YR 3/2	10YR 7/4	4	2	2	1	1	2	2	0	124	140	138	140	8		9		110		89	79	101	0
K10		F	4						4	2	2	2	34	10YR 4/1	10YR 6/4	2	2	4	1	3	2	2	0	295	303	267	313	4		14		117		40	37	114	0
K10	1	F	6						4	2	1	1	34	10YR 4/3	5YR 7/8	2	2	3	1	3	2	2	0	274	286	290	299	6		8		152		55	51	99	0
K12	31	A	2	1	3	60	54	20	4	2	2	3	24	10R 6/6	10YR 7/6	1	2	1	2	3	2	2	0	343	359	346	370	12	11	10		133		39	36	104	3
K12	41	A	4			35	24	27	3	1	3	1	23	7.5YR 4/2	7.5YR 5/4	1	2	3	1	2	2	2	0	172	178	111	157	6		11		87		51	55	160	0
K7		A	2	1	3	185	93	14	4	2	1	1	12	2.5YR 5/6	2.5Y 3/0	2	2	4	4	4	2	2	0	163	201	174	201	10	19	12		36		22	18	116	9
K7	18	A	4			73	52	20	4	2	1	2	1234	7.5YR 5/6	7.5YR 6/6	2	1	3	1	1	2	2	0	156	170	140	170	4		7		69		44	41	121	0
K8	2	A	1	2					4	2	2	2	14	10YR 6/4	5YR 6/4	1	2	3	1	1	2	2	0	153	159	156	159	3		11		31		20	20	102	0
K8	3	A	1	1	1				4	2	1	1	124	5YR 5/6	2.5YR 5/6	2	4	1	2	3	2	2	0	259	319	279	319	14	25	12		32		12	10	114	8
K8	4	A	2	1	1				4	2	1	1	12	5YR 6/6	5YR 4/2	2	2	3	2	4	2	2	0	160	210	183	210	10	22	9		43		27	20	115	10
K8	5	A	1	1	1				4	3	1	2	23	10YR 6/4	7.5YR 4/0	2	4	4	2	4	2	2	0	248	290	206	290	13	21	7		46		19	16	141	7
K9		F	2	1					4	2			23	10YR 4/4	10R 4/6	1	3	3	1	1	2	2	0	278	288	281	295	5		7		180		65	61	103	0
K9	4	F							5	1	1	1	234	5YR 5/6	7.5YR 4/0	3	2	3	1	2	2	2	3	213	225	271	282	6		10		172	81	81	61	83	0
K9	17	A	2	2					4	2	2	1	24	5YR 4/3	10YR 3/1	1	2	3	1	2	2	2	0	123	141	129	141	9	9	12		43		35	31	109	6
K9	55	A	4						4	2	1	2	12	5YR 6/4	10YR 7/3	2	2	1	1	1	2	2	0	213	235	310	235	11		9		69		32	29	76	0
K9	69	A	2	2					3	1	2	2	24	5YR 6/8	10YR 7/6	2	4	1	4	2	2	2	0	383	407	363	407	12		11				0	0	112	0
K9	112	A	1	1	1				5	2	2	2	23	2.5YR 5/6	7.5YR 5/4	2	4	3	2	4	2	2	0	159	195	166	195	13	18	12	9	22		14	11	118	9
K9	118	F	1						3	2	1	1	24	7.5YR 7/4	7.5YR 7/4	1	2	3	1	3	2	2	0	255	265			5						0	***	***	0
K9	172	F	1						4	2	2	1	34	7.5YR 4/2	7.5YR 4/0	2	2	4	1	1	2	2	0	187	197	225	225	5		6		138		74	61	88	0
K9	197	A	2	1	2				4	2	2	1	2	2.5YR 4/0	10YR 7/4	2	4	4	3	2	2	2	0	163	181	168	181	9	9	12		51		31	28	108	5
K9	203	A	4						4	2	2	2	24	5YR 6/6	7.5YR 3/2	4	4	4	1	1	2	2	0	213	225	195	225	6		90		79		37	35	115	0
K9	227	A	2	2					4	1	3	1	23	7.5YR 3/0	7.5YR 4/2	3	3	4	1	1	2	2	0	312	330	302	330	9		12		162		52	49	109	0
K9	230	A	2	1	2				4	1	3	1	34	10YR 5/3	10YR 4/1	2	4	4	2	2	2	2	0	236	260	253	260	12	12	10		65		28	25	103	5
K9	236	A	2	2					4	2	1	1	234	2.5YR 6/6	10YR 6/3	2	1	3	1	1	2	2	0	154	160			3						0	***	***	0
K9	238	F	7						4	2	2	1	23	7.5YR 3/0	5YR 4/2	2	3	4	1	1	2	2	0	330	342	348		6		11				0	***	98	0
K9	270	A	2	2					4	2	2	1	2	2.5YR 5/6	5YR 6/7	2	2	3	1	1	2	2	0	148	160	128	160	6		7		59		40	37	125	0
K9	285	F	6						4	2	1	1	34	5YR 6/4	10YR 3/1	2	2	3	2	3	2	2	0	276	300	312	312	12		14		56		20	18	96	0
K9	286	A	2	2					4	3	1	2	23	2.5YR 5/6	2.5YR 4/0	2	1	3	1	1	2	2	0	196	214	214	214	9		17		81		41	38	100	0
K9	288	A	2	2					4	2	1	1	4	5YR 5/4	10YR 5/3	2	2	3	1	1	2	2	3	149	181	170	181	6		7		49	22	33	27	107	0
L10		F	1						3	2	2	2	12	10YR 7/4	10YR 7/2	2	2	3	1	1	2	2	0	145	165			10						0	***	***	0
L10	2	A	2	1	2				4	2	1	2	24	5YR 7/6	7.5YR 5/2	2	2	1	3	2	2	2	0	167	193	163	194	8	14	9		56		34	29	118	7
L11		A	2	2		5	170	22	4	2	1	1	12	2.5YR 6/6	10YR 6/2	4	2	3	1	1	2	2	0	270	280	254	280	5		6	6	104		39	37	110	0
L11	1	A	2	2					4	2	2	2	24	7.5YR 7/6	2.5YR 6/8	1	2	1	1	1	2	2	0	148	162	150	162	7		13		86		58	53	108	0
L11	2	F	2	2					4	2	2	1	23	10YR 4/1	7.5YR 6/1	2	2	4	1	1	2	2	0	175	187	167	189	6		8		99		57	52	112	0
L11	3	A	4						4	2	1	1	34	7.5YR 4/2	7.5YR 4/0	2	2	2	1	3	2	2	0	105	115	115	122	5		10		74		70	61	100	0
L11	4	A	2	1	3				3	2	1	1	34	7.5YR 6/4	7.5YR 6/2	2	2	4	1	1	3	2	0	254	268			7						0	***	***	0
L11	4	F								2	1	1	124	10YR 471	10YR 6/6	2	3	4	2	2	2	2	0	303	343	334	360	21	20	12		66		22	18	103	6

qd	#	f	t	st	v	x	y	z	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bordoe	bordod	perf	mam	car	dia	dea	dbj	dmx	eb	ll	ebj	ef	alt	af	ip'	ip'	iab	ill
L11	5	F	1						3	2	2	2	3	2.5Y 4/0	7.5YR 6/4	2	2	4	1	1	2	2	0	118	132			7						0	***	***	0
L11	7	F	1						3	2	1	3	34	7.5YR 4/6	2.5Y 3/0	1	1	4	1	1	2	2	0	195	209			7						0	***	***	0
L11	15	A	4						4	2	1	1	4	2.5YR 5/6	5YR 4/2								0	241	259	229	259	9	9	11		86		36	33	113	3
L11	16	A	1	1	1				4	3	1	1	123	7.5YR 7/4	7.5YR 7/4	1	2	3	4	2	2	2	0	340	380	333	380	11	20	10		58		17	15	114	5
L11	26	F	6						3	1	2	2	12	2.5YR 5/8	7.5YR 5/4	1	1	1	1	1	2	2	0	238	252	250	256	7		13		119		50	46	101	0
L11	32	A	2	2					4	2	2	1	24	5YR 3/1	5YR 5/4	4	4	4	1	1	2	2	0	182	180	170	180	4		6		81		45	45	106	0
L11	34	F	2	1					3	2	2	1	124	2.5YR 4/0	7.5YR 5/4	1	2	1	1	1	2	2	0	174	188			7						0	***	***	0
L11	45	F	1						3	1	1	3	23	5YR 5/8	5Y 6/1	1	1	3	1	1	2	2	0	341	353	395	395	6		10				0	0	89	0
L11	46	A	2	1	2				4	1	1	2	124	5YR 6/6	5YR 6/2	1	2	3	4	2	2	2	0	384	400	355	400	8		12		77		20	19	113	0
L11	50	A	2	2					4	2	1	1	1234	2.5YR 5/8	5YR 4/1	1	2	3	1	1	2	2	0	242	258			8						0	***	***	0
L11	66	A	2	1	2				4	3	1	3	34	7.5YR 5/0	7.5YR 6/2	1	2	4	2	3	2	2	0	188	206	182	206	12	9	13		66		35	32	113	4
L11	80	F	1						3	3	1	1	24	5YR 6/4	7.5YR 5/0	2	4	3	1	1	2	2	0	382	394			6						0	***	***	0
L11	82	A	1	1	1				4	2	1	2	24	7.5YR 6/4	7.5YR 4/0	1	2	3	2	3	2	2	0	364	400	372	400	13	18	10		65		18	16	108	5
L11	85	A	2	2					3	1	1	1	34	2.5YR 3/0	2.5YR 3/0	2	2	2	1	1	2	2	0	153	159		159	3				53		35	33	***	0
L11	89	A	2	2					4	2	1	1	4	10YR 4/2	2.5YR 4/0	4	2	4	1	1	2	2	0	375	389	366	389	7		10		105		28	27	106	0
L11	90	A	4						4	2	2	1	14	7.5YR 3/0	10YR 5/2	1	2	4	1	1	3		0	277	291	230	291	7		10		96		35	33	127	0
L11	117	F	5	2	1				3	3	1	2	13	2.5YR 6/8	5YR 6/6	2	2	1	4	2	2	2	0	368	380			14						0	***	***	0
L11	154	A	4						4	2	1	1	24	7.5YR 4/0	10YR 5/2	2	2	4	1	1	2		0	215	219	190	219	2	11			76		35	35	115	5
L11	166	A	1	2					3	2	1	2	12	2.5Y 4/0	10YR 7/6	2	1	4	1	2			0					12						***	***	***	***
L12	1	A	2	1	1			5	4	2	1	1	4	2.5YR 6/8	7.5YR 4/0	4	2	3	2	3	2	2	0	219	263	210	263	20	22	10		59		27	22	125	8
L12	2	F	4			70	109	35	3	2	2	3	23	10YR 7/6	7.5YR 3/0	2	2	3	1	1	2	2	0	91	97	100	104	3		5		55		-60	53	97	0
L12	5	A	1	1	1	72	67	10	4	3	1	2	14	7.5YR 6/4	5YR 6/6	1	1	3	2	3	2	2	0	351	399	373	399	12	24	11		37		11	9	107	6
L12	6	A	4			29	140	28	4	3	1	2	14	10YR 6/3	10YR 5/2	4	4	4	1	1	2	2	0	197	209	177	209	6		11		98		50	47	118	0
L12	6	A	2	2		33	15	15	3	2	1	3	134	10YR 7/8	5YR 5/8	2	1	1	1	2	2	2	0	253	265	248	265	6		12		46		18	17	107	0
L12	24	F	3	1		170	18	16	4	3	1	3	14	7.5YR 6/4	5YR 7/6	4	2	3	1	1	2	2	3	104	116	171	171	6		9		102	68	98	60	68	0
L12	27	A	2	2		140	155	12	4	2	2	1	134	7.5YR 7/6	10YR 5/2	2	2	3	1	1	2	2	0	244	258	244	258	7		9		78		32	30	106	0
L12	41	F	7			40	200	20	3	2	1	1	4	7.5YR 6/4	7.5YR 7/2	1	2	4	1	1	2	2	0	136	150			7						0	***	***	0

| | | |

Cerro do Castelo de Santa Justa
ceramicas, amostra 1

qd	#	f	t	st	v	x	y	z	nv	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bordoe	bordod	perf	mam	car	dia	dea	dbj	dmx	eb	ll	ebj	ef	alt	af	ip'	ip''	iab	ill
J11	6	F	1			10	30	25	3	3	1	2	2	134	5YR 6/4	5YR 6/4	3	2	3	1	3	2	2		112	120			4						0	****	****	0
J11	7	A	2	2		10	105	25	3	4	2	1	2	124	2.5YR 6/8	5YR 5/3	1	2	1	1	1	2	2		196	204	201	204	4		10		38		19	19	101	0
J12	4	F	2	2		10	65	10	1	4	1	3	3	23	7.5YR 6/2	10YR 6/3	2	2	4	2	1	2	2		213	231	258	267	9		12		186		87	70	90	0
J12	5	A	3			10	80	10	1	4	3	2	3	23	2.5YR 6/4	2.5YR 5/4	2	24	2	4	2	2	2		108	130	104	130	8	11	11		33		31	25	125	8
J12	7	A	4			16	70	10	1	4	2	2	2	24	5YR 6/6	5YR 6/6	1	2	1	2	1	2	2		176	200	184	200	9	12	9		63		36	32	109	6
J12	8	F	2	3		80	15	10	1	3	1	3	1	13	7.5YR 6/4	10YR 5/1	2	2	3	3	2	2	2		199	219			10		10				0	****	****	0
J12	14	F	2	2		120	20	15	2	3	2	2	2	23	7.5YR 6/4	10YR 7/3	42	2	3	3	1	2	2		200	220			10						0	****	****	0
J12	16	F	2	2		130	5	20	3	3	2	2	2	123	5YR 3/1	5YR 3/1	3	2	4	3	3	2	2		231	255			12						0	****	****	0
J12	18	A	1			150	10	20	2	4	2	2	2	1234	5YR 7/6	7.5YR 4/0	2	1	3	3	2	2	2		39	51	84	84	6		9		75		192	89	61	0
J12	22	A	2	1	3	160	45	20	3	4	3	2	3	13	5YR 6/6	2.5YR 3/0	1	3	3	4	4	2	2		206	250	222	250	10	22	8		48		23	19	113	9
J12	24	A	2	1	3	150	60	25	3	4	2	1	1	34	7.5YR 6/4	10YR 4/1	2	3	3	2	1	2	2		297	333	249	333	6	18	8		69		23	21	134	5
J12	25	F	1			150	60	25	3	3	2	2	2	134	10YR 5/2	2.5YR 2/0	3	1	4	3	1	2	2		342	390			24						0	****	****	0
J12	27	F	1			170	15	25	3	1	1	3	1	1234	2.5YR 5/6	2.5YR 3/0	2	2	3	1	1	2	2		399	405			3						0	****	****	0
J12	32	A	3			180	34	28	3	5	2	2	2	23	5YR 6/4	2.5YR 3/0	2	2	3	2	1	2	2		124	140	108	140	7	8	7	7	28		23	20	130	6
J12	38	A	2	1	1	44	10	30	3	4	3	1	2	123	5YR 7/6	10YR 5/2	1	3	3	2	3	2	2		308	340	334	340	16	16	12		95		31	28	102	5
J12	49	A	4			70	0	20	2	4	2	2	3	23	2.5YR 3/0	2.5YR 3/0	3	2	2	1	1	2	2		195	201	188	201	3		11		61		31	30	107	0
J12	50	F	6			80	28	25	3	4	3	1	2	123	2.5YR 6/6	7.5YR 4/2	2	1	3	1	1	2	2		323	331	330	333	4		11		94		29	28	100	0
J12	51	F	2	1		70	0	20	2	3	2	1	1	34	7.5YR 3/2	5YR 5/4	2	3	4	1	1	2	2		391	401			4						0	****	****	0
J12	53	F	2	1		61	0	25	3	4	2	1	2	124	7.5YR 6/4	10YR 6/3	2	2	3	1	1	2	2		290	300	328	328	5		13		175		60	53	91	0
J12	57	A	4			56	37	25	3	4	3	1	3	124	2.5YR 6/8	10YR 5/1	2	2	3	1	1	2	2		333	351	291	351	9		12		126		38	36	121	0
J12	59	A	1	1	1	200	30	22	2	5	2	2	2	234	10YR 5/2	5YR 3/1	42	43	4	2	4	2	2		166	210	182	210	14	22	12	8	23		14	11	115	10
J12	63	F	2	1		190	15	36	3	3	2	2	2	23	10YR 6/3	7.5YR 674	1	2	3	1	3	2	2		192	200		200	4						0	0	****	0
J12	64	F	2	2		110	124	36	3	4	2	2	2	12	5YR 6/4	5YR 5/4	1	2	3	1	1	2	2		252	270	279	279	9		15				0	0	97	0
J12	66	A	1	2		200	40	56	3	5	3	1	2	24	10YR 4/1	7.5YR 5/2	1	3	4	1	1	2	2		277	303	285	303	13		15	11	36		13	12	106	0
K11	2	F	2	1		140	50	10	1	3	1	2	2	123	10YR 6/3	10YR 6/3	3	2	4	1	3	2	2		342	360			9		10				0	****	****	0
K11	4	A	3			175	50	15	2	4	1	2	2	234	2.5YR 2/0	7.5YR 3/2	3	1	2	1	1	2	2		168	180	144	180	6		8		87		52	48	125	0
K11	7	F	3	1		170	45	15	2	4	2	2	3	123	2.5YR 6/8	2.5YR 3/0	3	2	3	1	3	2	2		370	380	402	407	5		9				0	0	95	0
K11	8	A	3			120	40	15	2	4	2	2	2	123	2.5YR 3/0	10YR 5/3	3	2	2	1	1	2	2		116	132	105	132	8		8		60		52	45	126	0
K11	9	A	2	1	3	170	30	10	1	4	1	3	1	4	2.5YR 5/6	5YR 5/3	1	3	3	4	2	2	2		301	349	311	349	10	24	13		83		28	24	112	7
K11	10	A	2	2		150	30	10	1	4	2	2	2	234	2.5YR 6/8	10YR 3/1	1	2	3	1	1	2	2		288	300	276	300	6		12		81		28	27	109	0
K11	12	A	3			90	40	12	1	4	1	3	2	123	5YR 4/3	10YR 4/1	2	3	4	1	1	2	2		169	181	150	181	6		9		78		46	43	121	0
K11	13	F	1			90	30	12	1	4	2	2	2	123	2.5YR 6/8	10YR 3/1	3	2	3	1	1	2	2		207	213	309	312	3		12		279		135	89	69	0
K11	15	F	5	2	2	158	20	15	2	3	2	2	2	24	10YR 5/3	10YR 6/3	2	2	3	3	1	2	2		207	183			12						0	****	****	0
K11	16	F				182	20	15	2	4	2	3	1	34	2.5YR 3/0	5YR 5/3	43	2	2	1	1	2	2	3	123	135	165	168	6		8		90	45	73	54	82	0
K11	17	A	4			190	110	20	3	4	2	2	2	123	5YR 6/4	5YR 6/6	43	3	3	1	1	2	2		159	165	129	165	3		6		78		49	47	128	0
K11	20	F	2	2		120	170	20	3	3	2	2	1	34	10YR 7/3	10YR 7/3	3	3	3	1	1	2	2		141	159			9						0	****	****	0
K11	24	F	1			180	10	20	2	4	3	1	3	123	7.5YR 7/6	10YR 5/2	1	2	4	1	1	2	2		232	240	273	282	4		9		201		87	71	88	0
K11	28	A	3			140	30	20	3	4	2	2	2	234	7.5YR 4/2	10YR 5/3	2	3	4	1	1	2	2		147	159	129	159	6		12		84		57	53	123	0
K11	29	A	3			180	30	20	3	4	2	2	2	123	2.5YR 3/0	2.5YR 3/0	3	2	2	1	1	2	2		135	147	114	147	6		9		90		67	61	129	0
K11	33	A	2	2		150	70	20	3	3	2	2	1	24	5YR 6/6	5YR 4/3	1	3	3	2	3	2	2		206	240	225	240	11	17	10		49		24	20	107	7
K11	35	F	5	2	2	160	100	20	3	3	2	2	2	123	10YR 5/3	10YR 3/2	3	2	4	3	1	2	2		429	471			21						0	****	****	0
K11	36	A	2	1	1	170	165	20	2	4	3	2	3	124	2.5YR 4/2	5YR 4/2	43	43	3	2	4	2	2		381	439	410	439	15	29	9		80		21	18	107	7
K11	37	F	1			180	140	20	2	3	2	2	2	23	2.5Y 3/0	2.5Y 3/0	3	3	2	1	1	2	2		111	123			6						0	****	****	0
K11	39	A	2	1	1	160	150	20	2	4	1	3	1	34	10YR 4/1	2.5YR 5/6	2	3	4	2	4	2	2		165	219	183	219	12	27	9		51		31	23	120	12
K11	41	A	4			192	31	32	3	4	1	2	2	124	2.5YR 6/6	10YR 4/1	2	2	3	1	1	2	2		182	202	192	202	10		11		61		34	30	105	0
K11	43	A	3			180	110	32	3	4	1	3	1	34	2.5YR 5/6	2.5YR 5/6	43	2	3	1	1	2	2		87	99	72	99	6		6		54		62	55	138	0
K12	8	A	1	1	1	105	50	20	2	4	3	1	2	23	5YR 472	7.5YR 4/2	2	3	4	2	4	2	2		210	246	192	246	12	18	7		48		23	20	128	7
K12	10	F	6			90	40	20	2	4	2	3	2	234	5YR 6/6	5YR 5/3	42	43	3	1	1	2	2	2	246	264	294	296	9		12		81	45	33	27	90	0
K12	11	F				130	65	15	2	3	1	3	1	234	5YR 6/6	2.5YR 6/6	3	2	3	1	1	2	2		66	84			9						0	****	****	0
K12	13	A	1	1	1	95	40	20	2	5	1	3	1	34	5YR 6/4	7.5YR 5/2	13	2	3	4	1	2	2		350	400	357	400	14	25	7	6	25		7	6	112	6
K12	15	A	1	1	3	33	180	15	1	4	2	2	2	124	7.5YR 5/4	10YR 7/3	1	3	3	4	2	2	2		277	303	273	303	7	13	13		54		19	18	111	4
K12	16	F	2	1		73	165	15	2	3	2	2	3	1234	7.5YR 6/4	10YR 5/2	3	2	3	3	2	2	2		206	228			7	11					0	****	****	5

qd	#	f	t	st	v	x	y	z	nv	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bordoe	bordod	perf	mam	car	dia	dea	dbj	dmx	eb	ll	ebj	ef	alt	af	ip'	ip''	iab	ill
K12	17	A	1	1	1	46	148	15	2	3	2	2	2	123	2.5YR 5/6	5YR 3/2	2	43	3	2	4	2	2		342	400	358	400	15	29	7		55		16	14	112	7
K12	20	F	6			120	170	15	2	4	3	1	3	12	5YR 6/3	2.5YR 2.5	2	2	3	1	1	2	2		272	280	292	292	4		10		116		43	40	96	0
K12	23	A	4			120	138	15	2	4	2	2	2	123	2.5YR 6/6	2.5YR 6/8	2	2	1	2	1	2	2		192	204	196	204	6		5				0	0	104	0
K12	25	F	1			52	69	15	2	3	2	1	1	234	5YR 5/3	2.5YR 4/2	3	2	4	1	1	2	2		203	213			5						0	****	****	0
K12	29	F	5	2	1	45	65	20	2	3	3	1	23	23	7.5YR 6/2	7.5YR 7/4	2	2	3	3	3	2	2		293	323			15						0	****	****	0
K12	34	F	4			65	180	20	2	4	2	3	3	23	7.5YR 2/0	7.5YR 2/0	2	3	2	1	1	2	2		141	151	153	156	3		6		70		50	45	99	0
K12	35	F	1			56	45	20	2	3	3	1	3	124	7.5YR 4/2	7.5YR 6/4	2	2	4	1	1	2	2		228	252			12						0	****	****	0
K12	37	F	5	2	2	40	53	20	3	3	2	1	1	34	7.5YR 5/2	5YR 6/2	2	2	3	4	3	2	2		378	416			19						0	****	****	0
K12	38	F	2	2		168	135	20	3	3	2	2	3	23	7.5YR 6/4	7.5YR 5/2	2	1	3	1	1	2	2		241	249			4						0	****	****	0
K12	39	A	1	1	3	168	140	20	2	5	2	1	1	23	7.5YR 3/0	7.5YR 3/0	1	3	2	4	2	2	2		312	360	330	360	9	24	11	10	30		10	8	109	7
K12	41	F	1			35	15	25	3	3	2	2	2	134	7.5YR 5/4	5YR 4/2	2	2	3	1	1	2	2		206	220			7						0	****	****	0
K12	44	F	5	2	1	120	85	25	3	4	2	2	2	234	7.6YR 5/4	10YR 4/1	3	2	4	3	1	2	2		372	432	758	758	14	30	11				0	0	57	7
K12	46	F	6			117	146	25	3	4	2	2	2	24	7.5YR 3/0	5Y 4/1	1	3	2	1	1	2	2		232	244	231	249	6		12		111		48	45	106	0
K12	47	A	2	1	1	160	182	25	3	4	2	3	1	24	5YR 2.5/1	5YR 5/3	14	3	4	2	3	2	2		261	297	255	297	12	21	10		63		24	21	116	7
K12	48	A	2	1	3		180	25	3	4	3	2	3	134	10YR 3/1	10YR 6/3	1	3	4	4	2	2	2		231	273	207	273	12	21	9		69		30	25	132	8
K12	49	F	4			86	180	25	3	4	2	2	2	234	5YR 7/6	7.5YR 3/0	2	2	3	1	1	2	2		141	151	139	151	5		8		57		40	38	109	0
K12	50	A	2	2		92	180	25	3	4	3	1	3	12	5YR 6/3	7.5YR 3/0	1	2	4	3	1	2	2		243	261	213	261	9		15		93		38	36	123	0
K12	52	F	2	1		60	140	25	3	3	2	1	2	124	7.5YR 6/	5YR 7/6	3	2	3	1	1	2	2		296	316			10						0	****	****	0
K12	53	F	5	1		120	200	25	3	3	2	3	1	4	5YR 5/3	2.5YR 3/0	3	2	4	3	1	2	2		279	321			21						0	****	****	0
K12	54	A	4			40	195	25	3	4	2	3	3	234	7.5YR 3/0	10YR 5/3	2	2	4	1	1	2	2		154	160	147	160	3		9		65		42	41	109	0
K12	63	F	6			58	83	25	3	4	2	2	3	234	10YR 6/4	2.5YR 6/4	2	1	3	1	1	2	2		234	246	231	255	6		7		129		55	51	106	0
K12	64	F	5	2	2	58	83	25	3	3	3	1	2	24	10YR 6/4	10YR 6/3	2	2	3	3	3	2	2		224	252			14						0	****	****	0
K12	66	A	3					25	3	4	2	2	1	234	5YR 6/6	2.5YR 5/6	43	43	3	1	1	2	2		107	112	102	112	2		5		40		37	36	110	0
K12	67	F	3	1		106	128	25	3	4	2	2	2	124	5YR 6/3	7.5YR 5/2	2	3	4	1	3	2	2		265	281	326	326	8		11				0	0	86	0
K12	68	F	1			90	124	25	3	3	3	1	1	124	2.5YR 2.5	2.5YR 2.5	3	3	2	4	1	2	2		324	372			7	24					0	****	****	6
K12	70	F	6			100	121	25	3	4	3	2	2	1234	7.5YR 5/4	10YR 5/2	2	2	3	1	1	2	2		329	343	380		7		11				0	****	90	0
K12	74	F	2	1		137	148	28	3	4	3	2	3	1	5YR 7/6	7.5YR 7/6	43	1	1	1	1	2	2		236	258	348	348	11		15				0	0	74	0
K12	75	F	6			143	178	25	3	4	2	3	2	134	5YR 6/6	5YR 4/4	3	2	1	1	1	2	2		234	252	258	267	9		12		180		77	67	98	0
K12	76	F	2	1		149	108	25	3	3	2	1	1	34	2.5YR 4/6	7.5YR 6/4	43	2	3	1	1	2	2		234	240			3						0	****	****	0
K12	77	F	5	1		172	175	25	3	3	3	2	2	124	5YR 6/6	7.5YR 6/2	2	2	3	3	1	2	2		250	270			10						0	****	****	0

| | | |

qd	#	f	t	st	v	x	y	z	nv	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bordoe	bordod	perf	mam	car	dia	dea	dbj	dmx	eb	ll	ebj	ef	alt	af	ip'	ip''	iab	ill
L11	34	A	4			148	60	20	2	4	2	2	1	234	10R 6/6	7.5YR 6/4	1	2	3	1	1	2	2		246	258	210	250	6		9		84		34	34	123	0
L11	35	F	6			150	160	20	2	4	1	3	1	23	2.5YR 3/0	7.5YR 5/4	2	2	2	1	1	2	2		490	500	502	504	10		9		0		0	0	100	0
L11	38	A	1	1	3	156	183	20	2	4	1	2	1	34	5YR 7/6	10YR 4/1	1	2	3	4	3	2	2		337	381	353	381	11	22	15		44		13	12	108	6
L11	38	A	1	1	1	157	180	20	2	4	1	2	1	34	10R 5/6	5YR 5/3	1	2	3	3	2	2	2		262	300	268	300	10	19	12		43		16	14	112	6
L11	40	A	1	1	1	186	167	20	2	4	1	3	2	23	2.5Y 3/0	2.5Y 3/0	1	3	2	2	2	2	2		369	417	357	416	12	24	9		63		17	15	117	6
L11	41	F	5	2		180	190	20	2	4	2	2	2	134	7.5YR 2/0	7.5YR 5/4	43	2	4	3	1	2	2		356	398	446	446	21		8				0	0	89	0
L11	41	F	5	2		180	190	15	2	3	2	1	3	34	5YR 5/3	10YR 7/3	3	2	4	3	3	2	2		462	500			19						0	****	****	0
L11	46	F	2	2		174	170	16	2	3	1	2	2	134	10YR 5/3	5YR 6/4	2	13	3	4	3	2	2		246	264			9						0	****	****	0
L11	47	F	2	2		154	172	16	2	3	1	2	2	234	5YR 6/4	7.5YR 6/4	3	2	3	1	1	2	2		303	324			9						0	****	****	0
L11	49	F	2	3		192	180	12	3	4	2	2	2	124	7.5YR 6/4	10YR 4/1	2	1	3	3	1	2	2		86	92	122	122	3		6		98		114	80	75	0
L11	55	A	1	2		150	139	20	2	5	2	2	1	34	5YR 6/6	5YR 6/4	1	2	3	1	1	2	2		261	273	252	273	6		12	10	48		18	18	108	0
L11	56	F	1			140	135	20	2	3	2	2	2	12	7.5YR 7/6	5YR 4/1	3	2	3	1	2	2	2		88	102			7						0	****	****	0
L11	57	A	2	3		148	118	18	2	4	2	3	1	134	7.5YR 6/4	10YR 3/1	42	2	3	1	1	2	2		144	152	129	152	4		8		36		25	24	118	0
L11	58	F	6			200	195	15	2	4	2	2	2	123	7.5YR 5/4	10YR 5/2	3	4	3	1	1	2	2		154	160	161	164	3		7		69		45	42	99	0
L11	62	A	3			182	172	18	2	4	1	3	1	234	2.5YR 5/6	5YR 5/6	2	42	3	1	1	2	2		140	146	126	146	3		6		37		26	25	116	0
L11	63	A	1	2		144	186	20	2	5	2	2	1	4	5YR 3/1	5YR 3/1	2	2	2	1	1	2	2		190	200	190	200	5		8		11		6	6	105	0
L11	66	F	6			130	175	16	2	4	1	3	2	123	2.5YR 3/0	2.5YR 4/4	43	3	4	1	1	2	2		344	350	340	355	3		10		120		35	34	103	0
L11	68	A	2	2		115	172	14	2	4	2	1	2	234	5YR 7/8	10R 6/8	2	3	1	1	1	2	2		257	265	254	265	4		10		87		34	33	104	0
L11	69	F	5	2	1	123	153	21	2	3	2	1	1	234	5YR 4/2	5YR 5/3	3	2	4	3	1	2	2		404	438			17						0	****	****	0
L11	71	F	2	1		120	175	15	2	3	2	2	3	124	2.5YR 5/8	5YR 6/6	2	2	2	1	1	2	2		288	300			6						0	****	****	0
L11	72	A	6			141	170	20	2	4	2	2	2	24	2.5YR 5/6	7.5YR 3/2	2	1	3	3	2	2	2		78	90	86	90	6		9		53		68	59	105	0
L11	73	A	3			155	149	20	2	4	1	2	1	34	2.5YR 3/0	10YR 3/1	2	2	2	1	1	2	2		103	109	89	109	3		6		20		19	18	122	0
L11	77	F	2	1		100	180	14	1	3	1	2	3	23	7.5YR 5/4	5YR 6/4	3	2	3	1	1	2	2		242	260			9						0	****	****	0
L11	78	A	2	2		100	180	14	2	4	2	2	3	234	5YR 7/6	10YR 3/1	2	2	3	1	1	2	2		313	319	302	319	3		10		55		18	17	106	0
L11	84	A	1	1	1	124	130	28	2	4	3	1	2	1234	5YR 4/2	10YR 4/1	2	3	4	2	4	2	2		411	459	411	459	15	24	11		66		16	14	112	5
L11	85	A	2	1	1	162	168	25	3	4	2	2	2	124	7.5YR 6/4	10YR 4/2	2	43	3	2	4	2	2		316	378	344	378	12	31	7		121		38	32	110	8
L11	87	F	5	1		170	111	26	2	3	3	1	2	12	7.5YR 3/0	5YR 4/1	3	14	4	3	2	2	2		156	180				5	12				0	****	****	3
L11	91	A	1	2		195	96	23	2	3	2	2	2	123	7.5YR 4/2	5YR 4/4	2	2	4	1	1	2	2		386	398		398	6				41		11	10	****	0
L11	92	A	2	1	1	115	170	26	3	4	2	2	2	124	7.5YR 5/4	2.5YR 4/0	2	43	3	2	1	2	2		186	210	187	210	12	12	9		41		22	20	112	6
L11	94	F	3	1		182	97	16	2	3	1	3	1	234	7.5YR 6/2	2.5YR 4/0	3	2	4	1	3	2	2		247	265	297	297	9		10				0	0	89	0
L11	97	F	1			170	93	25	3	4	1	3	1	24	7.5YR 6/4	7.5YR 3/0	2	4	3	1	3	2	2		144	160			8						0	****	****	0
L11	102	F	2	2		178	67	20	2	3	1	3	2	1234	5YR 5/3	7.5YR 4/2	43	2	4	3	3	2	2		330	350			10						0	****	****	0
L11	107	A	4			133	102	26	3	4	2	2	3	123	7.5YR 4/2	5YR 3/1	3	2	4	1	1	2	2		215	223	198	223	4		11				0	0	113	0
L11	113	F	2	3		153	49	22	3	3	2	1	1	123	10YR 6/3	2.5YR 3/0	3	2	4	3	1	2	2		254	280			13						0	****	****	0
L11	119	A	2	1	1	200	190	30	3	4	3	1	3	1234	10YR 6/3	10YR 5/2	1	3	4	2	4	2	2		239	299	265	299	7	30	15		77		32	26	113	10
L11	123	F	1			132	105	30	3	4	2	3	2	234	2.5YR 6/6	7.5YR 6/4	3	2	1	1	1	2	2		119	131			6						0	****	****	0
L11	126	A	2	1	3	80	68	20	3	4	3	1	2	124	7.5YR 5/4	7.5YR 5/4	1	3	3	4	4	2	2		389	365	345	365	13	24	13		106		27	29	106	7
L11	131	F	2	2		154	28	30	3	4	2	1	1	234	7.5YR 6/4	5YR 4/1	2	2	3	3	3	2	2		185	205	228	228	10		9				0	0	90	0
L11	133	F	2	3		100	30	30	3	3	2	1	2	12	10YR 7/3	7.5YR 7/4	2	2	3	1	1	2	2		141	151			5						0	****	****	0
L11	139	A	2	3		128	10	26	3	4	1	3	1	34	10YR 3/1	5YR 5/3	2	2	4	1	1	2	2		97	101	93	101	2		6		42		43	42	109	0
L11	154	F	1			160	17	20	3	3	1	3	2	34	2.5YR 5/6	10YR 3/1	3	2	3	1	3	2	2		285	303			9						0	****	****	0
L11	155	F	2	2		173	15	25	3	3	2	2	2	1234	7.5YR 5/4	10YR 4/2	2	2	3	3	3	2	2		198	220			11						0	****	****	0
L11	160	A	3			151	5	25	3	4	1	3	1	134	7.5YR 6/6	7.5YR 3/0	2	2	3	1	1	2	2		114	116	92	116	1		6		38		33	33	126	0
L11	174	F	2	1		149	5	32	3	3	2	2	2	134	2.5YR 2.5	2.5YR 2.5	3	2	2	1	1	2	2		268	280			6						0	****	****	0
L11	185	F	5	2	1	126	80	38	3	4	3	1	2	124	10YR 6/3	10YR 6/3	3	2	3	3	2	2	2		186	210			12						0	****	****	0
L11	193	A	2	1	3	122	134	43	3	4	2	2	2	23	5YR 6/4	7.5YR 5/4	2	2	3	4	2	2	2		332	380	320	380	12	24	12		66		20	17	119	6
L11	198	A	2	1	3	156	93	48	3	4	3	1	3	123	7.5YR 7/6	10YR 5/2	1	3	3	4	2	2	2		456	500	424	500	9	22	13		105		23	21	118	4
L11	202	F	6			100	175	12	3	4	3	1	3	234	2.5YR 4/4	7.5YR 3/0	2	2	3	1	1	2	2		327	339	336	348	6		11		126		39	36	101	0
L11	222	A	3			62	150	25	3	4	2	2	2	14	7.5YR 3/2	5YR 2.5/1	3	2	3	1	1	2	2		158	162	149	162	2		7		51		32	31	109	0
L11	224	A	4			57	120	27	3	4	2	1	2	24	7.5YR 6/4	5YR 3/1	3	3	3	1	1	2	2		175	195	175	195	10		11		64		37	33	111	0
L11	225	A				57	130	27	3	3	3	2	3	1234	5YR 7/6	7.5YR 6/4	43	43	3	1	1	2	2		130	140		140	5						0	0	****	0
L11	230	A	1	1	1	65	140	17	2	4	2	2	3	1234	5YR 6/6	7.5YR 4/4	1	3	3	2	4	2	2		346	400	368	400	10	27	13		22		6	6	109	7
L11	233	A	2	2		85	150	28	3	4	1	3	1	34	7.5YR 6/4	10YR 4/1	43	1	3	1	1	2	2		139	149	122	149	5		6				0	0	122	0
L11	240	F	2	1		10	90	32	3	3	3	1	3	123	2.5YR 6/6	7.5YR 4/2	43	42	3	1	1	2	2		138	150			6						0	****	****	0
L11	243	F	1			149	71	26	3	4	2	2	2	24	5YR 3/1	2.5YR 6/2	2	2	4	1	1	2	2		260	270	320	320	5		10				0	0	84	0
L11	245	F				122	67	28	3	3	2	2	3	12	2.5YR 3/0	10YR 3/1	43	4	2	1	1	2	2		346	360			7						0	****	****	0

qd	#	f	t	st	v	x	y	z	nv	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bordoe	bordod	perf	mam	car	dia	dea	dbj	dmx	eb	ll	ebj	ef	alt	af	ip'	ip''	iab	ill
L11	246	A	2	1	1	92	123	30	3	4	2	2	2	1234	5YR 6/6	7.5YR 3/2	1	3	3	2	4	2	2		241	299	247	299	15	29	12		75		31	25	121	10
L11	247	A	2	1	1	115	115	30	3	4	2	2	3	124	10R 4/6	5YR 5/4	14	43	3	2	4	2	2		338	380	356	380	7	21	11		86		25	23	107	6
L11	248	A	1	1	1	128	120	32	3	3	2	2	2	123	10YR 4/2	5YR 3/1	2	3	4	2	4	2	2		390	420		420	15	25					0	0	****	6
L11	250	A	1	1	1	78	65	36	3	5	3	1	3	1234	2.5YR 6/8	10YR 4/1	2	3	3	2	4	2	2		357	399	330	399	15	21	9	6	50		14	13	121	5
L12	1	F	6			50	17	10	1	4	1	1	1	34	7.5YR 3/2	7.5YR 7/4	1	1	4	1	1	2	2		140	150	163	163	5		9		100		71	61	92	0
L12	2	F	6			50	20	10	1	4	1	3	2	123	2.5YR 5/8	5YR 6/6	43	43	1	1	1	2	2		172	180	184	188	4		8		99		58	53	98	0
L12	7	F	2	3		53	130	20	2	3	3	1	2	134	5YR 3/1	2.5YR 4/6	1	2	4	3	2	2	2		383	403	408		10		7				0	****	99	0
L12	11	F	1			65	12	20	2	3	1	2	1	123	2.5YR 6/8	5YR 6/6	3	2	3	3	2	2	2		119	135			8						0	****	****	0
L12	17	F	5	1		60	185	22	3	4	3	1	3	1234	7.5YR 6/4	5YR 6/4	4	2	3	1	3	2	2		370	390			10						0	****	****	0
L12	19	A	1	1	1	89	195	25	3	4	2	2	2	23	5YR 6/3	7.5YR 7/2	1	3	3	2	4	2	2		225	267	240	267	18	21	6		51		23	19	111	8
L12	20	A	2	1	1	97	42	22	3	4	2	2	2	134	2.5YR 3/0	2.5YR 3/0	2	2	2	2	3	2	2		338	360	345	360	6	11	9		104		31	29	104	3
L12	21	A	1	1	1	102	17	22	3	5	2	2	1	34	5YR 3/1	5YR 5/3	2	3	4	3	4	3	3		328	360		360	16	33		7	25		8	7	****	9
L12	22	A	1	1	1				1	4	2	3	2	234	5YR 6/4	7.5YR 4/2	2	3	3	2	4	2	2		384	450	375	450	15	33	10		72		19	16	120	7
L12	23	F	5	2	1	104	179	18	2	4	3	1	1	34	5YR 6/4	7.5YR 5/2	43	2	3	3	2	2	2		383	419			18		7				0	****	****	0
L12	24	A	2	1	1	36	110	15	3	4	3	1	3	124	7.5YR 6/4	5YR 5/2	1	3	3	2	4	2	2		351	401	368	401	16	25	13		95		27	24	109	6
L12	26	A	1	1	3	36	123	15	3	4	2	1	2	234	2.5YR 3/0	2.5YR 2/0	1	43	2	4	2	2	2		330	372	336	372	8	21	10		69		21	19	111	6
L12	29	A	2	1	2	24	140	20	3	4	3	1	1	123	7.5YR 3/0	10YR 5/3	2	3	2			2	2		286	330	287	330	10	22	11		67		23	20	115	7
L12	31	A	2	1	3	32	173	20	3	4	3	1	3	24	7.5YR 6/4	10YR 6/3	1	2	3	4	1	2	2		300	350	241	350	25		10		80		27	23	145	0
L12	37	F				79	171	18	2	3	2	3	2	123	7.5YR 7/6	10YR 6/3	3	2	3	1	1	2	2		151	179			10						0	****	****	0
L12	37	F	5	1					3	3	1	1	1	13	5YR 6/4	7.5YR 6/2	4	2	3	4	3	2	2		234	270			18						0	****	****	0
L12	42	F	1			28	200	20	3	3	2	2	2	124	7.5YR 6/2	10YR 6/4	3	2	3	3	2	2	2		111	135	237	237	12		11		210		189	89	57	0

L12	44	A	2	2		108	181	20	3	4	2	2	2	13	7.5YR 4/0	10YR 5/2	1	2	4	1	2	2	2	278	292	283	292	7		10		92		33	32	103	0
L12	49	A	2	2		65	190	25	3	4	2	2	2	124	7.5YR 7/6	7.5YR 3/0	2	2	3	1	1	2	2	245	255	231	255	5		10		108		44	42	110	0
L12	53	A	4			80	175	30	3	4	2	2	2	23	7.5YR 3/0	5YR 5/3	3	2	4	3	3	2	2	233	243	201	243	5		9		84		36	35	121	0
L12	54	F	1			40	140	30	3	4	2	2	1	34	2.5YR 4/4	5YR 3/1	3	2	3	1	3	2	2	386	400			7						0	****	****	0
L12	55	F	6			0	150	30	3	4	2	2	2	123	2.5YR 6/6	2.5YR 3/0	2	2	3	1	1	2	2	234	240	235	243	3		8		60		26	25	102	0
L12	57	F	1			45	107	30	3	4	1	3	1	23	10YR 4/0	10YR 6/3	2	2	4	1	3	2	2	118	128			5						0	****	****	0
L12	58	A	1	1	1	45	65	30	3	4	1	3	1	34	2.5YR 5/4	7.5YR 5/4	14	3	3	2	4	2	2	405	465	423	465	16	30	7		51		13	11	110	6
L12	59	A	2	1	1	40	80	30	3	4	1	3	1	23	7.5YR 2/0	5YR 6/4	1	3	4	2	4	2	2	267	327	255	327	15	30	9		90		34	28	128	9
L12	60	A	1	1	1	30	70	30	3	4	1	3	1	34	2.5YR 5/6	7.5YR 3/0	1	43	3	2	4	2	2	456	516	477	516	15	30	9		51		11	10	108	6
L12	61	F	2	1		32	70	30	3	3	3	2	3	12	7.5YR 6/4	10YR 6/3	2	3	3	1	3	2	2	262	278			8						0	****	****	0
L12	62	F	2	1		45	70	80	3	3	3	1	2	24	7.5YR 6/4	10YR 7/3	4	2	3	1	3	2	2	224	242			9						0	****	****	0
L12	64	A	6			50	45	30	3	4	2	3	3	24	5YR 6/6	7.5YR 4/2	2	2	3	1	2	2	2	105	123	126	126	9		7		96		91	76	98	9
L12	66	F	1			55	32	30	3	4	1	2	1	123	7.5YR 6/4	5YR 7/6	3	2	3	1	2	2	2	117	135	195	195	9		9		135		115	69	69	0
L12	67	A	2	2		155	160	25	3	4	2	2	3	234	2.5YR 6/8	10YR 4/2	2	2	3	1	1	2	2	312	322	300	322	5		13		104		33	32	107	0
L12	68	F	2	1		10	65	30	3	3	2	2	2	1234	7.5YR 7/6	7.5YR 7/4	3	2	3	4	1	2	2	159	177			9						0	****	****	0
L12	69	A	2	1	1	20	110	30	3	4	2	2	1	321	7.5YR 4/2	7.5YR 4/4	2	3	4	2	4	2	2	249	321	240	321	16	36	9		72		29	22	131	11
L12	70	A	2	1	1	11	124	82	3	4	2	2	2	34	5YR 5/3	7.5YR 5/2	2	3	3	3	4	2	2	294	350	323	350	13	28	10	115			0	0	108	8
L12	71	F	1			25	160	12	1	3	1	3	2	23	5YR 5/4	2.5YR 6/8	2	2	3	1	1	2	2	356	380			12						0	****	****	0
L12	72	F	2	1		10	122	12	1	3	2	1	1	24	7.5YR 7/4	7.5YR 6/4	3	1	3	1	1	2	2	288	300			6						0	****	****	0
L12	76	F	2	3		28	126	14	3	3	3	2	1	123	2.5YR 5/6	5YR 7/6	4	2	1	1	3	2	2	121	133			6						0	****	****	0
L12	77	F	5	1		35	0	15	3	3	3	1	2	1234	7.5YR 6/4	10YR 3/1	2	3	3	3	1	2	2	301	355			9	27					0	****	****	8
L12	78	F	1			8	200	12	1	4	2	2	2	234	7.5YR 7/6	7.5YR 7/6	3	43	3			2	2	162	174	252	252	6		6		189		117	75	69	0
L12	80	A	2	2		100	145	25	3	4	3	1	2	123	10YR 3/1	5YR 4/3	2	2	2	1	1	2	2	239	251	229	251	6		10		95		40	38	110	0
L12	82	A	1	1	1	8	133	20	3	4	1	2	1	23	2.5YR 3/0	5YR 4/3	1	3	4	2	4	2	2	366	420	376	420	13	27	7		55		15	13	112	6
L12	85	F	1			13	44	20	3	4	2	2	3	23	5YR 7/6	10YR 5/1	2	1	3	3	2	2	2	96	106	172	172	5	4	7		163		170	95	62	4

Cerro do Castelo de Santa Justa
ceramicas, amostra 2

qd	#	f	t	st	v	nva	x	y	z	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bordoe	bordod	perf	mam	car	dia	dea	dbj	dmx	eb	ll	eb	ef	alt	af	ip'	ip''	iab	ill
H24	3	A	1	1	1	1	46	31	10	5	3	1	2	123	7.5YR 5/2	2.5YR 5/6	2	1	3	4	4	2	2		267	307	280	307	7	20	10	12	29		11	9	110	7
H24	5	A	1	2		1	54	12	13	5	2	1	1	2	2.5YR 6/8	10YR 3/1	2	3	3	1	3	2	2		178	206	200	206	14		18	12	28		16	14	103	0
H24	7	F	2	1		1	112	91	18	3	3	2	2	1	7.5YR 6/6	10YR 4/1	2	2	3	1	1	2	2		212	220	230	230	4		9		116		55	50	96	0
H24	8	F	2	1		1	121	80	12	3	2	2	1	13	2YR 3/0	2YR 3/0	2	2	2	1	1	2	2		198	204			3						0	****	****	0
H24	9	F	1			1	72	87	16	3	3	2	1	2	2.5YR 6/4	7.5YR 6/0	2	2	3	1	1	2	2		138	146			4						0	****	****	0
H24	10	F	2	1		1	76	15	20	3	2	1	1	3	5YR 3/3	5YR 3/3	2	2	3	1	1	2	2		336	350			7						0	****	****	0
H24	12	F	1			2			30	3	2	1	2	12	7.5YR 2/0	7.5YR 2/0	3	3	2	2	1	2	2		122	126			2						0	****	****	0
H24	13	A	1	2		2	189	30	33	4	3	2	2	2	7.5YR 7/6	10YR 6/3	1	2	3	1	1	2	2	1	145	149		164	2				24	16	17	15	****	0
H24	16	A	4			2	190	141	29	4	2	1	3	2	10YR 7/4	10YR 7/4	2	2	3	1	1	2	2		194	200	180	200	3		8		66		34	33	111	0
H24	17	A	2	1	1	1			17	4	2	2	2	12	5YR 6/3	7.5YR 7/2	2	3	3	2	4	2	2		226	240	230	240	7	17	8		65		29	27	104	7
H24	18	A	4			1	2	163	16	4	3	1	1	13	5YR 5/2	2.5YR 6/6	2	2	3	1	1	2	2		188	204	180	204	8		8		45		24	22	113	0
H24	22	A	2	1	1	2	14	80	40	4	2	2	3	2	10YR 7/3	10YR 4/1	3	3	3	3	4	2	2		213	253	227	253	12	20	9		65		31	26	111	8
H24	25	A	2	2		2	108	10	44	4	2	2	1	3	7.5YR 4/0	2.5YR 3/0	2	2	2	1	1	2	2		156	162	146	162	4		11		47		30	29	111	0
H24	26	A	2	1	1	2	110	1	44	4	2	3	2	23	10YR 5/2	7.5YR 5/2	2	3	4	1	1	2	2		248	258	252	258	5		11		113		46	44	102	0
H24	30	A				3	24	44	61	3	2	2	2	123	7.5YR 7/6	10YR 6/3	2	2	3	1	2	2	2		147	167			10						0	****	****	0
H24	36	F	2	1		2	127	38	33	3	3	3	1	13	2.5Y 2/0	2.5Y 2/0	2	2	2	1	1	2	2		310	320			5						0	****	****	0
H24	39	A	2	1	3	1	135	105	10	4	2	1	1	123	10YR 7/4	2YR 6/8	1	2	3	4	1	2	2		342	378	363	378	7	18	9		70		20	19	104	5
H24	40	A	1	1	1	1	132	123	7	4	2	1	2	123	2.5YR 2.5	2.5YR 5/6	2	4	2	4	4	2	2		180	210	185	210	8	15	11		32		18	15	114	7
H24	42	F	5	2	2	1	155	37	26	4	43	2	3	12	5YR 7/4	5YR 7/4	3	3	1	3	1	2	2		287	327			17	20					0	****	****	6
H24	45	F	3	2		2	64	6	34	4	2	3	1	123	10YR 4/1	10YR 6/3	3	2	4	1	1	2	2		165	175	195	195	5		8		92		56	47	90	0
H24	46	F	1			1	63	80	10	4	2	2	2	12	5YR 6/6	2.5YR 3/0	2	2	3	1	1	2	2		65	73	114	114	4		9		85		131	75	64	0
H24	49	F	6			1	25	40	25	4	2	2	3	12	2.5YR 6/6	7.5YR 3/0	3	3	3	1	1	2	2		255	265	279	279	5		11		120		47	43	95	0
H24	53	F	1			1	90	45	15	4	2	3	3	2	5YR 6/3	10YR 6/3	2	2	3	1	1	2	2		222	230			4						0	****	****	6
H24	54	A	2	1	1	1	142	80	14	4	2	2	2	2	7.5YR 7/4	7.5YR 6/4	2	43	3	2	3	2	2		240	264	246	264	9	12	8		80		33	30	107	5
H24	55	F	1			1	140	80	14	3	2	1	2	123	7.5YR 6/4	5YR 4/1	2	4	3	1	1	2	2		135	143			4						0	****	****	0
H24	56	A	2	1	3	1	120	65	15	4	2	3	2	23	10YR 6/3	10YR &73	1	2	3	4	2	2	2		161	189	156	189	9	14	4		42		26	22	121	7
H24	57	F	5	2	1	1	110	90	15	3	2	2	2	123	2.5Y 4/0	5YR 5/3	3	3	4	4	2	2	2		278	298			10						0	****	****	0
H24	58	A	4			1	110	70	15	4	2	3	1	13	10YR 5/2	10YR 5/1	43	43	4	3	2	2	2		121	127	122	122	3		1		64		53	52	104	0
H24	59	F	6			1	45	33	20	4	2	2	3	2	7.5YR 5/4	5YR 6/6	3	2	3	1	1	2	2		249	261	255	263	6		8		90		36	34	102	0
H24	60	A	1	1	2	3	65	110	62	5	3	2	3	123	5YR 3/1	2.5YR 5/6	1	4	3	3	2	2	2		338	388	342	388	13	25	14	9	40		12	10	113	6
H24	62	F	2	2		6	87	47	123	4	3	1	2	13	7.5YR 6/4	2.5Y 5/0	3	3	4	3	2	2	2		241	259	304	304	9		10				0	0	85	0
H24	64	F	6			1	160	85	24	3	2	3	2	23	7.5YR 6/4	7.5YR 3/0	2	2	4	1	1	2	2		358	370			7						0	****	****	0
H24	68	F	6			1	125	110	26	4	2	2	2	123	10YR 6/4	7.5YR 4/0	2	2	4	1	1	2	2		114	118	112	120	2		7		63		55	53	105	0
H24	71	A	1	1	1	3	180	167	50	4	2	3	2	123	10YR 5/3	10YR 3/1	1	2	4	2	4	2	2		280	320	275	320	15	20	6		37		13	12	116	6
H24	74	A	2	1	3	3	129	169	50	4	2	2	1	3	5YR 5/4	5YR 4/3	2	3	3	4	4	2	2		296	344		344	14	24					0	0	****	7
H24	75	F	6			3	33	100	55	4	2	2	1	13	7.5YR 6/4	7.5YR 3/0	2	3	4	1	2	2	2		209	213	220		2		7				0	****	97	0
H24	76	A	1	1	1	3	40	160	55	4	2	2	2	12	10YR 6/2	2.5YR 4/2	1	2	4	3	4	2	2		448	500	464	500	17	26	17		62		14	12	108	5
H24	77	F	5	1		3	58	70	55	3	1	3	1	4	10YR 4/1	7.5YR 3/0	4	4	4	2	4	2	2		172	212			10	20					0	****	****	9
H24	78	F	5	1		3	56	71	55	3	2	2	2	23	7.5YR 3/2	5YR 4/3	3	2	3	3	2	2	2		216	230			7						0	****	****	0
H24	79	A	1	2		3	90	80	55	4	2	2	1	123	10YR 5/2	10YR 6/2	43	2	4	1	1	2	2		314	334	310	334	10		9		35		11	10	108	0
H24	80	A				3	150	120	55	4	2	3	1	13	10YR 5/2	10YR 6/3	2	3	4	1	1	2	2		107	117	101	117	5		6				0	0	116	0
H24	81	A	4			3	159	50	56	4	2	2	2	12	7.5YR 6/2	7.5YR 370	2	3	4	1	1	2	2		186	190	166	190	4		6		40		22	21	114	0
H24	83	F	6			3	90	60	60	4	2	2	2	1	2.5YR 5/4	7.5YR 5/4	2	3	3	2	3	2	2		522	540	564	564	9		12		80		15	14	96	0
H24	86	F	1			3	118	125	60	3	2	2	1	23	5YR 4/3	7.5YR 3/0	2	2	4	1	1	2	2		126	134			4						0	****	****	0
H24	87	A	2	2		3	125	130	60	4	2	3	1	3	7.5YR 4/2	7.5YR 4/2	3	3	4	1	1	2	2		256	268	249	268	6		10		118		46	44	108	0
H24	88	F	2	2		3	120	128	60	3	2	2	1	12	5YR 5/3	5YR 4/4	43	43	3	2	3	2	2		172	190			9						0	****	****	0
H24	93	A	1	1	1	3	28	83	68	4	2	1	1	23	10YR 5/2	7.5YR 6/4	1	3	3	2	4	2	2		298	360	315	360	17	31	12		55		18	15	114	9
H24	95	A	1	2		4	167	84	72	4	2	2	2	2	5YR 5/3	5YR 4/2	1	34	3	1	1	2	2		281	303	286	303	11		9		24		9	8	106	0
H24	97	A	2	2		4	34	200	73	4	2	3	1	3	5YR 5/3	5YR 5/3	3	1	3	1	1	2	2		331	341	317	341	5		7		69		21	20	108	0
H24	98	A	2	1	2	4	76	106	73	4	2	2	2	1	7.5YR 6/4	5YR 6/4	1	2	3	3	2	2	2		252	272	222	272	10		8		60		24	22	123	0
H24	101	F	1			4	198	191	80	3	2	2	2	13	10YR 5/1	10YR 5/1	2	2	4	1	1	2	2		180	190			5						0	****	****	0
H24	102	F	1	2		4	128	155	80	4	3	2	2	123	5YR 5/4	7.5YR 6/2	2	2	3	2	3	2	2		301	321	281	321	10		11		48		16	15	114	0

qd	#	f	t	st	v	nva	x	y	z	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bordoe	bordod	perf	mam	car	dia	dea	dbj	dmx	eb	ll	eb	ef	alt	af	ip'	ip''	iab	ill
H24	104	A	4			4	196	70	77	4	2	2	1	2	5YR 3/1	10YR 3/1	3	3	2	1	1	2	2		117	125	92	125	4		6		31		27	25	136	0
H25	1	A	1	1	3	1	62	14	12	4	3	1	2	13	5YR 3/1	5YR6/6	1	3	3	4	2	2	2		317	357	326	357	10	20	11		57		18	16	110	6
H25	10	A	4			2	104	60	30	4	2	2	2	123	7.5YR 6/4	7.5YR 3/0	1	1	3	3	2	2	2		174	192	158	192	9		11		60		34	31	122	0
H25	12	F	5	2	1	1	60	107	20	3	2	2	2	13	7.5YR 5/2	2.5Y 3/0	3	3	4	3	3	2	2		92	112			10						0	****	****	0
H25	21	A	2	1	3	1	178	60	25	4	3	1	2	23	2.5Y 3/0	2.5Y 3/0	1	3	2	2	4	2	2		87	125	106	125	8	19	7		38		44	30	118	15
H25	28	A	2	1	2	3	155	50	63	4	2	2	3	2	5YR 4/1	7.5YR 5/2	1	43	4	3	2	2	2		278	306	282	306	14	15	12		82		30	27	109	5
H25	29	F	2	1		2	180	107	33	3	2	3	1	3	7.5YR 4/0	5YR 5/2	3	3	4	2	3	2	2		269	285			8						0	****	****	0
H25	30	F	2	1		1	59	136	27	3	2	3	1	23	7.5YR 3/0	2.5YR 3/4	3	3	2	1	1	2	2		371	377			30						0	****	****	0
H25	59	F	3			2	18	127	30	4	2	2	2	2	10R 5/8	10YR 6/4	43	43	1	1	1	2	2		89	97	82	97	4		5		28		31	29	118	0
H25	62	A	1	2		1	80	134	19	4	2	2	2	1	7.5YR 4/0	7.5YR 4/0	2	3	2	1	1	2	2		327	339	295	339	6		10		31		9	9	115	0
H25	65	A	2	1	3	1	110	103	22	4	2	2	2	123	5YR 3/1	10YR 5/2	41	43	4	2	3	2	2		330	370	354	370	18	20	13		65		20	18	105	5
H25	66	A	1	2		2	142	75	31	4	2	2	2	2	5YR 6/4	10YR 4/1	3	3	3	1	1	2	2		252	270	240	270	9		11		35		14	13	113	0
H25	72	F	2	1		5	195	10	91	3	3	2	2	13	2.5YR 3/0	10YR 6/4	3	3	4	1	1	2	2		213	221	240	240	4		10		150		70	63	92	0
H25	73	F	1			4	62	63	86	3	2	2	2	13	10YR 6/4	5YR 6/6	3	1	3	1	1	2	2		230	240			5						0	****	****	0
H25	79	F	5	2	1	5	24	123	90	3	2	3	2	3	5YR 5/4	7.5YR 3/0	3	2	4	3	2	2	2		134	150			8						0	****	****	0
H25	80	A	1	1	3	5	26	95	95	4	2	2	2	13	10YR 7/3	7.5YR 6/4	1	3	3	4	2	2	2		201	237	204	237	18	21	11		26		13	11	116	9
H25	85	A	2	1	3	5	73	58	98	4	1	3	1	1	5YR 5/4	7.5YR 7/2	1	3	3	4	2	2	2		140	178	147	178	6	19	9		57		41	32	121	11
H25	89	F	2	1		5	146	99	103	3	2	2	1	3	2.5YR 3/0	2.5YR 3/0	3	3	2	1	1	2	2		326	334			4						0	****	****	0
H25	91	A	1	1	3	5	34	124	103	4	2	2	2	12	5YR 5/3	5YR 4/1	1	2	3	3	2	2	2		212	234	210	234	11	12	11		39		18	17	111	5
H25	92	A	2	1	2	5	83	85	104	4	1	3	1	3	7.5YR 3/0	10YR 5/3	43	3	2	3	2	2	2		299	315	292	315	10	8	8		71		24	23	108	3
H25	101	A	2	1	1	6	27	96	113	4	2	2	2	13	10YR 5/2	10YR 5/2	1	4	3	4	4	2	2		311	361		361	13	25					0	0	****	7
H25	103	A	2	1	1	6	33	136	113	3	1	3	1	2	5YR 6/4	2.5YR 5/4	43	3	3	2	4	2	2		278	332			14	27					0	****	****	8
H25	105	F	2	2		6	24	139	114	3	2	2	3	2	5YR 5/4	10YR 5/2	1	3	3	3	2	2	2		179	191			6						0	****	****	0
H25	106	F	1			6	14	139	114	3	3	3	2	3	10YR 7/3	10YR 7/3	2	2	3	1	1	2	2		324	332			4						0	****	****	0
H25	107	F	1			6	85	139	118	3	2	3	3	2	2.5Y 3/0	2.5YR 4/4	43	43	4	1	1	2	2		208	220			6						0	****	****	0
H25	108	F	6			6	86	142	118	4	2	2	1	3	7.5YR 6/4	5YR 5/3	1	1	3	2	3	2	2		230	240	253	253	5		9		90		39	36	95	0
H25	110	A	3			6	177	61	122	4	2	2	2	13	2.5Y 3/0	7.5YR 4/2	3	3	4	1	1	2	2		111	117	100	117	3		6		42		38	36	117	0
H25	111	A	2	2		6	155	8	122	4	3	1	3	123	2.5YR 5/6	10YR 4/1	1	2	3	1	1	2	2		180	194	176	194	7		9		40		22	21	110	0
H25	112	F	6			6	155	41	120	4	2	2	2	2	2.5YR 5/4	7.5YR 6/4	2	2	3	1	1	2	2		260	266	273	273	3		9		115		44	42	97	0
H25	113	A	2	1	1	6	107	140	120	3	3	2	1	1	10YR 6/3	10YR 3/1	2	3	3	4	3	2	2		333	381			4	24					0	****	****	6
H25	114	A	1	2		6	110	109	120	4	3	2	2	13	5YR 5/6	7.5YR 6/4	1	2	3	1	1	2	2		229	239	216	239	5		8		25		11	10	111	0
H25	117	F	2	1	1	1	18	47	12	3	2	2	2	2	10YR 3/1	7.5YR 5/2	3	2	4	1	1	2	2		355	361			3						0	****	****	0
H25	118	A	2	1	1	6	5	130	120	4	2	2	2	23	5YR 3/1	7.5YR 6/4	1	1	4	2	4	2	2		360	390	350	390	15	30	9		95		26	24	111	8
H25	119	A	1	2		6	25	15	120	4	2	2	2	12	5YR 5/4	5YR 4/1	1	3	3	1	1	2	2		330	344	316	344	7		13		34		10	10	109	0
H25	120	A	1	2		6	20	40	120	5	2	2	1	23	5YR 4/1	10YR 3/1	1	3	4	1	1	2	2		127	145	129	145	9		8		16		13	11	112	0
H25	122	A	2	1	3	6	159	69	120	4	1	1	2	13	7.5YR 6/2	7.5YR 6/0	1	3	3	4	4	2	2		351	377	352	377	13	27	14		61		17	16	107	7
H25	124	A	2	1	1	6	85	122	120	4	1	3	1	2	5YR 6/4	10YR 5/2	3	43	3	2	4	2	2		203	219	169	219	8	21	8		40		20	18	130	10
H25	125	F	2	1		6	110	120	120	4	2	2	3	12	5YR 3/1	7.5YR 6/4	3	3	4	4	2	2	2		195	213	220	220	9		11		63		32	29	97	0
H25	126	A	2	1	1	6	30	45	122	4	3	3	1	3	7.5YR 6/4	2.5Y 3/0	43	43	4	2	4	2	2		122	162	145	162	10	20	6		40		33	25	112	12
H25	127	A	4			6	120	70	122	4	1	3	1	3	7.5YR 3/0	10YR 5/3	3	43	4	1	1	2	2		180	190	166	190	5		6		63		35	33	114	0
H25	129	A	4			6	10	127	125	4	2	2	2	23	10YR 5/2	10YR 6/3	2	2	3	1	1	2	2		207	225	202	225	9				48		23	21	111	0
H25	131	A	2	2		6	88	120	125	4	2	2	2	12	5YR 6/4	5YR 5/3	1	2	3	1	1	2	2		323	333	307	333	5		11		58		18	17	108	0
H25	133	F	6			6	48	95	125	4	2	2	2	2	5YR 6/3	7.5YR 5/2	1	2	4	1	1	2	2		201	211	208	212	5		9		83		41	39	101	0
H25	134	A				7	75	113	138	4	2	2	2	1	10YR 3/1	10YR 6/3	3	3	4	3	2	2	2		128	134	129	134	3		6		88		69	66	104	0
H25	136	A	1	2		7	65	101	138	4	1	3	1	3	5YR 5/3	10YR 3/1	43	43	3	1	1	2	2		176	190	160	190	7		9		22		13	12	119	0
H25	139	A	1	1	1	7	52	75	140	4	2	2	1	3	5YR 5/4	10YR 4/1	2	43	3	2	4	2	2		315	355	323	355	15	20	8		44		14	12	110	6
H25	141	A	2	1	3	7	150	122	140	4	2	2	2	23	5YR 5/4	7.5YR 4/2	2	3	3	4	2	2	2		176	222	194	222	9	23	10		79		45	36	114	10
H25	142	A	2	2		7	27	103	141	4	2	2	2	12	2.5YR 6/4	10YR 6/3	1	2	3	1	1	2	2		357	367	348	367	5		12		71		20	19	105	0
H25	143	F	1			7	150	74	133	3	2	2	3	1	4	5YR 5/3	5YR 6/2	43	3	3	2	3	2	2		94	110			8						0	****	****	0
H25	145	A	2	1	3	7	70	110	142	4	2	2	2	14	5YR 4/1	5YR 5/3	1	2	4	4	2	2	2		376	396	380	396	8	10	9		70		19	18	104	3
H25	147	A	1	1	3	7	18	120	143	4	2	2	2	12	10R 3/1	2.5YR 3/6	14	43	4	4	2	2	2		297	223	197	223	8	13	8		30		10	13	113	6
H25	149	F	2	2		3	146	113	65	4	1	3	1	3	7.5YR 3/0	7.5Y 3/0	2	2	2	1	1	2	2		151	157			3						0	****	****	0
H25	151	A	1	1	1	4			78	4	2	3	1	2	5YR 4/1	5YR 6/4	2	3	3	2	4	2	2		276	332	305	332	15	28	10		50		18	15	109	8
I24	5	F	1			1	92	112	12	3	2	2	2	23	2.5YR 3/4	2.5YR 2.5	2	2	3	1	1	2	2		93	111			9						0	****	****	0
I24	6	A	2	2		1	92	93	11	3	3	2	1	3	5YR 2.5/1	5YR 3/2	2	2	2	1	1	2	2		180	192	184	192	6				107		59	56	104	0
I24	9	A	2	2		1	2	70	22	4	3	1	3	123	2.5YR 5/6	7.5YR 2/0	2	2	3	1	1	2	2		247	261	241	261	7		11		74		30	28	108	0

qd	#	f	t	st	v	nva	x	y	z	estd	pasta	cnpn	cnpd	cnpmp	cord	cors	supe	supi	coz	bordoe	bordod	perf	mam	car	dia	dea	dbj	dmx	eb	ll	eb	ef	alt	af	ip'	ip''	iab	ill
I24	12	A	4			1	155	35	15	4	2	1	2	123	2.5YR 6/8	2.5YR 5/8	1	2	1	2	3	2	2		159	173	162	173	7		11		55		35	32	107	0
I24	14	F	6			1	91	175	14	4	3	1	2	14	10YR 3/1	10YR 3/1	2	2	2	1	1	2	2		240	250	243	250	5		10		93		39	37	103	0
I24	17	F	6			1	148	134	24	4	2	2	2	4	7.5YR 4/0	5YR 5/3	2	2	2	1	1	3	2		130	142	157	158	6		5		99		76	63	90	0
I24	18	F	6			2	165	180	30	4	2	2	2	123	7.5YR 3/0	7.5YR 6/4	3	2	4	1	1	2	2		145	161	181	181	8		9		115		79	64	89	0
I24	19	A	3			2	143	155	30	4	2	1	1	23	2.5YR 3/0	5YR 574	2	2	4	1	1	2	2		63	73	66	73	5		6		33		52	45	111	0
I24	20	F	6			2	138	171	30	4	2	2	2	14	5YR 6/4	5YR 4/4	2	2	3	1	1	2	2		134	140	143	149	3		8		75		56	50	98	0
I24	22	F	2	2		1	102	106	20	3	2	1	1	234	7.5YR 6/4	7.5YR 6/2	2	2	3	1	1	2	2		234	256			11						0	****	****	0
I24	23	A	2	1	3	2	173	18	40	4	2	3	3	123	10Y 6/8	2.5YR 3/0	1	3	3	4	4	2	2		164	186	157	186	11	19	12		47		29	25	118	10
I24	25	A	2	1	2	2	153	90	40	4	2	2	2	23	5YR 6/4	7.5YR 3/0	2	3	3	3	2	2	2		318	340	339	340	8	11	11		116		36	34	100	3
I24	26	F	2	1	1	2	47	144	40	4	2	2	2	23	7.5YR 3/0	7.5YR 3/0	3	2	2	2	3	2	2		185	203	219	220	9	9	10		142		77	65	93	4
I24	27	A	1	1	1	2	7	177	42	4	2	2	3	12	2.5YR 3/2	2.5YR 5/6	2	43	4	2	4	2	2		185	201	172	201	8	18	10		38		21	19	117	9
I24	29	A	1	1	2	2	140	82	42	4	2	1	2	123	5YR 6/6	5YR 6/6	2	2	3	1	1	2	2		117	189	172	189	6		7		21		18	11	110	0
I24	30	A	1	1	2	2	169	81	43	4	2	2	2	2	7.5YR 6/4	2.5YR 4/0	1	3	3	3	2	2	2		388	406	363	406	9	11	11		28		7	7	112	3
I24	33	A	1	1	2	2	156	81	45	4	2	2	1	2	7.5YR 6/4	2.5Y 4/0	1	3	3	3	2	2	2		226	244	206	244	9	11	11		26		12	11	118	5
I24	34	A	2	2		2	157	74	45	4	3	2	2	14	7.5YR 3/0	5YR 5/2	1	3	4	3	2	2	2		211	233	300	300	11		10		55		26	18	78	0
I24	35	A	2	1	1	2	156	77	45	4	3	2	2	123	5YR 6/6	7.5YR 3/0	2	2	3	3	2	2	2		274	290	257	290	8		10	55			0	0	113	0
I24	40	F				3	180	105	61	3	2	3	1	3	5YR 2.5/1	5YR 2.5/1	43	43	2	1	1	2	2		286	300			7						0	****	****	0
I24	43	2	1	2		3	141	53	67	4	3	2	2	23	10R 5/8	10R 3/1	1	2	4	3	2	2	2		358	380	339	380	11		14		74		21	19	112	0
I24	44	A	2	2		3	141	53	67	4	2	1	1	3	2.5YR 3/0	10R 5/8	2	2	3	1	1	2	2		216	226	200	226	5		8		126		58	56	113	0
I24	45	A	2	2		3	141	53	67	4	2	2	2	123	2.5YR 4/6	7.5YR 4/0	1	43	3	1	1	2	2		291	311	295	311	10		12		54		19	17	105	0

| | | |

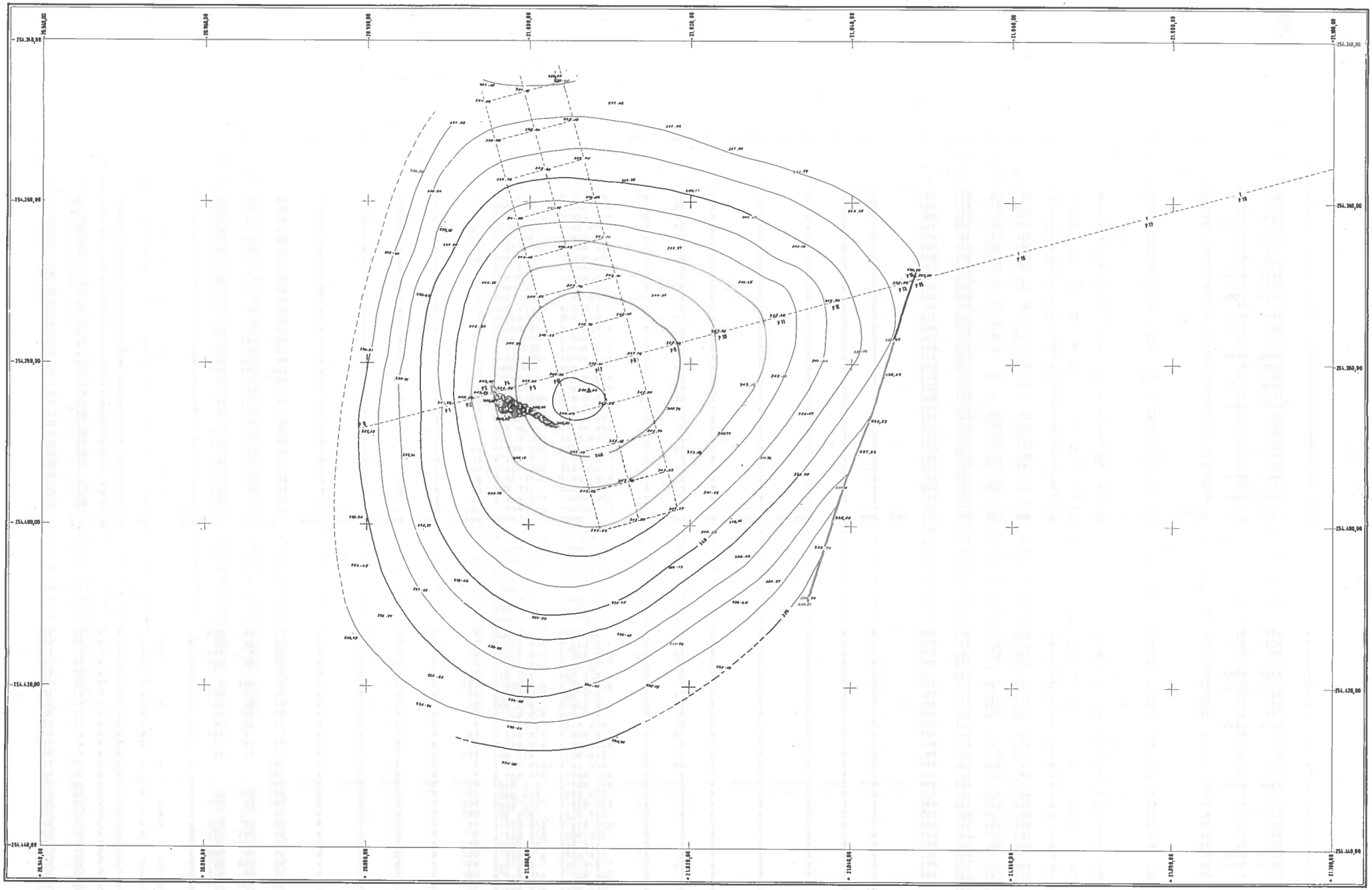


Fig. 9.3. Planta topográfica do Cerro do Castelo de Corte João Marques. A quadrícula indica as áreas previamente analisadas e onde se implantaram as Sondagens.

9.3. NOTAÇÕES DE TERRENO E EXTRACTOS DO CADERNO DE CAMPO

9.3.1. NOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO E EVOLUÇÃO DOS TRABALHOS NO CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES

9.3.1.1. *Campanhas de 1978*

[*Notações em 78.10.23*]

1. Estratégia da escavação, 1ª fase, «Sondagem de emergência» ou «Sondagem 1», Julho de 1978

Em Julho (4.ª semana) de 1978, perante a possibilidade do sr. Francisco Teresa, segundo informação obtida no local, um dos vários (oito?!) proprietários do Cerro do Castelo de Corte João Marques, curioso pelos muitos achados de cerâmicas aí efectuados, levar um tractor para o topo e revolver a terra, decidimos efectuar uma sondagem de emergência.

A primeira visita ao Cerro tinha sido feita em 78.07.12, por uma equipa sob minha direcção. Tratava-se de confirmar uma informação recolhida durante a escavação da Anta das Pedras Altas (Mealha). O sr. Custódio Lourenço, um dos trabalhadores, referira um sítio conhecido por «Castelo», perto de uma povoação chamada Corte João Marques, sítio esse cujo topónimo se não encontrava cartografado.

Na primeira visita de prospecção, recolheram-se à superfície numerosos materiais, sobretudo cerâmica de revestimento, mas também fragmentos de pratos, o que parecia sugerir um povoado calcolítico de fase avançada.

Analisadas as circunstâncias específicas do terreno, foi marcada na encosta Este uma sondagem com as dimensões gerais de 5x10 m. (Sondagem 1). Participava de uma malha de coordenadas, interrompida a meio por um separador de um metro de largura e com a extensão da sondagem. Era nossa intenção deixá-lo como testemunho pelo que não foi, de origem, integrado no referido sistema de coordenadas. O evoluir da escavação viria a demonstrar, ainda que tardiamente, o errado da decisão.

As coordenadas alfanuméricas dispunham-se assim (1) alfabéticas, de Este para Oeste (K a O) e (2) numéricas, de Sul para Norte (9 [+ Separador] e 10). Procurava-se, com esta sondagem, avaliar uma área em que se esperava informação sobre as características e extensão da ocupação do povoado, isto sem se começar pela encosta Norte, onde se considerava provável a localização de estruturas.

Esta primeira Campanha durou uma semana e apenas revelou, a nível de estruturas, a localização de dois buracos de poste estruturados.

Recolheu-se espólio suficiente para uma primeira conclusão: a Sondagem 1 revelava indícios de o povoado ter tido uma ocupação assinalada, a nível cerâmico, pela abundância de pratos e esféricos. A cerâmica apresentava-se muito fragmentada, devido à intensa utilização agrícola daquele solo, no entanto de fracas potencialidades actuais.

2. Estratégia da escavação, 2.ª fase, Setembro de 1978

Trabalhou-se em três áreas, correspondentes (1) à Sondagem 1, de Julho; (2) no topo do Cerro, Sondagem 2, e (3) na encosta Norte. Isto após o levantamento topográfico efectuado pela equipa e pelos topógrafos da Assembleia Distrital de Faro, dirigidos por Pedro Ruivo.

Enquanto se mantiveram, naturalmente, as coordenadas usadas para a Sondagem 1, que cresceria de acordo com o seu desenvolvimento para Sul, Norte e Este, os objectivos diversos das sondagens 2 e 3, e a diferente dimensão da sua quadrícula e técnica de escavação (*open area* na Sondagem 1, método Wheeler na Sondagem 2) conduziu a que elas fossem objecto de uma malha coordenada de forma diversa, de A a E (de Este para Oeste) e de 3 a 9 (de Sul para Norte).

Enquanto a quadrícula da Sondagem 1 tinha unidades de registo de 2x2 m., na Sondagem 2 as unidades eram de 5x5 m. teóricos e 4x4 m. reais, excluídas as *banquettes*.

A Sondagem 1 acabaria por se estender ao longo das seguintes coordenadas : K-L-M-N-O e 7-8-9-[+Separador] -10-11.

A Sondagem 2 corresponderia a C-D e 3-4.

A Sondagem 2 seria prolongada em A-B-C-D-E e 8-9.

Os resultados observados nos três sectores foram os que se listam a seguir, considerados aqueles por ordem de complexidade revelada.

3. Resultados, a nível da identificação de estruturas, da escavação das três áreas

3.1. A espessura de terras na zona de topo do Cerro (Sondagem 2) não atingia, em geral, os 10 cm., tendo a erosão presumivelmente destruído qualquer vestígio de possíveis estruturas. Os materiais arqueológicos recolhidos limitam-se a cerâmicas de revestimento e a fragmentos de cerâmica doméstica, de dimensões reduzidas e apresentando claros indícios de rolamento. São praticamente impossíveis de identificar as formas a que pertenceram.

3.2. Os quadrados abertos na encosta Norte (Sondagem 2) revelaram uma maior potência de sedimentos, indo até aos 70 cm. de Z. Nenhuma estrutura foi reconhecida, não estando bem claro se os materiais, relativamente abundantes (cerâmicas, componentes de mós, percutores), estão *in situ* ou se provém de arrastos do topo (esta última hipótese parece-me, apesar de tudo, menos provável).

A nível artefactual, os dois achados mais importantes talvez sejam o machado de cobre, proveniente de D.9., e fragmentos pertencentes a dois vasos com decoração simbólica «millarense», do mesmo sector, D.9.--cs1, -cs2 e -cs3.

3.3. A Sondagem 1 revelou uma área de ocupação de grande complexidade. Aos dois buracos de poste já identificados, juntou-se uma estrutura de fundo de cabana, reduzida aos alicerces e muito destruída, de planta quase quadrangular, acompanhada no seu exterior por uma série de 5 pequenos buracos de poste. Aparentemente no que deveria ser o centro da cabana, encontraram-se vestígios de um outro buraco de poste.

Já no fim da Campanha, foi identificado um muito curioso solo de ocupação, em M.7.: pelo estado intocado do dormente e do movente recolhidos, e pela sua superficialidade, deve tratar-se de um solo de abandono do último momento do povoado.

4. *Resultados provisórios de uma primeira análise dos materiais exumados*

Uma primeira análise do espólio exumado nesta primeira fase permitiu algumas conclusões, ainda que naturalmente provisórias. Elas permitiam, apesar disso, um primeiro balanço de razoável interesse.

4.1. A cerâmica recolhida parece distribuir-se por cinco tipos reconhecíveis : (1) pratos de indíces elevados, pratos «covos»; (2) pratos de índices baixos, pratos «rasos»; (3) taças; (4) esféricos; (5) esféricos achatados.

Com duas excepções, só se recolheram cerâmicas lisas. As decoradas são: (1) os fragmentos com o registo D.9.-cs1, pertencentes muito provavelmente a uma forma esférico-achatada e com representações da simbólica da Grande Deusa Mãe do Ocidente : os olhos solares, as tatuagens e o «umbigo»; (2) o fragmento D.9.--cs2, decorado com um triângulo simbólico preenchido a ponteado com pasta branca incrustada.

4.2. A indústria lítica é escassa : 2 machados, 2 pontas de seta, algumas lâminas de sílex fragmentadas.

4.3. A actividade agrícola está amplamente representada: mais de 50 componentes de mó (moventes e dormentes).

4.4. A domesticação dos animais, apesar de não se ter recolhido um único osso (devido à acidez do solo?) é documentada pela descoberta de queijeiras.

4.5. A metalurgia do cobre está patenteada não apenas por artefactos (machado, pequena cunha ou rebite...) como sobretudo pela descoberta de pingos de fundição e de um cadinho com cobre aderente.

4.6. Cronologia possível: cerca de 2500 AC, em anos de calendário. Recolheram-se amostras para eventuais datações por termoluminescência e arqueomagnetismo.

[Notações referentes a Outubro de 1978:]

1. Alonga-se a Sondagem 1 em direcção a Este, procurando uma eventual fortificação. Quadrados J-I-H--G-F ,na coordenada 10.

Removem-se os testemunhos entre K-L e 9-10.

Em J.10., provável forno de cobre.

2. Informação dos trabalhadores: a área da Sondagem 3 é hoje chamada «de umbria», conservando as terras a água no solo durante muito mais tempo que as da área da Sondagem 1. Nesta semeava-se trigo, naquelas plantava-se fava e batata.

3. Em K.7., identificado um solo de ocupação que incluia 1 percutor, 1 lâmina de sílex, 1 machado, 1 ponta de seta de base côncava e cerâmica diversa. Não se compreende a sua correlação com a área de estruturas já identificada, a não ser que se trate de uma área de actividade.

4. Quinta-Feira, 78.11.02: identificação do Cerro do Castelo de Santa Justa, um povoado calcolítico semelhante a Corte João Marques. 5. Quarta-Feira, 78.11.16: pela primeira vez, recolhem-se materiais no Cerro do Castelo das Mestras, também calcolíticos, nomeadamente 1 fragmento de crescente (peso de tear), outro de lâmina de sílex, 4 dormentes e dois moventes, cerâmica de revestimento.

9.3.1.2. *Notações referentes a 1979:*

[notação de síntese]

No presente momento, em que um profundo renovo quase quotidianamente altera as perspectivas possíveis, é arriscado propor outra coisa que conclusões ou sínteses provisórias e estritamente referidas aos povoados em escavação.

Sem dúvida que o povoamento da serra algarvia, durante a fase do Calcolítico por vezes chamada de «facies millarense», não pode ser dissociado do restante espaço do Sul de Portugal e, mesmo, do Sudoeste peninsular. Mas os subtis equilibrios Homem/Meio, as assimetrias específicas de povoamento e a evolução própria às sociedades metalúrgicas tornam difíceis leituras generalizadas ou generalizantes.

Até que ponto existe *realmente* um «Calcolítico do Sudoeste» e quais as explicações possíveis para as aparentes semelhanças e dissemelhanças das sequências e dos conjuntos, desde Mesquitilla a Portimão, desde Corte João Marques a Vila Nova de S.Pedro e Zambujal, não esquecendo o Alentejo, eis pontos por esclarecer.

Em relação ao Cerro do Castelo de Corte João Marques, parece-me possível afirmar, desde já:

(1) tratar-se de uma unidade de povoamento própria dos primeiros metalurgistas da Serra Algarvia. Como sítios aproximáveis, temos o Cortadouro (Ourique), Alcalar (Portimão) e, naturalmente, os vizinhos Cerros dos Castelos das Mestras e Santa Justa;

(2) a sua localização cronológica deve situar-se entre meados e fins do terceiro milénio;

(3) a estrutura económica assentava na agricultura, muito provavelmente de enxada, desempenhando a recolecção um papel impossível de determinar, considerada a inexistência de restos ósseos analisáveis;

(4) a domesticação de animais era praticada, possivelmente a de ovicaprídeos, como a queijeira e os fragmentos de queijeira atestam;

(5) a metalurgia do cobre era conhecida e praticada no próprio povoado (cadinhos e pingos de fundição recolhidos);

(6) a ideologia «millarense», a Grande Deusa Mãe do Ocidente Peninsular, estava presente, como o provam os recipientes com decoração simbólica recolhidos;

(7) o povoado calcolítico do Cerro do Castelo de Corte João Marques, povoado de agricultores metalurgistas do cobre, integra- se na malha de povoamento que, significativamente, coincide com a mancha cuprífera algarvia, relacionando-se muito provavelmente a sua localização com essa exploração dos recursos minerais.

[Notas de campo (1979)]

Destruições generalizadas no povoado, de responsabilidade de um dos proprietários, afectaram particularmente a área das Sondagens 1 e 2.

Conclusão da escavação da estrutura de J.10.: a mancha de cerâmicas de revestimento com vestígios de elevadas temperaturas estende-se até J.11. Nela incrustados, fragmentos cerâmicos com componentes não plásticos finos e negros (piroxenas?).

A escavação da parte sul de J.11. revela terras de cor castanho claro levemente rosado (Munsell 7.5YR 7/4, pink, *e 7.5YR 6/4, light* brown), e fragmentos de cerâmica muito mal conservados e com fracturas antigas. Não se trata aparentemente de danos provocados pela agricultura, mas de uma antiga área de destruição.

J.11.: pequena estrutura formada com três lajes de xisto fazendo concavidade. Talvez conectável à estrutura de J.10.

Em I.11., massa compacta de cerâmica de revestimento, mas sem sinais de fogo intenso.

M.8.: recolha de numerosos fragmentos de um vaso, um movente e dois percutores. Na Campanha do ano anterior era já visível, aqui, o topo de uma estrutura. Escavámo-la agora, mas não há nenhuma interpretação possível. Trata-se de uma pequena estrutura de planta rectangular e constituída por lajes implantadas verticalmente, de formato irregular. Recolhe-se, para futura análise, a totalidade da terra do seu interior.

Usando um altímetro Thommen verifica-se o desnível entre o topo e o sopé do Cerro do Castelo de Corte João Marques: 70 m.

Entre o topo e a linha de água, a Ribeira da Corte: 65 m.

79.07.24: confirma-se, com N.8.-13, um facto já observado diversas vezes, todos os dormentes recolhidos em áreas escavadas encontram-se com a face operante para baixo, como se tivessem sido intencionalmente virados.

Os registos referentes a esta Campanha, a última em Corte João Marques, terminam em 79.07.26.

9.3.2. CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA: NOTAÇÕES DE TERRENO E EXTRACTOS DO CADERNO DE CAMPO

9.3.2.1. *Campanha 1(79)*

79.09.19

Até ao presente momento, a escavação revelou materiais aparentemente com algumas diferenças dos recolhidos em Corte João Marques, apesar de próximos «culturalmente». Os esféricos parecem ser a grande maioria, mas um perfil, I.18.-14, faz lembrar formas «almerienses».

O sílex é inexistente, o xisto usado em mós e artefactos. A ponta de seta recolhida, I.18.-7, é de xisto (e de base recta).

CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA: MATERIAIS E ESTRUTURAS, SITUAÇÃO NA MANHÃ DE 79.09.26.

79.09.26

A escavação do povoado principiou pela marcação de um sistema de quadrícula ligado à rede.

Consideradas a natureza do terreno e a disposição geral do Cerro, decidi orientar a linha eixo a 370g, no sentido longitudinal.

A quadrícula definia inicialmente um conjunto de quadrados de 2x2 metros, compreendidos num rectângulo de 8x12 metros. Foram assim marcados os quadrados I. a L., 13 a 18.

A escavação iniciou-se numa sequência de quadrados da coordenada 18, e desenvolveu-se de 70g a 270g.

Neste sector (L. e K.18.), evidenciaram-se escassos vestígios de ocupação, mas em níveis aparentemente selados recolheram-se várias amostras de carvão, suficientes para, pelo menos, duas datações ^{14}C. O quadrado I.18. foi utilizado para investigar a potência de terras do povoado e forneceu um total de 98 registos, até uma profundidade máxima de 095 cm., em que se encontrou o *bed-rock* (zona de contacto com H.18.).

A cerâmica recolhida inclui esféricos e pratos, alguns crescentes (o mais profundo dos quais a 065 cm.) e um fragmento de suporte de vaso.

A 090 cm.surgiu um artefacto de cobre, muito provavelmente um furador.

A abertura dos quadrados I.17. e I.16., na sequência de I.18., e de I.13., revelou, porém, as primeiras estruturas conhecidas no povoado, evidenciando a existência de um muro defensivo protegendo a vertente SW. A orientação global da escavação ajustou-se consequentemente e a abertura de novos quadrados passou a corresponder à procura da continuação das estruturas já identificadas. Tal implicou a escavação da série H.12. a 18. a marcação de uma linha complementar G.18. a 11. e a marcação de uma linha G. a K.11.

Na manhã de 79.09.26, encontravam-se abertos ou em conclusão de abertura os seguintes quadrados:
H.17. a 12.
I.18. a 11.
J.18. e J.15. a 11.
K.18., K.12. e K.11.
L.18.

Tais quadrados tinham sido, à excepção de I. J. K. L. 18., abertos apenas até evidenciarem estruturas ou níveis correspondentes a estruturas identificadas em quadrados contíguos.

Um muro defensivo de espessura variável, mas que atinge o seu máximo nos quadrados K. e J.11. (114 cm.), «parte» de K.11., atravessa o canto superior direito de J.11., desenvolvendo-se sensivelmente a meio de J.12., prossegue pelo canto inferior esquerdo de J.13., inflectindo de seguida para I.14., I.15. e I.16., sendo aparentemente em H.17. que se interrompe o seu traçado já descoberto. Este muro é acompanhado em toda a sua extensão, e do seu lado exterior, pelo que parece ser um reforço. Partindo desse reforço, em I.13., e desenvolvendo-se em H.13., H.14. e H.15., surgiu uma estrutura interpretável como sendo uma torre oca. O diâmetro da torre é de aproximadamente 220 cm., tendo o espaço circular interior um diâmetro de 070 cm.. O muro da torre tem, na sua parte melhor conservada, em H.13., a espessura de 074 cm..

Do muro principal, em J.11., parece saír o arranque de uma outra torre, mas ou se encontra muito destruída ou apenas se poderá confirmar como tal por um aprofundar da escavação.

Nos quadrados J.14. e J.15., interiores ao muro defensivo, identificou-se uma grande mancha de cerâmica de revestimento, sendo de início impossível afirmar se se trataria de um pavimento ou de outra estrutura. A descoberta de J.15.-6, um esférico médio envolvido e cheio de cerâmica de revestimento, parece provar tratar-se de tectos tipo caniçada, revestidos com barro, que desabaram, fechando portanto os estratos inferiores.

O espólio recolhido é escasso nos quadrados do muro defensivo e muito abundante nos quadrados que lhe são «interiores», o que se compreende.

Até este momento, completa ausência de cerâmica decorada.

Instrumental lítico, tal como no Cerro do Castelo de Corte João Marques, escasso.

Componentes de mó abundantes, de tipologias variadas.

79.09.27

No sentido de se evidenciar a muralha ou muro defensivo de K.11., abriu-se excepcionalmente a camada de cerâmica de construção que parecia selar K.12.. Este trabalho , que começou a ser feito ontem, permitiu uma conclusão e uma hipótese:

1. a camada de cerâmica de revestimento visível em K.12. sela um nível intacto;
2. é possível estender esta conclusão a outros quadrados que revelaram, a 005 cm. e a 010 cm. de profundidade, camadas homogéneas de cerâmica de revestimento.

A primeira fase de trabalho em K.12. consistiu, pois, na remoção do nível de cerâmica de revestimento. Quando este trabalho prosseguia, ao fim da tarde de 79.09.26, identificaram-se 25 fragmentos, em conexão, de um pote (K.12.-44). Na manhã de hoje limpou-se completamente a superfície de K.12., tornando-se visíveis dezenas de fragmentos cerâmicos, muitos dos quais bordos, e um percutor. Procedeu-se a registos fotográficos e à recolha dos fragmentos referidos, uma vez anotadas as suas coordenadas.

A escavação de K.12. confirma integralmente o que J.15.-6 tinha permitido supor na manhã de 79.09.26. Assim, em dado momento, uma estrutura anexa ao muro defensivo «principal» ruiu e as «caniçadas» cobertas com cerâmica de revestimento tombaram, possivelmente em chamas (a cerâmica de revestimento está queimada nas impressões dos caules), selando o nível arqueológico que sobreviveu, desta forma, às agressões da charrua.

O magnífico dormente K.13.-2 e o movente anexo K.13.-3 constituem um caso único, tanto em Corte João Marques como até agora em Santa Justa, uma vez que, pela primeira vez, dois componentes de mó surgem em indiscutível conexão. O excelente estado de conservação de K.13.-2, encontrado, como quase todos os dormentes de Corte João Marques, em posição invertida, parece confirmar a hipótese de grande parte deste povoado de Santa Justa se encontrar excelentemente conservada.

K.12. apresentava, sob o nível de cerâmicas de revestimento, numerosos fragmentos cerâmicos em conexão, reforçando esta hipótese. Resta-nos esperar agora outras confirmações e, sobretudo, uma sequência estratigráfica, se ela existir.

79.09.28

A escavação de K.12. e os resultados obtidos conduziram a uma nova orientação geral da escavação. Assim, concluíram-se as aberturas de quadrados das séries L., K. e J., de forma a pôr a descoberto o nível 2, identificado em K.12. e confirmado noutros quadrados. Só após isso se iniciará a escavação em profundidade.

79.09.29

As colagens que se efectuaram ontem, após a lavagem de cerâmica do nível 3 de K.12., mais uma vez confirmam as hipóteses anteriormente formuladas, colando entre si bordos com coordenadas distintas. Se isto se pode atribuir ao desabamento da cobertura do espaço fortificado, ou da cobertura das estruturas a ele anteriores, nalguns casos, como no do pote K.12.-44, deverá ser referida a acção das raízes de uma amendoeira situada em L.10.. No entanto, esta acção não explica, só por si, todos os outros casos verificados.

79.10.02

O prosseguimento da escavação, dentro das perspectivas habituais em projectos «de área extensa», foi conduzindo a uma progressiva obtenção de dados e permitindo hipóteses de trabalho que na tarde de 79.10.02 se podiam resumir assim, no que respeita a uma primeira análise das estruturas identificadas:

1. em K.13., e atravessando-o em sentido diagonal Norte/Sul, definiram-se vestígios de um muro pertencente a uma estrutura não identificada, interior ao muro defensivo, designado a partir de agora por Muro 1. Não são, porém, visíveis soluções de continuidade para este muro, quer em K.12. quer em K.14., se bem que este último quadrado se encontre ainda em escavação;

2. uma outra estrutura, consideravelmente mais complexa, está situada nos quadrados K.14. e 15., L.14. e 15.. Trata-se, provavelmente, do que resta de uma construção habitacional designada a partir de agora por Cabana 1. Dela resta uma construção a nível dos «alicerces», grosseiramente circular, um pouco semelhante à única cabana encontrada em Corte João Marques, mas sem qualquer buraco de poste estruturado visível. Junto ao interior da extremidade sul desta estrutura, encontrava-se o afiador K.15.-11 e a construção integrava, tal como em Corte João Marques, elementos de mó, fragmentados ou não, nomeadamente dormentes.

Uma única estrutura, vagamente similar a um buraco de poste estruturado, situa-se no exterior da extremidade sul da Cabana 1, mas está reduzida a um agrupamento caótico de pedras, de interpretação pouco segura.

No «exterior» desta construção, no topo NE do quadrado L.14., no seu vértice comum a L.15., detectaram-se vestígios de uma estrutura complementar que inclui algumas pedras dispostas perpendicularmente ao exterior do muro da cabana. Integrada aparentemente nesta estrutura, surgiu uma grande pedra circular talhada, apenas em parte fragmentada (L.14.-8). No vizinho quadrado M.14., identificou-se um excelente dormente, conservando ainda riscos de arado (M.14.-2) que poderia muito bem ter sido arrastado a partir da estrutura referida;

3. em N.12. a escavação evidenciou o que parecem ser os restos da continuação do Muro 1 que, inflectindo em K.11., encontrava um bloco de xisto em L.11., prosseguindo de forma difícil de averiguar devido à existência de uma amendoeira em L.10. cujas raízes se estendem para L.11..

No sentido de se procurarem possíveis conexões entre o Muro 1, no seu troço primeiramente conhecido e o de N.12., ir-se-á escavar metade dos quadrados L.11. e M.11., onde provavelmente se encontrariam vestígios da sua continuação;

4. em toda a área da escavação onde ainda se não encontraram estruturas coerentes, identificaram-se, tal como em L.13. e L.16., vestígios de prováveis derrubes;

5. Os três níveis verificados em K.12. estão confirmados pela escavação dos outros quadrados, nomeadamente J.13. e K.13., e pela observação directa do limite superior do nível 2 em L.12..

79.10.08

Em 79.10.08, o balanço geral do espólio recolhido tinha conduzido às primeiras percentagens parciais:
% de artefactos líticos (à excepção de moventes, dormentes, afiadores e percutores) e de cobre:
total- 32 (19 líticos, 13 de cobre)
líticos- 59,37% lâminas, lamelas, lascas, machados, enxó;
cobre- 40,62%.
% de moventes/dormentes:
total- 91 (60 M e 31 D)
dormentes- 34,44% moventes- 65,55%
% lasca, lâminas, lamelas/percutores:
total- 43 (1 las., 13 lâmi., 2 lame./27 p.)
lasca, lâminas e lamelas- 37,20%
percutores- 62,79%
Comentando as percentagens provisórias:
1. artefactos líticos e cobre
(em 32, 59% líticos e 41% de cobre)

Comparam-se apenas artefactos de função similar, excluíndo-se, do número dos líticos, artefactos compósitos como a foice, que contaria número indeterminado de elementos, ou as pontas de seta.

A primeira observação é, obviamente, a elevada percentagem de artefactos de cobre em funções «domésticas». Curiosamente, as próprias percentagens internas são significativas (em 13 artefactos de cobre, 6 são furadores). No entanto, se tomarmos em conta os dias de trabalho efectivo, e em comparação com Corte João Marques, tanto o número de líticos como de artefactos de cobre é considerável;

2. *relação percentual dormentes/moventes*
(em 90, número provisório uma vez que não se contam nesta estatística os registos de superfície anteriores a SUP-34 (D: 34%, M: 66%).

Considerando o desgaste muito mais rápido dos moventes, a relação percentual é facilmente explicada;

3. *relação percentual entre material lítico com funções de corte/raspagem (lâminas, lamelas, lascas) e de percussão (percutores)*
LLL 37%, P 63%, num total de 43. Tal como em Corte João Marques, talvez seja possível explicar a elevada percentagem de percutores pela mineração do cobre.

79.10.13

A escavação revelou duas novas estruturas de grande importância.

Uma, desenvolve-se parcialmente em J.13. e J.14. e trata-se provavelmente de uma lareira. Forneceu já numerosíssimas sementes e carvão em quantidades suficientes a datações ^{14}C. Mandei interromper a escavação neste sector para só a recomeçar no «Verão de S. Martinho» (se houver), de forma a evitar os problemas da chuva intensa que tem caído.

A outra estrutura, de onde provêm os carvões que recolhemos em primeiro lugar, em L. e K.18., só agora surgiu evidenciada: trata-se muito provavelmente de uma cabana circular, parcialmente destruída e apenas visível a nível da fiada inferior de pedras da sua parede.

Se esta estrutura é pobre de espólio, sendo os artefactos mais notáveis o movente L.18.-9 e o fragmento do cadinho K.18.-2, em contrapartida a provável lareira de J.13.-14 forneceu numerosos artefactos, sendo o caso mais curioso o dos moventes J.14.-80, -81 e -82, encontrados sobrepostos, permitindo supor que teriam sido empilhados e permanecido rigorosamente *in situ*. A importância das sementes e do carvão é, evidentemente, excepcional.

Outro caso a levantar múltiplas questões provém de fragmentos cerâmicos recolhidos em J.14. e agrupados à volta dos bordos J.14.-40 e J.14.-75. Trata-se claramente de um grande suporte de vaso, cuja superfície exterior foi brunida e cujo aspecto global difere da cerâmica comum no povoado.

79.10.17

As chuvas intensas dos últimos dias ensoparam completamente o terreno.

A Campanha tem necessariamente de continuar, mas vejo como muito difícil uma escavação sistemática em sectores sensíveis. Haverá, portanto, que definir prioridades.

1. Desenho 1:1, por decalque, de todas as estruturas visíveis (subsequentemente, redução à escala 1:10, por fotografia, e desenho sobre ampliações);

2. recolha de amostras para análise polínica em zonas preservadas, nomeadamente na zona de H.18., que contacta com a área do quadrado I.18., já escavado; 3. idem, em diversos quadrados da escavação;

4. abertura de linhas de quadrado nas coordenadas 17 e 18, em direcção a 270g

5. abertura da linha de quadrados O. 18. a 10.;

6. abertura da linha de quadrados de coordenada 19. (de O. a G.).

A abertura de quadrados que se refere nos números 4 a 6 resume-se exclusivamente ao nível 1, de forma a evidenciar a sequência das estruturas já identificadas.

Em M.11. define-se um nível de ocupação a Z 023 cm., caracterizado pela abundância de crescentes (cerca de 30, neste momento em registo e retiragem), 5 bordos e 1 machado de cobre. No quadrado anexo, L.11., numerosos bordos, para além de fragmentos de suportes de vasos.

ESTRUTURAS, ÁREAS FUNCIONAIS E ESPÓLIO: BALANÇO GERAL EM 79.10.30

1. *Estruturas defensivas*

1.1. Isolado o conjunto de estruturas constituído pelo Muro 1, pelo seu reforço e pelas torres que dele arrancam, na linha G. H. I., 18. a 10., prosseguiu a averiguação da sua sequência para norte.

Em K.11. e 10. verificou-se a tendência do Muro 1 para um nítido espessamento, aliás já visível em J.11.. Com efeito, na junção entre K.12. e J.12. tal espessura era, efectivamente, de 084 cm., na junção de K.11. a K.10. subia para 122 cm., atingindo o seu máximo nos pontos de contacto entre K.11. e K.10., com L.11. e L.10.: 148 cm.. Nesta junção de quadrados, o Muro 1 interrompia-se, aparentemente devido a um bloco de pedra com 118 cm. de comprimento, ao qual o muro parecia adossar-se, juntando-se ao seu eixo longitudinal. A continuação do Muro 1 para Norte, logo a seguir a esse grande bloco, não era facilmente verificável devido à existência de uma amendoeira, impedindo o seguimento da escavação nesse sector. Procurando contornar este obstáculo, abriu-se a metade direita do quadrado L.11., o que permitiu a identificação de um conjunto de pedras apresentando sinais de fogo e de outra pedra, com o comprimento de 83 cm., aparentemente criando um «espaço de funil» com o outro grande bloco anteriormente mencionado. Esse «espaço de funil» tem na sua extremidade menos larga, a que aponta no sentido do interior do povoado, 98 cm. de vão.

A importância deste sector residiria na possibilidade de ele representar uma das possíveis portas do povoado, o que justificou a abertura dos quadrados M.10. e M.11. A escavação destes quadrados conduziu à identificação do seguimento do Muro 1 e respectivo reforço e, provavelmente, de uma zona de derrube partindo deste último.

1.2. O Muro 1 prossegue nos quadrados N.11. e N.12. de forma extremamente visível, estando neste sector particularmente bem conservado.

1.3. Em O.12. e O.13., as estruturas adquirem uma extrema complexidade, atribuível segundo creio a uma destruição e reconstrução sucessivas. Poderá tratar-se, por outro lado, de mais um espessamento do Muro 1, no ponto em que ele parece juntar-se a um outro conjunto de estruturas, ainda mais complexo, talvez uma segunda porta, substancialmente diferente da anteriormente descrita?

Esta estrutura localiza-se nos quadrados N. e O.14., prolongando-se ainda um pouco em N. e O.13., completando-se com uma fieira de sete pedras alinhadas, da qual duas se encontram em L.14. e as restantes em L.15.. Tal estrutura parece conectável com a presumível porta e com o resto do Muro 1, cuja face interior é visível no limite NE dos quadrados O.15. e 14..

Esta nova possível porta é constituída por grandes blocos de pedra que não têm paralelo, pelas suas dimensões, no que ora se conhece no Muro 1. São blocos de grandes dimensões, grosseiramente paralelepipédicos, medindo o maior deles 110 cm. de comprimento máximo, 52 cm. de largura e 42 cm. de altura (localiza-se em N.14.). Três outras pedras, também de grandes dimensões, situadas em O.14., estão anexas a esta e a um enorme bloco com 138 cm. de comprimento que parece estar integrado na construção do Muro 1, no limite em NE dos quadrados O.14 e 13.. Em O.16., e prolongando-se para O.17., segue uma outra fieira de pedras cujo significado ainda não é claro.

2. *Estruturas habitacionais*

2.1. Uma primeira estrutura habitacional, uma cabana circular, foi identificada nos quadrados L. e M.17. e 18.. Com o diâmetro interno de cerca de 235 cm., dela apenas resta o último assento de pedras. Esta estrutura prolonga-se para a coordenada 19, ainda não escavada. De notar que no interior desta cabana, e para além de algum carvão, se recolheu apenas o movente L.18.-9 e espólio cerâmico escasso.

2.2. A segunda estrutura habitacional, igualmente uma cabana circular, encontra-se situada em L.14 e 15. e K.14. e 15.. Junto a ela se encontrava um polidor e um afiador de machados.

Conectados com a estrutura (ainda não completamente escavada) se encontraram percutores como K.15.-18 e L.14.-9 e os moventes K.14.-1, K.14.-16 e K.14.-17. O espólio da zona habitável é escasso, mas é impossível não relacionar esta estrutura com a área funcional onde se localizaram largas centenas de sementes (J.15., 14., 13., I.14., 15.), junto à face interior do Muro 1.

O diâmetro interno provável desta cabana é de cerca de 252 cm.., mas o derrube visível no quadrado K.15. apresenta-se quase demasiado organizado para poder ser considerado apenas como tal, constituíndo possivelmente suporte para uma superestrutura de madeira. Esta «explicação» deverá no entanto ser considerada com extrema prudência.

2.3. Um terceira estrutura parece ser visível em N.12. e N.13., mas resta averiguar as suas correlações com o Muro 1 e com a segunda das prováveis portas identificadas. Na construção integra-se o movente N.12.-31.

2.4. Uma outra estrutura localiza-se nos quadrados N.16., 15. e 14., parecendo em oposição à descrita em 2.2., mas pouco se pode dizer neste momento sobre ela.

2.5. Em L.12. a escavação revelou um buraco rectangular, escavado na rocha e tendo de dimensões 054 cm. de comprimento por 035 cm. de largura e 020 cm. de profundidade média. Num dos seus limites longitudinais, o mais próximo do limite esquerdo do quadrado, inclui uma pedra encravada na rocha, com as dimensões de 043 cm. de comprimento, 015 cm. de largura e 008 cm. de espessura. É uma pedra cujo significado não pode ser compreendido a não ser que se trate de um calço para um toro de madeira cuja secção na extremidade inferior seria rectangular. No entanto, a regularidade do buraco, a sua pouca profundidade e a inexistência de outras estruturas pétreas a rodeá-lo tornam problemática a aceitação incondicional desta explicação.

3. *Áreas funcionais*

A localização topográfica dos achados, feita sistematicamente, veio permitir, mesmo antes das grandes evidências, a identificação de áreas funcionais no povoado calcolítico fortificado do Cerro do Castelo de Santa Justa.

3.1. A área das sementes surgiu durante a escavação de J.13., 14. e 15.. A recolha de largas centenas de sementes (trigo?), dos moventes J.14.-80, -81 e -82, sobrepostos, e dos moventes J.13.-28 e J.14.-29, parece indicar claramente uma área de actividades específica *[apesar de uma primeira classificação de alguns grãos ter indicado a possibilidade de se tratar de trigo, posteriormente a grande massa das sementes foi classificada como sendo de cevada]*.

3.2. A segunda área funcional, a do *tear*, reveste-se de características «espectaculares» pela densidade dos achados de crescentes (centenas de fragmentos), alguns de tal maneira sobrepostos que dir-se-ia haver mais crescentes que terra. Parece lógico aceitar-se a ideia - e admitindo que os crescentes são pesos de tear - que se trata ou dos restos de um tear ou de vestígios de uma área restrita relacionada com a tecelagem.

3.3. É ainda cedo para se chegar a alguma conclusão sobre a distribuição espacial dos artefactos relacionados com o sagrado, mais especificamente o «ídolo garrafa», os «ídolos falange» (assim designados apesar de parecer mais lógico tratar-se de amuletos e não de ídolos), e os dois exemplares de tipologia até agora desconhecida e que recordam (vagamente) cabeças de urso.

Uma certa associação espacial parece existir, mas — e mesmo num povoado com níveis relativamente bem conservados — é particularmente delicado extraír da distribuição deste tipo de artefactos conclusões especialmente significantes, a não ser que se verifique uma concentração em área específica.

79.11.06

A estratégia da escavação provou, mais uma vez, ser adequada: os quadrados da encosta SW esclareceram o necessário, para esta Campanha, quanto à existência de uma segunda faixa de construções (segunda linha de muralhas? barbacã?), no exterior do primeiro conjunto de fortificações.

A escavação dos quadrados onde se identificara a área de actividade cozinha/sementes ou fauna/sementes continuou, agora que o solo se encontra relativamente seco.

Retomou-se o desenho em escala 1:1 das estruturas.

Prepara-se a abertura da coordenada P.

Muito em breve se fará o balanço dos artefactos relacionados com o sagrado e que são dos seguintes tipos:

- ídolo «garrafa»;
- falanges afeiçoadas;
- ídolos falange esculpidos e gravados;
- ídolo «urso»; - ídolos fálicos, betilóides e cilíndricos.

Claro que a própria palavra «ídolo» está errada à partida e seria talvez mais correcto falar de amuletos. Como certas expressões consagradas, pouco quer dizer...

Mas este será ponto a rever cuidadosamente.

79.11.08

Está praticamente concluída a abertura da coordenada P.

A escavação tornou evidente a continuação do Muro 1, visível já em O.12. e 13., para E. Curiosamente, e como se esperava, parece tratar-se de um muro simples, em reforço, em tripla fieira de blocos de grauvaque. Confirmou-se assim, aparentemente, a ideia de que o reforço e as torres da encosta SW, a mais vulnerável, não seriam necessários na abrupta encosta N ou NE. Outro facto importante reside na verificação que o que se tinha pensado ser uma segunda porta, não o é realmente, uma vez que o Muro 1 fecha completamente.

79.11.20

Cores para as fogueiras estruturadas em I.16., J. e I.15. e J.14.:

1. pedras componentes das estruturas: Munsell 10 YR 7/2, *light gray* resultante, segundo suponho, das cinzas que a cobriam;
2. terra interior das estruturas: Munsell 10 YR 7/2, *light gray;*

Cores para as fogueiras estruturadas em I.16., J. e I.15. e J.14.:
1. pedras componentes das estruturas: Munsell 10 YR 7/2, *light gray*, resultante, segundo suponho, das cinzas que a cobriam;
2. terra interior das estruturas: Munsell 10 YR 7/2, *light gray;*
3. terra interior das estruturas (húmida), bem como a envolvente do exterior: Munsell 10 YR 4/3, *dark brown.*

Cores para a barreira sob o Muro 1 em I.15.:
1. Nível 3 (geral): Munsell 10 YR 6/4, *light yellowish brown;*
2. Nível de cinzas sobre a estrutura de fogueira : Munsell 7.5 YR 6/0 (*gray*) com áreas 7.5 YR 4/0 (*dark gray*) e outras de coloração intermédia 7.5 YR 5/0 (*gray*).

79.11.22

Nota sobre o fundo de «copo» decorado L.13.-20:

O problema da cronologia relativa da ocupação do Cerro do Castelo de Santa Justa, o único a poder ser equacionado antes da obtenção de datações ^{14}C para as amostras recolhidas, veio ganhar nova coloração com a recolha de L.13.-20, o fundo de um «copo» com incisões idênticas às da cerâmica de Rotura IIb (estratigrafia segundo o autor). Se é certo que os copos canelados continuam a ver o seu verdadeiro significado oculto pela falta de estratigrafias e desconhecimento de associações específicas confirmadas (mesmo após a publicação do povoado ou acampamento do Alto do Dafundo) a verdade é que as decorações tipo Rotura IIb são claramente anteriores ao nível folha-de- acácia (IIa). Se bem que normalmente um único elemento não baste para comparações de tal importância, existem minorias estatísticas de grande interesse (e esta parece-me ser uma delas). Em Santa Justa, no universo específico da tradição das cerâmicas lisas - provenientes do megalitismo - os dois únicos fragmentos de cerâmica decorada recolhidos até hoje (L.13.-20 e E.18.-4) assumem, em relação a quase 1600 registos de bordos de cerâmica lisa, um particular significado.

9.3.2.2. *Campanha 2(80)*

No prosseguimento dos trabalhos empreendidos em 1979, realizou-se durante os meses de Setembro/Outubro de 1980 nova Campanha de escavações no povoado calcolítico fortificado do Cerro do Castelo de Santa Justa.

1. RELATÓRIO SUMÁRIO DA CAMPANHA 2(80)

1.1. *Objectivos*

Dois eram os objectivos da Campanha 2(80) no Cerro do Castelo de Santa Justa:
1. Conclusão da escavação nas coordenadas 10.18.G.P., particularmente no espaço de implantação da área funcional caracterizada pelas estruturas de combustão; conclusão dos trabalhos na Torre 1 e nas cabanas 1, 2 e 3;
2. início dos trabalhos nas coordenadas 23.24.D.Q., como princípio do *ataque* transversal às estruturas de ocupação do povoado, de forma a completar-se, assim, a perspectiva horizontal controlada entretanto conseguida.

Para além destes dois objectivos, havia que responder a numerosas questões pontuais, pendentes desde a Campanha 1(79), bem como prosseguir as prospecções em torno ao povoado. Este último ponto, relacionado com o enquadramento cultural de Santa Justa, tinha sobretudo em linha de conta a importância de se identificar a necrópole correspondente ao sítio em investigação.

1.2. *Colaboradores*

A Campanha 2(80) foi co-dirigida pela dra. Ana Margarida Arruda e teve a colaboração, a nível do enquadramento técnico, dos drs. Helena Catarino e Antón Casal. Participaram nos trabalhos estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa e Santiago de Compostela, bem como trabalhadores rurais especialmente contratados.

O Prof. Doutor Fernando Bragança Gil e o Dr. Gaspar Ferreira, do Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa, no cumprimento do acordo que une esta unidade de pesquisa ao Centro de História (ver Clio 2/1980: 158), participaram durante duas semanas nos trabalhos.

1.3. *Actuação*

A escavação iniciou-se pela limpeza do Muro 1, remoção dos restos das estruturas de combustão 2 e 3, destruídas por desconhecidos logo a seguir ao IV Congresso Nacional de Arqueologia, e pela escavação de H.18..

Simultaneamente, continuava-se o desenho das estruturas habitacionais já detectadas (ver Victor Gonçalves, 1980-a: 137).

Nas coordenadas 23.24., e após identificação de uma nova estrutura habitacional, procurou-se escavar também em função do Muro 1 e seu reforço.

1.4. *Resultados*

No que se refere a estruturas, identificaram-se ou concluiu-se a identificação das Torres 1 e 2, da Cabana 5, das Estruturas de Combustão 0 e 1, das Torres 3 e 4 e de uma interessante área pavimentada.

O espólio recolhido inclui, para além de artefactos idênticos aos da Campanha 1(79) e que, por isso mesmo, não justificam comentário particular, algumas peças de indiscutível interesse. Enumero as que me parecem mais importantes: (1) dois grandes fragmentos ajustáveis de um ídolo de cornos; (2) fragmento muito desgastado de um ídolo falange, com evidentes sinais de polimento; (3) cadinhos, escórias de fundição e artefactos metálicos relacionados com a metalurgia de cobre; (4) fragmento de um cincho esferoidal; (5) dois machados

com sulcos transversais de encabamento; (6) numerosas lâminas; (7) fragmento de recipiente em calcário, o primeiro a ser recolhido num povoado a Sul do Tejo.

De salientar, igualmente, um grande núcleo cerâmico detectado à entrada da Torre 1 e provavelmente resultante de uma limpeza desta. Este núcleo reunia restos de diversos recipientes sendo de apontar fragmentos de um grande prato que apresentava um signo, gravado aparentemente após cozedura, semelhante ao algarismo 7 cortado.

Comentários e possíveis conclusões

Estão em tintagem os desenhos das estruturas de Santa Justa, inicialmente levantados por decalque em 1:1 e agora refeitos parcialmente em 1:10. Uma avaria do teodolito impediu que fossem cotados esta Campanha pelo que tal trabalho se fará em 1981.

No entanto, e mesmo antes da divulgação da planta de Santa Justa, a importância das estruturas justifica alguns comentários breves:

1. a técnica de construção dos muros parece agora clara, tendo sido escolhido o processo que consiste no ajustamento das camadas de pedra com terra amassada. Nas construções principais é o grauvaque que se utiliza, nas secundárias ou nos reforços, o xisto laminar, mais frágil, mas mais fácil de recolher e afeiçoar;
2. a Torre 1 aparece como contemporânea de um primeiro momento de construção, sendo a Torre 2 integrável num segundo momento. Com efeito, parte do reforço e não directamente do Muro 1, como acontece no caso da primeira;
3. adossada ao Muro 1, junto à Torre 1, detectou-se a estrutura de combustão 0, excelentemente conservada. Amostras de vários litros de cinzas foram recolhidas para análise laboratorial. Tanto o conteúdo desta estrutura como o da 1 foram integralmente recuperados;
4. a existência de carvões no interior da Torre 1, junto ao ídolo de cornos, permite esperar uma datação ^{14}C para a primeira fase de enchimento da torre e para o próprio ídolo. Isto é particularmente interessante uma vez que este artefacto ideotécnico tem sido encontrado em contextos não datados e o seu posicionamento cronológico está longe de me parecer satisfatório;
5. a recolha de carvões dentro das estruturas de combustão, espacialmente síncronas, poderá eventualmente fornecer dados sobre as primeiras fases de construção e a primeira ocupação intensa do povoado;
6. definiram-se os restos de uma importante construção, infelizmente muito destruída, núcleo habitacional conectável com as estruturas de combustão e os buracos de poste e anterior às cabanas 1 a 3;
7. nas coordenadas 23.24., identificaram-se não apenas as estruturas de base de uma nova cabana como um pavimento de pedra miúda, intencionalmente quebrada para a preparar para essa função. Esta área estende-se da Cabana 5 ao Muro 1, onde justamente começam a definir- se os traços de uma Torre 3. Também uma provável Torre 4, em O.P.Q., não parece ter outra possibilidade de interpretação.

Nota final

A Campanha 2(80) vem mais uma vez sublinhar o interesse do estudo integral do povoado calcolítico fortificado de Santa Justa e de outros povoados deste tipo, particularmente quando o seu estado de conservação for idêntico ao que aqui se verificou. Veio, também, reforçar os argumentos largamente difundidos pelo signatário, no IV Congresso Nacional de Arqueologia e em diversas sessões públicas, em apoio à programação do estudo integral referido em moldes transdisciplinares, idênticos, aliás, aos que são norma em países mais avançados.

São de prever mais três campanhas e um prazo médio/óptimo de 3 anos para a preparação da monografia final, em que trabalham já diversos investigadores.

Finalmente, a classificação de Santa Justa como imóvel de interesse público, ou mesmo monumento nacional, a aquisição dos terrenos em que está implantada (e a sua vedação urgente) parecem ser de indiscutível prioridade.

Lisboa, Janeiro de 1981

2. NOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO: BALANÇOS GERAIS

2.1. *Estado geral da escavação em 80.09.10*

Estratégia da Campanha 2(80)

Entendeu-se como útil o estabelecimento de 4 linhas de acção:

1. conclusão da escavação de H.18. Objectivo: evidenciar a técnica de construção e a própria estrutura do Muro 1, noutros pontos de leitura polémica devido a derrubes para o interior do recinto;
2. escavação integral de I.17. (deixado por escavar em 1979). Justificação: necessidade de entender o entrosamento da Torre 1, cujo núcleo principal se situa em H.17., com o Muro 1, particularmente após a limpeza efectuada em H. e I.18.;
3. conclusão da escavação da área NE da cabana principal, complexa área de derrubes onde as estruturas (e isto apesar da dificuldade evidente de uma sua interpretação segura) parecem indicar uma outra cabana;
4. abertura de uma nova área de escavação nas coordenadas 23.24.H.Q. Com esta ampla sondagem pretende-se esclarecer uma possível inflexão de fecho ou retorno do Muro 1, numa área onde se considera possível a existência de uma segunda porta.

Igualmente se pretende:

1. obter um perfil do povoado que exemplifique a sua implantação e sequências de construção;

2. efectuar, sobre o levantamento levado a efeito durante a Campanha 1(79), desenho minucioso e ainda mais detalhado de algumas estruturas complexas, cujo evidenciamento se concluirá apenas esta Campanha;
3. após limpeza prévia, efectuar registo fotográfico em médio e pequeno formato das áreas cujo estudo se encontrava por concluir ao fecho da Campanha 1(79).

Situação geral

1. *H.18.*

A escavação e limpeza de cortes em H.18. permitiu finalmente evidenciar pormenores decisivos sobre a estrutura e construção do sistema defensivo designado geralmente por Muro 1.

Assim, e contrariamente ao que inicialmente se supusera (Victor Gonçalves, 1980-b: 34), o Muro 1 parte directamente da rocha-mãe, nalguns pontos eventualmente regularizada para melhorar o seu assentamento. Se aquela afirmação, aparentemente possível anteriormente, é assim definitivamente afastada, o mesmo não parece acontecer, no entanto, com outros pontos então avançados, nomeadamente os pontos 1., 2. e 3. que se lhe seguiam.

2. *Torre oca com núcleo em H.17. (=Torre 1)*

A limpeza e escavação desta área permitiu concluir que a Torre 1 abre para o interior do povoado, é parte integrante do Muro 1 e é efectivamente oca, facto não completamente esclarecido no fim da Campanha do ano anterior, em que apenas era visível o topo do muro da torre e o derrube para o seu interior (demasiado confuso e afectado pelo arado para poder ser interpretado sem margem para dúvidas antes do prosseguimento da escavação). Significativamente, o reforço da Torre 1 é parte integrante do próprio reforço do Muro 1, integrando-se neste segundo momento de construção, onde se consolidam e reforçam estruturas anteriores (o que não implica necessariamente um grande lapso de tempo a separá-las).

3. *Abertura das coordenadas 23. e 24., H. a Q.*

Nesta ampla sondagem, ainda em curso de abertura, a escavação revelou diversos pontos que parecem de grande interesse.

Assim, em M./N.23./24., a espinha dorsal de afloramento é visível à cota de -010, equivalente a uma local absoluta de 000. É de crer que este afloramento tenha sido utilizado como apoio a uma qualquer estrutura habitacional ou defensiva.

Por outro lado, em I./J.23./24., surgiram estruturas cuja leitura e interpretação está longe de ser simplificada pelo seu derrube, verificado possívelmente já após o abandono do povoado. Estando o seu topo actual muito próximo da superfície, explica-se assim o desaparecimento de numerosos componentes desta estrutura, provavelmente devido à acção do arado ou pela remoção de pedras para construção dos numerosos muros divisórios de propriedade existentes nas imediações e no próprio cabeço. A construção inflecte para K.24. e não parece tratar-se de um prolongamentó do Muro 1, sobretudo se atendermos aos componentes usados na sua construção (grauvaque e xisto laminar simultaneamente). Também a espessura desta estrutura não parece incidir com a do Muro 1. Igualmente significativo é o facto de raro ter sido o espólio recolhido sobre e no exterior imediato de toda a linha defensiva enquanto nesta área, e para além do movente I.24.-1, se têm recolhido numerosos bordos de recipientes cerâmicos.

2.2. *Situação geral da escavação em 80.09.30*

Muro 1

A escavação em I./J.18./17. permitiu, finalmente, um correcto reconhecimento da face interna do Muro 1, tendo sido possível verificar a sua real espessura. Na Campanha 1(79) chegara-se a uma interpretação errada, tendo a leitura sido perturbada pelo desmoronamento parcial do topo do Muro e pela inclinação pronunciada que parte dele adquirira devido ao seu próprio peso e local de implantação.

Pode-se agora afirmar que as propostas inicialmente formuladas sobre a existência de uma fase inicial, anterior à construção do Muro 1, deverão ser, à luz dos dados hoje disponíveis, postas de parte.

As estruturas de combustão designadas por fogueiras estruturadas 2 e 3, que inicialmente se admitira estarem num estrato ao qual se sobrepusera o Muro 1, estão, na realidade, adossadas e parcialmente cobertas por derrubes e resvalamentos sofridos por esse Muro, sendo contemporâneas de um dos primeiros momentos do povoado, em que a fortificação principal estava já construída.

A escavação da fogueira estruturada 1 e de uma outra, identificada agora, a 0, não altera os factos atrás enunciados.

2.3. *Observações finais à Campanha 2(80)*

80.10.03

Após a limpeza e desmonte dos derrubes na área escavada em 1979, é possível elaborar, com alguma clareza, uma leitura provisória sobre a evolução das estruturas habitacionais e defensivas do povoado calcolítico fortificado do Cerro do Castelo de Santa Justa.

Assim, e ponderadas as necessárias reservas, poder-se-á afirmar que:

1. As estruturas defensivas e habitacionais tiveram dois momentos de construção;
2. não existem elementos que permitam defender a hipótese de um largo lapso de tempo entre as duas fases de construção das estruturas defensivas (tal como não é possível sequer garantir que ele existiu, podendo tratar-se mesmo de uma sequência, excessivamente curta para ser detectada no actual estado dos nossos conhecimentos);
3. os dois momentos de construção de estruturas habitacionais, e contrariamente ao que sucede com as defensivas, estão claramente diferenciados por um derrube generalizado, num nível caracterizado por

traços de incêndio (espessa camada de cerâmica de revestimento com sinais de fogo nas impressões dos caules das espécies vegetais utilizadas nas paredes/tecto);

4. a análise arqueológica tem evidenciado uma ocupação consecutiva, aparentemente sem hiatos (veja-se o gráfico com o posicionamento dos 70 moventes). No seu primeiro momento, as estruturas defensivas de Santa Justa incluiam uma porta tipo Millares, abrindo num Muro de grauvaque apoiado por torres. No segundo momento, adossa-se a este Muro (e às torres) um reforço em xisto laminar e outra torre. Neste momento da escavação, as Torres 1 e 3 (e provavelmente a 4) pertencem à primeira fase e a Torre 2 nitidamente a uma segunda altura, de que será datável o entaipamento da porta primitiva e a construção de uma nova (em área ainda não identificada);
5. as áreas funcionais pertencentes a um primeiro momento da ocupação do povoado incluem vestígios, muitíssimo destruídos, de uma grande cabana circular (em M.11. e 12., L.12. e K.13.), as estruturas de combustão 0 a 3, o tear e os buracos de poste estruturados, cuja conexão com a estrutura habitacional parece evidente. Numa segunda fase seriam de incluir quatro cabanas semi- circulares construídas sobre o nível de incêndio e derrube e duas construções ovóides anexas a duas delas e cujo significado não está esclarecido.
6. Num ponto virão a ser decisivos elementos a obter em futuras campanhas: corresponderá a segunda fase de ocupação do povoado, cuja cultura material parece em tudo idêntica à anterior, a um alargamento do espaço interno da fortificação, do espaço habitável? Aqui, como noutras situações, será preferível esperar a conclusão dos trabalhos para emitir hipóteses de controlo.

9.3.2.3. *Campanha 3(81)*

A descoberta de um importante conjunto de monumentos e sítios no espaço designado por *Alto Algarve Oriental* teve por sequência a fixação de uma equipa em campo durante extensos períodos, desde 1976.

Alguma documentação existe já sobre os trabalhos efectuados, outra aguarda publicação e espera-se, em 1982, levar a cabo a primeira fase de um amplo projecto de intervenção (que se prolongará por 83 e 84, no caso de se vier a obter confirmação para o apoio previsto).

Resultantes das linhas de prospecção oportunamente enunciadas, e das que se lhes seguiram por inflexão do projecto inicial, emergiram duas acções de campo de média duração: a escavação do povoado calcolítico fortificado do Cerro do Castelo de Santa Justa e a escavação de emergência no sítio romano/árabe de Vale do Boto.

O Cerro do Castelo de Santa Justa apresentava-se à equipa que o identificou, em condições já divulgadas, como um Cerro de dimensões relativamente pequenas, cortado transversalmente por um extenso muro de pedra seca, construído, como logo se soube, com pedras arrancadas a construções pré-existentes.

As antigas estruturas, que a serem contemporâneas da escassa cerâmica recolhida à superfície do Cerro deveriam pertencer à Idade do Cobre, forneceram material de construção não apenas ao referido muro divisório, mas também a numerosos outros, delimitando pequenas hortas, nas redondezas.

A Campanha 1(79) revelou, parcialmente, a extensão e importância do povoado, a Campanha 2(80) permitiu uma visão mais nítida dos seus múltiplos problemas de interpretação e a correcção de algumas leituras, porventura demasiado rápidas.

A Campanha 3(81), apoiada já por novos elementos provenientes das datações ^{14}C (cujo programa está ainda em curso de execução), pode considerar-se como a transição para as duas últimas campanhas previstas no povoado. Basicamente, enunciaram-se as questões polarizadoras da próxima/futura actividade no local, avançou-se na escavação em área, obtendo-se finalmente importantes elementos em falta, concluiu-se a intervenção nas coordenadas 9./18., progrediu-se sensivelmente nas coordenadas 23./24 e, na abertura das coordenadas 25./31., isolaram-se novas estruturas, permitindo interessantes hipóteses, a ensaiar em campanhas subsequentes.

CAMPANHA 3(81): EXCERTOS DO CADERNO DE CAMPO

81.09.07

Abertura dos quadrados H.25. e 26., no sentido de esclarecer as relações entre a Torre 3 e o Muro 1. Limpezas complementares de F.23. e 24. revelam muro (semi-circular no troço reconhecido) com, pelo menos, quatro fiadas de pedras sobrepostas, e já no exterior do próprio reforço do Muro 1.

A possibilidade de nos encontrarmos perante uma cabana exterior ao espaço protegido pela fortificação, delimitado pelo Muro 1 e seu reforço, confirma o interesse na abertura de sondagens longas na encosta do Cerro, o que dificilmente poderá ser feito este ano.

H.25., em escavação: H.25.-2 (lâmina de secção triangular), H.25.-3 (ponta de seta espessa, de base côncava) e H.25.-5 (provável cabeça de um *ídolo-chato*, em xisto, com os típicos sinais de abrasivo, idênticos aos dos exemplares recolhidos em campanhas anteriores).

Paralelamente, reposição das linhas de teodolito 9./18, I.J.K.L., por transposição das linhas fixas e bem preservadas 23./24. (únicos pregos integralmente conservados, quase todos os restantes arrancados ou fora de sítio).

81.09.08

Em H.25., a 017 de Z, espessa camada de cerâmica de revestimento. Recolhem-se os fragmentos mais significativos, entre os quais H.25.-15. A importância deste pequeno bloco reside no facto de, pela primeira vez, se identificarem impressões da corda de junção. Com efeito, supunha-se que os finos troncos utilizados nas paredes/tecto das cabanas de Santa Justa deveriam ter sido presos por cordas de ligação, anteriormente ao seu revestimento com argila. Essa simples suposição aparece agora confirmada ao encontrar-se as impressões que essas cordas deixaram na argila ainda fresca, em sulcos perpendiculares aos deixados pelos troncos.

Começa a definir-se o enquadramento da ligação Torre 3/Muro 1. Neste momento não é ainda claro se a Torre 3 é ou não maciça, estando aparentemente o seu topo muito afectado por derrubes.

81.09.09

A crivagem das terras de H.25. revela pequenos restos de escória de cobre. Continuam a recolher-se numerosos e relativamente grandes fragmentos de cerâmica de revestimento. Assinalam-se outras impressões de cordas.

Prosseguimento da limpeza de H.23. e 24., procurando-se a continuação do troço já desenhado durante a Campanha 2(80) do Muro 1. Abertura de H. e I.26., procurando-se a conexão e o desenvolvimento de estruturas.

81.09.10

A escavação de F.23. e 24., iniciada durante a campanha 2(80), tinha revelado um conjunto de lajes em xisto laminar e grauvaque, de sentido pouco claro. A conclusão dos trabalhos visava, portanto, esclarecer o sentido dessa provável estrutura, da face do reforço do Muro 1 virado a 270g, em G.23. e 24., bem como resolver algumas questões levantadas pela conexão Muro 1/Reforço/Torre 3.

A escavação evidenciou a altura do reforço naquele sector (8 fiadas sobrepostas de lajes de xisto laminar, 070 cm. de altura no seu ponto de cota mais elevada), a continuação do Muro 1, em direcção à coordenada 25, e uma cabana extra-muros correspondendo efectivamente ao núcleo de pedras inicialmente identificado em F.23. e 24., a 130 cm. do Reforço ao Muro 1. Em relação a esta cabana, estão já evidenciadas 9 fieiras de lajes sobrepostas, numa altura máxima de 050 cm., altura que irá muito provavelmente aumentar com o progresso da escavação.

Prossegue o desenho e cotagem de estruturas.

ESTADO GERAL DA ESCAVAÇÃO NA TARDE DE 81.09.15

1. *Sector abrangido pelas coordenadas 9./18.*

Prossegue o desenho, à escala 1:10, das estruturas definitivamente evidenciadas. Duas equipas efectuam desenho e verificação.

2. *Sector abrangido pelas coordenadas 23./28.*

2.1. *Cabana 6 (extra-muros).* Encontra-se razoavelmente definida, aceitando-se que se trate de uma estrutura habitacional, uma vez improvável qualquer conexão com o dispositivo defensivo. É composta por onze camadas de lajes, quase todas em xisto laminar, mas é de registar alguma incorporação de grauvaque. Perímetro interior da cabana: 320 cm.. Altura na face interna: 090 cm. espessura no troço central: 035 cm..

2.2. *Reforço ao Muro 1 em G.23. e 24., face virada a 270g.* A escavação revelou a potência actual deste reforço, cuja altura máxima é de 134 cm.. No seu troço melhor preservado, é composto por lajes de xisto, algumas com 010 cm. de espessura, dispostas em onze camadas. A sua espessura média é de 060 cm., correspondendo a duas fiadas paralelas. Talvez o ponto mais importante no que se refere a este reforço resida no facto de ele não assentar directamente na rocha, o que poderia confirmar uma certa distanciação cronológica entre a construção do Muro 1 e a do seu reforço. Indiscutível, porém, é o facto de a Torre 3 ter sido construída no mesmo plano horizontal de onde arranca o reforço.

2.3. *Torre 3 (em F. e G.24./25. e 26. e H.26.).* A Torre 3 apresenta variantes, se tomarmos em linha de conta as já escavadas Torres 1 e 2. A primeira reside, sem dúvida, na aparente ausência de reforço (tal como acontece com a T1 e ao contrário do que se verificou na T2). Enquanto T2 parte directamente do reforço ao Muro 1, T3 faz parte integrante dele. T1 e T2 são torres ocas, T3 surge-nos maciça, construída segundo a técnica de juntar na horizontal semicírculos concêntricos de pedras. Ponto comum: o ajeitar com terra amassada das fieiras de pedras ou lajes.

2.4. *Torre 3 (no seu desenvolvimento em direcção a H.26.) e sua conexão com outras estruturas.* O impacto da charrua destruiu consideravelmente o topo de T3. Ao mesmo tempo, ela está situada numa das áreas do povoado mais atingidas pelas recuperações de pedra efectuadas nos anos 20/30 pelo sogro do actual proprietário do terreno. Mesmo assim, é possível concluir com segurança que (1) parte muito acima da rocha-mãe, o que pode confirmar o seu carácter tardio em relação aos outros componentes do dispositivo defensivo do povoado; (2) são consideráveis as suas dimensões, 580 cm. medidos nos seus enchancramentos no Muro 1; (3) em G. e H.27., os fundamentos da torre assentam sobre uma camada, cuja esterilidade arqueológica não foi comprovada, e que por sua vez assenta numa outra constituída quase exclusivamente por pedras de pequena e média dimensão.

Em H.27., a torre fecha junto a uma estrutura que aparentaria ser uma inflexão de T3 em direcção a I.27. e J.28. Regista-se a hipótese explicativa de Ana Margarida Arruda: «Este troço do Muro 1 corresponde ao reforço que apresenta aqui a originalidade de ser construído em grauvaque e não em xisto laminar». Outra hipótese seria a de nos encontrarmos perante a antepara de protecção de uma segunda porta.

2.5. *Área interior à fortificação (23./28.).* Neste momento da escavação é ainda cedo para concluir algo dos quadrados «interiores», sobretudo pelo aspecto extremamente destruído de algumas possíveis estruturas que parecem arrancar de 23./24.

3. *Espólio*

Sem registos significativos, se exceptuarmos os fragmentos de cerâmica de revestimento com impressões de cordas. Pontas de seta e lâminas de tipologias conhecidas. Um prato de bordo «almendrado» de dimensões razoáveis (I.25.-24) foi fotografado em sequência didáctica. H.25.-9, um furador de cobre proveniente de um sector com restos evidentes de metalurgia.

Um único artefacto inédito, uma pequena lâmina denticulada, em «serra», aparentemente próxima de modelos metálicos.

81.09.19

A escavação dos quadrados L.25. e 26. veio confirmar uma suposição formulada durante a campanha anterior a respeito de um pequeno conjunto de lajes em L.24., que inflectiam naquela direcção. Tratava-se, efectivamente, de mais uma cabana, a 7, idêntica às designadas pelos n.os 1, 2, 4 e 6. É constituída por uma série dupla de lajes com um perímetro interno de 409 cm. A abertura, virada a 70g, tem o vão actual de 330 cm. A espessura média da parede dupla é de 055 cm.

Em J.-K./25.-26., identificaram-se estruturas de difícil interpretação, devido às grandes destruições sofridas. De grande importância me parece ser a que foi finalmente isolada em J. e K.29.: trata-se da segunda porta do povoado, sobressaindo do Muro 1, de percurso «em corredor», protegida por uma inflexão da fortificação. Faz recordar, salvaguardando as devidas proporções, a porta do povoado do Zambujal. A sua construção, aparentemente posterior ao Muro 1, traduz grandes e significativas alterações neste sector do dispositivo defensivo e poderá eventualmente corresponder a uma fase ainda obscura da construção. Abre a 270g.

81.09.29

Continuação dos trabalhos nas coordenadas 25./30. Discussão geral de novas questões relacionadas com a interpretação das estruturas.

Nova torre, extremamente destruída, em N. e O.14., designada Torre 5.

81.09.30

Identificação de um monumento megalítico de morfologia aparentemente evoluída na Eira dos Palheiros, a poucos quilómetros do povoado.

81.10.03

Confirma-se a ligação da Torre 5 ao muro 1 e o facto de se tratar também de uma torre maciça. Início da protecção de extensas áreas já escavadas e em curso de escavação com manga de plástico recoberta por terra crivada.

CAMPANHA 3(81): BALANÇO GERAL E PERSPECTIVAS

Como foi dito na introdução a este texto, a Campanha 3(81) no povoado calcolítico fortificado do Cerro do Castelo de Santa Justa constituiu uma «campanha-charneira», onde se fez a reverificação dos dados adquiridos e onde se avançou consideravelmente na busca da resposta a questões globais.

Paralelamente, pequenas observações completam informações já disponíveis ou hipóteses, muito localizadas, a verificar. Tal foi o caso, e ao nível dos materiais arqueológicos, da cerâmica de revestimento com impressões das cordas de junção ou do pequeno machado de cobre H.28.-12, identificado a uma cota local absoluta de 027, no exterior da fortificação. Não sendo inéditos os achados na área exterior ao dispositivo defensivo, é este o primeiro artefacto de cobre a ser recolhido em Santa Justa nestas circunstâncias. Sendo hipótese em verificação o povoamento de uma ampla área exterior ao recinto fortificado, tanto H.28.-12 como, e sobretudo, a Cabana 8, são reforço afirmativo.

Pode dizer-se que foi a nível das estruturas e sua interpretação que mais se progrediu. Com efeito, dispondo-se neste momento de uma aceitável visão geral sobre a cultura material do povoado, haverá apenas que completá-la, procurando esclarecer algumas questões pendentes. A própria recolha de artefactos ideotécnicos forneceu importantes dados sobre as superestruturas, pouco de novo sendo agora de esperar. Mas a sequência das construções, a reconstituição integral da fortificação, a ligação entre as únicas cabanas preservadas (as da segunda fase de ocupação) com os muros defensivos, levantam ainda problemas sérios, tenha-se em conta as severas destruições sofridas pelo sector agora em estudo.

Para além da identificação de duas novas cabanas (uma das quais extra-muros), de duas torres maciças (uma das quais apenas identificada num pequeno troço durante a campanha anterior) e da porta em corredor, considera-se fundamental a recolha de duas amostras de carvão vegetal, já enviadas para datação ^{14}C. Uma foi recolhida também junto à Torre 3 e poderá eventualmente datar a sua construção. Outra foi recolhida também junto à Torre 3, mas directamente sobre a rocha, podendo corresponder a uma primeira ocupação do local.

As perspectivas para as Campanhas 4(82) e 5(83) centram-se agora na resolução de questões fundamentais como: (1) ligação Torre 1/Torre 3; (2) ligação Torre 4/Muro 1; (3) área funcional correspondendo ao sector interior do povoado conectado com a Torre 3; (4) fechos do povoado a 170g numa primeira e segunda fase de construção; (5) área de povoamento e actividade exteriores ao dispositivo defensivo.

Nestas direcções se dirigirá o nosso trabalho, sendo ainda cedo para especular sobre a eventual importância da escavação dos monumentos Mesquita 1 e Eira dos Palheiros.

9.3.2.4. *Campanha 4(82)*

Resumo de conclusões

ESTRUTURAS

1. *Porta 2*

Os trabalhos previamente efectuados na extremidade a 170g do interior do dispositivo defensivo, na Campanha 3(81), tinham evidenciado uma segunda porta do povoado. Porta em corredor, semelhante, apesar de relativamente mais pequena, à do Zambujal.

Em 4(82) progrediu-se na limpeza do sector e na verificação de alguns pontos ainda pouco claros, devido ao facto de a escavação não ter sido concluída naquelas coordenadas.

Estão agora completamente identificadas e registadas as estruturas convergentes que definem aquele espaço de entrada.

2. *Cabana 7*

A escavação de J./K.24., K.25., J.25./26. veio revelar uma nova cabana, esta de dimensões menores que as anteriores. Complexos derrubes estruturados dificultavam a leitura da extremidade a 270º. Apesar de a estrutura de I.25. ser de longe anterior a esta cabana, é natural que uma relação possa existir entre os intensos derrubes do sector e uma sequência presentemente indecifrável de destruições/reconstruções para a qual se não conhece paralelo tão evidente na restante área do povoado.

3. *Cabana 9, extra-muros*

Deverá dizer-se que esta é sem dúvida, na actual conjuntura, a estrutura mais enigmática do povoado (se esquecermos I.25.). Aparentemente, trata-se de uma cabana de fase evoluída, sobre cujos restos se construiu uma nova cabana, a 8, já referida a propósito da Campanha 3(81). Neste espaço peculiar, raríssimos vestígios de ocupação foram detectados (o que não é estranho, uma vez idêntico ao que acontecera no interior das cabanas intra-muros e mesmo na Cabana 6, extra-muros). É a área espacial imediatamente anexa que revela um significativo e homogéneo conjunto de restos cerâmicos. Mas a sua correlação estratigráfica com o interior do povoado parece aproximá-la da estrutura de I.25. e seus contextos e não da fase II.

4. *Torre 5*

Concluiram-se os trabalhos neste sector com o desenho à escala de 1:10 da torre e dos vestígios do Muro 1 ainda perceptíveis (trata-se da área mais destruída do povoado, pedra sobre rocha e derrubes extensos).

Verificou-se, mais uma vez, estarmos perante uma torre maciça, muito provavelmente contemporânea da segunda ou terceira série de construções defensivas do povoado.

5. *Torre 6*

A extensa área de escorrimento de terras vindas da espinha dorsal do espaço ocupado, os trabalhos agrícolas e a construção (no princípio do século?) de uma antepara de pedra seca tinham perturbado consideravelmente a leitura no início da descida da encosta a 70º do Cerro do Castelo de Santa Justa.

Com auxílio de equipamento pesado, foi finalmente possível remover todas essas terras, limpar e evidenciar completamente o muro moderno e, por fim, libertar o alçado a 70º do muro defensivo. Surgiram assim duas novas torres maciças, uma das quais, a 6, cobrindo um espaço geográfico de difícil acesso, mas dominando um fundo de vale de penetração fácil.

6. *Torre 7*

Um dos pontos agendados desde campanhas anteriores consistia no estudo da inflexão do muro defensivo aquando do fecho da porta 1. A remoção integral dos derrubes neste sector permitiu a identificação de uma torre maciça, a 7, numa área que a existência de uma amendoeira nos impedira de escavar.

A importância desta torre reside exactamente no facto de representar uma maior compactização do dispositivo defensivo. Se se verificar uma hipótese emitida no termo da Campanha 1(79), haverá naturalmente uma outra torre no espaço oposto, noutra área hoje muito destruída do muro 1.

7. *A estrutura de I.25.*

A vários títulos se pode considerar extraordinária a identificação do que, para simplificar, se denominou a estrutura de I.25..

Em primeiro lugar, ela própria, constituída por um aglomerado espesso de cerâmica de revestimento. Esta cerâmica forneceu informações consideradas fundamentais: (1) sobre as técnicas de junção dos caules; (2) sobre as cordas de ligação; (3) sobre os próprios caules utilizados, uma vez que se encontraram restos carbonizados desses caules no interior da cerâmica.

Em segundo lugar, pelas peculiaridades da fauna recolhida na imediação da estrutura.

Em terceiro lugar, pelos nove «ídolos de cornos», fragmentados, quase intactos ou intacto (um exemplar), que rodeavam a estrutura, permitindo supor que ela pudesse ter tido um significado para além da vida material.

Escavada com particulares precauções, e exclusivamente com instrumentos de precisão, a estrutura de I.25. mobilizou os esforços de grande parte da equipa durante quase todo o tempo de trabalho.

8. *Muro exterior ao dispositivo defensivo*

Infelizmente foi na área mais destruída do povoado que se encontraram os vestígios de um possível muro de envolvimento do núcleo principal da fortificação.

O seu estado actual exige que novos trabalhos de desaterro sejam levados a efeito em 5(83), de forma a esclarecer a possibilidade de estarmos ou não perante uma espécie de barbacã.

9. *Estruturas várias, semi-destruídas, e muro exterior ao M1*

Como se disse supra (em 5. e 8.), não poucos problemas de interpretação surgem quando nos aproximamos das estruturas da metade apontada a 170º do povoado, particularmente nas construções defensivas que medeiam entre a torre 5 e a torre 3.

RESTOS DE COMBUSTÃO

Pela primeira vez foram detectados em Santa Justa restos de combustão não estruturados. Os dois casos verificados, em I.25. e em I.24., consistiam em bolsas de cinzas sem traços aparentes de carvão, o que indica combustão total. Alguma fauna foi recolhida perto destes restos de combustão, integralmente recuperados para posterior tratamento laboratorial.

ESPÓLIO

Em termos gerais, o espólio recolhido durante a campanha 4(82) não surpreende, com a excepção que se verá.

As formas cerâmicas confirmam distribuições percentuais anteriores, o material lítico pesado, e se exceptuarmos um machado de corpo picotado, gume polido e secção quase circular, teoricamente de esperar noutros contextos mais antigos, é o habitual, as lâminas e pontas de seta são as correntes.

Curiosamente, confirmou-se a rarefacção, que já se pressentira na campanha anterior, de artefactos de cobre, se bem que não faltem restos de metalurgia, nomeadamente escórias.

Dois tipos de artefacto, um ideotécnico, o outro tecnómico, justificam menção especial: os *ídolos de cornos* e os chamados suportes de vaso.

Os ídolos de cornos recolhidos em Santa Justa apresentam duas características importantes. A primeira, intrínseca, diz respeito à sua própria morfologia, tendo sido isolados dois tipos. A segunda, contextual, aponta como significante a sua grupagem em torno à estrutura de I.25., com a qual parecem intimamente conectados.

Outro tipo de artefactos, o dos chamados *vasos-suporte*, ou. mais correctamente, suportes de vaso, também se notabiliza pela sua morfologia e pelo seu contexto. Morfologicamente, trata-se de modelos específicos e de algum modo padronizados. Contextualmente, o significado deste numeroso conjunto recolhido (3 quase intactos ou intactos e quase 50 fragmentos) reside na grande maioria ter sido encontrada num único solo de ocupação, numa área que não ultrapassa os 4 m.^{2}, no exterior do povoado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo: para além do considerável avanço conseguido no estudo e interpretação das estruturas defensivas (novas torres, melhor compreensão das fases de construção), habitacionais (cabanas), de interpretação em aberto (estrutura de I.25.), haverá que registar o conjunto de *ídolos de cornos* (que inclui peças de valor museológico) e os *suportes de vaso*, cujo restauro se iniciará em breve.

As perspectivas para a Campanha 5(83) parecem, pois, estimulantes.

Lisboa, Dezembro 1982

EXCERTOS DO CADERNO DE CAMPO

82.08.23

No reinício dos trabalhos, verificou-se que tinham sido feitas violações em determinadas áreas do povoado, particularmente em H.18. e 17..

Em I.23., os problemas residiram na impossibilidade, sob pena de destruição de solos arqueológicos eventualmente preservados, de arrancar integralmente as raízes das amendoeiras cortadas que, periodicamente, servem de arranque a novos ramos. No entanto, as três áreas protegidas com terra crivada e manga de plástico - estrutura de I.25., Porta 2 e Torre 5 - apresentavam-se intactas, confirmando os resultados positivos das campanhas de mentalização junto da população.

Como habitualmente, após a Campanha 1(79), repõem-se pregos de quadrícula e prepara-se o terreno para a escavação.

Retoma-se a escavação de I.25.: cerâmica dispersa e fauna em mau estado de conservação; lâmina fragmentada I.25.-23.

82.08.24

Inventário de questões e soluções específicas:

1. no sentido de completar a perspectiva do dispositivo defensivo, importa prosseguir a escavação nas coordenadas Q./R.10./18.;
2. com vista ao completo esclarecimento da implantação da porta 1, parece importante escavar integralmente os quadrados anexos;
3. Torre 2: ainda mais nítido agora, e em profundidade, o seu adossamento ao reforço;
4. Reforço ao Muro 1 em G.23./24.: as chuvas arrastaram as terras compactadas que consolidavam os assentamentos de pedras, possibilitando a reverificação das conexões da Torre 3;
5. Porta 2: importante a abertura das coordenadas 30. e 31.;
6. Torre 4: abertura das coordenadas 19./22.;
7. Muro 1 em H.18.: verificar as suas conexões e inflexão para H.23..

I.25.: área de cinzas e carvão, extensa, com ossos carbonizados. Na ausência de qualquer estrutura, parece tratar-se de abundantes restos de combustão. Recolhem-se alguns litros de terras para crivagem fina em laboratório. Cerâmicas particularmente espessas.

J.25.-3: prato de bordo «almendrado» com boa leitura de perfil.

82.08.25

Desenho da área de combustão não estruturada de I.25.. J.25.-5: machado de secção oval, extremidade proximal achatada e extremidade distal denunciando intenso uso (está completamente boleada). Faces picotadas, à excepção das áreas mais próximas do gume. Artefacto em excelente estado de conservação.

A escavação dos restos de combustão detectados em I.25., ao Z 035 cm. justifica alguns comentários.

Assim: (1) não parece tratar-se de um estrutura de combustão, no sentido estrito do termo, uma vez verificada a inexistência de pedras de enquadramento de fogo presentes nas estruturas de combustão 0 a 3, mas, simplesmente, de vestígios localizados de combustão intensa e duradoura. De onde as cinzas, maioritárias, e as micro-quantidades de carvão (aliás estas micro-quantidades aparecem esparsas na massa das cinzas); (2) o aspecto morfológico geral é o de um espaço grosseiramente ovalado, irregular, 073 x 088 cm., com a

espessura média de 025 cm.; (3) o espólio é escasso: alguma fauna, incluindo uma *Venerupis* decussata, alguns bordos cerâmicos e, no fundo, cerâmica de revestimento. Retiraram-se mais de 15 litros de terras para posteriores crivagens finas.

A cor dominante destes restos não estruturados de combustão é o cinzento rosado - 7.5 YR 7/2, *pinkish gray*, de Munsell.

82.08.28

I.25.: a 050/055 cm. de Z local absoluto, nível com grandes fragmentos de cerâmica de revestimento. Recolhem-se os que apresentam impressões mais nítidas. Numerosos incluem impressões de cordas de junção. Ponta de seta de base ligeiramente côncava I.24.-37.

Prepara-se, com a escavação de I.25., a regularização de I.24., a escavação de J.25. e 26., a definição da face interior do dispositivo defensivo habitualmente designado por Muro 1, num sector de significado particularmente controverso e importante para a compreensão do conjunto, começando por os nivelar pela «calçada».

82.08.30

Registaram-se violações, por desconhecidos, em I.25./26. e J.25. Comunica-se o facto.

Durante as limpezas das áreas atingidas pelos revolvimentos efectuados neste fim de semana, e na prossecução da escavação, recolhe-se I.26.-3, uma pequena escultura de cerâmica muito próxima dos chamados ídolos de cornos. Peça notavelmente conservada, apresenta uma perfuração de secção circular que a atravessa integralmente.

Ponta de seta de base côncava I.24.-39.

Movente integrado em estrutura J.25.-9.

K.25.-10: bordo de forma acampanada, com incisões grosseiramente paralelas a 24 mm. do bordo (contam-se quatro).

I.26.-6: possível fragmento de ídolo cilindróide, de calcário.

ESTADO GERAL DA ESCAVAÇÃO EM 82.09.01

Ao fim da tarde de 82.09.01, verificava-se um cumprimento integral do *timing* previsto e, consequentemente, tornava-se possível uma síntese geral dos dados adquiridos.

1. *Estruturas*

1.1. O desmonte da confusa área de derrube centrada em J.25. e 26. conduziu à identificação da Cabana 7, uma típica estrutura habitacional de segunda fase. O vão do semi-círculo do soco de pedras abre a 270g e apresenta-se parcialmente destruído na extremidade a 370g. Como é habitual neste género de estruturas, o espólio proveniente do seu interior é escasso, sendo no entanto de salientar a tampa de xisto J.25.-22 e a lâmina J.25.-16, até ao presente a única lâmina completa recolhida no povoado.

1.2. Está previsto o desmonte selectivo da área de derrubes já desenhada em 2(80) e que abrange o espaço de J.24., sendo anexa à parte visível da Cabana 5. Iniciou-se já a limpeza da estrutura rectangular (de xisto laminar) que «sai» da Cabana 5 em direcção a 270g. Adossado ao ângulo esquerdo [todas as referências *direito* e *esquerdo* em Santa Justa, nesta e noutras campanhas, subentendem que o observador se encontra virado para 70g, isto desde que não verifique qualquer indicação específica em contrário], encontrava-se um buraco de poste cuja funcionalidade só poderá ser definida após o desmonte que referimos, estando ainda em aberto a possibilidade de ele se relacionar com a cobertura da Cabana 7.

1.3. Nas coordenadas 25. e 26., a face do Muro 1 aparece-nos agora com a nitidez suficiente à preparação do espaço homogéneo de escavação H./I.23./26., num rectângulo 8x4 m. considerado ideal para a verificação da sequência de ocupação do sector.

1.4. A escavação de I.25., a partir do seu Z 050 cm., revelou uma extensa área com fragmentos de cerâmica de revestimento, muitos deles apresentando impressões cruzadas e, não poucos, impressões de cordas de junção. Recolhidos os exemplares do topo deste nível que se consideraram mais significativos, optou-se por isolar a mancha na horizontal, de forma a obter-se de imediato a extensão e a própria morfologia do derrube. De assinalar que não se trata aqui de uma camada homogénea, como acontecera nas coordenadas J.13. e 14., escavadas em 1(79), mas de um autêntico aglomerado de blocos de tamanho muito diverso, variando geralmente entre os 5 e os 20 cm. de dimensão, em média.

1.5. Em I.25., ao Z de 030, identificaram-se dois núcleos de características diversas, representando ambos restos localizados de combustão. O segundo a ser identificado era constituído por camada muito pouco espessa de cinzas e pequenos carvões e as coordenadas de um ponto central eram 140/180/030. A espessura não atingia os 2 cm. Trata-se, muito provavelmente, dos restos de uma única fogueira não estruturada.

O primeiro núcleo a ser identificado tinha como coordenadas de um seu ponto central 030/070/030 e apresentava-se com o aspecto de uma oval bi-pedunculada (o outro era sensivelmente circular) e a espessura atingia os 20 cm., enquanto, à sua superfície, apresentava por dimensões máximas 087x068 cm. O seu aspecto era o de uma bolsa de restos de uma combustão intensa, traduzindo o funcionamento no local de uma fogueira repetidas vezes acendida.

1.6. A estrutura semi-circular designada na campanha 3(81) por Cabana 9, o seu espaço anexo, foi escavada totalmente aquando das operações de consolidação (com cimento substituindo a terra amassada) da Torre 3 e do Reforço ao Muro 1 em G.23./24.. Assenta sobre um solo localmente designado por *A*, de terras escolhidas. Este nível corresponde em termos estratigráficos ao que suporta o reforço ao Muro 1. Dentro da Cabana 9, foram ainda possíveis algumas observações: (1) verificou-se a existência de dois níveis de derrube;

(2) a primeira fieira do soco de pedras de onde arrancava a cabana assenta num solo preparado, com regularização e nivelamento horizontal.

A irregularidade provocada pela erosão e as destruições evidenciadas pelas extremidades do soco justificavam várias aproximações interpretativas. Ana Margarida Arruda chegou a pensar que, pelas suas reduzidas dimensões, a chamada Cabana 9 não o era, mas mais provavelmente uma torre albarran, de falsa cúpula. Porém, nem a integral escavação nem a análise do escasso conteúdo - escasso como é usual em todas as cabanas de Santa Justa -, constituido por dois fragmentos de crescentes (pesos de tear), pouca cerâmica de revestimento e alguns ossos, parecem confirmar esta hipótese.

2. *Espólio*

O espólio recolhido até ao presente, e salvo excepções que adiante serão assinaladas, não apresenta divergências de qualquer espécie com o que foi registado em campanhas anteriores. Parece assim confirmar-se a suposição que a área fundamental de pesquisa deverá centrar-se na averiguação da sequência de construção do dispositivo defensivo e nas áreas habitacionais extra-muros, para além de H.23./24./25./26., presumivelmente tão rica em informação como a correspondente em 15/18.

2.1. *Indústria lítica.* A indústria lítica recolhida inclui J.25.-5, um machado de secção oval em excelente estado de conservação, com o gume boleado por intensa utilização, a lâmina I.24.-32, de grandes dimensões, diversas pontas de seta de base côncava. J.25.-16 (uma pequena lâmina que se encontrava inteira) é, como já se disse, a primeira nestas condições a recolher-se em Santa Justa.

2.2. *Cerâmica de revestimento.* Especialmente em I.25., foi possível recuperar alguns excelentes fragmentos, incluindo alguns com impressões paralelas, convergentes, agrupadas perpendicularmente, com dedadas de alisamento na face interior, esgotando-se assim, adicionadas as impressões de cordas de junção, e aparentemente, toda a informação possível de obter deste revestimento.

2.3. *Cerâmica comum.* Pertence aos tipos habituais. Exceptuamos H.25.-27, cuja interpretação permanece obscura (pega de recipiente, parte de pequena estatueta?) e I.24.-23, até hoje o único fragmento com decoração «millarense» recolhido no povoado *[este fragmento parece ter sido extraviado durante o transporte porque não foi localizado na altura em que este trabalho começou a ser escrito].*

2.4. *Artefactos ideotécnicos.* Algumas dúvidas poderão ser levantadas à interpretação de I.26.-6 como fragmento de um ídolo cilíndrico, mas a verdade é que a afirmativa não escandaliza neste contexto geográfico-cultural. Quanto a I.26.-3, trata-se de uma notável peça assimilável ao grupo iconológico designado geralmente por *ídolos de cornos*. I.26.-3 foi recolhido ao mesmo nível em que se encontram as cerâmicas de revestimento pertencentes à estrutura de I.25., o que valoriza a sua recolha.

2.5. *Restos de metalurgia.* Traduzidos por escórias de fundição e gotículas aderentes a alguma cerâmica de revestimento.

82.08.03

Em H.25., junto à face interna do Muro 1, identifica-se um grande núcleo de restos ósseos, num ponto cujas coordenadas centrais são 114/117/025.

Prossegue a limpeza com vista a desenho da estrutura de I.25.. Resto de talhe J.25.-42. Ponta de seta de base côncava J.25.-41. Fragmento de cerâmica com mamilo de preensão circular.

82.09.04

Fotografia da estrutura de I.25. Trata-se de uma estrutura sensivelmente circular (provocada pelo derrube de uma construção de significado a determinar). O aspecto actual traduz um derrube organizado, isto é, um abatimento das paredes que conserva a forma geral da estrutura original.

Uma vez retiradas do topo as principais peças cerâmicas que a compunham, verificou-se serem estas as maiores, com impressões de caules numa das faces e na outra sinais de alisamento e regularização. Seguem-se outras, de menores dimensões, traduzindo um grau de fragmentação associado a efeitos de fogo intenso (carvões recolhidos no interior dos negativos). Tal como se verificara noutros casos, existem micro-quantidades de carvão associadas a esta cerâmica, mas o seu próprio som indica o recozimento da argila devido à acção do fogo.

A estrutura de I.25. é, portanto, intrinsecamente importante, mas não apenas quando consideramos a sua localização espacial, junto à face interna do Muro 1, um pouco à maneira das estruturas de combustão 0 a 3. E muito particularmente importante pelo facto de ela aparecer como uma das raras estruturas associáveis aos primeiros momentos de alargamento do povoado.

Outra área particularmente interessante, mas de interpretação extremamente dificultada, é a que se localiza na sequência da porta 2. O seu estado de destruição, o arrastamento de terras e pedras provocado pela lavoura, muito intensa nesta área, explica as controvérsias. A evolução das estruturas anexas à Porta 2, em direcção à Torre 5, que estava longe de ser nítida em fins de 3(81), aparece agora um pouco mais clara (não se esquecendo as reservas anteriormente emitidas), após as operações de limpeza efectuadas durante esta Campanha. No entanto, a destruição do Muro 1, na sua face que aponta a 70g, é tal que o problema se não circunscreve à limpeza e registo, mas à própria orientação quase microscópica destas operações indispensáveis à interpretação.

Aquando da escavação da Torre 5, em 3(81), aparecia como pouco evidente a ligação Torre 5/Muro 1, aí reduzida aos alicerces ou a nem isso. Hoje, essa conexão não aparece como estranha num fecho de oval como aquele que nesse sector foi detectado, sem dúvida bizarro, mas correspondendo a uma fase de construção provavelmente tardia.

Todos os esforços da equipa se concentram agora (1) no desenho e cotagem de pontos em 25./29.; (2) na escavação de precisão em H. e I.25.; (3) na conclusão da escavação das estruturas sobrepostas em F.23./24..

82.09.06

Recolhem-se 57 fragmentos de cerâmica de revestimento com negativos particularmente significativos, quase todos na estrutura de I.25. (I.25.-159 a 187 e 189 a 212), após escolhas prévias. Contam-se por centenas os fragmentos que, por pouco informativos, não foram registados individualmente.

Com o auxílio de uma John Deere de lagartas, D4, evacuam-se terras de anteriores escavações, acumuladas sobretudo em Q.R/10./18.

82.09.07

Estrutura ovóide de cerâmica de revestimento em I.25.: tinha decorrido oportunamente o desenho dos resultados das primeiras fases de decapagem cujo Z absoluto local estava próximo de 055 cm. e cujas cotas em relação ao ponto 0 do povoado (junção L.M./22.23.) oscilavam entre -116 e -113. Após a primeira decapagem, continuou a recolha da cerâmica de revestimento, o que permitiu um segundo desenho a um Z local de 075 cm. e relativo de -153 e -120. As cerâmicas de revestimento recolhidas continuam a apresentar as características comuns neste tipo de cerâmicas, mas é de salientar a grande abundância de impressões de cordas de junção e fragmentos com impressões em diversos planos, indicando assim o entrecruzar dos caules. Simultaneamente, haverá que salientar o aspecto quase carbonizado de algumas destas cerâmicas, sobretudo as que se encontravam no fundo e ao centro da estrutura. No que respeita à orla periférica, escasseiam estes traços.

Uma recolha importante, a do fragmento de cerâmica de revestimento I.25.-224, que conservava *não apenas as impressões, mas também os caules carbonizados*, o que poderá resolver as dúvidas sobre o tipo de vegetação que era utilizado na construção das estruturas deste tipo de Santa Justa.

Haverá que referir alguma fauna associada a estes restos e alguns bordos cerâmicos dispersos. Um dos fragmentos de cerâmica de revestimento incorporava como componente não plástico um fragmento de crescente.

Uma última observação, no que diz respeito a pingos de fundição aderentes a esta cerâmica: parece discutível que se trate, com absoluta certeza, de pingos de fundição no sentido estrito do termo, podendo tratar-se de pequenas partículas de mineral que derreteram aquando do fogo intenso experimentado pela estrutura. Mas este será ponto a aclarar.

82.09.08

Novas recolhas de fragmento de cerâmica de revestimento com caules carbonizados no interior das impressões: H.25.-57 e 58, I.25.-232 e 237, para além de alguns outros com impressões de folhas (I.25.-227, 228 e 238).

Um pormenor que explica parcialmente a conservação destes caules carbonizados: na maior parte dos casos, a aplicação da argila fresca sobre os caules, visando criar uma superfície sólida e impermeável, produziu o acrescentar de duas camadas que assim se conservaram, a vegetal e a cerâmica. Mas nalguns momentos da aplicação da argila, ela envolveu *completamente* os troncos mais pequenos, produzindo autênticos tubos que preservaram no seu interior os caules carbonizados.

82.09.09

Continuação da escavação da estrutura de I.25.: a um Z local de 150 cm., definição do que parece ser o fundo da estrutura, um soco derrubado composto por pedras de dimensões e morfologia muito diferentes das que são usualmente aplicadas nos socos das estruturas habitacionais. Algumas dessas pedras conservavam ainda aderentes fragmentos de argila consolidada e manchas de cinza que chegavam a revestir o aspecto de placas. Todas de grauvaque. Na orla periférica, e a meia altura, um bordo «almendrado» típico, I.25.-242. Após registo fotográfico da situação, início do desmonte dos quadrados anexos.

A estrutura dita de I.25. apresenta-se agora com uma série de possibilidades de interpretação. Seriam, teoricamente:

1. estrutura habitacional;
2. espaço de relacionamento com o sagrado;
3. área de fogo coberto, «forno»:

(3.1.) doméstico; (3.2.) ritual; (3.3.) metalúrgico.

Nenhuma destas hipóteses pode, para já, ser sobrevalorizada.

82.09.10

Na limpeza das coordenadas 9. a 18. na sua área exterior virada a 70º, limpa mecanicamente aquando da evacuação de terras de anteriores campanhas, recolhe-se um pingo de fundição de cobre.

Na área I.23./24. continua a escavação da estrutura derrubada, procurando-se agora obter um plano na base do seu assentamento primitivo.

Em P./Q.-14./15., identificação da Torre 6, aparentemente maciça e construída em grauvaque.

Q.16.-1, ponta de seta próxima dos modelos alcalarenses.

82.09.13

Verificação e medições das torres já identificadas, registando-se para discussão posterior as dimensões da «abertura» (anexa ao muro 1 ou ao seu Reforço) e do eixo que lhe é perpendicular (respectivamente *A* e *Ep*):

Torre 1: A 3.30 m. Ep 2.80 m.
Torre 2: A 2.20 m. Ep 1.60 m.
Torre 3: A 3.60 m. Ep 2.40 m.
Torre 5: A 3.60 m. Ep 2.50 m.
Torre 6: A 3.60 m. Ep 2.60 m.

Uma primeira análise destas medidas sublinha naturalmente agrupamentos como os que se seguem 1+2+3/5/6, parecendo possível poder falar-se de uma só fase de construção para as três últimas. Quanto a T1, trata-se, como sempre se disse, de uma torre relacionada com os primeiros momentos do dispositivo defensivo, não deixando de ser curioso o seu deliberado entulhamento, pelo menos parcial. Quanto a T2, é uma pequena torre de última fase e de significado algo ímpar no conjunto já identificado.

Uma questão antiga parece agora mais fácil de equacionar, se bem que só a escavação integral da fortificação a possa esclarecer na extensão das suas implicações: *existem, ou não, momentos homogéneos de construção e, eventualmente, mesmo, um plano prévio de construção*. Se esquecermos a particular morfologia da Torre 3, evidentemente construída para proteger a Porta 2, e correspondendo à natural inflexão de *fecho de muro*, a altura em que esta porta é construída parece corresponder a uma revisão geral da estratégia defensiva, traduzida na arquitectura por torres de apoio que apresentam um dimensionamento e uma técnica de construção semelhantes.

82.09.14

A chamada *estrutura de I.25.* continua para H.25. e as áreas anexas revestem-se de grande interesse, particularmente a que se encontra entre a estrutura e a parede interna do Muro 1. Aí se recolheram muito abundantes restos de fauna com sinais de fogo intenso, para além de fauna malacológica incluindo *Venerupis decussata* e outras espécies. Nesta área, identificou-se uma concentração notável - em H.25. e em torno à estrutura de I.25. - de artefactos ideotécnicos de grande raridade no povoado (até este momento, apenas 1 recolhido e no entulho inferior da Torre 1). São concretamente um *ídolo de cornos* intacto e oito fragmentos, alguns de grandes dimensões. A «disposição» dos *ídolos* em torno a esta estrutura, se é discutível quanto à sua intencionalidade não deixa de ser significativa, pela específica concentração numa área limitada de artefactos aos quais tradicionalmente se atribui uma função idêntica. A estrutura de I.25. deve, portanto, ser abordada com uma muito maior abertura, alargado como parece estar o leque de opções. Supôs-se inicialmente poder tratar-se de restos de um pequeno espaço de habitação. A sua própria morfologia e os ídolos poderiam permitir avançar uma relação com o sagrado, não sendo de esquecer os dados referentes à metalurgia significativamente representada no local.

Espaço relacionado com o sagrado, área de metalurgia com divindades protectoras dessa actividade específica, ou simples área funcional, sendo os chamados *ídolos de cornos* simples artefactos tecnómicos, a escolha não é agora possível com clareza, mas o prosseguir da escavação talvez venha a esclarecer esta questão.

Fragmentos de *ídolos de cornos*: H.25.-87, frag. de topo; I.26.-73, pequeno frag., de zona indeterminada, mas provavelmente mediana; H.25.-93, frag. de topo; H.25.-94, frag. de base.

82.09.16

A Campanha de escavações 1(79) no Cerro do Castelo de Santa Justa dirigia-se a um alvo bem preciso: a determinação precisa do espaço interno habitável delimitado pelo dispositivo defensivo, cujo traçado começava então a entrever-se. Como se escreveu, tal sector era abrangido pelas coordenadas 9./18.-G./P.. Aí se procedeu a um processo de decapagem horizontal visando evidenciar as estruturas habitacionais e, obviamente, o próprio dispositivo defensivo patente naquele sector. Os intensos derrubes registados em O./P./Q. perturbavam consideravelmente uma correcta e integral leitura. Verificou-se posteriormente que para além dos derrubes acumulados parecia que um pequeno troço de muro moderno assentava parcialmente sobre estruturas antigas. A continuação da limpeza e desmonte sistemáticos neste sector, sempre revelando derrubes modernos bastante imbricados, revelaria uma nova torre, cujo topo superior, tal como na T6, apresentava a mesma inclinação pronunciada do solo, já em vertente, que a cobria. Localizada em O./P.-10./11., maciça e em xisto laminar, esta Torre 7 apresentava medidas A e Ep semelhantes às de outras já identificadas: A -3,60, Ep. 2,30 m.

Trata-se, sem dúvida, de uma torre com específico significado no dispositivo defensivo, uma vez que fecha uma inflexão do Muro, correspondente talvez à revisão da fortificação que implicou o fecho da Porta 1. As próprias condições da sua identificação conduzem à convicção que haverá de prosseguir neste sector os trabalhos até ao desmonte integral dos derrubes já referidos e que se referem sobretudo às coordenadas 9. a 18., prolongando-se pelo menos até às 23. e 24.

82.09.17

H.24.-48: topo de um *ídolo de cornos*, mais uma vez conectado com a estrutura de I.25.. O que reforça observações anteriores.

82.09.18

A instabilidade do tempo originou fortes chuvas que atingiram duramente áreas em escavação fina. Montaram-se, com a brevidade possível, sistemas de protecção de I.25. que se consolidaram como definitivos até campanha próxima.

Os trabalhos conduzidos na Porta 2 e seu enquadramento espacial imediato permitem agora compreender a sua inserção na fortificação nesta área quase totalmente desmontada, uma vez que os derrubes são aqui constituídos pelas próprias pedras da segunda fieira de muros e chegam mesmo a faltar algumas da primeira fieira, a que assenta *indirectamente* sobre a rocha. Por outro lado, a falta de reforço em P.18., ou a sua quase integral destruição, parece explicar-se pela construção de um muro moderno que deve ter aproveitado as pedras com que ele provavelmente foi construído.

9.3.2.5. *Campanha 5(83)*

1. OBJECTIVOS DA CAMPANHA 5(83)

As circunstâncias verificadas ao longo de 1983, inicialmente a redução a praticamente ¼ do subsídio solicitado e o facto de em 06 de Setembro se desconhecer ainda se haveria ou não verbas para as escavações arqueológicas previstas, implicaram uma completa revisão da estratégia da escavação. Assim, tiveram de ser postos de parte objectivos como a abertura de um extenso corte na encosta e a descida «total» nas coordenadas 19./22. (inclusive).

Reposicionada a questão, defini os seguintes novos objectivos:

1. desaterro da encosta a 70g (topo), onde se tinham vindo a acumular terras de anteriores escavações em torno a um pequeno muro de construção recente. Nesta área, parecia possível definir um bom alçado para o reforço ao Muro 1;
2. escavação com isolamento do topo do Muro 1/reforço, na sua ligação à Torre 4;
3. idem, na sua ligação à Torre 1;
4. consolidação das Torres 1 e 2;
5. desenho final do fecho da elipse constituída pelo dispositivo defensivo.

Perante as verbas atribuídas, e mesmo que elas viessem efectivamente a ser concedidas (o que não era, então, líquido), seria em absoluto impossível concluir este ano os trabalhos cujo prolongamento deverá implicar outras duas Campanhas, no caso de virem a ser alterados (para melhor...) os quantitativos atribuídos à Arqueologia.

2. RESULTADOS

2.1. *Materiais arqueológicos*

Como se poderia depreender dos objectivos fixados no início dos trabalhos, não era esta a finalidade desta campanha, nem sequer se inscrevendo na lista não citada dos objectivos menores. Santa Justa forneceu já abundantes materiais, nomeadamente cerâmicos e metálicos, pelo que a recolha de outros como objectivo específico apenas entrará em linha de conta quando se iniciar a escavação das poucas áreas do povoado onde uma sequência de solos de ocupação parece particularmente densa.

Apesar dos trabalhos visarem, portanto, e tão só, estruturas, algum espólio foi recolhido.

A cerâmica recolhida não apresenta nenhuma característica que altere significativamente o que já se sabe sobre a olaria calcolítica de Santa Justa. No entanto, especialmente menção deverá ser feita a um núcleo encontrado aquando da remoção de entulhos que obstruíam parcialmente o acesso à Torre 9. Incluem alguns fragmentos mamilonados, até agora relativamente raros em Santa Justa. Infelizmente provenientes de área muito convulsionada, a informação que poderíamos extrair deles torna-se escassa, por ausência de contexto. O material lítico integra os artefactos habituais, mas deverei salientar duas peças em particular. Uma apresenta sulcos para fixação e encabamento (trata-se de um pequeno machado). Outra, sendo proveniente de uma nova estrutura, uma cabana extra-muros, apresenta um gume intacto, tal como tivesse sido acabada de fabricar ou se tratasse de uma peça votiva.

Intra-muros, na face do povoado virada a 270g, nas coordenadas 19./21., a limpeza superficial do terreno, com vista à identificação do topo do Muro 1/reforço, revelou um primeiro solo de ocupação com dezenas de fragmentos de crescentes (um novo tear?). O solo foi protegido até que a escavação total da área, prevista para a campanha 6(84), possa ser empreendida.

Resta acrescentar que, nas limpezas gerais levadas a efeito no perímetro exterior da fortificação, se recolheram, tal como em anos anteriores, numerosos componentes de mós manuais.

2.2. *Estruturas*

Foi no campo das estruturas que a campanha 5(83) forneceu maior número de informação, confirmando aliás, suposições e hipóteses de trabalho formuladas desde a primeira campanha (nomeadamente CLIO 2, 1980: 139; CLIO 3, 1981: 170; idem: 176).

Sumariando as novas aquisições neste domínio, especificadas adiante nos anexos, poderíamos apresentar agora uma primeira listagem: - Nova Torre 4b, sob a Torre 4, já identificada, mas apenas numa pequena extensão em campanhas anteriores. De salientar que a pequena inflexão do Muro 1, interpretada como sendo o arranque da Torre 4, se encontrava num plano completamente diverso do que resta da Torre 11 e que o seu traçado integral só agora ficou definitivamente esclarecido.

- (nova) Torre 8;
- (nova) Torre 10 (?);
- (nova) Torre 9;
- (nova) cabana, extra-muros e adossada ao Muro 1, no sector da Porta 1.

Este conjunto de torres define de forma definitiva o núcleo principal do dispositivo, que ora sabemos composto por um *Muro*, um outro adossado, designado por *Reforço* e por dez Torres a funcionarem simultaneamente. Torres, ocas ou maciças, que desempenharam importante papel nas concepções sucessivas de elaboração de uma protecção eficaz ao espaço a defender ou proteger e de apoio estrutural à própria construção.

Para melhor se compreenderem os aspectos e problemas relacionados com este conjunto será aconselhável a leitura da síntese publicada adiante e das anotações do caderno de campo (nomeadamente as de 83.09.09 e 83.09.13, dias em que tais estruturas foram pela primeira vez analisadas e discutidas, ainda em curso de escavação).

Está, portanto, obtida a necessária leitura geral do dispositivo defensivo, sendo apenas negativa a impossibilidade, por escassez da verba disponível, de se verificarem os enchancramentos de muros na área a Sul da Porta 1, o que será, sem dúvida, uma das prioridades para 1984 ou 1985.

Outro importante contributo da Campanha 5(83) residiu na definição de um espaço habitacional adossado ao exterior da área a que se faz referência no parágrafo anterior. Este espaço habitacional, muito degradado pela agricultura, pelas remoções de pedras e pelas deslocações de terrenos devidas aos efeitos da chuva e à acção eólica, revelou, no entanto, uma extensa cabana, consideravelmente maior que o habitual em Santa Justa, cuja planta oval representa uma novidade em relação às numerosas estruturas habitacionais já detectadas e divulgadas (ver, nomeadamente, ARQUEOLOGIA, Porto, 1983: 42).

Esta cabana, a 10, pode ser definida como uma estrutura oval, em grauvaque, construída em fieiras sobrepostas, com terra amassada a consolidar o conjunto. As suas dimensões são superiores ao dobro de qualquer cabana de fase 2 já identificada.

A principal questão em torno a esta cabana reside em saber se ela se entrosa no Muro 1 e seu reforço ou na suposta Torre 10. Este ponto apenas poderá ser esclarecido aquando da campanha 6(84), através de um corte perpendicular ao sector em discussão.

3. PERSPECTIVAS

Não é possível, sem um conhecimento exacto das verbas disponíveis para 1984, elaborar um detalhado plano de trabalhos. Os objectivos ideais, mesmo de acordo com uma previsão de restritivismo orçamental, parecem obviamente ser:

1. esclarecimento da sequência de ocupação nas coordenadas 19./22.;
2. esclarecimento da relação entre o Muro 1, a provável Torre 10 e a Cabana 10;
3. consolidação geral das estruturas defensivas, especificamente no caso dos troços do reforço ao Muro 1 particularmente ameaçados pelo escorrimento e infiltração de águas.

Continua a não parecer possível a desejada extensa sondagem na encosta virada a 270g, a menos que reforços de verbas o permitam. Deve salientar-se que a execução desta sondagem parece essencial para se definir com rigor a futura área de protecção ao sítio e que trabalhos agrícolas anteriores revelaram extenso espólio em proveniência exactamente deste sector.

ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO E OBSERVAÇÕES PONTUAIS

83.09.04

A Campanha inicia-se, com graves problemas no transporte de pessoal e equipamento entre Martim Longo e o Cerro do Castelo.

83.09.05

Desmonta-se o sector do muro moderno, transversal ao eixo mais longo do povoado, próximo da encosta a 70g. Recolhem-se vários dormentes e moventes que tinham sido integrados na construção. Um amontoado de pedras de aspecto contemporâneo do muro, ao ser desmontado, revela o topo de uma provável torre. Se confirmada, tratar-se-á da n.º 8.

83.09.06

Verificada a fraca rentabilidade do desmonte manual dos muros modernos, recorre-se a uma máquina D4 da Câmara Municipal de Alcoutim. As facilidades na utilização dessa máquina vão permitir: (1) remover o troço do muro moderno no topo da encosta apontado a 270g; (2) remover as terras acumuladas entre as coordenadas 18./23./P.Q.R.S e provenientes das Campanhas 1(79) e 2(80); (3) remover a acumulação de terras provenientes da Campanha 4(82) e concentradas em B.C./23./24.; (4) regularizar o caminho Santa Justa/Cerro do Castelo; (5) efectuar estas operações nos acessos Santa Justa/Eira dos Palheiros.

A limpeza, seguida de desmonte, do pequeno troço de muro moderno, em P.18., demonstrou ter ele sido construído com pedras arrancadas a uma torre [que ele ocultava, por sobre ela ter sido construído]. Trata-se, assim, da Torre 8, maciça e em tudo idêntica à Torre 6.

Sobre a Torre 8, pequeno furador de cobre P.18.-1, fragmento de lâmina P.18.-4 e frs. de cerâmica P.18.--2, 3, 5, 6, 7, 8.

83.09.08

Prossegue a reformulação dos objectivos da campanha, insistindo-se (1) no desaterro da encosta a 70g onde se vinham a acumular terras e onde parecia provável definir-se um bom alçado do muro de reforço e da junção à Torre 4; (2) na escavação com isolamento do topo do Muro 1 na sua ligação à Torre 4; (3) idem na sua ligação à Torre 1; (4) no reforço com cimento das Torres 1 e 2; (5) desenho final do fecho da elipse constituída pelo núcleo do dispositivo defensivo.

A necessidade de concentrar esforços de trabalhadores e técnicos disponíveis, e economizar custos, conduz à abertura de uma sondagem destinada a isolar o topo do Muro 1 num sector determinado, correspondendo a parte de G./H.-20./22. G./H.-19.. Permitem o acesso ao interior do dispositivo defensivo a partir da encosta virada a 270g, pelo que permanecerão, por enquanto, por escavar.

83.09.09

Progressos sensíveis nas três áreas em escavação:

1. *Torre 8*: conclui-se a limpeza e isolamento do topo desta torre, com vista ao seu desenho e cotagem altimétrica;

2. *Torre 4*: o avanço na escavação da área de junção entre os troços do Muro 1 em 18. e 23. (de onde arranca a Torre 4) permite confirmar a grande dimensão da torre aí já parcialmente visível e ainda o facto de se tratar de uma torre oca [de 1.ª fase?]. Morfologicamente são aparentes semelhanças com a Torre 1;

3. *Muro 1 em G./H.-19./22.*: verificado um estranho espessamento no interior do Muro 1. A recordar observações de campanhas anteriores, nomeadamente 2(80), sobre idêntico espessamento verificado em H.18.. Decidiu-se alongar a sondagem, de forma a abranger a integralidade dos quadrados e não a área mais restrita inicialmente prevista.

Prosseguimento dos trabalhos em F./G.-20., 21., 22., conduz à identificação de mais uma torre, a 9, maciça e de segunda fase, tal como as 5, 6, 7 e 8, ligeiramente mais pequena que a 7. É, aliás, e depois da Torre 2, a mais pequena do povoado. Se admitirmos como provável, como se fez desde 1979, a existência de uma outra torre, muito destruída, nas imediações da Porta 1, teríamos 10 torres em Santa Justa, 3 ocas e 7 maciças. A menos que a Torre 4 seja outra coisa que o que parece ser.

83.09.13

Início da abertura de nova área de trabalho, junto à Porta 1, procurando esclarecer alguns obscuros adossamentos e derrubes nesse sector do Muro 1.

TORRE	GRAUVAQUE	XISTO	OCA	MACIÇA	FASE 1	FASE 2
1	–	1	+	–	+	–
2	+	–	+	–	–	+
3	+	–	–	+	–	+?
4	+	–	+	–	+?	–
5	–	+	–	+	–	+
6	–	+	–	+	–	+
7	–	+	–	+?	–	+
8	–	+	?	+?	–	+
9	+	–	+	–	–	+
10	+	–	+	–	–	+

Se o quadro supra pode resumir uma dada linha de suposições relativas às torres de Santa Justa, suposições que se limitam obviamente à sua integração numa dada fase ou momento de construção, diversos cenários são possíveis, todos eles levantando estimulantes questões. Assim, (1) todo o troço do Muro 1 virado a 70º foi reconstruído, o que implicou, aliás, uma pequena ampliação do espaço habitável; (2) esta reconstrução constitui um desdobramento da Fase 1 de construção - designável por fase 1b, ou merecerá a designação de Fase 2, passando tudo o que era assim designado a referir-se como Fase 3?; (3) a reconstrução do Muro 1, neste sector, é contemporânea do reforço geral e, consequentemente, o Muro 1 é aqui parte integrante da Fase 2.

Outras observações são possíveis, numa perspectiva mais completa:

1. o traçado do Muro 1 virado a 270º, onde se enchancra a Torre 1, corresponde a parte do mais antigo traçado do dispositivo defensivo do Cerro do Castelo de Santa Justa, que incluiria a Porta 1, então em funcionamento;

2. o traçado do Muro 1 virado a 70º foi destruído e reconstruído de seguida. Esta reconstrução corresponde ao entaipamento da Porta 1 e à construção de um Muro de reforço adossado ao Muro 1, reforço esse que inclui torres maciças, geralmente de xisto [tal como o próprio Muro de Reforço em que elas se integram]. Deste momento seriam a Porta 2, a partir daí em utilização, e outras torres, nas faces a 270º;

3. uma análise morfológica das torres evidencia aproximações. Assim:

3.1. as Torres 5, 8, 6 e 7 parecem idênticas; 3.2. as Torres 2 e 9 são muito próximas de concepção;

3.3. a Torre 3 é uma torre de protecção de ângulo, sem réplica conhecida;

3.4. sendo pouco legível, a Torre 4 parece, no entanto, próxima da 1;

3.5. a Torre 1 continua a constituir, apesar do que se sugere em 3.4., um caso particular;

4. uma explicação para 3.1.: construção simultânea e função idêntica;

5. uma explicação para 3.5.: (1) a Torre 1 não tem significado defensivo intrínseco, podendo ter servido inclusivamente como silo aéreo ou área de armazenagem. Interessante será lembrar que o primeiro ídolo de cornos recolhido em Santa Justa provém exactamente das camadas mais profundas desta torre. Aliás, em 1980, Ana Margarida Arruda fizera uma primeira observação sobre o encurvamento das paredes internas da Torre 1, sugerindo num dos *briefings* de campo poder tratar-se de indícios de esta torre fechar em falsa cúpula. O que significaria poder ela ser considerada como um espaço utilizável, aberto à área protegida; (2) a concepção das torres como parte integrante de um dispositivo defensivo faz-se num segundo momento da construção e da vida do povoado, justamente aquele em que são mais abundantes os vestígios da metalurgia do cobre. Nesse momento, assistimos a importantes alterações na estratégia da reconstrução e reforço, com a instalação de um muro adossado ao primitivo e incluindo torres. Torres que, onde se encontram, são *o próprio reforço* [e não um qualquer aditivo a considerar separadamente];

6. se bem que o número de torres e o eventual espessamento do Muro torne inevitáveis ilações sobre o impressionante aspecto da fortificação, e o seu significado estratégico, até pelo local escolhido para a sua implantação, não deverá ser excluída, à partida e liminarmente, a hipótese de as torres terem desempenhado um papel também de contraforte do Muro 1, cuja localização em encosta íngreme não deixaria de colocar graves problemas de segurança e conservação;

7. de qualquer forma, contrafortes ou não, as torres representam, ao mesmo nível das reconstruções, o levantar de uma série extensa de questões, por vezes em alternativa ou em contradição aparente:

— uma fortificação a tal ponto complexa pressupõe inimigos identificados ou receio da sua eventual existência.

— a destruição do Muro 1 no sector a 70º e a sua reconstrução apenas algumas dezenas de centímetros mais à frente pode traduzir (1) assalto bem sucedido, obrigando a reconstrução (2) calamidade natural (sismo?), a atingir mais severamente a área do povoado assente em declive mais pronunciado.

De notar, no entanto, que neste caso as torres teriam de ser obrigatoriamente contrafortes. Não parece muito lógico [palavra, é certo, sem grande significado no estudo de comunidades tão distantes de nós], porém, que a reconstrução, neste caso, colocasse de novo o Muro 1 em posição perigosa.

No que respeita à preocupação com possíveis inimigos surge ainda uma dupla possibilidade: ou (1) se trata de inimigos exógenos ou (2) são os habitantes de Santa Justa, eles próprios, exógenos.

Ainda assim, num caso ou noutro, qual a origem dos estranhos à região? ou estaríamos perante sobreposições parciais de territórios, provocando conflitos ocasionais ou sistemáticos?

Neste feixe de questões, uma hipótese emerge, a de representarem os calcolíticos de Santa Justa os elementos estranhos (de onde o aparato defensivo) e os opositores os pastores semi-nómadas ou transumantes, construtores de megálitos, já em rarefacção na área. Estes últimos construtores de megálitos presumivelmente ainda activos, pela sua dispersão e mobilidade explicariam a escassez dos seus lugares de acampamento na Serra Algarvia, até hoje indetectados, sendo as suas marcas de território os próprios monumentos funerários. A este respeito, o monumento do Curral da Castelhana forneceu interessantes informações.

Considero indispensável salientar que esta sedutora e prática hipótese não deixa de parecer demasiado simples e linear, mas tornou-se absurdamente generalizado o contumaz hábito de alguns escolares afastarem à partida tudo o que se lhes afigura simples, em favor de modelos *mais complexos*, o que não quer necessariamente dizer *mais adequados* às situações e cenários em discussão. Claro que colocar face a face, mesmo episodicamente, e em afrontamento, calcolíticos construtores de tholoi e «neolíticos finais» construtores dos últimos megálitos tem aqui um significado especificamente regional e não se vê que este modelo possa ser usado sem atento aferimento a outras regiões. Eu próprio, na recente escavação do Cabeço do Pé da Erra (Coruche), recolhi elementos que invalidam, naquela região, a aplicação do que aqui parece menos polémico.

Resumindo os pontos que me parecem incontestáveis:

1. O conjunto Muro 1/seus reforços sob a forma de muro ou torre, incluindo as T7, 6, 8, nas coordenadas 9. a 18., na face virada a 70º, é contemporâneo;
2. o conjunto de fecho da Porta 2 (construído na evidente intenção de a proteger), incluindo as Torres 5 e 3, é contemporâneo. A semelhança morfológica das torres como factor explicativo é, aqui, substituída pelo seu específico posicionamento. A proximidade morfológica entre as Torres 2 e 9 parece incluí-las neste momento;
3. o Muro 1, no seu troço mais antigo hoje preservado, a 270º, interrompe-se para abrir à Torre 1, o que os torna naturalmente contemporâneos.

83.09.21

Cabana de planta oval ou elíptica, extra-muros, praticamente anexa à Porta 1. Deverá dizer-se que a sua estrutura difere consideravelmente das estruturas de habitação já identificadas em Santa Justa. Os muros estão muito destruídos apresentando afastamentos do alinhamento vertical, talvez devidos a pressões laterais provocadas pela acumulação de sedimentos no seu exterior. Independentemente de um machado de gume intacto, recolhido logo no início da identificação do topo actual da estrutura, localizaram-se núcleos de cerâmica fragmentada.

(Após uma curta interrupção, a campanha 5(83) prosseguiu entre 22 e 30 de Outubro, tendo em vista a conclusão de alguns desenhos e, sobretudo, e paralelamente, a montagem de estruturas de protecção ao *tholos* da Eira dos Palheiros).

9.3.2.6. *Campanha 6(84)*

OBJECTIVOS DA CAMPANHA 6(84)

Verificadas as limitações orçamentais que transformaram 1984 no pior ano para as actividades arqueológicas em Portugal dos últimos 10 anos (se tomarmos em linha de conta a inflação, Santa Justa dispôs da mais curta verba de sempre, aliás situação compartilhada por quase todos os arqueólogos portugueses e que atingiu escavações de igual importância), houve que redefinir os objectivos da Campanha 6(84).

Recordo, mais uma vez, que as condições logísticas do Cerro do Castelo de Santa Justa são talvez as mais duras da arqueologia de campo portuguesa e que os investimentos em transportes, por exemplo, tornados necessários pelo afastamento entre o lugar de alojamento e o povoado, consomem elevada fatia dos encargos. Ao mesmo tempo, o equipamento de consumo dito corrente, mas que dura sempre alguns anos, no caso do material de desenho, por exemplo, atingiu, ao fim de seis campanhas, o desgaste máximo.

Em 83.10.31, ao redigir-se o pedido de autorização de trabalhos arqueológicos em Santa Justa para 1984 consideravam-se objectivos principais:

1. remoção de terras na face do reforço ao Muro 1 virada a 270º, de forma a isolar as Torres 1, 2 e 10, bem como a estrutura elíptica identificada em 1983;
2. escavação das coordenadas G., H., I., J./20., 21.,22.;
3. remoção de terras, de forma a isolar a Torre 5;
4. prosseguimento da escavação extra-muros;
5. consolidação geral de muros e substituição da terra de junção por cimento.

De acordo com os condicionalismos conhecidos tardiamente, comunicou-se ao Instituto Português do Património Cultural, em 84.06.11, os novos objectivos, assim sumariados:

1. reformulação do levantamento topográfico e seu desdobramento por curvas de nível com maior aproximação entre si;
2. conclusão do desenho de estruturas;
3. desenho de artefactos;
4. fotografia aérea;
5. alargamento da área escavada nos quadrados que estabelecem a ligação entre a Porta 1 e a estrutura elíptica recentemente identificada.

De entre estes objectivos, cumpriram-se integralmente os previstos em 2., 3. e 5., espera-se a conclusão, pelo GAT de Tavira, do ponto 1. (que inclui agora um levantamento de precisão até ao Ribeirão e que deverá estar concluído em Junho de 1985) e a fotografia aérea de prospecção, devido a específicas condições meteorológicas adiada para 1985, deverá ser obtida em data a precisar.

Quanto aos avanços obtidos na Campanha 6(84), segue-se a sua descrição.

A CABANA 10

A escavação de duas estruturas sobrepostas designadas por Cabanas 6 e 9, localizadas no exterior do dispositivo defensivo, em área muito próxima da grande Torre 3, levantara algumas questões sobre o aproveitamento do espaço não defendido pelo Muro 1. Sabia-se já, desde a campanha 1(79), que consideráveis restos de ocupação indicavam uma utilização particularmente intensa da encosta situada genericamente a 270º. A densidade elevadíssima do achado de moventes, dormentes e percutores tinham alertado os escavadores para o facto de não ser suficiente como explicação qualquer eventual escorrimento, uma vez a mesma situação não ter sido verificada na encosta a 70º.

Parecia, portanto, claro, que a encosta a 270º poderia ser considerada uma *área de actividade extra-muros*. E não será desinteressante procurar uma explicação para esta preferência. Nem difícil, se considerarmos como linha directa de penetração a constituída pelo leito (quando seco) ou pelas margens do Ribeirão. Assim sendo, a área melhor protegida de observadores estranhos seria justamente a que encontramos com sinais de ocupação preferencial. Mas não deverá ser esquecido outro factor: se a geografia do terreno se manteve aproximadamente a mesma, então a encosta escolhida foi exactamente a mais suave, onde a própria construção de estruturas habitacionais complementares era de longe mais fácil.

De qualquer modo, as duas cabanas sobrepostas chamavam a atenção para esta ocupação de uma encosta particular se ter processado em momentos sucessivos e não apenas na última fase do povoado ou nos seus últimos momentos.

A escavação da Cabana 10 veio acrescentar alguns dados ao problema, sem permitir, no entanto, excessivas conclusões sobre as conexões dispositivo defensivo/estruturas habitacionais, uma das mais complexas questões em Vila Nova de S. Pedro, Zambujal e Santa Justa.

Situada nas coordenadas 8./9./10.-G./H./I., a estrutura a que me refiro apresenta-se com uma planta sensivelmente elíptica, com dimensões e morfologia completamente diferentes das habituais no povoado. Estas diferenças são igualmente visíveis na própria técnica de construção. Uma série de observações foi elaborada a propósito da Cabana 10.

1. *Quanto à implantação e morfologia:*

1.1. Situa-se quase em anexo ao Muro 1 e a uma estrutura que sai dele, provavelmente uma Torre, quase completamente destruída hoje, muito perto da Porta 1;

1.2. o seu aspecto em planta é o de uma elipse aberta numa das extremidades, sem que na abertura se vejam sinais de fecho provável;

1.3. em alçado, observa-se uma técnica de construção completamente estranha a Santa Justa, onde as cabanas de segunda fase são construídas a partir de socos de pedra grosseiramente aparelhados. Na Cabana 10, os muros começam com uma base sólida de pedras de maiores dimensões, às quais se sobrepõem fieiras de lajes;

1.4. a inclinação actual das faces da cabana poderia fazer crer estarmos perante uma construção em falsa cúpula, mas é difícil decidir se não se verificou aqui o mesmo que em largos troços da face interna do Muro 1, empurrado pelas pressões do terreno para uma posição inclinada que certamente não seria a sua de origem.

2. *Quanto ao espólio*

A escavação desta área, começada em 5(83), tinha revelado, sobre uma das paredes, um machado, praticamente sem sinais de utilização.

Este achado levantou de início algumas questões sobre o próprio significado da estrutura em escavação, uma vez ser muito pouco comum recolherem-se peças neste estado em estruturas habitacionais. De qualquer forma, era duvidoso que se encontrasse *in situ*, consideradas as destruições sistemáticas que esta área parece ter sofrido.

O machado supra não foi, porém, o único artefacto recolhido naquele local específico em 5(83), devendo ser sublinhada a existência de um núcleo de cerâmica muito fragmentada junto à abertura da estrutura.

Em 6(84), a escavação integral da área forneceu cerâmica abundante e outro espólio de que salientarei particularmente:

— I.9.-2 (rp), um maciço componente de mó manual (dormente). De grauvaque, como quase todos os dormentes de Santa Justa, parece ser indício que houve actividade relacionada com a preparação de farinha de cereal no interior da cabana;

— I.9.-1 (rp), uma tampa em xisto laminar, de morfologia idêntica a todas as outras (numerosas) já recolhidas em povoados calcolíticos da Serra Algarvia: circular, de bordos sumariamente talhados, com o diâmetro médio de 18 cm. x 21 cm.;
— I.8.-6 (rp), um fragmento de uma muito curiosa figurinha. O que resta parece ser indiscutivelmente o topo da cabeça, com uma faixa ou duplo cordão na testa e ainda com um dos olhos, ovalado, marcado por um sulco. As outras figurinhas antropomórficas recolhidas até ao momento em povoados peninsulares desta época não fornecem claras comparações para esta peça.
— I.8.-7 (rp), um fragmento de uma falange esculpida. A extraordinária importância deste fragmento reside no facto de fornecer elementos para a quase integral reconstituição de J.15.-39, uma falange decorada fragmentada recolhida em 1(79). J.15.-39 referia-se a dois fragmentos conexos de uma figurinha esculpida numa falange, apresentando os olhos em forma de sol (com traços de pasta branca nas incisões), as *pinturas faciais* típicas e as sobrancelhas. A estes componentes, habituais na representação da Grande Deusa Mãe do Sul Peninsular, acrescentavam-se dois seios em relevo. Mas faltava a parte posterior da figurinha, onde supostamente se encontraria a indicação do cabelo. O fragmento recolhido na Cabana 10 vem permitir extrapolação e a reconstituição aproximada (muito aproximada) do aspecto geral destas figurinhas.

Em relação à Cabana 10, temos portanto um conjunto de dados que a separam das construções que em Santa Justa foram designadas de segunda fase. Esta verificação poderia fazer-nos crer numa de duas hipóteses: (1) a Cabana 10 representa um exemplo de construções de terceira fase, para a qual não há por enquanto outros paralelos; (2) a Cabana 10 é uma das primeiras construções do povoado, portanto anterior à construção do Muro 1, sendo destruída e eventualmente entulhada aquando da construção deste componente do dispositivo defensivo. Ainda é cedo para uma argumentação definitiva poder ser elaborada, mas a segunda hipótese não parece minimamente aceitável.

ARTEFACTOS E TÉCNICAS

Prosseguiu o estudo de artefactos e técnicas, incidindo algumas ópticas de análise em traços de acções humanas geralmente pouco favorizados nas publicações da especialidade sobre esta época. Assim, prestou-se particular atenção a três tipos de vestígios: (1) a cerâmica de revestimento; (2) os utensílios reaproveitados; (3) os objectos com vestígios de uso.

No que respeita à cerâmica de revestimento, prosseguiram as observações sistemáticas dos fragmentados recolhidos, com o objectivo de detectar impressões na argila que forneçam informação. Nalguns fragmentos, as impressões de cordas de junção confirmaram observações anteriores, noutros recolheu-se uma nova gama de dados: impressões de rebentos, de folhas e de caules particularmente finos.

Quanto aos utensílios reaproveitados, J.15.-92 é um excelente exemplo.

Trata-se de um movente exausto, que apresenta lascagem numa das extremidades, operada sobre a face operante, provavelmente sequencial às últimas picotagens de afinamento e recuperação. A outra face apresénta uma área de impactos localizados, tornando admissível que o artefacto, uma vez inutilizado pelo desgaste dos reaproveitamentos para manutenção da função de origem, foi aproveitado para percutor num sistema de lascagem com três componentes, possivelmente no sistema de alça-prema.

No que se refere a objectos com traços de utilização, O.21.-8 é outro bom exemplo. Placa de grauvaque sem qualquer preparação específica, apresenta numa das faces um desgaste circular cupuliforme. A localização e uniformidade das superfícies do desgaste levam a crer não se tratar de resultados de percussão repetida, que se traduziriam por uma área bem mais dispersa, como é o caso verificado em J.15.-92.

Sem pretender fornecer soluções, recordo que os movimentos circulares rápidos de um pau para obtenção de fogo, produziriam um desgaste localizado semelhante. Aliás, este tipo de peças tem paralelos em Corte João Marques, e mesmo na Rotura (na Península de Setúbal).

TORRES E DISPOSITIVO DEFENSIVO: HIPÓTESES E CENÁRIOS

A Campanha 6(84) foi sobretudo uma campanha de reflexão. Se o progresso da escavação nas áreas supra referidas permitiu esclarecer a situação da Cabana 10, pelo menos parcialmente, as torres de Santa Justa, o Muro 1 e o Reforço foram objecto de exaustiva discussão, com vista a determinar as sincronias de construção e a sua ordenação numa sequência diacrónica.

Chegámos assim a três cenários, variando neles o número das fases de construção admissíveis, entre 3 e 4, sendo T abreviatura de *Torre* e P de *Porta*.

MODELO A
1° momento T1 - P1 + T4
2° momento T6 - T7 - T8
3° momento T3 - P2 - T5
4° momento T10 - T11 - T2 - T9

MODELO B
T1 - P1 + T4
T6, 7, 8 + T3 - P2 - T5
T10 - T11 - T2 - T9

MODELO C
T1 - P1 - T4
T3 - T5 - P2
T6 - T7 - T8 - T11 T2 - T9 - T10

Estes cenários são justificados pela argumentação possível, apoiada pelas leituras estratigráficas das próprias estruturas e pelas aproximações morfológicas, obtidas após a definitiva caracterização de cada uma das estruturas.

Algumas questões podem, vantajosamente, ser seriadas:

1. o primeiro momento das construções parece não oferecer dúvidas particulares e é idêntico noa três modelos propostos. De notar que T4 surge em adição por estar em dúvida se a sua primeira construção arranca do primeiro traçado do Muro 1, destruído aqui, ou do seu novo traçado num primeiro fecho;
2. a Porta 1, construída no primeiro momento, e fechada no seu termo, não justifica também discussão específica;
3. já a posição da Porta 2 é mais discutível. Apontaríamos a sua construção no início do segundo momento, coincidindo este com o fecho da Porta 1, o que explicaria a necessidade de uma saída activa do povoado. Admite-se, no entanto, como provável que num primeiro cenário a Porta 1 se tivesse mantido até mais tarde em funcionamento e a Porta 2 apenas tivesse sido aberta num terceiro momento;
4. a questão que justifica as alternativas para as Torres 6- 7-8 e para as Torres 3 e 5, estas últimas conectadas à Porta 2, reside na impossibilidade de se verificar com confortável margem de certeza qual o sector por onde começou o Reforço ao Muro 1 a ser construído, sendo possível qualquer dos termos da alternativa entre a face virada a 70^g e a orientada a 270^g;
5. as últimas estruturas a serem erguidas podem reunir-se numa unidade ou distribuirem-se por blocos de construção, morfológicos e topográficos. Assim, não restando dúvidas quanto ao carácter *tardio* das Torres 2 e 9, de semelhantes dimensões, mau grado a primeira ser oca e a segunda praticamente maciça, as flutuações para as Torres 10 e 11, são de atribuir à sua peculiar inserção no Reforço ao Muro 1 e no lamentável estado de conservação que é, infelizmente, o seu. Fica, porém, a convicção que tanto os modelos como os cenários possíveis para a sua evolução deverão ainda ser revistos, após discussão de outras alternativas.

9.3.2.7. A Campanha 7(85)

No decurso de esta curta Campanha, apenas se completaram desenhos de estruturas. Conduziram-se prospecções complementares na área, particularmente a Norte e Oeste de Martim Longo.

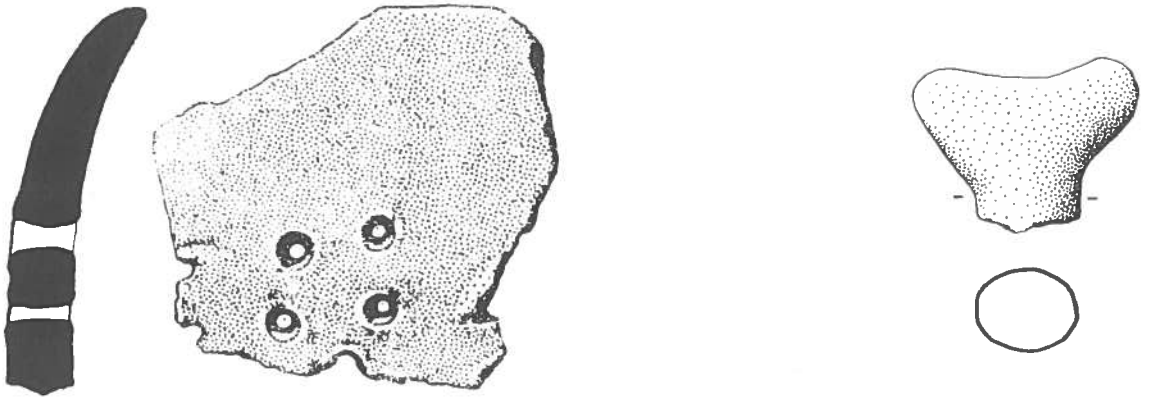


Fig. 9.4. Cerro do Castelo de Santa Justa: cincho (?) esferoidal H.18.-64 (*à esquerda*) e pega cerâmica I.17.-11. 1:1.

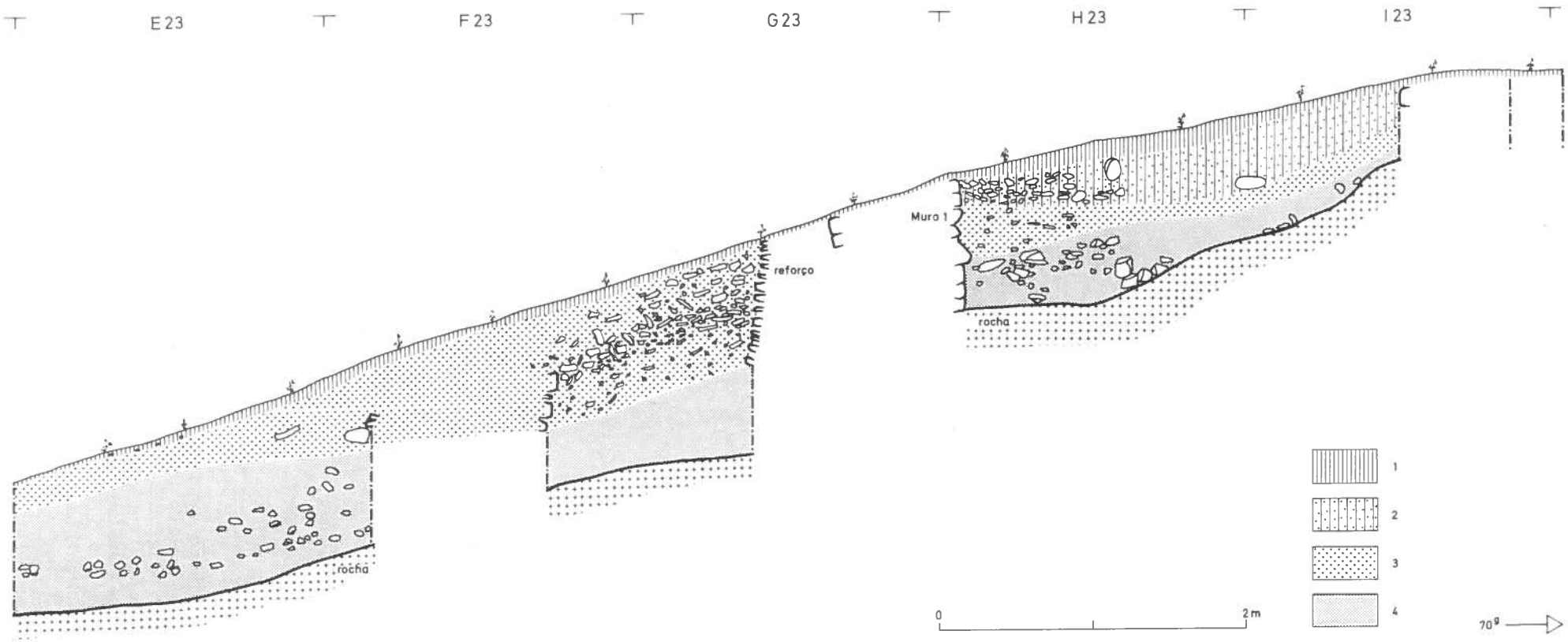


Fig. 9.5. Cerro do Castelo de Santa Justa: Corte na coordenada 23, no limite a 370 grados da área escavada. 1: terra superficial, com restos da manta morta; 2: camada correspondente ao nível 2 da área melhor conservada das coordenadas 12/15; 3: camada assimilável ao nível 2; 4: camadas assimiláveis ao nível 3, com derrubes de natureza não determinada.

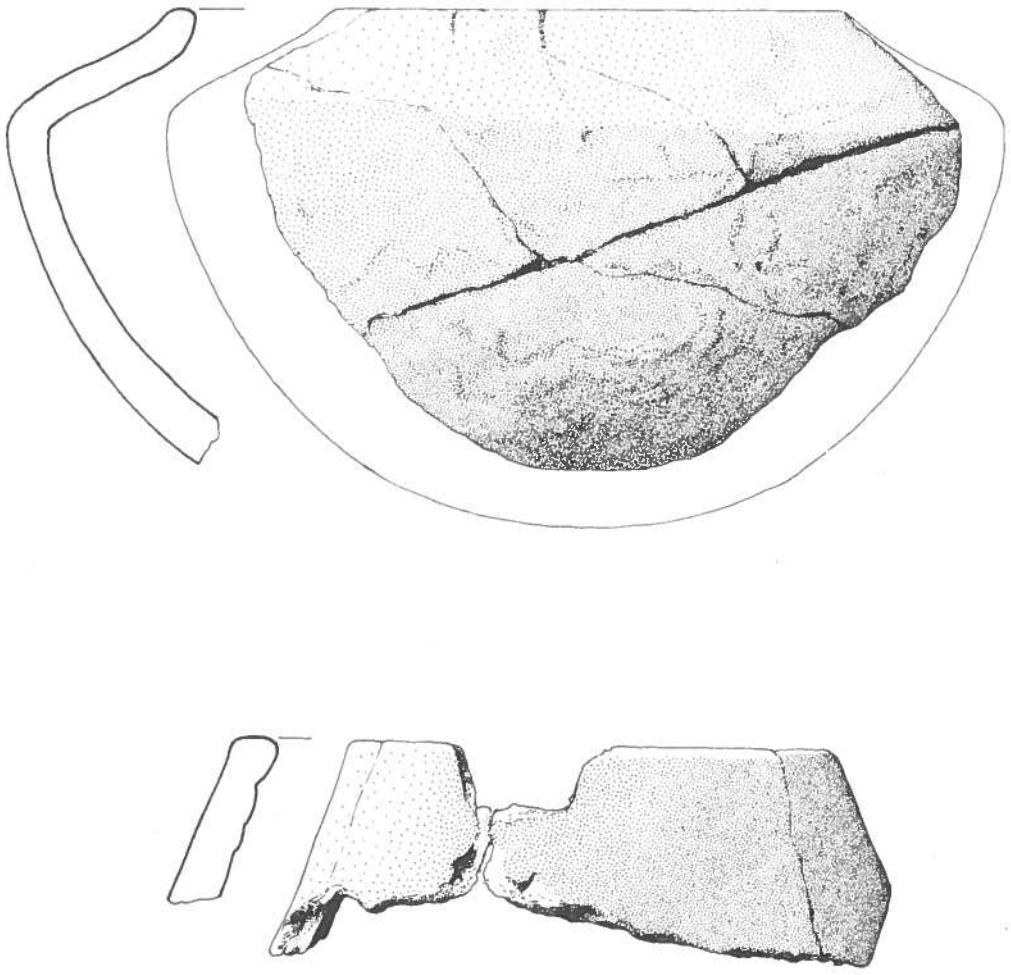
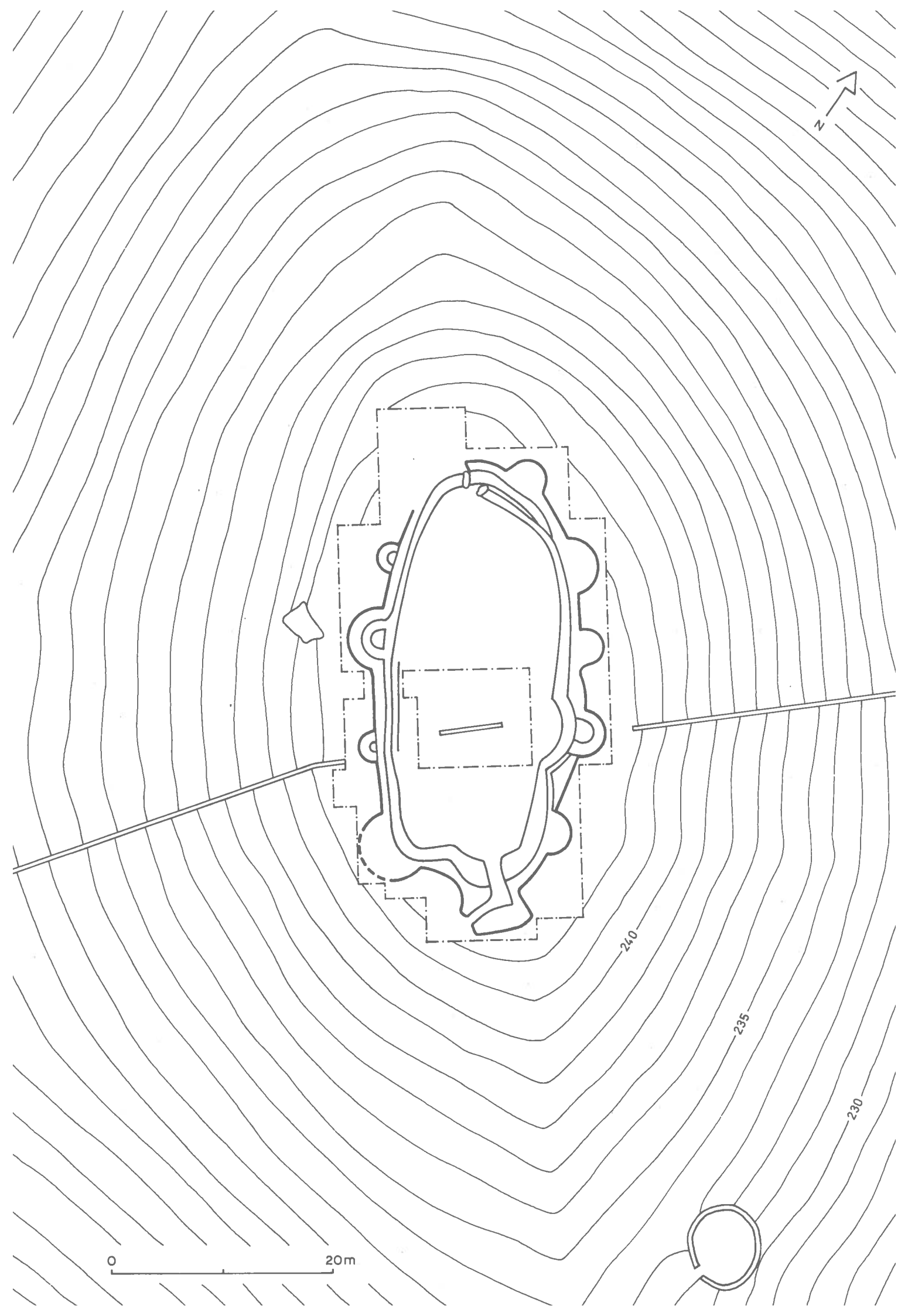


Fig. 9.6. (*em cima*) Duas formas não descritas aquando do estudo das amostras cerâmicas do Cerro do Castelo de Santa Justa são também únicas no contexto do povoado. Os vasos H.25.-67 e J.12.-21 («perdidos» na sequência de uma exposição e só agora recuperados) recordam preferencialmente formas conhecidas em *tholoi* a cerâmicas comuns em povoados. Mas como já sublinhei a propósito das placas de xisto, era naturalmente aí que eles eram feitos, ainda que outro fosse o seu destino final. 2:3.

Fig.9.7. (*à direita*) envolvimento topográfico do dispositivo defensivo do Cerro do Castelo de Santa Justa.


N
240
235
230
0
20m

DEZ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreviaturas

(Nas Referências Bibliográficas, usaram-se algumas abreviaturas que se explicitam de seguida)

AAP:	Associação dos Arqueólogos Portugueses
Arch. Port.:	Archeologo Português (Série I)
Arq. Port.:	Arqueólogo Português (Séries II a IV)
BAR:	British Archaeological Reports
CNAP:	Congresso Nacional de Arqueologia (Portugal)
CNAE:	Congreso Nacional de Arqueología (Espanha)
CNRS:	Centre Nationale de la Recherche Scientifique
Colóquio de Teruel:	Colóquio sobre Arqueologia espacial realizado em Teruel. Colégio Universitário. 27 a 29 de Setembro, 1984, 10 vols.
CPUG:	Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada
CSGP:	Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal
CSIC:	Consejo Superior de Investigaciones Cientificas
CUP:	Cambridge University Press
GEAP:	Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto
Hom. Siret:	volume de Homenagem a Louis Siret, reunião de Junho de 1984, Actas editadas em 1986
IAC:	Instituto para a Alta Cultura (antecessor do INIC)
INIC:	Instituto Nacional de Investigação Científica
MAEDS:	Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
MM:	Madrider Mitteilungen
MNAE:	Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia dr. Leite de Vasconcellos
MRMP:	I Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular, Madrid
PPS:	Proceedings of the Prehistoric Society
Rev. de Guim.:	Revista de Guimarães (Sociedade Martins Sarmento)
SA:	Setúbal Arqueológica, Revista do MAEDS
TAE:	Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto
TP:	Trabajos de Prehistoria
UNIARCH*:	Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa (INIC) * UNIARQ, a partir de 1989

DEZ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÅBERG, Nils
1921
La Civilisation Enéolithique dans la Peninsule Ibérique, Uppsala

ACOSTA P.
1967
Representaciones de ídolos en la Pintura Rupestre Esquemática Española, TP, 24, Madrid: Instituto Español de Prehistoria

ACQUIER, Jean-Louis
1986
Le Burundi, Coll. Architectures Traditionnelles, Marseille: Éditions Parenthèses

AGUAYO DE HOYOS, P.
1977
Construcciones defensivas de la Edad del Cobre Peninsular. El Cerro de los Castellones (Laborcillas, Granada), CPUG, 2: 87-104, Granada: Univ. Granada

ALBUQUERQUE E CASTRO, Luís de; Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana
1957
O dolmen pintado de Antelas, CSGP, 38: 325-349, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol.

ALEXANDER, John
1980
The «Frontier» Concept in Prehistory: the End of the Moving Frontier, in Megaw (ed.), 1980: 25-40, Leicester: Leicester University Press

ALLAN, J. C.
1965
A mineração em Portugal na Antiguidade. Boletim de Minas, 2, n.º 3: 137-173

ALMAGRO, M.
1959
La primera fecha absoluta para la cultura de los Millares a base de Carbono 14, Ampurias, XXI: 249-251, Barcelona

ALMAGRO, M.
1961
La sequencia cultural de la Peninsula Iberica del Neolitico al Bronce Final, Boletin del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia, XXVII: 45-59, Madrid

ALMAGRO, M. e A. Arribas
1963
El Poblado y la Necropolis Megaliticos de los Millares, Madrid: CSIC

ALMAGRO GORBEA, M.
1970
Las fechas del C14 para la Prehistoria y la Arqueologia Peninsular, TP, 27: 9-43, Madrid

ALMAGRO GORBEA, M.
1974
C14, 1974. Cinquenta nuevas fechas para la Prehistoria y la Arqueologia Peninsular, TP, 31: 279-292, Madrid

ALMAGRO GORBEA, M.
1975
C14, 1975. Nuevas fechas para la Prehistoria y la Arqueologia Peninsular, TP, 32: 167-175, Madrid: CSIC

ALMAGRO GORBEA, M.
1976
C14, 1976. Nuevas fechas para la Prehistoria y la Arqueologia de la Peninsula Ibérica, TP, 33: 307-317, Madrid: CSIC

ALMAGRO GORBEA, M.
1980
Problems of the origin of Metallurgy in the Iberian Peninsula (Pre-Beaker Metallurgy), Proceedings of the fifth Atlantic Colloquium, 1-6, Dublin

ALMAGRO GORBEA, M.ª J.
1965
Las Tres Tumbas Megaliticas de Almizaraque, Madrid: CSIC

ALMAGRO GORBEA, M.ª J.
1973
Los idolos del Bronce I Hispano, Madrid: CSIC

ALMAGRO GORBEA, M.ª J.
1973
El Poblado y la Necropolis de el Barranquete (Almeria), Madrid: CSIC

ALMAGRO GORBEA, M.ª J.
1976
Memoria de las excavaciones efectuadas en el yacimiento de El Tarajal, Noticiario Arq. Hisp., Prehistoria, 5: 195-198, Madrid

ALMAGRO GORBEA, M.ª J.
1977
El recientemente destruido poblado de El Tarajal, Actas XIV° CNAE: 305-318, Vitória

ALMAGRO GORBEA, Martín e Manuel Fernández-Miranda (eds.)
1978
C-14 y Prehistoria de la Península Ibérica, Madrid: Fundación Juan March

ARNAL, J. e A. Robert
1967
Le Chateau du Lébous, Pyrenae 3: 17-32 Barcelona: Inst. Arq. Preh., Universidad

ARNAL, Jean e André-Charles Gros
1962
A propósito das placas de xisto gravadas do sul da Península Ibérica, Rev. de Guim., LXXII: 301-318, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

ARNAUD, J. M.
1974-77
Escavações no Penedo do Lexim (Mafra)/1975, Arq. Port., S.III, VII-IX: 398-406, Lisboa: MNAE

ARNAUD, J. M.
1978
O megalitismo em Portugal: problemas e perspectivas, Actas das III Jorn. AAP: 99-112, Lisboa

ARNAUD, J. M.
1982
O povoado calcolítico de Ferreira do Alentejo no contexto da bacia do Sado e do Sudoeste Peninsular, Arqueologia 6: 48-64, Porto: GEAP

ARNAUD, J. M. e T. J. Gamito
1978
O povoado calcolítico de Alcalar — notícia da sua identificação, Anais Mun. Faro, 8: 275-283

ARNAUD, J. M.; Vasco S. Oliveira e Vítor Oliveira Jorge
1971
O povoado fortificado neo- e eneolítico do Penedo do Lexim (Mafra), Arq. Port., S. III, V: 97-131, Lisboa: MNAE

ARRIBAS, Antonio
1959
El Urbanismo peninsular durante el bronce primitivo, Zephyrus,

ARRIBAS, A.
1968
Las bases economicas del Neolitico al Bronce, in Tarradell, (ed.), 1968: 33-60, Barcelona: Vicens-Vives

ARRIBAS, A.
1976
Las bases actuales para el estudio del Eneolítico y la Edad del Bronce en el Sudeste de la Peninsula Ibérica, CPUG, 1: 139-156, Granada

ARRIBAS, A.
1977
El Idolo de «El Malagón» (Cullar Baza, Granada), CPUG, 2: 63-86, Granada

ARRIBAS, A.
1986
La epoca del cobre en Andalucía Oriental. Perspectivas de la investigación actual, Hom. Siret: 159-166

ARRIBAS, A.; F. Molina; F. de la Torre; T. Najera y T. Saez
1978
El poblado de la Edad del Cobre de «El Malagon» (Cullar- Baza, Granada), CPUG, 3: 67-116, Granada

ARRIBAS, A.; F. Molina; L. Saez; F. de la Torre; P. Aguayo y T. Najera
1979
Excavaciones en Los Millares (Santa Fé, Almeria). Campanhas de 1978 y 1979, CPUG, 4: 61-109, Granada

ARRIBAS, A. e F. Molina
1979
El poblado de Los Castillejos de Montefrío en las Peñas de los Gitanos Montefrío, Granada). Campaña de excavaciones de 1971, el Corte n.° 1, Granada

ARRIBAS, A. e F. Molina
1980
Nuevas aportaciones al inicio de la metalurgia en la Peninsula Ibérica. El poblado de los Castillejos de Montefrio (Granada), Proceedings of the fifth Atlantic Colloquium: 18-22, Dublin

ARRIBAS, A. e F. Molina
1984
Estado actual de la investigación del megalitismo en la Península Ibérica, Francisco Jorda Oblata: 63-112, Salamanca: Universidad

ARRIBAS, A.; F. Molina; L. Saez; F. de la Torre; P. Aguayo y T. Najera
1981
Excavaciones en Los Millares (Santa Fé de Mondujar, Almería). Campaña de 1981, CPUG, 6: 91-121, Granada

ARRIBAS, A.; F. Molina; L. Saez; F. de la Torre; P. Aguayo; A. Bravo y A. Suarez
1983
Excavaciones en Los Millares (Santa Fe de Mondujar, Almeria). Campañas de 1982 y 1983, CPUG, 8: 123-148, Granada

ARRUDA, Ana Margarida
1986
Castro Marim na Idade do Ferro, 4.° Congresso do Algarve, I: 33-38, Montechoro

ARRUDA, Ana Margarida
1988
Nota sobre a ocupação romano-republicana do Castelo de Castro Marim, Actas do 5.º Congresso do Algarve, I: 13-17, Montechoro

AUÑÓN, R. Cruz
1984
Ensayo tipologico para los sepulcros eneoliticos andaluces, Pyrenae 19-20: 47-76, Barcelona: Inst. Arq. Preh. Universidad

BALFET, Hélène
1966
Terminologie de la céramique, in *La Préhistoire*, A. L.-Gourhan (ed.): 272-278, Paris: P.U.F.

BALFET, Hélène; Marie France Fauvet-Berthelot e Susana Monzón
1983
Pour la normalisation de la description des poteries, Paris: CNRS

BALLESTER ESCALAS, R.
1970
Los dioses metalurgicos, Pyrenae 6: 197-203 Barcelona, Inst. Arq. Preh., Universidad

BANDSBORG, Klaus
1982
Theoretical Approaches to Social Change: An Archaeological Viewpoint, in Renfrew *et al.*, (eds.), 1982: 423--430, New York: Academic Press

BAPTISTA, António Martinho
1981
A rocha F-155 e a origem da arte do Vale do Tejo, Porto: GEAP

BARBOSA, Ernani
1956
O castro da Pedra d'Ouro (Alenquer), Arq. Port., II série, III: 75-85, Lisboa: Imprensa Nacional

BARROSO RUIZ, C.
1983
Tipologia de idolos oculados en la pintura rupestre esquematica en Andalucia, Zephyrus, XXXVI: 131-136 Salamanca

BATE, Luis F.
1984
Towards the quantification of productive forces in archaeology, in Spriggs, (ed.), 1984, 53-58, Cambridge: CUP

BEIRÃO, Caetano de Mello
1976
A Pedra do Cavaleiro, SA, II-III: 345-351, Setúbal: MAEDS

BEIRÃO, Caetano de Mello e Carlos Tavares da Silva
1978
O monumento megalítico II de Fernão Vaz (Ourique), SA, IV: 29-38, Setúbal: MAEDS

BELO, Ricardo; Leonel Trindade e O. da Veiga Ferreira
1961
Gruta da Cova da Moura (Torres Vedras), CSGP, 45: 391-418, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol.

BEN-SAUDE, Alfredo
1888-89
Notice sur quelques objets préhistoriques du Portugal fabriqués en cuivre, CCTGP, 2: 119-124, Lisboa: Dir. Trab. Geol. Portugal

BEST, Jan G.P. e Nanny M. W. De Vries (eds.)
1982
Interaction and acculturation in the Mediterranean, Amsterdam: B. R. Gruner.

BINFORD, Lewis R.
1982
Meaning, inference and the material record, Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 160-163, Cambridge: CUP

BINTLIFF, John
1982
Settlement patterns, land tenure and social structure: a diachronic model, in Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 106-111 Cambridge: CUP

BLAGG, T. F.; R. F. J. Jones e S. J. Keay (eds.)
1984
Papers in Iberian Archaeology, London: B. A. R. series

BLANCE, Beatrice M.
1957
Sobre o uso de torreões nas muralhas de recintos fortificados do 3.º milénio a. C., Rev. de Guim., LXVII: 167--177 Guimarães: Soc. Martins Sarmento

BLANCE, Beatrice
1959
Cerâmica estriada, Rev. de Guim. LXIX: 459-464, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

BLANCE, B.
1961
Early Bronze Age colonists in Iberia, Antiquity 35: 192-202, London

BLANCE, B.
1971
Die Anfänge der Metallürgie auf der Iberischen Halbinsel, Berlin

BLANCO FREIJEIRO, A.
1984
Mineros y metalurgicos antiguos en Huelva, Investigacion y Ciencia, 90: 100-109

BLOUER, Brian W.
1972
Factors Influencing the Evolution of Settlement Patterns, in Ucko *et al.*, (eds.), 1972: 3-15, London: Duckworth

BOARD *et al.* (eds.)
1971
Progress in Geography 3, London: Edward Arnold

BONNET, Charles
1850
Algarve, description géographique et géologique de cette province, Lisbonne

BOSCH-GIMPERA, P.
1966
Cultura megalitica portuguesa y culturas españolas, Rev. de Guim., LXXVI: 249-306, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

BOSCH-GIMPERA, Pedro
1969
La cultura de Almería, Pyrenae, 5: 47-93, Barcelona: Inst. Arq. Preh. Universidad

BOSERUP, Ester
1965
The conditions of agricultural growth, London: Allen and Unwin

BOSERUP, Ester
1981
Population and technological change. A Study of long-term trends, Chicago: University of Chicago Press

BRÉZILLON, Michel N.
1971
La dénomination des objets de pierre taillée. Matériaux pour un vocabulaire des préhistoriens de langue française, 2.ª ed., Paris: CNRS

BROWN, James A.
1981
The search for rank in prehistoric burials, in Chapman *et al.*, (eds.), 1981: 25-37, Cambridge: CUP

BRUMFIELD, Elizabeth e Timothy K. Earle (eds.)
1987
Specialization, exchange, and complex societies, Cambridge: CUP

BURILLO, Francisco (secretário)
1984
Arqueología espacial, Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos, 10 vols. Teruel: Colegio Universitario

CABRAL, J. M. P. e A. M. Soares
1984
Datação pelo Radiocarbono — sobre a estimação do verdadeiro valor das datas de radiocarbono e a comparação de duas datas, Arqueologia 10: 89-99, Porto: GEAP

CAMPS-FABRER, H. (org.)
1977
Méthodologie appliquée à l'industrie de l'os préhistorique, Deuxième Colloque international sur l'industrie de l'os dans la Préhistoire. Paris: CNRS

CAMPS-FABRER, H. (org.)
1979
L'industrie en os et bois de cervidé durant le Néolithique et l'Âge des Métaux, Première réunion du groupe de travail n.° 3 sur l'industrie de l'os préhistorique. Paris: CNRS

CAMPS-FABRER, H. (org.)
1982
L'industrie en os et bois de cervidé durant le Néolithique et l'Âge des Métaux, Deuxième reunion du groupe de travail n° 3 sur l'industrie de l'os préhistorique. Paris: CNRS

CAPEL, J.; Ma. S. Navarrete; F. Huertas y J. Linares
1982
Algunos aspectos del proceso de manufacturación de cerámicas neolíticas. Estudio del contenido en desgrasantes mediante lupa binocular, CPUG, 7: 73-111, Granada

CARA BARRIONUEVO, Lorenzo e Juana Maria Rodríguez López
1984
Análisis de distribución espacial de las comunidades megalíticas en el valle del río Andarax (Almeria), Coloquio Teruel, vol. 3: 53-75

CARDOZO, João Luis
1980
O povoado pré-historico de Leceia, Rev. de Guim. XC: 211-304 Guimarães: Soc. Martins Sarmento

CARDOSO, João Luis
1981
O povoado pré-histórico de Leceia - Lisboa - Portugal, estudo da colecção do escultor Alvaro de Brée — 2.ª parte, Rev. de Guim. XCI: 190-233 Guimarães: Soc. Martins Sarmento

CARNEIRO, R. L.
1970
A theory of the origin of the state, Science, 169: 733-738

CARNEIRO, R. L.
1981
The chiefdom: percursor of the State, in Jones, (ed.), 1981 37-79 Cambridge: CUP

CARRASCO, J.; M. Garcia y C. Anibal
1977
Enterramiento eneolitico colectivo en la «Covacha de la presa» (Loja, Granada), CPUG, 2: 105-172, Granada

CARRILERO, M.; G. Martinez y J. Martinez
1982
El yacimiento de Morales (Castro del Rio, Cordoba). La Cultura de los Silos en Andalucía Occidental, CPUG, 7: 171-207, Granada

CARROLL, Lewis
1968
The hunting of the Snark, in *Works of Lewis Carroll*, 731-753, Praga: Spring Books

CARTAILHAC, Émile
1886
Les Ages Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal, Paris

CAUVIN, M.-C. (ed.)
1983
Traces d'utilisation sur les outils néolithiques du Proche-Orient, Lyon: Maison de l'Orient

CAVACO, Carminda
1976
O Algarve Oriental. As vilas o campo e o mar, 2 vols, Faro: GAPA

CERDÁN MÁRQUEZ, C.; Georg e Vera Leisner
1952
Los sepulcros megalíticos de Huelva, Madrid

CHALUS, Paul
1963
L'Homme et la Religion — Recherches sur les sources psychologiques des croyances, Paris

CHAMPION, Timothy
1982
Fortification, ranking and subsistence, in Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 61-66, Cambridge: CUP

CHAMPION, Timothy; Clive Gamble, Stephen Shennan e Alasdair Whittle
1984
Prehistoric Europe, London: Academic Press

CHAPMAN, R.
1981
Los Millares y la cronologia relativa de la Edad del Cobre en el Sudeste de España, CPUG, 6: 75-89, Granada

CHAPMAN, R. W.
1979
Transhumance and megalithic tombs in Iberia. Antiquity, LII: 150-152, London

CHAPMAN, R. W.
1981
The megalithic tombs of Iberia, in Evans *et al.*, (eds.), 1981: 93-105, London: Thames and Hudson

CHAPMAN, R. W.
1983
The megalithic tombs of Iberia. in Renfrew, (ed.). 1983 29-41 London: Thames and Hudson

CHAPMAN, R. W.
1984
Early metallurgy in Iberia and the Western Mediterranean: innovation, adoption and production, in Waldren, (ed.), 1984: 1139-1161

CHAPMAN, Robert
1981
The emergence of formal disposal areas and the «problems» of megalithic tombs in prehistoric Europe, in Chapman *et al.* (eds.), 1981: 71-81, Cambridge: CUP

CHAPMAN, Robert
1982
Autonomy, ranking and resources in Iberian prehistory, in Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 46-51, Cambridge

CHAPMAN, Robert; Ian Kinnes e Klavs Randsborg (ed.)
1981
The archaeology of death. Cambridge: CUP

CHAPMAN, Robert e Klavs Randsborg
1981
Approaches to the Archaeology of death, in Chapman *et al.*, (eds.), 1981: 1-24, Cambridge: CUP

CHILDE, V. G.
1925 (1947)
The dawn of european civilization, London

CHILDE, V. G.
1950
Prehistoric migrations in Europe, Oslo

CHILDE, V. G.
1976
Para uma recuperação do passado, trad. port. de *Piecing together the past, the interpretation of archaeological data*, Londres, 1956, Lisboa: Livraria Bertrand

CHISHOLM, Michael
1970
Geography and Economics. London: G. Bell & Sons

CHISHOLM, Michael
1970
Rural settlement and land use, London: Hutchinson Universitary Library

CHISHOLM, Michael
1971
In search of a basis for location theory: micro-economics or welfare economics?, in Board *et al.* (eds.), 1971 111-113 London: Edward Arnold

CHORLEY, Richard J.
1971
The role and relations of physical geography, in Board *et al.*, (eds.), 1971: 87-109, London: Edward Arnold

CLARKE, David
1968
Analytical Archaeology, London: Methuen

CLARKE, David (ed.)
1972
Models in Archaeology, London: Methuen

CLARKE, David (ed.)
1977
Spatial Archaeology, New York: Academic Press

CLARKE, David
1977
Spatial information in archaeology, in Clarke (ed.), 1977: 1-34

CLARKE, David
1978
Analytical Archaeoloy, 2.ª ed. (revista por Bob Chapman), London: Methuen

COHEN, Mark Nathan
1977
The food crisis in Prehistory. Overpopulation and the origins of the agriculture, New Haven: Yale University Press

CONRAD, Geoffrey W. e Arthur A. Demarest
1984
Religion and Empire. The dynamics of Aztec and Inca expansionism, Cambridge: CUP.

CORRAL CAON, M.
1986
Actividades comunitarias y privadas durante las edades del Metal. Un ejemplo: la metalurgia. Coloquio de Teruel, vol. 8: 219-233

COSTA, A. I. Marques da
1902-1912
Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Apontamentos para o seu estudo, Arch. Port. VII a XIII e XV, Lisboa

COWGILL, G. L.
1975
On causes and consequences of ancient and modern population changes, American Anthropologist, 77: 505-525

CROUWELL, V. R. e Littauer, M. A.
1974
Terracota Models as Evidence for Vehicles with Tilts in the Ancient Near East. PPS, 40: 20-36, Cambridge

CUNHA, Fernando Reis
1957
O Clima do Algarve, Relatório final do curso de Eng.º Agrónomo, 3 vols. fotocopiados, Lisboa (existe na Biblioteca do *Centro de Estudos Geográficos*, Faculdade de Letras de Lisboa)

DANIEL, G.
1973
Spain and the problem of european megalithic origins. Estudios Dedicados al Professor Dr. Luis Pericot, 209--214 Barcelona:

DAVEAU, Suzanne
1980
Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos, Clio 2, 13-37, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa

DAVIDSON, David A.
1972
Terrain Adjustment and Prehistoric Communities, Ucko et al., (eds.), 1972: 17-22, London: Duckworth

DAVIDSON, I.
1980
Transhumance, Spain and ethnoarchaeology, Antiquity, 144-147

DAVIDSON, I. e G. N. Bailey
1984
Los yacimientos, sus territorios y la topografia, Boletin del Museo Arqueologico Nacional t. II-1: 25-46, Madrid

DE LAET, S. J. (ed.)
1976
Acculturation and Continuity in Atlantic Europe, Bruges

DELIBES, G.; M. Fernández Miranda; M.ª D. Fernández Posse; C. Martín Morales
1986
El poblado de Almizaraque, Hom. Siret: 167-177

DENNELL, R. W.
1980
The use, abuse and potential of site catchment analysis, in Findlow e Ericson (eds.), 1980, 1-2 UCLA 10 (1-2)

ELIADE, Mircea
1949
Traité d'histoire des religions, Paris: Payot

ELIADE, Mircea
s/d
O sagrado e o profano, (trad. port.), Lisboa: Livros do Brasil

EVANS, J.; B. Cunliffe e C. Renfrew (eds.)
1981
Antiquity and Man. Essays in Honour of Glyn Daniel, London: Thames and Hudson

FEBVRE, Lucien
1949
Vers une autre Histoire, Rev. Métaphysique et Morale, 3-4, Paris

FEIO, Mariano
1946
Os Terraços do Guadiana a jusante do Ardila, CSGP, 27: 3-82, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol.

FEIO, Mariano
1949
Le Bas Alentejo et l'Algarve, livro-guia do Congresso Internacional de Geografia, Lisboa (reimpresso em 1983, Évora: INIC)

FERNÁNDEZ CORRALES, José M.ª; M.ª Isabel Sauceda Pizarro e Alonso Rodríguez Díaz
1988
Los Poblados calcolitico y prerromano de «Los Castillejos» (Fuente de Cantos, Badajoz), Extremadura Arqueológica, I: 69-87

FERNÁNDEZ GOMEZ, F.
1986
Valencina de la Concepción (Sevilla). Excavaciones de urgencia. Revista de Arqueologia, VII N. 58: 19-33

FERNÁNDEZ GOMEZ, F. e Oliva Alonso
1981
Los idolos calcolíticos del Cerro de la Cabeza (Valencina de la Concépción, Sevilla), MM, XXI: 20-44

FERNÁNDEZ GOMÉZ, F. e Oliva Alonso
1985
Excavaciones en el yacimiento calcolitico de Valencina de la Concepción (Sevilla). El corte C («La Perrera»), Noticiario Arq. Hispanico, Madrid: Subdirección General de Arqueologia y Etnografia

FERNÁNDEZ GOMEZ, F. e Ruiz Mata
1978
El «tholos» del Cerro de la Cabeza, en Valencina de la Concépción (Sevilla), TP, XXXV: 193-224, Madrid

FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Vítor M. e Gonzalo Ruiz Zapatero
1984
El análisis de territorios arqueológicos: una introducción critica, Coloquio de Teruel, vol. 1: 55-71

FERREIRA, A. Ribeiro; Vera Leisner e O. da Veiga Ferreira
1961
Monumentos Megalíticos de Trigache e de A-da-Beja, CSGP, 45: 297-337, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol.

FERREIRA, Octavio
1946
A estação pré-histórica do Buço Preto ou Esgravatadoiro. Descrição das sepulturas encontradas, Rev. Sindicato Nac. dos Eng. Aux. Agentes Téc. de Eng.ª e Condutores, 3: 89-95, Lisboa

FERREIRA, O. da V.
1961
Acerca da presença de arsénio em instrumentos primitivos encontrados em Portugal. Boletim de Minas n. 12: 1-5

FERREIRA, O. da Veiga e A. Rodrigues Cavaco
1952
O monumento pré-histórico do Lousal (Grândola), CSGP, XXXIII: 247-255, Lisboa: Serv. Geol. Portugal

FERREIRA, O. da Veiga e Abel Viana
1956
L'importance du cuivre péninsulaire dans les âges du Bronze, IV Cong. Inter. Ciências Prehistoricas y Protohistoricas (Madrid, 1954): 521-529, Zaragoza

FERREIRA, O. da Veiga e Carlos Tavares da Silva
1970
A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal): nota preliminar, Actas das I Jornadas da AAP, II: 201-226, Lisboa

FERREIRA, O. da Veiga; G. Zbyszewski; M. Leitão; C. T. North e H. Reynolds de Sousa
1975
Le monument mégalithique de Pedra Branca auprés de Montum (Melides), CSGP, LIX: 107-181, Lisboa, Serv. Geol. de Portugal

FERRER PALMA, J.
1977
La necropolis megalítica de Fonelas (Granada). El Sepulcro «Domingo 1» y sus niveles de enterramiento, CPUG, 2: 173-212, Granada

FERRER, Jose
1976
La necropolis megalítica de Fonelas, Granada. El sepulcro «Moreno» 3» y su estela funeraria, CPUG, 1: 75--110, Granada: Univ. Granada

FINDLOW, F. J. e J. E. Ericson (eds.)
1980
Essays on Prehistoric Resource Space.

FLANNERY, Kent V. (ed.)
1976
The early mesoamerican village, New York: Academic Press

FLANNERY, Kent V.
1976a
Research strategy and formative mesoamerica, in Flannery (ed.): 1976, 1-11

FLANNERY, Kent V.
1976b
Sampling by intense surface collection, in Flannery (ed.), 1976: 51-62

FLANNERY, Kent V.
1976c
Empirical determination of site catchment in Oaxaca and Tehuacán, in Flannery (ed.), 1976: 103-117

FLANNERY, Kent V.
1976d
Evolution of complex settlement systems, in Flannery (ed.), 1976: 162-173

FLANNERY, Kent V.
1976e
Linear stream patterns and riverside settlement rules, in Flannery (ed.), 1976: 174-180

FLANNERY, Kent V. e Marcus C. Winter
1976
Analysing household activities, in Flannery (ed.), 1976: 34-47

FLEMING, A.
1973
Tombs for the living, Man, 8: 177-193

FLEMING, Andrew
1982
Social boundaries and land boundaries, Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 52-55, Cambridge: CUP

FONTES, Joaquim
1955
Estação eneolítica de Liceia — Barcarena, Rev. de Guim., LXV: 339-352, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

FORMOSINHO, José; O. da Veiga Ferreira e Abel Viana
1953
Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique, TAE 14: 66-225, Porto

FRANCO, M. Lyster e Abel Viana
1948
Cemitério da Idade do bronze dos arredores de Faro, TAE, 11, Porto

FRANÇA, J, Camarate e O. da Veiga Ferreira
1958
Estação Pré-histórica da Samarra (Sintra), CSGP, 39, 61-84, Lisboa: Serv. Geol. Portugal

FRIEDMAN, Jonathan
1982
Catastrophe and Continuity in Social Evolution. Renfrew *et al.*, (eds.), 1982, 175-196, New York: Academic Press

GALLAY, Alain
1986a
Protohistoire et ethnologie ouest-africaine: (non) pertinence du codage céramique, in *à propos des interprétations archéologiques de la poterie: questions ouvertes*, 107-165, Paris: Éditions Recherche sur les civilisations

GALLAY, Alain
1986b
L'Archéologie demain, Paris: Pierre Belfond

GAMBLE, Clive
1982
Leadership and «surplus» production. Renfrew e Shennan, (eds.), 1982, 100-105, Cambridge: Cambridge University Press

GARCIA, João Carlos
1982
Navegabilidade e navegação no Baixo Guadiana, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos

GARCIA, João Carlos
1983
O Baixo Guadiana Medieval: formação de uma fronteira, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

GARDIN, Jean-Claude
1976
Code pour l'analyse des formes des poteries, Paris: CNRS

GARRIDO ROIZ, J. P.
1971
Los poblados del Bronce I Hispánico del estuario del Tinto — Odiel y la secuencia cultural megalítica en la región de Huelva, Trabajos de Prehistoria, 28, Madrid

GASCÓ, Jean
1985
Les installations du quotidien. Structures domestiques en Languedoc du Mésolithique à l'Age du Bronze d'après l'étude des abris de Font-Juvénal et du Roc de Dourgne dans l'Aude, Paris: Maison des Sciences de l'Homme

GASCÓ, J. e D. Binder
1983
Série de dates radiocarbone et representation graphique, Revue d'Archeometrie, 75-84, Rennes

GASPAR, Jorge
Os portos fluviais do Tejo, Finisterra, V, 10, 153-204, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos

GASULL, Pepa
1982
Los soportes en el Bajo Guadalquivir: intento de clasificación, MM, 23, 62-95, Mainz am Rhein: Philipp von Zabern

GIL, F. Bragança; Gaspar Ferreira e João Cardoso
1979
Análise por fluorescência de raios x de peças de cobre do Castro de Liceia, Setúbal Arqueológica, V, 103-116, Setúbal: Assembleia Distrital

GILMAN, A.
1981
The development of social stratification in Bronze Age Europe. Current Anthropology, 22: 1-8

GILMAN, Antonio
1987
Unequal development in Copper Age Iberia, in Brumfield e Earle (eds.), 1987: 22-29. Cambridge: Cambridge University Press

GILMAN, Antonio e J. B. Thornes
1985
Land-use and Prehistory in south-east Spain, London: George Allen & Unwin

GIMBUTAS, M.
1974
The Gods and Goddesses of old Europe, 7000 to 3500 B. C. — Myths Legends and Cult Images, London: Thames and Hudson

GIMPERA, P. Bosch
1965
La significacion del Neolitico circunmediterraneo, Pyrenae 1, 21-30, Barcelona: Inst. Arq. Preh.; Universidad

GOMES, Mário Varela; R. Varela Gomes e M. Farinha dos Santos
1983
O santuario exterior do Escoural. Sector NE. Montemor-o-Novo (Évora), Zephyrus, XXXVI, 287-308, Salamanca: Universidad

GOMES, Mário Varela; J. Pinho Monteiro e Eduardo da Cunha Serrão
1978
A estação pré-histórica da Caramujeira. Trabalhos de 1975/76, Actas das III Jorn. da AAP, 35-72, Lisboa

GONÇALVES, João Ludgero Marques e Eduardo da Cunha Serrão
1979
O povoado calcolítico do Alto do Dafundo, Actas da I Mesa Redonda sobre o Neo. e o Calco. em Portugal, 121-134, Porto: GEAP

GONÇALVES, Victor S.
1966
O castro pré-histórico da Rotura: novos elementos para o seu estudo, Lucerna, V, 476-511, Porto

GONÇALVES, Victor S.
1970a
A propósito de um elemento decorativo da cerâmica campaniforme, Actas das I Jorn. AAP, vol. I, 389-400, Lisboa

GONÇALVES, Victor S.
1970b
Sobre o Neolítico na Península de Setúbal, Actas das I Jorn. AAP, vol. I, 407-421, Lisboa

GONÇALVES, Victor S.
1971
O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme, Setúbal: Assembleia Distrital

GONÇALVES, Victor S.
1972
A Pré-História de M. Farinha dos Santos, Arq. Port., III S.

GONÇALVES, Victor S. e Ana Ramos Pereira
1974-1977
Considerações sobre o espólio neolítico da gruta dos Carrascos, Arq. Port., III.ª S., VII-IX, 49-87, Lisboa

GONÇALVES, Victor S.
1976
V. Gordon Childe e a recuperação do Passado, pref. a CHILDE, V.G., *Para uma recuperação do Passado*, 7-26, Lisboa: Livraria Bertrand

GONÇALVES, Victor S.
1978a
Para um programa de estudos do Neolítico em Portugal, Zephyrus, XXVIII-XXIX: 147-162, Salamanca

GONÇALVES, Victor S.
1978b
A neolitização e o megalitismo da região de Alcobaça, Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura

GONÇALVES, Victor S.
1979a
O megalitismo e os inícios da metalurgia do cobre no Alto Algarve Oriental, notas a uma exposição, Setúbal: MAEDS

GONÇALVES, Victor S.
1979b
A Carta Arqueológica do Algarve: estratégia e perspectivas, Clio 1: 99-139, Lisboa: Centro de História/INIC

GONÇALVES, Victor S.
1980a
Carta Arqueológica do Algarve (CAALG), Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal, 19-22, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1980b
Cerro do Castelo de Corte João Marques, Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal: 23-26, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1980c
Cerro do Castelo de Santa Justa, Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal: 27-35, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1980d
Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal, Lisboa: História e Crítica

GONÇALVES, Victor S.
1980e
Dois novos ídolos tipo Moncarapacho, SA, IV: 47-58, Setúbal: MAEDS

GONÇALVES, Victor S.
1980f
Cerro do Castelo de Corte João Marques. Escavações de 1979. Relatório sumário dos trabalhos de campo, Clio 2: 71-79, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1980g
Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Escavações de 1979. Extractos do Caderno de Campo, Clio 2: 133--140, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1981a
Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 2 (80). Relatório prévio e notações do Caderno de Campo, Clio 3: 165-170, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1981b
Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 3 (81), Clio 3: 171-176, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1981c
Arqueologia do Algarve: sinopse retrospectiva e perspectivas de mudança, Clio 3: 177-181, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1982a
O povoado calcolítico do Cabeço do Pé da Erra (Coruche), Clio 4: 7-18, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1982b
Cerro do Castelo de Santa Justa [*Campanha 4 (82)*], Clio 4: 155-164, Lisboa: Centro de História

GONÇALVES, Victor S.
1982c
Cerro do Castelo de Santa Justa: um povoado calcolítico no Alto Algarve Oriental, Arqueologia 6: 42-48, Porto: GEAP

GONÇALVES, Victor S.
1983
O mito, o rito e o resto, estudo introdutório à tradução portuguesa de «Les Religions de la Préhistoire», de André Leroi-Gourhan, Lisboa: Edições 70

GONÇALVES, Victor S.
1983-84a
Pavana para uma arqueologia (quase) defunta, com votos de pronto restabelecimento, Clio/Arqueologia 1: 9-15, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S.
1983-84b
Cabeço do Pé da Erra (Coruche), contribuição da campanha 1(83) para o conhecimento do seu povoamento calcolítico, Clio/Arqueologia 1: 69-75, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S.
1983-84c
Doze datas de ^{14}C para o povoamento calcolítico do Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim): comentários e contextos específicos, Clio/Arqueologia 1: 81-92, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S. (org.)
1983-84d
Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva, Clio/Arqueologia 1: 141-154, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S.
1983-84e
Prospecções arqueológicas no Algarve, uma perspectiva prospectiva, Clio/Arqueologia 1: 191-193, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S.
1983-84f
Artefacto de pedra polida de grandes dimensões proveniente de Almodôvar (Beja), Clio/Arqueologia 1: 197--199, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S.
1983-84g
Programa para o estudo do Baixo Tejo e afluentes: projecto para o estudo da antropização do Vale do Sorraia (ANSOR), Clio/Arqueologia 1: 203-206, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S.
1983-84h
Programa para o estudo da evolução das sociedades agro-pastoris, das origens à metalurgia plena, dos espaços abertos aos povoados fortificados, no Centro de Portugal (ESAG), Clio/Arqueologia 1: 207-211, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S.
1983-84i
Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 5(83). Objectivos, resultados, perspectivas, Clio/Arqueologia 1: 231-236, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S.
1983-84j
Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 6(84). Resumo de conclusões, Clio/Arqueologia 1: 237--243, Lisboa: UNIARCH

GONÇALVES, Victor S. e Rafael Alfenim
1987
O povoamento calcolítico do Monte da Mangancha, Comunicação às Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras (no prelo, em CLIO/ARQUEOLOGIA, 2-3)

GONÇALVES, Victor S. e Manuel Calado
1988
As modalidades do povoamento calcolítico de terras de Portel e Vidigueira, Comunicação às II Jornadas Arqueológicas do Baixo Alentejo (no prelo, em CLIO/ARQUEOLOGIA, 2-3)

GOULD, Richard A.
1985
«Now let's Invent Agriculture...»: A Critical Review of Concepts of Complexity among Hunter-Gatherers. Price *et al.*, (eds.), 1985: 427-434 London: Academic Press

GUILAINE, Jean
1967
La civilisation du Vase Campaniforme dans les Pyrénées françaises, Carcassonne

GUILAINE, Jean
1981
Premiers Bergers et Paysans de l'Occident méditerranéen, 2.ª ed., Paris: Mouton

GUILAINE, Jean (ed.)
1984
L'Age du Cuivre Européen. Civilisations à vases campaniformes. Paris: CNRS

GUILAINE, J. e J. Vaquer
1979
Les débuts de la métallurgie et les groupes culturels de la fin du Néolithique dans le sud de la France, in Ryan, (ed.), 1979, 65-79, Dublin

GREEN, D.; C. Haselgrove e M. Spriggs (eds.)
1978
Social organisation and settlement: Contributions from Anthropology, Archaeology and Geography, BAR, International Series, Oxford

GREEN, Stanton W. e Sephen M. Perlman
1985
Frontiers, Boundaries and Open Social Systems, in Green *et al.*, (eds.), 1985, 3-13, London: Academic Press

GREEN, Stanton W. e Stephen M. Perlman, (eds.)
1985
The Archaeology of Frontiers and Boundaries. London: Academic Press

GUERRA, Amilcar M. Ribeiro
1987
Plínio o Velho e a Lusitânia, tese de mestrado em Literaturas Clássicas, Lisboa: Faculdade de Letras (policopiado)

GUERRA, A. Vitor e O. da Veiga Ferreira
1971
Noticia sobre uma falange-idolo gravada do Museu Dr. Santos Rocha na Figueira da Foz. Rev. de Guim. LXXXI: 43-49 Guimarães: Soc. Martins Sarmento

GUERREIRO, Manuel Viegas e J. Romero de Magalhães
1983
Duas descrições do Algarve do séc. XVI, Lisboa: Sá da Costa

GUSI JENER, F.
1986
El yacimiento de Terrera Ventura, Tabernas, y su relación con la cultura de Almeria, Hom. Siret: 192-195

GUTHERZ, Xavier
1982
Une culture calcholithique du sud-est de la France: le groupe de Fontbouïsse. État actuel des connaissances, in Best e De Vries (eds.), 1982: 7-18

HAAS, J.
1982
The evolution of the Prehistoric State. New York: Columbia University Press

HAGGETT, Peter
1966
Locational analysis in Human Geography. London: Edward Arnold Publishers

HAGGETT, Peter
Geography: A Modern Synthesis, New York: Harper & Row

HARRISON, R. J.
1974
A reconsideration of the Iberian background to Beaker metallurgy. Palaeohistoria, XVI, 63-105, Groningen:

HARRISON, Richard J.
1977
The bell beaker cultures of Spain and Portugal, Cambridge, Massachusetts: Harvard University

HARRISON, R. J. et al.
1975
Beaker metallurgy in Spain. Antiquity, XLIX, 273-278

HARRISON, Richard J.
1980
The beaker folk. Copper age archaeology in western Europe, London: Thames and Hudson

HARRISON, Richard e G. Moreno-Lopéz
1985
El policultivo ganadero o la revolución de los productos secundarios, TP, 42: 51-82, Madrid: Instituto Español de Prehistoria

HAYDEN, Brian (ed.)
1979
Lithic use-wear analysis, New York: Academic Press

HAYDEN, Brian e Johan Kamminga
1979
An introduction to use-wear: the first CLUW, in Hayden (ed.), 1979: 1-14, New York: Academic Press

HEY, R. W.; Higgs, E. S. e Dakaris, S. T.
1964
The Climate, Environment and Industries of Stone Age Greece: Part I, PPS, XXX: 199-244, Cambridge

HIETALA, Harold (ed.)
1984
Intrasite spatial analysis in archaeology. Cambridge: Cambridge University Press

HIETALA, Harold J.
1984
Intrasite spatial analysis: a brief overview, in Hietala, (ed.), 1984: 1-3, Cambridge: CUP

IETALA, Harold J.
1984
Intrasite spatial analysis: future directions, in Hietala, (ed.), 1984: 278-280, Cambridge: CUP

HIGGS, E. S. (ed.)
1975
Palaeoeconomy, Cambridge: CUP.

HIGGS, E. S. (ed.)
1972
Papers in economic prehistory, Cambridge: CUP

HIGGS, E. S. e C. Vita-Finzi
1970
Prehistoric economy in Mount Carmel area of Palestine: site catchment analysis, PPS, XXXVI: 1-37, Cambridge

HIGGS, E. S. e C. Vita-Finzi
1972
Prehistoric economies: territorial approach, in Higgs (ed.), 1972: 27-36

HODDER, Ian (ed.)
1982a
Symbolic and structural archaeology, Cambridge: CUP

HODDER, Ian
1982b
The identification and interpretation of ranking in prehistory: a contextual perspective, in Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 150-154 Cambridge: CUP

HODDER, Ian
1982c
Theoretical archaeology: a reactionary view, Hodder, (ed.), 1982: 1-16, Cambridge: CUP

HODDER, Ian
1982d
The Present Past. An Introduction to Anthropology for Archaeologists, London: Batsford

HODDER, Ian
1982e
Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture, Cambridge: CUP

HODDER, Ian
1984
New generations of spatial analysis in archaeology, Coloquio de Teruel, vol. 1: 7-24

HODDER, Ian
1985
Boundaries as Strategies: an Ethnoarchaeological Study. Green *et al.*, (eds.), 1985: 141-159, London, Academic Press

HODDER. Ian
1986
Reading the Past. Current approaches to interpretation in archaeology, Cambridge: CUP

HODDER, Ian (ed)
1987a
Archaeology as long-term history, Cambridge: Cambridge University Press

HODDER, Ian
1987b
The contribution of the long term, Hodder, (ed.), 1987: 1-8 Cambridge: CUP

HODDER, Ian (ed.)
1987c
The archaeology of contextual meanings, Cambridge: CUP

HODDER, Ian
1987d
The contextual analysis of symbolic meanings. Hodder, (ed.), 1987, 1-10, Cambridge: CUP

HODDER, Ian e C. Orton
1976
Spatial analysis in archaeology, Cambridge: CUP

HODDER, Ian; Isaac Glynn e Norman Hammond (eds.)
1981
Patterns of the Past, studies in honour of David Clarke, Cambridge: CUP

HURTADO, V.
1978
Los idolos del Calcolitico en el Ocidente Peninsular, Habis, 9: 357-364, Sevilla: Universidad

HURTADO, V.
1981
Los idolos calcoliticos de la «Pijotilla» (Badajoz), Zephyrus, XXX-XXXI: 165-203, Salamanca: Universidad

HURTADO, V.
1986
El Calcolítico en la cuenca média del Guadiana y la necrópolis de La Pijotilla, Actas da MRMP: 51-75, Madrid

HURTADO, V.
Las figuras humanas del yacimiento de la Pijotilla (Badajoz), MM, 22

HURTADO, V.
1988
Informe sobre las campañas de excavaciones en La Pijotilla (Badajoz), Extremadura Arqueologica 1: 35-53, Dirección General del Patrimonio Cultural, Editora Regional de Extremadura

HURTADO, V. e F. Amores
1982
Relaciones culturales entre el Sudeste Frances y la Pijotilla (Badajoz) en el Calcolitico: las Pastillas repujadas y el campaniforme cordado, Habis, 13: 189-209, Sevilla: Universidad

IDAÑÉZ SANCHÉZ, José Felix
1986
Incineración parcial en los enterramientos colectivos eneolíticos del Sudeste español, Actas da MRMP, 165--167, Madrid

JABALOY, Ma. E. y V. Salvatierra
1980
El poblamiento durante el Cobre y el Bronce en el rio Galera, CPUG, 5: 119-155, Granada

JALHAY, E.
1942
O castro eneolítico de V. N. S. Pedro e as suas relações com o Norte Africano e o Mediterrâneo Oriental, Congresso Luso-Esp. para o Progresso das Ciências, Porto

JALHAY, Eugénio e Afonso do Paço
1945
El castro de Vilanova de San Pedro, Actas y memorias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnologia y Prehistoria, XX, Madrid

JARMAN, M. R.
1972
A territorial model for archaeology: a behavioral and geographical approach, in Clarke (ed.), 1972: 705-733

JARMAN, M. R.; C. Vita-Finzi e E. S. Higgs
1972
Site catchment analysis in archaeology, in Ucko *et al.*, (eds.), 1972: 61-66

JOCHIM, Michael A. (ed.)
1976
Hunter-Gatherer subsistence and settlement. A predictive model, New York: Academic Press

JONES, G. D. e R. R. Kantz (eds.)
1981
The Transition to the Statehood in the New World, Cambridge: CUP

JORGE, Susana Oliveira
1978
O megalitismo no contexto neolítico peninsular, Rev. de Guim. 88: 369-387, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

JORGE, Susana Oliveira
1986
Povoados da Pré-História recente da região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar, 3 vols., Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras

JORGE, Vitor Oliveira
1978
O megalitismo do Norte de Portugal, Rev. de Guim. 88: 431-452, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

JORGE, Vitor Oliveira
1986
Problematica do megalitismo do norte de Portugal, Actas da MRMP: 33-44, Madrid

JUNGHANS, S. *et al.*
1960
Metallanalysen Kupferzeitlichen und Fruhbronzezeitlicher Bodenfunde aus Europa, I, Berlin: Gebr. Mann Verlag

JUNGHANS, S. *et al.*
1968
Küpfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas. Die Materialgruppen bein Stand von 12000 Analysen. Katalog der Analysen Nr. 985-10040. Band 2, Berlin: Gebr. Mann Verlag

JUNGHANS, S. *et al.*
1974
Küpfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas. Katalog der Analysen Nr. 10041-2200 (mit Nachuntersuchungen der Analyses Nr.1-10040). Band 2, Berlin: Gebr, Mann Verlag

KALB, Philine
1975
Arquitectura de las colonias del Bronce I, XIII Cong. Nacion. Arqueol., Huelva: 383-386, Zaragoza

KALB, Philine
1980
Neure Ergebnisse zur Megalithkultur auf der Iberischen Halbinsel, Nachrichten aus Niedersachsens Urgeschichte, Band 49: 73-93

KALB, Philine
1981
Zur relativen chronologie portugiesischer megalithgraber, MM, 32, 55-77, Mainz: Verlag Philipp von Zabern

KALB, Philine
1987
Monumentos megalíticos entre Tejo e Douro, El megalitismo en la Península Ibérica: 95-109, Madrid: Ministerio da Cultura

KENT, Susan (ed.)
1987
Method and Theory for activity area research. An ethnoarchaeological approach, New York: Columbia University Press.

KENT, Susan
1987
Understanding the use of space: an ethnoàrchaeological approach, in Kent (ed.), 1987: 1-62

KINNES, Ian
1981
Dialogues with death, Chapman *et al.*, (eds.), 1981: 83-91, Cambridge: CUP

KLEJN, Leo S.
1982
Archaeological typology, Oxford: BAR int. series

KRISTIANSEN, Kristian
1982
The Formation of Tribal Systems in Later European Prehistory: Northern Europe, 4000-500 b.c., Renfrew *et al.*, (eds.), 1982: 241-280, New York: Academic Press

KRISTIANSEN, Kristian
1984
Ideology and material culture: an archaeological perspective, Spriggs, (ed.), 1984: 72-100, Cambridge: CUP

KUNST, Michael
1987
Zambujal. Glockenbecher und kerbblattverzierte keramik aus den grabungen 1964 bis 1973, Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern

LAUTENSACH, H.
1967
Geografía de España y Portugal, Barcelona: Vicens-Vives

LEAL, P. e A. Ferreira
1871
Portugal Antigo e Moderno, 12 vols. Lisboa

LEE, R. B.
1969
Kung bushman subsistance: an input/output analysis, in Vayda (ed.), 1969: 47-79

LEISNER, G.
1944
O dolmen de falsa cúpula de Vale-de-Rodrigo, Biblos, XX: 23-52, Coimbra: Imp. Univ.

LEISNER, G.
1944
A cultura eneolítica do Sul de Espanha e as suas relações com Portugal, Arqueologia e História, 8.ª série. 1, Lisboa: AAP

LEISNER, G. e V. Leisner
1943
Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Suden, 2 vols., B.17, Berlin: Walter de Gruyter

LEISNER, G. e Vera
1951
Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz, Lisboa: IAC (reimpresso em 1985, Lisboa: UNIARCH/INIC)

LEISNER, G. e V. Leisner
1956
Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Western, Madrider Forschungen, 4 vols., Berlin: Walter de Gruyter

LEISNER, Vera
1961
Vasos eneolíticos decorados no interior, Rev. de Guim. LXXI: 409-428 Guimarães: Soc. Martins Sarmento

LEISNER, Vera e Hermanfrid Schubart
1966
Die Kupferzeitliche Befestigung von Pedra do Ouro, Portugal, MM, 7: 9-60

LEISNER, Vera e O. da Veiga Ferreira
1959
Os monumentos megalíticos de Trigache e A-da-Beja, Actas do I CNAP, vol. I: 187-195

LEISNER, Vera e O. da Veiga Ferreira
1963
Primeiras datas de radiocarbono 14 para a cultura megalitica portuguesa. Rev. de Guim., LXXIII: 358-366, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

LEISNER, Vera; Georges Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira
1961
Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme, Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal

LÉVI-STRAUSS, Claude
1971
Mythologiques 4. L'Homme Nu, Paris: Plon

LICHARDUS, Jan e e Marion Lichardus-Itten
1985
La protohistoire de l'Europe. Le néolithique, le chalcolithique, Nouvelle Clio, Paris: P.U.F.

LOPEZ CUEVILLAS, F.
1955
El comienzo de la edad de los metales en el Noroeste peninsular, Cuad. Estud. Gallegos, t. X - fc.30: 5-39

LOPEZ PLAZA, S.
1979
Aportación al conocimiento de los poblados eneoliticos del SO. de la Meseta N. española: la cerámica, SA, V: 67-102, Setúbal: MAEDS

M. DE CÁCERES, Enrique Cerrillo; Maria Isabel Ongil Valentín e Maria Isabel Sauceda Pizarro
1984
Religión y espacio, aproximación a una arqueología de la religión, Coloquio de Teruel, vol. 1, 41-54

MARKOTIC, Vladimir (ed.)
1977
Ancient Europe and Mediterranean, Warminster: Aries & Phillips

MARTIN DE LA CRUZ, J. C.
1985
Nueva interpretación sobre los poblados en el estuario del Tinto- Odiel, Huelva Arqueologica, VII: 161-206, Huelva

MARTIN DE LA CRUZ, J. C.
1986
Aproximación a la secuencia del habitat en Papa Uvas, (Aljaraque, Huelva), Hom. Siret: 227-242

MARTIN DE LA CRUZ, J. C.; M. J. Gomez Pascual; M. T. Alvarez e P. Chaves
1985
Nueva interpretación sobre los poblados en el estuario del Tinto-Odiel. Huelva, Huelva Arqueológica, VII: 161-206

MARTIN SOCAS, D. e M. D. Camalich Massieu
1983
La arquitectura domestica del Eneolitico en la zona meridional de la Peninsula Iberica, Homenaje al Prof. Martin Almagro Basch, I: 437-455, Madrid

MARTIN SOCAS, D. y Ma. D. Camalich Massieu
1982
La «cerámica simbólica» e su problemática (aproximación atraves de los materiales de la colección L. Siret), CPUG, 7: 267-306, Granada

MARTIN SOCAS, D. e M.ª Camalich Massieu
1986
Las excavaciones en el poblado de Campos (Cuevas de Almanzora, Almería), Hom. Siret: 178-191

MARTIN VALLS, R. e G. Delibes de Castro
1981
Crisoles de fundicion calcoliticos de la tierra del vino, Boletin del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia, XLVII: 180-184

MEGAW, J. V. (ed.)
1980
Hunters, Gatherers and first farmers beyond Europe: an archaeological survey, Leicester: Leicester University Press

MILLER, Daniel
1982
Explanation and Social Theory in Archaeological Practice, Renfrew *et al.*, (eds.), 1982: 82-95, New York: Academic Press

MOBERG, C.-A. *et al.*
1984
Archéologie du terroir. Ruptures et continuite dans l'occupation des sols, Actes du Colloque de Chateâuroux, 24-26 Juin 1982, Centre de Rech. Arch. du C.N.R.S.

MOLINA GONZÁLEZ, F.; F. Contreras Cortéz; A. Ramos Millán; V. Mérida González; F. Ortiz Risco e V. Ruiz Sánchez
1986
Programa de recuperación del registro arqueológico del Fortín 1 de Los Millares. Análisis preliminar de la organización del espacio, Coloquio de Teruel, vol. 8: 175-201

MONTEIRO, J. Pinto e Mario Varela Gomes
1977
Os Menires da Charneca do Vale Sobral. — Nisa, Rev. de Guim. LXXXVII: 189-203, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

MONTEIRO, Rafael e Eduardo da Cunha Serrão
1959
Estação Isabel: necrópole pré-histórica da Azóia, Actas do I CNAP, vol. I: 407-429, Lisboa

MONTEIRO, R.; G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira
1967
Uma notável placa de xisto encontrada na Lapa do Bugio — Azoia, Rev. de Guim., LXXVII: 323-328, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

MONTEIRO, R.; G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira
1971
Nota preliminar sobre a Lapa pré-histórica do Bugio (Azóia-Sesimbra), Actas do II CNAP: 107-120, Lisboa

MORENO ONORATO, A.
1982
Los materiales arqueologicos del poblado de Los Castillejos y Cueva Alta (Montefrío) procedentes de las excavaciones de 1946 y 1947, CPUG, 7: 235-266, Granada

MORENO ONORATO, Ma. A. y F. Contreras Cortes
1981
Un yacimiento de la Edad del Cobre en Gilena (Sevilla), CPUG, 6: 181-201, Granada

MOTES, J. Maluquer de
1966
Nuevos datos para el estudio del comercio prerromano en el Mediterraneo occidental, Pyrenae, 2: 185-190, Barcelona: Inst. Arq. Preh., Universidad

NOCETE CALVO, Francisco
1984
Elementos para un estudio del patrón de asentamiento en las campiñas occidentales del alto Guadalquivir durante la edad del cobre, Coloquio de Teruel, vol. 3: 91-102

NOCETE CALVO, Francisco; A. Ruiz Rodríguez; M. Molinos Molinos e M. Castro López
1986
Productos, lugares de actividad y estructuras en el asentamiento del Cobre final del Cerro de la Coronilla (Cazalilla, Jaén), Coloquio Teruel, vol. 8: 203-218

NOGUEIRA, Augusto de Melo
1931
Estação Pré-histórica de Olelas, CSGP, 17: 105-124, Lisboa: Serv. Geol. Portugal

NUNES, João de Castro
1974 (1981)
Introdução ao estudo da cultura megalítica no curso inferior do Alva, Sá da Bandeira (reedição, Coimbra: Assembleia Distrital, 1981)

OLARIA DE GUSI, Carmen
1980
Contribucion al estudio de un metodo descriptivo para la catalogacion de muestras ceramicas en arqueologia prehistorica, Pyrenae, 15-16: 339-348, Barcelona: Inst. Arq. Preh., Universidad

OTTAWAY, B.
1973
The earliest copper ornaments in northern Europe, PPS, 39: 294-331, Cambridge

PAÇO, Afonso do
1941
As grutas do Poço Velho ou de Cascais, CSGP, 22: 45-85, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol.

PAÇO, Afonso do
1943
Uma vasilha de barro de grandes dimensões do Castro de Vila Nova de S. Pedro, Ass. port. Prog. Cienc., Porto

PAÇO, Afonso do
1954
Castro de Vila Nova de S. Pedro, VI — Campanhas Arqueológicas de 1943 a 1950 (n.º 7 a n.º 14), Arqueologia e História, 8.ª S., III, Lisboa

PAÇO, Afonso do
1955
Castro de Vila Nova de S. Pedro, VII — Considerações sobre o problema da metalurgia, Zephyrus, VI: 27-40, Salamanca

PAÇO, Afonso do
1957
Castro de Vila Nova de S. Pedro — forno de cozer cerâmica, Rev. de Guim., LXVII: 83-94, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

PAÇO, Afonso do
1958
Castro de Vila Nova de S. Pedro, X — Campanha de escavações de 1956 (20.ª) (aditamento: campanhas de escavações de 1952, 1953 e 1954 — 16.ª, 17.ª e 18.ª), Anais da Academia Portuguesa de História, II série, VIII: 43-91, Lisboa

PAÇO, Afonso do
1959
Castro de Vila Nova de S. Pedro, XI — Nota sobre un tipo de cerámica del estrato Vila Nova I, Ampurias, XXI: 252-260, Barcelona

PAÇO, Afonso do
1960
Vila Nova de S. Pedro, XII — Alguns objectos de osso e marfim, Zephyrus, XI: 105-120, Salamanca

PAÇO, Afonso do
1961
Castro de Vila Nova de S. Pedro, XIII — Recipientes de osso e de calcário, Conímbriga, II-III: 167-179

PAÇO, Afonso do e Edward Sangmeister
1956
Castro de Vila Nova de S. Pedro, VIII — Campanha de escavações de 1955 (19.ª), Arqueologia e História, VII, Lisboa

PAÇO, Afonso do e Edward Sangmeister
1956
Vila Nova de S. Pedro — eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal, Germania, 34: 211-230, Berlin

PAÇO, Afonso do e Eugénio Jalhay
1939
A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro, notas sobre a 1.ª e 2.ª campanha — 1937 a 1938, Brotéria, XXVIII: XXIX

PAÇO, Afonso do e Eugénio Jalhay
1942
Notas sobre a 3.ª, 4.ª e 5.ª campanha — 1939, 1940, 1941, Brotéria, XXXIV: Lisboa

PAÇO, Afonso do e Eugénio Jalhay
1943
Notas sobre a 6.ª campanha — 1942, Brotéria, XXXVII

PAÇO, Afonso do e Gonçalo Lyster Franco
1959
Ídolo cilíndrico de calcário, oculado, encontrado no Algarve, Actas do I CNAP: 361-368, Lisboa

PAÇO, Afonso do e Maria de Lourdes Costa Arthur
1952
Castro de Vila Nova de S. Pedro, I — 15.ª Campanha de Escavações (1951), Brotéria, LIV: 289

PAÇO, Afonso do e Maria de Lourdes Costa Arthur
1952
Castro de Vila Nova de S. Pedro, II — Alguns objectos metálicos, Zephyrus, III, Salamanca

PAÇO, Afonso do e Maria de Lourdes Costa Arthur
1952
Castro de Vila Nova de S. Pedro, III — Perfis de bordos de Vasos não ornamentados. «O Instituto», 115, Coimbra

PAÇO, Afonso do e Maria de Lourdes Costa Arthur
1953
Castro de Vila Nova de San Pedro, IV — Sementes pré-historicas de Linho, Arch. Preh. Lev., IV: 151-157, Valencia

PAÇO, Afonso do e Maria de Lourdes Costa Arthur
1954
Castro de Vila Nova de San Pedro, V — Nota sobre sementes pre-historicas, I Cong. Arq. del Marruecos Español: 183-187, Tetuán

PAÇO, Afonso do e José Fernandes Ventura
1961
Castelo do Giraldo — Évora, Rev. de Guim., LXXI: 27-49, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

PAÇO, Afonso do; Georges Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira
1971
Resultados das escavações na Lapa da Bugalheïra (Torres Novas), CSGP, 55: 139-163, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol.

PALMA, José Enrique Ferrer
1986
El megalitismo en Andalucía Oriental: problemática, Actas da MRMP: 97-110, Madrid

PARREIRA, Rui
1983
O Cerro dos Castelos de S. Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980, Arq. Port., S.IV, 1: 149-168, Lisboa: MNAE

PEARSON, Michael Parker
1984
Social change, ideology and the archaeological record, Spriggs, (ed.), 1984: 59-71, Cambridge: CUP

PEARSON, Michael Parker
1982
Mortuary practices, society and ideology: an ethnoarchaeological study, Hodder, (ed.), 1982: 99-113, Cambridge: CUP

PELLICER, M. e V. Hurtado
1980
El poblado metalurgico de Chinflón (Zalamea la Real — Huelva), Sevilla

PELLICER, Rosario Lucas
1986
Fenómeno megalítico: estado actual, Actas da MRMP: 11-20, Madrid

PEÑA, Francisco de la Torre e Leovigildo Sáez Pérez
1986
Nuevas excavaciones en el yacimiento de la edad del cobre de «El Malagón», Hom. Siret: 221-226

PEREIRA DE MELLO, Olga Alvares; Vasco Fortuna; J. Camarate França; O. da Veiga Ferreira e J. Roche
1961
O Monumento pré-histórico da Bela Vista (Colares), CSGP, 45: 237-249, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol.

PERLMAN, Stephen M.
1985
Group size and Mobility Costs, Green *et al.*, (eds.), 1985, 33-50, London: Academic Press

PHILLIPPART DE FOY, Guy
1984
Les Pygmées d'Afrique Centrale, Coll. Architectures traditionnelles, Marseille: Éditions Parenthèses

PIGGOT, Stuart
1968
The Earliest Wheeled Vehicles and the Caucasian Evidence, PPS, XXXIV: 266-318, Cambridge

PIÑÓN VARELA, Fernando
1986
Consideraciones en torno a la implantación megalítica onubense dentro del contexto del Neolítico y el Calcolítico del Suroeste peninsular, Actas da MRMP: 77-98, Madrid

PLOG, Fred T.
1973
Diachronic Anthhropology, Redman, (ed.), 1973: 181-198, New York: John Wiley and Sons

PLOG, Fred
1982
Is a little Philosophy (science?) a dangerous thing?, Renfrew *et al.*, (eds.), 1982: 25-33, New York: Academic Press

PLOG, Stephen
1976a
Relative efficiencies of sampling techniques for archaeological surveys, in Flannery (ed.), 1976: 136-158

PLOG, Stephen
1976b
Measurement of prehistoric interaction between communities, in Flannery (ed.), 1976: 255-272

PLOG, Stephen
1980
Stylistic variation in prehistoric ceramics, Cambridge: CUP

PRICE, T. Douglas e James A. Brown, eds.
1985
Prehistoric Hunter-Gatherers. The Emergence of Cultural Complexity, London: Academic Press

RAMOS MILLÁN, A.
1981
Interpretaciones secuenciales y culturales de la Edad del Cobre en la zona meridional de la Peninsula Iberica. La alternativa del materialismo cultural, CPUG, 6: 203-256, Granada

RAMOS MILLÁN, A.
1984
La identificación de las fuentes de suministro de un asentamiento prehistórico. El abastecimiento de rocas silíceas para manufacturas talladas, Coloquio de Teruel: 107-134

RAMOS MUÑOZ, José e Alvaro J. Moreno Araguez
1984
El poblamiento humano calcolítico en la presa de la Viñuela (Málaga), Coloquio de Teruel, vol. 3: 157-174

RAPOSO, Luís e António Carlos Silva
1980
A estação «Languedocense» do Xerez de Baixo (Guadiana), SA, VI-VII: 47-84, Setúbal, MAEDS

RAURET DALMÁN, Ana Maria
1965
Las placas de pizarra de la cultura megalítica catalana. Pyrenae, 1: 59-71, Barcelona: Inst. Arq. Preh., Universidad

REDMAN, Charles L.
1973
Research and Theory in Current Archaeology: an Introduction, Redman, (ed.), 1973: 5-20, New York: John Wiley and Sons

REDMAN, Charles L. (ed.)
1973
Research and Theory in Current Archaeology, New York: John Wiley and Sons

RENFREW, Colin
1969
The Autonomy of the South-East European Copper Age, PPS, XXXV: 12-47, Cambridge

RENFREW, Colin
1972
The emergence of civilisation. The Cyclades and the Aegean in the third millennium BC, London: Methuen

RENFREW, Colin (ed.)
1973
The explanation of culture change. Models in Prehistory, London: Duckworth

RENFREW, Colin
1976
Megaliths, Territories and Populations, De Laet, (ed.), 1976: 198-220, Bruges

RENFREW, Colin
1976 (1983)
Before civilisation. The Radiocarbon Revolution and Prehistoric Europe, 2.ª ed. Penguin Books, trad. francesa, Paris, 1983

RENFREW, Colin
1979
Problems in European Prehistory, Edinburgh: Edinburgh University Press

RENFREW, Colin
1979b
Trade and culture process in european prehistory, in Renfrew, 1979: 22-42

RENFREW, Colin
1979c
The Aegean and the West Mediterranean, in Renfrew, 1979: 43-64

RENFREW, Colin
1979d
Cycladic metallurgy and the Aegean early Bronze Age, in Renfrew, 1979: 87-116

RENFREW, Colin
1979e
The autonomy of the south-east european Copper Age, in Renfrew, 1979: 137-170

RENFREW, Colin
1979f
The Copper Age of peninsular Italy and the Aegean, in Renfrew, 1979: 202-254

RENFREW, Colin
1979g
Colonialism and megalithismus, in Renfrew. 1979: 262-280

RENFREW, Colin
1982a
Explanation Revisited, in Renfrew *et al.*, (eds.), 1982: 5-23, New York: Academic Press

RENFREW, Colin
1982b
Socio-economic change in ranked societies, Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 1-8, Cambridge: CUP

RENFREW, Colin
1982c
The resource base of early state societies: the Aegean, Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 89-91, Cambridge

RENFREW, Colin
1986
Introduction: peer polity interaction and socio-political change, Renfrew, (ed.), 1986: 1-18, Cambridge: CUP

RENFREW, Colin
1987
Archaeology & Language, the puzzle of Indo-european origins, London: Jonathan Cape

RENFREW, Colin (ed.)
1983
The megalithic Monuments of Western Europe, London: Thames and Hudson

RENFREW, Colin e John F. Cherry (ed.)
1986
Peer polity interaction and socio-political change, Cambridge: CUP

RENFREW, Colin e Malcolm Wagstaff (eds.)
1982
An Island Polity. The archaeology of exploitation in Melos, Cambridge: CUP

RENFREW, Colin e Stephen Shennan (ed.)
1982
Ranking, resource and exchange. Aspects of the archaeology of early European society, Cambridge: CUP

RENFREW, Colin; Michael J. Rowlands e Barbara Abbott Segraves
1982
Theory and Explanation in Archeology. The Southampton Conference, New York: Academic Press

RIBEIRO, Orlando
1961
Geografia e Civilização. Temas portugueses, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

RIBEIRO, Orlando
1970
A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo, Lisboa

RIBEIRO, Orlando
1987
Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Lisboa: Sá da Costa

RIBEIRO, Orlando; Hermann Lautensach e Suzanne Daveau
1987b
Geografia de Portugal. I. A posição geográfica do território, Lisboa: Sá da Costa

RICQ-DE BOUARD, Monique
1983
Les outils lithiques polis du sud de la France, Paris

ROCHA, António dos Santos
1904
Dolmens de Alcalar, Boletim da Sociedade Archeologica da Figueira, 2: 39-56

ROCHA, António dos Santos
1911
Materiaes para o estudo da Idade do Cobre em Portugal, Figueira da Foz

ROCHE, Jean e O. da Veiga Ferreira
1975
La Station de Penha Verde (Sintra), CSGP, 59: 253-263, Lisboa: Serv. Geol. Portugal

ROPER, Donna C.
1979
The method and theory of site catchment analysis: a review, in Schiffer (ed.), 1979: 120-142

ROSSMANN, David L.
1976
A site-catchment analysis of San Lorenzo, Vera Cruz, in Flannery (ed.), 1976: 95-103

ROUX, Valentine
1985
Le matériel de broyage, étude éthnoarchéologique à Tichitt (R. I. Mauritanie), Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations

ROWLANDS, M. J.
1982
Processual Archaeology as Historical Social Science. Renfrew *et al.*, (eds.), 1982: 155-174, New York: Academic Press

ROWLANDS, Mike
1984
Objectivity and subjectivity in archaeology. Spriggs, (ed.), 1984 108-113, Cambridge: CUP

RUIZ MATA, D.
1975
Cerámicas del Bronce del poblado de Valencina de la Concépción (Sevilla), M. M.: 16, 80-110

RUIZ RODRIGUEZ, A.; M. Molinos; F. Nocete Calvo y M. Castro Lopez
1983
El Cerro de la Coronilla (Cazalilla, Jaen): Fases de la Edad del Cobre, CPUG, 8: 99-250, Granada

RYAN, M. (ed.)
1979
Proceedings of the fifth Atlantic Colloquium. Dublin

SAHLINS, Marshall D.
1968
Tribesmen, New Jersey: Prentice Hall

SALMON, Wesley C.
1982
Causality in Archaeology Explanation, in Renfrew *et al.*, (eds.), 1982: 45-55, New York: Academic Press

SANGMEISTER, E.
1960
Metalurgia y comercio del cobre en la Europa prehistorica, Zephyrus, XI- 1-2: 131-139, Salamanca

SANGMEISTER, Edward e Hermanfrid Schubart
1970
Zambujal — uma fortificação da Idade do Cobre em Portugal, Rev. de Guim. LXXX: 391-400, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

SANGMEISTER, Edward e Hermanfrid Schubart
1981
Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973, 2 vols., Mainz Am Rhein: Verlag Philipp von Zabern

SANTOS, Manuel Farinha
1964
Vestígios de pinturas rupestres encontrados na Gruta do Escoural, Arq. Port., II S., V: 5-47, Lisboa: MNAE

SANTOS, Manuel Farinha
1967
Novas gravuras rupestres na Gruta do Escoural, Rev. de Guim. LXXVII: 18-34, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

SANTOS, M. F.; M. V. Gomes e Jorge Pinho Monteiro
1980
Descoberta de arte rupestre na gruta do Escoural, Altamira Symposium: 205-242, Madrid

SANTOS, Manuel Farinha e O. da Veiga Ferreira
1969
O monumento eneolítico de Santiago do Escoural, Arq. Port., S. III, III: 37-62, Lisboa: MNAE

SAVORY, H. N.
1968
Spain and Portugal. The prehistory of the Iberian Peninsula, London: Thames and Hudson

SAVORY, H. N.
1977
The role of Iberian Communal Tombs in Mediterranean and Atlantic Prehistory, Markotic, (ed.), 1977: 161-180, Warminster: Aries & Phillips

SAVORY, H. N.
1983-84
Um corte através da fortificação interior do castro calcolítico de Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959), Clio/Arqueologia, 1: 19-29, Lisboa: UNIARCH/INIC

SCARRE, C.
1982
Settlement patterns and landscape change: the late Neolithic and the Bronze Age of the Marais Poitevin Area of Western France, PPS, 48: 53-73

SCARRE, C. (ed.)
1984
Ancient France. Neolithic Societies and their Landscapes: 6000-2000-b.c, Edinburgh: Edinburgh University Press

SCHIFFER, M.
1976
Behavioural Archaeology, New York: Academic Press

SCHIFFER, Michael
1978
Preface. in Advances in Archaeological method and theory, vol. 1, xiii-xv, New York: Academic Press

SCHIFFER, Michael B. (ed.)
1979
Advances in archaeological method and theory, New York: Academic Press.

SCHUBART, Hermanfrid
1965
As duas fases de ocupação do túmulo de cúpula do Monte do Outeiro, nos arredores de Aljustrel, Rev. de Guim., LXXV: 195-204, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

SCHUBART, Hermanfrid
1967
Las fortificaciones eneoliticas de Zambujal e Pedra do Ouro, 10.° CNAE, Mahon: 197-204

SCHUBART, Hermanfrid
1971
O horizonte de Ferradeira — sepulturas do Eneolítico final do sudoeste da Peninsula Ibérica, Rev. de Guim. LXXXI: 189-215, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

SCHUBART, Hermanfrid
1975
Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel, 2 vols., Berlin: Walter de Gruyter

SCHUBART, H.
1977
Datas de radio-carvao para o Castro do Zambujal, XIV Congr. Nac. de Arqueologia (Victoria 1975): 259-266, Zaragoza

SCHUBART, H.
1977b
Morro de Mezquitilla, MM, 18: 33-60, Heidelberg: F. H. Kerle Verlag

SCHUBART, Hermanfrid e Edward Sangmeister
1980
Zambujal. Un asentamiento fortificado de la edad del Cobre en Portugal, Revista de Arqueología, n.° 37: 20-33

SCHULE, W.
1986
El cerro de la Virgen de la Cabeza, Orce-Granada. Consideraciones sobre su marco ecológico y cultural, Hom. Siret: 208-220

SCHULE, W. e M. Pellicer
1966
El cerro de la Virgen-Orce (Granada), I., E.A.E., 46, Madrid: Ministerio de Educacion y Ciencia

SEIGNOBOS, Christian
1982
Nord Cameroun. Montagnes et hautes terres, Coll. Architectures traditionnelles, Marseille: Éditions Parenthèses.

SELIMKHANOV, T. R.
1964
Was Native Copper used in Transcaucasia in Eneolithic Times?, PPS, XXX: 66-74, Cambridge

SEMENOV, S. A.
1964
Prehistoric technology, London

SÉRONIE-VIVIEN, M. R.
1982
Introduction à l'étude des poteries préhistoriques, Bordeaux

SERRALHEIRO, António Simes Correia e Ruy Freire de Andrade
1961
O Monumento Megalítico do Monte das Pereiras, CSGP, 45: 503-511, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol

SERRÃO, Eduardo da Cunha
1983
A estação pré-histórica de Parede. Documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas (Campanha de 1956), Arq. Port. S. IV, I: 119-148, Lisboa: MNAE

SERRÃO, Eduardo Cunha e E. Prescott Vicente
1958
O Castro Eneolítico de Olelas. Primeiras escavações, CSGP, 39: 87-125, Lisboa: Serv. Geol. Portugal

SERVICE, E. R.
1970
Organização social primitiva. Uma perspectiva evolucionista, Porto: Despertar

SERVICE, E. R.
1984
Los orígenes del Estado y de la civilización, trad. esp., Madrid: Alianza Editorial

SHECKLEY
1973
La dimension des miracles, Paris: Laffont

SHENNAN, Stephen
1982
The emergence of hierarchical structure, Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 9-12, Cambridge: CUP

SHENNAN, Stephen
1982
The development of salient ranking, Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 57-60, Cambridge: CUP

SHENNAN, Susan
1982
From minimal to moderate ranking, Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 27-32, Cambridge: CUP

SHEPARD, A. O.
1955
Ceramics for the archaeologists, Washington: Carnegie Institution of Washington

SHEPHERD, R.
1980
Prehistoric Mining and Allied Industries, London: Academic Press

SHERRATT, A.
1972
Socio-economic and demographic models for the Neolithic and Bronze Ages of Europe, Clarke (ed.), 1972, 477-542: Londres: Methuen

SHERRATT, A.
1973
The interpretation of change in european Prehistory, Renfrew (ed.), 1973: 419-428, London, Duckworth

SHERRATT, A.
1976
Resources, technology and trade: an essay in early european metallurgy, Sieveking e Wilson (eds.), 1976, 557--581, London, Duckworth

SHERRATT, A. G.
1980
Water, soil and seasonality in the early cereal cultivation, World Archaeology, 11, n.º 3: 313-330

SHERRATT, A.
1981
Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution, Hodder *et al.*, (ed.), 1981, 261-305, Cambridge: CUP

SHERRATT, Andrew
1982
Mobile resources: settlement and exchange in early agricultural Europe, Renfrew e Shennan, (eds.), 1982: 13-26, Cambridge: CUP

SHERRATT, Andrew
1987
Wool, Wheels and Ploughmarks: Local developements or outside introductions in Neolithic Europe?, Inst. of. Archaeo. Bulletin, 23: 1-15, London: University College

SIEVEKING, G. e K.E. Wilson (eds.)
1976
Problems in Economic and social archaeology, London: Duckworth

SIEVEKING, G. e M. H. Newcomer (eds.)
1987
The human uses of flint and chert, Cambridge: CUP

SILVA, Carlos Tavares da
1966-67
O povoado pré-histórico da Rotura (nova contribuição para o seu estudo), Arq. Beja, 23-24: 164-172, Beja

SILVA, Carlos Tavares da
1968-70
O povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal): vestígios de estratigrafia, Arq. Beja, 25-27: 31-44

SILVA, Carlos Tavares
1971
O povoado pré-histórico da Rotura: notas sobre a cerâmica, Actas do II CNAP, I: 175-192, Lisboa

SILVA, Carlos Tavares
1987
O megalitismo do Alentejo Ocidental e do Sul do Baixo Alentejo (Portugal), El megalitismo en la Peninsula Ibérica, 85-93: Madrid: Ministerio da Cultura

SILVA, Carlos Tavares da e Joaquina Soares
1976-77
Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve, SA, II-III, 179-272, Setúbal: MAEDS

SILVA, Carlos Tavares da e Joaquina Soares
1981
Pré-História da área de Sines, Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

SILVA, Carlos Tavares da e Joaquina Soares
1983
Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo litoral. A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém), Arq. Port., S. IV, I: 63-88, Lisboa: MNAE

SILVA, Carlos Tavares da e Joaquina Soares
1984
A estratégia do povoamento dos Chãos de Sines durante a Pré-História, Homm. G. Zbyszewski: 393-410, Paris: Ed. Recherches sur les Civilisations

SILVA, Carlos Tavares da e Joaquina Soares
1985
Monte da Tumba (Torrão). Eine befestigte siedlung der kupferzeit im Baixo Alentejo (Portugal), MM 26: 1-21, Mainz: Verlag Philipp von Zabern

SILVA, Carlos Tavares da e Mateus Gonçalves Cabrita
1966
A utilização dos moluscos durante o Eneolitico português, Rev. de Guim., LXXVI, 307-338, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

SIRET, Louis
1890
Las primeras edades del metal en el Sudeste de España, Barcelona

SIRET, Louis
1893
L'Espagne préhistorique, Rev. des Questions Scientifiques, Bruxelles

SIRET, Louis
1907
Orientaux et occidentaux aux temps préhistoriques, Rev. de Questions Scientifiques, Bruxelles

SIRET, Louis
1908
Réligions néolithiques de l'Ibérie, Rev. de Questions Scientifiques, Bruxelles

SIRET, Louis
1913
Questions de chronologie et d'Ethnografie Ibériques, Paris

SMITH, Bruce D.
1982
Explanation in Archaeology, Renfrew *et al.*, (eds.), 1982: 73-82, New York: Academic Press

SMITH, M. A.
1953
Iberian Beakers, PPS, XIX: 95-107, Cambridge

SOARES, António Monge e João M. Peixoto Cabral
1984
Datas convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e sua calibração: revisão crítica, Arq. Port., S. IV, 2: 167-213, Lisboa: MNAE

SOARES, Joaquina e Carlos Tavares da Silva
1974-77
O grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal, Arq. Port., S. III, vol. VII-IX: 101-112, Lisboa: MNAE

SOARES, Joaquina e Carlos Tavares da Silva
1975
A ocupação pré-histórica do Pedrão e o calcolítico de Setúbal, SA, I: 53-153, Setúbal: MAEDS

SOARES, Joaquina e Carlos Tavares da Silva
1976-77
O monumento megalítico de Palhota (Santiago do Cacém), SA, II-III: 109-150, Setúbal: MAEDS

SOARES, Joaquina e Carlos Tavares da Silva
1976
Cerâmica Campaniforme de Vale Vistoso (Porto Covo-Sines), SA, II-III: 163-177, Setúbal: MAEDS

SPRIGGS, Matthew (ed.)
1984
Marxist perspectives in archaeology, Cambridge: CUP

SUÁREZ MARQUÉZ, A. ; A. Bravo Garzolini; L. Cara Barrionuevo; J. Martínez García; D. Ortiz Soler; J. R. Ramos Díaz e M.ª Rodríguez López
1986
Aportaciones al estudio del edad del cobre en la provincia de Almería. Analisis de la distribución de yacimientos, Hom. Siret: 196-207

SURET-CANALE
1974
As sociedades tradicionais na África Tropical, in *O modo de produção asiático*, Lisboa: Seara Nova

S. JOSÉ, Fr. João
1577
Chorographia do Reino do Algarve, manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa

TAROUCA, Carlos da Silva (ed.)
1952
Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal, V. I, Lisboa: Academia Portuguesa de História

TARRADELL, M.
1962
El Pais Valenciano del Neolitico a la Iberización, Anales de la Universidad de Valencia, XXXVI-c.II: 85-180, Valencia

TARRADELL, M.
1965
El problema de las diversas areas culturales de la Peninsula Iberica en la Edad del Bronce, Miscelanea en Homenaje al Abate H. Breuil, t. II: 425-430, Barcelona

TARRADELL, M. (ed.)
1968
Estudios de Economia Antigua de la Península Ibérica, Barcelona: Vicens-Vives

TEIXEIRA, C. e F. Gonçalves
1980
Introdução à Geologia de Portugal, Lisboa: I.N.I.C.

THADEU, D.
1965
Carte Miniére du Portugal (échélle 1/50.000). Notice Explicative, Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal

TRIGGER, B.
1974
The archaeology of government, World Archaeology, 6: 95-106, London

TRIGGER, Bruce G.
1980
Gordon Childe. Revolutions in Archaeology, London: Thames and Hudson.

TYLECOTE, R. F.
1976
A history of Metallurgy, London

TYLECOTE, R. F.
1987
The early history of metallurgy in Europe, London: Longman

TYLECOTE, R. F. e McKerrel, H.
1972
The working of copper-arsenic alloys in the Early Bronze Age and the effect on the determination of provenance, PPS, 38: 209-218, Cambridge

UCKO, Peter J.; Ruth Tringham e G. W. Dimbleby, (eds.)
1972
Man, Settlement and Urbanism, London: Duckworth

VAN DER LEEUW, S. E.
1982
How objective can we become? some reflections on the nature of the relationship between the archaeologist, his data, and his interpretations, Renfrew *et al.*, (eds.), 1982: 431-457, New York: Academic Press

VARAGNAC, André
1963
O Homem antes da escrita, Lisboa: Cosmos

VASCONCELLOS, J. Leite de
1903
Antiguidades do Museu de Faro, Arch. Port., VII: 171, Lisboa

VAUGHAN, Patrick C.
1985
Use-wear analysis of flaked stone tools, Tucson: University of Arizona Press

VAULTIER, Maxime
1950
Influência egípcia no bronze mediterrânico, Cong. Luso-esp. p.ª o progresso das Ciências, 7.ª Secção, 695--702, Lisboa

VAYDA, A. P. (ed.)
1969
Environment and culture behavior, New York: Natural History Press

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da
1886-1887-1889-1891
Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional

VIAN, Boris
1968
L'Automne à Pékin, Paris: Union Générale d'Éditions

VIANA, Abel e José Formosinho
1942
Arqueologia pré-histórica do concelho de Monchique, Ethnos II: 369-389, Lisboa

VIANA, Abel; José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira
1948
Duas raridades arqueológicas, Rev. Sind. Nac. Eng. Aux., 24: 1-18, Lisboa

VIANA, Abel; J. Formosinho e O. da Veiga Ferreira
1953
Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu regional de Lagos, Zephyrus, IV: 97-117, Salamanca

VIANA, Abel; Octávio da Veiga Ferreira e José Formosinho
1949
Necropolis de las Caldas de Monchique. Nuevas contribuiciones para el conocimiento de la edad del bronce en el Algarve, Archivo Español de Arqueologia, 22: 291-312, Madrid

VIANA, Abel; Octávio da Veiga Ferreira e José Formosinho
1950
Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. Investigações de 1948 e 1949, XIII Cong. luso-espanhol para o Progresso das Ciências, 8: 75-89, Lisboa

VIANA, Abel; Octávio da Veiga Ferreira e José Formosinho
1954
Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. Relance das explorações nas necrópoles da Idade do Bronze, do ano de 1937 ao de 1944, TAE 15: 17-54, Porto

VIANA, Abel, Octávio da Veiga Ferreira e Rui Freyre Andrade
1957
Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique, CSGP, 38: 409-419, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol.

VIANA, Abel; Georges Zbyzewski; Ruy Freire de Andrade; António Serralheiro e O. Da Veiga Ferreira
1959
Contribuição para o conhecimento para o estudo da arqueologia megalítica do Baixo Alentejo, Actas do I CNAP: 197-214, Lisboa

VIANA, Abel; O. da Veiga Ferreira e Ruy Freire de Andrade
1961
Descoberta de dois monumentos em falsa cúpula na região de Ourique, Rev. de Guim., LXXI: 5-12, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

VIANA, Abel; Ruy Freire de Andrade e O. da Veiga Ferreira
1960
O monumento pré-historico do Malha Ferro — Panoias, Rev. de Guim. LXX: 21-26, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

VIANA, Abel; O. da Veiga Ferreira e Ruy Freire de Andrade
1961a
Um túmulo de «tipo alcalarense» nos arredores de Aljustrel, Rev. de Guim. LXXI: 247-253, Guimarães: Soc. Martins Sarmento

VIANA, Abel; R. Freire Andrade e O. da Veiga Ferreira
1961b
O Monumento Pré-histórico do Monte Velho (Ourique), CSGP, 45: 483-491, Lisboa: Dir. Geral Minas Serv. Geol.

VITA-FINZI, Claudio
1978
Archaeological sites in their setting, London: Thames and Hudson

VITA-FINZI, C. e Higgs, E. S.
1966
The Climate, Environment and Industies of Stone Age Greece: Part II, PPS, XXXII: 1-29, Cambridge

VITA-FINZI, C.; Higgs, E. S. ; Haris, D. R. e Fagg, A. E.
1967
The Climate, Environmemt and Industies of Stone Age Greece: Part III, PPS, XXXIII: 1-29, Cambridge

WALDREN, W. H. (ed.)
1984
Early Settlement in the western Mediterranean Islands and the Peripheral Areas, London: BAR Series

WALKER, M. J. 1983
Laying a mega-myth: dolmens and drovers in Prehistoric Spain, World Archaeology, 15 n.° 1: 37-50

WALKER, M. J.
1984
The site of el Prado (Murcia) and the copper age of South-East Spain, Blagg (ed.), 1984: 47-78, London: BAR series

WHITTLE, Alasdair
1985
Neolithic Europe. A survey, Cambridge: CUP

WHITTLE, E. H. e J. M. Arnaud
1975
Thermoluminescent dating of neolithic and chalcolithic pottery from sites in central Portugal, Archaeometry, 17.1.: 5-24

WILLOUS, R. e Coghlan, H. H.
1962
A Note upon Native Copper: its occurrence and properties, PPS, XXVIII: 58-67, Cambridge

ZARKY, Alan
1976
Statistical analysis of site catchment at Ocós, Guatemala, in Flannery (ed.), 1976: 117-130

ZBYSZEWSKI, Georges e O. da Veiga Ferreira
1958
Estação Pré-histórica da Penha Verde (Sintra), CSGP, 39: 37-57, Lisboa: Serv. Geol. Portugal

ZBYSZEWSKI, Georges e O. da Veiga Ferreira
1967
Acerca de uma «tholos» encontrada em Castro Marim, Arq. Port., III S., vol. I: 11-17, Lisboa: MNAE

ZBYSZEWSKI, Georges; O. da Veiga Ferreira; M. Leitão; C. T. North e J. Norton
1981
Nouvelles données sur le Néolithique Ancien de la station céramique cardiale de Sagres. CSGP, 67-2: 301--311, Lisboa: Dir. Geral Geol. e Minas

ZVELEBIL, Marek
1986
Mesolithic prelude and neolithic revolution, Zvelebil, (ed.), 1986: 5-15, Cambridge: CUP

ZVELEBIL, Marek
1986
Mesolithic societies and the transition to farming: problems of time, scale and organisation, Zvelebil, (ed.) 1986, 167-188 Cambridge: CUP

ZVELEBIL, Marek (ed.)
1986
Hunters in transition. Mesolithic societies of temperate Eurasia and their transition to farming, Cambridge: CUP

ONZE ÍNDICES

ONZE ÍNDICES

ÍNDICE DE LUGARES, MONUMENTOS E SÍTIOS

ÁLAMO - 96.
ALANDROAL - 100.
ALAPRAIA - 457.
ALCALAR (NECRÓPOLES) - **43-56**.
ALCALAR (POVOADO) - **42**.
ALCALAR - 25, 31, 37, 38, 40-42, 49, 56, 62, 72-74, 77, 82, 116, 145, 163, 164, 248, 316, 312, 319, 328, 337, 346, 347, 348, 368, **368-371**, 386, 401, 403, 409, 414, 434, 435, 437, 470.
ALCALAR 10 (LEISNER 13) - **56**.
ALCALAR 11 - **56**.
ALCALAR 12 - **56**.
ALCALAR 8 (LEISNER 11) - **54**.
ALCALAR 9 (LEISNER 12) - **54**.
ALCALAR 1 - **43**.
ALCALAR 2 - **45**.
ALCALAR 3 - **45**.
ALCALAR 4 - **48**.
ALCALAR 5 - **48**.
ALCALAR 6 - **48**.
ALCALAR 7 - **48**.
ALCALAR 8 - **49** e **52**, 318.
ALCALAR 9 - **52**.
ALCARIA - 63, 77, 100.
ALCARIA COVA - 92, 103.
ALCARIA QUEIMADA - 96.
ALCARIAS DE PEDRO GUERREIRO - 90, 100, 292, 334, 340, 346, 347, 349.
ALCOBAÇA - 327, 435, 457.
ALCOUTIM - 11, 88, 100, 102, 177, 200, 358, 361.
ALFARROBEIRA - 96.
ALISHAR - 424.
ALJEZUR - 72.
ALJUSTREL - 87, 161, 342.
ALMERIA - 318, 391, 393, 441.
ALMIZARAQUE - 322.
ALTO DO DAFUNDO - 448, 449, 473.
AMEIXIAL - 90, 96, 105, 334.
ANATÓLIA - 423, 424, 428, 431, 438, 451, 456.
ANDARAX - 391, 393.
ANTA 1 (E *THOLOS*) DA FARISOA - 438, 465.
ANTA DA ALTURA - 333, 346.
ANTA DA BOLA DA CERA - 465.
ANTA DA CASTELHANA - 30, 32, 79, 333, **340-342**, 347, 348, 349.
ANTA DA CERCA DA FRANCISQUINHA - 25, 333.
ANTA DA COMENDA DA IGREJA - 435.
ANTA DA CUMEADA - 25, 334, 346.
ANTA DA MASMORRA - 25, 90, 333, **334**, 346, 349.
ANTA DA MESQUITA - 30, 177, 333, **334**.
ANTA DA ORDEM - 435.
ANTA DAS PEDRAS ALTAS - 23, 30, 33, 65, 79, 88, **337-340**, 342, 347, 349.
ANTA DOS PENEDOS DE S. MIGUEL - 49, 180, 293, 315.
ANTA GRANDE DO OLIVAL DA PEGA - 318.
ANTA GRANDE DO TAPADÃO - 49.
ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO - 318.
ANTAS DE REGUENGOS DE MONSARAZ - 73, 77.
ASSADOR - 96.
AZINHOSA - 100.

BADAJOZ - 316.
BALEARES - 424, 425.
BALKANS - 441.
BALURCOS - 92.
BARÃO DE S. JOÃO - 368, 370.
BARRANCO DA FONTE DO SAPO - 177.
BARRANCO DA LAGINHA - 177.
BARRANCO DA LONTRA - 106.
BARRANCO DA UMBRIA - 106.
BARRANCO DAS CABANAS - 358.
BARRANCO DAS FONTAINHAS - 177.
BARRANCO DAS TAIPAS - 106.
BARRANCO DE FERNÃO COITADO - 358.
BARRANCO DE LA VENTA - 391.
BARRANCO DE PANTALEÓN - 391.
BARRANCO DE VALE COELHO - 106.
BARRANCO DE VALE FEITOSO - 106.
BARRANCO DO BEM PARECER - 117.
BARRANCO DO BUFO - 106.
BARRANCO DO CAPITÃO - 178.
BARRANCO DO PANTUFE - 178.
BARRANCO DO POÇO - 358.
BARRANCO DO SEIXO - 358.
BARRANCO DO VELHO - 106, 177.
BARRANCO DOS LEGUMES - 106.
BARRANCO DOS MALHADIS - 106.
BARRANCO DOS PAUS - 178.
BARRANQUETE (EL) - 31, 49, 56, 390, **393-395**, 421, 423, 424, 425, 427.
BARRANQUETE 7 - 322.
BEÓCIA - 425.
BEJA - 88, 90, 100, 164, 347, 349, 372, 409, 414, 471, 473, 476.
BELLE FRANCE - 63-65, 75, 77, 83.

BENSAFRIM - 370.
BENTOS - 100.
BEYCESULTAN - 318, 425.
BUÇO PRETO (=ESGARAVATADOURO) - 63, 64, 74, 75.
BUÇO PRETO 1 E 2 - **65**.
BUÇO PRETO 3, 4 E 5 - **65**.
BUÇO PRETO 6 E 7 - **65**, 77, 83.
BULHOA (MENIR) - 470.
BUQRAS - 221.
BURUNDI - 289.

CÓRSEGA - 424.
CABEÇO DA ARRUDA - 472.
CABEÇO DO CUBO - 88, 116, 163, 315, 452, 463.
CABEÇO DO PÉ DA ERRA - 20, 290, 304, 347, 463.
CABRANOSA - 38.
CACELA - 69.
CACHOPO - 90, 92, 96, 105, 177, 358.
CALDAS DA RAINHA - 327.
CALDAS DE MONCHIQUE - 65.
CAMARÕES - 289.
CAMPO MAIOR - 88, 163.
CARENQUE 1 - 449.
CARENQUE 3 - 449.
CARTAGO - 467.
CARTAXO - 25.
CASAL DO PARDO - 81, 435, 449.
CASARÃO DAS FREIRAS - 38.
CASINHA DA MOURA (OLIVAL DE J.J. SAMORA GIL) - 64.
CASTELÃO - 100.
CASTELINHO DE MARIM - 96.
CASTELO BRANCO - 315.
CASTELO DE CASTRO MARIM - 11, 88, 92, 102.
CASTELO DO PEREIRO - 96.
CASTELOS VELHOS - 372.
CASTILLEJOS DE MONTEFRÍO (LOS) - 56, 322, 372, 390, **395-397**, 414.
CASTILLEJOS I (BADAJOZ) - 316.
CASTRO DOS CAVALEIROS - 308, 451.
CASTRO MARIM (LEZÍRIA) - 318.
CASTRO MARIM (THOLOS) - 69, 73.
CASTRO MARIM - 92, 100, 102.
CASTULO - 472.
ÇATAL HÜYÜK - 170, 318, 425.
CERRO DA MINA - 178.
CERRO DA PEDRA - 73.
CERRO DE LA CABEZA - 318.
CERRO DE LA VIRGEN - 390.
CERRO DEL BERRUECO - 146.
CERRO DO CASTELO DAS MESTRAS - 25, 31, 88, 96, 100, 106, 146, 162, 173, 348, 356, **358-361**, 402, 404.
CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES - 19, 20, 24, 25, 30, 31, 32, 79, 83, 90, 92, 96, 100, **103--174**, 178, 182, 184, 210, 216, 221, 226, 231, 244, 247, 250, 263, 278, 279, 283, 289, 292, 304, 305, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 348, **355-358**, 361, 365, 401, 402, 404, 463, 470, 475, 476.
CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA - 12, 19, 20, 24, 25, 30, 32, 61, 72, 79, 83, 88, 90, 96, 108, 110, 113, 115, 119, 122, 129, 130, 132, 140, 145, 146, 147, 149, 150, 156, 164, 165, 166, 170, 173, 174, **175-330**, 333, 340, 346, 348, 355, 359, **361**, 363, 364, 365, 401, 402, 404, 405, 413, 414, 415, 428, 429, 451, 452, 454, 456, 460, 463, 465, 466, 467, 470, 475, 476.
CERRO DOS CASTELOS (SERPA) - 25, 405.
CHALANDRIANI - 424, 443.
CHAVES - 165.
CHIBANES - 180, 435.
CHINFLÓN - 156, 292.
CHIPRE - 170, 425, 431.
CHOÇA QUEIMADA - 100.
CÍCLADES - 170, 425, 428, 431.
CILICIA - 424.
COLUMBEIRA - 330.
CONIMBRIGA (MUSEU) - 157, 181.
CORTADOURO - 25, 42, 210, 328, 414, 437.
CORTE D'OURO - 333, 334, 346.
CORTE JOÃO MARQUES - 105, 108.
CORTELHA DE BAIXO - 100.
CORTES 1 - 372.
CORTES 2 - 372.
CORTES PEREIRA - 96.
CORUCHE - 347.
COVA DAS LAPAS - 248, 459.
COVA DOS MOUROS - 96.
CRETA - 179, 315, 423, 424, 425, 428, 431.
CUBA - 25, 372.
CUCUTENI - 457.

DANÚBIO - 431.
DAR-ES-SOLTAN - 439.
DAROEIRA - 96.
DNIESTER - 431.

EGEU - 318, 423, 424, 428, 438, 441, 443, 447, 454, 457, 467.
EGIPTO - 318, 424, 425, 427.
EIRA CAVADA - 64, 75.
EIRA DOS PALHEIROS (*THOLOS*) - 30, 33, 79, 90, 96, 177, 333, **342-346**, 347, 349, 465.
ELVAS - 100.
ESCOURAL - 25, 31, 32, 315, 368, **386-390**, 402, 405, 409, 414, 434, 457, 466.
ESPANHA - 431.
ÉVORA - 414.

FARO (ASSEMBLEIA DISTRITAL) - 12, 178, 181.
FARO (DISTRITO) - 42, 358.
FARO (GOVERNO CIVIL) - 11, 108, 181.
FARO (MUSEU) - 79.
FARO - 69, 105, 177, 333.
FENÍCIA - 467.
FERNANDILHO - 200.
FERRADEIRA - 38, 77, 79, 81, 82, 163, 473.
FERREIRA DO ALENTEJO - 466.
FIGUEIRA DA FOZ - 49.
FINLÂNDIA - 437.
FONTBOUÏSSE - 457.
FONTE DA RATA - 92, 100.
FONTE DO PENEDO - 100.
FORMOSINHAS - 100.
FORNALHA - 178.
FOZ DO FARELO - 64.
FRATEL - 388.
FUENTE DE CANTOS - 316.
FURNAZINHAS - 92.

GALAXOS - 92, 100.
GALEGO - 100.
GANGES - 435.
GIÃO - 372.
GIÕES - 92, 177, 333.
GOLFO DA GUINÉ - 365.
GORGINOS - 386.
GOZZO - 425.
GRAINHO - 100.
GRANADA (UNIVERSIDADE) - 181, 195, 320, 321, 391, 393.
GRANADA - 316, 421, 424.
GUADALQUIVIR - 305, 308.

GUADIANA - 25, 62, 69, 77, 87, 88, 96, 100, 102, 177, 195, 200, 354, 355, 357, 358, 361, 364, 382, 390, 409, 420, 463, 471.
GUERREIRA - 96.
GUERREIROS DO RIO - 195.
GUIMARÃES - 449.
GUMELNITA - 441, 457.

HACILAR - 318, 425.
HORTA DA VINAGREIRA - 216.
HUELVA - 165, 292, 348, 409, 415, 438.

IBÉRIA - 443.
INDO - 435.
ITÁLIA - 425.

JAPÃO - 404.
JARDOS - 100.
JARMO - 318.
JOGO DA BOLA - 368.

KALKANI 529 - 425.
KARANOVO 6 - 457.
KHIROKITIA - 425.
KISH - 408.

LAGOS (MUSEU) - 79.
LAGOS - 62.
LAGOZZA - 457.
LAPA DA BUGALHEIRA - 318.
LAPA DO BUGIO - 81, 284, 315, 316, 319.
LAPA DO FUMO - 319.
LAUSSEL - 170.
LÉBOUS - 454.
LEITEJO - 100.
LEMNOS - 424.
LENGYEL - 457.
LERNA - 443.
LESBOS - 424.
LEXIM (PENEDO DO) - 328, 329, 330, 448.
LICEIA - 435.
LIPARI - 424.
LISBOA (CENTRO DE FÍSICA NUCLEAR DA UNIV. DE) - 181.
LISBOA (CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIV. DE) - 12, 108, 180, 181.
LISBOA (FACULDADE DE LETRAS) - 11, 12, 73, 181, 182, 333.
LISBOA (PENÍNSULA) - 197, 284, 294, 327, 328, 414, 438, 449, 466, 474, 476.
LOULÉ - 100, 105, 290, 334, 346.
LYON (UNIVERSIDADE) - 181, 195.

MADEIRAS - 100.
MAFRA - 329.
MALAGÓN (EL) - 390.
MALEADA - 96.
MALHANITO - 100.
MALTA - 424, 425, 439.
MANGANCHA - 165, 180, 294, 313, 323, 368, 372, 382, 383, 402, 404, 405, 460, 463, 466.
MANGANCHA 1 - 123, 293.
MAR NEGRO - 431.
MARCELA - 37, 38, **69**, 72, 83, 347.
MARCO DE BENSAFRIM - 368.
MARCO DO LOBO - 106.
MARCO DO MOURO - 368.
MARCO DOS ALBARDEIROS - 25, 383, 405, 409, 466.
MARINES (LOS) - 393.
MARTIM LONGO - 12, 92, 177, 178, 358, 361.
MARVÃO - 145, 347, 465.
MASMORRA (MOINHOS) - 340.
MAU CABRÃO (MENIR) - 372.
MEALHA - 11, 73, 88, 90, 92, 100, 105, 108, 145, 182, 289, 333, 334, 337, 347, 348.
MEDITERRÂNEO - 431.
MELIDES - 472.
MELROEIRA - 372.
MENDRO - 372, 414.
MERSÍN - 424.
MERSÍN 12 - 425.
MÉRTOLA - 96, 100.
MESARA - 423, 425.
MESQUITA - 96.
MESTRAS - 340, 358.
MESTRINHAS - 340.
MEXILHOEIRA GRANDE - 42.
MGARR - 439.
MICENAS, 425.
MICHELSBERG - 457.
MILLARES (LOS) - 31, 49, 56, 172, 199, 318, 319, 322, 365, 390, **391-393**, 395, 414, 421, 422, 424, 425, 427, 435, 437, 441, 454, 465, 475.
MILLARES 19 -322.
MILLARES 40 - 159.
MIRANTE DA MATA - 64, 65, 466.
MOGADOR - 467.
MONCARAPACHO - 170, 283, 316, 318, 463.
MONCHIQUE - 33, 38, 68, 73, 74, 77, 81, 82, 83, 92, 340, 347.
MONDÚJAR (SANTA FÉ) - 391.
MONGE - 435.
MONSARAZ - 386.
MONTE CANELAS - 41.
MONTE DA RIBEIRA - 159, 451.
MONTE DA TUMBA - 25, 32, 56, 165, 190, 248, 303, 305, 308, 313, 316, 319, 320, 321, 323, 326, 405, 414, 429, 451, 452, 454, 463, 465, 466.
MONTE DAS ESTRADAS - 92.
MONTE DAS PREGUIÇAS - 92, 100.
MONTE DE SOUDES - 96, 102.
MONTE DO OUTEIRO - 161, 172, 318.
MONTE DO TELHEIRO - 96.
MONTE DOS ALBARDEIROS - **383-386**.
MONTE NOVO - 25, 42, 327, 328.
MONTE NOVO DOS ALBARDEIROS - 12, 25, 30, 31, 56, 61, 190, 248, 294, 313, 316, 346, 368, **383**, 390, 401, 403, 409, 463.
MONTE VELHO - 37, 38, 40, 49, 56.
MONTE VELHO 1 - **52**.
MONTE VELHO 2 - **52**.
MONTE VELHO 3 - **54**.
MONTEGORDO - 88.
MONTEMOR O NOVO - 402, 405.
MONTES DE BAIXO - 100.
MONTINHO - 100.
MONTINHO DAS LARANJEIRAS - 105.
MONTINHO DO CRAVO - 100, 182.
MORGADO - 96.
MOURA - 100.
MOURÃO - 100.
MUREYBET - 221.
MURTA - 368.

NAKOVANSKA - 457.
NAVETE - 64.
NICE - 437.
NÍJAR - 393, 395.
NILO - 000, 408, 427.
NORA - 37, 38, **69**, **72-74**, 83, 328, 347.

OAXACA - 400.
OBEID (EL) - 408.
OCÓS - 400.
ODELEITE - 100.
ODEMIRA - 87, 92.
OJOS DEL GUADIANA - 100.
OLELAS - 318.
OLHÃO - 318.
ORCOMENOS - 425.
OURIQUE - 172, 210, 342, 438.
OUTEIRO DAS SEPULTURAS - 31, 372, 382.
OUTEIRO DO TIJOLO - 372, 404.

PALESTINA - 424, 428, 452.
PALMEIRA - 64, 68, 74, 75.
PALMEIRA 16 - 77.
PALMEIRA 4 - 83.
PALMEIRA 7 - 75, 77, 83.
PALMELA - 449, 473.
PÃO DURO - 96.
PAPA UVAS - 327.
PARIZES - 100.
PASPARDA - 372.
PAUL DAS SALGADAS - 454.
PAVIA - 216.
PEDRÓGÃO - 313, 357, 382, 383, 413, 466.
PEDRA BRANCA - 81, 368, 369, 472.
PEDRA D'OURO - 32, 316, 328, 330, 454.
PEDRÃO - 315, 463.
PEGO DA ROCHA DA LONTRA - 000.
PEGO DO INFERNO - 177.
PELOS - 441.
PENHA VERDE - 472, 474.
PENTEADEIROS - 92, 96.
PEÑAS DE LOS GITANOS - 395.
PERDIGÕES (CROMLECH) - 386.
PEREIRO - 92, 178.
PERNADAS - 96.
PIJOTILLA (LA) - 170, 285, 316.
POCILGAIS - 64, 77.
POIO - 41.
POLIOCHNI - 424.
PORTEL - 25, 100, 370, 403, 420, 460, 466.
PORTEL/VIDIGUEIRA - **372-383**, 414.
PORTELA ALTA - 178.
PORTELA DAS ANTAS - 73.
PORTIMÃO - 42, 145.
PORTO TORRÃO - 25, 56, 79, 248, 319, 323, 402, 405, 409, 460, 466, 473.
POZUELO (EL) - 3, 5, 6, 7 - 165.
PRAGANÇA - 435.
PRAIA DAS MAÇÃS - 449.
PREGUIÇA - 100.

QUATRELAS - 100.
QUINTA DAS ANTAS - 73.
QUINTA DO LAGO - 290.
QUINTA DRAGO - 69.

RAKHMANI - 457.
RAMBLA DE HUÉCHAR - 159, 391.
RAMBLA DE MORALES - 393.
REDONDO - 159, 451.
REGUENGOS DE MONSARAZ - 100, 346, 368, 383, 386, 404, 420, 438, 466.
RELVAGEM - 96, 358.
REMEDELLO - 457.
RENCOVO - 64, 75.
RENCOVO 1 - 83.
RENDUFE - 449.
RIBEIRA DA CORTE - 90, 96, 106, 355, 358.
RIBEIRA DA FOUPANA - 25,88, 90, 92, 96, 100, 102, 106, 177, 200, 304, 342, 355, 358, 359, 361, 364, 420.
RIBEIRA DA FOUPANILHA - 96.
RIBEIRA DE ALMOSTER - 454.
RIBEIRA DE MARMELAR - 382, 420.
RIBEIRA DE ODEARCE - 382, 420.
RIBEIRA DE ODELEITE - 25, 88, 92, 96, 100, 102, 304, 364, 420.
RIBEIRA DO FARELO - 38.
RIBEIRA DO VASCÃO - 69, 92, 102, 177.
RIBEIRA DO VERDE - 38.
RIBEIRÃO - 177, 200, 361.
RIO MAIOR - 454.
ROCHA DA MOURA - 333, **334**.
ROTURA - 56, 180, 294, 328, 329, 435, 439, 472.

S. CUCUFATE - 372.
S. DOMINGOS - 100.
S. JORGE DA MINA - 365.
S. LORENZO - 400.
S. LOURENÇO - 25, 31, 313, 355, 357, 372, 382, 383, 413, 414.
S. MARTINHO DE SINTRA - 318, 435.
SALA N 1 - 25, 31, 165, 180, 308, 323, 347, 355, 357, 372, 382, 383, 402, 404, 405, 413, 414, 460, 463, 465, 466.
SALIR - 318.
SANTA JUSTA (POVOAÇÃO ACTUAL) - 11, 12, 31, 90, 92, 96, 177.
SANTA MARTA - 102.
SANTIAGO DE COMPOSTELA - 11.
SARDENHA - 424, 425, 471, 476.
SEREDNIJ STOG - 457.
SERPA - 100, 164.
SERRA DA ABOBOREIRA - 347.
SETÚBAL (MUSEU DE ARQUEOLOGIA...) - 252, 305, 437.
SETÚBAL (PENÍNSULA) - 197, 284, 294, 327, 328, 414, 420, 449, 466, 474, 476.
SETÚBAL - 472.
SEVILLA (MUSEU) - 305.
SEVILLA - 409.
SICÍLIA - 424.
SINES - 116, 327, 437, 438.
SINTRA - 472.
SÍRIA - 170, 365.
STARCEVO - 441.
SUÉCIA - 437.
SYROS - 424, 441.

TACÕES - 92.
TAIPAS - 100.
TARAJAL (EL) - 159, 322, 323.
TARSUS - 424.
TAVIRA (G.A.T.) - 12, 181.
TAVIRA - 11, 73, 88.
TEHUACÁN - 400.
TEJO - 454, 467.
TELL HALAF - 318.
TENÊNCIA - 96.
TERRERA VENTURA - 318.
TESOURO DE ATREU - 425.
TESSÁLIA - 431.
THERMI 5 - 424.
TICHITT - 129, 130, 163, 173.
TISZAPOLGAR/BODROGKERESZETUR - 457.
TOJO - 96.
TORRÃO - 405, 438.
TORRE D'ARES - 73.
TORRE PENALVA - 428.
TORRES VEDRAS - 25, 472, 473.
TOULOUSE - 11.

TRÓIA (HISSARLIK) - 441.
TRÓIA 2 - 424, 425.
TRÓIA 3 - 425.
TRBK - 457.
TRIPOLJ - 457.
TUMBA DE AGAMEMNON - 425.
TUMBA PANAGIA - 425.

UNIÃO SOVIÉTICA - 437.
URUK - 408.

VAGAROSA - 64.
VALCAMONICA - 409.
VALE DA CASA - 368.
VALE DE GATAS - 96, 100.
VALE DE PEREIRO - 92.
VALE DO TEJO - 388.
VALE PINCEL II - 25, 327, 328.
VALE VISTOSO - 25, 327.
VALEIRA - 100.
VALENCINA DE LA CONCÉPCIÓN - 56, 305, 327, 452.
VAQUEIROS - 96, 346.
VELHAS - 25, 92.
VERA CRUZ - 400.
VIDAIS - 145.
VIDIGAL - 38, 56.
VIDIGUEIRA - 25, 100, 313, 347, 357, 362, 368, 382, 383, 401, 402, 403, 404, 413, 420, 460, 466.
VILA NOVA DE S. PEDRO - 12, 25, 31, 32, 56, 79, 105, 123, 180, 200, 216, 279, 294, 295, 303, 304, 305, 308, 313, 316, 318, 328, 330, 365, 368, 402, 404, 420, 421, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 435, 439, 449, 451, 452, 454, 456, 459, 463, 465, 466, 467, 472, 473, 475, 476.
VILA NOVA DE S. PEDRO I - 448.
VILA POUCA DE AGUIAR - 165.
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - 69, 88, 100.
VINCA - 431, 441.
VINCA-PLOCNIJK - 457.

WESSEX - 79, 441, 449.

XAREZ - 12.

ZAMBUJAL - 25, 31, 32, 56, 79, 146, 180, 199, 199, 200, 250, 303, 305, 308, 313, 322, 323, 328, 330, 404, 421, 423, 427, 428, 429, 431, 449, 451, 452, 454, 456, 463, 465, 466, 467, 472, 474, 475, 476.
ZAMBUJOSO - 316, 372, 404, 466.
ZARCITA (LA)- 175.

ÍNDICE DE AUTORES CITADOS

ÅBERG, Nils - 422, 435, 437.
ACQUIER - 289.
ALARCÃO, Jorge - 372.
ALFENIM, Rafael - 372.
ALMAGRO BASCH, Martín - 391, 424, 425, 438, 441.
ALMAGRO GORBEA, M Josefa - 161, 317, 393, 425, 441.
ARNAL, Jean - 475.
ARNAUD, José - 37, 42, 79, 248, 328, 329, 465.
ARRIBAS, Antonio - 30, 391, 395, 421, 424, 425, 438, 441.
ARRUDA, Ana Margarida - 87, 88, 102.

BALFET, Helene - 147, 150.
BAPTISTA, António Martinho - 388.
BEIRÃO, Caetano - 328, 361.
BLANCE, Beatrice - 420.
BORDES, François - 398, 420.
BOSERUP, Ester - 398, 462, 471.
BRÉZILLON, Michel - 115.

CABRAL, J. Peixoto - 323.
CALADO, Manuel - 25, 368, 372.
CAMPS, Gabriel - 462.
CARROL, Lewis - 9, 476.
CARTAILHAC, Émile - 435.
CASTILLO YURRITA, Alberto del - 77.
CAUVIN, - 221, 312.
CAVACO, Carminda - 20.
CERDÁN MÁRQUEZ, Carlos - 165.
CHAMPION, Timothy - 35.
CHAPMAN, R. - 405.
CHILDE, Vere Gordon - 364, 405, 423.
CHISHOLM, Michael - 398, 400-403.
CHRISTALLER - 400.
CLARKE, David - 82, 398, 414.
COHEN, M. - 398.
COSTA, A. I. Marques da - 56, 180.
COWGILL - 397.

DAVEAU, Suzanne - 23, 74, 467.
DIAS, Ana Carvalho - 452.

ETIENNE, Robert - 372.

FEBVRE, Lucien - 9.
FEIO, Mariano - 90.
FERNÁNDEZ CORRALES - 316.
FERNÁNDEZ MIRANDA - 393.
FERREIRA, O. da Veiga - 37, 41, 54, 65, 69, 81, 328.
FLANNERY, K. - 400.
FLORES, Pedro - 391.
FORMOSINHO, José - 37, 41, 54, 63-65, 68.
FRANCO, Mário Lyster - 37, 79, 81, 83.

GALLAY, A. - 169, 401.
GAMITO, Teresa - 37, 42.

GARCIA, João Carlos - 96, 100, 102.
GASCÓ, Jean - 293.
GASPAR, Jorge - 102.
GASULL, Pepa - 305, 308, 451.
GEDDES, David - 283, 316.
GIL, Fernando Bragança - 20, 156, 164, 169, 278.
GILMAN, A. - 92, 390, 391, 393, 395, 397, 403.
GIMBUTAS, Marija - 431.
GLÓRIA, António José Nunes da - 37, 40, 43, 49.
GODINHO, Vitorino Magalhães - 73.
GOMES, M. Varela - 38, 82, 386, 388, 434.
GONÇALVES, José Pires - 383.
GONÇALVES, Victor S. - 23-25, 30, 31, 37, 56, 74, 83, 190, 283-286, 310, 315, 316, 318-320, 328, 355, 364, 368, 372, 388, 395, 434, 438-440, 451, 472.
GUERRA, Amilcar - 100.
GUILAINE, Jean - 30, 351, 355, 405, 421, 443.

HAGGETT, Peter - 368.
HAHN, Eduard. - 413.
HARRISON, Richard - 473.
HAYDEN, B. - 169, 312.
HELENO, Manuel - 73, 315.
HIGGS, E. S. - 92, 397, 398, 400, 401, 414.
HODDER, Ian - 21, 162.
HURTADO, Victor - 156, 170, 292.

JALHAY, Eugène - 315, 330, 420, 427.
JAMES, O. - 315.
JARDIM, Pereira - 40, 54.
JARMAN, M. - 92, 397, 398, 400.
JOCHIM, M. - 400.
JORGE, Susana Oliveira - 119, 165, 449.
JORGE, Vítor Oliveira - 347.

KALB, Philinne - 340.
KAMMINGA, - 169.
KENT, Susan - 103.
KINNES - 331.
KLEJN, Leo - 398.
KUNST, Michael - 25, 146, 172, 323, 472.

LAPLACE, Georges - 398.
LEE, R. - 398, 400.
LEISNER, Georg e Vera - 54, 56, 73, 77, 284, 315, 383 391, 395, 438, 439, 441, 465, 471.
LEISNER, Vera - 81.
LEROI-GOURHAN, André - 32, 115, 122, 313.
LICHARDUS, Jan - 82, 433.
LICHARDUS-ITTEN, M. - 82, 433
LOSH - 400.

MARQUES, A. H. Oliveira - 73.
MARQUES, Gustavo - 319.
MARTINEZ - 162.
MEIER - 317.
MERGHELINA - 395.
MOLINA, Fernando - 30, 39, 391, 395, 421.
MONJARDINO, J. R. - 293.
MONTEAGUDO, Luis - 328.
MONTEIRO, Jorge Pinho - 82, 369, 388.
MONTEIRO, Rafael - 81, 284, 316.
MORENO ONORATO, A. - 395.
MÜLLER, Sophus - 435.

NUNES, J. C. - 65.

OLIVEIRA, Jorge - 347.

PAÇO, Afonso do - 83, 315, 317, 330, 420, 427, 441, 454.
PARREIRA, Rui - 451.
PEARSON - 181, 285, 319, 320, 322, 326.
PELLICER CATALÁN, Manuel - 156, 292.
PHILIPPART DE FOY - 289.
PINA, Henrique Leonor - 383.
PLÍNIO O VELHO - 100.
PLOG - 400.

RAMOS MILLÁN, A. - 421.
RENFREW, Colin - 349, 398, 414, 420, 438, 441, 443, 462, 474.
RIBEIRO, Carlos - 69.
RIBEIRO, Orlando - 85, 403.
ROCHA, António dos Santos - 37, 40, 49, 52, 54.
ROPER, Dona - 398, 400.
ROSSMAN, D. - 400.
ROUX, V. - 129, 130, 173.

S. JOSÉ, Frei João de - 87, 88, 90.
SANGMEISTER, Edward - 79, 329, 428, 429, 451, 456.
SANTOS, Manuel Farinha dos - 386.
SAVORY, Hubert N. - 79, 328, 428, 435.
SCHIFFER, M. - 23.
SCHUBART, Hermanfrid - 77, 79, 81, 161, 329, 429, 441, 451, 454, 456, 457, 473.
SEIGNOBOS, - 289.
SEMENOV, Sergei - 312.
SÉRONIE-VIVIEN, M. - 147.
SERRÃO, Eduardo da Cunha - 319, 452.
SERUYA, Ana Isabel - 20.
SHECKLEY, Robert - 175.
SHEPARD, A. O. - 147.
SHERRATT, Andrew - 24, 35, 351, 398, 405, 408, 409, 413, 414, 421, 462.
SILVA, Carlos Tavares da - 37, 42, 116, 147, 149, 150, 156, 165, 190, 210, 248, 305, 308, 319, 321, 326-328, 346, 437, 438, 452, 472, 473.
SIRET, Louis - 391, 423.
SIRET, Louis e Émile - 391, 420, 427.
SOARES, António Monge - 12, 181, 323.
SOARES, Joaquina - 37, 42, 116, 147, 149, 150, 156, 165, 190, 210, 248, 305, 308, 319, 321, 326-328, 437, 438, 452, 473.
SONNEVILLE- BORDES, Denise - 398.
STUIVER - 285.
SURÊT-CANALE J. - 438.

TARRADELL, Miguel - 395.
THORNES, J. - 92, 390, 391, 393, 395, 397, 403.
TRIGGER, Bruce. - 423.
TYLECOTE, R. - 456.

VARAGNAC, André - 73.
VASCONCELLOS, José Leite de - 73, 83.
VAUGHAN, - 312.
VAULTIER, Maxime - 420.
VEIGA, S. Estácio da - 23, 37, 38, 40, 43, 45, 48, 49, 52, 61, 68, 69, 72, 73, 77, 82, 88, 96, 102, 333, 369, 422, 434.
VIAN, Boris - 417.
VIANA, Abel - 37, 41, 54, 56, 63-65, 68, 74, 79, 81.
VITA-FINZI, Claudio - 92, 397, 398, 400, 401, 414.
VON THÜNEN - 400.

WALKER, M. - 88, 405.
WHEELER, Mortimer - 398.
WHITTLE, - 329.

ZAPATERO, - 162.
ZÁRKY, A. - 400.
ZBYSZEWSKY, Georges - 38, 69.
ZVELEBIL, M. - 23.

Dep. Legal 47 965/91